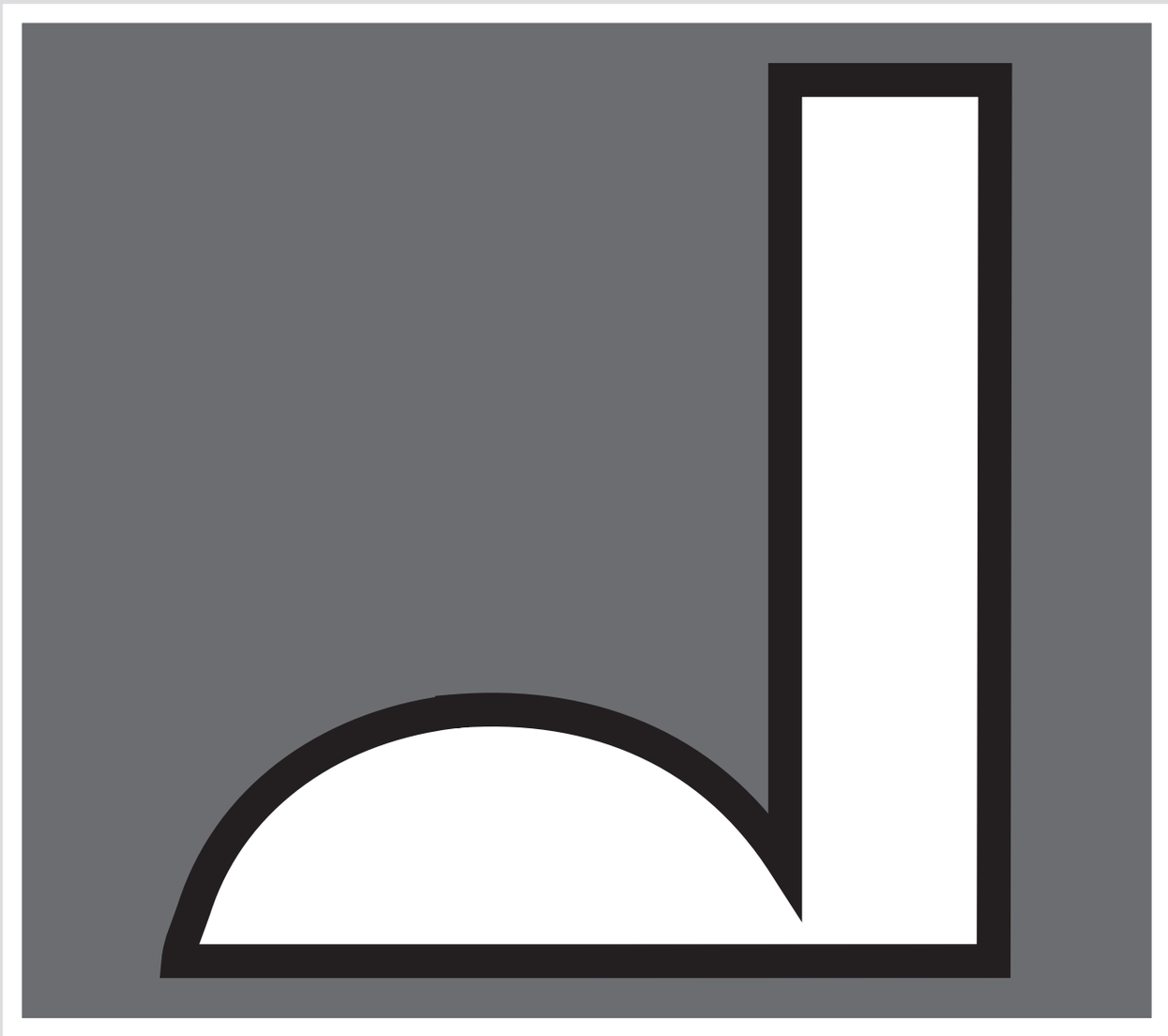
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 059 - TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE	**3º SECRETÁRIO**
Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE	**4º SECRETÁRIO**
Tião Viana - (PT-AC)	Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE	
Alvaro Dias - (PSDB-PR)	**Suplentes de Secretário**
1º SECRETÁRIO	**1º** - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
Efraim Morais - (DEM-PB)	**2º** - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
2º SECRETÁRIO	**3º** - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
Gerson Camata - (PMDB-ES)	**4º** - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria **(PMDB) - 19** **Líder** **Valdir Raupp - PMDB** Vice-Líder ..... **Líder do PMDB - 19** **Valdir Raupp** Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	**Bloco de Apoio ao Governo** **(PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21** **Líder** **Ideli Salvatti - PT** Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **Líder do PT - 12** **Ideli Salvatti** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **Líder do PR - 4** **João Ribeiro** Vice-Líder do PR Expedito Júnior **Líder do PSB - 2** **Renato Casagrande** Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda** **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Bloco Parlamentar da Minoria** **(DEM/PSDB) - 27** **Líder** **Demóstenes Torres - DEM** Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes ..... **Líder do DEM - 14** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **Líder do PSDB - 13** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 **Líder** **Epitácio Cafeteira - PTB** Vice-Líder Sérgio Zambiasi ..... **PDT - 5** **Líder** **Jefferson Peres - PDT** Vice-Líder Osmar Dias	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL** Vice-Líder	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal **Júlio Werner Pedrosa** Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações **José Farias Maranhão** Diretor da Subsecretaria Industrial	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal **Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata **Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MAIO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 516, de 2008, de autoria dos Senadores Epitácio Cafeteira e Eduardo Suplicy, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar, apresentação de condolências à família, à Câmara dos Deputados e ao Estado de São Paulo, bem como, o levantamento da sessão*. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Epitácio Cafeteira, Mão Santa, Paulo Paim, Marco Maciel, Alvaro Dias, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e a Sra. Rosalba Ciarlini..... 11322

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 11355

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DE COMISSÕES

Ata da 33ª Reunião da Comissão Mista Especial de Mudança Climáticas..... 11366

Atas da 1ª à 11ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia..... 11373

Atas da 1ª à 11ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista dos Cartões Corporativos..... 11523

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 836 a 844, de 2008..... 12003

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 68ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de maio de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Papaléo Paes

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2008

Pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar, requeremos, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

– inserção em Ata de Voto de Profundo Pesar;

– apresentação de condolências à família;

– apresentação de condolências à Câmara dos Deputados;

– apresentação de condolências ao Estado de São Paulo; e

– levantamento da Sessão.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2008. – Senador **Epitácio Cafeteira** – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Passo a palavra, para encaminhamento, ao 1º Secretário em exercício, Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebemos, com profundo pesar, a notícia do falecimento do Deputado Ricardo Izar.

S. Exª desfrutou do conceito de seus Pares na Câmara dos Deputados. Pertencente ao meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, S. Exª faleceu no exercício da Presidência do Conselho de Ética. E presidiu o Conselho de Ética exatamente porque tinha o apoio de todos os Srs. Deputados.

Ele faleceu aos 69 anos.

Sr. Presidente, é com profundo pesar que subscrevi este requerimento para enviar as condolências à Câmara dos Deputados e ao povo de São Paulo e pedir, na forma do Regimento, a suspensão da sessão, o que é de praxe quando falece um parlamentar em exercício de seu mandato.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Mão Santa, para encaminhar a votação do requerimento do Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – É lamentável para todo o País. Todos nós recordamos, e ficou a imagem. Ele se sacrificou, sem dúvida nenhuma, pelo sonho de este País ter ética.

Acho que ele se imolou, foi um estoicismo. Todos nós acompanhamos um dos momentos mais negros da história política deste País, quando o Poder Executivo imiscuiu-se aqui, mais precisamente na Câmara de Deputados Federais, e adotou a mais vergonhosa maneira de ter maioria na história do parlamento do mundo: pela corrupção, pela adoção do mensalão.

É preciso esclarecer que esse não é um fenômeno só daqui. Dois meses antes, esse extraordinário jornalista Cláudio Humberto colocava em sua coluna: "*Mão Santa diz que tem mesada no Piauí*". Foram muitas as pressões, mas jorrou, a bem da verdade. É como diz o filósofo aos homens do povo: "É mais fácil você tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade". E o mar da corrupção jorrou, fazendo com que vivêssemos aquilo anunciado por Rui Barbosa – que está ali, o Patrono, Cafeteira – : "De tanto vermos a nulidade assumir e chegar ao poder, de campear a corrupção, de rir-se da honra, teremos vergonha de ser honestos". Aqueles dias profetizados por Rui Barbosa chegaram.

Ricardo Izar fez, e foi um verdadeiro Dom Quixote, sonhador, a combater essa corrupção. No fim, pior do que Dom Quixote, porque Dom Quixote tinha o seu companheiro de ideal, Sancho Pança, e ele parece que,

solitário, apresentou os corruptos do mensalão. E eis o que aconteceu: ele ficou praticamente sozinho. Mas, hoje, sem dúvida nenhuma, ele se apresenta a Deus como aquele que quis plantar a decência, a honradez, a justiça no meio político do nosso Brasil.

Estas são as manifestações de pesar do Piauí.

Ó, Presidente Papaléo, mas a vida é isso. Só quem sabe explicar as coisas é Deus. Esse homem viveu, como disse Qohelet, o pregador do Eclesiástico, tentando fazer o bem, tentando irradiar o bem, mostrando que o bem deve vencer o mal. Ficou o exemplo desse Deputado paulista.

Nós lamentamos, pois justamente hoje é o dia em que o Piauí recebe a visita do Presidente da República e mostra a realidade do Brasil. Aproveito, então, como brasileiro desejoso de o nosso Presidente Luiz Inácio acertar o exemplo. Ele vai hoje ao Piauí, ô Presidente Papaléo Paes, inaugurar um pronto-socorro municipal que se iniciou em 1991.

Ô Cafeteira, V. Exª que já foi prefeito, esse pronto-socorro municipal de Teresina iniciou-se em 1991. Agora, chega a conclusão, mostrando a tradição brasileira. Iniciou-se pelo trabalho do Prefeito de Teresina, Heráclito Fortes. Eu governava Parnaíba. Na mesma época, eu fiz um pronto-socorro lá, municipal. E quando fui Governador do Estado, fiz um pronto-socorro anexo. Esse está desde 1991.

Então, peço, em nome do Piauí, em nome desse homem que foi para o céu, que foi Ricardo Izar, que pregou que o bem vence o mal, que veja, nessa viagem que fará ao Piauí, o Presidente Inácio, aquela obra que começou em 1991, Papaléo. Então, antes de anunciar outras obras, antes de cacarejarmos, concluir aquela. Eu ofereço, em nome do Piauí, ao Presidente da República, obras inacabadas, como esse pronto-socorro que levou quase vinte anos para ser concluído. Eu lembraria a ele que, antes de iniciar obras, olhasse as seguintes obras inacabadas. E aqui lanço um apelo do povo do Piauí – e do povo do Brasil, pois todos os Estados têm mais de quinhentas obras inacabadas –, que tem mais de trinta. Mas, em homenagem ao Presidente da República, para relembrá-lo, que não fique como o pronto-socorro, em vinte anos. Eu botei só treze em homenagem ao Partido de Sua Excelência: o Porto de Luís Correia, que é uma obra federal inacabada; a Estrada de Ferro Central do Piauí; a ZPE; aeroportos internacionais falados – não há nem mais teco-tecos nesses ditos internacionais –; a ponte de Luzilândia; o gasoduto Gasp, que eu iniciei; projetos do tabuleiro litorâneo em Guadalupe; a eclusa da barragem de Boa Esperança, que foi inaugurada pelo Presidente Castello Branco, idealizada por Juscelino Kubitschek, e falta a sua conclusão; a eclusa, para que seja possível a navegabilidade no Piauí. Ao invés de prometerem cinco novas hidrelétricas, que terminem uma iniciada, o hospital universitário, a ponte de sesquicentenário, dos 150 anos de Teresina. Teresina vai completar 158 anos. No mesmo rio, eu fiz com o povo do Piauí, dinheiro do Piauí, construtor do Piauí, construtora do Piauí, uma ponte em 87 dias, e o Governo Federal leva quase oito anos. O metrô de Teresina, a sua conclusão, de superfície, idealizada por Alberto Silva, a estrada do cerrado e a universidade do Delta

Então, aproveitamos esta homenagem para clamar a Sua Excelência o Presidente da República que veja que a vida é breve, e acabamos de ver um profeta da decência ir aos Céus, e eu aproveito este instante para que ele realize e conclua as obras federais inacabadas do Estado do Piauí.

Agradecemos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para encaminhar a votação do requerimento do Senador Epitácio Cafeteira, de homenagem pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim..

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Senador Epitácio Cafeteira, não poderia deixar de falar neste momento, eu que estou, há quase três décadas, nesta Casa e que fui companheiro de Bancada Constituinte do nobre Ricardo Izar, infelizmente falecido. E esta Casa faz uma justa homenagem.

Poderia lembrar-me do Capítulo Da Ordem Social, na Assembléia Nacional Constituinte, naquele momento histórico para a Nação, em que estávamos lá com Ricardo Izar e tantos outros Srs. Parlamentares, Deputados e Senadores, discutindo um tema que é palco hoje. Naquela oportunidade, Senador Cafeteira, o Partido de V. Exª e do Deputado Ricardo Izar foi fundamental para a redução da jornada de 48 horas para 44 horas semanais. Hoje, o Brasil todo debate a redução de 44 horas para 40 horas semanais. Foi naquela oportunidade, junto com Ricardo Izar, que conseguimos emplacar, definitivamente, na Constituição, a redação que consagrou o que é hoje um salário mínimo que ultrapassa US$246,00.

Eu poderia aqui falar da participação de Ricardo Izar também no Capítulo da Previdência. Tenho certeza de que ele estaria conosco lá, para debater o fim do fator previdenciário e para garantir um reajuste

decente para os aposentados e pensionistas, porque eu o acompanhei, acompanhei o seu debate junto à Assembléia Nacional Constituinte.

Tivemos um momento de um debate duro, quando entendíamos que poderíamos ou não fazer – entendíamos nós, os Parlamentares – uma mudança na CLT e também na Constituição. Mas, passado o episódio – eu me lembro como se fosse hoje, Senador Papaléo Paes –, Ricardo Izar veio a mim para conversar. Falou comigo e disse que não aceitaria, em hipótese nenhuma, que alguém encaminhasse uma representação pela forma dura como contestei uma alteração que o Governo da época queria fazer na Constituição e na CLT.

Foram dois Parlamentares: o hoje Senador Arthur Virgílio e Ricardo Izar, que acompanharam aquele momento. Eu estava em posição divergente da deles, mas, quando quiseram entrar com uma representação contra este hoje Senador, por haver defendido, de forma dura, aquela não-alteração, ambos vieram a mim e disseram que, se dependesse deles, não haveria representação contra mim.

Encerro, fazendo esta justa homenagem ao Deputado Ricardo Izar, infelizmente falecido – com certeza absoluta, um grande Parlamentar. Repito, nem sempre tínhamos as mesmas posições, mas em 90% das oportunidades tínhamos. Hoje, infelizmente, o Brasil perde esse grande homem público.

Era isso, Sr. Presidente.

As nossas homenagens ao Senador Cafeteira pela lembrança de que esta sessão seja levantada depois da fala de mais três Senadores, em homenagem ao grande Deputado Federal Ricardo Izar, falecido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para encaminhar a votação do requerimento de autoria o Senador Epitácio Cafeteira, de homenagens póstumas ao Deputado Ricardo Izar, inclusive entre elas, o levantamento da sessão, concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje, para registrar, com grande pesar, o falecimento do Deputado Ricardo Izar, que integrava a Bancada do PTB na Câmara dos Deputados.

Tive a oportunidade de conhecer S. Exª, no início da década de 80, quando estivemos juntos em alguns momentos da vida pública nacional, de modo especial, na aliança política que viabilizou a eleição da chapa Tancredo Neves/José Sarney.

Forças políticas distintas se uniram, com o objetivo de fazer com que o País voltasse ao Estado de direito e, pudesse conceber uma constituição sinônimo de democracia plena, isto é, uma democracia sem adjetivos. A partir da Constituição de 1988, passamos a ter um Estado democrático de direito na plena e completa acepção da palavra.

O Deputado Ricardo Izar integrou o movimento que, como disse, reuniu membros dos diferentes partidos políticos brasileiros. Ele não chegou aqui como um neófito, como uma pessoa inexperiente: fora antes Vereador à Câmara Municipal de São Paulo, Deputado Estadual, depois, Deputado Federal e, nessa condição, um dos Constituintes. Posteriormente exerceu diferentes funções na Câmara dos Deputados, quer integrando importantes Comissões, quer nas atividades no Plenário. Entre 1991 e 1995, exerceu o cargo de Secretário das Administrações Regionais da Prefeituras de São Paulo. Esteve filiado à Arena, ao PDS, ao PFL, ao PL, ao PPR e finalmente se encontrava inscrito no PTB. Foi Vice-Líder do PL, do PPR, do PTB e também do PMDB–PTN.

Professor de Legislação Trabalhista em cursos de Higiene e Segurança de Trabalho, fi Diretor do Centro Educacional Ibirapuera de São Paulo; Administrador Regional da Penha e de Vila Mariana, bairros da capital do Estado de São Paulo. Formado em Direito, pós-graduou-se em Direito Penal.

Sua vida pública se caracterizou por diferentes funções no campo partidário. Antes de ingressar na vida pública, foi líder universitário, inclusive Presidente do Centro Acadêmico 22 de Agosto da PUC de São Paulo, no período 1962/1963.

Entre suas obras publicadas, salientaria uma extremamente atual intitulada *A Constituição e Voc*ê, uma análise da Constituição de 1988. Logo após sua promulgação, houve uma grande perplexidade na sociedade a respeito de novos institutos que brotaram do moderno constitucionalismo. Essa publicação constituía um instrumento muito valioso, porque esclarecia pontos obscuros para os leigos.

Ele também escreveu um trabalho semelhante sobre a Lei do Inquilinato e exerceu muitas funções oficiais, quer representando o Poder Executivo de São Paulo, em viagens ao Japão e outros países, quer em atividades decorrentes do exercício do mandato parlamentar.

Participou também do primeiro ciclo de estudos sobre a reforma eleitoral e coordenou a Frente Parlamentar de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ricardo Izar tinha uma excelente convivência na Casa. Granjeou muitas amizades. Seu desaparecimento muito nos entristece.

Certa feita Rui Barbosa disse que a morte não afasta, aproxima. E isso é verdade. Na hora em que registramos o passamento de um ilustre Parlamentar e colega de Congresso Nacional, não podemos deixar de reconhecer a sua contribuição ao País e às suas instituições e, de modo particular, registrar também a forma aplicada, dedicada com o zelo que desempenhou seu mandato legislativo. Sua morte desfalca o Congresso Nacional.

Quero aproveitar a ocasião para, por intermédio do Senado Federal, solicitar que chegue à família enlutada a expressão dos nossos sentimentos, certos de que Ricardo Izar deixou um exemplo que servirá de inspiração para aqueles que nos sucederão.

Era este, portanto, Sr. Presidente, o registro que eu gostaria de fazer do passamento do Deputado Ricardo Izar, do PTB de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias para encaminhar a votação do requerimento de homenagens ao Deputado Ricardo Izar, recém-falecido, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Srs. Senadores presentes, Srªs Senadoras, creio que se Ricardo Izar pudesse falar neste momento, pediria que continuássemos a trabalhar.

A melhor homenagem a se prestar a ele, certamente, é a do trabalho e, sobretudo, o enfrentamento a esse mal avassalador que atormenta o País, o mal da corrupção. Ele foi Presidente do Conselho de Ética num período dramático vivido pela Câmara dos Deputados e exerceu a Presidência daquele Conselho com rigor, com dignidade e com muita competência.

A homenagem que quero prestar a ele, Senador Papaléo Paes, é a leitura de um discurso sobre a crise ética que se abate sobre o Poder Público nacional. Quero, em homenagem ao já saudoso Deputado Ricardo Izar, que foi Presidente do Conselho de Ética num período em que a tragédia ética se abatia sobre o Congresso Nacional, especialmente sobre a Câmara dos Deputados, fazer a leitura de um discurso em que abordamos os abusos dos cartões coorporativos e a quebra da autoridade moral. Trata-se de um discurso longo, Senador Papaléo, e o trouxe escrito. Assim, lerei esse discurso exatamente em função do seu conteúdo, agradecendo, desde já, a colaboração preciosa que recebi do mestre renomado Dr. René Dotti e sua equipe de preparados advogados; consultoria jurídica indispensável para análise do tema que me proponho a fazer na tribuna na tarde de hoje, e o faço, repito, em homenagem a Ricardo Izar, pelo seu comportamento à frente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, um fato político de extremo relevo institucional vem repercutindo na imprensa e na opinião pública há mais de dois meses, como desdobramento dos gastos ilegais através de cartões corporativos utilizados por ministros e funcionários do Governo em despesas pessoais. Cumprindo seu dever parlamentar e o seu compromisso com a Nação, a Oposição articulou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

A resistência do Governo à apuração do fato.

Como expediente para frustrar, antecipadamente, a investigação regular que poderia chegar às despesas pessoais do Presidente da República e de seus familiares, articulou-se uma autêntica *operação de guerra*, tendo à frente a Secretaria de Comunicação Social, que pediu aos 37 Ministérios e principais repartições da Administração Direta que encontrem prestações de contas antigas, personagens, relatórios de fiscalização – com o respectivo "comprovante de saneamento" do erro, quando constatada a irregularidade –, além de estatísticas dos valores desembolsados desde 1998.

A idéia foi desconstruir o discurso de adversários – PSDB e DEM – de que o governo Lula teria organizado uma cadeia de comando para promover a farra dos cartões corporativos. Com a identificação dos ordenadores de despesas, por exemplo, o Planalto quer mostrar que os responsáveis pela fiscalização dos gastos não integram a lista dos afilhados políticos: muitos são funcionários de carreira e trabalharam em outros governos. No *e-mail* enviado aos ministérios, com uma relação de 13 perguntas, a Secom pede ajuda para localizar "personagens, documentos, cenários e estatísticas". Quando solicita a identificação do "gestor", ressalva: "De preferência, alguém que estava na função antes da instituição do cartão". O objetivo é rastrear a movimentação de dinheiro no governo Fernando Henrique Cardoso, já que o cartão corporativo foi criado somente

em 2001. Antes, os gastos eram feitos apenas por intermédio da conta tipo B, com operações em cheque ou dinheiro vivo. A conta tipo B existe até hoje, mas é usada em menor escala. "Vamos fazer uma CPI, colocar tudo sobre a mesa e debater com a oposição", diz o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. "Os dados quantitativos indicam que as nossas despesas são a metade das realizadas até 2002, mas talvez a CPI consiga até contribuir com soluções para melhorar a qualidade do gasto".

A Secom também pediu aos ministérios que enviem informações sobre o perfil médio dos ecônomos (portadores dos cartões) e dos fiscais, incluindo tempo de serviço.

Vamos, Sr. Presidente, à cronologia da crise.

Dia 9 de fevereiro: Cláudio Humberto publica em sua coluna notícia sobre a elaboração de um dossiê com "extravagâncias" do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Dia 15 de fevereiro: Nota na *Folha de S.Paulo* segundo a qual "o governo armazenava dados sobre gastos na gestão FHC. Dizia também que um ministro tucano costumava passar fins de semana no Rio de Janeiro e que sua fatura incluía a hospedagem em um hotel de luxo. A nota terminava reproduzindo declaração de um líder do Governo no Congresso, mantido sob anonimato. "Se abrirem esse baú, a Matilde (ex-ministra que perdeu o cargo por fazer compras em um *free shop* com um cartão do governo) vira uma freira franciscana".

No dia 16 de fevereiro, revista *Veja*: em uma reunião na Presidência do Senado, Roseana Sarney, Líder do Governo no Congresso, foi explícita ao revelar que um motorista à disposição do ex-Presidente Fernando Henrique teria gasto R$45 mil com o cartão corporativo do governo em apenas um mês. Instada a provar o que dizia, a Senadora revelou ter obtido a informação no Palácio do Planalto. Não foi só ela. Os recados, em tom de ameaça, foram transmitidos também pelo Senador Romero Jucá. Ele garantiu que o Governo dispõe de informações sobre gastos do ex-Presidente Fernando Henrique com vinhos caros, comidas finas, fraldas, óculos e até detalhes sobre a contratação supostamente irregular de uma *chef* de cozinha. As informações constam de um levantamento feito pela Casa Civil em que estão listados cerca de 60 itens classificados como "despesas exóticas" do gabinete do Presidente no governo passado. Essa notícia não foi desmentida.

No dia 19 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticia que o Governo já mobilizava os ministérios para preparar um dossiê com gastos do governo Fernando Henrique.

No dia 20 de fevereiro, a imprensa noticia que a Ministra Dilma Rousseff, em jantar com empresários em São Paulo, avisou que o Governo estava produzindo um levantamento de informações dos gastos feitos no período FHC. E avisava: "Não vamos apanhar quietos". Essa notícia não foi desmentida.

Dia 19 de março: em depoimento à CPMI dos Cartões, o Ministro do Planejamento insinuou que as irregularidades com os gastos das chamadas contas B, antecessoras do cartão corporativo e existentes até hoje, podem ser mais graves do que o ocorrido com a ferramenta investigada pela atual CPI Mista do Congresso.

"Na hora que começarmos a mexer com Conta B, vamos encontrar coisas muito maiores", disse Paulo Bernardo.

O Ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, foi na mesma direção que o colega: "Como seremos solicitados a prestar informações, já estamos levantando os gastos com conta B desde 1998. Aí iremos muito além da tapioca" – afirmou.

Na opinião de Bernardo, apesar de falhas nos mecanismos de fiscalização, os cartões representam um avanço no controle dos gastos do Governo. Ressaltou que o mesmo não ocorre nas chamadas contas tipo B. "Ninguém sabe quanto se saca em caixa com contas tipo B. Conta B é transparência zero, não sabemos. Não existe sistema onde isso esteja compilado. O cartão está em processo de transparência", disse ele.

Em 21 de março, a revista *Veja* revela a existência do dossiê elaborado na Casa Civil.

No dia 22, a Casa Civil divulga nota na qual ameaça processar a *Veja* pela divulgação de dados considerados sigilosos. Afirma que a revista "mente" e "manipula" informações. A nota da Casa Civil nega a existência de um dossiê contra a Oposição, afirma que o trabalho feito atende determinação do Tribunal de Contas da União e que abriria uma sindicância para apurar o vazamento.

No dia 24, o Tribunal de Contas da União afirma que não pediu informações sobre a base de dados do Planalto. O Ministro da Justiça, Tarso Genro, insistiu: "Não existe dossiê. O que existe é um trabalho que está sendo feito pela Casa Civil, a pedido do TCU e na expectativa da CPI, para oferecer dados que podem ser requisitados pela Comissão".

No dia 28 de março, reportagem da *Folha de S.Paulo* afirma que a Secretária-Executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, montou o dossiê. A Casa Civil divulga nota na qual abandona a tese de que fez um levantamento dos dados a pedido do Tribunal. Afirma que as informações foram pinçadas de uma base de dados que está sendo digitada. Nega que Erenice tenha mandado fazer o dossiê.

No dia 30 de março, o jornal **Folha de S.Paulo** revela que a ordem para elaborar o dossiê partiu da Secretária-Executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra.

No dia 31 de março, reportagem de **O Globo** mostra que, nos últimos dois anos, a Ministra Dilma Rousseff enviou subordinados ao Tribunal de Contas da União, com pedidos de manutenção de sigilo absoluto sobre as despesas do Presidente Lula e familiares pagas com cartões de crédito governamental.

No dia 4 de abril, a **Folha de S.Paulo** exibe cópia de arquivo extraído dos computadores da Casa Civil, demonstrando que o dossiê saiu pronto do Palácio do Planalto, afastando a hipótese de adulteração da base de dados do governo.

No dia 4 ainda, em entrevista coletiva, para tentar explicar a denúncia da *Folha de S.Paulo*, a Ministra Dilma não consegue desmentir a reportagem. Ao dizer que os computadores da Casa Civil podem ter sido "invadidos", afirma que solicitou informações ao Instituto Nacional de Tecnologia de Informação, órgão ligado à própria Casa Civil, e não à Polícia Federal, embora afirme que houve crime de vazamento de informação. Ao questionar o motivo de se fazer um dossiê com informações que são públicas, admitiu que as que se referem à ex-Primeira Dama são sigilosas.

No dia 6 de abril, matéria da **Folha de S. Paulo**, da jornalista Marta Salomon, comenta com propriedade a entrevista coletiva da Ministra Dilma: "(...) Os mais de 40 minutos de fala da chefe da Casa Civil não afastaram, porém, as contradições do caso do dossiê, que já obrigaram o Planalto a recuar de versões apresentadas antes".

Cópia de arquivo Excel da base de dados da Casa Civil, a que a Folha teve acesso, mostra que os relatórios do governo tucano foram criados na tarde de 11 de fevereiro, exatamente às 15h28. O arquivo também registra a data em que foi feita a cópia, extraída diretamente dos computadores da Presidência em 18 de fevereiro.

Esse é o resumo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da evolução dos fatos registrados pela imprensa.

Vamos agora, Sr. Presidente, à grosseira sonegação de informações.

Durante os dias mais críticos para a credibilidade do governo, surgiram as fantasiosas versões para tentar explicar essa modalidade terrorista de impedir que o Poder Legislativa cumpra a missão de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, "os atos do Poder Executivo", como dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, ao tratar das atividades de competência exclusiva do Congresso Nacional.

Em seu prestigiado *Curso de Direito Constitucional,* o mestre José Afonso da Silva observa que, apesar de o Congresso Nacional ser, usualmente, órgão legislativo, "suas atribuições não se resumem na competência para elaborar leis. Exerce outras de relevante importância".

E o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, com autoridade institucional que lhe confere o cargo, em obra de notável repercussão na comunidade jurídica, salienta:

É típico do regime republicano que o povo, titular da soberania, busque saber como seus mandatários gerem a riqueza do País.

> O parlamentar, além disso, deve conhecer a realidade do País, a que lhe cabe conferir conformação jurídica. O Congresso Nacional, por isso, também investiga fatos, perscruta como as leis que edita estão sendo aplicadas e busca assenhorear-se do que acontece na área da sua competência. Faz tudo isso com vistas a desempenhar, com maior precisão, as suas funções deliberativas.

A mentira foi institucionalizada para sonegar as informações que a Casa Civil tinha o dever de prestar como uma das exigências elementares do Estado de Direito Democrático. A compulsão pela mentira oficializada para tentar remediar situações que revelam abuso de poder, atos de corrupção e desvios éticos lembra períodos sombrios da queda do Império Romano. Juvenal, célebre poeta que se tornou imortal pelas *Sátiras* cheias de energia e de indignação contra os vícios de Roma e que se tornaram um monumento da literatura latina, disse muito bem o que cabe para certos setores do governo atual:

Quid Romae faciam? Mentiri nescio. "Que hei de fazer em Roma? Não sei mentir".

A Cidadania e o Direito à Informação

Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, declarados no primeiro artigo da Constituição, está a cidadania, ao lado da soberania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.

A propósito, a Constituição de Portugal, ao regular os direitos, as liberdades e as garantias de participação política, estabelece: "Todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objetivamente sobre atos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos". Este notável princípio é recepcionado pela nossa Lei Fundamental, como se verifica pelo §2º do art. 5º: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

O nosso sistema jurídico consagra, especificamente, o direito à informação sobre os assuntos de natureza pública. É a Constituição, através do art. 5º, inciso XXXIII, que declara:

> XXXIII – todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades de administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

> Parágrafo único. Prestrará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Sr. Presidente, criaram novos eufemismos sociais e instituíram a novilíngua para iludir a população. A versão oficial pretende mascarar a realidade ao criar esse novo eufemismo que já circula no dicionário popular. O chamado "banco de dados" é o novo sinônimo de dossiê.

Na lúcida crítica da jornalista Dora Kramer, esse é o mais recente verbete incorporado ao manual de adaptação do idioma às circunstâncias. O dicionário paralelo já consagrou "recursos não contabilizados" para designar caixa 2, segundo a versão de Delúbio Soares, e "imprecisão terminológica" para significar mentira, na inesquecível interpretação de Antonio Palocci.

Sob outro aspecto, a tentativa de mascarar a natureza da investigação retroativa com a designação de "banco de dados" caracteriza a reedição de um capítulo da obra clássica do imortal autor inglês George Orwell, *1984*, chamada de novilíngua. A novilíngua era o idioma fictício criado pelo governo hiperautoritário na aludida obra e era desenvolvida não pela criação de novas palavras, mas pela "condensação" e "remoção" delas ou de alguns de seus sentidos, com o objetivo de restringir o escopo do pensamento. Uma vez que as pessoas não pudessem se referir a algo, isso passaria a não existir. Assim, por meio do controle sobre a linguagem o governo seria capaz de controlar o pensamento das pessoas, impedindo que idéias indesejáveis viessem a surgir.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Senador, V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder-lhe ao final, Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Queria pedir ao Presidente que, se for preciso, retire meu requerimento. Eu quis prestar uma homenagem a um companheiro de partido falecido agora, e está transformado em assunto político.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Epitácio Cafeteira, respeitosamente, estou prestando essa homenagem.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Não desrespeitou a mim, mas ao Deputado. Por isso, peço a V. Exª que retire meu requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ao contrário, estou prestando uma homenagem ao Deputado.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Não foi. V. Exª está tratando de política.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me permita concluir o discurso.

Falarei sobre a divulgação do dossiê e a arbitrária acusação. Certamente, Ricardo Izar, se pudesse, presidindo um conselho de ética, não perdoaria determinados atos praticados em nome do governo no que diz

respeito a esse crime de utilização da máquina pública para elaborar dossiê golpeando adversários.

Apesar de minhas garantias institucionais, fui acusado de omissão pela Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT nesta Casa, porque deveria revelar o nome de pessoa da qual obtive cópia do famigerado dossiê, segundo ela. Ignora ou finge ignorar a nobre Senadora a existência de um princípio básico para a liberdade parlamentar e que está expresso em dois claros dispositivos da Constituição. Faço a leitura:

> "Art. 5º (...)
>
> XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;"
>
> "Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
>
> (...)
>
> § 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações."

O ilustre Senador Eduardo Suplicy, quando da votação da emenda constitucional, afirmou exatamente o que já estava expresso na Constituição e está aqui reafirmado: "(...) Em determinadas situações, vivemos..." Peço que considere como lidas as afirmações do Senador Eduardo Suplicy, que incluo no meu pronunciamento.

E o Supremo Tribunal Federal reconhece esse princípio do art. 53, § 6º, no mesmo sentido:

> "Finalidade da proteção constitucional: STF – 'Protegeu-se, com essa cláusula de garantia, o direito do congressista ao sigilo da fonte de informações, desobrigando-o de indicar a quem transmitiu ou de quem recebeu elementos de informação'. No mesmo sentido: STF – 'Cabe destacar, neste ponto, que a vigente Carta da República, ao delinear o estatuto constitucional dos congressistas, a estes assegurou, enquanto testemunhas, o direito de não serem obrigados a depor sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações'.

Os gastos do Presidente da República são de inequívoca natureza pública.

A respeito dos gastos pessoais do Presidente da República, que o Governo procurou rotular de despesas inerentes à segurança do Estado e, portanto, suscetíveis de permanecerem em sigilo, nada melhor que a aula de Direito Constitucional e de Ética na Administração que nos foi dada pela decisão liminar do Ministro Celso de Mello ao despachar o Mandado de Segurança nº 27.141, requerido pelo Senador Arthur Virgílio, para ter acesso às informações sobre os gastos do Gabinete da Presidência da República.

Diz o Ministro em um dos trechos:

> "A gestão republicana do poder e a publicidade dos atos governamentais: uma exigência imposta pela ordem democrática e pelo princípio da moralidade administrativa.
>
> (...)
>
> Tenho salientado, em decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal, que um dos vetores básicos que regem a gestão republicana do poder traduz-se no princípio constitucional da publicidade, que impõe transparência às atividades governamentais e aos atos de qualquer agente público, inclusive daqueles que exercem ou exerceram a Presidência da República. No Estado Democrático de Direito não se pode privilegiar o mistério, porque a supressão do regime visível de governo compromete a própria legitimidade material do exercício do poder.
>
> (...)
>
> Ninguém está acima da Constituição e das leis da República. Todos, sem exceção, são responsáveis perante a coletividade, notadamente quando se tratar da efetivação de gastos que envolvam e afetem a despesa pública.
>
> (...)
>
> Nenhum membro de qualquer instituição da República, por isso mesmo, pode pretender ser excluído da crítica social ou do alcance do controle fiscalizador da coletividade e dos órgãos estatais dele incumbidos.
>
> Sr. Presidente, peço também que registre na íntegra o parecer do Ministro Celso de Mello, que diz mais:
>
> (...)
>
> O novo estatuto político brasileiro, que rejeita o poder que oculta e que não tolera o

> poder que se oculta, consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais como valor constitucional a ser observado, inscrevendo-a, em face de sua alta significação, na Declaração de Direitos e Garantias Fundamentais, que a Constituição da República reconhece e assegura aos cidadãos.
>
> (...)
>
> A Carta Federal, ao proclamar os direitos e deveres individuais e coletivos, no art. 5º, enunciou preceitos básicos, cuja compreensão é essencial à caracterização da ordem democrática como um regime do poder visível, ou, na lição expressiva de Bobbio, como um modelo ideal do governo público em público.

O art. 37 da Constituição brasileira, ao declarar os princípios fundamentais para a Administração Pública, destaca o da publicidade de seus respectivos atos. Vem muito a propósito, nessa passagem, a lição do pranteado mestre Geraldo Ataliba acerca do princípio republicano que está inserido na obra *República e Constituição*. Não há prerrogativas majestáticas. O chefe do Executivo não manda no povo. É, pelo contrário, seu mandatário para obedecer às leis. Seu poder não vem da divindade nem de outra fonte que não o mandato popular. Seus poderes são limitados e as prerrogativas e atribuições que recebe da Carta Constitucional são estabelecidas em benefício de suas funções, jamais para proveito outro que não o público, definido na Constituição e nas leis. De maneira que o controle de todos os atos executivos é o mais amplo, e assim deve ser entendido contra toda pretensão de interpretar-se as competências do Presidente da República como amplas ou irrestritas só pela consideração de seu caráter político. Embora essa tendência venha prevalecendo, é preciso que contra ela se pugne, porque, na verdade, essa tendência interpretativa é uma expressão da rebeldia contra o princípio republicano; é nítida manifestação de preconceitos favorecedores do Executivo, absolutamente incompatíveis com os princípios constitucionais fundamentais, claramente estampados nos nossos sucessivos textos constitucionais.

Regime republicano é regime de responsabilidade. Os agentes públicos respondem pelos seus atos. Todos são, assim, responsáveis.

A responsabilidade é a contrapartida dos Poderes em que, em razão da representação da soberania popular, são investidos os mandatários.

É lógico corolário da situação de administradores, *lato sensu*, ou seja, de gestores de coisa alheia. (...) Se a coisa pública pertence ao povo, perante este todos os seus gestores devem responder.

São muito fecundas as considerações a esse respeito desenvolvidas por Thomas Jefferson, o terceiro Presidente dos Estados Unidos.

Se uma Nação espera ser ignorante e livre num estado de civilização, espera o que jamais existiu e existirá. Os funcionários de todo o Governo têm propensão para dominar, à vontade, a liberdade e a propriedade de seus constituintes. Para estas, não há depósito seguro senão nas mãos do próprio povo, nem poderão estar seguras sem informações. Onde a imprensa é livre e todo homem sabe ler, tudo estará em segurança.

Srªs e Srs. Senadores, os juristas e o Poder Judiciário têm salientado, de modo invariável, que é pela livre circulação de notícias, pelo acesso às fontes, pela publicidade irrestrita dos atos do Governo, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de discussão, reunião e associação que se assegura a fiscalização sobre os governantes e, conseqüentemente, viabiliza-se sua responsabilização. (...) Parece efetivamente inútil pensar-se em república representativa onde o povo não tem a possibilidade de saber das coisas de governo. E a imprensa é o instrumento de tal conhecimento. Por isso, a liberdade de imprensa é pedra angular do regime.

Sr. Presidente, está havendo a deturpação dolosa da Constituição e da legislação em geral.

Tornou-se rotineiro o hábito de o Governo tentar justificar erros, desvios e até mesmo atos criminosos pelos seus mais credenciados agentes da deturpação dolosa de princípios e regras constitucionais e das leis em geral.

Um dos exemplos é a leitura desvirtuada do texto que ressalva o acesso de todos às informações junto aos órgãos públicos, quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Constituição Federal, art. 5º, XXXIII). A propósito, a Lei nº 11.111/05, que regulamenta o dispositivo acima citado, declara que o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral "será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". É elementar que as despesas de caráter personalíssimo, como aquisição de roupas, alimentos, bebidas, etc., nada têm a ver com a segurança da sociedade e muito menos do Estado.

Essa exegese de conveniência, essa interpretação de oportunismo merece reprovação pública. É oportuno lembrar a máxima de Stevenson, notável político norte-americano, um dos líderes do Partido Democrata e embaixador dos Estados Unidos na ONU: "Aqueles que corrompem a opinião pública são tão funestos como aqueles que roubam as finanças públicas".

O Ministro da Justiça fez uma afirmação insuportável.

E, para coroar esse festival de audácia verbal e prepotência administrativa – que ignora princípios elementares da Ética Política –, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, com o objetivo de justificar os métodos surrealistas de investigação da Polícia Federal , ou seja, a apuração de quem vazou a notícia da existência do dossiê sem se preocupar com quem o organizou, chegou ao extremo da permissividade ao afirmar que montar dossiês contra adversários políticos não só é necessário como também é correto. Ou seja, praticamente admitiu que o Governo fez, sim, o dossiê, mas nada tem a ver com a sua divulgação.

A entrevista foi concedida ao jornal *Correio Braziliense*, edição de 11 do mês de abril, e reproduzida pela revista *Veja*, sob o título: "Fazer dossiê não é crime?", nos seguintes termos: *"Fazer relatórios, organizar dossiês de natureza política, coletar dados, fazer anotações para uso do administrador, nada disso é um tipo penal".*

É elementar que o Governo e seus agentes podem ser responsabilizados por atos ilegais e abusivos não somente quando caracterizem crimes. Essa é a leitura do art. 37 da Constituição Federal ao estabelecer que a administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

A Lei nº 1.079, de 1950, art. 7º, § 5º, prevê como crime contra a probidade da administração o "proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo".

Também constitui crime de responsabilidade "servir-se de autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua".

Também não pode ser desconhecida do Ministro da Justiça a existência da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), cujo art. 11 assim dispõe:

> "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições e, notadamente:
>
> I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência."

Vou concluir, Sr. Presidente, falando da dignidade da política e a realidade do poder.

Comentando a Política sob a perspectiva antiga e moderna, o mestre Fábio Konder Comparato observa com a sensibilidade e a competência intelectual que o consagraram como um dos melhores pensadores brasileiros:

> "Na concepção dos filósofos gregos, a sociedade política é a mais abrangente dos grupos sociais, porque ela organiza todos eles numa relação de estável convivência, garantindo-lhes as condições necessárias para que possam conservar-se e realizar cada qual o seu objetivo próprio. Quando isso não ocorre, o vínculo político se desfaz e as dissensões podem explodir em guerra civil."

Sr. Presidente, Sr. Senador Epitácio Cafeteira, essa foi a melhor forma que encontrei de homenagear o querido Deputado Ricardo Izar pelo seu comportamento ético durante toda sua trajetória política.

A leitura desse discurso que traz conhecimentos de natureza jurídica em função da consultoria que nos ofereceu o Professor René Dotti e sua equipe de advogados tem, sim, muita similitude com o que pensava Ricardo Izar.

É por esta razão que, ao encaminhar o requerimento do Senador Epitácio Cafeteira, fiz questão de, escolhendo exatamente este momento, fazer a leitura deste discurso para registrar, nos Anais da Casa, para registrar, nos Anais do Senado Federal, este preito de homenagem saudosa ao Deputado Ricardo Izard.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência do tempo que me proporcionou.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

O ABUSO DOS CARTÕES CORPORATIVOS E A QUEBRA DA AUTORIDADE MORAL

Um fato político de extremo relevo institucional vem repercutindo na imprensa e na opinião pública há mais de dois meses como desdobramento dos gastos ilegais através de cartões corporativos utilizados por ministros e funcionários do governo em despesas pessoais. Cumprindo seu dever parlamentar e o seu compromisso com a nação, a oposição articulou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com fundamento no parágrafo 3º do art. 58 da Constituição.

A RESISTÊNCIA DO GOVERNO À APURAÇÃO DO FATO

Como expediente para frustrar, antecipadamente, a investigação regular que poderia chegar às despesas pessoais do Presidente da República e de seus familiares, articulou-se uma autêntica *operação de guerra* tendo à frente a Secretaria de Comunicação Social, que pediu aos 37 ministérios e principais repartições da administração direta que encontrem prestações de contas antigas, personagens, relatórios de fiscalização - com o respectivo "comprovante de saneamento" do erro, quando for constatada irregularidade -, além de estatísticas dos valores desembolsados desde 1998.

A idéia foi desconstruir o discurso de adversários do PSDB e do DEM de que o governo Lula teria organizado uma cadeia de comando para promover a *farra* dos cartões corporativos. Com a identificação dos ordenadores de despesas, por exemplo, o Planalto quer mostrar que os responsáveis pela

fiscalização dos gastos não integram a lista dos afilhados políticos: muitos são funcionários de carreira e trabalharam em outros governos. No *e-mail* enviado aos ministérios, com uma relação de 13 perguntas, a SECOM pede ajuda para localizar "personagens, documentos, cenários e estatísticas". Quando solicita a identificação do "gestor", ressalva: "De preferência, alguém que estava na função antes da instituição do cartão." O objetivo é rastrear a movimentação de dinheiro no governo FHC, já que o cartão corporativo foi criado somente em 2001. Antes, os gastos eram feitos apenas por intermédio da conta tipo B, com operações em cheque ou dinheiro vivo. A conta tipo B existe até hoje, mas é usada em menor escala. "**Vamos fazer uma CPI, colocar tudo sobre a mesa e debater com a oposição**", diz o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. "Os dados quantitativos indicam que nossas despesas são a metade das realizadas até 2002, mas talvez a CPI consiga até contribuir com soluções para melhorar a qualidade do gasto."

A SECOM também pediu aos ministérios que enviem informações sobre o perfil médio dos ecônomos (portadores dos cartões) e dos fiscais, incluindo tempo de serviço.

A CRONOLOGIA DA CRISE

09/02 - Publicada na coluna do Cláudio Humberto notícia sobre a elaboração de um dossiê com "extravagâncias" do governo FHC;

15/02 – Nota na *Folha de S.Paulo* segundo a qual "o governo armazenava dados sobre gastos na gestão FHC. Dizia também que um ministro tucano costumava passar os fins de semana no Rio de Janeiro e que sua fatura incluía a hospedagem em um hotel de luxo. A nota terminava reproduzindo a

declaração de um líder do governo no Congresso, mantido sob anonimato. 'Se abrir esse baú, a Matilde (ex-ministra que perdeu o cargo por fazer compras em um *free shop* com o cartão do governo) vira uma freira franciscana.' ";

16/02 – Ed. 2048, da revista Veja, com data de 20/02/2008, mas disponibilizada na INTERNET em 16/02/2008, noticiava: "Em uma reunião na presidência do Senado, Roseana Sarney, líder do governo no Congresso, foi explícita ao revelar que um motorista à disposição do ex-presidente Fernando Henrique teria gastado 45.000 reais com o cartão corporativo do governo em apenas um mês. Instada a provar o que dizia, a senadora revelou ter obtido a informação no Palácio do Planalto. Não foi só ela. **Os recados, em tom de ameaça, foram transmitidos também pelo senador Romero Jucá. Ele garantiu que o governo dispõe de informações sobre gastos do ex-presidente FHC com vinhos caros, comidas finas, fraldas, óculos e até detalhes sobre a contratação supostamente irregular de uma chef de cozinha. As informações constam de um levantamento feito pela Casa Civil em que estão listados cerca de sessenta itens classificados como "despesas exóticas" do gabinete do presidente no governo passado.** Esta notícia não foi desmentida;

19/02 – O jornal O *Estado de S.Paulo* noticia que o governo já mobilizava os Ministérios para preparar um dossiê com gastos do governo FHC;

20/02 – A imprensa noticia que a Ministra Dilma Roussef, em jantar com empresários em São Paulo, avisou que o governo estava produzindo **um levantamento de informações dos gastos feitos no período FHC** e avisava: "Não vamos apanhar quietos". Esta notícia não foi desmentida;

19/3 – Em depoimento à CPMI dos cartões, o ministro do Planejamento **insinuou** que as irregularidades com os gastos das chamadas contas B, antecessoras do cartão corporativo e existentes até hoje, podem ser mais graves do que o ocorrido com a ferramenta investigada pela atual CPI mista do Congresso.

- **Na hora que começarmos a mexer com Conta B, vamos encontrar coisas muito maiores - disse Paulo Bernardo.**

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), **Jorge Hage**, foi na mesma direção que o colega:

- **Como seremos solicitados a prestar informações, já estamos levantando os gastos com conta B desde 1998, aí iremos muito além da tapioca - afirmou.**

Na opinião de Bernardo, apesar de falhas nos mecanismos de fiscalização, os cartões representam um avanço no controle dos gastos do governo. Ele ressaltou que o mesmo não ocorre nas chamadas contas tipo B.

- Ninguém sabe quanto se saca em caixa com contas tipo B. Conta B é transparência zero, não sabemos. Não existe sistema onde isso esteja compilado. O cartão está em processo de transparência – disse;

21/03 – A revista Veja, Ed. 2053 de 26/03/2006 revela a existência do dossiê elaborado na Casa Civil;

22/03 – A Casa Civil divulga nota na qual ameaça processar a *Veja* pela divulgação de dados considerados sigilosos e afirma que a revista "mente" e "manipula" informações. A nota da Casa Civil nega a existência de um dossiê contra a oposição, afirma que o trabalho feito atende determinação do TCU e que abriria uma sindicância para apurar o vazamento;

24/03 – O TCU afirma **que não pediu** informações sobre a base de dados do Planalto. O ministro da Justiça, Tarso Genro, insistiu: "Não existe dossiê. O que existe é um trabalho que está sendo feito pela Casa Civil, a pedido do TCU e na expectativa da CPI, para oferecer dados que podem ser requisitados pela CPI";

28/03 – Reportagem da *Folha de S.Paulo* afirma que a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Alves Guerra, montou o dossiê. A Casa Civil divulga nota na qual abandona a tese de que fez um levantamento dos dados a pedido do TCU. Afirma que as informações foram pinçados de uma base de dados que está sendo digitada. Nega que Erenice tenha mandado fazer o dossiê;

30/03 – O jornal *Folha de S.Paulo* revela que a ordem para elaborar o dossiê partiu da secretária-executiva da Casa Cilvil, Erenice Alves Guerra;

31/03 – Reportagem de *O Globo* mostra que nos últimos dois anos a ministra Dilma Rousseff enviou subordinados ao TCU com pedidos de manutenção de sigilo absoluto sobre as despesas do presidente Lula e familiares pagas com cartão de crédito governamental;

04/04 – A *Folha de S.Paulo* exibe cópia de arquivo extraído dos computadores da Casa Civil demonstrando que o dossiê saiu pronto do Palácio do Planalto, afastando a hipótese de adulteração da base de dados do governo;

04/04 – Em entrevista coletiva para tentar explicar a denúncia da *Folha de S.Paulo*, a ministra Dilma **não consegue desmentir a reportagem**. Ao afirmar

que os computadores da Casa Civil podem ter sido "invadidos", afirma que solicitou informações ao ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), órgão ligado à própria Casa Civil, e não à Polícia Federal, embora afirme que houve crime de vazamento de informação. Ao questionar o motivo de se fazer um dossiê com informações que são públicas, admitiu que as que se referem à ex-primeira dama são sigilosas;

- **06/04** – Matéria da *Folha de S.Paulo* (Marta Salomon) comenta com propriedade a entrevista coletiva da ministra Dilma: **"...Os mais de 40 minutos de fala da chefe da Casa Civil não afastaram, porém, as contradições do caso do dossiê, que já obrigaram o Planalto a recuar de versões apresentadas antes"**.

• • •

"...Cópia de arquivo Excel da base de dados da Casa Civil, a que a Folha teve acesso, mostra que os relatórios do governo tucano foram criados na tarde de 11 de fevereiro, exatamente às 15h28. O arquivo também registra a data em que foi feita a cópia, extraída diretamente dos computadores da Presidência: 18 de fevereiro."

• • •

Este é um resumo, Senhoras e Senhores Senadores, da evolução dos fatos registrados pela imprensa.

A GROSSEIRA SONEGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Durante os dias mais críticos para a credibilidade do Governo surgiram as fantasiosas versões para tentar explicar essa modalidade terrorista de impedir que o Poder Legislativo cumpra a missão de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, "os atos do Poder Executivo", como dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, ao tratar das atividades de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49).

Em seu prestigiado *Curso de Direito Constitucional*, o mestre **JOSÉ AFONSO DA SILVA** observa que apesar de o Congresso Nacional ser, usualmente, órgão legislativo, "**suas atribuições não se resumem na competência para elaborar leis. Exerce outras de relevante importância**"[1].

E o Ministro **GILMAR MANDES**, com a autoridade institucional de presidente eleito do Supremo Tribunal Federal, em obra de notável repercussão na comunidade jurídica, salienta: "**É típico do regime republicano que o povo, titular da soberania, busque saber como os seus mandatários gerem a riqueza do País**".[2] "**O parlamentar, além disso, deve conhecer a realidade do País, a que lhe cabe conferir conformação jurídica. O Congresso Nacional, por isso, também investiga fatos, perscruta como as leis que edita estão sendo aplicadas e busca assenhorear-se do que acontece na área da sua competência. Faz tudo isso com vistas a desempenhar, com maior precisão, as suas funções deliberativas**"[3].

---

[1] SILVA, José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 520. Destaques nossos.

[2] MENDES, Gilmar Ferreira Mendes; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 810. Destaques nossos.

[3] MENDES, Gilmar Ferreira Mendes; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007. pp. 811. Destaques nossos.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MENTIRA

A mentira foi institucionalizada para sonegar as informações que a Casa Civil tinha o dever de prestar, como uma das exigências elementares do Estado de Direito Democrático. A compulsão pela mentira oficializada para tentar remediar situações que revelam abuso de poder, atos de corrupção e desvios éticos, lembra períodos sombrios da queda do Império Romano. JUVENAL (60-140), célebre poeta que se tornou imortal pelas *Sátiras* cheias de energia e de indignação contra os vícios de Roma e que se tornaram um monumento da literatura latina, disse muito bem o que cabe para certos setores do governo do PT:

"Que hei de fazer em Roma? Não sei mentir".
Quid Romae faciam? Mentiri nescio.

A CIDADIANIA E O DIREITO À INFORMAÇÃO

Entre os **fundamentos** da República Federativa do Brasil, declarados no primeiro artigo da Constituição, está a **cidadania**, ao lado da soberania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.

A propósito, a Constituição de Portugal, ao regular os direitos, as liberdades e as garantias de participação política, estabelece que "**todos os cidadãos têm o direito de ser esclarecidos objectivamente sobre actos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos**" (art. 48º, 2). Este notável princípio é recepcionado pela nossa *lei fundamental*, como se verifica pelo parágrafo 2º do art. 5º: "**Os direitos e garantias expressos nesta**

Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte".

O nosso sistema jurídico consagra, especificamente, **o direito à informação** sobre os assuntos de **natureza pública**. É a Constituição, através do artigo 5º, inciso XXXIII (trinta e três), que declara:

> "XXXIII – **todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral,** que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.**"
>
> "**Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
> **Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos** ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

OS NOVOS EUFEMISMOS SOCIAIS
E A NOVILÍNGUA PARA ILUDIR O POVO

A versão oficial pretende mascarar a realidade ao criar esse novo eufemismo que já circula no dicionário popular. O chamado *banco de dados* é o novo sinônimo de *dossiê*. Na lúcida crítica da jornalista DORA KRAMER, este é o mais recente verbete incorporado ao manual de adaptação do idioma às

circunstâncias. O dicionário paralelo já consagrou "**recursos não contabilizados**" para designar *caixa 2*, segundo a versão de Delúbio Soares, e "**imprecisão terminológica**" para significar mentira, na inesquecível interpretação de Antonio Palocci.

Sob outro aspecto, a tentativa de mascarar a natureza da investigação retroativa com a designação de "banco de dados", caracteriza a reedição de um capítulo da obra clássica do imortal autor inglês, George Orwell, *1984*, chamado de novilíngua. A **novilíngua** era o idioma fictício criado pelo governo hiper-autoritário na aludida obra e era desenvolvida não pela criação de novas palavras mas pela "condensação" e "remoção" delas ou de alguns de seus sentidos, com o objetivo de restringir o escopo do pensamento. Uma vez que as pessoas não pudessem se referir a algo, isso passaria a não existir. Assim, por meio do controle sobre a linguagem o governo seria capaz de controlar o pensamento das pessoas, impedindo que idéias indesejáveis viessem a surgir.

A DIVULGAÇÃO DO DOSSIÊ E A ARBITRÁRIA ACUSAÇÃO

Apesar de minhas garantias institucionais fui acusado de omissão pela Senadora Ideli Salvati, lider do PT nesta Casa, porque deveria revelar o nome de pessoa da qual obtive cópia do famigerado dossiê. Ignora, ou finge ignorar a nobre Senadora, a existência de um princípio básico para a liberdade parlamentar e que está expresso em dois claros dispositivos da Constituição. Faço a leitura:

> "**Art. 5º (...)**
> XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, **quando necessário ao exercício profissional**;"

• • •

"**Art. 53.** Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
(...)
§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações."

• • •

O ilustre Senador Eduardo Suplicy, quando da votação da Emenda Constitucional nº 35/2001, , afirmou com toda razão:

"Ressalto que esse parágrafo constitui um dispositivo muito importante para os diversos momentos em que realizamos nossos trabalhos de fiscalizar, ouvir as pessoas e executar os procedimentos de apuração. Eu próprio tive a experiência de verificar por que esse dispositivo é tão fundamental, visto que **já estava expresso na Constituição e está aqui reafirmado**. Considero-o muito significativo. Sr. Presidente, faço um paralelo. Há ocasiões em que, por sermos Parlamentares, Senadores, representantes do povo – digo isso com experiência própria –, as pessoas vêm a nós e confiam-nos informações, por vezes confissões de fatos graves. **Em determinadas situações, vivemos uma situação semelhante à do sacerdote que ouve uma confissão e tem a responsabilidade de guardar a informação, se for a vontade da pessoa que a forneceu. Graças a esse dispositivo, podemos ouvir de um cidadão que ocorreu uma situação grave que ele resolveu informar ao Senador, porque deposita nele inteira confiança**. Neste ano, tive a oportunidade de viver uma situação como essa. Graças a esse dispositivo, senti que poderia ter a responsabilidade de guardar aquela informação para ajudar aquela pessoa dando-lhe a chance de se desenvolver, de melhor a si próprio e reconhecer que houve um fato grave por ele cometido".[4]

---

[4] Senador Eduardo Suplicy, Diário do Senado Federal, 19 de dezembro de 2001, página 31811. Destaques nossos.

E o SUPREMO TRIBUAL FEDERAL reconhece este princípio do art. 53, § 6º, no mesmo sentido:

> "**Finalidade da proteção constitucional**: STF – 'Protegeu-se, com essa cláusula de garantia, o direito do congressista ao sigilo da fonte de informações, desobrigando-o de indicar a quem transmitiu ou de quem recebeu elementos de informação' (STF – Inquérito nº 1.504/DF – Rel. Min. Celso de Mello. *Informativo STF*, nº 153). **No mesmo sentido**: STF – 'Cabe destacar, neste ponto, que a vigente Carta da República, ao delinear o estatuto constitucional dos congressistas, a estes assegurou, enquanto testemunhas, o direito de não serem obrigados a depor sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhe confiaram ou deles receberam informações' (STF – Pleno – Inquérito nº 1.628-4/DF – Medida liminar – Rel Min. Celso de Mello, *Diário da Justiça*, Seção I, 16 maio 2000, p. 13)"[5].

OS GASTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SÃO DE INEQUÍVOCA NATUREZA PÚBLICA

A respeito dos gastos pessoais do Presidente da República, que o Governo procurou rotular de despesas inerentes à segurança do Estado e, portanto, suscetíveis de permanecer em sigilo, nada melhor que a aula de Direito Constitucional e de Ética na Administração que nos foi dada pela decisão liminar do Ministro CELSO DE MELLO ao despachar o Mandado de Segurança nº 27.141, requerido pelo Senador ARTHUR VIRGÍLIO, para ter acesso às informações sobre os gastos do Gabinete do Presidente da República.

---

[5] MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 1042.

É essencial a leitura dos seguintes fundamentos:

"A GESTÃO REPUBLICANA DO PODER E A PUBLICIDADE DOS ATOS GOVERNAMENTAIS: UMA EXIGÊNCIA IMPOSTA PELA ORDEM DEMOCRÁTICA E PELO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA.

O tema ora veiculado nesta sede mandamental – alegada violação ao princípio constitucional da publicidade – reveste-se de indiscutível relevo jurídico, em face do que dispõe a própria Constituição da República. Tenho salientado, em decisões proferidas no Supremo Tribunal Federal, que **um dos vetores básicos que regem a gestão republicana do poder traduz-se no princípio constitucional da publicidade, que impõe transparência às atividades governamentais e aos atos de qualquer agente público, inclusive daqueles que exercem ou exerceram a Presidência da República. No Estado Democrático de Direito, não se pode privilegiar o mistério, porque a supressão do regime visível de governo compromete a própria legitimidade material do exercício do poder.** A Constituição republicana de 1988 dessacralizou o segredo e expôs todos os agentes públicos a processos de fiscalização social, qualquer que seja o âmbito institucional (Legislativo, Executivo ou Judiciário) em que eles atuem ou tenham atuado. **Ninguém está acima da Constituição e das leis da República. Todos, sem exceção, são responsáveis perante a coletividade, notadamente quando se tratar da efetivação de gastos que envolvam e afetem a despesa pública**. Esta é uma incontornável exigência de caráter ético-jurídico imposta pelo postulado da moralidade administrativa. Sabemos todos que o cidadão tem o direito de exigir que o Estado seja dirigido por administradores íntegros, por legisladores probos e por juízes incorruptíveis, que desempenhem as suas funções com total respeito aos postulados ético-jurídicos que condicionam o exercício legítimo da atividade pública. O direito ao governo honesto – nunca é demasiado reconhecê-lo - traduz uma prerrogativa insuprimível da cidadania. O sistema democrático e o modelo republicano não admitem - nem podem tolerar - a existência de regimes de governo sem a correspondente noção de fiscalização e de responsabilidade. **Nenhum membro de qualquer instituição da República, por isso mesmo, pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance do controle fiscalizador da coletividade e dos órgãos estatais dele incumbidos**. A imputação, a qualquer agente estatal, de atos que importem em transgressão às leis revela-se fato que assume, perante

o corpo de cidadãos, a maior gravidade, a exigir, por isso mesmo, por efeito de imposição ética emanada de um dos dogmas essenciais da República, a plena apuração e o esclarecimento da verdade, tanto mais se se considerar que o Parlamento recebeu, dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes dos demais Poderes. Não se poderá jamais ignorar que o princípio republicano consagra o dogma de que todos os agentes públicos – legisladores, magistrados e administradores – são responsáveis perante a lei e a Constituição, devendo expor-se, plenamente, às conseqüências que derivem de eventuais comportamentos ilícitos. A submissão de todos à supremacia da Constituição e aos princípios que derivam da ética republicana representa o fator essencial de preservação da ordem democrática, por cuja integridade devemos todos velar, enquanto legisladores, enquanto magistrados ou enquanto membros do Poder Executivo. Não foi por outro motivo que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao analisar a extensão do princípio da moralidade – que domina e abrange todas as instâncias de poder -, proclamou que esse postulado, enquanto valor constitucional revestido de caráter ético-jurídico, condiciona a legitimidade e a validade de quaisquer atos estatais:

'A atividade estatal, qualquer que seja o domínio institucional de sua incidência, está necessariamente subordinada à observância de parâmetros ético-jurídicos que se refletem na consagração constitucional do princípio da moralidade administrativa. Esse postulado fundamental, que rege a atuação do Poder Público, confere substância e dá expressão a uma pauta de valores éticos sobre os quais se funda a ordem positiva do Estado. O princípio constitucional da moralidade administrativa, ao impor limitações ao exercício do poder estatal, legitima o controle jurisdicional de todos os atos do Poder Público que transgridam os valores éticos que devem pautar o comportamento dos agentes e órgãos governamentais.' (RTJ 182/525-526, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno).

É importante salientar, neste ponto, que o modelo de governo instaurado em nosso País, em 1964, mostrou-se fortemente estimulado pelo 'perigoso fascínio do absoluto' (Pe. JOSEPH COMBLIN, 'A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América Latina', p. 225, 3ª ed., 1980, trad. de A. Veiga Fialho, Civilização Brasileira), pois privilegiou e cultivou o sigilo, transformando-o em 'praxis' governamental institucionalizada, ofendendo, frontalmente, desse modo, o princípio democrático.

Ao assim proceder, esse regime autoritário, que prevaleceu no Brasil durante largo período (1964-1985), apoiou a condução e a direção dos

> negócios de Estado em concepção teórica – de que resultou a formulação da doutrina de segurança nacional – que deu suporte a um sistema claramente inconvivente com a prática das liberdades públicas.
> Desprezou-se, desse modo, como convém a regimes autocráticos, a advertência feita por NORBERTO BOBBIO, cuja lição magistral sobre o tema ('O Futuro da Democracia', 1986, Paz e Terra) assinala – com especial ênfase – não haver, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério.
> Não constitui demasia rememorar, neste ponto, na linha da decisão que o Plenário do Supremo Tribunal Federal proferiu no julgamento do MI 284/DF, Rel. p/ o acórdão Min. CELSO DE MELLO (RTJ 139/712-732), que **o novo estatuto político brasileiro - que rejeita o poder que oculta e que não tolera o poder que se oculta - consagrou a publicidade dos atos e das atividades estatais como valor constitucional a ser observado, inscrevendo-a, em face de sua alta significação, na declaração de direitos e garantias fundamentais que a Constituição da República reconhece e assegura aos cidadãos.**
> Na realidade, os estatutos do poder, numa República fundada em bases democráticas, como o Brasil, não podem privilegiar o mistério, porque a supressão do regime visível de governo - que tem, na transparência, a condição de legitimidade de seus próprios atos - sempre coincide com os tempos sombrios em que declinam as liberdades e os direitos dos cidadãos. A Carta Federal, ao proclamar os direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º), enunciou preceitos básicos, cuja compreensão é essencial à **caracterização da ordem democrática como um regime do poder visível, ou, na lição expressiva de BOBBIO ('op. cit.', p. 86), como 'um modelo ideal do governo público em público'**.[6]

O artigo 37 da Constituição brasileira, ao declarar os princípios fundamentais para a Administração Pública destaca o da **publicidade** de seus respectivos atos. Vem muito a propósito, nessa passagem, a lição do pranteado mestre **GERALDO ATALIBA**, acerca do princípio republicano que está inserido na obra *República e Constituição* "Não há prerrogativas majestáticas. O chefe do Executivo não manda no povo. É, pelo contrário, seu mandatário,

---

[6] STF, Despacho Monocrático, Ministro Celso de Mello, DJ. 27/02/2008. Destaques nossos.

para obedecer às leis. Seu poder não vem da Divindade, nem de outra fonte que não o mandato popular. **Seus poderes são limitados e as prerrogativas e atribuições que recebe da Carta Constitucional são estabelecidas em benefício de suas funções, jamais para proveito outro que não o público**, definido na Constituição e nas leis." (p. 55). "De maneira que o controle de todos os atos executivos é o mais amplo, e assim deve ser entendido, contra toda pretensão de interpretar-se as competências do presidente da república como amplas ou irrestritas só pela consideração de seu caráter político. Embora essa tendência venha prevalecendo, é preciso que contra ela se pugne, porque, na verdade, essa tendência interpretativa é uma expressão de rebeldia contra o princípio republicano; é nítida manifestação de preconceitos favorecedores do Executivo, absolutamente incompatíveis com os princípios constitucionais fundamentais, claramente estampados nos nossos sucessivos textos constitucionais." (p. 64).

"**Regime republicano é regime de responsabilidade.** Os agentes públicos respondem pelos seus atos. Todos são, assim, responsáveis." (p. 65).

"**A responsabilidade é a contrapartida dos poderes em que, em razão da representação da soberania popular, são investidos os mandatários.** É lógico corolário da situação de administradores, *lato sensu*, ou seja, **gestores de coisa alheia**. (...) **Se a coisa pública pertence ao povo, perante este todos os seus gestores devem responder.**" (p. 66).

São muito fecundas as considerações, a esse respeito, desenvolvidas por TOMAS JEFFERSON (1743-1826), o terceiro Presidente dos Estados Unidos: "Se uma nação espera ser ignorante e livre num estado de civilização, espera o que jamais existiu e existirá. **Os funcionários de todo governo têm propensão para dominar, à vontade, a liberdade e a propriedade de seus constituintes.**

Para estas, não há depósito seguro senão nas mãos do próprio povo, nem poderão estar seguras sem informações. Onde a imprensa é livre e todo homem sabe ler, tudo estará em segurança" (*Escritos Políticos*, Ibrasa, p. 88).

SENHORAS E SENHORES SENADORES:

Os juristas e o Poder Judiciário têm salientado, de modo invariável , que é pela livre circulação de notícias, pelo acesso às fontes, pela publicidade irrestrita dos atos do governo, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de discussão, reunião e associação, que se assegura a fiscalização sobre os governantes, e, conseqüentemente, viabiliza-se sua responsabilização. (...) Parece efetivamente inútil pensar-se em república representativa onde o povo não tenha possibilidade de saber das coisas de governo. E a imprensa é o instrumento de tal conhecimento. Por isso, a liberdade de imprensa é pedra angular do regime.

A DETURPAÇÃO DOLOSA DA CONSTITUIÇÃO

E DA LEGISLAÇÃO EM GERAL

Tornou-se rotineiro o hábito do Governo tentar justificar erros, desvios e até mesmo atos criminosos pelos seus mais credenciados agentes da deturpação dolosa de princípios e regras constitucionais e das leis em geral.

Um dos exemplos é a leitura desvirtuada do texto que ressalva o acesso de todos às informações junto aos órgãos públicos, quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Constituição Federal, art. 5º, XXXIII). A propósito, a Lei nº 11.111/05, que regulamenta o dispositivo

acima citado, declara que o acesso aos documentos públicos de interesse particular ou de interesse coletivo ou geral "**será ressalvado exclusivamente nas hipóteses em que o sigilo permaneça imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**". É elementar que as despesas de caráter personalíssimo, como a aquisição de roupas, alimentos, bebidas, etc., nada têm a ver com a segurança da sociedade e muito menos do Estado.

Essa exegese de conveniência, essa interpretação do oportunismo, merece reprovação pública. É oportuno lembrar a máxima de ADLAI STEVENSON (1900-1965), notável político norte-americano, um dos líderes do Partido Democrata e embaixador dos Estados Unidos na ONU:

"**Aqueles que corrompem a opinião pública são tão funestos como aqueles que roubam as finanças públicas**".

A INSUPORTÁVEL AFIRMAÇÃO DO MINISTRO DA JUSTIÇA

E, para coroar esse festival de audácia verbal e prepotência administrativa – que ignora princípios elementares da Ética Política -, o ministro da Justiça, Tarso Genro, com o objetivo de justificar os métodos surrealistas de investigação da Polícia Federal, ou seja, a apuração de quem vazou a notícia da existência do dossiê sem se preocupar com quem o organizou, chegou ao extremo da permissividade ao afirmar que montar dossiês contra adversários políticos não só é necessário como também é correto. Ou seja, praticamente admitiu que o Governo fez, sim, o dossiê, mas nada tem a ver com a sua divulgação. A entrevista foi concedida ao jornal

Correio Braziliense, edição de 11 do corrente mês e reproduzida pela revista *Veja*, sob o título "*Fazer dossiê não é crime?*", nos seguintes termos: "**Fazer relatórios, organizar dossiês de natureza política, coletar dados, fazer anotações para uso do administrador, nada disso é um tipo penal**".

É elementar que o Governo e seus agentes podem ser responsabilizados por atos ilegais e abusivos não somente quando caracterizem crimes. Essa é a leitura do art. 37 da Constituição Federal ao estabelecer que a administração púbica, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "obedecerá aos princípios da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, publicidade e eficiência".

A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, através do artigo 7º, parágrafo 5, prevê como crime contra a probidade da administração, o "**proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo**" (art. 9º, nº 7). Também constitui **crime de responsabilidade** "servir-se de autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, ou tolerar que essas autoridades o pratiquem sem repressão sua" .

Também não pode ser desconhecida do ministro da Justiça a existência da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), cujo artigo 11 assim dispõe:

> "Constitui ato de **improbidade administrativa** que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de **honestidade**, imparcialidade, legalidade, e **lealdade às instituições**, e notadamente:
> I - **praticar ato visando fim proibido em lei** ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;"

A DIGNIDADE DA POLÍTICA E A REALIDADE DO PODER

Comentando a Política sob a perspectiva antiga e moderna, o mestre FÁBIO KONDER COMPARATO observa com a sensibilidade e a competência intelectual que o consagraram como um dos melhores pensadores brasileiros:

"Na concepção dos filósofos gregos, a sociedade política é o mais abrangente dos grupos sociais, porque ela organiza todos eles numa relação de estável convivência, garantindo-lhes as condições necessárias para que possam conservar-se e realizar cada qual o seu objetivo próprio. QUANDO ISSO NÃO OCORRE, O VÍNCULO POLÍTICO SE DESFAZ E AS DISSENSÕES PODEM EXPLODIR EM GUERRA CIVIL"

(*ÉTICA – Direito, moral e religião no mundo moderno*, São Paulo: Companhia das Letras2006, p.584). (Os destaques em negrito e versais são meus).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tem a palavra o Senador Epitácio Cafeteira, autor do requerimento.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, num gesto de respeito a um colega que faleceu, embora fosse da Câmara, mas do meu Partido, eu encaminhei este requerimento. Mas não havia nenhum desejo de fazer política, somente de prestar a ele uma homenagem. E, aqui, eu vi o nobre Senador Alvaro Dias falar tanto de ética, da utilização de métodos espúrios para se fazer política, mas fez isso exatamente, usando métodos que ele anunciava que era contra.

Peço a V. Exª que examine os que encaminharam. No encaminhamento, qual é o tempo? Aqui, não houve tempo. Falou-se o que queria porque se desejava atingir o Governo. Não era essa a homenagem a Ricardo Izar, que era um homem ético. Foi um homem correto e jamais concordaria que se homenageasse o seu nome com uma coisa indigna.

Por isso, peço a V. Exª que examine o que extrapola o encaminhamento do requerimento, para que eu possa sentir-me bem, tendo feito este requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra, pelo art. 14, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu sempre devotei o maior respeito ao Senador Epitácio Cafeteira, meu amigo há tantos anos, desde a Câmara dos Deputados. Confesso que não compreendo esse seu gesto inusitado, já que o que fiz foi realmente prestar uma homenagem. Cada um presta homenagem da forma que melhor lhe aprouver. Entendi que essa era a melhor forma de homenagem, pela conduta de Ricardo Izar à frente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Certamente, a melhor homenagem que deseja o povo brasileiro se preste sempre a todas as figuras humanas que desaparecem do cenário nacional é a homenagem do trabalho. Imaginei estar trabalhando ao proferir esse pronunciamento, que tive a intenção de registrar nos Anais do Senado Federal, pela sua importância. Sou um modesto Senador. Assumo com humildade as minhas limitações, mas considero este talvez o mais importante discurso que pronunciei neste ano. E o fiz exatamente, calculadamente, neste momento, em homenagem ao Deputado Ricardo Izar.

Peço a compreensão do Senador Epitácio Cafeteira, mas, se não a tiver, paciência, porque eu o fiz exatamente com a tranqüilidade de consciência que sempre me sustenta em todas as minhas atividades.

Quanto ao tempo utilizado, não há como restringir tempo para alguns e não restringir para outros. Tem sido essa a prática na condução dos trabalhos, inclusive quando eu estou presidindo, Senador Mão Santa, até porque tem prevalecido sobre as normas regimentais o bom senso, mesmo porque este Regimento está superado. Este Regimento apresenta, inclusive, normas inconstitucionais. Precisa ser modernizado. Já há estudos para a sua atualização. Certamente, depois da atualização deste Regimento, todos nós deveremos assumir o compromisso de respeitá-lo de forma inteira.

Sinceramente, Senador Epitácio Cafeteira, preservo o respeito e a estima que tenho por V. Exª. Peço a V. Exª que respeite a minha liberdade de exercitar na plenitude o meu mandato e de utilizar um instrumento de que dispomos, principalmente nós, os oposicionistas, pois, se não utilizarmos a tribuna como ferramenta política, o que fazemos no Congresso Nacional? Obviamente, todos os espaços disponíveis devem ser utilizados.

Agradeço a V. Exª pela compreensão e conto com ela.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Requerimento nº 516,d e 2008,...

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a sua palavra, vamos encerrar a sessão.

Pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar, requeremos, nos termos do art. 218, combinado com o art. 220 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

– inserção em Ata de Voto de Profundo Pesar;

– apresentação de condolências à família;

– apresentação de condolências à Câmara dos Deputados;

– apresentação de condolências ao Estado de São Paulo; e

– levantamento da Sessão.

Este documento é um requerimento de solicitação do Senador Epitácio Cafeteira, a quem passo a palavra por sua solicitação para encerrarmos o encaminhamento da votação.

O Senador Eduardo Suplicy solicita a palavra. Peço a S. Exª, sem nenhum tipo de discriminação, brevidade no seu encaminhamento, para levantarmos a sessão, se for aprovado o requerimento de S. Exªs.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui citado nominalmente pelo Senador Alvaro Dias.

Fomos companheiros no velho MDB, na Câmara dos Deputados, e, atualmente, somos colegas neste Senado, mas, honestamente, honestamente – e repito, honestamente –, não seria em homenagem a um homem como Ricardo Izar que se devia fazer política. Não é ético, não é ético. E repito quantas vezes...

Esse pronunciamento feito pelo Senador Alvaro Dias estava preparado há muito tempo. Não foi feito depois da morte de Ricardo Izar. Pelo contrário, foi preparado, e, hoje, fosse qual fosse o assunto do Senado, o Senador Alvaro Dias iria fazê-lo, para desabafar o que queria. Ele devia respeitar a imagem e o nome de Ricardo Izar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senador Eduardo Suplicy é o último inscrito para encaminhar a votação do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero solidarizar-me com o requerimento do Senador Epitácio Cafeteira, do PTB, de homenagem e pesar pelo falecimento do Deputado Ricardo Izar.

Ele foi Vereador de 1964 a 1967, em São Paulo, pelo PL; de 1971 a 1975, Deputado Estadual; foi Deputado Estadual de 1975 a 1979 pela Arena; de 1979 a 1983, fomos colegas na Assembléia Legislativa de São Paulo; de 1983 a 1987, ele foi Deputado Estadual e eu fui Deputado Federal. Posteriormente, ele foi Deputado Federal Constituinte, de1987 a 1991. Em 1986, como eu havia sido candidato ao governo e não fui eleito governador ou para o Congresso, então, nesse período não fomos colegas, mas, a partir de 1990, fui candidato ao Senado e reeleito por três vezes. Ele foi eleito Deputado Federal e, desde então, reeleito por seis mandatos. Fomos colegas, a partir de 1991, no Congresso Nacional.

Houve diversas ocasiões em que tivemos posições bastante diferentes, especialmente ao tempo em que ele estava na Arena e eu no MDB; depois, eu no Partido dos Trabalhadores e ele em outros partidos. Por exemplo, houve ocasiões em que ele, na Arena, como Deputado Estadual, apoiava o Governo Paulo Maluf e eu era de oposição, mas em anos mais recentes, aqui no Congresso Nacional, dialogamos. Mesmo quando tivemos opiniões divergentes, sempre tivemos um diálogo do mais alto nível. Recordo-me muito dos debates que tivemos em inúmeras emissoras de televisão, como na TV Gazeta, no programa de Maria Lídia, e na TV Bandeirantes. Em todos os debates, logo após as eleições, muitas vezes dialogamos.

Quero registrar o respeito que sempre tive por ele, que era um respeito mútuo. Nos seus seis anos de mandato, ele soube honrar e dignificar o povo de São Paulo, que o elegeu para a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

Quero externar à Srª Marisa, ao seu filho Ricardo, à sua filha, a toda a sua família e aos companheiros do PTB o meu sentimento de profundo pesar e a minha homenagem a Ricardo Izar, que soube dignificar, durante os seus mandatos, o povo do Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sei que cheguei muito atrasado, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Os últimos serão os primeiros, está no Livro de Deus.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tive a sorte de chegar aqui, Sr. Presidente, a tempo de trazer meu abraço à família do Izar. Eu era seu amigo. Nós dois somos descendentes de libaneses, e ele era o presidente da entidade dos Parlamentares ligados ao mundo árabe. Nessas condições, convivi muito com o Izar em São Paulo, em várias reuniões, inclusive quando o Primeiro Ministro do Líbano esteve aqui – nós o homenageamos pouco tempo antes do seu assassinato.

Eu tinha no Izar um grande amigo e era dele um grande admirador. Principalmente sendo ele Presidente do Conselho de Ética, falamo-nos por várias vezes. Por várias vezes, ele me procurou, e conversamos. Ele tinha a preocupação de acertar, de levar a contento o trabalho no Conselho de Ética, para que não caísse no ridículo. No início, parecia difícil, parecia quase impossível. Havia um movimento, muito mais do que agora, no sentido de não se permitir que as coisas viessem à tona, pois havia o envolvimento de uma série enorme de Parlamentares e de Ministros de Estado. Ele, com isenção, com seriedade, sem paixão, mas com alta responsabilidade e competência, conseguiu levar adiante seu trabalho, conseguiu fazer com que aquele Conselho de Ética, tão divido – como, agora, as Comissões Parlamentares de Inquérito –, chegasse a um ponto comum em que resultados surpreendentemente importantes foram conseguidos.

À frente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, ele virou uma das páginas mais importantes e mais respeitáveis do Parlamento brasileiro. Conduzindo-a com isenção, atingiu Ministros como o Chefe da Casa Civil, Parlamentares, Líderes de vários Partidos, dirigentes dos mais importantes, mas que tinham o que dever. Ele a levou adiante e, realmente, conseguiu um feito importante.

O Izar era um homem de alma boa, de espírito bom. Era um homem que buscava o bem e, com as pessoas, buscava o entendimento. Por isso, eu via nele uma pessoa realmente preocupada com a busca do bem comum.

Levo à sua família, à sua memória, uma homenagem muito profunda, muito séria. Ele viveu, honrou seu mandato. Deus o chamou exatamente logo após ele prestar, talvez, o serviço mais bonito e a página mais significativa da história dele e da história do Congresso Nacional.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Pedro Simon, V. Exª lembra dos episódios em que o Deputado Ricardo Izar presidiu – aliás, também os Senadores Epitácio Cafeteira e Alvaro Dias aqui relembraram – o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. V. Exª ressalta isso, e acho que é importante aqui salientarmos que a Câmara dos Deputados, durante esse tempo em que o Deputado Ricardo Izar presidiu aquele Conselho, passou por um dos momentos de maior dificuldade. Sou testemunha de como o Deputado Ricardo Izar tinha uma relação de muita cordialidade e de respeito com todos os membros da Câmara dos Deputados. V. Exª também é testemunha disso, porque ele interagiu muito conosco, os membros do Congresso Nacional, Senadores e Deputados federais. Poderíamos ter, em alguns momentos, divergências com ele sobre propósitos e candidaturas, assim por diante, mas presidir o Conselho de Ética nesses últimos três anos ou quatro anos significou algo de extraordinária responsabilidade, de tensão pessoal certamente muito intensa. É possível até que isso tenha colaborado para mexer com a aorta do Deputado Ricardo Izar. Mas é importante ressaltar que ele procurou agir com isenção, com ética, mesmo que amigos seus fossem avaliados ali, pessoas dos mais diversos Partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores. Então, é importante que se faça essa homenagem, como V. Exª faz, ressaltando o papel por ele desempenhado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, faço questão de salientar que assisti pela TV Câmara a todos os debates do Conselho de Ética naquele momento. Confesso, Senador Eduardo Suplicy, que ouvi os debates mais sensacionais deste Parlamento. No debate do então Chefe da Casa Civil com o então Presidente do PTB, Deputado Jefferson, as vezes em que o Jefferson falou e as vezes em que o outro falou foram qualquer coisa de fantástico! Eles foram realmente notáveis pela competência, pelo brilho, pela lucidez. Aliás, estava o Conselho de Ética e todas as Lideranças da Câmara e do Senado ali presentes.

A categoria com que ele presidiu o Conselho de Ética, a capacidade com que ele o dirigiu, a firmeza com que ele o presidiu e o respeito que todos tinham por ele compõem uma página cuja cópia sua família deve pedir à TV Câmara, para guardar em homenagem a ele. Tão grande foi essa presença dele, que ele foi reeleito agora, embora o Governo e o PMDB tenham posto um candidato do PT para disputar com ele. Havia a intenção de derrubá-lo, mas o bom senso da Câmara e o entendimento acima de partido por parte da Câmara fizeram com que ele ficasse. Ele deveria ficar, porque a presença dele significaria a continuidade da forma com que ele presidiu o Conselho de Ética.

Isso foi muito importante, porque, por esta ou por aquela razão, na Câmara e no Senado, há um espírito diferente, um espírito de que tal cargo deve ser nosso, qual seja o de Presidente do Conselho de Ética ou o de Presidente de CPI ou o de Relator. Há uma disputa permanente. E quiseram fazer isso no Conselho de Ética. Foi um raro momento em que, no espírito da Casa, as Lideranças disseram: "Não, ele deve ficar. Ele deve ficar por que ele está acima de partido; na hora mais difícil, ele presidiu com dignidade. Deve continuar". E foi reeleito.

Senadora Rosalba Ciarlini, V. Exª deseja me apartear ou irá falar depois?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Irei falar depois, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador, V. Exª está com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Exª, Sr. Presidente, e quero crer que meu querido amigo Senador Epitácio Cafeteira haverá de compreender que, embora seu requerimento seja aprovado, quero votar e não poderia deixar de falar sobre meu grande amigo Deputado Ricardo Izar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Lembro que estamos no encaminhamento do Requerimento nº 516, do Senador Epitácio Cafeteira, relativo às homenagens póstumas ao Deputado Federal Ricardo Izar, entre as quais está o levantamento da presente sessão.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu também não poderia deixar de prestar minha homenagem ao Deputado Ricardo Izar neste momento de sua partida e minha solidariedade não somente aos seus familiares, mas ao povo brasileiro, porque perdemos um grande homem, um homem que lutou pela ética e pela moral nas questões públicas e na política e que merece, de todos nós, o respeito e o reconhecimento.

Então, eu também gostaria de votar o requerimento, encaminhando pelo voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

Neste momento, em homenagem ao Deputado Federal Ricardo Izar, encerrarei a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).*

(Sobrestando a pauta a partir de: 09.05.2008)

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam

Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

lator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que *acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 349, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

18

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

19

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

20

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fical das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

21

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003(nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator "ad hoc": Senador Rodolpho Tourinho.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de*

fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina "Rodovia Ministro Alfredo Nasser" a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

51

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

52

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

53

REQUERIMENTO Nº 882, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta, *solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.*

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

54

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

55

REQUERIMENTO Nº 1072, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro "A era da turbulência: aventuras em um mundo novo".*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

56

REQUERIMENTO Nº 1176, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

57

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

58

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

59

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

60

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

61

REQUERIMENTO Nº 1.496, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.496, de 2007, do Senador Edison Lobão, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Competência privativa ao Executivo dos Estados e do DF para outorga da delegação para o exercício da atividade notarial e de registro).*

62

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

63

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

64

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

65

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

66

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

67

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

68

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

69

REQUERIMENTO Nº 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

70

REQUERIMENTO Nº 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

71

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

72

REQUERIMENTO Nº 385, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 385, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.(Regionalização da programação de rádio e TV)*

73

REQUERIMENTO Nº 417, DE 2008
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão

de Diretos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

74

REQUERIMENTO Nº 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

75

REQUERIMENTO Nº 423, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 2008, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática).*

76

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura (Política Nacional de Abastecimento).*

77

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 475, de 2008, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (Política Nacional de Abastecimento).*

78

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 494, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais).*

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO MISTA ESPECIAL – "MUDANÇAS CLIMÁTICAS"

Ata da 33ª Reunião, realizada em 26 de fevereiro de 2008

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião de 2008, da Comissão Mista Especial "MUDANÇAS CLIMÁTICAS", criada pelo Ato nº. 01, de 2007, "destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil", realizada em 26 de fevereiro de 2008, terça-feira, às quinze horas, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à Apreciação de requerimentos

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado **Eduardo Gomes** (PSDB-TO) – **Presidente**

Senador **Renato Casagrande** (PSB-ES) – **Relator**

Senador **Cícero Lucena** (PSDB/PB)

Senador **Eduardo Azeredo** (PSDB-MG)

Senador **Magno Malta** (PR-ES)

Deputado **Dr. Adilson Soares** (PR-RJ)

Deputado **Fernando Ferro** (Bloco PT-PE)

Deputado **Augusto Carvalho** (PPS-DF)

Deputado **Rodrigo Rollemberg** (Bloco PSB-DF)

Deputado **Rocha Loures** (Bloco PMDB-PR) – Suplente

Deputado **Paulo Teixeira** (PT-SP) – Suplente

Deputado **Ilderlei Cordeiro** (PPS-AC) – Suplente

Deputado **Fernando Gabeira** (PV-RJ) – Suplente

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 33ª reunião da Comissão Mista Especial criada através do ato conjunto nº. 001/2007, do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta desta reunião é administrativa e destina-se à apreciação de requerimentos. No momento, nós temos aqui, antes da chegada dos parlamentares, o Deputado Rocha Loures, como relator ad hoc, quero informar aos parlamentares que essa Presidência manteve contato com a assessoria da Comissão para que fossem tomadas todas as providências com vistas a cumprir o que foi determinado e votado na última reunião do ano passado, quando a Comissão teve a sua proposta de prorrogação, por seis meses, aprovada no Plenário do Congresso Nacional, por unanimidade, e aguardando a publicação do Relatório do primeiro ano de atividades e promovendo a discussão entre os parlamentares para a análise da agenda para o primeiro semestre de 2008. Há impedimento regimental para que a Comissão sofra uma nova prorrogação, portanto, dentre os desafios que esta Comissão precisa enfrentar, no ano de 2008, estão os de dar prosseguimento a algumas áreas que não tiveram, por força do tempo e das condições, a atenção necessária, promover a discussão entre os líderes partidários da Câmara e do Senado com o intuito de fazer da Comissão Mista de mudanças climáticas uma Comissão Mista permanente, com sistema de rodízio de participação dos partidos e dos parlamentares e dar clara conseqüência à nossa intenção de dar prosseguimento e objetividade aos projetos que tramitam na Casa e que tratam desse tema.

Para isso eu vou passar a palavra nesse momento, antes da análise dos requerimentos, ao Deputado Rocha Loures, ao passo em que cumprimento o Senador Cícero Lucena pela organização do evento da GOB sob sua informação e da Senadora Serys, do Senador Renato, Deputado Augusto Carvalho, pelo brilhante evento e também registrando que seria importante o relato do Senador Cícero Lucena sobre este importante encontro que contou com a presença do Presidente da República, de parlamentares de diversos países e que essa Comissão esteve muito bem representada pelo Senador Cícero Lucena e pelos Deputados que lá estiveram. Passo a palavra ao Deputado Rocha Loures, uma breve comunicação, e em seguida para o Senador Cícero Lucena.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Obrigado, Sr. Presidente Eduardo Gomes. Nós temos nove requerimentos para serem examinados, uma programação que se pretende concluída esteja em 17 de junho, segundo a informação que o Presidente Eduardo Gomes transmite a esta Comissão, portanto estes requerimentos aprovados vão constar na tentativa de calendário proposta para que a votação do Relatório final aconteça no dia 17 de junho, onde lá estará, então construído, constituído o marco legal brasileiro com relação à mudança climática. Dito isso, eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, sem antes cumprimentando também o nosso nobre Relator, Senador Casagrande, que vai naturalmente nos conduzir no bom caminho, Deputado Paulo Teixeira. Obrigado a V.Exª., e passo a palavra a V.Exª.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Cícero Lucena, uma breve comunicação. Nosso relator já está presente. Com a palavra V.Exª.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Eduardo, demais Senadores e Deputados presentes, eu só registrar que considero que a semana passada foi um marco importante para o Brasil com o encontro dos parlamentares do G8 mais cinco. Foi a primeira vez que esse grupo de parlamentares se reuniu fora do G8 dando uma demonstração clara da importância que o Brasil ocupa em um tema de tão alta relevância hoje e de preocupação no mundo inteiro. E o Brasil nós tivemos a felicidade de termos aqui o grupo que vem participando do G8 mais cinco, com a coordenação da Senadora Serys Slhessarenko, do Senador também Casagrande, além da minha participação, do Deputado Augusto Carvalho, do Deputado Antônio Palocci, além dos Deputados que se fizeram presentes, a exemplo aqui do nosso Deputado, também da Rebeca e demais companheiros que lá se fizeram presentes.

Acho que a preocupação levantada nesse encontro é fundamental para que a gente possa avançar cada vez mais, integrando a função, a atribuição dos parlamentos no sentido de que possam, não só proporcionar o debate e a discussão, mas mais do que isso também colaborar com os governantes para que a gente amplie a necessidade da conscientização da população em relação à questão do aquecimento global. Infelizmente eu estou com um compromisso e vou ter que me retirar, mas nada melhor do que aprofundar o retal desse encontro com o Senador Casagrande, que inclusive também participou inclusive como coordenador de um dos encontros. Então eu peço licença para me retirar, mas tenho certeza que o Senador fará uma bela explanação sobre o que foi debatido aqui nesse encontro e o que também ficou estabelecido nos próximos passos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena. Passo a palavra ao Senador Renato Casagrande, relator desta Comissão, e também um dos organizadores do encontro da GOB.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhores Parlamentares, primeiro a alegria de estarmos retomando formalmente os trabalhos da Comissão Mista. Nós concluímos uma fase da Comissão em dezembro do ano passado, aprovamos um Relatório, aprovamos numa Sessão do Congresso a continuidade da Comissão por mais seis meses, então... Então nós... É difícil ver alguém do partido Verde assim meio nervoso! Então nós definimos que vamos funcionar a Comissão até julho, está certo? Até julho e efetivamente nós definimos que teríamos, Sr. Presidente, nesses seis meses, um objetivo principal. Deixa só o Gabeira... Eu quero que o Gabeira ouça. Então, nós definimos, Gabeira, agora você está mais tranqüilo, nós definimos que nestes seis meses, de agora, não são seis meses mais, mas de agora até julho nós especialmente, prioritariamente nós tentaríamos implementar as decisões tomadas com base no Relatório. Porque senão a gente... O trabalho não tem fim.

Nós temos que definir, acho, com muita... De forma muito exata quais são as audiências que nós vamos fazer. Se nós vamos fazer. O que falta. Para a gente não transformar a Comissão sempre só em Audiências Públicas. Da gente não conseguir implementar aquilo que a gente decidiu implementar. Então nós temos que ir ao Ministro da Ciência e Tecnologia, nós temos que ir ao Ministro do meio ambiente para tratar dos assuntos definidos, nós temos que acompanhar com os Governadores algumas ações dos Governadores, nós temos... Nós temos algumas ações operacionais, nós temos que definir e fazer com que os projetos de interesses nossos sejam votados no Congresso. Então nós temos que gastar um pouco do nosso tempo nesta articulação. Então assim, nós temos aqui, vocês vão receber ou já receberam uma relação de Audiências Públicas pendentes do ano passado. Gostaria, se o Presidente concordar, que a gente pudesse, nos próximos dias, receber assim o que é que os membros da Comissão acham assim essencial a gente fazer. O que é que é fundamental?

Sei que o Paulo Teixeira quer fazer uma Audiência Pública sobre construções sustentáveis. Ele quer fazer uma gestão sobre isso. Ele acha que isso é prioritário para o nosso trabalho. Então o que é que vocês acham que é prioritário? Porque nós não podemos fazer Audiência Pública toda semana, nós vamos ficar só cuidando de Audiência Pública, a nossa equipe não tem condições de tratar da agenda operacional, de ir ao Ministério, de ir às entidades, de cuidar daquilo que a gente decidiu como prioridades, elaborar projetos, tratar com o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado aquilo que é importante. Então gostaria de a gente pudesse definir até semana que vem, então... Interna, aí o Presidente poderia coordenar isso, o que é que nós vamos fazer nesses seis meses de Audiência Pública? Eu espero que a gente faça pouca coisa e a Comissão, por determinação do Presidente, a assessoria da Comissão, com base no nosso Relatório, defina quais são os nossos trabalhos operacionais, uma agenda operacional daqui para frente para que a gente possa de fato fazer as coisas se concretizarem e não ficarmos só no debate aqui na Comissão. Então eu queria colocar essa proposta de encaminhamento, nós já temos dois requerimentos, o Presidente vai colocá-los em pauta, ainda não sei quais são os temas, mas que na gente pudesse pedir aos membros da Comissão que nós não voltássemos só ao debate e sim pudéssemos operacionalizar as coisas aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Eu quero em primeiro lugar concordar plenamente com o Senador Renato Casagrande e fazer algumas observações também. Primeiro, com relação às audiências, as que houveram no ano passado e que compõem o primeiro Relatório, o Relatório geral, vão quase todas na mesma linha. Então foi importante identificar e motivar nos Estados um debate sobre mudanças climáticas e principalmente tentar sensibilizar o Congresso Nacional para uma agenda nesse sentido. E isso nos deixou com o ganho do Relatório e uma agenda Legislativa a ser cumprida a partir de um ano de equilíbrio no funcionamento Legislativo no Congresso.

A Presidência do Senado, depois da sua renovação, e a Presidência da Câmara, já que a Câmara sofre mudança de ano a ano da Presidência das Comissões, uma nova Presidência de Comissão Permanente na Câmara para acompanhar a tramitação dos projetos. Agora, quero observar também que os últimos acontecimentos fomentam uma posição desta Comissão com relação a determinados avisos que curiosamente constam do Relatório e das audiências que foram realizadas no ano de 2007. Não é nova a polêmica sobre as informações e números com relação ao desmatamento na Amazônia. A Comissão chamou atenção, de certa forma houve uma postura, digamos assim, displicente por parte do poder executivo com relação a informações concretas e essa polêmica está instalada, faz parte de um debate interno do Governo e sociedade muito grande, mas esta Comissão chamou atenção disso há oito meses atrás.

Então concordando com aquilo que o Senador Renato Casagrande falou com relação a diminuir o número de audiências, ou de selecionar, ou de criar um novo perfil de audiências, porque o parlamentar que solicita a audiência num Estado para tratar de um tema específico ele pode, como membro da Comissão, num período da semana em que facilita a ele esse acesso, ele pode realizar esta audiência com a sociedade lá, o caso que está ocorrendo aqui no Amazonas, com a presença dos parlamentares que quiserem ir por sua conta a essa audiência, mas não com naquele perfil de identificação que a Comissão fez no ano passado. E aí sim a Comissão pode realizar uma série de eventos, mas com esse perfil, não mais mobilizando toda a Comissão porque realmente a Comissão perde o foco e perde o seu principal, um dos seus principais objetivos que é convencer o Congresso Nacional de que é necessária uma Comissão Mista permanente com os seus membros renovados a cada dois anos para tratar do tema, que eu acho que é a herança que esta Comissão pode deixar no trâmite Legislativo dessas matérias.

E com relação ao acompanhamento, nós podemos decidir, o Deputado Paulo Teixeira fez uma solicitação de mérito com relação ao debate sobre fontes renováveis de energia, construções sustentáveis, e pode muito bem tocar esse projeto aqui porque no Relatório de 2007 a Comissão aponta algumas iniciativas legislativas que podem ser reforçadas por essa atuação. Mas com, repito, um perfil diferente, com autonomia aos membros de Comissão para esses eventos sem paralisar os trabalhos da Comissão como um todo. Então eu concordo, Senador, queria colocar os dois requerimentos da Deputada Rebecca Garcia em votação, um Requerimento, o de número 55 requer a realização de Audiência Pública para discussão das questões referentes a certificação e ao pagamento dos créditos de carbono no Brasil e o outro Requerimento de nº. 54, requer a realização de Audiência Pública para avaliação das temáticas debatidas no fórum internacional de mudanças climáticas entre os legisladores, G8 mais cinco. Em discussão. Deputado Fernando Gabeira. Ah... Ta. Então, em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Aprovado. Nesse momento eu passo a palavra ao Deputado Fernando Gabeira que também tem um Requerimento que a assessoria está tentando localizar para colocar em votação ainda nesta sessão.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Na verdade, Sr. Presidente, nós enviamos a essa Comissão um Requerimento no dia 14 desse mês, pedindo uma Audiência Pública sobre algo que está muito ligado ao aquecimento global, que é a questão do desmatamento.

Os números da Amazônia foram números reconhecidos pelo Governo, uma vez que o Governo fez já a sua... Já está iniciando a sua operação de combate ao desmatamento. Mas seria interessante, por duas razões, que a Comissão tratasse do assunto. Evidentemente que as coisas que se referirem a Constituição, então serão muito importantes, mas elas, no meu entender, estão no campo da mitigação, ou da adaptação da sociedade ao aquecimento.

Existe uma área de debate também tão importante que é a área da redução das emissões. Então na área da redução das emissões o foco é realmente a redução do desmatamento. E nós estamos vivendo um momento muito especial porque estamos sem comissões na Câmara. As comissões na Câmara só vão se instalar depois que os partidos resolverem quem serão os Presidentes e os Presidentes forem eleitos. E houve um hiato na sociedade, eu digo um hiato do ponto de vista da participação parlamentar.

Houve um problema, o Governo tomou as iniciativas, continua tomando as iniciativas, mas o Parlamento não disse nada e nem perguntou nesse período. Então, uma Audiência Pública que pelo menos equacionasse os principais contornos do desmatamento, hoje, na Amazônia, que avaliasse o plano que o Governo e inclusive, se a própria Comissão pudesse mandar um ou dois representantes para acompanhar in loco a operação do Governo, porque é uma operação complexa. Vai dar tiro, vai ter problemas, e tal e eu acho que a gente não pode deixar o Governo sozinho também nessa situação. Tem que ter um respaldo do Parlamento. Então nós temos que ver...

A minha discussão é exatamente isso. Qual é a tática que a Comissão vai adotar no sentido de entrar na questão do desmatamento até as comissões da Câmara se instalarem e começarem a cuidar normalmente disso? Mas, nesse ato, eu acho que a nossa Comissão é aquela Comissão que está com a cabeça em condições de contribuir. Por isso que eu...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Deputado Fernando Gabeira. Apenas para garantir, Deputado Paulo Teixeira, logo em seguida passo a palavra a V.Exª., vou colocar em votação o Requerimento de nº. 56 do Deputado Fernando Gabeira que requer a realização de Audiência Pública para discutirmos sobre o aumento dos índices de desmatamento na Floresta Amazônica e as ações que o Governo irá adotar para combatê-lo. Em discussão. Os senhores parlamentares que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado. E há uma concordância também do Relator com relação à designação de membros dessa Comissão para essa... Para acompanhar essa operação do Governo com a

observação dos tiros e tudo, quem tiver disposição de... Eu passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sr. Presidente, apenas para inicialmente cumprimentá-los. Quero fazê-lo em nome do Senador Renato Casagrande, com quem tive a oportunidade de conviver seis dias intensos na Antártida, no começo desse ano, também quero cumprimentar V.Exª., e cumprimento o Deputado Rodrigo Rocha Loures. Sr. Presidente, inicialmente eu queria saudar as iniciativas governamentais que foram tomadas em relação à Amazônia. Me parece que é uma medida que pretende tratar a questão em bloco e isso é muito importante, embora é o início de uma operação que nós tenhamos que acompanhar.

Eu concordo com o Deputado Fernando Gabeira, inclusive de ter uma Comissão, porém, eu tenho uma questão que eu queria aduzir a essa preocupação que é o problema do cerrado brasileiro. Quer dizer, como a vegetação da Amazônia é uma vegetação nobre, a tendência no Brasil é também secundarizar o problema do cerrado brasileiro e parece que o cerrado brasileiro está aceleradamente sendo desmatado. Então eu gostaria de consultar se é possível tratar essa questão, ou na proposta que o Deputado Gabeira fez, ou em uma outra, tendo em vista que o cerrado vive uma acelerada devastação que é para alimentar as carvoarias em alguns Estados brasileiros. Então, essa é uma questão que eu queria colocar aqui juntamente com a questão do Deputado Gabeira.

Em segundo lugar, dizer o seguinte. A questão das fontes renováveis de energia, elas dizem respeito à substituição das fontes fósseis. Portanto... E o Relatório, ele foi muito feliz, foi muito detalhado. Agora, o que está acontecendo no Brasil é que o Brasil tem um impasse sobre a ampliação dessas fontes renováveis. Então o nosso pedido é para fazer um aprofundamento nesse diálogo para ver quais são os obstáculos para a produção de energia eólica, da biomassa, energia solar, de bio digestores. Quer dizer, há um impasse e que não está conseguindo ser resolvido. Então essa Comissão poderia ter esse papel de promover esse diálogo, Governo, Bancos, empresários, na área eólica, solar... Então essa é a segunda proposta.

E terceiro, dizer para o Senador Casagrande que gostaria e para o Deputado Eduardo Gomes até semana que vem oferecer a sugestão de programa que eu já tinha prometido entregar, ainda não fiz, sobre construções sustentáveis e aí os senhores dizerem onde é melhor acontecer esse seminário, se aqui em Brasília, se em Vitória, no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, terra do Senador Azeredo, qualquer outra capital. Pernambuco está aqui o Deputado Ferro, etc. Então sugerir aqui que a gente tocasse na questão do cerrado, dois, aprofundasse a temática das fontes renováveis para sair do impasse e eu entrego o programa na próxima semana.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Deputado, passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero apenas reforçar a preocupação do Deputado Paulo Teixeira com a questão do cerrado. O cerrado realmente as vezes fica esquecido e é uma região que sofre talvez um desmatamento muito mais acelerado que a Amazônia. Então a preocupação deve ser também com o cerrado. E com relação à questão da energia renovável, semana passada nós participamos do encontro discutindo a questão da energia eólica, em particular, e eu estive com o Embaixador do Chile dentro do grupo parlamentar Brasil-Chile e ele vai nos encaminhar a Legislação do Chile que é mais avançada nessa questão. Que a gente, talvez a gente tenha que fazer alguma modificação legal aqui para poder acelerar a utilização das energias renováveis.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo. Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Bom, eu só queria concordar. Eu não tenho nenhuma... Não há nenhum inconveniente que se discute o cerrado também. A única coisa que foi mencionada aqui, e quero dizer já que é um caminho, que é essa questão do carvão vegetal.

Eu estou, junto com outros companheiros, a partir de audiências, preparamos um projeto proibindo o uso do carvão vegetal a não ser aquele produzido de forma sustentável e dando um *face out* de mais ou menos cinco anos as empresas para elas se adaptarem. Depois eu vou trazer o projeto para a Comissão, porque ele interessa também ao nosso trabalho. Vai precisar também de muito apoio, apesar de que até os produtores de ferro, de Minas e os produtores de aço, todos, em tese, concordaram desde que o Governo soubesse e pudesse também estimular a produção sustentável. Talvez dez. Eles estão aí, estamos aí no *face out,* mas o Governo teria também que ter uma série de estímulos para a produção sustentável. E sobre a questão da energia renovável, nós colocamos aqui a cerca de quatro anos, cinco anos, uma parte da Legislação alemã que exatamente previa que o Governo compraria, garantiria o preço para a produção dessa energia que é realmente o pulo do gato, você garantir o preço e garantir a compra dessa energia. Mas há muito que discutir também, nós estamos aí prontos para avançar nessa Legislação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Obrigado, Deputado Gabeira. Vou passar a palavra ao Relator, antes também registrando na especificidade de cada parlamentar, e essa nova dinâmica desse segundo ano de funcionamento da Comissão a questão da proposta de efetivação da Comissão como Comissão Mista Permanente com os membros renováveis a todo, renovando os membros a todo ano, como a Comissão Mista de Orçamento, mas o acompanhamento das propostas legislativas do Relatório e aí a idéia que surgiu de que alguns parlamentares da Comissão acompanhassem determinadas áreas. E foi sugerido o nome do Deputado Rodrigo Rollemberg para acompanhar a questão do trâmite Legislativo desses projetos, até pelo perfil e por ser um parlamentar que representa Brasília no Congresso Nacional e tem uma dinâmica de tempo diferenciada dos outros parlamentares. Então V.Exª. foi sorteado em candidatura única para essa função.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF): Muito honrado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Passo a palavra ao Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu compreendo que esse tema do desmatamento ilegal é um tema prioritário para nós. Já aprovamos o Requerimento do Deputado Fernando Gabeira e a audiência, para ela ter uma... Um encaixe com a conjuntura, seria ideal que nós a fizéssemos na semana que vem, está certo? Porque ele estaria encaixada no debate e na ação que s instituições estão fazendo lá no Estado do Pará. Então se nós pudéssemos fazer... Podemos dar duas opções para que a nossa equipe pudesse trabalhar, ou quarta ou quinta, ou quarta de tarde ou quinta de manhã cedo, para dar... Para ir... A gente faria o contato com o Ministério do Meio Ambiente, de Agricultura, Ministério de Ciência e Tecnologia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso. Poderíamos acrescentar aqui o Ministério da Justiça, e nessa Audiência Pública nós verificaríamos a viabilidade de ir uma Comissão lá ou não. Vamos lá. Mas vamos lá pra quê? Como? Se a gente tem que organizar com as instituições que estão lá. Preparados, porque senão a gente vai lá e daqui a pouquinho a Comissão está sendo criticada por ter ido a uma viagem sem prestar nenhum serviço efetivo à sociedade. Então a gente poderia nesse debate verificarmos a necessidade. Se a nossa presença lá é uma presença que daria apoio à atividade que está sendo desenvolvida lá. Então vamos tentar fazer na semana que vem essa Audiência Pública, ou quarta à tarde ou quinta de manhã, porque aí a gente já estaria com uma Comissão...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Além do Ministério da Justiça que já foi acrescentado, alguém mais? Também sem querer... Sem querer a... Porque se você colocar muita gente também, você não aproveita nada da audiência. Entendeu?

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR):... O Deputado Gabeira, com relação, Deputado Gabeira, se na, quando se fala em Ministério da Ciência e Tecnologia, especificamente com relação ao INPE. Porque aí só deixaria vago, mas como o Relator propiciou o espaço, naturalmente me parece e parece que a V.Exª. também é esta a impressão, vamos chamar o INPE para fazer... Não é uma acareação, mas é um estímulo voluntário para que eles possam...

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Exatamente. Porque nessa questão houve muitos palpites e tal, mas eu prefiro ficar com a ciência, entende? Eu acho que o aspecto científico aí é fundamental para nos nortear.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está, mas então nós faríamos, além do Ministério o INPE?

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB-PR): Na realidade, eu acho que ou substituiríamos, aí é o Deputado Gabeira que é autor do requerimento que decide.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Pediria ao Ministério para mandar o INPE.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não. Eu quero entrar no debate, eu não terminei ainda não, Presidente. Mas se autorizar eu--

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Sugestões para ouvir. Por que não ouvir alguém que desmata legalmente a Amazônia também nesse processo? Se possível até que desmate ilegalmente que o próprio venha aqui falar, mas, por exemplo, eu estou provocando aqui. É porque eu nunca ouvi essas pessoas falarem. Alguém manuseia, alguém opera na área com isso. Alguém pode trazer a informação. Tanto uma empresa dessa... Uma empresa que opera legalmente esse processo pode vir para cá trazer informações porque é claro que no mundo da ilegalidade quem trabalha legal é prejudicado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Deputado Fernando Ferro, lá onde as instituições estão atuando, que tem uma associação das empresas madeireiras, lá tem se quiser, já que pode trazer no

mesmo dia, acho que vai ficar muita gente na mesma audiência, entendeu?

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Presidente, Relator, a idéia dele é interessante. A gente poderia desdobrá-la depois, talvez, ou numa época parecida, porque a Governadora do Pará deu uma entrevista muito significativa. Ele falou o seguinte: Olha, o Estado vai perder dois bilhões de receita se nós tivermos uma posição muito rígida nesse caso. Temos que ver como é que vai ser isso. Talvez o Estado do Pará já tenha o quadro de qual é a receita legal, o que é que pode ser, o que não pode ser. A Governadora do Estado lançou essa frase. Olha, podemos até fazer a operação. Eu estou fazendo. Mas vamos perder dois bilhões. De onde é que vem esse dinheiro?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu queria fazer uma sugestão, então, ao Deputado Fernando Ferro. Que se a gente pudesse fazer uma audiência para a gente conhecer quais as ações do Governo. E o senhor poderia preparar um Requerimento pra gente fazer uma audiência sobre os impactos dessa ação lá no estado, na região, na região norte. Pode chamar alguém do Governo do Pará, pode chamar essa associação das empresas madeireiras lá do Estado do Pará... Porque eles vem com uma noção que nos permite aqui fazer o confronto das idéias.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV-RJ): Isso permite também a mediação. Porque não está havendo mediação política nesse processo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, então assim, a sugestão é essa. A outra sugestão que eu coloco é essa, que na reunião com esses órgãos a gente decida se é viável a ida lá. Na região.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esses são os nossos russos, lembrando o Garrincha.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E como forma de encaminhamento, também, além dessa Audiência Pública, se nós tivermos condições de na semana que vem de fazer uma reunião administrativa, mesmo que não seja aqui nessa... Formalmente, pode ser no gabinete do Deputado Eduardo Gomes, no meu gabinete, onde desejar, pra gente poder com a equipe técnica, já apresentando uma proposta de trabalho pra gente, pra poder fazer o desdobramento para frente. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Senador Renato quer fazer algum comentário sobre a GLOB?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Presidente está tratando da questão da GLOB. A GLOB internacional é uma entidade com sede em Londres que reúne parlamentares dos oito países mais ricos e os cinco países em desenvolvimento. Já organizou, pelo menos assim que eu tenha participado, quem tem participado aqui, primeiro eu e Serys, depois foram incorporados outros parlamentares, os encontros do Deputado aqui de Brasília, o Augusto Carvalho, foi o Senador Cícero Lucena e o Deputado Palocci. Portanto o Palocci e os parlamentares que foram, tivemos um encontro no inicio do ano passado, em Washington, um encontro em Berlim e esse encontro de Brasília que foi um encontro extraordinário para discutir biocombustíveis e discutirmos florestas. Florestas e ecossistemas.

São dois temas principais desse debate. A reunião se dá geralmente antes daquele encontro do G8, dos chefes de Estado, que vai acontecer esse ano no início de julho no Japão, então a reunião da GLOB deve acontecer no final de junho no Japão, porque nós chegamos a algumas decisões dos legisladores e encaminhamos aos Presidentes desses países a esse fórum dos países mais ricos, mais os cinco países em desenvolvimento. Nós, no debate sobre florestas o Governo Brasileiro apresentou lá as suas ações de combate ao desmatamento, através da Ministra Marina Silva, teve um debate com as empresas que fazem o manejo florestal na Amazônia, que eu acho que são pessoas que poderão vir aqui apresentar um trabalho, que é teoricamente ou, entre aspas, ou aparentemente, lógico que depende de uma avaliação, tem manejo e manejo, tem manejo que a gente pode ter confiança, tem manejo que, na verdade, com o tempo vai destruindo a área florestal no decorrer do tempo de acordo com a quantidade de matéria-prima florestal retirada e a forma da retirada dessa matéria-prima. Então, tem acho que... Teve um debate com essas empresas, então debatemos muito a questão de desmatamento, florestas e desmatamento e debatemos muito a questão do biodiesel, do biocombustível. Tem ainda um preconceito... Tem uma preocupação. Eu acho que a palavra não é preconceito, é preocupação dos países desenvolvidos com relação a aonde... Ou qual a área que o Brasil vai disponibilizar para a cultura da cana-de-açúcar, para o dendê, para o pinhão manso, não sei o que... Então há uma preocupação com relação à área de alimentos, tem uma preocupação com relação à área de florestas, que acho que é uma preocupação boa para o Brasil, não é uma preocupação ruim.

Lógico que por trás dessa preocupação de muitos, está também a preocupação econômica com os interesses deles lá nos seus países. Também não tem ninguém achando que eles estão só com boa-fé, não. Tem a preocupação que eu acho que induz, empurra o Brasil a fazer um zoneamento, fazer de fato uma

política de ocupação do solo degradado, de área livre, mas também o Brasil tem que atuar politicamente porque tem interesses como teve da carne, como tem da carne, como tem de quem produz álcool com o milho nos Estados Unidos, que produz álcool com outros produtos na Europa. Então tem essa preocupação. Mas o debate se estendeu nesses dois pontos principais. Foi bom. Tivemos todos os países presentes, tivemos mais de cem parlamentares, o Paulo Teixeira esteve presente, Eduardo Gomes esteve presente, Cícero estava aqui, a Deputada Rebecca esteve presente, o Rodrigo esteve presente... Então foi uma boa atividade que a GLOB organizou aqui. O Presidente Lula esteve presente também no encontro, foi importante. E diversos Ministros.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Agradeço Senador Renato Casagrande. Solicito à assessoria que assim que definida a data da audiência e a confirmação dos convites, também faça o convite às entidades e instituições que acompanham o trabalho dessa Comissão desde o ano passado e peço também aos parlamentares que para essa, realmente para essa audiência na memória do funcionamento dessa Comissão no ano passado em diversas vezes a questão do desmatamento e do conflito de números foi citado nessa Comissão. Para que a gente faça um trabalho de preparação dessa audiência e nada mais havendo a tratar encerro a presente Sessão... Um instante, Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Apenas como foi tratado e nós não conseguimos desdobrar e decidir, essa questão das fontes renováveis de energia. Se V.Exª. entender, tem eu e o Deputado Rocha Loures, o Deputado Fernando Ferro, o Deputado Rodrigo Rollemberg, outro dia o Senador Cícero e o Senador Eduardo Azeredo nós tivemos uma conversa sobre isso. Então o que eu queria perguntar a V.Exª. é se a Comissão concordaria com esse desdobramento, eu posso, me proponho a ajudar nesse desdobramento chamando esses Deputados para, primeiro, um diálogo eólico, depois solar, depois da biomassa e transmitindo a V.Exª. e ao Relator, Deputado Casagrande, as datas convidando enfaticamente para participar desse diálogo. Então eu queria saber se essa Comissão nos delega essa tarefa de--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB-TO): Deputado Paulo Teixeira, há concordância plena com relação à sua iniciativa e também já havia conversado com alguns parlamentares e eu compreendo que nesta reunião administrativa que nós vamos fazer com o Relator na próxima semana, a gente já define data, a dinâmica do funcionamento do grupo e com relação a espaço de divulgação e o espaço que deve ter essa temática nos trabalhos da Comissão, isso aí é tranqüilo. Não há... É prioritário.

Então nada mais havendo a tratar, encerro a presente Sessão convocando outra Sessão para data que será definida pela assessoria com relação à presença dos agentes aqui da Audiência Pública, ou quarta ou quinta-feira próxima. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 15h40min. – Deputado **Eduardo Gomes,** Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO.

ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2008, realizada em 25 de março de 2008, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi instalada a Comissão, sendo eleito Presidente o Senador Magno Malta e Vice-Presidente o Senador Romeu Tuma, posteriormente foi designado relator o Senador Demóstenes Torres.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Paulo Paim (PT-RS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)
Cícero Lucena (PSDB-PB)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental declaro aberta a Reunião de Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo requerimento nº 200/2008, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Co-

missão, para tanto solicito à Secretaria, enquanto os Senadores se manifestam, que distribua as cédulas de votação.

Cedo, com muito prazer a Presidência ao Senador Romeu Tuma. É praxe o Senador... É praxe o Senador de maior idade e maior jovialidade também, assumir a Presidência. Senador Romeu Tuma, V.Exª. assuma.

Eu quero, inicialmente, dizer da importância dessa CPI. Aqui há dois Senadores que assinam todos os requerimentos de CPI, mas até agora têm evitado participar de CPIs; eu e o Senador Paulo Paim. Todos nós aqui assinamos todas, mas no meu caso e no caso do Senador Paulo Paim, nós temos evitado, até agora, participar de algumas CPIs, mas dessa nós fizemos de participar. Nós nos escalamos para participar e, acredito que os demais Senadores que aqui estão também, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Romeu Tuma, o requerente nem se fala, o Senador Magno Malta.

Entendemos, acredito que eu posso dizer, em nome de todos os Senadores aqui, que essa CPI terá como um dos seus papéis, se transformar numa vitrine daqueles que, pelos crimes que praticam nesse âmbito, nessa área, se tornam verdadeiros animais, e são verdadeiros animais.

Essa CPI, entre outros papéis, cumprirá o papel de se transformar numa grande vitrine para constranger, de fato, para, sobretudo constranger, para inibir, para constranger e, futuramente para punir, mas ela será uma grande vitrine daqueles que pela prática que realizam, de verdadeiros crimes bárbaros, se transformam em verdadeiros animais.

Eles vão estar aqui expostos numa vitrine para que toda a nação reconheça cada um deles para que, juntos, possamos tomar providências enérgicas no sentido de coibir uma prática tão cruel e tão desumana, tão perversa, como é o crime de pedofilia.

Dito isto, eu faculto a palavra aos Srs. Senadores. O Senador Romeu Tuma deseja se pronunciar e nós vamos ouvi-lo com o maior prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acredito, como conversei com Senador Magno Malta, a importância dessa Comissão, até porque me chocou profundamente. Eu não diria que seriam animais – o senhor me desculpe, que o animal ainda respeita, não pratica esse tipo de ato

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Força de expressão, Senador Tuma. O que eu quis pintar com cores fortes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que só um mau caráter mesmo, que não merecem o mínimo respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Que me desculpem os animais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já deviam ter nascido mortos não deviam nem sobreviver. Desculpa, com todo o respeito... O senhor não vá me condenar por estimular a morte de bandido. Mas, eu acho o seguinte: Quem pega um jornal ou vê numa televisão alguém alugar de uma mãe – desnaturada também – uma filha de um a seis anos para a exploração da pedofilia, eu acho que Deus não merece que eles continuem vivos.

Eu não sou dono da vida e da morte, mas desejar pode, não é Magno Malta? Você é evangélico, você acredita em Deus, eu acredito em Deus também, mas insuportável o número de notícias que tem saído nos últimas dias a respeito pedofilia. Nós tivemos uma CPI presidida pela Senadora Patrícia, da exploração de menores, que viraram as costas para ela, viraram as costas, ela não conseguiu um apoio!

E nós temos, vocês desta Comissão, o Relator, o Senador Demóstenes Torres, V.Exª. Presidente, tem que exigir quando a polícia tem agir é exigir no pau. Não pode pedir por favor e ela se negar a acompanhar uma diligência que seja importante do resultado para, realmente, apurar a veracidade das acusações que devem estar chovendo e V.Exª. tem uma, eu tenho outras. Eu estou colecionando de jornal, não é nem de pessoas que vêm reclamar.

Operações que se fez no Norte, quando eu estava na Polícia Federal, Demóstenes, a gente fazia... Tinha a exploração de meninas pela prostituição. Então, não era pela idade era por peso! Minha Nossa Senhora da Penha, por peso! A criança tinha um peso razoável e era vendida para um bar, para um restaurante, para um explorador, às vezes de garimpeiros, de pessoas que agiam nessas regiões bem ao Norte do País.

A gente resgatava essas meninas, Demóstenes, Magno Malta, Paim, devolvia às famílias e elas revendiam. Porque se nós não tivermos aqui nessa Comissão o desejo de incorporar a apuração e o indicativo da responsabilidade de cada um sem o acompanhamento de algo social que faça com que essas famílias não dependam da venda das filhas para serem exploradas para sobreviver, eu acho que para nós é difícil.

Eu peço desculpas por ter falado aqui, mas é uma coisa que revolta e a gente tem que buscar nesta Comissão, realmente, coisas que possam não só punir os responsáveis, mas ações sociais que venham trazer tranqüilidade às mulheres que vendem suas filhas.

Desculpe Presidente, eu vou para o meu lugar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita, só uma questão de ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Questão de ordem ao Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ver se a gente pudesse iniciar, de imediato, a votação, depois da votação nós usaríamos da palavra. Se todos concordarem, eu vejo que nós vamos eleger o Presidente e o Vice. O Senador Magno Malta, eu sei que há um consenso que ele seja indicado como Presidente, e eu indicaria V.Exª. como Vice da Comissão, se todos concordarem, e nós iríamos da imediato à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, foi exatamente isso que eu propus: Enquanto os Senadores se manifestaram eu distribuiria--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é bom que saibam que nós vamos votar no Presidente e no Vice.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estaria distribuindo as cédulas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o Vice é V.Exª., pelo que eu senti aqui, por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): As cédulas estão aqui à disposição dos Srs. Senadores.

Eu queria propor, inclusive, por aclamação, que o Senador Romeu Tuma seja eleito Vice-Presidente dessa Comissão. Os Srs. Senadores que concordam aplaudam o Senador Romeu Tuma.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Resolvida a questão da Vice-Presidência. Pronto, o Vice já foi aclamado. Magno Malta. Se algum Senador deseja se manifestar fique à vontade. Depois?

Eu queria designar o Senador Paim e o Senador Demóstenes para apurarem os nossos votos, por gentileza. Logicamente que só os referentes ao cargo de Presidente da Comissão.

O Senador Magno Malta foi eleito Presidente da Comissão por unanimidade e aclamado por cinto votos, o Vice-Presidente Senador Romeu Tuma também por aclamação. Parabéns aos dois.

Convidamos para assumir a Presidência dessa Comissão o Senador Magno Malta e a Vice-Presidência o Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Em nome de Deus eu recebo essa missão com temor e tremor, ao mesmo tempo que sinto alegria, sinto tristeza na mesma intensidade.

Quando tive a graça de ser Deputado Federal, eu presidi uma CPI que enfrentou a violência do narcotráfico e, hoje, Senador Paim, eu, que denunciei a pedofilia no relatório da CPI do Narcotráfico – nós éramos Deputados Federais juntos – e durante esses quatro anos venho me dedicando e, nesse último ano, um pouco mais.

É degradante, é assustador, é angustiador o quadro hoje no País. As coisas incubadas, os processos inacabados, as denúncias que pararam no meio do caminho, entraves burocráticos, falta de legislação que tem emperrado o trabalho daqueles que investigam e que são donos das ações, que é o Ministério Público.

Ainda que de uma forma tardia, Senador Azeredo, mas acho que antes tarde do que nunca. O Senado da República instala essa CPI, que não CPI de Partido, que não é CPI de coloração partidária, que não é CPI de disputa política, é uma CPI da sociedade, é uma CPI das crianças. É uma CPI que vai tratar de emoções perdidas, de infâncias perdidas, de noites indormidas, de lágrimas choradas em nome do prazer de meia dúzia de desgraçados, que se escondem atrás do dinheiro que têm, do poder que possuem e, alguns desses desgraçados têm ações contra eles, e o dinheiro que eles têm tem travado essas ações, e são esses que o Senador Geraldo Mesquita diz que nós colocaremos debaixo da luz e, colocaremos sim. Por quê? Porque não tem pressão, Senador Paim, que vai nos fazer que nos fazer, que vai nos intimidar na nossa caminhada nessa CPI.

Eu sou pai de três filhas, eu tenho uma criança de sete anos de idade. Eu tenho material que nós temos que vê-lo reservadamente nessa CPI, Senador Demóstenes. Um homem de 50 anos estuprando uma criança de nove meses, Senador. Criança de seis anos, de sete anos. E a pedofilia no Brasil não está só naquele pai bêbado, desempregado, que a mãe foi trabalhar e ele estuprou a criança, do vizinho desempregado que estuprou a criança, não é nada disso, não está no conta dos pobres, está na conta de uma sociedade, também, que sai em coluna social.

Os pedófilos no Brasil vestem toga, vestem estolas, têm patentes, vestem terno, alguns têm mandato. E nós ainda estamos vivendo num País democrático e não temos a tipificação do crime de pedofilia. Aí fica o Ministério Público, V. Exa., Senador Demóstenes, que é oriundo do Ministério Público, buscando enquadrar um pedófilo usando mil artigos, o 213, 214 do PC mais artigo do ECA, para tentar juntar e manter o cara preso, mas sem saber se ele vai ser condenado ou não, porque o advogado, por mais inexperiente que seja, Senador Tuma, V.Exª. sabe disso, desmonta aquilo tudo quando chega na frente do Juiz.

E essa crença na impunidade tem criado redes dentro do País, a rede do tráfico de gente, a rede da

adoção, de crianças que acham que vão ter pai e mãe no exterior são adotadas aqui. Na verdade, elas estão indo para serem entregues a uma rede de pedofilia lá fora. Outros que são adotados, na verdade, saem achando que vão ter um colo para fazer xixi, um ombro para chorar, saem com um rim vendido, com o pulmão vendido, com as córneas vendidas, não é para ter pai e mãe.

Abrigos no Brasil onde os donos de abrigo abusam das crianças, que não poucas as denúncias. Essas crianças, além de lhes darem o conforto, porque eles ganham carro, eles ganham cesta básica, se sustentam, têm conforto e ainda abusam das crianças. Denúncias de estrangeiros que vêm para cá, e há uma rede de pedófilos que alicia crianças pela via da força do dinheiro, dos encantos, e eles usam as nossas crianças numa rede de pedofilia: o turismo do prazer em cima da desgraça emocional de crianças brasileiras.

Eu tenho certeza que Deus vai nos ajudar nessa cruzada, porque essa cruzada é da sociedade.

Senador Demóstenes, eu convido, no meio da minha fala, V.Exª. Eu estou indicando V.Exª. como Relator dessa CPI. Gostaria que V.Exª. viesse e assentasse aqui.

Amanhã gostaria de conclamar os Srs. Senadores para nos reunirmos às nove horas manhã. Por quê? Esse desenho que eu havia discutido com o Relator e havia discutido, pessoalmente, com o Senador Paim, com o Senador Geraldo Mesquita, tive o cuidado de ligar para o Senador Azeredo, na semana passada falava com o Senador Tuma das questões de São Paulo, que o Ministério Público de São Paulo havia me contatado, o Procurador Dr. Rodrigo e Dr. José Reinaldo, nós, primeiro, vamos ouvir os donos da ação, que é o Ministério Público. Nós não temos nenhuma intenção de inventar a roda, sair zero de investigação. Não. A CPI tem poder de Polícia e poder de Justiça, nós seremos um instrumento de quem é do dono de investigação, tem investigação já em andamento e que precisa dar celeridade, porque com a nossa facilidade da quebra do sigilo, tem prisão em flagrante a ser feita e não pode ser feita, porque não tem como dar celeridade, e nós faremos juntamente com o Ministério Público.

Em seguida ouviremos a Polícia Federal, que é uma das melhores do mundo em crime cibernético, mas que lhe faltam os instrumentos, está aqui o Senador Eduardo Azeredo que, ao chegar nessa Casa sua grande preocupação é Internet, Internet e, certamente, será o homem dessa CPI nessa área, com a Polícia Federal, para construir uma legislação que a Polícia Federal precisa para coibirmos, inibirmos e darmos um instrumento de repressão ao Brasil, para podermos dar um freio.

Nós vamos ouvir a Polícia Federal, vamos ouvir CONAMP, a Associação do Ministério Público. Nós vamos ouvir associação dos Procuradores e, amanhã – vamos tentar hoje – ver se amanhã visitamos o Procurador-Geral da República, se amanhã visitamos o Ministro da Justiça e se, ainda amanhã, visitamos o Presidente da OAB.

Nós precisamos da sociedade unida, conosco, Senador Paim, nós precisamos da mídia conosco, precisamos de uma mídia de cada repórter, de cada jornalista que, juntamente conosco, tenha o mesmo sentimento, que trabalhemos com o coração de pais, com coração de mães, com coração de quem tem família, de quem tem criança, porque esse crime é tão nocivo que, se nós tivermos a capacidade de tipificá-lo, dando para ele pena de 30 anos, que é o máximo que se tem nesse País, nós estaremos prestando um grande serviço à nação brasileira.

É uma CPI pequena, de sete membros, e eu confesso que foi feita propositalmente, para que nós tivéssemos mobilidade para viajar, para fazermos as oitivas aonde tiver que ser feita, aonde tiver uma demanda braba, que o Ministério Público não tem condição de andar sozinho, nós vamos lá com a Ministério Público para fazermos essa coisa caminhar.

Existem ONGs especializadas, eu acabei de ver uma ONG, agora, que minha Assessoria tinha me passado e também uma jornalista me passou, uma ONG bem situada, perfeitamente antenada, com gente qualificada, entre outras ONGs, que nos ajudarão e serão chamadas a participar conosco em Audiências Públicas para construirmos a legislação, pessoas que viveram a experiência da pedofilia.

Veja só... Porque o fato dessa CPI estar sendo instalada. Stafenet(F), essa é uma ONG que nós precisamos ouvir. Pessoas que estão envolvidas... A motivação tem sido estão grande na vida das pessoas, Senador Azeredo, que eu tenho recebido "N" *e-mails* do Brasil e do exterior. Eu dizia hoje ao Senador Demóstenes, que eu acabei de receber um *e-mail* de uma conterrânea dele, de Goiânia, que foi violentada aos sete anos de idade, foi embora para os Estados Unidos, o marido diz que acorda com ela em desespero todas as madrugadas, ela chora o dia todo, tem dia que não consegue trabalhar, as emoções abaladas, e se lembra da figura do monstro que anda pelas ruas de Goiânia tranqüilamente, e ela tem conhecimento também das outras crianças que foram violentadas, e eu disse: "Manda o nome", e ela mandará o nome e nós vamos passar ao Ministério Público local, para que o Ministério Público local tome providências.

O que faremos? Utilizaremos o 0800 do Senado, porque as denúncias que chegarem do Brasil inteiro, Se-

nador Tuma, nós mandaremos aos respectivos Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos dos seus Estados respectivos, as denúncias que chegarem. Utilizaremos e divulgaremos sempre, nos meios de comunicação o 100, que é o número da denúncia contra a pedofilia, é o número 100, para denunciar o sem– vergonha que atenta contra a integridade física moral e emocional de uma criança.

A população certamente será compungida, fortalecida e encorajada a denunciar, Senador Geraldo Mesquita. E, a partir daí, eu me lembro que usei um mecanismo, Senador Demóstenes, que podemos fazer. Eu me lembro que, na CPI do Narcotráfico, Sr. Relator, nós oficiamos a todas as Assembléias Legislativas do Brasil a que criasse uma CPI de narcotráfico. Hoje nós podemos oficiá-los também, a que criem, em cada Estado, uma CPI de pedofilia, e podemos oficiar também as Câmaras de Vereadores do Brasil, a que criem uma CPI de pedofilia, nós construiremos uma rede e colocaremos os pedófilos em polvorosa; os faremos pensar um pouco mais e refletir antes da atitude escabrosa contra crianças, eu não falo nem em adolescentes, crianças em tenra idade brutalmente, acintosamente, criminosamente como são tratadas por esses miseráveis.

De maneira que Deus vai nos ajudar a conduzir esse trabalho. Certamente nós não resolveremos o problema emocional de quem já viveu essa desgraça, mas quem sabe, daremos a eles um pouco de alento ao construir legislação e eles tomarem conhecimento de que os próximos terão dificuldade de fazer as mesmas coisas. Nós não erradicaremos a pedofilia no Brasil, de jeito nenhum, mas nós precisamos construir uma legislação, nós precisamos construir mecanismos, nós precisamos mostrar que nós estamos ativos, e que esse Congresso é muito mais do que uma briga interna, é muito mais de muito mais do que uma disputa interna de Partido, é muito mais do que uma briga de K-1 sem treinamento: chutes, socos para todos os lados, sem que a sociedade seja beneficiada com isso.

De maneira que eu estou muito feliz com a composição da CPI porque as pessoas todas, esses Senadores que aqui estão, são advindos de luta das minorias e que, de forma deliberada, quiseram estar nessa CPI. Não vieram aqui para defender a não aprovação de nenhum tipo de requerimento, não vieram aqui para defender fulano ou cicrano. Eu sei que de empresário a pobre, de analfabeto a doutor, de religioso a gente das colunas sociais, estão envolvidas com pedofilia. E é preciso entender que quem é capaz, independente da situação em que esteja, onde viva, o que tem ou o que deixa de ter, é preciso, realmente, que responda pelo crime que cometeu.

De maneira, Senador Demóstenes, eu estou muito satisfeito, confiante, confio no Relatoria de V.Exª., sei com que o Senador Tuma do meu lado, que é um homem experiente na Segurança Pública, um Delegado experiente, também, de CPI, nós haveremos de construir o que sonha o nosso coração e dar ao Brasil que, certamente vai acompanhar torcendo por essa CPI, para que nós resgatemos um pouco da dignidade daqueles que, não de forma liberada, mas de uma forma imposta, de uma forma imoral, tiveram a sua dignidade pisada, de certa forma.

Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Senador Magno Malta, eu quero cumprimentá-lo pela instalação da CPI, pela sua eleição como Presidente, ao Senador Romeu Tuma, como Vice-Presidente e a designação é muito oportuna do Senador Demóstenes Torres como Relator. Estamos nós nessa CPI, disse bem V.Exª. quando diz que esse é um assunto que traz repugnância, são atitudes que assustam, que estejam acontecendo.

Eu fui Vice-Presidente da CPI que analisou a exploração sexual de crianças e de adolescentes, que foi presidida pela Senadora Patrícia Saboya. O Senado aprovou alguns projetos oriundos daquela CPI, entretanto, lamentavelmente, esses projetos estão paralisados na Câmara. É sabido, também, que essa questão, na verdade, a gente está colocando aqui a utilização da Internet; não é só Internet, são redes como um todo, a Internet é a mais conhecida, mas existem outras redes de computação, pelas quais também existe a prática do crime de pedofilia.

A Legislação Brasileira já prevê parcialmente essa questão através do Estatuto da Criança e Adolescente. No projeto que eu sou Relator, que é mais amplo, dos crimes cometidos através da tecnologia, nós estamos aperfeiçoando a legislação, inclusive, com a posse do material pornográfico sendo colocado como crime, mas me preocupa também que do ponto de vista internacional, nós estamos atrasados.

A Polícia Federal tem participado de encontros internacionais, mas o Ministério das Relações Exteriores, não. Eu já, por mais de uma vez, já provoquei o Ministério das Relações Exteriores nesse sentido, no sentido de que o Brasil faça adesão à Convenção de Budapeste, que trata desse assunto cibernético como um todo, como eles chamam, os países da Europa todos já assinaram, os Estados Unidos, o Canadá, o Japão; na América Latina o México e a Costa Rica também já se pronunciaram e o Brasil, não.

A semana que tem uma nova reunião que vai ser realizada no Conselho da Europa e, lamentavelmente, o Itamarati não está se representando e, isso que eu

queria registrar aqui. Porque é fundamental para nós podermos ter uma Legislação Brasileira efetiva de combate à pedofilia, que nós tenhamos os acordos internacionais, e o Brasil precisa participar do acordo internacional, mas realmente existe aí uma certa morosidade do Ministério das Relações Exteriores.

Isso é que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, e em seguida ao Senador Tuma e os senhores membros, Senador Paim, Senador Geraldo Mesquita e o nosso querido paraibano aqui, Cícero Lucena.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, senhores Senadores. A importância dessa CPI já foi detalhada por todos que usaram palavra. Por quê? Porque nós vamos atrás de uma tara, de um desvio que acaba afetando e corrompendo parte das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

É um tema o que legislador sempre se preocupou com ele, haja vista que o Código Penal traz a figura do estupro, do atentado violento ao pudor, da posse sexual mediante fraude e uma série de outros delitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente também vem disciplinando os desvios, a publicação, o uso indevido da imagem e tudo o mais.

Por outro lado, agora, o Senador Eduardo Azeredo trabalha numa legislação também forte acerca do acesso à Internet para fins de pedofilia, para fins de pornografia e desvirtuamento de crianças e adolescentes; uso de imagens, uso de expressões e toda espécie de tara possível.

É uma CPI complicada, porque nós devemos ter o cuidado suficiente para não fazer o que aconteceu, para não repetir o que aconteceu a semana passada, quando uma criança, em Goiânia, foi descoberta torturada e, além de se punir a torturadora, o que é óbvio, que era o que tinha que acontecer, a criança foi completamente exposta na sua imagem, todo mundo hoje sabe quem ela é, e daqui há 20 ou 30 anos a imagem dela vai continuar sendo lembrada e, possivelmente ela não será acudida por essas autoridades que tiraram uma casquinha da sua desgraça.

Então, o nosso trabalho é muito cuidadoso. Eu quero dizer que o Senador Magno Malta me convidou, eu pedi a ele que tivesse todas as cautelas, que eu aceitaria com o máximo prazer, mas eu não gostaria de entrar em nada que não fosse, digamos, consensual, eu não queria ferir suscetibilidades. O Senador Romeu Tuma é meu amigo, gosto dele, é um homem competente, tem experiência na área e, se fosse o Relator, teria toda a minha aquiescência, teria toda a minha colaboração e, com toda a sinceridade, sei que nós vamos trabalhar pesado e juntos.

Nós temos uma legislação para ser construída. Eu acho que não é uma boa o assodamento, nós já estamos trabalhando, a minha Assessoria, a Assessoria do Senador Magno, a de todos aqui, para que nós possamos fazer uma legislação, ao fim, que resolva o problema.

Agora, os senhores imaginem o seguinte: Nós temos que ouvir Juízes de Direito do Brasil todo, Promotores de Justiça, Procuradores da República, Delegados de Polícia, se possível, como disse o Senador Magno Malta – e eu acredito que vai ser possível – prender em flagrante, contribuir com a Justiça, buscar o apoio dos advogados, da sociedade civil. À medida que o trabalho evoluir e que tiver crédito, eu tenho certeza que muitos que não têm a coragem de se expor vão procurar os nossos gabinetes, sabendo que seus nomes serão preservados, que a sua integridade vai ser tratada de uma forma muito séria por todos nós e que nós vamos respeitar a todos.

Agora, nós vamos buscar o delinqüente. Como disse o Senador Geraldo Mesquita, nós vamos, em descobrindo, eu tenho certeza que isso vai acontecer, prender a muitos. É uma CPI que tem um caráter educativo, nós poderemos levantar a pedofilia no Brasil todo. Nós temos 27 Estados, quem sabe nós não conseguiremos visitar os 27, começando com os maiores problemas? Mas podemos transformar em Subcomissões, às vezes, e em mais de um Estado ao mesmo tempo, mas nós temos que prestar esse serviço educativo para limpar a sociedade brasileira desse tipo de desvio, mas é também uma CPI punitiva, é uma CPI que vai buscar, sim, fazer com que esses delinqüentes paguem por tudo aquilo que estão cometendo.

Então, amanhã eu apresento a primeira proposta de trabalho e é claro que à medida que esse trabalho for se desenvolvendo, nós vamos ter oportunidade a ampliá-lo e, eu gostaria que todos os Srs. Senadores que fazem parte Comissão, que apresentassem também suas sugestões, para que pudesse incorporar, desde logo, nesse plano de trabalho, a fim de que nós pudéssemos, efetivamente, lograr êxito.

Eu tenho certeza que essa é uma CPI que não tem oposição, não tem Governo, não tem interesses políticos subjacentes. É uma CPI que as nossas opiniões são convergentes, todos nós sabemos os problemas que existem, ninguém é contra fazer qualquer tipo de investigação, ninguém vai votar um requerimento contrário, simplesmente, para desmoralizar um adversário político ou para fazer um enfrentamento nesse sentido.

Então, é uma a CPI que tem muito a dar, tem tudo para dar certo, a exemplo daquela que V.Exª. presidiu em relação ao narcotráfico e outras que foram bem sucedidas. CPI não tem que terminar em pizza, nós temos que terminar com essa concepção. O jogo político é inerente à Casa e às Casas políticas. Agora, uma CPI desse *naipe* nós temos que fazer prevalecer o interesse social, combater grandemente esse tipo de delinqüência, prender esses monstrengos que deturpam e corrompem nossas crianças e nossos adolescentes. E, nós vamos atrás, eles podem ter certeza, todos eles, que nós não estamos aqui para brincar, não estamos aqui para driblar algo em favor de um delinqüente dessa espécie. Nós vamos buscar a verdade doa a quem doer. Haverá um levantamento, haverá uma proposta de legislação ao fim, mas haverá, também, punição.

Eu acredito muito que a composição, o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; o Senador Cícero Lucena já teve uma experiência muito grande nessa área de Infância e Juventude; o Senador Eduardo Azeredo, é lema constante da sua atividade Parlamentar e da sua vida pública como Governador por onde passou; o Senador Geraldo Mesquita, que também, como homem público, já muito teve e contribuiu nesse sentido; o Senador Romeu Tuma que é um ícone da Segurança Pública no Brasil e, V.Exª., com esse trabalho de proteção à criança, de punição aos delinqüentes. Eu tenho certeza que nós vamos chegar a um bom termo.

Agradeço a V.Exª., aceito a indicação e estou disposto a arregaçar as mangas e cumprir essa tarefa com muito prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Concedo a palavra ao Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta, eu quero primeiro cumprimentá-lo por essa iniciativa, e não poderia ser diferente. Como Presidente da Comissão de Direito Humanos e falei muito com o Senador Geraldo Mesquita Júnior e, casualmente também, e com alegria, o nosso Vice-Presidente também da Comissão de Direitos Humanos está aqui para participar desta Comissão.

Eu queria dizer também, Senador Magno Malta, que eu acompanhei de forma muito respeitosa e muito preocupada também a CPI da Exploração de Crianças e Adolescentes que foi coordenada, principalmente, pela Senadora Patrícia Saboya Gomes e também pela Deputada Maria do Rosário. Eu, quando era Deputado, já apresentei projeto nesse sentido, principalmente, no crime de pedofilia na Internet; infelizmente, os projetos lá não avançaram.

Aqui no Senado também apresentei e, creio eu, que o Projeto 202 deve estar na mão também do Senador Eduardo Azeredo, onde eu digo aqui, que apresentar, adquirir, ainda que gratuitamente, produzir, vender fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, inclusive, rede mundial de computadores ou Internet, fotografia ou imagens com pornografia com cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescente, é crime.

Eu só estou dando um exemplo. Eu sei que inúmeros projetos foram apresentados nesse sentido. E acho importante que, na justificativa do projeto, as pessoas que ajudaram a formular a justificativa, eu só quero destacar aqui um parágrafo onde diz: "As últimas prisões efetuadas no Brasil, na Espanha, na Argentina, na Alemanha, nos Estados Unidos e Portugal denunciam espantosos casos não apenas de abusos sexuais de características pedófilas, mas também a fomentação de redes organizadas de pedofilia". E aqui, em resumo, diz que, inclusive, com o objetivo não só de todo o crime no aspecto sexual, mas também do lucro econômico com o material pornográfico.

Eu cito somente, como exemplo, a nossa responsabilidade no momento do debate tão importante desta CPI. Por isso, Senador Magno Malta, Senador Demóstenes Torres que é o Relator, Senador Romeu Tuma que é Vice, e todos os Senadores que compõem essa Comissão podem contar conosco e terão, com certeza absoluta, em tudo aquilo que for possível a parceria direta da Comissão de Direitos Humanos para os trabalhos serem realizados e, como foi dito aqui: É crime hediondo, e crime hediondo não prescreve, aí é cadeia de forma direta.

Parabéns a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço e a CPI se enriquece com a presença de V.Exª. O fato de V.Exª. não participar de CPI desde que é Deputado Federal e, V.Exª. de uma forma espontânea disse a mim após o meu pronunciamento, no dia que protocolei a CPI disse: "Eu vou pedir à minha líder que me indique para essa CPI, porque para essa eu quero ir", juntamente com o Senador Geraldo no mesmo dia. É a experiência do V.Exª. na luta das minorias e na direção da Comissão de Direitos Humanos, que a Casa e o Brasil conhece a luta de Senador Paulo Paim, a luta dos idosos, a luta dos negros, a luta do salário-mínimo. Eu sei que V.Exª. vai contribuir muito. Vamos formar uma família muito forte aqui. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, muito já foi dito nessa instalação, mas, sem dúvida, eu não posso deixar de registrar a minha satisfação de participar, se é que pode se dizer dessa

forma, mas nós podemos esconder o quanto foi feliz e oportuna a sua iniciativa, a iniciativa de V.Exª., no sentido de que essa CPI fosse instalada.

E com a composição que ela tem, eu tenho certeza o que Brasil vai ver um resultado concreto, eficiente e, conseqüentemente, trazendo aquilo que todos nós desejamos, que é o Senador fazendo o seu papel de representar a sociedade, de proteger aqueles que merecem o cuidado e a atenção de todos os agentes e cidadãos desse País.

Então, a composição da Comissão, bem como a direção desta Comissão, com a sua Presidência, com a Presidência do Senador Romeu Tuma, com o Relator Senador Demóstenes Torres, eu tenho certeza absoluta que iremos cumprir o nosso papel e, só pedir à Deus que Ele nos dê sabedoria para que a gente possa alcançar o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado Senador Cícero Lucena. Sabemos que podemos contar com V.Exª. Nessa nossa jornada por aí, que imagino não será pequena, eu acho que nós temos que, com tanto trabalho nos preparar para pedir que nossos Suplentes nos substituam nas Comissões Permanentes. Eu me lembro que na CPI do Narcotráfico eu fiquei três anos sem freqüentar Comissão, até porque eu registro isso com muita alegria. A quadrilha do Acre, Acre querido, do Senador Geraldo Mesquita, o povo querido que lhe mandou para cá... A quadrilha que nós prendemos lá, naqueles cinco dias fatídicos, a quadrilha do Hildebrando Pascoal, com a sua família, seus comparsas, estão presos até hoje, com mais de 70 anos de pena para cumprir. O que nós fizemos no Maranhão, continuam presos. Ali foi uma cruzada de CPI, e eu jamais entraria numa outra CPI se eu não tivesse a exata noção dos resultados a serem dados para a sociedade. Por isso Senador Cícero, eu sei que nós, juntos, aqui, formaremos uma família em defesa da família.

Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Magno Malta, me permite só uma frase?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu estava aqui fazendo um [falha no áudio] todos aqui fazem parte também da Comissão de Direitos Humanos. Todos. É interessante! Todos que estão aqui nessa sala!

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E com muito orgulho não é? Muito orgulho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É um perfil comum, de fato. Mas, Senador Magno, eu queria somente parabenizá-lo pela sua eleição como Presidente, parabenizar o nosso querido companheiro Senador Tuma por ter assumido a Vice-Presidência dessa Comissão e ao Senador Demóstenes, que tanto trabalho tem demonstrado quando à frente de CPIs ou relatando em CPIs nessa Casa.

Eu tenho certeza absoluta que na nossa frente há muita tarefa e muito trabalho a ser executado, em grande parte doloroso, mas que será cumprido. Será cumprido.

Queria apenas fazer um pequeno reparo já feito pelo Senador Romeu Tuma, a quem eu agradeço. No início da minha fala eu quis pintar com cores fortes um dos objetivos dessa Comissão que é expor, execrar, inibir aquelas pessoas que, pelos crimes que praticam e, na hora eu me referi a verdadeiros animais. Peço desculpas aos animais, mas o termo adequado seria monstros. Não é Senador Tuma? São verdadeiros monstros, os animais nada têm com isso. O que eu quis afirmar foi exatamente isso que, pelas suas práticas desumanas e cruéis são verdadeiros monstros, como bem se referiu o Senador Demóstenes.

Portanto, é só me colocar a inteira disposição dessa Comissão para que possamos, sob a condução da nossa Presidência e do nosso Relator, dar cabo dessa tarefa tão árdua, tão pesada que assumimos nesse momento, mas tão necessária, tão necessária ao nosso País.

Era o que tinha a dizer no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado Senador Geraldo Mesquita. V.Exª. tinha feito considerações muito fortes no começo e são verdadeiras, é a nossa crença o que V.Exª. falou, e não temos dúvida de que V.Exª. será fundamental para todos nós.

Senador Zambiasi, o rei do rádio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Magno Malta, colega da comunicação, colega e Senador [ininteligível]. Senador Demóstenes e Senador Tuma, colegas da Bancada.

Sensível à manifestação do Senador Paim de que a Comissão tem, nos seus integrantes, praticamente, a Comissão de Direitos Humanos da Casa, mostra, realmente, a responsabilidade que a própria Comissão tem no acompanhamento desse tema, ampliado agora através desta CPI, que é uma CPI não do Congresso, mas uma CPI da sociedade.

Todos nós temos, de alguma maneira, preocupações no sentido de eliminarmos esta chaga que, infelizmente, infesta e corrompe a sociedade.

Então, lembrando aqui que eu mesmo apresentei um projeto singelíssimo, voltado a esta preocupação, está caminhando aqui no Congresso Nacional, que é exatamente obrigando os laboratórios fotográficos a

denunciar ao Ministério Público eventuais cenas que recebam para revelar, para imprimir, onde tenham crianças em situação de constrangimento.

Por muitas vezes o cidadão não se vê obrigado, não se vê responsabilizado diante de uma determinada cena que ele assiste. Agora, se a lei determina que, numa situação destas, ele denuncie o fato, ele está não apenas obedecendo a lei, mas protegido pela lei ao fazer a denúncia. Muitas vezes, eu acredito que laboratórios que recebem determinados disquetes para imprimir fotografias, não denunciam, às vezes, por temor, porque não sentem-se protegidos legalmente. À medida que nós oferecemos esta proteção legal para fazer a denúncia, começamos a impedir esta proliferação de situações.

É um projeto singelo, mas vejam que ele pode contribuir para que nós encontremos caminhos que diminuam esta violência bárbara, cruel, terrível a que as crianças, especialmente, são submetidas, mas não é a criança, é a sociedade que é submetida a tudo isso, a criança é parte frágil, indefesa, pela qual nós temos que, realmente, voltar a nossa preocupação.

Não tenha dúvida, esta é uma CPI que vai ao encontro dos melhores propósitos, no sentido de o Congresso Nacional dar uma contribuição, o Senado, especialmente, que é um CPI do Senado, dar esta contribuição fundamental para que nós, se não estirparmos a chaga, pelo menos, Senador Tuma, o senhor, com essa sua vastíssima experiência na área da Segurança, como Policial Federal, com uma vasta caminhada dentro destes subterrâneos, na busca dos mentores do crime, e que deverá contribuir com sua sensibilidade e experiência e com todos nós aqui, buscando saídas, oferecendo à sociedade alternativas e contribuindo, seguramente, para, no mínimo, minimizar esses dramas que assistimos diariamente denunciados pela imprensa.

Senador Magno Malta, acho que ela vem na esteira da sua experiência, também, do seu cotidiano, do seu dia-a-dia, voltado para as causas sociais, eu não tenho nenhuma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente Senador Tuma, eu gostaria de, ao final da palavra do Senador Tuma, convidar a todos os senhores para que nós fossemos ao Gabinete do Presidente comunicar a instalação dessa CPI e pedir a ele uma Assessoria qualificada e em quantidade.

Eu me lembro que na CPI do Narcotráfico, eu vim ao Senado, o Presidente do Congresso Nacional era o Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Senado me deu 40 servidores do PRODASEN cedidos à Câmara. Naquela CPI nós tínhamos 164 assessores, desde assessores do Banco Central a assessores de todos os Poderes, da Polícia Federal, dos Ministérios públicos. E a razão do sucesso foi que nós não quisemos inventar a roda, e aqui também não faremos; nós seremos instrumento de quem tem na mão, quem é dono da ação, quem é dono da investigação e vamos auxiliá-los.

E tendo uma assessoria qualificada nós podemos, Senador Romeu Tuma, pedir ao Presidente da CCJ, ao Presidente da Casa, não sei que mecanismos nós usaremos, mas para condensarmos todos os projetos que estão na Casa que tratam desse tema. E com essa Assessoria e com a Sub-Relatoria, que pode ser qualquer um dos senhores, nós veremos aí para a frente, na área cibernética, na área de Internet sim, mas nós temos outras áreas-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --Porque existem projetos que nós podemos colocar para votar mesmo com a CPI em funcionamento, porque se a gente esperar para botar no relatório final corremos risco de que isso morra.

Agora, nós temos a comoção da sociedade, uma CPI em funcionamento, há uma convergência das lideranças que estão conosco, que estão tratando a coisa com coração de pais de família e, antes que a CPI encerre nós já teremos aprovado instrumentos para a sociedade. Quem sabe, antes que encerre a CPI, sem o seu final nós já teremos aprovado essa tipificação do crime, que será uma coisa nova para a CPI, porque a praxe é que você coloque no relatório final proposições, propostas, indicativos.

Eu me lembro que se as propostas da CPI do Narcotráfico tivessem sido votadas, hoje ninguém cometia crime nos presídios com pré-pago, porque as denúncias e as propostas do pré-pago, como inibir o pré-pago foi feito na CPI do Narcotráfico, V.Exª. se lembra disso, e ninguém tomou providências.

Então eu acho que nós podemos avançar com uma boa assessoria, foi de bom tom aqui a sinalização do Relator, para que nós fossemos e nós vamos ao Senador Garibaldi, agora, juntos. Nós somos uma CPI pequena, de sete membros titulares, e comunicar que instalamos, que certamente não vamos arrefecer do nosso trabalho em nenhum momento, dada a seriedade e a vontade que temos de fazer, e pedir a ele que nós dê uma assessoria qualificada e com quantidade para que a coisa possa andar.

Senador Tuma, Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria agradecer confiança da indicação do Senador Geraldo para que eu ocupasse, com a concordância de todos, até um sorriso gostoso do Senador Paim, e desejar sem dúvida nenhuma--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tentei ligar para V.Exª. antes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi, foi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para V. Exa. aceitar ser Vice.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi. Mas eu fico muito satisfeito com a Relatoria do Demóstenes porque conheço um pouco da vida dele à frente da Secretaria de Segurança de Goiás, do Ministério Público e várias fases da sua vida e, algumas CPIs aqui desenvolvidas.

Mas Magno Malta, eu queria os nomes desta Comissão: Magno Malta, V.Exa., Demóstenes Torres, Cícero Lucena, Paulo Paim, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita... O Sérgio está nessa Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sérgio e Romeu Tuma, mas eu não diria, com todo o respeito aos demais Senadores, que seria uma Comissão escolhida a dedo por toda a participação que cada um tem em que não faz o papel, às vezes, direcionamento por imposição político-partidária.

Tem a independência de decidir no que é interesse da população e da responsabilidade assumida perante o Senado de pertencer a uma CPI, seja ela qual for, que nunca terá ao seu final como pizza pela lealdade e dignidade com que ela é conduzida.

Eu acredito, e tenho certeza, que ela terá esta responsabilidade porque já está imbuída em cada um de nós. Eu me incluo, e peço perdão por me incluir, porque quando eu vou a uma CPI eu digo: "Eu estou desligado de qualquer tendência político-partidária", porque nós temos que ter independência e respeito para com o cidadão que acredita e confia numa Comissão destas.

O Senador Eduardo Azeredo fez aqui um, eu diria assim, não uma denúncia, mas uma preocupação do Brasil assinar um acordo. Eu pediria ao Demóstenes, se concordar, a gente fazer um ofício desta CPI a Comissão de Relações Exteriores, convidar o Ministro de Relações Exteriores, para não confundir com CPI de Prostituição Infantil, mas com a política externa brasileira, para que ele explique na Comissão de Relações Exteriores o por que da falta desse comprometimento do Brasil com a Comissão. Eu não sei se os senhores concordam, mas eu não gostaria de fazer ofício para ele ser convocado para cá, porque poderia ser mal interpretado.

Eu acho que a gente pode pedir para a Comissão de Relações Exteriores, talvez seja melhor, e o resultado trazer para cá, para poder incorporar ao Relatório, provavelmente, que o Demóstenes vai fazer, porque eu acho que é uma preocupação justa, eu não vejo... Se quiserem trazer aqui, também não é o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Romeu Tuma, eu acho que não tem problema. Eu acho que esse é uma CPI... O Ministro das Relações Exteriores é um pai de família, é um pai de família que deve estar preocupado tanto quanto nós com essa situação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não. Eu digo só para poder a discussão abranger um campo maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho que não vai constrangê-lo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dentro da política internacional.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí ele poderia responder esse assunto e outros.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E outros lá.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Outros da relação internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está bem. Eu acho que não teria problema nenhum ouvir aqui, mas...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que quando o senhor falou, me veio na memória, na lembrança, da importância dele vir explicar uma coisa que é grave, pelo seu tempo ponto de vista e ficou muito claro aqui.

Eu não vou fazer nenhuma proposta que não haja, como disse o Demóstenes, que não haja concordância de todos.

Eu proporia, também, o Senador Geraldo Mesquita – um homem de bem que tem presidido a Comissão de Mercosul, que tem tido um papel importantíssimo na direção dessa Comissão – que levasse à próxima reunião a decisão desta Comissão, para que também possa carrear(F) para cá, dentro do Mercosul, as denúncias que têm de exploração até de meninas brasileiras do lado de lá da fronteira. V.Exª. sabe disso, nós lemos pelos jornais e, talvez a gente saber quem é o aliciador que trabalha aqui levando meninas para fora das nossas fronteiras.

Eu acho que nós, também, vamos ter um problema grave, eu acho que é grave. Acho que é importante a proposta do Demóstenes, mas a proposta dele de fazer o levantamento geográfico da exploração dentro do território brasileiro, por Estado. Eu digo não só pedofilia, mas a exploração do turismo sexual,que nós vamos enfrentar corrupção, Senador. A corrupção é uma coisa séria nesse campo, que facilita e é, praticamente, um obstáculo à caminhada para punir os responsáveis.

Demóstenes, eu estou dizendo que a sua tese de fazer a levantamento geográfico de onde há exploração, também da exploração sexual infantil, que nós vamos enfrentar a corrupção que tem dado proteção. Eu acho que vale a pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Até porque o salvo conduto do crime é autoridade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma experiência que quase todos aqui têm. Todos nós participamos de outras Comissões. Eu participei da Comissão do Roubo de Carga e a corrupção era clara, violenta. Foram presos alguns policiais e acredito que nós teremos que vencer todos os obstáculos que surgirem à frente, porque eu tenho certeza que o Demóstenes, no seu trabalho de Relator tem uma experiência e levará em toda conta tudo aquilo que se apresentar como dificuldade a ser vencida e contará com a colaboração de todos os indicados para essa Comissão.

Desejar boa sorte para o Magno e para o Demóstenes. E eu vou nas costas com o Espírito Santo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Amanhã, certamente, nós oficiaremos a Polícia Federal, em busca da Assessoria da Polícia Federal. Imagino que seja o Delegado que está tratando dos crimes da Internet, juntamente com a Assessoria dele, daqueles que trabalham com ele; a Assessoria da CONAMP, que já se colocou à disposição de nós dar os Procuradores que nós precisarmos, o Ministério Público vai nos dar o Conselho da Justiça e, certamente, o Ministério Público Federal, na pessoa do seu Procurador que vamos visitar amanhã, certamente, colocará à sua disposição a Assessoria.

Nós vamos nos monitorar muito bem, nós vamos nos estruturar muito bem, porque esse levante, essa ponta do *iceberg* que já se apresentou, essa infame pedofilia no Brasil, a sociedade espera muito dessa CPI. E eu sei o interesse que tenho, Sr. Relator, é que eu vou abrir mão das Comissões Permanentes da Casa; se tiver que ter oitiva no sábado eu estarei, se tiver que ter no domingo eu estarei, essa Comissão vai requer dedicação total de todos nós.

V.Exª. disse, se necessário para mapear o crime no Brasil, o crime de pedofilia visitaremos todos os Estados da Federação. Certamente nós iremos e vai demandar tempo de todos nós e, aí vale a pena o sacrifício de abrir mão de outras Comissões, menos a de Direitos Humanos, Senador Paim, para que nós possamos dedicar o nosso tempo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele faz em viagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero agradecer a atenção de todos, agradecer a instalação.

Em nome de Deus eu encerro os trabalhos e os convido para que, juntos, nos conduzamos à Presidência da Casa. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h20min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 26 de março de 2008, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi aprovado o Plano de Trabalho da Comissão bem como os requerimentos de número **001/08**, requer seja convidado o Sr. Tiago Tavares, Presidente da ONG SAFERNET, para expor o trabalho desenvolvido pela entidade; **002/08**, solicita ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria Nacional de Segurança Pública a designação de assessores para prestarem assessoria a esta CPI, até o término de suas atividades; **003/08**, solicita a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal a designação de assessores para prestarem assessoria a esta CPI, até o término de suas atividades; **004/08**, solicita ao Conselho Nacional de Procuradores Gerais a designação de assessores técnicos para prestarem assessoria a esta CPI, até o término de suas atividades; **005/08**, requer seja convidado os senhores Carlos Eduardo Sobral e Adalton de Almeida Martins, da Unidade de Reqpessão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, para exporem sobre trabalhos desenvolvido pela entidade; e **006/08**, solicita ao CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público a designação de assessores para prestar assessoria a esta CPI, até o término de suas atividades.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo número regimental, em nome de Deus, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento 200 de 2008, com o objetivo de investigar, apurar a utilização da internet para prática de crime de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1º reunião da Comissão. Não havendo manifestação, os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como estão.

Essa reunião de hoje, CPI de sete titulares, eu acho que essa é a coisa mais inteligente que se pode fazer, porque nós temos quorum. Quero, antes de ler, vou aprovar isso no final. Nós marcamos esta reunião de hoje, presença ilustre aqui do Deputado Ronaldo Caiado, nós marcamos essa reunião de hoje para que nós pudéssemos apresentar um plano mínimo de trabalho para estartarmos(F) os trabalhos da Comissão. O Sr. Relator, certamente, vai apresentar o plano de trabalho, que vai ser a base de tudo, porque esse plano de trabalho mostra a nossa intenção de trazer para dentro dessa CPI a sociedade organizada, os poderes, entendendo que o valor dessa CPI é ter a direção única da sociedade, ter a direção da família e, com o interesse bem definido na cabeça e no coração de todos nós, de chegarmos ao um denominador comum, a um ponto definido e não queremos cometer atropelos, nem erros na nossa trajetória. Eu dizia no começo que nós não vamos querer inventar a roda, porque a roda alguém já inventou, não vamos querer cavar investigação do nada, do zero, quando, na verdade, nós dispomos de quatro meses, podemos até renovar pelo mesmo período e renovar pelo mesmo período dada a necessidade da sociedade, se houver essa necessidade, nós o faremos, sem dúvida alguma.

Essa CPI pode passar de quatro anos, de quatro meses para um ano, para dois anos, não importa, mas nós estaremos ao lado de quem já tem na mão a investigação, quem tem na mão o poder da repressão, quem já milita ainda e com dificuldade de falta de instrumento, que são as polícias, o Ministério Público, as suas devidas organizações, os Direitos Humanos, os Conselhos Tutelares, os religiosos, políticos militantes da causa dos menores, das minorias, nós a todos convidaremos para se juntar conosco e nos assessorar, acima de tudo. Pretendo votar amanhã o Requerimento, pedindo a todos esses que nós visitaremos, que estão aqui no plano de trabalho, que nos cedam assessores, assessores técnicos, com relação ao Ministério Público e as policiais, na verdade, nós precisamos daqueles que estão dentro dessas ações, conhecem as ações e poderão coordenar essas ações à partir do assessoramento da CPI, para balizar o nosso trabalho. Nós não iremos a estado nenhum de forma atabalhoada, sem que nós tenhamos um mapeado pelo Ministério Público e pelas organizações locais, pelos Conselhos Tutelares, os caminhos que nós devemos passar, aonde nós devemos ir, a quem devemos convocar, com quem devemos falar, para que nós não percamos tempo, não gastemos energia e, certamente, não criemos expectativas que não venham a dar em alguma coisa. Ao chegar num estado, a expectativa será grande para que nós encorajemos os anônimos a se revelarem, a revelar os seus algozes, eu ontem recebi, Senador Demóstenes, um e-mail de uma organização de psiquiatras e psicólogos que davam conta de que 90% dos pacientes desse grupo inteiro são pessoas que foram abusadas na sua infância e são pessoas que vivem hoje a base de remédio e pessoas que não dormem e pessoas que têm dificuldade familiar, dificuldade de relacionamento, são homens e mulheres que estudaram, bem situados na vida, que têm filhos, mas que não conseguem ter paz, não conseguem ter sono reparador. E as suas grandes angústias é que seus algozes estão na rua e elas nunca tiveram coragem de denunciá-los e que eles tomaram uma decisão ontem de orientar os pacientes a que fizessem a denúncia à CPI, de que mostrasse essas pessoas, que muitas vezes, aí eu digo, estão andando com o anel no dedo, pousando nas colunas sociais e os agredidos de 15 anos, de 10 anos, de 20 anos, ainda não conseguem dormir.

Então, nós não queremos criar falsas expectativas, por isso, queremos nos acercar de todos, nos cercar das ONGs, dos Conselhos Tutelares, do menor município desse estado e aqui fica o apelo aos prefeitos, infelizmente, temos municípios, ainda, Senador Geraldo, que não têm um Conselho Tutelar. Essa é uma boa hora para criar Conselho Tutelar, para encorajar o cidadão. Conselho tutelar, ainda que lá tão distante, mas os problemas locais o Conselho Tutelar pode trazer na mão, junto com o Ministério Público local, para poder dar esperança e aí fazer com que o cidadão, a cidadã, a criança, não se sinta como defunto sem choro. Vou passar a palavra ao Relator, para nos apresentar o plano de trabalho, que está bem elaborado, em seguida, eu quero, aliás, eu vou fazer de uma vez, é um Requerimento, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Thiago Tavares, Presidente da ONG SaferNet, para expor o trabalho desenvolvido por aquela entidade, é uma ONG muito importante, com pessoas qualificadas. Em votação, os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovado o convite, Senador Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sr. Senador, fiz um plano de trabalho baseado, especialmente, no que nós conversamos ontem, no dia da eleição de V.Exª e do Senador Romeu Tuma para Vice-Presidente, V.Exª para Presidente, e a minha indicação para Relator, onde todos os Senadores tiveram a oportunidade de usar a palavra. O nosso plano de trabalho é um pla-

no extremamente prático. Primeiro, a própria CPI teve como motivação inicial a Operação Carrossel, que foi deflagrada no dia 20 de dezembro do ano passado e que qual era o objetivo da Operação Carrossel? O objetivo da Polícia Federal com essa Operação era reprimir a prática da pedofilia na rede mundial de computadores, conhecido como internet. E a intenção era abarcar 14 Estados mais o Distrito Federal, o que foi, também, considerada a maior operação dessa natureza já realizada no Brasil. Para tanto, Sr. Presidente, para que nós possamos cumprir os nossos objetivos, fazer uma investigação, punir os delinqüentes, eu sugiro à essa Comissão e a V.Exª. que, primeiro, nós façamos um roteiro de visitas, como é praxe, não é? Primeiro à Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Ellen Gracie. Por quê? Porque nós vamos precisar muito do Poder Judiciário.

Em muitos locais, mandados de prisão poderão ser cumpridos e nós vamos precisar que os juízes de direito nos dêem prioridade nessa atuação. E existe, ainda, uma associação pertinente composta por Juízes e Promotores da infância e juventude que tem um acesso muito grande aos dados sobre pedofilia e sobre outros crimes sexuais. Sugiro, também, uma visita ao Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando, que é, também, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, porque é sabido que justamente o Ministério Público é a instituição que tem a maior atuação em defesa da criança e do adolescente no país e que, certamente, tem um banco de dados excepcional que poderá nos ajudar muito no nosso trabalho. O Ministro da Justiça que também tem uma série de órgãos vinculados a ele, que lidam com esse problema e que poderão nos subsidiar e nos auxiliar muito para que nossa CPI tenha um norte seguro. Sugiro, também, uma visita ao Secretário Especial dos Direitos Humanos porque, igualmente, essa é uma temática que ele vem levantando e se preocupando cotidianamente e poderá nos auxiliar muito nessa investigação. Ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, porque tem a Polícia Federal o maior mapeamento dos crimes cibernéticos praticados no país, inclusive, os de pedofilia. Essa Operação Carrossel, que V.Exª. menciona no Requerimento que faz na CPI, foi uma operação da maior importância e ainda está em andamento e com isso nós poderemos ter dados da maior importância e, também, interagir com esses órgãos à medida que esses dados chegarem as nossas mãos, nós poderemos repassar para que essas investigações, em andamento no Ministério Público, nas polícias, possam ir adiante.

O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB é uma instituição das mais respeitadas e, certamente, esse é um tema que preocupa essa instituição, não é? A solicitação do auxílio de autoridades para acompanhar, no caso do Ministério Público, e nos auxiliar, no caso das polícias, então, eu imagino e sugiro a V.Exª., aos Srs. Senadores que nós possamos convidar membros do Ministério Público, inclusive nós já fomos procurados, o Ministério Público se oferecendo, voluntariamente, para participar, o que é muito importante, poderemos, também, ter auxiliares da Polícia Federal, mesmo das Polícias Estaduais, dos Ministérios Públicos Estaduais, esses órgãos todos podem, certamente, contribuir com uma pessoa qualificada para que nós possamos, inclusive, operacionalizar as informações que nós vamos ter em mãos, transformar esses dados em resultados práticos. Eu lembro, por exemplo, que na CPI do Caos Aéreo, na CPI da INFRAERO, um delegado que veio, o Dr. Renato Sayão, foi, inclusive, o delegado que tinha feito o inquérito a respeito do acidente que tinha acontecido lá na Floresta Amazônica e que sabia tudo sobre aviação e já estava inteirado e nos colocou no caminho certo. Então, é importante que essas instituições coloquem os seus craques à nossa disposição para que nós possamos fazer uma apuração conjunta e cheguemos à mesma conclusão ou, ao menos, a conclusões parecidas do que em relação à polícia e ao próprio Ministério Público. Sugiro a V.Exª. que nós possamos ouvir, primeiramente, representantes do Ministério Público Federal com atuação no combate aos crimes cibernéticos. Em seguida, representante da Polícia Federal, especialista na investigação de crimes cibernéticos, especialmente os de pedofilia. O Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça, que é o Dr. Marfan, Procurador-Geral do Rio de Janeiro, que é uma das pessoas mais qualificadas e preparadas nesse tema que nós temos aqui no Brasil e que poderá, também, nos colocar representantes do Ministério Público do Brasil todo à nossa disposição. O Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Dr. Cosenzo, da CONAMP, que também poderá muito contribuir para essa investigação. O Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude e o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. Quer dizer, esse seria o início para que nós pudéssemos catalogar os documentos e ir à diante nas nossas investigações. Sugiro, também, que nós possamos fazer visitas aos estados, não é? Essas visitas, a prática tem demonstrado que ela tem surtido efeito, V.Exª. pode dar o exemplo com a CPI do Narcotráfico, que foi exitosa(F) e eu me lembro, perfeitamente, eu

era Secretário de Segurança Pública do meu estado, V.Exª. esteve lá presidindo essa CPI, acompanhado do Sr. Relator, de outros membros e nós tivemos a oportunidade de fazer uma operação tão satisfatória que, inclusive, além de outros bandidos, dois Juízes de Direito puderam, também, ser plenamente investigados, inclusive, pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado.

Quer dizer, nós sabemos que vamos nos deparar com corrupção policial, possivelmente, como V.Exª. tem dito, com alguma figura engravatada, pessoas que, aparentemente, têm um conceito belíssimo, mas que na realidade, como diria o ditado antigo: "por fora bela viola, por dentro pão bolorento", não é verdade? Então, nós vamos tentar descobrir esses pães bolorentos que existem por aí. E, também, sugiro que sejam realizadas outras diligências que nós julgarmos importantes no decorrer das investigações, pedidos de busca e apreensão, pedidos de prisão, isso tudo na medida em que os fatos forem aparecendo, nós teremos a oportunidade de ir implementando. O mapeamento dos crimes de pedofilia no Brasil, eu acho que esse vai ser um dos maiores serviços que nós vamos prestar. Por quê? Porque nós temos diversas estatísticas no Brasil, claro que elas são confiáveis, mas nós precisamos ter uma consolidação a partir da visão dos órgãos polícias, do Ministério Público, do Poder Judiciário, levantar todos esses dados para ter uma estatística consistente e, inclusive, a partir daí, desenvolver atividades que possam, efetivamente, reprimir e prevenir essas taras e esses desvios de conduta. Também é importante que nós possamos, durante a CPI, como bem definiu V.Exª, e também ao final, elaborarmos propostas legislativas que venham a aprimorar o combate à pedofilia no Brasil. É óbvio que nós já temos uma legislação, a prática da pedofilia não é de toda impune, o Código Penal já tem figuras que disciplinam práticas pedófilas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Informática, o próprio Senador Eduardo Azeredo agora tem um trabalho belíssimo a ser votado, que nós podemos, inclusive, apressar na Comissão de Constituição e Justiça, isso, depois, pode ser consolidada numa lei exclusiva, uma lei que venha a tratar esses desvios que são externados e que acabam causando uma série de conseqüências, como V.Exª bem sugere e bem diz, desde a violência, propriamente dita, até as seqüelas que ficam indelevelmente na figura do violentado, na figura do abusado.

E, por fim, a confecção, a votação e o envio de todas as conclusões de documentos às autoridades da República, com o nosso relatório final e as conclusões que, certamente, no decorrer do tempo, nós vamos chegar e, com certeza, eu espero, esse é um sumário do que nós devemos fazer, é um início de sugestão para investigação, mas eu tenho certeza que nós vamos cumprir o nosso objetivo e, ao final, o Brasil estará melhor, porque nós vamos ter prestado uma contribuição relevante para que esses crimes, se não desapareçam, que é o nosso objetivo, ao menos que eles sejam extremamente minimizados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço ao Relator. A palavra está facultada aos Srs. Senadores, Senador Geraldo, Senador Azeredo, para os comentários desse roteiro de trabalho.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) Como previsto, Sr. Presidente, Sr. Relator, hoje acompanharíamos o roteiro elaborado pelo Relator, Senador Demóstenes. É um roteiro realista, concreto que nos possibilitará, numa linha de trabalho, evoluir, os fatos vão sendo agregados, outras linhas de investigação, possivelmente, surgirão. Mas esse é o início consistente, que vai nos permitir colocar o pé na estrada para desvendarmos e, possivelmente, até desbaratarmos essa rede do mal que atinge nossas crianças, nossos adolescentes. Tenho certeza absoluta que, com esse roteiro, iniciaremos o nosso trabalho com a perspectiva forte de absoluto sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu já fiz uma leitura rápida aqui da proposta de trabalhos, eu queria só apenas lembrar, também, aqui nas oitivas, já foi até comentado ontem, existe uma organização não governamental, chama SaferNet, o Sr. Thiago Tavares, já foi aprovado também já, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós acabamos de aprovar o Requerimento os convidando.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo, eu ia sugerir que ouvisse.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugeriria a V.Exª, Sr. Presidente, que considerado-se visita honrosa a nossa CPI, a figura do deputado Ronaldo Caiado, ex-candidato a Presidente da República, uma das figuras mais emblemáticas do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Será registrado e ele pode voltar ser candidato eu acho--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --porque é um bom nome do DEM é o Ronaldo Caiado, nosso amigo, com quem tive a oportunidade de ser colega na Câmara e foi uma das figuras que mais deu apoio à CPI do Narcotráfico, me lembro que na renovação de prazo pela primeira vez, ainda havia

uma certa desconfiança, nós fomos renovar o prazo porque envolvia um Deputado Federal e não me esqueço do discurso do Ronaldo em favor da CPI, ainda que aquele Deputado era filiado do Partido de V.Exª. V.Exª fez um discurso defendendo essa CPI, que tanto bem fez ao Brasil. E só para lembrar que esse ex-deputado, que já tem mais de 130 anos para cumprir, continua preso com todos aqueles que foram presos pela CPI naquela época, lá no arco(F) do nosso querido Senador Geraldo. E então, é muito bem-vinda a presença do Ronaldo Caiado, isso quer dizer que nós vamos dar certo, como na CPI do Narcotráfico.

Eu quero submeter à votação o plano de trabalho apresentado pelo Sr. Relator. Senadores que concordam permaneçam como estão. Está aprovado. Eu quero, também, aprovar já alguns Requerimentos. Requeiro os termos regimentais ao Departamento de Polícia Federal e à Secretaria Nacional de Segurança Pública a designação de assessores para prestar assessoria a essa CPI, até o final das suas atividades. São quase iguais, a gente já aprova em bloco. Pelos termos regimentais, designação de assessores, ser solicitada à Associação Nacional de Delegados de Polícia Federal, assessoria para essa CPI, até o final das suas atividades. Seja solicitada ao Conselho Nacional de Procuradores Gerais a designação de assessores técnicos com a prestação para prestar assessoria à CPI até o final das suas atividades. Esses três.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu poderia só fazer um adendo a esse Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pode sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sugerir, também, que tanto ao Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público de Justiça, quanto à Associação Nacional que eu menciono que é a CONAMP, Associação Nacional de Membros do Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, oficiar aos dois, ao Dr. Marfan e ao Dr. Cosenzo, tenho certeza que eles nos ajudarão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente, faremos rapidamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque na realidade é só para lembrar que como o Promotor é vedado o assessoramento, então, nós poderíamos pedir para que eles acompanhassem os trabalhos da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tem que mudar o termo aqui, né?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tem o Requerimento pronto lá, então, assessor?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só deixar claro que, no caso do Ministério Público, não pode haver o assessoramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Acompanhamento?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Bom, os Senadores que aprovam permaneçam como estão, está aprovado. E esse corpo de Procuradores que nós estamos pedindo, membros do Ministério Público, a intenção dessa Presidência é que esse grupo aqui, afeitos dentro do Ministério Público a essa causa, esse grupo, certamente, com a nossa assessoria, nos dará o norte das viagens que nós vamos fazer, os estados onde nós iremos. Conjuntamente, eles farão os contatos, juntamente com a inteligência da Polícia Federal, com o Secretário de Justiça dos respectivos estados, o Procurador Geral do respectivo estado. Oficiaremos os Conselhos Tutelares dos respectivos estados, porque nós precisamos passar pelos estados e deixar uma poeira muito forte nos olhos dessa rapaziada, dessa gente que se comporta dessa forma contra a natureza de uma criança. Então, essa é a nossa intenção, porque certamente nós, nas nossas atividades, não teremos como fazer o que o Ministério Público já tem e pode fazer e pode, muito bem, levantar no Brasil inteiro para que a CPI possa, como disse a princípio, sem qualquer tipo de vaidade, se tornar instrumento com o poder que dispõem de justiça e polícia do Ministério Público e das instituições policiais que trabalham tanto com repressão, como com prevenção e que têm acompanhado ações investigatórias, que não são poucas as ações investigatórias no Brasil no caso de pedofilia e que envolve desde o anônimo que vive bêbado e que estuprou a enteada de dois anos de idade a engravatados e gente de anel bonito e que aparece rindo em coluna social, não são poucas as investigações e nós seremos é instrumento, tão somente dentro desse nosso espírito da formação dessa CPI para poder ajudar o Brasil. Sr. Relator, está marcado, Srs. Senadores, para as 16 horas, nós pedimos ontem, na verdade, todo mundo têm a sua agenda, a assessoria está tentando marcar com a nossa Ministra Ellen Gracie ainda hoje, no máximo amanhã, o Ministro da Justiça. Mas às 16 horas o Superintendente da Polícia

Federal vai receber a CPI. Certamente, com ele estará o delegado e todo o pessoal da área de internet, de crimes cibernéticos e eu até me esqueci, mas eu acho que dá tempo de fazer, para gente votar um Requerimento já convidando o delegado responsável pela área de crime na internet para nós ouvirmos aqui, porque ele tem um vasto material, que em Sessão reservada, fechada só os Senadores, nós vamos ver parte desse material cruzado, um material da rede internacional que hoje circula aqui dentro do país, nós não podemos, de fato, abrir isso para a imprensa, porque isso uma vez veiculado em imprensa é baixado na internet e vira material de uso de pedófilos, né? E até porque é vedado expor imagem de crianças e tal. Mas essas imagens e como essas coisas são cruzadas e como a Polícia Federal tem feito para detectar e como eles tem feito para chegar aqui? Essas postagens e por onde a Polícia Federal começou e onde ela está fazendo as suas investigações? E que tipo de cooperação? E mais, Senador Eduardo Azeredo, eu até gostaria de comunicar à CPI, ao nosso Relator que nós, eu quero designar o Senador Eduardo Azeredo que, juntamente com a Polícia Federal, seja o responsável nessa CPI para elaboração desses instrumentos que o Brasil precisa para a cooperação internacional, para que a Polícia Federal possa se movimentar, ela tem hoje uma inteligência, tem capacidade de tecnologia, mas lhe faltam instrumentos legislativos que V.Exª, estou designando V.Exª.--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu acho que eu prefiro que seja, eu participo, mas eu encaminhando para o Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente, o relatório final é do Senador Demóstenes Torres. Na verdade, o Senador Demóstenes Torres não vai ter disponibilidade para se assentar com todos esses seguimentos porque é coisa demais e como essa matéria é uma matéria de V.Exª-–

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É, V.Exª domina essa área, eu não terei nenhum ciúme, pode ficar absolutamente tranqüilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E eu quero dizer Senador Demóstenes, o nosso êxito na CPI no Narcotráfico é porque nós tínhamos sub-relatores.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Em todos os estados. O sub-relator do Acre, do seu estado, foi um Delegado Federal chamado Vanderlei Martins, que infelizmente não se reelegeu. Deputado Caiado conheceu. Delegado Federal da área de tóxico e ele fez um relatório, um sub-relatório, tão forte que está todo mundo preso até hoje. Por que ninguém derrubou nada naquilo? Porque o cara sabia, ele era da área. O cara, Delegado Federal, advogado, quer dizer, na verdade o que o Moroni recebeu no final, o Moroni copilou e fez a leitura do relatório final, o que é utilizado pela Justiça é o sub-relatório do Acre, que foi feito pelo Vanderlei Martins. Lá no Maranhão os Delegados que foram presos, que estão presos até hoje, os Delegados presos no Maranhão, os Deputados presos no Maranhão, que estão presos até hoje no Maranhão, foi sub-relatoria, assessorado pelo Ministério Público local, que ajudava elaborar o relatório, os relatórios todos da CPI do Narcotráfico teve a mão do Ministério Público local de cada lugar. Quer dizer, fugiu dessa vaidade que o Senador Demóstenes colocou muito bem aqui e nós tivemos êxito, nós tivemos êxito. O crime organizado no meu estado foi detonado. Nós vivíamos dias de opressão em que o crime organizado tentou botar o Espírito Santo de joelho. Mas um procurador, chamado Ronaldo Albo, a quem o Espírito Santo deve muito, corajoso, impetuoso, foi o homem que ajudou a elaborar o sub-relatório do Estado do Espírito Santo. Então quer dizer, sem Ministério Público e sem essas inteligências e longe da vaidade nós não vamos a lugar nenhum. Não vamos a lugar nenhum. Então, de maneira que o Senador Eduardo Azeredo, não, tem muito prazer, sabemos que será um trabalho bem feito por V.Exª. Às 16 horas, se todos não puderem participar, mas, certamente, eu e o Relator vamos estar lá, mas todos, se puderem, devem estar lá para que a gente possa, realmente, ter uma abrangência disso e já sair de lá, de fato, com essa assessoria já, quem sabe, designada para que nós já tenhamos aqui acompanhamento da Polícia Federal.

E eu comunico as V.Exa.s à medida que forem sendo marcadas as audiências, eu vou comunicar pelo telefone, uma vez que nós já votamos tudo isso, para que nós possamos hoje e amanhã, senão der para fazer todas as visitas, na próxima semana nós faremos as visitas. Não tendo mais nada a tratar, eu encerro a presente Sessão, obrigado aos senhores.

Sessão encerrada às 10h24min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2008, realizada em 27 de março de 2008, às nove horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram ouvidos, à convite do senhor Senador Magno Malta, Presidente da CPI, os senhores Carlos Eduardo Miguel Sobral, Delegado de Polícia Federal; Felipe Tavares Seixas, Delegado de

Polícia Federal; Leonardo Bueno de Melo, Perito Criminal Federal e Helvio Pereira Peixoto, Perito Criminal Federal. A presente sessão é tornada secreta às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, reaberta ao público às doze horas e vinte e seis minutos.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Em nome de Deus declaro aberta a Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar a pedofilia no Brasil.

É uma Sessão aberta, os nossos convidados Dr. Sobral, Dr. Élvio, Dr. Felipe e Dr. Leonardo, convidados ambos, quer dizer... são Policiais Federais que operaram a Operação Carrossel, que dispõe de orientações técnicas, que já militam na área de combate ao crime cibernético.

Sendo a nossa Comissão, Senador Geraldo, uma Comissão pequena, de sete membros, e nesse momento acontece no Congresso uma... a Sessão do Congresso para apreciar vetos do Presidente, e os nossos membros estão chegando, vice-Presidente, nosso Senador Demóstenes Torres, e em virtude de outras reuniões, e em virtude também do tempo dos senhores Delegados, nós vamos passar a ouvi-los. Eu quero convidar, então, o Dr. Sobral para se assentar aqui do meu lado, com quem mantive já contatos antes da instalação da CPI, juntamente com o delegado Dr. Adalton, que está no... que está num congresso internacional com o mesmo propósito. Quero convidar a princípio também o Dr. Felipe para se assentar aqui e em seguida nós vamos revezar com os peritos que estão conosco. Nós temos dois peritos que é o Leonardo e o Élvio, Dr. Leonardo e Dr. Élvio. Você é o Leonardo ou Élvio? Leonardo. Tem cara de Leonardo Di Caprio. O Élvio foi operar o computador e certamente daqui a pouco ele estará aqui.

Só quero registrar que daqui a pouco também nós vamos precisar desligar as câmeras e evacuar a Sessão... para que, nós vamos, a CPI vai tomar conhecimento de algumas imagens captadas da rede internacional e em sendo crianças a lei proíbe de que elas sejam expostas, ainda que com uma tarjazinha no olho, mas para que a CPI tome conhecimento. Quero registrar à CPI também, Senador Geraldo Mesquita, das imagens que eu tenho recebido, e uma imagem de um homem de 45 anos estuprando uma criança de apenas nove meses de nascida. Acaba de chegar ao nosso Relator, Senador Demóstenes, por favor, Senador. É até há um projeto na Casa do Senador Gerson Camata de castração química, mas eu particularmente acredito que a tara de um pedófilo não está no testículo, está na cabeça. Tinha que castrar a mente, então. Eu tenho material de pedófilo estuprando criança com o dedo, de um pedófilo mordendo uma criança de meses de nascida no seu órgão genital.

Então, a doença desse desgraçado não está no testículo, não faria a menor diferença. Chega no nosso Relator, eu quero passar a palavra ao Dr. Sobral para que ele faça as considerações a respeito da Operação Carrossel, nós também teremos o Dr. Adalton conosco. Na nossa visita ontem à Polícia Federal foi uma visita extremamente importante, Senador Geraldo, na nossa visita lá, estivemos juntos, ao informar à CPI e ter uma resposta imediata da Polícia Federal de que estará conosco na solicitação que fizemos nos oferecendo corpo, dando entendimento delas aqueles que vão fazer a interlocução com a Polícia Federal, a essa CPI, o corpo de Procuradores que também estarão conosco nessa disponibilidade do Ministério Público.

Então, Dr. Sobral, o senhor tem o tempo que achar necessário para falar, para fazer os comentários e depois a CPI como é informal, estão aqui a nosso convite, nós vamos fazer as perguntas que acharmos necessárias para nosso entendimento, para nosso conhecimento, para começarmos a viver mais de perto esse assunto que é combate de crime na internet. O delegado tem a palavra.

SR. SOBRAL: Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores presentes, bom dia. Primeiro eu vou me apresentar. Eu sou delegado da Polícia Federal e atuo na unidade de repressão a crimes cibernéticos na nossa direção geral do Departamento de Polícia Federal aqui em Brasília. A nossa função é coordenar as operações que envolvam crimes de alta tecnologia e crimes cibernéticos praticados pela rede mundial de computadores.

O ano passado, por volta de julho de 2007, nós fomos procurados para realizar uma operação em conjunto com a nossa divisão de Direitos Humanos que atua na repressão à pedofilia no Brasil e contando com apoio dos nossos técnicos, dos nossos peritos, de informática do Departamento de Polícia Federal para fazer uma grande operação de repressão à pedofilia na internet no Brasil e também no mundo. Desde 2004 vêm sendo realizadas operações mundiais de combate à pedofilia e quase todas eram capitaneadas pela Espanha que desenvolveu um conhecimento tecnológico que permitia rastrear pessoas que estavam obtendo ou fornecendo imagens com conteúdos pedófilos pela

internet, fotografias, vídeos, todo o tipo de material contendo pedofilia pela internet.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só queria ressaltar, doutor, se o senhor necessitar da interação com o perito, o próprio Dr. Felipe fazer uma intervenção na fala sua, vocês podem falar ao mesmo tempo, fazer essa interação, para nós é muito importante, um falar, esperar o outro terminar, havendo a necessidade vocês podem falar.

SR. SOBRAL: E em 2004 a Polícia Federal, então, realizou, a partir de 2004 foram realizadas algumas operações, Operação Azarah, Operação Anjo da Guarda I, Anjo da Guarda II e nós participávamos como os coadjuvantes de uma grande operação capitaneada por um outro País. Em 2007 a nossa área técnica conseguiu desenvolver uma tecnologia nossa para rastrear pessoas, usuários de internet que estavam fornecendo material pedófilo para outras pessoas de um programa que nós chamamos peer to peer, programas que fazem contatos, que fazem troca de material entre dois computadores de forma direta. Nosso programa entrou em funcionamento e durante uma semana de pesquisa na internet foram encontrados três mil usuários de internet trocando material, fornecendo material pedófilo em apenas uma semana envolvendo 78 países. Somente no Brasil foram mais de 250 computadores fornecendo material pedófilo.

Passamos, então, a tratar essa informação. Inicialmente o programa nos informa um número de internet, o número IP, e esse número IP é uma referência do operador do serviço de internet, do operador de telefonia que armazena as informações do seu usuário. E a partir desse número IP nós precisamos, então, analisá-lo, trabalhá-lo para conseguir localizar um possível endereço onde esse computador está instalado para depois de localizar o endereço onde esse computador está instalado a gente realizar uma busca e apreensão e uma análise técnica pericial desses computadores para identificar se naquele computador realmente há material pedófilo e se ele está sendo disponibilizado. E durante essa fase de análise começamos a ter uma série de dificuldades relacionados à informação que deveria ser fornecida para as nossas operadoras de telefonia. Por questões técnicas dessas operadoras, uma série de outras questões, muitos dos possíveis alvos, dos possíveis pedófilos conseguiram não ser identificados por falta dessa informação. Nós... desses 224 usuários de internet encontrados no Brasil, somente 104 puderam ser identificados. Somente 104 computadores desses 224 puderam ser identificados. Ou seja, só nessa primeira análise 50% dos nossos possíveis alvos conseguiram se isentar da persecução da justiça por falta de uma legislação, por falta de uma obrigatoriedade dos provedores de internet a armazenar a informação de quem é o seu cliente que está fazendo mau uso da internet. A partir dessa análise...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Essa é uma informação extremamente importante. Era bom, delegado, reprisá-la, para que todos se compenetrem de que... olha só o que o delegado está falando. Por falta de uma legislação que obrigue o provedor a identificar o usuário, a metade do... ou seja, pessoas que manipulam informações pedófilas na rede não podem ser alcançadas. Olha que coisa grave um negócio desse. É extremamente grave isso.

SR. SOBRAL: Algumas operadoras, só para complementar, o nível de não resposta chegou a 80%, Senador, ou seja, de cada dez pedófilos que eram clientes daquela operadora, oito conseguiram ficar isentos da persecução da justiça.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Inclusive, doutor... pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa. É que ontem eu vi o Senador Magno Malta numa reunião com alguns especialistas e lá sugeriram o problema da não punição de quem armazena livros, fotografias e não tem... Se o senhor fizer um flagrante lá, não tem punição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É verdade. Quer dizer, a lei que existe hoje, ela existe dessa maneira. Quer dizer, ela é meio piada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E como poderia ser corrigido isso, porque é um absurdo o sujeito que tem em casa guardado é porque ele tem a tendência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E ele pode ser comprovadamente um pedófilo, mas se você não pegar ele em flagrante ele não pode ser preso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele está sem dúvida nenhuma se preparando, a hora que tiver uma chance ele vai fazer a prática criminal.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Sobral, V.Exª, me parece, sugere a aprovação de uma medida legislativa que obrigue o usuário quando entrar na internet se identificar. É mais ou menos um projeto que tem aí o Senador Eduardo Azeredo, que também é uma norma internacional, já em alguns países.

SR. SOBRAL: Há essa discussão sobre a identificação do usuário. Hoje o nosso problema ele é ainda anterior à identificação do usuário que é a falta do próprio registro do computador do IP da máquina que faz a conexão. A operadora além de não identificar o usuário ela não está identificando o próprio computador.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pior ainda.

SR. SOBRAL: Com o computador nós chegamos num local físico, uma residência, num hotel, lan house, a partir daí a gente inicia uma informação. Agora, sem sequer essa informação mínima do computador que está fazendo a conexão, nossa investigação ela já é infrutífera de início, nós não temos nem como começar a investigar, sequer a gente consegue iniciar um processo. Esse é o mínimo que a gente... essa dificuldade que a gente enfrenta. Senador Romeu Tuma lembrou bem que a nossa legislação não tipifica como crime a posse de material pedófilo. Ela tipifica como crime o fornecer, o divulgar, o publicar, o vender, o disponibilizar, mas não a posse.

Então, no caso, nessa nossa operação que a gente conseguir encontrar no computador que foi apreendido cinco mil imagens de crianças e adolescentes sendo violentadas, sendo viciadas e se não tiver registro no computador de que essa imagem foi transferida a terceiro, esse pedófilo hoje no Brasil não vai ser responsabilizado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A posse do material pornográfico por si só não é crime?

SR. SOBRAL: No Brasil não, nós tivemos em seminários internacionais recentes...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ontem ou anteontem nesse sentido. Por isso que eu trouxe porque eu achei que a sua preocupação era muito válida, eu o vi na entrevista, o senhor foi entrevistado anteontem.

SR. SOBRAL: É uma realidade, porque uma pessoa que armazena, 7 mil, 5 mil, 500, 300 imagens de criança e adolescente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor verifica que esse é um crime transnacional, porque se aqui tiver uma punição, ele vai para um País aqui perto, começa a transmitir, vender de qualquer local, tem que ter acordos internacionais, e o Brasil me parece, o Senador Demóstenes sabe, nós vamos convidar o Ministro de Relações Exteriores para saber por que o Brasil ainda não assinou o convênio internacional, acordo internacional de...

SR. SOBRAL: A própria Convenção de Budapeste.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Talvez o senhor pudesse nos ajudar, explicar bem direitinho do que se trata, se bem que o Demóstenes deve estar já coletando os dados, mas talvez sua exposição nos ajudaria a saber como buscar com o Ministro de Relações Exteriores a possibilidade do Brasil ser signatário imediato da convenção, do acordo de Budapeste.

SR. SOBRAL: Inclusive, o senhor fica a vontade, senhor Senador. O Brasil foi convidado a ratificar e a assinar a Convenção de Budapeste, ela está sendo tratada em âmbito interno, nos nossos Ministérios, Relações Exteriores, Justiça, está sendo tratada, a gente acredita que em breve tenhamos uma posição oficial, ela é importante, é um avanço. Talvez não abranja todas as nossas necessidades, mas ela cria um comprometimento do País em legislar sobre determinados assuntos, é um avanço, é um avanço, logicamente que precisam ter alguns pontos que necessitam ser trabalhados, estudados, adequados a nossa legislação, ao nosso direito, mas é um avanço e nós necessitamos de uma legislação adequada à repressão, aos crimes praticados pela internet. Ela faz a comunicação de um caso acontecido no Brasil que necessita de uma investigação no exterior e auxilia na cooperação internacional policial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque quando houve aquele procedimento de doação de crianças para venda de órgãos, eu estava ainda na Diretoria da Polícia Federal, e nós mandamos três Delegados para poder fazer a pesquisa se verdadeira ou não, foram falar com o Juiz da Itália, a Interpol deu uma boa colaboração onde foi desmentido a matéria que foi publicada internacionalmente com o Brasil cedendo crianças para vender órgãos. Mas é uma vigilância permanente e na Interpol, ainda estava na vice-Presidência, foi incorporado lá as obrigações da Interpol de vigiar as doações que fossem feitas em qualquer País do mundo junto à família que adota. Eu só estou explicando porque essas coisas internacionais hoje, nesse tipo de crime, ele passa a fronteira. Com a possibilidade, principalmente da internet ele passa a fronteira com uma facilidade enorme. Eu peço desculpas, Demóstenes, porque está aqui, porque é uma coisa que como fala de polícia a gente não perde aquela corrente sangüínea. E o senhor também sabe, foi Secretário de Segurança e brilhante Secretário e sabe as aflições que a gente passa quando vê um crime que não é projetado em lei. Você perde todo um trabalho que ele está mostrando aqui, pegou uma pessoa com 5 mil filmes não pôde fazer nada a não ser apreender a documentação.

SR. FELIPE: Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois o cara quis requerer a devolução.

SR. FELIPE: Senador, só para me apresentar, meu nome é Felipe, eu sou Chefe da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal, em relação à Convenção de Budapeste é um passo muito importante, mas ela por si só não resolve o problema. Isso porque a convenção... exato. A convenção ela define várias coisas

que são necessárias e obriga os países que forem signatários dela a adotarem legislações naquele sentido, ou seja, ela por si só não vai obrigar os provedores a guardarem Logs de acesso, todos aqueles outros pontos que estamos tratando aqui. Vai ser necessária que haja uma legislação interna que se adeqüe à convenção para que a gente possa ter realmente uma investigação mais eficaz.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor, por acaso, tem cópia...?

SR. FELIPE: Tenho ela aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se puder deixar com o Relator, ele nos dá uma cópia, não é, Dr. Demóstenes, depois a gente dá uma olhada, eu agradeço.

SR. FELIPE: Está em português de Portugal aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Podia estar até em inglês, não faz mal, a gente poderia providenciar a tradução. Mas vocês estão ajudando muito a Comissão, um início muito forte para demonstrar à sociedade que as autoridades estão preocupadas, estão trabalhando em cima, que, talvez, a CPI venha no sentido de poder ajudá-los a resolver principalmente a parte de legislação e providências de ordem legal que possa dificultar a ação de vocês, não é, Senador? Acho que essa foi a grande idéia e o Demóstenes como Relator, é um homem que tem uma visão boa dessa área de segurança também, de Ministério Público.

Então, vocês têm que fazer os pedidos para a gente entrar em ação e ajudá-los a poder cobrir o máximo possível a legalidade das diligências, das ações para que os responsáveis possam ser punidos. Eu não digo exemplarmente, porque se a lei manda não tem exemplo, é porque cumpre a lei. Esse negócio de punir exemplarmente, para mim não vale nada. O que vale é cumprir a lei e a punição ser realmente cumprida. Obrigado.

SR. SOBRAL: A Operação Carrossel foi a primeira que o Brasil liderou em âmbito internacional de combate a pedofilia, por conta dessa experiência que a gente pôde enfrentar uma série de problemas que a gente está trazendo à Comissão. Um outro fator que foi determinante em alguns insucessos na identificação de suspeitos, de pedófilos, foi a demora que a gente enfrentou no recebimento das informações das empresas que detinham, informações sobre usuários de internet. Uma grande parte da informação não veio, 50% não vieram, e quando chegou, chegou com razoável atraso e o atraso, esse atraso na informação ele gera um tempo muito grande da identificação da coleta da informação de que há um computador disponibilizando pedofilia, a ação de busca e apreensão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Informação e oportunidade. Se ela não chega na hora ela perde o seu valor ao decorrer do tempo.

SR. SOBRAL: Chegou há quatro meses, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não há uma responsabilidade direta que poderia ser considerado até sabotagem da demora na identificação, ou não há obrigatoriedade legal nisso?

SR. SOBRAL: As empresas alegam que não há a legislação que as obrigue a manter essa informação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É outra coisa, Presidente, Relator, que a gente tem que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tudo esbarra em falta de legislação. Eu acho que a nossa iniciativa, Senador Geraldo, Relator, querer aprovar esses projetos ao longo, dentro do curso da CPI a gente não pagar mico em outra CPI. Você faz relatório, faz as proposições e elas nunca são votadas. Nós vamos procurar votar, não é Senador Tuma, dentro, não é, Senador Geraldo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se o Senador Demóstenes achar conveniente já pode ir fazendo e apresentando os projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas é isso que nós vamos mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Na Comissão de roubo de carga nós fizemos uns cinco ou seis durante as apurações que foram problemáticas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Esse pacote antipedofilia, vamos dar esse nome.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É importante ver as aflições que eles passam, fazem a diligência, um trabalho louco, tem que grampear telefone, de repente, chega e esbarra num País negócio que não pode continuar, se amanhã o senhor não ser processado por uma diligência que não teria cobertura legal. O senhor sabe disso, a gente sofre muito com isso. Ou vai ser testemunha do próprio delinqüente que não tem legislação que possa puni-lo.

SR. SOBRAL: A internet ela possibilita contatos que antes eram impensáveis, alguém no Brasil se comunicando em tempo real com alguém na Rússia, no Leste Europeu, na China, nos Estados Unidos, então, o delito praticado pela internet ele é transnacional quase que por natureza.

Então, se nós pensarmos uma solução também fechada no Brasil, não vamos conseguir avançar. Tem que ser sempre em cooperação com os outros países, trocas de informações rápidas, on-line, rede 24/7...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] poderiam sem dúvida ser a ponte direta.

SR. SOBRAL: Na Carrossel, como envolveu 78 países, nós comunicamos a Interpol e a Interpol difundiu. Mas como houve a demora da informação que nós recebemos muitos países não conseguiram mais proceder.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque não acharam mais...

SR. SOBRAL: Não acharam mais as informações nos provedores deles.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Informação é oportunidade, se não chegar a tempo e a hora, não adianta nem pensar. Melhor guardar e esperar outra oportunidade o sujeito dizer que acalmou e voltar a delinqüir, senão ele some com tudo.

SR. SOBRAL: A gente tem percebido o aumento exponencial de prática de conduta criminosa pela internet.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aliás não é só pedofilia, cópia em banco, a gente fica assustado.

SR. SOBRAL: Fraudes contra a honra, quase todo mundo tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Presidente do Bradesco, do Itaú, você sentir os golpes, assalto a Bancos é muito menos do que os golpes pela internet, o prejuízo do Banco é muito maior.

SR. SOBRAL: Esse dinheiro desviado acaba voltando para alimentar o crime organizado. Primeiramente é o crime não violento, quando há fraude pela internet, mas esse dinheiro desviado, alimenta toda uma rede criminosa que aí sim usa a violência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O crime do terno e gravata, o crime do colarinho-branco que a gente dizia antes, hoje é da elegância.

SR. SOBRAL: Então, a gente tem enfrentado essa série de dificuldades. Tanto nessa... na Operação Carrossel e em outras modalidades também de pedofilia que acabam utilizando sites de relacionamentos, a comunidades virtuais de trocas de informação, outras redes e que a gente vai esbarrar num problema que a gente entende da cooperação internacional de empresas transnacionais que provém esse site de relacionamento, que acabam por não cumprir a legislação e a ordem da justiça brasileira. O Dr. Felipe tem uma experiência muito boa nessa área, gostaria que complementasse, que é o problema da pedofilia em comunidades virtuais, sites de relacionamentos que é um problema que ele tem enfrentado que tem aumentado também a cada dia.

SR. FELIPE: Várias são as formas, não é, que os pedófilos utilizam para fazer o acesso e a troca, a venda, divulgação de fotos pela internet. E uma das principais são essas comunidades existentes na rede mundial de computadores. E sem dúvida alguma a principal é o Orkut. O Orkut apesar de ser um serviço prestado pela empresa Google, que é norte-americana, ele é mais utilizado por usuários brasileiros do que por usuários americanos. E isso possibilita uma troca de imagens de forma exponencial. Segundo dados da própria Polícia Federal e de uma ONG chamada SaferNet o Orkut lidera as denúncias de pedofilia na internet. E a grande dificuldade de trabalhar com o Orkut é porque a Google que tem o escritório no País entende que só precisa colaborar com a justiça brasileira nos casos em que a legislação americana permita ou em alguns casos quando um Juiz americano dá a ordem. De uns anos para cá já houve alguns avanços nessa negociação com a Google, há três, quatro anos a Google não colaborava em nada, hoje já colabora, mas toda essa colaboração é assim, eu estou colaborando porque eu quero, eu estou colaborando porque eu estou, enfim, querendo realmente prestar um auxílio, querendo ser parceiro das autoridades brasileiras e não porque tenha obrigação. A gente tem propostas de acordos até com a Google, em que eles se reservam ao direito de não fazerem uma série de coisas e ainda até mesmo aqueles pontos em que eles dizem: não, isso aqui a gente faz, se começar ficar muito também a gente se reserva no direito de não fazer mais.

Então, não é admissível que uma empresa que tenha atuação no País, que tenha muitos clientes brasileiros, que tenha negócios no País, que tenha um escritório que represente a empresa no País, possa se negar a prestar informações as autoridades policiais e judiciais brasileiras sob o argumento de que os dados estão nos Estados Unidos, porque o usuário brasileiro, o destinatário do serviço é brasileiro, a pessoa que está divulgando, a pessoa que está recebendo a foto, estão no Brasil, os IPs são brasileiros, onde que a Google entra aí? Só na prestação de serviço. A prestação de serviço está sendo feita no Brasil.

Então, a gente entende que a legislação aplicada deve ser a legislação brasileira.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me diga, V.Sª tem uma sugestão legislativa para que nós possamos analisar? Já tem... pronto, redigido ou sugerida, pontos específicos para que nós possamos agilizar isso aqui?

SR. FELIPE: Eu entendo até que a legislação atual já obriga a Google a prestar essas informações. E com base nisso várias ações judiciais foram ajuizadas contra a Google nesse sentido. A principal é uma ação do Ministério Público de São Paulo, uma ação

Civil Pública que prevê multas, prevê uma série de sanções caso a Google não cumpra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Essa legislação eu acho que ela não existe. Eu não tenho conhecimento. E a nossa sugestão, cadê a Assessoria? É que se levante aonde está essa legislação e se ela não existir a sugestão é o que o Polícia Federal comece a construir isso para que nós imediatamente votemos isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ação Civil Pública em São Paulo?

SR. FELIPE: Isso, é do Ministério Público de São Paulo, o Procurador é o Sérgio Suiama.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sei se a Secretaria Nacional de Justiça, que o Romeu Júnior está lá, já tem alguma coisa a respeito...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Procurador ou Promotor?

SR. FELIPE: Procurador da República, Procurador do Ministério Público Federal.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sérgio Suiama.

SR. FELIPE: Sérgio Suiama. É muito atuante nessa área.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Globo, desculpa, eu perdi, o senhor falou, Ação Civil Pública é sobre...?

SR. FELIPE: Contra a Google, para que a empresa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De internet.

SR. FELIPE: Isso, de internet, para que eles sejam obrigados a cumprir as ordens judiciais no Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Secretaria Nacional de Justiça não tem nada a respeito disso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas é importante ouvir a Secretaria Nacional de Justiça, Senador Tuma, acho que devemos convidar alguém. Na nossa visita ao Ministro vamos pedir ao Ministro que mande alguém.

SR. FELIPE: Quando eu digo que já existe uma legislação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o Romeu Júnior que está lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que ele esteja a nossa disposição da CPI para poder nos ajudar. E até como é filho, gostaria que V.Exª até ligasse a ele para saber se há alguma ação nesse sentido se existe legislação. Acho que...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele está na Argentina numa reunião mais ou menos nesse sentido. Desculpa, viu, doutor, porque eu acho que como nós estamos aqui discutindo uma coisa que é de interesse público. Todas as mães estão aflitas com o noticiário que vem crescendo todo dia. Você tinha uma notícia hoje, daqui a seis meses outras, agora é diariamente, você tem duas ou três, é aflitivo. Quando o Magno propôs isso já tinha no mesmo dia tinha cinco...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dr. Felipe, qual a legislação hoje que aborda o tema?

SR. FELIPE: Quando eu digo que existe uma legislação não é uma legislação específica para a internet.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito, de comunicação em geral.

SR. FELIPE: Não, é uma legislação que obriga as empresas sediadas no Brasil, que têm escritório no Brasil a cumprir a legislação brasileira.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro, com certeza.

SR. FELIPE: Imagine que uma Nestlé, por exemplo, que vá fazer atuação no Brasil não vá cumprir legislação brasileira.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Essa legislação ela é genérica para todas as empresas. Não existe a legislação expectativa. Essa que nós vamos criar.

SR. FELIPE: E pode ser interessante pelo seguinte, porque a Nestlé, por exemplo, é um exemplo, quando está aqui ela comercializa os produtos aqui, o chocolate dela, qualquer, o biscoito, está sendo comercializado aqui e o produto está aqui. No caso da Google o servidor está nos Estados Unidos, então o dado trafega do Brasil para os Estados Unidos e volta para o Brasil, e esse é o argumento pelo qual a Google diz que precisa de uma ordem do Juiz americano. Agora, para conseguir essa ordem você precisa usar um tratado bilateral, vai para o Juiz daqui, para autoridade central brasileira que é o DRCI, autoridade central americana, Juiz americano, até voltar seis meses, um ano com sorte. O cliente, destinatário, tudo é brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A mensagem é brasileira, então tem que ter uma legislação específica.

SR. SOBRAL: Nós temos o suspeito de praticar pedofilia que está mandando o arquivo com criança, com o adolescente sendo violentado e utiliza uma conta de e-mail da Google, nós sabemos que ele utiliza uma conta de e-mail da Google e queremos provar interceptando a comunicação dele com ordem judicial. Nós não conseguimos hoje. Por quê? Ela não acata

a ordem da justiça brasileira alegando que o servidor dela, que o computador dela está nos Estados Unidos e somente a justiça americana poderia, então, determinar que a Google fornecesse esse conteúdo dessa mensagem.

Então, a pessoa que está utilizando uma conta de e-mail para praticar pedofilia mandando imagens pedófilas para o Brasil inteiro não acaba escapando da nossa persecução porque a empresa alega que o servidor está, mesmo que ela ofereça um serviço no Brasil, em português, com a representatividade aqui no nosso País. Então, é um problema que a gente tem enfrentado grave.

SR. FELIPE: Paga aqui. Lucra aqui. Exatamente. Na verdade, hoje mais de 40% dos usuários brasileiros têm e-mails, contas de correio eletrônico de provedores americanos, as três principais são Microsoft, Yahoo e Google. Eu até fiz uma brincadeira com os representantes da Google quando a gente teve uma reunião que eu questionei a eles. Vai que no futuro por uma questão de custo eles resolvem transferir o servidor dele para o Panamá, por exemplo, será que o FBI vai precisar de uma decisão judicial de um Juiz do Panamá ou eles vão conseguir fazer tudo por lá? Então, na verdade, não tem como, esse argumento é um argumento muito furado. A gente precisa verificar aonde está sendo cometido o crime de fato. E se a Google tem um escritório comercial aqui ela precisa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um argumento de proteção ao crime. Praticamente é de proteção direta, não tem nem subterfúgio, é direta.

SR. SOBRAL: A gente cita a empresa, não é ela especificamente. É a forma. Esta e as outras que disponibilizam este serviço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora ela devia colaborar porque é prática de crime. Não precisava nem uma ordem judicial.

SR. FELIPE: É uma categoria de empresas que a Google está inserida por ser o maior caso em função do Orkut.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Operando por crime. Amanhã pode ser indiciada, e deixar o Juiz ver se resolve ou não um indiciamento aqui no Brasil.

SR. SOBRAL: Essa ação Civil Pública foi nesse sentido de tentar responsabilizar a empresa pela negativa da prestação da informação. É um embate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E acho que a justiça brasileira não vai aceitar esse argumento de que só Juiz americano pode determinar o que fazer aqui dentro.

SR. FELIPE: Eu queria aproveitar até esse assunto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa estar interferindo.

SR. FELIPE: Esse assunto é muito importante e tende a crescer esse tipo de problema. Eu queria aproveitar o assunto para falar de um caso concreto que a gente teve que foi muito recente, que teve uma...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele está pedindo que ele quer relatar um caso importante:

SR. FELIPE: Um caso recente que teve bastante repercussão, até, que foi uma prisão de um pedófilo no Ministério do Planejamento. Esse pedófilo foi denunciado através de um serviço de disque-denúncia nacional em dezembro, o Disk-100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos e a partir daí a gente passou a acompanhá-lo. Ele fazia uso de uma sala do cidadão, que é um instrumento de inclusão digital do Ministério das Comunicações e a gente conseguiu detectar que de fato ele usava, né, ele, na verdade, fazia um mau uso dessa sala para divulgar pornografia infantil. Como era um computador público a perícia foi até lá e verificou que de fato existiam esses indícios. O computador foi periciado, o disco rígido foi periciado e se verificou que ele utilizava contas de e-mail, 90% de empresas americanas, Google, Microsoft, Yahoo para poder fazer essa divulgação das imagens. E isso criou um entrave na investigação. O que a gente vai fazer agora? Porque a gente precisa da materialidade de que ele enviou. E eu só vou poder fazer isso se eu tiver a interceptação do e-mail e as empresas não fazem interceptação do e-mail porque tem esse argumento de que o servidor está nos Estados Unidos. Por sorte, essa palavra é importante, por sorte ele deixou um vestígio na máquina que foi a senha que ele utilizava para um dos e-mails. Por sorte mais ainda ele gente verificou que essa mesma senha ele utilizava para todos os e-mails.

Então, a gente solicitou à justiça que pudesse fazer a interceptação sem a colaboração do provedor que a gente pudesse fazer interceptação utilizando a senha dele e foi autorizado pela justiça com parecer favorável do Ministério Público e a gente conseguiu fazer a prisão dele no Ministério do Planejamento quando ele também estava utilizando terminal público. Ou seja, na verdade, a investigação ela foi eficiente por um grande componente de sorte, num primeiro momento. E é outro dizer que a gente acabou fazendo essa prisão no Ministério pelo Planejamento porque o Ministério das Comunicações fechou a sala do cidadão quando ficou sabendo do problema, resolveu, enfim, preferiu fechar a sala e a gente ficou também, mais uma vez, sem ter um mecanismo mais fácil de seguir essa pessoa e saber de onde ele estava acessando.

Então, a gente conseguiu em um dos momentos fazer uma vigilância, uma... Segui-lo até o Ministério do

Planejamento e viu que ele estava utilizando aquele terminal e acabou que fizemos um flagrante, porque verificamos que ele tinha acabado de enviar um arquivo. Agora se na sala do cidadão havia um registro, toda vez que ele ia lá ficava registrado no nome dele, no Ministério do Planejamento não, então se a gente não tivesse fisicamente lá verificando o crime a gente não conseguiria saber que foi ele que divulgou essa imagem de conteúdo pedófilo, porque pelo método de investigação tradicional a gente iria saber que foi aquele computador que propiciou o envio da imagem. Mas qual foi o usuário? Quem foi a pessoa, realmente, que fez? A gente não iria saber, naquela data, naquela hora a gente não iria conseguir uma informação do Ministério, da biblioteca, de quem estava utilizando aquela máquina.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que V.Sª sugere é que os órgãos públicos tenham controle também dos usuários?

SR. FELIPE: Quaisquer computadores públicos, sejam lan houses, sejam hotéis que tenham redes Wi-Fi sem fio, é preciso que eles tenham um controle e não é nenhuma invasão a privacidade. É simplesmente dizer no horário tal, no dia tal, tal pessoa acessou a internet.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, não só o poder público, qualquer usuário coletivizado, digamos assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então esse pedófilo ele foi preso no Ministério do Planejamento porque estava manuseando. Se chega lá e ele não está manuseando o computador ele não podia ser preso.

SR. FELIPE: A gente tinha o conhecimento que ele tinha um pen drive com uma série de imagens de conteúdo pedófilo. Ele não podia ser preso por ter o pen drive. A gente sabia que ele tinha o pen drive, a gente teve que esperar ele pegar uma imagem desse pen drive, conectar a um computador e enviar para outro usuário para fazer a prisão em flagrante dele.

SR. SOBRAL: Ou seja, trabalhamos com a sorte, o que não poderia acontecer. Tem um dado interessante, na Carrossel, que às vezes quando a gente fala pedofilia na internet a gente imagina que é uma coisa totalmente virtual, não físico, fora da nossa realidade. Mas as análises de alguns dos computadores já nos permitiu concluir que um dos pedófilos era instrutor de Educação Física de uma escola infantil que tem contato direto com crianças e adolescentes. Um outro também era um professor de uma academia de ginástica, ou seja, o pedófilo ele, a pessoa que disponibiliza essa imagem, que tem esse desvio moral ele se aproxima de criança e adolescente e a possibilidade dele causar algum dano físico a uma criança e adolescente é bastante real. Por isso que a gente tem que intensificar cada vez mais o combate a pedofilia, seja pela internet, qualquer outro meio porque esse desvio moral num momento ou outro, mais cedo ou mais tarde vai se...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se materializar.

SR. SOBRAL: Materializar numa criança violentada, num adolescente violentado que vai marcar para o resto da vida esta pessoa, esse fato, fato cruel, fato criminoso, grave.

Então, nós temos que combater. Pensam assim: Pô, está só mandando uma foto pela internet. Não. Não está só mandando uma foto. Ele está incentivando um desvio moral e está incentivando também que alguém violente essa criança e esse adolescente e produza essa foto. Porque não é uma foto em si. Aquela foto tem uma criança sendo vitimada, naquele vídeo tem um ser humano sendo agredido.

Então, o fato em si não é somente... Estão mandando fotos, isso não seria tão grave. Isso é gravíssimo. Por quê? Na produção daquela imagem tem um ser humano que está sendo violentado, nos seus direitos humanos. E... alguns países que começaram antes o combate ao crime, crimes informáticos, aos crimes cibernéticos, avançaram um pouco mais. O Brasil começou tarde na área da investigação. Nossa área técnica pericial começou mais cedo, já há 12 anos e a investigação de crimes pela internet começou há pouco tempo, nós ainda estamos nos estruturando e precisamos de mais investimento. Países que começaram mais cedo como a Espanha que já há 12 anos tem um grupo especialista em combate à área de crimes pela internet, já consegue pelo uso dos equipamentos que eles desenvolveram localizar o pedófilo que está na imagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sobral, só para lembrar de onde você parou. Quando você fala estruturante, a SaferNet quando fala a respeito do trabalho da Polícia Federal, fala das dificuldades, fala que a Polícia Federal trabalha quase que, na verdade, é um esforço, é... o que é que é uma estrutura? O que é que essa estrutura depende de legislação? O que é que depende ser criado para que se tenha, na verdade, dentro do departamento, um departamento ou uma Delegacia, um grupo de pessoas separadas para receber treinamento nesse viés de combate ao crime. Porque a medida que o mundo for avançado esse será o viés mais forte. O que você detecta hoje? O que hoje precisava ser criado dentro da Polícia Federal?

SR. SOBRAL: A nossa proposta para repressão a delitos pela internet é a criação de delegacias de repressão a crimes cibernéticos em cada uma da unidade da Federação Brasileira. Que cada Superintendência da Polícia Federal tenha uma Delegacia com atribuição de realizar investigações de crimes pela internet, que permitiria o treinamento desses Policiais Federais em investigação de crimes cibernéticos. Nós temos uma área técnica pericial que é excelente, começou mais cedo já estruturada, área de investigação começou um pouco mais tarde. Precisamos criar essas delegacias e na direção geral uma unidade de coordenação desses trabalhos.

Hoje a gente atua na coordenação desses trabalhos de forma informal. Nos últimos 3 anos foram 700 detenções por crimes praticados pela internet, uma unidade ainda informal. Se nós estruturarmos as delegacias em cada uma de nossas superintendências esses número poderá ser muito maior. Mas muito maior. Por quê? Porque nos permitiria treinar nosso pessoal em técnica de investigação de crimes pela internet, em repressão a pedofilia na internet, em todos os outros delitos que são praticados pela internet que exijam um conhecimento diferenciado. A informática ela muda a cada dia. Nós temos que estar sempre estudando, nos preparando para enfrentar essa nova realidade. Isso exige um treinamento constante, investimento em tecnológica, equipamento, recurso material e humano que nós precisamos ter sob pena de ficarmos sempre atrás dos criminosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Na verdade, parte disso aí depende do Executivo, do próprio Ministério da Justiça. O que nós podemos fazer nesse caso aqui é só um indicativo, Senador Demóstenes, recomendar. Eu acho que... eu estou perguntando isso porque nós vamos visitar o Ministro da Justiça, Senador Geraldo Mesquita. E uma recomendação, se já existe lá um sentimento de que isso deva acontecer, nós vamos reforçar, e se não nós vamos levar com recomendação, acho que em forma de documento até já escrito. Eu gostaria que para que isso não se perdesse, que depois até o delegado Sobral nos ajudasse, colocando esses indicativos para que nós possamos formalizá-los aqui e na nossa visita ao Ministro da Justiça nós vamos levar entendendo dessa necessidade de já entregar um documento na mão dele. Nós não queremos fazer dessa CPI coisas vagas. Queremos fazer coisas efetivas de fato, porque se fizermos cobraremos amanhã.

SR. SOBRAL: Esse grupo da Espanha, consegue pela análise de um vídeo, análise da fotografia identificar o pedófilo. Hoje nós estamos identificando as pessoas que estão disponibilizando, vendendo, fornecendo ou possuindo essas imagens. Nossa proposta é avançar. Por quê? Para chegar na pessoa que está violentando a criança, que está violentando o adolescente. E nós temos condições tecnológicas para isso. Precisamos nos preparar para tanto. E esse é o nosso projeto de repressão a essa área também em tentar localizar aonde é que a pessoa, onde é que está a vítima que é a criança e o autor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso pode ser uma ação preventiva também, não é, doutor, porque se correr antes do fato, talvez, possa evitar que haja a exploração no menor dentro de uma... Eu digo, se vocês identificarem tem que aguardar o fato porque se não para prender não resolve, tem que ser... Mas tem que ser o flagrante antes do ato, porque senão o prejuízo ele vai se dar. A grande angústia.

SR. SOBRAL: Sob precisamos da cooperação da comunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A grande angústia é essa, às vezes os pais não têm um conhecimento exato desse tipo de... Os meninos hoje são craques, lá, e a gente já passou da idade para saber, a comunicação é difícil, então eu tenho que acompanhar. Teve uma novela que mostrou claramente como é que age o pedófilo com a conversa através do computador, vai criando amizade, conversa, e vai chegando ao ponto que ele deseja.

Então, eu acho que, talvez, uma cartilha também, uma coisa que vocês possam querer elaborar, o Senado pode colaborar na impressão, e distribuir para a sociedade, principalmente nos lugares. Aquele pedófilo que foi preso alugava crianças de um a seis anos, doutor, de um a seis anos. Um negócio tão violento, quase inaceitável de se pensar que exista uma pessoa desse nível. As mães alugavam as crianças de um a seis anos. Não queria de mais idade não. Foi preso por vocês, está preso em flagrante. Mas é um negócio que causa um... Se você que tem bisneto, eu tenho bisneto, fica assustador um negócio desse. Sodoma e Gomorra é pé-de-chinelo perto desse negócio de pedofilia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas a Espanha, então, é o País mais avançado nesse combate.

SR. SOBRAL: As grandes operações de repressão de pedofilia a internet até a nossa foram capitaneadas pela Espanha. Essa Operação Carrossel, foi a primeira que o Brasil liderou, seguindo também o exemplo da Espanha, a Áustria também já liderou, mas a Espanha começou cedo, desde 95.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A Google, talvez, como a maior empresa internacional, é bem provável que ela deve atender

nos países europeus, especialmente na Espanha, as recomendações e as exigências da polícia espanhola.

Então, eu pergunto. Qual é o mecanismo que a polícia espanhola se utiliza para evitar esses constrangimentos que a polícia brasileira tem? Será que lá há uma legislação específica e que é devidamente cumprida por essas empresas, especialmente a Google?

SR. SOBRAL: Essas grandes operações de rede direta que a gente chama peer to peer, a comunicação ela não passa por um provedor, ela é feita diretamente do computador da pessoa que disponibiliza para o computador da pessoa que recebe.

Então, nesse caso dessas operações como a Carrossel, a Azarah, Anjo da Guarda, nós não necessitamos de um provedor de acesso da Google, Microsoft, Yahoo, nós precisamos da informação da operadora de telefonia que na Espanha eles conseguem obter com maior facilidade essas informações que no Brasil nós não temos. Então, por isso...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas quando é feito através dessas outras empresas, como a Google, Microsoft, como é que se resolve isso lá?

SR. SOBRAL: Essa informação eu não tenho particularmente esse tipo de...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Existe alguma facilidade da Polícia Federal do Brasil através da sua Superintendência ou o próprio Ministério da Justiça, isso o senhor não pode responder, mas a Polícia Federal fazer contatos com a Polícia Federal espanhola para que ela dê conhecimento se existe a legislação ou não. Porque se a legislação existe a roda está inventada, o que nós temos que fazer é copiar e votar. Há a facilidade de fazer isso? Vocês estão anotando o que nós estamos pedindo?

SR. SOBRAL: Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pode fazer seu dever. Nós vamos fazer o nosso, anota, e vê isso aí para nós para a gente sentar...

SR. FELIPE: Na verdade a questão dos provedores estrangeiros passa por dois problemas, um é o provedor estrangeiro que tem escritório no seu País. O outro é o provedor estrangeiro que não tem, e nesse caso aí a cooperação internacional ela é a única forma, o único meio.

Então, além de criar um mecanismo para que o provedor estrangeiro que tenha escritório no Brasil cumpra as ordens judiciais brasileiras, a gente precisa ter mecanismo de cooperação internacional que sejam ágeis, céleres, desburocratizados. Porque senão a gente vai chegar num ponto que aquele pedófilo mais esperto vai procurar um provedor que não tem escritório no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sem dúvida.

SR. FELIPE: Então, a gente precisa começar a pensar nisso. A Espanha, mais uma vez, está mais avançada. Hoje no Brasil, ano passado a gente recebeu cerca de 10 mil denúncias de pedofilia, 10 mil só a Polícia Federal. Grande parte dessas denúncias são de sites estrangeiros. Você consegue acessar no Brasil sites do Leste Europeu, sites asiáticos, sites que estão no Panamá. E como fazer para impedir isso? Na verdade o crime não está sendo nem cometido no Brasil, apesar de usuários brasileiros terem o acesso a essas imagens, o Brasil não tem jurisdição para punir as pessoas que estão divulgando, de repente, uma imagem no Leste Europeu. O que é que a Espanha está fazendo? A Espanha está com um projeto, ainda em fase de projeto não está implementado, mas é um projeto para cadastrar num Banco de Dados sites do mundo inteiro com conteúdo pedófilo. Através desse Banco de Dados os provedores seriam obrigados a impedir o acesso dos seus clientes a esses sites, ou seja, ainda que um site não esteja na Espanha, o usuário espanhol quando tentar colocar no campo lá para preencher não vai ter acesso porque o provedor vai restringir. Assim como a gente tem hoje um filtro para os pais, o pai pode controlar alguns sites, assim como na Polícia Federal, e com certeza no Senado Federal, alguns sites são proibidos o uso, é possível se fazer isso também com a pedofilia, mas você precisa que os provedores colaborem com isso. Se você conseguir ter um Banco de Dados, aí eu vou conseguir ser até um pouco mais ousado, mundial, se a gente conseguir a colaboração entre as polícias, crie esse banco de dados mundial, a gente vai conseguir filtrar que usuários brasileiros ou de qualquer País tenham acesso a pedofilia produzida em outros países.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Doutor, só uma pergunta, se o Relator permitir. Tem Adido Policial da Espanha aqui?

SR. SOBRAL: Tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então não seria interessante vocês pudessem ver, convidá-lo para vir até aqui, não sei se o senhor concorda, ele vir, acho que ele não se negará a isso e os senhores virem com ele aqui para tratar. E também a gente poderia fazer um Congresso Internacional da Pedofilia das polícias aqui no Brasil.

SR. SOBRAL: Seria muito bom.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a gente poderia caminhar, para poder ter meios com o Governo, através da CPI, poder trazer um Congresso internacional para trazer uma linha internacional que

vocês estão propondo. Não sei se é viável, o Relator pode ver isso aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Até porque ele está dizendo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que é importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Sobral está dizendo que a polícia é muito próxima de vocês. Então, é só comunicar a eles. Anota aí que esse é o dever de vocês. Comunicar. [risos]. Nós estamos na interação aqui, rapaz, trabalhando juntos, aí se ele topar nós vamos convidá-lo aqui, vamos oficiar e convidá-lo, e vamos ouvi-lo aqui junto com vocês novamente, para a gente, nessas coisas técnicas é muito importante para nós, para a gente poder avançar. Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu sou leigo, absolutamente leigo. Eu queria só fazer uma pergunta. As redes têm celeridade para... por exemplo, essas transmissões que V.Sª. sugere que os provedores bloqueiem, as redes têm mecanismos ágeis da análise da imagem instantânea e bloqueio? Porque eu acho muito mais adequado, talvez que as redes forneçam a identificação daquele usuário. Eu tenho a impressão, não sei, como leigo eu acho que as redes não têm agilidade suficiente para identificar as imagens porque elas podem iniciar a transmissão de uma forma, introduzindo essas imagens, as redes têm essa agilidade de analisar, identificar essas imagens e...

SR. FELIPE: Na verdade, as duas coisas caminham paralelas. O fato dos provedores terem que identificar o seu usuário é algo que vai fazer com que a gente possa cumprir a legislação brasileira e punir os usuários brasileiros que estão cometendo o crime. Já esse fato da gente querer que os provedores impeçam o acesso a determinados sites, a gente já está falando de sites estrangeiros em que a pessoa que produziu e divulgou a imagem não é brasileira e sequer está no Brasil.

Então, a justiça brasileira não tem jurisdição sobre essa pessoa, mas ao mesmo tempo o usuário brasileiro tem acesso aquelas imagens. Então não adianta eu começar aqui uma investigação para punir, para tentar encontrar alguém que está produzindo e divulgando imagens de conteúdo pedófilo no Leste Europeu, por exemplo, porque eu não vou chegar a lugar nenhum. Mas, talvez, a gente consiga impedir que o usuário brasileiro tenha acesso a essas imagens e o pedófilo tenha sua perversão alimentada. É mais nesse sentido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Desculpa interromper mais uma vez, mas Senador Demóstenes, voltando lá um ponto em que o delegado Sobral estava mencionando a dificuldade, ele citou, inclusive, um fato de que a Polícia Federal sabia de que determinada pessoa num pen drive tinha material pornográfico e não podia fazer absolutamente nada enquanto ele não utilizasse aquele material para transmitir. Ora, hoje em dia nós temos legislação que pune aquele que porta arma sem porte. E não podemos ter a legislação para punir quem... Isso é um instrumento de crime. Isso é um instrumento de crime. Ou crime instantâneo, ou crime futuro, seja o que for, mas é um instrumento de crime.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Concordando com V.Exª, o que diz, o que acabou de dizer o Dr. Felipe. Então, se alguém internacionalmente acaba alimentando a tara do pedófilo aqui, a única maneira de combater isso é justamente criar o delito da posse ou a arquivamento de material pornográfico porque o simples fato da pessoa alimentar a sua tara com isso já passa a constituir um delito.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em sã consciência, como é que pode se admitir que o cidadão tenha a posse de um material como esse e não tenha...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até o que a gente acabou brincando aqui em off, é o seguinte. Como não há o crime, houve a apreensão do material, até 5 mil situações as mais perversas possíveis. Não foi como não é crime se ele requerer a Polícia Federal tem que devolver o material para ele.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Constrangidamente tem que devolver o material.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa é a situação jurídica do País.

SR. FELIPE: Na verdade, o próprio pedófilo que foi preso no Ministério do Planejamento, ele tinha bastante consciência do que era e do que não era crime porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Já foi falando logo.

SR. FELIPE: No interrogatório ele falou: "Eu gosto de ver, eu gosto de acessar, mas eu não divulgo". Ele já sabia bem o que era crime e o que não era. Então ele confessa aquilo que está aparente, aquilo que é evidente, que ele não tem como se negar, mas ele nega aquilo que, talvez, vá precisar de uma prova um pouco mais robusta. Nesse caso ele não tem como escapar, a polícia fez um laudo de local. Mas é algo que de repente em outros casos ele poderia escapar.

Eu queria comentar mais um assunto que é o seguinte. Não basta simplesmente punir a posse. Porque eu posso simplesmente acessar. Isso é algo que ou-

tros países também estão discutindo. Cada vez mais você tem discos virtuais, você não precisa guardar os arquivos no seu computador, num pen drive, você pode simplesmente deixá-lo em algum provedor, hoje até a Microsoft, Google estão caminhando para esse tipo de disco virtual, em qualquer lugar você acessa a sua pasta e obviamente o pedófilo não vai ter identificado que aquela pasta é dele, vai estar alguma coisa de forma mais anônima.

Então, o fato dele acessar aquelas imagens também precisa ser punido, não simplesmente a posse e a obtenção dela também, o download, é preciso que tenha uma definição clara na lei, porque se simplesmente se disser a posse, certamente a legislação penal por ser restritiva...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não pode ter analogia em... no Direito Penal. Tem que tipificar a conduta, exaustivamente.

SR. SOBRAL: Uma pessoa que está acessando, baixando downloads, centenas e centenas de imagens, não podemos atuar porque temos que esperar ela baixar, armazenar e disponibilizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que hora que vai pegar? Nunca.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas mesmo residualmente, que ontem os senhores nos disseram na Polícia Federal que na operação realizada foram apreendidos HDs, 104 HDs, e centenas de DVDs.

SR. FELIPE: 1.143.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mais de mil DVDs e imagens, então mesmo que residualmente esse porte deve estar previsto em legislação. Entende? Para ser punido. O cidadão que gosta de olhar uma arma, gosta de ver, acha bonito, mas que não tem o porte, se ele tiver com a arma em seu poder ele está cometendo um delito.

Então, o cidadão que gosta de olhar essas imagens. Entendeu? A analogia que eu faço?

SR. SOBRAL: Ele acesa ele incentiva o produtor a produzir cada vez mais. Porque o produtor conta o número de acesso no site dele e vende propaganda daquele site.

Então, se eu tenho 10 milhões de acessos, eu vendo a propaganda para alguma, isso pensando em nível internacional, em provedores internacionais. Cada acesso aqui vai gerar uma informação comercial que vai ter um valor econômico e vai incentivar a produção da pedofilia e a violência contra um número cada vez maior de crianças e adolescentes.

Então, o acesso ele é uma conduta que deve ser evitada. Não é justificável que se permita um acesso a uma imagem, a um vídeo contendo violência contra criança e adolescente. Essa, pelo menos, é a nossa opinião de quem atua nessa área.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Olha, eu pergunto aos senhores. Os senhores têm uma sugestão consolidada? Porque só aqui nessa exposição rápida os senhores levantaram aí uma dezena de sugestões absolutamente pertinentes sobre a inserção na legislação brasileira de temas que podem ajudar no combate a pedofilia via internet. Se tivesse isso consolidado, porque certamente outras situações ainda vão aparecer, ou os senhores têm conhecimento, mas que pela rapidez da exposição não é possível abordar, ou, talvez, até porque ela seja pública também, não é possível abordar. Eu perguntaria se há uma possibilidade de oferecer uma proposta para que nós possamos analisar, claro, que rapidamente, para, por exemplo, ontem depois daquela conversa que nós tivemos lá, nós já recebemos a direção geral da Polícia Federal a proposta de difusão vermelha que nós já vamos aprovar, já em entendimento com o Senador Magno Malta, na terça nós já vamos aprovar aqui na Comissão, na quarta, possivelmente, ou na outra quarta, o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ que nós conversamos já coloca em pauta, ou seja, em duas, três semanas nós já temos condições de mandar para a Câmara, a Câmara se der a mesma prioridade, dois ou três meses nós vamos ter resolvido, a solução que vai melhorar e muito o combate a pedofilia internacional e outros crimes também por parte da Polícia Federal. Então, nós temos essa possibilidade porque a Casa está muito atenta a esses problemas.

Então, se nós tivermos uma proposta consolidada nós teremos como avançar nisso e dar instrumento aos senhores para que esse combate aconteça de uma forma mais efetiva.

SR. FELIPE: Nós não temos hoje um texto pronto. Nós temos todas as idéias e elas são muito próximas do que prevê a Convenção de Budapeste.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. FELIPE: Até para dizer o que está bem próximo do que a gente pretende, além da divulgação da publicação inclui posse, download, acesso, mas também definir o que são essas imagens? Hoje a gente vê uma imagem, de repente, de uma jovem que aparenta ter 15 anos, mas de repente o perito pode dizer: Eu não posso garantir que tem 15 anos. De repente ela tem 18, mas está aparentando ter 15, então a Convenção de Budapeste fala isso. Se aparentar ser menor é crime, porque o que é que os pedófilos fazem também? Pega uma menina de 18 anos que já é franzina, que não tem o corpo tão formado, caracteriza como menor, coloca uma roupinha de colegial, coloca uma tranci-

nha, alguma coisa assim para poder caracterizar como menor. E isso, mais uma vez, alimenta a perversão do pedófilo e hoje escapa da justiça brasileira, porque se hoje o pedófilo falar: Essa menina tem 18 anos. E provar que tem 18 anos, escapa. Essa é uma coisa. Outra coisa a questão das imagens realísticas.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, alimenta a imagem, alimenta a tara do pedófilo utilizando de uma coisa semelhante.

SR. FELIPE: Existe uma pesquisa que eu posso até procurar, mais uma vez, e trazer aqui que diz que a grande maioria dos pedófilos de internet são potenciais pedófilos reais.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com certeza.

SR. FELIPE: Isso não é algo que é intuitivo, é uma pesquisa. É algo que foi feito com padrões científicos. Isso reforça o combate a pedofilia não só porque existe uma criança sendo abusada e a divulgação acaba que o dano se estende, mas também porque alimenta novos crimes a serem cometidos. E nesse sentido a Convenção de Budapeste trata das imagens realísticas.

Então, você pode hoje fazer no computador uma imagem altamente real, mas em que não houve de fato uma criança sendo abusada. Houve simplesmente um desenho, aquele rantai(F), ou então mesmo algum especialista que consiga manejar bem o computador e faz um adulto violando uma criança, mas no computador. E aí é quando a gente faz aquela distinção jurídica do crime de dano e do crime de perigo. Se a gente considera que a pedofilia é um crime de dano, a pedofilia na internet, a gente teria que exigir que de fato antes da divulgação houve uma produção e uma violação de uma criança real. Agora, se a gente considera que o crime é de perigo, as imagens também vão entrar, de repente uma montagem--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. FELIPE: --entram também no crime.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As simulações são quase que realísticas, não é isso?

SR. FELIPE: São.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E induzem a alimentação da tara.

SR. FELIPE: Sem dúvida.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Assim como uma maior que aparenta ser menor caracterizada como menor que também estimula a tara.

SR. FELIPE: Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. FELIPE: A gente pode consolidar um texto e apresentar a CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Seria muito interessante que isso acontecesse.

SR. FELIPE: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Por isso que eu tenho preocupação, Senador Geraldo, com a formatação de Projeto de Lei. Quando a gente vai mexer no Código de Processo Penal, do Código Penal Brasileiro, o Senador Demóstenes, você vê a coisa atabalhoada, pela pura vaidade do Parlamentar, essas coisas têm que vir da mão de quem milita, de quem tem ação na mão, quem está dentro da ação. Eu vi a Globo mostrando um site usando a figura da Hello Kitty. A criança vai abrindo aqui, vai abrindo ali, fala de cirurgia plástica que pode fazer a cirurgia plástica para mudar o corpo assim, para induzir a criança a começar a pensar no seu próprio corpo. Eu vi mostrando lá. E aí a gente está falando de uma lei aqui que é uma brincadeira essa do cara, você tem que pegar ele atirando para dizer que ele matou, se tiver arma não é crime, nada é crime. Quer dizer, olha a complexidade de tudo isso que nós estamos vendo aqui. Se eu não pegar alguém que é da área, que vai estudar, que debruçar, que vai buscar, e ainda quando essa lei for comprovada nós vamos descobrir lá na frente que tem um viés que ficou para trás, que precisa acrescentar em seguida. Então é com muita seriedade, com muito temor que nós temos que tratar essas coisas nessa CPI aqui. Com muito temor, nós temos uma responsabilidade muito grande e por isso é que eu estou chamando a atenção todos os momentos para essa parceria porque de fato o que vier daí é o que o nós vamos, se não tivermos condição de terem peritos estudiosos da questão cibernética no mesmo nível para poder ou acima para poder acrescentar, nós não vamos mudar uma vírgula do que vier daí, do que vier daí e entendendo realmente que essa vai ser a nossa melhor prestação de serviço nessa área.

E eu vou... Cada coisa que eu vou ouvindo, porque computador eu tenho alguns meses que aprendi a ligar. E aprendi a passar e-mail, fiquei alegre da vida. Entendeu? E minha esposa fez um MSN para mim, eu achei o máximo aquele negócio, fui fazer palestras nas faculdades sobre o Exame da Ordem, eu não sabia, vocês podem entrar em contato comigo, dava meu MSN para todo mundo. Aí começava um monte de trem amarelo a aparecer no meu computador, eu não sabia falar com todo mundo e ficava doidinho, esse negócio...

[risos]

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa Maria Chiquinha, daqui uns dias pode ser confundido com um adolescente. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pois é. Essa coisa é muito complicado, amigo. É muito complicado. Então eu agradeço a Deus por estarmos juntos e a gente produzir uma coisa com conhecimento para o Brasil.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, antes que a gente avance, eu queria perguntar ao Dr. Felipe, Dr. Sobral, se há alguma linha de investigação? Essa questão me foi colocada agora aqui pelo companheiro da consultoria do Senado. Se há alguma linha de investigação a partir da utilização de cartões de crédito? Porque muitos sites, esses sites vendem essas imagens e essas informações e segundo consta elas são para acesso, elas são cobradas e normalmente via cartão de crédito. Há alguma linha de investigação nesse sentido?

SR. SOBRAL: Senador, normalmente esse servidor, esse site está alocado num País onde o Brasil dificilmente vai conseguir alguma cooperação internacional para troca de informações. Algum País mais fechado que não haja essa interação com as adidâncias, com a Interpol, ou com a rede de contato, que a gente não vai conseguir obter a informação de quem é o proprietário do site que está mantendo e comercializando essas imagens. É o problema da internet é que ela internacionaliza o delito.

Então, você contrata um provedor, um servidor num País estrangeiro, aloca as suas informações naquele servidor e faz tudo via eletrônica.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Deixa eu lhe fazer, complementar a pergunta. Esses 104 que os senhores já alcançaram, identificaram, porventura não seria o caso, por exemplo, de explorar essa possibilidade? Ou seja, esses 104, porventura, não utilizaram cartão de crédito para acessar sites com esse tipo de imagem, etc. Entendeu? É essa a questão que um companheiro aqui da consultoria nos colocou, que eu achei interessante. Esses 104, por exemplo, vocês já identificaram, não é?

SR. SOBRAL: Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para fechar o cerco em torno de uma pessoa como essa, essa linha em cima da utilização, de possível utilização de cartão de crédito não seria também um mecanismo de chegar perto de um cidadão desse?

SR. SOBRAL: Nós vamos ter que contar com a sorte novamente de durante a perícia desse computador ter deixado algum registro de transação no HD que foi apreendido que nos permita iniciar uma investigação sobre essa comercialização de imagens pela internet. Como nós não temos a interceptar a comunicação acontecendo nós temos que primeiro descobrir onde está o computador, depois de um certo espaço de tempo que na Operação Carrossel foi de quatro meses, apreender o computador, analisar o computador e no computador está lá a imagem, o registro que houve a disponibilidade e o registro de como que foi que houve o acesso para conseguir concluir se foi ou não comercializado com cartão de crédito, se foi nacional. É um trabalho difícil, complicado, nossos peritos estão trabalhando nesta área, mas não é simples. Realmente não é simples.

SR. FELIPE: Eu queria aproveitar a questão do cartão de crédito para tratar do caso dos sites pagos, realmente. A gente recebe muitas denúncias que quando a gente vai tentar verificar se a denúncia é ou não procedente a gente se depara com um site pago. E aí como que a polícia vai simplesmente verificar se há procedência ou não naquela denúncia porque a polícia vai precisar de um cartão de crédito para poder entrar naquele site. Agora, eu não posso usar um Cartão Corporativo, evidentemente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você tem?

SR. FELIPE: Não. Não tenho Cartão Corporativo. Mas, enfim, poderia pedir. Mas se eu entrasse lá o dono do site, que é de pedofilia, dizer: Ôpa, a Polícia Federal está entrando aqui. E também não vou pedir para um agente, um perito usar o cartão próprio, porque também vai ficar registrado, de repente a Espanha está investigando, depois chega numa lista de Interpol que o delegado Felipe também acessou aquilo lá.

Então, como resolver esse tipo de problema? Como simplesmente verificar se há procedência...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É muita inteligência.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aí há uma questão, a infiltração, talvez.

SR. FELIPE: A idéia principal é a infiltração. Qual é o problema? Aí, talvez, com certeza a CPI pode ajudar a aprimorar essa legislação. É a seguinte. A infiltração hoje ela só é prevista para crime organizado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok.

SR. FELIPE: Eu teria que demonstrar ao Juiz que há crime organizado ali. Como eu vou demonstrar para o Juiz com base de uma denúncia? Eu precisaria criar um mecanismo para que a polícia tivesse acesso a determinadas ferramentas para que pudesse verificar denúncias. Isso acontece, por exemplo, em chats, a

gente recebe muita denúncia de pedófilos que entra em chats para crianças, para aliciar os menores, hora para trocar imagens, hora para conseguir imagens através de webcams, hora para marcar encontros e abusar sexualmente mesmo dessas crianças. Só que nos chats tem uma hora que você fala reservadamente.

Então, você entra aberto, todo mundo vê quem está naquela sala e todo mundo pode falar com todo mundo abertamente. Mas se eu quiser falar com um usuário "lindinha 13", são os usuários típicos de pedófilos, tal, eu posso falar com ela reservadamente. E a polícia que tiver monitorando o site não vai ter acesso ao que está sendo falado ali. Então às vezes a gente não tem nem condições de verificar a procedência da denúncia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E como se resolve isso?

SR. FELIPE: Resolve-se obrigando os provedores que oferecem o serviço de chat a fornecer para a polícia um acesso irrestrito a todas as conversas. O mesmo problema ocorre no Orkut. O Orkut que até então só tinha comunidades e perfis abertos hoje já têm perfis privados.

Então, hoje, se eu quiser criar uma comunidade no Orkut privada eu só dou acesso àquelas imagens que eu estou publicando às pessoas que eu quero.

Então, a gente não consegue sequer saber se a denúncia é ou não procedente. E a Google encara essa questão da imagem privada como interceptação, então ainda que tenha uma ordem judicial, brasileira, a Google não abre o perfil para o Brasil. A gente não fica nem sabendo, apesar de ser um usuário brasileiro que criou a comunidade para outros usuários brasileiros.

SR. SOBRAL: Ou seja, a gente sabe que naquela comunidade está havendo troca de material pedófilo e não temos ferramenta alguma para conseguir, nem acessar para saber...

SR. FELIPE: Já antecipando, a gente sabe e quando, e se os provedores forem chamados à CPI, certamente vai haver uma série de alegações de sigilo, de que a polícia não pode acessar certas coisas sem ordem judicial. Mas a gente entende que para muitos casos, como, por exemplo, dados cadastrais, não se trata de sigilo, não se trata de violação a intimidade. Por que eu posso oficiar a CEB, por exemplo, Companhia Energética de Brasília e saber se fulano tem alguma conta de telefone, de energia, ou a CAESB, saber se ele é titular de alguma conta de água, ou saber, CAESB, naquela Casa quem é que é a pessoa que paga? E eu tenho essa informação que é pública. Os cartórios me dão informações públicas também. Agora, por que é que quando se trata de provedor de internet ou telefonia, aquele dado cadastral, eu não estou violando intimidade de ninguém. Eu não estou sabendo para quem ele está ligado, eu não estou sabendo com quem ele está conversando com ninguém. Eu só quero saber quem é aquela pessoa, que é legitimo que a polícia saiba isso aí. Mas eles se negam sob alegação de sigilo.

Então, explicitar isso na legislação é muito importante para que a gente não tenha essas negativas dos provedores, aí tem que entrar na justiça, contar com a colaboração de um Procurador que é um pouco mais atuante e de um Juiz que seja mais sensível para poder dar ferramentas básicas, mínimas.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, é interessante até porque essa definição ela tem que ser muito bem especificada porque a pedofilia, esse é um crime. Por quê? Porque acaba alimentando a tara de pessoas que se aproveitam da inocência, da inexperiência, da entrega plena de crianças e pré-adolescentes. A partir de determinada idade é um desvio de conduta, é um mau-caráter, é um sociopata, mas que é um irrelevante penal. Não é verdade? É um sujeito que por conta dele ele gosta daquilo, nós não temos como entrar. Agora, nesse aspecto de proteção à criança e ao adolescente, eu acho que nós temos que ser de um rigor extraordinário. E é importante, incrível como nessa conversa a gente vê, assim, tantos lados que ainda não são abarcados e que simplesmente impossibilitam a polícia de trabalhar.

SR. FELIPE: Isso está muito próximo do que a gente chama do conflito de princípios. A gente tem o princípio da intimidade, da privacidade, mas ao mesmo tempo você tem o princípio que é de uma criança que está sendo violada.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com certeza. A supremacia dele.

SR. FELIPE: A gente não pode, simplesmente, conforme a gente vê no Supremo, simplesmente afastar um princípio e colocar outro para prevalecer. Mas um princípio ele pode se sobrepor até um certo ponto em relação ao outro quando se entende que para aquele caso ele é mais relevante. A gente tem que manter o núcleo fundamental que é o interesse público, a liberdade sexual, enfim, com todos, a privacidade, tem tudo, uma série de princípios que a gente deve analisar e verificar qual deles que deve prevalecer para o caso.

SR. SOBRAL: E lembrando que toda a ação da polícia ela sofre dois controles imediatos: o Ministério Público e da Justiça. A gente nunca atua a bel-prazer e sem um tipo de conseqüência no abuso. A polícia é sempre controlada pelo Ministério Público e pela Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente. É porque é uma ação. O Minis-

tério Público acaba sendo dono da ação. Então, o que acontece, Sobral? Por isso que é muito importante a decisão que nós tomamos de ter esse grupo do Ministério Público junto com o grupo da Polícia Federal aqui porque essa legislação construída há quatro mãos no Brasil certamente o Ministério Público que será dono da ação saberá o que ele construiu junto com a Polícia Federal, nós não teremos nenhuma ordem de conflito para poder operar essas leis. Tá certo? Porque aí na hora que a polícia pede ao Ministério Público vai fazer porque o Ministério Público sabe que construiu a legislação junto e que é uma coisa coordenada no interesse, quer dizer, da criança e do pré-adolescente, porque quando a lei, você pega uma pessoa que os reflexos estão prontos a partir dos 16 anos, aí uma outra discussão, redução de maioridade penal, que nós estamos dentro dela também e o sujeito que tem 17, 18 anos, que é capaz de estuprar, capaz de matar, gerar filhos, é uma outra discussão que você tem que fazer, mas a pré-criança e pré-adolescência, quer dizer, na sua mais tenra idade, quer dizer, sofre o acinte e a violência de um tarado, de um desequilibrado, de um doente, que as pessoas acham que todos são considerados como doentes e aí o que fazer? Não vamos sair por aí dando injeção em todo mundo. Na verdade, nós precisamos criar, porque o indivíduo que vive em sociedade sabe que tem regras a serem cumpridas na sociedade e o nosso papel de fato é fazer essas regras.

Então, eu acho que esse grupo de trabalho que será, terá coordenação da CPI e o canal será o Senador Eduardo Azeredo que, inclusive, foi para essa convenção também, essa convenção também que é a pessoa que vem militando nessa área, certamente que vai ser o nosso grande pulo no meu entendimento dentro dessa CPI. Não sei se a gente poderia ouvir o Dr. Élvio e o Leonardo agora. O Élvio que vai falar ou é o Leonardo? Os dois.

Então, abre os dois microfones e vamos em frente. Depois na hora das imagens eu vou pedir para fechar aí para a gente ficar com a sala reservada. Vocês querem... Porque ele me disse que o menino ia falar. Eles podem falar, você concluiu, Felipe. Fique a vontade, os quatro. Fiquem a vontade.

SR. LEONARDO: Bom, meu nome é Leonardo, eu sou Perito Criminal Federal da Polícia Federal, eu e o colega Élvio Peixoto trabalhamos no serviço de perícias de informática da nossa Diretoria Técnico Científica. A área de perícias de informática na Polícia Federal hoje ela está bem consolidada, já existe há mais de 12 anos e hoje nós temos 139 especialistas em informática, peritos que atuam na área, não só de realização, elaboração dos laudos que é a nossa atividade clássica, mas também na orientação técnica e como força de trabalho técnico do departamento nessa parte de apuração dos crimes cibernéticos.

Os serviços de perícia de informática também é o ponto de contato do Brasil na rede de 24/7 que é uma rede originalmente criada pelo G-8, hoje está sob a tutela do Conselho da Europa e que se presta a criar uma estrutura de comunicação entre mais de 50 países que procuram atuar em casos de emergência.

Então, como a gente, já foi falado aqui, os crimes de informática têm esse caráter de extraterritorialidade, muitas vezes um crime envolve vários países. E os crimes, a área de informática tem essa natureza altamente dinâmica e volátil.

Então, hoje um site que está na internet amanhã já está fora do ar e as provas de um eventual crime que estivesse sendo veiculado nesse site, se perdem. Da mesma forma no caso do Brasil é ainda pior porque não existe nenhuma lei que obrigue os provedores e as empresas envolvidas a manter registro dessas conexões de dados, dessa hospedagem de sites, desse tipo de coisa, então, alguns os poucos, alguns que mantém geralmente são as empresas maiores, mantém isso por um período muito curto.

Então, foi criada essa rede na tentativa, principalmente em caso de ameaça à vida, havendo alguma necessidade urgente de, pelo menos, esclarecer alguns aspectos técnicos locais, ou tentar fazer com que algum eventual dado relacionado ao crime seja preservado.

Então, essa rede existe e uma vez que a gente é acionado a gente tenta tomar as providências para que não se percam as informações em tempo hábil.

Bom, como eu te falei, como eu tinha dito, os crimes cibernéticos eles têm uma característica de universalidade, não só de serem praticados em vários locais, de envolverem em vários locais diferentes, mas também pelo fato de que a informática hoje é muito difundida. Todo mundo tem computador em casa e a maioria absoluta dos crimes comuns, digamos assim, que são apurados pelas polícias do mundo inteiro, envolvem um ou outro material de informática. Um computador, celulares hoje em dia são muito usados até para conexão com a internet também. Então, a gente identifica de cara duas capacitações técnicas necessárias para as polícias hoje. Uma é a capacitação mínima em que o policial tem que saber, pelo menos, apreender o material, ver o conteúdo desse HD, pelo menos, ler os dados que estão lá dentro, porque isso são procedimentos triviais, existem cuidados especiais, o material de informática, as evidências digitais são facilmente adulteráveis, são muito frágeis nesse sentido, então, exigem alguns procedimentos, alguns cuidados, que embora sejam diferenciados não são complexos.

Então, esse tipo de habilidade todo o policial deveria ter. Isso aí é uma opinião da perícia, até para aliviar um pouco a nossa carga de trabalho hoje que praticamente tudo que é apreendido de informática vai, é encaminhado à perícia, muitas vezes não para fazer um procedimento para esclarecer alguma dúvida técnico-científica pericial específica, é simplesmente o acesso aos dados. E do outro lado seria mais relacionado com a atuação dos nossos colegas da URCC que seria a apuração de crimes tipicamente de informática ou que envolvem alta tecnologia. Esses crimes requerem um conhecimento técnico bastante profundo, bastante aprofundado e a gente não vê outra forma de isso ser realizado sem que haja uma integração muito grande entre os policiais que fazem o trabalho de investigação, o trabalho de campo e tudo, com os especialistas de informática.

Outro aspecto dos crimes cibernéticos que a gente antevê, digamos assim, ainda não acredito que esteja num grau tão, um nível de gravidade muito elevado ainda, em relação aos usuários particulares, mas sim em relação aos provedores que é a questão da responsabilidade, já esbarra na questão da legislação que eles não são obrigados hoje a fornecer as informações que a gente necessita, mas também dos próprios usuários. Hoje em dia a gente vê aí a difusão das redes sem fio, muita gente em casa já tem um que a access point em que ele acesa do celular dele, do computador, e as pessoas não tomam cuidado nenhum para proteger essa rede de acessos não autorizados.

SR. SOBRAL: Inclusive, Leonardo, há projetos públicos, de política pública de acesso sem fio para cidades inteiras conectadas com roxpots(F), com conexões sem fio, fornecida pelo Poder Público. Ou seja, uma cidade inteira se conectando numa rede sem fio que não deixaria o registro para a gente depois rastrear. É uma realidade, são projetos públicos nacionais...

SR. LEONARDO: É uma coisa que está crescendo bastante e num futuro próximo vai ser uma dor de cabeça grande para todo mundo. Bom, a atuação da perícia na Polícia Federal além, obviamente, da produção da prova material que é consignada nos laudos, abrange também como eu já falei o processamento dos dados e do material que geralmente é apreendido nas operações, os computadores são fontes importantes de informação, na maioria das investigações. E muitas vezes ficam a cargo da perícia para extrair essas informações, processar e oferecer a elas de uma forma legível, facilmente inteligível para ser atendida por leigos. Prestamos também orientação técnica na fase de planejamento e preparação de várias das operações que a polícia desempenha, a identificação dos alvos, a delimitação do escopo dos dados porque os computadores, apesar de serem fonte importante de informação eles contém muita informação. Caso de pedofilia é muito comum, é regra a pessoa ter centenas de milhares de imagens armazenadas.

Então, se a gente não conseguir montar uma metodologia, um esquema de trabalho em que a gente foque no que é realmente relevante a gente vai gastar, um, dois, três anos analisando milhões de imagens até conseguir chegar num resultado esperado, coisa parecida.

Outra participação que a perícia tem, importante, é na questão da interceptação telemática. Todo mundo conhece o grampo telefônico. A polícia também faz grampo de internet, digamos assim, que é a parte em que a gente procura, obviamente, com autorização judicial, interceptar a comunicação digital dos investigados. E-mails, bate-papo, comunicação, programa de voz sobre IP e...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Programa de voz?

SR. LEONARDO: Voz sobre IP. É uma... Há pouco tempo teve uma evolução.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É um Skype.

SR. LEONARDO: Como Skype. Exatamente.

SR. SOBRAL: Aproveitando o ensejo, um complicador é o uso da criptografia na comunicação. Como no Brasil nós não temos uma legislação ainda que regulamente o uso da criptografia que é a codificação da mensagem trocada, mesmo interceptando um programa como o Skype, se você não tiver acesso à chave, e nós não temos, você não consegue decodificar aquilo que está sendo trafegado, vira um chiado. Ou seja, se nós não regulamentarmos também no Brasil a criptografia que é quem forneça o serviço de criptografia mantenha sua chave a disposição das autoridades para que em caso de necessidade essa informação esteja útil, nós teremos um problema muito grave que as pessoas vão estar se comunicando, a gente sabe que ela está se comunicando, mas não vamos conseguir saber o que é que está sendo comunicado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, hoje então sabe que há a comunicação, mas não se sabe o conteúdo. É isso?

SR. LEONARDO: Sim, em alguns casos. Na informática nada é regra. Então, realmente o Skype faz hoje criptografia forte, mas obviamente que existem milhões de outras maneiras da gente tentar ter acesso a essa informação que está sendo passada por ali. Já puxando o gancho com os objetivos da CPI que é o combate a crime de pedofilia e a relação com o crime organizado. O crime organizado ele faz uso intensivo

de alta tecnologia para obscurecer as suas comunicações, as suas atividades em si.

Então, hoje em dia a gente vê que nessas investigações mais complexas o uso de telefone é reduzido ao máximo e eles procuram sempre utilizar soluções de criptografia, de esteganografia que seria esconder a mensagem em outra mensagem.

Então, às vezes a pessoa, acontece, a gente já enfrentou casos em que um investigado manda uma imagem de um ursinho, por exemplo, para outro, você abre é uma imagem...

SR. SOBRAL: Passou essa semana, o Abadia, o caso do traficante.

SR. LEONARDO: Você vai ver dentro daquela imagem tem dados, quem tem o conhecimento, obviamente, consegue decifrar e... esteganografia, são uma das técnicas que são usadas. Técnicas de dissimulação, justamente para ocultar o endereço IP, como seria o número de telefone da internet de um computador. E também o uso massivo da virtualização, como o nosso colega, Dr. Felipe falou, hoje em dia muitos sites, o Google, inclusive, fornecem ferramentas completas de escritórios on-line. Ou seja, você com um computador, com acesso a internet você consegue redigir um documento do Word, por exemplo, fazer uma planilha, fazer uma apresentação, sem ter nada disso instalado no computador. Ou seja, se a polícia vai na casa da pessoa e pega o computador não vai pegar nada. Está tudo num servidor, muitas vezes, fora do Brasil. Se a pessoa faz uso desse tipo de serviço, o computador dele não guarda essas informações.

SR. FELIPE: Se ele fizer bem-feito não vai guardar.

SR. LEONARDO: Então, por isso que a importância--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aí eu lhe pergunto, que tipo de legislação se pode construir para uma coisa como essa?

SR. LEONARDO: Internacional, cooperação internacional é a saída para resolver esses problemas.

Bom, adiantando. Uma das coisas que a perícia hoje faz também é... nós temos como eu falei, é um corpo técnico bastante capacitado, o efetivo aumentou consideravelmente nos últimos anos. Há 5 anos atrás nós tínhamos 25 peritos de informática para o Brasil inteiro, hoje nós somos 140, ainda não é o número ideal, mas está havendo um investimento muito grande nessa parte. E esse corpo tenta desenvolver as soluções para os nossos problemas. A gente procura não se limitar a simplesmente utilizar ferramentas que já existem, seguir receita de bolo, esse tipo de coisa porque a informática é uma área de natureza dinâmica, cada dia aparecem novas técnicas, novas tecnologias, então, o caso da Operação Carrossel é um clássico, foi uma ferramenta desenvolvida por um colega nosso, um perito lá de São Paulo, junto com outros colegas, claro.

Então, a gente busca resolver os nossos problemas internamente até para adaptar muitas coisas que são dos Estados Unidos, da Europa, que têm uma realidade um pouco diferente da nossa. E para isso a gente vê como um ponto crucial da nossa atividade a integração com a parte investigativa da Polícia Federal, porque o trabalho de campo, o trabalho de levantamento de informação requer esse conhecimento técnico aprofundado e o processamento posterior também do material que é apreendido, que é arrecadado porque não adianta nada você fazer uma operação, identificar os alvos e depois não ter como provar a culpa, a culpabilidade dos acusados.

Então, é um problema que acontece no departamento que a gente vê que acontece que é... essas operações grandiosas que a gente realiza muitas vezes gera um volume de um material muito grande que demora um tempo muito grande para ser periciado.

Então, a investigação fica parada, o processo fica parado porque a gente não consegue dar vazão. E não é uma questão simplesmente de aumentar efetivo é de realmente tentar mudar a metodologia, especificar o que está sendo apreendido, tornar uma coisa mais objetiva para a gente conseguir os resultados no menor tempo possível.

Tudo, como foi discutido aqui, tudo esbarra na questão da legislação, não só para disciplinar os procedimentos de apuração dos provedores, dos usuários, de tudo o que quer que seja, mas para permitir essa nossa cooperação internacional. Como eu falei, na rede 24/7 nós temos vários países que você simplesmente mandando um e-mail eles te respondem com o nome, endereço, tudo da pessoa, do usuário daquele determinado endereço IP.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então, o nosso objetivo, então, é cooperação internacional. Nós temos que focar isso. Porque, veja bem, daqui a 5 anos o que nós estamos conversando em tecnologia aqui, isso é tudo do passado, isso é tudo museu.

SR. LEONARDO: Com certeza. E cada vez mais a gente vai depender mais da cooperação dos outros países para conseguir investigar os crimes aqui dentro.

SR. SOBRAL: Só complementando, aproveitando essa questão da legislação. Por que a gente fala tanto da legislação? As empresas que trabalham na internet hoje elas defendem muito a auto-regulamentação, que elas próprias devem se sentar numa Mesa, se organizar e decidir como que elas devem trabalhar. Só que

nós ligados ao direito entendemos que é muito mais forte se a sociedade vir ao Parlamento, decidir como é que elas devem atuar, uma legislação imposta pelo nosso órgão competente que é o Congresso Nacional e a Presidência da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas nem existe essa história de auto-regulamentação. Daqui a pouco os criminosos sentam e falam. Nós queremos, o troço desse jeito para nós. Nem existe. Na verdade é isso aí. A voz da população está aqui e somos nós que realmente que temos que fazer com quem de fato conhece, tem ação na mão. Como acabei de dizer. Agora me preocupa de fato isso. Nós temos que olhar para essa cooperação internacional, porque daqui a dois anos, três anos, estamos falando de sucata, de museu.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O senhor ia falar sobre o quê, Dr. Sobral?

SR. SOBRAL: Hoje a internet do Brasil ela é gerida pelo Comitê Gestor da Internet, o CGI, que é um órgão super governamental. Ele tem participação de órgãos do Governo Federal e da Sociedade Civil. E a gente recente a falta da participação da Segurança Pública e da segurança, nessa discussão também. Nos últimos anos nós não temos participado das decisões do comitê gestor.

Então, a gente se recente dessa... do Ministério da Justiça, não é órgão integrante do comitê gestor e como as decisões lá tomadas acabam, reflete na nossa atividade, seria cada vez mais importante a participação também ali naquele órgão que acaba definindo a política governamental para a internet no Brasil.

SR. LEONARDO: Então, só para ilustrar essa dificuldade nossa da questão da cooperação. Como eu disse, nós somos o ponto de contato dessa rede 24/7 e muitos países, basta um e-mail, um pedido de e-mail com o endereço do IP, solicitado o endereço da internet, do computador que a gente está investigando para eles responderem com o nome da pessoa, muitas vezes eles até se dispõe a obter alguma outra informação que possa auxiliar. Muitas vezes um brasileiro utiliza um computador no estrangeiro para atacar um alvo brasileiro.

Então, quem está investigando a partir de onde foi verificado os efeitos do crime, está sendo um ataque do exterior. Mas muitas vezes um exame, uma mera consulta a um provedor de acesso no exterior ele já indica para a gente. Não, esse acesso saiu daqui, mas ele é originário de outro acesso que veio do endereço tal do Brasil. A idéia é tentar ganhar um pouco de agilidade nesse processo que hoje a gente não tem. O ano passado nós fomos acionados pela Alemanha para tentar identificar um computador que estava envolvido numa apuração deles lá, da Polícia Federal alemã. E nos acionaram, entramos em contato, o Dr. Sobral participou aí desse processo. E o fato é que quando esse computador chegou na perícia para ser investigado, o Sistema Operacional já tinha sido reinstalado, não foi encontrado nada, você pode dizer melhor do que eu, eu acho que eles acharam melhor, foi mais fácil para eles convencer o dono do computador a ceder o computador para investigação do que conseguir mandado judicial para pegar um mandado de busca e apreensão.

SR. SOBRAL: Estava sendo exigido que usasse um Tratado Internacional, que pelo trâmite do Tratado Internacional ele é demorado, passa por justiças, tem todo um procedimento demorado. Até conseguir chegar numa ordem judicial de busca e apreensão, ia ter passado um tempo ainda maior, então nós fomos conversar com o proprietário do computador, ele acabou que concedeu para a gente periciar e tentar localizar de onde partiu o acesso, mesmo assim dada a demora da cooperação acabou que não...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Leonardo, Presidente, se me permita, mais uma sugestão para o Senador Demóstenes. O cidadão comum, Senador Demóstenes, por exemplo, só no âmbito... nós somos obrigados pela legislação a conservar nossos documentos de renda, de transações financeiras e comerciais por 5 anos, perante a Receita Federal. Aqui começa a surgir uma outra questão, a de que os provedores sejam instados a manter o backup, arquivo, seja lá o que for, por um prazo. Por um prazo. O Élvio estava aqui me relatando um caso de um usuário que sabe-se que é de Manaus, mas o provedor alega que por falta de legislação ele não está obrigado a manter em arquivo essas transações. Entende? Então, é mais uma questão que a gente precisa se debruçar sobre ela para imaginar a possibilidade de instar, obrigar mesmo os provedores a manterem em arquivo, por um prazo, seja lá que prazo for porque é um absurdo um negócio desse. O cidadão comum... veja a gente está falando de coisa aqui, o seguinte. 99 vírgula não sei quanto por cento da população utiliza a rede para comunicação, um percentual muito pequeno utiliza para delinqüir.

Então, nós não precisamos ter, assim, tanto escrúpulo em imaginar legislações severas e duras, porque a gente tem que ter sempre presente isso. O senhor estava falando há pouco aí dos limites do conflito entre princípios. Eu aplaco as minhas dúvidas com relação a tais princípios, trazendo sempre a mente essa realidade. 99,9% dos cidadãos se ouvem com normalidade. Um percentual pequeníssimo usa, por

exemplo, no caso que nós estamos tratando aqui, as redes para delinqüir.

Então, a gente não precisa ter, assim, tanto escrúpulo em imaginar a possibilidade de adotarmos legislações severas e entregar àqueles que estão na persecução instrumentos capazes de fazer com que... com que a ação policial, por exemplo, seja mais efetiva, e esteja mais resguardada por mecanismos que permitam que ela se perfaça com resultados, inclusive, suprimindo em grande parte da frustração que cerca todos vocês na persecução, na busca de criminosos. Então, é uma questão que a gente precisa estar aqui com ela muito tranqüila.

SR. SOBRAL: Só complementar, Senador. Que nosso objetivo é identificar, é saber quem é a pessoa. Nós não estamos, não temos interesse em bisbilhotar o conteúdo das comunicações, em executar interceptações ilegais. É só saber, invadir a privacidade, é saber, quem é a pessoa? Todos nós temos no registro geral que nós usamos na carteira e ninguém considera. Isso é invasão da minha privacidade. Eu sou sair com um capuz negro nas ruas. Se alguém perguntar quem é você? Não. Eu tenho o direito a não me identificar. Não interessa saber quem eu sou. Quando eu entro num órgão público, apresento minha identidade. Quem é você que está entrando aqui? Quando eu entro em qualquer outro estabelecimento, cobra-se: quem é você? A identificação da pessoa. O que nós queremos nesse primeiro momento é ter condições de saber quem é a pessoa. Além do mais, a gente vai chegar num computador, não é sequer na pessoa, é saber aonde está o computador, nesse primeiro momento, nem identificação. Quem é o usuário, essa é uma outra questão um pouco mais profunda que há o debate, mas nesse primeiro momento é: Onde é que está o computador? Aonde é que está? Como os nossos carros têm uma placa que nos permitem identificar, por que nós não podemos ter acesso a informação de onde é que está o computador que recebeu um determinado número de IP que foi usado para cometimento de crime. É como se a gente fizesse um exame de um local, identificávamos uma digital e não pudéssemos identificar quem é aquela digital porque a pessoa que cometeu o crime tem o direito a não ser identificada, seria um fato que a gente não teria... Seria irracional, ilógico. Será que nós precisamos de ordem judicial para saber de quem é aquela digital? Não passa na cabeça de ninguém uma situação dessa. Na internet parece que os argumentos são diferentes. Nós tentamos fazer esse paralelo com o mundo físico. Não é diferente, é a mesma coisa. Saber quem é, onde está o computador. Não queremos invadir a privacidade de ninguém, a intimidade de ninguém.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não se trata disso. Veja, eu repito, 99 vírgula não sei quantos por cento da população exercitam o direito de ir e vir normalmente, um percentual pequeníssimo exercita para traficar, para transportar cocaína, para transmitir imagem pornográfica. Entendeu? A gente está tratando de uma coisa muito concentrada, muito concentrada. Entende? Por falar em... fica cada vez mais claro aqui para a gente que tudo que se possa fazer no País em termos de adoção de legislação ainda será, digamos assim, insuficiente se nós não investirmos na colaboração internacional.

SR. SOBRAL: Nós estamos dando um primeiro passo, um passo curto, abre uma longa caminhada, uma longa caminhada.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nesse sentido, Dr. Sobral, nós que fazemos parte, por exemplo, do Parlamento do Mercosul, nós levamos recentemente é um assunto paralelo, tráfico de pessoas, nós levamos recentemente na nossa Comissão aqui, a nossa representação no Parlamento do Mercosul, levamos um pessoal da OIT para falar sobre tráfico de pessoas, há em andamento a perspectiva de realização de um seminário que vai se realizar em Foz do Iguaçu, envolvendo polícias e técnicos e dos países que fazem parte do Mercosul.

Então, esse é o gancho que eu utilizo para que a gente se abra também para essa perspectiva e essa possibilidade. Eu queria que vocês me instruíssem, me fornecessem elementos que me permitissem provocar esse assunto no âmbito do Parlamento do Mercosul, quem sabe para realização de fóruns, de seminários, para que a gente vá cada vez mais tendo intimidade com essa questão, intimidade essa que vai nos permitir estreitar essa colaboração e quem sabe a adoção de legislações pertinentes e articuladas entre esses países. Aqui no nosso... como a gente diz, no nosso quintal, vamos começar por aqui. Eu gostaria muito de receber de vocês algum subsídio que nos permita já começar a provocar esse assunto lá no âmbito do Parlamento do Mercosul.

SR. FELIPE: Assim como a Europa no âmbito da Comunidade Européia costuma ter uma legislação mais avançada do que os protocolos da ONU, a gente pode fazer no Mercosul também algo que dê maior fluidez à cooperação mais ainda do que uma legislação que seja global.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A própria Convenção de Budapeste...

SR. FELIPE: Da Europa. Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pode começar a fazer no âmbito do conselho do Mercosul.

SR. FELIPE: E a gente observa que a Convenção de Budapeste é de 2001, então até hoje o Brasil não tem nada ainda de específico para esse assunto.

SR. LEONARDO: Bom, só para finalizar. Acredito que a colaboração maior da CPI seja realmente em relação a essa questão da legislação, da cooperação internacional, mas não pode ser esquecida de forma alguma também a questão da capacitação de aparelhamento das polícias. Principalmente as Policiais Civis. Porque a gente está discutindo aqui, claro, crimes que são, digamos assim, profissionais que fazem uso de alta tecnologia. Mas como em qualquer outro tipo de crime o grande volume mesmo é... são aqueles crimes cometidos por pessoas que não têm conhecimento aprofundado, que usam o computador com uma ferramenta para atingir os objetivos deles. E o que a gente vê que as polícias de forma em geral, em especial, as Policiais Civis, eles não têm a capacidade para processar o material de informática envolvido nesse tipo de crime.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. LEONARDO: Pois é. Então, se houver, se as polícias conseguem combater esse crime, esses crimes mais simples e que são muito mais numerosos, já têm um impacto na sociedade bastante visível. A parte da legislação é importantíssima, é crucial, mas a gente não pode esquecer também essa outra coisa. Para finalizar, o colega Élvio Peixoto vai fazer uma apresentaçãozinha rápida para ilustrar, com fins didáticos mesmo, para ilustrar como é que funciona as conexões na internet, dar uma idéia um pouco geral, assim, para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele vai mostrar as técnicas, agora os vídeos depois nós vamos fechar a Sessão, eu vou pedir ao pessoal da imprensa e até mesmo para se retirar e nós vamos fechar a sala, desligar todos os equipamentos que nós vamos ver alguns vídeos que foram captados nessa rede da Operação Carrossel.

Atendendo ao delegado nós vamos fechar a partir de agora, porque são as técnicas da Polícia Federal e eles não gostariam que elas tivessem conhecimento. Eu quero pedir desculpas à imprensa, aos cidadãos que estão aí, mas essa Sessão, a partir de agora essa Sessão está fechada.

Sessão secreta às 11h55min.

Sessão reaberta ao público às 12h26min.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): [pronunciamento fora do microfone] dos nossos Estados e precisamos viajar. Mas eu já queria marcar... deixar marcado para terça-feira no mesmo horário das nove horas... tem dificuldade...

Então, nós ficamos marcados para terça-feira às 9h e vamos deliberar sobre alguns requerimentos. E eu comunico aos senhores que estou repassando ao Dr. Marfan, Presidente do Conselho de Procuradores, o nome já de alguns Promotores... Então, por ser terça-feira, algumas pessoas saem cedo para vir para cá, no meu Estado, realmente, o único vôo que temos chega aqui 10h30 da manhã. Terça-feira nós vamos, nós temos, são os ofícios, Requerimento para deliberar, nós, na verdade, não temos ninguém para ser ouvido na terça-feira. Vamos marcar para 14 horas, então, porque de repente terça-feira nós vamos dar prosseguimento às nossas visitas.

Bom, eu gostaria de colocar a Ata para ser votada e os Srs. Senadores presentes que concordam permaneçam como estão. Está aprovada a Ata.

O Correio traz hoje aqui, essa coisa eletrônica, "presos usarão tornozeleiras", e pulseira eletrônica nós aprovamos aqui já foi para sanção do Presidente Lula, que dos projetos todos que eu fiz que não conseguiram mudar o nome, só esse que conseguiram aprovar com o meu nome. Dos presos que foram para o indulto de Natal, aqui traz dados de que 2% não voltaram e voltaram a cometer delitos e estão desaparecidos. É um viés que nós temos que discutir, uma proposta que eu tenho para essa CPI de que a exemplo Estados Unidos, sujeito considerado pedófilo que ele use pulseira eletrônica para ser rastreado pelo resto da vida, que tenha condenação como pedófilo e que a pulseira lhe seja um presente para o resto da vida para ele ser rastreado aonde tiver. Aí são as outras vantagens da tecnologia.

Eu quero agradecer ao Dr. Sobral, Dr. Élvio, Dr. Leonardo, nós manteremos contato na terça-feira, vamos dar celeridade. Na terça-feira também nós votaremos já aqui na Comissão o projeto da Polícia Federal da... Como é o nome? Difusão Vermelha. Nosso Relator já articulou com o Presidente da CCJ, quem sabe já na próxima semana ele coloca em pauta e nós vamos andar rápido, e se for necessário a CPI vai aos líderes na Câmara, aos líderes de partido, junto para dar celeridade. Eu acho que essa movimentação da sociedade, da mídia, essa coisa dessa indignidade que vem à tona com uma velocidade agora, nesse momento, graças a Deus, nós vamos conseguir votar com muita rapidez. Eu agradeço ao Dr. Sobral, Dr. Élvio, Dr. Felipe, Dr. Leonardo, vamos estar juntos o tempo inteiro aí, vamos nos ver muito ao longo da CPI, com fé em Deus.

Na terça-feira também a gente vota esse pedido ao Diretor-Geral, os membros da Polícia Federal que estarão aqui como interlocutores junto à CPI e... já en-

caminhou ofício, não é? E à Polícia Federal. Se puder fazer um esforcinho para ver se o Ministro da Justiça nos recebe, vou até conversar com a líder do PT aqui na Casa para fazer um esforço, para ver se falamos hoje ainda com o nosso Ministro Tarso Genro. No mais, muito obrigado aos senhores. E vamos continuar trabalhando. A Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 12h29min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2008, realizada em 1º de abril de 2008, às quinze horas e quarenta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram aprovados os requerimentos de número **007/08** – Convida o Sr. Jorge Barbosa Pontes, Chefe da Coordenação Geral de Polícia Criminal Internacional-Interpol, do Departamento de Polícia Federal, para prestar esclarecimentos e esta CPI; **008/08** – Convida o Diretor Executivo da Google Brasil Internet Limitada, para prestar esclarecimentos e esta CPI; **009/08** – Convida como palestrante um representante da Empresa Google, para audiência pública; **010/08** – Solicita ao Departamento de polícia federal o envio de todo material referente a "Operação Carrossel", realizada em 2007, com o objetivo de reprimir a prática de pedofilia na rede mundial de computadores; **011/08** – Convida como palestrante o Sr. Sérgio Suyama, Procurador da República no estado de São Paulo, para audiência pública; **012/08** – Convida como palestrante o Ser. Vicente Faleiros, psicólogo e pesquisador da Universidade de Brasília e um dos organizadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, para audiência pública; **013/08** – Convida como palestrante a Sra. Ana Maria Drummont, representante do Instituto WCF-Brasil, organização associada à Worl Child Foundation, para audiência pública; 014/08 – Convida como palestrante a Dra. Karla Dias Sandoval, Promotora de Justiça, para audiência pública; 015/08 – Convida como palestrante a Dra. Catarina Cecen Gazelli, Procuradora Geral de Justiça, para audiência pública; 016/08 – Convoca a Sra. Carmen Silveira de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; 017/08 – Convida como palestrante o Dr. Bernardo Boclin Borges, Procurador Geral de Justiça de Niquelândia, para audiência pública; 018/08 – Convida como palestrante o Sr. Augusto Cesar Gadelha Vieira, Secretário de Política de informática do Ministério da Ciencia e Tecnologia e Coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, para audiência pública; 019/08 – Convida como palestrante o Sr. Eduardo Fumes Parajo, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Provedores Internet – ABRANET, para audiência pública; 020/08 – Convida como palestrante o Dr. José Carlos Cosenzo, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, para audiência pública; 021/08 – Convida como palestrante o Dr. Augusto Cesar Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor da Internet, para audiência pública; 022/08 – Convida como palestrante o Dr. Mafan Martins Vieira, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores do Ministério Público dos Estados e da União. Foi apresentado Projeto de Lei que altera a Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Paulo Paim (PT-RS)
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo *quorum* regimental, declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito, nº 200 de 2008 com o objetivo de investigar e apurar a utilização da *internet* para a prática de crimes de pedofilia, bem como a pedofilia e todas as suas relações com o crime organizado.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata da reunião anterior. Senadores que aprovam permaneçam como estão. A Ata está aprovada.

A presente reunião foi convocada e destina-se à aprovação de requerimentos e de uma forma especial e extraordinária. Eu recorri, convidei a Polícia Federal, os delegados e peritos da Operação Carrossel, e espero que na próxima semana não seja de forma extraordinária e rápida, porque já tenhamos o grupo da Polícia Federal conosco juntamente com o grupo do Ministério Público. Eu estou disponibilizando, Senador Demóstenes, a quarta secretaria, um espaço razoável com uma infra-estrutura para que o Ministério Público, a Polícia Federal e técnicos de ONGs lá possam se reunir para poder elaborar as melhores medidas, os melhores instrumentos para combatermos a pedofilia no Brasil de toda sorte, de toda ordem e em todos os lugares.

Eu convidei, Senador Demóstenes, a Polícia Federal porque eu preciso passar à mão deles esse material que eu recebi na manhã de hoje, e mesmo como leigo tive a impressão de algo fora do controle de quem tem pouco conhecimento e não seja algo

comum, mas uma coisa programada de larga escala, uma rede e ao olhar o material com a Polícia Federal no meu gabinete, damos conta, realmente, que algo muito grande possa estar embutido em todo esse material que chegou às minhas mãos. Vindo da mão de uma mãe desesperada, com uma menor de 12 anos de idade. De maneira que, eu, em seguida, quando nós terminarmos essas aprovações todas, eu quero esvaziar a sala para que a gente possa falar um pouco fechado, eu posso lhes relatar e nós estamos fazendo um ofício encaminhando esse material à Polícia Federal. Nós já fizemos o ofício pedindo servidores da Polícia Federal. Só que, hoje, nós vamos votar especificando, quer dizer, vamos falar da Operação Carrossel e falar de delegados e peritos e tal. Porque servidor é muito genérico. Você tem servidor até terceirizado na Polícia Federal. É muito genérico. Então, como os Senhores não foram designados ainda, nós, então, vamos enviar o material à Polícia Federal para o Departamento de Crimes Cibernéticos.

Vamos passar à aprovação dos requerimentos. Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados para esta palestra uma Audiência Pública o Sr. Augusto César Gadelha Vieira, Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia e Coordenador do Comitê Gestor de *Internet* no Brasil. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para palestrar em Audiência Pública Sr. Eduardo Fumes Parajo, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Provedores de *Internet* – ABRANET. Vou ler e aprovar tudo globalmente. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado para esta Audiência Pública Dr. Bernardo Boclin Borges, Procurador-Geral de Justiça... Promotor. Está Procurador aqui. É Promotor de Justiça de Niquelândia, Goiás. Requeiro, nos termos regimentais, Regimento Interno Senado Federal, que seja convidado a fim de prestar esclarecimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito, Dr. José Borges Pontes, chefe da Coordenação-Geral da Polícia Criminal Internacional – Interpol, Departamento de Polícia Federal. Requeiro que seja convidado para prestar palestra nesta Comissão, com o objetivo de investigar e apurar a utilização de *internet* para a prática de crimes, o Diretor Executivo do Google Brasil *Internet* Ltda. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para uma Audiência Pública representante da empresa Google, desenvolvedora de maior organismo de busca utilizado hoje na *internet*. Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Departamento de Polícia Federal envio de cópia de todo o material referente à Operação Carrossel realizada em 2007 com o objetivo de reprimir a prática de pedofilia na rede mundial de computadores. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante Audiência Pública Dr. Sérgio Suiama, Procurador da República de São Paulo. Requeiro que seja convocado para Audiência Pública Sr. Vicente Convidado(F) Faleiros, psicólogo, pesquisador da Universidade de Brasília e um dos organizadores do Estatuto da Criança e Adolescente. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para a Audiência Pública a Sra. Ana Maria Drummond, representante do Instituto WCF Brasil, organização associada *World Childhood Foundation,* última palavra falei em espanhol, paciência. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para a Audiência Pública a Promotora de Justiça, Drª Carla Dias Sandoval. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para a Audiência Pública a Procuradora-Geral de Justiça, Drª Catarina Cecin Gazele, do meu Estado. Aliás, a Drª Catarina, eu acho que não está certo o requerimento aqui não, deixa eu ler aqui. Ela está sendo convidada para vir com o grupo do Ministério Público, acho que o pedido dela tem que ser enviado ao Conselho de Procuradores, Dr. Marfan. De qualquer maneira, não tem problema. Com o fundamento disposto no artigo... O objetivo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito convida Sra. Carmem Silva de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Sra. Leila Paiva, Coordenadora do Programa de Combate e Abuso e Exploração Sexual e Adolescente da Subsecretaria que se convide essa Comissão de Inquérito que visa combater a pedofilia, relações de crime com o crime organizado, próximo dia 1º de abril em virtude de estar... Bom, isso é Geraldo Mesquita comunicando que está fora na Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Mesmo sentido comunico o Senador Romeu Tuma que está também no Parlamento do Mercosul. Senadores que aprovam os outros... Não estão... Senador Demóstenes aprova? Permaneça... Está aprovado.

Sr. Relator, eu tenho algumas sugestões a fazer com essas convocações de Audiência Pública que já na próxima semana, que nós convoquemos um grupo pertencente às ONGs e, aí, nós ouviremos, como normalmente fazemos, como qualquer Audiência Pública Comissão Permanente dessa Casa. Nós estaremos em grupo de quatro ou grupo de três, porque uma discussão mais técnica e essas ONGs, nós estamos pedindo também que coloque alguém à disposição para auxiliar o grupo do Ministério Público e da Polícia Federal que traga sugestões de políticas públicas, porque há uma

discussão, por exemplo, nós vamos fazer a repressão dos crimes cibernéticos, vamos propor Leis para poder tipificar de fato na direção da pedofilia, enquanto pedofilia, mas políticas públicas de tratamento para aqueles que reconhecem e querem ser tratados, embora não estejam isentos de pagar pelo crime que cometeu, mas precisam de tratamento. Porque existem pedófilos que não se acham doentes e até, no escuro, um grupo que se movimenta, que gostaria muito de ver isso legalizado em seu favor, porque se sente minorias discriminadas. Agora, só falta chover para cima, porque já vi de tudo. Então, alguns não se sentem doentes, eles querem a legalização para que tenham os mesmos direitos e, daqui a pouco, vão querer casar com criança também. Então, como eu já vi de tudo, vamos esperar também casar com comunhão de bens com criança de nove meses e essas coisas todas. Então, eu proponho que, a partir da próxima semana, a partir da próxima terça-feira que nós tenhamos esse tipo de Audiência.

Agora, na próxima quinta-feira, o pessoal do Google está disposto a vir ou nessa quinta-feira ou da próxima semana? Dessa quinta-feira, 09h00h. A reunião informal teremos na quarta ou próxima quinta-feira? Antes da nossa Sessão Ordinária. Então, na próxima quinta-feira, nós teremos Audiência Pública com os diretores do Google. Doutor...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugiro a V.Exª que nós já comecemos a ouvir... Nós aprovamos o Dr. Marfan, nós podíamos marcar uma data, o Presidente da CONAMP, o Dr. Cosenzo, ou aquela ONG que V.Exª sugeriu. Sugeria hoje, já aprovamos uma série de requerimentos, Conselho Gestor da *Internet*, Diretoria de Exploração Sexual que existe dentro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, acho que podíamos ouvir uma pessoa a cada dia e, também, temos o promotor, dois promotores de justiça já aprovados, o Procurador-Geral... Então, à medida que nós formos ouvindo, vamos ficar abastecidos e começaremos também as operações--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Como nós estamos oficiando o Dr. Marfan, eu não li, aqui, o pedido à CONAMP e Conselho de procuradores...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi feito no...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Foi feito na Sessão passada? Mas, aqui, pede o Dr. Baldino, o José Reinaldo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então, vamos fazer-– nós podíamos ouvir o Dr. Marfan, o Presidente da CONAMP... O Presidente do Conselho da CONAMP e do Conselho de Procuradores, na terça-feira e podíamos ouvir mais alguém ligado a uma ONG que--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Hoje, vamos fazer uma visita ao Procurador-Geral da República às 18h00h.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas eles vão vir estar conosco aqui. Bom, e eu espero que o nosso Superintendente já coloque os nossos delegados depois à disposição para que terça-feira já tenhamos instalada ali a nossa sala e para que a gente já comece deslanchar em algumas ações que o Ministério Público tem do Brasil afora paradas e para que a gente possa começar a andar. E tem muito pedófilo debaixo da sombra que precisa vir para debaixo do sol. O Sr. Relator tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senhoras e Senhores. Nós estamos apresentando como foi proposto, que o... Então, eu... Conforme foi previsto na semana passada, nós estamos apresentando agora um Projeto de Lei do Senado que foi-nos solicitada a apresentação pelo Diretor-Geral da Polícia Federal juntamente com os Srs. Delegados de Polícia Federal que aqui se encontram, além de outros representantes da mais alta polícia do Brasil. Então, qual é o objetivo desse Projeto de Lei? Esse Projeto de Lei ele vai ganhar o nome genérico de Difusão Vermelha, porque trata especificamente disso. O que é difusão vermelha? Difusão vermelha é quando a Interpol coloca na *internet*, ou coloca à disposição de todos os seus associados os mandados de prisão de bandidos que fogem do seu país. Com que objetivo? O objetivo de que possa ser feita a extradição desses mesmos delinqüentes para o seu país de origem. Qual é o pré-requisito no Brasil, por exemplo? É que o crime praticado, ele tenha a mesma tipificação que aqui.

Então, um país estrangeiro só pode pedir a extradição de um delinqüente cujo crime também seja tipificado da mesma forma no Brasil. Então, o homicida, o traficante de drogas, etc o país estrangeiro pode pedir a extradição daquele bandido que se encontra com prisão preventiva ou definitiva no seu país de origem que se encontra aqui no Brasil. Acontece... Essa é a difusão vermelha, a propagação que a *internet* faz para seus associados, ou melhor, que a Interpol faz para seus associados para que haja a prisão desses delinqüentes. Acontece que no Brasil não há a possibilidade da prisão temporária, nem da prisão preventiva desses delinqüentes. Então, quando um... A Polícia Federal descobre que um delinqüente se encontra aqui no Brasil, o que acontece? Até que o país de origem providencie o pedido de extradição, muitas vezes esse bandido pega o avião e vai embora. Foi o tratamento,

por exemplo, que o Cacciola não teve no Principado de Mônaco. Ele chegou, conferiram que ele tinha um mandado de prisão no Brasil e, imediatamente, ele já foi preso. Preso até que o Brasil pedisse a sua extradição. O que nós estamos dando agora? A Polícia Federal a pedido da própria polícia, a possibilidade de ser efetuada a prisão temporária desse delinqüente que se encontra em solo brasileiro até que o país, que tem lá decretada a sua prisão, possa movimentar o Ministério das Relações Exteriores, movimentar a sua diplomacia, o corpo jurídico para que a extradição possa acontecer. Em síntese, é esse projeto.

Em relação à pedofilia, ele tem um avanço extraordinário, porque o Brasil tem se transformado em paraíso dos pedófilos, que para cá vêm e podem praticar livremente essa pedofilia sem o risco de que haja a extradição. E mais, nós vamos também tipificar, nós estamos buscando a maneira ideal, nós sabemos que já existem projetos aqui, mas foram projetos muito grandes. Nós vamos tipificar esse crime, trazê-lo para uma discussão que é, justamente, a posse, o acesso, o *download* dos crimes de material pedófilo. Então, a Polícia Federal agora fez uma *mega* operação – Operação Carrossel. A Operação Carrossel apreendeu material extraordinário. E a Polícia Federal já chegou à conclusão, com 5% do material periciado que 70% constitui crime no Brasil. Por quê? Porque é material armazenado, é material que houve troca com outros pedófilos, mas no restante, 30%, em que também há apreensão do material pedófilo, isso não constitui crime. Por quê? Porque esse material não se encontrava numa das situações previstas pela legislação brasileira. Isso é tão grave, para os senhores terem uma idéia, isso foi divulgado hoje, que agora as polícias federais da França, de Malta, da Itália, da Suécia, da Dinamarca, da Polônia, da Noruega e da Holanda fizeram uma *mega* operação de apreensão de fotos de pornografia, diversos materiais, vídeos pornográficos com crianças e adolescentes nesses países. E o que eles fizeram lá? Eles fizeram a prisão em flagrante. Fizeram a prisão em flagrante, está todo mundo preso e centenas de pessoas foram presas. Agora, isso aconteceu copiando, inclusive, o que a Polícia Federal do Brasil já tinha feito. E também como disseram os delegados de polícia aqui. Uma grande preocupação é que eles usavam os computadores remotos sem passar, inclusive, pelos provedores. A Polícia Federal também identificou isso aqui. Mas, aqui, nós temos uma série de dificuldades. A primeira é a seguinte: O que tem que fazer a Polícia Federal do Brasil? Ao contrário do que aconteceu com as polícias desses países mencionados, que acabaram prendendo todos os pedófilos em flagrante, aqui a Polícia Federal vai ter que devolver o material apreendido, material pornográfico apreendido, por quê? Porque, simplesmente, não se configura crime o acesso, a posse e o *download* desse material. Então, esse é o primeiro passo que nós estamos fazendo, a chamada Difusão Vermelha, que já acontece e que nós vamos possibilitar dentro dela a prisão temporária dos delinqüentes que se encontram no Brasil. Dando a mesma reciprocidade que tem o bandido que comete crime no Brasil e foge para outro país. Quase sempre lá há a possibilidade da prisão imediata, da prisão temporária. Com esse dispositivo, nós estamos dando à Polícia Federal e também ao Ministério Público Federal a possibilidade de requererem a prisão temporária do delinqüente que se encontra aqui no Brasil e que tem um mandado de prisão expedido pela... Expedido pelo seu país de origem.

Agora, os senhores imaginem o seguinte: Se dentro, se algum desses pedófilos conseguisse fugir para o Brasil e houvesse o pedido de extradição, o pedido de extradição não poderia acontecer por quê? Porque esse... Essas condutas não são tipificadas como crime no Brasil.

Então, a nossa situação, digamos, institucional, a nossa situação Legislativa ainda é muito precária face aos países europeus e aos Estados Unidos. Países também da América do Norte, Canadá, etc. Então, nós precisamos aprovar de forma imediata, por isso que nós estamos tratando como um projeto de Comissão, porque, agora, ele já vai direto para o Plenário da Casa e lá se tiver alguma Emenda volta para ser apreciado aqui na própria Comissão. Nós vamos falar com o Presidente Garibaldi Alves Filho para que ele dê a prioridade necessária, nós já temos o quórum para a aprovação, imediatamente vamos falar com ele para assim que houver... Assim que estiver a pauta destrancada, imediatamente nós possamos votar. Se a pauta estiver trancada a partir de amanhã e, havendo acordo para votação qualquer matéria, nós vamos empurrar esse projeto primeiro, porque ele é de extrema utilidade para o Brasil. E nós sabemos que existem outros projetos aqui na Casa que estão tipificando a posse, o acesso e o *download* de material pornográfico. Agora, queremos ver se está dentro de um grande projeto ou está modificando apenas o Estatuto da Criança e Adolescente, ou ver a melhor maneira. Se estiver dentro de um grande projeto, a coisa mais difícil do mundo é passar rapidamente. Então, como nós temos a necessidade da tipificação desse crime, nós vamos também tirá-lo desse grande projeto, trazer para cá, tratar com Emenda da Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de que, também, nós já possamos ir prestando um serviço de relevância para o Brasil. Os senhores podem ter certeza, pelos resultados práticos que esse projeto

vai alcançar, que só a aprovação dele já valeu a instalação dessa CPI. Só isso já valeu. Aqui, os delegados de Polícia Federal sabem das dificuldades que eles têm, o Ministério Público também da mesma forma. Então, Sr. Presidente, é louvar a iniciativa de V.Exª de ter instalado a CPI, de ter lutado pela instalação, agradecer a sugestão que nos foi feita pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, pelos Srs. Delegados de polícia e apresentar o projeto nos termos em que eu lhe disse, a fim de que ele seja aprovado e remetido de imediato ao Plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quero submeter à votação. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. O projeto está aprovado. Vai a Plenário.

Nós vamos... Gostaria que nós fôssemos, Sr. Relator, ao Presidente Garibaldi Alves levar o projeto e eu vou conduzir da seguinte maneira: Aprovado no Plenário, até porque acho que ele será aprovado sem qualquer tipo de dificuldade e duvido que alguém se apresente para fazer qualquer amenização num projeto como esse em se tratando desse assunto, e nós o levaremos para aprovação ao Presidente da Câmara. Eu já estive com o líder do partido a que pertenço na Câmara, peço a V.Exª que trate com o líder do seu partido na Câmara, assim todos os Srs. Senadores dessa Comissão, e nós nos dirijamos ao Presidente Chinaglia, imagino que acompanhados pelo Presidente dessa Casa, Garibaldi Alves, para entregar o projeto votado e pedindo que seja a primeira coisa a fazer na Câmara também. E com esse momento que vive a sociedade brasileira, eu essa semana parei numa estrada, no Município de Ibiraçu, no meu Estado, numa lanchonete e uma senhora de idade com cachorrinho nos braços pediu a minha assessora... Perguntou se era eu mesmo que estava ali. É ele, ela disse. Tem, então, me leve até ele. Uma senhora de idade. Falou assim: "Meu filho, quero agradecer o que estão fazendo pelas criancinhas. Eu tenho muitos netos e essa vergonha já foi tão longe que eu achei que ia morrer sem ninguém tomar uma providência". Então há no coração da sociedade uma vontade de ver alguma coisa sendo feita. De ver alguém que tem coragem de invadir emoções de crianças de tenra idade, invadir o seu espaço, mutilá-lo fisicamente e moralmente, posto no seu devido lugar e muitas vezes, o erro é nosso, porque nós não temos uma Legislação, não oferecemos instrumentos como esse, Senador Demóstenes, como esse.

A imprensa deu que no ano passado tinha 187 brasileiros nessa lista de difusão vermelha. Nessa lista, 187 brasileiros. Agora, imaginem quantos desses, dessa lista está aqui no Brasil, que vem para cá no verão, vem para cá fazer turismo, na verdade atrás de atos libidinosos de pedofilia contra nossas crianças. Graças a Deus, saibam os Senhores Delegados da Polícia Federal, os peritos, que o nosso empenho é grande e nós vamos certamente, queira Deus, nos próximos 10 dias, mais tardar 15 dias, inovar na questão de CPI. Votando as Leis no curso da CPI. E até ajudar, porque acho que CPI mesmo ela tem que ter o interesse da sociedade como um todo. Para que a sociedade esteja do lado dela, para que nós consigamos ter celeridade. Está aprovado. Nós vamos levar a Plenário. Cadê Augusto, a... Tem que rubricar todas as páginas. Depois eu vou pedir a... Aos senhores da imprensa e senhores assessores, quero registrar a presença de Mônica e Érica, são assessoras minhas lá no Espírito Santo, estudantes de direito, estão tendo a oportunidade de ter uma aula aqui com o Dr. Demóstenes. Porque eu fiz vestibular de direito três vezes e não passei em nenhum. Meus assessores estão muito mais adiantados do que eu, a única diferença é que eu sou Senador e eles são assessores. Para que nós possamos passar esse material para a mão dos delegados, dizer aos senhores que se vai vir coisa mais brava do que isso, Deus que nos guarde, porque... Eu tive medo disso. E é só uma arrumação em cima de uma criança de 12 anos, 12 anos, 13, de 11, estão sofrendo o mesmo ataque. Eu vi aquela mãe, Dr. Sobral, uma mulher sofrida, cozinheira de um restaurante, só tem ela e essa filha, essa mãe é tudo para essa filha, ela me mostrou as cartas, Senador Demóstenes, de amor da filha com ela. O carinho da filha com ela. E de repente essa coisa se inverte numa coisa tão violenta, tão pernóstica pela via da *internet*, pela via cibernética quer dizer... Ou a gente intimida um pouco, faz uma Legislação realmente dura, cria mecanismo para ajudar quem quer ser ajudado, quem realmente entende que é doente, mas quem é capaz de uma coisa como essa, realmente, tem que pagar uma de 30 anos, tem que ser monitorado pelo resto da vida. Realmente, tem que ser proibido, por Lei, de chegar perto de escola, perto de parque onde na verdade vivem crianças. E eu sei realmente que os Senhores colocarão todo conhecimento já adquirido, Dr. Felipe, e nossos queridos peritos aqui para que além dessa figura quem sabe, as outras que estão coligadas aqui e a gente tenha a oportunidade de colocá-las numa vitrine para que a Nação possa ver quem são essas pessoas.

Por um momento, só pediria à mídia e os assessores que pudesse esvaziar a sala um pouco.

Sessão secreta às 16h10.

Sessão aberta ao público às 16h28.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para Audiência Pública o Dr.

José Carlos Cosenzo, membro do Ministério Público que também seja convidado Dr. Augusto César Gadelha Vieira, coordenador do Comitê Gestor e Dr. Marfan Martins Vieira, Presidente do Conselho Nacional de Projetos do Ministério Público. Esses amanhã... Não, na próxima terça-feira, Dr. Marfan e o Presidente do... Na terça-feira, da CONAMP. Terça-feira. E amanhã, na quarta-feira, nós teremos às 14 horas o Tiago, da *SaferNet*. E, hoje, às 18 horas teremos a visita ao Procurador-Geral da República. Esperamos que amanhã, também, nós consigamos visitar a Drª Ellen Gracie, Presidente do Supremo, e também o Ministro da Justiça, conforme contato de V.Exª.

Está acontecendo uma reunião de líderes agora, nós vamos nos dirigir para lá até para tentarmos já inserir na pauta o que deve ser votado ou não. De qualquer maneira, qualquer brecha de votação, nós vamos tentar colocar o projeto. Já depois de elencados aqui esse material, queria chamar o Dr. Sobral para que pudesse receber das mãos da CPI, aqui, esse material.

Bem, não havendo mais assuntos na pauta a serem tratados, eu declaro encerrada essa Sessão da CPI e a próxima será amanhã às 14 horas.

Sessão encerrada às 16h30min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2008, realizada em 2 de abril de 2008, às quinze horas e vinte minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi proferida explanação do Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da ONG Safernet Brasil.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)
Ségio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo quorum regimental, declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI da Pedofilia, Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de investigar a utilização da internet para a pratica de crimes de "pedofilia", bem como as relações desses crimes com o crime organizado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nós vamos votar alguns requerimentos. Hoje essa Audiência Pública da CPI que visa investigar a pedofilia no Brasil tem o prazer de receber como convidado o Professor Thiago Tavares Nunes, Presidente da SaferNet Brasil, advogado, formação em Direito que, além da causa social conhece juridicamente, tem conhecimento jurídico, embora não conheça juridicamente o que trate da pedofilia no Brasil porque nem tem. E nós o convidamos para participar conosco nessa Audiência Pública, certamente, nós enriquecerá bastante, Sr. Relator, por quê? Porque do pouco que eu já pude conversar com o Sr. Thiago do que já pude ouvir dele, a respeito dele e hoje extraindo nesses minutos que ficamos conversando o seu conhecimento da legislação mundial de como age o mundo hoje com a pedofilia, a dimensão disso, o que isso representa do ponto de vista financeiro, quem ganha com isso, quem perde, nós já sabemos quem é. E feliz de entender, Sr. Relator, que com a vivência dele nessa área, como ele recebe essa CPI e como ele comenta todas as decisões tomadas aqui, por exemplo, a decisão dessa CPI de aprovar os seus projetos dentro do processo de CPI, o nosso entendimento de tipificação de crime para o Brasil, crime tanto na Internet, como crime de ligação com o crime organizado. De maneira, Senador Tuma, que eu vou passar a palavra ao Dr. Thiago.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Antes, se V.Exa. permitir. é só uma palavrinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sim, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Cumprimentar o Dr. Thiago, é claro, pela habilidade e pelo conhecimento que ele tem, se dispõe a vir da Bahia para cá. Mas eu estava falando com o Dr. Caio da Polícia Federal e eles já levantaram toda a legislação atual de tipificação do crime. E eles vão fazer um cruzamento de dados para gente ter uma base e depois fazer as modificações necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sem dúvida.

A partir da próxima semana eu espero que a nossa Assessoria de Procuradores, a nossa Assessoria de Polícia Federal, já esteja funcionando aqui na sala da quarta Secretaria, nós estamos disponibilizando onde eles ficarão debruçados com o interlocutor do Ministério da Justiça. Estive lá hoje com o Ministro Tarso Genro, fui lá eu e o Senador Tuma, uma vez que o Relator e os outros membros estavam com outras atividades. E a receptividade foi muito importante do Ministro, a sua disposição em colocar a Polícia Federal e o próprio Ministério, a Secretaria de Direitos Humanos. E hoje eu quero oficiar até ao final da sessão o convite ao Delegado Romeu Tuma Júnior, que está com uma

área muito importante no Ministério da Justiça que é a área de tráfico de pessoas humanas para que esteja conosco numa Audiência Pública para nos dar mais claridade sobre esse assunto.

Eu passo a palavra ao Sr. Thiago. O senhor tem o tempo que achar necessário para fazer suas explanações, nós estaremos aqui atentos. E ao final disso o Relator terá a palavra com os senhores membros para que procedamos nas nossas indagações, nas nossas dúvidas porque eu tenho certeza que será de grande valia. Nós teremos, Sr. Relator, o Dr. Thiago conosco na CPI, ao longo da CPI o tempo inteiro até que ela se encerre juntamente com o nosso corpo de técnico de polícia, de Ministério Público, de direitos humanos para construir toda essa legislação a partir do conhecimento dele nos ajudando para que possamos fazer o melhor para a Brasil.

Sr. Thiago, o senhor tem a palavra.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo. Sr. Senador Magno Malta, Exmo. Senador Romeu Tuma, Exmo. Senador Demóstenes Torres, e Exmo. Senador Geraldo Mesquita, senhoras e senhores muito boa tarde. Para mim é uma honra comparecer a esta Audiência Pública representando a SaferNet Brasil e falar um pouco do trabalho que nós desenvolvemos e as informações que nós produzimos e disponibilizamos para as autoridades brasileiras responsáveis para a persecução penal desse crime bárbaro que é a produção e distribuição de pornografia infantil por meio de Internet.

O meu roteiro, pretendo rapidamente apresentar o trabalho da SaferNet, quem somos o que fazemos e focar a minha apresentação em como nós podemos contribuir com a Comissão, com a CPI. E já adianto que podemos e queremos contribuir fornecendo relatórios qualitativos e quantitativos, prestando auxílio técnico, tecnológico e jurídico nas investigações relacionadas à pornografia infantil da Internet. Contribuir também na definição de um marco regulatório relacionado à Internet no que se refere à distribuição de pornografia infantil e também na discussão e implementação de políticas públicas intersetoriais de combate e prevenção e atendimento.

Rapidamente, a SaferNet existe desde dezembro de 2005, ela é uma organização sem fins lucrativos e econômicos de atuação nacional, sem vinculação político partidária, nem religiosa e nem racial, são cinco fundadores, todos vinculados à Universidade Federal da Bahia, ao Departamento de Ciência da Computação e à Faculdade de Direito da Universidade da PUC da Bahia. São professores e pesquisadores, atualmente temos 15 colaboradores, sendo três engenheiros de softwares, cinco cientistas da computação, quatro bacharéis em Direito, um psicólogo, um jornalista e um historiador. Nós, durante muito tempo sobrevivemos com recursos próprios dos seus fundadores e atrelados à universidade, e, posteriormente, passamos a contar com o apoio do Comitê Gestor da Internet e também com o apoio da *Childhood* Brasil, que é o braço brasileiro da *Childhood Foundation* que a fundação criada pela Rainha Silvia da Suécia com o objetivo de defender os direitos da criança e do adolescente em todo o mundo.

A nossa missão está focada na defesa e promoção dos direitos humanos na sociedade da informação e as nossas linhas de atuação se concentram nos eixos de defesa e responsabilização, prevenção, capacitação e formação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e também mobilização social.

Algumas informações rápidas sobre a Internet no Brasil. O Brasil tem 53% de todos os usuários de Internet da América Latina, atualmente são 40 milhões de brasileiros conectados à Internet. O Brasil está em 9º lugar no número de hosts(F), no ranking mundial de hosts(F). E segundo o IBOPE NetRatings existia em fevereiro de 2007 1 milhão 350 mil crianças de 6 a 11 anos, das classes A e B que acessam a Internet de suas residências e permanecem em média 15h e 26 minutos conectadas. E essas crianças dessa faixa etária, segundo o IBOPE, passam 64% do tempo, acessando os chamados serviços de comunicação interativa como MSN, ICQ e salas de bate-papo e 61% acessam buscadores e 53% participam de redes sociais e aqui, principalmente, o ORKUT.

O projeto central nacional de denúncias de crimes cibernéticos nasceu a partir de um modelo criado no Reino Unido em 1996 e que surgiu como resposta a um desafio que é lidar com o fenômeno que é essencialmente transnacional a partir de legislações e jurisdições nacionais.

Todos sabemos que a Internet não segue, obedece as fronteiras políticas de divisão dos Estados. E as leis têm uma abrangência dentro dessas fronteiras, dentro do princípio da territorialidade. E há uma dificuldade em se definir jurisdição e legislação aplicável quando se trata de fenômenos, essencialmente transnacionais. E o crime cibernético, na sua essência, é um crime transnacional, seja porque é possível existir um usuário em um país A praticando um crime contra um cidadão em um país B usando uma infra-estrutura tecnológica situada em um país C, ou seja, porque o crime praticado em um país A ele causa efeitos em diversos outros países, uma vez que o conteúdo está disponível e acessível publicamente para qualquer um.

Então foi a partir dessa preocupação que é a Europa começou em 1996 a discutir soluções. E a so-

lução encontrada foi a criação de canais nacionais de denúncias que pudessem servir como ponto de contato em cada país e como ponto de contato com as autoridades locais de cada país, no sentido de agilizar o processamento e o encaminhamento de denúncias que não tenham relação com aquele determinado País. Hoje essa rede reúne 31 países e nós somos o ponto de presença no Brasil e na América Latina.

O projeto, a central entrou no ar no dia 26 de janeiro de 2006 e nós, desde então, disponibilizamos um serviço gratuito de recepção de denúncias anônimas acerca de crimes e violações contra os direitos humanos. E desde 29 de março de 2006 esse projeto passou a ser operado em parceria com o Ministério Público Federal, mediante termos formais da cooperação assinados com cinco Procuradorias da República, a Procuradoria da República de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás.

Então nós centralizamos o recebimento das denúncias relacionadas à Internet de todo o País, as denúncias chegam através de outras ONGs que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente, chegam do Governo Federal que mantém o Disque 100 que é um disque-denúncia de abuso e exploração sexual cujo foco é o crime praticado fora da Internet.

Receberemos as denúncias de Hotlines internacionais dos canais internacionais de denúncia dessa rede que reúne 31 países --

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hotline é linha quente?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Linha direta. Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hot é quente.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: É. A tradução mais adequada para o português seria nesse contexto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Linha quente.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Ou linha direta de encaminhamento as...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Por favor, Senador, pode me interromper a qualquer momento, por favor.

E também, principalmente, dos usuários que têm feito a sua parte e têm denunciado esses abusos. Esse é o fluxo que explica desde a recepção até o encaminhamento das denúncias passando pela definição do local do crime, ou seja, onde está assediado o provedor responsável por hospedar aquele conteúdo ou onde estão, para onde os indícios de autoria remetem em relação à jurisdição, em relação a critérios de definição e jurisdição. Esse é um fluxo de encaminhamento dessas denúncias após o processamento. As denúncias que guardem relação com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás são encaminhadas para a Procuradoria da República nesses Estados que mantém grupos especializados no combate a crimes cibernéticos. As denúncias relacionadas a outros Estados que não esses cinco são encaminhados para a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal.

Nós também notificamos o provedor de Internet para que ele preserve o conteúdo, retire o conteúdo do ar e preserve todas as provas necessárias à instrução do inquérito ou do procedimento de investigação criminal. Esse é o fluxo do sistema já integrado no âmbito do Ministério Público Federal.

Ao receber a notícia crime o Ministério Público Federal instaura um procedimento de investigação criminal e solicita ao juízo a quebra do sigilo de dados telemáticos junto ao provedor de conteúdo ou provedor de serviço que está hospedando aquele conteúdo, para que esse provedor forneça os logs de acesso e os logs de IP e de informação de navegação como o *cookie*; para que a partir dessa informação a autoridade possa instruir o procedimento de investigação criminal e a partir daí solicitar uma nova quebra de sigilos de dados telemáticos junto ao provedor de acesso com o objetivo de identificar o autor, ou seja, o usuário que utilizou aquele computador naquele dia e naquele horário.

Pode ser que no curso da investigação seja necessária a interceptação de dados que também é feita pelo Ministério Público ou, eventualmente, outras medidas. Ao final, normalmente, é realizada uma busca e apreensão que é executada pela Polícia Federal no âmbito de um inquérito policial já instaurado, a partir da investigação iniciada pelo Ministério Público Federal, e já, portanto, com os dados do usuário fornecidos.

O cidadão que fez a denúncia no site acompanha passo a passo o andamento que foi dado à denúncia, ele não fica sem um feedback, ele não fica sem saber o que aconteceu. Obviamente, as informações que são fornecidas são informações muito genéricas apenas para situá-lo em relação ao andamento que foi dado.

Portanto, desde 29 de março de 2006, existe um amplo intercâmbio técnico, jurídico, científico e tecnológico com o Ministério Público Federal. Conseguimos centralizar o recebimento, o processamento, o encaminhamento e o acompanhamento on-line das notícias crime que guardem relação com esses cinco Estados. Existem, desde então, foram produzidas mais de seis mil páginas de relatório e notícias crime, resultando

em, aproximadamente, 400 investigações em curso só no Estado de São Paulo.

E eu trouxe aqui, Presidente, uma série de documentos, aproximadamente, 500 páginas de relatórios, 500 das 6 mil que nós já produzimos. E gostaria, posteriormente, de lhe fazer a entrega desses documentos como subsídio para os trabalhos da Comissão.

De todas as denúncias que nós recebemos, aproximadamente 90% estão relacionadas a um único site de relacionamentos que é o site ORKUT. O ORKUT, certamente todos conhecem, é um fenômeno no Brasil. Existem mais de 30 milhões de usuários brasileiros que usam o serviço regularmente. Quatro em cada cinco brasileiros está no ORKUT e, infelizmente, o ORKUT se transformou no paraíso do crime cibernético no Brasil. A quantidade de denúncias recebidas não pára de crescer e a quantidade de páginas novas criadas, também. Eu tenho esses dados mais detalhados em uma outra planilha e eu posso apresentá-los na seqüência. 10% das denúncias realizadas referem-se a outros sites e eu também vou apresentá-los na seqüência.

Em relação ao ORKUT 40% de todas as denúncias recebidas estão relacionadas à pornografia infantil, veiculação de imagens contendo cenas pornográficas ou de sexo explicito envolvendo crianças ou adolescentes. Normalmente, o usuário utiliza-se do site para publicar essas imagens no álbum de fotografias, para trocar imagens com outros pedófilos, para formar verdadeiras quadrilhas em torno das comunidades com o claro objetivo de troca de material relacionado à pornografia infantil e também para a obtenção de informações sobre potenciais vítimas e tentativas de assédio e aliciamento.

Os outros 30% das denúncias referem-se a crimes de ódio, como racismo e neonazismo, e outros 30% relacionadas à apologia e incitação à violência, o que inclui incitação ao suicídio, apologia e incitação à tortura, linchamentos, assassinatos e etc.

Esse é o gráfico que mostra a evolução no número de páginas novas criadas no serviço ORKUT ao longo do tempo. Percebam, os senhores, que o número de páginas novas relacionadas à pornografia infantil tem crescido todos os meses. E em meados de 2007 nós fizemos um levantamento a partir de 45 mil, 597 denúncias páginas únicas e identificamos que naquele período estavam disponíveis 4 mil, 135 páginas relacionadas à pornografia infantil. 7 mil 991 haviam sido removidas pelo Google, ou seja, conteúdo que saiu do ar.

Entretanto, devido a problemas relacionados à aplicação da Legislação Brasileira e cumprimento de ordens judiciais esse conteúdo foi removido, mas os dados necessários à investigação da autoria não foram fornecidos, de modo que esses crimes permanecem impunes. Esse foi o tempo médio de remoção dessas páginas 8,3 dias, e com picos de até 60 dias de média, ou seja, durante muito tempo esse conteúdo ficou disponível para livre acesso por parte de crianças, adolescentes e adultos.

Esse é o *delay*(F), o intervalo entre o tempo de remoção e o tempo da notificação e os números atualizados mostram que em relação à pornografia infantil houve um aumento de 126,03% no número de páginas únicas, de páginas diferentes criadas na Internet, principalmente, no serviço ORKUT entre 2006 e 2007. Em 2006 nós recebemos 121, mil 635 denúncias envolvendo 17 mil, 148 páginas diferentes. Em 2007 esse número passou para 267 mil, 470 denúncias anônimas envolvendo 38 mil, 760 páginas diferentes. Como eu mencionei, anteriormente, cerca de 90% destas páginas estão no serviço ORKUT. E no primeiro trimestre de 2008 nós recebemos... Esses sãos os números consolidados até as 23h59 do dia 31 de março de 2008. Nós recebemos um total de 48 mil, 129 denúncias anônimas de pornografia infantil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Neste ano?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: No primeiro trimestre deste ano. Nos três primeiros meses deste ano envolvendo 13 mil, 375 páginas diferentes, o que representa um aumento de 100,04% no número de páginas únicas denunciadas em relação ao mesmo período de 2007, ou seja, em relação ao primeiro trimestre de 2007 e em se tratando, especificamente, do ORKUT houve um aumento de 107,82% do número de páginas novas de pornografia infantil criadas no serviço, quando nós comparamos os dados do primeiro semestre de 2008 com os dados do mesmo período em 2007.

Qual é a razão para isso? Algumas. A primeira delas a sensação de impunidade, ou seja, a empresa limita-se a retirar essas páginas do ar, o que faz com que os criminosos a recriem e isso vira uma espécie de briga de gato e rato. A empresa tira a página do ar, os criminosos continuam soltos, impunes e, normalmente, recriam essas páginas. E, mais recentemente, o tem feito com uma maior facilidade, uma vez que a partir de outubro do ano passado, a Google permitiu que os usuários bloqueassem o acesso aos álbuns de fotografia e com isso tornou-se possível criar uma página no serviço e bloquear o acesso ao conteúdo dessa página apenas para pessoas autorizadas pelo criador da página.

Então, evidentemente, que essa ferramenta facilitou e veio dar uma maior segurança para os usuários, em geral, do site, é uma ferramenta que incrementou

os recursos de privacidade do site. O problema é que essa ferramenta também facilitou a prática de crimes por quê? Porque o criminoso que quer distribuir pornografia infantil ele cria um perfil e publica, faz o upload das imagens e bloqueia o acesso àquelas fotos e permite o acesso apenas para quem ele...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já é cliente.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Autoriza. E, evidentemente, que o Ministério Público e a Polícia Federal não estão incluídos nos amigos do criminoso.

A conseqüência é que houve um aumento exponencial no número de novas páginas criadas para distribuir pornografia infantil. E eu tenho aqui um arquivo que foi... Esse arquivo foi gerado ontem e estou disponibilizando para a CPI que contém uma lista de 3 mil, 250 álbuns diferentes que foram denunciados por, supostamente, conterem conteúdo relacionado à pornografia infantil e cujo acesso está bloqueado, ou seja, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal não conseguem ter acesso a esse conteúdo para comprovar a materialidade do crime. Portanto, esses criminosos se sentem seguros protegidos para praticar o crime descrito no 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, veicular a pornografia infantil com a segurança de que as autoridades não poderão investigar.

Então a saída para isso seria uma medida judicial de quebra de sigilo de dados telemáticos com o objetivo de ter acesso ao conteúdo desses 3 mil, 250 álbuns para a partir daí poder se conduzir as investigações. Enquanto a autoridade policial ou o Ministério Público não conseguem ter acesso ao dado, não conseguem ter acesso ao conteúdo não é possível, portanto, comprovar a materialidade do crime e, portanto, é uma garantia de impunidade.

Em 2007 esse tema já foi objeto de uma representação protocolada na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Naquela ocasião nós solicitamos que fossem buscadas informações atualizadas na Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil sobre o envio e a tramitação de um relatório cuja íntegra está disponível para a Comissão. E que também fossem requisitadas informações atualizadas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, bem como, a Embaixada Brasileira em Washington sobre a tramitação desse documento nos Estados Unidos, uma vez que a grande dificuldade é na obtenção, reside na obtenção de dados necessários à identificação desses criminosos e a informações fundamentais para comprovar a materialidade do crime.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foram atendidos esses pedidos, o senhor sabe?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim, essa representação foi acatada por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu digo da Embaixada Americana.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. Houve uma recomendação aprovada que foi encaminhada para o Ministério da Justiça e também para a Casa Civil. Mas eu não tenho informações sobre a resposta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A resposta. O fornecimento ainda não foi confirmado que veio a informação?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Não. A informação que nós temos é de que essa informação ainda não chegou ao Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seria talvez [ininteligível] a Relatoria cobrar não é? Desculpa.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Pois não, Senador. Esse é a última tramitação pelo site da Câmara dos Deputados, ou seja, não resposta.

A relação existente entre a pornografia infantil e o crime organizado é direta. Eu trouxe como exemplo uma denúncia que nós recebemos em 2006 de uma mãe que nos relatou, nos comunicou a existência de um site hospedado na República Tcheca e que publicava imagens contendo cenas de bebês de seis meses a dois anos de idade sendo estuprados. E essa mãe escreveu isso aí no campo de comentários, ou seja, ela dizia, mostrava a sua indignação que não agüentava mais isso, que descrevia o que viu, ou seja, a primeira foto é de um bebê de sete meses, a segunda é de uma criança de três anos. Elas são indefesas, não sabem o que está passando. Isso é um absurdo tem que se caçar esse homem, se é que ele não é o pai delas. Disse ela: "eu chorei quando vi essas fotos. Pelo amor de Deus tira isso do ar".

Evidente que numa Audiência Pública eu não devo e não posso mostrar o conteúdo que estava disponível nesse site, mas esse conteúdo foi preservado e será fornecido, posteriormente, à Comissão. Mas eu faço questão de relatar uma das telas disponíveis no site. Essa tela aparecia após o instante em que o usuário que acessava o site navegava por um chamado tour gratuito, ou seja, o site disponibilizava um conjunto de fotografias para acesso gratuito, uma espécie de tour, um tour macabro, é verdade, mas um tour, uma amostra grátis. E após essa amostra grátis o site convidava o visitante a aderir ao site, se tornar sócio dos sites. E dentre as razões para se tornar sócio desse site, segundo o que está dito pelos próprios criminosos, dentre

essas razões estão as seguintes. Primeira: "Nós somos os reais provedores, os únicos reais provedores de pornografia infantil. Nós vendemos materiais como esse no passado alguns sites amigos. Nós, realmente tentamos promover a pornografia infantil para mais pessoas e torná-la mais popular. Mas isso é uma pequena, muito pequena parte do que nós, realmente temos. Item 2: Todos os meses nós atualizamos, algumas vezes com mais freqüência, e nós gastamos cerca de mil a 2.000 dólares todos os meses para atualizar o nosso banco de dados. Esse tipo de negócio – está dito a palavra ali – the chaing off business, esse tipo de negócio, business é muito caro, mas nós temos dez anos de experiência com essas coisas. Item 3: A última atualização ocorreu em janeiro ao 2005, foi a mais chocante atualização de pornografia infantil dos últimos tempos, foi uma experiência realmente impactante. Item 4 O segredo da nossa longa existência é que nós controlamos, dominamos o processo nós mesmos, sem intermediários, desde a produção das fotos e vídeos até a busca por novos modelos e etc. Item 5: O nosso site contém mais de 125 mil fotos de qualidade e mais de 5 mil e 700 vídeos de qualidade, todos exclusivos. Item 6: Nosso site é ilegal em todos os países e por isso nós temos problemas, de vez em quando. De vez em quando o nosso site fica inacessível, mas nós, rapidamente, e, efetivam, resolvemos o problema. E problemas similares nos permitem afirmar que a solução, normalmente não exerce às 24 horas. Muito importante. Item 7: De nossa parte tudo é absolutamente seguro. Nós não preservamos as suas informações e nem as fornecemos para ninguém. O nosso negócio depende da honestidade. Item 8: Todas as fotos e vídeos".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depende de honestidade.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. É a ética do crime. Não é?

"Todas as fotos e vídeos na área de membros podem ser salvas diretamente no seu disco rígido, no seu computador para posterior visualização. Item 9: Nós somos as únicas pessoas sérias nesse negócio, nos somos os melhores. E se você, realmente, quer pornografia infantil você está no lugar certo. Venha realizar os seus sonhos, venha tornar os sonhos realidade. Item 10: Atualmente temos dez giga bytes de conteúdo de pornografia infantil e estamos crescendo".

A próxima tela era uma tela em que o pedófilo era convidado a pagar 89 dólares e 99 centavos por meio do cartão de crédito da sua preferência para ter acesso exclusivo às 25 mil fotos de qualidade e os 5 mil e 700 vídeos, todos exclusivos, de bebês de seis meses a dois anos sendo abusados sexualmente.

A Operação "Marcy".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Sr. Identificou os cartões que eles o fornecimento?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. Visa, Mastercard, JCB e um outro sistema on-line de pagamento. E aqui tem os passos que o usuário deve seguir para poder efetivar a compra.

Em 2003 a Polícia Federal alemã com o apoio da Interpol realizou a maior operação já deflagrada no mundo de combate à pornografia infantil pela Internet. Foram identificados 26 mil e 500 suspeitos em 166 países diferentes. A operação envolveu 1.500 policiais, foram cumpridos centenas de mandados de busca e apreensão, 745 computadores foram apreendidos, 35 mil e 500 CDs, 8 mil e 300 disquetes e 5 mil e 800 vídeos. Dentre os alvos estavam 235 brasileiros que usaram cartão de crédito para comprar pornografia infantil em sites comerciais na Internet cujos dados foram repassados para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescente em 2004 e também para a Polícia Federal brasileira.

Em 2006 foi formada...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Thiago, o senhor...

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Embaixo dizia que nessa operação se constatou 235 brasileiros envolvidos.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E que os nomes vieram para a CPMI do abuso sexual.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Os dados. Sim. Os dados foram encaminhados pela Interpol.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os nomes?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Eu não saberia dizer se com os nomes, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se veio para a CPMI nós vamos requer o relatório da CPMI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está na Interpol.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas veio para a CPMI está ali, está descrito ali.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. Foram encaminhados para a CPMI...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Cujos dados foram repassados para a CPMI de 2004 e para a Polícia Federal Brasileira.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. A Polícia Federal organizou a primeira operação de combate à pornografia infantil na Internet com base nessas informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Esses nomes não vieram à luz. Eu quero requer para o relatório da CPMI para que nós possamos ter esses nomes. Obrigado.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Ok. Eu não saberia dizer se os dados fornecidos pela Interpol e pela polícia EUROPOL, pela polícia alemã inclui a identificação nominal dos investigados, mas, certamente, incluem logs, informações de IP, informações de acesso.

A conseqüência foi a Operação Anjo da Guarda que foi deflagrada em 2005 quando a Polícia Federal cumpriu 17 mandados de busca e apreensão e, posteriormente, resultou numa segunda fase a Operação Anjo da Guarda II quando foram cumpridos cinco mandados de prisão.

Em março de 2006 foi formada uma coalizão nos Estados Unidos entre os principais bancos e as principais operadoras de cartão de crédito. Bancos como o Citibank, Chase Manhattan, Bank of Boston, American Express, Discovery Financial Services, E-Gold, Mastercard, People(F), Visa, Microsoft, Yahoo e outros formaram uma coalizão com o objetivo de erradicar e dificultar, dificultar ou senão erradicar a compra e venda de pornografia infantil por meio da Internet. Disse o Presidente do Centro Nacional de Crianças Desaparecidas e Exploradas dos Estados Unidos: "se nós quisermos eliminar a compra e venda e o uso comercial da pornografia infantil nós temos que, necessariamente, interromper e mapear o fluxo do dinheiro".

Essa, Srs. Senadores, é a principal técnica de investigação utilizada atualmente nos Estados Unidos e na Europa, principalmente no Reino Unido onde eu estive nos meses, por 70 dias, nos meses de janeiro e fevereiro e tive a oportunidade de conhecer in loco o trabalho da Metropolitan Police e da Scotland Yard. E lá existem unidades especializadas na investigação financeira de quem está comprando e quem está vendendo pornografia infantil por meio de Internet.

Um detalhe que merece menção, essa coalizão feita nos Estados Unidos em março de 2006 foi liderada por dois Senadores, essa coalizão foi articulada e liderada pelo Senado Federal dos Estados Unidos.

Em relação aos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional nós fizemos um mapeamento do que existe em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal na área de pornografia infantil na Internet e identificamos 53 projetos, alguns foram arquivados com a mudança de Legislatura e outros novos foram propostos. Destes os projetos em amarelo tem origem no Senado e o projeto em azul tem origem na Câmara dos Deputados.

Projetos que remontam a 1995, início da Internet comercial no Brasil e que até hoje não foram votados. Destes projetos, lamentavelmente, nenhum deles isoladamente preenche todas as lacunas existentes na Legislação Brasileira. Seria necessário um esforço legislativo no sentido de reunir todas essas proposições e oferecer um substitutivo, oferecer por meio de uma Comissão Especial criada com essa finalidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma CPI.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Comissão melhor do que a CPI não existe para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E é exatamente esse grupo que nós estamos trazendo Procuradores, Ministério Público, Polícia Federal, V.Sa., colaborador de outras ONGs, Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos que o convite é para que fiquem diuturnamente conosco não é chegar aqui mostrar dados e ir embora. E fiquei feliz que antes de formalizarmos o senhor já aceitou o nosso convite.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E vai ser esse grupo que vai sistematizar, de fato, tudo isso e nós há de oferecermos essa legislação para o País.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Obrigado, Senador, como disse, aceito com muita honra o convite. E já adianto parte das nossas contribuições em relação aos trabalhos desse grupo e aos trabalhos da Comissão.

No nosso entendimento nós sugerimos que seja levada em consideração a necessidade de incluir no tipo penal ou em um novo tipo penal núcleos verbais associados à produção, distribuição, posse e fomento da demanda de pornografia infanto-juvenil na Internet.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A posse não é crime, segundo a descrição do policial federal, a posse não é crime.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Não, no Brasil não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E nem pode ser apreendido o material, provavelmente, poderá até ser devolvido se for requerido, se chegar à apreensão.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim, Senador. Infelizmente a posse intencional de pornografia infanto-juvenil ela ainda não foi tipificada no Brasil, ou seja, ainda não é crime. Existem vários projetos em tramitação, um deles com origem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de 2004, mas que, infelizmente, não foi aprovada.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Uma observação, Dr. Thiago, que fiz até da outra vez é justamente essa, uma vez que foi apreendido o material e o material para a Legislação Brasileira não é lícito porque pode se ter a posse tranqüilamente. Então a Polícia Federal, em tese, tem que devolver o material para quem foi apreendido. Enquanto que em outros países é autorizado, inclusive, a prisão em flagrante desses pedófilos, no Brasil, por não ser crime, o material tem que ser entregue ao possuidor, devolvido.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Exatamente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agora veja que coisa interessante não é? Material apreendido pela polícia, digamos, disco pirata, não é devolvido e é quebrado, incinerado, tratorado, sei lá. Negócio de doido isso. Porque a posse de um material como esse, um sujeito com um CD com mil e tantas fotos pornográficas, envolvendo crianças, das duas uma ou ele não cometer ainda ou vai cometer um crime. Não tenha dúvida. O sujeito não pode andar com a arma sem porte, não pode, sequer, portar ou comercializar um disco pirata, mas pode andar com um material desse impunemente e a polícia ainda tem o constrangimento de ter que devolver.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só não devolve se o disco for pirata.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Olha só é verdade.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Infelizmente sim, Senador. A posse de pornografia infantil ela já foi criminalizada, praticamente, em toda a Europa, nos Estados Unidos, e em boa parte dos países asiáticos, mas, infelizmente, no Brasil ainda não. E a conseqüência disso é que as operações da Polícia Federal são operações de busca e apreensão, uma vez que não há flagrante. O investigado portando esse tipo de conteúdo não comete crime no Brasil, ele só comete se ele publicar, distribuir, apresentar esse conteúdo de alguma forma, ou seja, se ele repassar esse conteúdo. Se ele, meramente, consumir, manter em seus arquivos isso ainda não configura crime no Brasil, de modo que o ônus da prova recai sobre a polícia, ou seja, os computadores apreendidos, as mídias apreendidas na Operação Carrossel e também na Operação Azahar em 2006 essas mídias e esses computadores terão de ser periciados e caberá à perícia o ônus de provar que aquele conteúdo foi repassado, que aquele conteúdo foi distribuído, de alguma forma. Caso a perícia não consiga comprovar essa distribuição por meio do laudo pericial, de acordo a Legislação Brasileira, esse conteúdo, por mais absurdo que seja, terá que ser devolvido a seus donos, porque é um fato atípico não previsto na legislação em vigor.

Em 2006 foi feito um estudo internacional que contou com a participação de 46 países e de instituições como a Interpol e muitas embaixadas e representações diplomáticas que procurou mapear as principais lacunas existentes na legislação desses países, no que se refere à pornografia infantil na Internet, e o Brasil não preenche os chamados cinco requisitos básicos em termos legislativos para a repressão desse crime.

Dos cinco requisitos básicos o Brasil só preenche dois que é ter uma legislação específica, embora, repleta de lacunas que criminaliza a distribuição da pornografia infantil e também a previsão de o uso do computador para a distribuição desses conteúdos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os outros três?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Os outros três não há uma definição da Legislação Brasileira do que vem a ser pornografia infantil, ou seja, qual é o conceito jurídico da pornografia infantil, inexiste. A posse, a simples posse, a posse intencional não está criminalizada e também não há nenhuma lei em vigor no Brasil que regulamente a atividade dos provedores de acesso e de serviços à rede Internet e, portanto, não há obrigação legal para que essas empresas informem ao Ministério Público ou à Polícia Federal os casos de pornografia infantil reportados pelos seus usuários.

Além dessas cinco lacunas básicas, além, dessas três lacunas estruturais nós temos a ausência de tipificação para a conduta de quem fomenta a demanda desse tipo de conteúdo, ou seja, de quem consome, de quem adquire, de quem compra esse conteúdo pela Internet, de quem realiza downloads ou busca intencionalmente esse tipo de conteúdo.

E, tampouco, inexiste na Legislação Brasileira previsão legal que estabeleça algum critério de responsabilização, ainda que civil ou administrativa, para as instituições financeiras que realizam, que fazem a intermediação financeira entre comprador e vendedor de pornografia infantil pela Internet.

Nos Estados Unidos, como eu mencionei anteriormente, existe uma coalizão formada e acordos formais já estabelecidos que prevêem, por exemplo, o

cancelamento unilateral do cartão de crédito daquele usuário que utiliza o seu cartão de crédito para comprar pornografia infantil por meio de Internet. E também existe uma previsão para que a empresa, a bandeira do cartão de crédito, a empresa responsável pelo cartão forneça, notifique a polícia acerca daquela transação financeira ilegal, aquela transação financeira que teve como principal objetivo adquirir pornografia infantil por meio da Internet e, portanto, fomentar a demanda desse tipo de conteúdo.

E como nós sabemos, pela lei da oferta e da demanda, sempre que existe demanda vai existir oferta e a oferta, nesse caso, implica no abuso e na exploração sexual de mais e mais crianças para que mais e mais fotos e vídeos sejam produzidos para que sejam comercializados em, aproximadamente, 3.200 sites comerciais que vendem pornografia infantil por meio da Internet.

Nós temos um mapeamento da evolução desses portais. Essa é uma representação visual da nossa base de dados com informações georeferenciadas produzidas a partir dos dados de IP e de Rueis(F) dos servidores que estão sendo utilizados para hospedar páginas da pornografia infantil e de crimes de ódio.

Aqui, Sras. e Srs., existe uma dificuldade legislativa em relação, principalmente, à Holanda, uma vez que na Holanda a idade de consentimento para a prática de ato sexual, perdão, para registro de ato sexual é de treze anos. Então esses pontos em vermelho remetem a portais, na maioria dos casos, portais comerciais que estão vendendo fotos e vídeos de crianças, de adolescentes de treze anos em diante em cenas de atos sexuais explícitos ou cenas pornográficas.

Esse conteúdo é crime no Brasil e é crime na maior parte do mundo, mas na Holanda não é. Então, lá só é crime se a imagem representar uma criança de menos de treze anos de idade. Se essa criança tiver mais de treze anos, de acordo com a lei holandesa, não há crime e, portanto, a Holanda se transformou em um reduto para sites de... Sim uma espécie de paraíso, um reduto de sites...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas ainda assim a gente vê que foi divulgada uma operação na segunda-feira que teria acontecido semana passada envolvendo também a Holanda, com a prisão de diversos pedófilos.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim, de fato. Esses sites aqui a maioria são sites que vendem conteúdo de adolescentes de treze anos em diante. Mas é evidente que há também muito conteúdo relacionado a crianças com menos de treze anos de idade.

E nesses casos, de acordo com a legislação holandesa, é crime. O fato é que pelo fato desse conteúdo estar disponível para qualquer pessoa, esse conteúdo está sendo acessado pelos usuários brasileiros e os usuários brasileiros denunciam esses sites e nós não podemos fazer absolutamente nada, uma vez que não é crime na Holanda.

Há uma forte concentração nos Estados Unidos...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Thiago, então eles aproveitam o fato da idade média ser treze anos e mesmo assim eles abusam da faixa etária e entram crianças com idade menor.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Com dez, com onze, com doze, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E pelo fato de estar limitado a treze é que gera dificuldade?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim, pelo seguinte, a dificuldade é parecida com a nossa no Brasil. Uma foto, um vídeo, uma fotografia de uma criança de dez anos de idade sendo em cena pornográfica ou de sexo explícito ela é uma foto inequívoca. Você olha a foto e, claramente, você percebe que se trata de uma criança, o mesmo não acontece quando essa foto envolve uma adolescente de 17 anos. Existe uma zona cinzenta entre os 14 aos 18 em que fica difícil afirmar que aquela vítima se trata de uma adolescente, ou seja, que ela tem 16 anos e não 18.

Nesse caso seria necessário identificar a vítima para poder comprovar a sua idade. E como o processo de identificação dessas vítimas ainda é muito incipiente o que acontece é que esses inquéritos são arquivados, isso não Brasil e também na Holanda. O problema é que a nossa zona cinzenta, a nossa faixa de dúvida é entre os 14 e os 18 e na Holanda é entre os 10 e os 13.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os delegados da Polícia Federal que nós ouvimos aqui Dr. Thiago chegam a sugerir que nós possamos criminalizar duas condutas, a primeira em que mesmo a pessoa adulta ou fora da faixa, digamos, que a Justiça pode lhe alcançar, mas que tenha toda a caracterização de criança ou pré-adolescente corpo, vestimenta, ou seja, para alimentar a tara, que isso seja criminalizado.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E mesmo o que eles chamam de...

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Pornografia infantil simulada.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou imagens realísticas, tão aperfeiçoadas dão até a impressão de que são reais.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim. Uso de computação gráfica.

SR. RELATOR SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então eles sugerem que esta atitude também seja criminalizada.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: E nós também concordamos, o uso da computação gráfica para criar imagens--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quase que reais.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: --Quase que reais já é criminalizada na Austrália, por exemplo. O Reino Unido está fazendo essa discussão nesse momento e a legislação inglesa, por exemplo, já criminaliza a conduta de quem...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sa. tem catalogado todo esse material para que nós possamos fazer um estudo da legislação comparada?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim, temos tudo isso.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Seria possível nos repassar e já nos facilitaria esse trabalho.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sem dúvida. Boa parte desse material consta da apresentação e também desses relatórios que eu já trouxe e disponibilizo para a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes, hoje o Delegado Felipe...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nós temos uma informação, depois nós queremos passar para V.Sa, porque nós temos uma legislação, talvez não seja completa, mas como ela se originou aqui na CPI da Exploração Sexual Infanto-Juvenil ela criminaliza, de certa forma, a conduta. Ela saiu daqui, foi para a Câmara, voltou e já está com o parecer favorável da Relatora, ou seja, se nós apressarmos, ainda que não seja a perfeição, nós podemos deixar a perfeição para o decorrer... Mas se nós apressarmos poderíamos ter aí, digamos, dentro de um mês, no máximo, porque vai para o Presidente da República a criminalização dessas condutas. Porque diz o art. 241 passa a ser "apresentar, portar, fotografar, filmar, produzir, comprar, vender, fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, inclusive, rede mundial de computadores, Internet cenas de sexo explicito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente". Quer dizer, é claro que até pelo que nós discutimos é muito mais amplo, mas eu acho que assim acudiria, imediatamente, e, principalmente, as necessidades que tem V.Sa, o Brasil, a Polícia Federal.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: V.Exa está correto. Eu chamaria atenção apenas para o fato de que é necessário quando se inclui a posse como crime é necessário que haja uma previsão de excludência de ilicitude para os provedores que são obrigados a armazenar esse conteúdo para que possa ser utilizado na instrução do inquérito ou do procedimento de investigação criminal e também os canais de denúncia que acessam o conteúdo e redigem as notícias crime.

Essa previsão, Senador Demóstenes, está incluída nessa... Eu chamo atenção na apresentação para essa previsão, uma vez que criminalizada a posse a conduta de quem preserva a prova para fornecê-la mediante uma ordem judicial pode estar incluída, pode se caracterizar como crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O que eu queria colocar, Thiago, é que hoje num encontro com o Ministro Tarso Genro, o Dr. Felipe deu um relatório ao Ministro que ele com um grupo da Polícia Federal ele estava vindo de uma reunião de estudo e estudando as legislações e fazendo um processo comparativo que o Dr. Thiago também disse que já tem esse estudo desse processo comparativo que V.Exa fala desse material comparando e adequando a nossa realidade.

Eu acho que os estudos da Polícia Federal quando esse grupo sentar aqui com os estudos, já que o Dr. Thiago tem pronto, se couber aqui uma Emenda de Redação e até meu raciocínio, eu não sei se há algum regimentalista da Casa pode nos ajudar, porque se o projeto nasceu aqui e foi para a Câmara e o final, a morte dele é aqui, então eu acho que cabe emenda, ele não cabe emenda se tivesse que voltar para a Câmara.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, ele, regimentalmente, ele já saiu daqui foi alterado. Nós podemos voltar à redação original do Senado ou manter a redação da Câmara, ou mesclar as duas redações, desde que isso não fique uma mistura de jacaré com cobra, que seja compatível. Agora dar uma nova redação aqui materialmente, modificar nós não podemos. Por isso que eu pergunto, talvez nós consigamos fazer essa ressalva para definir o que venha a ser posse, como emenda de redação, talvez... Basta lembrar o seguinte, eu dou var um exemplo, na lei que despenalizou o uso da droga, então ficou ali evidente não tinha mais uma pena de prisão, embora todos nós concordemos e até juízes

vêem aplicando sistematicamente a interdição de fim de semana, freqüência...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas em algum momento se o condenado se recusar a cumprir, se o juiz não tiver a pena de prisão ainda como último elemento, simplesmente a pena fica sendo facultativa e foi exatamente o que aconteceu. Eu apresentei uma emenda, considerada Emenda de Redação para deixar claro que o sistema penal brasileiro em todos eles há uma pena privativa de todos os crimes, há uma pena privativa de liberdade ainda que para ser utilizada remotamente. Mas a nossa mesa aqui não aceitou dizendo que alterava o mérito, inclusive, porque estipulava pena e encaminhou ao Presidente da República sem a emenda, porque considerou que feriu, inclusive, a Constituição Federal, as leis que regulam a matéria e tudo o mais.

Então, como já saiu do Senado, a Casa já apreciou, como já saiu da Câmara, a Casa já apreciou, voltou para o Senado porque a Câmara modificou o texto do Senado, então agora nós podemos voltar o texto do Senado, manter o da Câmara e se houver compatibilidade entre as duas redações tentar ajustar. Caso contrário, nós podemos apresentar também uma Emenda de Redação, talvez essa só para considerar o que é portar porque V.Sa explica bem, por exemplo, a instituição a que V.Exa pertence...

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: [Ininteligível].

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então ter a posse disso é crime? Ou os sites podem até, os provedores podem até se escusar e falar: "não, mas a lei disse que portar é crime, então apaga tudo".

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Eu não posso preservar a prova.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Então talvez seja o caso de nós aprovarmos aqui uma Emenda de Redação para dizer que nesses casos não se configura o crime tal, talvez. Então veja só a dificuldade de...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas como nós vamos ter um grupo, de fato, estudando aqui. Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não. Eu queria só expressar o meu contentamento com a iniciativa do Senador Demóstenes porque antes de vir para essa audiência eu tive o prazer de receber lá no meu gabinete uma senhora representante de uma organização também que há mais de dez anos está envolvida na luta contra todo esse tipo de crime. O encontro, por sinal, foi sugerido por uma querida amiga que é jornalista que me falou que a conversa com essa senhora seria muito esclarecedora, porque havia uma preocupação, viu Senador Demóstenes, havia uma preocupação, tem uma preocupação aí fora de que a CPI teria adotado um caráter muito voltado para atividade policial, digamos assim. E eu tive a sorte hoje de desfazer na cabeça dessa senhora que não estava com o espírito pré-concebido com nenhum preconceito, mas tinha apenas uma preocupação. Eu disse para ela: "olha, a CPI é um hospital que está sendo inaugurado por intermédio do seu pronto-socorro". A imagem que eu construí para ela. A CPI é um hospital grande e foi inaugurado, por ora, o seu pronto-socorro. O que é o pronto-socorro? É a atuação emergencial que precisamos adotar com vistas a... Disse até a lá: "olha, o que nos move não é a raiva, o ódio ao pedófilo, ao criminoso, não, é o amor às nossas crianças e aos nossos adolescentes. E elas precisam que nós tomemos atitudes emergenciais". Levei a ela uma outra imagem também que construí, a CPI, nesse primeiro momento, tem que funcionar, por exemplo, como uma sirene de carro de polícia para esses criminosos que estão por aí prestes a cometer o delito. A sirene do carro de polícia que eu nunca entendi. Um policial uma vez me explicou: "Geraldo, a sirene é para inibir o cometimento do crime que está prestes a ser realizado". O que eu achava uma burrice, a polícia chegar com aquela sirene, aquele negócio todo, mas a partir daí eu entendi. A sirene tem esse papel de inibir, se o cara está para cometer o crime a sirene, às vezes, faz com que a coisa seja sustada, na origem.

Então eu disse para ela: "olha, a CPI é um grande hospital que, ao longo do tempo, vai inaugurando todos os seus setores, ambulatoriais e etc., nós vamos toda a sociedade envolvida com essa questão, médicos, policiais, Ministério Público, Magistratura". E eu disse pra ela: "olha, da sua ótica, do seu ponto de vista o que seria crucial como iniciativa imediata da CPI". É por isso que eu fiquei feliz da vida com a iniciativa do Senador Demóstenes porque ela me exibiu esse texto que V.Exa acabou de ler.

E para nossa alegria e eu vim hoje disposto, inclusive, a fazer o que V.Exa fez, sugerir à CPI que tomemos iniciativa de se a coisa está na Câmara que se aprove de imediato na Câmara, se tiver que voltar para o Senado que se faça. Mas nós já temos aqui alguma coisa preliminar. Como diz o Senador Demóstenes: "mesmo que precisemos aperfeiçoar posteriormente". Mas já é um instrumento importantíssimo. E veja que do ponto de vista dessa senhora isso seria uma medida de fundamental importância.

Portanto, eu repito aqui, a CPI para aqueles que imaginam que nós nos desbruçaremos e nos fixaremos unicamente na questão de entregar ao aparato

policial, instrumentos, nós não vamos ficar só aí não. Nós não vamos ficar só aí não. Nós vamos par e passo ir ouvindo os organismos, a sociedade, as instituições. Nós vamos abordar todas as questões atinentes a esse crime.

Portanto, eu quero dar os parabéns ao Senador Demóstenes pela idéia, pela iniciativa de a gente provocar, de imediato, a aprovação disso, que está já em tramitação, foi fruto de um trabalho de uma outra CPI que ainda relutamos em tornar lei, em tornar uma norma a ser cumprida. Que da forma como está, talvez carecendo até de um aperfeiçoamento já um instrumento precioso e muito útil para o combate a esse crime, para a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu sei, realmente, que com a boa intenção e com que temos esse grupo, que temos com essa legislação estudava nós vamos chegar a bom termo. E queira a Deus que a gente conversando com o Presidente Garibaldi, a gente consiga já de imediato.

Eu quero sugerir que nós tragamos a essa CPI o Líder do Governo aqui, o Líder do Governo na Câmara até porque eu já falei com todos os líderes e eu vou pedir hoje para o Presidente Lula nos receber, porque não adianta nós darmos celeridade aqui e na Câmara e votarmos e a lei não ser sancionada. E eu, tenho certeza, que com a sensibilidade do Presidente, com a luta colocada pela sociedade, com a nossa ânsia de querer fazer e dar respostas imediatas como uma coisa que é um pronto-socorro, que V.Exa colocou, eu tenho certeza que o Presidente da República ouvirá e nós devemos ir lá para colocar dessa forma.

Eu vou buscar essa audiência com o Presidente rapidamente para que ele nos dê garantia pública de que ao ser votado, imediatamente, cada lei será sancionada e nós começamos a entregar rapidamente esses instrumentos à sociedade. Não adianta dar celeridade aqui sem estar sancionado, não vai virar lei nunca.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Magno Malta e Senador Demóstenes eu queria deixar aqui também como sugestão, já que nós estamos dispostos aqui a ouvir a todos. Eu acho que um setor que lida com isso de diversas formas, às vezes, até na ponta da forma mais dramática possível que é cobrindo a evidência do crime. Eu queria sugerir que no nosso calendário que nós abríssemos espaço para ouvir setores da mídia brasileira, que tem, possivelmente, informações, que tem contribuições a prestar ao funcionamento dessa CPI. Na hora devida eu gostaria de voltar a essa questão porque eu acho fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu sugiro a V.Exa. que formalize isso, formalizando nós aprovamos e fica aprovado aqui.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Vamos formalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque o debate já está tão colocado, viu Thiago, mas você continua com a palavra.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Muito obrigado, Presidente.

Então eu já estou caminhando para a minha conclusão, evidente, que esse estudo já realizado por nós fica como contribuição aos trabalhos da CPI. No nosso entendimento é necessário, conforme mencionou o Senador Demóstenes, é necessário também adequar o tipo penal em relação à materialidade do conteúdo, ou seja, na descrição do que venha a ser o conceito jurídico de pornografia infantil, é necessário discutir a questão da pornografia infantil simulada e a questão do uso de técnicas de computação gráfica para criar imagens que representem crianças ou adolescentes em contexto pornográfico, ou sexual.

Então nós dissemos aqui que seja levada em consideração e que essa previsão legal é de extrema importância, uma vez que a sanção penal, não poderá depender da prova acerca da existência real da criança ou adolescente presente na imagem, ou seja, existem casos, principalmente, os casos situados nessa zona cinzenta entre os 14 e 18 anos que ficam, irremediavelmente, impunes porque a única forma do caracterizar o crime seria localizar a vítima e comprovar a sua menor idade.

A chamada child the rost(F), que consiste em representações gráficas envolvendo crianças e adolescentes em atividades sexuais ou as que representam em contextos voltados para a exploração sexual infanto-juvenil também deve ser discutida com o objetivo de inclui-la no tipo penal. Também é necessário deixar explicito que pornografia infantil independente do meio, ou seja, distribuir, ou publicar, ou produzir, ou portar esse conteúdo, independentemente, do meio utilizado, incluindo redes de telefonia celular, salas de bate-papo, fóruns eletrônicos, serviços de mensageiros instantâneos, ou seja, independente do meio utilizado é necessário tipificar essa conduta.

Em relação à ação penal e à competência jurisdicional é fundamental que haja uma previsão legal nesse sentido por quê? Porque atualmente a Jurisprudência é conflitante. Recentemente, do dia 10 de março de 2008 o Superior Tribunal de Justiça editou um acórdão entendendo que a competência para julgar esse crime, o crime do 241 do Estatuto da Criança

e do Adolescente é da Justiça Estadual declinando, portanto, a competência da Justiça Federal.

Esse entendimento do STJ é conflitante com o entendimento de quatro Tribunais Regionais Federais e do próprio Supremo Tribunal Federal e de uma outra turma do próprio STJ. E não há uma definição legal clara acerca disso. Então a interpretação pode ser suscetível a divergências, é necessário clarificar esse aspecto. Também é necessário incluir algumas mudanças no procedimento investigatório e adequá-lo à convenção do cyber crime do Conselho da Europa.

A previsão legal para provedores e canais de denúncia, eu já mencionei, esse ponto merece especial atenção, uma vez a previsão no texto legal de uma excludência de ilicitude em relação à preservação de provas e evidências pelos provedores e canais de denúncias. O provável sujeito ativo do crime não poderá ser considerado culpado se provar que foi necessário armazenar as imagens para propósitos de investigação criminal. Esse dispositivo visa legitimar e proteger as equipes de suporte e atendimento dos provedores de conteúdo, bem como, o trabalho dos canais de denúncia. No momento em que a posse de conteúdo referente à pornografia infantil passa a constituir crime torna-se necessário revestir de legalidade a atividade dos provedores de conteúdo e dos canais de denúncia, caso contrário, esses estariam, eventualmente, cometendo crime ao receber, processar e encaminhar as denúncias recebidas.

Então isso vale, não só para centenas de canais de denúncias estatais e não estatais, e não governamentais, e também para os provedores que são demandados a preservar essas provas e fornece-las mediante uma ordem judicial. Caso não haja essa previsão legal o provedor simplesmente pode se recusar a preservar sob a alegação de estar cometendo o crime.

A pena também pode ser aumentada caso seja utilizada criança, nas cenas, portadora de deficiência física, se o conteúdo for distribuído com o fim de obter lucro, isso já está previsto no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou se esse conteúdo for distribuído via e-mail não solicitado, ou seja, o spam, ou com o intuito de promover sítios ou endereços eletrônicos com o conteúdo de pornografia infantil disponíveis na Internet.

Outras medidas que podem ser consideradas seria de tornar obrigatório por parte das empresas de revelação de filme fotográfico, ou seja, das câmeras digitais e também das empresas que prestam serviços de assistência técnica especializada, de comunicar ás autoridades competentes acerca da existência de imagens de pornografia infanto-juvenil nos equipamentos dos seus clientes.

Isso é muito comum, hoje com o uso intensivo das câmeras digitais o sujeito pode produzir umas fotos e levar essas fotos para revelar, fotos de crianças sendo abusadas e levar essas fotos para serem reveladas. Então seria o caso de haver uma previsão legal que obrigasse as empresas que prestam esse tipo de serviço, ou seja, serviço de revelação de fotos ou assistência técnica na área de computadores, de câmeras digitais para, caso recebam, um equipamento contendo esse tipo de imagem que comunique imediatamente à polícia. Bem como tornar obrigatória da distribuição de cartilhas e informações educativas juntamente com o manual de equipamentos digitais. Promover a implementação de mecanismos de identificação das crianças e adolescentes vitimizados nas imagens e a posterior assistência às vítimas. Nesse ponto específico existem duas experiências internacionais de extremo sucesso uma é do Reino Unido e a outra é da Interpol com sede em Lyon na França que tem sistemas avançados de identificação das vítimas, das crianças e adolescentes vitimizadas nessas imagens que circulam na internet.

Também imputar responsabilidade criminal ao indivíduo que se vale de técnicas criptográficas para ocultar ou frustrar a coleta e conhecimento das prováveis evidências do crime de pornografia infantil. Isso é fundamental, uma vez que a tendência é a utilização desse tipo de tecnologia para cifrar o conteúdo e impedir que pessoas não autorizadas pelo criminoso tenham acesso àquele conteúdo. E essas técnicas criptográficas permitem que esse conteúdo seja cifrado e, matematicamente, é impossível você decifrá-lo com os recursos computacionais disponíveis atualmente. Então é necessário que haja uma previsão legal para prever esse tipo de situação.

No tocante à legislação referente aos provedores e acesso de conteúdo sugerimos que seja levada em consideração a necessidade de, em primeiro lugar, definir juridicamente o que vem a ser um provedor de acesso, o que vem a ser um provedor de conteúdo, o que vem a ser um provedor de serviços, o que vem a ser um provedor de informação. É necessário também criar um cadastro nacional de provedores. Inexiste no Brasil essa informação. Se V.Exas quiserem saber quantos provedores existem no Distrito Federal ou nos seus respectivos Estados essa informação não está disponível porque ela não está organizada e sistematizada. Então isso dificulta também o trabalho de investigação policial.

Então criar e implementar um Código de Ética e conduta para os provedores, promover a regulação das atividades dos chamados cyber cafés. Foi publicada uma pesquisa, Sr. Presidente, no dia 14 de março des-

se ano que revelou que 49% dos acessos à Internet no Brasil são feitos a partir de centros públicos de acesso pago, ou seja, lan houses, cyber cafés, telecentros, infocentros, ou seja, fora das residências e fora das empresas locais de trabalho, 49% dos acessos. Na faixa etária de 10 a 15 anos 78% dos usuários de Internet de 10 a 15 anos do Brasil acessam a rede através de centros públicos de acesso pagos, ou seja, lan houses, cyber cafés, telecentros e infocentros e, evidentemente, que não há nenhum tipo de regulamentação desses serviços no Brasil. Existe um vácuo Legislativo no que se refere à regulamentação dos provedores de acesso e serviço à rede de Internet.

É necessário implementar mecanismos para preservação dos registros de conexão nos provedores de acesso, bem como, os logs de acesso aos serviços interativos prestados pelos provedores de conteúdo e/ou serviços no Brasil. Determinar um prazo razoável para a manutenção desses registros. Está se construindo um consenso mundial em torno do prazo de dois anos, esse já é um consenso na Europa. E a tendência é que esse prazo seja estabelecido como um prazo consensual no plano internacional.

Também sugerimos que seja levada em consideração a necessidade de determinar as condições para o fornecimento desses dados e explicitar que todas as conexões realizadas a partir do território brasileiro obedecem à lei brasileira em detrimento de qualquer outra, isso é absolutamente fundamental uma vez que para afastar o conflito de jurisdição e o potencial conflito de legislação aplicável que é a razão fundamental pela qual os milhares de crimes praticados no serviço ORKUT continuam impunes, uma vez que a empresa alega que a legislação aplicável é a legislação norte-americana e a jurisdição competente é a jurisdição norte-americana e não a jurisdição e a legislação brasileiras, ou seja, jurisdição para processar e julgar crimes praticados no Brasil por brasileiros e contra brasileiros seria a norte-americana é não a brasileira. E essa questão jurídica se arrasta há três anos, o que implicou na impunidade, na garantia de impunidade de milhares de crimes que foram e continuam sendo praticados.

As sanções devem ser de natureza penal civil e administrativa a depender do bem jurídico violado. Também sugerimos que seja criado um órgão no âmbito do Poder Executivo Federal para regulamentar e fiscalizar as medidas propostas, esse órgão pode ser a Anatel, pode ser o Comitê Gestor ou um Conselho específico a ser criado com essa finalidade. Também sugerimos a criação de instrumentos de denúncia e moderação à obrigação dos provedores comunicarem às autoridades competentes os casos de pornografia infantil e crimes de ódio denunciados, a implementação de ferramenta para denúncia de usuários direcionados a um canal de denúncias nacional, desenvolver mecanismos de moderação humana nos serviços interativos destinados a crianças e adolescentes em conformidade com o guia de boas práticas do Ministério do Interior Britânico.

E eu tenho esse guia aqui na minha pasta, é um estudo liderado pelo Ministério do Interior Britânico com uma série de recomendações para os provedores que prestam serviços interativos destinados a crianças e adolescentes. Existe uma Comissão federal criada em março de 2001, no Reino Unido liderado pelo Ministério do Interior pelo Home Office Britânico e que integra provedores ONGs, polícia, Parlamentares e essa Comissão discute essas questões e pública uma série de guias de boas práticas e recomendações e são, sem dúvida nenhuma, um valioso subsídio para os trabalhos desta Comissão.

A responsabilidade civil e criminal dos provedores. Essa recomendação é baseada na legislação inglesa em vigor que diz que o provedor não será responsabilizado civil ou criminalmente, caso não tenha dado início à transmissão, não tenha selecionado receptor da transmissão, não tenha selecionado ou modificado o conteúdo da transmissão pelo armazenamento temporário sem ciência do conteúdo ilícito, não tenha conhecimento do conteúdo ilícito e tomando o conhecimento do conteúdo ilícito haja, imediatamente, para desabilitar o acesso a tal informação. Sigilo das informações pessoais. É necessário respeitar o sigilo dos usuários e das informações que são armazenadas e, posteriormente, fornecidas mediante ordem judicial, elaborar normas sobre a privacidade dos usuários e proteção dos dados pessoais coletados pelos provedores, conforme previsão da diretiva de proteção de dados pessoais da União Européia que é uma legislação que já existe há treze anos e vem sendo aperfeiçoada e já foi testada com grande sucesso na Europa.

E, por fim, outras medidas que passam pela obrigatoriedade de veiculação de mensagens educativas e da presença de moderadores em sala de bate-papos destinadas a crianças, a implementação de mecanismos que promovam a maior participação da iniciativa privada nas ações de enfrentamento e proliferação da pornografia infanto-juvenil na Internet, incluindo provedores, operadores de cartão de crédito, telefonia celular, e motores de busca. E no que se refere aos incisos II e III do art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente é necessário incluir a previsão legal, segundo a qual o provedor só poderá ser punido caso tenha ciência do material que transporta ou hospeda. Isso porque de acordo com a versão atual há uma brecha para que o provedor seja responsabilizado independentemente de

prévia ciência de que aquele conteúdo está hospedado ou está sendo transportado pelas suas redes.

E, por fim, no tocante à legislação referente ao assédio sexual de crianças e adolescentes viam na Internet sugerimos que seja levada em consideração as hipóteses de corromper ou facilitar a corrupção de crianças ou adolescentes na Internet, assediar ou seduzir crianças e/ou adolescentes via na Internet e onde se lê Internet leia-se qualquer tipo de comunicação independente do meio utilizado incluindo a rede mundial de computadores, telefonia celular, sala de bate-papo, fóruns eletrônicos, serviços de mensagens instantâneas ou quaisquer outros sistemas de compartilhamento de informações.

Um alerta que considero necessário é que devido à natureza transnacional da rede nós devemos sempre avaliar a eficácia das medidas propostas e ponderar as eventuais colisões com outros direitos humanos fundamentais. Notadamente os direitos à privacidade, intimidade, liberdade de acesso à informação, opinião e expressão. E isso se deve em razão de que, às vezes, para proteger um direito nós acabamos violando outro direito e é necessário buscar esse equilíbrio.

Essa é a inicial de um pedido de providências que nós protocolamos no dia 21 de março de 2006 endereçado ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana Ministro Paulo da Tarso Vannuchi. E naquela ocasião nós pedimos providências em relação ao avanço da utilização da Internet no Brasil para a prática de crimes relacionados à pornografia infantil e ódio.

E como resultado desse pedido de providências o Ministro convocou um grupo de trabalho que foi coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e foi integrado pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, pela UNESCO, pela UNICEF, pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, pela USAID(F) que é a Embaixada Americana, pelos Ministérios de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, Justiça e Ciência e Tecnologia, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, pela Associação Brasileira dos Provedores de Acesso e Serviços da Rede à Internet e por nós da SaferNet. Esse grupo tinha como alguns objetos chave definir atribuições específicas, ou seja, quem investiga o quê? Evitar multiplicação de investigações sobre o mesmo fato. Isso, infelizmente, ainda é muito comum no Brasil. Procedimentos instaurados simultaneamente por diversos órgãos e, portanto, investigações paralelas que geram demandas judiciais paralelas, que geram diligências paralelas e que só dificultam a persecução penal. Garantir a celeridade e a eficácia nas investigações, assegurar a integração entre os órgãos e as instituições envolvidas, aproveitar a base existente, aprimorar as técnicas de investigação, especializar órgãos e agentes e obter um maior envolvimento do comitê gestor e dos provedores do acesso e serviços.

Esse grupo se reuniu em 2006, foram cinco reuniões e ao final dos trabalhos, em novembro de 2006, foi elaborada uma minuta de um plano nacional de combate e prevenção à pornografia infantil e ao abuso on-line. A minuta desse plano está estruturada nesses seis eixos de atenção à vítima, prevenção, protagonismo juvenil, defesa e responsabilização, articulação e mobilização e análise da situação, infelizmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sa. tem a minuta desse....

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Poderia nos deixar também?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sem dúvida. Infelizmente, Senador Demóstenes, a minuta do plano foi concluída em novembro de 2006 e de lá para cá nada se avançou. Eu desconheço as razões, não sei por qual razão o plano foi engavetado e nenhuma das ações planejadas e previstas nesse plano saiu do papel, e nenhuma política pública no Brasil foi implementada nessa área.

Infelizmente, o investimento do Governo Brasileiro em políticas públicas na área de prevenção e repressão a crimes cibernéticos contra os direitos humanos, particularmente, a questão da pornografia infantil no Brasil é zero. E essa é uma afirmação que eu estou fazendo com base nos trabalhos que acompanho e do envolvimento que tenho nesses grupos de trabalho desde 2005.

Não há um avanço em termos práticos na implementação de políticas públicas que tenham como objetivo prevenir e reprimir os crimes cibernéticos contra os direitos humanos. Há, sim, uma preocupação governamental no sentido de estabelecer políticas públicas para aumentar o acesso à Internet. E existem políticas extremamente bem sucedidas nesse sentido o que é muito louvável. Políticas que tem como objetivo ampliar o acesso da população à Internet e diminuir o foço digital, diminuir a exclusão digital. Isso é extremamente louvável, o problema é que essas políticas não são acompanhadas de outras políticas para assegurar a segurança dos usuários de Internet, para qualificar esse acesso e para dar um mínimo de segurança à sociedade em relação à utilização desta rede que é absolutamente fantástica, mas que como toda tecnologia é utilizada para o bem e também para a mal. E é

com esse pensamento que eu me remeto ao Marques de Beccaria quando ele disse em 1764, há 244 anos, ele dizia que é melhor prevenir os crimes do que ter que puni-los. E o meio mais seguro, mas, ao menos tempo, mais difícil de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal é aperfeiçoar a educação. Nós temos feito a nossa parte. Elaboramos uma cartilha de orientação para pais e jovens que está publicamente disponível na Internet para download e pedimos ajuda no sentido de divulgar o endereço para que os pais possam baixar esse arquivo, imprimir, distribuir esse arquivo e fazer com que essa informação circule e dissemine na sociedade.

Eu fico por aqui agradecendo imensamente a oportunidade e parabenizando o Senador Magno Malta, o Senador Demóstenes, o Senador Romeu Tuma, o Senador Geraldo Mesquita, o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Marcelo Crivella, o Senador Paim, Zambiasi por terem tido a coragem e a iniciativa de propor uma CPI sobre esse tema que, por si só, já tem o mérito de colocar o assunto em discussão na sociedade brasileira e propor medidas legislativas e operacionais para que a gente possa ter um ambiente de Internet mais seguro em defesa dos direitos e da proteção das nossas crianças. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero agradecer ao Thiago e dizer da importância da vinda dele aqui, dizer que a vinda dele já foi uma contribuição da mídia, viu Senador Geraldo. Ele foi convidado por orientação da mídia. A Cristina que o convidou.

Eu me lembro que nós prendemos Hildebrando Pascoal no Acre, e eu queria aqui, não sei onde ela anda, mas a jornalista Mônica Torres que dois anos ficou no Acre o monitorando como correspondente do Globo numa época extremamente criminosa e medrosa da sociedade que era amedrontada de toda ordem, V.Exas de lá sabem e a importância daquela jornalista, que quando eu fiz a última prisão, três horas da manhã do Sargento, o operador dos crimes que está preso até hoje, e quando o povo iniciou cantar o Hino Nacional três horas da manhã, aquela jornalista franzina, pequenininha num canto assim na Assembléia Legislativa foi escorregando as costas na parede, caiu sentada assim no chão com a caneta na mão e chorava compulsivamente e todas as informações que tínhamos naquele momento era da jornalista Mônica torres.

Então V.Exa, realmente, foi feliz porque nós temos jornalistas de muita responsabilidade nesse País ainda, temos aqueles que ainda não têm compromisso com a honra alheia, mas temos alguns de muita responsabilidade. E aí eu quero agradecer a Cristina a sugestão quando me trouxe aqui o Thiago. E sei, Thiago, que a sua participação conosco e essa CPI não durará só quatro meses, nós vamos renovar o prazo dela, o prazo que a sociedade requerer para que nós continuemos com ela, nós vamos continuar.

Eu vou passar a palavra ao Relator. Eu fiz as minhas anotações aqui também, algumas coisas, já entrei na conversa, certamente, falarei no final, mas o Senador Demóstenes e o Senador Geraldo Mesquita, em seguida, tem a palavra para que a gente possa debater desse riqueza de material que você trouxe aqui. Parece que alguma assim pronta e daquilo que a gente sonha de poder aprovar aqui e aprovaremos, sem dúvida alguma, com a ajuda de Deus, juntando com aqueles outros que virão para contribuir e aqueles outros que ainda têm para vir e contribuir. A gente vai passar a palavra ao Relator Senador Demóstenes.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente e Sr. Senador eu perguntaria ao Dr. Thiago, obviamente, o que V.Sa disse foi absolutamente auto-explicativo, mas só para reforçar alguma coisa. Eu lhe perguntaria: desses levantamentos feitos pela SaferNet e remetidos ao Ministério Público quais ou qual o percentual que logrou uma efetiva apuração e punição dos delinqüentes?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Eu não tenho os números precisos, eu teria que consultar o Ministério Público Federal. Mas eu posso afirmar que o número é muito baixo, principalmente em relação da falta de colaboração dos provedores de acesso de serviços à Internet. Notadamente, a empresa Google, que durante muito tempo se recusou a cumprir à Legislação Brasileira, e se recusou, inclusive, a cumprir ordens judiciais emanadas do Poder Judiciário Brasileiro alegando conflito de jurisdições e conflito de leis com a legislação norte-americana.

Segundo informações extra-oficiais de membros do grupo de combate a crimes cibernéticos do Ministério Público Federal de São Paulo, cerca de 50% das investigações são arquivadas por falta de indícios de autoria, ou seja, não se consegue chegar até o autor do crime. E, muitas vezes, isso acontece porque não há colaboração dos provedores de acesso e de serviços, isso foi também constatado pela Operação Carrossel que teve uma grande dificuldade em conseguir logs e informações junto a algumas operadoras de telefonia. E acredito que esse relato já tenha sido feito pelos delegados que atuaram no caso.

Em relação às denúncias que nós encaminhamos somam mais de 400 investigações que foram instauradas só no Estado de São Paulo. E eu não tenho conhecimento de nenhuma prisão realizada até agora a partir das notícias crime e das mais de seis mil páginas de relatórios que nós produzimos e enca-

minhamos. Quero ressaltar que esse baixo resultado não se deve à atuação do Ministério Público, mas sim à dificuldade na obtenção de provas...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: E de indícios de autoria.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até da tipificação dos delitos.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Os provedores, especialmente, a Google não contribuindo para que as informações não cheguem a tempo para caracterização do delito, eu compreendo bem isso, a Polícia Federal também fez a mesma reclamação nesse sentido. Mesmo depois que a Google se transformou em ré na ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal em São Paulo ela não mudou a sua atitude? Nem aí a Google se dispôs a sentar para um entendimento ou algo semelhante?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: A ação civil pública foi proposta em agosto de 2006 e a empresa anunciou uma mudança de postura apenas em setembro de 2007. E a mudança de postura consiste em cumprir as ordens judiciais emanadas dos juízos federais do Poder Judiciário Brasileiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas voluntariamente não se dispõe a colaborar?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Mediante ordem judicial eles estão fornecendo os dados, mas o problema é que há uma dificuldade em relação à obtenção das imagens de pornografia infantil, uma vez que as páginas do ORKUT, os servidores do ORKUT estão localizados geograficamente nos Estados Unidos e a empresa alega que a legislação norte-americana impede que as imagens sejam enviadas dos Estados Unidos para o Brasil, ou seja, a empresa alega que está a impossibilidade de fornecer as imagens, preservar e fornecer as imagens de pornografia infantil na Internet, nos casos do ORKUt e com isso...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que é até muito difícil porque a legislação Americana, claro, que é estadual, mas ela é muito mais rigorosa do que a brasileira em outros aspectos e acredito que nesse mesmo aspecto não é?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: De acordo com a lei americana as empresas de Internet com sede nos Estados Unidos estão obrigadas, por lei, a reportar os casos de pornografia infantil para uma instituição que se chama NC MAC que é o Centro Nacional de Crianças Desaparecidas e Exploradas. E caso falhem em reportar as empresas estão sujeitas a uma multa de 50 mil dólares e em casos de reincidência 100 mil dólares e, eventualmente, continua persistindo a reincidência, até mesmo o fechamento. O problema é que os crimes praticados no ORKUT estão sendo praticados no território brasileiro por brasileiros--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: --E, muitas vezes, contra cidadãos brasileiros. E, obviamente, a legislação aplicável é a Legislação Brasileira e a jurisdição competente para processar e julgar--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É a nossa.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: --É a nossa. Mas esse não foi, durante muito tempo o entendimento da empresa, e não tem sido em relação a alguns aspectos como, por exemplo, o fornecimento das imagens necessárias à comprovação da materialidade do crime. Sem o acesso às imagens o Ministério Público não consegue comprovar a materialidade do crime, portanto, não consegue processar e punir os criminosos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): As empresas concorrentes da Google como a Yahoo e a Microsoft também tem tido essa posição?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Eles sempre tiveram uma postura diferenciada. No caso da Microsoft eles fornecem os logs de acessos e os logs de IP mediante uma requisição policial endereçada à Microsoft Corporation aos cuidados da Microsoft Informática Ltda.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E a legislação--

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: É a mesma.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --É a mesma. Exatamente.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: O mesmo caso vale para o Yahoo que desde o início nunca se recusou a receber essas notificações e a cumprir as ordens judiciais. Houve, como eu mencionei, uma mudança de postura da Google em setembro do ano passado, mas não há ainda um acordo formal que resolva esses conflitos judiciais e esses conflitos legais. Está em negociação um acordo, mas ainda não há conclusão.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Sa. já conseguiu levantar um perfil dos pedófilos é preocupação também da SaferNet era

só levantar ou também constituir um perfil dos pedófilos. Isso é possível?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes, antes que responda ainda sobre essa questão do Google eu queria avisar que nós mantemos todos as contatos e, num primeiro momento, para eles foram tão cheios de boa vontade, ligaram para cá e nós marcamos uma reunião informal amanhã e, em seguida, viríamos para uma formal aqui para ouvi-los.

Depois já houve uma desconversa, a pessoa está nos Estados Unidos, já não podia chegar e assim tipo de conversa de bêbado para delegado. E nós não teremos mais essa conversa amanhã. Agora, a lei que vale para um vale para todos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requisita, Senador. Já aprovamos aí, é só requisitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Veja, o Código, o nosso Código Civil diz que toda empresa que põe os pés nessa terra está debaixo da lei do País, nós não temos lei específica para Internet, para ORKUT, teremos, vamos ter, mas há uma lei no País que quem aqui está tem que estar debaixo dela.

Só para informar, porque eu soube que tinha um advogado sentado aí que é Google, ele não veio para dar informação, não veio nada, de repente veio para buscar alguma informação, dizer aos cidadãos que são funcionários e que representam a Google no Brasil. CPI tem poder de justiça e de polícia, senão vierem como convidados virão como convocados e se como convocados não vierem virão debaixo de vara porque a lei diz isso e nós os traremos de qualquer maneira.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perguntarei ainda, então só para se V.Sa teria já assim, basicamente, o perfil do pedófilo do Brasil?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: É possível traçar um perfil a partir das denúncias e a partir dos relatórios produzidos. Não há estudos quantitativos ou estudos mais amplos que permitam traçar cientificamente e estatisticamente esse perfil.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Com base na nossa experiência se tratam de pessoas entre 16 e 55 anos, em sua maioria, do sexo masculino em que pese haver uma incidência em menor grau do sexo feminino, são pessoas discretas e que se utilizam da Internet para tentar estabelecer uma comunicação com a criança com o objetivo de conquistar a confiança dessa criança e assediá-la e tentar um contato presencial.

Esse assédio acontece, normalmente, em salas de bate-papo, em comunicadores instantâneos e no ORKUT. Há, normalmente, um convite para que essas crianças, principalmente, os pré-adolescentes aceitem uma conversa via WebCam, ou seja, aceitem uma conversa intermediada por vídeo, por imagem e eles nunca se identificam como sendo adultos, eles nunca se apresentam como adultos, eles se apresentam como se fosse uma criança, e nos diálogos eles procuram travar diálogos como se fosse uma criança, ou seja, falam sobre jogos, falam sobre programas de TV, falam sobre assuntos de interesse da criança e se comportam como se crianças fossem. E há também o registro das imagens quando há exposição dessas pré-adolescentes na WebCam, eles estimulam essas pré-adolescentes a se exibirem na WebCam e com isso eles gravam as telas e usam essas telas, usam essas imagens depois como instrumento de chantagem para produzir mais imagens ou para forçar a vítima a um encontro presencial. São informações a partir da observação. Não há ainda estudos aprofundados sobre esse perfil no Brasil, embora, existam estudos realizados no Canadá e na Europa que são de grande valia para a CPI e um deles eu tenho aqui no meu laptop e eu, certamente, vou disponibilizar esse estudo canadense para os trabalhos de CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Exa. Muito obrigado.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero comunicar aos Srs. Senadores...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só perguntar se esse material que V.Exa nos vai repassar, especialmente, a apresentação se ele pode ser também repassado para a imprensa que pedi, acho que seria muito importante para divulgar, inclusive.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Claro. Muito obrigado. A apresentação é pública, está disponível para qualquer interessado. Esse material, especificamente--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É reservado.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: --Que eu tenho, aproximadamente, 500 páginas de relatórios. Esses relatórios são consubstanciados em casos concretos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. São reservados.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: E, portanto, são reservados, são confidenciais de uso exclusivo da CPI. E eu gostaria, por sinal, de fazer a entrega ao Exmo. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero comunicar, Senador Demóstenes, que amanhã às 16h nós teremos uma reunião com a Ministra do Supremo Ellen Gracie, já providencie, já tive a primeira palavra com o Ministro José Múcio para agendar nossa reunião com o Presidente Lula, para termos dele uma declaração pública de que de forma imediata teremos sancionadas as leis votadas aqui, os instrumentos votados aqui e, tenho certeza, que amanhã será de grande valia a nossa visita à Ministra Ellen Gracie.

Também a sugestão de V.Exa que na questão do bloqueio de cartão de crédito e no segmento das informações financeiras de quem paga e de quem recebe uma visita à FEBRABAN e a Banco Central, certamente, ao longo do curso da CPI nós o faremos no sentido de tomarmos as mesmas medidas já tomadas em outros países para podermos também termos substâncias para colaborar na elaboração desse instrumento de lei.

Eu quero agradecer ao Thiago, dizer que estamos feliz de você ter aceito o nosso convite de você permanecer conosco ao longo desse trabalho. Eu acho que você batalhou muito para que esse dia chegasse, esperou por esse dia, chegou. É meu conterrâneo lá da Bahia. Ele nasceu em Salvador e eu nasci lá em Macarani. Nós estamos nos encontrando aqui e eu fico muito feliz dessa sua dedicação. Muito obrigado pelas suas informações, obrigados pelo material. Certamente, esse material que é de uso exclusivo da CPI será bem utilizado por todos nós, bem manuseados por todos para que, ao final, nós possamos presentear às nossas crianças, à nação brasileira. Diferente do que as pessoas pensam, alguns setores pensam de que nós vamos utilizar isso aqui para fazer um palanque e acintosamente atirarmos contra a vida de pessoas inocentes, há um engano muito grande. O nosso interesse aqui são as crianças mesmo, é a família brasileira, é a preservação da honra, é a preservação das emoções de uma criança, de sua preservação psicológica, familiar e essa é a visão de todos nós, até porque todos nós que compomos essa CPI somos membros da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, todos nós que somos membros desta CPI.

Agradeço muito. Nada mais a ser tratado, encerro a presente sessão em nome de Deus. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 17h20min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2008, realizada em 3 de abril de 2008, às quinze horas, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi aprovado o Requerimento de número **023/08** – Requer sejam convocados os senhores Alexandre Hohagen, Diretor-Presidente da Google Brasil Internet Ltda. e Felix Ximenes, Diretor de Comunicações da Google Brasil Internet Ltda., para prestarem, pessoalmente, depoimento e esta CPI.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Romeu Tuma (PTB-SP)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Declaro... Havendo *quorum* regimental, declaro em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI criada para investigar a prática de crime de "pedofilia" na Internet, bem como as relações com o crime organizado. Convoco, a princípio, o Sr. Garçom, que traga um café para mim, para o Relator e para o nosso novel Senador sergipano que eu não decorei o nome ainda, Virginio, irmão de fé, que veio integrar a nossa CPI, seja bem-vindo, nós temos muito trabalho pela frente e sei que o senhor vai honrar o seu povo de Sergipe.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Sr. Relator, eu quero comunicar que ontem, depois da exposição do Dr. Thiago, por volta de dezenove e trinta, eu recebi um telefonema do ex-Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomas Bastos, que me enviou esse fax, e por ter um carinho por ele, eu tenho uma certa amizade, ele me pediu porque, naquele exato momento, ele havia sido contratado pelo Google, como advogado do Google. E ele me pediu um tempo para tomar pé da situação, por falta de conhecimento e, o meu registro a ele, é que eu estava feliz de ser ele a pessoa contratada, porque é um ex-Ministro da Justiça e sabe que qualquer empresa no Brasil precisa cumprir as ordens do país. E expliquei uma coisa que não precisava explicar para ele, que, embora nós não tenhamos leis específicas de combate ao crime na Internet, mas é preciso que se cumpra.

Assim como as outras empresas que estão, também, na Internet, digo, ao modo ao Google e outros

oferecendo os mesmos serviços, que cumprem, segundo a própria Polícia Federal e o Ministério Público, com a determinação judicial, cumpre determinação judicial e que, sabedor da necessidade de combate a esse crime, nosso ex-Ministro, certamente, vai dizer ao Google o que nós queremos. Nós não queremos que o Google vá embora, não queremos que o Google tenha uma imagem suja no Brasil, de maneira nenhuma. Nós queremos o Google como parceiro do Brasil no combate ao crime de pedofilia na Internet e que o Google seja parceiro mesmo da Justiça, seja parceiro das autoridades constituídas, seja parceiro desta CPI, quando solicitado pela Justiça. Até porque, quando uma empresa se põe à disposição, ela melhora a sua imagem, ela melhora a sua imagem.

Senador Azeredo seja bem-vindo, espero que tenha aproveitado bem o congresso e que tenha trazido subsídios para nós. Eu estou relatando aqui que eu recebi um e-mail do advogado do Google, o ex-Ministro Márcio Thomas Bastos, me pedindo um tempo, uma vez que era hoje o depoimento, quer dizer, uma Audiência Pública, por que foram convidados por nós e ontem, numa decisão deste Presidente e do Relator, decidimos convocá-los. Então, eu quero votar o Requerimento, eu gostaria de saber cadê o Requerimento, eu gostaria de saber cadê o Requerimento de convocação do Google para a próxima quarta-feira. Quero marcar. Fiz contato com o Dr. Suiama, é Sérgio Suiama, que confirmou. Marcaremos, então, para as nove horas da manhã, da quarta-feira.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Solicitaria também a V.Exª. que convocasse, Sr. Presidente, os Delegados que já vieram aqui depor, para que estivessem, também, na mesma audiência, para que nós pudéssemos cotejar as versões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quer dizer, então, vamos convidar os Srs. Delegados, que hoje são parceiros desta CPI por indicação da própria Polícia Federal, o Dr. Sobral, o Dr. Felipe, os técnicos, para que estejam conosco às nove horas da manhã, da quarta-feira.

"Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal; art. 2º, Lei 1579, de março de 52; art. 48 do Regimento Interno, o Sr. Félix Ximenes, Diretor de Comunicação da empresa Google Brasil, Internet, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número... Se tem CNPJ no Brasil, a empresa é brasileira. Sediada e tal, para prestar depoimento perante essa CPI, em data a ser designada pelo Presidente – é a data que nós vamos votar aqui, a quarta-feira – a Google Brasil, Internet, que responde pelas empresas norte-americanas *Google International*, mantenedora do site de relacionamento Orkut, foi citado pelo Dr. Carlos Eduardo Miguel Sobral, Delegado da Polícia Federal, Repressão a Crimes Cibernéticos, na Reunião. Portanto no dia nove, nove horas da manhã. De igual modo, convocamos o Dr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, presidente da SaferNet Brasil, quer dizer, convocamos não, convidamos o Thiago, em função do depoimento prestado a esta CPI, 2008, que a Google Brasil Internet, dispõe de condições técnicas para auxiliar as autoridades brasileiras. Estamos convencidos, portanto, que a mencionada empresa, por intermédio do seu Diretor de Comunicação".

Eu só gostaria, eu estou achando que está muito bonitinho, mas eu quero que esse texto diga que esta CPI dispensa que os Diretores sejam substituídos por técnicos, porque todo Diretor do Google, ninguém se torna Diretor de uma empresa como essa sem que tenha o mínimo conhecimento técnico. Então, há uma prática de que se convoca e manda-se um técnico acompanhado do advogado. E nós não queremos um técnico em informática, nós queremos, realmente, os Diretores. Nós vamos deixar votado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Representante maior na Google no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É. Esses diretores são os representantes maiores. Com citação do nome deles. A gente vai deixar aprovado e encaminhar. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu acompanhei, ainda que ausente nesse início de semana, os depoimentos, através da minha assessoria e vejo, com satisfação, que estão caminhando os depoimentos e ficando, cada vez mais claro, o que para mim já era claro antes. Que nós precisamos realmente de melhorar a legislação brasileira.

A Reunião, com a conferência realizada no Conselho da Europa, nos dias primeiro e dois, sobre os crimes cibernéticos, que é o nome que eles dão, que é um pouco mais amplo, evidentemente, mas é muito interessante ver aqui, por exemplo, um ponto que o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não prevê, lá, já está aqui, previsto nessa convenção do *Convention CyberCrime*, que possuir pornografia infantil num sistema de computador ou num meio de armazenamento de dados, isso já é considerado um crime, orientação para todos os países que são membros, são todos países europeus, Estados Unidos, Austrália, o Japão, a África do Sul assinou ontem, e aqui tem, exatamente, depois, já um comentário sobre essas ofensas relativas à pornografia infantil, explicando todos os pontos, eu vou deixar, inclusive até pedindo, primeiro, à assessoria do Senado para fazer a tradu-

ção, pretendo deixar, aqui, essa, especialmente, essa parte relativa à pornografia infantil.

É um problema que afeta o mundo todo e a questão mais difícil para enfrentá-la é, exatamente, a cooperação dos provedores de serviços. Essa que foi um tema muito comentado, várias vezes lá, que os provedores de serviço consideram que essa é uma responsabilidade de governo, que não é deles, quando, na verdade, eu até pude fazer uma intervenção, dizendo que é fato que as redes de Internet não são um serviço público, mas são um serviço para o público. Então, não é valido que eles não queiram cooperar, no sentido de guardar dados quando necessários, quando autorizados pela Justiça. E aqui no Brasil, como nós não temos, ainda, uma legislação a esse respeito, acaba que alguns dos dirigentes de algumas dessas empresas, não todas, evidentemente, muitas já cooperam, mas algumas delas acabam se agarrando nessa desculpa, Senador Demóstenes, que seria a ausência da legislação.

Eu conversei, novamente ontem, com o Senador Mercadante. O Projeto já está aprovado nas duas Comissões, Ciência e Tecnologia e Educação, já foi lido na Constituição e Justiça. V.Exª. até fez, a meu pedido, uma análise, do ponto de vista mais legal e, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Mercadante me coloca que estará em Pauta nos próximos dias, com algumas sugestões, que poderão ser encaminhadas, no aspecto global. E lá nós estamos abordando a questão da pornografia infantil. Mas nada impede que possamos, também, fazer algum Projeto à parte, específico, sobre ele.

Eu comentei, inclusive na minha exposição, no momento em que houve toda uma exposição das Américas, sobre a CPI que foi instalada aqui, mostrando a importância, também, da CPI e da preocupação que todos nós temos com esse assunto. Ou seja, a CPI ajuda a acelerar a discussão do aspecto legal e a eventual promulgação final de uma legislação a respeito. Então, esses são os pontos que eu queria trazer, realmente foi importante ter tido essa participação, estava lá, também, o Deputado Colbert Martins, Deputado Federal da Bahia, que participa da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, e ele participou junto de todas as discussões.

Eu fico preocupado, só, que eu acredito que o Brasil está atrasado. Tenho certeza, acredito não, tenho certeza que o Brasil está um pouco atrasado. Nas Américas, o México e a Costa Rica, já estão mais avançados do que nós; não tem muito motivo para isso. A República Dominicana assinou essa convenção de Budapeste agora, nesses últimos dias. E são dois caminhos, é o caminho legislativo e o caminho do Executivo. Então, vamos insistir nos dois, é um problema enfrentado mundialmente, se juntam todas as tecnologias e buscando, especialmente, essa colaboração dos provedores, com a orientação de que as legislações nacionais coloquem essa questão com mais mandatória do que apenas uma cooperação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero agradecer ao Senador Eduardo Azeredo pela colaboração, pelo que trouxe, inclusive com a legislação mais avançada e isso deve ir para a mão desse grupo, aí, do Ministério Público, que V.Exª. vai comandar, e com a Polícia Federal junto, nós temos trabalho demais, e quando eu costumo dizer que a roda foi inventada, V.Exª. trouxe mais uma roda aí.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tinha, também, pensado em lembrar que tinha um representante da Polícia Federal, também, presente lá, um perito participando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perito, não é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, o perito Leonardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então, eu quero colocar em votação, o Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma perguntinha, o senhor permite, ao Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peguei o final. O senhor vai fazer o relatório a respeito da viagem, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, eu vou fazer em Plenário--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vai fazer em plenário.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): --que eu vou abordar o tema, mas dentro dos outros-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois o senhor dá uma cópia para a gente. Agora, quando o senhor disse abrir o site ou qualquer coisa, é obrigatório na legislação que o senhor viu?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. Exatamente, essa é uma discussão-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ou é colaboração voluntária das empresas?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É uma discussão permanente, porque as organizações, os provedores, acreditam que isso não deve ser uma obrigação deles, guardar documentos, fornecer documentos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem o aspecto moral e ético, né?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E as organizações governamentais, os governos insistem que não, que deve haver um procedimento legal para facilitar, ou seja, é uma cooperação mais mandatória, uma cooperação que esteja prevista em lei, não apenas a cooperação voluntária.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero colocar em votação o Requerimento, que é a convocação dos Diretores do Google para quarta-feira, nove horas da manhã, ele está sendo refeito da maneira que eu coloquei, até porque está gravado, se está gravado, vai só para o papel.

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. Então, está aprovado.

Eu quero, ainda, aprovar um outro Requerimento, e a fundamentação será... É esse aqui. Bom, esse é o pedido da quebra de sigilo dos 3.600 álbuns fechados, que surgiram nos três últimos meses.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, só para fazer uma observação. O Supremo Tribunal Federal tem decidido que os pedidos de quebra de sigilo, eles têm que ser específicos, sob pena de serem invalidados, então, eu sugiro a V.Exª., que eu também quero ter acesso, que nós pudéssemos conversar melhor com o Dr. Thiago e com os Delegados da Polícia Federal, para que nós pudéssemos, na próxima Reunião convocada por V.Exª., fazer um Requerimento especificando exatamente o que é, porque senão, a Google, como já não tem demonstrado boa vontade, pode se recusar a cumprir, dizendo que, como é genérico, ela não sabe o que, exatamente, ela tem que cumprir. Então, nós poderíamos pedir ao Dr. Thiago, que especificasse qual é esse material pornográfico--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [manifestação fora do microfone]

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Por que, senão, o Supremo derruba mesmo. Então, se nós pudéssemos...

Na próxima semana, eu me comprometo junto com V.Exª. a assinar esse Requerimento e já buscar as informações para que nós pudéssemos localizar que páginas são essas, a fim de que a intenção de V.Exª. seja cumprida e ninguém possa questioná-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Para informar a V.Exª., o Requerimento é feito a pedido do Dr. Thiago e Dr. Sérgio Suiama.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eles têm a especificação, eles conhecem a fundamentação, o Dr. Sérgio Suiama, inclusive, voltou a me dizer agora no telefone, que ele já tem a fundamentação pronta para quebra desses sigilos, então, eu estou atendendo um pedido dos dois.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso, eles só precisam passar para que nós possamos colocar no Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, dá licença, eu acho que poderia aprovar o Requerimento e ficava com vocês dois o-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque o Requerimento pode ter duas frases. A fundamentação dele é que vai acontecer. Então, esse aqui, vai ser grampeado a fundamentação, você votou o pedido e a fundamentação vai dizer exatamente, especificamente, com os dados onde eles estão e realmente, juridicamente-–

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Juridicamente não é assim não, mas se quiser fazer, a CPI corre o risco de cair.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O negócio é fazer corretamente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu acho que o melhor é fazer corretamente. Se quiser fazer, eu voto favorável, quem é que pode votar contra a isso? Nós temos que saber o que é e votar exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Demóstenes, eu discuti isso com o Dr. Thiago ontem e falamos com o Dr. Suiama, pelo telefone, ontem à noite, a respeito dessa quebra dessas páginas, que são chamados "os álbuns fechados" e ele pediu para fazer e se responsabilizou, com o Ministério Público, pela fundamentação. O senhor vota e nós fundamentamos. Que, na verdade, o Requerimento é um pedido, que precisa ir com fundamentação, você não pode pedir sem fundamentar.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas é exatamente o que está acontecendo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Faz parte do próprio Requerimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A quebra de sigilo, ela é uma exceção que a Constituição abre para que, fundamentadamente, o interesse público, como é o caso, prevaleça sobre o interesse privado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deixa eu te fazer uma pergunta, então, Sr. Relator. O senhor está propondo que nós votemos a fundamentação, é isso?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, eu estou propondo... Nem eu, nem V.Exª., nem ninguém sabe o que é isso. Nem eu, nem V.Exª., nem nenhum Senador, sabemos o que é.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fazer o Requerimento completo, que ele está propondo. Já fundamento. O Requerimento já fundamentado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, imagine a Google, com a boa vontade que está, contratando um dos grandes advogados do Brasil, para se contrapor, evidentemente. Inclusive, é o que pensa V.Exª., que penso eu, o que eu estou dizendo é que os Requerimentos têm que ser fundamentados. Todos eles.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Magno. Senador Magno, o senhor me permite? O senhor me permite? O Senador Demóstenes tem, tem... Veja, um membro do Ministério Público--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que eu não vejo é a razão--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós podemos, até, ver isso. Sem problema nenhum. Deixa eu dar uma explicação. Mas eu pedi... Inclusive, as CC5, antiga, foram quebradas pela CPI do Narcotráfico, nada se quebra sem fundamentação.

O que eu estou dizendo é que esse Requerimento não vai para a Justiça desse jeito. Nós só estamos pedindo, ele vai fundamentado. É verdade que a fundamentação dele, eu não tenho conhecimento técnico para fazê-la.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas é exatamente isso que o Senador Magno, está argumentando. Veja, essa fundamentação, a meu ver, deveria, inclusive, ir à consultaria jurídica do Senado para que corrobore os seus termos, entendeu, Senador Magno?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, ela vai corroborar os termos, mas veja bem, hoje--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele está advogando em sua causa, inclusive.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quando ele está falando, hoje, o que ele está dizendo o seguinte: Que nem a consultaria jurídica pode dar tanta colaboração, senão a própria Polícia Federal, os seus Delegados, os seus técnicos, e esse Ministério Público, que está nessa militância. É quem conhece de fato, tanto o crime e, juridicamente, como fazê-lo.

Quer dizer, na verdade, a grande colaboração é deles mesmo, para a fundamentação disso aqui. Porque, por mais boa vontade que a nossa consultaria tenha, e capacidade, e acredito que eles vão ficar doutores nessa questão, convivendo com todos eles, mas são eles mesmos. Então, o que eu quero dizer, esta Presidência quer dizer, é que, quando fiz, e tomei a decisão, fiz a pedido tanto do Ministério Público, quanto do Dr. Thiago, que nos trouxe essas informações ontem.

Eu não tenho nenhum problema, até porque o Dr. Suiama vai estar aqui na quarta-feira, dia 9, pela manhã. E ele, acho que pode chegar um dia antes, e pode se assentar junto com os Delegados e construir um texto e votarmos o pedido com o texto inteiro.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essa é a proposta dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Entendeu? Mas, eu não me lembro que tenha pedido, ao Supremo, uma quebra de sigilo, na CPI do Narcotráfico, que não tenha obtido, todas elas. Inclusive, das CC5, que era a situação mais difícil na época, todas elas, porque todas foram com fundamento, até porque eu sei que qualquer deslize causa a nulidade, causa a nulidade, o advogado não precisa nem quebrar a cabeça, qualquer deslize causa a nulidade e não tem problema mais, não tem nenhum tipo de problema.

É por isso que a CPI dos Bingos, judicialmente, ela... Não vale nada o Relatório dela, porque o fato determinado era um, a prática foi outra. Quer dizer, o advogado, ele não bate nem o coração dele, porque ele sabe que qualquer deslize é nulo, é nulo. Então, quer dizer, eu também sei perfeitamente disso e não tenho nenhum problema, então, vamos votar o Requerimento com a fundamentação junta, sem problema.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sem problema, podemos fazer isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hoje ou na próxima Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Requerimento convocando os Diretores da Google, a orientação da... Para fins taquigráficos, vou mencionar o nome e o voto tem que ser nominal, segundo a orientação da Assessoria.

Nós estamos convocando o Sr. Alexandre Hohagen, Diretor Presidente, Félix Ximenes, Diretor de Comunicação da empresa Google no Brasil. Vamos proceder, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É esse aqui, então. O sigilo que [ininteligível] nominal, faremos isso na quarta-feira pela manhã.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Então, a convocação está aprovada.

E fica marcado para quarta-feira, nove horas da manhã, essas oitivas, porque é uma convocação, nove horas da manhã.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quarta-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quarta-feira, nove horas da manhã. Comunicar aos Srs. Senadores que, às 16 horas, a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, vai nos receber.

E comunicar, também, que fiz um contato com a assessoria do Palácio, o Presidente Lula, não na próxima semana, que ele vai estar em viagem, mas na semana seguinte, vai nos receber, acho que na terça ou na quarta-feira, receber a CPI, para que nós possamos passar, para ele, o método que nós determinamos, de que aprovaríamos os Projetos de Lei, dentro da movimentação da CPI, dentro dos trabalhos da CPI, para que ele fale para a Nação, publicamente, de que vai sancionar esse Pacote Antipedofilia.

Hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Geraldo Mesquita, nós, Direitos Humanos, estava na Pauta, com caráter Terminativo, um Projeto do Senador Demóstenes Torres, que nós havíamos, que ele havia construído, que ele havia feito do seu coração, antes de pensarmos na CPI da Pedofilia, pensando exatamente na questão do narcotráfico.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esse Projeto, semana que vem nós vamos mobilizar todos os parlamentares que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos para a sua presença imprescindível para a aprovação desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Porque nós já esperamos também que ele caminhe rápido lá para a Mesa do Senado, para que já faça parte desse grupo de leis, instrumentos, que nós estamos querendo entregar para a Nação. Eu quero passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres, Relator desta CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradecer a V.Exª. pela compreensão, nós todos temos muita vontade de fazer essa apuração, e vamos apurar, à medida em que os fatos forem chegando, promotores do Brasil todo, juízes, representantes de entidades não governamentais, organizações não governamentais, que têm atuado muito nessa área, vêm colaborar conosco e, à medida que nós tivermos a fundamentação adequada, nós vamos prosseguindo os nossos trabalhos, até porque nós sabemos que, pelo perfil dado ontem pelo Diretor, pelo representante do SaferNet, Dr. Thiago, são pessoas que têm determinado poder aquisitivo, quem utiliza a Internet, é gente que vai contratar grandes advogados.

Então, não que nós desviemos de nossa rota, mas é bom sempre estarmos naquela linha traçada pelo Supremo Tribunal Federal, para que o Senador Magno Malta, inclusive, possa alcançar o mesmo êxito que teve na CPI do Narcotráfico e possa passar o podão nesses pedófilos. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nos falta meia hora, mais ou menos, para estarmos no gabinete da Ministra Presidente. Eu vou estar, o Relator vai estar, o Senador Tuma vai estar, o Senador Azeredo vai poder ir conosco, o Senador Geraldo, o Senador vai poder estar conosco, Virginio.

Eu soube, agora, a informação de que o Suiama acaba de mandar a relação. Dá quantas páginas? 117 páginas, 3.600 endereços, e é muito importante para nós, de ter um Procurador. Quer dizer, já vem aí, como que uma meia dúzia brigando sozinho, subindo rio acima, nadando, né? E chega a CPI para poder dar um fôlego, como nós dissemos no começo, que a CPI será um instrumento do Ministério Público, instrumento daqueles que fazem a repressão, um instrumento da sociedade.

Eu quero reafirmar, para as pessoas de casa, que vêem a TV Senado e ouvem Rádio Senado, esta CPI quer o Google como parceiro, nós não queremos escorraçar ninguém, em absoluto. E estamos felizes com a contratação do Dr. Márcio Thomas Bastos. Afinal de contas, eles contrataram o Ministro da Justiça do Brasil.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque nós também queremos beber, esse outro dia eu escrevi um artigo mostrando que alguém escreveu um livro aí sobre o Tasso de Castro, um escritor, um jornalista, mas ele cometeu algumas impropriedades de data, que pela cabeça, quem leu sabe que é impropriedade.

Aí, eu escrevi: "Vá beber no Google". Então, todos nós queremos beber no Google, menos, nós não queremos é que os pedófilos se utilizem dessas páginas, que o Brasil e o mundo todo admira, que nós precisamos de informação, para que a pedofilia seja divulgada lá também.

Aí foi engraçado, foi a resposta do autor do livro. Ele disse que o Vinícius de Moraes, pegou o Vinícius de Moraes, numa cena de 1983, levando o filho na escola, falei: "Impossível, o Vinícius morreu em 80". Então, não tinha jeito. Aí, falou: "Quem é esse Senador de Goiás é parente do Ronaldo Caiado?" [Risos] Você não pode acertar não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Olha, nós queremos é poder dar entrevista por aí, dizer que o Google se tornou parceiro da sociedade brasileira, parceiro da justiça brasileira.

De repente, o que faltava a eles era um grande advogado e até que tivesse sido Ministro, para poder

orientá-los, né, para poder conduzir muito bem e, com a admiração que eu tenho ao Ministro Márcio Thomas Bastos, insisto chamá-lo de Ministro porque, se chamar de Ministro a responsabilidade dele fica maior ainda, não é? De que nós vamos ter, como parceiro, o tempo inteiro, porque eu sei que, o tempo inteiro, nós vamos depender da Google, porque a Internet veio foi para ficar e, de forma acelerada, crescer todos os dias, não tem mais como evitar e tirar a Internet da nossa vida.

Bom, não tendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 15h26min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2008, realizada em 8 de abril de 2008, às quinze horas e quinze minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foi proferida palestra do Sr. Augusto Cesar Gadelha Vieira, Secretário de Política de informática do Ministério da Ciência e Tecnologia e Coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil, com a participação do Sr. Demi Getschko, Diretor Presidente do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE)
Senador Magno Malta – Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo quorum regimental, declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI que visa investigar a pedofilia no Brasil, crimes cometidos na internet e as suas ligações com o crime organizado.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Está aprovada a Ata.

Nós tínhamos três convocações para hoje, convocações, três convites. O Dr. José Carlos Cosenzo, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, o Dr. Marfan Martins Vieira, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, e o Dr. César Augusto Gadelha Vieira, Coordenador do Comitê Gestor de Internet e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu fui comunicado pelo Dr. Marfan, que tem sido um grande parceiro, um grande companheiro nosso, de que não poderia Senador Eduardo estar conosco hoje em função das suas muitas atividades, mas muito afeito à nossa luta. Presente conosco, se empenhou bastante como Presidente do Conselho de Procuradores para dispensar um grupo de Procuradores das suas respectivas atividades nos seus Estados, para que eles viessem morar por algum tempo em Brasília, para se juntar a nós nesse grupo especial que estamos montando aqui para construir os instrumentos; de maneira a oferecermos à população brasileira uma legislação significativa, importante, de combate a crimes cibernéticos e a tipificação de uma forma muito específica do crime de pedofilia.

Eu quero registrar a presença do Sr. Demi Getschko, é isso mesmo? Acertei. Fiquei com medo de dar um nó na língua, mas eu falei, fui bem, Núcleo de Informação e Coordenação Brasília Network Informação e Center, seja bem-vindo.

O Sr. Relator Senador Demóstenes Torres me informou a sua dificuldade, está numa reunião fechada, mas estará conosco já nos próximos momentos.

Eu quero registrar que é muito importante a presença do Sub-Relator dessa CPI para crimes na Internet, que é o Senador Eduardo Azeredo, que é um militante da área, na verdade nesses poucos mais de cinco anos de mandato aqui como Senador tem se empenhado de forma espetacular e invejosa até no que diz respeito a construir uma legislação com todas as suas deficiências e acho que essa CPI vem para coroar esse esforço do Senador Eduardo Azeredo, juntamente com esse grupos de pessoas, grupo de Delegados, Peritos da Polícia Federal, que vêm também aos trancos e barrancos, a duras penas, crescendo do ponto de vista do conhecimento da informática, mas sem uma legislação para poder ter uma ação.

Eu registro que está conosco até porque estão nesse grupo e certamente estarão amanhã às nove horas da manhã quando nós ouviremos os Diretores do *Google* no Brasil, recebi um telefonema do seu advogado, Dr. Márcio Thomaz Bastos de que eles estarão aqui amanhã às nove horas da manhã para procedermos à oitiva dos Diretores da Google no Brasil.

Eu registro então a presença do Dr. Sérgio Suiama, expoente do Ministério Público que tem as suas obrigações na área de combate a crime de pedofilia na internet e que tem demandas contra o *Google* que até hoje resiste em não cumprir a Legislação Brasileira, a lei brasileira, e que nós tomaremos conhecimento disso amanhã.

Registro também a presença do doutor, que eu não decorei o nome ainda, como é o [ininteligível] o nome dele? Anote para mim. Luiz Fernando Costa-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): --ambos de São Paulo, registro a presença da Dra. Carla Sandoval que é Líder do Grupo de Combate a Crime Organizado no meu Estado e que integra esse grupo também com muita alegria, sei que meu Estado vai estar bem representado e também com a Dra. Catarina, a nossa Procuradora-Geral que está lá só esperando o momento de transmitir o cargo ao próximo Procurador para estar conosco.

Registro a presente do Thiago da *SaferNet* que grande contribuição tem dado a nossa Comissão. Eu, Thiago, ontem à noite eu recebi um telefonema da minha filha, ela estava na casa de uma amiga, e ela dizia assim: *"Pai, a moça que limpa aqui a casa da minha amiga está chorando, dizendo que ouviu você falar no rádio, e o vizinho dela estuprou a filhinha dela de três anos e ela, desesperada, está aqui dizendo que vai fazer justiça com as próprias mãos, o que ela faz?"*, e aí eu falei para a minha filha: *"Manda ela... você disque aí para o Disque 100..."*, "*Mas o que é o Disque 100?"*, e eu fui explicar à minha filha o que é Disque 100 e tal.

E acabei me lembrando do seu esforço com a sua ONG, e a partir desse esforço é que surgiu o Disque 100, para que as pessoas no Brasil e aqueles que nos estão vendo, a denúncia é feita no Disque 100, e que tanta colaboração tem trazido, aliás, essa grande demanda hoje com o *Google* e a partir das denúncias do Disque 100 e essa parceira com o Dr. Suiama, certamente vai render frutos para a Brasil, eu tenho plena consciência disso.

Esse caso Dra. Carla é um caso lá do nosso Estado, uma senhora do nosso Estado e que sem dúvida alguma ela precisa ser ouvida pelo Ministério Público por ser uma senhora simples e tem uma filha de três anos estuprada por um indivíduo de classe média de um bairro ao lado do bairro onde ela vive.

Audiência Pública de amanhã está convocado o Sr. Alexandre, Diretor Presidente do *Google* no Brasil, Sr. Félix Gimenez, Diretor de Comunicação do *Google* e os nossos convidados são esses que eu acabei de colocar.

Eu quero convidar para se assentar aqui à mesa comigo o Dr. Augusto Gadelha, Coordenador do Comitê Gestor da Internet do Ministério da Ciência e Tecnologia, convidado nosso, sabemos que o Dr. Augusto e o Ministério têm interesse e podem colaborar muito conosco.

Nós estamos agradecidos, doutor, por aceitar o nosso convite, sei que essa é uma luta de todos nós e nós somos movidos à paixão pelos filhos, paixão pela família, pelos netos. É por isso que essa CPI é tão convergente. Essa realmente é uma CPI da sociedade, essa realmente é uma CPI que busca de maneira coletiva os interesses da criança, os interesses da família, os interesses do bem-estar, do cidadão.

Registro a presença do Senador Geraldo Mesquita conosco. O Senhor tem o tempo que achar necessário para fazer sua exposição e após sua exposição os Senadores poderão se manifestar. Espero que Relator chegue a tempo ainda, mas o Sub-Relator dessa área de tecnologia e internet, que é o Senador Eduardo Azeredo que representa todos nós aí, está presente e nós esperamos que a sua presença realmente enriqueça, porque nós também vamos precisar de V.Sª ao longo do funcionamento da CPI, ao longo dos trabalhos, quando essa Comissão vai diuturnamente se debruçar numa legislação importante e eu sei que é preciso o que Ministério participe da concepção dessa legislação porque é uma legislação para a Brasil.

V.Sª tem a palavra.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Boa tarde a todos. Eu queria, Senador Magno Malta, agradecer o convite de estar aqui para falar sobre essa questão que sem dúvida é uma questão importante, uma questão que preocupa a toda a sociedade brasileira e na realidade é um questão que está sendo lidada no mundo inteiro e que apresenta dificuldade no seu combate diante de todas as facilidades hoje que a internet infelizmente está nos proporcionando mas que abre realmente a possibilidade de também ser utilizada para fins não adequados.

Então, eu agradeço o convite e estarei sempre à disposição dessa Comissão e dessa CPI de pedofilia para podermos utilizar o contexto da internet, assim como o Ministério da Ciência e Tecnologia, para auxiliar nos trabalhos dela.

Uma pequena correção, Senador Magno, em relação ao Comitê Gestor da Internet. É importante que se entenda claramente o que é o Comitê Gestor da Internet no Brasil. O Comitê Gestor da Internet é, na realidade, um órgão não-governamental, ele foi definido ou foi estabelecido por um Decreto do Presidente da República e ele tem dentro do seu bojo nove representantes de Ministérios e do Poder Executivo, mas tem também representantes da comunidade civil, entre eles os provedores, o pessoal da comunidade acadêmica, o pessoal das indústrias de internet.

Então, ele tem, na realidade, o que nós chamamos um *multistakeholder*, uma multirepresentação da sociedade dentro desse Comitê Gestor. Eu sou o Coordenador desse Comitê Gestor. Ele não é, na

realidade, afeto, ele não está dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia.

No Ministério de Ciência e Tecnologia eu sou o Secretário de Política de Informática, do Ministério de Ciência e Tecnologia, e estou acompanhado hoje pelo Demi Getschko, que é também Conselheiro do Comitê Gestor da Internet e Presidente do *nic.br*, que é o núcleo e a instituição, digamos, o Grupo Executivo do Comitê Gestor da Internet.

O Comitê Gestor da Internet, ele tem no *NIC* todas as ações que são recomendadas pelos seus Conselheiros, através do *NIC*, então, nós podemos fazer as operações necessárias para que a internet no Brasil possa funcionar de forma adequada aos interesses nacionais.

Na realidade, o Comitê Gestor de Internet ele é um organismo, ele é um grupo de pessoas que representam a sociedade como todo e o Governo, que eles têm como a tarefa primordial a gestão do *ponto br*. Nós devemos lembrar sempre que internet é uma questão mundial, nós temos, na realidade, o controle ou temos a possibilidade de acompanhar os registros de nomes e números desse que nós chamamos de do *ponto br* que é na realidade aonde cerca de 80 a 90% dos brasileiros hoje têm o seu sítio.

No entanto, nós temos que nos lembrar que existem vários outros domínios, que nós chamamos, da internet. Por exemplo, o *ponto com* é um domínio que não está afeto ao Comitê Gestor da Internet, então toda e qualquer empresa ou pessoa que tenha um endereço *ponto com*, ele na realidade, ele está sobre o domínio de um outro grupo, que esse está nos Estados Unidos, assim como o *ponto net*, por exemplo, o *ponto ar*, por exemplo, é da Argentina e assim por diante.

Então, o que nós temos aqui no Comitê Gestor da Internet é o controle dos nomes e dos números que estão designados ao domínio chamado *ponto br*, através da internet mundial, que é controlada pela ICAN hoje em termos mundiais. Então nós recebemos um grupo desses nomes e números e alocamos aos usuários brasileiros, então é sobre esse domínio *ponto br* que de alguma forma o Comitê Gestor da Internet no Brasil, ele tem um controle das operações e dos números e nomes desse pessoal.

O Comitê Gestor da Internet, no entanto, ele tem evidentemente algumas limitações, ele não pode realmente ser um órgão, ele não tem não só competência legal e nem competência técnica para ser um órgão, digamos, de controle de conteúdos, de polícia ou de controle de quem está ou não presente na internet e como está sendo feita a comunicação de dados ou de conteúdos dentro da internet.

Nós temos o controle basicamente de todos aqueles que estão inscritos na internet, todos os *sites*, todas as páginas que estão de alguma forma, todos os usuários que estão utilizando a internet e que tem, portanto, um *site* qualquer desses, nós temos então os registros dentro do Comitê Gestor da Internet.

E o Comitê Gestor da Internet do Brasil, ele tem contribuído bastante com as ações de combate ao crime cibernético em geral, de várias formas, dentro das suas limitações legais, dentro da sua possibilidade técnica. Portanto, dentro das suas atribuições. Por exemplo, a própria *SaferNet* que o Sr. Senador Magno citou aqui muito apropriadamente, que tem sido realmente um batalhador na defesa da questão dos direitos da criança no combate à pedofilia, a *SaferNet* tem contado com o apoio do Comitê Gestor, inclusive apoio material para que ele possa desenvolver todas as ações que ele se propõe a fazer e que nós de alguma forma consideramos extremamente importante para que haja uma internet sadia no País.

Nós temos também trabalhado muito na questão legislativa dando apoio necessário sempre que solicitado, mas mesmo quando não solicitado nós temos colocado sugestões, e que o Senador Azeredo, inclusive, tem sido uma pessoa que tem acompanhado todas as sugestões, a própria Lei Anti-Spam que ele tem sido um campeão nisso, ele de alguma forma, ele absorveu parte das sugestões que o Comitê Gestor da Internet trabalhou em cima e colocou à disposição do Senador nesse sentido.

Nós temos também estabelecido uma base de tempo legal e que é muito importante para nós termos de alguma forma um acompanhamento de quem está fazendo *logon* na internet e colocando conteúdos e utilizando a internet. Esse controle de tempo legal, ele permite que cada um dos provedores possa utilizar um tempo que é a hora legal do Brasil de forma gratuita. Então existe uma base de tempo legal que faz com que a gente possa ter o registro do tempo de *logon* de cada um dos usuários de uma forma precisa e isso é muito importante na definição ou na identificação de quem está realmente ligado ou quem se ligou determinada hora e quando foi ligada uma determinada pessoa na internet.

Então os provedores, eles têm a possibilidade de realmente utilizar a hora legal do Brasil de uma forma precisa, portanto, uniforme entre todos os provedores. Então essa é uma base de tempo legal que nós estamos dando aos provedores que permite realmente que haja uma ordenação do tempo e dos *logons* que estão sendo submetidos à internet no Brasil àqueles provedores.

Nós temos também um site dentro do Comitê Gestor da Internet de *anti-spam*. Nós fazemos toda uma ação que o *spam* na realidade também é algo que contribui muito para toda essa questão da criminalidade do uso indevido na internet. Então nós temos hoje um *site* que faz todo o controle, não só o controle, quer dizer, toda a questão de divulgação de ações positivas, de ações de boas práticas, digamos, que possam ser utilizados para combater o *spam* na internet.

Nós temos mecanismos também de fazer avaliação da quantidade de *spams* que são gerados dentro do Brasil que são absorvidos de outros países e no que o Brasil está contribuindo para os *spams* relativos ao mundo. Nós também fazemos um trabalho de educação e de esclarecimento à população brasileira através de cartilhas nas quais nós colocamos as boas práticas que as famílias, as crianças, as escolas devem ter em relação ao uso da internet, para que eles não sejam pegos pela malha da internet de uma forma desprevenida. Então nós temos, na realidade, toda uma orientação que nós damos à comunidade, à população, à sociedade brasileira, de como utilizar adequadamente a internet.

No entanto, a internet é algo extremamente...

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Isso daí os senhores podem, quer dizer, a população toda pode ter acesso através do próprio *site* do Comitê Gestor de Internet.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso é virtual?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Isso é virtual, mas também nós temos em cartilhas impressas. E a tiragem eu não sei exatamente o número--

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Cinco mil, é uma tiragem limitada, no entanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Brasil todo cinco mil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, impressa, o resto é virtual.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Via virtual.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Porque no fundo o que nós fazemos é disponibilizar isso dentro do nosso *site* e as pessoas podem então acessar através do *site*, sem dúvida, há uma necessidade realmente de fazer uma divulgação maior desse-–

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso é iniciativa do Comitê ou do Ministério?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Do Comitê Gestor da Internet. Evidentemente que tudo isso daqui é dentro do Comitê Gestor da Internet. Todas as ações que hoje o Ministério da Ciência e Tecnologia tem em relação à internet nós o fazemos através do Comitê Gestor que nós coordenamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Essas cinco mil cartilhas elas são... O recurso...

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Do próprio Comitê.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Do Comitê?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Do Comitê Gestor. O Comitê Gestor ele, na realidade, arrecada recursos das contribuições que são dadas pelos usuários da internet que têm os seus *sites* dentro do *ponto br*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria deixar uma sugestão, inclusive, Sr. Presidente.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: E essas anuidades, então, são utilizadas, todos esses recursos são utilizados para fazer com que a internet funcione bem, então todas as ações que nós fazemos em prol da internet, do usado adequado da internet, nós utilizamos esses recursos que são arrecadados dos contribuintes do *site ponto br*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria deixar uma sugestão, Presidente, que esse material preventivo, impresso, fosse distribuído conjuntamente com os livros didáticos que são distribuídos nas escolas públicas brasileiras anualmente, isso seria uma contribuição inestimável que o Comitê prestaria.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Ótimo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): De casar a distribuição, com a distribuição dos livros didáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E com a mesma intensidade, não vejo porque o próprio -–

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Milhões, cinco mil não dão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O próprio Ministério absorver a cartilha e o próprio Ministério que dispõe de mais recursos fazer a cartilha. É uma cartilha importante que qualquer um de nós ao se pronunciar na Tribuna sobre essa cartilha, ela pode ser feita aqui também.

Então, eu acho que é um tipo de material que tem chegar na mão de todo mundo e essa distribuição juntamente com o material distribuído pelo Ministério, Senador Geraldo, é uma grande sugestão sua.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: O que eu acho importante também nós compreender-

mos é que a internet, ela tem sido um instrumento de revolução no mundo inteiro. Ela é um instrumento em que você permite realmente uma capacidade de acesso a informação de todos os tipos, desde as boas informações às más.

Você pega, por exemplo, hoje, uma grande arma que a internet tem que é a questão dos instrumentos de busca da internet como o *Google*, por exemplo, ou tem outros instrumentos de busca também, mas o *Google* sem dúvida hoje tem quase um predomínio e todos acessam o *Google* para verificar algumas informações. Ora, isso permite que a gente encontre... Isso permite que se encontre informações importantes dentro da internet.

Isso permite que a gente possa ter acesso, realmente, a *sites* culturais, a informações que nós precisamos desenvolver na nossa pesquisa escolar, na nossa pesquisa aqui mesmo dentro do Senado para fazer novas leis. Quer dizer, nós temos um acesso a todo um mundo de informações ali.

No entanto, ao longo dessa busca vêm também vários materiais que realmente permitem as pessoas a terem acesso, às vezes, a material não adequado. Por exemplo, agora, na Inglaterra, fez-se a verificação de que um pouco mais de que 57% de crianças, ao utilizarem essas ferramentas de busca, elas acabam tendo acesso a *sites* pornográficos.

Por outro lado, ao ligarem os seus... um determinado *site* muitas vezes não pornográfico, aparecem *pop-ups*, que sãos também de convites a sexo ou a questões ligadas à pornografia e à pedofilia e isso daí, cerca de 40% sem busca ativa, eles são muitas vezes expostos a isso.

Ora, esse é um dos problemas, um dos dilemas que hoje nós encontramos na internet: como realmente fazer com que a gente tenha esse potencial imenso e fantástico da internet nos seus mecanismos de busca e ao mesmo tempo a gente proteja e possa realmente ter um controle do acesso a material não adequado dentro desse mecanismo de busca?

Esse, eu acredito, é um exemplo na realidade que mostra a complexidade desse processo de controle *versus* liberdade, *versus* vantagens e desvantagens que a internet oferece e que hoje no mundo inteiro é objeto de debate, é objeto de grandes deliberações não só por legislativos, mas também deliberações de vários organismos sociais, e como fazer com que a gente encontre realmente um ponto de equilíbrio que nós dê a liberdade do uso da internet absorvendo todas as suas qualidades e ao mesmo tempo controle da questão dos crimes cibernéticos.

Isso daí evidentemente que é objeto de discussão também aqui dentro desse Senado e da Câmara dos Deputados e que, sem dúvida, tem sido discutido pelos Senhores já há alguns anos. Mas para isso é importante, então, a gente verificar as características das internet, quer dizer, o que o CGI *ponto br* pode fazer para controle da pornografia ou da questão da pedofilia. Muito pouco em termos de ação de polícia, muito pouco em termos de controle de conteúdo.

O que nós podemos fazer na realidade é de alguma forma apoiar todas as ações principalmente educativas, apoiar todas as ações de discussões dessas questões, de fazer boas práticas e, ao mesmo tempo, de alguma forma disponibilizar informações que judicialmente sejam solicitadas ao Comitê Gestor para que se possa identificar algum crime dentro da então internet dentro daquilo que nós temos disponível, porque nem sempre nós podemos realmente disponibilizar tudo que... Quer dizer, não é que nós não podemos disponibilizar, nem sempre nós temos as informações que são realmente necessárias para você identificar a questão do crime cibernético.

No entanto, o CGI, na realidade, ele tem algumas propostas que eu acho que podem ser de grande utilidade. Uma delas de que nós temos já trabalhado... Porque o CGI são, como eu falei, cerca de vinte e um representantes do Governo Federal e da sociedade civil. No entanto, nós temos grupos de trabalho formados e o que nós podemos fazer em contribuir para que essa questão da pedofilia seja analisada ou levada em consideração de uma forma mais sistemática, não só da pedofilia mas também do crime cibernético, é exatamente uma sugestão que nós temos dado dentro do Comitê Gestor que é a criação de grupos de trabalho permanentes, no qual a gente convide pessoas da sociedade, do Congresso, do Poder Executivo, para que realmente possamos discutir de uma forma sistemática todas as questões de boas práticas e de ações necessárias ao combate da pedofilia em particular, e do crime cibernético em geral.

Vale, no entanto, ressaltar, só para concluir as minhas observações, de que internet é um fenômeno mundial, é algo que nós não podemos controlar localmente a internet. Eu não posso controlar somente o CGI, quer dizer, o *ponto br*, por quê? Porque se eu, por exemplo, proibir alguma pessoa de ter um *site* dentro do *ponto br*, automaticamente essa pessoa pode buscar um *ponto.com*, um *ponto ar*, um ponto da Bolívia, de outros países, assim como os chamados genéricos, que são *ponto com*, o *ponto edu*, o *ponto net* e outros que estão surgindo no mundo inteiro.

Então não é o controle do indivíduo, o controle da pessoa ou dizer: *"Não, nós vamos retirar essa pessoa do ponto br que vai evitar realmente que essa pessoa possa utilizar de forma errônea a internet."*, porque ele

pode simplesmente passar para um outro e isso aí, na realidade, implicaria em uma diminuição da capacidade do *ponto br* de estar atuando dentro do Brasil.

Então nós temos sempre que lembrar que a internet é um fenômeno mundial, ela está interligada ao tentar fazer com que o *ponto br*, através do CGI, assuma determinadas atividades ou atitudes de proibição ou de controle, isso leva essas pessoas a buscarem outros domínios que não o *ponto br*, fazendo com que o *ponto br* que hoje é um dos domínios mais fortes no mundo, em termos de percentual de participação de sua população nesse domínio, ele passe a ser preterido em favor de outros domínios como o *ponto.com* que é o mais comum, usual e conhecido da população.

Então, são essas observações iniciais que eu gostaria de colocar e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento que os senhores possam ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, nosso Sub-Relator para essa área e, segundo a exposição que acabamos de ouvir, V.Exª tem em algum momento estado em contato, acatado sugestões nessa sua briga aqui no Senado para construir esses legislação.

Então, eu concedo a V.Exª a palavra e em seguida os Srs. Senadores de uma maneira automática já estão inscritos aqui, porque a nossa CPI de fato tem um corpo pequeno.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente Senador Magno Malta, prezado Dr. Augusto, os colegas Senadores, a exposição do Dr. Augusto mostra o funcionamento do Comitê Gestor e acredito que a lembrança feita pelo aqui Senador Geraldo Mesquita é pertinente no sentido de que, um dos objetivos principais que nós podemos perseguir, é do melhor esclarecimento das pessoas através do processo de educação.

Essa educação, ela tanto pode ser feita através de Governo, quanto pelas ONGs e pelos próprios provedores, então esse que é um ponto, na verdade até no projeto geral, que o Senhor nos tinha informado, nós colocamos que é responsabilidade dos provedores também essa boa informação, o alerta. Eu não sei se isso também é um objeto de consenso ou não, mas é o que nós ainda estamos discutindo.

Mas eu acredito, Senador Magno Malta, que como nós estamos ainda um pouco no início da discussão dessa CPI, a disposição, a simples disposição do Comitê Gestor de colaborar com a Comissão, já é muito relevante e nós poderemos ter então toda uma exposição futura, uma, basicamente uma sugestão, à medida que for caminhando a CPI, alguma sugestão adicional no caso da legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, caro Dr. Augusto, colegas Senadores, Senhoras e Senhores, essa questão... Me aflige muito essa reiterada afirmação de que como se trata de um organismo multinacional, ele oferece extremas dificuldades para ser, para permitir que aqueles que nós queremos alcançar sejam alcançados.

Isso me lembra muito a cantilena que era... que se tentava colocar assim na cabeça, por exemplo, no meu tempo de juventude, o movimento estudantil e tal, a gente se batia contra o imperialismo *yank* protagonizado pelas multinacionais, então, também a gente tinha esse mesmo cenário, elas são inalcançáveis etc., e depois mostrou-se que não era bem assim, que elas teriam que se conformar com o estabelecido internamente no país, etc.

Então, eu vejo com uma certa resistência essa coisa quase que assumida nossa, eu não estou aqui tecendo nenhuma crítica não. Eu estou aqui registrando um fato, é quase que um fato assumido que por se tratar de algo que extrapola as fronteiras e tal, isso não permite ou cria um embaraço muito acentuado para que alcancemos aquelas pessoas que se valem desse instrumento para cometer crimes de toda a natureza.

Eu acho que essa CPI vai contribuir para, inclusive, esse debate, a gente precisa aprofundar esse debate e tirar um pouco esse véu de cima dessa questão porque eu acho que... eu tenho a impressão de que com as inteligências que a gente reúne... eu queria aqui aproveitar a ocasião, eu tive que me ausentar na última audiência realizada pela CPI, para dizer, por exemplo, quando eu falo em inteligência... Eu fiquei surpreso, eu fiquei encantado realmente com a participação do Dr. Thiago na última vez que nos expôs e fiquei aqui assim muito otimista.

Veja, é um núcleo que começou pequenininho, com percursos próprios, é a sociedade junto com a Academia se mobilizando para enxergar, enxergar a possibilidade de quebrar essa coisa que se estabelece sobre nós como um imperativo inamovível. Eu creio que não tão inamovível assim.

A sugestão que eu deixei, eu acho, por exemplo, que está muito em moda se falar nisso, esse viés da educação, eu acho que é instrumento muito forte que nós temos. O Governo, ao invés de estar gastando dinheiro para preparar dossiê e outras coisas lá no Palácio do Planalto, devia estar gastando dinheiro para fazer isso, milhões de cartilhas a serem distribuídas juntamente com o material escolar que vai todos os anos para as escolas, para a estudantada ter acesso franco a isso.

Porque isso disponibilizado de forma virtual, o alcance disso por melhor boa vontade que tenha o comitê, V.Sª sabe que é praticamente inócuo. Então, eu queria aproveitar para colocar três questões que foram trazidas aqui pela Assessoria da Casa e da própria CPI que eu dou nome aos bois. Eles colocam como questões aqui, eu gostaria que V.Sª, quando possível nos respondesse, qual o valor da anuidade paga por cada endereço registrado, o montante arrecadado anualmente e se o comitê hoje tem autoridade para desativar endereços e em quais hipóteses?

Eu creio que essas respostas contribuirão para que a Assessoria vá reunindo informações que possam nos ajudar posteriormente, mas eu diria, Presidente Malta, que essa CPI vai cumprir muitos papéis, entre eles esse, de tirar o véu dessa coisa misteriosa e parece assim... A questão de império que está sobre nós e tal. Menos, como diz o pessoal na rua, menos. Porque acho que não é bem assim não.

Eu acho que se a gente reunir essas inteligências, o Dr. Thiago, o Dr. Vieira que está aqui hoje conosco, eu acho que a gente tem que botar a cabeça para funcionar. Tem que botar a cabeça para funcionar e tudo que é feito pelo homem, se a gente fizer o caminho inverso a gente consegue o sistema, por exemplo, o sistema é elaborado pelo homem, então, se a gente perseguir a trajetória do sistema a gente vai certamente encontrar uma brecha ou outra para combatê-lo naquilo que ele tem de pernicioso.

Então, acho que por mais universal que seja um sistema como esse, ele foi concebido, adotado e construído pelo homem, deixou rastro e nós temos que caminhar nesse rastro e identificar, Senador Magno Malta, as possibilidades que o sistema deixa porque nada é absolutamente perfeito, que o sistema deixa por aí afora, e vamos investir nisso com coragem.

Se a gente começar aqui na CPI achar que essa dificuldade é instransponível nós não vamos chegar a lugar nenhum, pelo contrário, nós estamos aqui é para mostrar que essas dificuldades não são intransponíveis, que com a colaboração, com a junção de todos os esforços que podemos reunir em torno dessa CPI, a gente pode aos poucos ir desmontando essa mística, essa coisa que é reiterada, às vezes a gente fala com isso a maior naturalidade, ou seja, assimilando já um fato que pela minha natureza eu não consigo assimilar como uma coisa normal.

Portanto, Dr. Augusto, fica aqui a sugestão, não sei se de parte do Comitê, não sei se o Comitê tem recurso suficiente para bancar uma aventura dessa, talvez não, mas o Governo brasileiro certamente tem, está sobrando porque tem, inclusive, tempo sobrando para fazer Dossiê e não sei o que lá. Então deveria estar se ocupando era em fazer cartilha para as crianças terem acesso e compreenderem que aquele caminho não é legal para elas, que tem que ir pelo outro, e se possível eu gostaria das respostas às indagações que foram feitas, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Pode ficar à vontade.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador, muito obrigado pelas suas observações. Com relação à questão da cartilha, eu levarei essa proposta inclusive ao MEC que seria, eu acho, o Ministério mais apropriado para atingir as escolas, inclusive, dentro desse programa que hoje foi lançado pelo Governo Federal de banda larga para as escolas, esteja talvez também prevista a distribuição no momento em que a escola, digamos, ela é ligada nessa banda larga poderia já de imediato ou mesmo antes, ao longo desse processo, serem distribuídas cartilhas de boas práticas da internet e de uso adequado da internet.

Um outro ponto que nós podemos também, e é sempre possível fazer, é fazer um domínio específico para o uso das escolas e dentro desse domínio você teria um controle que poderia ser exercido pelas próprias escolas sobre o material que é incluído dentro desses domínios.

Hoje no Brasil, nós temos já várias ações feitas pelo Comitê Gestor para dar segurança à rede. Por exemplo, nós instalamos agora algo que pode ser de grande valia para o sistema financeiro brasileiro, para toda a população, que é o um domínio *pontob.br*. O *pontob.br* poderá ser utilizado somente por bancos credenciados dentro da Associação de Bancos do país, e, portanto, não poderá haver a existência dentro desse domínio de alguém que se faz de Banco do Brasil, por exemplo, e tenta enganar, digamos, o consumidor.

Esse tipo de subdomínios, domínios no nível mais baixo do que o *ponto.br* são coisas que nós também podemos implantar e podemos estudar a viabilidade disso ocorrer para que as crianças das escolas, por exemplo, não tenham, só possam acessar através desse domínio os *sites* que são considerado seguros, então, são várias ações que Comitê Gestor pode fazer em prol de um melhor controle sobre o crime cibernético.

Não há dúvida de que, apesar da complexidade da internet, é sempre possível nós fazermos uma busca ou uma identificação dos usuários que estão utilizando de forma criminosa a internet através dos seus *logons*, através das várias formas como eles estão entrando na internet. Isso pode ser feito. O que eu falei a complexidade, não implica na realidade de que ele não seja possível de ser combatido. O que existe no mundo inteiro é exatamente a discussão entre um equilíbrio do combate à questão criminal, da questão

da liberdade do uso da internet. Algo do tipo de você ter uma analogia pobre, mas ao mesmo tempo que talvez alerte e você querer, por exemplo, proibir a construção de estradas porque ela permite a fuga de criminosos ou o tráfico de drogas, o que seja.

Então é algo, quer dizer, o sistema existe e ele deve ser utilizado de uma forma adequada e nós devemos combater o crime dentro desse sistema. Agora, lembramos que a internet, ela foi feita exatamente para ser bastante resistente às tentativas de quebra dela. Tanto que a internet até hoje, não houve nenhum momento da internet que ela apagou no mundo, ela sempre está, apesar de todos os ataques que são feitos à internet, ela se segura, ela encontra mecanismos alternativos e, portanto, nós temos, na realidade, um sistema extremamente robusto a um controle exagerado do fluxo de informação.

Quando você corta um, ele vem por um outro lado. Isso daí é a própria estrutura da internet, ela foi construída para isso, ela foi construída dentro dos Estados Unidos inicialmente exatamente para combater, no caso da Guerra Fria, combater uma tentativa de não haver conectividade entre as várias instituições americanas. Então, há essa complexidade interna da internet que a gente tem que lidar com ela, mas isso não implica que não há mecanismos hoje que a gente possa utilizar para realmente ter um controle sobre a questão do crime.

Apenas novamente: Temos que verificar qual é o custo desse controle e a viabilidade tecnológica de se fazer isso. Então, quer dizer, o custo é que, não só o custo em termos econômico, mas o custo em termos de, ao fazer esse controle, você eliminar uma liberdade individual, liberdade... como muitas vezes países tem tentado fazer isso e não têm conseguido.

A China, por exemplo, é sempre citada até em reuniões internacionais em uma tentativa de controlar as informações que são colocadas na internet e eles conseguem em boa parte, mas isso leva com o que a internet chinesa seja de alguma forma isolada muitas vezes do resto do mundo. O chinês não tem acesso adequado, às vezes há uma riqueza de conteúdos que o mundo hoje oferece.

Então, esse equilíbrio é que eu estou advogando que a gente deva realmente exercer um controle da criminalidade lembrando de que há realmente um equilíbrio a ser buscado.

Com relação à questão das perguntas que o Senhor colocou, relativa à questão do montante e qual é o valor da anuidade, hoje nós temos anuidade que é cerca de trinta reais por ano para um determinado domínio, um determinado *site* que você queira colocar. Isso daí pode, inclusive, ser pago em vários anos, você pode pagar três anos de anuidade. Então, isso daí são custos que são bem abaixo dos custos praticados em geral no mundo inteiro.

Então, a internet *ponto br* é um custo relativamente baixo. Agora, alguns outros domínios hoje criaram um poder econômico e pode até muitas vezes reduzir ainda mais esse valor. E a tendência que nós temos é acompanhar essa redução que está ocorrendo no mundo inteiro. Vai se reduzindo esse valor até que seja realmente possível a qualquer pessoa ter realmente o seu *site* lá. Agora, trinta reais por ano não é realmente algo que venha a pesar em geral em alguém que já tem um computador e acesso à internet.

O montante hoje que nós estamos desenvolvendo, eu vou depois pedir ao Demi para colocar esse valor correto e exato, mas eu diria que em torno de vinte e cinco, trinta milhões por ano, mas ele vai colocar isso de uma forma mais adequada. E quanto à questão da desativação de endereço, isso normalmente nós fazemos em casos excepcionais quando há, por exemplo, conflitos que sejam claramente danosos ao usuário ou quando há uma determinação legal para fazer isso.

Na realidade, nós sempre aprovamos somente quando há uma determinação legal, esses conflitos, eles têm que ir à Justiça primeiro mostrar de que há um conflito e aí eles vão ao Comitê Gestor e o Comitê Gestor, então, ele faz a desativação do endereço de algum indivíduo, alguma empresa. Então, isso daí, evidentemente, que dentro da internet hoje, nós temos vários contenciosos que estão sendo levados à Justiça, que estão sendo considerado pelo Comitê Gestor.

A questão de como é que esses endereços são alocados a determinados indivíduos ou empresas, tudo isso são questões que o Comitê Gestor tem lidado com regras que são em geral universalmente aceitas pelos gestores de internet em cada uma das regiões do mundo. Mas normalmente, normalmente não, sempre, nós temos na realidade a necessidade de uma determinação judicial para que a gente possa desativar um determinado domínio.

E aí entra aquele argumento que eu lhe falei, que eu mencionei aqui. Quando você desativa alguém dentro do *ponto br* é muito fácil a ele ativar uma conta em outro domínio como o *ponto com*, *ponto edu*, ponto... entende? E você não consegue controlar. Então, se por acaso nós começarmos a proibir determinadas coisas no *ponto br* ou inibir o uso do *ponto br* o que ocorre é que essas pessoas todas começam a fugir para o *ponto ar* da Argentina, *ponto pe* do Peru, e assim por diante, *ponto com* que é um genérico e com isso você não elimina a questão da participação desse indivíduo na internet e ao mesmo tempo enfraquece o domínio *ponto br* e, portanto, toda essa possibilidade

que nós temos de acompanhar o que está ocorrendo dentro do Brasil principalmente, porque o *ponto br* hoje é utilizado entre 85% aproximadamente dos indivíduos brasileiros.

Eu vou pedir permissão ao Senador Magno para permitir que o nosso Demi Getschko possa intervir para dar informações adicionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu já havia recebido a informação de que ele gostaria de se manifestar e eu estava esperando esgotar os Srs. Senadores para conceder-lhe a palavra, uma vez que na CPI a manifestação ela acontece quando você é convocado ou convidado. E nesse caso eu acho que não precisa de deliberação dentro da sua colaboração a ser dada agora e eu lhe concedo a palavra.

SR. DEMI GETSCHKO: Obrigado. Primeiro respondendo à pergunta que foi formulada, o *br* tem atualmente um milhão e duzentos mil domínios registrados, sendo que a grande maioria deles paga trinta reais por ano de anuidade. Alguns domínios são isentos, por exemplo, toda a árvore debaixo do *gov br* é isenta, a árvore debaixo do *edu br* é isenta, e a árvore debaixo do *bil br* é isenta, são alguns subdomínios que não valia a pena a complexidade de gerar uma cobrança porque são ligados ao Governo, ligados à Academia ou coisa assim, então esses domínios não são cobrados.

Mas 99,5% dos domínios são cobrados e geram, então, trinta reais por domínio que devem dar ao redor de trinta e seis a trinta e oito milhões por ano que é um milhão e duzentos domínios vezes o número de domínios. O comentário que eu ia fazer em cima da linha exatamente que o Dr. Gadelha falou é que e eu concordo 100% que há como rastrear, eu concordo 100%, e a realidade mostra isso, nós temos quadrilhas sendo desbaratadas diariamente, fraudadores de contas bancárias, pedófilos, quer dizer, a gente tem visto isso sistematicamente acontecendo na rede e essas quadrilhas sendo desbaratadas.

O que ele alertou, e eu queria reforçar isso, é que os meios de fazer isso é ir diretamente contra o ofensor, a gente tem uma tendência de enxergar na rede uma forma de inibir a atividade do ofensor. E o que o Dr. Gadelha disse, e eu quero repetir, é que esse controle via rede é que é um controle frágil. O controle deve ser diretamente em cima do ofensor e não através do caminho que ele usou para fazer a ofensa.

Então, por exemplo, sem dúvida nós temos um milhão e duzentos domínio debaixo do *br* porque o *br* caiu no gosto do brasileiro, porque o *br* provavelmente presta um serviço adequado, porque o *br* não é caótico como são alguns domínio genéricos, ele exige alguns documentos, mas ele também não é rígido a ponto de espantar os usuários dele.

Se o *br* fosse mais rígido do que ele é, ele seria menor do que ele é e provavelmente nós teríamos menos informações sobre os brasileiros que estão na rede. Então, nós seríamos mais insignificantes em relação à rede. O número de brasileiros na rede continuaria o mesmo, provavelmente a internet do Brasil seria tão pujante quanto, mas nós teríamos menos informação sobre isso.

Então, se nós, por exemplo, quisermos moralizar alguma coisa na rede dificultando o registro debaixo do *br* a conclusão simplesmente vai ser que o *br* diminuirá de tamanho e nada melhorará na rede em si. Por quê? Porque os outros domínios estão aí disponíveis e em geral não pedem o que nós pedimos de documentos e de comprovação.

Então, esta é uma linha muito tênue que se cruzada ela, na verdade, atua contra nós que nós perdermos a informação que nós temos sobre a comunidade brasileira e nós passamos a ser irrelevantes na rede. Então, acho que o alerta era nesse sentido, não que se não se deva ir atrás do ofensor, ao contrário, nós queremos que cada vez mais o ofensor seja identificado e punido porque isso é que dá, faz a rede ser saudável.

O que nós não queremos é que isso seja feito por um caminho que na verdade seja um tiro no pé.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quando o Conselho faz um expurgo, por exemplo, ele comunica porque, logicamente, devem existir os Conselhos correspondentes nos demais países.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ah, isso é jabuticaba nossa.

SR. DEMI GETSCHKO: É cada um no seu. Cada um na sua área não há comunicação, quer dizer, se nós eliminamos alguém do *br*, ele pode registrar no *com* no dia seguinte-–

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, o que eu estou perguntando é o seguinte, aqui no Brasil nós temos o nosso Conselho.

SR. DEMI GETSCHKO: Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Argentina tem o Conselho dela?

SR. DEMI GETSCHKO: O modelo depende de país a país.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A França tem o Conselho dela?

SR. DEMI GETSCHKO: Não, não cada país é diferente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas com o mesmo objetivo?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Não, você veja o seguinte, em alguns países, por exemplo, são empresas, que como empresa que toma conta daquele *site*, em outros países é uma órgão só.

SR. DEMI GETSCHKO: Universidade às vezes, às vezes ONGs.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Tem outros que é um grupo de pessoas, às vezes que é um empresário só.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas a gente pode relacionar mundialmente organismos, empresas, órgãos, instituições que atuam...

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Que tomam conta de cada um do que a gente chama-–

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito parecidamente com o que a gente faz aqui, não é isso?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: O que a gente chama de códigos de países, sim, e tem os códigos genéricos como o *ponto com*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): E a outra sugestão que eu queria dar é de que no caso de um expurgo, de uma exclusão, que o nosso Conselho aqui informasse a esses outros Conselhos e organismo e instituições mundo afora, o expurgo e a razão do expurgo.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Isso pode ser feito mas seria inócuo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que já seria um--

SR. DEMI GETSCHKO: É inócuo, Senador, é inócuo. Ele não registra com o mesmo nome, não existe a figura do CNPJ lá fora, não existe identificação da pessoa. Se o dizer que se chama John Smith e pagar cinqüenta dólares, o Senhor registra em qualquer lugar lá fora e ninguém vai saber se o Senhor, de fato, chama John Smith ou não. Quer dizer, no Brasil nós somos rígidos nisso, mas em outros lugares existe total liberdade, pagou a conta não há nenhuma verificação... Aliás, temos uma tendência que isso piore, porque eles querem que o Ruiz (F), que é o sistema que informa quem registrou o domínio, eles acham que isso viola a privacidade do indivíduo e não devíamos nem dizer quem registrou um domínio, coisa que nós somos contra, nós queremos que o Ruiz (F) continue mostrando quem registrou um domínio porque isso é importante para a transparência da rede e para a responsabilização dos indivíduos, mas isso é do Brasil, em outros lugares não é assim.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador, na realidade, é como ele falou. Você não precisa se identificar, por exemplo, para ter uma conta... digamos que você queira fazer uma conta de *e-mail* e use, por exemplo, o *Gmail* que é ligado ao *Google*, por exemplo. Você pode se chamar... eu tenho, por exemplo, uma conta que se chama ACG. Ele não pergunta qual é o meu endereço, quer dizer, qual é a minha identidade, não pergunta nada. Eu tenho lá um *acg@gmail.com* e eu uso eles e eles não vão atrás disso.

Quer dizer, não há como eu chegar para dizer: "*Olha, o Augusto Gadelha ele foi eliminado aqui no Brasil.*", porque aí eu não vou me inscrever lá como Augusto Gadelha, eu vou me inscrever como AGC, e eles não sabem que uma coisa tem a ver com a outra, quer dizer, é totalmente inócuo esse tipo de comunicação entre si.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Olha, eu acredito que a única alternativa para poder enfrentar essa questão na verdade seria a questão dos tratados internacionais, quer dizer, se nós, é evidente que hoje você já tem algum tipo de crime comum que a solução é a extradição, é a troca de informações de Interpol e essas coisas todas, assim, então o caminho que nós temos é esse. Aí eu entro outra vez, eu até tenho ficado repetitivo, eu acho que o Dr. Augusto podia nos ajudar dentro do Governo como representante do Ministério da Ciência e Tecnologia para que a Governo Federal pudesse tomar essa providência.

Na verdade, nós temos duas providências em paralelo, sabe Senador Magno Malta, nós temos a discussão da lei aqui que ajuda o Brasil a assinar a participação na Convenção de Budapeste e a própria Convenção pode ser assinada pelo Brasil e ajuda até o meu projeto aqui. As duas coisas elas não são dependentes, elas se ajudam, mas o Governo Brasileiro tem sido lento nessa providência em relação à Convenção de Budapeste.

Quer dizer, eu ainda provoquei agora recentemente outra vez o assunto e a informação é de que ainda está em discussão, houve mais uma reunião com vários órgãos do Governo e a Convenção tem inclusive um primeiro estágio, que é um estágio de exposição de assinar, e nesse período de exposição, o Governo analisa com mais cuidado os termos todos da Convenção e aí poderia assinar.

Existe, inclusive, uma demanda dos outros países que são quarenta e tantos, cinqüenta países que já assinaram, que o Brasil participe pela importância do Brasil como população, como economia, como gerador de crime. Então isso tudo eles estão querendo que o Brasil participe, então, nessa rede de pedofilia,

por exemplo, é fundamental que nós tenhamos a participação do Brasil nesses tratados internacionais, isso, a ausência de nós termos essa participação acaba prejudicando. Bom, esse é um ponto.

O outro que eu queria colocar é a questão da garantia da rede, quer dizer, como que a gente, na verdade, essa colocação de que até hoje a internet tem se segurado... Sim e não. Nós temos aquele caso da Estônia que a Estônia teve durante dois dias todos os sistemas no chão. O sistema bancário, o sistema de segurança... Nessa última reunião do Conselho da Europa estava lá o representante da Estônia e eles fizeram uma mudança total na legislação da Estônia para poder endurecer, digamos assim, as regras e proteger o país.

Como que nós estaríamos do ponto de vista do Comitê Gestor em relação as nossas redes? A segurança que nós teríamos contra os *hackers* que podem jogar no chão as nossas redes? Quer dizer, o que isso tem a ver com a pedofilia? Não, tem a ver com o conceito geral de segurança das nossas redes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Azeredo me concede? Com relação ao primeiro ponto que V.Exª colocou hoje pela manhã eu recebi um Juiz Federal enviado a essa Comissão pela Ministra Ellen Gracie para conversar e já estava, já havia chegado a Dra. Carla Sandoval, e na experiência dele ele trabalhou numa Comissão designado pela Ministra, ele é do Conselho Federal, para tratar a questão do Tratado de Haya, com relação a questão de pátria para crianças despatriadas e é uma questão que envolve os infantis.

Ele disse que a medida mais rápida e mais correta é essa que V.Exª colocou e veio colocando, ele disse: *"É adotar a partir do Executivo e do próprio Ministério da Justiça, a elaboração de um tratado de cooperação direta com os Estados Unidos."*, tratado direto, a exemplo de outros tratados que já existem que ele participou deles com muito sucesso que já usa esse tratado. E tratados que já foram feitos com o Brasil e com os Estados Unidos para o que Juiz de lá forneça em tempo hábil as informações solicitadas pelo Juiz daqui, direto, de Juiz para Juiz.

De maneira que esse Juiz Federal estará com essa Comissão designado pela Ministra Ellen Gracie, quer dizer, então nós temos alguém afeito já ao tema que conhece já na sua execução e que certamente nós ajudará nessa questão do primeiro ponto que V.Exª colocou.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Eu, como membro do Ministério da Ciência e Tecnologia, na realidade, tenho quase que a obrigação de atuar nesse sentido e sendo Coordenador do Comitê Gestor da Internet, sem dúvida, essa minha obrigação se torna ainda mais importante, quer dizer, mais exigente em cima de mim.

Então, nós temos, na realidade, a possibilidade exatamente de criar esses grupos de trabalho que nós já estamos fazendo e entre esses convidar outros órgãos de Governo, como o Ministério da Justiça, por exemplo, que hoje não participa do Comitê Gestor da Internet, eu acho que pode participar dentro de grupos de trabalhos específicos relativos às questões não técnicas, mas questões relativas à legislação, relativas a esses acordos internacionais, relativos à questão judicial.

Nós faremos o possível para que isso realmente venha a ser efetivado com o apoio do Comitê Gestor da Internet que tem nove representantes de Ministérios lá dentro e possamos, então, ter uma ação um pouco mais efetiva nesse sentido. Reconhecemos que realmente há necessidade de uma ação mais dura, mais rápida nesse sentido.

Com relação à questão do exemplo que o Senhor mencionou da Estônia, isso daí na realidade você controla, por exemplo, quando houve aquele caso Cicarelli que foi um caso conhecido de todos, houve a queda de parte da rede brasileira através da Brasil Telecom na época e de outras telefônicas que são os verdadeiros portadores dessa informação. A internet é si é quase que uma estrutura lógica, de você pegar a mensagem, dividir em pacotes e mandar por vários caminhos que já estão estabelecidos pelas grandes empresas telefônicas, as grandes empresas de telecomunicações no mundo.

Quando você elimina a internet de certa forma há várias possibilidades. Uma delas é realmente você cortar essa conexão, por exemplo, o Brasil pode ser isolado simplesmente cortando todas as conexões internacionais que existam e que utilizem que são utilizadas pela internet. Isso poderia manter o Brasil durante algum tempo comunicando-se internamente, mas como a internet toda ela é mundial e, portanto, você tem que ter o registro de quem está na internet e como você vai acessar os endereços, isso daí tem que haver uma constante comunicação internacional para que isso funcione porque do contrário dentro de alguns dias você começa a perceber que você entra com um endereço de um *site* e ele não alcança aquele *site* porque ele mudou aquele valor.

Então, há necessidade realmente de que a internet continue de alguma forma preservada nas suas interconexões no mundo inteiro entre si. O caso da Estônia foi uma ação aparentemente que, eu não sei os detalhes de como é que foi a ação, acusações que ocorreram de vários lados, uma delas de que o Governo estrangeiro, fora da Estônia, teria eliminado exata-

mente a conexão com os acessos da internet através de conexões física da Estônia.

Esta é uma maneira, digamos, que um Governo poderoso pode fazer para eliminar ou isolar ou acabar com uma determinada ação de internet. Uma outra, na realidade, é o que nós conhecemos que são esses ataques que são muitas vezes feitos por indivíduos que nem o Departamento de Comércio Americano, nem nenhum Departamento, digamos, a questão dos *sites* mais importantes das Forças Armadas Americanas estão isentos desses ataques cibernéticos, de você colocar quantidades enormes de mensagens e de solicitações dentro um *site* desse a ponto de que ele então cai, porque ele não consegue segurar isso daí.

O Comitê Gestor da Internet, por exemplo, ele tem hoje uma capacidade de comunicação com o resto do Brasil extremamente larga e grande exatamente para evitar que em um ataque desses ele possa cair. Nós somos hoje, de alguma forma, resistentes a ataques maciços porque a gente tem uma capacidade muitas vezes multiplicadas daquilo que realmente nós usamos no dia-a-dia. Então, quando há um ataque nós podemos, na realidade, suprir a demanda, quer dizer, de alguma forma absorver esse ataque e continuar realmente a gerar as ligações de internet.

Mas isso são questões realmente que têm que ser cuidadas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Mas e no caso, já específico aqui da CPI, quer dizer, o Senador Geraldo Mesquita já colocou essa... V.Exª já respondeu à dificuldade de tirar do ar um *site* específico. Agora, teria condição de tirar um, quer dizer, um pacote de *site*, quer dizer, ou tirar, suspender o provedor que está mandando aquele *site*? Digamos que você tenha uma maior parte dos *sites* pornográficos sendo enviados por um dos provedores, provedor XB lá da Dinamarca, nós poderíamos suspender só esse provador?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bloquear. Não seria suspender, seria bloquear.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Quando nós temos, de alguma, forma controle do provador legal, por exemplo, aqui no Brasil. A questão dos provedores é complicada também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim bastante.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Quer dizer, eu posso me tornar um provedor e não dizer para ninguém que eu sou provedor, eu posso fazer... e ser provedor somente lá do meu bairro ou dos meus amigos e ninguém vai saber que eu sou provedor. Então, inclusive, a lista de provedores é algo que não existe, ninguém hoje tem realmente essa informação catalogada.

Quais sãos os provedores que existem no Brasil? Nós sabemos os grandes provedores que comercialmente se colocam aí, mas tem uma quantidade muito grande de provedores no país que muitas vezes, talvez, a gente não tenha nem noção de que eles sejam provedores de internet.

Existem provedores no exterior também aos montes. Se nós temos um grande provedor, por exemplo, um provedor qualquer desses grandes aqui no Brasil e a Justiça ordena de que ele seja, de alguma forma, desligado, você poderia fazer alguma ação nesse sentido, mas aí é uma questão judicial, não vai ser o Comitê Gestor da Internet que vai impedir ou vai tirar os números que estão associados a esse provedor da internet porque eles recebem uma quantidade de número de *IPs* no qual ele pode então fazer a provisão da internet,então não vai ser...

Quando você quer fazer essa ação lá fora, isso é muito complicado. Quer dizer, a não ser que nós tenhamos novamente acordos internacionais e lá fora se digne a fazer esse tipo de ação, que nem sempre é tão fácil. Agora, a questão de nós isolarmos aquele provedor também é uma questão que eu acredito que tecnicamente e operacionalmente seria complexo, você ter um acompanhamento de que mensagens estão vindo daquele provedor e você de alguma forma filtrar eles nesse processo. Então, isso seria a maneira de você eliminar isoladamente um provedor da internet lá de fora.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós não poderíamos ter aqui mesmo nesse caso que foi citado, eu só... o Comitê Gestor só pode retirar os *sites* do ar com a decisão legal, certo? Agora, a decisão legal, quer dizer, no caso tem que ser um Mandado de Segurança para poder ser mais rápido porque senão vai demorar muito às vezes.

Eu tive na última eleição de 2002, eu tinha um *site* da minha campanha e de repente apareceu um outro *site*, com o meu nome também, e era lá de Niterói e tinha fotografias pornográficas no meio de *site*. Aí o Portugal conseguiu tirar do ar não sei como, ele entrou em ação e conseguiu tirar o outro do ar, eu não sei como que ele conseguiu tirar isso do ar. Agora, não seria necessário ter uma ação mais rápida? Aí não é o caso da gente fazer alguma coisa legal nesse sentido, que possa dar um rito sumário para uma situação dessa ou suspensão quando houver alguma suspeita?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Quando é identificado claramente de que há, por exemplo, um conflito, por exemplo, mesmo endereço nes-

se processo, aí certamente nós podemos intervir por uma questão técnica e eliminar um dos *sites*, quer dizer, você ter o mesmo *site* em princípio com o mesmo nome não seria possível porque cada nome de rede ele tem associado a ele um número de *IP*, então, de alguma forma você tem colocado. Agora, o Portugal é uma pessoa de grande prestígio dentro da internet e ele pode fazer mágicas. [risos].

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Ah, está.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: É, mas aí foi um convencimento de vocês junto à pessoa. Quer dizer, o que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi um convencimento do pessoal de Niterói junto ao cara lá.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: --Está certo. Esse daí você veja que não houve interferência do Comitê Gestor. Isso daí foi um acordo que houve entre vocês e a pessoa que estava na realidade utilizando de uma forma inadequada o seu endereço. Agora, ele não pode usar exatamente o mesmo endereço, mas pode, por exemplo, Banco do Brasil. Você pode chegar lá e botar B Brasil e achar que aquilo é Banco do Brasil e alguém vai lá B Brasil e acha que está no Banco do Brasil. E a pessoa vai e faz toda aquela figura do Banco do Brasil e você, então, entra em um *site* que realmente vai lhe provocar.

Então, é importante que você saiba exatamente aonde você está entrando, o endereço correto do banco que você está entrando, mas ao mesmo tempo nós temos regras que a gente impede a alocação de *sites* com nomes e com endereços que de alguma forma venham a causar confusão entre, exatamente, por questão de segurança, principalmente nessa área, por exemplo, bancária, nessa área financeira, é uma área que nós temos muito cuidado, que a gente então impede, a gente elimina a possibilidade de um indivíduo colocar um endereço Banco de Brasil, por exemplo, então a gente de alguma forma tem essa preocupação de manter essa segurança dentro do sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O Dr. Suiama tinha me pedido, mas em oitiva de CPI não se fala, mas como eu abri para ele sem que, na verdade, ele tivesse sido votado um convite aqui, por uma questão de Justiça, como é uma Audiência Pública, é mais um convite, na verdade, não é uma oitiva, Dr. Suiama, se quiser usar a palavra fique à vontade.

SR. SÉRGIO SUIAMA: Obrigado, Senador, por me conceder a palavra. Eu gostaria de saudar o Dr. Augusto Gadelha, eu gostaria de saudar o Demi Getschko, ambos do Comitê Gestor da Internet. A minha intervenção, Dr. Gadelha, é no sentido, em primeiro lugar, de reconhecer que o Comitê Gestor tem patrocinado algumas ações de combate aos crimes cibernético e mais especificamente à pornografia.

Eu cito aqui o patrocínio que foi feito pelo Comitê Gestor na gestão anterior ao Manual Prático de Investigação de Crimes Cibernéticos, cuja tiragem foi acho que de cerca de três mil exemplares, e esses três mil exemplares foram distribuídos a todo o sistema de Justiça Federal Brasileiro. Juízes Federais, Procuradores da República, de Primeira, Segunda e Última Instâncias, e Delegados de Polícia Federal e essa medida foi muito importante.

Além disso, eu me lembro também, eu me recordo, que houve um contrato específico com a *SaferNet*, um apoio específico à *SaferNet*, para a produção de um relatório. Agora, me parece que o Comitê Gestor teria um papel muito mais importante e muito mais relevante nessa questão além dessas ações isoladas.

Eu gostaria de me referir especificamente a algumas questões que o Senhor falou, por exemplo, a questão do bloqueio dos *sites* de pornografia comercial, pornografia infantil comercial, que estão hospedados no exterior. Essa medida já é adotada em diversos países, eu cito aqui a experiência mais importante que é a do Reino Unido, é perfeitamente possível obter uma lista atualizada diariamente através de organizações não governamentais que combatem a pornografia infantil. Qual é a...

SR. SÉRGIO SUIAMA: A *Internet Watch Foundation* tem especificamente, produz especificamente, uma lista diária de *URLs* que contêm especificamente conteúdo de pornografia infantil e que, portanto, poderiam ser bloqueadas pelos *backbones*, pelos provedores de tráfego da internet, e eu acho que o Comitê Gestor poderia ter algum papel nessa questão.

Talvez uma parceria com a *Internet Watch Foundation* para permitir ali o acesso a esses *sites* e depois então um contato, uma intermediação com os *backbones*, isso é uma primeira coisa. A segunda coisa, diz respeito ao prazo de preservação das evidências. O Comitê Gestor da Internet tem uma recomendação estabelecendo que o prazo de preservação das evidências seja de três anos, mas infelizmente a maioria dos provedores, seja de acesso, seja de conteúdo, seja de serviços, não cumpre esse prazo.

Me recordo também que o projeto do Senador Azeredo também se refere ao prazo de três anos, mas infelizmente esse prazo não tem sido observado. Por exemplo, se nós chegamos até a *NET*, a *NET* responde que ela só guarda os conteúdos por seis meses. Se nós indagamos a *Google* do Brasil, por exemplo, a *Google* responde que ela só guarda os *logs* de acesso por trinta dias.

Então, eu acho que o Comitê Gestor tem também um papel no sentido de exigir desses provedores o cumprimento da recomendação que foi feita pelo Comitê Gestor. Outra medida que me parece importante diz respeito ao investimento em prevenção por parte do Comitê Gestor. O Comitê Gestor ele tem uma receita muito grande, ele recebe todo o recurso destinado ao registro de domínio no âmbito *ponto br*, essa receita não está sendo, me parece, quem vem de fora, não está sendo utilizada em sua totalidade ou em grande parte por parte do Comitê Gestor.

E essa receita poderia ser usada, por exemplo, para patrocinar cartilhas, patrocinar programas de formação a professores, programas de formação de longa distância, a difusão de medidas etc. Eu acho que isso também não está sendo feito no âmbito do Comitê Gestor.

Agora, a última medida o que Senhor anunciou me parece muito bem-vinda e também foi discutida no âmbito de uma reunião que nós tivemos com os provedores, significa ter um Fórum permanente coordenado pelo Comitê Gestor para debater esse assunto do combate aos crimes cibernéticos e mais propriamente dos crimes cibernéticos contra Direitos Humanos, dentre os quais a pornografia infantil e os crimes de ódio.

Eu acho que nós poderíamos, Dr. Gadelha, já instalar esse Fórum ainda esse ano e o Ministério Público Federal de São Paulo se coloca à disposição para integrá-lo, talvez com um tema por dia, nós poderíamos tentar desenvolver e tentar ver desde a educação até compromisso mais efetivo dos provedores que nós não temos ainda tido no Brasil. Obrigado.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Obrigado pelas suas observações e indagações. Um comentário sobre o que você colocou aí. O Comitê Gestor da Internet, na realidade, ele não tem o mandato legal para obrigar os provedores de manter esses dados durante o tempo necessários, para isso é necessária uma legislação.

Na realidade, apesar dessa recomendação muito forte que o Comitê Gestor já fez já há alguns anos e continua fazendo para a manutenção dos dados, qualquer empresa como o Senhor mencionou aí, ele pode alegar que não tem nenhuma imposição legal para que essa recomendação do Comitê Gestor seja obedecida por esses provedores.

E não acabe, quer dizer, nós não temos esse Mandato Legal de obrigar uma empresa a manter isso, isso teria que ser previsto em legislação que é, em geral, o que está sendo discutido no âmbito dessa Casa aqui.

SR. SÉRGIO SUIAMA: É que o fato, Dr. Gadelha, é que essa ausência, me parece, em primeiro lugar, que talvez não fosse necessária uma legislação específica ou um mandato específico na legislação para prever isso, seria desejável que isso acontecesse, mas não obrigatório. Em segundo lugar, eu acho que mesmo que não houvesse uma legislação, cabia ao Comitê Gestor chamar esses provedores à responsabilidade porque o fato é que nós estamos sendo impedidos de investigar por causa desse pouco compromisso dos provedores, e principalmente os provedores... grandes provedores, de preservar minimamente as provas necessárias à investigação. O Demi faz uma referência e fala assim *"Nós temos que identificar o ofensor, mas sem comprometer o meio para investigar esse ofensor."*, eu pergunto, indago ao Senhor como é que o Ministério Público Federal pode chegar até o ofensor sem a colaboração efetiva dos provedores? Porque me parece que o primeiro dado necessário para a gente alcançar um criminoso cibernético são os dados de *IP* e os *logs* de acesso e esses dados somente são fornecidos pelos provedores.

Então, fica muito difícil nós chegarmos até o ofensor, identificarmos o ofensor, sem ter uma colaboração mais efetiva dos provedores que não temos tido até agora.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Me dá licença... Posso?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Pode, por favor, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como é que funciona o Conselho de Publicidade quando ele suspende ou intervém ou exige uma providência das empresas de publicidade ou das empresas contratantes? É um Conselho Gestor que foi formado dentro da legislação em vigor, mas é uma colaboração clara para dar uma regulamentação ao tipo que é ofensivo ou não dentro das publicidades. Eu não sei, eu estou só colocando para ver se poderia ter um Conselho nesse sistema talvez.

SR. DEMI GETSCHKO: Pois não, Senador, o CONAR ele tem até uma natureza jurídica até mais fraca nesse sentido de obrigação do o que Comitê Gestor. O CONAR é uma associação privada, é uma associação formada por agências de publicidade e elas estão vinculadas como associadas ao CONAR.

Já o Comitê Gestor de Internet, ele foi instituído por lei, por Decreto Presidencial, e apesar de haver uma certa controvérsia em relação ao papel normativo do Conselho Gestor, me parece que o Comitê Gestor é hoje um *locus* importante, um *locus*, uma referência importante... Sim, uma referência importante em matéria de regulação no âmbito brasileiro.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador, a questão do CONAR, eu teria que analisar e avaliar, eu teria que avaliar realmente como é que o CONAR funciona e quais são as atribuições que ele tem, mas por ser uma associação de anunciantes, quer dizer, associação de empresas, ela tem uma auto regulação, uma auto avaliação, que é quase que uma força junto aos demais participantes desse Conselho.

Com relação à questão de internet, ele não é uma associação de provedores, a associação de provedores ele poderia, a ABRANET etc., poderia fazer esse tipo de auto regulamentação e aí teria uma força moral maior do que o Comitê Gestor poderia ter junto a esses provedores. Então, a questão exatamente porque nós temos na realidade um Comitê Gestor que é estabelecido por Decreto Presidencial que tem representantes de Governo e representantes da sociedade, as recomendações dela ou a imposição dela sobre os provedores, ela não tem nenhuma força legal e nem moral do sentido de associados dentro de uma coisa.

O que ela tem na realidade é um peso deles tentarem ouvir a nós, nós podemos, e temos feito de alguma forma, recomendações reiteradas para que isso seja cumprido. Agora, o ponto é que uma empresa dessa pode simplesmente ignorar. Então, as ações viram um pouco inócuas se nós não tivermos uma legislação que nos dê suporte. Se há uma legislação que nos de suporte e diga que o provedor terá necessariamente que manter durante seis anos, três anos, o que seja, o *logon* dessas conexões, nós sim poderemos agora exercer uma ação de avaliação, fiscalização, o que seja, possível de ser feita.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Me permita? Eu acho que em suma de tudo que já falamos é o que nós estamos buscando. É o que nós estamos buscando. Nos instalamos para isso e nós estamos sofrendo e estamos discutindo exatamente porque não existe essa legislação. O que existe é uma lei genérica no Brasil que diz que qualquer empresa que se instale aqui uma multinacional, tornou-se empresa brasileira, tem CNPJ, está debaixo da Legislação Brasileira, pronto. Nós não temos é nada específico, e por não ter nada específico, eles enchem o peito e dizem: *"Eu não cumpro essa genérica aí."*. Então, o que acontece? Nós vamos é mandar a lei específica.

O *Google* vem aqui amanhã. Nós não queremos nada com eles, nós não queremos que eles violem sigilo de ninguém, em absolutamente, nós queremos é que eles sejam cooperadores do Brasil no combate ao crime, em suma é isso. Então, quando você detecta o crime hoje eles falam *"Não, eu não cumpro. Eu não cumpro, não tem legislação específica para mim, eu não cumpro."*.

Então, o que acontece? Dentro disso eu já peço ao Senhor que se possível nos indique, eu vou oficiar isso, alguém do Comitê Gestor para se juntar a esse grupo que aqui vai estar. Construindo essa legislação, exatamente para dizer: Olha, vai ter que armazenar por tanto tempo. Detectado o criminoso, a empresa que armazena dados, o provedor é obrigado a atender ordem judicial brasileira por isso, por isso, por isso e por isso, com pena disso, disso, disso e disso e acabou. E morreu Maria.

Então, quer dizer, estamos falando, na verdade, é um debate que a mim enriquece muito porque eu estou tomando conhecimento de muita coisa que não sabia, mas em suma é isso, nós não dispomos de legislação, a CPI foi construída e na verdade tratamos de dois vieses, primeiro, um é construir um grupo de trabalho que conheça tecnicamente, conheça as informações, que conheça as nossas deficiências por não termos a legislação, que conheça o que estamos sofrendo enquanto sociedade brasileira por não termos a legislação, e que se disponha a construir a legislação. Ponto.

O segundo ponto que nós sejamos braço de quem faz repressão de quem tem a investigação que é o Ministério Público do Brasil para então desencadearmos uma luta no país inteiro mapeando o crime de pedofilia e, se possível, até prendendo quem tem que prender com o poder que CPI e acabou.

Se nós ao final, conseguirmos, e vamos conseguir com a graça de Deus, porque se tivermos que renovar o prazo da CPI vamos renovar, eu acho que isso não é CPI para quatro meses, eu a cada dia fico mais assustado, achei que o narcotráfico tinha tomado o topo de tudo e que esse pódio era difícil de tirar de lá, mas acho que a questão da pedofilia fica ameaçando esse pódio do narcotráfico, que nós vamos ter muito trabalho, nós vamos renovar o prazo da CPI, mas nós vamos prolongá-la até para que possamos, dentro do andamento da CPI, aprovarmos a legislação antes que ela se encerre, não vamos esperar construir um relatório final e nesse relatório final sairmos por aí de Comissão e Comissão e vendo essa coisa engavetada anos a fio.

Eu estava falando no telefone com o Ministro Múcio, o Presidente Lula viaja hoje à tarde para a Holanda e volta no sábado e na próxima semana nos recebe. Nos recebe para falar à Nação, dar garantia à Nação, de que toda a legislação de combate ao crime cibernético no Brasil e combate à pedofilia de crime, de crime organizado, que seja ele cometido por anônimos ou por doutores, políticos, seja lá quem for, que

terá a sanção do Presidente com a mesma velocidade de que foi aprovado na Casa, por quê?

Porque nós já tomamos a deliberação enquanto CPI, isso é uma informação para os Senhores que eu acho que isso é muito bom, com o Presidente da Casa para que nós aprovemos iniciativa do Sr. Relator que, inclusive, pede desculpa porque o líder do seu Partido não está em Plenário e ele substitui o líder nesse momento, Senador Demóstenes Torres, para que nós votemos imediatamente aquilo que acontecer... O que nós votarmos aqui, tipo a difusão vermelha, Medida Provisória saiu da frente nós vamos votar e vamos levar à Câmara a CPI com os respectivos líderes de Partidos para que a Câmara vote também com a mesma velocidade e o Presidente Lula com a mesma velocidade sancione antes de relatório final de CPI.

Porque entendendo a gravidade desse crime não podemos construir alguma coisa aqui e depois ficar esperando algumas coisas importantes que aconteceram na CPI da pornografia desse acinte moral contra a criança tão bem presidida pela Senadora Patrícia Saboya e que até hoje não saiu da gaveta. Então não isso que queremos.

Eu acho que, em suma, é isso que nós estamos querendo, em suma, é isso que fala o Ministério Público na sua dificuldade em defesa do coletivo. Em suma, é isso que fala o Conselho Gestor quando diz: *"Nós temos, o nosso poder vai até aqui. A partir daqui não é poder, é chamar essa gente para conversar e se eles quiserem atender que atendam e tal..."*. E na verdade nós estamos nos precisando, uns precisando dos outros, e a nação ávida por essa discussão e que ela se construa realmente em instrumento para que possa a nação brasileira ver os seus filhos defendidos.

Eu dizia hoje ao ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos e Advogado do *Google* que vai estar aqui amanhã. Nós não queremos afrontar o *Google*, não queremos que eles sumam daqui, não queremos desmoralizá-los, não queremos nada disso. Nós vamos tratar muito bem eles, nós só queremos que eles sejam companheiros do Brasil no combate ao crime e acabou. Acabou.

E com todas as dificuldades que têm, as exigências que a China fez para que eles se de despissem para entrar no país, eles tiraram a roupa inteira, aqui nós não estamos querendo isso tudo não. Na Índia tiraram a roupa inteira também na exigência para entrar. Aqui nós não queremos isso tudo não, não queremos que eles preservem o sigilo das pessoas não queremos nada disso.

Nós queremos é que quando o criminoso for detectado e houver uma ação do Ministério Público Brasileiro e uma ação da Justiça Brasileira que haja o atendimento, eu acho que em suma nós estamos discutindo a mesma coisa e acho que, em suma, é a isso que eu acabei de colocar.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador, permita-me novamente reiterar a disposição do Comitê Gestor da Internet de contribuir com todo o esforço legislativo dessa Casa. Nós temos constantemente conversado com Senadores, Deputados Federais, no sentido de propor legislação específica para a área da internet assim como dar visões específicas do Comitê Gestor relativos a propostas de legislação que estão hoje dentro desse cenário e da Câmara em geral.

Então, nós temos, na realidade, toda a disponibilidade para contribuir nesse esforço que a Câmara está exercendo.

Com relação à questão colocada aqui, de recursos do Comitê Gestor, novamente deixe-me reiterar que utilizamos esses recursos exclusivamente em prol da melhoria da internet no Brasil e entre essas ações de melhoria está exatamente ações de combate ao crime cibernético. Na realidade, o orçamento como colocado aqui de hoje é na faixa de trinta milhões anuais, mas isso daí tem todo o custo de operação do Comitê Gestor, da rede, do *ponto.br*, dos pontos de presença da contratação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dá para fazer um pouquinho mais do que aquilo, não é? Trinta milhões dá para fazer um pouquinho mais do que aquilo, não é?

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Hein? Não, toda a questão, por exemplo, de maquinários, então sobra algum recurso sim, mas nós estamos exatamente no processo de fazer o apoio a várias ações como foi colocado aqui, por exemplo, dentro da *SaferNet* nós apoiamos as ações da *SaferNet* durante um ano, e nós temos toda a disponibilidade de, realmente, de contribuir nesse esforço. Os recursos, na realidade, eles são utilizados estritamente em prol do bom funcionamento da internet no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acabo de protocolar um projeto dentro desse pacote antipedofilia e que pode sofrer toda e qualquer emenda necessária, que é um Projeto de Lei protocolado agora que proíbe as empresas de cartões de pagamento, proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorização, transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.

Depois eu queria passar uma cópia à mão dos Srs. Procuradores, eu estou mandando também ao gabinete dos Srs. Senadores e ele está aí dentro desse pacote para ser discutido. Eu acho que nós vamos nos falar muito tempo ainda, eu vou oficiar ao Conselho que nos ofereça alguém para se juntar a nós para ser

essa interlocução com o Conselho dentro da construção dessa legislação para que o Conselho também tenha essa interlocução e saiba como as coisas estão acontecendo, estão fluindo aqui.

Nós estamos, essa campainha chata é... Eu quero agradecer a sua gentileza, Doutor, ao aceitar o convite para que nós pudéssemos ter essa Audiência Pública, fizéssemos esse debate aqui, e agradecer ao Dr. Demi pela participação, agradecer ao Suiama, que vão estar conosco amanhã, e também estendo o convite ao Dr. Carlos Eduardo Miguel, nós temos que votar isso, Leonardo e também o Felipe Tavares Seixas da Polícia Federal da área de Combate a Crimes Cibernéticos para que esteja conosco amanhã para acompanhar o depoimento dos Diretores da *Google* amanhã às nove horas da manhã.

Se chegarmos às nove horas, a gente fica com a televisão ao vivo e aí a gente tem oportunidade de que a nação acompanhe o debate.

O Senhor tem a palavra.

SR. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA: Senador, eu só gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade que o Senhor nos deu de podermos debater essa questão em nome do Comitê Gestor da Internet, novamente colocando o Comitê Gestor da Internet à disposição dos Senhores para que a gente possa realmente vir a bom termo essa ação da CPI da Pedofilia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós agradecemos, não havendo mais nada a ser tratado convoco Sessão Ordinária para amanhã às nove horas da manhã, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h55min.

ATA DA 8ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2008, realizada em 9 de abril de 2008, às nove horas e vinte minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram os depoimentos dos senhores Alexandre Hohagen, Diretor-Presidente da Google Brasil Internet Ltda.; Felix Ximenes, Diretor de Comunicações da Google Brasil Internet Ltda.; Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da Safernet Brasil; Sergio Gardenghi Suiama, Procurador da República no Estado de São Paulo; Carlos Eduardo Miguel Sobral, Delegado de Polícia Federal e Felipe Tavares Seixas, Delegado de Polícia Federal. Foi aprovado o Requerimentos n.º 024/08 – Requer seja convidado como palestrante, para Audiência Pública, um representante da Receita Federal, visando esclarecer a atual política de tributação das empresas sediadas no exterior, com consumidor final no Brasil e em votação nominal, com maioria absoluta, foi aprovado o Requerimento n.º 025/08 – Requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático referente aos dados e fotos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento, todas hospedadas no *site* de relacionamento *Orkut* (www.orkut.com), bem como os *logs* que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo quorum regimental, declaro em nome de Deus aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar o uso da internet para a prática de crime de pedofilia e as relações da pedofilia com o crime organizado. Ontem eu dei entrada num Projeto, Senador Tuma, dentro desse projeto de pacote antipedofilia, que nós estamos chamando, dentro desse entendimento feito com a Presidência da Casa, e a Presidência da Câmara dos Deputados. Comuniquei ontem que o Presidente Lula nos receberá, na próxima semana, para falar à Nação de que sancionará todos os projetos saídos dessa CPI de uma forma imediata a se construir instrumentos para combater esse crime tão avassalador, tão desgraçado, tão nefasto que eu reputo que anda com maior velocidade hoje do que o próprio narcotráfico, e que a tecnologia deu a possibilidade aos operadores desse crime se difundir e até mostrar o rosto, era uma coisa mais ou menos na sombra, uma coisa mais ou menos no escuro, que a culpa na verdade não está na tecnologia, a tecnologia vai avançar sempre, o mundo vai avançar, a culpa está na falta de instrumentos que nós não temos. Precisamos construir instrumentos e precisamos de homens com boa vontade na operação dos instrumentos para não penalizar toda uma população em função de dois ou três criminosos, mas fazer o criminoso pagar por se utilizar da grande maioria para fazer o cometimento dos seus crimes.

E, a partir daí eu falo para nação agora, uma vez que a TV Senado está ao vivo, e essa CPI ela chama atenção e tem interesse da nação que todos os organismos, e hoje eu tenho o prazer e depois vou convidá-lo a estar conosco, de ter conosco o ex-Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, pessoa que tive o prazer de conviver durante cinco anos como Ministro

da Justiça, que conhece com profundidade a lei brasileira, conhece com profundidade as necessidades de revitalização, de criação de novos instrumentos para outro tipo de operar crime, e crimes novos e práticas novas de crime que vão aparecendo. Eu quero de pronto saudá-lo, Dr. Márcio. E as autoridades constituídas brasileiras, os demais organismos desde o Supremo ao Procurador-Geral da República, Polícia Federal, ao Conselho de Procuradores, Ministério Público, desde a CONAMP, ao Conselho de Procuradores, as ONGs, todos estamos juntos com a mesma visão, com o mesmo objetivo, pensando as mesmas coisas. E ontem eu protocolei um projeto dentro desse pacote antipedofilia, Senador Demóstenes, V.Exª. estava no Plenário ontem, substituindo o Líder, que um texto que vai para a mão desse grupo que está trabalhando conosco que visa coibir o uso do cartão de crédito na compra de material pornográfico e uma discussão que nós vamos ter que fazer diretamente com os Bancos. Esse é o Projeto, uma vez que aqui nós já vimos aprovada a chamada Difusão Vermelha, Ministro Márcio Thomaz Bastos, que é uma lei que faltava ao Brasil, a Difusão Vermelha para prender o criminoso que tem mandado de prisão lá no seu país que entra aqui e o máximo é comunicar porque nós não temos o instrumento para prendê-los. E saiu do bojo das entranhas da própria Polícia Federal quando lá nós tivemos para visitá-los, e essa colaboração dentre tantas outras que a Polícia Federal há de dar, até porque ressaltava na minha conversa hoje com o Dr. Márcio no meu gabinete de que a nossa Polícia Federal tecnicamente é uma das que mais avançou no mundo sem instrumento. E que essa CPI, de fato, quer construir esses instrumentos legislativos, instrumentos de lei para poder ajudar no combate ao crime na internet, os crimes cibernéticos chamados.

Ontem recebi no meu gabinete, Senador Demóstenes, o colaborador dessa CPI, o interlocutor da Ministra Ellen Gracie, e que com a sua experiência na Comissão que trabalhou no Tratado de Haia, com relação aos crimes cometidos contra filho de brasileiros que nascem lá no exterior ou filhos de outros que nascem aqui e que precisam ser repatriados, de que nós precisamos fazer alguns acordos internacionais que têm que ter o seu nascedouro no Executivo e acho que aqui, também, além de todas as leis, nós precisamos fazer os nossos acordos, acordos internacionais, e com relação à internet, acordos que já existem no Canadá, Austrália, Reino Unido, Alemanha e o Brasil seria o quinto, quatro já fizeram e nós seríamos o quinto nessa de combate a crime de internet. Nós... Antes de iniciarmos os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Está aprovado. Nós convocamos e queríamos convidá-los a sentar conosco aqui, assumir lugar aqui, Sr. Alexandre... O nome está aqui, eu só não sei é se acerto ler esse nome. Hohagen, agora eu vou ler sim, que é o Diretor da Google no Brasil; o Sr. Felix Ximenes, Diretor de Comunicação da Google, o Dr. Márcio Thomaz Bastos é o Advogado da Google e ele me pediu para não convidá-lo, para deixá-lo sentado lá, mas eu quero convidá-lo, Ministro, se assente conosco aqui, será uma... Foram convidados por nós: Dr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet, Dr. Sérgio Suiama, Carlos Eduardo Miguel Sobral e Felipe Carvalho Seixas, Delegado de Polícia Federal. Já estão acomodados aqui, e certamente, no momento necessário, poderão usar esses mesmos microfones ou depois da apresentação da fala dos diretores da Google nós podemos revezar aqui com eles até para que cada um tenha o seu espaço para falar e depois, havendo necessidade, nós até travaremos um debate que tenho certeza acho que será importante para todo o Brasil. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pedi licença, Sr. Presidente, para saudar o Ministro Márcio Thomaz Bastos. Porque para ficar bem claro que a CPI tem o objetivo de buscar uma Legislação que possa dar às autoridades policiais e ao Ministério Público condições de realmente punir os responsáveis e também tentar ações preventivas para que esse crime não aconteça. E eu poderia dizer com muita tranqüilidade, a conduta ética de V.Exª., não só como Ministro da Justiça, com quem eu tive oportunidade de conviver esses anos no Governo do Presidente Lula, mas como advogado, também em duas fases, quando estava na polícia de São Paulo, em momentos difíceis porque passava a democracia e a República, e V.Exª. sempre equilibrado, mas firme nas suas convicções, decisões e intervenções e, posteriormente e principalmente, no caso do PC Farias, quando V.Exª. como advogado trouxe a conduta ética e o respeito à autoridade policial que presidia aquele inquérito, toda a colaboração necessária para a verdadeira apuração dos fatos.

Então, são coisas que ficam provavelmente no currículo da gente uma boa amizade de quem sabe conduzir por ética e por conhecimento a sua... O seu trabalho de profissional da advocacia. Eu acho que é uma profissão gostosa que realiza, e eu digo que é o médico da sociedade pelo trabalho que realiza, tem aqui os dois delegados sabem disso, infelizmente na maioria das vezes os delegados têm que cuidar do esgoto da sociedade, sem ofender ninguém, e hoje nós vemos, Ministro, o caso da menina, eu pediria licença até pra falar, eu não dormi essa noite pensando

no caso da menina que foi barbaramente assassinada. E eu fiquei pensando, Demóstenes, V.Exª. como promotor também, não sei se fica com a cabeça... Eu como ex-policial fico com a cabeça nesses crimes violentos, principalmente contra criança que a gente não encontra uma explicação justificável. E as versões que estão surgindo trazem cada vez um pouco mais de confusão àqueles que não têm acesso aos autos. Então hoje eu estava pensando: Será que não houve uma violência sexual por alguém morador do prédio? Porque se o filme que dá do supermercado o casal e as filhas todos harmoniosamente convivendo em família, é recente ou não é o filme? Também não posso dizer, porque a gente se baseia no que a televisão mostra. Os dois delegados estão aí fazendo o sinal que realmente é difícil sem conhecer. O Delegado que investiga, o perito, tem que guardar sigilo até chegar à conclusão do fato para ter certeza absoluta. A imprensa tem tido uma boa dose de respeito, sem fazer acusações graves para não cometer erros anteriores que trouxeram a irrecuperação daqueles que foram acusados injustamente. Então vou pedir ao Presidente que consulte o Delegado para ver se há alguma coisa de violência. Porque é uma forma que pedófilo ou tarado tem de esganar criança. Ele tem essa... A violência está na natureza do próprio ato que ele quer praticar. Então pode ter tido uma esganadura pela tentativa de algum ato menos correto de quem tenha entrado no apartamento. Então, não sei, são palpites que a gente não pode afastar de nenhuma hipótese, não é doutor? Então eu trago aqui ao Presidente e ao Demóstenes que também é um profundo conhecedor da área criminal pra gente também verificar se tem algum tipo de relação junto à autoridade competente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, Presidente, Senador Romeu Tuma, saudar também igualmente ao nosso ex-Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, pelo belíssimo trabalho que fez à frente daquela Pasta, e tenho certeza também que a intervenção dele nessa questão vai fazer com que a Google e o Ministério Público cheguem a um entendimento e a Polícia Federal quanto ao partilhamento desses dados que é importante para o Brasil de uma forma geral. Mas V. Exª. como Ministro, atuou tanto nessa área. E a empresa é uma das mais importantes do mundo, uma fonte de comunicação, de diversão, então nós não queremos atrapalhar, de forma alguma, o negócio da empresa no Brasil, muito pelo contrário, acho que todos nós acessamos diariamente a Google em busca de um número muito grande de informações. Mas tenho certeza também que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal necessitam desses dados, como nós necessitamos de uma maneira, nós vamos encontrar uma maneira de preservar a privacidade, mas também fazendo com que o interesse público sobrepuja essa privacidade, em determinados casos, para que nós não possamos criar no Brasil uma rede de pedofilia, que hoje infelizmente existe, mas que nós temos que combater de uma forma muito mais célere. E quanto ao que disse o Senador Romeu Tuma, é também nossa preocupação. Mas eu acho que nesse momento, Senador Romeu Tuma, nós deveríamos deixar a polícia de São Paulo trabalhar, e à medida que...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tenho dúvida disso. Só uma preocupação porque provavelmente ainda corre o sangue policial.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro. E à medida que se caracterizar que essa hipótese for considerada, caracterizada, nós entraremos. Mas antes dessa caracterização, acho que é ampliar um pouco mais o leque de hipóteses que nós devemos deixar a polícia mesmo, o Ministério Público, as instituições paulistas trabalharem. Se houver a necessidade, nós entramos. Caso contrário vamos torcer para que eles elucidem rapidamente esse caso que apavora todo o Brasil e como V.Exª. e todos nós estamos absurdamente preocupados e mostra que infelizmente o lado humano tem essas distorções, essas taras, que nós temos que investigar e, para isso, nós estamos aqui numa CPI desse porte, a CPI da Pedofilia que investiga desvios. Mas só por essa razão, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Em havendo necessidade, a polícia de São Paulo sabe que pode recorrer à CPI. E nós estaremos aqui para poder ajudar sem dúvida alguma. Realmente nos apavora essa onda de violência contra criança. Parece que é uma onda vermelha contra criança que está se dando no Brasil tipo a epidemia mesmo. Uma epidemia desgraçada, todo dia uma violência contra criança, é um fazendeiro que ferra uma criança, é a criança jogada pela janela, quer dizer, criança mutilada de toda ordem. E aí quando você... E aí o instrumento da internet fez com que os desgraçados saíssem da sombra e viessem para debaixo da luz achando que estão na sombra ainda, porque estão protegidos. Esses alvos fechados são a nossa preocupação. Então esses alvos fechados é que nós precisamos discutir para poder deixar quem consulta a Google para ganhar conhecimento, para diversão, Senador Demóstenes costuma dizer, então vamos beber no Google, um art. que escreveu sobre a Google, porque a Google tem informação demais, que tira qualquer indivíduo do analfabetismo, e dá outras informações, esses não poderão pagar o preço por meia dúzia de criminosos que lá estão, quer

dizer, três mil e tantos álbuns fechados são mais que meia dúzia que lá estão em se tratando de um número tão elevado daqueles que usam o ORKUT, hoje são 25 milhões, quer dizer, você tem um número significativo daqueles que estão usando o ORKUT para a prática de crime. E esse vai ser o nosso debate.

Então, eu vou a princípio passar a palavra ao Sr. Alexandre Hohagen, e V. Sª. têm o tempo que achar necessário para fazer suas explicações. Eu acho que depois o Félix, que é Assessor de Comunicação, se quiser falar tudo bem, mas acho que a sua fala vai ter muito pouco para acrescentar e aí então, depois da sua fala, da sua exposição, eu pediria que o Félix trocasse de posição com o Dr. Suiama para poder ouvir o Ministério Público e a gente poder caminhar para nos focar num denominador que nós esperamos seja positivo para o Brasil. Sr. Alexandre o senhor tem a palavra, e use o tempo que achar necessário para as explicações do Google no Brasil.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Ok. Muito obrigado, Exmo. Senador. Bom dia a todos. Bom dia Exmo. Senador Presidente da Comissão, Senador Magno Malta, bom dia Exmo. Senador Vice-Presidente da Comissão, Romeu Tuma, e bom dia Exmo. Senador Demóstenes Torres, Relator dessa Comissão. Meu nome é Alexandre Hohagen, sou jornalista e publicitário e desde agosto de 2005 dirijo a companhia Google do Brasil internet Ltda. aqui no Brasil. O Google é uma empresa que surgiu em setembro de 1998, ou seja, uma empresa relativamente nova que começou através de um produto criado por dois jovens estudantes, Larry e Serguey(F) para facilitar a busca de informações na internet. Hoje o Google cresceu, é muito mais do que simplesmente um buscador e como foi muito bem colocado pelo Exmo. Senador Demóstenes, é hoje uma empresa que oferece diversos produtos que ajudam à população ao redor do mundo todo a encontrar informações, e nós estamos falando aí de mais ou menos um bilhão de pessoas que passam pelas páginas do Google todos os meses. Por volta de 2004, o Google começou um trabalho de internacionalização e começou a abrir operações em outros países com o objetivo único de trazer os produtos que estavam sendo desenvolvidos pelos Estados Unidos para a língua e para as características locais dos países. Em agosto de 2005 o Google abriu uma operação aqui no Brasil, operação essa que já conta com 200 funcionários, que estão divididos entre duas unidades, uma em São Paulo, responsável pela gestão dos negócios da companhia, e uma operação bastante significativa em Belo Horizonte, que é hoje um dos únicos... Um dos poucos centros de pesquisa e desenvolvimento que o Google tem no mundo todo, que está localizada na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Foi uma boa escolha, Senador.

Então, eu gostaria agora de fazer uma exposição, e na minha exposição eu vou falar... Já falei um pouco sobre o que é o Google, vou falar muito rapidamente o que está mudando na internet, quais são os desafios que a internet nos apresenta em função dessas mudanças, vou falar como nós, na nossa visão, estamos cooperando hoje com as autoridades brasileiras, e por final e mais importante, e eu acho que isso está muito em linha com que o Exmo. Senador Demóstenes colocou agora, qual é a nossa proposição para que possamos efetivamente achar uma solução para os problemas que estamos discutindo aqui. Então eu antes de começar, quero ressaltar que o meu papel aqui é um papel de colaboração, papel de busca, de um discurso construtivo, da mesma forma como nós viemos fazendo já ao longo dos últimos anos. Os senhores podem imaginar Exmos. Senadores e presentes aqui, os Srs. podem imaginar que mudar uma empresa do tamanho do Google é uma coisa realmente que demanda um esforço pessoal tremendo. E eu posso dizer que eu tenho estado nessa briga ao longo dos últimos dois anos escutando as demandas das autoridades brasileiras e negociando, e tentando negociar internamente para que nós possamos ter uma mudança efetiva que possa como foi colocado também pelo Exmo. Senador Magno Malta, para que a gente possa manter um ambiente saudável no qual 27 milhões de pessoas hoje, se baseiam muitas vezes, como a única forma de comunicação, como a única forma de falar com as pessoas que lhes conhecem. Então eu concordo e gostaria de deixar aqui bastante claro, concordo com o posicionamento do Senador Magno Malta de que não é possível que numa comunidade de 27 milhões de pessoas sejam prejudicados por causa de alguns criminosos. Esse é o meu objetivo aqui hoje. Bom, a internet eu não preciso dizer que a internet ela está mudando ao longo dos últimos anos, a internet deixou de ser um material coadjuvante na nossa vida e passou a fazer parte do nosso dia-a-dia. Hoje é difícil nós pensarmos no nosso dia-a-dia sem a internet.

No Brasil, nós já somos 40 milhões de usuários de internet. Muito mais inclusive do que os principais veículos de comunicação. Hoje nós já temos mais internautas do que leitores de jornal e leitores de revista, por exemplo. No mundo todo, nós já chegamos há 1.3 bilhão de pessoas no mundo. Agora, qual é a grande mudança que acontece? O que está acontecendo? A mudança é que as informações da internet elas já não estão mais, ou as informações que nós podemos ter já não estão mais concentradas nos nossos computadores. As informações estão espalhadas no mundo todo.

Isso quer dizer, Exmo. Senador, que se hoje por acaso o meu computador quebrar, o carro passar em cima, as fotos que eu tenho das minhas filhas, por exemplo, o aniversário que teve em casa, elas continuam armazenadas em algum lugar do mundo nos servidores espalhados pelo mundo. Isso acabou gerando dois grandes desafios. O primeiro é que os usuários passam a ter o poder dessas informações. Os usuários podem criar as suas informações e colocar essas informações em algum desses computadores que estão espalhados pelo mundo todo. E com isso, obviamente isso abre um grande desafio da questão da Legislação internacional. E como gerir, e como fazer a gestão de um ambiente que é mundial, que é global, e muitas vezes está espalhado pelo mundo todo.

Um exemplo prático e que eu gostaria de deixar aqui para os Srs. presentes é do Wikipedia. O Wikipedia é uma enciclopédia, não sei se todos conhecem, mas o Wikipedia é uma enciclopédia que está nessa nuvem de computadores pelo mundo. Fazendo um paralelo com as antigas enciclopédias o que acontecia antigamente é que nós tínhamos uma limitação de edição de temas e de textos das enciclopédias porque nós dependíamos de um grupo de professores, um grupo de especialistas para que pudessem escrever todos os verbetes e os seus significados. Quando nós vamos para esse conceito da internet espalhada pelo mundo todo, foi lançada uma enciclopédia virtual onde milhares, milhares, e milhares de pessoas no mundo todo podem, elas mesmas escrever, identificar os verbetes, escrever e colocar isso tudo num repositório e uma pessoa que precisa saber a respeito de algum tema pode buscar ali. Isso obviamente esse é um movimento bastante interessante, mas traz também infelizmente a possibilidade de que pessoas de má-fé coloquem verbetes que não são corretos. E como é que isso funciona? A própria comunidade ao redor do mundo todo faz o trabalho de corrigir e de tentar evitar com que essas pessoas de má-fé coloquem informações que são erradas. Bom, e com isso, assim como eu coloquei o Wikipedia, surgiram milhares e milhares de produtos e serviços e programas ao redor do mundo. Bom, um desses serviços foi o ORKUT. E aqui gostaria de deixar registrado o que aconteceu com o ORKUT ao longo desses anos. O ORKUT é um serviço de relacionamento que foi criado por um engenheiro de nome ORKUT, no Google dos Estados Unidos, e esse engenheiro criou pensando em como ele poderia se relacionar e encontrar amigos antigos, ele é turco, ele estudou nos Estados Unidos, ele gostaria de reencontrar amigos que tinha perdido há muito tempo, e enfim, acabou criando uma comunidade que era exclusivamente para os amigos da universidade. Como funcionário do Google, esse produto acabou sendo muito bem aceito e foi lançado como produto aberto para as pessoas. Vejam Srs. presentes e Exmos. Senadores vejam o que aconteceu. O ORKUT logo nos primeiros meses basicamente não teve nenhuma aderência junto aos brasileiros. E por algum motivo que nós ainda desconhecemos, porque que isso foi um fenômeno estudado no mundo todo, e ninguém nunca teve um fenômeno como esse. Os brasileiros de maneira espontânea adotaram o ORKUT como a sua única base de relacionamento com amigos. Vejam que interessante. Nós jamais o Google em nenhum momento jamais fez qualquer publicidade, fez qualquer convite, fez qualquer investimento para convidar brasileiros a participarem dessa comunidade. Isso foi realmente adotado de maneira espontânea por vários brasileiros, os senhores vêem que logo nos primeiros meses existiam mais pessoas dos Estados Unidos do que brasileiros, um ano depois nós já tínhamos cinco milhões de brasileiros e realmente crescendo num volume absolutamente exponencial. E aí esse é um desafio que nós... Que acaba trazendo para empresas como o Google como gerar e como fazer a gestão de um produto que cresce na velocidade que cresce. Então quando nós chegamos, quando abrimos a operação no Brasil, o ORKUT tinha cinco milhões de pessoas. E alguns... Hoje depois de dois anos e pouco nós temos 27 milhões de pessoas. Agora, são 27 milhões de pessoas que tem coisas boas para dizer. São 27 milhões de pessoas que interagem com seus amigos, que interagem com as pessoas de seu convívio.

Então, o que é exatamente? Então, é um serviço de... É uma ferramenta absolutamente gratuita, como eu comentei, que aproxima as pessoas, as famílias, as comunidades, é um meio importante de comunicação e relacionamento, principalmente localidades remotas, e vou mostrar números bastante impressionantes que mostra que muitas vezes as pessoas não usam mais o e-mail para se comunicar e acabam usando o ORKUT como uma forma para mandar recado para os seus amigos. Sem dúvida nenhuma, em função disso é uma ferramenta de inclusão digital e como eu coloquei, é uma ferramenta que apresenta uma série de conteúdos positivos que eu quero compartilhar com os Exmos. Senadores. Como eu falei, é um fenômeno impressionante, hoje nós somos 27 milhões de brasileiros, e uma vez mais quero reforçar que nós temos que achar uma solução para que essas pessoas não prejudiquem os outros 27 milhões. Eu trouxe aqui alguns exemplos de assuntos positivos que aconteceram no ORKUT. Esse aqui é o caso de um pai que perdeu o filho e durante 20 anos fez uma peregrinação em delegacias, em hospitais, e não conseguia achar o filho e

acabou achando o filho no ORKUT. Nós temos aí uma comunidade com mais, com quase 1 milhão e 200 mil pessoas, estimulando a convivência entre famílias, nós temos aí uma comunidade absolutamente educativa que visa o combate à dengue, nós temos uma outra comunidade com 612 mil pessoas dizendo que amam o Brasil, ama e preserva a natureza, doe sangue, doe vida, é um serviço de... Um serviço público... Enfim, e como essas, nós temos quase que 30 milhões de comunidades Srs. aqui presentes, que estão ativas dentro do ORKUT. Vejam que impressionante o volume e a evolução do ORKUT ao longo dos últimos anos. Hoje, em março, nós recebemos, foram recebidos e enviados mais de... Quase 3 bilhões de recados dentro das páginas do ORKUT. Como eu comentei, 30 milhões de comunidades estavam ativas, 650 mil novas comunidades foram criadas, e mais impressionante, pra gente também... Para que eu possa colocar que o ORKUT é um produto que hoje, é um serviço que hoje está espalhado pelo mundo todo são 60 milhões de pessoas que estão espalhados em 227 países no mundo todo, ou seja, não está apenas no Brasil, apesar do Brasil ser o país onde a gente tem maior número de usuários. Então, em face de tudo isso, volta o nosso grande desafio. Como é que nós conseguimos fazer com que o ORKUT seja um ambiente saudável de navegação e que não seja... Que não esteja livre dos conteúdos provenientes de criminosos e arruaceiros virtuais. O que nós temos feitos até hoje, Srs. Senadores? O primeiro passo que nós tomamos foi convidar parte dos... Convidar os 27 milhões de brasileiros para que eles nos ajudassem a fazer um monitoramento de eventuais conteúdos ilícitos dentro das páginas do ORKUT. Então esses são dados do próprio Google, da equipe de suporte que mostra que em março nós recebemos 363 mil notificações enviadas pelos usuários do ORKUT através de uma ferramenta que nós criamos onde é possível reportar qualquer tipo de abuso e ilícito dentro dessa ferramenta, e dessas 363 mil notificações que foram recebidas pela nossa equipe de suporte, 70% do conteúdo não era ilícito.

Então muitas vezes, Srs. Senadores, acontece de uma pessoa brigar com a outra, namorado brigou com a namorada e vai fazer uma denúncia solicitando que tire as informações que tinha referente ao relacionamento anterior. Então, dos 363, 70% não tinham nenhum fundamento para que nós retirássemos. Dos 30% restantes, nós temos aí uma série de temas que são reportados. E aqui eu quero chamar atenção porque 0.4% foi relacionado a algum tipo de crimes contra criança, de abuso infantil. Então esse número não agrada a ninguém do Google, esse número não nos deixa felizes nem honrados, mas mostra que na verdade o problema ele é um problema bastante específico e que deve ser tratado da forma como eu coloquei, sem com que nós afetemos aí os 27 milhões de usuários que nós temos. O que mais que nós fazemos? Nós respondemos as ordens judiciais que nos são encaminhadas. Desde setembro de 2007 quando nós fizemos uma grande mudança na postura e na forma de nos comunicarmos tanto com a... Com o organismo não-governamental SaferNet quanto com o Ministério Público Federal do Estado de São Paulo, nós evoluímos bastante na questão das respostas das ordens criminais. Basicamente elas estão focadas em dois problemas. Quem é que cometeu o ilícito e o que é que ele cometeu. Como é que prova que ele cometeu esse ilícito. Então vejam Srs. que ao longo desses dois anos que nós estamos discutindo e conversando e negociando tanto com o SaferNet quanto com o Ministério Público, 1032 ordens criminais foram respondidas. Eu gostaria de solicitar a CPI, nós temos aqui todas as ordens, nós trouxemos todas as ordens que estão aqui ao lado para que fique registrado e seja ajuntado ao material da CPI e que possa ser verificado o que nós estamos colocando. Além das ordens criminais, nós também respondemos 308 ordens cíveis, 34 pedidos do Ministério Público e 275 pedidos diretos de autoridades policiais. O que mais nós fazemos? Nós, da mesma forma como criamos uma ferramenta que possibilita os 27 milhões de usuários do ORKUT fazerem o monitoramento desse conteúdo, nós também criamos uma ferramenta especial que foi oferecida a alguns Ministérios Públicos, foi oferecida ao DEIC, foi oferecida à Polícia Federal do Distrito Federal, à Polícia Federal de São Paulo, à Polícia Civil do Rio de Janeiro e à SaferNet . O quê que é essa ferramenta? Essa ferramenta, na verdade, é uma forma de priorizar a denúncia sempre que vem desses organismos que nós temos esse acordo de cooperação.

Então, sempre que alguém está navegando numa página e acha algum tipo de conteúdo ilícito, se for... Se tiver feito esse acordo de priorização de reporte, ele terá acesso a um botão especial de denúncia de abuso, esse botão leva para uma página onde nós pedimos algumas informações e o endereço onde está localizado aquele ilícito e nós recebemos, através da nossa equipe de suporte, e simplesmente colocamos isso como prioritário na lista que recebemos dos nossos usuários. Então, é uma forma de nós atendermos primeiro as ordens, primeiro as solicitações e as denúncias que chegam dessas autoridades que eu comentei e depois, dos nossos usuários. Nós temos também ao longo desses... Desses dois anos, um... Nós estamos em negociação, existe uma negociação em curso com o Ministério Público Federal. Nos últimos meses nós

tivemos algumas reuniões, esse é um acordo bastante abrangente, nós temos recebido as solicitações do Ministério Público, são solicitações todas elas absolutamente válidas e que nós reconhecemos como muito importantes e temos tratado lá internamente, mas como eu falei Exmo. Senador, nem sempre é fácil nós mudarmos a cabeça de uma companhia como o Google que tem o tamanho que tem. Por isso quero, uma vez mais, reforçar que o trabalho que está sendo feito e o trabalho que nós estamos propondo nesse ambiente de negociação ele está realmente, tem o propósito de ser muito construtivo. Então nós oferecemos também as ferramentas e nós temos compromissos mútuos e firmes para que a gente evolua nos pontos que ainda estão sem solução. Nós também fizemos e propusemos uma parceria com a SaferNet , eu tive o prazer, depois de algum tempo, conhecer pessoalmente o Dr. Thiago Tavares. Eu o convidei a uma visita no Google e nós ficamos lá, acho que cinco horas, conversando e tentando entender exatamente onde é que estavam os problemas e como é que nós poderíamos juntos evoluir nessa situação. E eu lhe disse uma coisa, ao Dr. Thiago, e que gostaria de repetir aqui em frente de todos, que ele não desistisse de forma nenhuma da luta que ele vinha fazendo e que não importava o caminho que nós estaríamos tomando, nós sempre estaríamos olhando sempre para o objetivo de resolver esse problema que nós temos feito bastante esses contatos.

Então, a SaferNet nós julgamos que a SaferNet é, sem dúvida nenhuma, hoje o organismo mais apto e mais qualificado para nos ajudar na questão da identificação, da remoção e da preservação dessas informações. Então nós temos aí algumas reuniões em andamento, nós convidamos recentemente o Dr. Thiago Tavares para que sentasse com técnicos que vieram dos Estados Unidos para apresentar soluções que ele desenvolveu e que nós poderíamos, eventualmente, juntamente colocar essas soluções junto com as nossas soluções tecnológicas. Na semana passada, por volta, se não me engano, Dr. Thiago, dia 3 de abril, logo após seu depoimento nessa CPI, Dr. Thiago me ligou no meu telefone celular e me disse: Alexandre, eu quero seu compromisso que nós não vamos retroceder no caminho que já conseguimos andar. Eu quero dizer aqui em público que eu disse a ele que não vou retroceder que nós vamos continuar no trabalho de busca e da solução dos problemas que nós estamos enfrentando. Então nós temos aí o reconhecimento de mútuo avanço, o envolvimento da equipe, recursos de implementação de solução, nós procuramos ter um trabalho bastante transparente junto à SaferNet , discussão de protocolos, e nós estamos aí hoje num embate técnico, na verdade num desafio técnico, e que foi solicitado em função das reuniões dessa semana uma reunião na semana que vem para que a gente possa ajustar e resolver um problema bastante crítico e que eu quero colocar daqui a pouco relacionado aos álbuns privados. Essa reunião está agendada para a semana que vem. A SaferNet continua enviando diariamente relatórios de ocorrências que estão aí relacionados à questão dos álbuns privados, e a resposta que nós passamos para o Dr. Thiago é de que continue mandando esses reportes porque nós vamos, ao resolver o problema técnico, nós vamos fazer a leitura de tudo que ele tem mandado. Bom, e o futuro? Isso tudo é suficiente pra gente resolver os problemas? Nós temos aí a questão que eu volto a fazer. Quer dizer, como é que nós conseguimos? O que estamos fazendo hoje, toda essa cooperação, a resposta das ordens criminais, isso é suficiente para fazer com que 27 milhões de brasileiros estejam absolutamente tranquilos, navegando num ambiente saudável? Ainda há mais coisa para fazer? E é isso que eu gostaria de colocar aqui hoje para os Srs. presentes quais são nossas propostas. A primeira coisa é definir uma agenda positiva. Definir uma agenda conjunta, e eu acho que essa CPI, Exmº. Senador Magno Malta, é um fórum bastante importante e eu acho que vai ter um impacto muito grande em tudo que a gente já vem fazendo até hoje, mas a idéia é realmente fazer uma agenda positiva com os seguintes pontos. O primeiro é um esforço extra para achar os criminosos e disponibilizar essas evidências que é exatamente o que pede o Procurador Federal do Estado de São Paulo Dr. Sérgio Suiama. Esse é o nosso objetivo. A outra coisa é se nós podemos avançar num trabalho de coordenação internacional. Concretizar também as parcerias com as ONGs e aparelhar e treinar as autoridades locais com tudo que nós temos de mais moderno hoje no Google dos Estados Unidos. Inclusive eu gostaria muito de fazer aqui, Exmº. Senador, um convite em viva-voz para que esta Comissão visite o Google nos Estados Unidos para conhecer tudo que nós temos feito de tecnologia e todos os processos mais avançados que nós temos feito em relação ao combate a esses crimes que nós estamos comentando. Bom, primeiro ponto que é passível de... E que vem sendo discutido e que vem sendo solicitado muito fortemente pelo Ministério Público e o Dr. Sérgio é a questão do fornecimento dos *logs.* Que na verdade os logs são as atividades de uma máquina de computador. A data, dia e hora que um computador entrou num conteúdo possivelmente ilícito. Nós no mundo todo, nós preservamos esses dados durante 30 dias. Mas nós entendemos e a solicitação do Dr. Sérgio é de que 30 dias não é suficiente, para que a gente entregue só 30 dias não é suficiente. Então nós

estamos aqui assumindo o compromisso de, a exemplo do que acontece e a prática do que acontece hoje com os outros provedores...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Por favor, eu queria pedir silêncio porque... Para não atrapalhar a exposição.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: A prática que hoje foi firmada através de um acordo de cooperação entre o Ministério Público e outros provedores é a retenção dessa informação durante seis meses. E é isso que nós estamos nos propondo a fazer. Também encaminhar para a retenção desses dados durante seis meses. A outra questão que é a questão também muito importante que é... Bom, se nós encontrarmos quem está cometendo o ilícito, como é que nós podemos provar o que ele está fazendo? Essa é a questão talvez mais difícil que nós temos hoje. Porque hoje como essas imagens estão em servidores que estão localizados em solo americano, nós temos uma obrigação de encaminhar todas as informações ao centro nacional para crianças exploradas e desaparecidas, conhecido como *NCMEC* e apagar esse conteúdo. E com isso nós temos a dificuldade de retransmitir essas informações para as autoridades locais. A não ser que as autoridades locais se utilizem de alguma ferramenta de cooperação internacional que nós entendemos através de todas as conversas e diálogos que nós temos que me parece algo extremamente complexo e burocrático. Então, para esse tema específico nós temos duas soluções ou duas propostas aqui. Uma, trazer ao Brasil uma ferramenta tecnológica que possibilite através de um conjunto de máquinas de *software,* de programas e de pessoas, que possibilite resolver de uma vez por todas, Srs. Senadores, o problema dos dados que estavam antes nas máquinas lá dos Estados Unidos. A idéia é que nós possamos ter essa solução aqui para que agora, a partir de agora, qualquer coisa que aconteça aqui no Brasil nós possamos responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se somos o país que mais cresceu, mais deu visibilidade ao ORKUT nada mais justo do que isso aconteça realmente.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O armazenamento é da exceção. 0.4%, quer dizer, não é um outro...

SR ALEXANDRE HOHAGEN: De forma alguma. E a outra... Pode passar, por favor. Então, como eu falei, o problema hoje toda essa questão de conflito de jurisdição, tem que mandar para um organismo internacional, a solicitação do Ministério Público e toda a Justiça do Brasil é que a gente tenha esse conteúdo para... Então a solução que nós estamos propondo aqui nessa CPI, Srs. Senadores, é que nós tenhamos então essa solução tecnológica juntamente com programas, com máquinas e pessoas para que a gente a partir de agora possa atender em definitivo qualquer demanda, seja ela pela informação de quem cometeu o ilícito, ou seja, ela para a informação de que foi o ilícito. E a outra que eu comentei é a possibilidade do Google investir tempo e contatos com organismos internacionais para que nós possamos ter formas de colaboração com outros organismos e outros países no sentido de receber para que o Brasil possa receber aqui as informações referentes a possíveis crimes na internet. Um outro ponto muito importante é na questão de preservação. Como é que nós podemos... Desculpa, na questão da prevenção. Como é que nós podemos prevenir possíveis aumentos ou como é que nós podemos coibir que esses crimes aconteçam? Nós tivemos também recentemente a visita de um técnico dos Estados Unidos que apresentou uma tecnologia para o Dr. Thiago Tavares, uma tecnologia que é bastante avançada, que faz justamente a filtragem de texto e de imagens para que essas imagens nem tenham a possibilidade de subir ao ar. E aí a questão que foi colocada pelo Exmº. Senador Magno Malta, a questão dos álbuns privados. E eu gostaria de deixar bem claro que os álbuns privados eles foram criados como uma solicitação que foi feita pelos usuários do bem. Os usuários do bem fizeram algumas solicitações para que pudessem ter um ambiente onde eles pudessem compartilhar fotografias, textos, de um aniversário de um filho, sem que outras pessoas tivessem a possibilidade de entrar nesses álbuns para olhar as imagens. Infelizmente, num ambiente novamente de 27 milhões de pessoas, há pessoas que fazem, que se utilizam, de uma ferramenta que é uma ferramenta que foi feita com um intuito extremamente positivo, se utilizam dela para o mal. Então, o que é que nós estamos propondo? Nós tivemos também uma reunião com a SaferNet, solicitando, na verdade compartilhando...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Já no meio da sua fala, já entendo que com essa capacidade que a Google tem, com as cabeças que tem, os técnicos que tem e a capacidade de criar qualquer tipo de ferramenta que entender que deva criar, eu acho que uma ferramentazinha a mais no sentido de os usuários do bem pediram. Foi feito a eles. Os usuários do mal vieram. Então uma ferramenta a mais que detecte os usuários do mal e os entregue à justiça a fim de que eles respondam pela maldade acho que essa capacidade técnica que o Google detém hoje certamente é nossa maior confiança de que o Google pode realmente fazer com que essas pessoas respondam pelos crimes que cometem com muita facilidade pela sua capacidade técnica de fazer uma leitura e de

construir ferramentas e acho que a minha felicidade na sua fala é exatamente essa até esse momento de entender essa capacidade de: criamos uma ferramenta, aconteceu isso, fizemos o pedido, fizemos a ferramenta, criamos a ferramenta. Acho que a capacidade de criar ferramenta é que me dá esperanças.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Muito obrigado, Exmo. Senador. Eu reforço suas palavras, mas também gostaria de adicionar que nós sozinhos não vamos conseguir resolver todos os problemas. Por isso que nós recorremos à SaferNet que é hoje uma entidade que maior... Mais tem capacidade de receber as denúncias e de processar essas denúncias. Para saber, SaferNet e Google, como é que nós podemos juntos combater os crimes que estão acontecendo? Uma das propostas foi que a SaferNet hoje tem a capacidade de identificar possíveis ilícitos dentro desses álbuns privados. Em uma das conversas que nós tivemos, nós dissemos: como é que nós podemos analisar todos esses indícios que a SaferNet tem de crimes nesses álbuns privados? Como é que nós podemos avaliar e analisar essa informação e se for alguma coisa relacionado a crimes contra criança? Vamos remover essas páginas e vamos manter essa informação retida para que possa, ao retornar para a SaferNet e o Ministério Público, para que eles possam iniciar um processo de... Um processo de investigação criminal contra esses criminosos que estão se utilizando de uma ferramenta que deveria ser positiva para o mal. Essa é a idéia e, justamente hoje, quando eu comento que nós teremos uma reunião na semana que vem, é justamente para acertar os últimos detalhes técnicos para que essa ferramenta possa ser... Que essa ferramenta possa realmente funcionar.

Então, como eu falei, toda vez que nós recebemos essas denúncias, nós vamos rever a informação e informar de volta se há o conteúdo ilícito ou não. Aí nós informamos de volta tanto para a SaferNet quanto o Ministério para que possa requerer uma Ordem Judicial. Nós também estamos trabalhando com os nossos especialistas para poder oferecer dentro de um espírito de colaboração e de soluções construtivas alguns treinamentos e o aparelhamento de algumas autoridades aqui no Brasil. Foi feito na semana passada um treinamento juntamente à Polícia Federal e membros, se não me engano membros do Senado também, para falar um pouco do que é que o Google vinha fazendo, o que o Google vem fazendo nos Estados Unidos. Por isso que uma vez mais, Exmo. Senador, acho importante seria muito positivo se essa Comissão tivesse a oportunidade de conhecer *in loco* nos Estados Unidos tudo que é feito na Legislação Americana e no Google dos Estados Unidos pra gente prevenir e pra gente não deixar com que esses crimes aconteçam. Bom, em sumário, e eu gostaria de concluir então aqui agora dizendo o seguinte: nós estamos muito comprometidos num esforço extra de colaboração. E esse esforço de colaboração, ele está baseado nesses princípios de encontrar quem são esses criminosos que, infelizmente, acabam sujando o ambiente de 27 milhões de pessoas, como é que nós podemos prover as evidências desse conteúdo, como é que nós podemos prevenir e quais são as ferramentas como nós colocamos aqui, Exmo. Senador, de cooperação juntamente às Organizações Não-Governamentais? O outro tema que nós julgamos muito importante é: acordos de cooperação internacional e saber como o Google, que é uma empresa presente em tantos países do mundo, pode colaborar no sentido desses acordos internacionais. Nós também queremos concretizar as parcerias, Dr. Thiago e eu, me permita aqui, Dr. Thiago, colocar uma frase que ele me disse que infelizmente ela é verdadeira, mas ela está... Ela está muito próxima de mudar, é que nós avançamos muito, muito na questão das tecnologias, na questão das ferramentas, mas nós ainda estamos emperrados em algumas questões jurídicas e legais e acho que agora já chegou a hora da gente realmente eliminar essas questões, assinar os acordos que nós temos que assinar e fazer com que essas duas entidades possam ajudar a coibir e a eliminar esse crime horroroso que tem na internet. O aparelhamento, eu acabei de falar das autoridades, e por último, obviamente, esse é um papel que eu admiro muito, Senador Magno Malta, que é justamente discutir a Legislação brasileira e saber o que nós podemos fazer para melhorar e para, de uma vez por todas, eliminar as áreas cinzentas que nós temos na Legislação. Eu acho que eu, como brasileiro, eu como pai de família, eu como executivo, eu tenho, realmente, eu tenho orgulho de estar sentado aqui e poder dizer, talvez para os meus netos, que eu participei de um processo onde nós mudamos a Legislação no Brasil, a forma de ser feita e a maneira como nós combatemos esses crimes. É isso que eu tenho para falar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradecer a exposição do Dr. Alexandre. Eu queria sugerir aos Srs. Senadores que nós pudéssemos... Bom, a sugestão ao Plenário que nós pudéssemos fazer esses questionamentos no final, para a gente poder... Não sei se... O quê que o Senador acha que...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A minha [ininteligível] é só por que eu vou ter que ir ao Plenário para uma Sessão Solene do Dia Mundial da Saúde e eu voltarei, então, na verdade é só para justificar e realmente reconhecendo que a apresenta-

ção é muito interessante, o espírito mostrado pelo Dr. Alexandre é o espírito de colaboração que é o quê nós estamos buscando, inclusive nessa questão legal, eu estou acompanhando mais o projeto maior e estamos abertos a qualquer sugestão que a Google puder nos enviar. Eu peço licença, então, mas eu retorno.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para comunicar que o Senador Eduardo Azeredo é o relator indicado por nós, sub-relator desta comissão nessa área de tecnologia, de internet, crimes cibernéticos e certamente será a nossa pessoa dentro desses debates que se dá dentro do Google no Brasil com a SaferNet a partir de agora, essa interlocução direta na construção de instrumentos, na construção de instrumento de lei enquanto vocês conseguem a ferramenta tecnológica nós construímos instrumento de lei aqui, é o Senador Eduardo Azeredo. Também acho de bom tom e vamos discutir se a viabilidade e a necessidade de nossa ida para os Estados Unidos para entender toda a Legislação lá, em havendo certamente nós iremos porque nós queremos construir o melhor. Eu aguardo V.Exª. Quero convidar o Dr. Suiama. Dizer enquanto ele se prepara aqui ao Dr. Alexandre que nós... Dizia eu ontem que esperamos uma coisa do... Que de fato haja disposição, e V.Exª. encerra sua fala dizendo eu sou pai de família. E a gente quando tem filho sente a dor dos outros, mas nunca é do tamanho da dor sofrida por quem está sendo atacado e mutilado. Que realmente a visão seja essa, de cooperação, que o Google se disponha e aí a cooperar com país onde o ORKUT mais cresceu, onde mais se avançou, e aqui então nós necessitamos de mais ferramentas do que os outros, de combater o crime, de combater o criminoso, que deixa nebuloso o ambiente, sujo um ambiente de milhares de pessoas bem intencionadas. Eu tenho duas filhas que tem ORKUT. Tem autoridades que têm seu ORKUT, que se relaciona por ORKUT. Que acha seus amigos. E aí o que nós não podemos também é permitir que criminosos por força de uma Legislação que não é nossa, embora nós tenhamos uma genérica, eles sejam protegidos debaixo da sombra de pessoas de bem. E a sua fala no sentido de que o Google no Brasil está disposta e esse trabalho feito juntamente com a SaferNet , que é quem mais avançou no Brasil e tem dado a possibilidade do anônimo, lá do menor município do meu Estado entrar no disk 100 e fazer a sua denúncia para que depois possa ser reportado, e chegarmos a esse número absurdo de três mil e duzentos álbuns fechados de pessoas supostamente criminosas que avançaram num instrumento criado por usuários do bem para poder se relacionar com suas famílias, fiquem impune. Na verdade, a nossa intenção é que acabar com a impunidade, construir instrumento de combate à impunidade, e se o Google tem essa disposição, acho que a fala de V.Sª. é uma fala que tem boa ressonância no coração da Polícia Federal que está aqui, que persegue o crime cibernético no Brasil hoje, o Dr. Thiago que está ali o tempo inteiro meneando a cabeça por força de ter participado de todos esses entendimentos que V.Sª. colocou, da sociedade civil, da imprensa, e de todos nós da CPI na possibilidade de juntos construirmos esse entendimento. Dr. Suiama, enquanto eu passo a palavra ao relator, quer fazer alguma consideração? Até o Dr. Suiama se arrumar ali?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Talvez nós poderíamos fazer um questionamento, seguindo essa linha até o Dr. Suiama ter pronta a sua exposição. Perguntaria a V.Sª. V. Sª. afirmou que nós temos 27 milhões de usuários do ORKUT no Brasil. Quantos desses usuários são crianças e adolescentes?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Exmo. Senador, não deveria ter nenhum. Porque nossos termos e condições não permitem que crianças menores de 18 anos entrem nas páginas do ORKUT.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas a estimativa que os senhores têm?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Eu desconheço se há e quantas crianças há dentro do ORKUT. Agora, se o senhor me permite Senador, essa é uma preocupação muito grande que o Google tem e nós sabemos também que é uma dificuldade muito grande de ao perguntar uma pessoa ou ao colocar dentro dos termos de condições dizendo que não pode entrar se não for maior de 18 anos, como é que nós conseguimos monitorar?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É minha preocupação, era o que eu ia perguntar a V.Sª. porque embora V.Sª. inclusive fornece um termo do serviço vedando a utilização por criança e adolescente. Agora, é notório que as crianças e adolescentes acabam se utilizando, não é? Então, como é que o Google age nessa... Para impedir que isso aconteça?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Nós avançamos ainda mais um passo no sentido de que os nossos revisores, os nossos usuários sempre que se depararem com uma página que ela tenha a característica de ter sido uma página criada por crianças, essas páginas elas são imediatamente retiradas do ar. É a forma de nós tentarmos coibir com que crianças façam suas páginas lá. Obviamente esse é um trabalho conjunto que deve ser também monitorado pelas famílias, ou seja, e nós estamos tentando fazer com que dessa

forma, monitorando as páginas, nós evitemos que as crianças tenham suas páginas lá.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Alguma advertência, alguma medida judicial contra os responsáveis que permitem o acesso por crianças? Ou só uma comunicação, ou só a retirada do material?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Uma comunicação e a retirada do material, Exmº. Senador. Mas eu julgo que essa é uma sugestão importante de nós tomarmos em consideração.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): No globo on-line do dia 19 de outubro de 2007, V.Sª. afirmou que a respeito do serviço ORKUT o produto cresceu mais rápido que o suporte. Isso é fato. V.Sª. confirma essa declaração?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): No que consiste esse suporte?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Os suportes na verdade são pessoas que têm acesso a todos os reportes de abusos e de ilícitos feitos pelos usuários. Então, um dos avanços que nós fizemos quando nós percebemos que o ORKUT vinha crescendo numa proporção geométrica, foi de colocar os próprios usuários monitorando essas páginas, de uma maneira que se alguém do bem, e eu tenho certeza e nós mostramos aqui, que dentro desses 27 milhões de brasileiros a grande maioria está lá para o bem, se alguém do bem encontrasse algum tipo de página que pudesse eventualmente ser um ilícito que essa página pudesse ser reportada para um grupo de pessoas que revizam esse material sempre que nós recebemos alguma denúncia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que V. Sª. está dizendo é que os próprios usuários é que fazem esse controle do abuso?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Os próprios usuários fazem parte do controle dos abusos é feito a partir dos usuários.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Essa defasagem do suporte é que levou a transferência dessa fiscalização prioritária para os usuários?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Senador, eu entendo, até como eu coloquei aqui, que a internet sendo um ambiente tão aberto e sendo o ORKUT um produto, um serviço que teve um crescimento tão significativo, uma das formas era de que nós convidássemos os usuários a fazerem esse tipo de monitoramento. Agora, gostaria de relembrar que essa ferramenta de reporte de possíveis ilícitos dentro do ORKUT também foi oferecida para as autoridades. Foi oferecido para os Ministérios Públicos, foi oferecido para a SaferNet, a Polícia Federal, Polícia de São Paulo. Então na verdade é um conjunto de ações, um conjunto de entidades e de usuários que nos ajudam a fazer o monitoramento dessas quase três bilhões de recados que são passados e que a única forma de se fazer é realmente chamando para que todos façam esse monitoramento.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quantos funcionários existem hoje na Google do Brasil para entender as Ordens Judiciais e as reclamações feitas pelos consumidores?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Nós temos a partir de começo de 2007, nós montamos um Departamento Jurídico que hoje é responsável pela gestão de todas as ordens que nós recebemos lá no Google juntamente com escritórios externos que nos ajudam no assessoramento dessas... Da resposta dessas ordens.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E as reclamações feitas pelos consumidores?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Eu não tenho o número exato de pessoas. Nós temos um grupo de... Que ele pode aumentar ou diminuir à medida que nós aumentamos ou diminuímos o número de reclamações, mas nós temos hoje pelo menos, e eu... Me permita, Sr. Senador, se eu estiver enganado, depois mandar novamente essa informação, mas nós temos aí um grupo se não me engano de 10 pessoas que ficam 24 horas por dia durante sete dias por semana revisando todas essas reclamações que chegam, essas 300 mil reclamações que chegam para...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Admitindo que haja defasagem, como V.Sª. mesmo reconheceu, em quanto teria que se aumentar esse quadro para que o atendimento fosse satisfatório?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Hoje, Senador, nós já conseguimos responder e verificar todas as ordens em questão de menos de um dia. Então, como eu comentei anteriormente, temos essa flexibilidade para que sempre que o volume aumente nós acrescentemos mais funcionários que possam fazer essa revisão.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A defasagem hoje então foi solucionada? Não existe mais defasagem?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: No nosso ponto de vista a defasagem foi solucionada porque nós temos a capacidade de revisar todas as denúncias que chegam e tomar as medidas que nós temos que tomar.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vou deixar o Dr. Sérgio fazer a exposição e depois nós prosseguiremos com as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dr. Sérgio. Precisa que apague a luz?

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Senador Magno Malta, Senador Demóstenes Torres, eu os cumprimento pela excelente iniciativa de instalar essa CPI da Pedofilia, que é realmente um problema que tem preocupado toda a sociedade brasileira. Se nós recuperarmos os jornais de vários anos nós vamos ver que há vários anos essa questão da pornografia infantil e do abuso de crianças na internet ela é notícia e ela não tem sofrido, não tem tido a devida atenção seja por parte das autoridades públicas, seja por parte dos provedores internacionais.

Então, eu acho que essa iniciativa e esse impulso dado pela CPI certamente vai colaborar tanto na melhoria da Legislação quanto em compromissos mais efetivos dos provedores de acesso e de serviços. Eu gostaria então de começar minha exposição. Bem, rapidamente, só passando alguns dados sobre a internet no Brasil. O Brasil hoje é o país da América Latina com maior número de usuários de internet. São quase 50% do total da população da América Latina é formada por usuários de internet brasileiros. São 42 milhões e 600 mil usuários de internet no Brasil, o que significa um crescimento de 2000 para 2007 de 752%. Então nós estamos falando de proteção da esfera de interesses de 42 milhões de pessoas brasileiras. Pode passar.

Especificamente em relação à criança, os dados ainda não são muito volumosos, mas já há algumas pesquisas feitas pelo Ibope a respeito do assunto. Por exemplo, o Ibope diz que há um milhão trezentos e cinqüenta mil pessoas, crianças entre seis e onze anos somente na classe A e B, com acesso residencial, que tem acesso à internet. E outro dado é que de agosto de 2005 a agosto de 2007 o número de crianças brasileiras usuárias de internet entre dois e 11 anos aumentou 77%. Maior do que o crescimento geral de usuários de internet no Brasil que foi de 66%. Então as crianças brasileiras estão usando a internet cada vez mais e com cada vez mais freqüência e cada vez mais cedo. Pode passar o próximo.

Aqui é um dado recentemente publicado pelo comitê gestor da internet mostrando que o número de crianças de 10 a 15 anos, outra faixa etária, 13% da população de usuários de internet, ou seja, cerca de quatro milhões, três milhões de pessoas são formadas por crianças de 10 a 15 anos. Pode passar.

Bem, os principais ilícitos contra crianças na internet nós podemos identificar como três. Primeiro, é o assédio e o aliciamento de crianças feitos através de *chats,* salas de bato papo e comunicadores instantâneos. A segunda forma de ilícito, de abuso contra crianças é feita por outras crianças, é o famoso *cyberbulling.* O que é o *cyberbulling?* É aquela velha prática que muitos de nós sofremos ou não, mas enfim, é aquela situação de humilhação que a criança sofre na escola por outros colegas. Essa situação de humilhação que já era muito difícil para a criança aceitar e processar na escola, quando isso chega à internet, principalmente através de comunidades de relacionamento, esse dano ganha um potencial ofensivo muito maior, um potencial de sofrimento muito maior contra a criança. E a terceira forma de ilícito contra a criança é a distribuição de fotografias e imagens contendo pornografia infantil na internet. Na minha apresentação vou me centrar mais nessa questão que me parece hoje é a mais relevante. Pode passar.

Bom, sobre o assédio e aliciamento de crianças, como eu disse, a abordagem inicial se dá em salas de bate-papo*, chats*, com a posterior migração para comunicadores instantâneos onde os criminosos têm quase total privacidade. E aqui também vale alertar aqueles provedores de serviços que prestam serviços de comunicação instantânea. Eles têm se recusado sistematicamente a fazer interceptação dessas comunicações.

Então nós chegamos, Senadores, a uma seguinte situação. Nós sabemos através de denúncias que tem lá um pedófilo assediando crianças através do MSN, mas a empresa Microsoft se recusa a fornecer o conteúdo dessas comunicações alegando que isso só seria possível através de um tratado de cooperação. O Dr. Felipe está aqui, o Dr. Sobral estão aqui, sabem as dificuldades que nós encontramos e o tempo que demora para que um tratado de cooperação seja cumprido. São mais de seis meses no mínimo para ir e voltar uma comunicação. Há um pedido de cooperação que foi feito pelo Ministério Público Federal, em relação ao *site* nazista e esse pedido ainda não foi cumprido há mais de dois anos pelas autoridades americanas. Então os Srs. podem ter uma idéia das dificuldades que nós enfrentamos quando nós falamos de cooperação internacional em matéria de internet. Uma outra forma de aliciamento de assédio é o contato a partir de comunidades de interesse infantil. Que é a comunidade lá da escola vai lá o pedófilo e começa a assediar as crianças nessas comunidades, inclusive o ORKUT. Esse aqui é conteúdo de um e-mail interceptado pelo Ministério Público com ordem da justiça, e eu quis projetá-lo porque ele mostra um pouco o *modus operandi* do criminoso virtual que assedia e alicia crianças através da internet. Aí é um advogado que manda um e-mail para um outro pedófilo dizendo então que ele tem 50 anos e que ele conheceu o garoto Raul nos amigos virtuais do UOL e esse menino tem 13 anos de idade. Então ele está se relacionando com esse menino de

13 anos de idade que configura o crime de atentado violento ao pudor. Pode passar o próximo.

Sobre *chats,* esse é o conteúdo de uma sala de bate-papo do provedor UOL para crianças de até 10 anos. Veja, não estamos falando de provedor da sala de bate-papo de sexo, aquela de sexo geral, estamos falando de salas de bate-papo específicas para crianças de até 10 anos. O que nós vemos aí? Nós vemos que nessas salas de bate-papo praticamente só há pedófilos tentando aliciar crianças. Esse horário não é uma e quinze da manhã, é uma e quinze da tarde. Qualquer hora do dia ou da noite em salas de bate-papo para crianças é possível encontrar pedófilos assediando crianças e aliciando-as para depois então tentar um encontro físico efetivo. Bem, sobre o combate à pornografia infantil o que temos em termos de Legislação? Nós temos a Convenção sobre o *Cibercrime*, do Conselho da Europa, com a chamada Convenção de Budapeste de 2001 que prevê diversas condutas a respeito do combate e do enfrentamento à pornografia infantil. O Brasil ainda não ratificou essa Convenção e aqui já segue uma sugestão à CPI para que haja um envolvimento da CPI na assinatura e ratificação dessa Convenção que para nós seria muito importante principalmente em termos de cooperação com os países da Europa. A Convenção no art. 9º pune então, obriga os Estados a punir a produção, oferta, disponibilização, difusão, transmissão, obtenção e posse de pornografia infantil. Desses verbos do tipo penal que estão ali previstos no art. 9º, o nosso Estatuto da Criança e Adolescente já prevê a maioria deles. Falta no Estatuto da Criança e Adolescente dois tipos penais que não estão incluídos no art. 241, a posse de pornografia infantil, e aí o Dr. Felipe estava me lembrando ontem da operação Carrossel que foram aprendidos muitos computadores com pornografia infantil, se houvesse a criminalização da posse, essas pessoas poderiam ser presas em flagrante delito, e a posse, Senador Demóstenes é Procurador de Justiça sabe, é um crime permanente e, portanto sujeito a prisão em flagrante a qualquer momento. Então a posse está faltando e também a aquisição de conteúdo com pornografia infantil. Também não há aquisição de conteúdo de pornografia infantil no art. 241.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o pior, que agora como não é crime e tem que devolver o material para o pedófilo.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Exatamente. Exatamente. Exatamente Senador. Bem lembrado. Houve um caso concreto que foi feito uma apreensão, não foi possível comprovar que ele havia transmitido as imagens, e houve o arquivamento do inquérito, obviamente, e o computador teria que ser devolvido, o que seria um absurdo, obviamente. O mesmo art. o 241 sanciona os provedores que asseguram de qualquer forma o armazenamento das fotografias, e o acesso dessas fotografias à rede mundial de computadores. Então, os provedores também têm uma responsabilidade, inclusive criminal, no que diz respeito ao não armazenamento e ao não assegurar acesso a esses materiais na internet. Bem, sobre pornografia infantil falando agora. Quais são os meios normalmente empregados pelos pedófilos para difusão de pornografia infantil? Existem sites comerciais de pornografia infantil que são ofertados, a pessoa pode comprar pornografia infantil com cartão de crédito, algum tipo de ordem bancária internacional, e se associar a esses *sites* e, só para informação dos Srs., uma fotografia ou uma imagem ou um vídeo novo de pornografia infantil custa no mercado cerca de dois mil dólares. Uma fotografia ou uma imagem de uma criança sendo vítima de abuso sexual, uma nova fotografia, uma nova imagem custa dois mil dólares no mercado de pornografia comercial infantil. Uma outra forma de troca de pornografia infantil é através de arquivos *pier to píer(F)* e aí vale menção à operação carrossel que foi justamente a entrada na difusão de pornografia infantil através de arquivos *pier to pier* como *kasa, emule, litela, lanua* etc. Uma outra forma de difusão são os grupos de discussão, depois serviços de relacionamento, como o *ORKUT,* e *fotologs*. Pode passar.

Bem, aqui os Srs. têm o exemplo de site comercial de pornografia infantil que está atualmente hospedado no Estado do Panamá. Pode passar.

Aqui esse... Essa tabela mostra as buscas feitas num site de troca de arquivos via *pier to píer(F)* e as buscas mais efetuadas em sexto lugar nós temos a palavra *teen*, em 8º lugar a palavra *pré teen* e em nono lugar a palavra Lolita. O que mostra ali o grande interesse desse mercado de pornografia infantil nesses sites de troca de arquivos. Nesses serviços de troca de arquivos *pier to píer(F)*. Pode passar.

Aqui os senhores têm uma imagem que mostra o compartilhamento de imagens em um grupo de imagens de pornografia infantil e um grupo de discussão que por acaso é mantido também pela Google. Pode passar.

Bem, aqui eu já queria fazer um pouco mais de referência ao caso concreto, envolvendo o problema do ORKUT. Primeiro lugar, eu queria dizer que assim como o Senador Magno Malta disse, não sei se foi o Senador Magno Malta ou o Senador Demóstenes que o Ministério Público Federal não tem absolutamente nada contra a empresa Google, ou contra os seus diretores ou contra os seus advogados. O que nós estamos tentando falar para a empresa desde o início

das discussões é que este problema do ORKUT é um problema que tem uma repercussão externa gravíssima, e que não está havendo na percepção do Ministério Público e eu ouso dizer, também da polícia, um envolvimento da empresa maior no que diz respeito à absorção dessas externalidades negativas provocadas por um serviço que atualmente não está sendo adequadamente prestado na nossa percepção. Então, eu queria só ressaltar isso que nós não temos nada contra a Google, eu sou usuário da Google, tenho o *Gmail*, uso o serviço de busca, acho ótimo, perfeito, excelente e tal, o problema é que nós temos enfrentado um problema prático de centrar todas as nossas forças, todas as nossas investigações em torno de um único serviço de internet. Que é hoje o Google e é hoje o ORKUT. Esses dados que os Srs. têm aí é o dado de denúncias reportados à SaferNet nos anos 2006 e 2007. Toda a parte laranja diz respeito ao ORKUT. E a parte em roxo diz respeito a outros sites internacionais ou nacionais. Então pelo gráfico já fica claro para que os Srs. terem... Visualizarem que o problema hoje é um problema eminentemente vinculado ao serviço ORKUT prestado pela empresa Google. Então, colocando isso em números e por escrito, nós podemos hoje, com dados concretos, com relatórios, afirmar que 90% das denúncias de pornografia infantil recebidas pela SaferNet referem-se exclusivamente à troca de fotografias e imagens no serviço ORKUT.

Felizmente, o Brasil não é um país de... Produtor de pornografia infantil comercial. Nós não temos sites comerciais de pornografia infantil, como tem a Rússia, como têm os Estados Unidos, como têm alguns países do leste europeu ou como têm alguns países da Ásia. Mas o Brasil é um grande difusor, é um grande distribuidor de pornografia infantil e eu não tenho a menor dúvida em afirmar que a difusão de pornografia infantil no Brasil acontece através do serviço de relacionamentos ORKUT. Esse slide, Srs., mostra uma forma de difusão de pornografia infantil no serviço ORKUT. Então, era uma comunidade, eu já vi as fotos da Camila oito anos. São fotos de pornografia infantil, só que ele, esse pedófilo aí foi mais esperto. Em vez dele colocar as fotos no álbum dele, e aí facilitar a comprovação da materialidade delitiva, ele dizia que ele tinha as fotos e a pessoa então mandava um e-mail para ele, colocava um *scrap,* manda pra mim esses fotos que eu quero ver e tal. Aí então ele mandava através de e-mail. Daí a importância também Srs. Senadores da interceptação de e-mails como forma de comprovação do crime. Porque nesse caso específico não há a materialidade criminosa para que a gente possa corretamente investigar. Mas aí é um exemplo então de página contendo troca de imagens de pornografia infantil no serviço ORKUT. Pode passar.

O serviço ORKUT hoje ele é largamente utilizado na América Latina e um pedaço específico da Ásia que é a Índia. Mas majoritariamente o serviço ORKUT é um serviço usado por brasileiros e ele é feito para brasileiros. Comparem por exemplo com o *site MySpace* que é um grande concorrente do ORKUT no que diz respeito a *site* de relacionamentos. O *MySpace* é muito popular na América do Norte, nos Estados Unidos, assim como o *face book*, e o ORKUT na América do Norte e nos Estados Unidos ele só tem apenas 2,9% de usuários. 48,9% dos usuários do ORKUT, eu repito, estão na América Latina e na América Latina o grande número de usuários, 30 milhões, 30 milhões e alguma coisa são brasileiros. Pode passar.

Então, aqui são os dados, inclusive aquele quadro foi tirado do próprio site do ORKUT. Então são 30 milhões, 54% do número de usuários de todo o mundo, 30 milhões de brasileiros usam o serviço pelo menos uma vez por semana, e 28 milhões de pessoas, 28 milhões de brasileiros que estão pedindo proteção legal acessam o ORKUT diariamente.

Esse quadro, Srs. Senadores refere-se às crianças, pequenos internautas de 6 a 11 anos. Os pequenos internautas olha lá o que eles mais fazem na internet. Comunicador instantâneo, 64%, buscadores 61, portais 53%, sites de relacionamento, como ORKUT, 53%. Ora, se no Brasil o site mais usado é o ORKUT, obviamente que a grande maioria desses 53% de pequenos internautas usa o ORKUT como forma privilegiada de troca de comunicações e de formação de redes de relacionamento. Então, o ORKUT é sim hoje utilizado por crianças, inclusive crianças pequenas de 6 a 11 anos. Bem, agora eu queria me referir mais propriamente ao histórico do caso. A primeira notícia de crimes no ORKUT surgiu numa reportagem do New York Times no dia 7 de fevereiro de 2005. No dia 7 de fevereiro de 2005, o New York Times ele dizia lá que ORKUT estava começando a se transformar num lugar de prática de crimes. E aí ele citava especificamente crimes de ódio e citava o trabalho do promotor Cristiano Jorge Santos, Promotor de Justiça em São Paulo no combate aos crimes de ódio. Pode passar, por favor.

Essa é a citação do New York Times. Para a Google, o problema no ORKUT pode rapidamente aumentar Cristiano dos Santos, Promotor de Justiça no Brasil começou a investigar sites mais violentos do assunto. No momento a Google não está falando muito sobre o problema. Isso em 7 de fevereiro de 2005. Em resposta a um pedido de comentário a porta-voz da Google escreveu em um e-mail: Há situações em que os membros do ORKUT utilizam mal o serviço, mas

é um número muito pequeno quando comparado ao número de usuários do serviço. Então desde o dia 7 de fevereiro de 2005, a Google tem conhecimento da prática de crimes no serviço ORKUT. 7 de fevereiro de 2005, há três anos atrás. Pode passar, por favor. Um ano, exatamente um ano mais tarde, o jornal Estado de São Paulo publicou uma notícia dizendo assim, com a chamada era: Criminosos agem impunes no ORKUT. O ORKUT perdeu a inocência e virou uma terra sem lei. Criada com o intuito altruísta de conectar as pessoas, a comunidade virtual mais famosa do Brasil está se tornando palco de crimes bem reais. No site, pedófilos divulgam seus e-mails para trocar fotos de menores em situações eróticas, e traficantes propagandeiam livremente a venda de drogas como êxtase, LSD e lança perfume. Isso perdura até hoje, a venda de drogas e venda de remédios de uso proibido no ORKUT, perdura até hoje mais de dois anos depois. Pode passar, por favor.

No dia 7 de fevereiro de 2006, já havia essa notícia de que o ORKUT havia virado uma terra de ninguém. Naquele momento a Google ela demorava meses, Srs. Senadores, e eu sou testemunha disso, o Thiago Tavares é testemunha disso, outras pessoas talvez presentes aqui na sala são testemunhas disso, o ORKUT demorava meses, meses para retirar uma página contendo pornografia infantil ou qualquer outro conteúdo ilícito. Isso quando retirava. Porque muitas vezes sequer retirava, então para nós do Ministério Público era fácil colher a prova, porque a prova estava lá, acessível a qualquer pessoa, qualquer pessoa poderia ir lá três, quatro, cinco meses depois e imprimir aquelas cópias, tirar uma *screenshot(F)* daquela página, gravar num CD-ROM e usar como prova. Era essa a situação que havia no dia 7 de fevereiro de 2006. Pode passar.

Bom, em números, entre... Num ano e meio, entre 28/01 de 2006 a 28/06 de 2007 a SaferNet recebeu nada mais nada menos do que 636 mil 350 denúncias de crimes praticados na internet sendo que 596.738 ou seja, 93,77% do total referiam-se a perfis e comunidades mantidas no ORKUT, envolvendo 45 mil páginas únicas, 45 mil usuários únicos denunciados como criminosos no âmbito do ORKUT. Cerca de 40% desse total, então dá cerca de 16 mil páginas únicas, 17 mil, diziam respeito à difusão de pornografia infantil no ORKUT. Para os Srs. terem idéia da magnitude que esse problema ganhou nos anos de 2006 e 2007. Pode passar.

No dia 9 de fevereiro de 2006, nós... O site Degenal publicou a notícia de que nós havíamos intimado o Diretor-Geral da Google aqui presente, Alexandre Hohagen a prestar esclarecimentos sobre a distribuição de materiais de pornografia infantil e prática de crimes contra os Direitos Humanos em comunidades de brasileiros no ORKUT. No dia 9 de fevereiro de 2006. De fato nós fizemos isso, após duas tentativas de contato com a empresa, frustradas, e no dia 9 então, de fato, o Alexandre esteve lá, ocasião em que lhe foi entregue uma cópia do termo de compromisso que foi celebrado com os provedores de acesso nacionais para que ele avaliasse a compatibilidade daquelas cláusulas e nos fornecesse uma resposta. No dia seguinte o jornal Estado de São Paulo publicou a seguinte notícia: "O ORKUT vai fornecer informações de criminosos que utilizam a rede de pedofilia. Hoje, Alexandre Hohagen, Diretor da Google no Brasil esteve no Ministério Público para prestar esclarecimentos. A assinatura da cooperação, dia 10 de fevereiro de 2006, a assinatura da cooperação só não ocorreu hoje porque o Diretor disse que precisa analisar a proposta junto à matriz da Google na Califórnia. Devo ter um encaminhamento na próxima semana. Preciso ver o que pode e não pode ser feito, afirma ele". No dia 10 de março de 2006. Dois anos atrás. Pode passar.

Um ano mais tarde, no dia 30/04/2007, os jornais continuavam noticiando a transmissão de imagens e a prática de pornografia infantil no site do ORKUT. Especificamente essa matéria dizia respeito a um perfil falso, o codinome era Tenente C, e esse Tenente C tinha 12 fotos de crianças sendo estupradas, sendo vítimas de abuso sexual e mais de 100 mil pessoas enviaram mensagens para a página reclamando. Eu gostaria só de citar o que está no final ali, porque acho que é importante. Acho que não constou aí, Excelência, mas de qualquer maneira a citação do jornal O Globo dizia o seguinte: que esses usuários revoltados contra esse perfil eles preferiram não comunicar o fato à Google. Preferiram comunicar o fato diretamente à SaferNet e à polícia porque eles achavam que a Google não oferecia respostas eficazes para esse tipo de problema. Então a reportagem... *Ipsi literis* isso que estou dizendo para os senhores. Pode passar.

Havia o compromisso do Diretor-Geral de contribuir, consultar a matriz e depois ia dar uma resposta. Nós começamos a encaminhar os pedidos de quebra à Justiça e eis que nossa surpresa então quando no dia 17/04/06 o advogado contratado não pela empresa brasileira, mas pela empresa americana, a Google Inc. através de uma procuração internacional excluindo completamente a responsabilidade da Google Brasil dizia o seguinte: "A Google Brasil responde unicamente pelas atividades relacionadas pela parte de vendas no território brasileiro, não é, portanto responsável pelo monitoramento do ORKUT. Razão pela qual fica impossibilitada de atender a determinação em comento".

Ou seja, eles não atenderam à ordem da Justiça Federal que havia sido encaminhada regularmente pelo Ministério Público através de uma petição subscrita pelo advogado da empresa Durval de Noronha Góes em 17/04/06. Uma outra correspondência do advogado, do mesmo advogado, 16 de maio, um mês depois, dizia: "A Google Inc. manifesta sua estupefação com o envio de correspondência ao Sr. Alexandre Hohagen, representante da Google no Brasil que não tem qualquer relação com a questão do conteúdo dos sítios de relacionamentos do ORKUT, conforme explicada à exaustão, todos os dados que dizem respeito ao sítio, estão hospedados nos Estados Unidos e são gerenciados pela empresa Google Inc. com sede na Califórnia. Assim, qualquer pedido de informações relativas ao sítio ORKUT deve ser endereçada à Google Inc. e não à Google Brasil". Então qual era a estratégia da empresa? Excluir completamente a responsabilidade da filial brasileira, sendo que, relembrando só mais uma vez, mais de 50% de usuários do ORKUT estão aqui no Brasil. E nós estávamos falando de crimes praticados por brasileiros em território nacional. Não estávamos falando de crimes praticados por americanos. Então essa é a resposta da Google a correspondentes do Ministério Público. Por favor.

Essa, Srs. Senadores, é uma certidão do oficial de justiça criminal, no dia 24 de agosto de 2006, vejam, os meses se passam, certifico que a Sra. Cláudia então, provavelmente secretária da Google, adentrou à empresa e logo retornou informando que Sr. Alexandre Hohagen não estava disposto a receber o documento presente. Vez que a empresa havia baixado normas, a empresa havia baixado normas, vejam, era uma Ordem Judicial, que exigiam que qualquer documento oficial inclusive ofícios judiciais, intimações, fossem recebidos pelos advogados da corporação. Dia 24/08/06, mais de um ano e meio após a Google tomar conhecimento da prática de crimes no ORKUT. Eles se recusavam a receber as Ordens da Justiça através da Google Brasil. Por favor.

Qual foi o resultado dessa prática negligente por parte da empresa? Houve uma explosão do número de casos de pornografia infantil. Os casos de pornografia infantil são esses que estão listados em cor salmão, e pelos gráficos, mês a mês, os senhores podem perceber como houve esse aumento do número de denúncias envolvendo pornografia infantil, especificamente no site ORKUT. Pode passar.

Muito bem. Em 22 de agosto de 2006, nós então entramos com uma Ação Civil Pública requerendo uma multa de 200 mil reais para cada caso de descumprimento de Ordem Judicial pela empresa Google Brasil Internet, nós pedimos também a condenação por dano moral coletivo no valor de 130 milhões de reais e a dissolução da empresa brasileira caso a recusa persistisse. Porque Srs. Senadores não nos parecia razoável deixar que uma empresa, sujeita às leis brasileiras se abandonar sistematicamente a cumprir as Ordens emanadas da Justiça Criminal. Não estou falando do Ministério Público, estou falando da Justiça. E no âmbito estadual a empresa sofria e vem sofrendo sucessivas condenações em ações individuais de reparação de danos promovidas por consumidores prejudicados pelo mau funcionamento do serviço, especialmente no que diz respeito a páginas de perfis e páginas falsas ou ofensivas a pessoas.

Essa matéria no dia 19/10/07 foi um divisor de águas do *Wall Street Journal.* O que dizia essa matéria no dia 19/10/07? Então quase já no final do ano passado, dois anos após o início das conversas? O baixo investimento da Google no ORKUT, o baixo investimento da Google no ORKUT, contrastou nitidamente com seu importante crescimento no maior país da América Latina. Nós. O ORKUT se tornou um dos mais importantes centros da vida social dos brasileiros, englobando 2/3 de todos os usuários da internet, muitos deles crianças. O site se tornou rapidamente reflexo do bom e do ruim da sociedade brasileira. Indivíduos usam o site para formar quadrilhas criminosas incluindo neonazistas, gangues organizadas e pedófilos. É como se existissem dois ORKUTs. O ORKUT normal e outro pornográfico, existindo paralelamente. Diz Irineu De Carli Júnior, um consultor de *softwares* brasileiro. Então, mais uma vez no dia 19/10/07 estava ali marcado claramente a prática de pornografia infantil no ORKUT. E ainda não havia uma posição de colaboração da empresa. Havia só aqueles... Aquelas manifestações que eu mostrei, aqueles slides grosseiros do ex-advogado da empresa no qual eles se recusavam simplesmente a colaborar. Pode passar.

O que aconteceu então depois da publicação da matéria do Wall Street Journal? A Google Brasil dispensou o antigo advogado e passou a receber e a responder diretamente as Ordens Judiciais. Procurou como o Alexandre se referiu, procurou também o Ministério Público e se disse disposta a cooperar e assinar um acordo que pusesse fim ao litígio Judicial a Ação Civil Pública. O que acontece Srs. Senadores e senhores presentes é que após seis meses de reuniões, eu tenho essa convicção, há poucos pontos de consenso no que se refere à efetiva responsabilidade da empresa no enfrentamento à pornografia infantil no ORKUT levando-se em conta a magnitude do problema causado pelo serviço a toda a sociedade brasileira. As medidas que foram anunciadas aqui hoje pelo Alexandre foram há um mês atrás veementemente negadas pelos advoga-

dos da empresa como sendo algo inegociável. Queria deixar isso registrado porque senão parece que nós estamos completamente loucos aqui falando besteiras. Essas medidas todas que foram anunciadas, como por exemplo, a preservação dos dados por seis meses e não mais por 30 dias foi veementemente afastada pelos advogados da empresa. O uso de filtros foi, como vou mostrar daqui a pouquinho, veementemente afastado pelos advogados da empresa.

Então, eu acho que daí a importância da CPI também nisso é forçar a empresa a vir a público, a vir diante de toda a sociedade brasileira dizer que esse problema é um problema nacional e que eles também são responsáveis para resolver esse problema. O que num diálogo com o Ministério Público e com as Organizações Não-Governamentais não estava acontecendo. O Thiago Tavares estava aqui na reunião é testemunha e meu colega Luiz Fernando Costa que também é membro do grupo estava na reunião e também é testemunha da postura muito pouco negociável, muito pouco aberta ao diálogo por parte dos advogados da Google.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então, Dr. Suiama está dizendo na sua exposição que o avanço para 180 dias e o filtro proposto aqui já é avanço da CPI?

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Sim. Ocorreu hoje. Bem, então quais são concretamente os pontos que estão em litígio hoje entre o Ministério Público Federal e a Google Brasil? Primeiro, o primeiro ponto de litígio diz respeito ao prazo de preservação dos *logs* de acesso. Essa aí é a Citação da correspondência que foi encaminhada pela Google. Está tudo documentado e foi entregue aos Srs. Senadores na data de ontem um grande dossiê todos os documentos relativos ao caso, inclusive a troca de correspondências efetuadas as quais comprovam cabalmente a postura pouco razoável da empresa até então adotada. A proposta da empresa: Preservar somente os dados correspondentes aos acessos mais recentes dos usuários, aproximadamente relativo aos últimos 30 dias. O Dr. Demóstenes foi Procurador de Justiça e ele sabe o tempo que demora, não é Dr. Demóstenes? O tempo que demora um procedimento para ser instaurado, autuado e encaminhado à Justiça de quebra e depois então encaminhado à empresa. O senhor acha, Dr. Demóstenes, que em 30 dias um Ofício Judicial chega à empresa?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Jamais. Não tem a menor possibilidade.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Também acho Dr. Demóstenes, a gente tem a convicção de que isso não acontece. Esse prazo de 30 dias ele é completamente contrário às... Ele caminha completamente em direção contrária aos prazos que estão sendo estabelecidos no âmbito internacional e no âmbito nacional. No âmbito nacional a recomendação do comitê gestor da internet esteve aqui ontem, estiveram aqui ontem os representantes, a recomendação pelo comitê gestor diz que os provedores devem passar a manter por prazo mínimo de três anos os dados de conexão. Três anos, e não 30 dias. Pode passar.

No substitutivo do Senador Eduardo Azeredo que integra essa Comissão Parlamentar de Inquérito infelizmente não está em Plenário, mas seu assessor Carlos Portugal está aqui, o substitutivo do Senador Azeredo aos PLC 76, 137 e 89 prevê no art. 21 Inciso I o prazo de três anos para a preservação dos dados. A diretiva do Parlamento europeu para usarmos outras referências que não o Brasil, diz lá que os Estados membros devem assegurar que os dados não sejam retidos por períodos não inferiores a seis meses e não superiores a dois anos. E a ABRANET que é a Associação que congrega o setor, também refere-se ao prazo de seis meses. Então, 30 dias que aí está a manifestação deles lá, por escrito, estamos aqui comprovando, é absolutamente suficiente e razoável e isso foi falado para os advogados da empresa e os advogados então alegaram que os negócios da empresa, o *business* da empresa, isso foi falado umas quatro ou cinco vezes, a palavra *business,* impedia que houvesse a ampliação desse prazo. Então, acho importante o Alexandre anunciar que vocês vão ampliar para seis meses. Eu gostaria que isso ficasse registrado por escrito para que depois não houvesse recurso por parte dos advogados da empresa.

SR.PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está gravado e é crime mentir à CPI. Então o Dr. Alexandre está instruído pelo melhor dos advogados, de tantos que tem, mas esse brilhante Dr. Márcio Thomaz Bastos que jamais viria para cá instruir-lhe de forma errada.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Pois, não. Pode passar, por favor. O segundo ponto de litígio, Exa. diz respeito à preservação e encaminhamento da prova da materialidade de litígio. Como os senhores sabem, a materialidade de litígio do crime do art. 241 do ECA, pornografia infantil, são as fotos e as fotografias de pornografia infantil. O que diz a empresa? A Google reitera seu compromisso de fornecer as imagens existentes na página do ORKUT mediante as Ordens Judiciais que forem recebidas a partir de 90 dias contados da assinatura do TAC, que puser fim à ação. É importante salientar que somente as fotos que estiverem disponíveis no ORKUT após a data acima mencionada é que poderão ser fornecidas pela Goo-

gle. Ou seja, Exas., o que nós podemos ler a partir dessa proposta da Google? Que todas as imagens, todas as fotografias que foram postadas no passado ao prazo posterior aos 90 dias depois da assinatura do TAC, não serão fornecidas pela empresa. Ou seja, todos os pedófilos que cometeram crimes até 90 dias depois da assinatura do TAC, continuarão impunes porque a empresa não fornecerá as provas consistentes nas fotografias e nas imagens.

Eu pergunto se os Srs. Senadores e se a sociedade brasileira acha essa posição uma posição adequada e consentânea com os nossos interesses nacionais. Pode continuar, por favor.

No dia 01/04/08, a minha colega integrante do grupo de crimes cibernéticos, Dra. Fernanda Tabemblat notificou a empresa, está num kit que está sendo distribuído, ali junto com o Senador Tuma. Foi feita uma notificação para que a Google preservasse todo o conteúdo das quase cem mil denúncias que foram comunicadas pela SaferNet, foram 100 mil denúncias comunicadas pela SaferNet nos últimos 2 anos, e o Ministério Público notificou a empresa a preservar essas denúncias e informar dentro dessas cem mil páginas que foram entregues, quais delas continham indícios de crimes de atribuição da Justiça Federal brasileira, e que pudessem ser investigados. E também notificou a empresa, segundo eles dizem que tem que reportar todos os casos a NCMEC para que eles informem todos os casos envolvendo o ORKUT que foram notificados na SaferNet. Desculpe a NCMEC que é o órgão americano *National Center for Missing & Exploited Children* que é o órgão americano de controle. Então nós notificamos para que eles apresentassem uma cópia das notificações que foram efetuadas ao NCMEC e também informassem ao Ministério Público Federal quais delas continham indícios da prática de crimes por brasileiros de competência da Justiça Federal. Pode continuar.

Eu gostaria de citar o Código de Processo Penal porque me preocupa muito a postura da empresa em vincular todas essas questões a um suposto acordo que seria feito com o Ministério Público. O Código de Processo Penal é muito claro no que diz respeito ao dever imposto às autoridades policiais quando tomam conhecimento de uma infração penal. Todo mundo que estudou o Código de Processo Penal sabe isso de cor e salteado. O que diz o art. 6º? Logo, ou seja, imediatamente que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá, é um dever, não é uma possibilidade, não é uma caridade, não é uma negociação, não é uma discricionariedade da autoridade policial, é um dever dirigir-se ao local providenciando para que não se altere o estado e a conservação das coisas até a chegada dos peritos, apreender os objetos que tiverem relação com o fato e colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato. Num crime fora da internet, como é que isso funciona? A autoridade morreu lá assassinada, a menina que foi jogada do prédio. O que a autoridade policial faz? Ela vai ao local imediatamente, preserva todas as evidências, colhe todas as informações e só depois de realizada a perícia libera o local. Não é assim que funciona? A mesma coisa funciona na internet. O que a autoridade policial ou o Ministério Público tem que fazer? Dirigir-se ao provedor que é o único ente que tem essas provas, pedir para que eles conservem essas provas, apreender as provas e colher essas provas. Repito, não é uma faculdade, não é uma discricionariedade, não é uma negociação. É um dever legal imposto à autoridade policial. E, portanto nenhuma empresa pode opor algum tipo de resistência a esse tipo de ordem. É claro, preservados os sigilos e as proteções constitucionais. Não estamos falando disso. Pode passar.

O art. 158 do Código de Processo Penal brasileiro. Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado. Digamos que um acusado por um crime de pornografia infantil chegue lá no Ministério Público e diga assim eu publiquei no ORKUT 200 imagens de pornografia infantil. Aí nós vamos lá no ORKUT e não achamos essas imagens. Essas imagens foram retiradas. Nós pedimos para a Google, a Google se nega a fornecer as imagens porque ela diz que só vai fornecer as fotografias depois de 90 dias de assinado o acordo. Então, o que é que acontece? O que os senhores podem concluir pela leitura do art. 158? Que nesse caso a pessoa ficará impune, essa pessoa que confessou ter publicado pornografia infantil no ORKUT ficará impune porque nós não conseguimos apreender junto à Google o material necessário para fazer o exame de corpo de delito. Os Srs. acham que essa é uma postura correta, uma postura responsável por parte da empresa? Me parece, Srs. Senadores, que não. Pode passar essa página.

Bem, para ilustrar também o que eu estou querendo dizer, esse é um perfil que está... Foi publicado na página inicial, uma das páginas iniciais do perfil do ORKUT. Claramente os senhores podem ver que se trata de pornografia infantil porque o próprio retrato do perfil já apresenta uma criança em situação pornográfica. Quando nós então tentamos acessar novamente essa página, depois de 48, 54, 72 horas, o que acontece? O perfil foi deletado. E onde é que está esse perfil? Onde está essa pessoa? Cadê a fotografia? Cadê as imagens que nós necessitávamos para poder investigar? Sumiram. Não foram apresentadas ao Ministério

Público. Então, nós não temos como investigar nesse caso. Então aquela pessoa Everton Santana...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Como não está muito claro essa situação da Google... Das dificuldades em... Há outros sistemas de informação que também estão na mesma situação? Ou é só a Google que tem feito... Criado a dificuldade apresentada por V.Exª.? Só para situar. Porque eu estava perguntando não é o sistema. Porque às vezes a gente entra na imprensa, e entrar num *Blog* tem que ter um provedor. E o provedor é que faz a passagem da programação de pedofilia ou não. Tem outro sob investigação também? Só para... Desculpa, só para... Porque o senhor deu um ponto que é o mais grave que eu estou vendo aqui dentro de todo o procedimento da CPI. Que é... O que precisa é da prova material. E a gente quando preside um inquérito que sabe se não há corpo de delito infelizmente não se chega à conclusão, Dr. Demóstenes é promotor, não pode fazer a denúncia. Porque a polícia não conseguiu a prova material. Então... E a gente talvez poderia orientar se tem outras... Pra gente ter uma norma geral para todo mundo. Desculpa interrompê-lo. Porque a aflição é essa, conseguir o corpo de delito a prova material.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Como eu disse agora há pouco, Senador, o Brasil não é hoje um produtor comercial. Ele não produz comercialmente pornografia infantil. Nós não temos sites comerciais de pornografia infantil hospedados no Brasil. Nós temos no Panamá, na Rússia, nos Estados Unidos. Mas no Brasil, eu não conheço nenhum caso concreto envolvendo pornografia comercial vendida em sites comerciais de sexo hospedados no Brasil. O Brasil, o que ele faz? O Brasil ele pega, os pedófilos brasileiros pegam os materiais e difundem os materiais através de diversos serviços. Hoje as estatísticas que nós temos e batem perfeitamente com as estatísticas da SaferNet, mostram que 90% dos casos de pornografia infantil denunciados ao Ministério Público e à SaferNet, dizem respeito a um só serviço. E esse serviço se chama ORKUT. Então, o que acontece? O ORKUT apesar de ter uma maioria de pessoas que utiliza esse sistema saudavelmente, o ORKUT infelizmente está sendo usado para a difusão de pornografia infantil. E ele é hoje o principal serviço privado de distribuição de pornografia infantil no Brasil.

Então nós estamos tentando lidar com esse serviço específico para poder resolver 90% do problema e aí depois atacar os outros 10% que envolvem comunicadores instantâneos, que envolvem salas de bate-papo, ou pornografia em outros sites, etc. Então, esse caso aí, esse perfil falso Everton Santana vai ficar impune porque a empresa deletou as imagens e não fornecerá ao Ministério Público essas fotografias, segundo afirmaram os próprios advogados da empresa como eu citei naquele slide anterior. O terceiro ponto em litígio diz respeito aos álbuns fechados. Esses álbuns não existiam. Então, antes de novembro de 2007 qualquer pessoa poderia acessar qualquer álbum. Em novembro de 2007 como o Alexandre disse, até com vistas a uma boa intenção que era a de assegurar a privacidade de usuários do bem, e eu concordo que isso é bom, é importante, não quero ver minhas fotos publicadas, ele criou uma ferramenta pela qual o usuário pode bloquear, pode fechar os seus *scraps* ou suas mensagens ou também bloquear, fechar o seu álbum de fotografias. Esta ferramenta ela... Se foi... Por um lado foi algo positivo, ela teve como conseqüência negativa imediata a proliferação e o aumento confirmado inclusive pela própria Diretora Jurídica da empresa no Brasil, Aline Messias, de que houve um aumento vertiginoso do número de denúncias de pornografia infantil no ORKUT. Por quê? Porque era tudo que os pedófilos queriam. Um álbum privado pra poder trocar. Ele fala assim: Olha pessoal eu tenho aqui, eles mandam um *scrap* geral, eu tenho aqui fotografias novas de pornografia infantil. Aí a pessoa adiciona... O interessado se adiciona ao pedófilo e aí então pode ter acesso. A polícia não pode ter acesso. O Ministério Público não pode ter acesso. Mas os pedófilos podem. Então essa é a conclusão que chegou a SaferNet no relatório que também foi entregue à CPI. Com o incremento de mais essa ferramenta, mentes criminosas outrora melindradas pelas possibilidades de serem denunciadas estão se formando rapidamente com o objetivo de distribuir pornografia infantil. Os criminosos passaram a ter privacidade. Pode passar.

Bem, o *hotline* SaferNet recebeu desde que foi criada essa ferramenta, 3265 denúncias únicas de perfis com álbuns e *scraps,* comentários bloqueados pelos usuários. Graças a essa ferramenta que foi criada pela corporação Google. Ferramenta não existia, foi criada, e está impedindo a investigação criminal. Desse total, 2467 denúncias únicas se referiam à disseminação de pornografia infantil. 75,56% do total. 75% dos álbuns fechados contêm pornografia infantil. Dos álbuns fechados denunciados à SaferNet.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Em quantos meses, em quanto tempo?

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: De novembro a agora, não é?? De dezembro ao final de março.

SR.. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Três meses, três, quatro meses.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Pouco mais de quatro meses. Quatro meses 2.467 denúncias de

pornografia infantil. Graças à privacidade do álbum. Vou mostrar numa tela para ficar isso claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Depois a gente vai travar o debate aqui Senador Tuma que V.Exª. não estava, e o Dr. Alexandre ele havia dito que essa ferramenta foi criada com o pedido dos usuários do bem e os usuários do mal penetraram. Então a gente vai fazer esse debate.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Esta é uma página denunciada à SaferNet e a SaferNet tem todas as 3500 *screenshots(F)* dessas páginas, esta é uma página denunciada à SaferNet como contendo pornografia infantil. Me parece, à primeira vista, que há mais do que indícios, ou há indícios suficientes de que essa página contém em seu álbum, e há fotos ali, pornografia infantil. Então, ao menos serviria, se não prestará ao inquérito, para que a polícia e o Ministério Público visualizassem as imagens e constatassem no caso concreto se havia ou não indícios para instaurar o inquérito. Então, o que é o natural nesse caso? Que a gente então clique na ferramenta do álbum de fotografias para acessar essas imagens. Quando nós clicamos na ferramenta, o que acontecia? Pode passar.

Este conteúdo foi definido como particular pelo dono do perfil. Então, esse perfil falso *inocent angel* com uma foto de uma criança e com indícios mais do que suficientes de troca de pornografia infantil, ele foi trancado graças à ferramenta criada pela Google. Pode passar.

E se nós acessarmos hoje esse perfil, Excelência, nós não vamos mais encontrar esse conteúdo foi definido como particular pelo dono do perfil. Nós vamos encontrar a seguinte mensagem. Pode passar.

Esse perfil foi deletado. Então, o que acontece? Qual é o procedimento da Google? Ela toma conhecimento da pornografia infantil, não permite o acesso às autoridades, para que as autoridades possam verificar se tem ou não o crime e depois apaga a fotografia e não encaminha as imagens. Com isso, ela assegura a impunidade do criminoso. Pode passar.

O Relatório da SaferNet: "Em razão do aumento das denúncias, e diante da impossibilidade de investigação criada com as novas ferramentas, a SaferNet reportou à Google através de formulário existente na ferramenta de denúncia oficial de abuso e comunicou o fato à sua Diretora Jurídica no Brasil, Aline Messias. Até agora nenhuma resposta satisfatória foi fornecida pela empresa. Dia 28 de novembro de 2007". Um mês, mais ou menos, ou 15, 20 dias após a criação da ferramenta. Foi detectado de pronto pela SaferNet, foi comunicada à Google Brasil, e a Google Brasil não ofereceu nenhuma resposta satisfatória. Pode passar o próximo slide.

Aqui no dia 6 de março nós pedimos para que ela... A Diretora Jurídica se manifestasse sobre os álbuns fechados. E o que ela disse? Não há solução provisória possível para a questão, estando as companhias impedida tanto pelo Ordenamento Jurídico brasileiro quanto pelo norte-americano de considerar o MPF ou a qualquer outra autoridade... Então vejam, se os senhores pedirem da CPI as fotografias, as imagens, provavelmente os senhores estão enquadrados nessa outra categoria a qualquer outra autoridade e aí então os senhores receberiam a seguinte resposta: Não há solução provisória e estão impedidas de receber. E a CPI então não poderia verificar nem a polícia, nem o Ministério Público, nem à Polícia Civil, nem ao Ministério Público Estadual, ninguém poderia verificar se há ou não o crime de pornografia infantil no ORKUT. Graças a uma ferramenta, a um problema que foi criado em novembro pela própria Google e a própria Google se recusa a fornecer uma solução pra gente resolver esse problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não existe base jurídica para isso. Mas certamente a CPI vai requerer e nós temos plena consciência que a Google vai ceder.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Claro. Uma citação do Fernando da Costa Tourinho Filho que todos aqueles que estudaram processo penal conhecem. O art. 5º diz: Nos crimes de ação pública o Inquérito Policial será iniciado, com tal expressão que demonstra imperatividade a própria lei criou para a autoridade o dever jurídico de instaurar o inquérito nos crimes de ação pública. Assim, se a autoridade policial tiver ciência que ocorreu um crime de ação pública incondicionada e se sem embargo disso não instaurar o inquérito, poderá, conforme o caso concreto, infringir no disposto no art. 319 do Código Penal. Então eu pergunto aos Srs. Senadores e ao público aqui presente, nós tomamos conhecimento graças a um relatório feito pela SaferNet de que há 2300 páginas, 2300 perfis, álbuns contendo pornografia infantil. Qual é o meu dever? Qual é o dever do Dr. Sobral, Dr. Felipe? Instaurar um inquérito, instaurar uma investigação e promover aquelas medidas que estão no art. 6º do Código de Processo Penal. Pode passar.

Conservar as coisas, apreender as coisas, dirigir-se ao local e colher as provas. Essa é a nossa função. Isso acontece no mundo real e acontece na internet. Na internet quem tem esses dados, as provas necessárias é o provedor de serviços. No caso, a Google. Pode passar.

Então, o que aconteceria conosco se nós simplesmente acatássemos a decisão da Google dizendo olha, nós estamos negociando, vamos fornecer, é um

processo longo, é demorado, nós vamos logo. Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício ao praticá-lo contra disposição expressa da lei para satisfazer interesse e sentimento pessoal detenção de seis meses a um ano. E qual é a pena daquele que auxilia o pedófilo a se subtrair da ação da autoridade pública? É a pena do art. 348, favorecimento pessoal, pena de um a seis meses de detenção e multa. Bem, então para resolver esse problema nós notificamos o Diretor-Geral da empresa Google Brasil, a informar no prazo de 48 horas, quais das URLs noticiadas pela SaferNet continham indícios do crime de pornografia infantil. Eu recebi hoje a resposta que foi encaminhada pelo Diretor-Geral e nessa resposta ele faz uma breve menção ao sistema que está sendo feito, que está sendo desenvolvido pela SaferNet que de troca de informações, a SaferNet manda as informações e eles respondem. Acontece, e eu queria explicar isso para o Dr. Alexandre, que não é advogado. Acontece que este sistema, Alexandre, não tem nada, absolutamente nada que ver com o dever da empresa de informar prontamente aqueles casos em que há indícios de crime de pornografia infantil. O sistema é uma forma de você facilitar, é uma forma de você agilizar, é uma forma de você transformar isso em algo mecânico, algo automático. Agora, o sistema, em si só, não é ele que vai resolver o problema da Google. A Google tem independentemente do sistema desenvolvimento, independentemente da notificação do Ministério Público, independentemente do acordo, a Google tem que fornecer para qualquer autoridade, se o Dr. Felipe chega e requisita essas imagens, você tem que fornecer. Não adianta, você responder pra ele: olha, nós estamos em negociação com a SaferNet, vamos desenvolver um sistema que vai demorar algum tempo, mas em breve... Não adianta. O Dr. Felipe é uma autoridade policial, ele tem o dever de investigar e vocês têm o dever pronto de responder a indagação que foi feita. Pode passar.

O quarto ponto de litígio diz respeito ao serviço de atendimento ao consumidor que não foi mencionado aqui pelo Alexandre. Apenas os três primeiros meses de 2008, a SaferNet recebeu e respondeu 631 pedidos de apoio, ajuda e orientação por vítimas de ilícitos no ORKUT. O que inclui: *cyberbullet* ameaça, crimes contra a honra e pornografia infantil. A maioria dos usuários que procuraram a ONG era formada por adolescentes e seus pais. O Ministério Público Federal também recebe pelo menos uma vez ou duas vezes por semana reclamações envolvendo a prestação de serviços no âmbito do ORKUT. São pessoas que foram vítimas de crime contra a honra. Crime contra a honra nós não podemos investigar porque é ação penal privada. Nós não temos o poder de iniciativa. Nós podemos no máximo orientar essas pessoas. O que essas pessoas querem basicamente? Que a página seja retirada o mais rápido possível do ar e que esses dados sejam ser preservados para que eventualmente elas possam processar as pessoas.

Então nós queríamos que a empresa, à medida que a maioria dos consumidores do ORKUT é formada por brasileiros, tivesse um serviço eficiente de atendimento ao consumidor. Qual foi a resposta da empresa, da Diretora Jurídica da empresa quando nós questionamos a empresa sobre isso? O modelo de negócios vejam, negócios, da Google, prevê que o atendimento de seus produtos se faça pela internet. A Google acredita que o atendimento via *web* é a melhor alternativa nesse caso, e continua a trabalhar no aprimoramento dessas ferramentas. Não havendo previsão da empresa para a constituição de uma central de atendimento ao usuário por telefone. Ou seja, a telefônica tem, a Nestlé tem, as concessionárias todas têm, a Sadia tem, várias empresas privadas, concessionárias ou não, têm serviço de atendimento ao consumidor. A Google Brasil que atende um público estimado de 30, 40, 50 milhões de brasileiros, não tem sequer um número de telefone onde a pessoa pode ligar e reclamar. Os Srs. acham que isso é uma postura razoável? Não há previsão para a constituição de uma central telefônica e é disponibilizado aos usuários do ORKUT uma ferramenta de denunciar abuso, foi citado aqui pelo Alexandre, para reportar problemas. Encontra-se disponível no site aviso explicativo da ferramenta. Vamos ver se essa ferramenta tem funcionado. Esse é um e-mail de uma mãe, endereçado ao Ministério Público Federal, Dona Noemi, e ela fazia referência a um problema que estava sendo vivido pela filha. Ela estava aflita com relação a um problema da filha: "Venho por meio deste declarar minha indignação com pessoas que utilizam o site ORKUT para insultar outras pessoas. Minha filha Amanda é estudante do ensino médio, portanto, uma adolescente. E assim como a maioria dos adolescentes possui uma página no site ORKUT. No entanto, a página foi invadida e minha filha passou a ser insultada através de mensagens e descrições feitas nas suas fotos. Por diversas vezes tentei acessar o *link* e denunciar como falso. Porém, até o presente momento não consegui que o perfil fosse retirado do ar. Por isso, peço encarecidamente que seja adotada alguma medida pelo Ministério Público Federal". Então, esta ferramenta não está funcionando. E quando nós colocamos a questão no atendimento via telefone e de prazo de atendimento ao consumidor, a resposta deles é essa, que não há previsão de atendimento telefônico e que o prazo pode ser de até 15 dias. Então,

você imagina a aflição de uma garota durante 15, 20, 30 dias, um mês, esperando alguma resposta da empresa. Esse é o perfil falso da Amanda que foi criado no ORKUT. Amanda, sexo virtual. Ali olhem, páginas nazistas, páginas de sexo, descrição de sexo, uma página falsa que foi criada em nome da filha dessa moça que escreveu ao Ministério Público. Então veja o sofrimento dessa garota.

Bem, aqui há um dado econômico mostrando um pouco como a lógica da empresa se guia mais por interesses econômicos do que por interesses realmente de responsabilidade social. Aí diz no jornal Gazeta Mercantil de ontem. A Google decidiu reforçar investimento da companhia na região com destaque para o Brasil e o México. Vão investir no Brasil. Brasil e México são os países com maiores oportunidades de crescimento para a Google na América Latina, afirma José Maria Lopes Gerente da empresa. É onde a companhia vislumbra maior espaço para oferecer seus produtos e serviços. Quer dizer, a questão é a oferta, e não a qualidade, o serviço, o atendimento ao consumidor. O Brasil foi o país no qual a Google registrou maior crescimento em 2007. O Executivo comenta que o crescimento da empresa na América Latina supera os três dígitos, e que mais de 50% do tráfico dos produtos da empresa acontecem fora dos Estados Unidos. Crescimento de mais de três dígitos e a empresa se recusa a fazer um serviço 0800. Só citando a Legislação, que parece que a empresa às vezes, principalmente os advogados da empresa, parecem que esquecem. São direitos do consumidor: A proteção contra os riscos provocados por prática no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos. Eu acho que um perfil ofensivo criado no ORKUT é bem nocivo para a criança. A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos. Pode passar.

O art. 14 exige que o fornecedor de serviços responda pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços bem como por informações insuficientes ou inadequadas sob sua afluição e riscos. Nós olhamos as páginas do ORKUT e não encontramos informações adequadas sobre a proteção do consumidor em relação aos riscos que ele está sofrendo, inclusive pornografia infantil. Não há uma linha sequer no ORKUT, eu procurei ontem sobre pornografia infantil e alertando as crianças sobre isso. Pode passar.

E o último ponto em litígio, e com isso termino minha exposição, antes de fazer algumas propostas, é o desenvolvimento de mecanismos para impedir a publicação das imagens. Nós discutimos isso com a Google em várias reuniões. Nós temos recebido, Ex.ª, 153 denúncias únicas por dia. O que dá 55 mil denúncias de pornografia infantil por ano. Dr. Romeu Tuma foi Delegado, ele sabe, o Sr. acha que é possível, Dr. Romeu Tuma, investigar, a Polícia Federal investigar 55 mil denúncias novas de pornografia infantil por ano, com a estrutura que a PF tem hoje?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É impossível. Eu estava falando que a grande tese é a proibição da publicação. Que eu acho que seria a solução mais correta e lógica. Que a sobrecarga é enorme. A polícia pode investigar um, dois casos, quando tiver inclusive uma representação.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: É claro. O que não é possível é a Polícia Federal, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal girarem em torno de um único serviço prestado por uma única empresa que não se recusa a absorver as externalidades negativas provocadas por esse serviço prestado. É a mesma situação, eu costumo usar esse exemplo, da companhia, da empresa, uma indústria que polui, que joga o óleo no mar. Ela pega aquele resíduo e ao invés de tratar esse resíduo internamente, ela pega e despeja no mar ou despeja no rio e com isso prejudica toda a sociedade. É a mesma coisa que está acontecendo com a Google em relação ao ORKUT. Esse lixo que é produzido diariamente pela Google e pelos usuários do ORKUT, ele ao invés de ser absorvido pelo ORKUT, ele é então jogado para toda a sociedade que tem que arcar com os custos, e isso custa caro, custa o salário dos profissionais, dos procuradores, dos juízes, dos funcionários da polícia, em papel, em notificação, em expedição de Correio, custa muito caro para o Estado sustentar uma situação como essa que a médio prazo é insustentável. 55 mil casos novos por ano de pornografia infantil no ORKUT. Bem, no âmbito do Ministério Público, os dados que nós temos são os seguintes. Esse aí é o nosso Disk Denúncia. Qualquer pessoa pode entrar na página da Procuradoria da República e fazer uma denúncia. Só em São Paulo, veja o aumento do número de denúncias envolvendo pornografia infantil. Foram 311% de aumento em relação a 2005. Esses são os dados em relação aos procedimentos instaurados. Na primeira coluna é o total de procedimentos de pornografia infantil que nós temos. Na segunda é a pornografia infantil no ORKUT e na terceira é a porcentagem de pornografia infantil em relação ao total de denúncias. No ano de 2004 nós tínhamos 16 casos de pornografia infantil instaurados e um se referia ao ORKUT. No ano de 2007, vejam lá, 365 procedimentos instaurados, desses 365 procedimentos, 287, 80%, referiam-se a pornografia infantil no ORKUT. É por isso que eu digo que a pornografia infantil, a difusão de pornografia infantil no Brasil tem

um nome e esse nome se chama ORKUT. Quanto aos pedidos de quebra telemática no ano de 2004 não houve nenhuma, no ano 2007 dos 91 procedimentos de quebra que foram encaminhados à Justiça, 78 ou 85,7% do total dizia respeito ao ORKUT.

Então, nós Procuradores da República, Poder Judiciário, a Polícia Federal está hoje trabalhando para a Google para resolver os problemas do ORKUT. Foi o que nós dissemos aos Diretores Jurídicos da empresa num ofício escrito, que está de poder da CPI, datado de 18/12/07. V.Sas. são capazes de imaginar que é impossível a qualquer serviço de persecução penal brasileiro ou estrangeiro processar e investigar 153 novos casos de pornografia infantil por dia. Para se ter uma idéia da magnitude, isso equivale a 22,95% do total de distribuições da Justiça Federal em São Paulo. 22% do total das distribuições da Justiça Federal de São Paulo é equivalente a esse número de investigações que nós temos. Então, qual foi a resposta da empresa? Primeiramente, referi que os provedores de hospedagem não possuem dever legal de monitorar conteúdo previamente. Não tem dever legal. E também... A implantação ou não... Implantação ou não, vejam, não é assim, nós vamos implantar. A implantação ou não de tal sistema insere-se no contexto da administração privada das atividades pela Google Inc. Os Srs. acham que essa implantação está exclusivamente vinculada aos interesses privados da Google Inc. ou isso é uma responsabilidade social da empresa perante toda a sociedade brasileira em relação ao custo que eles estão causando aos órgãos de investigação policial e judicial? Não nos parece que isso seja um problema de âmbito privado. O que diz o Código Civil? Responsabilidade civil dos provedores. Aquele que por ação ou omissão voluntária causar negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que moral comete ato ilícito. E também comete ato ilícito aquele que excede os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. E o art. 927 do Código Civil repete isso. Haverá obrigação de reparar o dano independentemente de culpa, nos casos especificados em lei ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar por sua natureza risco para os direitos de outrem. E eu acho que ficou mais do que claro os riscos por outrem que estão expostos as pessoas no ORKUT. Quais são as responsabilidades que nós achamos necessárias dos provedores? Primeiro, o desenvolvimento de ferramentas de controle e monitoramento. A Google ainda não apresentou uma solução eficaz para essas ferramentas. Eles dizem que eles vão... Eles comunicaram agora que eles vão instalar filtros, inclusive soluções tecnológicas, automatizadas associadas à revisão humana, cumprimento o Alexandre por isso, eu acho isso importante, mas eu quero dizer que isso só foi anunciado hoje, enquanto que os advogados da empresa, em todas as reuniões em que eles participaram eles não apresentaram nenhuma proposta concreta no que diz respeito a filtros e muito menos revisão humana. Ao contrário do concorrente *MySpace* que diz textualmente em ofício encaminhado ao Ministério Público que faz não só a filtragem como revisão humana de todas as fotografias que são publicadas no MySpace. Então se o *MySpace* faz, parece que o ORKUT também tem que fazer e também isso que ele tem que fazer. Então, somente hoje foi comunicado que o ORKUT fará revisão das fotografias instalando filtros. Depois, preservação...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É importante destacar que se essa resposta veio hoje, essa CPI já se justifica. Isso para responder a algumas pessoas que em notas de jornais dizia que era mais uma CPI para palanque eleitoral. Na verdade essa é uma CPI de pedofilia, não é CPI de prostituição. Acho que CPI de prostituição são outras. Essa não. Na verdade, se nós já alcançamos isso, que é uma luta do Ministério Público, da sociedade civil com essa compreensão do Google, e aí volto a afirmar, a nossa grande esperança foi o Advogado que vocês contrataram. Dr. Márcio Thomaz Bastos. Certamente, se tivesse sido contratado antes quem sabe nós nem estaríamos aqui pela compreensão deste nobre Ministro da Justiça e pela larga experiência que tem e conhece tudo de cor essas leis que foram colocadas aí pelo Ministério Público. E nós esperamos isso e é com isso que nós vamos contar, porque as respostas da Dona Aline Messias, uma pessoa sempre a mim interessa ouvir por conta das respostas que foram dadas, que é a Diretora Jurídica do Google aqui no Brasil, então já se justifica esses avanços e essa disposição do Dr. Alexandre confirma pra mim aqui já do meu lado quando eu perguntei se há disposição de criar controles, monitoramento e esses filtros necessários aí ganha a sociedade brasileira.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Quanto à preservação das evidências por prazo razoável, também o anúncio graças à CPI aqui, foi feito que houve um aumento para seis meses, o que para nós já é um avanço porque os advogados se recusavam sistematicamente em ampliar esse prazo para além dos 30 dias que é um prazo totalmente irrazoável. Identificação adequada do usuário. Isso nós não ouvimos ainda uma proposta a Google à respeito. Informação ao usuário sobre o uso não criminoso da internet. Desenvolvimento de campanhas de prevenção. A comunicação imediata dos crimes praticados em seus serviços. Até a presente

data, Srs. Senadores, nós não recebemos da Google sequer uma notificação de crime acontecido em seus serviços. Não recebemos nenhuma comunicação nós recebemos do UOL, nós recebemos do TERRA, nós recebemos de outros provedores. Mas não recebemos uma única comunicação da Google de que ocorreu um crime em seus serviços. Comunicação imediata dos crimes. Serviço eficaz de atendimento ao usuário. Eu insisto nesse ponto porque esse ponto é um ponto que tem afligido muito a população. E eu faço aqui um apelo público ao Alexandre, já que os advogados da empresa não foram tão sensíveis a essa causa. Atenda aquelas pessoas principalmente adolescentes que estão desesperados por conta de outros adolescentes que causam, provocam esses perfis falsos.

Bom, então eu termino, Exas., sugerindo algumas propostas à CPI. A primeira proposta, Exa., diz respeito a requisitar a empresa Google Brasil, o conteúdo integral dos álbuns bloqueados denunciados, bem como dos *logs* de acesso e dados cadastrais dos respectivos usuários. São 2300 álbuns bloqueados que contem pornografia infantil. A Google, para nós, ela disse que não iria... Quer dizer, na resposta que ela apresentou à notificação ela não deu uma resposta específica a essa questão. Então nós gostaríamos que a CPI, já que ela tem poder de polícia e tem poder inclusive de... Para requisitar próximos ao do Poder Judiciário, ela possa requisitar o conteúdo integral desses álbuns bloqueados para que a própria CPI possa aferir o que há por trás desses álbuns que foram bloqueados. Segunda proposta, segunda sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que ainda hoje nessa Sessão nós votaremos esses pedidos que já havia sido definido pela CPI.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Perfeito. Segunda proposta. Sugerir... Requisitar à empresa informações sobre quantos e quais perfis com indícios de pornografia infantil foram encaminhados ao NCMEC a partir de 2005. Nós gostaríamos de saber da Google, de fato quantos... Quantas comunicações, já que eles têm o dever, pela lei americana de comunicar o órgão americano, NCMEC, que eles informassem quantas em relação às quais perfis do ORKUT foram feitas essas comunicações. Especificando a URL. Para que a gente possa comparar com o banco de dados da SaferNet. Depois, uma proposta de Alteração Legislativa para tipificar a posse e aquisição de pornografia infantil, uma vez que o nosso ordenamento ainda não tipifica esses dois crimes. E também tipificar o assédio e o aliciamento *on-line* de crianças, uma vez que não há um tipo penal claro em relação a esse assédio e aliciamento. Outra proposta. Alteração Legislativa para obrigar os provedores de acesso e serviço, empresas de revelação de filmes fotográficos, operadoras de cartões de crédito e lojas de assistência técnica a informar a polícia e/ou o Ministério Público Federal sempre que tomar conhecimento da prática do crime do art. 241 do ECA. Então, dever de reportar. Depois, propostas de Alteração Legislativa para obrigar a moderação humana em serviços interativos acessados por crianças. Salas de bate-papo, por exemplo. Proposta de Alteração Legislativa para fixar prazo mínimo obrigatório de preservação das evidências pelos provedores de internet. Nós defendemos o prazo mínimo de três anos uma vez que esse prazo é o prazo fixado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. O Alexandre se referiu ao acordo anterior com os provedores, é verdade, no acordo nosso com os provedores de acesso estava lá seis meses. Só acho que esse acordo foi celebrado em 2005. E depois de 2005, aconteceram novas coisas e a situação mudou inclusive em termos legislativos. Então, hoje me parece que o prazo mais razoável seria três anos. Depois, adesão do Brasil à convenção sobre *cyber*crime, Convenção de Budapeste. Talvez a CPI pudesse fazer uma gestão junto ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça para que isso acontecesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nós seremos recebidos pelo Presidente Lula na próxima semana,a CPI. E ele vai falar da sua disposição de sancionar tudo que for votado aqui nesse pacote antipedofilia e certamente nós levaremos essa preocupação ao Presidente. Já é uma luta do Senador Eduardo Azeredo, e essas matérias, essas propostas colocadas à CPI, propostas de mudança legislativas e criação de novos instrumentos de lei já é material de trabalho para os senhores do Ministério Público, da Polícia Federal, cedidos em seus Estados entendendo a necessidade da sociedade pelos seus respectivos procuradores e alguns deixando as suas famílias e filhos para se juntar a CPI durante esses meses todos já é matéria de trabalho porque nós vamos acatar e vai para a mão dos senhores, das senhoras, para que construamos esses instrumentos para votarmos imediatamente. Então, nós vamos levar ao Presidente Lula essa que já é uma proposta do Senador Eduardo Azeredo, que tem a sua militância aí.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Perfeito, Excelência. Eu gostaria só de ressaltar que essas propostas, essas sugestões elas não são sugestões inventadas por mim ou pelo meu colega Luiz Fernando, ou por quem quer que seja. Elas já integram o projeto, a maioria delas já integra o Projeto de Lei que está sendo elaborado com a colaboração dos Delegados aqui presentes, Dr. Sobral e Dr. Felipe, e também está contida na maioria... É praticada e está contida na maioria dos

relatórios e legislações da Europa. Então, nós não estamos aqui inventando a pólvora. Principalmente no que se refere a bloqueio a *sites* comerciais de pornografia infantil hospedados no exterior, a Europa já faz esse bloqueio há mais de dois ou três anos, sei lá, não sei quantos anos, e eles mantém uma lista diária, atualizada diariamente contendo todos os *sites* comerciais de pornografia infantil. Então é perfeitamente possível que as operadoras de *back bonds* aquelas operadoras que trabalham com grande tráfego de internet bloqueiem especificamente um site comercial de pornografia infantil. Pode passar.

Gestão junto ao Poder Executivo para que haja desenvolvimento de políticas públicas efetivas de prevenção ao abuso sexual de crianças na internet. Infelizmente é necessário afirmar que o Ministério da Justiça e especialmente... Desculpe, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e mais especificamente a Subsecretaria da Criança e do Adolescente não têm se engajado mais firmemente nessa questão do combate à pornografia infantil *on-line*. Eles têm outras atividades, mas parece que eles simplesmente ignoram que há um grande número de crianças, cinco milhões de crianças, talvez, utilizando a internet e esse número tende a crescer exponencialmente. Pode passar.

Então eu gostaria de agradecer em meu nome e em nome do Dr. Luiz Fernando Gaspar Costa a atenção dos srs. e nos colocar à disposição para outros esclarecimentos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Obrigado, Dr. Suiama. O Relator está discutindo um outro projeto ali na CCJ, porque tudo aqui acontece ao mesmo tempo, é tudo às dez horas da manhã, as Comissões Permanentes, as Comissões não Permanentes, aí fica correndo de um lado para o outro, eu, quando a CPI foi instalada eu disse que ia pedir o meu desligamento das Comissões Permanentes entendendo da força e do volume e crime cometido nesse país, crime de pedofilia que essa CPI ia tomando corpo tão grande que não ia dar para dar assistência a outras comissões a não ser essa tão-somente. Os questionamentos estão com o relator, mas eu gostaria de dar a palavra para o Alexandre, visto que a fala do Dr. Suiama na maior parte do tempo tirando os avanços que você colocou aqui que a gente agradece entendendo que já foram avanços a partir e advindos da CPI e da orientação que vocês devem estar recebendo, mas há uma contradição na sua fala e no que colocou o Dr. Suiama. No que você quando afirma que todas as ordens judiciais foram respondidas que todas as respostas foram dadas e aí Dr. Suiama diz não, não foi nada respondido, nada foi dado. Então a partir daí eu gostaria de passar a palavra para que a gente pudesse entender suas afirmações de que foram atendidas e de forma categórica ele coloca aqui dizendo que realmente não foram atendidas até por conta do que foi colocado, do que foi escrito. Está escrito, está colocado, a Assessora Jurídica Dra. Aline Messias, não sabia, se soubesse era importante que ela tivesse vindo também pra cá. Afirmou e respondeu em ofício e as publicações que foram aos jornais dentro desse contexto aí. Eu te passo a palavra.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Só gostaria, se o senhor permitir, esclarecer um ponto que parece importante. Não afirmei que nenhuma Ordem Judicial está sendo atendida. Eu gostaria de ressaltar o seguinte, a Google Brasil, a partir da demissão do advogado anterior, Dr. Noronha, ela passou a responder diretamente às Ordens da Justiça. Quais são as limitações hoje em relação a essas respostas? Primeiro, essas respostas elas não são acompanhadas dos *logs* de acesso em relação aos últimos 30 dias. Então, se o pedófilo não acessou algum serviço Google nos últimos 30 dias, a empresa não fornecerá nenhum *log* de acesso senão o *log* de criação daquele perfil. Se o perfil foi criado no ano de 2005, ela só vai fornecer o *log* de acesso de 2005. Acontece que o log de acesso de 2005 a maioria dos provedores de telefonia já não tem mais os dados. Então se nós oficiamos à NET, por exemplo, perguntando sobre um *log* que foi fornecido pela Google, a NET vai responder: Não temos porque nós só guardamos por seis meses. Ponto. Essa é uma limitação. A outra limitação em relação às respostas diz respeito às imagens. Até agora nós não recebemos da Google Brasil nenhuma imagem contendo pornografia infantil. E isso pode ser provado inclusive pelos documentos que eles apresentaram. Então, não é que eles não estão de forma nenhuma atendendo as normas da justiça. Eles estão, mas com essas limitações que para nós são muito graves.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Alexandre.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Bem, eu na verdade, Exmo., eu ia dizer exatamente o que o Dr. Sérgio falou. Quer dizer, não há contradição. Acho que o Dr. Sérgio colocou um retrato real de todas as dificuldades que nós temos tido ao longo desses dois últimos anos. Mas, eu acho que é importante... É muito importante que nós passemos aqui duas mensagens. A primeira é que esse é um processo evolutivo. E ao longo dos dois últimos anos, por mais que possa parecer através da apresentação do Dr. Sérgio, houveram avanços do lado do Google, houveram avanços do lado da forma como nós interagimos com a matriz nos Estados Unidos. E isso é inegável e nós temos aqui as Ordens que foram respondidas para mostrar que realmente alguns

avanços houveram para que também a gente possa realmente pontuar exatamente o que está sendo feito. E a outra coisa é que na verdade a CPI tem o papel fundamental e de realmente de muita importância, e o fato de nós estarmos trazendo essas boas notícias, a questão da preservação por mais de 30 dias, a questão de poder fornecer todas as informações e imagens para que possa se dar continuidade a um processo criminal, tudo isso é fruto desse trabalho que nós vemos fazendo já há dois anos. É claro, Dr. Sérgio, e eu entendo seu ponto, é claro, nós temos inclusive uma reunião agendada para o dia 23 próximo, 23 de abril, na qual nós discutiríamos exatamente qual é a forma de implementação desses pontos todos que eu quero relembrar. Primeiro, aumento do tempo dos *logs,* de 30 para 180 dias, a entrega de todo o conteúdo, a implementação de filtros e a questão de como é que nós podemos fazer a colaboração internacional, como é que nós podemos influenciar para que realmente o Google e o Ministério Público e as outras entidades possam realmente colaborar internacionalmente.

Eu quero só, Dr. Sérgio, se o senhor me permite, o senhor colocou um ponto muito importante que também era um incomodo muito grande pra mim como Executivo, que é a questão de se entregar pró – ativamente as informações que nós conseguimos verificar no *site* do ORKUT. E isso é algo que também nós já conseguimos já aprovação e será, estou colocando aqui no meu depoimento em frente a todos os senhores, será feito já a partir da resolução, das questões mínimas técnicas que nós temos na semana que vem, nós faremos sim toda vez que encontrarmos qualquer conteúdo que esteja relacionado à pedofilia ou pornografia infantil será imediatamente enviado à SaferNet e ao Ministério Público para que se possa dar continuidade. Então, eu não estou aqui me furtando dos problemas que nós tivemos no passado, não estou aqui dizendo que nós necessariamente agimos na forma correta em tudo. Mas estou dizendo o seguinte, existe sim uma disposição de um diálogo construtivo e que está se... Na verdade se materializando através das propostas que fizemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu lhe pergunto: Há uma disposição do Google de cumprir a Legislação existente no Brasil? Porque por mais que nós queiramos entender que não existe e realmente não existe alguma coisa na direção e por isso nós estamos aqui para construir dos crimes na internet, mas a Legislação vigente do Brasil para a empresa que esteja com os pés no Brasil há uma disposição da Google de cumprir?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Há absolutamente. Há uma disposição, nós vamos cumprir...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aí vale a sua palavra, porque ela está sendo gravada e é crime mentir à CPI. Então quero reiterar isso ao senhor. Então, a Lei vigente ela foi colocada na verdade desde o ECA ao Estatuto do Consumidor, ao Código de Processo Penal brasileiro... Quer dizer, nós temos coisas muito fatiadas que conduz ao mesmo lugar e o nosso interesse é que com o avanço da internet e nós sabemos que o ORKUT ele não vai ficar nesses 27 milhões, a tendência é caminhar, é evitar que um número maior de crianças, de famílias sejam mutiladas com esses criminosos que na verdade não é que... Eles não podem manchar a honra da família e nem da empresa, que nós... O que queremos é que ela cresça mesmo, tome corpo mesmo e gere emprego no país. Então, a nossa preocupação é com a família, a nossa preocupação é com a empresa. Então, se há uma disposição de cumprir a Lei brasileira, a Lei vigente brasileira, isso de fato conta pra nós. Agora eu lhe faço uma pergunta: As dificuldades que houveram, que aconteceram até aqui foi falta de pessoal? Falta de entendimento da Legislação brasileira? Falta de uma orientação jurídica satisfatória, acreditando na morosidade da Justiça brasileira ou falta de boa vontade mesmo?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: De forma alguma. Não houve falta de boa vontade. Eu posso lhe garantir Senador, que não houve de forma alguma. Houve na verdade uma conjunção de fatores, inclusive de falta de experiência, de questionamentos de conflitos de jurisdições, falta de pessoal... Vamos lembrar que quando o Google começou as operações no Brasil há pouco mais de dois anos. Nós tínhamos quatro pessoas até dois anos e meio atrás. Quer dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Há uma coisa simples que como Diretor da Google possa passar para os Diretores Internacionais. Há uma Lei brasileira que diz que toda e qualquer empresa multinacional que coloque uma sede aqui, imediatamente ela passa a ser empresa brasileira. Ela se torna empresa brasileira. E aí está sujeita às Leis locais. Acho que a partir de uma coisa tão simples e primária como essa, eles consigam entender e te dar respaldo para que a coisa... Aí você fala realmente experiência de dois anos e quem sabe se eles tivessem esse entendimento, *a priori*, pelos outros operadores jurídicos da empresa essa orientação tivesse sido passada, quer dizer, não teria passado essa imagem de má vontade e quando você tem uma imagem de má vontade fica parecendo que ao invés de querer proteger a sociedade de bem parece que está querendo proteger o marginal e o criminoso. E isso é primário.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Eu concordo plenamente, Senador, e para nós na verdade a evidência mais clara de que nós deveríamos tomar essas ações todas foi o crescimento exponencial que o ORKUT teve no Brasil mesmo com os problemas que nós viemos enfrentando todo tempo. O fato de ter ido de 5 milhões de pessoas em 2005 para 27 milhões de pessoas até agora, é um sinal claro de que realmente o volume estava crescendo numa velocidade muito maior do que inclusive nós estávamos capacitados a responder. Então por isso que eu acho que o fato de nós estarmos aqui hoje numa CPI tão importante e o fato de estarmos anunciando todas essas medidas que serão medidas definitivas, assim espero, que realmente demonstre a boa vontade e a evolução da empresa nesse caso.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Eu queria perguntar ao Alexandre qual o prazo que vocês se propõem a fornecer para que todas essas medidas sejam implementadas? Porque acho que você há de compreender, Alexandre, que mais uma vez que não é um problema com a empresa, mas é a dificuldade e a frustração que nós temos em investigar centenas de casos envolvendo o ORKUT quando nós poderíamos estar investigando outras questões que também são graves e também envolvem pornografia infantil na internet. Nós queríamos o mais rapidamente resolver isso, e infelizmente nós já estamos quase três anos num diálogo que sofre oscilações ao sabor do vento, da imprensa, do corpo de advogados, etc. Gostaria que você pudesse se comprometer aqui na CPI em relação a um prazo final derradeiro para o atendimento, de todas essas... para cumprimento de todos os anúncios que foram feitos aqui hoje.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Ta. Dr. Sérgio acho que a pergunta que o senhor me coloca é realmente muito oportuna até porque eu fiquei angustiado com essa história de nós estarmos evoluindo nas ferramentas sem saber exatamente em que data se daria a implementação dessas ferramentas todas. E eu ontem inclusive pedi um compromisso formal da Corporação nos Estados Unidos dizendo: Olha, amanhã vou estar numa CPI, tenho uma responsabilidade, vou falar na frente dos Senadores, na frente do Ministério Público, na frente da SaferNet, na frente da sociedade e eu preciso de uma resposta porque sou eu que estou me comprometendo com isso que vou colocar. Então para deixar bem claro, nós temos a evolução das ferramentas elas acontecerão em momentos distintos, mas posso dizer que a partir de primeiro de julho todas as ferramentas que eu anunciei aqui estarão todas funcionando juntas. Algumas delas, Dr. Sérgio, serão na verdade antes serão em maio, outras em junho, o conjunto de todas elas funcionando será no dia primeiro de julho.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Uma outra pergunta, Alexandre. É porque eu fico preocupado em relação ao nosso... Como eu coloquei na projeção, ao nosso dever de ofício de investigar e essa demora. Nós estamos recebendo diariamente denúncias através da SaferNet, através do nosso disk denúncia, através de outros canais, nós, a Polícia Federal, a Polícia Civil, o Ministério Público Estadual, estamos recebendo diariamente denúncias de pornografia infantil no ORKUT.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Deixa eu fazer uma colocação aqui, doutor, porque como o senhor perguntou a ele e ele está lhe respondendo, e na verdade a intenção de convidar o Alexandre aqui não foi para criminalizar o Alexandre, na verdade criminalizar ninguém, a intenção realmente é fazer um debate para a sociedade e deixei o Alexandre muito bem à vontade, como o senhor também esta à vontade, todos estão à vontade, até porque o seguinte, isso não resultará em nada de criminalização de pessoas. Para ficar claro, porque não há qualquer convite para que haja acareação. E no que está acontecendo não é acareação. Não tem nada de acareação. Acontecendo um debate respeitoso, acho que até que eu posso abrir para o Alexandre que o Dr. Thiago da SaferNet citado o tempo inteiro pelo Alexandre, se quiser contribuir nesse debate, até porque eu não sou Advogado mas sou esclarecido em CPI. Conheço CPI. Então Alexandre não está sendo criminalizado em momento nenhum, acho que a fala dele é uma das melhores contribuições que nós já tivemos nesse momento e até volto a reafirmar: Acho que não tem nada a ver com a nossa amizade a seriedade de minhas palavras. Se a orientação dele tivesse sido outra, nós nem teríamos esse momento, estaríamos prendendo outros pedófilos que estão por aí precisando de serem presos imediatamente com a ajuda da CPI. Mas é um debate para a sociedade, até o próprio Thiago se quiser entrar na fala vai entrar na fala sem nenhum tipo de problema porque na verdade não tem acareação aqui, não há intenção de ninguém desmentir ninguém participar acima de ninguém. É um debate de interesse da sociedade.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Sim. Senador gostaria de indagar ao Alexandre se a entrega das... O encaminhamento das imagens e das fotografias que comprovam a materialidade do crime do art. 241 será feita somente a partir do dia primeiro de julho ou será feita imediatamente em cumprimento a qualquer Ordem Judicial que chegue à Google seja através do Ministério Público, sejam através da Polícia, através da Polícia Civil, do Ministério Público Estadual que também eles podem eventualmente investigar. Eu gostaria

de saber se a empresa irá fornecer imediatamente as fotografias ou as imagens.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Dr. Sérgio, eu antes até de responder, Senador Magno Malta, gostaria de dizer que na verdade eu acho o diálogo aqui extremamente positivo e realmente estou encarando isso muito mais como um diálogo construtivo do que como uma acareação. E disse...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas eu quero dizer que você pode ficar a vontade porque se você não quiser responder eu lhe faço as perguntas. E também fique a vontade para poder perguntar, saber qual o procedimento, como vai ser. Precisa ficar à vontade. Não precisa ficar só na posição de querer responder. Temos que debater para chegamos a bom termo. Não adianta a gente criminalizar e não ganhar. Nós queremos resolver problema. Mas se você não tiver disposição para isso, então eu faço as perguntas a você.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Gostaria de deixar bem claro e registrado que eu tenho disposição de conversar com o Procurador Sérgio Suiama, com Thiago Tavares, tenho dito e reitero que a luta deles é uma luta que me admira muito. Apesar de eu estar no meio dessa discussão toda, é inegável que o trabalho que eles estão fazendo vai ter um ganho para a sociedade e não tenho dúvida disso. Então respondendo Dr. Sérgio sua pergunta, tecnicamente nós temos algumas dificuldades de fazer isso imediatamente. Por isso que eu preciso de um prazo maior, isso foi o que me foi dito pelo corpo técnico do Google para que a gente possa ter a entrega imediata dessas informações. Isso é o ponto um. Por isso que é até possível, Dr. Sérgio, que essa solução especificamente aconteça antes do dia primeiro de julho. Mas eu não posso dizer que imediatamente eu posso entregar. E teria que consultar o corpo técnico da empresa. E a outra coisa é em relação à prevenção, nós sim vamos tomar algumas medidas. O Dr. Thiago também teve conhecimento de algumas ferramentas que estão sendo desenvolvidas que vão, nas palavras do Dr. Thiago, e depois o Dr. Thiago se puder se pronunciar, nas palavras do Dr. Thiago vai de cara resolver se eu não me equívoco, 60% das possíveis imagens que sejam colocadas.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Então, Alexandre, porque aí nós continuamos com o problema. Porque assim, o art. 6º do Código Penal manda que imediatamente nós façamos, e não só eu como também a polícia, façamos a apreensão daqueles elementos que são necessários à comprovação da autoria e da materialidade delitiva. Então o Dr. Felipe que não tem nada que ver com o acordo com o Ministério Público, se o Dr. Felipe consegue uma ordem... Recebe uma notícia de que há um álbum fechado contendo pornografia infantil, ele acessa o ORKUT, verifica que o álbum está trancado, ou que o perfil foi excluído, ele necessariamente qual é o dever de ofício dele? É indagar, requisitar através de ordem judicial, ou não, à Google para que a Google forneça essas provas. O que não é possível é a gente esperar até julho de 2007 para poder cumprir uma determinação legal que serve para comprovar a materialidade de um crime gravíssimo como um crime de pornografia infantil. Eu não entendo, quer dizer, eu entendo que exista dificuldades técnicas. Agora, na minha cabeça essas dificuldades técnicas não podem até porque a Google faz isso rotineiramente, encaminha fotografias para o NCMEC não pode impedir que... Não podem postergar a persecução penal. Porque senão no fundo o que pode acontecer? São seis meses pra lá ... Vai dar prescrição penal... O provedor já não tem mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Alexandre, acho que vai facilitar a você e a Google no Brasil a votação que vamos fazer hoje que vamos pedir essa quebra desses sigilos. Nós vamos votar essa quebra de sigilo. Acho que isso pode facilitar até nessa comunicação a eles lá. A CPI pediu a quebra de sigilo. Então, quer dizer, essa quebra de sigilo vai ter que ser atendida. Ela tem fundamento, a justiça vai atender, porque tem fundamento, os fundamentos existem e acho que te facilita. Porque também entendo que com o avassalamento desse crime, por mais boa vontade que se tenha, há que se dizer é tempo demais. O avassalamento desse crime quem consegue abrir essas páginas, quem tem os documentos que nós temos na CPI, quem consegue acesso e vê a barbaridade que é isso tudo, fala: não, 24 horas é tempo demais. Então acho que... Não sei... Queria até que você colocasse, acho que essa votação da CPI quebrando esses sigilos acho que vai facilitar para você.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Eu gostaria só de fazer uma pergunta ao Dr. Sérgio que eu realmente não sei se entendi direito a pergunta. O senhor se refere especificamente aos 2700 álbuns privados?

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Eu me refiro aos álbuns privados e àqueles outras requisições que cheguem à Google referentes a perfis excluídos ou a perfis com álbuns fechados. Não só aquela lista porque aquela lista é fechada, os álbuns continuam fechados, continuam sendo produzidos novos, então me refiro a essa lista e também a todos os novos casos envolvendo perfis deletados ou perfis com álbum fechado.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Bom, está entendido. Como eu disse, nós ainda temos uma limitação técnica e essa limitação técnica previa que a ferramen-

ta estaria totalmente operante a partir de julho. Agora, eu gostaria também de levantar porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Alexandre, deixa eu te colocar a vontade. Depois se achar que não quer falar isso... Não tem condição de responder por causa de ter que se comprometer com uma coisa que você não vai poder cumprir, que você depois quiser conversar reservado com a gente, com tudo desligado, e tal, pra gente poder se entender, você pode deixar passar.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Não, só quero reforçar o que acabo de dizer: hoje não tenho condições técnicas de imediatamente entregar essas informações. Mas também tendo, e aí fica uma dúvida e como o senhor mesmo sabe, eu não tenho todo o conhecimento jurídico que... Dessa questão, mas eu entendo que todas as informações que são solicitadas e que nós repassamos a NCMEC elas estão disponíveis e poderiam eventualmente ser entregues à Justiça brasileira através de alguns mecanismos já existentes hoje para que o senhor pudesse dar continuidade na investigação criminal.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Você menciona Alexandre, o MLAT, *Mutual Legal Assistance Treaty*, o Tratado de Cooperação Bilateral entre os Estados Unidos e o Brasil, e eu queria... Acho que já mencionei isso, mas só queria reforçar o seguinte: talvez o Dr. Felipe também possa dizer algo a respeito. Esse Tratado ele não é eficaz no que diz respeito ao combate a crimes cibernéticos. Por quê? Porque um tratado como esse demora para ir e vir e voltar mais de seis meses, mais de seis meses para ir e voltar. São seis meses de investigação que nós perdemos. Fora todo o processamento e tal. Isso com a maior boa vontade. Há casos, e eu tenho um caso pessoal envolvendo o *YouTube* que nós não recebemos resposta há mais de dois anos. Estamos aguardando. E nós estamos falando, não estamos falando de um caso, dois casos. Nós estamos falando de 2300 imagens de pornografia infantil, então teriam que ser instaurados 2300 procedimentos, 2300 MLATs para que a Justiça americana cumprisse isso. Então as dificuldades são imensas. Não é fácil esse caminho. Esse caminho é praticamente inviável. O único caminho que eu vejo viável é a empresa cooperar aqui. Como ela já fornece os *logs* de acesso, como ela já fornece outras informações, a empresa também tem que fornecer as imagens.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Acho que está entendido ao senhor que é possível sim ter as imagens, só que é um processo me parece extremamente burocrático.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Ineficaz.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Ineficaz e eu nem sei se existe alguma forma de acelerar esse processo já. Tendo em vista que já estamos falando de alguns delitos inclusive acontecidos há tanto tempo, quer dizer, seis meses já teria dado tempo até de receber alguma informação aqui. Mas eu entendo o seu ponto, Dr. Sérgio, por isso que nós colocamos aqui que nós consideramos realmente que é um processo burocrático, e por isso... E é justamente por isso que nós estamos dando aí encaminhamento a essas soluções mais tecnológicas.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Eu acho assim, se você receber uma notificação vinda da CPI, da Polícia Federal, ou de qualquer outro órgão de investigação que não o nosso, você vai ter que responder isso imediatamente. Porque senão você pode acabar tendo que responder por outros crimes. Essa é a questão. Não adianta você alegar que há problema técnico e não fornecer as imagens. Para polícia que tem o dever de investigar, a polícia não vai querer saber isso. A polícia vai querer a imagem. Essa é a questão. Não dá para falar assim em julho vamos atender. Sendo que você já tem conhecimento anterior de tudo isso e tudo mais. Essa é um pouco a questão. Só mais uma pergunta, Alexandre, se por acaso seria possível haver um compromisso aqui seu público em relação ao atendimento ao consumidor através de um serviço 0800. Porque dada à ineficácia do sistema, da ferramenta que é disponibilizada pelo sistema ORKUT.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Esse é um tema que eu não posso realmente me pronunciar porque preciso analisar a possibilidade de se fazer, tendo em vista o tamanho que o ORKUT tem. Então, eu me comprometo aqui perante a essa CPI de analisar internamente essa solicitação, a saber, se é possível ou não. O que eu posso adiantar, Dr. Sérgio, como eu acho que já foi colocado aqui anteriormente, é que serviços como esse na internet eles têm formas mais automatizadas de se relacionar com seus usuários. Então eu realmente desconheço e não tenho idéia do que seria preciso para se instalar um serviço como esse. Por isso me comprometo sim a analisar e se for viável voltar com essa resposta para o senhor.

SR.PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Alguém mais gostaria de fazer uma colocação? Temos aqui dois...

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Sr. Presidente, Alexandre, Dr. Sérgio eu queria, sem me alongar muito, dar meu rápido testemunho acerca do envolvimento e do papel que a SaferNet tem desempenhado ao longo dos últimos 3 anos em relação aos crimes praticados no ORKUT contra os Direitos Humanos, em especial a pornografia infantil. Eu me

recordo, Sr. Presidente, que em junho de 2005, quando nós começamos a receber as primeiras denúncias de pornografia infantil do serviço ORKUT, eu pessoalmente liguei para o recém aberto escritório da Google em Belo Horizonte e falei com um funcionário que não me recordo o nome. E naquela ocasião eu dizia a esse funcionário, me identifiquei e dizia que nós tínhamos recebido denúncias envolvendo a existência de perfis com conteúdo de pornografia infantil no site ORKUT, e que nós gostaríamos de estabelecer algum tipo de comunicação com a empresa para poder encaminhar essas denúncias e estabelecer ali alguma cooperação. Fui informado de que o ORKUT era um serviço prestado nos Estados Unidos e que portanto o nosso contato tinha que ser feito com a empresa, a sede da empresa em Monteville, na Califórnia. Continuamos recebendo as denúncias e eu informei ao funcionário de que nós entendíamos que uma vez que a empresa estava instalada no Brasil, nós tínhamos que encaminhar e tratar desse assunto com a filial da empresa no Brasil e não com a sua matriz nos Estados Unidos. E que, portanto, iríamos fazer aquilo que a lei determina, que é comunicar os fatos à autoridade competente. Naquela ocasião nós encaminhávamos as denúncias que recebíamos para a divisão de Direitos Humanos do departamento da Polícia Federal, a qual é dirija e coordenada pelo Dr. Felipe que está aqui ao meu lado. Em 2005 nós encaminhamos, Sr. Presidente, 172 denúncias envolvendo pornografia infantil na internet para a divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal. Em dezembro de 2005 voltei a entrar em contato com a Google, já no escritório da Google em São Paulo, e conversei com a funcionária Cláudia. E naquela ocasião eu pedi à Cláudia uma reunião com o Dr. Alexandre. E ela foi muito atenciosa e me disse que iria agendar uma que o Dr. Alexandre estava na Califórnia, estava fora do país e queria agendar essa reunião e que entraria em contato novamente. Infelizmente não foi possível, não houve retorno e não houve a reunião. Nós então procuramos em janeiro de 2006 a ABRANET, a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet, eu tive uma audiência com o Dr. Antônio Tavares, então Presidente da ABRANET, e naquela ocasião nós comunicamos os fatos e a dificuldade que estávamos encontrando à ABRANET e a ABRANET tentou intermediar um contato da SaferNet com a Google. Isso em janeiro. E não houve também sucesso. Quando foi no final de janeiro, início de fevereiro, nós procuramos o Ministério Público Federal em São Paulo e fomos extremamente bem recebidos pelo Dr. Sérgio Suiama e pelo grupo de combate, pelos procuradores que integram o grupo de combate a crimes cibernéticos. Até então, naquela ocasião nunca tinha encontrado presencialmente o Dr. Sérgio Suiama. E o Dr. Sérgio Suiama nos informou que havia uma quantidade muito grande de procedimentos e de investigações sendo conduzidas em relação a perfis de pornografia infantil hospedados no ORKUT e que também, o Ministério Público Federal estava encontrando, tendo dificuldades em estabelecer uma comunicação com a empresa. Naquela ocasião já tínhamos produzido mais de 130 páginas notícias crime e decidimos então representar contra a empresa. E a partir daí começam os fatos que foram narrados pelo Dr. Sérgio Suiama. E em julho de 2006, eu me recordo de ter entrado em contato com a Google, falei novamente com a funcionária Cláudia que naquela época eu fiz um apelo para conseguir falar com o Alexandre. E a Cláudia foi sensível e disse: Olha, o senhor, por favor, aguarde, eu lhe retorno a ligação. E de fato retornou logo depois dizendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quem é a Cláudia?

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Secretária. Ela me disse expressamente o seguinte: "Olha, os advogados da Google proibiram o Alexandre de falar com vocês e de falar sobre esse assunto. Ele quer falar com você, mas ele não pode falar com você porque os advogados o proibiram. Isso em julho de 2006. E eu não consegui falar. E continuamos, até que em setembro de 2007 a Google anunciou uma mudança de postura. E eu diria, Sr. Presidente, com total convicção de que aquele momento foi o primeiro momento que eu considero como divisor de águas. Foi a partir do momento em que eu tive a oportunidade de sentar com o Alexandre durante cinco horas e conversar sobre o assunto. E naquele encontro que aconteceu em setembro do ano passado nós discutimos fluxo de encaminhamento das denúncias. Ou seja, uma coisa simples. Como a SaferNet pode encaminhar à Google e ao Ministério Público, simultaneamente, as denúncias que nós recebemos. Até então uma pergunta óbvia e simples como essa não tinha condição de ser respondida. Porque havia uma blindagem em torno dos executivos da empresa e uma blindagem criada pelos advogados anteriores. Não são os atuais, são os advogados... O corpo de advogados anteriores. E portanto não havia negociação possível, não havia nenhum diálogo possível, não havia nenhuma possibilidade de avanço. Até porque não havia respeito mútuo entre as partes. Se tornou praxe os advogados anteriores da Google usarem a imprensa para tentar desqualificar a SaferNet, tentar desqualificar o Ministério Público, tentar desqualificar até o trabalho da Polícia Federal. Existem matérias, entrevistas que foram publicadas na

imprensa em que o corpo jurídico anterior da Google procurava desqualificar as instituições brasileiras.

Então, isso para o senhor ter uma noção, Sr. Presidente, da dificuldade que houve nesse período. A partir de então as coisas começaram a fluir e quando o Alexandre intercedeu no processo as coisas mudaram. E aquele momento foi o primeiro divisor de águas. E a partir daí nós tivemos uma série de reuniões, foram mais de uma dezena de reuniões de setembro para cá, mais de 30 horas de reuniões com diversos técnicos executivos da empresa no Brasil e nos Estados Unidos, e no último dia 12 de março desse ano houve uma reunião com o chefe, o engenheiro chefe do ORKUT nos Estados Unidos, o Sr. José Fernandes e nessa reunião o Sr. José Fernandes nos apresentou as medidas técnicas, as soluções técnicas que a Google estava implementando em relação a filtros, em relação a remoção de conteúdo, em relação a identificação dessas imagens e processamento das denúncias. E naquele momento eu disse a ele que estava convencido pela primeira vez de que a empresa estava realmente fazendo, adotando as medidas para implementar filtros que dificultassem o *upload* dessas imagens e melhorasse o tempo de remoção dessas páginas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O senhor diz na sua fala que havia a boa vontade do Alexandre, que é o Diretor, e os advogados orientavam mal e ainda tentavam desqualificar as instituições brasileiras e...

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Isso até setembro, período anterior a setembro de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Você reforça quando eu digo que ela agora está bem na mão do nosso ex-Ministro, até porque todas afirmações que faço é porque conheço. E realmente veja só, advogados brasileiros que conhecem a Legislação, quer dizer, ninguém trabalhou de graça porque eles não são entidades filantrópicas, e se tivesse orientado bem, quer dizer, Alexandre podia não estar nesse debate aqui hoje. As coisas ficarem muito claras, e aí o crédito que é dado à SaferNet no Brasil hoje, essa sociedade é agradecida pela sua disposição de criar a SaferNet para que a sociedade brasileira tivesse onde recorrer no desespero de denunciar sem vergonha, e V.Sª faz essa afirmação com relação ao Diretor da Google, havia essa disposição, e aí ele vem e começa um divisor de águas que nós esperamos que algo que foi colocado aqui avanço, avanço, avanço, para chegar onde de fato nós estamos querendo. Acho muito importante essa colocação aí. Por isso que eu pedi ao meu amigo Dr. Márcio Thomaz Bastos que o debate é muito importante que a gente ficasse na calma até porque a gente sabe que como a nossa intenção não é criminalizar, a nossa intenção é realmente chegar em algum lugar onde nós tenhamos instrumento em favor da sociedade. Sua fala é importante, Thiago.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA: Eu agradeço, Presidente. Eu fiz essa retrospectiva histórica para dizer e enaltecer a importância do pronunciamento feito pelo Alexandre. Porque quando o Alexandre intercedeu no processo as coisas mudaram e passaram a funcionar mais satisfatoriamente. E nessa reunião do dia 12 de março nós discutimos com os engenheiros da Google e os nossos engenheiros da SaferNet, engenheiros do software, nós discutimos o processo de automatização do encaminhamento dessas denúncias que por sinal foi proposto pelo próprio Alexandre na reunião que tivemos em setembro de 2007. Naquela ocasião o Alexandre... A gente discutia como a SaferNet poderia encaminhar à Google as denúncias que nós recebíamos e como a Google poderia processar essas denúncias. E ele nos fez uma sugestão que seria exatamente essa que ele apresentou hoje aqui e que do nosso lado já foi completamente implementada. E atendendo a uma determinação do grupo de combate a crimes cibernéticos do Ministério Público Federal de São Paulo, nós iniciamos no último dia 3 de abril a enviar de forma automatizada os logs com todas as URLs recebidas na SaferNet envolvendo perfis e comunidades supostamente criminosas do ORKUT. Para que a Google preserve esse conteúdo, remova o conteúdo que foi ilegal e forneça todas as informações para o Ministério Público mediante uma Ordem Judicial. Esse processo já está acontecendo. Do nosso lado não há mais nenhuma pendência, eu queria deixar registrado isso, e agora haverá uma reunião na semana que vem com os engenheiros da Google para que essas questões ainda pendentes sejam aí resolvidas.

Então, eu concluo, concordando com V. Exª., quando V.Exª. afirmou que se a CPI terminasse hoje já teria cumprido seu papel. De fato, a CPI contribuiu muito para que esses avanços pudessem acontecer e pudessem ser anunciados hoje aqui. De fato, a última reunião da qual eu participei a convite do Ministério Público Federal, em São Paulo, eu sou testemunha e posso testemunhar isso, não houve avanço nenhum até por conta do clima de tensão existente entre as partes envolvidas na negociação. E coisas que eram óbvias, como por exemplo, o prazo de preservação de *logs,* é óbvio que um prazo de 30 dias é absolutamente insuficiente, coisas que o bom senso nos indica que é algo absolutamente ineficiente, e que poderiam ser resolvidas por bom senso, não o foram. Por conta de uma posição intransigente na minha avaliação. E que quando eu liguei para o Alexandre na semana passada

e fiz a ele um apelo para que a gente não retrocedesse naquilo que nós avançamos, ele concordou comigo e disse de fato está faltando bom senso em algumas dessas questões, como por exemplo, o prazo de preservação de *logs* por 30 dias. Então hoje ele anuncia aqui um prazo de 180 dias, que é seis vezes superior àquele prazo defendido pelos advogados da empresa na reunião, na última reunião acontecida no Ministério Público. E isso sem dúvida nenhuma tem como crédito e mérito também o trabalho da CPI. Obrigado.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: É um aparte muito rápido. Queria só agradecer as palavras do Dr. Thiago e só para deixar claro que na verdade esse é um trabalho conjunto dos advogados comigo. Dra. Aline Messias teve um trabalho e um papel fundamental nessa mudança de rota, inclusive foi quem convidou o Dr. Márcio Thomaz Bastos, então só para que deixar claro que nós trabalhamos lá em conjunto e não há nenhuma dicotomia entre o meu papel e o papel dos advogados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A minha colocação com relação aos advogados é em cima da palavra do Thiago, das orientações e do que ele recebeu da secretária que estava proibido pelos advogados de falar com a SaferNet e as declarações públicas dele, inclusive eu recebi isso e tenho, eu fiz uma pergunta porque está sendo gravado, mas eu tenho também essas entrevistas e tenho essas bobagens que foram faladas publicamente que não se entende, que um homem que cursa uma faculdade e tem uma OAB, e as coisas que foram faladas e foram bobagem mesmo. E eu tenho comigo e eu diria realmente que foi mal orientado mesmo.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: O Sr. me permite, imagine a minha angustia, Senador, de não poder falar com quem combatia os crimes e tinha toda a boa vontade para encontrar a solução para os problemas que nós tínhamos. Então quero dizer que isso tudo a partir de 2007 com a chegada de novos membros, isso realmente mudou radicalmente.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Ele disse que está em consonância com os advogados e hoje ele anuncia o prazo de 180 dias. Se ele está em total consonância com os advogados da empresa, por que então em duas reuniões sucessivas os advogados insistiram que não fariam nenhum acréscimo em relação à preservação do prazo superior a 30 dias? Isso que é difícil para nós no Ministério Público que estamos há três anos nesse litígio com a empresa, é difícil para nós entender esse tipo de posição. Quer dizer, os advogados quando eles chegam, eles anunciam que eles têm interesse em negociar, etc. Mas quando nós colocamos uma questão tão simples como essa do prazo, a resposta que nós recebemos é 30 dias. E é uma resposta categórica. Não é assim, vamos negociar em vez de dois anos, três anos, é uma resposta absolutamente categórica. Não faremos nada além de 30 dias. E hoje o Dr. Alexandre anuncia 180 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acabei de dizer. Agora ele está bem orientado. Quer dizer, não tem intenção de ofender ninguém, mas ele estava mal orientado de fato. Chega ao fato de ser Diretor de uma multinacional e os advogados te proíbem e mostra... Quer dizer, é de forma deliberada. Porque o conhecimento tem, o cara conhece o ECA, conhece o Código Penal, o Código do Consumidor, tudo. Mas de forma deliberada. E agora eu acabei de dizer, ele Dr. Alexandre não é Advogado, como eu também não sou, mas de fato ele estava era mal orientado Dr. Suiama.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Se V.Exª. me permite eu gostaria aqui de externar a posição da Polícia Federal com o assunto. E na verdade corroborar o que já foi dito aqui pelo Dr. Sérgio Suiama e pelo Thiago Tavares. Na verdade, o debate aqui ele não é contra a Google. Ninguém quer impedir a atividade da empresa aqui. Eu sou usuário Google, eu uso buscador, eu uso o Google, uso o *desktop,* uso o Google, enfim, vários instrumentos da Google. Sou fã dos instrumentos da Google. O ORKUT eu não uso, apenas para investigar. E na verdade fui obrigado a usar ativamente o ORKUT porque infelizmente se tornou o maior problema de difusão de pornografia infantil no Brasil.

Então, na verdade, hoje está sentado aqui o Diretor Presidente da Google, e não da Microsoft, não da *MySpace*, não de outra empresa americana porque realmente o fenômeno o ORKUT é algo que como o próprio Diretor Presidente disse, é algo ainda sem uma explicação concreta desse *boom* que ocorreu. Então, na verdade o que a CPI almeja é conseguir uma Legislação capaz de enfrentar o problema. E essa Legislação não vai dizer que a Google deverá responder às autoridades brasileiras. Mas, que as empresas estrangeiras que tenham filial, sucursal ou agência no Brasil, tem uma sociedade controlada por ela deverá cumprir essas ordens judiciais. Isso, na verdade, já está no Código de Processo Civil. Mas a gente acha importante deixar claro para os crimes cibernéticos para não ter esse tipo de argumentação de que como servidor está nos Estados Unidos, a empresa fica impedida de atender as Ordens Judiciais. É importante deixar claro que a gente está tratando de usuários brasileiros que utilizam IPs brasileiros, que estão cometendo crime em solo brasileiro e cujos destinatários são brasileiros. Então na verdade essa informação ela passa eletronicamente por um servidor que está em

outro país e hoje está nos Estados Unidos, amanhã pode estar no Panamá, depois vai estar na Rússia ou em qualquer outro lugar do mundo e a gente precisa de um controle no Brasil para que não haja proliferação do crime. Hoje estamos tratando de uma empresa que a gente acredita que é responsável que é a Google, amanhã pode ter uma empresa realmente criminosa que pode estar hospedada em outro país e aí sim vamos ter dificuldades sérias para lidar com o crime. Então precisa de uma Legislação que abarque todos os casos e que a empresa estrangeira tenha o pé no Brasil. É importante dizer que essas empresas, para funcionarem no Brasil, elas têm sim que cumprir a Legislação fiscal, comercial e trabalhista. Todo mundo sabe que há entraves enormes, burocráticos para que as empresas se constituam no Brasil e isso é alvo de discussões amplamente difundidas pela imprensa hoje, de que a gente precisa desburocratizar, mas enquanto não houver essa desburocratização as empresas têm que guardar documentos fiscais, tem que se registrar numa série de entidades públicas, e tudo isso... Todos esses entraves são superados pelas empresas para que possam ter atividade comercial no Brasil.

Então o mesmo argumento é o que as autoridades brasileiras usam para que as empresas também se submetam às ordens judiciais e as ordens da polícia e do Ministério Público também no que não houver violação ao sigilo constitucional. Então, se a empresa para funcionar no Brasil precisa superar os entraves burocráticos, comerciais, trabalhistas e cumprir a Legislação brasileira em todos os aspectos também deverá cumprir a Legislação Criminal e a Legislação do Consumidor. E rapidamente dizer aqui que... Quais são os pontos principais da cooperação que a polícia espera das empresas estrangeiras, especialmente do Google. Em relação aos dados de tráfego, aos *logs* de acesso, que haja celeridade e armazenamento com maior prazo. Já é muito salutar que tenha sido anunciado aqui agora que o prazo vai aumentar para 180 dias. Em relação ao conteúdo, me parece que é simples. Simplesmente cumprir as ordens judiciais. Retirada das URLs também precisa ser rápido para que não tenha um prejuízo para as pessoas que estão sendo expostas no serviço, a implementação de filtros e o problema mais atual agora que é dos álbuns privados já foi amplamente discutido aqui. Uma sugestão que eu poderia dar é que a Google na sua política de privacidade dissesse expressamente para aqueles usuários que querem utilizar perfis privados que informará às autoridades caso haja um mau uso. Ou seja, pode usar um álbum privado? Pode. Mas faça uso responsável dessa ferramenta. Então o usuário sabe ao contratar com a Google, ao assinar o serviço que poderá estar sujeito à ação das autoridades brasileiras caso façam mau uso. Isso me parece que é uma cláusula simples a ser implementada no contrato entre a empresa e o consumidor. O usuário final.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Essa cláusula específica autorizando para que a Google incluísse uma cláusula do contrato com o usuário pela qual ele permitiria aos membros do Ministério Público e à polícia acessar seus álbuns, é está prevista no TAC, na proposta de TAC que foi entregue à Google, e nós esperamos uma resposta até o dia 23. Inclusive minha sugestão é que a CPI convocasse ou a Dra. Aline ou o próprio Alexandre após o dia 23 para nós sabermos exatamente qual é a posição da empresa em relação àquelas propostas que estão contidas no TAC. Inclusive essa que você mencionou que eu acho uma solução muito viável.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Perfeito. Obrigado. Por fim gostaria mais uma vez de retomar aquele caso bastante recente do caso do pedófilo do Ministério das Comunicações em que saiu agora o laudo, quero voltar a esse caso porque a gente tem uma informação nova, o laudo pericial saiu e ele divulgou cerca de quatro mil mensagens contendo pornografia infantil através dos... Das contas *Gmail*, *Hotmail*, *YAHOO* e *Oi*. Então através desses quatro e-mails, quatro contas de Correio eletrônico ele divulgou cerca de quatro mil mensagens contendo pornografia infantil. E é importante dizer, as pessoas que receberam esse material, hoje estão impunes no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele foi preso no Ministério do Planejamento.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Mas ele fazia uso na sala do cidadão do Ministério das Comunicações. Na verdade, como houve o fechamento da sala do cidadão ele migrou para o Ministério do Planejamento para fazer o acesso de lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E só foi preso porque foi pego manuseando. Porque a lei diz o seguinte: se não tiver manuseando não tem flagrante, pode estar no computador, o *pen drive* no bolso que o cara não é criminoso.

SR. FELIPE TAVARES SEIXAS: Exatamente. Sabíamos que tinha o *pen drive* com o conteúdo, mas não podíamos fazer nada até que ele fosse surpreendido enviando esse material para que pudesse fazer a prisão. É importante ressaltar novamente essas quatro mil pessoas, quatro mil contas que receberam esse conteúdo hoje estão impunes, no Brasil. Porque eles simplesmente obtiveram o material e hoje não é crime. E por fim, anunciar que conforme o dever de casa passado pelo Senador Magno Malta, eu, o Dr. Sobral

e a equipe de peritos da Polícia Federal trabalhamos muito desde que viemos aqui da última vez, e devemos anunciar um Projeto de Lei que é a aspiração da Polícia Federal ainda nessa semana. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Acabei de receber um telefonema aqui, a pessoa que está vendo ao vivo, eu não sei onde foi que arrumou meu celular. Agora tenho que mudar o número. Lá de Uberlândia, Uberaba, anunciando que acabaram de prender um pedófilo lá agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele falou comigo. Um cidadão que eu pedi para mandar por e-mail os dados que fizeram um trabalho em cima da filha dele, que é jovem, adolescente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É esse?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei se é esse. Araguari ou Uberlândia. Acho que é Uberlândia. E no desespero

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Foi preso um em Aracajú.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): ...Mais de um ano não consegue tirar a página do provedor. Eu não sou muito craque nisso aí, doutor. Me desculpa. Mas eu pedi para ele e agora insisti com a minha secretária pra localizá-lo pra gente aproveitar a presença do promotor e dos delegados pelo menos para tirar a página. Porque ele diz que é um sofrimento para a família. Não consegue convencer a empresa a retirar a página que está agredindo a moralidade da sua família. É um negócio terrível. Agora a elucidação do nosso Delegado da Polícia Federal demonstra que tem que alcançar o criminoso que é portador. Mostra *o pen drive* para a sociedade saber o que é o *pen drive.* Que é esse negocinho que põe aí não é? O sujeito leva a informação e vai em qualquer *Cybercafé* ou sala de comunicação, enfia... Mostra para a televisão. Porque é isso aqui. Leva no bolsinho do paletó e coloca e a imagem vai para frente. Então isso é uma coisa terrivelmente ingrata se não puder punir o responsável por isso. Então esse projeto tem que vir correndo. Pra gente pedir urgência na sua aprovação. Eu acho que a Polícia Federal, o Ministério Público que já tem uma experiência longa das dificuldades que encontra, o senhor mesmo relata que não é só ORKUT e outras empresas, estão também sendo usadas. E a hora que vier uma empresa fria, que é fácil hoje eu acho que constituir alguém que possa pôr esse programa no ar sem passar por provedor ou criar um provedor próprio, uma firma clandestina, não sei como a Receita trata esses casos de empresa com sede no exterior e que usam como consumidor o nacional. Talvez o senhor pudesse explicar como a Receita tem agido para a cobrança de imposto, ou cuidado com os documentos...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Tuma, a Receita trata normal. Quando o Código Civil diz que a multinacional é empresa brasileira--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não, eu digo que era bom vir aqui, se pudesse vir um membro da Receita para explicar, para ver como é que a polícia poderia, também, usar os dados da Receita, Ministério Público.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Inclusive nós podemos... Nós podemos votar isso aqui. Convocar um membro da Receita Federal pedindo ao doutor... O Rachid que nos mande um técnico da Receita.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que seria bom, não é só sobre o ORKUT, mas como é que eles estão tratando esse caso de empresas que têm no exterior e que tem como consumidor um nacional. Acho que quero colaborar, tenho sim pela exposição de V.Exª., e talvez essa... O TAC é um termo de conduta que o Ministério Público tem feito com bastante sucesso em vários segmentos. Então, talvez esteja sendo analisado pelo setor jurídico da empresa e dia 23 ou 25 a gente poderia, realmente, convidá-los para voltar aqui e dar um esclarecimento sobre isso. Então, eu pedi o *pen drive*, porque às vezes o telespectador não conhece. Agora mesmo, nós aprovamos um... Constituição de praticamente um código de saúde juntando todas as leis e que fala num monte de doença que o cidadão não sabe o quê que é.

Então, eu pedi que fizesse uma explicação detalhada. E aqui, também, não podemos deixar, sei que o trabalho do senhor tem sido nesse sentido, com esses relatórios, que eu li em parte, vou ler com mais cautela, o Relatório do Ministério Público e da Polícia Federal, acho que essa CPI tem a virtude de condensar todas as atividades que estão paralelamente seguindo para evitar a prática desse crime. Eu acho que nós vamos ter um bom resultado, sem aqueles tipos de acusação, de querer massacrar o depoente, nada disso. É buscar a solução para que realmente a CPI saia vitoriosa na luta contra o crime. E eu digo que há, hoje, crime organizado da pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero, aproveitando o quorum qualificado, chegaram mais dois Senadores, que este tipo de requerimento só se vota com quorum qualificado, a CPI é pequena justamente por isso, são sete mem-

bros, nós temos cinco. [risos]. CPI grande demais você nunca arruma quorum, né? Então, eu vou votar esse requerimento, eu vou ler a ementa e vou fazer votação nominal. Esse requerimento, que visa pedir a quebra do sigilo dessas 3200 páginas, ele tem o seu fundamento e que pode ir para a mão dos Srs. Senadores e disponibilizado, também, depois, Dr. Márcio, o texto. Requeiro nos termos regimentais do art. 58, Inciso III, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei de nº. 1579 de 02/03/52, transferência para essa CPI do sigilo temático referente aos dados e fotos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento, todas hospedadas no site de relacionamento ORKUT, bem como os logs que registram o histórico de operação realizada pelos respectivos usuários. Srs. Senadores que querem discutir... Se não, vamos votar. Votação nominal. Como vota o Senador Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Voto do Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Virgilio? Está aprovado o requerimento. Com sua devida fundamentação, e realmente tem fundamento, está fazendo uma coisa extremamente responsável e eu acho até que esse requerimento de quebra de sigilo e transferência para essa CPI é uma coisa que diretamente colabora com o Alexandre, com a empresa, para novos rumos nesse momento de implementação e de crescimento da internet no Brasil.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA: Em relação... Como o acordo, a resposta da Google ao TAC, ao Termo de Acerto de Conduta, vai ser entregue no dia 23, a minha outra sugestão à CPI seria que houvesse aprovação de um requerimento convocando ou o Alexandre, ou a Diretora Jurídica para que ela desse o *feedback* dessa assinatura do termo. Porque aí ficaria mais consubstanciado no documento quais são as propostas, etc., os prazos e tal. Acho que seria importante a CPI ter o *feedback.*

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu estou querendo designar alguém... Eu estou designando Senador... Eu vou designar o Senador, exatamente que é o sub-relator dessa questão dos crimes cibernéticos, o Senador Eduardo Azeredo, e eu quero denunciá-lo, eu quero indicá-lo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): [risos] É tanta denúncia, denúncia, denúncia, eu quero indicá-lo, melhor do que o Senador Demóstenes pediu que eu esperasse voltar, para discutir essa questão, mas eu quero indicar o Senador Azeredo para que possa fazer parte dessa reunião do dia 23 como membro da CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, mas a assinatura do TAC é dia 23. Uma reunião. E eu estou sugerindo a indicação dele para que participe da reunião e tenho certeza que ele...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não. Eu Estou... Esta Presidência está indicando o Senador Azeredo... Aliás, onde se dará a reunião, em São Paulo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADA: Em São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero indicar o Senador Tuma, também, Vice-Presidente dessa Comissão, que é de São Paulo, certamente já estará em São Paulo, não, junto com o Senador Azeredo para que participem da reunião. Participem da reunião. Eu acho que essa interlocução com a CPI, como membro da CPI, não faz melindrar ninguém, que estamos ouvindo uma parte mais que outra, ouvindo outra parte mais que outra, e eu acho que, certamente, o Senador Azeredo que é afeito ao tema há de colaborar, há de contribuir, há de contribuir. Eu ainda hoje à tarde nós vamos... Estava aqui o papel, agora eu vou ter que denunciar quem pegou o meu papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, eu sei, mas a senhora não pode, a senhora não está como convidada para essa reunião e nem como convocada, então essa é uma reunião de CPI, é como se a gente estivesse no Plenário do Senado. Então, a senhora pode falar em uma outra ocasião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É Regimento Interno da CPI, a senhora será ouvida aqui também, a senhora é uma das pessoas que faz parte conosco desse processo de construção de um novo instrumento e eu lhe convidei num primeiro momento. A senhora está conosco antes até do que o Ministério Público, mas, infelizmente, o Regimento Interno não lhe permite participar. Está autorizado, pode ir. Suspendo por cinco minutos.

Sessão suspensa às 12h53min.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quero registrar a presença do Dr. Consenzo conosco, registrar a presença dos Procuradores que acabaram de chegar, quer dizer, Dr. André Baldino,

lá das Minas Gerais; Dr. Cazé(F), lá de Divinópolis; a Dra. Ana Lúcia, amiga da Cláudia Condac(F); Dra. Ana Lúcia... Alguém mais que chegou, André, com você? Eles não conhecem. Quem mais, algum Procurador chegou de outro estado? Anunciar que depois nós teremos uma reunião aqui no... Na 4º Secretaria, onde será o Quartel General dos senhores e Dr. Felipe e o Sobral, Dra. Carla, Thiago, pra gente ter uma reunião de começar a ordenar as nossas reuniões, como elas se darão, até porque alguns têm suas atividades, para que a gente possa implementar já mais fortemente na próxima semana. A Sessão está suspensa, nós não estamos, na verdade, gravando nada, mas eu acho muito importante o que nós avançamos aqui hoje. Não é Thiago?

Sessão reaberta às 12h54min.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está reaberta a Sessão. Requeiro nos termos regimentais que sejam convidados como palestrantes em Audiência Pública representantes da Receita Federal, visando esclarecer a atual política de tributação das empresas sediadas no exterior com o consumidor final no Brasil. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Está aprovado. Bem, Alexandre você tem a palavra se quiser fazer alguma consideração.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: Eu quero só, uma vez mais, agradecer, Exmº. Senador Magno Malta, pela reunião produtiva, construtiva que nós tivemos hoje. Eu acho que mais importante do que olhar para o passado é saber o que podemos fazer no futuro. E eu estou aqui e gostaria de continuar colaborando para que a gente ache soluções para o que foi discutido hoje aqui. Eu gostaria de agradecer uma vez mais a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A sede de vocês hoje é em Belo Horizonte ou é em São Paulo?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN: São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu acho que é muito interessante conhecermos a sede de vocês aqui, tanto aqui como nos Estados Unidos, para termos uma compreensão de tudo que está sendo colocado para nós, para alguns Senadores, muito novo. Dr. Suiama, alguma consideração final?

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA:: Apenas agradecer muitíssimo o convite que foi formulado pela CPI, Senador, e nos colocar, em nome do Ministério Público Federal de São Paulo, à disposição para o que for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agradeço a todos, agradeço a Polícia Federal, Ministério Público, Dr. Márcio Thomaz Bastos, corpo de advogados que o acompanha, outros diretores da empresa, e dizer que temos tudo em comum. Queremos o bem da família brasileira, queremos que outras empresas se instalem aqui, nada de entendimento de... A fim de encaminharmos para a criminalização de pessoas ou de empresas, mas nós queremos a Google como parceira do Brasil no combate ao crime. Quem sabe se a Google não estivesse aqui a gente não ia saber que tem tanto pedófilo no Brasil fazendo tanta molecagem que estava no escuro e botou o pescoço de fora agora? Então, essa mesma Google que nos ajudou a tirá-lo de lá do buraco, de tirar de trás da moita, nos ajude agora a responder e pagar por aquilo que devem pagar enquanto criminosos, eles são tão criminoso na sua prática, no seu feito e no querer fazer, tanto contra aqueles que são mutilados diretamente, quanto àqueles que não são. Porque na medida em que eles entram no ORKUT e cometem o crime, eles trazem a baila uma comunidade inteira de 25 milhões que nós precisamos proteger, também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, é trocar a moita pela grade. Acho que é o melhor caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Tirar de trás da moita agora vai ajudar a gente a colocar a rapaziada debaixo... Atrás das grades. Quero agradecer ao doutor... O japonês aí. Agradecer ao Dr. Suiama e todo o Ministério Público Federal, agradecer ao Thiago que atendeu mais uma vez ao nosso convite, Dr. Felipe, Dr. Sobral, Dra. Carla e os demais que chegaram agora. A jornalista, infelizmente... A CPI tem... Mas você vai poder colaborar. Dr. Consenzo que esteve conosco aqui, então, de maneira bem cordial tem atendido a essa CPI, abraçar o Dr. Alexandre, Promotor do meu estado, Dr. Sanclér(F), Promotor do meu estado, obrigado lá porque tem obrigado os estacionamentos a respeitar o consumidor lá no Espírito Santo, viu? Lá nós estamos botando o carro no estacionamento e o cara é obrigado a deixar a gente no carro lá até um tempo previsto e os consumidores de estacionamento no Espírito Santo estão sendo menos espoliados do que em outros estados graças ao trabalho do Ministério Público. Dra. Carla aqui que combate o crime organizado lá no nosso estado.

Muito obrigado a todos mesmo, de coração. Obrigado Srs. Senadores, obrigado mais uma vez Alexandre e está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h58min. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião de 2008, realizada em 10 de abril de 2008, às treze horas e trinta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram apreciados e votados os seguintes requerimentos:

Requerimento 026/08, requer seja solicitada busca e apreensão de todas as gravações efetuadas por câmeras de segurança nos locais investigados na operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes, que resultaram na prisão dos senhores Ivan Carlos de Souza e José Marcílio de Oliveira; **Requerimento 027/08**, requer seja solicitada a Interpol investigação e apreensão de todos os computadores que estejam nos Estados Unidos da América que tenham sido utilizados pelo senhor Michel Joseph Clifford, investigados na operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes; **Requerimento 028/08**, requer seja designada diligência desta CPI, a Cidade do Rio de Janeiro a fim de acompanhar as investigações da operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes, que resultaram na prisão dos senhores Ivan Carlos de Souza e José Marcílio de Oliveira; **Requerimento 029/08**, requer seja requisitado cópia de todo material de investigação da operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes; **Requerimento 030/08**, requer seja requisitado cópia de todo inquérito policial da operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes e investigado pela Dra. Ana Lúcia de Melo, Promotora do Ministério Público, que participa do grupo de trabalho desta CPI; **Requerimento 031/08**, requer seja solicitada busca e apreensão de todos os conteúdos dos computadores utilizados em residências, hotéis, ambientes públicos e de trabalho, investigados na operação "Castelo de Areia", efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais órgãos participantes, que resultaram na prisão dos senhores Ivan Carlos de Souza e José Marcílio de Oliveira; **Requerimento 032/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, os senhores Ivan Carlos de Souza e José Marcílio de Oliveira, investigados pela operação "Castelo de Areia"; e **Requerimento 033/08**, requer seja solicitada audiência com o Embaixador dos Estados Unidos, Excelentíssimo Senhor Clifford M. Sobel, objetivando tratar da investigação efetuada através da operação "Castelo de Areia", para tratar do envolvimento do norte-americano Michael Joseph Clifford.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE) – Relator ad hoc
Ségio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Havendo *quorum* regimental, declaro em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI que visa investigar os crimes de pedofilia cometidos na *internet*, bem como suas relações com o crime organizado.

Antes de iniciarmos o trabalho, proponho a dispensa da leitura da Ata e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Essa convocação que fiz por força de um fato, uma vez que ontem debruçados sobre o tema "álbuns fechados na internet", que determinamos a sua quebra de sigilo. Comunicar aos Srs. Senadores que essa matéria, essa notícia está nos jornais do mundo inteiro. A Espanha que começou as investigações em 1996, portanto, a mais avançada do mundo, e que trouxe para si, juntamente com outros países da Europa, a criação de uma rede de interação e integração das policias e por isso o Brasil participou da Operação Carrossel, chamado pela Espanha quando detectou pedófilos brasileiros. Estampa no seu jornal, assim como do Reino Unido da Inglaterra, a ação do Senado brasileiro em favor da sociedade. Eu fico muito feliz, Senador Zambiasi, porque essa CPI é propositiva, é uma CPI dos interesses da sociedade, do futuro da sociedade. E eles na verdade chamam a atenção para esse fato.

Nós estamos diante de um fato ontem, aconteceu uma prisão no Rio de Janeiro. Americano, membro da emigração americana, que vem ao Brasil a cada dois meses no monitoramento para levar presos americanos aqui do Brasil e já vem monitorando na prática de pedofilia no Brasil. A Drª Ana Lúcia Melo que é a promotora do Rio e dona da ação e que está dispensada pelo Dr. Marfan que é o seu Procurador-Geral para fazer parte do nosso grupo de trabalho que, inclusive, iniciou conosco aqui na terça-feira. E ela já tinha um mandado de prisão contra este americano, mas estava esperando o flagrante que se daria, mas ainda não se tem informações verídicas o que fez a Polícia Civil desencadear na frente da Polícia Federal a operação que resultou na fuga desse americano. Que filmou a noite inteira esse menino de doze anos, teve relações sexu-

ais com um menino de doze anos. Que depondo disse que foi filmado a noite inteira. Na verdade ele não se tornou pedófilo anteontem. Estando no Brasil diversas vezes é possível que essa prática tinha sido repetida na vida dele. Para onde foram essas filmagens? Levou embora com ele para os Estados Unidos. Para serem distribuídos para uma rede de pedofilia? Eu pergunto. As outras filmagens que, certamente, fez.

Bem, os aliciadores do menino e os contatos dessa Operação Castelo de Areia, porque os aliciadores do menino e que venderam o serviço do menino para o americano são dois artistas de areia que fazem esculturas na areia, que estão presos. E que vamos votar também a sua convocação aqui para serem ouvidos em oitiva... Para serem ouvidos... Para serem ouvidos em oitiva no Rio de Janeiro quando para lá nós formos. Nós, então, vamos votar uma série de Requerimentos. Entre eles pedindo uma Audiência ao embaixador americano para que receba essa CPI na próxima semana. Nós vamos levar a ele o material requerido, ou seja, cópias no inquérito no Brasil e mandado de prisão que já existia contra o americano, porque ele já havia sido detectado como pedófilo aqui. O mandado de prisão e o material do hotel, que nós estamos requisitando. Que são as filmagens das câmeras, a entrada e a saída de menino. E o encontro dele com os aliciadores para receber o pagamento 500 Reais pelo aliciamento e 200 reais pagos ao menino. Ouvir os aliciadores, a fim de que eles possam nos dizer, a respeito do americano e de outras ações como essa. Para que? Para que de posse desse material, os Estados Unidos que têm uma Lei tão rígida contra a pedofilia. O Embaixador possa levar às Autoridades Americanas a prática de pedofilia desse americano, a fim de que se de busca a apreensão na residência dele lá, pela polícia americana, e se dê um mandado de prisão contra ele lá. Ele deve ter todo esse material acumulado, no seu computador, no seu *laptop*, porque foi assim que fez e levou daqui desse último menino brasileiro. Como nós não podemos convocá-lo, porque não temos, nós não votamos nem a difusão vermelha ainda em Plenário. E nós queremos ser gentis com o nosso Embaixador americano nós vamos à Embaixada. E eu gostaria de colocar em votação o Requerimento, requisitando do hotel as fitas, todo o inquérito, todo o material que está na Polícia Civil do Rio de Janeiro, o material que está na mão do Ministério Público. E que, certamente, na terça-feira nós teremos uma explicação melhor do caso, porque a Promotora do caso é auxiliar dessa CPI, desse grupo que formamos aqui de competentes do Ministério Público para nos ajudar na ação e na construção da Legislação de combate a pedofilia no Brasil.

De maneira que, nós queremos, agora, os Estados Unidos numa demonstração de cooperação e na verdade os Estados Unidos têm uma Lei muito dura contra a pedofilia, inclusive, a pulseira eletrônica que nós estamos propondo aqui, para o pedófilo rastreado até a sua morte, e eles têm um pedófilo dentro da imigração americana, quem sabe, um gaiato que já mandou tanto brasileiro voltar do aeroporto para cá e veio para cá cometer pedofilia, abusando e mutilando as nossas crianças. Disse que é um menino de favela, uma criança pobre, portanto que recebeu esses últimos 200 reais. Quem sabe ele também não se utilizou dele outras vezes, não é, porque a ocasião não faz o ladrão, revela, né, ele foi revelado agora.

Eu passo, não sei se alguns Senadores queriam tecer comentários, mas nós vamos votar e depois os Senadores têm a palavra.

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitados busca e apreensão dos todas as gravações efetuadas por câmeras de segurança nos locais investigados na Operação Castelo de Areia efetuada pela Polícia Federal no Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais Órgãos participantes que resultaram na prisão dos Srs. Ivan Carlos de Souza José e Macílio de Oliveira.

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitado à INTERPOL a investigação e apreensão de todos os computadores que estejam nos Estados Unidos – essa solicitação é a INTERPOL que nós estamos fazendo agora. Que tenha sido utilizado pelo Sr. Michael Joseph Clifford para que a INTERPOL faça isso. Investigado na Operação Castelo de Areia, efetuado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público e demais órgãos participantes.

Requeiro, nos termos regimentais, seja designada a diligência dessa CPI à cidade do Rio de Janeiro a fim de acompanhar as investigações da Operação Castelo de Areia efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro pelo Ministério Público e demais Órgãos participantes que resultaram na prisão dos Srs. Ivan Carlos de Souza e Macílio de Oliveira.

Requeiro, nos termos regimentais, seja requisitada cópia de todo material de investigação de Operação Castelo de Areia efetuado pela Polícia Federal do Rio de Janeiro pelo Ministério Público e demais Órgãos participantes a essa CPI.

Requeiro, nos termos regimentais, seja requisitada cópia de todo inquérito policial na Operação Castelo de Areia efetuado na Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais Órgãos participantes na investigação, pela Drª Ana Lúcia Melo, Promotora o do Ministério Público do Rio de Janeiro, que participa do grupo de trabalho dessa CPI.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado busca e apreensão de todos dos computadores utilizados em residências, hotéis, ambientes públicos e de trabalho pela investigação da Operação Castelo de Areia, efetuado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público demais Órgãos participantes que resultaram na prisão dos Srs. Ivan Carlos e Macílio de Oliveira.

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convocados a prestar depoimento nessa CPI os Srs. Ivan Carlos de Souza, José Macílio de Oliveira, investigados pela Operação Castelo de Areia efetuado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e Ministério Público e demais participantes, investigados pela Drª Lúcia Melo, Promotora do Ministério Público e participante do grupo de trabalho.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitada imediata a prisão do Sr. Michael Joseph Clifford investigado na Operação Castelo de Areia efetuada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, pelo Ministério Público e demais Órgãos participantes. Isso aqui é para INTERPOL, viu.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado audiência com Embaixador dos Estados Unidos, Exmº. Sr. Clifford M. Sobel objetivando tratar de investigação efetuada através da Operação Castelo de Areia pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, Ministério Público e demais participantes e que acompanha a Drª Ana Lúcia membra do Ministério Público, dona da ação, em especial para tratar do envolvimento do Sr. Michael Joseph Clifford que é o americano.

Em discussão os Senadores que queiram usar a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, nosso sub-Relator que fez relatório da área de cibernética.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, quero dizer a oportunidade desses Requerimentos nessa questão do americano, que mostra mais uma vez a importância de nós termos acordos internacionais para essa questão. Mas tem só um dos Requerimentos aqui, Sr. Presidente, que eu queria, só... Porque na verdade ele é pertinente, mas ele fala na busca e apreensão de "todos os computadores utilizados em residências, hotéis, ambientes públicos e de trabalho. Sejam investigados na Operação Castelo de Areia, efetuada pela Polícia Civil", na verdade, não tem muito jeito de essa forma que está aqui, não vai dar, é quase que impossível fazer isso – busca e apreensão de todos os computadores usados em residências, hotéis, né? Na verdade seria mais... Talvez, a gente propor aqui a alteração para as informações referentes, a contidas nos computadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, exatamente a idéia na verdade é essa, a idéia foi fazer muito genérico, porque como a polícia sabe, e havia monitorando ele sabe os computadores que ele usou ou deixou de usar. Na verdade, você faz um genérico sem a intenção de que haja prejuízo a terceiros. Mas eu também não tenho nenhum problema com relação a isso, se puder fazer mais genérico ainda e dizer o "produto da investigação onde eles passaram", podemos alterar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só isso, fazemos só a alteração.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Vamos alterar então. Pode alterar. Eu queria colocar em votação. Senhores Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Senador Zambiasi gostaria de usar a palavra? O rei do rádio.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não, não chega a tanto. Eu sou um radialista com muito orgulho, gosto muito do rádio, o rádio tem um papel muito importante no sentido da informação, da conscientização, da interação com a comunidade e da denúncia, inclusive, tem um papel muito forte nesse sentido, eu acho os comunicadores, Senador, Magno Malta. Hoje estão muito conscientes da importância do seu papel, no sentido de orientar as famílias, na condução de situações, inclusive, como essa, porque muito dos crimes acontecem, esses especialmente, muitas vezes porque as famílias são preconceituosas no trato de temas delicados como esses em casa, né? As escolas ainda têm dificuldade de abordagem, algumas escolas. E quando o Congresso assume essa responsabilidade de expor a sociedade, expor à sociedade, esses crimes, nós revelamos realmente assim o grau com que esse crime está avançando e permeando nas diversas classes sociais, especialmente, né? E ao mesmo tempo, na responsabilidade de que todos temos no sentido de encontrarmos formas de combater esse tipo de crime.

Então, eu acho que quando a CPI foi proposta, como diz o Presidente Magno, é uma CPI que vai ao encontro dos anseios e do clamor da própria sociedade. Esses fatos é que nos estimulam né, a fazermos essa caminhada, mesmo eu como suplente, mas convocado estou sempre aqui. Não será pela ausência circunstancial de um outro colega que a CPI vai ficar impedida de fazer as convocações ou de quebrar os sigilos necessários, como aconteceu ontem, uma Sessão realmente histórica para muita gente surpreendente pelos fatos, mas reconhecida já internacionalmente pela coragem e pelo momento em que a quebra do sigilo do *Orkut* acontece, né? Finalmente, né, se terá acesso a essa caixa preta ou de Pandora, seja que caixa

for para que tenhamos o mínimo de informações ou o máximo de informações, exatamente para alcançar os objetivos a que a CPI se propõe, missão que nos foi entregue através do voto popular. É por essa razão que nós estamos realmente presentes nos sentido de fazer com o que a CPI alcance os objetivos que a cidadania aguarda, Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito obrigado, Senador Zambiasi. Senador...

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Presidente, observando aqui diante do que foi exposto. Uma coisa que me chamou muita atenção que é muito interessante. É que uma das investigadoras é a Drª Ana Lúcia Melo que é Promotora do Ministério Público e que faz parte aqui dessa CPI, é uma das pessoas que está assessorando. Eu vejo isso que... Como já um fruto do progresso dessa CPI. E eu creio que nós só temos que continuarmos é irmos em frente, porque isso aqui é só o início, e, naturalmente, é muito importante observamos que isso está vindo de fora para dentro e não de dentro para fora, isso é, está vindo do exterior para dentro do nosso país. Eu acho que isso tem que ser tratado com rigor e tem que ser verificado com muita veemência, para que nós possamos dar *stop* dessa situação em nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): É procedente a palavra de V.Exª, V.Exª pode ficar à vontade para a outra Comissão que já está votado, tá.

É procedente pelo seguinte. Se a Polícia Federal já monitora, se a Polícia Civil e o Ministério Público já vinham monitorando esse americano, certamente há que ter as relações dele aqui no Brasil. E, certamente, relação com outros pedófilos. E havendo relação com outros pedófilos, certamente, há um intercâmbio de material, há um intercâmbio de fotografia, há um intercâmbio de vídeo, não é? E sabe a que preço que esse desgraçado está vendendo esse material de uma criança de favela do Brasil. Que está necessitando, e aí se eles discute um outro viés de inclusão social, né? A que preço? Esse recebeu 200 reais e outros? Quantas vezes esse foi abusado? Quem são as relações dele? Quer dizer, eu acho que aí começa a desencadear, se nós já tivéssemos a na difusão vermelha, e, aí, mais um motivo. Porque a difusão vermelha já entra em Pauta na próxima segunda-feira. Porque nós não percamos tempo. A minha esposa me falou hoje pela manhã que ouviu uma fala do Presidente Lula falando sobre pedofilia. Então, nós teremos dois encontros importantes na próxima semana. Um é o encontro com o Embaixador americano. E eu sei assim como os americanos repudiam veementemente a família americana e suas autoridades a pedofilia, a ponto de ter uma das legislações mais duras do mundo. Que ele vai nos responder imediatamente para nos receber, no máximo, na terça-feira à tarde, né? Porque nós temos hoje e vamos protocolar isso hoje, né? E irmos ao Presidente Lula na próxima semana para que ele fale à Nação exatamente dessas garantias, que serão sancionadas essas Leis, de uma forma muito imediata.

Eu quero parabenizar o Ministério Público do Rio, a Drª Ana Lúcia que assessora essa CPI é um orgulho para nós. E ação como esta existem outras nas mãos do Ministério Público. Que envolve figuras desde escultores de areia da praia, né? E aqueles que constroem os seus castelos também em muito dinheiro em cima da desgraça alheia. Para que nós possamos desenvolver o nosso papel, desenvolver o nosso trabalho. De maneira que, nós vamos encaminhar imediatamente. A assessoria está autorizada, imediatamente, mandar aos respectivos destinos esses ofícios, para que nós tenhamos rapidamente resposta desses ofícios para que nós possamos dar andamento a esse caso que, certamente, vem corroborar quando a gente fala dessa questão de rede, da questão dos crimes cibernéticos.

Hoje, por exemplo, só para ter uma idéia. Se esse pedófilo for encontrado, esse americano no aeroporto, com esse *laptop* dele debaixo do braço, olha só que desgraça, ele não pode ser preso, pela Lei que nós temos aqui, porque ele não está manuseando o material. Ele só pode ser preso se o *laptop* estiver aberto e ele estiver manuseando essas fotos. Quem foi que fez essa Lei? Eu queria saber. Eu queria saber.

A Operação Carrossel tem casos tão esdrúxulos que vão ter que devolver o computador para o pedófilo, porque ele não foi pego manuseando. Então, nós precisamos alterar isso e o faremos certamente, e o faremos certamente para que haja uma intimidação...

É que o é de 1990, mas que alguém escreveu esse negócio, já em 1990, não é? Alguém já escreveu isso em 1990, você tem posse, não está manuseando, você deixa de ser criminoso, né, é como você está com um revólver na cintura e ser matador, mas você só pode ser preso se me pegar atirando. E o cara morrendo na sua frente. É um negócio meio esculhambado, então, né? Então, nós precisamos realmente tomar pé disso, e é esse nosso propósito de buscar essas modificações.

Agradeço a presença de V.Exª. Não havendo mais nada a ser tratado, encerro a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h53min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2008, realizada em 16 de abril de 2008, às dezessete horas e quarenta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram apreciados e votados os seguintes requerimentos: **Requerimento 034/08**, requer a participação desta CPI na reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, que ocorrerá nos dias 17 e 18 de abril do corrente, na cidade de Belém/PA, conforme convite anexo; **Requerimento 035/08**, requer seja convidado como palestrante para audiência pública o Dr. Rinaldo Barros, Juiz de Direito da Comarca de Niquelândia; **Requerimento 036/08**, requer seja designada diligência desta CPI, a Cidade de Belém/PA, nos dias 17 e 18 de abril do corrente, a fim de ouvir o Bispo José Luis Azcona Hermoso, acerca de denúncias divulgadas na imprensa sobre exploração sexual de menores, acompanhado dos procuradores André Estevão Ubaldino Pereira e Ana Lucia da Silva; **Requerimento 037/08**, requer seja convidado o Sr. Thiago Tavares, Presidente do Conselho Diretor de Projetos e Capacitação da Safernet Brasil, para prestar assessoria técnica semanal a esta CPI, até o término dos seus trabalhos; **Requerimento 038/08**, requer sejam requisitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, no sentido de subsidiar esta CPI com informações a respeito da Convenção do Conselho da Europa denominada "Convention on Cybercrime", celebrada na cidade de Budapeste, em 23 de novembro de 2001; e **Requerimento 039/08**, requer sejam requisitadas informações aos Excelentíssimos Senhores Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a fim de subsidiar esta CPI com dados relativos as ações penais em que se apura a responsabilidade pela prática das condutas criminosas descritas nos arts. 213 e 214 do Código Penal e nos arts. 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator

Romeu Tuma (PTB-SP)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Virgínio de Carvalho (PSC-SE)

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Havendo número regimental, declaro, em nome de Deus, aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200 de 2008, com o objetivo de investigar e apurar a utilização da *internet* para prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com crime organizado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à aprovação de requerimentos. Com a palavra o Sr. Relator Senador Demóstenes Torres.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, o requerimento feito por mim...[interrupção no áudio] art. 148 do Regimento Interno do Senado, sejam requisitadas informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, no sentido de subsidiar essa Comissão Parlamentar de Inquérito com informações a respeito da Convenção do Conselho da Europa denominada *Convention on Cybercrime*, celebrada na cidade de Budapeste em 23 de novembro de 2001. Considerando da possibilidade que países não-membros do Conselho da Europa sejam convidados a aderir à *Convention on Cybercrime*, mediante iniciativa do Comitê de Ministro do Conselho nos termos do art. 37 do aludido documento, consultamos se o Ministério das Relações Exteriores já manifestou em alguma oportunidade intenção de que o Brasil seja signatário da convenção. Existe nesse sentido, alguma tratativa em curso? O tema já foi objetivo de análise por parte do Itamaraty? Em caso afirmativo, por qual dos seus órgãos? Descontado obstáculos formal da adesão mediante convite o Ministério da Relações Exteriores vislumbraria algum óbice ou conveniente quanto ao Brasil subscrever a mencionada Convenção Internacional?

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento do ilustre Relator, Senador Demóstenes Torres, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento: Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Sr. Thiago Tavares, Presidente do Conselho Diretor e Diretor de Projetos e Capacitação da *SaferNet* Brasil, para prestar assessoria técnica semanal a essa CPI até o término dos seus trabalhos. Magno Malta e Demóstenes Torres. Parecer: favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Coloco em discussão o presente requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem concorda com a sua aprovação permaneça como se encontra. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento: Requeiro, nos termos regimentais, que seja designada a diligência desta CPI à cidade de Belém do Pará nos dias 17, 18 de abril no corrente ano, a fim de se ouvir o Bispo José Luiz Azcona Hermoso, acerca de denúncias divulgadas na imprensa sobre exploração sexual de menores, acompanhado dos Procuradores André Estevão Ubaldino Pereira e Ana Lúcia da Silva. Senadores Magno Malta e Demóstenes Torres. Parecer: favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Lembro aqui a visita do Papa aos Estados Unidos, o grande problema da pedofilia que ele está enfrentando com coragem. Em discussão o requerimento lido pelo Exmº Sr. Senador Demóstenes Torres. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. e as Srªs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento: Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado como palestrante para a Audiência Pública o Dr. Rinaldo Barros, Juiz de Direito da Comarca de Niquelândia, Goiás. Senadores Magno Malta e Demóstenes Torres. Parecer: favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o presente requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, não é propriamente sobre isso, mas sobre só o requerimento que foi na hora que eu estava chegando na reunião e colocado em votação...Esse que pede esclarecimento sobre a questão de por que o Brasil não assinou ainda a convenção de Budapeste. E eu estive agora na hora do almoço com o Ministro das Relações Exteriores e pude, pessoalmente, também fazer essa indagação a ele.

Ele me colocou que vai, então, determinar que seja feito o mais rapidamente o processo de esclarecimento disso para que o Brasil possa realmente assinar. E, como se sabe, essa convenção que possibilita a troca de informações internacionais com mais rapidez, que é o ponto principal que nós precisamos nesse caso da pedofilia, só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pelo que eu entendo, não há impedimento do requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não há impedimento nenhum, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem a validade total. Presta uma informação a respeito.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só tem essa informação... O requerimento só vem a fortalecer essa luta pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão ao pedido de Audiência Pública do Dr. Rinaldo Barros. Aqueles que queiram discutir... Está a palavra aberta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Requerimento nº 034: Requeiro, nos termos regimentais, a aprovação da participação desta CPI na próxima reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, o que ocorrerá nos dias 17 e 18 de abril do corrente ano na cidade de Belém do Pará, conforme convite e programação anexa. Senadores Magno Malta e Demóstenes Torres. Parecer: favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, Srªs e Srs. Senadores. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria pedir licença aos Srs. Senadores. Recebi uma carta hoje de alguém que já conversou comigo anteriormente – um pai desesperado. E... Hoje, chegou ao meu gabinete uma carta relatando a *via crucis* que ele teve com sua filha e há 2 anos vem lutando. Com 13 anos, foi convencida pelo namorado a posar nua. O rapaz a enganou, entregou para um outro e foi para o *Orkut*. E ele esteve na Polícia Federal, esteve no Ministério Público, na Polícia Civil de Uberaba de Minas Gerais e, ultimamente, foi lá para saber o andamento do inquérito até para a retirada do programa do *Orkut,* e foi informado que o inquérito sumiu – o que é profundamente estranho. Vou fazer um requerimento à Comissão para que aprove uma diligência nesse sentido, se o senhor concordar.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque é uma coisa profundamente amarga. Diz que a filha hoje não quis comemorar o 15º aniversário, tem um confronto permanente com seu irmão que também é jovem pelo erro que cometeu, ela está em depressão profunda e, praticamente, a família totalmente desarticulada em razão desta situação que foi provocada através do sistema que V.Exª, Senador Azeredo, vem lutando para que o procedi-

mento jurídico tenha realmente uma força para evitar que essa procrastinação de providências não possa mais acontecer.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Há mais um requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nesse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só pediria à assessoria que providenciasse o requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu só sugeriria também que, como uma ação paralela, fosse enviada uma correspondência ao secretário de Minas Gerais, da área de Segurança Pública de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, concordo plenamente e no requerimento que seja comunicado, inclusive, o nome do delegado que consta. Eu só não cito o nome das pessoas para preservar a imagem do menor e também do pai, porque eu estaria colaborando com a desmoralização da família.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, requerimento: Requeiro, nos termos do art. 58 § 3º da Constituição Federal e do art. 2º da Lei nº 1.579, 2 de março de 1952 e ainda do art. 148 do Regime Interno do Senado Federal, sejam requisitadas informações aos Exmºs Srs. Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, a fim de subsidiar essa Comissão Parlamentar de Inquérito com dados relativos às ações penais em que se apura a responsabilidade pela prática das condutas criminosas descritas no art. 213, 214 e nos art. 240, 241 no Estatuto da Criança e do Adolescente. Primeiro – quantas denúncias foram oferecidas nos últimos 5 anos pelo Ministério Público de cada Estado da Federação e do Distrito Federal com a finalidade de apurar a prática das condutas descritas nos art. 213, 214 do Código Penal, tendo como vítimas crianças ou adolescentes e no que diz respeito aos crimes definidos nos art. 240, 241 no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo – quantas dessas denúncias se referem a crimes praticados com auxílio de *internet*; quantas dessas denúncias guardam relação com crime organizado?.

Requeiro ainda, relativamente aos casos referidos no Item 2, sejam enviadas cópias de denúncias de casos emblemáticos em que dificuldades técnicas ou legais tenham impossibilitado a responsabilização dos acusados, assim como aqueles, que é juízo do Ministério Público, mereçam especial atenção dessa Comissão. Senador Magno Malta. Parecer: favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, não havendo quem queira discutir. Em votação. As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria encerrar rapidamente, porque há mais votação nominal em Plenário. Mas parece que o Senador tem mais alguma coisa a dizer.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Farei um requerimento por escrito... Verbal e depois transformaremos em um requerimento escrito para que possa vir aqui, a convite, fazer uma palestra o Juiz de Direito José Antônio Daltoé Cezar. Esse magistrado implantou em Porto Alegre o depoimento "sem dano" que é um processo, inclusive, que conta aqui com uma proposta, já uma proposta de transformação e Lei, feita pela Senadora Lúcia Vânia. E que concordou conosco, em que após o parecer do magistrado, se a Comissão entender que esse depoimento "sem dano" é algo que possa contribuir com o aprimoramento da Legislação Brasileira, que ele saia da Comissão de Constituição e Justiça e seja avocado para cá e, imediatamente, remetido ao Plenário para aprovação prioritária.

Então, em síntese, o convite ao Magistrado José Antônio Daltoé Cezar para que possa vir aqui expor e falar acerca do depoimento "sem dano" que já está implantado no Juizado de Porto Alegre, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que nós podemos votar e depois será formalizado pelo Dr. Demóstenes. Em votação. Aprovado o convite ao ilustre Juiz citado pelo Senador Demóstenes. Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, antes de encerrar, eu sei que hoje... Na verdade o Senador Magno Malta está ausente da cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ele já está bem, graças a Deus. Falei com ele hoje no hospital e estava para receber alta. Por coincidência boa, meu filho fez os exames neurológicos e ele está bem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. O que eu queria também. Então, hoje... Hoje a reunião foi realmente, assim, ele estava ausente, portanto teve que ser uma reunião mais rápida.

O que eu queria sugerir para a Comissão, para a direção da Comissão como um todo, que essas reuniões fossem marcadas pelo menos com um pouquinho mais de antecedência para a gente poder se programar, que elas fossem marcadas pelo menos no dia anterior. Porque as outras reuniões também têm sido assim, tem sido todas no dia. Então, que a gente

fosse informado pelo menos um pouco antes. Como foi sobre aquela Audiência mesmo, com a Presidente do Supremo. Ela foi... O Presidente Magno Malta nos falou na hora, 1 hora antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Realmente, hoje eu me surpreendi e graças ao Demóstenes aqui. Era urgência de votação nos requerimentos, porque está em cima. 17 e 18 é amanhã, não dava para procrastinar, mas eu acho que deverá, sem dúvida nenhuma -—

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu quero até dizer que não vou utilizar mais a expressão "cuidado, Senador" para os colegas. O Senador Magno Malta me disse que ia ao Rio de Janeiro, né, para ouvir lá o pedófilo que tinha sido preso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O americano.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me convidou, eu falei: "Não, eu não posso ir. Mas o senhor tome cuidado, pode pegar dengue". Infelizmente, aconteceu. Então, não darei mais esse conselho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele foi... Me parece que não há dengue, pelo menos o Dr. Davi Uip está fazendo a sorologia e acha que não houve dengue, mas apenas uma infecção; e acreditava que hoje, agora no final da tarde, ele teria alta. Então, a parte neurológica está boa e apenas a infecciosa que estava de atenção.

Então, agradeço a presença dos senhores e... Atendemos o nosso querido Demóstenes para que ele não perca o tempo e tome cuidado no deslocamento para o Pará.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [risos]

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já avisa que a reunião é segunda... Terça-feira às 9 horas da manhã, já está marcada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma reunião terça-feira às 9 horas que terá, sem dúvida nenhuma, importância, porque virá a Diretoria do *Orkut* com seu advogado para cumprir providências solicitadas pela Comissão.

Sessão encerrada às 17h55min. – Senador **Romeu Tuma,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião de 2008, realizada em 22 de abril de 2008, às nove horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade na oportunidade foi proferida palestra dos senhores Dr. Rinaldo Aparecido Barros, Juiz de Direito da Comarca de Niquelândia e Dr. Bernardo Boclin Borges, Promotor de Justiça da Comarca de Niquelândia foram apreciados e votados os seguintes requerimentos: **Requerimentos n.º 040/08**, requer que a CPI participe de reunião onde será assinado Termo de Ajustamento de Conduta entre a Google e o Ministério Público Federal de São Paulo; **Requerimento 041/08**, requer seja ouvida a Psicóloga e Coordenadora da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Dra. Viviane Amaral dos Santos; **Requerimento 042/08**, requer seja convocado o Sr. Ronan Rosa Batista, Prefeito Municipal de Niquelândia/GO; **Requerimento 043/08**, requer seja convocado o Sr. Neira Matos Ribeiro Araujo, Vereador do Município de Niquelândia/GO; **Requerimento 044/08**, requer seja convocado o Sr. Rusley Olegário Dias, ex-Secretário de Agricultura do Município de Niquelândia/GO; **Requerimento 045/08**, requer seja convocado o Sr. Anderson da Silva Rocha, Motorista da Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO;Requerimento 046/08, requer seja convocado o Sr. José Geraldo Pedroni, ex-Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO; Requerimento 047/08, requer seja convocado o Sr. Gláucio Almeida Soares, ex-Secretário da Indústria e Comércio do Município de Niquelândia/GO e Requerimento 048/08, requer seja convidado o Dr. Bernardo Boclin Borges, Promotor de Justiça da Comarca de Niquelândia, nas audiências públicas a serem realizadas.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR-ES) – Presidente
Demóstenes Torres (DEM-GO) – Relator
Romeu Tuma (PTB-SP)
Geraldo Mesquita (PMDB-AC)
Ségio Zambiasi (PTB-RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, em nome de Deus, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº. 200 de 2008 com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião tem o propósito de ouvir com muita atenção o Dr. Rinaldo Aparecido Barros, juiz de direito da Comarca de Niquelândia, bem como o Dr.

Bernardo Boclin Borges, Promotor de Justiça da Comarca de Niquelândia. A propósito queria registrar com muito prazer a presença de parlamentares do município de Niquelândia, Goiás. A Vereadora Tia Abadia aqui presente, seja bem-vinda, o Vereador Dulcídio que também se faz acompanhar das autoridades que hoje estão aqui conosco. Antes de darmos início às nossas oitivas, gostaria de submeter ao Plenário desta Comissão, dois requerimentos. O primeiro, do Senador Magno Malta, que propõe aprovação da participação dessa CPI em reunião onde será assinado o termo de ajustamento de conduta entre a Google e o Ministério Público Federal de São Paulo, que ocorrerá no dia 23 de abril do corrente ano em São Paulo. Portanto, o Senador Magno requer a participação de membros da CPI por ocasião desse ato, que reputamos de fundamental importância. As Sras. e Srs. Senadores que concordam...

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Demóstenes para oferecer parecer.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento. O outro Requerimento é de minha autoria, e tem o propósito de aprovar nessa Comissão a participação da psicóloga e coordenadora da Vara da infância e da juventude do Distrito Federal, Drª. Viviane Amaral dos Santos, para comparecendo a essa CPI falar de sua experiência em relação aos casos de abuso sexual de crianças, pedofilia, e violência em geral contra crianças e adolescentes que tramitam naquela importante Vara e instância judiciária. Ao Sr. Relator para oferecer parecer.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Os parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Convidamos para sentar conosco à Mesa o Dr. Rinaldo Aparecido Barros, excelentíssimo Sr. Juiz de Direito da Comarca de Niquelândia, bem como o Dr. Bernardo Boclin Borges, Excelentíssimo Promotor de Justiça da Comarca de Niquelândia. Quero antes de mais nada dizer que é uma honra para essa Comissão receber V.Exªs e em continente passo a palavra para o Dr. Rinaldo Aparecido Barros, Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito da Comarca de Niquelândia.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa... Primeiramente na pessoa do Senador Geraldo Mesquita, Presidente dessa Sessão, e de modo muito especial o Senador Demóstenes Torres, que é Relator dessa CPI da pedofilia, e é um dos mais atuantes membros do Senado no combate a essa verdadeira chaga que assola não só o Brasil, mas toda a humanidade. Quero dizer, Sr. Presidente, Sr. Relator, que o convite feito por esta Casa é uma honra não só para mim mas como para meus familiares e também todos os pares da magistratura. A intenção, a minha intenção nessa Sessão é de algum modo tentar contribuir para o objeto dessa investigação da CPI da pedofilia que, como é sabido, não visa apenas investigar crimes, mas sobretudo tem a intenção muito louvável, diga-se de passagem, de propor mudanças na Legislação para torná-la mais severa e proteger a criança e adolescente dessa prática nefasta de maneira muito mais eficaz do que tem sido feito pelo Brasil. E nesse sentido peço vênia a V.Exªs para demonstrar a dificuldade que alguns juízes têm sentido em especial na aplicação do disposto, no art. 244-A do Estatuto da Criança e Adolescente. E ainda peço a condescendência de V.Exªs para ao final, propor uma alteração nesse dispositivo. A fim de torná-lo mais eficaz e punir realmente essas pessoas que têm praticado esse crime asqueroso. A proteção da criança e adolescente ela tem sido uma preocupação mundial. Tem sido objeto de mobilização internacional. Desde a declaração universal dos direitos das crianças, da criança... promulgado em 20 de novembro de 59 pelas Nações Unidas, que já se previa que a criança gozará de proteção especial contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Na convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, ocorrida em 20 de novembro de 89, os Estados, partes reconhecem que toda criança tem o direito inerente à vida que assegurarão...

Os Estados, partes assegurarão máxima sobrevivência e desenvolvimento da criança. E o art. 34 dessa Convenção, Srs. Senadores, diz que os Estados, parte, tomarão todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal, a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais. E também a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos. Essa questão aqui já foi tratada em uma lei recente que modificou o Estatuto da Criança e Adolescente. Modificou o art. 241. Gostaria de mencionar depois. Também foi objeto de preocupação da Organização Internacional do Trabalho, da OIT, que na Convenção 182 prevê lá no seu art. 3º o seguinte: "Para efeito dessa convenção a expressão as piores formas de trabalho infantil compreende; utilização, procura e oferta de criança para

fins de prostituição de produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos." Essa convenção, ela entrou em vigor no Brasil por meio do Decreto 3597/2000, ganhando caráter de lei e proíbe todas as formas de trabalho para pessoas abaixo de 18 anos que tem esse caráter de exploração. E essa grande mobilização internacional levou a que ocorresse em 1996 o primeiro Congresso Mundial de Combate à Exploração contra Crianças e Adolescentes, que reuniu 122 representações de vários países na cidade de Estocolmo na Suécia. Pela primeira vez, Srs. Senadores, apontou-se a necessidade de analisar a violência sexual contra meninos e meninas do ponto de vista histórico, cultural, social, psicológico, econômico e jurídico. As práticas de exploração sexual, pornografia, turismo sexual e tráficos de crianças e adolescentes para fins sexuais foram definidos como crimes contra a humanidade. Cinco anos depois um novo encontro foi realizado dessa vez na cidade de Yokohama, no Japão, reunindo representantes de mais de 130 países, o segundo Congresso mundial, buscou identificar os avanços obtidos desde a primeira iniciativa no que diz respeito a formulação e adoção de políticas públicas na área. A constatação foi, não só de que havia um número reduzido de planos nacionais formulados, mas também de que o processo de implementação daqueles que já tinham sido elaborados apresentava limitada efetividade.

O Brasil, para nosso júbilo, não só foi uma das primeiras nações a elaborar seu Plano Nacional de Enfrentamento, como constituiu um comitê nacional para monitorar sua implementação. O país, inclusive, deve sediar a terceira edição no Congresso mundial que será realizado no segundo semestre deste ano 2008. Mas o país não ficou só aí. Além de ratificar as referidas convenções, o Brasil tratou a questão com especial rigor na Constituição Federal e também no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente. Considerando que o art. 1º da Constituição inciso 3º, diz que o Brasil constitui-se em República Federativa, e constitui-se ainda em Estado democrático de direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, a dignidade da pessoa humana é um verdadeiro princípio fundamental da ordem jurídica, social e política do país. Então no art. 227 da Constituição Federal está expresso claramente: "É dever da família, da sociedade, do Estado, assegurar à criança e adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e conveniência familiar e comunitária além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." E chamo atenção de V.Exªs e dos senhores presentes. O § 4º do art. 227, preceitua ainda que: "A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente." Repito: "A lei punirá severamente." Para o Estatuto da Criança e Adolescente, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana sem prejuízo da proteção integral de que trata essa lei, assegurando-lhe, se por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. E o art. 5º diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão punindo na forma na da lei qualquer atentado por ação ou omissão e gostaria de chamar atenção de V.Exªs para esse termo, ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. O art. 244-A, e aqui Srs. Senadores, é exatamente o ponto que nós gostaríamos de centrar esse debate, que trata dos crimes em espécie, ele foi acrescentado ao Estatuto da Criança e Adolescente pela Lei 9975, de 23 de junho de 2000, e o art. 244-A dispõe o seguinte: "Submeter", e aqui está no meu entendimento o objeto desse artigo que merece uma mudança, uma aplicação, porque o artigo, o verbo núcleo do tipo do artigo é submeter, apenas submeter, e é exatamente o que tem gerado, Senador Demóstenes Torres, algumas controvérsias na interpretação, então o artigo diz: "Submeter criança ou adolescente como tais definidos no caput do art. 1º dessa Lei à prostituição e exploração sexual. Pena: Reclusão de quatro a dez anos e multa. § 1º: Incorre nas grandes penas o proprietário, o Gerente, ou responsável pelo local em que se verifica a submissão de criança ou adolescentes às práticas referidas no caput deste artigo. E § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação, a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. A promotora de justiça, Drª. Luciana Bergamon(F), do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao comentar o art. 244-A do ECA, aduz que esse projeto foi de iniciativa da Deputada Luiza Erundina, e foi fruto de um debate travado entre diversas organizações da sociedade civil durante a 27ª Sessão do Tribunal Permanente dos Povos, ocorrida em São Paulo no mês de março de 99.

Segundo consta dos registros das discussões ocorridas nessa Sessão, pretendia-se que o Congresso Nacional criasse um instrumento legal que punisse, exemplarmente, aqueles que direta, ou indiretamente, "atenção", direta ou indiretamente, contribuísse para explorar sexualmente crianças e adolescentes, efetivando compromissos do Governo Brasileiro que promulgou o Decreto 99710, após a aprovação do texto da

Convenção sobre os direitos da criança adotada pela Nações Unidas em 89. Então, a pretensão é que o Congresso Nacional realmente punisse de modo exemplar aqueles que de forma direta, ou indireta, facilitasse ou promovesse a exploração sexual. No ano de 93 foi composta uma Comissão de 159 Deputados e Senadores e formou-se a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente. E foi criada a CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a exploração sexual de meninos e meninas no país. A CPMI naquela ocasião percorreu todas as regiões do Brasil visitando 22 Estados. No relatório final, sugeriu indiciamento de cerca de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas. Muitos dos pedidos, entretanto, não saíram do papel até hoje. Alguns dos envolvidos nos crimes sexuais foram denunciados, processados, mas inocentados ou condenados e soltos após habeas corpus. Uma minoria está presa. Além das denúncias, o relatório também apresentou diversas propostas pra aprimorar as políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes. Não há menor sombra de dúvida que a promulgação da Lei 9975 que criou o art. 244-A do ECA, teve uma contribuição significativa para avançar nessa discussão, e na prevenção e repressão da exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

Esse processo para a criação dessa Lei resultou de um trabalho conjunto de diversas instituições. Foram produzidos no seio de um extraordinário processo de mobilização ética social e política que envolveu representantes do mundo jurídico, das políticas públicas e dos movimentos sociais. E aqui eu gostaria de fazer uma pausa para dizer aos Srs. Senadores que sabem melhor do que todos nós, que o trabalho Legislativo se fosse comparado, Senador Demóstenes Torres, Senador Geraldo Mesquita, a uma corrida, não seria uma corrida de cem metros. Seria mais fácil se comparar a uma maratona, porque é um processo longo, demorado, demanda discussões e um esforço muito grande e o Senado Federal tem dado esse exemplo ao Brasil, não tem fugido da sua obrigação constitucional e tem dado a resposta Legislativa para combater esse crime nefasto. Mas nós precisamos tirar o Estatuto da Criança e Adolescente do papel. Não basta que os senhores façam esse trabalho de inteligência, esse trabalho de construção jurídica se não houver uma aplicação eficaz e efetiva do Estatuto. E é preciso realmente que haja um corajoso trabalho, inclusive de reordenamento institucional dos organismos que atuam na área, e aqui, eu incluo o Poder Judiciário na qualidade de representante do Poder Judiciário. É necessário que o Estado e a sociedade continuem atentos para essa grave questão. O primeiro elaborando e implementando políticas públicas para impedir que nossas crianças e adolescentes sejam atraídos à prostituição, e a segunda, exigindo a elaboração e colaborando com o sistema repressivo.

A imprensa, aqui presente, que até gostaria de cumprimentar, tem trazido freqüentes notícias sobre turismo sexual organizado para trazer pessoas do exterior para divertirem-se a custa da perversão de meninas e moças carentes, usualmente de pouco discernimento, que assim são iniciadas na cena da prostituição e não raro no uso de drogas. Porém, em que pese a seriedade que tem sido dada à matéria, nós entendemos que há necessidade de uma atuação mais dura com relação a esse tipo de crime. Por esta razão há propostas, inclusive nesta Casa, para inclusão do crime do art. 244-A como modalidade de crime hediondo. E no final, Srs. Senadores, gostaria de sugerir exatamente isso, a inclusão desse crime no rol dos crimes hediondos. Para que o agente que praticar esse crime seja submetido aos rigores previstos na Lei dos crimes hediondos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Qual é a pena?

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: A pena vou sugerir no final... Mas é de quatro a dez anos, hoje. O art. 244 prevê a pena de quatro a dez anos. No meu modesto entendimento é uma pena muito leve para a natureza do crime. Para a Drª. Luciana, essa promotora do Estado de São Paulo, que faz uma interpretação literal desse dispositivo, pratica o crime, esse crime do art. 244-A, aquele que se utiliza diretamente do corpo da criança ou do adolescente como produto de consumo para práticas sexuais, bem como aquele que favorece, própria, incentiva, induz em troca de dinheiro ou qualquer outra vantagem. Segundo entendimento da Drª. Luciana, incide nas mesmas penas para esse delito, tanto aquilo que mantém o contato com a sexual com a criança e adolescente, numa relação mercantilizada, como aquele que, embora não mantendo contato sexual direto com a criança ou jovem, aufere contato deste com o terceiro. E aqui está o problema do dispositivo. Que está havendo um entendimento que vou passar a narrar agora, do verbo submeter, no meu entendimento um pouco equivocado.

É importante dizer que o próprio Código Penal já trata do delito da prostituição lá no capítulo segundo e no capítulo quinto do título 6 da parte especial, e quero destacar o art. 218 que é a corrupção de menores. Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 e menor de 18 anos, com ela praticando ato de libidinagem ou induzindo a praticá-lo ou presenciá-lo. Todos os artigos do Código Penal que tratam da questão, art. 227 que é Mediação para servir

à lascívia de outrem; favorecimento da prostituição que está no art. 228; casa de prostituição art. 229, rufianismo art. 230. E agora o tráfico internacional de pessoas que foi... Recebeu redação... Nova redação pela Lei 11106/05 que é promover, intermediar ou facilitar a entrada no território nacional de pessoa que venha exercer a prostituição, ou a saída de pessoa para exercê-lo no estrangeiro, reclusão de três a oito anos. E tráfico interno de pessoas, a nova figura prevista no art. 231-A: "Promover, intermediar ou facilitar no território nacional o recrutamento, o transporte, a transferência, alojamento ou acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição." Reclusão de três a oito anos. Nota-se dessas alterações que foram introduzidas, Srs. Senadores, pela Lei 11106/05, que há uma evidente preocupação do legislador, sobretudo o Senado Federal, e de V.Exª, Senador Demóstenes Torres, que está à frente de vários projetos para combater a criminalidade no país.

Então, há uma preocupação do legislador em apenar mais severamente os crimes relacionados à prostituição. Isso, no que se refere a pessoas maiores de idade. Com maiores razões ainda, deve haver essa preocupação e eu sei que há, a preocupação dessa Casa e de todo o Congresso Nacional, em punir mais severamente aqueles que praticam esse crime em relação aos menores de idade. É fácil perceber que no art. 244-A a pena é de quatro a dez anos de reclusão, e a pena prevista no art. 228, varia de dois a cinco anos. Significa que o legislador expressamente reconheceu a necessidade de punição exemplar daquele que explora criança e adolescente, porque entendeu que era insuficiente para isso os dispositivos do Código Penal. Aliás, o Senador Roberto Freire, à época da aprovação da Lei 9975 do ano de 2000, ele diz que: "o Código Penal no art. 61, inciso II prevê o agravamento da pena se a vítima é criança, velho, enfermo ou mulher grávida. E se o agravamento decorre da inferioridade defensiva dessas pessoas. Significa dizer que a Lei Geral" isso é o Senador Roberto Freire dizendo, "no caso do Código Penal, não trata especificamente da matéria no sentido de proteger a criança e adolescente. Se limita a agravar a pena."

Então, ele diz que o estatuto menorista, ele tem que ter essa preocupação de dar uma proteção maior ao adolescente. Da mesma maneira, a Senadora Heloísa Helena se manifestou à época dizendo o seguinte: "Com a tipificação em Lei Especial, como é o caso dessa proposta, a pena passa a ser mais rigorosa, o que se coaduna com a convenção sobre os direitos da criança e do adolescente nas Nações Unidas de 1989, ratificado pelo Brasil em 90. Essa medida punitiva vai ao encontro de orientações preconizadas por especialistas da matéria, portanto, as entidades da sociedade civil como sendo a diretriz eficaz no combate ao gravíssimo problema da prostituição e exploração de crianças e adolescentes. Que, lamentavelmente, vem marcando vergonhosamente o Brasil no cenário internacional. E a Senadora lembrou o seguinte, que os art. 227 a 231 do Código Penal, que foram... Foi criado em 1940 tinha a preocupação de tipificar as condutas descritas com preservação dos costumes vigentes àquela época. Já a preocupação atual não é com a moralidade sexual, e sim com a crescente exploração de crianças e adolescentes. Trata-se de preocupação específica em relação a pessoas em peculiar processo de desenvolvimento que, portanto merecem especial proteção. E nesse diapasão, agora no dia 1º de abril o Senado Federal instalou a CPI da pedofilia. Esta que está em andamento aqui. Para investigar crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes. O Presidente da CPI, o Senador Magno Malta, ele disse o seguinte: "Que Comissão pretende investigar a rede de pedófilos existentes no país, inclusive com a disposição de expedir mandado de prisão de criminosos já investigados pela polícia." E disse ainda: "recebo essa missão com temor e tremor. É degradante e assustador o quadro que registramos hoje no país, são processos inacabados e denúncias que param no meio do caminho." Disse. O Senador disse que tipificar o crime de pedofilia. Por isso que eu disse no início que há um esforço, pretensão muito mais louvável, dessa CPI que não é só de investigar, mas sim propor mudanças legislativas para resolver definitivamente o problema.

Então, o Senador Magno Malta diz que a intenção é tipificar o crime de pedofilia classificado como contato sexual envolvendo adultos e crianças, com elevação de sua pena para 30 anos de reclusão. E ele disse o seguinte: "Não tem pressão que vai nos intimidar nessa caminhada na CPI. A pedofilia está, não apenas no pai bêbado ou desempregado. Os pedófilos no Brasil vestem toga, terno, alguns têm mandato." Alertou Malta. A CPI vai investigar os crimes de pedofilia pela internet que divulgação de imagens de sexo ou pornografia com crianças e adolescentes. O Senador Geraldo Mesquita que preside essa Sessão disse: "Essa CPI terá como um de seus papéis se transformar em vitrine para constranger os verdadeiros animais que cometem esses crimes. Eles vão estar expostos para que toda a nação os reconheça." A doutrinadora Ela Wiecko de Castilho diz o seguinte: "Os clientes que mantém relações sexuais com menores de 14 anos sentem-se a vontade, e o Estado através do seu ordenamento jurídico reforça a vitimização das crianças, especialmente as crianças pobres." Segundo Ela, é ignominiosa a situação das crianças prostituídas. Os autores de sua iniciação se-

xual, e aqui eu gostaria de chamar atenção para que fosse no final feita a sugestão, observado esse ponto, os autores de sua iniciação sexual estão impunes, Srs. Senadores. E os agentes que os mantém ou impedem de a saída da prostituição se punidos estão sujeitos a uma pena inferior a prevista no caso dos menores terem 14 a 18 anos. "É mais compensador atrair para a prostituição crianças e adolescentes com menos de 14 anos." Segundo a doutrinadora. Gostaria de destacar que esse delito do art. 244-A é de gravidade extrema. A sua prática atinge produtos que se caracterizam pela imaturidade, fulminando-as no momento em que aflora a sensibilidade no qual tendem recusar os valores transmitidos pelos adultos. A gravidade ou profundidade dos efeitos psicológicos da violência sexual de crianças e adolescentes é dificilmente mensurável, compromete o processo de desenvolvimento da própria identidade e da capacidade de estabelecer vínculos afetivos e estáveis significativos. Considerando o histórico de auto-anulação em favor das conveniências do agressor e dos agressores, conforme parecer da Dra. Elaine Cherb(F), psicóloga da USP.

A criança ou adolescente vítima da exploração sexual com certeza terá dificuldade de retornar à sociedade como cidadão, sujeito de direito, pois os valores mais intrínsecos foram afetados ou impedidos de manifestar diante da condição de explorados e usados em troca apenas de algum dinheiro ou por fornecimento de substância entorpecente. Para marcar o processo de mobilização e conscientização da sociedade brasileira acerca da violência sexual, foi criado no ano 2000 o dia nacional de luta contra o abuso exploração sexual de crianças e adolescentes, pela Lei 9970. A data escolhida, e gostaria de fazer uma referência aqui ao Senador Magno Malta, porque ele é de Espírito Santo, a data escolhida foi dia 18 de maio e representa momento emblemático para o país. Foi nesse dia em 1973 que uma menina de oito anos foi brutalmente assassinada em Vitória, no Espírito Santo após ter sido estuprada por jovens de classe média alta daquela cidade. O crime, apesar de sua natureza hedionda, ficou impune e acabou prescrevendo. A impunidade e olhar de complacência da sociedade nada mais são que estímulo para novos atos de desrespeito à Lei e às normas e valores compartilhados por todos. Desse modo, nenhuma razão resta para tratamento diverso a esse crime do art. 244 que senão colocá-lo na condição de crime hediondo. Porque o estupro e o atentado violento ao pudor já foram levados a essa categoria, porque o legislador teve a intenção de uniformizar a proteção da liberdade sexual. Não é demais lembrar como já foi dito que o § 4º do art. 227 requer uma punição severa. Severa. Enfim, é preciso que o Brasil não mais seja alvo de preocupação de organismos internacionais alinhados com a proteção de Direitos Humanos, e que deixe de ser reconhecido internacionalmente pela prática do turismo sexual, envolvendo nossos jovens violentados na sua dignidade e respeito.

Por tudo isso, Srs. Senadores, e aqui agora que eu passo ao cerne da questão, a interpretação que tem sido dada por alguns tribunais e por parte da doutrina ao art. 244-A do Estatuto da Criança e Adolescente, de que o verbo núcleo do tipo, submeter, faz pressupor existência de uma conduta, que por meio de organismos de pressão, que não se confundem com induzimento, a facilitação, conduz a subordinação de crianças e adolescentes à prostituição ou à exploração sexual, e que nesse caso, será necessário, sempre que haja uma relação dominador/dominado, entre o agente e a vítima e, portanto, existência de um vínculo de submissão do menor, é não somente equivocada, mas absolutamente desvirtuada da realidade e, além disso, fomentadora do crime. E tenho certeza absoluta que não foi esse o espírito do legislador.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque V.Exª leu a parte em que Luiza Erundina, lutando, dizia justamente--

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Senadora Heloísa Helena...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Foram buscar o espírito da lei. Se fosse buscar, o legislador, o espírito que o legislador queria, o julgamento teria que ser sempre nessas condições.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Exatamente. Na nossa opinião, com efeito o principal agente é quem utiliza do corpo do adolescente. Independentemente de habitualidade de pagamento. Ao contrário do que alguns pensam, e se afirma, inclusive em alguns tribunais, até mesmo membros do Ministério Público, V.Exª que vem do Ministério Público, o principal agente do crime descrito no art. 244-A do ECA é o cliente da criança e adolescente. Seja ela prostituta, ou não. A exemplo do que ocorre no crime de tráfico de drogas, pois que este é fomentado pelo usuário da droga. Só existe tráfico de drogas, porque existe o usuário da droga. O que ficou bem demonstrado no filme Tropa de Elite, que foi premiado inclusive internacionalmente. No entanto, a jurisprudência tem sido vacilante, Srs. Senadores. Eu trouxe aqui alguns exemplos, vou ler rapidamente para também não se tornar cansativo. Exemplo de alguns tribunais, inclusive do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que diz: "A prática consentida e mediante paga de atos libidinosos com adolescentes maiores de 14 anos, para satisfação da própria lascívia do agente, não obstante, social e

moralmente censuráveis, não se investem de por não se conter no tipo do art. 244-A, em que embasada a intenção inaugural, nem do tipo do art. 218 do Código Penal, subsidiariamente evocada em sede recursal, ou seja, a pessoa neste caso ela levou um adolescente à prostituição e ficou totalmente impune. Sequer foi enquadrada no art. 218.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Traduzindo, doutor, ou seja, quem mantém diretamente a relação sexual, alguns tribunais tem entendido que não são criminosos. Só aqueles que levaram, induziram, agenciam...

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Ou que tiveram alguma vantagem, seja ela pecuniária ou de outra natureza. No nosso entendimento é verdadeiro absurdo. Outro exemplo aqui do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não comete o crime do art. 244-A do ECA o agente que, como usuário, se vale do serviço de adolescente já entregue à prostituição. Ora, só haverá prostituição se houver o usuário. Porque se a criança e adolescente não tiver um cliente para se prostituir, obviamente ela não vai se manter na prática da prostituição. O verbo núcleo do tipo, submeter, segundo a decisão do Tribunal, reflete a conduta daquele que põe a criança e adolescente em situação de exploração sexual. Não a daquele que se vale de condição preexistente para satisfazer seus desejos sexuais. Outro exemplo, esse do Tribunal de Minas, o art. 244 inserido no ECA, incrimina a conduta de submeter, que significa, sujeitar, subjugar, reduzir a obediência, ou seja, obrigar que crianças e adolescentes se prostituam, ou se sujeitam aos caprichos sexuais alheios.

Aí eu pergunto a V.Exªs: E se uma pessoa, uma criança ou adolescente é incentivada por um parente, por uma amiga a submeter a essa práticas e a própria adolescente obtém a vantagem financeira dessa prostituição, a pessoa que incentivou vai ficar impune? A pessoa que está usando, o primeiro usuário, os seguintes usuários do corpo dessa adolescente, dessa criança, vai ficar impune? De que de que adianta toda essa mobilização internacional? Não adianta de nada. Eu entendo que o verbo submeter é muito mais abrangente, mas está havendo esse entendimento. Aqui, restando demonstrado que a menor não foi constrangida de qualquer modo para prática de atos de conotação sexual, mas sim foi, espontaneamente, e tinha efetiva consciência do que estava fazendo, há absolvição de rigor. Pois a conduta incriminada é submeter o que não ocorreu no presente caso. É importante lembrar que essa expressão "exploração sexual" foi transportada de um universo sócio-político para a área jurídica, a partir dessa Lei 975 de 2000, com a criação desse art. 244. E a doutrina, ela faz uma crítica, e eu cito aqui dois doutrinadores, ela faz uma crítica ao dispositivo, inclusive pela colocação do dispositivo no art. 244-A, e essa crítica é do doutrinador Alberto Silva Franco. Ele diz que na verdade a colocação dessa figura típica ela ficaria melhor no art. 233, que foi revogado pela Lei de Tortura. Porque não há uma relação entre o art. 244 e o 244-A, porque o art. 244 trata da questão de vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar de qualquer forma a criança e adolescente fogos de estampido. Segundo ele, não há uma relação direta. Então melhor seria ter colocado o dispositivo no art. 233. Que foi regrado pela lei de tortura. E esse doutrinador ele diz o seguinte: "O núcleo do tipo é representado pelo vocábulo submeter, que pode ser composto em sub, significa embaixo de, e meter, que é uma relação indicativa de subordinação ou de inferioridade." O verbo submeter de acordo com os mais autorizados dicionários, segundo ele, significa: sujeitar, dominar, subjugar, reduzir a dependência, subordinar alguém a alguma ação.

Então, segundo ele, submeter faz pressupor a existência de uma conduta que através de pressão que não se confunde com facilitação ou aliciamento, conduz à subordinação de criança ou adolescente à prostituição e exploração sexual. Nesse caso será necessário sempre que haja uma relação dominador/dominado, como já foi dito. Ele diz que apesar do dicionário Houaiss dizer que o verbo submeter significa fazer de alvo, alguém... Fazer de alvo de alguma ação, alguém ou alguma coisa, poderia a primeira vista obrigar... Abrigar o significado desse verbo a idéia de que estaria incriminado toda a conduta que tornasse a criança ou adolescente alvo da ação de prostituição. E é exatamente esse entendimento que eu defendo. Que realmente é fazer de alvo de uma ação. Mas segundo ele essa interpretação é por demais abrangente do verbo submeter, poderia resultar no enquadramento típico não apenas de quem se utiliza de mecanismos de pressão contra o menor, mas também de quem induziu, atraiu, agenciou, favoreceu, aliciou, enfim, de quem por qualquer outro modo de execução levou a menor a prostituição e exploração. E ele diz que se a pretensão do legislador fosse efetivamente a de dar amplitude máxima no processo de criminalização, sua opção não deveria ser com exclusividade o verbo submeter. Mas sim, deveria criar um tipo misto ou alternativo no qual as diversas formas de manifestação de conduta criminosa pudessem ser configuradas tornando-se fungíveis. E ele diz o seguinte, que se o agente não submete a criança e adolescente à prostituição ou exploração sexual, mas mantém com uma ou outra, de forma não habitual e permanente relações sexuais ou atos libidinais, sua inclusão nas figuras do estupro ou ato violento ao pu-

dor se apresenta adequada, levando-se em conta o disposto no art. 224. Então, esse entendimento, ele diz também que a prostituição e exploração não se amoldam à idéia, não condizem com a idéia de fato isolado. Então ele quer dizer que para que se configure a exploração, a prostituição, teria que haver uma habitualidade na conduta. E no meu entender, salvo melhor juízo, também é um verdadeiro absurdo, porque se for... Essa compreensão, se... A permanecer esse entendimento, reúnem-se 20, 30 amigos, cada um deles mantém relação sexual com a mesma adolescente, e ninguém será punido. É um verdadeiro absurdo. O doutrinador Guilherme de Souza Nucci também entende que para que haja configuração desse crime há necessidade de que haja a habitualidade. Não se pode sustentar haver prostituição sem uma única ocasião alguém se relaciona sexualmente em troca de alguma recompensa. É o entendimento dele.

No caso da exploração sexual, o agente se vale de uma criança ou adolescente obrigando-o por domínio moral à prática de prostituição de atos sexuais isolados, porém lucrativos e aqui ele exige a obtenção de vantagem pecuniária para alguém encaixa no tipo penal. E ele diz que a configuração de um ou mais crimes em relação a quem mantém com menor de 18 anos a relação sexual depende do caso concreto. E admite, eventualmente, nenhuma infração penal se configura. Por exemplo, mantém-se relação sexual consentida com adolescente já prostituída, maior de 14 anos. Sem estar sob exploração de quem quer que seja, mas atuando por conta própria. No meu entendimento, é absurdo esse posicionamento, porque induz ao pensamento de que basta o usuário sexual da criança ou adolescente, utilizar-se dela pagando ou não, que ficará afastado da incidência da norma, já que esta pressuporia a habitualidade, a regularidade da conduta e o pagamento até mesmo lucro com prostituição e exploração sexual. Isso é fazer letra morta do dispositivo de modo a incentivar a prostituição e exploração sexual infanto-juvenil e o nefasto turismo sexual existente no país como dizer aos gringos "Venham ao Brasil, façam programas sexuais, pagos ou não, de preferência apenas uma vez com nossas meninas e moças e orientem nossas crianças e adolescentes a dizerem que já são prostitutas, e que trabalham por conta própria que não haverá punição para ninguém." Eu entendo que o Poder Judiciário, como intérprete da lei não pode compactuar com uma interpretação tão esdrúxula e covarde, por tão importante função social a cumprir no momento da justiça. A interpretação literal desse dispositivo não pode sobrepor-se à interpretação teleológica. Porque essa supera a lógica formal e dirige sua atenção para o bem jurídico tutelado pela norma, isto é, para o fim que a norma procura alcançar. Como membro do Poder Judiciário do Estado de Goiás, Srs. Senadores, gostaria de dizer que eu não concordo com essa interpretação de nenhuma maneira. No meu entendimento, se a criança e adolescente não sendo prostituta como comumente acontece, recebe a proposta de alguém ter relações com ele em toca de pagamento, o tipo se configura porque o autor do crime instiga uma criança, ou um adolescente, que não pensava em se prostituir, com pagamento a fazê-lo.

Ainda, como já aconteceu, e isso pode ser referido inclusive na nossa Comarca aconteceu um fato semelhante, uma pessoa da família incentiva um adolescente a se prostituir, e ainda que não se prove que tenha auferido qualquer vantagem, eu entendo que está configurado o crime. No que tange a criança e adolescente, pouco importa que tenha ou não a iniciação sexual, que tenha ou não capacidade de entender o ato sexual que com ela ou nela se pratique ou que na exploração sexual tenha intervenção ativa ou meramente passiva. Criança ou adolescente em qualquer dessas situações serão sempre vítimas da conduta típica. O grande problema, e nós temos que ter atenção a isso também, que essa expressão "exploração sexual e comercial" que foi introduzida recentemente no universo jurídico brasileiro, visa alguém que está lucrando com a venda do corpo de uma criança ou adolescente. O que tem sido observado é que formam-se nesses casos, verdadeiras redes, organização de exploração, do corpo para obter-se lucro ou dinheiro sobre diferentes formas. São usados hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, internet como é o caso específico que vai se tratar na CPI, centro de diversão, comércios de saunas de massagem, bares... as redes envolvem grupos de viciados, de pedófilos não raros de altas camadas sociais. E o objetivo do art. 244 é garantir os especiais direitos à dignidade e ao respeito de que são titulares as crianças e adolescentes, protegendo-os a integridade física, psíquica e moral. Sr. Presidente, já estou quase terminando. Gostaria também de chamar atenção que o tratamento aos crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes está amparado no país por uma ampla base jurídica formada sobretudo pelo Estatuto da Criança e Adolescente, pela Constituição Federal e pela lei dos crimes hediondos. Além disso, o signatário mais importante normas internacionais de proteção à infância.

Então, o Brasil tem sido uma das nações mais avançadas no que diz respeito a proteção. Ao menos na lei da população infanto-juvenil. Apesar desse sofisticado arcabouço jurídico, entretanto convivemos ainda com alguns dispositivos bastante defasados como os do Código Penal. Dos 50 Projetos de Lei em trâmite no

Congresso Nacional para alteração do Código Penal, 14 se referem à exploração sexual. E alguns de autoria de V.Exª, né? Tal cenário tem fragilizado a atuação do Poder Judiciário, muitas vezes impedindo a efetiva responsabilização pelos crimes. Entre os numerosos exemplos que podem ser citados, está o de abuso sexual. Ao contrário dos casos de exploração, nos quais não há qualquer impedimento para atuação do Ministério Público, o abuso é alvo de limitada ação da lei. Porque se considera que os delitos contra a liberdade sexual devem ser objeto de ações penais privadas. Ou seja, só podem ser levadas a efeito se a vítima ou um de seus responsáveis legais fizer a comunicação do crime, contratar um Advogado e arcar com os custos do processo. Só quando as vítimas não têm condições financeiras de processar o agressor é que o Estado pode então tomar providências na ação pública condicionada. Diante dessas dificuldades, alguns juízes brasileiros têm utilizado de dispositivos do ECA para reverter a impunidade. Considerando que tais situações de violências sexuais rompem com esses princípios, magistrados têm podido agir ainda que de maneira limitada. Os dispositivos do ECA. Então agora gostaria de partir para a parte final e peço realmente vênia a V.Exª de fazer uma sugestão. Quero deixar claro que é uma visão do aplicador da lei, V.Exªs estão aqui num trabalho de construção, são os mentores, os construtores da lei, os instrumentos de punição, e nós magistrados estamos na ponta, utilizamos essas ferramentas. E aqueles que trabalham com ferramentas gostam de boas ferramentas. Querem ter as melhores ferramentas para efetividade da aplicação da lei.

Então, considerando tudo isso que foi exposto, dificuldade de aplicação do dispositivo legal, em razão da limitação verbal do... Limitação do verbo núcleo do tipo, então com a devida vênia aos ilustres Senadores, na qualidade de aplicador da lei surgiu a seguinte modificação no disposto art. 244-A. Adotando aqui a sugestão, inclusive do desembargador Alberto Silva Franco que sugeriu a inclusão desse dispositivo no art. 233, que realmente guarda uma maior relação o art. 244-A não guarda qualquer relação com o 244. Então, além disso, além dessas alterações, gostaria de sugerir a colocação deste crime no rol, e aí o projeto pode contemplar isso, no rol dos crimes hediondos, com a modificação do art. 1º da Lei 8072. Então na nossa sugestão esse art. 244-A passaria a ser o art. 233. E teria a seguinte redação. Para que não houvesse qualquer margem de dúvidas. "Submeter, induzir, atrair, facilitar, agenciar, favorecer, propiciar, incentivar, promover, aliciar ou se utilizar de qualquer modo de execução para levar criança ou adolescente como tais definidos no caput do art. 2º desta lei, que é o ECA, à exploração sexual ou à prostituição; impedir que a abandone ou tirar proveito participando diretamente seus lucros ou fazendo sustentar no todo ou em parte por quem exerça. Pena: Reclusão de cinco a 15 anos e multa." E aqui eu sugiro essa pena até por uma comparação a pena que é aplicada ao tráfico de drogas. Porque considero que esse crime é tão hediondo, tão nefasto quanto o tráfico de drogas. E não haveria nenhuma justificativa para ter um tratamento diferenciado. E § 1º passaria a ter a seguinte redação: "Incide nas mesmas penas quem utiliza diretamente do corpo da criança ou adolescente como produto de consumo para práticas sexuais numa relação mercantilizada como aquele que embora não mantendo contato sexual direto com a criança ou adolescente, aufere vantagem de qualquer natureza em razão do contato destes com terceiro. E aí o § 1º atual passaria a ser o § 2º, incorre nas mesmas penas o proprietário, Gerente ou responsável pelo local em que se verifica as condutas destinadas à práticas referidas no caput desse art. e o § segundo passaria a ser o § 3º, constitui efeito a obrigatória condenação a cassação da licença de localização, e funcionamento do estabelecimento. Por isso tudo, Srs. Senadores, submeto, no bom sentido aqui agora, a sugestão à superior apreciação de V.Exªs e dessa Casa e do Congresso Nacional como um todo, reiterando os agradecimentos por essa oportunidade. Tenha certeza que foi motivo para a minha família, sou, como disse a V.Exªs, de Patrocínio, Minas Gerais, filho de um sapateiro que se tornou oficial de justiça e de uma dona de casa que colocaram como princípios éticos e morais a retidão de conduta para seus filhos. E por esta razão abracei a carreira à magistratura e tenho feito dela um sacerdócio e pretendo continuar assim e contando com o apoio do Congresso Nacional e do Senado Federal para acabarmos com essa nefasta prática que está acabando com a vida de grande parte de nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dr. Rinaldo nós aqui agradecemos--

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Senador, Presidente, só gostaria de pedir a V.Exª a licença, eu fiz isso em forma de ofício, e gostaria de passar às mãos do Senador Demóstenes Torres essa sugestão, que seja levada à consideração e merecer a consideração que tiver que merecer de V.Exªs. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Nós é que agradecemos. Saiba que vossa exposição foi de fundamental importância. E consulto o Senador Demóstenes se quer fa-

zer alguma consideração antes de passar a palavra ao Dr. Boclin.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Acho que podemos fazer a consideração ao final, mas já gostaria de deixar esse documento de posse da CPI para que nós todos pudéssemos analisar e estudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Perfeitamente. O documento vai fazer parte do acervo da documentação dessa CPI. Passo a palavra ao Dr. Bernardo Boclin Borges, muito digno Promotor de Justiça da mesma Comarca, de Niquelândia. Fique V.Exª à vontade.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Bom dia. Queria cumprimentar a Mesa, os Senadores, relator e o Presidente, dizer pra mim que é um prazer poder participar. Tenho uma característica diferente, vamos participar de uma forma mais... colaborando para o debate. Niquelândia teve... Nós temos um exemplo em Niquelândia, e aí já quero aqui parabenizar a postura do Dr. Rinaldo que é o Juiz de Direito de Niquelândia e dizer que a Comissão foi muito feliz em convidá-lo a participar aqui da CPI, porque é um magistrado corajoso, é um magistrado que tem demonstrado interesse social, nós vimos pela forma com que decidiu em Niquelândia, preocupado com as questões sociais de Niquelândia e querendo dar interpretação da lei, aquela interpretação que o Congresso quis dar nas duas Casas, Câmara e Senado, para proteger de fato nossas crianças e nossos adolescentes. Então magistrado corajoso e a CPI foi muito feliz ao convidá-lo para vir aqui. Eu quero cumprimentar aqui e destacar a presença dos Vereadores de Niquelândia, a Tia Abadia e o Vereador Dulcídio, isso demonstra interesse, nós temos uma Comissão lá, nós quando digo é a Câmara Municipal de Niquelândia tem uma Comissão hoje de investigação para apurar dentre outros fatos esse que envolve o Prefeito na questão da pedofilia. Eles estão com a Comissão que pode ou não cassá-lo, e uma das denúncias que foram feitas diz respeito a essa questão do envolvimento dele com a prostituição juvenil. Nós temos também lá no fundo a comunidade de Niquelândia, algumas pessoas que têm representatividade em Niquelândia que compareceram também que vieram prestigiar e até para poder presenciar esse trabalho do Congresso que é muito importante. Eu sou muito mais... Eu gosto muito mais do debate, dessa característica aqui, dessa característica do debate, da conversa, e chamar atenção. Quando o Congresso encerra a sua atividade, começa a nossa. O Congresso ele encerrou a atividade na edição de uma lei, começa o meu trabalho, começa o trabalho de Dr. Rinaldo, começa o trabalho dos advogados.

Então nós temos que partir desse pressuposto ou desse ponto inicial para que os senhores possam... Porque o Congresso é a Casa do debate, é a Casa da discussão. Daqui que os senhores vão tirar ou fazer aquilo que realmente serve ou aquele instrumento que vai poder facilitar a decisão. Nem todos os juízes, nem todos os promotores têm a coragem do Dr. Rinaldo. Essa que é a nossa realidade. Então nós temos que trabalhar dessa forma, para impossibilitar ou para dificultar entendimentos que favorecem determinadas pessoas. E nós temos que trabalhar também num contexto social, porque nós não podemos dissociar o problema da prostituição infanto-juvenil da questão sociocultural. Por isso essa questão do debate, aí os senhores vão tratar isso de uma forma muito mais abrangente, e eu peço que isso seja feito, porque essa questão da prostituição infanto-juvenil, ela nada mais é do que o reflexo de uma cultura que nós temos. Ou de uma situação sociocultural que nós temos no Brasil. Ela passa por um processo muito maior. Isso é uma das conseqüências de uma estrutura que nós temos no Brasil e essa estrutura os senhores precisam discutir até por que a lei precisa ser feita para ter efetividade. Se não tiver não resolve. Não adianta o Congresso se mobilizar, não adianta o Senado se mobilizar para criar um instrumento que no final não vamos ter como aplicá-lo ou que não vai ter efetividade. Não resolve. Há um desgaste, há até uma questão de tirar a credibilidade do Congresso quando você edita uma norma que não é cumprida. Então, peço que façam uma análise social do problema. Sempre que faço isso... Claro que vamos fazer essa análise social, mas voltada ao foco da questão para que possamos ter efetividade. Nós temos hoje no Brasil uma questão cultural com relação à prostituição que ela é muito forte. Eu vou dar um exemplo aqui que não significa que estou elogiando os Estados Unidos, e nem que estou criticando o Brasil. Mas o Governador de Nova York, por exemplo, descobriu-se que estava envolvido em prostituição, ele foi na frente da televisão e renunciou.

Em Niquelândia, Prefeito, Vereador, Secretários Municipais, motorista do Prefeito se envolveram com prostituição de adolescentes, meninas de 14, 13 anos, e foram na imprensa dizer que aquelas meninas foram a Niquelândia denegrir a imagem dos homens de bem de Niquelândia. Quer dizer, olha a diferença da postura. Ou seja, enquanto nos Estados Unidos sem querer elogiá-los, enquanto nos Estados Unidos um Governador que descobriu-se que estava se envolvendo com prostitutas maiores, vai na frente das Câmaras e renúncia. Em Niquelândia o Prefeito se envolve com prostitutas menores, adolescentes, meninas em formação, e a imprensa diz assim: “Ora, essas meninas

saíram de Itapuranga, que é uma cidadezinha, para vir denegrir a imagem dos homens de bem de Niquelândia." É brincadeira isso. Mas foi o que foi feito.

Então nós temos esse contexto social que precisa ser analisado. Isso é um absurdo do ponto de vista de pessoas que estão interessadas em combater o problema. Nós vivemos no país também sem fazer crítica, mas nós vivemos no país da telenovela. O carro chefe da programação brasileira é a telenovela. As pessoas mais importantes do Brasil são os atores e as atrizes de telenovela. Não são as pessoas mais importantes, com mais evidência? E hoje nós temos uma questão social do incentivo à questão sexual desses programas. A prostituta aparece na televisão, aí não estou fazendo uma crítica, mas essa é a realidade, como a principal agente da telenovela tal que é a mais famosa. No outro dia todas as nossas crianças e adolescentes estão repetindo aquele comportamento. Isso é uma questão complicada. Porque como é que nós vamos, nós cidadãos, o pai de família, como é que nós vamos concorrer por exemplo com o Gianecchini? Fica difícil. Então a criança está assistindo aquele comportamento, aquele é o ídolo dela, e nós que somos pais de família temos que concorrer com essas pessoas. Isso é extremamente difícil.

Então nós temos toda uma estrutura que incentiva a sexualidade precoce. Problema: A cada dia que passa nós temos mais adolescentes engravidando. Aí não é só o problema da prostituição. Quantas e quantas adolescentes nós temos aí com 12, 13 anos se engravidando ainda que não tenha uma relação de prostituição? Isso é muito sério. Isso é muito grave. Então, nós temos todo um ambiente propício. Não é a toa que nós tivemos essa crise agora com a Espanha. 80% das prostitutas da Espanha, de brasileiras. Então, essa questão cultural, essa questão sociocultural, ela reflete em todos. Reflete dentro do Congresso, no Senador, reflete no Deputado, no promotor, no Juiz... Nós somos brasileiros. Se nós pegarmos duas crianças gêmeas, univitelinas, idênticas, deixarmos uma no Brasil criada por uma família brasileira e mandarmos a outra para o Oriente Médio, a brasileira vai ser brasileira e a de lá vai ter aquelas mesmas questões. Porque a questão cultural ela é extremamente forte. Nós não percebemos isso.

Então, eu queria que o Senado... Que houvesse essa discussão por quê? Nós temos que resolver o problema e existe uma questão sociocultural muito forte em torno disso aí. E nós precisamos resolver essa questão sociocultural. O maior exemplo disso é essa questão do que aconteceu em Niquelândia. E aí nesse ponto eu achei interessante o convite. Porque Niquelândia ela vai servir de exemplo a tudo. Porque na realidade o que aconteceu em Niquelândia vai servir de exemplo a tudo isso que estamos aqui debatendo aqui e discutindo. Por quê? Nós temos a questão das adolescentes que estavam se prostituindo. Nós temos a questão... Cumprimentar o Senador Magno Malta.

Então, como eu ia dizendo, Niquelândia acabou servindo, vai servir aqui no debate, Senador Demóstenes, Senador Magno Malta, porque Niquelândia está sendo um laboratório para tudo isso que os senhores vão discutir. Na medida em que nós tivemos em Niquelândia essa questão que trata da parte social da questão, normalmente essas adolescentes são crianças de baixa renda, de famílias que têm um problema social, normalmente, elas têm... Elas vivem, elas estão inseridas nesse contexto que é o contexto social. Porque o brasileiro ele não tem essa aversão pela prostituição como nós temos por outras pessoas. Nós não podemos negar isso aí. A forma com que o brasileiro encara a prostituição é forma diferente de que outros países encaram a prostituição. Os senhores vão ter que trabalhar isso aí. Então a prostituição não incomoda tanto no Brasil quanto em outros locais. Por isso que eu falei, não é a toa que 80% das prostitutas na Espanha, hoje, é formada por brasileiras. Então o brasileiro não tem essa questão. Isso aí passa para as adolescentes, na medida em que há um incentivo muito grande, inclusive esse bombardeio da mídia para essa... Para que ela se desperte para essa questão sexual muito cedo, então Niquelândia vai envolver todas essas questões. Adolescentes que saíram de uma cidade vizinha, cidade também do interior de Goiás, de Niquelândia, adolescentes que têm problema de família, normalmente é isso, uma família desestruturada, e aí nós temos aquele problema de adolescentes com 12, 13, 14, 15 anos engravidando e que normalmente essas adolescentes quando não têm elas começam a constituir uma família desestruturada, e aí estamos realimentando o sistema. Por isso essa preocupação. Então nós tivemos essas adolescentes que saíram dessa cidade e foram para Niquelândia que hoje é uma cidade que está... Por causa da questão do níquel, uma cidade que tem uma característica peculiar porque ela está em ascensão, em crescimento. O níquel aumentou muito o valor e as indústrias... Lá não temos o garimpo de garimpeiro, lá são grandes empresas, mas estamos tendo lá um incremento nessa questão. Então saíram de Itapuranga, foram para Niquelândia e lá começaram a fazer a prática da prostituição. Venderam o corpo. Segundo o que... Elas teriam ficado na Casa de uma tia e a tia teria incentivado essas adolescentes a começar ou iniciarem na prostituição. O fato é que elas ficaram lá por três oportunidades, na época do carnaval e depois em outras duas oportuni-

dades, e começaram a se envolver com essa questão da prostituição. Agora, o fato que mais chama atenção e que aí é interessante para a questão aqui, e que diz respeito às pessoas que se envolveram, e aí entra a parte, toda essa parte que nós temos que trabalhar. Por quê? Porque nós tivemos, Prefeito envolvido, Vereador envolvido, três secretários municipais e um motorista do Prefeito. Qual a gravidade da questão? Primeiro: são todos adultos maduros. Não são aqueles adultos com 18, 19 anos que estão naquela... Na flor e que tem aquela irresponsabilidade da questão do namoro... Nada disso. São adultos maduros, são pessoas que têm uma responsabilidade. E aí vem a gravidade da coisa. Essas pessoas, na condição que elas estavam, elas jamais poderiam ter se envolvido com qualquer tipo de prostituição. Muito menos a prostituição de crianças e adolescentes. Jamais. Eles estavam numa posição de protetores daquelas crianças. Seria tão absurdo como se o promotor e o Juiz tivessem também envolvidos na mesma forma. Pessoas que deveriam estar protegendo aquelas crianças. Não estou falando de um jovem adulto, estou falando de um Prefeito de quarenta e tantos anos. Pessoa que tinha responsabilidade social de estar protegendo aquela menor. Jamais pagando para fazer sexo com ela. Eu estou falando de secretários municipais que deviam estar protegendo aquelas crianças, resolvendo aquela questão, jamais pagando para fazer sexo com uma criança. Ou um adolescente. Esse que é o absurdo da coisa, isso que vamos ter que trabalhar. Fora isso, ainda vem essa questão. Ou seja, aí eu tive que ir na rádio, aí o repórter perguntou pra mim: "Doutor, o senhor não acha um absurdo essas crianças saírem de Itapuranga para denegrir a imagem dos nossos homens de bem de Niquelândia?" Ainda fui obrigado a ouvir uma pergunta dessas. "Homens de bem, estão aonde esses homens de bem? Porque homem de bem não se envolve...

[troca de presidência]

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Ah, de bens... [Risos]. Eu disse: "Homem de bem não se envolve com prostituição. Homem de bem... Muito menos a prostituição envolvendo adolescentes e crianças." Porque se eles são de bem, eu não sou. Porque nós não podemos ficar no mesmo negócio. Temos que mudar o conceito de homem de bem. Eles deviam estar protegendo essas crianças e adolescentes. Então esse que é o maior problema. E o Dr. Rinaldo foi feliz na decisão e colocou essa questão, e acho que a CPI nessa questão vai ter um papel relevante que é o que o Senador falou, de mostrar quem são essas pessoas. Estamos tratando de um problema gravíssimo. Nós estamos tratando de um problema gravíssimo. É aquilo que eu estou falando. Estamos criando a permitir que essas coisas aconteçam, que nós vamos recriar um problema, que é o problema de permitir que essas adolescentes, criança de 10 anos, 9 anos, ser submetida à prostituição, como é que vamos ficar psicologicamente com essa criança? Que futuro vai ter essa menina? As de Niquelândia tinham 13, 14 anos, adolescentes. Mas elas estão em formação, elas estão construindo a personalidade delas. Isso é o maior absurdo, pegar um adulto maduro, uma pessoa numa posição social de proteção e permitir que essa pessoa utilize desse corpo. Isso é uma estupidez.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Doutor, 13 anos?

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Uma de 13 e uma de 14. Duas meninas que saíram de Itapuranga, uma cidade próxima a Niquelândia também, no interior de Goiás e que foram para Niquelândia e lá se prostituíram.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, o senhor me permite, eu acho que a CPI tem a oportunidade agora de rever algumas coisas. Eu saúdo a sugestão trazida pelo Dr. Rinaldo, mas o meu sentimento é de que a gente deveria ir mais além, Dr. Rinaldo. Veja, por maior esforço que se faça no processo Legislativo, V.Exª citou aqui o art. 244 que foi uma iniciativa parlamentar fruto da demanda social. Mas mesmo assim insatisfatório do ponto de vista da sua aplicação. Não é isso? Ele abriu algumas--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Para algumas pessoas. É verdade. Mas de qualquer forma ele deixou janelas abertas para a fuga e para a impossibilidade de se conter a repetição inclusive do crime. Eu lembro que pouco tempo atrás, salvo engano, e creio que não estou enganado, um membro da Corte Suprema de nosso país. Examinando um caso, envolvendo uma garota de 14 anos, sentenciou praticamente no sentido de livrar a cara, vamos usar uma expressão mais corriqueira, livrar a cara do cidadão que havia se envolvido com essa criança por considerar que hoje uma criança de 14 anos não é a mesma de 30, 40 anos atrás. Meu amigo, eu creio que é aquilo que eu disse quando comecei a falar. Essa CPI tem a oportunidade de rever algumas questões. Essa questão de envolvimento de crianças e adolescentes do nosso país tem que ser algo tão severo, tipo assim: tomar veneno de rato morre. A criança de 13, 14 anos, pode estar se oferecendo, mas se valer dessa oferta e manter uma relação seja que relação for com essa criança, equivale a tomar veneno de rato. Tem que ser alguma coisa assim. Porque senão nós vamos deixar sempre a porta aberta, a janela aberta para consi-

derações, o Advogado muito hábil consegue livrar a cara do seu cliente... Tem que ser algo severo dessa forma, Senador Demóstenes. Tipo, tomar veneno de rato morre. Entende? A criança está ali se oferecendo, agora, desculpe a expressão, promotor, mas um bandido como esse Prefeito, se envolver com a criança mesmo se oferecendo ali com 13, 14 anos de idade, ele tinha que estar submetido, aí sim, submetido a uma sentença tipo essa. Comeu veneno de rato, morreu. Do contrário nós não vamos avançar muito.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E a expressão utilizada pelo magistrado foi muito boa. Usuário. Então é o usuário, é aquele que leva à prostituição. Envolvido diretamente. Agora, o pior de tudo, o que vai dizer o Promotor de Justiça, como o Prefeito tem foro privilegiado, tem que ser julgado no Tribunal de Justiça, quem aprecia o caso do Prefeito é um Procurador de Justiça. Não é o promotor. Então ficou para o promotor oferecer denúncias contra os secretários municipais e o Vereador na outra ação. E para o membro do Ministério Público em segundo grau, oferecer a denúncia, apreciar o caso no segundo grau. O que aconteceu? O promotor ofereceu a denúncia, o Juiz já condenou os secretários, está julgando o outro caso, não pode falar a respeito do outro caso, e o segundo grau acompanhando todas essas jurisprudências que foram lidas, pediram o arquivamento do processo do Prefeito. Então o que acontece no inquérito? Ou internamente? E até o promotor vai tentar um recurso administrativo dentro do Ministério Público. O que acontece? Para a população dá aquela impressão. "Tá vendo, pegaram os menores de novo." Os secretários condenados, o Prefeito pimpão. Não é verdade? Então essas coisas que nós temos que mudar. A sugestão que traz o magistrado e o Promotor de Justiça é aquela mesma que nós estamos trabalhando em relação à difusão vermelha, aos crimes da internet... Como é que pode o sujeito que contata para receber uma prostituta menor? Criança ou adolescente. Adolescente. E quem foi o contato pode ser condenado porque submete. E quem tem a relação sexual não pode ser condenado. Interpretação dos nossos tribunais. Quer dizer, divide, oscila, balança. Uma hora um é punido, outro não é. A conduta, como disse o Promotor de Justiça, o Dr. Boclin, tem algo pior do que uma autoridade, um homem que tem obrigação... Porque ele tem obrigação de constituir inclusive alguns conselhos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso é abuso de autoridade, inclusive.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É um desastre.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quem faz o roubo é preso. Quem compra o roubo, está tudo certo. Quem vende a cocaína, cadeia. Quem cheira, nada. É por isso que eu estou formalizando a convocação para essa CPI do Sr. Ramon Rosa Batista para depor nessa CPI. Ronan Rosa Batista, Neira Matos Ribeiro Araújo, Rosilei Olegário Dias, Anderson da Silva Rocha, José Geraldo Pedrone e Glaucio Almeida Soares. Espero que não seja o Glaucio meu assessor.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Quem são?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Prefeito, um Vereador e os Secretários dele, municipais.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu formalizei a convocação para que eles venham depor nessa CPI.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Faço questão de estar aqui nessa audiência.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com certeza.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E vamos pelo menos trazer se o Dr. Boclin aceitar o nosso convite que venha também participar.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Sem dúvida. Promotor não é de ficar correndo de debate, não. Então, dando continuidade a essa questão e voltando a dizer que essa questão de Niquelândia ela foi importante, foi importante a idéia de ter trazido para nós discutirmos por que é o exemplo do que nós vamos enfrentar, do que os senhores enfrentam nessa questão que é essa questão cultural da pessoa. Um assunto, um aspecto interessante, nós não podemos deixar de fazer, que o Senador destacou bem. Ainda que a criança se oferecesse, ainda que a adolescente se oferecesse, essas pessoas jamais poderiam aceitar. Em qualquer hipótese. Porque as pessoas não podem. Eu não posso simplesmente fazer uma análise dessa criança ou uma pessoa que eu não conhecia, eu não sei que estrutura ela vê. Eu não sei porque é que ela está vendendo o corpo, não sei a dificuldade que ela teve, não sei... Então é muito simples para mim, criar na minha consciência, uma forma de justificar uma atitude esdrúxula dessa, um crime que é hediondo na essência, para justificar na minha mente, falar assim: "não, mas ela se ofereceu." Ora, isso é muito simples. Não estou preocupado em saber se a família dela está passando fome, eu não estou preocupado em saber se ela teve uma estrutura familiar ou não. Eu não estou preocupado com nada da vida dela. Eu encontro essa criança com 8, 9, 10 anos na minha frente, ou uma adolescente a partir dos 12, ela se oferece, eu

me utilizo do corpo dela, aniquilo com a vida dela, arrebento com a estrutura psicológica dela e simplesmente dizer assim: "mas ela se ofereceu." Ora, isso é muito fácil, isso é muito pequeno. Isso não pode ser feito principalmente por autoridade. Isso é um absurdo. Isso é um verdadeiro absurdo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Absurdo para qualquer um. Vou reprisar porque acho importante a gente fixar essa idéia, Senador Demóstenes. Nós temos que elaborar, legislar no sentido de fixar a idéia de que para nós nacionais e para os estrangeiros, de que se envolver de qualquer forma com uma criança ou adolescente no nosso país é necessário que a gente deixe claro, Sr. Juiz, que mexer com essa criança e esse adolescente equivale a tomar veneno de rato. Em qualquer circunstância. Aí a pessoa vai pensar. Entende? Vai pensar. Se ela não tiver janela, não tiver porta e souber que aquilo ali é... Como se diz, é um caminho sem volta, porque o caminho hoje tem muita volta, tem muita curva, muita volta. Então há permissividade. Nós temos que tirar a permissividade desse âmbito. Então olha, aquela criança, aquele adolescente, no sentido que eu estou tentando colocar, é veneno de rato. Aquilo ali é veneno de rato. Se eu provar, se eu mexesse, de alguma forma entrar em contato com aquilo ali, é veneno de rato. Tem que ficar claro isso aí. Do contrário vamos, daqui há 5, 10 anos ouvir V.Exªs de novo, reclamando que a Legislação não é suficiente porque as interpretações e a aplicação na prática viu-se que abrem caminhos, abrem portas, abrem curvas, outras estradas, aí não tem condições.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Só pedir um aparte a V.Exª. O que o Senador Magno Malta acabou de se referir aqui, Senador, o senhor não estava presente mas no documento que eu encaminhei a essa Comissão faço referência direta a isso. O cliente da criança e adolescente, o cliente, aí exemplo do que ocorre no tráfico de drogas, como V.Exª acabou de dizer, deve ser incriminado. Porque no caso do tráfico de drogas, o usuário da droga é quem fomenta o tráfico. Isso ficou bem demonstrado no filmo tropa de elite que foi premiado internacionalmente.

Eu concordo com V.Exª, acho que V.Exª tem sendo muito feliz nessa expressão. Tem que haver uma certeza da punição. Porque só resolvemos problemas em qualquer lugar do mundo com a certeza da punição. Nós conseguimos em Niquelândia, nesses 3 anos que estamos atuando lá, certos avanços porque tomamos medidas que levaram a população a entender que se fizessem condutas ilícitas seriam punidas. E conseguimos reduzir em mais de 50% a criminalidade. Alguns chamam o juízo de louco, mas têm certeza que vão ser punidos se agirem contra a lei. E V.Exª foi muito feliz nessa expressão. Se as pessoas desse país entenderem que tocar uma criança significa tomar veneno de rato, certamente daremos um passo decisivo no combate a esse crime nefasto.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Senador, V.Exª tocou muito no ponto. Olha o que aconteceu ou o que aconteceria se nós tivéssemos os nossos tribunais, os nossos juízes adotando essa posição de que o verbo submeter não incluiria o principal agente que é a pessoa que paga para fazer sexo com a criança e adolescente. Ele é o principal agente. Se tem alguém, a conduta mais nefasta é de quem paga para fazer sexo com a criança. Mas olha o absurdo que nós chegaríamos, vamos pegar de novo o caso de Niquelândia, por isso que eu digo, é muito interessante a título de exemplo. Porque nós tivemos 24 pessoas envolvidas. Foram 24 pessoas. 23 foram denunciadas e eu não denunciei a 24ª porque é o Prefeito e tem foro privilegiado. Mas o envolvimento com 24 pessoas. Nós temos Vereador, secretários, fazendeiro, empresário, Prefeito, a filha do Prefeito, e foi por aí. Então deu um total de 24 pessoas. Olha que interessante. Tem a tia que incentivou, tem o dono do motel--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante, por favor. A filha do Prefeito agenciava também?

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Não. Ela mantinha relação com uma das meninas, ela teve contato com uma das meninas. Ela foi denunciada por corrupção de menores e o processo está suspenso.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): A filha do mesmo Prefeito?

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: É. Do mesmo Prefeito. Ela tinha um namoro com uma das meninas lá. Então, olha que situação esdrúxula se nós formos entender... Porque eu não posso acreditar que toda essa pressão internacional de que o Brasil era o paraíso da prostituição, do turismo sexual, aquilo ali que o Congresso ia se mobilizar as duas Casas, Câmara e Senado, ia se mobilizar para nada. Porque isso é absurdo. Eu não acredito que o Congresso ia se mobilizar para não criar nada. Por isso que eu digo que a questão de Niquelândia é interessante do ponto de vista de exemplo. Então 24 pessoas envolvidas. 23 foram denunciadas. A filha, ela teve o processo suspenso por que ela não teve uma relação mercantilizada, de prostituição, ela sequer sabia, ela teve um namoro com essa menina e o processo dela pôde ser suspenso. Os demais tiveram a seguinte relação. O dono do motel que não tinha qualquer controle. Isso é regra no Brasil. Não fazem qualquer controle. Qualquer pessoa pode levar uma criança de 8, 10, 15 anos que

não passa por qualquer controle em todo e qualquer motel do Brasil.

E um exemplo que quero dar. Durante o horário de aula em Niquelândia os hotéis estão sempre lotados, porque as crianças deixam de ir para escola para ir para o motel. Isso é uma preocupação que temos que ter. Então não temos. Temos donos de motel, crianças que praticaram sexo com a criança, a pessoa que emprestou a casa para o Prefeito, temos um outro que é um radialista lá que também assessor de imprensa do Prefeito que emprestou a casa para o Prefeito e temos a tia. Agora olha que situação esdrúxula nós vamos criar. O sujeito que emprestou, se permanecer isso aí, porque isso aí é específico no § 1º. A permanecer. Aquele que o dono do local que permite a utilização ele vai ser punido. Mas olha a situação esdrúxula que nós criamos se, por ventura, prevalecesse esse entendimento que alguns tribunais têm adotado. Olha a situação. O sujeito que emprestou a casa para o Prefeito vai pegar uma pena de quatro a dez e o Prefeito vai ser absolvido. Eu empresto a casa e sou punido. E o sujeito que faz sexo com a criança dentro da minha casa não é punido. A tia que incentivou é punida, todos são punidos, e as pessoas que pagaram que são os principais agentes não são. Isso é a coisa mais esdrúxula que eu já vi na minha vida. Ou seja, acabei de sair do hotel, na portaria do meu hotel estava lá, estava escrito assim. Praticar sexo com criança ou permitir que ele utilize do ambiente é crime. E não é, se for permanecer essa visão.

Então vamos mandar lá. Aí temos que fazer a seguinte propaganda. "Turistas, venham ao Brasil, façam sexo com as nossas crianças e com as nossas adolescentes e a criança e o adolescente vai dizer assim: Estou fazendo sexo por conta própria que virou a ilha da fantasia. Ninguém vai ser punido a prevalecer esse negócio." Isso que acontece no Brasil hoje. A prevalecer esse entendimento o Brasil vai acontecer isso. Vamos punir o dono do motel, um deles parece que já foi condenado, vamos punir a pessoa que empresta a casa, e não vamos punir o principal agente.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O cara que emprestou a arma vai ser punido, o que fez o assalto...

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Exatamente, quem empresta a arma é punido, e quem mata não é. Isso aí que aconteceu no Brasil. A prevalecer esse entendimento. Por isso que eu digo, a questão da lei ela é muito trabalhosa. Ela passa por debate, ela passa... Até que se consiga produzir uma lei, é muito desgastante a pressão internacional, é uma discussão e tudo. Para chegar no final e isso não dar nada. É um absurdo. É até um desprestígio ao Congresso Nacional.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Doutor, deixa eu dar uma orientação. Por isso que essa CPI antes de começar as oitivas ela se preparou. Nós fizemos o alicerce primeiro. Nós construímos um grupo de um corpo do Ministério Público que conhece a ação. Pessoas do Brasil inteiro, um corpo de pessoas preparadas da Polícia Federal e delegados, peritos, assessor do Senador Demóstenes, conjuntamente com outros membros do Ministério Público Federal e estadual, que têm a ação nas mãos para construir a lei. Não é coisa de cabeça de legislador. É a cabeça de quem conhece a lei e sabe onde ela precisa ser mudada ou acrescentada ou tirado. Daí a razão de acreditarmos no sucesso dessa CPI. Amanhã, quando o... Nove horas, amanhã, vai entregar a quebra dos sigilos amanhã. Dos três mil e duzentos álbuns.

Eu convidei o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que deve estar aqui e o Presidente do Senado. E ambos vão assumir o compromisso público de que tudo que for votado aqui será imediatamente votado ao Plenário. O mesmo compromisso do Presidente da República que sancionará imediatamente. A fala do Papa veio a calhar. A fala do Presidente Lula, uma semana antes de viajar. É intolerável. Fica significativo como marco zero a questão de Niquelândia. Por conta de ser a primeira oitiva. E que trata da questão de autoridades que *a priori* deveria zelar pela lei. Prefeitos que têm obrigação de criar o Conselho tutelar, que a priori tem a obrigação de cuidar da criança. E é interessante que se comece por um Prefeito e por Vereadores que é a base. A base é o Município.

Então, é extremamente significativo para essa CPI o seu depoimento, o depoimento do Juiz. Para nós que estamos encarando essa empreitada, e não vamos encerrar sem dar resposta ao Brasil. Tipificar esse crime é questão de honra para nós. E entregar a tipificação desse crime é questão de honra para nós. Dentro do entendimento que temos de aumento de pena na tipificação e mais acrescentar que o pedófilo, Senador Geraldo, receba definitivamente até a morte, a pulseira eletrônica para ser monitorado até morrer. Pedófilo tem que ser monitorado até a morte. É a nossa compreensão. Então o que nós estamos fazendo é prestando um serviço às crianças. Não temo nada. O sujeito abusou, o Zeca Pagodinho falava o que senhor falou. Há uma música dele que diz que quem toma veneno sabendo, está sabendo que vai para o lado de lá. Então quem vai tomar veneno sabendo, está sabendo que está indo para o lado de lá. Só que não existe o veneno. As coisas correm soltas e é isso que o senhor acabou de falar. O senhor continua.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Essa questão, Senador Magno Malta, de trazer pessoas, eu acho que nós temos... Eu acho que o Congresso tem que começar a tratar os assuntos dessa forma, Senador. Porque nós não podemos ficar dissociado. O legislador do aplicador. Porque isso acaba trazendo um transtorno muito grande pra nós que estamos, tratando, aplicando a lei. É preciso haver. E essa idéia de trazer pessoas da área ou trazer aquelas pessoas que estão diretamente aplicando a lei que saiu aqui, ela é extremamente... Vai ser extremamente construtiva. Vai ser muito importante. E voltando ao assunto aqui, Senador, o senhor tem razão. Nós temos que passar a punir de forma exemplar. Nós não podemos, o Congresso, o Senado, a Câmara, precisa... Precisam criar uma lei para que se tenha efetividade. Porque a pior coisa que nós temos no Brasil é a criação Legislativa que não tem efetividade, que ela não passe para o dia-a-dia da comunidade para que não passa para o dia-a-dia das pessoas. Nós precisamos ter e nós temos exemplos de leis que deram muito certo. E essa lei de combate aos crimes praticados, sexuais, praticados contra a criança e adolescente, é um marco. Precisa ser o início da construção dessa questão que vai depois pegar toda a parte social, que vai envolver essa questão da difusão dessa idéia de sexualidade muito nova, nós temos que ter um controle sobre isso. Controle. Não significa... É preciso...Quem vive em sociedade, quem vive em grupo. O ser humano é um ser que vive em sociedade. O meu direito termina onde começa o seu. Ninguém tem liberdade absoluta para tudo. Nós estamos controlados até pela nossa consciência, pelas leis e pelas regras. É preciso que haja esse controle em todos os negócios. Não é possível haver no Brasil um organismo sem controle. E nós precisamos ter um controle daquilo que é vendido, daquilo que é difundido aos nossos menores, às nossas crianças, aos nossos adolescentes. Nós temos um problema muito sério hoje de incentivo à sexualidade precoce. Isso tem que ser combatido. Nós não podemos permitir. É aquilo que eu falei no começo. Nós não temos como competir com essas pessoas que estão em evidência. Nós não temos como competir. E acho que a CPI partindo de um assunto que incomoda toda a sociedade que é essa questão da criança e adolescente, principalmente submetida a essa condição degradante de ter que suportar um abuso sexual por causa de um dinheiro para se sustentar, isso é muito degradante para criança. Muitas vezes incentivada pela tia. Quer dizer, é uma desestrutura total.

Então se nós partirmos dessa CPI aqui, desse marco para combater de fato como disse V.Exª, Senador, se fosse veneno de rato e a pessoa tivesse a idéia de que ao se envolver com o adolescente ele vai estar submetido a uma pena muito dura, nós já vamos estar começando a romper uma estrutura. Não podemos esquecer que essa estrutura ela é muito maior do que nós estamos discutindo aqui. Ela entra na questão da internet, de grandes empresas que lucram com isso, ela entra na questão dessas casas de prostituição, ou que nós estamos agora tendo, essa estrutura organizada que lucra com esse sistema. Nós vamos ter que combater isso aí.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ela cruza com o crime organizado mesmo, promotor. É como diz aqui. A nossa comissão... Com o objetivo de investigar e apurar a utilização da internet para crime de pedofilia bem como a relação deles com o crime organizado. O senhor foi na ferida agora.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: É exatamente isso. Por isso a flexibilidade desse tema--

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que é a tipificação do crime organizado é quando duas ou mais pessoas se reúnem para cometimento de crime. Três ou mais. Quer dizer, eles podem ser enquadrados. Por crime organizado. Da minha autoria.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Então nós temos hoje uma estrutura muito forte que está ganhando muito dinheiro com essa questão da prostituição. Nós temos essa questão da internet, grupos que se utilizam desse instrumento que tem uma abrangência muito grande e que estão lucrando enormidade com isso. Então, ao tratar desse assunto pedofilia, nós estamos tratando na ponta, ou seja, nós estamos tratando daquela criança, daquele adolescente que tem que passar por essa condição desumana de vender o corpo, o maior bem, nós temos campanhas que foram muito interessantes que fazem aquela relação de um iate sendo vendido por 78 reais, de uma mansão sendo vendida por 100 reais e dá aquela mensagem: "Você venderia seu maior bem por isso?" Ou seja, a criança está vendendo o corpo dela, a condição psicológica dela, está vendendo o que ela tem de mais precioso por 50 a 80 reais um programa. Secretários que faziam programa com as duas juntas, forneciam bebida alcoólica, pessoas que forneceram cocaína para essas adolescentes. Olha o ambiente que isso criou. Olha a situação que essa criança vai sair. Fez sexo com 10, 20, fez sexo ao mesmo tempo com duas, três pessoas num motel. Isso é o que foi criado para essa criança. Como é que nós vamos fazer para recuperar essas crianças? Isso é o que acontece no dia-a-dia. O risco que essa criança e esse adolescente que estão passando, porque não sabem que tipo de pessoas

estão se envolvendo. O número de prostitutas que nós temos assassinadas.

Então toda essa estrutura precisa ser discutida e aí os senhores estão sendo felizes por quê? Porque se nós começarmos a punir exemplarmente as pessoas que estão fazendo isso, nós vamos fazer uma contra onda. Porque é como a pedra que cai no lago. E a onda começa a se dissipar. Aí vai, entra a questão... Nós não temos uma Legislação muito dura, nós temos tribunais que entendem dessa forma com benevolência, e aí vamos criando. Aí facilita a questão da internet, facilita a questão de envolvimento de autoridade, facilita a questão de você montar um local, ou seja, nós temos que criar uma contra onda. Temos que jogar uma pedra contrária para que uma outra onda venha quebrando essas ondas. E essa vai ser a pedra, talvez a pedra vai ser essa questão da punição exemplar a essas atitudes de utilização do corpo.

Então, eu assim como a sugestão do Dr. Rinaldo, eu queria que a CPI, que até essa questão do Senador Magno Malta falou que vai utilizar isso para a modificação da lei para que possa punir, que o Senado preste atenção para impedir que amanhã o aplicador da lei possa de boa-fé, ou de má-fé, se utilizar de válvulas de escape para proteger determinadas pessoas. Isso que eu queria deixar claro aqui. O caso de Niquelândia serve para isso. Temos problemas muito sérios, temos crianças e adolescentes em formação que estão sendo exploradas, e o Congresso, Senado, a Câmara, o Poder Legislativo não pode deixar sem resposta isso. E precisa fornecer para nós que vamos aplicar... Porque eu digo assim, nós temos a maioria de promotores e juízes, pessoas envolvidas socialmente. Podem ter certeza disso aí. E que nós precisamos de instrumentos para conseguir alcançar o fim que os senhores desejam e de fato proteger as nossas crianças. Queria dar os parabéns à CPI pelo tema, espero ter contribuído de alguma forma, a minha intenção era contribuir com V.Exªs, que a gente pudesse ampliar o debate, que pudéssemos discutir a questão e eu fico... Se não conseguir pelo menos essa questão do debate, mas fica aqui o agradecimento pelo convite aqui. Mas a intenção era essa. Muito obrigado.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria dizer que ambos contribuem de várias formas aqui com a CPI. Primeiro, trazendo a discussão assunto tão importante. E segundo, trazendo a nós, que precisamos muito de coragem e perseverança para encarar um assunto desse, vocês trazem a coragem de vocês. Vocês podiam estar lá quietinhos no Município como Niquelândia. Fazendo como muitos fazem. Fazendo de conta que não está vendo.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já está até no CNJ. Porque quem tem poder... Ou seja, vai sendo fustigado até... Vai tentando desmoralizar. Isso faz parte.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Depois que aconteceu isso, Senador, isso foi em abril. De lá pra cá, tudo já foi feito. Porque as pessoas, elas não conseguem, separar a instituição da pessoa. Então, por exemplo, o promotor entra com ação, quem está entrando é o Ministério Público. Mas a pessoa se volta contra a pessoa do promotor. E de lá pra cá nós temos passado por todo tipo de negócio, representação em Corregedoria, montaram um dossiê... Querem envolver... Então, tudo aquilo que para tentar denegrir um pouco a imagem, desestabilizar, já tentaram de tudo lá. A partir disso daí já foi feito tudo isso aí. Por isso que eu falo, quando eu parabenizei o Dr. Rinaldo, porque nós vivemos um problema lá e ele tem sido muito corajoso nisso aí. É mais fácil para a pessoa poder ficar no seu gabinete fazendo o que tem que ser feito, porque Niquelândia tem um volume processual muito grande, do que você enfrentar os problemas. Mas o homem tem que enfrentar os problemas sociais. Nós temos que ter. Porque nós não podemos negar que a função jurisdicional e a função do Ministério Público, é de agente transformador do ambiente. O promotor ele tem que ter essa capacidade, ele tem que ter essa noção de que a sua ação pode modificar um problema social. E eu acho que nós temos que começar a trabalhar isso aí também na forma dentro das instituições. Dentro do Poder Judiciário, dentro do Ministério Público. O Juiz ele tem que ter na consciência dele, de que a decisão dele não fica limitada ao fórum, à questão de Niquelândia, não. Tanto que o Dr. Rinaldo essa sentença dele ela foi muito interessante nesse aspecto que discutiu todo aspecto social o que não é comum. E o promotor também tem que entender esse caráter social. Nós precisamos tirar daqui do Senado, que é a Casa do debate, da Câmara, passar para nós lá. E temos feito lá. Enfrentamos as dificuldades, elas são feitas para isso mesmo, nós estamos, o Dr. Rinaldo atuando com muita coragem e se depender queremos isso aí, enfrentar, resolver o problema e melhorar as coisas.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Peço só um aparte, Senador. Há um ano, tanto eu quanto o Dr. Bernardo, vimos sofrendo uma verdadeira campanha difamatória e perante o meu caso perante o Tribunal, foram argüidos várias suspeições, foram tomadas várias medidas. Mas eu gostaria de lembrar aqui, o Senador Magno Malta foi Relator da CPI do narcotráfico. Presidente, desculpa. Presidente. No ano de 97, 98? Eu me recordo, tenho certeza que V.Exª não vai se recordar

disso porque não me conhecia, estava vindo em um vôo, eu era Advogado na época, estava vindo num vôo do Rio de Janeiro para Brasília, e salvo engano, V.Exª estava escoltado por diversos agentes da Polícia Federal e eu já estava acompanhando o trabalho de V.Exª desde aquela época, e naquela oportunidade aquilo me causou muita admiração pela coragem de V.Exª. Eu fiquei, ainda não tinha contato com magistratura, era ainda Advogado, fiquei imaginando como é que um homem público tem coragem de se submeter, e se sujeitar a situação de tamanho risco. E com o passar do tempo estou na magistratura mais de seis anos, fui magistrado aqui em Valparaíso de Goiás, no entorno de Brasília, e passei a compreender muito bem o que é ser um homem público representante de um poder.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passou a conviver com o risco, né, doutor?

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Exatamente. Eu costumo dizer: "Eu era feliz...Mas acho que hoje sou muito mais feliz do que antes." Tenho acompanhado o trabalho de V.Exªs, o Senador Demóstenes Torres que tem sido contundente, V.Exª também, Senador Geraldo Mesquita, tem sido contundente na crítica, no combate aos criminosos e isso até nos inspira. Eu estou há três anos em Niquelândia, até abril do ano passado eu era chamado por todos, inclusive pelo Prefeito, como a bênção de Deus para Niquelândia. Nós tínhamos implantado a chamada lei seca lá e reduzimos o número de crimes de homicídios mais de 80%, foi matéria até da revista Veja. Então era o melhor Juiz do mundo. A partir desse episódio me tornei o pior sujeito da humanidade. E já sofri inclusive ameaças, mas eu estou muito tranqüilo, eu tenho, como disse, como exemplo, o meu pai, que é um homem que é muito reto, e nada vai me atemorizar. Costumo dizer o seguinte, o magistrado ele não precisa afrontar ninguém. Jamais vou afrontar qualquer pessoa. Agora, também jamais vou me amedrontar perante qualquer situação. No dia em que a ameaça contra minha vida, contra a minha pessoa servir para mudar uma convicção como magistrado, eu abandono a magistratura. Volto à Advocacia e vou vender banana na esquina. Enquanto eu for magistrado, eu vou honrar minha família e meus filhos. Isso doa a quem doer, com choro ou sem choro.

Quero fazer essa observação, inclusive para a imprensa, que no caso de Niquelândia nós sabemos que há contratos feitos entre a Prefeitura com a imprensa, e às vezes a imprensa ela tem uma tendência a ser complacente com determinadas situações. Eu acho que a imprensa tem um papel muito maior. O papel constitucional de dizer a verdade. E esse compromisso é que eu como cidadão espero da imprensa. A imprensa, grande parte da imprensa tem cumprido esse papel constitucional--

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Até porque é preciso que a imprensa raciocine com o coração de pai ou com o coração de mãe. Jornalista tem filho, jornalista tem neto, tem sobrinho... E essa é uma questão que extrapola, sabe doutor? Eu consegui encontrar algo pior do que o narcotráfico. A pedofilia. Mas eu quero lhe dizer uma coisa, e fico orgulhoso da referência a meu nome com relação à minha vida e o trabalho que fiz e enfrentei alguns magistrados no seu Estado. Senador Demóstenes, Secretário de Justiça, nos ajudou--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tive que dar prestação ao Malta. [risos].

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Juízes que tinham um acordo com a segunda turma de São Paulo, e oficiava a segunda turma de São Paulo dizendo que lá no interior, esqueci o nome, tinha um presídio de segurança máxima. Em Goiás nunca teve. Para transferir os narcotraficantes. Eles vinham de São Paulo transferidos, assinavam e já iam embora com a família que estava esperando. E alguns foram afastados. Mas o apóstolo Paulo, que foi o intérprete da mente de Cristo dizia o seguinte: "Em nada tenho por lucro, a minha própria vida. Porque pra mim viver é Cristo. E morrer é lucro." Ele dizia. Há uma coisa que eu dizia às pessoas na CPI do narcotráfico. E eu ouvi essa semana com relação à CPI da pedofilia. Alguém me disse: "Eles vão tentar te acertar." Sempre tentaram. Mas eu sempre tive uma resposta, doutor. Medo eu conheço de ouvir falar. Nunca fui apresentado.

Então, quem tem convicção daquilo que é, para aquilo que foi chamado, onde foi colocado para cumprir sua missão, não se acovarda nunca. Por isso eu lhe parabenizo e essa CPI tem exatamente sete membros. Que todos são da Comissão de Direitos Humanos. E todos têm uma formação de luta da causa das minorias. Senador Romeu Tuma, Paulo Paim, Geraldo Mesquita, Demóstenes Torres, que é mais conhecido de vocês do que nosso, no Goiás, e vocês sabem muito mais sobre ele, a trajetória dele do que nós mesmos. E quando faço essa consideração faço uma pergunta. E a reação da sociedade de Niquelândia a esse fato? A reação do povo, qual foi? Qual é?

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: A reação é de indignação. O Dr. Bernardo já manifestou isso aí. Porque uma pessoa certamente, a continuar como está, uma pessoa que seria o principal agente dessa situação que deveria proteger essas crianças ficará impune. Mas uma pessoa também lá, Senador, gostaria

de fazer um trocadilho com essa pessoa e acho muito interessante, gostaria que entendesse a brincadeira mas tem significado muito expressivo. Essa pessoa ela... Uma pessoa muito brincalhona lá disse seguinte. A CPI da pedofilia vai ser muito rígida por uma razão simples. Porque o Senador Magno Malta, o Senador Demóstenes Torres, como quem quer dizer torra, o Senador Romeu Tuma, como dizer túmulo, e o Senador Geraldo Mesquita, como dizer, só oração.

Então eu acredito, nós temos fé que isso realmente vai ser uma CPI que vai deixar marcas e vai fazer uma diferença muito grande para o Brasil a partir daqui. Então esperamos que o Senador Malta, que o Demóstenes Torres, que o Romeu Tuma e o Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, eu queria primeiro pedir desculpas aqui por ter abusado do tempo, ter falado aqui feito um papagaio. Eu queria só encerrar que eu vou lá para o Plenário agora prestigiar o nosso companheiro Paulo Paim. Mas eu queria reprisar. Para mim, eu digo com toda sinceridade, para mim é uma honra, privilégio ter participado dessa audiência com V.Exªs. Magno Malta é corajoso, eu não sou não. Eu tenho medo. Eu tenho medo porque há coisas que fazem, Senador Demóstenes sabe o que estou dizendo, há coisas que fazem e tentam fazer conosco que fazem com que... Eu tenho medo. Agora, não recuo. E uma coisa bonita que o senhor disse, que eu acho que é o sentimento que move essa Comissão. V.Exª disse que não age por ódio, por rancor. Aqui essa Comissão se move pelo amor que nós temos às crianças e nossos adolescentes. Não é pelo ódio, pelo rancor, nem pela raiva que temos pelos criminosos. Prevalece o amor que nós temos pelas crianças e adolescentes. Acho que esse é meu sentimento e tenho certeza absoluta que é o sentimento dos demais. E eu queria pedir licença ao nosso Presidente, e ao nosso relator, para me ausentar e ir lá para o Plenário a chamado e pedido do nosso outro companheiro, Senador Paim, e agradecer pelo privilégio de ter estado com os senhores aqui.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um instante, Senador, vamos aprovar o Requerimento e queria depois fazer uma última consideração.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Requerimento do Sr. Relator Demóstenes Torres, Presidente Magno Malta. Requeiro seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, Sr. Ronan Rosa Batista, Prefeito Municipal de Niquelândia. Requeiro que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. Neira Matos Ribeiro de Araújo, Vereador do Município de Niquelândia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Convoco, e requeiro que seja convocado a prestar depoimento na CPI, o Sr. Rosilei Olegário Dias, ex-Secretário de agricultura do Município de Niquelândia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Requeiro que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. Anderson da Silva Rocha, motorista da prefeitura do município de Niquelândia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Requeiro que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. José Geraldo Gavazza Pedroni, ex-chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Niquelândia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Requeiro que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. Gláucio Almeida Soares, Secretário de Indústria e Comércio do município de Niquelândia.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Favorável.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Está aprovado. Nós marcaremos...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Submete à votação.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós marcaremos essas oitivas quando entendermos o seu tempo, até porque vamos discutir se... Vamos ter uma conversa prévia com o Conselho tutelar por conta das crianças, e se ao mesmo tempo traremos novamente o Sr. Juiz a convite dessa CPI, a convite do Sr. Promotor para que numa necessidade nós os acareemos aqui, após as oitivas dos convocados por essa CPI. Só dizendo que aquele que é convocado é obrigado a vir. Se não vier, virá debaixo de Vara, conforme diz a lei.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo dessa reunião foi um só. Nós tomamos conhecimento, todos nós da Comissão desse caso que infelizmente aconteceu no meu Estado, Estado de Goiás. E que foi-me relatado pelo Promotor de Justiça, Dr. Boclin, Bernardo Boclin, depois tive oportunidade

de conversar com o Dr. Rinaldo. Onde eles mostravam a dificuldade que tinham em fazer a punição dessas pessoas que incentivavam, mantinham, auxiliavam a prostituição infanto-juvenil. Qual era a dificuldade? A dificuldade é que o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente se utiliza somente do verbo, submeter, criança ou adolescente à prostituição e exploração sexual. E o que acontecia e o que acontece? Esse verbo, submeter, tem sido entendido por uma parte da nossa doutrina e de nossa jurisprudência, como sendo uma relação de dependência, de sujeição entre a prostituta menor, e adolescente, e aquele que a induziu, que a levou a praticar esse ato. Muito bem. Veio... Depois de muitas conversas, o magistrado oferece hoje por escrito, em comum acordo com o Promotor de Justiça, um texto que amplia inclusive para as decisões, utilizando-se das decisões que ele teve oportunidade aqui de ler, amplia para evitar que em algum momento haja possibilidade de ficar impune o agente que tem a relação sexual com a criança ou adolescente já prostituída, ou que eles levaram à prostituição.

Então, o texto que é sugerido, e me parece bom, nós vamos discutir isso com a nossa assessoria, fica além do verbo submeter, submeter, induzir, atrair, facilitar, agenciar, favorecer, propiciar, incentivar, promover, aliciar, ou se utilizar de qualquer modo de execução para levar criança ou adolescente como tais definidos no caput do art. 2º dessa lei, à exploração sexual ou à prostituição, impedir que abandone ou tirar proveito participando diretamente dos seus lucros, ou fazendo-se sustentar no todo ou em parte por quem exerça. A sugestão a reclusão de 5 a 15 anos, vou ampliar um pouco para 10 a 20 anos, me parece uma pena mais adequada para esse tipo de crime. Porque o usuário do tráfico muitas vezes é maior, ele sabe muito bem o que está fazendo. O traficante também tem plena consciência, e uma criança de 12, 13, 14 anos, é alguém que precisa ser educada e precisa ser defendida, e não aliciada. Então, o mal que o agente causa, me parece até maior do que o do próprio tráfico. Daí porque também passo a incidir nas mesmas penas quem utiliza diretamente do corpo da criança ou do adolescente, como produto de consumo, fica claro essa relação de uso, para as práticas sexuais numa relação mercantilizada, como aquele que, embora não mantendo contato sexual direto com a criança, ou com o adolescente, aufere vantagem de qualquer natureza em razão do contato deste com o terceiro. E ainda vamos incluir aqui a questão da habitualidade como V.Exª sugeriu na sua fala. E algumas outras coisas. Nós queremos agradecer pela presença dos dois, eu especialmente fiquei muito feliz, porque acho que essa CPI ela tem um foco principal. Qual é o foco principal? A lei penal ela não retroage para apanhar situações que já aconteceram naturalmente. Mas, daqui para frente, nós teremos a oportunidade de dar essas ferramentas que o Dr. Bernardo Boclin reclama, com toda razão, para que o Promotor de Justiça e o Juiz de Direito tenham a oportunidade de promoverem a aplicação da lei penal, no caso concreto, fazendo com que haja a punição. Agora os senhores vejam bem. Numa mesma situação, com a divisão jurisprudencial que hoje acontece, o magistrado condena os secretários de Estado, os seus secretários municipais, que já... Processo que ele já julgou definitivamente, até a sete anos e meio de reclusão. Enquanto que um Procurador, também calçado pelas decisões, toma outra decisão e pede o arquivamento.

Então, esse dissídio no caso tem que cessar a bem da punição desses delinqüentes, que em vez de protegerem as crianças e adolescentes, acabam conspurcando a sua imagem e fazendo mesmo que elas desçam um pouco mais nesse fosso da imoralidade da própria servidão humana, digamos assim. Então, agradeço penhoradamente, da minha parte, Sr. Presidente, a esses ilustres operadores do direito, um magistrado, Dr. Rinaldo Barra, Promotor de Justiça, Dr. Boclin, que enfrentando todas as dificuldades, e vão enfrentar muitas outras, não tem... O caminho é longo. Eu me lembro bem que um antigo professor de Direito Penal meu dizia o seguinte. Quem está ali na pocilga se chafurdando, quando a primeira questão que ele se lembra é de tentar enlamear quem está próximo por que ela fala: "olha, não sou só eu não. Estamos todo mundo no mesmo poço. Esse promotor deve alguma coisa. Esse magistrado tem alguma coisa por trás." Mas a Justiça brasileira hoje já é muito madura. Já sabe muito bem diferenciar o que é protelatório, o que é revide, o que é vindita, da atuação dos grandes promotores e grandes juízes. Por isso que os senhores estão aqui. Têm reconhecimento social, têm carreira a zelar, têm nome extraordinário, como bem disse V.Exª na resposta que deu ao jornalista, ao locutor da emissora de rádio. Mas os nossos homens de bem? Se eles são, me perdoe, o mundo está... Virou de cabeça para baixo. Então agradeço a V.Exªs e tenho certeza que nós vamos, mais uma vez, lembrando a V.Exª, Senador Magno Malta, que hoje é a última Sessão que vai transcorrer com a possibilidade, oferecimento de Emendas ao projeto da difusão vermelha que vai ser o primeiro que vamos apurar com um mês de... Nós vamos aprovar, melhor dizendo, com um mês de CPI e que vai ajudar o Brasil a ter uma Legislação como tem nos países desenvolvidos. Onde aqueles que podem ser extraditados poderão também ser presos preventivamente e mais que preventivamente, temporariamente. Então eu acredito

que esse projeto eu terei oportunidade de discutir com a assessoria, mas amanhã nós já deveremos trazê-lo aqui para aprovação e terá por parte do Presidente dessa Casa, o Senador Garibaldi, o mesmo zelo que teve o projeto da difusão vermelha, tramitando para que a nossa Legislação possa ser melhorada. Agradeço novamente a V.Exªs e agradeço a V.Exª, Presidente, por ter nos propiciado que essa Sessão acontecesse e fosse tão produtiva. Muito obrigado.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu quero também agradecer, antes anunciando que amanhã às nove horas nós vamos receber a direção do Google aqui. Com a quebra dos sigilos do ORKUT. Histórico para o mundo. Tive informações que tentativas da própria Espanha, que desde 96 investiga crimes cibernéticos, eles se esbarraram neles, na Google. E amanhã vai acontecer algo histórico para o mundo. Por quê? Certamente, Dr. Tiago, a quebra desses sigilos vai revelar uma rede do mundo. Do mundo. É por isso que eu convidei a Polícia Federal para estar aqui amanhã, o Ministério Público Federal que já está porque certamente de posse da CPI, desse material, será a Polícia Federal juntamente com o Ministério Público Federal, técnicos, promotores que vão avaliar e vão investigar, buscar as relações desse material.

Eu penso que será a maior operação que esse país vai ver e alguns outros países a partir dessa quebra do sigilo. Contra a pedofilia, será um golpe muito sério. Convidei o Presidente dessa Casa, Senador Garibaldi, que prometeu estar aqui amanhã. O Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, que estará aqui amanhã, e os líderes de partido. Por que o Presidente da Câmara e do Senado amanhã, publicamente, farão compromisso de que votarão imediatamente esse tipo de proposição. Para que seja sancionada imediatamente. Começa a chegar denúncias do Brasil inteiro, e eu quero encorajar essas pessoas que vêem essa Sessão, denuncie. Disque 100. Você disca 100, faz a denúncia, a denúncia vai cair na ONG SaferNet que está ligado ao Ministério da Justiça que vem também para nossas mãos. E nós encaminharemos a quem de direito, aos ministérios públicos estaduais para as providências e em casos de grande dimensão certamente nós trataremos no âmbito da CPI. Amanhã acontecerá em São Paulo algo esperado, que é a assinatura de procedimentos, é o TAC, amanhã à tarde, do Ministério Público com a Google, numa reunião em São Paulo.

Nós estamos discutindo, eu e o Senador Demóstenes, para ver quem de nós irá lá amanhã, porque amanhã será um dia de muitas atividades. Amanhã nós temos a posse do Dr. Gilmar Mendes no Supremo e nós precisamos muito do Supremo nesse processo. Mas é possível que irei lá representar a CPI. A volta do Presidente Lula nós vamos determinar com o seu assessor, o dia e a hora que o Presidente vai receber essa CPI, para também publicamente assumir esse compromisso com a nação brasileira. Quero agradecer ao promotor, ao Juiz, vale a pena. Ninguém veio aqui para semente. Nós vamos passar um dia. E é mais importante você estar no palco da vida, atuando, do que omissamente se assentar na platéia e passar como se ninguém fosse. Aos covardes, nada está reservado. A eles na história. Mas àqueles que compreendem sua missão e por isso eu sou capaz de imaginar que numa cidade pequena do interior, o que os senhores não estão sofrendo na mão dos malfazejos que estão alimentados, sendo sustentados pelo poder vigente, que atingiu a honra das famílias e têm dificuldade de ser questionado no seu gesto, na sua atuação. Por isso eu desejo o melhor para as suas famílias, para os senhores, orgulhoso da coragem, do cumprimento do dever, e agradecido pela presença dos senhores aqui nessa CPI. E eu agradeço muito. Concedo a palavra se... O Juiz quer fazer uma consideração para encerrar?

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Gostaria de fazer um agradecimento especial a V.Exª. Há muito tempo venho acompanhando o trabalho de V.Exª e sou um admirador de seu trabalho, de sua coragem. Sei do seu trabalho social lá no Espírito Santo, citei aqui inclusive o Dia Nacional do Combate à exploração sexual, que é agora no dia 18 de maio em razão de um caso que aconteceu na cidade de vitória, uma criança de 8 anos que foi vítima de uma violência sexual e todos ficaram impunes. Quero agradecer muito essa oportunidade. Não é todos os dias que um Juiz de Direito pode ser ouvido num espaço tão amplo quanto esse. Isso é motivo de orgulho, como disse no início para toda minha família, meus pares de magistratura, trago aqui um abraço do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador José Lenar de Melo Bandeira, que vem também do Ministério Público e admira o trabalho dessa CPI. Quero fazer um agradecimento muito especial ao Senador Demóstenes Torres, admirado e muito admirado no Estado de Goiás, sobretudo pelo seu desempenho na área da segurança, no combate à criminalidade, à delinqüência, e em especial a exploração sexual e prostituição infantil. V.Exª é exemplo não só para os promotores de justiça do Estado de Goiás que muito se orgulham de tê-lo como representante aqui no Senado, mas também para nós magistrados que gostam da legalidade, gostam das coisas certas. Sabe que tenho V.Exª como um exemplo para minha vida e terá dentro daquilo que é possível do meu trabalho todo apoio que necessitar.

Agradeço de modo muito especial. E gostaria de agradecer também aqui a presença das pessoas

de Niquelândia, e V.Exª disse, Senador Magno Malta, realmente acontece. Isso que V.Exª disse há pouco realmente acontece. Na cidade pequena os juízes e promotores ficam muito expostos, sobretudo cidade como Niquelândia que está em franco desenvolvimento. Mas queria dizer o seguinte, a maioria da população de Niquelândia tem apoiado nosso trabalho e isso é fato notório lá. Nós contamos com a aprovação da comunidade que também não se conforma com essa... Em especial com essa situação que aconteceu em Niquelândia e gostaria de cumprimentar a comunidade que está aqui presente na pessoa do Sr. Paulo Elder que é digno representante da nossa cidade, assim como os demais, o jornalista Washington Luiz e gostaria de fazer um parênteses para dizer que o jornalista Washington Luiz que está aqui presente é policial civil, e por conta de todas essas situações foi afastado sem qualquer direito de defesa foi afastado lá porque denunciou o Delegado de polícia da cidade que estava favorecendo uma presa, por esta razão foi afastado da cidade, não teve qualquer direito de defesa, por interferência política, uma pessoa injustiçada, mas nem por isso deixou de ter uma atuação firme, está ao fundo lá de barba, merece respeito e consideração. Gostaria de fazer uma saudação muito especial ao Senador Romeu Tuma, que acaba de chegar. Agradecer pelo convite. E dizer também que tenho muita admiração por V.Exª, por tudo que representou, por todo o seu passado de combate à violência, à exploração sexual de adolescentes, de jovens. V.Exª é tido para nós magistrados, até fiz uma brincadeira agora há pouco, o Romeu Tumba, significar que não tem saída. Realmente a mão pesada no combate ao crime. Tenho em V.Exª um exemplo também para a minha vida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, doutor. Eu peço desculpas pelo atraso, mas hoje tem três comissões, inclusive uma para discutir sobre educação, com alguns Ministros da África. África do Sul e um outro país da África. Então fiquei e fiz um discurso aos aposentados por causa das modificações das leis. Mas minha aflição estava aqui dentro. Porque esse caso da Isabela e outra estatística que saiu nas revistas hoje da violência contra as crianças dentro de casa, não é só a pedofilia, Presidente, o Juiz sabe melhor que eu, o que passa pelas mãos dele... Eu vi o senhor falar do promotor que foi afastado, é isso?

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Não. É um jornalista. Jornalista que é policial civil na cidade de Niquelândia, em razão de vários acontecimentos, até no caso lá de Niquelândia, acabou sendo afastado por interferência política.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que qualquer atividade de interesse público, atividade de Estado não pode sofrer nenhum tipo de pressão política. Absolutamente nenhuma. Quando tem aqui uma CPI eu digo o seguinte: Só se vai à CPI quem tem a consciência tranqüila de saber o que vai fazer. A favor ou contra, mas vai consciente. Não é por ordem partidária nem lideranças. Sou completamente contra, eu pedi para ir para duas CPIs, uma queria ficar com o Demóstenes lá dos cartões, mas me cortaram. Não tenho vergonha de dizer que fui cortado. Não me deram as razões e não vou discutir mesmo que não me deram razões. Mas acompanho de perto. E tenho certeza, e aí vai que a Polícia Federal que a gente tem que respeitar, que é séria no seu trabalho, e o Ministério Público vigilante--

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não deixaram o senhor entrar na CPI da prostituição, mas o senhor veio para da pedofilia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, estão cortando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Cartão criminoso. Mas para vir para cá se tivesse que escolher, não estaria arrependido. Porque aqui você está buscando um futuro melhor para as crianças, e mais dignidade ao homem brasileiro. E também o respeito às leis que algumas empresas não estão correspondendo à expectativa, e hoje mesmo eu vi, eu sábia que o Google vinha aqui, não sei se veio, então vai trazer, abrir os álbuns diante da exigência do Relator, do Presidente, e hoje parece que na folha é a maior empresa do mundo com 80 bilhões de capital. Então é um negócio que economicamente não se pode ganhar dinheiro a qualquer preço. Acho que V.Exª me deixa até encabulado, agradecido pela referência, mas nos ajude a lutar, porque vale a pena.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Realmente a homenagem que faço a V.Exª é muito justa e pode ter certeza que é o pensamento de toda a magistratura do país. A admiração por V.Exª. Finalmente quero agradecer a presença dos dois Vereadores de Niquelândia, a Vereadora Tia Abadia que está submetido o Prefeito, e o Vereador Dulcídio, representante do povo de Niquelândia. É um fato histórico para Niquelândia, porque salvo engano, é a primeira vez que representantes do Poder Legislativo local comparecem ao Legislativo maior do país. Então tenho certeza que estão muito satisfeitos com o convite e com a presença--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A melhor função legislativa. O vereador que consegue todo o dia falar com a população...

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós isoladamente de vez em quando conseguimos...

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ainda podem ter a oportunidade de se antecipar à justiça, e dentro dessa Comissão Especial de Inquérito, fazer com que a lei seja cumprida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP):. O senador tem inveja de não ter sido vereador.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SR. RINALDO APARECIDO BARROS: Espero, finalmente, Senador Magno Malta, Presidente, ter contribuído de alguma maneira para essa discussão e me coloco à disposição dessa CPI para o que for necessário. Muito obrigado pelo convite.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E contribuiu muito. Eu que agradeço e dizer ao Senador Tuma que fui Vereador. Fui Vereador dois anos...

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O mosquito pedófilo. Mas eu quero dizer aos Vereadores que nós esperamos, que o Brasil espera...

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sem problema. São meus colegas porque eu fui Vereador. Continuo Vereador.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não existe nada disso. São parlamentares. Nós estamos muito felizes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É regimental de coração, né Senador?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Dizer aos Vereadores que a população espera tanto de vocês e hoje é o Brasil que espera. Essa visibilidade dada a esse caso é preciso que realmente haja responsabilidade e é preciso gesto corajoso. Não é fácil. Eu fui Vereador e eu sei qual é o poder da pressão, da força. Mas é preciso escolher um lado. E em se tratando de pedofilia, a gente precisa ter muito cuidado para não ser movido a ódio. Eu tenho pedido a Deus todo dia para ter misericórdia de mim. Porque tem dias, Senador Demóstenes, que eu começo a conduzir essa CPI movido a ódio. É tão repugnante, é tão indigno, que vale qualquer sacrifício. Vale atropelar a pressão. Vale saltar por cima do muro do medo. Vale até abrir mão da sua própria vida. Porque é indigno demais. Ontem um pastor numa emissora de rádio comigo, achei corajoso, um homem conhecido, respeitado, Senador Demóstenes Torres, uma igreja grande. Ele disse: "Minha filha de oito anos foi aliciada no ORKUT, se apaixonou por um homem de 35 anos. E ele marcou encontro com ela no shopping. Veio do Rio de Janeiro para encontrar minha filha de oito anos aqui em Vitória, no shopping. E ela me chamou chorando no quarto. Por causa dos princípios que recebeu. Trêmula. Com medo. Falou: "Pai, eu nunca menti para o senhor, mas eu estou apaixonada por ele. Ele é o amor da minha vida." Um homem de 35 anos. E o pastor num microfone numa emissora, imagine, disse que ela deu o celular dele, o pai ligou e ele atendeu. Ele disse: "Olha, eu vou lhe matar. Eu vou lhe matar. Essa menina é meu sangue, é minha carne." Agora, imagine. E a gente tem que pedir a Deus graça para não ser movido a ódio numa CPI dessa.

Então, vocês têm uma grande responsabilidade na cidade de vocês. Com os filhos que vão olhar nos olhos de vocês o tempo inteiro, que vão cobrar com o olhar. Caminhe com a verdade. Não se acovardem. Não bote o galho dentro nunca. Porque vocês vão ter os filhos que vão olhar para vocês, cada criança numa escola que atravessar seu caminho na rua, você vai se lembrar se você tomou a posição certa ou errada. Em nome de que ou para que. Fico feliz porque a primeira CPI da minha vida eu era Vereador. E o que me trouxe para aqui foi que eu não me acovardei. Fiquei sozinho. Sozinho. Mas não me acovardei. Então, eu fico feliz. A senhora está presidindo e mulher tem mais coragem do que homem. Quisesse a sociedade em cada lugar estratégico que a gente só tivesse delegada, só tivesse promotora e só tivesse Juíza. Em cada mil casos de corrupção você encontra meia mulher. Então eu confio muito. Confio muito. Não seja injusta. Não trate com injustiça com ninguém. Se o Prefeito estiver certo, seja justa com ele. Mas se estiverem errados, sejam justos também. Contigo mesmo. Com a sua consciência, com a sua população. Esse é o meu abraço aqui, meu carinho, posso chamar de colegas porque fui Vereador e continuo Vereador. O senhor tem a palavra.

SR. BERNARDO BOCLIN BORGES: Eu queria agradecer, Senador Magno Malta, o convite. Senador Magno Malta, Senador Romeu Tuma, que se faz presente. Não sei se contribuí de alguma forma para a CPI, mas eu quero, eu vou voltar com a satisfação de se não fui um coadjuvante a altura, de poder colaborar, mas os senhores como protagonistas vão me fazer voltar para Niquelândia com a felicidade total. A CPI da pedofilia não poderia estar em melhores mãos. Certeza absoluta. Pelo Senador Romeu Tuma, Magno Malta, Senador Demóstenes, que são pessoas da área, pessoas que têm atuação na área. Muito atuantes e com o objetivo de resolver o problema da pedofilia. Então, nós não poderíamos ter essa CPI, nós não poderíamos ter esse assunto tratado com outras pessoas que não V.Exªs. Então, só disso aí a minha satisfação já é total. Já vou voltar para Niquelândia feliz. Se eu não tiver propiciado essa possibilidade do debate, es-

clarecer, mas eu já volto feliz por ter participado, Ter presenciado a vontade.

O Senador Magno Malta quando fala ele consegue expressar a sua indignação com o problema. Isso é muito bom. A pessoa, o brasileiro não pode perder o poder de se indignar. O brasileiro precisa parar de assistir a tudo sem nada fazer. Então acho que a principal questão da modificação social é cada brasileiro se indignar. E nós temos muita coisa no Brasil para que nós possamos nos indignar. A principal delas, são todas as questões, mas principalmente essas que tratam das nossas crianças e nossos adolescentes. Fiquem indignados mesmo e resolvam, e colaborem para que nós possamos amanhã voltar a uma outra CPI e que eu possa falar assim: Ainda bem que a CPI da pedofilia resolveu um problema que afligia a todos nós. Quem sabe daqui cinco, seis, dez anos eu possa participar, ainda que assistindo isso aí... E que tenha o prazer de saber que foi feita alguma coisa que mudou. Porque nossas crianças precisam muito de nós e nós é que temos poder para modificar. Eu queria agradecer, eu já agradeci a população de Niquelândia, as pessoas, e fica esse recado aí. Pra mim foi extremamente proveitoso e muito obrigado pelo convite. Estou a disposição em Niquelândia para tratar de todo e qualquer assunto de interesse de criminalidade e de infância e juventude. Obrigado.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço--

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu vou permitir e quero colocar os técnicos da CPI a disposição da Comissão de Inquérito.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Nesse momento quero cumprimentar com bom dia... Ou boa tarde, já passou do meio-dia, aqui a Mesa, em nome do Senador Magno Malta, Presidente dessa CPI, e cumprimentar também os nossos representantes da justiça, promotor Dr. Bernardo e os juízes Rinaldo, e também o Senador Demóstenes que é do meu partido, Democratas lá de Goiás, somos do mesmo partido. Me sinto muito orgulhoso de ter o senhor como relator dessa CPI. E cumprimentar a Tia Abadia, cumprimento todos os Senadores que fazem parte dessa CPI, cumprimentar a nossa comunidade que veio de Niquelândia, Paulo Elder, o Célio, o... A Flora, Ivonez, Marcos, o nosso policial que também o irmão do Marcos que está conosco, o Paulo Elder, e também o representante do Partido dos Trabalhadores, o Vice-Presidente que nos acompanha nesta manhã. Eu fiquei muito honrado de ter sido convidado pelo promotor e pelo Juiz para estar nessa Comissão, e saber da importância desse assunto, a nível nacional, a campanha está aí, e fico também muito honrado de estar participando de uma Comissão do Senado. Gostaria que fosse uma outra Comissão, que não essa que envolveu Niquelândia no escândalo aí, talvez o terceiro escândalo maior do Brasil em número de pessoas... Pessoas que poderiam estar representando ou vigiando pela sociedade, está envolvido nessa CPI. Mas de uma maneira muito a vontade, muito tranqüilo, eu agradeço de estar participando aqui nessa CPI.

E deixo a nós, à Câmara de Niquelândia, naquilo que puder contribuir já que essa Comissão vai ouvir as pessoas envolvidas, nós estaremos também pronto para contribuir para essa CPI naquilo que nós... Tiver a nosso alcance para estarmos aqui outras vezes dando um apoio a essa CPI. Claro que é um caso que vai vir como início dessa investigação, e já disse aqui que é um dos terceiros maiores casos de... Desse porte que vai ser investigado por essa CPI. Então gostaria de pedir ao Senado, e aqui a essa Comissão a prioridade até para estar tratando esse caso, e já tive a resposta aqui, já vai ser chamado para depor aqui nessa CPI. E fiquei muito feliz de saber que o Senador Magno Malta foi vereador. Ele sabe a luta, ele sabe a dificuldade que nós passamos, que nós estamos no dia-a-dia com os eleitores, e às vezes estamos aí na campanha para Senado, na campanha para Deputado Estadual e federal e é o Vereador que está o primeiro na frente lá. Então esperamos o senhor como ex-Vereador que venha representar o Senado, está representando agora há muito tempo, e agora como Presidente da CPI que vai dar fruto e resposta que nós precisamos e queremos para nosso Brasil afora que é a resposta dessa investigação da pedofilia que está agora já aí bem adiantada. E agradeço mais uma vez aí ao convite que nós tivemos para vir a essa CPI. Obrigado.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço o carinho e a referência. Realmente somos colegas, uma vez Vereador, Vereador... E a pior eleição do mundo não é de Senador. A de Senador é fácil. A pior é a de Vereador. Você disputa com todo mundo no mesmo lugar, todo mundo é amigo de todo mundo, que estudou com todo mundo. Essa é a mais difícil. E eu sou daqueles que defendo que quem nunca disputou a eleição de Vereador não tinha que disputar nenhuma. Tinha que disputar primeiro para saber o que é eleição. Quando o cara vira Senador de uma vez... É muita competência, né? Mas não sei de fato o que é bater de porta em porta. E ser Vereador é difícil, ser reeleito Vereador é pior ainda. V.Exª tem a palavra.

VEREADORA TIA ABADIA: Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Dr. Rinaldo, uma autoridade competente que temos em nosso Município, parabenizo pela sua coragem de estar aqui representando Niquelândia

a nível nacional. Quero cumprimentar V.Exª, Senador Demóstenes, pessoa da qual a gente tem acompanhado seu trabalho no Estado de Goiás, nos sentimos muito honrados em ter o senhor aqui nos representando. Quero aqui... Já vi pela televisão, não tinha a oportunidade de estar vendo, mas admiro seu trabalho, pessoa da qual fala a língua do seu povo. Então, quando o senhor fala no Vereador, o Vereador é o pára-brisa da sociedade.

Então, quem realmente passa por esse crivo da vereança, realmente sabe o que é respeitar o povo. Porque não é fácil. Quero cumprimentar o Dr. Bernardo, pessoa da qual também tem desempenhado um trabalho maravilhoso em nosso Município, e quando fala em pedir transferência nosso coração fica meio entristecido, porque realmente tem conduzido os trabalhos do judiciário com muita competência. Quero parabenizar o trabalho de V.Exªs. Quero aqui cumprimentar todos os Senadores, conheço também o senhor, tinha paixão por te conhecer, quero até pegar mais uma vez na tua mão, conheço o teu trabalho, Senador, tenho muita reverência ao seu trabalho. Tem prestado muito, muito, um relevante trabalho pelo Brasil. Então o Brasil tem assim um carinho muito especial. Estou falando em nome dos brasileiros, porque já conheço o seu trabalho. Quero cumprimentar e agradecer a família de Niquelândia, em nome de Flora, minha amiga, o Presidente do PT, cumprimento todo o povo de Niquelândia que está aqui muito bem representado. Quero dizer que já passei pelo crivo também de uma CPI, onde não queria estar passando mais uma vez, porque a experiência não é boa. Porque bom seria se o Brasil não precisasse de CPI. Bem seria, muito bom, se não precisasse de policiais. Sou educadora, professora, já me aposentei com a migalha, mas sou muito agradecida porque tive a oportunidade de trabalhar corpo a corpo com essas dificuldades que aqui estão sendo tratadas. Com a prostituição infantil, onde a gente está lá, lá na ponta, eu falo até muito emocionada porque já sofri ameaça do traficante, ameaça da prostituição, dentro até mesmo da minha própria casa. Infelizmente a gente não pode esconder, tampar o sol com a peneira. Peço a vocês que realmente, aos senhores, que realmente trate com bastante carinho. Porque esse é o mal que assola a nossa sociedade. Esse desvio, essa desvirtualidade da moralidade no nosso país. Eu acredito que está entrego em boas mãos. Nós brasileiros confiamos não só por esse caso de Niquelândia, mas lá foi o que veio a tona. Mas acredito que o Brasil todo está sofrendo com esse mal. Muito obrigada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só pela ordem para fazer um agradecimento.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O senhor tem obrigação de falar agora depois do que ela falou.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou emocionado, vou pedir a bênção. Agradecer a Deus por ter estado depois de 50 anos na polícia, ainda ter esse respeito da sociedade que faz bem pra gente. Por isso que eu digo, quando se age seriamente, a gente planta bem, colhe bem. Então, a nossa obrigação é cada dia de vida que Deus nos dá é trabalhar em benefício do próximo. Eu agradeço ambos, as três manifestações, e tenho certeza que minha mulher vai ficar muito feliz quando eu contar para ela. E para os meus filhos. Mas Presidente, Senador Demóstenes, seu colega de Minas Gerais, Procurador, que esteve aqui, Dr. André Baldino, ele falou comigo ao telefone agora sobre aquele caso eu li de um pai aflito, cujo malandro do namorado a enganou, tirou fotografia dela nu, botou no site e há mais de um ano não conseguia retirar. E o Inquérito Policial da queixa dele sumiu. Sumiu da delegacia, sumiu, não sabe onde está. O André encontrou o promotor do caso que se chama Tuma também, graças a Deus. E ele já providenciou a retirada--

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já se sabe que o caso vai ser resolvido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já pediu a retirada e acha que já saiu do site e vai tentar localizar por onde anda o inquérito. E por que é que sumiu. Provavelmente alguma proteção estranha àquele que praticou o delito. Então, eu só queria agradecer Dr. André pela... Por ser expedito, saiu daqui, no dia seguinte estava buscando a solução. E disse que não deixará nenhuma denúncia como vocês estão fazendo aqui dentro da sua competência sem esclarecimento. Sem buscar a verdade e sem tomar uma providência que realmente corresponda à expectativa da sociedade. Agradeço aos senhores, e ao Presidente e relator pela oportunidade de poder agradecer um promotor que, também como o senhor, está pensando em trazer a verdade e a justiça em benefício dessas crianças que são enganadas, sofrem, e praticamente depois não têm futuro.

SR PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Eu agradeço a palavra. Muito obrigado pela sua atenção e pelo seu carinho, Deus lhe guarde na sua função. Queria só votar o convite do promotor. Dr. Bernardo Boclin Borges, convidando a ele para estar conosco na época das oitivas dos convocados. Os Senadores que... Favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a ser tratado, está encerrada a Sessão. Amanhã às nove horas teremos Sessão ordinária.

Sessão encerrada às 12h26min. – Senador **Magno Malta,** Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008, COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL – CPGF (CARTÕES CORPORATIVOS) POR INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, DENOMINADOS ECÔNOMOS

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2008, realizada em 11 de março de 2008, às onze horas e vinte e seis minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi instalada a Comissão e eleita presidente a Senadora Marisa Serrano e vice-presidente o Deputado Marcelo Melo, sendo designado relator o Deputado Luiz Sérgio.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Demóstenes Torres (DEM)	**Carlos Willian (PTC)**
Antonio Carlos Júnior (DEM)	**Luiz Sérgio (PT)**
Marconi Perillo (PSDB)	**Marcelo Melo (PMDB)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Maurício Quintella Lessa (PR)**
João Pedro (PT)	**Nelson Meurer (PP)**
Almeida Lima (PMDB)	**Paulo Teixeira (PT)**
Gim Argello (PTB)	**Carlos Sampaio (PSDB)**
José Nery (PSOL)	**Vic Pires Franco (DEM)**
José Agripino (DEM)	**Manato (PDT)**
Alvaro Dias (PSDB)	**Silvio Costa (PMN)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Antonio Roberto (PV)**
	João Magalhães (PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Severiano Alves (PDT)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Esteve presente ainda o Senador Romeu Tuma, não membro da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Havendo número regimental declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos.

Nesse momento eu peço permissão aos senhores para dizer algumas palavras. Dizer, inicialmente, que muito me honra estar presidindo a abertura dessa Comissão, principalmente pela importância dessa Comissão no momento presente no nosso País.

Há um clamor generalizado por ética, por moral, e esse clamor é popular. Todo o País espera que essa Comissão, na sua importância, responda a esse apelo. Então é uma honra muito grande de estar presidindo a abertura dessa Comissão por causa do significado dela, e ela responderá a esses anseios na medida em que ela cumpriu os objetivos pelas quais ela foi instalada. Quais são esses objetivos? Primeiramente, apurar os fatos. Apurá-los com determinação, apurá-los minuciosamente com rigor, detectar os responsáveis por esses fatos e encaminhá-los à justiça. Essa é a primeira parte da Comissão. Além de punitiva, a Comissão há que ser também construtiva. É importante que a Comissão, no final dos seus trabalhos, encaminhe proposições, dê encaminhamentos propositivos que facilitem melhor e aperfeiçoe os sistemas e as estruturas. Acho que isso é muito importante, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão deveria desembocar necessariamente numa Reforma Política, e será conseqüência natural e não o fez. Espero que essa Comissão, no seu final, ajude o País a melhorar, a desenvolver as suas estruturas e os seus sistemas também.

Nós sabemos que um sistema pode facilitar, permitir, às vezes até induzir ao ato delituoso. Então é importante que além de punitiva, no encaminhamento à justiça que também essa Comissão seja altamente construtiva, fazendo com que haja um progresso e um desenvolvimento estrutural, sistêmico na forma de gerir o País. Outro significado dessa Comissão é o valor do Parlamento. A importância do Parlamentar. Ai do País que não tenha um Parlamento forte. O grande, o diabólico pecado da generalização tem feito, às vezes, degradar a imagem do Parlamento. E, no entanto, é o Parlamento que hoje está aqui propugnando por dias melhores para esse País. E eu tenho orgulho de ser Parlamentar e de ser homem público, e é importante que as pessoas percebam a importância do homem público e do político. Esse é o meu primeiro mandato. Formado em administração de empresas, eu fui consultor durante 35 anos na área da gestão empresarial e do comportamento. Fui Diretor da Acesita, fui Superintendente da Manesmann, ocupei Presidência de empresas e nunca em toda minha vida eu me senti tão útil, tão importante e com tanta possibilidade de contribuir para o País.

E finalmente eu gostaria de dizer que estou nessa Comissão representando meu querido Estado de Minas Gerais, cuja população manda um abraço, a minha querida e a população da minha querida Belo Horizonte, e estou representando também o Partido Verde. Um partido que sempre primou pela ética, pela moral e, sobretudo, pela ética ambiental. Hoje numa luta muito intensa com relação ao desmatamento. Dando

bem-vindas, cumprimentando a todos os integrantes dessa Comissão, eu gostaria de lembrar que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. E nesse momento eu tenho a dizer que foram inscritos para a primeira Vice-Presidência o Sílvio Costa, o Deputado Silvio Costa que é do bloco PSB, PDT, PCdoB e PMN o Deputado Marcelo Melo do PMDB/PTC.

Então eu gostaria de pedir... Ah, e também o Deputado Carlos Willian também do PMDB/PTC. Então nesse momento eu solicito à secretaria a distribuição das cédulas de votação. Ah, antes temos uma chamada nominal. Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo vocês têm que pegar assento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Pois não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Gostaria de saber regimentalmente quais os partidos que têm direito à composição na Mesa, que eu faço parte do bloco do PCdoB, PDT, e gostaria de colocar meu nome também à disposição para participar da Mesa.

DEPUTADO MÁRCIO REINALDO PEREIRA (PP-MG): Para contraditar, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para contraditar. O normal no regimento que o Presidente da Comissão seja o maior partido... Do maior bloco. E conseqüentemente o vice acompanha o mesmo partido do Presidente. Como o PMDB abriu mão da Presidência, não significa também que ele abriu mão da Vice-Presidência. Portanto, a Vice-Presidência cabe ao bloco do PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O Deputado não deve ter escutado. Eu perguntei quais os partidos que têm direito. Eu perguntei isso. Então quero saber quem tem de regimentalmente para ser o primeiro vice, o segundo vice, o terceiro vice. Foi essa a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): As lideranças até o momento não encaminharam solicitações. Fala aí Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Presidente, a política, sobretudo, é a arte do entendimento. É claro que o regimento dessa Casa obedece à lógica da proporcionalidade. Mas existe uma lógica maior, que é a lógica do entendimento. Eu procurei o Deputado Carlos Willian, meu nome está à disposição, mas não quero efetivamente fazer nenhum tipo de disputa aqui, começar a CPMI com disputa pelo cargo da primeira Vice-Presidência. Não sabia que o companheiro Manato do nosso bloco também estava pleiteando a primeira Vice.

Então, eu acho que fica ruim a gente nesse primeiro momento ir para o voto. Era importante que nós fizéssemos o entendimento. Eu faço um apelo ao entendimento. Se não houver, paciência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Eu gostaria de propor um procedimento que nós fizéssemos nesse momento a eleição para a Presidência. E em seguida, aí haveria tempo inclusive para os acordos, as conversas, e aí o novo Presidente poderá então encaminhar logo em seguida a questão da Vice-Presidência. Para que não tumultuemos a questão da Presidência com a Vice-Presidência. Ok?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem. Está ok? Gostaria apenas de informar a V.Exª. que já votei para Presidente e para Vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Então nós podemos...

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Presidente, mas o Senador, por mais competente que seja, não podia ter votado porque V.Exª. não abriu a votação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Abri. Na verdade abri quando então ele fez um aparte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então desculpe, Senador. Desculpe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Eu proporia então que nós recomeçássemos a votação abrindo esse e anulando esse primeiro voto que foi dato e nós começaríamos tudo de novo. Ok? Então vamos para a chamada para a eleição do Presidente da Comissão. Antônio Carlos Júnior. Marconi Perillo. Marisa Serrano. Só Presidente. João Pedro. José Nery.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir a V.Exª. que informasse aos Parlamentares, membros da CPMI o nome da candidata a Presidente, alguns Parlamentares estão em dúvida. Por gentileza.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): É a Senadora Marisa Serrano. Essa é a candidata à Presidência. Senador José Agripino. Gim Argello. Carlos Willian. Luiz Sérgio. Marcelo Melo. Maurício Quintella. Nelson Meurer. Paulo Teixeira. Carlos Sampaio. Vic Pires Franco. Manato. Sílvio Costa. Afonso Camargo. Está substituindo o Moreira Mendes. Senador Almeida Lima.

Realizada a votação, eu gostaria de chamar o Deputado Vic Pires Franco, e o Deputado Carlos Willian para nos ajudar aqui como escrutinadores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO: Sr. Presidente, 20 Parlamentares votaram, Sr. Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Sr. Presidente, os 20 votos para Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Bom, então como os votos foram apurados, eu quero apresentar então o resultado [palmas] da Senadora Marisa Serrano. Presidente. Declaro eleito então à referida Parlamentar e passo nesse momento os trabalhos da Presidência a ela.

[troca de presidência]

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Srª. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Srª. Presidente, Marisa Serrano, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu queria na oportunidade que V.Exª. assume a Presidência dessa Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, eu gostaria de fazer o registro de dois fatos: Em primeiro lugar, a confiança que o meu partido deposita na condução dos trabalhos por V.Exª. Uma Senadora experiente, moderada, equilibrada, e que vai saber conduzir com o equilíbrio que lhe é peculiar os trabalhos dessa Comissão que tem como objetivo prestar um serviço à sociedade. Não é prestar serviço nem a Governo nem a oposição, é a sociedade que está indignada com o incorreto uso dos cartões corporativos, e a investigação no meu entendimento e sei que do de V.Exª. terá que ser intemporal. Claro que focada nos fatos determinados, que existem e que devem nortear o começo das investigações. Eu quero, portanto, dizer a V.Exª. que o meu partido confia inteiramente na condução dos trabalhos por V.Exª. O segundo ponto é elogiar o clima de entendimento em que se processou a escolha de V.Exª., depois de muitas negociações entre Governo e oposição, sim, para que se oferecesse ponto e contraponto, debate equilibrado, condução equilibrada dos trabalhos da CPMI, elogiar a condução levado a efeito pelos líderes do Governo na Câmara e no Senado, e dizer que a eleição de V.Exª. pauta um bom começo para esse trabalho de investigação. Eu espero que o clima de entendimento e os 20 votos, sem nenhum contra, que garantiram a sua Presidência, seja um fator determinante e um norte que coloque o equilíbrio como instrumento permanente nas investigações. Eu quero repetir. O meu partido vai, com determinação, procurar investigar. Doa em quem doer. Não tem compromisso com ninguém. O que deseja é prestar o serviço à sociedade. Elogia o comportamento equilibrado entre Governo e oposição e deposita em V.Exª. as melhores expectativas para que a sociedade, ao final, retire a indignação que hoje a irrita com o fato de que cartão corporativo que ela, cidadão ou cidadã, paga com recursos próprios vê o Governo pagar, o Governo de hoje, de ontem, ou seja, de que época tenha sido, com recursos públicos pago pelo imposto do contribuinte. Quero, portanto, cumprimentar V.Exª. e desejar muito boa sorte na sua Presidência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Líder José Agripino. Eu quero agradecer primeiramente a todos os Srs. Senadores e Deputados à votação em meu nome, em torno também de um consenso havido entre os nossos partidos, os diversos partidos que compõem esta Casa. E quero aqui fazer o agradecimento, antes de continuarmos a nossa Ordem do Dia, mas fazer duas colocações que eu acho que imprescindíveis. Primeiro, informar novamente a toda a sociedade brasileira, através da nossa TV, através da imprensa presente, a quem eu agradeço pelo trabalho que tem feito de investigação e de transmitir a toda a sociedade as ações que esse Congresso tem realizado. Mas, dizer que nós temos que pensar sempre que uma CPMI, uma CPI é o instrumento que nós temos nessa Casa, é o instrumento nosso, é o instrumento do Congresso Nacional para que nós possamos realmente, de fato, conhecer e investigar aquilo que se passa no País e que é de interesse público. Não pode ser essa CPMI o embate entre oposição e Governo. Não é assim que eu vejo essa CPMI. Essa CPMI tem que ser à busca da verdade. Nós temos que ir atrás daquilo que é a realidade, o que acontece, para que a população brasileira volte a ter a confiança que sempre teve no Senado e no Congresso. A linha tem que ser sempre da investigação séria e harmoniosa.

Portanto, eu quero aqui dizer que a minha condução vai ser sempre republicana, e impessoal. Quero informar a todos os nossos Deputados e Senadores que nós temos um regimento. E esse regimento é para ser cumprido. Há regras que devem ser cumpridas. Ouvindo todos os pares, garantindo a liberdade e o direito de cada um de se pronunciar, de colocar as suas idéias e de lutar pelas suas idéias.

Então, essa condução eu quero que seja a mais equilibrada possível, e eu tenho certeza que eu vou ter aqui dos Senadores e Deputados, sem que isso interfira em nenhum momento na liberdade de cada Parlamentar de agir da forma que acha que deve agir nesta Casa. Esta Casa é a Casa de todos nós. E, portanto, eu tenho certeza absoluta que essa liberdade vai prevalecer e dou-lhes essa certeza também dessa parte.

Eu quero terminar minhas palavras de agradecimento, vou passar a palavra também aos nossos Deputados, mas eu quero aqui fazer uma... Quero fazer uma proposta a todos os senhores. Nós temos aqui a eleição do Vice-Presidente. Normalmente é a indicação dos nossos líderes, dos líderes dos nossos partidos. Como isso não foi feito, nós temos aqui a possibilidade de uma votação. Portanto, a votação será feita, salvo melhor juízo, será feita ouvindo, colocando-se os nomes à Mesa, e eu pediria apenas que os blocos partidários pudessem se organizar de tal forma que tivesse pelo menos a indicação, não tivesse dois ou três indicados pelo mesmo bloco. Facilitaria o nosso trabalho. Mas, como não há regras, eu acredito que não haja... Não há regras, então, nesse caso todos que quiserem se inscrever... Se não há limites, eu espero apenas que todos aqui saibamos que essa CPMI tem que começar sob o signo da seriedade.

Portanto eu gostaria de ter os nomes que vão ser colocados para a votação, e aí nós faríamos essa votação colocando todos os nomes que por acaso forem colocados à Mesa. Mas pediria que fizesse um esforço, que fizesse uma composição, dentro do possível, se for necessário eu suspendo nossa reunião por cinco minutos para dar tempo para o grupo poder colocar. Pela ordem, Marconi Perillo. Depois você.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª. Presidente...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª. Presidente, a minha sugestão vai na direção do mesmo procedimento que foi adotado na sua eleição. Nós poderíamos, a meu ver, seguir adiante hoje elegendo já o Relator e já discutindo o roteiro dos nossos trabalhos. E nós poderíamos deixar para a próxima Sessão porque nós teríamos o entendimento entre todos nós sobre a Vice-Presidência. Então essa é a sugestão que eu queria fazer a V.Exª. e aos demais membros da CPI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço a sugestão. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª. Presidente, eu desejo certamente em nome do nosso partido cumprimentá-la pela eleição à Presidência da CPMI, agradecer a todos os integrantes dessa Comissão pelo voto de confiança depositado no nome de V.Exª., e ao mesmo tempo gostaria de dizer que ao PSDB interessa a apuração rigorosa de todos os fatos. Nós temos objetivos claros, concretos, a serem buscados. Esperamos que todas as evidências, todas as suspeitas sejam averiguadas. Apresentei agora vários requerimentos convocando autoridades para prestarem esclarecimentos a essa Comissão. Mas gostaria, Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados e Senadores, de dizer que ao PSDB interessa exclusivamente a verdade. Que toda a verdade seja esclarecida. Doa a quem doer. Nós não tememos enquanto PSDB nenhum tipo de esclarecimento à investigação que possa eventualmente ser remetido a governos anteriores. Todas as pessoas que forem convidadas ou convocadas a estarem aqui, e que eventualmente tenham pertencido a governos anteriores, governos do PSDB, estaremos à disposição. Mas nós esperamos que o mesmo aconteça em relação a todos os integrantes atuais e ex-integrantes desse Governo. A sociedade espera dessa Comissão trabalho sério. E o PSDB vai dar a sua contribuição. Conosco não tem acordo para A ou para B. Não existe isso aqui. Nós vamos apurar rigorosamente os fatos. E V.Exª. é depositária de uma esperança muito grande por parte da população brasileira. Nós estaremos aqui a apoiá-la para que V.Exª. possa ter uma conduta tranqüila, equilibrada, como de fato é a história de V.Exªs., mas nós vamos a fundo nessa CPMI. Vamos buscar fazer com que essa CPMI não se transforme numa pizza como alguns já alardearam por aí. Mas que ela possa com muita responsabilidade chegar a todos os fatos e depois encaminhar à justiça as solicitações de abertura de inquérito, etc., em relação a todos os eventuais envolvidos. Muito obrigado a V.Exª. e parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Gostaria de colocar aqui a sugestão do Deputado Paulo Teixeira, que acho que é razoável e plausível, mas gostaria de ouvir... Desculpe, Questão de Ordem... Deputado MANNATO.

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO MANNATO (PDT-ES): Manato. Srª. Presidente, eu tinha feito até ao nobre colega que estava presidindo, eu gostaria de saber regimentalmente a quem pertence essa vaga de primeiro Vice-Presidente. Porque a Presidência é para o maior partido, o PMDB em permuta cedeu para o PSDB. O Relator por acordo também é o segundo partido, é o PT. E eu gostaria que o terceiro é o bloco. E o bloco no qual nós pertencemos... Eu gostaria de saber se regimentalmente o bloco tem direito ou não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aqui na Casa, o que tem pautado sempre é o acordo das lideranças. Sempre foi feito assim e discutido dessa forma. Não há explicitado no regimento que a Vice-Presidência de uma CPMI tem que ser do mesmo partido do Presidente. Portanto, nós vamos ter que... Como não houve o acordo de lideranças, ter o bom senso para resolver essa questão. Eu queria colocar aqui, Sr. Deputado, a proposta do Deputado Paulo Teixeira que nós pudéssemos amanhã, que eu quero fazer a proposta aqui de uma próxima reunião já para amanhã, que amanhã nós pudésse-

mos começar a reunião votando a Vice-Presidência. Se V.Exª. achar que sim.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Peço a palavra, pela ordem, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Presidente, DEPUTADO CARLOS WILLIAN.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Srª. Presidente, por gentileza eu pediria, pela ordem, logo a seguir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Srª. Presidente, é praxe e regimental na Casa de que o Presidente tenha o Vice-Presidente do mesmo partido. Como o PMDB, para o bom andamento da CPMI dessa Casa, inteligentemente abriu mão da indicação regimentalmente e abriu mão para o PSDB onde hoje nós temos a honra de tê-la como Presidente, a segunda Vice-Presidente caberia também ao PMDB. Ao bloco do PMDB. Como eu estou inscrito como candidato a primeiro Vice-Presidente, e para que os trabalhos transcorram hoje e para o bom andamento do trabalho dessa Casa e para que essa Comissão não comece adiando os problemas, eu abro mão do meu nome como candidato a vice, portanto, ficariam somente mais dois nomes para que pudesse realizar essa eleição. Portanto, pelo bom andamento da Casa e respeito aos colegas eu abro mão do meu nome e retiro a minha candidatura à primeira Vice-Presidência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Deputado. Está registrado. A Questão de Ordem. O nosso Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Srª. Presidente, apenas uma questão de encaminhamento, entendendo que deva ser atendida uma lógica regimental no sentido de que V.Exª. não deve colocar nenhuma pauta de trabalho hoje, de andamento desta Comissão, sem que antes seja composta a Mesa. Ou seja, nós não devemos transferir para outra Sessão a eleição do Vice-Presidente se nesta Sessão tivermos que deliberar sobre matéria já de mérito da Comissão. Ou seja, se desejar fazer a eleição amanhã ou em outra data, encerra-se a Sessão. Nós não poderemos ter andamento de mérito decisões sem que a Comissão eleja o Vice-Presidente. Ou uma coisa ou outra. Entendo que para o bom andamento, o Vice-Presidente deve ser eleito de forma imediata.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer ao Senador Almeida Lima, mas quero lembrar também que nesta Casa nós já tivemos CPIs sem Vice-Presidência, e mesmo assim todos os assuntos, inclusive, foram tomados, votado inclusive relatório final sem Vice-Presidência. Não é impeditivo. Mas eu concordo com V.Exª. É razoável que a gente possa se for necessário votar hoje mesmo a Vice-Presidência. Isso vai depender muitíssimo do Plenário. Então eu queria fazer a composição aqui a todos para encerrarmos essa questão.

Temos duas propostas e eu vou colocar em votação. Quero ouvir os meus Senadores, Deputados que participam dessa Comissão. Uma do Deputado Paulo Teixeira, que transmite para amanhã a votação. E do Senador Almeida Lima que façamos hoje. É isso, Senador?

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Façamos hoje se tiver que decidir qualquer matéria já de ordem do dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso não é impeditivo, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu ouvi o que V.Exª. disse. Quero apenas fazer um registro. Eu acho que muita coisa de errado já se fez nessa Casa. Mas nem por isso aquilo que foi feito de errado deve servir como autorização para continuarmos errando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo com V.Exª. Senador Demóstenes Torres, Questão de Ordem?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [pronunciamento fora do microfone]... Vice. E o vice a rigor substitui V.Exª. Então... Qualquer que seja a figura indicada pela situação, nós vamos votar qualquer que seja o Senador ou Deputado. Então podemos fazer de imediato. Não há dissenso quanto a isso. Pode indicar que nós referendaremos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pronto. Então, se todos concordarem faremos a votação do Vice-Presidente agora com os nomes que forem colocados. A Secretaria me disse que tem condições de fazê-lo. Portanto, enquanto eles se preparam para essa eleição, eu quero aqui então dar o encaminhamento...

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª. Presidente, pela ordem, Deputado Silvio Costa, de Pernambuco. Na verdade, eu queria fazer um apelo, sobretudo, ao Deputado Manato, que pertence ao nosso bloco, o Deputado Manato também se inscreveu para disputar a primeira vice. Fiz um apelo a meu companheiro Marcelo Melo do PMDB e parece que não há entendimento. Eu não queria começar sinceramente essa CPMI com uma disputa. Até porque concordo com a senhora. Aqui não é lugar de disputa, é lugar de apurar, de construir, de esclarecer todas as verdades. É ruim começar com a disputa. Mas eu fiz um apelo e o PMDB é um partido que tem participado do Gover-

no com muita força, lá na Câmara tem Comissão de Justiça, Comissão de Finanças, tem não sei quantos Ministérios. E o PMDB realmente podia abrir um pouco para o nosso bloco. Como ele não quer fazer esse gesto com o nosso bloco, infelizmente eu vou manter o meu nome na disputa se o Deputado Manato concordar. Se não eu abro mão para o Deputado Manato.

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO MANNATO (PDT-ES): Srª. Presidente, um pedido desse do Sílvio eu acho que também tem que ser do bloco. Eu jamais disputarei com o Sílvio. Eu abro mão da minha candidatura para o Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Obrigado, Deputado Manato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então temos aqui dois pré-candidatos. O Deputado Silvio Costa e o Deputado Marcelo Melo. Então são os dois que estão concorrendo à Vice-Presidência. Portanto, a Secretaria... A Secretaria da Mesa está já providenciando o escrutínio. Enquanto isso de acordo com a determinação regimental, eu quero designar o Deputado Luiz Sérgio, do PT, Relator dessa Comissão. Eu quero convidar o Deputado Luis Sérgio para fazer parte dessa Mesa.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Enquanto nós rubricamos as cédulas, eu gostaria que o Deputado Luiz Sérgio fizesse uso da palavra.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Primeiro estou reclamando com o Deputado aqui que ele não puxou palmas para a Presidente e puxou para mim, então estou querendo aqui o tratamento igual. Mas eu quero aqui, primeiro, agradecer a confiança. Segundo, concordar com que já foi dito que a busca da verdade dos fatos deve ser o que deve nos orientar aqui nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Como Relator não posso ter outra postura a de não ser não trabalhar para proteger ninguém, mas evidentemente também não trabalhar para perseguir ninguém. Esta CPMI surge como uma reivindicação da sociedade brasileira e a ela nós devemos prestar contas. Acho importante frisar também que esta CPMI acaba surgindo em decorrência de algo extremamente positivo para o País, que foi o Portal da Transparência, que não deve ser uma exceção, mas eu espero que essa CPMI possa propor para que seja uma regra, uma vez que só o controle social pode evidentemente ir aprimorando para que erros e equívocos ao longo do percurso possam ser corrigidos. O entendimento das negociações que permitiu o compartilhamento do comando nessa CPMI, esperamos que também que possa ser uma prática para os outros trabalhos e as outras CPIs, que certamente acontecerão nesta Casa, mas de pronto dizer que o único acordo e o único pacto possível deve ser o pacto para que nós tenhamos uma busca incessante pela verdade dos fatos que a sociedade está cobrando de cada um de nós. É dentro desse espírito que eu espero atuar, que eu atuarei enquanto Relator. Esta não é uma crise deste ou daquele Governo. Nós estamos falando de uma crise existente e um mecanismo de suprimento de fundos que ao longo da sua trajetória utilizou dois mecanismos de efetuação de pagamentos, o pagamento via cartão e o pagamento via conta de suprimento de fundo, as chamadas contas tipo B, e esta CPMI têm a obrigatoriedade e o dever de revelar a verdade dos fatos doa a quem doer, como aqui foi dito, sem proteger A ou B, e sem perseguir A ou B. Mas, acima de tudo, a CPMI também, a meu ver, tem a obrigatoriedade de propor uma norma que possa normatizar, regulamentar a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal, porque nós temos uma verdadeira eu diria "balbúrdia" dos órgãos públicos, dos entes públicos, em que cada um tem um mecanismo, cada um tem uma forma, cada um tem um jeito e nem todos possuem o Portal de Transparência para que a sociedade possa ter conhecimento da realidade dos fatos. Esse é o espírito que me levou a aceitar esse desafio e evidentemente eu conto com a colaboração de todos vocês para que nós, no final, não tenhamos que apresentar um Relatório nem ao Governo e nem à oposição, mas tenhamos um Relatório para apresentar à sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Luiz Sérgio pelas suas palavras. Pela ordem DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG).

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Srª. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exª. pela escolha do Relator. Deputado Luiz Sérgio foi um dos brilhantes e o último Líder do PT na Câmara dos Deputados onde com sua habilidade, seu espírito de negociação conseguimos vários avanços de votações importantes naquela Casa. Portanto, eu tenho certeza que ele, como Relator, vai trazer a esta CPMI a contribuição necessária que o País espera, onde as questões vão ser tratadas aqui com a maior transparência possível. E eu, como membro do bloco que está o PMDB, é uma honra em tê-lo como Relator. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Carlos Willian. E eu quero pedir desculpas que ainda não sei o nome de todos, mas na próxima semana tenho certeza alguns que estão trocando agora, outros entraram hoje ainda que nós nem esperávamos, houve uma troca, mas na

próxima semana estaremos todos prontos. Senador Valter Pereira. Pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exª. não me encontrado nem um pouquinho porque foi uma passagem muito marcante na minha vida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Três mandatos de Deputado Federal.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Então quando me chamam de Deputado me sinto orgulhoso da mesma forma. Mas eu quero dizer Presidente Marisa Serrano, que hoje é o dia da mulher. E exatamente hoje V.Exª. acabou sendo formalmente investida na função de Presidente dessa Comissão. E no momento em que nós realizamos esta reunião, o Plenário está prestando uma homenagem à mulher, e V.Exª. está aqui no batente, cumprindo com o seu dever cívico que é um dever que gratifica, mas exige às vezes renúncia como V.Exª. está fazendo nesse instante em que abdica de uma sessão em que se homenageia a mulher para comandar esta reunião. E quero dizer a V.Exª. que tenho uma convicção muito grande de que haverá esta Comissão de ter uma condução equilibrada, justa e ao mesmo tempo rigorosa. Confio na capacidade de V.Exª.

Quero aqui afirmar que Mato Grosso do Sul, o nosso Estado, acompanha com bastante atenção a sua investidura e os seus trabalhos. E eu acredito que V.Exª., como mulher, como política séria que é, haverá de produzir um orgulho muito grande a toda à população de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Porque esta condução haverá de ter aquela condução que efetivamente todos esperam. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha começo, meio e fim. E que produza os resultados que a sociedade espera. Parabéns a V.Exª. e o meu desejo de muito sucesso na condução dos trabalhos dessa Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Valter Pereira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª. Presidente, eu conversei com alguns companheiros da base aqui e também com alguns companheiros da oposição, eu acho que não combina com o equilíbrio de V.Exª., que V.Exª. ganhou essa Presidência à base do equilíbrio, da transparência, da competência, a gente que tem o melhor propósito nessa Comissão começar com a disputa para a primeira Vice. Conversei com o Deputado Manato, que é do nosso bloco, ele tinha aberto, e fiz que o Deputado entendesse que essa disputa não era saudável. Portanto, eu estou retirando o meu nome e fica apenas aí o nome do Deputado Marcelo Melo, que é um Deputado competente, e não sei se agora vai ter disputa interna no PMDB. Se tiver, vamos para frente. Mas o bloco não é empecilho e sinto-me contemplado, se o Deputado Marcelo Melo for o primeiro Vice.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero perguntar ao PMDB se há algum outro candidato para disputar com o Deputado Marcelo Melo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do Senado não tem. O candidato do Senado é o Marcelo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então nesse caso eu gostaria, já que temos só um candidato a Vice-Presidente, eu pergunto se temos que fazer mesmo assim a eleição formal. Temos.

Então, vamos fazer uma eleição formal com o nome de um único candidato, o Deputado Marcelo Melo do PMDB de Goiás. Chamo os Senadores para a votação. Senador Demóstenes Torres. Senador Antônio Carlos Júnior. Senador Marconi Perillo. Senador João Pedro. Senador Almeida Lima. Gim Argello. Senador José Nery. Senador Valter Pereira. Senadora Marisa. Deputados: Deputado Carlos Willian. Deputado Luiz Sérgio. Deputado Marcelo Melo. Deputado Maurício Quintella Lessa. Deputado Nelson Meurer. Deputado Paulo Teixeira. Deputado Carlos Sampaio. Deputado Vic Pires Franco. Deputado Manato. Deputado Silvio Costa. Deputado Antônio Roberto. Deputado Afonso Camargo.

Peço ao Deputado Antônio Roberto, que já se encontra à Mesa, para ser um dos escrutinadores. Senador Almeida Lima, o senhor pode nos ajudar? E Senador Almeida Lima. 19 votos. Está eleito o Deputado Marcelo Melo, Vice-Presidente, a quem eu convido para fazer parte da Mesa.

[palmas]

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª. Presidente, pela ordem, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para rapidamente, Srª. Presidente, cumprimentar ao Deputado Silvio Costa pelo desprendimento, e cumprimentar o nosso ilustre conterrâneo e amigo, Deputado Marcelo Melo pela eleição à Vice-Presidência dessa Comissão. Deputado Marcelo Melo é um Deputado experiente, competente, muito sério, certamente dará a V.Exª. e a essa Comissão uma contribuição inestimável. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço. Com a palavra o Deputado Marcelo Melo. Pela ordem Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu também gostaria, diante da enorme responsabilidade que V.Exª. assume, ao lado de seus pares na condução dos trabalhos dessa Comissão, cumprimentar e desejar muito sucesso. Dignidade, responsabilidade pública, honradez, decência e competência não lhe faltam. Mas é preciso que essa responsabilidade seja compartilhada. Já me manifestei por várias vezes distante daqui, e não poderia deixar de manifestar aqui também, não há como ignorar o pessimismo, o desencanto que há, e obviamente a perspectiva negativa que campeia na sociedade em relação a essa CPMI. Nós não podemos ignorar esse fato. Não há esperança de que essa CPMI possa chegar ao centro do poder, arrebentar uma caixa-preta que esconde lá mistérios da utilização do cartão corporativo em órgãos ligados à Presidência da República. Eu gostaria de comungar com esse pessimismo, dizer que comungo com esse pessimismo. Pelo menos preliminarmente, até que essa CPMI possa demonstrar outra disposição. Eu imagino que nós podemos, sim, nós podemos alterar essa expectativa negativa, essa previsão pessimista se logo no início dos trabalhos, na votação de requerimentos importantes o desmentido se fizer na prática, com a aprovação de requerimentos que são essenciais para as investigações.

Srª. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, nós temos a responsabilidade de aprovar requerimentos que dizem respeito a órgãos ligados à Presidência da República. Nós sabemos que há uma discussão em torno da existência de sigilo sustentado em nome da segurança da sociedade e do Estado Brasileiro. A CPMI tem prerrogativas para acessar informações sigilosas. Portanto, cabe-nos a responsabilidade de acessarmos essas informações sigilosas. Obviamente teremos a responsabilidade de assegurar o sigilo dessas informações. Mas que temos o direito de conhecer informações ditas como sigilosas, temos. São prerrogativas próprias da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se instala a Comissão Parlamentar de Inquérito exatamente para se valer dessas prerrogativas. Para desvendar os mistérios do sigilo. Para conhecer os meandros da clandestinidade que levaram os chamados ecônomos a se utilizarem de cartões corporativos em nome de seus chefes para gastos que cuja prestações de contas não se deu. A auditoria não houve. É para isso que se instala essa CPMI. Nós podemos, repito, contornar a expectativa negativa que campeia alterando para uma perspectiva favorável, se nós logo no início dos trabalhos aprovarmos requerimentos emblemáticos que determinarão o modelo de CPMI que estamos inaugurando. Ela se instala nesse cenário de pessimismo, de certo desencantado, e pode é claro dependendo do comportamento de todos nós assumir outra postura e mudar essa expectativa, como já ocorreu com a CPMI dos Correios, não faz muito tempo. A CPMI dos Correios também nasceu batizada de CPMI chapa branca, sob desconfiança da sociedade e transformou a desconfiança em esperança e acabou oferecendo um relatório que permitiu à Procuradoria-Geral da República a sustentação técnica e jurídica para propor ações para a responsabilização civil e criminal de 40 daqueles que supostamente estavam envolvidos nos ilícitos praticados e descobertos pela CPMI.

Portanto, Srª. Presidente há pessimismo sim, mas nós podemos alterar esse cenário de pessimismo e transformá-lo em cenário de esperança nos primeiros momentos dos trabalhos dessa CPMI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Alvaro Dias. Senador José Nery, depois Senador Flexa Ribeiro, Senador João Pedro e Deputado Carlos Sampaio.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero inicialmente cumprimentar V.Exª., Senadora Marisa Serrano, Deputado Marcelo Melo, bem como cumprimentar todos os integrantes dessa CPMI, tendo em vista a importância do seu trabalho e das tarefas que estão colocadas para essa Comissão, tendo em vista que esta Comissão começa, inicia seus trabalhos após um mês de delongas, negociações para a sua instalação, começa sob o signo da suspeita de muitos, que consideram de que esta CPMI estaria comprometida em não fazer as apurações com a profundidade que as denúncias que vieram a público estão a exigir.

Então, mais ou menos na linha do que disse agora o Senador Alvaro Dias, nós precisamos dar credibilidade ao trabalho da CPMI justamente nos colocando a tarefa com isenção, com imparcialidade e o absoluto compromisso com a busca da verdade à apuração desses fatos para que esta CPMI não seja mais uma entre aquelas que se inscrevem na lista de Comissões que, ao final do seu trabalho, pouco apuraram e pouco contribuíram para elucidar os fatos e efetivamente contribuir com a boa aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, Srª. Presidente, nós temos absoluta convicção que as decisões sobre a apuração depende muito da aprovação dos requerimentos que estão sendo apresentados, tanto de informações quanto de convocação de autoridades para prestar os esclarecimentos devidos e, ao final, esta Comissão efetivamente poder dizer ao País que contribuiu com a boa norma na aplicação da boa investigação e sair daqui um conjunto de medidas que possam melhorar essa tarefa de fazer o gasto, aplicar os recursos públicos de forma transparente.

Srª. Presidente, nós esperamos que os trabalhos tenham um cronograma que já tenha nessa semana

reuniões de trabalho, com o cronograma que a senhora pretende anunciar, de forma que em 90 dias como está previsto possamos concluir os nossos trabalhos. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador José Nery, eu queria fazer uma proposta ao Senador Flexa Ribeiro, João Pedro, Deputado Carlos Sampaio e o Deputado Paulo Teixeira. Se permite, queria fazer uma proposta de que o nosso Vice-Presidente Marcelo Melo pudesse fazer uso da palavra, que não o fez ainda depois de eleito, ele quer fazer um agradecimento, e eu gostaria de inverter um pouquinho a ordem dando a palavra ao Relator para que ele pudesse ler o seu plano, seu roteiro de trabalho. Porque aí depois nós continuaríamos ouvindo todos os companheiros, enquanto nós temos quórum ainda suficiente para poder votar e assim poder receber os requerimentos e poder amanhã termos outra Sessão.

Então, se todos concordam, eu quero passar a palavra aqui ao Deputado Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Muito obrigado, Presidente Marisa Serrano. Primeiro lugar agradecer a confiança de todos os pares membros dessa CPMI, que depositaram em mim para trabalhar ao seu lado conduzindo essa CPI que nós reputamos extremamente importante para nosso País. Concordo com a palavra de alguns oradores que antecederam, do clima de descrédito que existe em torno do andamento dos trabalhos. Mas cabe a nós, Presidente e membros dessa CPMI, demonstrar o contrário. O nosso trabalho feito com transparência, com seriedade, e principalmente com muita responsabilidade. E eu quero também me colocar à disposição do nosso Relator e dizer que iniciamos hoje um trabalho extremamente importante para o País. Não só buscando punir quem poderá ter praticado algum ato ilegal, mas principalmente contribuir para dar transparência daqui para frente aos gastos do Governo, aos gastos de pessoas que representam o Governo, porque nós possamos contribuir de forma positiva para isso. E dizer, Srª. Presidente, de que estaremos a seu... A sua disposição em tempo integral para ajudarmos V.Exª. a conduzir bem os trabalhos que hoje se iniciam. Agradecer a compreensão do Deputado Sílvio, do Deputado Carlos Willian, agradecer de coração pela busca do entendimento que nós entendemos ser essencial para que nós possamos começar com o pé direito os trabalhos que aqui iniciamos. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço as palavras do Deputado Marcelo Melo, e gostaria de antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, eu gostaria de colocar algumas normas para a apresentação dos requerimentos. Eles serão entregues na Secretaria da Comissão. Serão numerados e disponibilizados em meio eletrônico na página dessa Comissão.

Então, todos terão o Brasil inteiro poderá acessar a página desta Comissão entrando no Senado e poder acompanhar a entrada de todos os requerimentos. As solicitações objeto dos requerimentos deverão ser individualizados. Às vezes o Deputado ou Senador coloca, por exemplo, quatro ou cinco nomes, aí vota-se, dois são aprovados, um não é aprovado. Então inutiliza o Requerimento. Os requerimentos serão individualizados. Os requerimentos serão entregues até às 17h do dia anterior à reunião administrativa destinada à apreciação desses.

Então, sempre os Senadores e Deputados vão saber o dia da reunião para apreciar requerimentos e até o dia anterior, às 17h, a Secretaria da Comissão estará recebendo os requerimentos. E eu quero justificar pelo acúmulo dos requerimentos que nós já estamos vendo agora, e hoje excepcionalmente porque não tinha ainda avisado os Deputados e Senadores estão entrando aqui à Mesa, queria informar que nós precisamos olhar todos os requerimentos e juntá-los por assuntos, aqueles assuntos que por acaso forem semelhantes. E precisamos ter um tempo para que a Mesa se organize para isso.

Portanto, até às 17h de cada dia anterior. E as reuniões destinadas a depoimentos serão específicas para o cumprimento dessa finalidade. Por outras Comissões que já aconteceram, quando vota-se Requerimento e ao mesmo tempo ouve-se uma autoridade, não dá certo. Portanto, reunião para discutir Requerimento será reunião para discutir Requerimento e votação de Requerimento. E reunião para ouvir uma autoridade, será reunião para ouvir uma autoridade.

Queria dizer ainda que amanhã está proposta e eu quero aqui convocá-los para uma reunião... Nós tínhamos marcado às 9h30 e o Senador José Nery nos pede que haja a possibilidade de ser às 9h porque às 10h tem uma Sessão aqui no Congresso. Não sei se 9h é muito cedo para os companheiros. 9h30 está acertado o horário. Pois não, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Queria reiterar aqui ao conjunto dos membros da CPMI o convite e a razão do pedido de... Que a reunião da Comissão fosse antecipada. Amanhã, às 10h pontualmente, haverá um ato em defesa da PEC 432 que trata da questão do trabalho escravo, expropriação das áreas que forem constatadas trabalho escravo, e seria muito importante nesse ato com a presença de inúmeras entidades da sociedade brasileira, o comparecimento e todos estão convidados. Os senhores Parlamentares,

tanto os Deputados quanto Senadores. Nesse sentido o apelo que faço ao V.Exª. e aos demais membros seria no sentido de que nós trabalharmos de 9h às 10h, para que às 10h pudesse no auditório Nereu Ramos participar do ato em defesa da PEC contra o trabalho escravo. É o apelo que faço a V.Exª. e a todos os membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alguma contradição? Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): A reunião será ordinária ou administrativa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Amanhã será reunião administrativa para a discussão e votação dos requerimentos que entrarem hoje até às 17h. Então vai ser muito importante porque é a reunião que vai dar o tom da nossa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para contraditar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nenhuma objeção de nós iniciarmos às 9h a reunião administrativa de amanhã. Só acho difícil que ela termine às 10h. V.Exª. já antecipou o volume de requerimentos que já deram entrada, fora outros que darão entrada às 17h.

Então, eu... Senador Nery tem toda razão em pedir a compreensão para antecipar, mas o término às 10h é que eu acho que será impossível de atender ao Senador Nery.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador, Deputado índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Na verdade eu gostaria de fazer coro à opinião do Senador Flexa Ribeiro porque apenas em uma hora nós não conseguiremos. Agora, nada contra começar às 9h da manhã a Sessão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Obrigada, Deputado. Então está marcada a reunião para as 9h de amanhã, para a apreciação e votação dos requerimentos que entrarem até hoje às 17h.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, desculpa. Eu não sou da Comissão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma, sempre bem-vindo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu não poderia deixar de vir aqui cumprimentar V.Exª. e o Deputado pela certeza que eu tenho de que será uma Comissão com bastante seriedade e que alcançará seus objetivos pelo trabalho que a senhora sempre demonstrou nesta Casa, em qualquer Comissão ou dentro do Plenário, um trabalho sério. Acho que o Governo também estará satisfeito com a composição da Comissão que trará todo o apoio a V.Exª. E eu dentro do partido estarei à disposição para colaborar em qualquer sentido. Peço a desculpa por ter interferido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço as palavras do Senador Romeu Tuma. Seja sempre bem-vindo. Eu quero apresentar a todos os Deputados e Senadores o Secretário da CPI que vai estar conosco regimentalmente durante os três meses que nós temos até o dia 8 de junho se não houver prorrogação. O Secretário Ednaldo Magalhães Siqueira vai ser o Secretário da nossa Comissão eu queria apresentar embora quase todos já o conheçam, para que saibam a quem se dirigir sempre aqui a nossa Mesa, além do Diretor da Secretaria o Dirceu Machado que vai estar sempre... O Dirceu Machado é o Diretor da Secretaria de apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de inquérito. Todas as Comissões ficam sobre a Diretoria do Dirceu. Que, aliás, é cuiabano, eu fui descobrir agora que é Mato-grossense. Seja bem-vindo. Portanto, eu quero passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, e gostaria da máxima atenção dos Srs. Deputados e Senadores porque o plano de trabalho, o roteiro de trabalho do Deputado Luiz Sérgio que nós vamos discutir e votar e cuja cópia vai ser distribuída a todos os pares. Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria desculpa ao Deputado Luiz Sérgio, nosso nobre Relator, mas pediria permissão a V. Exª. Pediria permissão a V.Exª. para que eu possa brevemente fazer o... Usar da palavra porque estou sendo chamado para uma votação nominal na Comissão de Educação. Faltam dois Senadores somente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa, se V.Exª. permitir, ele só vai ler a proposta de trabalho, e antes de nós discutirmos a proposta de trabalho para dar tempo de todo mundo se inteirar, eu dou a palavra a V.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Comissão Parlamentar de Inquérito Mista com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, cartões corporativos, por integrante da administração pública Federal denominados ecônomo. Proposta de trabalho.

Primeiro. Objetivo: A CPMI tem por objetivo investigar possíveis casos de uso abusivo do chamado cartão corporativo, criado pelo Decreto nº. 2.809/98, em especial no que tange a compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesa a ensejar fuga do processo licitatório. Dois. Contexto. As despesas de pequeno vulto no serviço público tradicionalmente eram realizadas através das chamadas contas tipo B, em nome de servidor designado, o ecônomo, que recebia adiantamento de valor com posterior prestação de contas através de notas fiscais e recibo. O Decreto nº. 2.809 de 22 de outubro de 1998 cria o chamado cartão de crédito corporativo, cujo uso efetivo se inicia a partir de 2001, conforme regras estabelecidas no Decreto nº. 3.892, de 20 de agosto de 2001. Mantido então o uso concomitante com as contas tipo B. O Decreto nº. 5.355, de janeiro de 2005, passa a designar este instrumento como cartão de pagamento do Governo Federal, regulamentando sua utilização para a aquisição de materiais e contratação de serviço de pronto pagamento e de entrega imediata enquadrados como suprimentos de fundos, pagamento as agências de viagem previamente licitadas, pagamento de diárias de viagem a servidor. Somente em 10 de fevereiro de 2008 o Decreto nº. 6.370 atualiza e consolida a legislação pertinente, determinando o encerramento das contas bancárias do tipo B destinadas à movimentação de suprimentos de fundo, bem como limita substancialmente a utilização de saque em espécie. A presente CPMI, ao propor investigação sobre o possível uso indevido ou ilegal do cartão de pagamento do Governo Federal por parte de servidores públicos federais, toma como fonte inicial auditorias e tomadas de conta do Tribunal de Contas da União, bem como as recentes notícias de possíveis impropriedades envolvendo autoridades do Poder Executivo Federal. Assim, é de fundamental importância para que possamos investigar com profundidade o uso indevido dos cartões de pagamento, quantos são as unidades gestoras, qual o número de ordenadores de despesa, e quais os limites estabelecidos para cada um dos portadores desses cartões. Nessa perspectiva, para objetivar de forma eficiente esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deve-se:

A) conhecer o que tem apurado e concluído as auditorias, tomadas de contas, demais fiscalizações e recomendações já realizadas pela CGU e pelo Tribunal de Contas da União, bem como aprofundar as análises acerca das contas de suprimento de fundo visando apurar eventuais irregularidades e buscar o aperfeiçoamento do sistema de controle;

B) Compreender a transição realizadas das contas do tipo B para o cartão de crédito corporativo e deste para o cartão de pagamento do Governo Federal;

C) Apurar os motivos que levaram a adoção do cartão de crédito corporativo, investigar as possíveis irregularidades havidas nos gastos relativos a suprimento de fundos da administração pública federal desde 98 até a presente data, identificando as devidas responsabilidades e, por fim, debater e apontar as medidas que aprimorem a gestão e a fiscalização dos cartões de pagamento do Governo Federal. Terceiro. Plano de trabalho. Os trabalhos dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito devem ser desenvolvidas em quatro etapas. Primeira etapa. Análise e obtenção de informações sobre os gastos públicos na forma de suprimento de fundo para o pagamento de pequenas despesas, bem como convocar oitivas com responsáveis desses órgãos, tendo como base inicial as auditorias e relatórios da CGU e do Tribunal de Contas da União. Identificação dos aspectos que permearam o processo de transição das contas do tipo B para os cartões. Identificação de todos os mecanismos de suprimento de fundos existentes e ativos no âmbito do Poder Público Federal. Para a realização da primeira etapa deverão ser convidados o Ministro Jorge Hage da Controladoria-Geral da União, representante do Tribunal de Contas da União, o atual Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, e o ex-ministro do planejamento, Sr. Paulo Paiva. Prazo estimado 20 dias. Segunda etapa. Apuração dos fatos exarados da análise e obtenção das informações com convocação de servidores apontados em eventuais irregularidades ou impropriedades, bem como a requisição de novos documentos. Prazo 30 dias. Terceira etapa. Debate que aponte o aprimoramento dos instrumentos de gestão e fiscalização do cartão de pagamento do Governo Federal. Prazo 20 dias. Quarta etapa, conclusão dos trabalhos e relatório final, prazo 20 dias. Como regra de procedimento, muitas delas já que assumidas publicamente pela Presidente da Comissão que quero elogiar a fim de permitir que as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se dêem do melhor modo possível e que seus objetivos sejam adequadamente atingidos, sugiro seja adotado os seguintes procedimentos. Os requerimentos

deverão ser apresentados com antecedência de pelo menos 24 horas das sessões deliberativas. Os documentos e requerimentos deverão ser protocolados somente da Secretaria da Comissão. Será dada ampla divulgação através da internet das atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e publicação dos requerimentos apresentados. As Sessões destinadas às oitivas serão realizadas preferencialmente às terças-feiras e quintas-feiras. As Sessões administrativas serão realizadas preferencialmente as segundas e quarta-feira. Este é o plano, proposta de trabalho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de colocar em discussão quero agradecer as regras de procedimento que o Relator nos sugere e eu quero aqui fazer já a indicação das próximas reuniões, de acordo com o andamento da Secretaria dessa Comissão e junto com as idéias que o Relator nos sugere.

Antes de passar a palavra a alguns Senadores e Deputados, começando pelo Senador Flexa que está esperando, eu quero dizer a V.Exªs. que portando essa proposta de trabalho nós estaremos aqui convidando para... E aí é parte também que cabe à Presidente da Comissão, convidando o Presidente, o Ministro Jorge Hage da Controladoria-Geral da União, o representante do Tribunal de Contas da União, o Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo, e o ex-ministro do Planejamento, Sr. Paulo Paiva, nessa ordem, e nesse caso--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, eu gostaria de sugerir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já vou dar a palavra. Nesse caso eu gostaria de informar aos Srs. Deputados e Senadores que a proposta dessa Mesa é para que o primeiro convidado seja ouvido já nessa quinta-feira às 9h30 da manhã já ouviríamos o primeiro. O segundo seria ouvido já na terça-feira da semana que vem e na outra semana--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Presidente, em um dia nós damos conta de ouvir os quatro. E acaba essa fase e já vamos ouvir o que interessa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É possível. Aí temos que dar uma estudada--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [pronunciamento fora do microfone] me interessa mais os funcionários, me interessa mais a delinqüência. Saber disso aí me interessa também. Mas um dia nós damos conta de ouvir todos esses, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço sua sugestão. E antes de passar discussão, Senador Flexa Ribeiro, e aí abro a discussão sobre o roteiro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Presidente. Apenas para consultá-la se V.Exª. vai seguir a ordem dos que já estavam inscritos anteriormente que V.Exª. jogou para esta fase do debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [risos] Um bom questionamento, Deputado. Realmente eu disse que depois de nós votarmos o roteiro, eu abriria para... Então eu gostaria primeiro de colocar aqui... Por favor, Deputado. Senador Marconi, Senador João Pedro, Senador... Deputado Paulo Teixeira, Deputado Carlos Sampaio... Todos vão ter condições de falar. Carlos Sampaio, Maurício Quintella, Senador Antônio Carlos, Deputado Nilson que já está com o dedinho levantado ali, Deputado Manato... Alguém mais? Deputado Vic? Eu quero informar que agora nós vamos começar a registrar o tempo. Então vamos dar cinco minutos para cada um para que possam colocar suas idéias. Começando Senador, pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Senadora. Como eu já falei, minha sugestão é de trocar o prazo de 20 dias por um dia. Só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Vamos levar em conta sua solicitação. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente serei bastante rápido. Primeiro para parabenizá-la. A Presidência dessa CPMI em vossas mãos dá à sociedade brasileira a garantia e a certeza da condução correta dos trabalhos. V.Exª. já demonstrou nas missões que lhes foram confiadas anteriormente da sua competência e da sua correção. Buscando aquilo que todos nós desejamos dessa CPMI, que é trazer os esclarecimentos que a sociedade brasileira busca avidamente. Não creio, e não sou pessimista com relação ao resultado desta CPMI. Quero também parabenizar o Deputado Luiz Sérgio pela Relatoria, e o Deputado Marcelo Melo pela Vice-Presidência, na certeza de que a Mesa Diretora dos trabalhos vai conduzir o processo de tal forma que nós possamos, sem questão de partidarismo, ou ideológica, nós possamos trazer para a sociedade as informações que ela busca conhecer. E aí, da parte da oposição, nós podemos antecipar desde já, Presidente, que os requerimentos serão aprovados por nós qualquer que sejam eles. Que busquem trazer a esta Comissão para serem ouvidos pessoas

ou autoridades do Governo anterior. E esperamos da base do Governo que eles tenham a mesma atitude em relação a isso. Ou seja, não há porque blindar ninguém. Não há porque proteger ninguém. É que a minha proposta é que sejam aprovados todos e quaisquer requerimentos que aqui cheguem. Já que nós queremos dar ampla divulgação e ampla transparência aos trabalhos da CPMI. E mais. Eu quero alertar a todos os nobres pares dessa CPMI que a sociedade brasileira nos fiscaliza através da TV e da Rádio Senado, e a imprensa brasileira, a mídia brasileira presente a todas as Sessões vai dar repercussão a tudo aquilo que aqui acontecer.

Então, querer esconder ou proteger pessoas com a não aprovação de requerimentos quando a evidência dos fatos leva a que nem precisasse ser votado o Requerimento, não vai levar a nenhum lugar.

Então, eu quero... Não sou pessimista, acho que a Presidente Marisa Serrano e o Relator Luiz Sérgio conduzirão os trabalhos que levarão ao objetivo final desta CPMI. E para finalizar, quero fazer também à mesma proposta do Senador Demóstenes Torres, já com a questão de que se chegue a uma economia processual, nós vamos ganhar os 20 dias proposto pelo Relator na sua primeira etapa de trabalho, ouvindo e a minha proposta é a mesma, que se faça uma oitiva única dos quatro convidados. Num único dia. É tempo suficiente e nós vamos ganhar para que possamos aprofundar os requerimentos. [soa a campainha] E por último, só por uma sugestão, Deputado Luiz Sérgio, V.Exª. na quarta etapa, nas regras de procedimento, entra em choque com que disse a nossa Presidente, Senadora Marisa Serrano. A Senadora Marisa Serrano disse que serão votados, discutidos e votados os requerimentos que chegarem à Secretaria até às 17h do dia anterior à Sessão Administrativa. V.Exª. propõe 24 horas. Então nós temos que ajustar aqui. Ou serão 24 horas e aí nós já não poderemos votar nada amanhã, ou o que propõe a Senadora Marisa Serrano que eu concordo com a proposta dela, e peço que V.Exª. faça a correção nas regras de procedimento, que ao invés de 24 horas, que o protocolo seja até às 17h do dia anterior a Sessão deliberativa.

Eram essas as palavras, sucesso, que Deus a abençoe em mais essa missão que V.Exª. tem no Congresso Nacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flexa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª. Presidente, a senhora poderia me inscrever, por favor. Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, Deputado Índio da Costa, também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou passar a palavra agora sem mais delonga ao primeiro inscrito Senador Marconi Perillo e depois Senador João Pedro.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª. Presidente, apenas para completar algumas idéias que expus aqui no início nessa Sessão. Cumprimentando o Relator, Deputado Luiz Sérgio, pela apresentação deste roteiro. Mas me permitindo, Srª. Presidente, sugerir a V.Exª., ao Vice-Presidente e ao Relator, que pudessem se reunir e definir de acordo também com os interesses de V.Exª. um roteiro que pudesse ser adequado à intenção de V.Exª. exposta aqui assim que V.Exª. foi eleita. Eu concordo com parte do roteiro, discordo, por exemplo, em relação à ordem dos convidados para as primeiras oitivas, já que em minha opinião, Relator, a primeira autoridade ou as primeiras autoridades a virem aqui devem ser as autoridades designadas pelo órgão de controle externo, no caso o Tribunal de Contas da União. O Presidente do Tribunal de Contas, o Procurador-Geral, Dr. Lucas Furtado, enfim, nós deveríamos ouvir aqui, debater aqui, realizar a primeira oitiva com representantes do órgão de controle externo. Depois nós ouviríamos o representante do órgão de controle interno, ou seja, Controladoria-Geral da União, posteriormente o Ministro do Planejamento, e os ex-ministros. Mas gostaria de pedir a V.Exª. dentro daquilo que já foi estipulado no início dessa reunião que os requerimentos fossem analisados detidamente agora à tarde e V.Exª. pudesse já colocar pela ordem cronológica de apresentação desses requerimentos em apreciação na Sessão de amanhã. Acho que seria uma Sessão Administrativa.

Concordo com o Senador Demóstenes em relação ao prazo exposto pelo Relator. Considero esse prazo muito elástico. Concordo que nós teremos como em um dia apenas ouvir a todas as quatro primeiras autoridades convocadas a partir da sugestão do Relator, e gostaria de fazer um apelo aqui a todos os integrantes da CPMI. Eu gostaria de apelar a todos no sentido de que todos os requerimentos de convocação, de solicitação de quebra de sigilo, todos eles, independentemente de ser deste Governo ou de governos anteriores, todos possam ser autorizados por essa Comissão. À medida que isso acontecer, certamente nós estaremos dando uma resposta absolutamente clara à sociedade brasileira e que nós não estamos aqui para acobertar quem quer que seja, que nós não estamos aqui para colocar sujeira debaixo do tapete e que nós estamos aqui para investigar conforme o preceito constitucional, esclarecer todos os fatos e caso cheguemos à conclusão de que existiram irregularidades, possamos encaminhar aos órgãos competentes, ao Ministério Público e à Justiça

Federal, ao Supremo Tribunal para que os eventuais punidos sejam... Os eventuais envolvidos sejam rigorosamente punidos. Nós tivemos ainda há pouco o exemplo da CPI dos Correios, que como bem relatou o Senador Alvaro Dias começou desacreditada e ao final acabou prestando um relevante serviço à Nação. Estou convencido, Senadora Marisa Serrano, Deputado Marcelo Melo, Relator Deputado Luiz Sérgio, de que com a nossa participação, com o nosso apoio e os nossos trabalhos nós haveremos de demonstrar à nação brasileira que esta Comissão é uma Comissão séria, que está aqui para apurar tudo e solicitar ao final a punição exemplar de todos os eventuais culpados. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Marconi. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srª. Presidente, Srs. Deputados e Srªs. Deputadas, Senadores. Primeiro eu quero fazer uma saudação e desejar que a Mesa que acaba de ser eleita, Deputado Luiz Sérgio, Deputado Marcelo Melo e a nossa Senadora Marisa, tenha uma condução exitosa nesses 90 dias de trabalho da nossa CPMI. É meu desejo que nós possamos conduzir e contribuir com o Brasil, contribuir com o Estado Brasileiro no sentido de aperfeiçoar, porque evidentemente que o cartão corporativo é um instrumento da transparência, da eficácia. Eu quero destacar aqui que esta CPMI foi uma proposta desde o primeiro dia dessa Legislatura, do Senador Romero Jucá, no sentido de apurar, e eu não sou diferente de nenhum Senador que tem um espírito público no sentido de nós apurarmos com rigor os excessos, as irregularidades. Eu penso que o Congresso Nacional ele faz uma CPMI e mostra que o Congresso está vigilante, e mostra que tem vitalidade, mostra que tem fiscalização. É o meu desejo, Srª. Presidente Marisa Serrano, que nós possamos contribuir com a sociedade brasileira.

Agora, já vem no início às primeiras falas aqui, e aí eu quero me contrapor na condição de membro de um partido que compõe o Governo, e repelir primeiro essa avaliação que nós estamos começando com pessimismo. Da minha parte não tem nenhum pessimismo. Da minha parte tem o meu compromisso como homem público, como Senador, de apurar, de fazer o debate, de contribuir com a sociedade brasileira no sentido de tirarmos lições dos problemas já levantados pela imprensa, mostrado pelo Portal da Transparência, mostrado pela eficiência dos órgãos que estão funcionando no Estado Brasileiro como o TCU.

Então, Srª. Presidente, dizer e repelir que não existe caixa-preta no Governo. A não ser que alguém tenha a experiência de ter participado de Governo com caixa-preta. Mas não existe caixa-preta no atual Governo.

Então, eu penso que nós podemos começar, e eu quero concordar com a proposta do Relator, e a ponderação do Senador Demóstenes, nós podemos fazer, eu estou entendendo que esse bloco de 20 dias de fazer várias oitivas. Não só em 20 dias fazer a oitiva de quatro autoridades, cinco autoridades apresentadas pelo nosso Relator. Mas, fazer as oitivas inclusive oriundas da aprovação de proposta dos requerimentos.

Então, nós podemos trabalhar, querendo fazer uma... Trabalhar esses 20 dias e fazer as oitivas além das autoridades levantadas e apresentadas pelo nosso Relator e aprovar, com certeza, [soa a campainha] requerimentos que possam contribuir com os trabalhos da CPMI. É isso, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço as palavras do Senador João Pedro e passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª. Presidente, Senadora Marisa Serrano, quero cumprimentá-la pela sua eleição como Presidenta importante que no Brasil cada dia mais as mulheres possam assumir posições de comando sinalizando para toda a sociedade brasileira o papel da mulher. E todas as referências a V.Exª. são sempre elogiosas. Então desejo a V.Exª. todo o sucesso na realização desse trabalho. Assim como ao Deputado Marcelo Melo, Vice-Presidente eleito nessa Comissão e o Relator Luiz Sérgio que nos apresenta um roteiro muito bem trabalhado, um roteiro muito bem definido, amplo nos seus objetivos.

Quero aqui, Srª. Presidente, falar do meu otimismo com esta investigação. O roteiro apresentado pretende investigar 10 anos de vida do cartão corporativo. E não só do cartão corporativo, como deste gênero suprimento de fundos que cuja espécie é o cartão corporativo e as contas do tipo B. Essa investigação não pode haver qualquer pessimismo em relação a ela, porque os resultados dessa investigação, Srª. Presidente, Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, vai resultar numa sinalização não só para o Governo Federal, como para todos os governos estaduais que se utilizem desses mesmos mecanismos. Aliás, Srª. Presidente, hoje o cartão corporativo e todos os seus gastos estão na internet. Isso foi um ato do Presidente da República, o Presidente Lula, colocando na internet a partir desse fato, a imprensa investigando os cartões conseguiu perceber contradições e problemas. E é por isso que nós temos essa CPMI.

Presidente, eu sugiro que nós possamos chamar o Governo do Estado de São Paulo para ele também possa adotar esse mesmo procedimento de colocar

na internet os demais governos brasileiros na internet seus gastos feitos pelos cartões. Portanto, é uma sinalização para o País, é a possibilidade de investigarmos o mau uso exigindo que os cofres públicos sejam reparados, e a possibilidade também de nós punirmos aquele funcionário que fez má utilização dos cartões corporativos.

Srª. Presidente, queria elogiar o nosso Relator por ter apresentado o seu plano de trabalho, roteiro de trabalho, porque o roteiro de trabalho tem como objetivo além de investigar, melhorar os mecanismos de controle para que nós possamos prevenir excesso de gastos indevidos, abusos, enfim, na proteção do contribuinte e do bom funcionamento do Estado. Eu concordo, Srª. Presidente, com a proposta do Senador Marconi Perillo, quando ele propõe que nós possamos ouvir em primeira mão o representante do Tribunal de Contas da União. Se V.Exª. concordar e os demais membros concordarem, nós podíamos apenas fazer uma inversão da ordem convidando, primeiro, o Presidente do Tribunal de Contas da União, e depois o Controlador-Geral da União. Então, da nossa parte não há qualquer oposição à troca desta ordem sugerida aqui pelo Senador Marconi Perillo.

E em relação às observações do Senador Demóstenes Torres, nós queríamos dizer, Senador, que essas oitivas em nossa opinião deveriam ser feitas em dias diferentes. Se elas tomarem quatro Sessões, nós conseguiríamos diminuir o prazo. Duas Sessões numa semana, duas Sessões noutra semana. Nós só temos um problema aí que é o problema da Páscoa, que certamente pode dificultar quinta-feira de termos uma Sessão. Por que é que é importante termos essas Sessões em dias separados? Porque eu ouvi o Controladoria-Geral da União, ele gastou quase três horas num programa de televisão [soa a campainha] que ele podia trazer essa contribuição nesse tempo. Ouvir o Ministro que criou o cartão, o Ministro que faz a gestão atual, Tribunal de Contas.

Então, eu creio que num dia nós não teríamos a condição de fazer um aprendizado aprofundado dessa questão para não cometer equívoco durante nossas investigações futuras. Por isso a minha proposta é que nós gastemos quatro Sessões. E quatro Sessões poderiam resumir em menor tempo desde que feitas em dias diferentes. Então a nossa sugestão é que elas fossem feitas em quatro Sessões, quatro Ministros, quatro dias. Se V.Exª. entender que essas quatro Sessões devessem ser intercaladas em dias de trabalho ou em duas semanas distintas nós resumiríamos mesmo assim o prazo proposto por V.Exª.

O nosso objetivo é uma boa investigação, uma séria sinalização para a sociedade brasileira e para o Estado Brasileiro, transparência nos nossos procedimentos, profundidade e seriedade. Portanto, nós temos o acordo no roteiro, na sugestão do Senador Marconi Perillo, e com V.Exª. no sentido de fazer quatro Sessões. Ainda que fossem quatro dias, nós podíamos intercalar duas semanas. Mas não dá para fazer no mesmo dia. Permita a nossa discordância, porque eu quero antes de começar inquirir alguma pessoa aqui, ter um conhecimento de causa profundo para evitar injustiças como parte da imprensa já fez ao atribuir questões que não pudessem ser atribuídas a agentes públicos. Para concluir, devemos ter o máximo de rigor na nossa investigação. Por isso a nossa sugestão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Eu queria fazer uma proposta a todos os Deputados e Senadores. Nós precisaríamos de quorum para votar a proposta de trabalho do Sr. Relator. E o quorum nosso é de 13 Srs. Parlamentares. Portanto até pedi ao Senador Gim Argello que permanecesse aqui um pouquinho para que a gente pudesse votar. Isso é importante para amanhã a gente pudesse continuar os nossos trabalhos. O Sr. Relator quer fazer um adendo.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pela ordem, Srª. Presidente. Se a senhora permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Ouvindo aqui a proposta do Deputado Luiz Sérgio e as demais que foram apresentadas pelos... Tanto Deputados como Senadores, queria fazer uma proposta intermediária. Sugerir que essa primeira etapa que está previsto de ouvir a Controladoria, o Tribunal de Contas da União, e o atual e o ex-ministro do planejamento, sugerir Srª. Presidente senhoras e senhores membros dessa CPMI, que pudesse fazer essa primeira etapa em duas Sessões. Na primeira Sessão ouviremos os órgãos de Fiscalização e Controle... Ou melhor, propor o seguinte. Até por uma questão mais lógica, quer dizer, ouvir primeiro o... Não, acho que primeiro ouvir... Ouvir o Controle Externo, TCU e Controladoria, e em seguida o atual e ex-ministro do Planejamento. São duas Sessões específicas. Acho que aí equilibraria e daria maior celeridade aos trabalhos além do que fazer--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem. Eu tenho uma sugestão também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Faz favor, o Senador Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Srª. Presidente, eu creio que fazendo dessa forma permitiria com que pudéssemos obter as informações de forma mais precisa e com certa celeridade se fazer quatro Sessões distintas. Duas Sessões cada uma ouvindo--

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Senador Nery, Questão de Ordem, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já passo à Questão de Ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, eu queria fazer uma Questão de Ordem para eliminar a apreciação, a votação do plano de trabalho do nobre Relator. A senhora afirmou que em se votando e aprovando o plano de trabalho estar-se-ia já convocando o Ministro Jorge Hage e o Presidente do TCU. Não me parece--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os dois Ministros.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): É. Não me parece que a aprovação do plano de trabalho seria um instrumento correto e regimental para a convocação de Ministro de Estado. Acho que nós deveríamos aprovar o plano de trabalho e aí aprovado o plano de trabalho a Comissão fazendo acordo, aí sim nós aprovaríamos os requerimentos de convocação. Acho que essa seria a melhor forma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A questão que foi colocada era apenas para normatizarmos de acordo com o Relator e a Presidente, pensamos que a partir do momento que todos discutirem o plano de trabalho e deixar bem claro que os quatro estariam sendo convidados, e pelo que eu vi aqui não houve até agora nenhum tipo de restrição ao convite, poderemos votar os requerimentos. Mas nesse caso teríamos o mesmo resultado que votando o plano de trabalho.

[falas sobrepostas]

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Srª. Presidente, por uma questão de formalidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não há problema nenhum. Votaremos os requerimentos também.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Mera questão de formalidade. Nesse primeiro momento há acordo para tudo. Posteriormente poderá não haver e a formalidade passa a ser importantíssima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode estar certo que os Requerimentos serão votados quando não houver consenso serão votados nominalmente. Deputado Manato...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Srª. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato, com a palavra.

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO MANNATO (PDT-ES): Srª. Presidente é porque está colocando aqui o Controlador-Geral da União, o Tribunal de Contas. Agora eu sugeriria também à operadora do cartão tem que vir na mesma época. A operadora do cartão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma questão de ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Srª. Presidente, uma Questão de Ordem, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero só colocar a palavra para o Relator que quer fazer uma solicitação. Relator com a palavra.

[falas sobrepostas]

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Segunda vez que me inscrevo e que não consigo sequer fazer o levantamento de uma questão de ordem. É uma questão que pode auxiliar o Relator. É na linha do que vai ser colocado pelo Relator, tão-somente levando em consideração o que foi colocado pelo Senador Nery, ponderar com os membros dessa Comissão que oitiva no mesmo dia dos órgãos de controle externo e interno, seriam duas oitivas que reputo muito importantes pelo nível de informações que trariam. Eu acho que seria mais oportuno fazermos em duas Sessões, como fora colocado por ele, mas num dia vindo o TCU e o Ministro Paulo Paiva que falaria tão somente às razões que levaram a criação do cartão e no outro dia a CGU e o Ministro do Planejamento que falaria sobre as novas normatizações por ele colocadas. Ou seja, os conteúdos seriam menores e nós teríamos condições de ouvir mais ambos os órgãos de controle tanto externo como interno. Apenas a sugestão que faço para o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Relator com a palavra.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Srª. Presidente, primeiro, a questão levantada por um Deputado em relação à questão dos requerimentos ao ler a proposta de trabalho eu já tinha conversado

com o Secretário-Geral da Comissão que pudesse providenciar o convite para que conjuntamente com a proposta de trabalho pudéssemos aprovar aqui o Requerimento das quatro pessoas propostas para o início do trabalho.

Com relação à Questão de Ordem levantada pelo Marconi Perillo, pra mim não tem nenhum problema que possamos inverter a ordem e começar pelo representante, porque eu coloco representante do Tribunal de Contas da União. Porque como é uma instituição, eu trabalho com o entendimento que aquele que eles aqui enviarem a essa Comissão vai dar a contribuição que nós esperamos daquele órgão de fiscalização.

Com relação à questão levantada pelo Senador Flexa Ribeiro, que já se retirou, eu concordo plenamente com ele. E a sugestão que ele apresentou que seja os requerimentos apresentados até às 17h do dia anterior, que vai de encontro à proposta que a Senadora Marisa Serrano apresentou, também não tem nenhuma discordância com ela.

Agora, com relação a propostas é preciso na minha visão que nós tenhamos muito claro que está CPMI ela está existindo e num bom momento e na boa hora em razão de um trabalho que a Controladoria-Geral da União fez ao criar o Portal da Transparência. O que nós tomamos conhecimento foi aquilo que a imprensa divulgou. No entanto, não podemos nos limitar que aqueles são os únicos problemas que nós temos. Como o Tribunal de Contas da União, que é um órgão auxiliar do Legislativo e independente, tem também como sua função e sua prerrogativa a fiscalização.

Então, eu acho que a pressa também é inimiga da perfeição. Que nós pudéssemos aprovar e peço a aprovação dos pares aqui a aprovação do Relatório ouvindo um a um, porque isso nos permitirá aprofundar as informações. Porque as informações que nós temos são as informações que nós lemos, são as informações que nós ouvimos pelos meios de comunicação, mas nenhuma dela se constituiu como informação da nossa pergunta direta e objetiva. Então eu peço aqui a aprovação dos pares do programa de trabalho que apresentei, porque acredito que ele nos permitirá o aprofundamento de cada uma das questões levantadas e elas serão indiscutivelmente o alicerce, a base que irá sustentar o nosso caminhar a partir dessa primeira etapa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria antes de continuar a Sessão, o Sr. Relator já deu aqui a sua anuência às questões propostas. Ficando apenas aí ao item a ser ainda normatizado, que seria o número de convidados nesses quatro que seriam ouvidos por dia. Eu quero fazer uma proposta aqui à Comissão. O regimento interno aqui diz o seguinte: Terminada a exposição do Ministro de Estado que terá, e todos os quatro têm status de Ministro de Estado, terá a duração de meia hora, abrirá para o debate. Abrir-se-á para o debate. Art. 398 e inciso X. Portanto, eu ia propor, quero propor meia hora para a exposição, se pudéssemos começar às 9h30 um convidado teria 30 minutos para o debate, uma hora para... 30 minutos para a exposição e uma hora para o debate e às 11h o outro que seria meia hora para exposição e uma hora para o debate. Acho que nenhum ficaria esperando porque é difícil e não é educado nós convidarmos um Ministro e ficarmos os dois aqui esperando os debates que sempre são acalorados e demoram.

Portanto assim nós teríamos a possibilidade de não constranger pelo tempo nenhum convidado. Deputado... Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [pronunciamento fora do microfone] que está convidando um representante do Tribunal de Contas da União. Muito bem. Quase sempre o Ministro-Presidente não vem e manda alguém. Agora, o Ministério Público do Tribunal de Contas da União não faz parte da mesma representação. Instituição autônoma. Inclusive tem o funcionamento diferenciado em relação aos próprios Ministros. Então eu sugeriria, até porque todos esses processos passam pela mão do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas que fosse convidado também para a mesma Sessão em que vier o representante do Tribunal. Quando fui Relator de uma Comissão eles mandaram, o próprio Procurador aceitou representar também o Tribunal de Contas. Quer dizer, foi encarregado pelos Ministros em fazer uma exposição em nome do Tribunal. Mas só porque... Não se trata especificamente do mesmo órgão que o convite fosse feito ao Tribunal de Contas e também ao Ministério Público do Tribunal de Contas porque também tem o que dizer. E uma segunda sugestão que faria também por tradição da Casa, é que caso o Sr. Relator concordasse e V.Exª. também, que fossem convidados Assessores desses órgãos todos envolvidos na apuração, porque eles auxiliam muito. Por exemplo, o Ministro Jorge Hage na questão do apagão ele colocou um Assessor, alguém que diretamente conhecia os processos, levantou os problemas nos trouxe aqui e nos ajudou. Ministro Jorge Hage é um homem correto. Um Delegado da Polícia Federal, porque vai nos auxiliar... Alguém do Tribunal de Contas da União, idem. Da Procuradoria-Geral da República. Um Procurador da República.

Então todos vão auxiliar o nosso nobre Relator a concluir o seu trabalho. E ao mesmo tempo também nos facilitará muito na análise de todos os processos

que tem em andamento. É uma sugestão que é praxe das CPIs.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço muito. Quanto ao segundo item é claro e evidente que essa Presidência, uma das suas prerrogativas é justamente essa e nós podemos convidar e solicitar, aliás, dessas entidades os técnicos que nos interessam para apoiar a Comissão. A CPMI pode fazer isso a pedido inclusive dos Srs. Deputados e Senadores. Poderão nos solicitar e com atenção. Quanto à primeira parte eu gostaria de ouvir o Sr. Relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minutinho só, deixa o Relator responder, por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Com relação ao representante do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União, como V.Exª. mesmo na sua fala frisou, quer dizer, outro órgão, outro poder, eu até assino junto com V.Exª. a convocação. No meu entender, por ser outro órgão, outro poder, eu entendo que deveria vir num outro momento.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É uma atuação conjunta.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Concordo plenamente que ele que tenha muitas e importantes contribuições a dar a esta Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Relator, se me permite apenas a oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem duas pessoas pediram pela ordem aqui. Quero atendê-los. O Deputado Silvio Costa e o Deputado Nelson. Deputado Nelson com a palavra e depois Deputado Silvio. Depois Deputado Nilson... Já – já.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR): Srª. Presidente, no meu entendimento, para que nós pudéssemos-– [interrupção no áudio] começar a analisar os casos concretos do uso irregular dos cartões corporativos, nós temos que ter o regulamento do uso dos cartões, aquilo que o regulamento oficial aquilo que é as despesas que é permitido e as despesas que não são permitidas baseada no regulamento e baseado em caso concreto aí sim nós vamos analisar as irregularidades se elas estão acontecendo ou não. Eu acho que primeiro nós temos que ter em mãos isso aqui para depois ouvir autoridades do Tribunal de Contas, do Ministério Público, porque vem aqui, fala, mas nós precisamos analisar os casos concretos primeiro para depois poder ouvir aquelas autoridades e as providências que o Tribunal de Contas tomou ou não tomou sobre aquela situação irregular. Porque sem termos o regulamento oficial na mão para saber o que é permitido e o que não é permitido os gastos sobre o cartão corporativo nós não temos condições nem de dar andamento e de fazer uma análise justa sobre o uso dos cartões corporativos que está sendo o foco desta CPMI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Silvio e depois Deputado Nilson.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª. Presidente é voz unânime aqui que todos queremos apurar e todos queremos uma CPI ímpar. Acho que tem uma lógica no processo. E essa lógica deveria começar em minha opinião da seguinte forma. Primeiro, vamos chamar o ex-ministro Paulo Paiva que é quem criou o cartão. Iríamos perguntar ao Ministro porque ele criou. Depois, convidaríamos o atual Ministro porque continuou com o cartão. Depois, chamaríamos a Controladoria. Como controla o cartão. Alguns companheiros da oposição estão propondo trazer, por exemplo, a Controladoria e o atual Ministro. Eu não concordo, e não acho nesse primeiro momento de bom tom trazer a Controladoria e nem o ex-ministro Paulo Paiva e nem o atual Ministro. Porque de qualquer forma, como falou o Deputado Maurício Quintella e o Deputado Paulo Teixeira, nesse primeiro momento, Deputado Nelson, todos aqui precisamos aprender mais sobre esse processo do cartão corporativo. Sob pena de até as nossas perguntas serem pueris. Então, na verdade não dá para fazer o embate nesse primeiro momento. Quando alguém da oposição propõe trazer o Ministro Hage e o Ministro Paulo Bernardo, um fala meia hora e outro fala meia hora, e começa a saraivada de pergunta, termina virando uma acareação. Então não vai ser hora. Eu sei que é uma proposta inteligente da oposição, mas nesse primeiro momento é um momento de aprendizado.

Então queria propor, Senador Demóstenes, vamos chamar primeiro o Ministro Paulo Paiva, que criou, depois o Paulo Bernardo, depois a Controladoria e a gente dá agilidade. Pode ser em três Sessões.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por mim pode chamar qualquer um. Sendo ao mesmo tempo... Pode chamar dez, vinte, trinta no mesmo dia, eu acho que dá tempo.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio está com a palavra. Para terminar, Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Me parece que o Senador me pediu um aparte, não é isso,

Senador? O Senador disse: Por mim pode chamar tudo. Concedi, claro, e é um prazer conceder a V.Exª. Entretanto, eu quero dizer a V.Exª. que eu entendo bem o processo da CPI. A oposição sempre posa como a grande paladina da ética e da investigação.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Esqueci isso.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu não posso esquecer porque V.Exª. hoje já foi para os jornais dizendo que ia convocar a filha do Presidente. E a filha do Presidente nem cartão corporativo tem.

[falas sobrepostas]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Exª. tem esse jornal? V.Exª. acho que não sabe ler. Então V.Exª. ouviu isso da minha boca? Em qual jornal está escrito?

[soa a campainha]

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): V.Exª. é mestre em criar fato político.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não sou não, senhor.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): V.Exª. é mestre em criar fato.

[soa a campainha]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V.Exª. quer bater boca? Não é comigo.

[falas sobrepostas]

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu estou com a palavra.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de manter a palavra ao Deputado Sílvio. Para concluir, Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Tenho uma proposta. Primeiro convidar o ex-ministro Paulo Paiva que criou, depois quem continuou que é Paulo Bernardo, e depois a Controladoria. Discordo nesse primeiro momento fazer uma acareação. Não dá aqui para fazer palco para a oposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Sr. Relator quer fazer um esclarecimento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Primeiro que aqui foi dito, na proposta de trabalho que apresentei, os 20 dias são para a primeira etapa. Não é 20 dias para ouvir quatro Ministros. Então... Ex-Ministros. É só uma questão aqui de leitura. Segundo, mantendo a proposta apresentada de se ouvir a cada dia um, eu não vejo nenhum problema sendo a proposta de que cada dia fazendo aqui a troca, acatando aqui a sugestão do Senador que o primeiro seja o Tribunal de Contas da União, eu não vejo problema de que junto possamos ter nessa Sessão o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Numa concessão de que queremos construir aqui um acordo sem proteger e sem perseguir ninguém, como falei no início do trabalho. Ouviríamos junto, mandaria preparar o Requerimento, nós aprovaríamos o plano de trabalho sendo ouvir um a um. Acho que também colocar aqui numa mesma Sessão um ex-ministro com o atual Ministro, acho que não é uma... Não é gentil de nossa parte. Porque em determinado momento podemos aqui deixar transparecer que queremos colocar um contra o outro. E o ex-ministro Paulo Paiva, no meu espírito do convite é para que ele possa, inclusive, nos subsidiar dos argumentos e das razões que levaram ele a criar, já que o debate acerca do cartão foi muito polêmico, se é o melhor instrumento ou não era o melhor instrumento.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Relator, V.Exª. me permite um aparte?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Sim.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A idéia não seria colocar ambos os convidados numa espécie de acareação. Mas em horários distintos. Foi isso que eu compreendi a proposta...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Esse também foi o meu entendimento. No meu entendimento de maneira alguma teve a questão aqui de acareação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Relator. A idéia é para ficar bem clara. Não é aqui acareação de nenhum dos convidados. A legislação aqui, o regimento nosso é muito claro. 30 minutos para o Ministro de Estado fazer a sua exposição e depois aberto para os membros fazerem seus questionamentos. Não é trazer os dois ao mesmo tempo. Isso não é de bom tom e não vai ser feito. Então eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Nilson.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: Pela ordem, Srª. Presidente.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Muito obrigado, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já – já. Primeiro o Deputado Nilson que faz horas que está pedindo. O senhor me desculpe.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Eu quero agradecer V.Exª. à oportunidade que me deu, cumprimentar V.Exª. a Presidência dessa Comissão, e o nosso Relator.

Presidente, eu sou daqueles que entende que as Comissões Parlamentares de Inquérito elas podem ser um grande instrumento do Poder Legislativo. Desde que tenham posturas. Elas podem ser um grande instrumento do Poder Legislativo para colocar o Poder Legislativo no patamar em que ele se encontra. De apuração. Mas se transformar numa Delegacia de Polícia, num debate de surdos, em que as pessoas atrapalham uns aos outros, que ninguém ouve ninguém, a CPI ao invés de construir ela se desmoraliza. Primeiro exemplo foi esse aqui. Nós vimos neste momento, onde um Parlamentar estava falando no seu momento e outro atrapalhando o outro falar. Isso não é civilizado. Isso desmoraliza a Comissão, porque quando um fala, os outros têm que ouvir. Para que nós possamos chegar a pelo menos entender o que o outro está falando. Diálogo de surdo não constrói nada.

O Relator teve a clareza de propor à Comissão um roteiro. Propôs um roteiro lógico, um roteiro sereno, um roteiro que nos coloca informações. Nós vamos ouvir na primeira etapa todas aquelas pessoas que têm informações a prestar a essa Comissão. Não se atém no meu entendimento a quatro pessoas. Podemos indicar outras. Desde que essas outras pessoas possam trazer informações a essa Comissão. Nós vamos ouvi-las. Devemos ouvi-las, aliás, para poder fazer uma Comissão de Inquérito fundamentada. E não um palco político, um palco de exibicionismo que não é... Não é esse o caso. Muito embora alguns Parlamentares sejam tentados permanentemente a fazerem circo.

Presidente, a ordem de ouvirmos essas quatro pessoas foi proposto pelo Relator. Creio que devemos acatar. Se tem outras que propõem outros nomes, devemos ouvi-los. Não tem nenhum problema. Essa ordem pode ser invertida, podemos ouvi-los em dois, três dias. Não vejo problema nisso. Em seguida outras pessoas serão chamadas na segunda etapa. Técnicos do Governo, desse e de outros governos, deverão ser chamados. Podemos elencar os nomes das pessoas que queremos ouvir. Em seguida a Comissão deve ter uma postura propositiva de apresentar um modelo, de corrigir erros, de corrigir defeitos para que esse instrumento possa contribuir com o nosso País.

Em seguida votaremos o Relator. Essa é a proposta do nosso Relator, correta, lógica, sem politicagem, técnica, como, aliás, entendo que seja também a visão que V.Exª. traz.

Queria por último, Presidente, dizer que nós precisamos aperfeiçoar o nosso processo de debate e discussão nessa Comissão. Essa figura do "pela ordem" significa fura-fila, significa que não se inscreve e atrapalha enquanto o outro está falando... A figura correta é a figura da inscrição. As pessoas se inscrevem e falam no seu momento. Quando pede um aparte educadamente, se aquele que está falando conceder concede. [soa a campainha] Se não, não. Agora, eu vejo aqui os fura-fila. Aqueles que não têm civilidade e educação para ouvir os outros falarem. E isso eu creio que V.Exª. deve acabar permanentemente para que uma CPI do Congresso Nacional receba de fato crédito do povo que nos vê e nos acompanha. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado. Eu gostaria, Deputado Carlos, e Deputado Paulo Teixeira que pediram a palavra. Eu gostaria de colocar aqui as questões que nós precisamos definir. O Sr. Relator está com os requerimentos prontos incluindo aí o Procurador do Ministério Público. Nesse caso, o Requerimento já está feito aqui e...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª. Presidente, uma Questão de Ordem. É porque existem outros requerimentos de outros Senadores e Deputados com o mesmo objetivo. Eu gostaria que a senhora votasse em globo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo, o Requerimento que eu passo a ler é o seguinte. Requeiro nos termos do art. 30 do inciso V do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 58 § 2º, inciso V da Constituição Federal que seja convidado para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito um representante do Ministério Público junto ao TCU. Essa foi à proposta... É o Requerimento que o Sr. Relator anexa aos outros quatro que estão... Que estamos discutindo desde o início da discussão do plano de trabalho do Relator. Então, eu quero colocar em votação. Vou colocar em votação nominal...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Presidente, Questão de Ordem sobre os requerimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem sobre os requerimentos ao Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não se trata de nenhum formalismo, mas apenas para evitarmos posteriores alegações de nulidade, veja, Sr. Presidente, é regimental e foi dito aqui hoje que os requerimentos devem ser apresentados até às 17h do dia anterior. Nós não temos como votar na data de hoje requerimentos hoje apresentados porque a Comissão foi instalada neste momento. Nada obsta que marquemos para amanhã a votação dos primeiros quatro requerimentos justamente àqueles sugeridos pelo Relator, e com uma vantagem. Amanhã V.Exª. poderia além de votar esses quatro já eliminar uma série de outros do mesmo teor que foram protocolizados. Agora, a vota-

ção na data de hoje poderia implicar nulidade tendo em vista que não houve o protocolo no dia anterior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Para contraditar Deputado...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para contraditar em parte. O Deputado Carlos Sampaio tem razão, porque quando do plano de trabalho nós... Data que é... Uma data e uma hora para a apreciação dos requerimentos acho que a gente tem que começar a respeitar hoje. E tem outro fato aqui. Acho que nós poderíamos, como é o primeiro Requerimento, até acordar e se votar hoje, desde que os requerimentos dos demais Deputados e Senadores acerca da convocação das mesmas autoridades também fosse apreciado em conjunto. Por quê? Porque tem o efeito regimental. Aqueles que apresentam o Requerimento têm prioridade para falar e prerrogativa também na questão do tempo de uso da palavra. Por isso, por exemplo, vou dar aqui um exemplo, eu apresentei Requerimento também para a convocação do Ministro Jorge Hage, e gostaria se esse for votado hoje seja incluído na Ordem do Dia também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Eu agradeço a sugestão dos dois Deputados. E, como nós temos condições de votar amanhã os requerimentos todos, nós poderemos aprovar agora o plano de trabalho do Sr. Relator e amanhã cedo votaremos os requerimentos com os nomes das autoridades que o senhor Relator está sugerindo.

Portanto, nesse momento todos aqueles que concordam com o plano de trabalho do Sr. Relator e deixando para amanhã a votação em primeira mão, primeira ordem a votação das autoridades que ele propõe permaneçam como se acham. Com as alterações propostas e aceitas pelo Sr. Relator.

[falas sobrepostas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um momento só aqui. Deputado Carlos Sampaio e depois Deputado índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Em duas oportunidades eu me inscrevi para falar sobre o plano, e não tive até agora essa oportunidade, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Por isso que eu... Eu pedi para falar sobre esse plano.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Deputado Carlos Sampaio, só...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho, Sr. Relator. Deputado Carlos Sampaio, o senhor quer falar agora sobre o plano?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sobre o plano. Essa foi a razão lá atrás.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se V.Exª. me permite, Deputado Índio é sobre... A Questão de Ordem de V.Exª. é sobre o plano de trabalho?

DEPUTADO INDIO COSTA (DEM-RJ): Sim, certamente, Srª. Presidente. É só para ter certeza absoluta de que haverá o direito dos Parlamentares que fazem parte da CPMI de entregar até às 17h?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Até às 17h. Permanecem todos os requerimentos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado. E a segunda questão, é que essa proposta de prazos aqui, primeira etapa, segunda etapa, me parece que se a gente for utilizar como metodologia toda a CPMI esses prazos de ouvirmos individualmente a cada Sessão, nós levaríamos só com os requerimentos aqui, as requisições, as convocações dos Democratas cinco meses para ouvir as pessoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero dizer ao senhor, Deputado, que o senhor não precisa se preocupar porque a Mesa vai normatizar e organizar essas oitivas todas. É uma prerrogativa da Mesa, da Presidência, e vamos fazer isso com toda tranqüilidade. Por isso que nós colocamos até às 17 horas para ter tempo de durante o final de tarde e a noite podermos organizar. Pode V.Exª. ficar certo que vamos normatizar de tal forma que possamos ouvir todas aquelas personalidades que os Deputados e Senadores estão pretendendo através dos seus requerimentos. Deputado Carlos Sampaio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Com relação à fala do Senador Perillo, acerca do adendo quando da votação dos primeiros requerimentos, no meu entendimento só para ficar claro é que nós anexaríamos junto com que eu apresento todos os outros que tenham o mesmo teor para apreciação em conjunto. É isso. Muito obrigado. Só para deixar bem claro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Carlos Sampaio... Deputado Carlos Sampaio. É o cansaço, viu Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Quem sabe chego lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem sabe.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senadora, inicialmente cumprimentá-la pela Presidência desses trabalhos, dizer que em que pese alguns terem

colocado clima de pessimismo, acho que pessimismo existia quanto da possibilidade da não instalação. Eu acho que foi uma grande vitória a instalação dessa CPMI numa demonstração de que todos queremos apurar, como bem disse aqui alguns que me antecederam, aqueles que usaram indevidamente o cartão corporativo, sejam eles dessa ou daquela agremiação partidária porque o que está em jogo não é uma questão política como bem disse V.Exª., uma disputa entre oposição e situação, entre éticos e não éticos, mas sim a apuração daqueles que malversaram o dinheiro público. E devem responder por seus atos sejam eles de quais partidos forem.

Segundo, dizer que a questão colocada pelo Relator quanto ao plano de trabalho, acho que ele colocou de forma concisa e acho que até interpretei de uma forma mais abrangente quando ele diz na primeira etapa e depois fez questão de reiterar isso, 20 dias não seria tão somente para oitiva dos quatro. Pelo contrário. Na primeira fase da primeira etapa, análise e obtenção de informações. Portanto essas informações, via de regra, os requerimentos de informações eles são realmente se dá 15 dias para que as autoridades enviem para cá. Portanto, eu acho que essa questão dos 20 dias pra mim ficou muito bem compreendida. Duas sugestões, três, uma delas já acatada que seria a inversa do TCU com o CGU, a segunda insistir com o Relator no sentido de que não haveria nenhum problema caso a Presidência assim entendesse juntamente com o Relator em que ouvíssemos num dia, no primeiro período, suponhamos pela manhã o Presidente do TCU, pessoa por ele designada junto com o membro do Ministério Público, e na parte da tarde o Ministro, por exemplo, Paulo Paiva que foi quem idealizou a criação dos cartões. E na outra oportunidade pela manhã a CGU e à tarde o Ministro que efetivamente normatizou por último a questão dos cartões corporativos. Essa é a segunda sugestão para que não haja nenhum constrangimento e nenhum clima de acareação.

E a terceira e última é no que se refere à primeira etapa e aí eu me refiro ao Relator e eu pediria a compreensão dele, com relação à primeira etapa, V.Exª. diz na primeira fase: "Análise e obtenção de informações sobre os gastos públicos na forma de suprimentos de fundos". Apenas que V.Exª. pudesse incluir antes de na forma de suprimentos de fundos que V.Exª. agregasse a seguinte frase: "Análise e obtenção de informações sobre os gastos efetuados com o uso de cartão corporativos na forma de suprimento de fundos". Por quê? Porque o objeto da CPMI é justamente cartões corporativos. É evidente que derivações acontecerão e V.Exª. coloca muito bem no segundo item identificação dos aspectos que permearam o processo de transição da conta B. E não coloca necessariamente investigar a conta B porque ainda não temos um fato concreto. Então eu concordo com o plano, com o roteiro apresentado por V.Exª. com essas sugestões para que possamos dar a ele a dimensão adequada ajustando-o ao Requerimento inaugural para evitarmos que ele seja maculado ou eivado de qualquer vício futuro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Deputado Carlos Sampaio, primeiro há uma compreensão da minha parte que ao pedir a aprovação da proposta de trabalho tendo um a cada vez a proposta foi aprovada e então trata-se de uma matéria vencida.

Com relação à sua proposta de no mesmo dia, é que até pela experiência de que já foi líder. [soa a campainha] Nós já estamos às 2 horas da tarde, hora que não temos aqui nenhuma exposição. Porque daqui a pouco nós teremos o início da ordem do dia tanto na Câmara como no Senado. Isso suspende o trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Então, isso acaba não permitindo um bom trabalho.

Com relação a essa outra questão levantada por V. Exª, eu aqui preciso revelar um dado. Foi o que eu tive informação e que ainda não são os dados oficiais. Nós não podemos, a meu ver, passar aqui a impressão de que queremos focar. É claro que o fato determinado que nós temos conhecimento hoje são os fatos relativos aos cartões de pagamento do Governo Federal. Mas ainda hoje o Governo Federal utiliza os dois mecanismos. O cartão de pagamento do Governo Federal e as contas chamadas tipo B. Ao pegarmos informações, isso pode nos trazer dados que nos levem a ter que investigar ou não.

Então, do jeito que eu coloco na proposta eu estou permitindo isso. Até porque de 2001 até 2007, a conta suprimento de fundos gastou algo em torno de um bilhão, cento e sessenta milhões de reais. Um bilhão de reais foram contas tipo B. 160 milhões foram cartões. No entanto, todos nós só tivemos conhecimento do cartão que foi gasto na operação de cartão. Porque mesmo no caso dos cartões hoje de que as pessoas fizeram saque na boca do caixa, nenhum de nós teve conhecimento. Então aqui eu não estou apontando para nenhuma direção. Apenas eu deixo aberto a possibilidade para que no determinado momento nós possamos tratar de forma igual essas questões.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Concordo com V.Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, vamos votar então. Aqueles Senadores e Deputados que concordam com o plano de trabalho apresentado pelo Sr. Relator permaneçam

como se acham. Aprovado e convocado uma reunião para amanhã às 9h da manhã para leitura e aprovação de requerimentos. Obrigada pela presença.

Sessão encerrada às 14h. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 12 de março de 2008, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram deliberados o Plano de trabalho e os seguintes requerimentos: 01/08 Requer que seja convidado para oitiva um representante do MP, junto ao TCU . Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 02/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ex-Ministro do Orçamento e Gestão, Paulo Paiva, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 03/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Presidente do TCU, Senhor Walton Alencar Rodrigues, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 04/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 05/08 – Requer que seja convidado para oitiva o Ministro Chefe da CGU, Jorge Hage Sobrinho, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Aprovado. 07/08 – Requer a convocação do General Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 08/08 – Requer a convocação do Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da CGU, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Prejudicado. 12/08 – Requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 13/08 – Requer a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Junior, Ministro do Esporte, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 14/08 – Requer a convocação do Sr. Altemir, Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Autoria: Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, Aprovado. 21/08 – Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da ABIN, Autoria: Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, Aprovado. 22/08 – Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva, Ex-Diretor-Geral da ABIN, Autoria: Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, Aprovado. 49/08 – Requer a convocação do Sr. Orlando Silva, Ministro de Estado dos Esportes para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 50/08 – Requer a convocação do Sr Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 51/08 – Requer a convocação do Sr General Jorge Félix, Ministro de Estado do Gabinete Institucional, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 52/08 Requer a convocação do Sr Paulo Bernardo, Ministro De Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 53/08 – Requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Senador Marconi Perillo, Prejudicado. 80/08 – Solicita que sejam convidados o Sr. Antônio Luiz Rios da Silva (Presidente da Visanet), o Sr. Walton Alencar Rodrigues (Presidente do Tribunal de Contas da União) e o Sr. Sérgio da Costa Cortês (Diretor-Executivo do IBGE), a comparecerem a esta CPMI, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 95/08 – Solicita que sejam convidados os Srs. Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, e Secretário Executivo da Controladoria-Geral da União, Luiz Navarro, a comparecerem a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 98/08 Solicita que seja convidado o Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 99/08 – Solicita que seja convidada o Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 100/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 101/08 – Solicita que seja convidado o Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 103/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Ministro Jorge Hage Controlador-Geral da União, a comparecer a esta CPMI, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 106/08 – Solicita que seja convidado o Sr. Walton Alencar Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União, com o fim de discutir os tipos de contratos firmados com órgãos governamentais, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 107/08 – Requer que seja convidada para depor nesta CPMI a Sra. Matilde Ribeiro, ex-Secretária da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 108/08 – Requer que seja convidado para depor nesta CPMI o Sr. Altemir Gregolin, Secretário da Secretaria Especial de

Aquicultura e Pesca, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 109/08 – Requer que seja convidado para depor nesta CPMI o Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro dos Esportes, Autoria: Dep. Luiz Sérgio, Prejudicado. 110/08 – Requer que seja convidado o Sr. Paulo Paiva, ex-Ministro de Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre a criação e uso de Cartões Corporativos durante a sua gestão, Autoria: Dep. Maurício Quintella Lessa, Prejudicado. 126/08 – Requer que seja convidado para depor nessa CPMI, o Sr. Jorge Armando Félix, Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Dep. Paulo Teixeira, Prejudicado. 128/08 – Requer que seja convidado o Sr Alberto Mendes Cardoso, Ex-Ministro de Estado do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar informações a esta CPMI, Autoria: Dep. Paulo Teixeira, Aprovado. 131/08 – Solicitam que sejam requisitados documentos e informações junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, necessários ao avanço e á continuidade desta CPMI Autoria: Dep. Paulo Teixeira Aprovado. 135/08 – Solicita-se a oitiva do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro dos Esportes, para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 136/08 – Solicita-se a oitiva do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 137/08 – Solicita-se a oitiva da Sra. Matilde Ribeiro Ex-Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para que esclareça os fatos e as circunstâncias acerca da utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, bem como do número e nome e nome de titulares referentes ao seu Ministério, limites de crédito, dentre outras informações julgadas pertinentes, Autoria: Senador José Nery, Prejudicado. 139/08 – Requer a convocação da Ministra de Estado da Casa Civil, Senhora Dilma Vana Roussef, a fim de prestar esclarescimentos sobre o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 142/08 – Requer a convocação do Ministro da Controladoria Geral da União, Senhor Jorge Hage, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 143/08 Requer a convocação do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Paulo Bernardo Silva, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 144/08 – Requer a convocação do Ministro de Estado do Esporte, Senhor Orlando Silva de Jesus Junior, a fim de colaborar nos esclarecimentos necessários sobre o uso do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 146/08 Requer a convocação da Senhora Matilde Ribeiro, Ex-Ministra da Secretaria Especial da Igualdade Racial, a fim de prestar esclarecimento sobre o suposto uso irregular do cartão de pagamento do Governo federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 147/08 Requer a convocação do Senhor Paulo Lacerda, Presidente da Agência Brasileira de Inteligência ABIN, a fim de prestar esclarecimento sobre o suposto uso irregular do cartão de pagamento do Governo federal, por integrantes da Administração Pública Federal, Autoria: Dep. Augusto Carvalho, Prejudicado. 150/08 – Requer que seja convidado o Ex-Ministro de Estado do Planejamento, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 151/08 – Requer que seja convidado o Ministro de Estado do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, Autoria: Dep. Manato, Prejudicado. 152/08 – Requer que seja convocado o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage Sobrinho, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 154/08 – Requer que seja convocado o Sr. Altemir Gregolin, Secrétario Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 155/08 – Requer que seja convocado o Sr. General-de-Exército Jorge Armando Felix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 158/08 – Requer que seja convocado o Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado. 159/08 – Requer que seja convocada a Sra. Matilde Ribeiro, Ex-Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Autoria: Sen. Demóstenes Torres, Prejudicado.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Demóstenes Torres (DEM)	**Carlos Willian (PTC)**
Antonio Carlos Júnior (DEM)	**Luiz Sérgio (PT)**
	Marcelo Melo (PMDB)
Marisa Serrano (PSDB)	**Maurício Quintella Lessa (PR)**
João Pedro (PT)	**Nelson Meurer (PP)**

Serys Slhessarenko (PT) **Paulo Teixeira (PT)**
Wellington Salgado (PMDB) **Carlos Sampaio (PSDB)**
Vic Pires Franco (DEM)
Gim Argello (PTB) **Manato (PDT)**
José Nery (PSOL) **Antonio Roberto (PV)**
José Agripino (DEM) **João Magalhães (PMDB)**
Alvaro Dias (PSDB) **Marcelo Guimarães (PMDB)**
Flexa Ribeiro (PSDB) **Nilson Mourão (PT)**
Antonio Carlos Valadares **Vignatti (PT)**
Affonso Camargo (PSDB)
Índio da Costa (DEM)
Perpétua Almeida (PC do B)
Edson Duarte (PV)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, o CPGF, Cartões Corporativos, por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e Srs. Deputados que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à realização de votação de Requerimentos. Eu gostaria de, para facilitar a percepção de todos, ler o parágrafo único do art. 310 do Regimento, que diz o seguinte: "O encaminhamento de votação de Requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar". Portanto, não haverá discussão. O signatário apresenta o seu Requerimento e pode ser também o encaminhamento feito pelo líder do bloco ou o representante do partido.

Nós recebemos 149 Requerimentos, dentro do prazo, que nós estabelecemos, às 17 horas. Os Requerimentos que chegaram depois das 17 horas, que são do 138 em diante, mesmo assim, todos esse Requerimentos têm um correlato que tinha entrado antes. Portanto, a maioria não vai ficar prejudicada. Nem os dos Senadores Augusto Carvalho, Afonso Camargo e Manato. Como têm Requerimentos anteriores, que tratam do mesmo assunto, eles poderão ser discutidos concomitantemente.

Eu quero fazer uma proposta aqui aos senhores membros, que nós comecemos pelos cinco Requerimentos que ontem já foram discutidos. E, como os cinco Requerimentos já foram discutidos, eu gostaria que o Relator os lesse em bloco e nós votássemos em bloco, porque já foram... Já são de conhecimento de todos. Portanto, sem mais delongas, começaremos a leitura dos Requerimentos, o 01, 02, 03, 04 e 05, de autoria do Deputado Luiz Sérgio, a quem eu peço que faça a leitura-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado Vic. Aqui, à sua esquerda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe, Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Nós apresentamos, o Democratas apresentou um Requerimento de igual teor, também convocando o Ministro Jorge Hage Sobrinho. Eu pergunto a V. Exa. como seria o seu critério para que nós fizéssemos as perguntas. Porque, nas outras Comissões, o critério é que o autor do Requerimento, ele começa, claro que depois do Relator, a fazer os questionamentos. Então, eu gostaria que a senhora só explicasse para nós--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como nós não estamos agora ainda na oitiva, estamos apenas na aprovação dos Requerimentos, o primeiro que entrou lê o Requerimento e nós vamos... Supondo, o Ministro Paulo Paiva, que é o segundo, 110, nº. 110, também pediu e o 150 também pediu o mesmo. O 03... O item 80 pediu, 101 e 106. Está ainda a observação. O item 04 foi pedido pelo 52, pelo 100, pelo 143 e pelo 151. Então, como hoje não tem discussão, é só aprovação, então, não há problema nenhum de nós colocarmos o encaminhamento para os signatários. Se qualquer um desses quiser, que propôs, quiser apresentar, poderá fazê-lo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas a minha pergunta não é bem essa. Eu gostaria de saber que, no dia que o convocado estiver aqui, é só o procedimento que a senhora vai adotar, V. Exa. vai adotar, no dia da audiência, no dia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A cada dia basta seu sofrimento, Deputado. Eu gostaria de informar ao Deputado Vic e a todos que todas as vezes que nós começarmos, Deputado, eu gostaria de, antes, fazer o que eu fiz hoje, colocar o item de esclarecimento para todos. Então, essas questões ainda, não deu... Não tivemos tempo ainda de organizar, mas pode estar certo de que nada vai ser feito por essa Mesa sem o conhecimento ante-

rior, antecipado, dos senhores. Portanto, na próxima reunião-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas existe um... No Regimento, eu acho que existe como é que o procedimento nesse caso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim. A Secretaria me socorre aqui, dizendo que o art. 397, quando for Ministro de Estado, tem toda a convocação e o comparecimento de Ministro de Estado estatuído nesse art. 398 também; portanto, esses dois artigos vão balizar e sempre vai ser feito, Deputado, em cima do Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Me desculpe...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é isso que eu perguntei ainda. Não é esse artigo do Regimento. É, no caso de que nós apresentamos o mesmo Requerimento do Relator--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem falará primeiro?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Quem falará primeiro, quem fará as perguntas?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Mesa vai decidir isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Isso não está no Regimento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não está no Regimento não. Isso não tem. Em nenhuma Comissão, eu já vi isso. Como não está em Regimento, o senhor pode estar certo que-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não tenho dúvida nenhuma.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou fazer da forma a não prejudicar nenhum depoente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Agradeço a V. Exa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Excelência, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a V. Exa. e a assessoria desta Comissão pela competência de hoje já estarem disponíveis todos os Requerimentos condensados, em nossas mãos, para que nós possamos trabalhar. Segundo, são duas coisas para que nós possamos encaminhar bem os nossos trabalhos: Primeiro, nós vimos que... Primeiro, nós vimos que nós estamos em obras aqui ao lado e está quebrando. E isso vai quebrar o dia inteiro e, com este barulho que está na obra ao lado, nós não vamos conseguir trabalhar. Talvez, seria pedir...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já mandamos parar. Pode ficar tranqüilo, que vamos diminuir o barulho aqui dentro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: A outra minha preocupação, Excelência, e é bom que nós a tenhamos já de uma vez, nós tivemos algumas dúvidas na CPI dos Correios, onde nós participamos. E hoje também nós estamos vendo aqui que, na própria CPI das ONGs, está tendo vazamento de documentos. Como esta CPMI é uma CPMI que nós vamos entrar em investigações de Cartões Corporativos e isso nós entendemos que quase tudo seja sigilo fiscal, então, eu gostaria de sugerir a V. Exa. que já mandasse tomar as providências necessárias para que os documentos que chegassem a esta Casa, requisitados por este Plenário, sigilosos, já vão direto ao cofre e a Comissão e a Mesa determinem quem vai ter acesso a esses documentos para que isto não possa ser vazado e até mesmo colocando as pessoas no ridículo até que elas possam provar que não é aquilo que está acontecendo, ou seja, que elas tenham o direito, aqui nesta Comissão, de fazerem as suas defesas. Então, esta preocupação é muito grande e eu sei que já vai começar a chegar esses documentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero informar ao Sr. Deputado que essas providências já estão sendo tomadas. Já tenho o roteiro, que eu quero depois apresentar aos senhores, de todos os documentos sigilosos que chegarem aqui, como sói chegar em todas as Comissões Parlamentares de Inquérito. Talvez eu seja um pouquinho mais rígida nessa questão do acompanhamento do sigilo para não acontecer fatos que aconteceram em algumas outras CPIs, de vazamento de informação. É claro e evidente que esta Mesa não pode se responsabilizar pelo vazamento que algum Deputado ou Senador possa fazer através da sua palavra. Mas, dentro das possibilidades, pelos meios físicos possíveis, nós esperamos coibir que haja vazamento de informação. O senhor pode... Eu gostaria de agradecer a sua preocupação e dizer que estamos... Vamos tomar todas as providências e depois repassar ao Plenário.

E quero também, em nome da equipe toda, agradecer as palavras de V. Exa. Realmente trabalharam até tarde para oportunizar que os senhores tivessem hoje todas as informações aí nas suas bancadas. Muito obrigado. Então, passamos agora à leitura-–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Presidente. Presidente, queria dar um bom dia a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E apenas solicitar um esclarecimento a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): A Constituição, no art. 58, ela prevê... "Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão". O que nós queremos saber de V. Exa. é se o caráter da vinda dos Ministros, das autoridades, teria que ser em caráter de convocação ou apenas de convite. A Câmara tem como praxe o convite às autoridades. E nós gostaríamos... Nós estamos num momento de colheita de provas, de informações etc., nós gostaríamos de solicitar a V. Exa. que pudesse encaminhar, em termos de convite, essas convocações. Eu sei que isso tem um desdobramento posterior, esses chamados, digamos assim, têm um desdobramento posterior, que nós vamos discutir em tempo esse desdobramento. Mas queria solicitar a V. Exa. a possibilidade de convidar tais autoridades. Esse passo nós vamos firmar mais firme... Mais fortemente nos momentos seguintes, no momento das demais pessoas que virão depor aqui. Mas eu gostaria de solicitar a V. Exa. se é possível convidar tais autoridades para estarem aqui. Certamente, se alguma se recusar a vir, aí, sim, nós poderíamos analisar a hipótese de convocação. Mas gostaríamos de sugerir que essas autoridades viessem a título de convite a essa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer. Só um minutinho. Eu quero agradecer a sua intervenção e dizer que normalmente, nessa Casa, se usa a figura do convite, embora na CPMI, aqui, seria convocação. Mas é de bom tom, eu acredito, nós fazermos o convite a essas autoridades. E, sempre que possível, também um reforço dessa Mesa. Portanto, nós vamos fazê-lo através de convite. Agora, quando for necessário, é convocação, porque a CPI tem o direito, e é dever dela também, fazer a convocação quando as personalidades deixarem de atender o nosso convite.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Totalmente de acordo com V. Exa. nesse encaminhamento. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio, pela ordem. Obrigado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Apenas pela oportunidade, e me perdoe o preciosismo regimental, eu concordo plenamente com o Deputado Paulo, sem nenhuma dúvida, e concordo com as ponderações de V. Exa., mas, quando for colocado em votação, salvo melhor juízo, nós temos que votar a convocação. Quando V. Exa. expedir os ofícios, expede no formato de convite, mas, votarmos convite, nós não temos como, porque não há previsão regimental desta figura do convite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certíssimo e é isso mesmo. Talvez não tenha ficado explícito porque, no art. 58, convocar Ministro de Estado, no item 3º. Então, é convocação, todos nós eu acho que sabemos, mais ou menos, disso, mas que o ofício saia como convite porque, como eu disse, é mais gentil, mas é convocação.

Bom, passemos, então, à leitura, como eu pedi ao Deputado Luiz Sérgio, dos cinco Requerimentos em continuidade, para votarmos em bloco.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, a senhora mencionou o 58, da Constituição Federal ou do Regimento Interno do Senado Federal?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O 58 da Constituição.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, na Constituição, no 58, V, no 58, V, diz: "Solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão". Eu acho que o Deputado Carlos Sampaio, ele fez, assim, um encaminhamento como se aprovássemos alguma coisa e puséssemos no papel outra coisa, mas a solicitação que eu quero fazer é nos termos do 58, V, da Constituição, que é solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas como tem o III... Esse aí para qualquer cidadão e o III para Ministros de Estado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, é autoridade também. Autoridade, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor pode estar certo de que vamos fazer o convite e, quando for convocação, mesmo que o texto indique convocação, o ofício sai como convite e acredito que vão nos atender da mesma forma. Se não o for, aí nós agiremos de acordo com a Constituição e com o Regimento Interno.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Requerimento 01/2008: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, inciso V..." "Art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, que seja convidado para a Comissão Permanente

Mista de Inquérito representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Cordialmente, Luiz Sérgio, Deputado, 11/03/2008".

Dando seqüência. Requerimento 02/2008: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Ministro do Orçamento e Gestão, no período de 30 de março de 1998 a 30 de março de 1999, Senador, o Sr. Paulo Paiva".

Requerimento 03/2008: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues.

Requerimento nº. 04/2008: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo da Silva".

Requerimento nº. 05/2008: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, seja convidado, para oitiva nessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho. Cordialmente, Deputado Federal Luiz Sérgio".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer ao Deputado Luiz Sérgio. Como esses cinco Requerimentos ontem já foram de conhecimento de todos, quero colocá-los em votação. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim. Apenas como sugestão, nós gostaríamos de sugerir que o profissional do Ministério Público seja aquele que, junto com o Tribunal de Contas da União, já fez a análise investigativa da questão dos cartões. Já houve um estudo do Tribunal de Contas da União com o Ministério Público e teve um profissional do Ministério Público que foi quem fez. E, do Tribunal de Contas da União, isso foi feito na época do ex-Presidente do Tribunal de Contas e, na realidade, seria interessante também o atual Presidente identificar quem foi o profissional que, junto com o Ministério Público, fez essa análise, essa auditoria, para vir acompanhando aqui o atual Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já entramos em contato com o TCU e será feito dessa forma. Pelo menos é a sugestão que nós demos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuando as nossas votações, eu queria sugerir aqui um encaminhamento para facilitar a ordem. Como isso é uma prerrogativa da Mesa, tenho certeza de que os Srs. Deputados e Senadores e Deputadas poderão aquiescer. Há três Requerimentos que têm um número muito grande de solicitações. São os três... A ex-Ministra Matilde é o nº. 12. O nº. 13 é o Ministro Orlando, e o nº. 14 é o Ministro Gregolin. Portanto, eu quero colocar em leitura e votação esses três Requerimentos que têm um número muito grande de Parlamentares que o solicitaram.

E vou colocar da seguinte forma, por exemplo, o nº. 12, a Ministra Matilde... O Deputado Indio, Deputado Vic entraram, mas entraram também o 53... 53 é o Deputado... 53 é o Deputado Marconi Perillo. 99... 99, Deputado Maurício Quintella Lessa. 101... Deputado Maurício Quintella Lessa... Eu acho que houve um... Eu acho que houve aí uma... Tem menos um aí, é o mesmo. 107, há alguns errinhos porque a pressa ontem foi muita. 107, Deputado Luiz Sérgio. 137, Senador José Nery. 146, Deputado Augusto Carvalho. Portanto, vou pedir sempre ao primeiro para ler e, se algum dos outros signatários quiser fazer uso da palavra, por favor, estão aptos a isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar posteriormente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Então, nº. 12, Deputado Indio da Costa. O Deputado Vic Pires Franco para a leitura do Requerimento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Requerimento 12/2008. Senhor Presidente... Bom, solicita a Ementa. "Solicita a convocação da Sra. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial para prestar depoimento nesta CPMI". Senhor Presidente... Sra. Presidente, vamos corrigir nas próximas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): "Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante com o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 52, requeremos a convocação da Sra. Matilde

Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, para prestar depoimento nesta CPMI, criada para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de abuso do chamado Cartão Corporativo, criado pelo Decreto 2.809/1998 e instituído a partir do ano de 2001, ano que passou a ser efetivamente utilizado. Em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório". Justificativa. É necessário que seja lida a justificativa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acredito que não é necessária a justificativa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Porque são muitas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já que estão as justificativas todas aí, à disposição dos senhores. E, como nós temos um número muito grande de Requerimentos, eu sugiro que a gente possa, é claro, quem quiser encaminhar, está apto a encaminhar, mas não será necessário, acredito, ler toda a justificativa. Deputado Paulo Teixeira, para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É. Eu gostaria de fazer uma questão para o Deputado autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim... Ou para os Deputados e Senadores autores.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E para os Deputados e Senadores autores. Sugerindo... Nós não nos opomos à vinda dessas três autoridades aqui na CPMI, agora, o que os termos, aqui, e nós gostaríamos, a nossa sugestão é que fossem nos mesmos termos dos Requerimentos propostos pelo Deputado Luiz Sérgio, é o artigo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de-–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É o art. 58, III, da Constituição. Apenas aquele debate sobre convite e convocação. Nós estamos num momento em que nós não precisamos fazer com que nenhuma--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra está colocada, e eu já dei a explicação, Deputado Paulo, é de acordo--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas eu não posso aprovar nesses termos. Eu gostaria de sugerir que esses termos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode... Pode aprovar, se V. Exa. quiser, porque isso está na Constituição e há possibilidade de fazê-lo como convocação. E é o termo utilizado também--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senadora Marisa, é verdade, se nós aprovarmos. O que eu estou sugerindo aos autores desses Requerimentos é que nós aprovemos esses Requerimentos nos mesmos termos que nós já aprovamos o Requerimento... Os cinco Requerimentos propostos pelo Deputado Luiz Sérgio. Isso tem conseqüências para as pessoas. E, portanto, elas virão prestar informações.

Portanto, eu gostaria de sugerir que nós fizéssemos em termos de convite, é claro, as duas previsões são previsões legais, e nós estamos propondo que seja na previsão legal da Constituição para que essas pessoas venham prestar aqui esclarecimentos e que nós possamos, a partir, daí iniciar essa investigação e não criar constrangimento na vida dessas pessoas. Evidentemente, se elas se recusarem a vir, aí, V. Exa. poderia aprovar uma convocação--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já fizemos esse esclarecimento antes, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É. Mas não é o termo do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim. Então, eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem, como autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero aqui solicitar com o autor do Requerimento e com os autores dos Requerimentos, que são vários...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho. Com os autores do Requerimento, que são vários autores, se acharem por bem que nós possamos substituir e colocar convite, o faremos. Os autores dos Requerimentos aqui poderão fazê-lo tranqüilamente, é uma prerrogativa deles, que entraram com seus Requerimentos-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Questão de ordem do Senador Demóstenes, um minutinho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, apenas para dizer que não há qualquer complicação em fazer na forma de convite, se houver o compromisso do comparecimento. Mas, então, nós poderemos fazer, se houver aquiescência, para mim não tem problema algum, faz-se o convite e, na au-

sência, ficam automaticamente convocados, ou seja, não aceitando o convite, já há convocação-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente-

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aí, nós não teríamos a necessidade de fazer uma nova Sessão para convocação se alguém não comparecer. Então, um convite e, na ausência, a convocação. Se não atender ao convite, a convocação. Já ficaria aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo. Isso nós tínhamos... Um minutinho só. Isso nós tínhamos determinado já e discutido isso no comecinho da nossa Reunião de hoje. Então, já tínhamos esclarecido que seria dessa forma. Então, se todos concordarem, para facilitar, se todos concordarem-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Vamos voltar ao início da nossa Reunião. Nós faremos convite de todos e, caso não aceitem ou não compareçam ou não dêem a explicação convincente, essa Mesa já automaticamente faria a convocação-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: De acordo, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se acham.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É... Como há três que não estão de acordo-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Eu queria ouvir aí a questão de ordem do Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu não vejo nenhum problema em convocar ou convidar. Não vejo nenhum tipo de problema. Para nós, não há problema. Como o Deputado Paulo falou que não há problema na convocação desses três, eu consulto V. Exa. se nós não poderíamos votar em bloco já esses três para, automaticamente, nós aprovarmos e podermos passar para o outro item, já que nós votamos em bloco também os Requerimentos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugiro até mais, por que não votar todos em bloco, o que não implica em sigilo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minutinho só.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É só para os nossos trabalhos andarem mais... Pois não, Presidente, desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, para terminar-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu já encerrei. O Senador Demóstenes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, sim. Eu pensei que V. Exa., levantou a mão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, ele acabou de completar o que eu iria... O meu raciocínio. Mas eu pergunto a V. Exa. se nós podemos fazer isso, já que há aqui um acordo de que nós...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para contraditar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que esses todos que nós não fomos ainda, não discutimos ainda, nós vamos fazer rapidamente, decidindo essas questões macro, aí nós fazemos individualmente, rapidamente-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um encaminhamento, Excelência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só queria deixar aqui um esclarecimento. O Deputado Vic e o Deputado Indio, que levantaram a mão na votação, têm mais algum esclarecimento? Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Tenho sim, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, Deputado Vic, depois Deputado Carlos Sampaio e aí, então, entra na votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, a justificativa do meu voto contrário é que nós vamos perder tempo. Vamos dizer que a ex-Ministra Matilde não venha como convidada. Nós vamos perder um tempo danado porque o dia da marcação da vinda dela aqui, ela não vindo, nós vamos adiar, já com uma convocação e esse dia vai estar perdido para nós. Então, eu acho muito perigoso esse procedimento e não vejo nenhum motivo que seja convocação dessas autoridades, desses ex-Ministros. Porque, eu pergunto à senhora, no dia que o ex-Ministro não vier aqui, qual será o seu procedimento? Nós não vamos trabalhar nesse dia. Nós vamos esperar a boa vontade de uma convocação para que ele venha numa outra data e a senhora já viu que isso vai postergando e isso vai

complicar os nossos trabalhos aqui. É esse o meu posicionamento, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputado Carlos Sampaio, depois, Deputado Indio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tinha pedido no início.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São todos-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu peço escusas pelo excesso de formalismo, Sra. Presidente, e peço ao Deputado Paulo que compreenda. Em que pese os artigos por ele referido, o art. 148 do Regimento Interno, ele é mais do que claro, ele é explícito, ao afirmar que a única figura que existe a ser votada é a de convocação. Eu entendo que há um consenso aqui de que todos sejam convidados e não convocados. Isso foi acordado com V. Exa., todos aqui-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não há esse consenso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --Sabem que existe esse acordo, e, portanto, sempre será feito no formato de convite. Votar-se convite, penso eu, é uma temeridade porque não existe essa figura a ser votada aqui dentro. Só existe a figura da convocação. E o Deputado, o Senador Demóstenes, ao afirmar que o convite fica automaticamente transformado em convocação, eu compreendo também as intenções do Senador, mas não há essa possibilidade regimental porque nós não votamos a tal convocação; a convocação é do Regimento. Veja, o que é o principal? O principal é que a autoridade venha e que seja convidada, de forma elegante e educada, por esta Comissão. Se os termos do Regimento são claros no sentido da convocação, votemos a convocação sem nenhum constrangimento para quem quer que seja e, desde já, estão todos concordes que os ofícios sejam expedidos no formato de convite, mas, fazer o convite, nós não temos como votar um convite, porque não é Regimental.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para contraditar, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para contraditar. Primeiro... Presidente, a ex-Ministra, no caso, por isso a gente tem que votar esses Requerimentos, Requerimento a Requerimento, eu acho que a votação de Requerimento por bloco, só se houver acordo. E quero aqui logo adiantar que o PR não vai aceitar essa votação em bloco nesses casos. A Ministra... A ex-Ministra Matilde, não é mais Ministra. O art. 58, diz que às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabem: Convocar Ministro de Estado, mas solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Então, solicitar depoimento pode, muito bem, na forma de convite. Então, a gente insiste que o Regimento prevê essa outra forma de convocação, de convite, de trazer uma autoridade aqui nessa Comissão. Portanto, eu invoco o inciso V, do § 2º do art. 58, para manter o convite, pelo menos, nesse caso, a ex-Ministra Matilde Ribeiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu estou inscrito pela ordem, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Inclusive, era já para contraditar aqui, já, também, a opinião do Deputado Carlos Sampaio, pelo art. 58 da Constituição Federal, lá no item... No § 2º, inciso III, diz lá: "O Congresso Nacional e suas Casas terão Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no ato de que resultar sua criação". Aí, vem o § 2º e diz: "Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: III – 'convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições'.

Na realidade, isso aqui é um Direito Constitucional, nós estamos convocando aqui, com interesse de convocar a ex-Ministra Matilde, justamente por conta do seu período como Ministra, sua função pública e não como uma cidadã comum. E nós entendemos que a convocação se faz necessária para que não percamos tempo aqui, convida, não vem, aí convoca. Além disso, pelas informações do SIAF, houve fragmentação em licitação, quer dizer, não há que ser gentil, convidando. Há que convocar para que a pessoa esclareça o que aconteceu e se, de fato, nós tivermos errados, equivocados na nossa análise, de que houve de fato fragmentação nas licitações, de vários outros Ministros, de vários outros membros do Poder Executivo, nós, então, encaminharemos de forma favorável a essas, enfim, exposições aqui. Mas essa é que é a realidade, fica convidando e a gente vai demorar muito tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Deputado. Deputado Luiz Sérgio.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sra. Presidente, apenas para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele tinha pedido pela ordem também e, depois, o Senador Demóstenes.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só... Na busca aqui de encontrarmos um processo de entendimento, no caso específico da ex-Ministra Matilde, há sete Requerimentos de convocação, mas há também sete Requerimentos de convite. E, no meu entender, o procedimento do convite é plausível, para buscarmos um acordo dentro do que o Demóstenes aqui acabou de afirmar. Não havendo a negativa do convite, mesmo que alguém queira levantar a argumentação de que não foi votada a convocação, nós, evidentemente, faríamos um acordo de votarmos rapidamente. O que queremos, nesse momento, é que possamos encontrar um termo que seja o mais adequado na construção aqui de uma posição mais unitária da Comissão.

E, com relação à proposta levantada, da votação de Requerimentos por bloco, eu quero aqui manifestar a minha discordância porque há experiência na Casa, tanto na Câmara, quanto no Senado, quando se refere a uma questão de votação em bloco, ela tem trazido surpresas desagradáveis para ambos os lados. Então, para que nós não possamos iniciar como um instrumento que pode confundir, o ideal é que nós possamos votar Requerimento a Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Demóstenes, pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para contraditar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, depois o Deputado Vic também quer... Eu só fiz... É óbvio que o Regimento fala em convocação. Mas é óbvio também que muitos querem fazer um convite. E, para dizer a verdade a V. Exa., o que eu quero é ouvir a Ministra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, se ela aparecer convidada ou convocada, para mim, tanto faz; o que eu não quero é que não seja aprovada alguma coisa: "Não, nós não vamos aprovar convite". O Governo tem maioria. Então, eu acho que é uma falsa polêmica. Se nós aprovarmos e for transformada em convocação, na ausência, obviamente que nós aprovamos a convocação, estamos cumprindo o Regimento. E o que nós precisamos, eu repito, é só ouvir essas pessoas. Então, óbvio que a convocação, é óbvio que... Mas o Governo, querendo ou não, é uma realidade, o Governo tem maioria. O Governo quer fazer um convite. Eu quero, sinceramente, o que eu quero é ouvir a ex-Ministra. Se ela vier convidada ou convocada, para mim, tanto faz.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, depois, Deputado Carlos Willian, Deputado Nilson.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu até não faria essa questão de ordem, depois do que o Senador Demóstenes falou, mas eu acho que a gente vai continuar perdendo muito tempo nessa discussão, discutindo se é convite ou convocação. O Senador tem toda a razão. O importante é que ela venha. A minha preocupação é de que ela não vindo, nós vamos perder um dia aqui, numa Comissão que vai funcionar 90 dias. E eu não vejo nenhum tipo de problema em convocar. Eu não vou ser contrário. Já votei. Já está votado isso aí. Nós já aprovamos, com um voto contra meu. O importante é que essas pessoas convidadas, que não queiram ser convocadas, não sei por que, essas pessoas venham, confirmem a sua presença aqui. Porque senão nós vamos chegar aqui na data da convocação, Senador Demóstenes, a pessoa não está aqui e nós vamos ficar sem fazer absolutamente nada, porque não vai se marcar outra coisa. Então, nós vamos perder tempo e nós temos só três meses, com o Governo passando por cima da gente, como sempre.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Vic. Deputado Carlos Willian, depois Deputado Nilson e encerramos essa discussão para passar à votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, o que eu estou vendo aqui é o seguinte: O Governo está querendo votar, o Governo está querendo adiantar e avançar nas investigações dessa CPI e, até agora, a oposição está discutindo o sexo dos anjos, se é convite ou se é convocação. Já existe um acordo que é convite. Agora, se ela não vier, isso é futuro, não adianta querer saber do futuro. Se não vier, nós transformamos em convocação e, se não vier, até debaixo de vara, ela viria. Mas nós já começamos aqui a expor uma autoridade ao ridículo. Se ela vem ou se ela não vem. Então, existe o Requerimento. O Governo, dando uma demonstração de que quer avançar nas suas investigações, já encaminha favoravelmente ao convite da ex-Ministra, para que ela venha a esta CPI prestar os esclarecimentos necessários--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E, de antemão, Excelência, já vou alertar que não existe acordo para que nós possamos fazer os Requerimen-

tos de convocação em bloco porque é anti-regimental. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, nós temos um número muito grande de Requerimentos para votar. Eu compreendo que devemos entrar na votação, já que estão claras as posições. Se, de fato, os proponentes do Requerimento entendem que podem ser feitos os convites, como manda o bom senso, temos já informações suficientes para votar essa matéria. Entendo que devemos convidá-los e, na ausência, convocá-los, como é de praxe em todas as Comissões da Casa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Portanto, quero esclarecer que nós não vamos votar em bloco, vamos votar individualmente cada um dos Requerimentos. O Requerimento nº. 12, que requer a convocação da Sra. Matilde Ribeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 12, 12... Quais mais?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 12, 53, 99, 107, 137 e 146. Portanto, esse Requerimento-–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, não há acordo para que nós votemos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse Requerimento é o mesmo Requerimento... Só faz favor, Deputado Carlos Willian, olhe aí nas observações, tem o número dos Deputados e Senadores que fizeram o mesmo tipo de Requerimento. Então... Portanto, está em votação o Requerimento nº. 12, que requer o convite à Sra. Matilde Ribeiro, para que venha a essa Casa. Aqueles que aprovam o convite à Sra. Matilde, permaneçam como se acham. Aprovado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Isso. Obrigado. Apenas só para lembrar que nós estamos aprovando o convite, caso ela não aceite o convite, será imediatamente transformado em-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Em convocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso já ficou esclarecido.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já Está... É Cláusula pétrea.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ficam prejudicados, então, os outros Requerimentos desse teor. Item nº. 13: Requer a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte. Deputado Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco... E, ainda, o 49, que é o Deputado... 49, Deputado Marconi Perillo... Senador Marconi Perillo. 109... 109, Deputado Luiz Sérgio. 135, Senador José Nery. 144, Deputado Augusto Carvalho.

Portanto, com a palavra o Deputado... Os Deputados Indio da Costa e Deputado Pires Franco ou qualquer um outro signatário que queira fazê-lo sobre esse Requerimento. A leitura.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Solicita a convocação do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para prestar depoimento nesta CPMI. "Sra. Presidente, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante o art. 2º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, requeremos a convocação do Sr. Orlando da Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para prestar depoimento nesta CPMI, criada para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, criado pelo decreto 2.809/98 e instituído a partir de 2001, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório".

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Para encaminhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço. Para encaminhar, pelo bloco, é isso? Pelo bloco PTC.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): PMDB.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC e PT do B, o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, nós concordamos com o Requerimento da convocação, mostrando que realmente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós já estabelecemos, desde a primeira votação, que nós fazemos o convite e que, se for necessário, depois-–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tá. Nós somos plenamente favoráveis ao convite, dando uma demonstração de que a base do Governo aqui composta, ao contrário do que se fala, nós queremos investigar e aprofundar os assuntos referentes aos Cartões Corporativos. Nós só não vamos aceitar excessos e pessoas que não há necessidade de virem para essa CPI, a não ser o movimento político. Portanto, nós concordamos com a convocação... Com o convite

do Ministro Orlando Silva para vir a esta CPI. Só não concordamos a forma que está sendo feito o Requerimento, que já está demonstrando os excessos e os abusos. Eu acho que esses excessos e esses abusos vão ser demonstrados aqui, no decorrer dos nossos trabalhos. Portanto, eu gostaria de salientar-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Para contraditar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E gostaria... Excelência, contradita só cabe, se não me engano, no Regimento, quando é questão de ordem. Portanto, nós encaminhamos favorável ao convite do Ministro Orlando Silva, para que possa vir a essa CPI.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pela ordem, Deputado Vic e Deputado Marconi Perillo. Senador Marconi Perillo, me desculpe.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu tenho muito orgulho de ser confundido com o Deputado Vic, mas sou o Deputado Indio.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, só para deixar claro, não há nenhum tipo de perseguição aqui. O Deputado que encaminhou não percebeu que isso aqui está entre aspas, portanto, foi retirado do texto original da CPMI. A CPMI, quando foi aprovada, e por isso nós tiramos aqui, Deputado... Como é o nome do Deputado? Deputado Carlos Willian, só para registrar, não há nenhum tipo de perseguição por parte dos Democratas, pelo contrário. Esse texto está entre aspas e foi retirado do texto original da CPMI. Só para deixar claro, ele está em todos os nossos Requerimentos e não porque nós estamos perseguindo, mas que nós estamos nos atendo ao texto que foi aprovado pelo Congresso Nacional.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ok. É isso que nós esperamos e compreendemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para, rapidamente, encaminhar o meu Requerimento, apenas informando que nós estamos solicitando algumas informações, que deverão ser prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro Orlando Silva durante essa oitiva, essa audiência.

Primeiro, em relação aos aspectos gerais dos programas... Do programa dos Cartões Corporativos, fundamentação, base, parâmetros adotados nos gastos, demonstrativos sobre critérios adotados para concessão e controle do uso dos cartões anteriormente; providências adotadas pelo Ministério diante das denúncias do uso irregular do cartão no Poder Executivo; cópia do relatório mensal dos gastos apresentando o detalhamento das faturas relativas aos anos de 2006/2007; dados que comprovem a idoneidade, a experiência e a efetiva capacidade técnica e funcional do controle do programa, ora objeto de investigação por esta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, da qual sou membro titular. São esses os motivos que me levaram a apresentar esse Requerimento. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E ao último inscrito, pelo menos, até agora, para questão de ordem, é o Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, nós estamos votando, não é em bloco, mas nós estamos aproveitando o Requerimento de vários Deputados que convidam ou convocam a mesma autoridade. Mas, no caso desse Requerimento, defendido pelo Senador Marconi Perillo, há não só convocação, mas também há solicitação de informações. Então, eu acho que, nesse caso, esse Requerimento, em particular, deveria ser separado e apreciado de forma diferente. Os Requerimentos de convocação e o convite apenas, é uma coisa; de convite e de pedido de formação de dados que, a nosso ver, são sigilosos ao Presidente da República, é outra completamente diferente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim. O Requerimento do Senador Marconi Perillo vai ser lido nas duas formas. Nós estamos aqui fazendo o convite. Porque o que vale é o que está aqui na frente. Aqui na frente, nós temos aqui, requer o convite ao Ministro Orlando. E, depois, ele vai ser lido na hora das informações.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): É porque ele fez a justificativa de tudo, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É porque ele fez a justificativa. Mas o que está valendo é o que nós estamos determinando aqui-–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu agradeço, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato, questão de ordem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado. Primeiramente, eu gostaria de comunicar a V. Exa. que, em comum acordo com o nobre Deputado Silvio Costa, eu fui eleito o líder do bloco PSB, PDT... Então, apoiado pelo nobre colega. E gostaria de relatar também para a senhora, só para registrar, que nos Requerimentos 02, 04 e 05, eu também fiz o mesmo Requerimento e foi aprovado e a gente também participou desse... E terceiro, nesse Requerimento, nós concordamos plenamente, acreditamos que o convite é salutar, o Ministro está à disposição para vir prestar os esclarecimentos e já tomou até posições de previamente ter devolvido o dinheiro para, depois que se julgar e achar que tem alguma necessidade, assim, ter a restituição. Então, nós somos favoráveis ao Requerimento de convite do Ministro. Muito obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Manato. Portanto, vou colocar em votação o convite ao Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro do Esporte, para vir a esta Comissão. Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Passamos ao terceiro Requerimento desse bloco. Requer a convocação do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. Foram signatários o Senador... O Deputado, está errado aqui, o Deputado Indio da Costa, Deputado Vic... 50, Senador Marconi Perillo, 98... 98...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Maurício Quintella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella. 108, Deputado Luiz Sérgio. 136, Senador José Nery e 141... Deputado Augusto Carvalho. Portanto, eu peço aos Deputados, ou Indio da Costa ou Deputado Vic, que façam a leitura do convite ao Sr. Altemir Gregolin.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Requerimento 14/08, solicita a convocação, que por acordo foi transformada aqui em convite, do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, para prestar depoimento nesta CPMI. "Sra. Presidente, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal e do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, concomitante ao art. 2º da lei nº. 1.579, de 18 de março de 1952, requeremos a convocação do Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, para prestar depoimento nesta CPMI, criada "de acordo com aquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional, para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, criado pelo decreto 2.809/98, e instituído a partir de 2001, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório".

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os autores do Requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só uma sugestão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem? Senador Alvaro. Questão de ordem, Senador Alvaro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas para economia processual, eu creio que nós poderíamos dispensar a leitura dos Requerimentos porque todos nós temos acesso ao texto desses Requerimentos. Então, seria uma economia de tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro, nós já acertamos isso e estamos lendo só a cabeça da solicitação, sem a justificativa, para não atrasar. V. Exa. tem razão. Portanto, eu quero aqui colocar os signatários dos Requerimentos ou os que falarem pela bancada, palavra dada, Deputado...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para encaminhar, pelo PR, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Sra. Presidente, Srs. Deputados. Olha, o PR é um partido da base do Governo, mas acho fundamental a presença do Ministro Altemir Gregolin, Secretário Nacional de Pesca e Aqüicultura; o Ministro teve seu nome envolvido nos supostos abusos de gastos com Cartão Corporativo por conta de uma matéria da Revista Época, dizendo que ele teria gasto 70 reais em uma Choperia em Ribeirão Preto, Choperia Pingüim. Essa semana... E é importante que ele venha aqui para tratar do assunto. Essa semana, o Ministro Jorge Hage, no *blog* do Josias de Souza, ele coloca a importância de se esclarecer esses fatos narrados pela imprensa porque não foram alvos da devida apuração, e ele aqui elenca 11 erros crassos cometidos pela imprensa. E um desses erros se trata justamente dessa despesa feita pelo Ministro Gregolin, isso já foi alvo, inclusive... Presidente, já foi alvo, inclusive, de apuração da própria CGU, que diz que: "Entre as supostas irregularidades praticadas pelo Ministro Altemir Gregolin, mencionou-se um gasto de R$70,00, feito na Choperia Pingüim, em Ribeirão Preto. Varejando as notas da prestação de contas, a CGU verificou o que o cartão pagou uma refeição do Ministro, não há no documento menção à

bebida alcoólica. Perscrutando a agenda de Gregolin, verificou-se que teve compromisso oficial na cidade no dia em que comeu na Choperia mais famosa de Ribeirão Preto", ou seja, não houve, nesse caso, nenhum desrespeito à Legislação do Cartão Corporativo. Por isso que é importante a presença do Ministro aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Para encaminhar, pelo bloco, o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, para a senhora ver, a base já está aqui aprovando Requerimento, diga-se, da oposição, de dois... Uma ex-Ministra e um atual Ministro. Eu gostaria de fazer uma proposta de que não adianta nós convocarmos as autoridades somente se nós não tivermos documentos para podermos analisar e termos base em que nós vamos questionar porque, vamos supor, a convocação do Ministro da Pesca e do outro Ministro e o ex-Ministro, até o presente momento, foram baseados em matérias de jornais. Mesmo que pese a importância da imprensa, e que eu considero como braço direito dessa Casa Legislativa, eu acho que nós temos, Sra. Presidente, senhor Relator, que avançarmos mais nos Requerimentos de documentos para que nós possamos estar embasados, inclusive, em que é que nós vamos questionar.

Portanto, a base governista não tem nada contra a convocação do Ministro da Pesca, Altemir. O que eu proponho a este Plenário, e peço até, se possível, a suspensão dessa discussão, é para que nós possamos avançar um pouco na convocação, ou seja, no Requerimento de documentos. E eu volto depois, se não concordarem, eu gostaria de voltar a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço, Deputado Carlos Willian, os próximos Requerimentos já estão marcados, serão todos de informação. Mas, como esses três eram os Requerimentos que tinham maior número de solicitações, nós achamos por bem votá-los, complementando aqueles cinco que nós já tínhamos discutido ontem. A partir de agora, serão os de informação porque, realmente, se não tivermos os dados, fica difícil. V. Exa. tem toda a razão e a sua sugestão está acatada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Portanto, então, para encaminhar, então--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, eu vou primeiro encaminhar a votação do convite feito ao Sr. Altemir Gregolin, Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca para vir a esta Comissão. Aqueles... Para encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A base governista, Sra. Presidente, mais uma vez, dando uma demonstração de que nós queremos modernizar, acertar, e até mesmo investigar os Cartões Corporativos, nós encaminhamos favorável à convocação.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sra. Presidente, para encaminhar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A senhora me desculpe, porque está escrito--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): O bloco PDT também, PSB, PMDB também, nós concordamos e acreditamos que isso faz parte da transparência dessa CPI. Muito obrigado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alguém mais para encaminhar?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Apenas para concordar com a sugestão de encaminhamento, eu já encaminho uma sugestão, indagar ao Ministro, se o chopp ao menos estava gelado, Sra. Presidente.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Passamos, então, à votação. Aqueles que concordam com o convite ao Ministro Gregolin, permaneçam como se acham. Aprovado. Vai o convite. E, portanto, agora, nós passamos a discutir, seguindo também a sugestão do Deputado Carlos Willian, e era o objetivo dessa Mesa, as questões de informação. Portanto, gostaria que V. Exas. acompanhassem o item 16. O item 16 requer informações sobre os possíveis casos abusivos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Do Cartão Corporativo, de autoria dos Deputados Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu já estou passando a palavra ao Deputado Vic Pires para a leitura desse Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, antes de fazer a leitura, eu gostaria de fazer uma indagação a V. Exa. o porquê de a senhora ter pulado os itens 06, 07, 08 e 09, que há uma precedência sobre esses Requerimentos que já estão lá no

16. Aproveitar essa boa vontade da base do Governo, segundo o Deputado Carlos Willian, quer trazer todo mundo, e começar a votar a Ministra Dilma Roussef.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero dizer a V. Exa. que é uma prerrogativa dessa Mesa também a organização dos itens. Todos serão votados. Mas nós fizemos uma organização. Os três que tinham maior número de solicitações, e que deram origem a essa CPMI, que foram os três Ministros e, a partir daí, votar um bloco, agora, de informações. Isso não quer dizer, em absoluto, que todos não serão votados.

Portanto, se der ainda, eu quero votar todos hoje, os 149, se tivermos condições de fazê-lo. Portanto, essas considerações da Mesa, e eu queria passar a palavra a V. Exa. para a leitura do Requerimento de informações.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, não sendo insistente, mais uma vez, eu lhe pergunto: Quando a senhora vai colocar o Requerimento nº. 06, da Ministra Dilma Roussef?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se possível, hoje ainda.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Esse Requerimento aqui, de nº. 16, que requer informações, eu gostaria de dividi-lo com o Deputado Carlos Sampaio, que também tem os Requerimentos nº. 61, 62, 65, 69, 70, que versam sobre o mesmo assunto. E eu gostaria que o Deputado Carlos Sampaio fizesse o encaminhamento, se possível, se a Presidente autorizar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Completamente. Deputado Carlos Sampaio, para o encaminhamento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, senhores membros dessa Comissão, eu agradeço inicialmente a gentileza aí do Deputado Vic, ao aferir que nossos Requerimentos de nº. 61, 62, 65 e 66, 69 e 70, possuem idêntico teor, eu diria, com acréscimo de indagações importantes, porque são indagações que foram feitas pela própria Procuradoria da República, quando solicitou ao Tribunal de Contas informações específicas sobre os Cartões Corporativos. Por isso eu, em havendo a possibilidade, eu solicitaria aos nobres pares que, obviamente, individualmente, mas aprovássemos os Requerimentos 61, 62, 65, 66, 69 e 70, que, aliás, reputo sejam de fundamental importância para aquilo que colocou o Deputado Carlos Willian, que eu concordo com ele, que é a obtenção de informações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria só que V. Exa. repetisse os itens. 61...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): 62, 65 e 66, e 69 e 70.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem. E depois os Deputados Paulo Teixeira e Senador Demóstenes.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, veja vem, olhe o texto aqui do Requerimento, porque a gente também não pode ficar tentando levar problemas para o Poder Executivo. Veja bem, o texto: "Requer informações sobre possíveis casos de uso abusivo do chamado Cartão Corporativo, em especial no que tange à compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga do processo licitatório". Veja, são 11 mil Cartões Corporativos. Primeiro, esse Requerimento é para pegar toda essa informação a partir de quando? De quando foi criado o Cartão Corporativo, em 98?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 2001.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não... Bom, em 2001, mas quem criou foi Paulo Paiva, em 22 de outubro de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero informar a V. Exa. que essa CPMI foi criada para investigar desde a abertura, da criação do cartão, até agora.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Tudo bem. Mas minha pergunta é a seguinte: São 11 mil Cartões Corporativos. Este Requerimento diz assim: "Onde houver possíveis mau uso do cartão". Eu estou, por exemplo, sou um Ministro. Como é que eu vou começar a responder esse Requerimento? A gente não pode mandar Requerimento que o Poder Executivo não tenha nem como começar. Sinceramente, eu queria entender, dos autores do Requerimento, o que efetivamente eles querem. Nós não podemos aprovar um Requerimento sem pé nem cabeça.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu posso responder-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): **--**Como autor do Requerimento, ao Deputado Silvio?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode responder.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Por favor. O que está aqui, nesse espelho feito pela nossa

Comissão, não necessariamente é o que está no nosso Requerimento. Se V. Exa. ler o Requerimento, o nosso Requerimento, V. Exa. vai ler lá, no "A": "o quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal, expedidos desde 2002, Fernando Henrique Cardoso, para a Presidência da República, incluindo todas as unidades gestoras". B) O nome dos respectivos portadores e seus CPFs. C) A unidade gestora a que pertence cada um dos portadores do CPGF. D) O limite utilizado por mês para os cartões dos referidos portadores, tanto na modalidade crédito, quanto na modalidade saque em dinheiro. E) O detalhamento dos gastos de cada um desses cartões, mês a mês, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. F) Cópia de todas as notas fiscais das compras efetuadas com eles".

Deputado Silvio, aqui, do Democratas, não tem essa história de "me belisca, que eu te belisco". Nós queremos investigar tudo, Fernando Henrique, Lula, seja lá quem for. E acho que todos aqui. Então, se V. Exa. ler, com certeza, V. Exa. vai concordar com o Requerimento e nós vamos aprovar. Obrigado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Deputado Vic, só queria um aparte de V. Exa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu queria uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para contraditar e encerra a discussão, passo depois a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Senadora, só para registrar, que eu faço um apelo a oposição de parar com esse discurso que querem investigar tudo. A gente também quer. Então, esse discurso não cabe. Todo mundo quer investigar tudo. Então, não é prerrogativa do DEM querer colocar o PSDB e o PT como que não queiram, e a base do Governo, que não queira. Então, vamos parar com esse discurso, que todo mundo quer. Agora, sinceramente, este Requerimento aqui, eu preciso dizer uma coisa aqui. O nome dos respectivos portadores e seus números de CPF. Vamos lá: São 11 mil cartões. 11 mil cartões. A gente está falando de 11 mil cartões. A unidade gestora a que pertence cada um dos portadores dos cartões. O limite disponibilizado por mês. Em suma, isso é um trabalho, se eu não me engano, de seis meses. Isso é o tipo do Requerimento que oposição faz, eu já fui Vereador e Deputado Estadual, se tem uma coisa que a gente usa para complicar o Poder Executivo, é pedido de informação. Esse é um Requerimento que eu vejo que tem um erro de ineficácia, do ponto de vista da... Então, sinceramente, aprovar, depois vai cobrar que não teve tempo de responder isso. Sinceramente, é um exagero esse Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço. Deputado Paulo Teixeira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, para encaminhar-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo Teixeira. Questão de ordem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, questão de ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, dentro do Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, Presidente, em relação ao uso da palavra. Eu não sei em que fase nós estamos agora, se é na fase de encaminhamento, se é de debate, porque essa questão de "pela ordem", o Deputado Nilson Mourão ontem fez essa intervenção, eu queria ratificar essa intervenção, porque o "pela ordem" é o "fura-fila" e passa-se a você ter um debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, eu perguntei a V. Exa. se o senhor tinha o item do Regimento que o senhor gostaria de colocar aqui-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É pelo uso da palavra. Eu estou perguntando em que base regimental o Deputado Silvio Torres está fazendo-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós estamos aqui no encaminhamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, tá. Então, eu queria me inscrever para encaminhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Deputado Paulo-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encaminhamento não tem aparte, Sra. Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu queria só pedir a atenção dos meus pares porque essa questão é relevante e esse debate é um debate fundamental, que nós vamos travar aqui nessa Comissão, nesta manhã.

Inicialmente, Presidenta... Inicialmente, é uma questão regimental. Nós não podemos discutir, em globo, esses Requerimentos que foram mencionados

aqui pelo Deputado Vic Pires, porque eles são diferentes, distintos e resultam em... E podem ter resultados diferentes, objetivos diferentes, nós temos que votar um a um. Eu quero discutir o 16, que é o que está em votação, colocado pela senhora. O 16, ele propõe o seguinte. Ele propõe pedir todas as contas de 1998 até a presente data. Nós também temos um Requerimento nesta direção, é o Requerimento de nº. 131. É... Não, não, de 98, os últimos 10 anos. O meu é mais amplo que o de vocês porque é da criação. Então, todos nós queremos investigar todos os dois Governos. Então, isso tem acordo entre nós.

O segundo aspecto, Presidenta, é que o Requerimento nosso, ele tem uma exceção. Eu vou justificar por que da exceção, que nós temos que discutir essa exceção. O nosso Requerimento excetua aqueles gastos que sejam... Desde que não sejam gravados de sigilo. E é um outro debate. Então, no nosso Requerimento, nós queremos pedir, é um Requerimento de informação, que pede as contas de 98 à presente data, de Ministros, Secretários de Ministérios, Secretários do Executivo e demais Secretários dos Ministérios, na amplitude dada aqui pelos Requerimentos de V. Exas. Agora, Presidenta, o aspecto do sigilo, eu quero discutir e vou fazê-lo agora. Por que o aspecto do sigilo eu quero discutir e fazê-lo agora e fazer uma proposta? O aspecto do sigilo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria primeiro, senhor Deputado, esse Requerimento 16, salvo melhor juízo, eu queria ouvir aqui os dois signatários, não tratam de questões sigilosas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Tratam sim, senhora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É informações de--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Olhe o item... Ele pede todas as informações de todos os cartões-–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É lógico que é sigiloso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Da Presidência da República, inclusive os sigilosos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sigiloso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Cópias de todas as notas fiscais de compras efetuadas com eles. Ele estende aos gastos sigilosos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Exa., sugiro ouvir o Relator depois que o Deputado tiver a palavra--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado Carlos Wilson, só um minutinho, que eu não terminei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É que, desculpem, é que tinha um adendo aqui, que não foi lido por eles-

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Que diz ali: "caso os referidos Requerimentos sejam..." Exato.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, Presidenta-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode continuar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu quero discutir os gastos sigilosos. Eu acho que nós temos que ter um tratamento aos gastos sigilosos. Por que um tratamento? Porque esses gastos têm uma previsão Constitucional para eles. Nós temos uma previsão Constitucional, na Constituição Federal de 1998, que é o art. 5º, inciso XXXIII. Diz o seguinte: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". Segundo, Presidenta. Nós temos o decreto lei 267, lei 8443/92, decreto 93.872/86, então, uma gama de Legislação, protegendo os gastos sigilosos.

Eu só peço atenção dos meus pares. A proteção dos gastos sigilosos, portanto, tem uma Legislação rígida; a tramitação desses papéis também uma tramitação rígida; responsabilidade penal para vazamento, destruição de material, cuidados que devam ter. E falo isso porque sou Presidente da Comissão de Documentos Sigilosos da Câmara, em relação às CPIs.

Sra. Presidente, o que é que eu quero discutir aqui? Nós, os documentos sigilosos, eles têm auditoria, eles são auditados pelo Tribunal de Contas, que faz a auditoria em rito especial, de maneira especial. Inclusive, todos aqui têm cópia de como são feitas as auditorias no Tribunal de Contas da União. O que eu quero colocar aqui, senhora Presidenta? O tratamento dos gastos sigilosos, nós somos favoráveis a que todos os gastos aqui feitos, de 98 até a presente data, sejam remetidos para esta CPI. Nós queremos dar um tratamento diferenciado aos gastos sigilosos. Qual é a nossa sugestão, que está aqui em "Requerimentos"? Não votar qualquer Requerimento agora, em relação a gastos sigilosos. 2. Convidar para fazer parte desse debate aqui três autoridades: o Ministro-chefe da ABIN, Paulo Lacerda. Segundo, o General Cardoso,

que foi Ministro do então Presidente Fernando Henrique Cardoso; terceiro, o general Félix, que é Ministro do atual Presidente. Vários Senadores e Deputados têm Requerimentos nessa direção.

Portanto, Presidenta, nossa sugestão é: Requeiramos todos, todas as informações, de 98 à presente data, excetuemos os gastos sigilosos e promovamos o debate em relação a essas três autoridades para formar nossa convicção de como tratar os gastos sigilosos. Então, essa é a nossa sugestão a V. Exa. Eu agradeço a sua atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um Requerimento que V. Exa. está fazendo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, Deputado Paulo--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu fiz um Requerimento--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V. Exa. colocasse à Mesa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Está em...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Sra. Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O meu Requerimento, eu já falei, só um minutinho, antes, só atenção aos nossos... Senador Demóstenes, só um minuto, só para responder à Presidenta, eu sempre atendo primeiro as mulheres, depois V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, mas vou atendê-lo rapidamente. Esse Requerimento é o Requerimento de nº. 13... Ou 129, deixa eu só me certificar, Presidenta. 131. É o Requerimento de nº. 131/08. 131/08. Se a senhora quiser, eu posso.... E, depois, ele se combina com outros Requerimentos relacionados ao do general Félix, ao Presidente da ABIN, Delegado Paulo Lacerda, e ao General Cardoso, que era, então, Chefe de Segurança de Assuntos Institucionais do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Vários Deputados, inclusive, V. Exa., Deputado Vic, têm pedido nessa direção. Eu também, nessa direção, só peço o depoimento deles aqui, o convite a eles. Não peço aquelas informações que V. Exa.s pedem, que é o segundo ponto que a gente quer fazer um acordo-

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Sra. Presidente-

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Aqui sobre como fazer o debate sobre os gastos sigilosos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me permita, Sra. Presidente. Para discussão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes, eu quero dizer que mesmo que nós estejamos aqui lendo os Requerimentos e o Regimento diz que apenas o signatário ou líder do bloco podem encaminhar, como há muitos Requerimentos e vão entrar ainda outros Requerimentos, eu acho que é salutar esta primeira discussão, para que a gente decida alguns itens de como encaminhar o restante dos Requerimentos. Como decidimos aqui através do convite, da convocação, já ficou estabelecido e todos já sabem como é que vai seguir.

Portanto, eu acho de bom alvitre nós discutirmos, mesmo não sendo, não tendo a figura regimental, para que a gente possa decidir, já que muitos dos Requerimentos, quase a maioria, tratam de questões sigilosas.

Portanto, eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes, refrescar também aqui a nossa memória quanto ao nosso Regimento, no art. 144: "Quanto aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão, nos trabalhos das Comissões, as seguintes normas: Não será lícito transcrevê-lo, em todo ou em parte, nos pareceres de expediente em curso sucessivo. Se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de Requerimento formulado perante a Comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular. Se a matéria..." "O Presidente dará conhecimento ao requerente em particular". Aliás, o Regimento da Câmara é mais duro do que o do Senado nessa questão. "Se a matéria interessar à Comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em Reunião secreta. Se destinado a destruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em maneira de sobrecarta, rubricada pelo Presidente da Comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação". 5º: "Quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto de cautela descrita no inciso IV. Parágrafo único: A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado de documento de interesse de qualquer Comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei".

Eu quis só ler para dizer que nós temos, nos nossos Regimentos também, além dos decretos que V. Exa. colocou aqui, o nosso Regimento normatiza também essa questão. Para comentar a questão, o Senador Demóstenes. Depois, o Senador Álvaro e, depois, o Deputado Indio e, depois, o Carlos Sampaio. Depois, Nilson Mourão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero concor-

dar, quase que integralmente, com o que disse o nobre Deputado. Realmente, a questão das contas sigilosas, os documentos sigilosos, muitas vezes, até tratam de interesse nacional, de interesse da Segurança Nacional, da segurança pública. Há alguns documentos que, inequivocamente, têm que permanecer em sigilo. Por exemplo, a remuneração a determinados delinqüentes, que são informantes da Polícia Federal. Ou um agente infiltrado em organizações criminosas, como as FARC que, uma vez por outra, entram via fronteira brasileira e, naturalmente, que esses cidadãos são remunerados de uma forma não ortodoxa e as contas no mundo inteiro são assim. E os documentos sigilosos, conforme também disse o nobre Deputado, eles têm que ter uma manipulação diferenciada, inclusive, com os Parlamentares que tiverem acesso e desejarem, conforme V. Exa. bem disse, eles serão responsáveis civil e criminalmente por essa manipulação.

Então, concordo integralmente com o que disse V. Exa. Eu só acho que nós devemos, inclusive, quanto à convocação das pessoas apontadas. Só acho que nós devemos fazer logo a aprovação desses documentos e a Presidente, com o nosso nobre Relator e todos nós que teremos acesso, com as cautelas já devidamente explicitadas na Constituição, nas leis que V. Exa., inclusive, mencionou, e no Regimento Interno, que essa manipulação obedeça, pelos Parlamentares, obedeça naturalmente todos os critérios estabelecidos em lei e, nos Regimentos da Câmara e do Senado, e no Regimento Comum.

Então, não discordando de forma alguma do que disse V. Exa., ao contrário, só acho que nós devamos aprovar já a solicitação, ou melhor, fazer a requisição desses documentos para devida análise, só que aqueles que são públicos, naturalmente, podem ser divulgados e acho que já até estão no Portal da Transparência do Governo. E aqueles que são sigilosos, a manipulação sigilosa, conforme estabelece a lei e o nosso Regimento Interno.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Álvaro, informar a todos que essa Presidência vai cumprir todos os ritos e os requisitos necessários a que o sigilo seja preservado... Tanto quando for por meio físico, papel, quanto por meio eletrônico. Decidimos, junto com a Secretaria da Comissão, que, quando for meio físico, papel, nós vamos abrir para os Parlamentares da Comissão, acompanhados sempre de um servidor, que vai ser sempre o mesmo servidor e, após assinar um termo de responsabilidade, que vossa... Alguns de V. Exas. já conhecem porque é o termo de responsabilidade e é um termo tão duro e tão explícito, que o nosso Secretário Dirceu disse que é uma bula de remédio porque tem tudo aqui, inclusive, os efeitos colaterais. Então, há todo um documento que o Parlamentar tem de assinar e o Parlamentar terá acesso, depois de assinar o compromisso com a manutenção do sigilo. Caso o Parlamentar autorizar um servidor a que tenha acesso, um seu servidor que tenha acesso ao seu documento, o procedimento é o mesmo, porque o Parlamentar continuará sendo o responsável por qualquer vazamento de informação. Quando for por meio eletrônico, o Parlamentar também faz a solicitação por escrito, assina o termo de responsabilidade e, então, é fornecida a ele uma senha e, a partir daí, ele vai ter o acesso, num terminal remoto, dentro do cofre; para aqueles que não têm conhecimento, a sala da Comissão tem uma sala-cofre e essa sala, lá dentro, há um computador já disponibilizado, que vai ficar à disposição do Deputado ou do Senador.

A norma vai ser extremamente rígida, vai ter sempre um funcionário acompanhando; não vai ser permitido, portanto, o funcionário que está ali não pode permitir que tire foto nem com celular, é claro, ninguém aqui está dizendo que vai ser revistado porque não vai, mas só a presença do servidor para coibir qualquer tipo de vazamento físico. Isso não invalida que o Deputado ou Senador saia de lá e fale para todo mundo o que tem lá dentro. A discussão verbal é de cada um, agora, a responsabilidade também é de cada um. Quer dizer, cada um aqui vai ser responsável pelos seus atos. Agora, o que tange à Mesa, nós vamos fazer para que o sigilo seja preservado. Isso eu quero garantir aos senhores. O que tange a nós, agora, o que não for da nossa alçada, aí, eu não posso me responsabilizar.

Portanto, eu quis fazer essa abertura para que todos fiquem sabendo que todas as tratativas já estão sendo tomadas para que tudo que vier por sigilo seja respeitado. Portanto, eu passo agora a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, até poderia dispensar a minha intervenção, já que, ao final da dele, o Senador Demóstenes colocou o ponto que eu gostaria de enfatizar. Mas eu vou reiterar. Eu acho que o essencial na CPI é chegar às informações sigilosas. O restante está no Portal. A imprensa já tem acesso. O trabalho dessa CPI deve priorizar acesso às informações sigilosas. Nós temos essas prerrogativas, todos conhecemos a nossa responsabilidade em relação à preservação do sigilo aqui, tanto em Requerimentos de informações que formularmos constantemente em algumas áreas do Governo que exigem o sigilo, quanto nas investigações da própria CPI.

Portanto, não concordo também, e é isso que eu quero enfatizar, com uma estratégia de protelação des-

ses Requerimentos que dizem respeito a informações sigilosas. Ao contrário, nós devemos estabelecer um critério de prioridades e a prioridade número um deve ser exatamente propor o acesso da CPI às informações que são sigilosas. Essa CPI só será bem sucedida se realmente ela puder avaliar o comportamento da autoridade no uso do Cartão Corporativo, quando se trata de sigilo imposto por normas discutíveis, mas imposto por estas normas. É discutível a questão da Segurança Nacional, segurança da sociedade, mas é a justificativa que se apresenta para o sigilo.

Portanto, a CPI será bem sucedida ou não na proporção do que ela conseguir de acesso relativamente àquelas informações que são, até agora, consideradas sigilosas. Agora, uma CPI existe para revelar e não para esconder. Então, é evidente que será impossível e, olha, felizmente não cairá a República com a revelação das informações que consideram sigilosas hoje. Não tenho receio nenhum. A República não cairá, não será abalada, as instituições públicas não estarão comprometidas, certamente... Algumas pessoas podem até estarem comprometidas ao final, não a instituição. E nós saberemos distinguir bem as pessoas da instituição.

Portanto, ao final, Sra. Presidente, o apelo que nós fazemos, na esteira do que já propôs o Senador Demóstenes, é exatamente estabelecer prioridades em relação a essas questões e não empurrar para o final. Acho que, independentemente de estarmos ouvindo autoridades, nós podemos, sim, deliberar sobre esses Requerimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Alvaro. Deputado Vic e, depois, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu não pedi a palavra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Fui eu. Não, fui eu, que tenho muito orgulho de ser confundido aqui com o Deputado Vic, mas...

[risos].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Só para registrar o seguinte, Sra. Presidente, na realidade, o que o Deputado Paulo Teixeira está falando são dois assuntos diferentes, e o Requerimento dele nada tem haver com o nosso Requerimento. Nosso Requerimento está focado naquilo que é o objeto dessa CPI. O Requerimento dele está, na realidade, tentando levantar aqui informações relativas aos suprimentos de fundos que, aliás, o Governo atual gastou muito mais suprimentos de fundos do que no cartão de crédito.

Quero registrar que nós não temos aqui nenhum problema em relação a que sejam levantadas as informações dos últimos 10, 15, 20, 30 anos dos suprimentos de fundos do Governo Federal. No entanto, a nossa requisição aqui é justamente focada no que é objeto dessa CPI, que são os Cartões Corporativos, versa, a partir de 2002, porque, em 2001, é que começou a funcionar o cartão e quase não houve gasto nenhum. E, a partir de 2002, há o que o Deputado Silvio, talvez, não esteja informado, há isso tudo em meio digital; leva apenas 30 minutos para o servidor público nos encaminhar, se for do interesse do Governo não protelar essas informações, em meio digital. E é claro que aquilo que são as informações sigilosas o Governo e a CPMI darão o tratamento necessário para as informações sigilosas. Quer dizer, ninguém está querendo expor o Governo irresponsavelmente. Agora, muitas informações que estão sendo ditas como sigilosas nós já temos que não são sigilosas.

E, só para registrar no final, dizer o seguinte, Sra. Presidente, faturas do Governo e nota fiscal não são, de forma alguma, documentos sigilosos. Portanto, as notas fiscais encaminhadas pelos comerciantes, enfim, quem quer que seja, que o Governo tenha gasto seu dinheiro, não são documentos sigilosos e estão nos processos, lá, tanto dos servidores públicos como também da Presidência da República.

Então, só para deixar isso claro, quer dizer, o nosso Requerimento aqui está focado no objeto da CPI e vem de 2002 para cá, porque tem ponto um: meio digital. E ponto dois: os cartões, de fato, em funcionamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Indio. Deputado Carlos Sampaio e depois Deputado Nilson.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, eu concordo na íntegra com o que fora dito pelo Senador Alvaro Dias, com as preocupações também colocadas pelo Senador Demóstenes. Sei da preocupação saudável do Deputado Paulo Teixeira, mas gostaria de ponderar com ele que, em razão do poder jurisdicional que temos, uma vez que essa CPI tem poder de requisição, tem poder de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, não haveria necessidade da oitiva dessas pessoas que iriam falar sobre a importância do sigilo.

Essa importância todos nós sabemos e temos. Tanto, que formulei 20 Requerimentos e nenhum deles de quebra de sigilo, com essa preocupação. Sempre me referindo à transferência do sigilo para fins de compartilhamento e análise. Quando se transfere o sigilo para fins de compartilhamento e de análise, os membros individualmente na sala do cofre, ou seja, por meio magnético, seja no papel, terão acesso individualmente com o funcionário, com o servidor e, portanto, não se está falando em quebra do sigilo, em

se tornar público aquilo que deveria ser, como disse o Senador Alvaro Dias, seja por leis questionáveis ou não, deveria ser sigiloso.

Então, essa preocupação, Deputado Paulo Teixeira, é uma preocupação de todos nós, e reitero, a transferência de sigilos, para fins de compartilhamento, não pode ser confundida com a quebra de sigilo com a qual concordo com o Deputado Paulo Teixeira, não deva ocorrer neste momento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Carlos Sampaio. Deputado Nilson, depois, Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, eu gostaria de me manifestar com toda a clareza sobre essa questão. O que está em debate, o objetivo real, concreto desse Requerimento é buscar os gastos sigilosos da Presidência da República. Esse é o ponto. Temos que ser sinceros conosco aqui. As garantias e as cautelas que V. Exa. leu, o rigor e novas garantias que a senhora acrescentou, através das sugestões da sua equipe técnica, são excelentes. Mas, nós sabemos, Presidente, que essa não é, não vai ser e nunca foi a realidade das CPIs aqui nesta Casa. Os documentos vazam, ninguém sabe como, certamente são os espíritos que "entram dentro" do cofre e vazam antes de qualquer manipulação. Ninguém sabe, ninguém se responsabiliza, a imprensa publica e fica por isso mesmo. Esses são os fatos reais, que têm ocorrido nas CPIs que se instalaram aqui nesta Casa, como ocorreu na CPI do Banestado e na CPI do Mensalão. Os documentos eram vazados antes, sequer, que a Comissão tivesse conhecimento. Ninguém sabe qual foi o funcionário do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, ninguém sabe como é que o jornalista teve acesso a esse documento e, ao final, o documento estava publicado em todos os jornais. Esses são fatos.

Por isso, Sra. Presidente, esse documento, esse Requerimento deve ser derrotado. Nós... A base do Governo deve derrotá-lo e seguirmos a orientação que nos foi dada pelo Deputado Paulo Teixeira. Devemos ouvir, Sra. Presidente, aquelas autoridades que ele mencionou para que possamos fazer aqui um debate sincero, claro, sobre isso e. a partir daí tomarmos um rumo e um encaminhamento.

Por último, Sra. Presidente, com todo o respeito que eu tenho pelo ilustre Senador Alvaro Dias, que argumentou da importância da divulgação desses documentos, seria bom, Senador, que V. Exa. desse bom exemplo, tornasse público todos os documentos relativos ao período que V. Exa. foi Governador do Paraná, os gastos secretos que V. Exa. tinha, os gastos sigilosos que V. Exa. tinha no Governo do Paraná, torne público. Traga as notas fiscais, ano a ano, todos os gastos, porque V. Exa. estaria dando um bom exemplo. Muito obrigado, senhora Presidenta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): No art. 14.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu quero autorizar o Deputado a visitar os documentos todos; não havia gasto secreto algum, não havia gasto sigiloso nenhum. Quando fui Governador, não havia gasto. E V. Exa. pode investigar sim.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Torne público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Se desejar...

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Torne público, Senador. Torne público.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não sou detentor da posse desses documentos.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não... Os documentos estão aí, a Secretaria deve ter cópia. Dizer tudo que foi gasto naquele período que V. Exa. gastou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou autorizando V. Exa... V. Exa. pode recorrer ao Governador atual do Paraná, que é o Governador Requião. E solicitar a ele que disponibilize todos os documentos do meu tempo. É evidente que não foi isso que eu afirmei aqui antes, não é. Eu não disse que quero-–

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): V. Exa. tornou público no período em que era Governador?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, eu gostaria de--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de permanecer a palavra com o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É... Eu não vou agora discutir o meu Governo, que faz muito tempo, mas foi um Governo absolutamente transparente e nunca foi questionado, sob esse ponto de vista. Nunca foi questionado sobre o uso de Cartões Corporativos, sobre relação de promiscuidade de Executivo com o Legislativo, nunca houve questionamento algum e, como conseqüência do meu Governo, não restou sequer uma ação judicial que o questionasse sobre postura ética. Ao contrário, todas as palavras dirigidas em relação ao meu Governo foram palavras que consagraram a sua postura ética, como exemplo de comportamento de austeridade, de honestidade e de ética e de respeito ao dinheiro público. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. Agora, o que eu disse anteriormente aqui não foi que nós devemos buscar os documentos sigilosos

do Governo e expor em rede nacional de televisão e distribuir a todos os jornais do país.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Mas é isso que ocorre-–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O que eu disse aqui é que nós conhecemos a nossa responsabilidade em relação à preservação do sigilo. E o que nós defendemos, tanto quanto defende o Deputado Carlos Sampaio, que brilhantemente expôs a tese aqui anteriormente, é que nós solicitamos não a quebra do sigilo; nós solicitamos a transferência do sigilo, acreditando na responsabilidade de cada um dos integrantes dessa Comissão.

E disse, afinal, que mesmo que ocorra vazamento aqui ou acolá, certamente não derrubará a República, nem mesmo o Presidente Lula. E não abalará as instituições públicas do país porque isso realmente ocorre em CPIs, nós não necessitamos da falsidade para sustentar as nossas teses. Eventualmente, é possível que vaze uma ou outra informação, mas isso não coloca em risco. Aliás, são os riscos próprios da democracia e da transparência que se propõem. Quem deseja à administração pública transparência tem que correr esse tipo de risco. E, certamente, um Governo sério não tem receio de correr esse risco.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer ao Senador Álvaro e lembrar a todos os Srs. Deputados e Senadores o art. 146 do nosso Regimento, que diz o seguinte: "Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes: 1, 2, 3, dos Estados". Então, essa questão Estadual não entra na discussão aqui da nossa Comissão. E eu quero lembrar também que, desde a Comissão do... Desde a CPI dos Sanguessugas, que foi presidida pelo Deputado Antônio Carlos Biscaia, do PT, desde essa Comissão os procedimentos sigilosos estão sendo mantidos e, desde então, nós temos muito menos problemas de que o sigilo seja transferido ou seja de domínio público.

Portanto, a gente vai manter essas propostas que vieram desde a Presidência da CPI das Sanguessugas, para que a gente possa aperfeiçoar, ser um pouquinho mais rígido ainda, para que essas questões não aconteçam. Passo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa questão relativa a sigilo, acho que primeiro nós não podemos aqui ficar num processo meio de ping-pong, desse ou daquele Governo. Nós não estamos discutindo o tema sigilo; sigilo do Governo Lula, sigilo do Governo Fernando Henrique. Nós estamos discutindo uma matéria referente e uma matéria que... Do Estado Brasileiro. E, numa matéria referente ao Estado Brasileiro, eu acho que realmente precisamos ter um processo minimamente de cautela. Nós não podemos aqui, num exemplo bem simples, pegar o CPF de todos aqueles que têm Cartão Corporativo e, vamos pegar aqui o CPF também de alguns agentes da ABIN, e ter conhecimento, certamente, muitos desses funcionários públicos, ao aceitarem essa tarefa, aceitaram essa tarefa no pressuposto de que o seu trabalho seria um trabalho que o preceito Constitucional estava garantindo a eles o direito de poderem não ser, amanhã, estar passando na rua e um dizer, ali está um araponga, ali está um agente da ABIN.

Então, eu acho que não dá para colocar os carros na frente dos bois. Desde o primeiro momento do convite para ser Relator dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu afirmava que, no que se refere... No que se refere aos dados sigilosos, nós deveríamos preceder, nesta Comissão, de um debate. E este debate nós deveríamos convidar autoridades que são conhecedoras do assunto, que é preciso ter humildade, não sou um especialista na área de segurança. E, se eles nos convencerem de que esses dados sigilosos são importantes, que sejam mantidos em sigilo, nós poderemos decidir por mantê-los, de forma sigilosa. Se não forem, não tiverem a capacidade de nos convencer, então, vamos tomar outros caminhos. Agora, desde o primeiro momento, antes de se ter o debate acerca deste tema, que é um tema de fundamental interesse do Estado Brasileiro, tomarmos a iniciativa de transferência de dados para esta Comissão, quando todos nós temos certezas absolutas, que nenhum de nós aqui acreditamos que esse material consiga permanecer de forma sigilosa, eu acho que nós estaremos atropelando, sem necessidade, o debate.

Eu até não proporia a rejeição do Requerimento, mas eu proporia que nós pudéssemos realizar um debate com o representante da ABIN, com o general Félix, com o general Cardoso ou uma outra pessoa que pudesse ser sugerida por esta Comissão, faríamos um debate acerca da importância ou não de se manter dados sigilosos e, aí, nós poderíamos tomar uma decisão, mas já alicerçada num debate amplo, democrático, aberto e eu acho que seria o melhor para esta Comissão porque também não seria, a meu ver, de um bom resultado para esta Comissão, se dados dessa ordem e dessa grandeza se tornassem públicos e, já no outro dia, pessoas de amplo conhecimento do setor de segurança a nos condenar de termos cometido uma brutalidade no que se refere a matérias de interesse do Estado.

Quero aqui frisar, nós, nessa CPI, e até fazer um apelo aos pares, que nós... Não nos guiassem aqui por um processo de disputa se é esse ou aquele

Governo, não se trata desse ou daquele Governo, se trata de uma matéria que interessa ao Estado Brasileiro e que compreende-se num espaço de tempo em que tivemos dois, um e temos um outro Presidente da República. Mas essa matéria é uma matéria de interesse do Estado e, sendo interesse do Estado, eu acho que a postura mais responsável seria a postura de primeiro antecedermos de um amplo debate acerca deste tema, que tem levantado inquietações de ambos os lados, de Parlamentares de ambas as siglas partidárias. Mas eu acho que seria um bom momento e uma boa contribuição desta Comissão à sociedade brasileira o debate democrático, amplo, direto, aberto, acerca da questão sigilo, da questão segurança, para que ficasse muito claro para a sociedade brasileira, até porque é o primeiro momento que a sociedade está debatendo esse tema.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, para discutir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, nós estamos num processo de encaminhamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem uma lista.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador Demóstenes...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem uma lista para encaminhamento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Tem Deputados inscritos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu vou passar a palavra aqui para o próximo inscrito, Deputado Maurício Quintella Lessa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Me inscreva...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Pois não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Senhor Presidente, com todo o respeito à opinião do Senador Alvaro Dias, tenho por ele... Eu quero discordar aqui dos supostos objetivos dessa CPI. Eu acho que essa CPI não tem por objetivo investigar gastos sigilosos do Governo, principalmente na instituição da Presidência da República. Esses gastos sigilosos, esse sigilo, ele é imprescindível, não só à sociedade, mas ao Estado Brasileiro também. Eu acho que essa CPI tem que investigar o atacado dos gastos do Cartão Corporativo, tem que, obviamente, apurar os excessos que foram cometidos à margem da lei, da norma que hoje rege os Cartões Corporativos e também as contas tipo B. E aqui, no final, caminhar para uma redefinição desse marco legal.

Essa CPI vai precisar, antes de aprovar esse tipo de Requerimento, que ataca o sigilo de gastos, por exemplo, da Presidência da República, nós temos que trazer esse debate aqui. Até onde essa CPI pode e até onde essa CPI deve ir, no caso da preservação desses dados. Agora mesmo, em relação a isso, dois Ministros do STF, interpretando a Constituição Brasileira, disseram que o sigilo, ele não é... Aliás, a publicidade desses gastos, dos gastos do serviço público, ela não é absoluta não. Ela tem que ser respeitada e diz aqui o art. 5º, na Constituição Federal: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo geral, que são prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Portanto, Sra. Presidente, eu acho que a pressa é inimiga da perfeição e também da prudência. Nós estamos no início de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu acho muito mais prudente essa Comissão aprovar o Requerimento do Deputado Paulo Teixeira, que requer todo o tipo de informação que é necessária a esse início de investigação e preserva o sigilo nesse momento, para que a gente possa avançar nesse debate com mais responsabilidade. Por isso que o PR encaminha, em relação a esse Requerimento, o voto em contrário.

[troca de presidência].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer e quero dizer a todos os senhores e senhoras que estão encerradas as inscrições para comentar este assunto e lembrando que, mesmo estando no encaminhamento de um Requerimento, eu abri a discussão para que a gente, de uma vez por todas, espero, podemos voltar, se for o caso, mas que a gente tome o rumo a respeito disso, porque os próximos Requerimentos vão tratar também de sigilo. Assim, nós debateríamos e acharíamos, pelo menos, já o norte. E, aí, cada Deputado e Senador vai votar de acordo com a sua consciência, ou aprova ou rejeita o Requerimento. Mas, pelo menos, as pessoas que foram inscritas já estão inscritas e encerrada a-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Encerrada a discussão a respeito desse assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar. Vamos seguir a lista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de encaminhamentos, não estamos ainda na fase, eu quero ouvir ainda aqueles que pediram a palavra. O Deputado... Os que estão inscritos e que vão ter o uso da palavra. O Deputado Marcelo Guimarães, Deputado Augusto Carvalho, Senador João Pedro, Senador Marconi Perillo e, para encerrar, Senador Demóstenes, que são os que estão inscritos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma informação--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, desculpe. Senador... Deputado Paulo Teixeira é o primeiro, depois... Você me desculpe--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimento só, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para esclarecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimento. Isso é um Requerimento. Ele... A senhora informou ontem que, regimentalmente, ele não estaria sujeito à discussão, apenas o autor e, então, só o encaminhamento, portanto eu levo isso a V. Exa., me parece que está havendo debate e discussão sobre o Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso foi uma exceção e uma concessão que a Mesa fez porque achamos que era de bom alvitre aqui discutir uma questão que vai balizar quase todos os outros Requerimentos de informação, para que todos pudessem colocar seus pontos de vista e, assim, poder votar com mais tranqüilidade. Deputado... Vamos fazer uma limitação de tempo a partir de agora. Eu gostaria que a Mesa, a Secretaria me ajudasse, de três minutos, para cada um poder expor as suas idéias. A partir de agora, Deputado Paulo Teixeira e depois Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sra. Presidente, o Deputado Indio da Costa disse que o nosso Requerimento, quando ele propõe a apuração das contas desde 1998, não está no objeto desta CPI. Está sim, Deputado, se V. Exa. ler o roteiro aprovado hoje, o item C, ele fala exatamente isso: "apurar os motivos que levaram à adoção do cartão de crédito corporativo, investigar as possíveis irregularidades à vista dos gastos relativos a suprimentos de fundo da administração pública Federal, desde 1998". Portanto, está no objeto desta CPI o Requerimento de nossa autoria.

Segunda questão, Presidenta, é dizer o seguinte, se V. Exa... Nós não estamos propondo aqui que essa questão não seja resolvida, nós estamos propondo não seja resolvida hoje, para ouvir essas autoridades, não do que é sigilo, que todos aqui sabem o que é sigilo. Mas do que são as contas secretas. Isso, suponho que todos nós tenhamos que aprender.

Terceiro, Presidenta, é uma questão regimental. Pelo art. 311 do Regimento do Senado Federal, eu peço uma preferência ao nosso Requerimento a esse que está sendo votado, ao 16, uma preferência, tendo em vista que só o autor pode pedir, eu estou pedindo uma preferência porque eu gostaria de ver o 131 votado. Então, e aqueles que convidam os generais Cardoso, o general Félix e o Delegado Paulo da ABIN, Paulo Lacerda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado. Deputado Marcelo Guimarães.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu quero tratar dessa matéria, Sra. Presidente, no mesmo sentido que o Relator, Deputado Luiz Sérgio, colocou. Essa matéria, inclusive, foi levada ao Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski proferiu o seu voto, registrando, naquela Corte que novamente há questões relativas ao sigilo, que são questões de Estado, ressalvando que as contas públicas... Não é uma questão absoluta. Têm situações em que é necessária e são necessários que esses gastos não sejam trazidos a público. Toda essa questão dos gastos públicos e do sigilo foi trazida à tona, nos últimos três, quatro meses, de maneira muito açodada, a imprensa tem explorado isso, a população tem assistido, tem lido sobre esse assunto. Mas é preciso, por tudo o que já foi dito aqui, que essa discussão seja feita de forma mais branda, mais calma.

Então, é importante que nós, antes de discutirmos essa questão aqui, nós trazermos aqui na CPI pessoas que tenham condição de nos dar subsídio para que a gente possa discutir no futuro se vamos abrir ou não dados sigilosos do Estado Brasileiro. Não se refere essa questão apenas a oposição e situação nesse momento, ao Governo que passou, do Presidente Fernando Henrique, ao Governo atual do Presidente Lula ou ao futuro Governo, que virá na frente, que nós não sabemos quem estará à frente da nação daqui a mais três anos. Mas precisamos sim que essa CPI dê um exemplo de calma, de serenidade, para que a gente discuta essa questão, antes de trazermos aqui, liberarmos ou não dados sigilosos do Estado Brasileiro. Portanto, eu quero, Sra. Presidente...

[soa a campainha]

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA): Um pouco de silêncio para que a gente possa terminar nosso raciocínio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? A palavra está garantida a V. Exa.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA): Eu quero, em relação ao Requerimento nº. 16, do Deputado Indio da Costa e do Deputado Vic Pires Franco, encaminhar, já pelo bloco PMDB, como vice-líder, se esse Requerimento vier à votação, encaminhar contrariamente ao Requerimento nº. 16 e apoiar aqui a sugestão do Deputado Paulo Teixeira, de que a preferência seja dada ao seu Requerimento, ao Requerimento 131, para que a gente vote preferencialmente o Requerimento do Deputado Paulo Teixeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Marcelo. Deputado Augusto Carvalho e depois Senador João Pedro.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sra. Presidente, essa CPI vai certamente ser um momento muito importante para discutirmos a questão da transparência--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria de pedir ao Plenário silêncio para que o Deputado Augusto Carvalho possa se pronunciar.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): --Que é fundamento de uma sociedade democrática. Quero dizer para V. Exa. que o Brasil tem uma ferramenta das mais importantes, e que poucos países do mundo dispõem, para dar transparência à Administração Pública, que é o SIAF, o Sistema Integrado de Administração Financeira da União, banco de dados que reúne, on-line, os gastos dos três Poderes, de todos os órgãos, que dá ao Legislativo, que tem a missão Constitucional de fiscalizar o Governo, a capacidade de acompanhar a elaboração e execução do Orçamento. Mas, veja V. Exa. que há um comportamento diferenciado para os gestores. Por que é que os gestores localizados, por exemplo, no Ministério da Educação, são obrigados a descrever, no SIAF, todos os detalhes relativos, por exemplo, a um determinado pagamento, uma compra feita em qualquer que seja o local do país e os gestores da Secretaria de Administração da Presidência da República não estão obrigados a descrever aquela compra porque os gastos da Presidência da República e da Secretaria de Administração estão revestidos do sigilo bancário, do sigilo de Estado?

Então, Presidente, eu creio que, como falaram o Senador Demóstenes e o Senador Álvaro, a questão do acesso a essas informações... Porque todos, nós sabemos, gastos rotineiros da Presidência da República--

[soa a campainha].

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Deputado Paulo Teixeira, não podem, em hipótese alguma, ser considerados rotineiros. Não podem ser confundidos com operações sigilosas que a Polícia Federal, que a ABIN, eventualmente, tenham de praticar para implementar uma ação de Estado.

Eu queria, aproveitando as palavras do Relator, Deputado Luiz Sérgio, eu acho que o Deputado Luiz Sérgio propôs, fez uma proposta serena, tranqüila, que nos dá condição de, na... Juntar a preocupação do Senador Demóstenes, de ter acesso a essas informações, mas, precedidos, esses acessos, a um debate com as pessoas que já eventualmente passaram ou estão ainda no comando de áreas que são hoje fulcrais na questão do sigilo de Estado.

Eu, tentando uma aproximação com a proposta do Deputado Paulo Teixeira, eu acho que seria possível que nós, ao mesmo tempo, aprovássemos um Requerimento, solicitando todas as informações, entre elas, as informações sigilosas, Deputado Carlos Sampaio, entre elas, as informações sigilosas, mas que precedamos essa tomada de decisão sobre que trato daremos às informações sigilosas, da oitiva dos responsáveis pela ABIN, pela Polícia Federal, enfim, aquelas autoridades que já foram listadas em Requerimento apresentado.

Então, eu acho que é possível, Presidente, chegarmos a um acordo de procedimento, ouvindo prioritariamente essas autoridades e, a partir daí, entraríamos em consenso na Comissão sobre como daremos o trato às informações sigilosas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Augusto Carvalho. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, a minha fala vai no sentido, primeiro, nós estamos... Essa é a primeira Sessão... Eu gostaria, Sra. Presidente, de mais silêncio, senão...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir aos Deputados e Senadores, que há um orador-—

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem uma outra CPI aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um orador na bancada, querendo se pronunciar, Deputado Paulo... Senador João Pedro, eu acho que o silêncio já é razoável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, tem um... Vamos suspender e...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, Deputado Paulo, o Senador João Pedro está esperando para poder fazer a sua peroração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sra. Presidente, a minha fala vai nesse sentido. Primeiro, essa é a primeira Sessão, primeira reunião de avaliarmos e conhecermos os Requerimentos, a direção das oitivas. Então, realmente, há uma tensão sobre isso. Eu gostaria de fazer uma... Pedir a atenção do Senador Demóstenes e do Senador Alvaro Dias para nós, quem sabe, no sentido de construir uma lógica, um compromisso da apuração, da avaliação, de trabalharmos alguns Requerimentos que, pela ordem aqui, fica difícil.

Veja só, nós estamos aqui, aí tem um Requerimento, chamando atenção para o ex-Ministro José Dirceu. Quer dizer, não dá para levar... Assim não vai. Assim não vai. Nós precisamos apurar, apurar-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Mesa pede silêncio para que o Senador João Pedro possa continuar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E eu quero reforçar aqui a propositura do Deputado Paulo Teixeira, que eu acho que organiza, dá uma lógica, dá um sentido, levando em consideração o compromisso de nós apurarmos e há um compromisso, evidentemente, Presidente Marisa. Não dá para nós aceitarmos a estratégia do meu companheiro de Senado, Álvaro Dias. Ele quer ir lá na Presidência da República. Não pode ser assim. Acho que nós temos que construir um outro ambiente, um outro ambiente. Há poucos dias, Senador-

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --O Ministro Ricardo Lewandowski, ele negou ao PPS, com uma liminar, e assegura o sigilo das contas da Presidência da República. Ele fundamenta, o Ministro, e aqui o item 03 é muito claro, ele fundamenta com o decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002, avançando aqui no § 1º do art. 23 da lei, c/c a lei 8.159, de 08 de janeiro de 91, dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações e documentos de interesse da segurança da sociedade e do Estado no âmbito da Administração Pública-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Me permite um aparte, só dois segundos só-

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --O decreto reservou às autoridades responsáveis a classificação dos dados. Olha a classificação, ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado-–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só dois segundinhos, o Ministro Lewandowski--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu penso o seguinte: Nós estamos aqui, aprovamos já a oitiva com Ministros, há uma boa vontade nesse sentido, aprovamos por unanimidade a propositura do nosso Relator. Agora, se nós-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador João Pedro--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Buscarmos os caminhos de politizar, de querer atingir o nosso Governo, evidentemente que nós não vamos aceitar essa linha-–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é esse o caminho-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Essa linha de levar esta CPI, que eu, diferente de V. Exa., não sou pessimista-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Sr. Senador-

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Eu penso que nós temos que trabalhar aqui no sentido de contribuir com o Estado Brasileiro, punir quem for... Quem teve excesso, nós não podemos é politizar o início dos trabalhos de uma CPI, onde a sociedade brasileira tem grande expectativa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Senador... Antes de passar a palavra ao Senador Alvaro, que foi citado-–

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu fui citado e são só dois segundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer-–

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --A palavra ao Senador Álvaro, eu quero fazer uma... Relembrar aos Deputados e Senadores que o decreto 4.553, do Poder Executivo, é um decreto do Poder Executivo, é que trata das questões ultra-secretas, secretas e confidenciais. Nesse caso, era bom que todos pudessem lê-lo porque o que nós estamos discutindo aqui, por exemplo, não me consta que possa ser colocado como ultra-secreto porque ultra-secreto é diferente daquilo que nós estamos tra-

tando. Aí, é segurança mesmo de fronteiras etc. e tal. Esse é um secreto do Governo, do Executivo.

Agora, a nossa lei, a lei que temos que seguir, diz que poderá o Poder Judiciário e, no caso aqui, é uma CPMI, em qualquer instância, determinar a exibição reservada... "Determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa do direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal de parte".

Eu quis só ler para dizer que... E qualquer tipo de sigilo, desde que reservado, desde que seja mantido o sigilo aqui dentro dessa Casa, a CPMI pode solicitar. Só um esclarecimento, sem nenhuma entrada no mérito do que nós vamos votar aqui. Eu quero só, Senador Álvaro, por um minuto, porque nós estamos dando três minutos para as pessoas, porque V. Exa. foi citado, e o senhor está pedindo isso, um minuto. E, a partir daí, o Senador Marconi Perillo e Demóstenes Torres para encerrar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador João Pedro, apenas para esclarecer, o competente Ministro Lewandowski decidiu sobre quebra de sigilo e não na transferência do sigilo. O que a CPI requer é transferência do sigilo. E, se nós não tivermos essa prerrogativa de transferir sigilos, não temos razão de existir. É melhor encerrar os trabalhos da CPI imediatamente porque o restante está no portal, o restante, a imprensa tem acesso e divulga. Nós precisamos ter conhecimento daquilo que está na clandestinidade. E, através da transferência de sigilo, que é uma prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Alvaro. Senador Marconi Perillo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Foi a liminar que foi negada, só.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu estou um pouco preocupado com o rumo dessa CPMI. Afinal de contas, nós não estamos aqui para analisar, avaliar se o Governo cometeu ou não irregularidades, ou para atribuir a Governo A ou B eventuais desvios; nós estamos aqui para apurar corrupção, desvio de dinheiro público, doa a quem doer, Sra. Presidente. Acho até que o Deputado Vic Pires e o Deputado Indio deveriam estender essa proposta a 98. Nós não temos nada a temer. Aqui na liminar, ele coloca a questão do quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal, expedidos desde 2002, para a Presidência da República, incluindo todas as suas unidades gestoras.

Eu estenderia, aprovaria, apoiaria a extensão a antes de 2002, desde o início dos cartões; não há o que temer. Agora, Sra. Presidente, nós temos, nós temos, Sra. Presidente, uma missão aqui, uma missão de Estado. Investigar corrupção com dinheiro público, irregularidades. Nós não vamos estar aqui para tapar o sol com a peneira. Eu mesmo não vou me submeter a esse papel.

Nós temos minoria aqui, é claro, é certo, a oposição tem uma minoria esmagadora aqui; a oposição tem uma maioria esmagadora, vão aprovar todos os Requerimentos que eles queiram. Agora, essa CPMI só terá credibilidade, respeitabilidade se nós aprovarmos os Requerimentos independentemente de quem será culpado, envolvido ou punido, mas, para apurar efetivamente os culpados. Se existir, no passado, furos em relação a vazamento de informações, isso começou lá na CPI do Collor. Não fomos nós-

[soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): De modo que eu gostaria de pedir a V. Exa. e chamar a atenção de todos no sentido de que a gente aprofunde a investigação. Vamos buscar acessar a todos os dados, a todas as informações, seja através, se a partir do Requerimento dos Deputados Indio e Vic Pires, seja a partir da sugestão do Deputado Augusto Carvalho que, na minha opinião, é pertinente, ou em função do que propôs o Senador Demóstenes, Senador Alvaro Dias, mas o importante é que cheguemos as informações.

Eu já fui Governador duas vezes. Os nossos dados, as nossas informações estão disponibilizados. O meu sigilo bancário e fiscal estão quebrados desde 98. Eu acho que não tem que haver verba secreta, não tem que haver conta secreta, não tem que haver nada que não possa ser absolutamente transparente. Se o PT prega transparência desde o seu nascedouro, nós também pregamos, e eu acho que essa é uma grande oportunidade de chegarmos à conclusão se houve desvios no Governo do PSDB, se há desvios ou se houve desvios no Governo do PT. Essa é a minha colocação, Sra. Presidente, nós temos que investigar, a sociedade nos acompanha e não vamos buscar subterfúgios para que essa investigação não chegue aos resultados que nós esperamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, senhor Senador. Senador Demóstenes Torres, para encerrar as nossas perorações, discussões a respeito desse assunto.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sra. Presidente, Srs. Parlamentares.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que não esgota a discussão. É só agora, por hora.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu gostaria muito que todos pudessem prestar atenção no que eu acho que é fundamental: nós estamos aqui discutindo se essa CPI vai existir ou se ela vai ser sepultada agora. O Deputado Nilson disse, com toda a clareza, e é isso mesmo que ele disse. Nós não podemos escamotear a realidade. O que é o Requerimento? O Requerimento trata de buscar as contas sigilosas da Presidência da República, da ABIN, portanto, também da Presidência da República, feitas com Cartão Corporativo. Como bem mencionou V. Exa., não são todos os gastos sigilosos, porque muitos não são feitos via Cartão Corporativo.

Muito bem, o Senado e a Câmara podem ter acesso? Podem. Inclusive, independentemente de CPI. Nós temos aqui uma Comissão de Inteligência, não é verdade? Onde, inclusive, eu faço parte, eu sou líder da minoria, se quisesse buscar esses dados, para efeito de pirotecnia ou coisa semelhante, poderia fazer. Mas eu acho, e digo com toda a sinceridade, nós não podemos trocar a nossa biografia pelos erros dos outros. O que nós queremos saber é o seguinte: Esses gastos com Cartão Corporativo, de dados sigilosos, eles foram utilizados realmente para a Segurança Nacional, foram utilizados para Segurança Pública, foram utilizados no interesse público? Sim. Eles foram utilizados. Houve desvios? Alguém, se aproveitando disso, sacou dinheiro e comprou casa, comprou carro, gastou de uma forma-

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Inadequada, não republicana? Sim. Essas pessoas que paguem pelo que fizeram. Nós temos o direito de ter acesso a esses dados. E nós não podemos. Vai vazar ou coisa semelhante, o Deputado ou Senador que vazar que pague, inclusive, com sua própria liberdade, que pague com o mandato, porque a lei estabelece claramente as diversas modalidades em que o Senador perde o seu mandato, que ele pode ser apenado, Deputado, Senador, apenado criminalmente. Por quê? Nós não podemos deixar essa mancha: "Nós não vamos liberar os dados porque os Deputados e Senadores são irresponsáveis". Vazam? Vaza sim. Eu vi colega meu, inclusive, de partido, em outras CPIs, indo lá e fotografando coisas escandalosas; ia no jornal da noite, via lá o dado que ele tinha fotografado. Realmente tem desse tipo de gente.

Agora, esses têm que ser punidos. Nós temos direito, sim, a fazer essa investigação. E o nosso compromisso aqui tem que ser de apurar para melhorar e também para punir, como disse o Senador Marconi Perillo. Se tem que haver punição? Tem. Se fulano de tal cometeu irregularidade, por que é que o Deputado vai trocar a biografia dele pela de quem cometeu irregularidade? Aquele que arque com suas responsabilidades.

Então, esse Requerimento... Esse Requerimento, ele é fundamental para que a CPI continue existindo. Porque os outros dados, o que nós vamos fazer a partir daqui? Nós vamos ouvir as pessoas, ouvir os Ministros, fazer uma recomendação, nós vamos ficar na cartilha: "Vovô viu a uva", nós não vamos entrar nessa de o "vovô viu a uva". Nós temos mais o que fazer, nossa responsabilidade aqui é grande. Então, veja só--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O que eu penso? Se nós votarmos aqui... Vamos ser claros, nós da oposição vamos perder. O Governo tem maioria para impedir que as contas sigilosas com Cartão Corporativo venham à CPI. O Deputado líder, Deputado do PT, fez uma proposta que é a seguinte: Ele entende que o ex-Chefe da época, o ex-Ministro da época do Fernando Henrique tenha que vir. Nós concordamos. O atual chefe da ABIN tem que vir, o general Félix tem que vir. Nós concordamos. Eu, ao menos eu, concordo. Agora, vamos... Nós também não podemos ir empurrando isso o tempo todo. Se o Governo vai sepultar a CPI hoje ou vai sepultar daqui a duas semanas, eu estou dizendo claramente o que eu penso. Eu prefiro que nós pensemos que, quem sabe, daqui a duas semanas nós vamos conseguir levantar isso, que a partir das exposições dos Ministros, nós vamos verificar: "Olha, é importante ter essas contas porque esses dados aqui, se eles não estiverem de acordo com o que os Ministros falaram, é óbvio que esses dados são irregulares. De acordo com o que a Legislação que nós temos em mãos".

Então, eu sugeriria a todos nós, não era e não é claro o meu desejo, nós estamos em flagrante minoria, mas, para que nós possamos construir um entendimento e tentar investigar, que nós... Já está deliberado que amanhã nós vamos ouvir algumas pessoas e, na semana que vem, outras, já devidamente sugeridas pelo senhor Relator, e aprovados. Não é isso? Que, na primeira semana seguinte, logo após a Semana Santa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, quero só sugerir, porque é a proposta que foi feita pelo Deputado do PT, que, na terça-feira após a Semana Santa, nós ouçamos essas pessoas que ele indique. E, na quarta-feira, nós votemos a questão dos dados sigilosos. Assim, se nós votarmos hoje e impedirmos,

morreu a CPI. Eu acho que aí não tem mais o que fazer aqui porque os demais dados já estão divulgados. Então, eu sugeriria a todos, se o Deputado Paulo realmente concordar com essa proposta, que nós, na terça-feira, após a Semana Santa, ouçamos essas três do Vic e o Indio que são, claro, se eles quiserem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Demóstenes, V. Exa. está fazendo uma proposição?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): --Concordando com a proposição, porque, na realidade, a que mais me agrada é do Deputado Augusto. Mas a dele já foi, parece, que rejeitada. Ele quer que nós chamemos a Polícia Federal, o Ministério Público. Também gosto disso. Eu acho que esses dados são técnicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu vou pôr... Um momentinho Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas aí teria que ter aquiescência do Deputado Vic e do Deputado Indio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou fazer o encaminhamento aqui. Gostaria de, primeiro, todos os 17 Parlamentares tiveram a oportunidade de expor as suas idéias a respeito do sigilo. Foi uma oportunidade ímpar e necessária porque, a partir dela, é que nós vamos verificar e aprovar ou não aprovar os Requerimentos de informação que... De informação, que temos aqui.

Temos, na Mesa, e tenho que colocar antes da votação do Requerimento em questão, um Requerimento de preferência, que foi colocado pelo Deputado Paulo Teixeira. E o Requerimento de preferência diz o seguinte: "Requeiro preferência de votação do Requerimento 131/08 sobre os outros Requerimentos de informação, nos termos do art. 311, I, do Regimento Interno do Senado Federal". E eu gostaria de ler esse artigo: "Da preferência: Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário: I. De proposição sobre a outra ou sobre as demais da Ordem do Dia". Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, eu só pediria a atenção de todos os nossos... Olha, o acordo é o seguinte-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Em relação aos dados sigilosos, nós não votamos o 16 hoje, façamos, aí, o convite ao General Alberto, General Félix e ao Delegado Paulo Lacerda, e não votamos o 16. Esse é o acordo entre nós.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vota o 16 um dia depois.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É. Vota um dia depois. Agora, isso é o nosso acordo, esse nós estamos de acordo e nós podíamos... É... Agora, segunda coisa, sem compromisso de mérito, como o Maurício disse. Segunda questão. Isso não está no acordo hoje retirar a preferência hoje porque nós queremos investigar desde 1998, esse é o pedido. O Requerimento que está hoje é pedindo informação, desde 1998, de todos os gastos de... Então, esse pedido é o pedido da CPI, está no objeto da CPI, está no objeto do roteiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, me permita um aparte?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só um minutinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero, eu quero--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, o que nós queremos aqui fazer é o seguinte-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Tem um acordo e nós votamos a preferência do 131.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, Deputado Paulo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero aqui-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Paulo, como autor do requerimento--

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero aqui entender a questão, que fique claro para todos. O Deputado Paulo Teixeira está retirando o seu Requerimento de preferência? Não está. Sobrestando?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu estou pedindo para V. Exa. fazer a votação em dois momentos. A primeira votação é a seguinte. O convite aos generais Alberto, Félix e o Delegado. Dois.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. está fazendo esse Requerimento?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Esse Requerimento já está... É um dos Requerimentos aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é o 131?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não. E 2). Feito isto, sobresta a discussão do 16. 3) Preferência para o 131, para que nós aprovemos hoje o pedido de contas, desde 1998. Esse é o acordo que nós fizemos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Espera aí, eu gostaria-–

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir... V. Exa. está mantendo o Requerimento de preferência, está pedindo que se vote primeiramente o Requerimento convidando o General Félix, o General Carlos Alberto Cardoso e o Deputado Paulo Lacerda para serem ouvidos e só depois serem apreciados os outros Requerimentos sigilosos?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aceita--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E eu gostaria de ouvir, eu gostaria de ouvir um Deputado ou Senador por bancada, um Deputado ou Senador por bancada, a respeito dessa questão para que a gente possa--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, gostaria de falar como autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Para que a gente possa fazer o encaminhamento. Essa questão foi feita depois de um acordo feito aqui na base. Então, como foi feito o acordo, eu gostaria de ouvir, pelo menos, o encaminhamento-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidenta, para esclarecimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esclarecimento do Bloco PMDB--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um esclarecimento-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Sendo pedido pela ordem aqui. Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): O esclarecimento é porque, de 98 a 2001, não tinha o Cartão Corporativo. Então, tem que botar aí que são as conta B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tinha o Cartão Corporativo. Tinha-–

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Não existia. Então, são as conta B, então nós temos que aprovar as contas B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como está no pedido, Deputado Manato, no pedido da constituição dessa CPI-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --No pedido de constituição dessa CPI, está a solicitação dos Cartões Corporativos, de 98 até a presente data.

DEPUTADO MANATO(PDT-ES): Mas não existiam os-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente-

DEPUTADO MANATO(PDT-ES): --Cartões Corporativos em 98. Eles passaram a existir efetivamente em 2001. Então, se vai investigar 98, tem que trazer as contas B de 98 para ter esses dados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero, só encerrando essa consulta do Deputado Manato, dizer a ele que vários Parlamentares pediram aqui a vinda justamente do Ministro Paulo Paiva que, em 78, criou os Cartões Corporativos. Quer dizer, que está aqui, na ordem da discussão desde 78. Eu quero colocar aqui, para encaminhar o bloco PMDB sobre essa questão-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente-

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Como autor do Requerimento, eu acho que eu tenho uma preferência como autor do Requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, nós temos aqui uma solicitação do Deputado Paulo Teixeira, que acredito tenha sido acordado. Como... Sim...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não. Não foi acordado. Eu, como autor do Requerimento, não fui ouvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim. Posso terminar de falar?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Claro, desculpe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como V. Exa. foi autor do Requerimento que nós estávamos, que começou toda essa discussão, e paramos a discussão do seu Requerimento para chegar a um consenso sobre os dados sigilosos, V. Exa. fala como autor do Requerimento e, depois, cada uma das bancadas faz o seu pronunciamento, seu encaminhamento sobre a proposta do Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu acompanho a proposta do Senador Demóstenes com relação a esse possível adiamento da votação desse Requerimento. Nós iríamos ouvir essas autoridades. Eu só gostaria de pedir ao Governo, à base do Governo, e aos compa-

nheiros, que pudesse ser colocado também, entre esses convidados, o Dr. Mauro Marcelo Lima e Silva, que foi ex-Diretor da ABIN antes do Dr. Paulo Lacerda.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já tem Requerimento aí, inclusive.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Já tem Requerimento, mas aí ele poderia já ficar nesse pacote. Contando que no outro dia, depois dessas oitivas, nós possamos colocar em votação esse nosso Requerimento aqui, o de nº. 16. E mais... Eu gostaria de ouvir da Sra. Presidente se, depois dessa votação desse pedido de inversão de Pauta, de preferência, nós poderemos colocar em votação a convocação ou o convite da Ministra Dilma Roussef? Hoje ainda. Eu gostaria de ouvir da senhora isso aí.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sem acordo nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esse não é uma questão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não estou questionando acordo aqui. Deputado Carlos Willian...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é uma questão de acordo... Todos os Requerimentos serão votados nessa Comissão. Nenhum Requerimento vai ser censurado, a não ser que esteja contra o Regimento. Todos os Requerimentos que entrarem serão votados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quero um esclarecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian, eu gostaria que V. Exa. esperasse um segundo e V. Exa. fala como líder, e parece que foi V. Exa. que pediu, para encaminhar essa questão a respeito da proposta do Deputado Paulo Teixeira, que houve um acordo, um consenso aqui do encaminhamento, que o senhor encaminhe pelo PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC e PT do B. O senhor está com a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A questão de ordem é a seguinte. Eu gostaria de saber de V. Exa. até que hora V. Exa. pretende adentrar essa nossa Reunião?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de informar a todos que o Presidente do Congresso está convocando uma Sessão, agora à tarde, para a votação do Orçamento. E fiz um acordo com o Senador Garibaldi que nós terminaríamos, no máximo, a Sessão, às 13 horas, para que todos tivessem a oportunidade de participar da Sessão do Congresso, foi um acordo que eu fiz com ele. Portanto, no máximo até as 13 horas, nós estaremos aqui com a Sessão funcionando. Portanto, eu passo a palavra para que V. Exa. possa encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Excelência, quando nós começamos a discutir o Requerimento nº. 16, foi muito bem convocado pelo Deputado Luiz Sérgio, pelo Deputado Marcelo Teixeira, e pelo Marcelo, e pelo Deputado Paulo Teixeira. Ocorre o seguinte, nós vimos falhas nesse Requerimento de nº. 16 porque, flagrantemente, ele mostra um interesse político, que ele visa a buscar os cartões, os documentos de 2002 e não se refere a 1998. Segundo, ele entra pedindo o segredo, que é sigilo, na Presidência da República e depois pede nome de todos e o CPF de todos os respectivos portadores. Só falta pedir, Excelência, uma folha corrida de todos os funcionários públicos dessa nação. Então, eu acredito que este Requerimento, que fatalmente poderia ser derrotado, porque não justifica... E nós fomos salvaguardados e tivemos aqui um Requerimento consciente-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Um Requerimento consciente, inteligente, colaborativo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minuto para concluir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Do Deputado Paulo Teixeira, que é o Requerimento de nº. 131. Este, sim, visa claramente ao objetivo que nós temos nessa Comissão, que é apurar os fatos, sem entrar em interesses políticos. Pois bem, este Requerimento 131, ele elimina por completo o Requerimento de 131. Ele é mais plausível, ele, sem desfazer do outro, ele contribui mais para essa nossa Comissão.

Portanto, essa proposta de mudança e também de nós termos essa audiência vai colaborar muito mais com os trabalhos desta CPI do que aprovarmos ou reprovarmos o Requerimento de nº. 131. Portanto, este acordo feito foi muito feliz, nós concordamos com ele e também deixamos claro que estas palavras que foram colocadas por antecessores, de que essa CPI, ou ela começa agora ou ela é arquivada, ou ela continua ou ela perde a sua credibilidade, isso não existe. Todo mundo, a nação brasileira está acompanhando que a senhora, como Presidente, o nobre Relator e

os Deputados dessa CPI estão imbuídos para trazer e colaborar para trazer todos estes fatos à tona.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Portanto, nós somos favoráveis a este acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Carlos Willian. Para encaminhar, pelo bloco PSDB, Democratas e PPS, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de louvar a atitude tomada por essa Presidência, no sentido de consultar os parlamentares sobre temas que, poderiam ser, ao longo da CPI, temas conflituosos e que V. Exa. já está, de pronto, buscando dar um norte e, portanto, buscando a sistematização do trabalho dessa CPMI. Então, é saudável essa discussão. Em que pese o debate de idéias, o confronto de idéias, eu penso que é importante que saiamos daqui com uma unidade de propósito quanto ao roteiro que se quer para a investigação.

Eu gostaria de insistir e não para polemizar, mas que a transferência do sigilo não se confunda com a quebra de sigilo. Por quê? Porque a transferência mantém esse sigilo, mantém a informação sob o manto do sigilo, sob o signo do sigilo. Não obstante, eu ponderaria ainda, como disse o Senador Demóstenes, e é uma coisa que as pessoas não se ativeram sobre a importância disso, que os dados da ABIN, segundo a lei 9.883, os dados da ABIN sigilosos ou ultra-sigilosos, diz o art. 6º da lei 9.883: "O controle e fiscalização externos da atividade da inteligência – ABIN, serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma estabelecida pelo Congresso Nacional". Portanto, até, Sra. Presidente, até os dados ultra-sigilosos da ABIN, por lei, são fiscalizados e o Congresso tem acesso a eles.

Não obstante, eu acho que as considerações feitas pelo Deputado Paulo Teixeira, no sentido de ouvirmos aqueles que tiveram, no Governo anterior e neste Governo, a preocupação de zelar por essas contas, chamadas secretas, questionável ou não esse sigilo dessas mesmas contas, eu acho saudável, porque faríamos isso na próxima terça-feira e, já na quarta, teríamos condições de, digamos assim, com todas as informações possíveis, passarmos às votações que realmente interessam, que são as votações de Requerimentos sigilosos, uma vez que aqueles que são públicos, estão no Portal da Transparência e não precisaríamos aqui debatê-los.

Faço uma única consideração quanto aos três pontos colocados pelo Deputado Paulo Teixeira. Concordo com o sobrestamento da votação do Requerimento 16-–

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --Concordo a convocação, com o convite para que essas três autoridades estejam, quatro autoridades, estejam aqui na próxima terça-feira, após a Páscoa, e pondero tão somente, Deputado Paulo Teixeira que, com relação ao Requerimento 131, o escopo da CPI, o espectro da CPI, e eu sempre disse isso, em todas as entrevistas, é o Cartão Corporativo porque é fundamental que tenhamos o quê? O fato determinado para que possamos investigá-lo, sob pena de nulidade de qualquer investigação feita, que não tenha como foco o fato determinado. Eu pondero com ele que, se nós pedirmos da data de 1998 para cá, os dados do Cartão Corporativo, já que o Requerimento dele fala suprimentos de fundo, portanto, inclui conta B, eu ponderaria com ele que se viessem para cá, dos últimos 10 anos, os dados tão somente aos Cartões Corporativos, nós cumpriríamos aquilo que a Constituição diz, de analisar o fato concreto. Vindo para o bojo da CPI, vindo para o corpo da CPI os dados referentes ao Cartão Corporativo, imediatamente, Deputado Luiz Sérgio, imediatamente, se podem pedir todos os dados referentes à conta B. Por quê? Porque há correlação entre o Cartão Corporativo e a conta B? Sim. A correlação é evidente. O Cartão Corporativo veio em substituição à conta B. Mas nós não podemos pedir, de pronto, os dados referentes à conta B.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --É imprescindível que nós façamos o pedido dos últimos 10 anos dos Cartões Corporativos, estando; eles aqui, imediatamente, e eu subscrevo esse pedido. Imediatamente poderíamos pedir as questões, os dados referentes à conta B. Por isso pondero tão somente ao Deputado Paulo Teixeira com relação ao Requerimento 131, que ele seja referente a "Cartões Corporativos desde 98", a "Cartões Corporativos". E, ato contínuo, para que houvesse a correlação, pediríamos, aí sim, o das contas B. Essa ponderação que faço e peço a compreensão do Deputado Paulo Teixeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Carlos Sampaio. Para encaminhar, pelo bloco PSB, PDT, PC do B e PMN, o líder Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado, Presidenta. Eu vou muito nessa linha. Primeiramente, senhora Presidenta, dizer que é sempre importante um acordo. E nós, quando viemos para essa CPI, viemos realmente para os esclarecimentos, o que tiver que ser investigado nós vamos investigar, o que não tiver que ser esclarecido nós vamos esclarecer. E esse acordo é importante, eu acho que o nobre Deputado Paulo Tei-

xeira foi muito feliz, o nobre Senador Demóstenes aí, com essa colocação dele, mas dizer que mais de um bilhão de reais foram gastos na conta B; 179 milhões, no Cartão Corporativo, então, vou nessa linha, quando eu questionei, antes, a V. Exa. que o nobre Deputado Carlos Sampaio colocou, a partir do momento em que chegarem aqui os dados dos Cartões Corporativos, nós vamos querer saber sobre esses dados de Cartão Corporativo de 98. Como não existia, nessa época, o Cartão Corporativo de 98, passa-se à conta B.

Então, eu também não vou abrir mão de, junto com Carlos Sampaio, que eu levantei primeiramente de ter esses dados na mão para poder confrontar e, assim, esclarecer a toda a população o que aconteceu, de 98 até 2008. Então, nosso voto é favorável ao acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputado Antônio Roberto, líder do PV.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Sra. Presidente, a linha que separa o desejo real de procurar a verdade e apenas o jogo político, ela é muito tênue. Então, me preocupa um pouco que realmente, no afã de cada um de nós provarmos, que estamos querendo apurar devidamente, que estamos querendo chegar à verdade, que somos contra a corrupção e que o povo... Entre isso... E, realmente nós não temos uma visão finalística, teológica, de eficácia daquilo que nós queremos.

Então, por isso o encaminhamento é no sentido de que o acordo foi muito bem-vindo. Eu acho que é sábio, é necessário que, primeiro, vamos votar aquelas coisas em que há um certo consenso e uma proximidade e, posteriormente, nós vamos para os embates, para o contraditório e para os "finalmentes".

Então, nesse sentido, eu concordo inteiramente com a convocação dos quatro responsáveis ou experientes na segurança para nos dar uma base, uma experiência, precisamos ter uma certa humildade que, em alguns momentos, a Comissão terá realmente de pedir ajuda para encaminharmos, e encaminhando no sentido de segurança. Tanto na segurança policial, quanto na segurança realmente, de estarmos palmilhando alguma coisa no sentido de realmente resolver.

Então, eu concordo também com a proposição do Deputado Paulo Teixeira. Acho que devemos incluir o 131 e sobrestar o 16, e isso não significa que não vamos querer a transferência das informações. É só um pouquinho de paciência com relação a passos futuros. Então, esse é o encaminhamento do Partido Verde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Antônio Roberto. Gostaria, então, de passar agora, finalmente, à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O PR já encaminhou, Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Só quero um esclarecimento para que todos saibam a organização dessa votação. Nós temos aqui, gostaria que V. Exas. acompanhassem... Então, a votação do Requerimento 07, que pede a vinda a essa Casa, como convidado, o General Jorge Armando Félix. O nº. 21, que pede a vinda a essa Casa, como convidado, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda. O nº. 22 que pede o convite a ser expedido ao Sr. Mauro Marcelo de Lima e Silva. E o Requerimento nº. 128, que pede o convite a ser expedido ao Sr. Alberto Mendes Cardoso. 126...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para o dia 25, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não... O senhor diz, Deputado, faltou um? 126. Vamos ver qual é o 126.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O sete está prejudicado porque ele já vem-–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, já li, está repetido. Eu já li o 07 é o mesmo. Então, são os quatro... As quatro personalidades que nós convidaríamos para vir a esta Casa-–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dia 25.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Como convidados. Eu gostaria que a data ficasse à expensa da Mesa porque eu dependo também da Ordem do Dia no Congresso Nacional, como hoje, por exemplo; às vezes não dá para ser naquela data. Por exemplo, hoje de manhã não poderíamos nem ter tido essa Reunião se acontecesse a ordem do dia no Senado, e eu tinha combinado isso com o Senador Garibaldi.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sobre calendário, Presidente, apenas fazer uma observação a V. Exa. que ontem nós já votamos alguns, hoje começamos votando alguns Requerimentos que precedem a esses. Apenas isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro. Então, eu gostaria apenas de votar esses Requerimentos e a data a Presidência da Mesa depois organiza o seu calendário, calendário específico, para que todos possam ter acesso.

Portanto, estamos colocando em votação o Requerimento número... Os Requerimentos que convidam para vir a esta Casa o general Jorge Armando Félix, o Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, o Sr. Mauro

Marcelo de Lima e Silva, e o senhor... Me perdi aqui... Alberto Mendes Cardoso. São os quatro que nós estamos convidando para vir a esta Casa. Aqueles que concordam com o convite efetuado a essas autoridades, permaneçam como se acham. Aprovado por unanimidade. Serão convidados.

Portanto, nessa... Temos mais um pouquinho de tempo ainda e, portanto, nós vamos continuar ainda a nossa...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, posso fazer uma sugestão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nossos Requerimentos. Requerimento-–

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, nós temos que nos preparar para a Reunião da aprovação do Orçamento, têm destaques a ser feitos, temos que fazer contatos com os colegas. A senhora não acha que nós já avançamos bastante hoje, poderíamos, por meia hora, nós não vamos conseguir discutir, Excelência.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria-

[soa a campainha].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Por favor, 131.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estou aqui para auxiliar a fazer com que essa Comissão ande bem. Às vezes, eu sou um pouquinho rígida, mas tem que ser porque a Comissão é muito grande, é uma Comissão Mista, e a gente, às vezes, tem que botar um pouquinho de ordem. Mas eu gosto sempre de ouvi-los porque é importante; a gente ouvindo, a gente vai acertando. Portanto, eu queria passar a palavra para ouvir um pouquinho o que quer nos expor o Deputado...

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Silvio Costa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA(PMN-PE): Sra. Presidente, não... É só para pedir para a senhora dar preferência ao 131 e colocar em votação. Só isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu, em nome do PR, também queria fazer a solicitação que a senhora colocasse 131 hoje, mas a preocupação do Deputado Carlos Willian, ela tem procedência. Nós temos um Orçamento para ser votado hoje, às três da tarde, está todo mundo precisando trabalhar lá também. Então, votaríamos o 131 hoje por acordo e depois, se pudesse ser encerrada essa Sessão, seria importante para todo mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, vamos fazer, acatada a sua sugestão-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Sra. Presidente, por favor, pela ordem. Não há nenhum acordo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acatada sua sugestão, nós vamos votar. Com licença, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem está pedindo questão de ordem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Carlos Willian.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): De acordo com o Regimento, para fazer inversão de ordem, não tem que ter aprovação por escrito da maioria do Plenário? Excelência, a pergunta é: Para ter inversão de ordem, não haveria necessidade de ter o apoiamento(F) por escrito da maioria do Plenário?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem que ter votação da maioria do Plenário ou apoiamento(F), mas a votação da maioria. Vou colocar em votação. Nós temos *quorum*? Nós temos *quorum*. Então, eu vou colocar em votação. E, como última ação desta manhã, o Requerimento do Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, pela ordem, a senhora disse que é o último Requerimento em votação?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nessa manhã.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas não é até uma hora da tarde? Eu acho que o que está se tentando fazer aqui, Sra. Presidente, com todo o respeito é passar a votação da convocação da Ministra Dilma para depois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria...

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, nós hoje avançamos bastante. Eu acho que, para uma primeira Reunião de Requerimentos, nós votamos, cinco, seis, sete, 12 Requerimentos e fizemos um encaminhamento a respeito dos dados sigilosos. Eu acho que foi, para um dia tão estafante que nós tivemos hoje, até essa madrugada, às três horas da madrugada de hoje, eu acho que nós todos aqui, principalmente os Senadores, tiveram uma boa manhã de trabalho. Se V. Exa. permitir, nós vamos votar agora o Requerimento. Requeiro preferência de votação-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Do Requerimento 131/08 sobre os outros Requerimentos de informação, nos termos do art. 311, I do Regimento Interno do Senado Federal. Está em votação o Requerimento-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação. Aqueles que concordam, permaneçam-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente, eu fiz uma questão de ordem que antecede, se me permite... O objeto da CPI é Cartões Corporativos. Se não constar desse Requerimento "Cartões Corporativos", e eu conversei isso com o Deputado Paulo Teixeira, consta suprimento de fundos, mas não se refere aos Cartões Corporativos, nós podemos incorrer numa nulidade, e é uma nulidade insanável. Eu fiz essa ponderação com o Deputado Paulo Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Que houvesse inclusão--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de ouvir o Deputado Paulo Teixeira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Já estávamos em processo de votação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de colocar em votação, houve o Requerimento. Como há uma questão de ordem e pode anular a nossa votação, eu acho que é pertinente nós ouvirmos o Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, eu vou ler o Requerimento para a senhora porque ele está todo em conformidade com... Inclua aqui "Cartões Corporativos', se a senhora permitir, já inclua, incluído "e Cartões Corporativos".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: "E Cartões Corporativos", aí, pronto, está resolvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está incluído "e Cartões Corporativos" e... Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Está aprovado. E suspensa... E suspensa não, encerrada a Reunião por hoje. E convocar-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sra. Presidente-–

[soa a campainha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, Presidente... Não há razão para encerrar antes do tempo.

Sessão encerrada às 12h32min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2008, realizada em 18 de março de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram ouvidos os Senhores Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; o Dr. Jorge Pereira de Macedo, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, acompanhado da Sra. Vanda Lídia Romano da Silveira, Secretária da 6ª Secretaria de Controle Externo, e do Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro-avaliação Governamental; e do Senhor Paulo Paiva, Ex– Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
	Carlos Willian (PTC)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	**Luiz Sérgio (PT)**
Marconi Perillo (PSDB)	**Marcelo Melo (PMDB)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Maurício Quintella Lessa (PR)**
João Pedro (PT)	**Nelson Meurer (PP)**
Gim Argello (PTB)	**Paulo Teixeira (PT)**
José Nery (PSOL)	**Carlos Sampaio (PSDB)**
Alvaro Dias (PSDB)	**Augusto Carvalho(PPS)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Vic Pires Franco (DEM)**
Valdir Raupp (PMDB)	**Manato (PDT)**
	Antonio Roberto (PV)
	Marcelo Guimarães (PMDB)
	Marcelo Teixeira (PR)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Esteve presente ainda o Deputado Daniel Almeida, não membro da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008– CN, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e aprovação da Ata da segunda Reunião da Comissão. Os senhores e senhoras que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à oitiva dos Srs. Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. E o Dr. Jorge Pereira de Macedo, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, que está aqui acompanhado da Sra. Vanda Lídia Romano da Silveira, Secretária da 6ª Secretaria de Controle Externo, e do Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macro-avaliação Governamental.

Os convidados já estão aqui, à Mesa, e acompanhando, e, portanto, não havendo mais nada a acrescentar, estou agradecendo já a presença dos nossos convidados, nós ficamos muito felizes por terem aceitado o nosso convite, e quero passar a palavra

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, por favor, pela ordem. Veja, eu sei que toda a ausência é atrevida, mas eu gostaria de estar falando o que vou falar aqui agora nesse "pela ordem", na presença do Senador Alvaro e do Senador Demóstenes. Até, inclusive, que envolve a senhora. O Senador Alvaro, constantemente nos jornais, junto com o Senador Demóstenes, está tentando macular a imagem desta CPMI. Ontem, por exemplo, nos jornais, o Senador Alvaro disse que não ia participar de uma farsa. Quem participa de farsa, quem faz farsa é farsante. Eu gostaria que ele estivesse aqui na minha frente, para eu dizer que ele tem muito mais cara de farsante do que eu. Acho que aqui não tem nenhum farsante. Então, primeiro, ele teria que respeitar essa CPI.

Segundo ponto, é que foi colocado, por parte da oposição, uma falta de respeito à senhora, que, na última Reunião, a senhora terminou mais cedo e que estaria fazendo o jogo da base do Governo. Quando essa não foi a verdade. A senhora terminou 20 minutos mais cedo porque o Senado tinha trabalhado até três e meia da manhã e nós iríamos votar o Orçamento às duas e meia da tarde. Esse é o segundo ponto, numa falta de respeito à senhora, que tem conduzido essa CPMI com muita competência.

E o terceiro ponto é que, na verdade, parte da oposição, parte da oposição está com medo, está receosa de investigar as contas tipo B. E que parte da oposição quer usar como álibi o fato do Requerimento das contas sigilosas não ter sido ainda discutido para dizer o seguinte: "Se o Requerimento das contas sigilosas não for aprovado, nós vamos nos retirar da CPMI". Querendo fazer isso aí um cavalo de batalha, quando, na verdade, é um álibi. Eu quero fazer *jus* aqui a alguns companheiros da oposição.

Entretanto, Sra. Presidente, acho que... Proponho a senhora fazer uma reunião interna, inclusive, com todos os membros da CPMI, em nome do Parlamento brasileiro, para que a gente chame o feito à ordem e sinceramente não comece desgastando e trabalhando contra a democracia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Silvio. Eu quero só reafirmar aqui a determinação dessa Presidência, de continuar trabalhando firmemente para a de nossos objetivos, que é a busca da verdade. Eu tenho certeza que a situação também, a base do Governo não vai impedir que se olhem as contas sigilosas, que são fulcro também e temos todos nós o direito de verificá-las. Uma CPMI é para isso. E estamos no direito de fazê-lo.

Portanto, eu acho que nem a situação tem que colocar qualquer tipo de empecilho para que a gente possa verificar as contas do Governo, aliás, contas feitas com recurso público, e nem a oposição de fazer qualquer outro tipo de blindagem. Como ninguém, eu acredito, vá fazer isso, eu vou estar aqui firme, com certeza, com todos os senhores, na luta em busca da verdade, que é o que nos interessa.

Portanto, vou passar a palavra ao Dr. Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Aliás, eu não perguntei se há uma ordem que V.Exas. gostariam de colocar. Pode ser assim mesmo. Então, Dr. Marinus, a palavra é sua. Gostaria que apertasse... Então, o senhor tem a palavra por 20 minutos e aí depois eu coloco em discussão.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza, Presidente, utilizarei um tempo bem menor do que esses 20 minutos, até mesmo para que... Então, utilizarei um tempo bem menor do que esses 20 minutos, fazendo apenas um resumo sobre a nossa atividade de Ministério Público, relativamente aos cartões corporativos do Governo. Inicialmente, eu agradeço o convite que foi feito pela CPMI, na figura do eminente Relator e, iniciando, digamos assim, a

minha exposição, diria o seguinte: Esse... Eu entendo que o convite, ele foi referente a um pedido de liminar que apresentei junto ao Tribunal de Contas da União, pedindo a suspensão provisória desses cartões corporativos. Naturalmente, a posição... Minha posição técnica é, do jeito que estão esses cartões corporativos, sou francamente contrário à sua institucionalização. Fica-se parecendo assim que as contas B eram a idade das trevas e os cartões corporativos seriam onde você iluminaria tudo. Na verdade, não é bem assim. Há questões técnicas aqui muito importantes para serem lidadas.

Bom, o interesse do Ministério Público, além do trabalho que nós exercemos no dia-a-dia, nos milhares de processos, prestações de contas, aposentadorias etc., que passam por nós, nós somos sete pessoas, atualmente seis, nosso Procurador-Geral está se recuperando, então, procuramos, às vezes, fazer um trabalho extra, verificando processos que tramitaram no Tribunal. E um desses processos foi o processo de cartões corporativos, de 2004 e que era uma auditoria de caráter gerencial. Ou seja, para verificar a sistemática dos cartões corporativos. E, perscrutando esse processo, pude verificar a existência de documentos de despesa, o que, na verdade, não era o objetivo da auditoria. A auditoria estava absolutamente correta. Entretanto, isso daria margem a que se pudesse fazer uma nova investigação.

Esses documentos de auditoria, naquela época, esses documentos não eram sigilosos, foram fornecidos pela Presidência da República, sem nenhum sigilo, estavam arquivados no processo que não era sigiloso, eram aquelas famosas notas fiscais, isso tem mais ou menos três anos, em que mostravam impropriedades na utilização do cartão corporativo. Se não me falha a memória, existiam elementos de despesa, referentes a deslocamentos do então Ministro-Chefe da SECOM da Presidência da República. E, naturalmente, isso não é nenhuma impropriedade, não era, na época, na utilização do cartão corporativo. Entretanto, havia despesas que sim, que aparentemente eram impróprias, como, por exemplo, despesa de bar Executivo. Bar Executivo não é realmente uma despesa que deveria ser paga com cofres públicos. Não estava esclarecido isso.

Além disso, na análise de outras notas fiscais, pudemos observar o que se chama de fracionamento de despesas, ou seja, ao invés de fazer uma licitação, você simplesmente compra picado aquilo ali. Isso, em matéria de gastos com material de informática, toners etc. Então, havia isso, um determinado fracionamento de despesa. Se não me falha a memória, posteriormente, verificou-se que essas notas fiscais de pequenas compras de fracionamento de despesa etc., elas não eram notas fiscais idôneas. Ou seja, eram notas fiscais frias. Isso foram casos isolados e que nos levaram a ter mais atenção relativamente à utilização desse cartão corporativo. Não significa apontar somente o caso isolado, mas, sim, a própria sistemática de utilização desse cartão corporativo.

Bom, passou-se algum tempo relativamente a isso, me lembro até que, no Tribunal, tramitou pedido de representação do Deputado Augusto Carvalho, mostrando aquelas questões dos saques, que estavam aumentando os saques, tudo sendo já observado; naquela época, já se observava por que utilizar saques com cartões corporativos, se justamente o princípio dele é a transparência, e o saque é o que é menos transparente possível, na utilização do cartão corporativo. Até que chegamos a esse ponto, em que é louvável realmente o procedimento da CGU, de colocar na internet esses gastos. E, na verdade, na internet, foram colocados gastos que puderam ser verificados, cerca de 20%, porque quase 80% de gastos com cartões corporativos foram com saques.

Então, isso levou tecnicamente, entendo que não poderia ser de outra forma, a pedir, sim, que seja feita a suspensão do uso dos cartões corporativos até que determinadas questões de controle possam ser resolvidas. Eu sei que o sistema de contas B também não é nada bom. Mas, aqui, a questão de sopesar. É de ver o que seria menos nocivo ao Erário. Seriam as contas B ou seriam os cartões corporativos? O que é que é mais transparente? O que é menos transparente? É um saque? Ou é um cheque? Nas contas B, pela IN-04/2004 e Portaria 95, nas contas B, tem que utilizar cheque. Então, vamos dizer assim, ambos são pouco transparentes. Mas o cheque ainda é um pouquinho menos transparente que o saque.

Então, essa foi a primeira questão que me levantou, que abordei, no pedido de liminar para o Tribunal, essa liminar ainda está sendo analisada, e também, obviamente, me referi ao Decreto que estava sendo... Ainda não estava em vigor, mas que estava para ser colocado em vigor, falando dos saques e que limitava em 30% os saques. Ótimo limitar em 30% os saques. Entretanto, vamos ver, as contas B, pelo Decreto, eliminam-se essas contas B, ou seja, nós temos cinqüenta e tantos milhões de saques. Então, é só fazer uma conta matemática. Eliminando as contas B e limitando em 30% o número de saques, chegaremos aos nossos exatos cinqüenta e tantos milhões que hoje estão ocorrendo.

Em segundo lugar, que eu considero mais grave, são as exceções à utilização dos saques. Claro que existem exceções válidas, mas você colocar... Tem um artigo no decreto, que é o inciso II, que fala que isso

pode ser vinculado às peculiaridades de cada Ministério. Ou às especificidades de cada Ministério, esses saques. Na verdade, aí você está abrindo um pouco. O que tem que acontecer é o seguinte, se é para utilizar saque, no nosso entendimento, é que esses casos têm que ser *numerus clausus*, ou seja, tem que ser *n*uma enumeração taxativa. Saque é para isso e só para isso. Não pode ficar dependendo da portaria de cada Ministério. São trinta e poucos Ministérios. Então, serão trinta e poucos procedimentos diferentes para se utilizar saques? Então, essa foi a primeira questão levantada.

A segunda foi a questão do fracionamento de despesas. Isso por uma observação mesmo dos dados levantados no portal Transparência. Então, observa-se que, na realidade, boa parte desses gastos era realmente fracionamento de despesas. Se repetiam, os compradores se repetiam. Era uma espécie de fuga à licitação. Não que isso não ocorresse nas contas B. Entretanto, isso não foi corrigido pelo cartão corporativo. Isso poderia ser facilmente corrigido desde que pudesse fazer um cruzamento de dados. Já que está tudo informatizado, bastaria um cruzamento de dados e aí, sim, apontaria para fracionamento de despesas e alertaria o ordenador de despesas.

O terceiro ponto, que é pouco abordado e que considero importantíssimo, é a questão de quem detêm o cartão corporativo. Veja bem, pelas normas em vigor, basta que o ordenador de despesa vá ao Banco do Brasil, preencha uma ficha e indique quem deva ter o cartão corporativo. Então, em tese, o ordenador de despesas pode dizer que todos os integrantes da UG, unidade gestora, pode ter o cartão corporativo. E o que ocorre são essas disparidades. Veja bem, no âmbito de universidades. A segunda universidade com número de cartões corporativos é a Universidade Federal do Paraná, com 69 cartões corporativos. A primeira universidade é a UnB. Lamentavelmente, de novo, a UnB, com 266 cartões corporativos. Isso, dados de 2007. Quais são os critérios nisso? Nós temos cinqüenta e poucas universidades públicas. Se cada uma tiver 200 cartões corporativos, teremos 10 mil cartões corporativos. Se cada universidade utilizar, uma vez por ano, cada ecônomo utilizar, uma vez por ano, o cartão corporativo, teremos um gasto de 80 milhões de reais, dentro do limite de compras de material de consumo, que não é o limite maior, que é o limite de obras de engenharia, que é de 15 mil.

Então, essa questão também, ela não está devidamente esclarecida. Ou seja, FUNASA. A FUNASA tem perto de 800 cartões corporativos. Delegacia de Administração, melhor, Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda, na Paraíba, por exemplo, tem vários cartões administrativos. Considerem isso relativamente à percentagem de funcionários. Antigamente, pela nossa experiência, eu tenho uma experiência de 20 anos de controle, antigamente, nas repartições era assim: Aquela pessoa era o suprido. Era aquele. Não era, digamos assim, esse monte de gente com cartão corporativo. Isso, considerando-se também que cada ecônomo equivale a dois supridos. Por quê? Porque o suprido, ele recebia quatro mil reais, nas contas B; o ecônomo, isso em caso de material de construção, oito mil reais. Se for em obra de engenharia, é 15 mil reais. Os gastos individuais de cada um, que eram de 200 reais, passaram para 800.

Então, o cartão corporativo, ele se torna uma maneira muito mais fácil de gastar. E, sendo uma maneira muito mais fácil, muito mais ágil, ninguém está contra a idéia do cartão corporativo. Naturalmente que a idéia é excelente. Mas, havendo essa questão de que é mais fácil de gastar, também tem que ser mais rígido o controle. Os controles tradicionais que existem sobre o cartão não funcionam nesse caso.

O último ponto que foi levantado foi a questão realmente do sigilo dos cartões corporativos. Bom, eu vejo aí uma questão bastante pragmática, que não estou conseguindo ainda vislumbrar como o cartão corporativo possa ser um instrumento para gastos sigilosos. Não que não existam gastos sigilosos. Naturalmente que vão existir gastos que se referem à segurança nacional etc. Mas, veja bem, o cartão é uma... É um meio eletrônico de pagamento. Um meio eletrônico é facilmente identificável, localizável. A administradora do cartão tem acesso a esses dados. Não sei como isso tramita lá na administradora do cartão. Então, não vejo o cartão como meio idôneo para se realizar gastos sigilosos. Gastos esses que, em alguns casos, realmente deveriam ocorrer.

Então, por conta desses fundamentos, nós pedimos e damos esses instrumentos, o Juiz não decide de ofício, então, demos esse instrumento ao Relator do processo de auditoria, que está sendo realizado no Tribunal de Contas da União, para que possa decidir cautelarmente, se lhe convier, a suspensão desse pagamento. Não a eliminação do cartão, mas, sim, a suspensão até que se possa verificar o seguinte: que os controles são eficazes e que as pessoas que utilizaram mal o cartão sejam devidamente punidas, que é algo, assim, que hoje em dia não é tão fácil ocorrer no serviço público. Mas acho que tem ser dada uma satisfação à sociedade, uma vez que, quando nós pagamos nossos impostos, se nós não pagarmos nós vamos presos. Então, do outro lado também, nós temos que ter o mesmo rigor. Então, na verdade quem não aplica direito também tem que ser punido.

Então, em suma, seria isso. Coloco-me à disposição de V.Exas. para qualquer tipo de questionamento que possa vir a acontecer. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Marinus. Acho que foi uma exposição breve, mas contundente. Acredito que vai dar para todos os Srs. Senadores e Deputados que acompanhem. E gostaria de passar a palavra-–

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Eu queria apenas indagar a V.Exa. e... Ao Dr. Marinus, se ele está aqui em nome pessoal, atendendo a convite pessoal, ou ele está representando o Presidente do Tribunal de Contas. Gostaria de entender, para que a gente pudesse trabalhar as... O Ministério Público do Tribunal de Contas. Está representando o Presidente do Tribunal?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Dr. Marinus foi convidado por esta Comissão, quando pediram que o Ministério Público junto ao TCU estivesse junto com representante do TCU nessa audiência. Foi um convite nosso.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Ele não representa, então, o Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não. Ele está aqui como Procurador do Ministério Público.

Dr. Jorge Pereira de Macedo, Secretário-Geral do Controle Externo do Tribunal de Contas da União, a palavra é sua por 20 minutos.

SR. JORGE PEREIRA DE MACEDO: Muito obrigado, Senadora. Excelentíssima Sra. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senadora Marisa Serrano, Exmo. Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Exmos. Srs. Senadores e Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, agradeço a V.Exas. a oportunidade de estar aqui, juntamente com meus colegas, Vanda Lídia Romano da Silveira e Marcelo Luiz Sousa da Eira, ambos dirigentes de nossa instituição, que detêm as melhores condições técnicas sobre os trabalhos desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito do TCU, envolvendo o assunto que é objeto desta Comissão.

Ressalto que, para o TCU, é sempre muito importante estar no Congresso Nacional, relatando a sua atuação, visto que uma de suas missões mais nobres é o apoio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo.

Antes de entrarmos na questão dos cartões corporativos, desses trabalhos, gostaria, com a licença dos senhores, de falar um pouco da atuação do Tribunal de Contas da União nessa... Na sua missão de exercer o controle externo. Primeiro lugar, controle não é um fato ou circunstância, mas uma série de ações que permeiam as atividades de uma entidade. Na Administração, quer pública quer privada, o controle deve ser integrado e dinâmico. Deve fazer parte das atividades dos funcionários ou servidores de todos os níveis. No que tange à Administração Pública, a expectativa é de que os servidores públicos sirvam aos interesses públicos com justiça e que administrem adequadamente os recursos públicos.

Na Administração Pública Federal brasileira, além dos controles inerentes à condição de cada servidor e cada gestor, existem os setores de controle interno de cada órgão ou entidade e o controle interno de cada um dos poderes da União. A Constituição Federal reservou ao Congresso Nacional a importante atribuição de fazer, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o controle externo de toda a Administração central. É por essa razão que estamos aqui nesse momento.

O rol de atribuições conferido ao TCU pela Constituição Federal de 1988 é extenso. Vai, desde apreciar as contas anuais do Presidente da República, até fixar coeficiente dos fundos de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e fiscalizar a entrega dos recursos aos Governos Estaduais e às Prefeituras Municipais, passando ainda por julgar as contas dos administradores, apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares.

Além dessas atribuições constitucionais, a cada ano, desde a promulgação da Constituição vigente, novas atribuições são acrescidas a essa instituição de controle. Eis algumas: A lei de Licitações de Contratos; Lei de Desestatização; Lei de Responsabilidade Fiscal; edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e as próprias leis orçamentárias, além das leis das PPPs, Leis da contratação de Consórcio Público etc.

É oportuno ressaltar que acerca de algumas dessas atribuições, tanto constitucionais, legais, o Tribunal não tem qualquer controle sobre a demanda. São os casos da apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político ou associação ou sindicato, sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais e das representações de licitantes, essas cada vez mais presentes. No ano de 2007, por exemplo, cerca de um terço dos processos, tanto os que deram entrada, quanto os que foram julgados pelo Tribunal, referiam-se às representações de licitantes.

Assim, no intuito de melhor cumprir tão amplas atribuições, o Tribunal, ao definir seu referencial estratégico, estabeleceu por missão assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade. Para tanto, estabeleceu como objetivos principais contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública e o combate à corrupção, ao desvio e à fraude.

Está sob o universo de atuação do TCU o orçamento fiscal e da seguridade social, cujas despesas liquidadas, no exercício de 2007, montou mais de um trilhão e 200 bilhões de reais. Acresça-se a isso um orçamento de investimento das empresas estatais da ordem de 40 bilhões de reais e mais de 42 bilhões de reais de renúncias de receitas. À guisa de comparação, os gastos com suprimentos de fundos no período totalizaram a importância de 175 milhões, já incluídos os gastos com cartões corporativos, no montante de 80 milhões de reais.

Para que seja possível uma atuação abrangente, é possível que façamos escolhas. Não é possível atuar sobre todos os atos de gestão. Não é assim que se faz, em nenhum lugar do mundo, nem nas administrações públicas, nem nas atividades privadas. É preciso trabalhar com seletividade quanto à representatividade do valor orçamentário, financeiro e patrimonial, colocados à disposição dos gestores ou do volume de bens e valores efetivamente geridos. Seletividade também quanto à suscetibilidade de ocorrências de eventos indesejáveis, tais como falhas e irregularidades em atos e procedimentos ou de insucesso na obtenção de recursos de resultados esperados. E também quanto à relevância, ou seja, quanto à importância social, econômica, moral ou política, como nesse caso dos cartões corporativos.

Sras. Parlamentares, Srs. Parlamentares, nem todos os benefícios decorrentes das ações de controle do TCU pode em ser mensurados. Advém da própria expectativa do controle, da prevenção, do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da gestão de aprimoramento de leis, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas. Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado. Exemplo disso são os benefícios financeiros das ações de controle empreendidas pelo Tribunal, no exercício de 2007, que alcançaram o montante de 5,6 bilhões, dos quais destacamos: Correção de vícios nos contratos, da ordem de 1,1 bilhões. Dedução de preço máximo... Redução de preço máximo em processo licitatório, da ordem de 1.8 bilhões. Eliminação de desperdícios, da ordem de 235 milhões; condenações em débitos e multas, no valor de 521 milhões de reais.

Outros exemplos da atuação do Tribunal, sobretudo no último exercício, apenas para exemplificar: O Tribunal apreciou quase sete mil processos, entre os quais 2.632 denúncias e representações, 60 e 34% a mais do que em 2006, respectivamente. Fiscalizações em obras públicas: 235 obras, envolvendo 23 bilhões de reais, que resultaram na redução de valores contratados acima de 95O milhões. Acompanhamento do processo de licitação de trechos rodoviários com redução do valor médio das tarifas em 28%, representando 19,6 bilhões de reais ao longo do período do contrato da concessão. Acompanhamento do leilão da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, acarretando redução de cerca de 13% no preço teto da tarifa máxima e determinação de medidas saneadoras, que proporcionarão uma economia de 30 bilhões de reais aos cofres públicos no período do contrato.

Podemos afirmar, então, que os recursos aplicados em controle retornam em benefício da sociedade. Assim ocorre em todo mundo, tanto na Administração Pública como nas atividades empresariais. No caso do Tribunal de Contas da União, tendo por base o último exercício, cada real aplicado no Tribunal proporcionou um retorno de 5,2 reais em benefício à sociedade. Mas queremos e sabemos que poderemos, senhores e senhoras, fazer mais, sobretudo se pudermos contar com o apoio de V.Exas. na priorização de questões relevantes e de abrangência nacional. Para o exercício... Para esse exercício de 2008, queremos oferecer ao Congresso Nacional e à sociedade amplos e importantes diagnósticos, resultados de trabalhos de auditoria, já em andamento ou em fase de planejamento, nas áreas de educação, universalização e qualidade da educação, saúde, segurança pública, obras públicas, inclusive quanto às obras do PAC, setor portuário, segurança energética, terceirização de tecnologia da informação na Administração Pública Federal, gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, reforma agrária, assistência social. Nessa área de benefício da prestação continuada e Bolsa Família, ambos os programas somados alcançam mais de 20 bilhões de reais. Planejamento e eficácia do Estado Brasileiro também será objeto de avaliação do Tribunal nesse exercício. Muito obrigado.

Passo agora, Sra. Presidente, a palavra à minha colega Vanda Lídia Romano da Silveira, que falará sobre os trabalhos já realizados no Tribunal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dra. Vanda Lídia vai fazer a sua explanação e, se possível, se deter pouco mais sobre

os cartões corporativos, sobre suprimento de fundo, que é o objeto da nossa Comissão.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Exma. Sra. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Exmos. Srs. Parlamentares, eu vou tratar de quatro processos de fiscalização realizados pelo Tribunal, especificamente sobre despesas com cartões de crédito corporativo. O objetivo vai ser trazer, em essência, os principais procedimentos que foram adotados na auditoria, os principais resultados e as principais recomendações e determinações que resultaram desses trabalhos.

Os processos que são... Os três primeiros trabalhos, eles foram fiscalizações na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, são processos já apreciados, são três processos, e tem também um trabalho que foi realizado na Agência Brasileira de Inteligência, esse processo não foi apreciado. Então, sobre esse vou me deter, falar com menos detalhes.

O primeiro trabalho, então, foi uma inspeção, na Secretaria de Administração da Casa Civil, para examinar o uso do cartão de crédito corporativo e a correspondente contabilização dos gastos. Como o Dr. Marinus já mencionou, foi o primeiro trabalho e ele foi voltado para mapear a sistemática de uso do cartão, identificar pontos de risco e propor medidas para garantir a transparência e minimizar os riscos na utilização desse cartão.

Os procedimentos de auditoria envolveram revisão de normas, testes de fidedignidade dos registros do SIAF, avaliação de controles internos, revisão dos processos de prestações de contas. É importante destacar que a Presidência da República, ela usa o cartão de suprimento de fundos, ou cartão de crédito, para pagar despesas com suprimento de fundos, que envolve duas modalidades: Bens e serviços de pequeno vulto e bens... Regime especial de execução, que é a conhecida peculiaridade da Presidência, que está no art. 47 do Decreto. O acórdão que apreciou esse trabalho, ele destacou como principais conclusões o seguinte: Primeiro aspecto, a facilidade operacional do cartão estimula o seu uso. O segundo ponto importante foi que, naquele primeiro momento, havia dificuldade de discriminar quais despesas eram executadas em saques e quais eram executadas em faturas. Havia um ganho de transparência, inclusive porque o ordenador de despesa, ele pode controlar os gastos antes mesmo da prestação de contas, o que a conta B não permite. E esse ganho, no entanto, de transparência, é reduzido com a modalidade de saque. Naquele momento, havia um uso excessivo e injustificado de saques, isso é uma decisão de 2004, e foram identificados casos de potencial fracionamento, a exemplo de freqüente aquisição de cartuchos.

As determinações foram encaminhadas à SAPR e extensíveis às demais unidades gestoras, no sentido de cuidar para que houvesse uma segregação de funções no procedimento de concessão desses suprimentos, atentar para o caráter excepcional do saque e evitar o fracionamento de despesas.

Ainda mais importante para esse... Nesse primeiro momento, foram determinações à STN e ao Ministério do Planejamento, com vistas a tornar o uso do cartão mais transparente e aumentar a auditabilidade, os controles sobre esse uso. É importante destacar sobre esse aspecto que foi determinado o desdobramento de uma conta do SIAF, que permitiu contabilizar saque e fatura separadamente. Então, naquele momento, era difícil você saber o que era saque e o que era fatura. E, hoje, todas as informações do que foi saque e o que foi fatura decorrem exatamente da implementação dessa determinação.

Também foi determinado que fosse possível uma consulta, a partir do empenho, pela natureza da despesa detalhada. Por que é que isso é importante? Isso é importante porque permite exatamente você detectar o fracionamento. É quando você detecta vários pagamentos com a mesma natureza de despesa detalhada, que você tem o indício de que está havendo um fracionamento e, aí, você pode se debruçar sobre essa questão e aprofundar os exames.

Nesse mesmo momento, o Tribunal já... Naquela oportunidade, percebeu que a grande pulverização de gastos e a pequena materialidade dos gastos individuais, eles tornavam extremamente importante que esse controle, o controle dessas despesas, fosse feito principalmente pelo próprio gestor, pelos controles que estão mais próximos do gasto. Com essa intenção, o Tribunal, anualmente, ele tem essas decisões normativas, que disciplinam o processo de tomada de contas, então, desde a decisão normativa de 71, que disciplinou as contas do exercício de 2005, o Tribunal incluiu duas exigências, uma para o próprio gestor que, no relatório de gestão, ele colocasse informações sobre o total de despesas pagas mediante fatura e saque, e também apresentasse a série histórica desses valores. Essa exigência é importante para estimular o gestor que está fazendo a despesa a ter uma percepção se o saque dele está aumentando ou não.

Além disso, o Tribunal pediu que, no relatório de auditoria de gestão, esse é produzido pela Secretaria Federal de Controle ou pelo órgão de controle interno, que ele avaliasse a regularidade da utilização dos cartões. Então, com essas duas providências, o Tribunal procurou fortalecer aqueles controles mais próximos,

exatamente por reconhecer que a natureza da despesa, a pulverização dos gastos com esse tipo de despesa, o controle mais eficiente e mais econômico é aquele que é feito bem próximo da despesa.

Essa decisão do Tribunal, ela foi monitorada. Ela foi acompanhada para ver se havia a implementação. E, de fato, na primeira etapa de monitoramento, que foi apreciado por aquele primeiro acórdão ali, foi constatado que a conta... Dos mais importantes, que a gente gostaria de enfatizar, é que a conta saque/fatura efetivamente foi desdobrada, e hoje esse controle é fácil, essa consulta no SIAF é muito simples.

A segunda etapa monitoramento não foi apreciada, mas já foi instruída pela unidade técnica e aponta o detalhamento da conta em subitem de despesa a partir de 2007, que era aquele controle que eu mencionei, que facilita a identificação do fracionamento de despesa.

O segundo trabalho de auditoria foi decorrente de uma solicitação da Comissão de Justiça e Cidadania do Senado e, depois, posteriormente, endossada por um pedido da Comissão de Fiscalização, de Finanças e Tributação, e o objetivo aqui já foi não mais tão direcionado para a sistemática, mas para verificar a regularidade das despesas realizadas por meio do cartão de pagamento. O foco aqui, eu até esqueci de mencionar, a primeira auditoria focou mais nos gastos com suprimento de fundos-

[soa a campainha].

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: --Essa segunda auditoria, ela focou mais nos gastos de peculiaridades da Presidência. Então, foi, inclusive, analisada uma questão que à época estava muito na mídia, que era a questão do perfil do uso, aquisição de bens de caráter pessoal. Ainda olhou comprovação de pagamentos, economicidade e eficiência dos gastos.

Então, como eu mencionei, as questões gerais incluíram pequenos vultos e peculiaridades, quer dizer, as questões gerais, os levantamentos gerais, via sistema, foram em todas as despesas, mas o exame pontual de processos focou as peculiaridades da Presidência. Foram avaliados os controles internos, no processo, segregação, atestos, suporte documental, confiabilidade dos controles informatizados, isso é uma verificação que você compara o processo com o que está no sistema, para ver se as coisas estão batendo. Aí, o perfil do uso do cartão focou muito, como eu já mencionei, nas despesas de cunho pessoal. Havia muito, como eu já disse, informações na mídia, soltas, de que haveria despesas sendo feitas com o cartão de cunho pessoal.

Os processos... Os processos, esses processos, como as despesas são pequenas e pulverizadas, são processos imensos. Então, uma das análises que foi feita foi essa: Há despesas de cunho pessoal? Essa era a pergunta. Foram analisados muitos processos, milhares, na verdade, de documentos fiscais, e isso acabou, num montante, em termos de valores, a despesa que foi verificada nessa avaliação foi em torno de... Esses valores aí, em 2004, cinco milhões, 2003, 2002 valores menores. É importante destacar que o uso do cartão, ele começou em setembro de 2002, na Presidência. E, a partir daí, foi crescendo o uso.

A conclusão desse exame foi que não se constatou ocorrência de despesas que pudessem ser qualificadas como de cunho estritamente pessoal. Agora, é importante fazer observação que, nesse grupo, não se consideraram gastos com alimentação, cerimonial e higiene, e gastos com eventos sociais. Por que isso foi considerado difícil pela auditoria? Não só pelo prazo para a extensão dos trabalhos, que se demandaria, mas também pelos critérios subjetivos, análises subjetivas que isso envolve. As peculiaridades da Presidência, elas estão reconhecidas num Decreto, pelo menos, desde 1986, que a Presidência tem peculiaridades e é muito difícil você estabelecer parâmetros objetivos para dizer se uma despesa, por exemplo, de gêneros alimentícios sofisticados e bebidas para uma recepção de Chefe de Estado, se aquilo é correto, se aquela era bebida ou não era aquela bebida, era aquele gênero ou não poderia ser aquele. Então, é muito difícil entrar nessa discussão. A materialidade também era menos de 6% da movimentação total do cartão.

As demais análises foram concentradas naquilo que eram as despesas de maior materialidade. E, de longe, locação de meios de transporte é a primeira, em materialidade; a segunda, hospedagem. Dentro, estou falando sempre de peculiaridades da Presidência. As despesas com hospedagem, já estavam estudando, na Presidência, naquela oportunidade, a possibilidade de usar credenciamento para otimizar as condições de contratação. Agora, em relação à despesa de locações de veículos, houve constatações de que havia... A forma como a contratação era feita não era a mais econômica. E houve casos isolados também de pagamento de serviços não prestados, tipicamente num momento em que a Presidência estava trocando a locação por aquisição de veículos, por ter feito uma análise e verificado que era mais econômica.

Sobre a gestão de suprimento de fundo, havia uma questão se havia encargos e juros por saque. E não há esses encargos. Os saques são feitos, debitados diretamente da conta única. Então, não há encargos ou juros pela atividade de saque. Pelas operações de saque. Foram também encontrados casos isolados de utilização indevida de suprimento de fundos, uma

coisa que deveria ter sido licitada, e, de forma geral, detectou-se uma necessidade de maior redução de saques, embora, nesse momento, a Presidência já estivesse reduzindo o volume de saques.

As conclusões: A sistemática de controle do cartão havia sido aprimorada entre o primeiro trabalho e esse segundo trabalho. Não se constatou aquisição de bens ou fornecimento de serviços de caráter estritamente pessoal, dentro daquelas observações que já eu coloquei. Havia uma concentração de despesas em hospedagem e locação. A locação de veículos foi desvantajosa para o Erário até outubro de 2004 porque ela era feita de forma muito fracionada, depois, inclusive, foi substituída por uma licitação e aquisição de alguns veículos nos locais onde a segurança tem que estar sempre, é contínua. Ocorrência esporádica de serviços prestados e não pagos, mas pequenos valores em relação ao total. Incidência de encargo por atraso de pagamento, também residual, também pequena, e enquadramento de suprimento de fundo. Mas, todas essas ocorrências, esporádicas, como está mencionado ali. Foi recomendado que houvesse uma restrição ainda maior nos saques. Foram feitas determinações para a Secretaria reexaminar a questão da locação dos veículos. Indicar a finalidade das aquisições dos gêneros alimentícios, porque essa foi uma dificuldade da auditoria. Quando você não diz para que é que aqueles gêneros alimentícios vão ser usados, para que recepção, com quantas pessoas, dificulta a análise se aqueles quantitativos são razoáveis ou não. E não havia essas indicações no processo. E para atentar para o caráter excepcional do saque.

Nesse mesmo acórdão, foi autorizada a segunda etapa da auditoria. Essa segunda etapa, portanto, o terceiro trabalho, foi focado especificamente em ilícitos fiscais. Verificar a regularidade dos documentos fiscais utilizados para comprovar a utilização de despesas por cartão. Período auditado: Setembro de 2002 a Julho de 2005. Foram feitos ofícios às Receitas Estaduais e Municipais, solicitando informações... As seguintes informações: A empresa tem registro, está ativa? O documento fiscal tem autorização regular, isso em... Na fala popular, é a "nota fria", quando não tem autorização. E a operação, em seu valor, foi declarada como consta no documento? Esse é o que caracteriza, quando a primeira via e a segunda via apresentam valores diferentes, é o que a gente chama de "nota calçada".

Foi selecionada uma amostra de 503 notas fiscais. À medida que se detectou problema num determinado fornecedor, aí, foram solicitadas informações sobre todas as notas daquele fornecedor. Aí, a amostra acabou totalizando 648 notas fiscais. Essa pesquisa de notas foi feita num sistema que a Presidência tem, em que eles colocam todas as notas fiscais de gastos com cartão, com o fornecedor, com o CNPJ, com o tipo de despesa, e isso permitiu garimpar muito os dados que foram auditados. Quais foram os problemas encontrados, então, nessa pesquisa? A IDF irregular, em 34... Hospedagem não teve problema com a IDF irregular. Mas outros indícios, inclusive notas calçadas; problemas com a empresa não ser encontrada no local; às vezes, você encontrava uma filial em outro lugar, mas naquele local onde estava o endereço da nota, não estava a empresa. Então, esses são os quantitativos. Total de notas com a IDF irregular: 248 mil; outros indícios: 234 mil.

Eu... Os resultados pontuais que eu destacaria seria o seguinte: Essa hospedagem em Sertãozinho e Ribeirão Preto; houve um evento lá, a comitiva foi para lá com seguranças e tudo. Então, foram detectadas notas calçadas. Como eu já expliquei, a primeira via tem valor diferente da segunda. Houve um pequeno período de estada, de cobrança de diária superior à estada, mas não foi uma coisa, assim, de valor alto. Num primeiro momento, a gente detectou preços muito altos na diária deste hotel, para o tipo de hotel, mas eles acabaram sendo justificados pelo fato de que havia o evento no local e esse evento realmente atrai grande público e as cotações mudam muito na época.

Foram também detectadas irregularidades com relação à despesa de locação: Notas com a IDF irregular, endereços fictícios, utilização de documento não fiscal para comprovar a despesa, e a ausência de declaração de operação na repartição fiscal.

Essas irregularidades, elas também apareceram em algumas despesas menores. Essa transparência aí indica alguns casos, como manutenção de ar-condicionado, serviços de editoração, notas de pequeno valor. Essa transparência é importante para destacar dois aspectos: Primeiro, como o Tribunal foi até... Despesas bem pequenas mesmo, nesse trabalho a partir da amostra. E, em segundo lugar, é importante comentar o seguinte: Serviços como esses, manutenção de ar-condicionado, por exemplo, é o tipo de serviço que, se você não está ali para controlar na hora que o serviço foi feito, quase, é muito difícil depois a auditoria chegar, dois dias depois, e ter uma comprovação cabal de que aquilo foi ou não prestado. Então, é uma dificuldade, qualquer pessoa que busque auditar esses dados, que não o primeiro controle do gestor, vai ter essa dificuldade.

Para essas notas fiscais que estavam com irregularidades, foi necessário fazer exames adicionais que pudessem trazer algum convencimento sobre se aquele serviço havia sido prestado ou não. Quais foram os levantamentos feitos pela equipe? A equipe voltou

lá para analisar todos esses processos de prestação de contas onde havia problema com a nota. Verificou-se se as notas estavam atestadas, se havia outros documentos de suporte. O que eu chamo de outros documentos de suporte. Solicitação dos serviços pelo gabinete de segurança institucional, por exemplo, pedindo tantos carros para a comitiva que vai acompanhar o Presidente. Solicitação das diárias, os quadros que descrevem que pessoas que vão ficar nos quartos, em que período que a segurança vai estar lá para dar suporte a esse evento. E, principalmente, foi verificado que havia comprovante de pagamento; são faturas no cartão de crédito ou, às vezes, muito freqüentemente também, o depósito de... Da conta do prestador de serviço, identificando lá o prestador de serviço. Então, o serviço efetivamente foi pago. Coerência com outras informações da viagem. Além disso, fizemos, dependendo de casos específicos, visita *in loco*, contato telefônico, pesquisa em internet. Para cada caso, a gente fazia uma pesquisa de acordo com o caso. Circularização(F) com os fornecedores também.

Os documentos, então, toda essa pesquisa mostrou que havia, nos casos mais importantes, um comprovante de pagamento na conta bancária da empresa e os outros documentos de suporte estavam consistentes com as viagens que foram realizadas. Eu estou terminando.

As conclusões: A inidoneidade da nota pode ser de responsabilidade do fornecedor, havia indícios de que os serviços tinham sido prestados, e há uma limitação das ferramentas à disposição do Tribunal. Nós, por exemplo, não tínhamos como quebrar o sigilo bancário nessa empresa para saber se aquele recurso, realmente, não houve alguma outra tramitação depois do pagamento. As determinações foram no sentido de ressarcimento para pequenos valores que haviam sido pagos a maior; melhorias na organização dos processos e encaminhamento ao Ministério Público e à Receita Federal para a continuidade das apurações.

E, finalmente, esse trabalho na Agência Brasileira de Inteligência, ele foi determinado por aqueles dois acórdãos. Ele está sendo desenvolvido de forma bastante semelhante ao que foi feito na Presidência, só que ele não foi apreciado ainda. Ele está em fase de conclusão. O foco foi em procedimentos de controle, prestações de contas, observância das normas, saques, e comprovação dos pagamentos. É isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dra. Vanda. Eu gostaria de solicitar a V.Sa. o PowerPoint para depois eu poder disponibilizar para todos os Srs. Deputados e Senadores. Marcelo, nós temos ainda... Você acredita que em 10 minutos?

SENADOR CARLOS SAMPAIO: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

SENADOR CARLOS SAMPAIO: Haveria de ser o mais rápido possível a distribuição desse material? Porque ele vai colaborar muito com os nossos questionamentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Já autorizei aqui a que eles fizessem a cópia para todos os Senadores. Obrigada.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Obrigado, Sra. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Sr. Procurador, Dr. Marinus. Vou falar brevemente sobre o trabalho de auditoria que está em andamento no Tribunal, a respeito de suprimento de fundos, com foco em cartões corporativos. Esse trabalho, ele se originou a partir de uma comunicação feita em Plenário pelo Ministro Ubiratan Aguiar, que foi posteriormente enriquecida com a representação do Procurador, Dr. Marinus, e o Relator sorteado foi o Ministro Valmir Campelo. O Ministro Campelo, no dia 12 de março, ele fez um pronunciamento, então, no Plenário do Tribunal, definindo as diretrizes para a realização desse trabalho.

Eu queria iniciar, apresentando alguns números a respeito de suprimento de fundos e cartões corporativos. A evolução da despesa com suprimento de fundos mostra um crescimento gradual, não muito acentuado. Eu chamo atenção, que ali... Nos anos de 2001 e 2002, há uma elevação nessa despesa. Porém, isso não se refere a aumento de gasto. Não houve, de fato, incremento no gasto nesses anos. O que acontece ali foi uma alteração no sistema SIAF, uma alteração na contabilização do gasto, que resultou nessa elevação.

Então, desconsiderando esses dois anos, nós vemos que há essa elevação gradual. Porém, quando nós comparamos com a despesa licitável, nós vemos que, em termos de percentual da despesa licitável, a despesa com suprimento de fundos, aí incluídos os cartões, ela permanece num mesmo patamar e atém nos últimos anos, vem decrescendo um pouco. Da ordem de 0,42% da despesa licitável. Então, o que acontece é que a despesa como um todo tem crescido e a despesa com suprimento de fundos tem crescido também. Mas, como percentual da despesa licitável, ela tem permanecido no mesmo patamar.

Aqui especificamente em relação aos cartões, nós temos os valores dos gastos com... Na modalidade de crédito, fatura, e na modalidade saque e na modalidade fatura. Nos anos de 2002 a 2004, o sistema SIAF não permitia diferenciar o que era saque e o que

era fatura. Por isso está ali concentrado como saque. A partir de 2005, em cumprimento a uma determinação do Tribunal, como a Dra. Vanda colocou, passou a haver essa diferenciação, e aí nós podemos ver e temos hoje a evidência de que há muito mais saque do que fatura.

No ano de 2007, o total gasto por meio dos cartões corporativos foi 80 milhões. Aqui nós temos um comparativo das diversas modalidades do suprimento de fundos: saques, faturas e outros. Esses outros, principalmente a conta do tipo B. Mas não só a conta do tipo B. Existe também a ordem bancária de pagamento. Nós vemos, sim, que há o crescimento da modalidade de saque e há também o crescimento da modalidade fatura. Porém, esse crescimento, ele é compensado pelo decréscimo nas outras modalidades. Ou seja, está sendo incrementado o uso do cartão. Mas, em contrapartida, está sendo reduzida a utilização da conta B. Então, nós vemos... E da ordem bancária de pagamento também.

Então, nós vemos que a primeira pergunta que nós fizemos, será que a introdução da sistemática de cartão de crédito incentivou o aumento desse tipo de gasto? A resposta parece ser não. Houve uma substituição de uma modalidade de suprimento de fundos por outra.

Bom, o objetivo, então, da nossa auditoria é avaliar a realização das despesas, mediante suprimento de fundos, desde a implantação dos cartões de crédito corporativos. As fontes de informação, tanto as bases de dados do SIAF como as bases existentes nos diversos órgãos; alguns desses órgãos têm sistemas próprios de controle dessas despesas. Além disso, a base de dados do Banco do Brasil, que é o operador do cartão, e também a documentação comprobatória em cada órgão. Nós vamos verificar os documentos comprobatórios, as notas fiscais, os comprovantes de pagamento.

O escopo da auditoria: Nós vamos realizar avaliação da sistemática de controle da despesa. Vamos ver, selecionados 11 órgãos, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário; Poder Legislativo não porque, até hoje, no Poder Legislativo, nenhum órgão do Poder Legislativo Federal utiliza cartão de crédito corporativo. Então, órgãos do Executivo e do Judiciário... Vamos verificar a sistemática de controle e avaliar essa sistemática.

Por seleção de amostra, verificação amostral da legalidade dos procedimentos e, aí, então, analisando a documentação nos diversos processos. Além disso, vamos analisar as informações que a CGU tem nos enviado nas prestações de contas dos órgãos, em cumprimento a uma decisão do Tribunal, de 2006, que determina que, nas contas dos órgãos, é necessário que a CGU informe sobre a regularidade das despesas, mediante utilização de cartão. Além disso, 20 órgãos selecionados para que nós verifiquemos a sistemática adotada por eles. A sistemática específica, quanto ao controle dessa despesa. Nesses 20 órgãos, nós não vamos descer ao ponto de analisar documentação comprobatória.

E a última forma, então, será mediante a verificação de ocorrências específicas no período de 2001 a 2008. Nós estamos tratando a base de dados do Banco do Brasil, dos gastos com cartão. Com base no tratamento dessas informações, desses dados, nós estamos identificando indícios, que podem ser indícios de irregularidade ou não; nós vamos ao local, vamos aos órgãos, em cada um dos órgãos, verificar esses indícios. Que tipo de indícios nós estamos falando? Compras, numa mesma data, por um mesmo servidor, em valores próximos do limite de 800 reais. Vamos verificar se há justificativa para isso ou não. Ou o que está acontecendo.

Um determinado fornecedor, que fornece em volume muito superior a todos os outros na mesma base. Vamos verificar o que acontece, por que aquele fornecedor... E outros indícios que estão sendo levantados. Essa auditoria será realizada no período de março a maio deste ano. E os resultados vão ser apreciados pelo Tribunal a partir de junho.

Era o que eu tinha a dizer, e nós nos colocamos à disposição para as perguntas. Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Marcelo. Quero agradecer aqui a participação de todos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Presidenta, questão de Ordem. Manato. Qual vai ser a ordem que V.Exa. vai usar para as perguntas?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A lista de inscrição.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Titular ou suplente primeiro?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Primeiro o titular, e depois o suplente. É o que está no nosso Regimento.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A cópia já foi pedida... Edinaldo, está providenciando as cópias? Está providenciando as cópias.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, Sra. Presidente. Quando o titular não está presente, o suplente, então, fica na ordem como se fosse titular, não é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, pelo nosso Regimento, primeiro os titulares depois os suplentes.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Mesmo quando o titular não está presente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu me socorro aqui da assessoria-

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Que, nesse caso, hoje o Indio é o Vic e o Vic é o Indio--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O nosso Regimento é muito claro. É o titular e depois o suplente. Não sei se há alguma brecha para isso? Não há nenhuma brecha.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Será que agente poderia, então, fazer um acordo aqui? Se todo mundo estiver-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de fazer o acordo, vamos começar a nossa argüição, Deputado, se Vossas-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se V.Exa. me permite, eu queria passar a palavra ao Relator, que é o primeiro a poder fazer suas considerações, e passo a palavra, então, ao Relator para suas perguntas e considerações.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Bom, primeiro quero aqui deixar o Plenário bem tranqüilo porque, normalmente, há uma preocupação, que o Relator faz uma seqüência tão grande de perguntas e acaba impedindo o debate dos demais membros e... E prometo que vou procurar colaborar nessa e nas outras.

A minha primeira pergunta eu acho que é de interesse de todos porque, cotidianamente, nós somos perguntados acerca do número de cartões existentes na Administração Pública Federal. O Tribunal de Contas da União tem como nos dar esse número do total de cartões existentes na Administração Pública Federal e como eles estão distribuídos hoje?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não sei, Sr. Relator, se era mais fácil fazer todos os questionamentos e eles responderem de uma vez só. Porque a troca de cadeira...

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não, está tudo bem, vamos lá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, eu gostaria, se fosse possível, que os senhores anotassem e aí responde de uma vez só.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): E uma outra pergunta, na visão de V.Sa., quais os principais virtudes e problemas são encontrados na aplicação dos cartões de pagamento do Governo Federal? E, dando seqüência aqui a três perguntas, é se V.Sa. entende que houve uma evolução com a adoção dos cartões corporativos, em relação aos gastos realizados por intermédio das contas do tipo B e quais os aspectos positivos e negativos relativos aos cartões corporativos e às contas do tipo B?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Sr. Relator já fez suas considerações. Eu passaria, então, para a resposta.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Eu vou responder, Sr. Relator, Sra. Presidente. Depois, se o Dr. Marinus desejar também responder.

Em relação à quantidade de cartões, a informação que nós temos, a partir da base de dados do Banco do Brasil, é que, no ano de 2007, foram efetivamente utilizados 7.361 cartões, na Administração toda. Isso não quer dizer que esse seja um número de cartões. Pode haver mais cartões. Pode haver cartões que não foram utilizados no exercício de 2007. Mas, nós estamos trabalhando com esse número porque consideramos que são os cartões efetivamente em uso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): E como eles estão distribuídos na Administração Pública Federal?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Em relação à distribuição, nós temos esses números, podemos passar depois. É uma lista bastante grande. Nós temos, por órgão, quantos cartões cada órgão detém.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas aqui daria para citar quais órgãos utilizam esses cartões?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sim. Posso citar quais órgãos têm as maiores quantidades.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Presidente, com a sua permissão, só... Augusto Carvalho. Só aproveitando a pergunta do nobre Relator, o Tribunal de Contas tem informações relativas aos cartões corporativos das empresas estatais e empresas públicas também?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, vamos esperar um pouquinho porque senão todos vão se sentir no direito também de fazer as perguntas.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sim. Respondendo à indagação do Relator, Fundação IBGE, ano de 2007, utilizou 1755 cartões; o INCRA, 838; o Ministério da Agricultura, 760; o INSS, 393; Justiça do Trabalho, 349; Receita Federal, 329 e por aí vai. Em relação a... Bom, essa nossa lista se refere exclusivamente à Administração direta, autarquias e fundações,

uma vez que os cartões de empresas seguem uma outra Legislação. Então, nós não estamos trabalhando com eles nesse trabalho.

Em relação à segunda pergunta formulada pelo Deputado Luiz Sérgio, virtudes e problemas da utilização do cartão. Nós entendemos que a principal virtude da utilização do cartão é a celeridade e a pouca burocracia no gasto. Isso facilita bastante a realização desse tipo de despesa. Existe também uma outra virtude, que é a possibilidade ou uma maior facilidade de controle dessa despesa em virtude da transparência que o sistema pode oferecer.

Em relação a problemas, como toda ferramenta colocada à disposição da Administração, se ela não for bem usada, ela pode gerar mais problemas do que benefícios. Então, a facilidade de utilização, como foi colocado pela Dra. Vanda, gera um incremento, um incentivo a esse uso. E, principalmente, quando se admite, sem nenhum tipo de restrição, a utilização do saque, isso gera distorções, sem dúvida. Recentemente Decreto 6370 limitou o saque. No nosso trabalho, nós vamos verificar, entre outras coisas, se essa limitação é adequada ou não, e se há necessidade de nova regulamentação-–

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Partindo dessa concepção e desse ponto de vista, no seu entender, o cartão é um instrumento de melhor fiscalização do que as contas tipo B?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: O cartão pode ser um instrumento mais controlável do que as contas tipo B se ele for bem utilizado e se houver regras bem definidas para seu uso. Sim.

Em relação à evolução em relação às contas de tipo B, se ele representa uma evolução, sem dúvida, representa uma evolução, desde que haja essas regras, em virtude da questão de ser tratado por sistemas ofertados com muito mais facilidade. Basta dizer que suprimentos de fundos existem na Administração Pública desde muito tempo. E foram... A atual sistemática, regulamentada desde 64. Então, e mais precisamente, a partir de 86. Então, problemas com suprimento de fundos sempre houve. A partir da introdução dos cartões e a partir da transparência que foi possível dar a esse gasto, a sociedade tomou um conhecimento maior sobre isso. A sociedade foi alertada para esse problema. Então, a virtude da transparência também deve ser enaltecida. Mas eu friso, é preciso haver regras, é preciso haver controle sobre isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Marinus?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Bom, basicamente isso já... A pergunta já foi respondida pelo meu colega. Relativamente à questão dos cartões, sobre as vantagens e desvantagens, eles estão bem relacionados. Continuo ressaltando que deve ser tomado o maior cuidado na implementação desses cartões. Lá no SIAF, nós temos um evento contábil, uma conta, se não me engano, é a 112680000. Essa conta significa "saques a classificar". Normalmente, nos eventos contábeis o "a classificar" é quando você não consegue classificar em lugar nenhum na contabilidade. Aí, você utiliza isso. Então, significa que o sistema ainda não está totalmente azeitado para ser utilizado nas proporções em que está sendo proposto. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço ao Dr. Marinus. O Relator me diz aqui que ele fez só três perguntas mas que ele tem mais perguntas que ele gostaria de fazer. Então, vou fazer o seguinte, Sr. Relator, o senhor faz todas as perguntas, é mais fácil, eles anotam. Aquelas que, porventura, puderem englobar, para responder, já que nós temos outro convidado hoje ainda. A palavra com o Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só que eu acho que se eu der uma seqüência a 10 perguntas aqui, não vai ajudar muito. Eu queria saber do Tribunal de Contas da União como é a metodologia adotada para as inspeções que foram feitas, porque pudemos verificar aqui que foram feitas, só na Secretaria de Administração da Presidência da República, três auditorias. Uma ficou claro que foi por solicitação do próprio Legislativo. Mas, como é essa metodologia? Segundo, que, nas auditorias que foram feitas, foram feitas recomendações à União. Se essas recomendações, elas vêm sendo adotadas. E, em terceiro lugar, em relação a... Se o Tribunal tem uma visão bem clara, porque há muito esse, essa discussão hoje na sociedade, se nós devemos caminhar num processo de manutenção dos cartões, levando a um processo de aprimoramento, ou se devem ser extintos, para se retornar aos mecanismos de conta tipo B, que sãos os mecanismos de suprimento de fundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só pedindo ao Relator que ele fizesse todas as perguntas e for anotando... Porque assim fica mais fácil.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): As outras três perguntas que vou fazer aqui são para o representante do Ministério Público. V.Sa. disse que o problema está na sistemática de utilização dos cartões. A exemplo do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público fez alguma recomendação? Segundo, V.Sa. disse que as contas tipo B, usou a expressão: "ela também não é boa". E, ao mesmo tempo, V.Sa. diz que pediu a suspensão dos cartões. O que V.Exa.

propõe para colocar no lugar, já que a sua afirmação é de que a conta tipo B não é boa e pede a suspensão do cartão? Mais adiante, V.Exa. diz que a idéia do cartão é excelente. Se ela é excelente, precisa da sua suspensão para se aperfeiçoar esse mecanismo ou é possível sugestão de aprimoramento da natureza dos cartões, sem a necessidade da sua suspensão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sra. Presidente, Sr. Relator, vou responder uma das questões e vou passar para a Dra. Vanda responder as outras duas, em relação às auditorias já realizadas. A pergunta em relação... Se é interessante a manutenção dos cartões. Na verdade, nós estamos diante de uma sistemática recente, é uma sistemática que não é usada só no Brasil, ela é usada também em outros países, e parece ser algo que veio para ficar. O que eu insisto é que é preciso haver regras claras para a utilização dessa ferramenta, e é em cima disso que o Tribunal deve trabalhar. Não compete ao Tribunal dizer: "Faça... Use esse instrumento ou aquele instrumento". Mas, sim, dizer: "qualquer instrumento que for utilizado deve atender ao interesse público e à lei, e deve ser normatizado adequadamente". Vou passar à Dra. Vanda para responder às outras duas questões.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Em relação aos trabalhos que foram feitos na SAPR, na Secretaria de Administração da Presidência, de fato, os dois trabalhos, eles tiveram origem num pedido. Aquela primeira inspeção, ela também foi uma iniciativa do Deputado Distrital Augusto Carvalho e depois endossada pelo Deputado Federal Alberto Goldman, na oportunidade.

Agora, como é que faz a seleção? No primeiro trabalho, a Presidência foi focada por um exemplo da sistemática mesmo. Nas duas outras auditorias, o que aconteceu foi que a materialidade dos gastos da Presidência e na ABIN, naquela oportunidade, estavam tendo destaque. Acrescidos ao fato de que, na primeira auditoria, a gente só tinha olhado pequeno vulto. O grosso da despesa, que é mais de 90%, que são aquelas peculiaridades, não tinham sido trabalhadas na primeira auditoria. Então, aí, a segunda... Teve duas etapas, que foi a questão das notas fiscais, foi, na verdade, uma continuidade da segunda. E a escolha foi com base na materialidade, materialidade e risco, por conta das peculiaridades da Presidência. Não eram só despesas de pequeno vulto, havia todo um gasto significativo por conta da materialidade.

Sobre o monitoramento. Estão sendo implementadas, estão sendo cumpridas as determinações ou não. Eu fiz a referência, na minha apresentação, efetivamente, as determinações para STN e para o Ministério do Planejamento foram acompanhadas e, em grande parte, cumpridas, como retratam o acórdão e a outra instrução final da unidade, ainda não apreciada.

Em relação à Presidência, algumas coisas estão sendo monitoradas nas próprias contas, o saque tem caído, suprimento de fundo tem caído na Presidência. Então, essas determinações à Presidência são de caráter mais continuado. Então, nós vamos ter um acompanhamento ao longo dos processos de contas e outros trabalhos que o Tribunal venha a fazer na unidade.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Bom, Sr. Relator, a resposta é: Claro que sim. A idéia é excelente. A idéia do cartão corporativo é excelente. A minha preocupação, a minha preocupação é a preocupação como essa idéia está sendo colocada em prática. É esse o problema, só. Naturalmente, não há nenhuma objeção ao cartão. O sistema é mais moderno, realmente. Não tem nenhum problema relativamente a isso. Mas como está ocorrendo hoje? Quantas pessoas hoje, com cartão, estão fazendo saques em terminais? É isso que me preocupa. E como Ministério Público, como custos *legis*, como defensor da boa aplicação de recursos públicos, naturalmente, isso leva a sopesar o que seria, atualmente, hoje, menos nocivo para a Administração. As contas tipo B também apresentam determinadas falhas, sim. O sistema é muito mais burocratizado. Na prestação de contas, eles se igualam, em matéria de burocracia. Mas, para o gasto, realmente, ele é muito mais burocratizado.

Mas a questão é essa, no cartão corporativo, digamos assim, saque. Vamos citar um exemplo: Pega-se um cartão corporativo, vai-se no primeiro terminal de saque, saca o dinheiro, depois coloca-se em "saques a qualificar" e compra-se uma nota fiscal, por exemplo. Isso é uma fragilidade do sistema. Compra-se uma nota fiscal e apresenta. Qual é a chance dessa nota fiscal ser detectada? Vamos pegar média de 300, 400 reais por cada despesa. São centenas e milhares de notas fiscais. Como é que a gente vai pegar isso? Fica muito difícil. Então, são essas fragilidades que entendo que devam ser corrigidas para plena implementação desse sistema. Muito obrigado. Não sei se respondi tudo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só gostaria que o Tribunal de Contas da União pudesse remeter à Presidência a relação do número de cartões existentes na Administração Pública Federal e a sua distribuição, por poder, por órgão, para que nós pudéssemos fazer a análise à época da elaboração do relatório. Dou-me por satisfeito e vamos seguir a lista.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Relator. Passamos, então, agora, à nossa lista de inscrição. Vou chamando os nossos Deputados e Senadores, e eu queria informá-lo que acredito que três minutos daria para que cada um fizesse a sua pergunta. E também queria sugerir, se todos concordarem, num bloco de três Deputados e Senadores, três Parlamentares, fazerem as questões, ou cinco Parlamentares, como vocês acharem melhor, porque, aí, às vezes, as perguntas podem até ser englobadas e facilita. Se vocês... Como somos muitos e a lista é grande, se acharem que cinco dá, eu passo para cinco e depois cinco, mais cinco, aí, acho que terminamos. Porque temos um convidado a mais hoje ainda. Então, o primeiro a fazer uso da palavra é o Deputado Carlos Sampaio. Tem a palavra por cinco minutos, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): As minhas perguntas eu pediria que fossem respondidas pelo Dr. Marinus, a quem cumprimento, não só como Parlamentar, mas como colega também do Ministério Público do Estado de São Paulo. V.Exa. teve conhecimento da representação que fora feita por mim, em 2003, questionando essa questão referente aos cartões corporativos ou seu uso indevido?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sim. Tive conhecimento também.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. teve conhecimento de que eu solicitei à Procuradoria que fosse encaminhado a mim, enquanto representante, cópia desses documentos, fruto da fiscalização realizada pela TCU, e me foram, de fato, encaminhadas, mas que fora dito pela Procuradora que, no que tange a documentos sigilosos, e a Procuradoria do Distrito Federal tinha aproximadamente 19 apensos, e isso não poderia ser fornecido nem pela Procuradoria e nem pelo Tribunal porque só mesmo com uma decisão judicial nesse sentido.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Esse pedido foi endereçado ao Ministério Público do TCU?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não. Ao Ministério Público Federal. Eu informo a V.Exa.-–

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Na verdade, nós somos, digamos assim, somos órgãos distintos na--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não tenha dúvida. Eu só fiz essa pergunta porque o interesse maior é saber o seguinte. A resposta que me fora dada, com relação aos documentos sigilosos, é de que nem TCU, e isso vale para V.Exa. também essa indagação, e nem pelo Ministério Público, exceto se houvesse uma decisão judicial. Se V.Exa. concorda com essa posição colocada pela Procuradora do Distrito Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Marinus, se V.Exa. me permite, vamos fazer cinco Parlamentares. O senhor anota e, depois, o senhor pode responder a todas as perguntas de uma só vez. O segundo Parlamentar–

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Desculpe-me, Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --A usar da palavra é o Deputado Carlos Willian. Desculpe, um momentinho, pela ordem, Deputado Carlos Sampaio?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu não entendi a metodologia porque-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --Tenho perguntas a serem feitas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Era para fazer todas as suas perguntas em três minutos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Então, mas eu comecei, acho que não deu nem um minuto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois é, mas nós achamos que o senhor tinha terminado. Então--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Tenho 17 perguntas a formular. E até faço uma consideração, Sra. Presidente, que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos fazer o seguinte: Faça as suas... Condense as suas perguntas. Pode fazer.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas eu acho importante, veja, Sra. Presidente, queria fazer uma ponderação, não só como autor do Requerimento, mas como quem representou a Procuradoria, V.Exa. havia dito que seriam três minutos por depoente. Nós temos aqui dois depoentes. Eu formularia uma pergunta... Três minutos para um e três minutos para outro. Porque são perguntas importantes para a CPMI. Então, eu não consigo, em três minutos, perguntar tudo o que pretendo, de informações para a CPMI. E eu até condensaria em cinco minutos e faria tão-somente ao Dr. Marinus. Eu não faria nenhuma ao Tribunal de Contas. Precisaria formulá-las uma a uma porque são respostas rápidas. Tem conhecimento? Tenho. É possível? Sim. Ou não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos fazer o seguinte, aqueles que tiverem perguntas para o TCU e Ministério Público,

fazem duas; quem tiver só para um, faz uma e três minutos. E quem fizer para os dois, cinco minutos. Pode começar, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Como V.Exa. Dr. Marinus, vê o fato de que essas informações não me foram fornecidas pelo fato de serem, segundo a Procuradora, sigilosas, ou seja, realmente haveria necessidade de uma decisão judicial para que eu, enquanto Parlamentar, não enquanto CPMI, pudesse ter essas informações?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Na minha opinião, não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O controle externo-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos, eu gostaria que o senhor fizesse todas as perguntas de uma vez só. Acho que... Deu para entender, Deputados? Senão, vamos ficar aqui até à noite. Então, V.Exa. faz todas as perguntas de uma vez só, os ouvintes aqui anotam, depois de cinco fazerem as perguntas, dão a resposta única. Faz favor, Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, desculpe a insistência. Dentro dos meus minutos, se eu pudesse formulá-las da forma que achasse conveniente, desde que eu cumpra o tempo, não estou entendendo por que é que eu deveria fazer todas juntas se vou cumprir meu tempo. Eu tenho uma metodologia de indagação que não me permite fazer todas juntas. Eu vou cumprir o meu tempo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Então, o senhor faz as perguntas e os depoentes respondem.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É diretamente ao Dr. Marinus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pronto. Então, está feita a pergunta.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. entende, então, que esses documentos não são sigilosos, eles seriam públicos e não haveria necessidade de uma decisão judicial?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Entendo que sim. Nesse aspecto, sim. Por quê? Porque o controle externo é exercido pelo Legislativo. V.Exas., pela Constituição, são os titulares do controle externo. O Tribunal de Contas da União, apesar de ter toda a sua autonomia e até mesmo julgar as contas da Câmara e do Senado, mas, na Constituição, é um órgão que auxilia o Poder Legislativo na sua missão. Então, como o Poder Legislativo poderá controlar, se a ele foi imposto sigilo? Então, essa é a lógica que poderia-–

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento, através dos Acórdãos 1783 e 230, respectivamente 2004 e 2006, de que foram feitas recomendações pelo Tribunal, para que houvesse diminuição de saques?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sempre foram feitas as recomendações-

[soa a campainha].

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Inclusive, se não me engano, no processo do Ministro Aguiar, taxativamente, ele disse utilização de saques seria para locais onde não houvesse a possibilidade de usar o cartão corporativo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento que, em 2004, esses valores de saques se referiam a 60% dos valores gastos e, em 2005, 62 e em 2006, 63?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sim. O percentual exato mesmo, assim, não me vem muito à cabeça. Mas sempre foram valores bastante elevados.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu indago a V. Exa. o seguinte: Se, em 2007, esse percentual foi elevado a 75%, posso concluir que as recomendações não estão sendo cumpridas pelo Governo Federal?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): O TCU, ao fazer essas recomendações, me parece que V.Exa. teria dito isso ou não, o representante do Tribunal de Contas fez, buscando justamente dar transparência ao cartão, que é sua finalidade, e buscando o interesse público, a legalidade, e, presumo eu, os princípios da moralidade e da legalidade. Tudo isso foi visado pelo TCU, quando se fez a recomendação? Todos esses princípios?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza. Todos esses princípios foram visados, sobretudo o princípio da moralidade. Tendo em vista que a repercussão financeira disso é pequena, 40 centavos de cada 100 reais de despesa licitável.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Feita a recomendação nesse sentido, buscando o respeito ao princípio da moralidade, não havendo acolhimento por parte do Governo Federal, eu posso inferir que o Governo Federal, portanto, estaria incorrendo numa ofensa ao princípio da moralidade ao não adotar a recomendação?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ao não adotar recomendação, estaria incorrendo em ofensa ao princípio da moralidade? Seria generalizar a questão do Governo Federal, vamos ver-–

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ou, efetivamente, quem tinha esse dever-–

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Se cada evento isolado de despesa fosse considerado assim, as contas do Presidente da República nunca seriam consideradas regulares. Então, temos que deixar isso dentro de seus respectivos parâmetros. Então, em diversos casos, sim, não está ocorrendo respeito ao princípio da moralidade, como isso é público e notório. Fatos públicos e notórios não precisam ser provados.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E isso, em tese, configura ato de improbidade administrativa?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Em alguns casos, sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento se os cartões corporativos foram inicialmente criados para a aquisição de passagens aéreas, depois, foram ampliadas as suas utilidades para aquisição de passagens de transporte aéreo, mas também para compra de materiais e serviços, depois, saques em moeda corrente e, em 2005, ampliou-se também para viagens de servidores, despesas extraordinárias com pousadas, alimentação e locomoção urbana?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza. São vários decretos, desde o início. Isso começou em 2001 e tem uma série de decretos que vão alterando.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento do anexo ao processo administrativo de nº. 04/2006, que permitiu, dentre esses usos, num anexo, foi autorizada a aquisição de produtos e serviços em joalherias, lojas de móveis de decoração, telemarketing, catálogos, artigos eletrônicos e revenda de veículos? É um anexo ao acordo feito, ao contrato feito entre o Banco do Brasil e o cartão Visa?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não tive acesso ao contrato realizado entre o Governo Federal e o Visa. Mas entendo que esse dispositivo, ele fere a Constituição.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Fere a Constituição?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Acredito que sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E uma última pergunta, em que pese ter sido colocado pela representante do TCU que, com relação aos desvios havidos, muitos deles não eram em valores altos, e muitos deles eram esporádicos, pergunto a V.Exa., independentemente do valor, seja sete reais ou seja uma coisa esporádica ou do cotidiano, é dinheiro público e, portanto, qualquer recomendação nesse sentido feita deve ser cumprida pelo Governo Federal? Ou esse percentual, digamos assim, de o valor ser ou não alto ou ser ou não esporádico, minimiza a obrigação do Governo Federal em ter que cumprir essa recomendação?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Claro que não, Deputado. Nesse caso, obviamente, que as grandes mudanças são sempre feitas através de pequenas mudanças. Quando nós permitimos que os pequenos gastos, mesmo que seja economicamente pouco relevante, sejam efetuados, isso é uma porta aberta para que os grandes gastos ocorram.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Agradeço a V.Exa. e a paciência também da Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Sampaio. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu acho que as perguntas estão sendo muito bem colocadas. Eu gostaria primeiro parabenizar V.Exa. porque hoje é a nossa terceira Reunião de CPMI, nós já aprovamos requerimentos, já estamos aqui hoje com essas autoridades prestando a colaboração com essa CPMI, já existem três Ministros atuais, convocados para vir a esta CPMI, portanto, Sra. Presidente, a senhora está de parabéns, o Relator, o nosso Vice-Presidente e os nossos colegas Deputados, membros dessa CPMI, por quê? Porque nós estamos trabalhando e mostrando à população o nosso trabalho. Principalmente depois que o nosso Relator apresentou uma proposta de trabalho e ela tem que ser organizada.

Agora, eu não só aceito, não aceito, Sra. Presidente, vou aproveitar este momento da minha fala para que alguns membro dessa CPI anunciarem que ela já nasceu morta ou também dizer, igual já foi muito defendido aqui pelo nosso colega, que isso aqui é uma farsa.

Primeiro, eu gostaria que a senhora, como Presidente, tomasse as medidas cabíveis para que a nossa moral não seja ofendida, porque, como Parlamentares, nós temos que ter a nossa dignidade defendida nessa Comissão. Não podem sair falando aqui que isso aqui é uma farsa e nem que isso aqui saiu morto. Nós estamos investigando. Agora, se as investigações, se o rumo que está tomando essa CPMI não é em tirar sangue das pessoas ou de algum funcionário público, igual querem alguns aqui dentro, isso não é culpa

nossa. E isso vem exatamente agora, no depoimento... Depoimento, não. Desculpa. Na colaboração que nós estamos tendo, do Tribunal de Contas da União e também do Ministério Público Federal, onde está demonstrado claramente o uso, tanto da conta B, quanto o uso do cartão corporativo.

Então, diante disso, nós estamos avançando e avançando bem. Parabéns à senhora pela forma que está presidindo essa Comissão e as perguntas são até muito poucas. Primeiro, contestar porque ninguém aqui falou em irregularidade. E a última pergunta que foi questionada foi sobre uma irregularidade acontecida. Eu não me lembro aqui, no depoimento de ninguém, ter falado sobre irregularidade. O que eu me lembro foi de ter falado de indícios. Indícios. Indícios não significam ainda erro e nem crime porque ainda está em apuração. E nós temos que respeitar as pessoas que usam este cartão corporativo.

A pergunta, Sra. Presidente, é o seguinte, ao Ministério Público: O Poder Executivo editou o Decreto 6.370, de 01 de fevereiro de 2008, estabelecendo as novas regras para o uso do cartão corporativo. Qual a avaliação que V.Sa. faz deste Decreto e se este Decreto já satisfaz? E por que o Ministério Público foi suspenso de usar? Existem indícios de irregularidade no Ministério Público? É a primeira pergunta.

A segunda, ao Dr. Marcelo. V.Sa. disse que houve um aumento de uso no cartão e uma redução do uso na conta B-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu gostaria de saber de V.Exa. o seguinte: Isso é salutar para a Administração Pública? E o que traz mais transparência, é a conta B ou o cartão? Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, Sra. Presidente. V.Exa. disse que, então, haveria o momento de se definir. Eu li aqui o artigo, no Regimento Interno, art., se não me engano, 84, que trata dessa questão, que é a ordem exatamente dos inscritos. Quero dizer que cheguei muito cedo para poder me inscrever. E se, por acaso, essa Comissão entender que possa ser feito pela ordem, já que o titular não está presente, do meu partido, da Câmara dos Deputados, Deputado Vic Pires, eu teria muito orgulho em representá-lo nesse momento, pela ordem de inscrição, se a Comissão estiver de acordo.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Plenário é soberano-

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu acho que a gente [falha no áudio] tem que seguir o Regimento. Se a gente começar a abrir exceções na CPMI, é complicado. Por exemplo, usando uma palavra que está em voga, em relação ao Deputado Carlos Sampaio, eu vou pedir o princípio da reciprocidade, mesmo princípio. Eu queria a mesma metodologia que ele usou. A senhora deu cinco minutos para o Deputado Carlos Sampaio. Então, não sei se a senhora-—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É extensivo a todos, como expliquei.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pois bem. Então, posso começar?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, por favor-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Deputado Silvio, a Presidente acabou de falar que o Plenário decide. Eu peço uma votação, então.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado está pedindo que o Plenário se manifeste, já que nosso Regimento, nesse caso, é omisso, ele não diz. Ele diz apenas que primeiro... Aliás, é omisso, não. Ele diz que primeiro os titulares e depois os suplentes. Então, não é omisso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, não é omisso. É claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma questão de Ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, eu proponho-—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Marcelo que pediu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, o Regimento, ele não é omisso. Ele é absolutamente claro na disciplina do uso da palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio--

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos continuar. Porque vai dar tempo de V.Exa. fazer suas indagações.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu só peço uma votação, Presidente, se for possível. Sim ou não. Acabou, está resolvido-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora doe microfone].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu sei, mas a Presidente acabou de falar que o Plenário é soberano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio, só para andar mais rápido, vamos aqui confirmar aquilo que está no Regimento, pelo que V.Exa. viu. Aqueles que querem que nós sigamos o Regimento estatuído, levantem a mão. O Regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não há que ter votação quando o Regimento já expressa a norma.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quis fazer isso apenas para o Deputado Indio ver que não há como a gente fugir disso. Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Posso começar? Primeira pergunta, vou direto. Eu gostaria de saber do Tribunal de Contas da União quantos cartões corporativos o Poder Judiciário utiliza? Até porque o Poder Judiciário tem 6% da receita corrente líquida da União, 6% da receita corrente líquida dos Estados, segundo o art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que é um poder que precisa realmente ser investigado também. Já que é cartão corporativo, eu queria pedir à nossa assessoria também para fazer um Requerimento, convocando um representante do Poder Judiciário para falar sobre os cartões corporativos aqui nessa CPI.

Segundo. O Ministério Público, disse que ia usar o mesmo princípio do Deputado Carlos Sampaio e a Presidente... O Ministério Público usa ou não cartão corporativo?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O Ministério Público, junto ao TCU, é um órgão que não tem nada a ver com o Ministério Público da União-–

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não, espere aí. São diferentes. O TCU é um órgão auxiliar do Poder Legislativo. E o Ministério público não é o órgão auxiliar. Ele não é um poder. Eu quero saber de V.Exa. se usa ou não.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sim. O Ministério Público Federal usa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Usa. Ótimo. Então, quero saber também do TCU quantos cartões são usados pelo Ministério Público Federal? E quero pedir à assessoria para convocar um representante do Ministério Público Federal, também fazer um Requerimento, para falar sobre os cartões corporativos. Já que V.Exa. é do Ministério Público, V.Exa. tem essa resposta já, quantos cartões o Ministério Público usa? Essa é a terceira pergunta. Só um instante.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O Ministério Público junto ao TCU, obviamente, não usa. Porque o TCU não usa cartão corporativo.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): V.Exa. está falando TCU. Não estou falando TCU. Estou falando Ministério Público. Ministério Público usa, não usa?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ministério Público Federal usa. São 146 cartões.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): 146 cartões. Muito bem. Terceira pergunta. Eu queria pedir ao Tribunal de Contas da União a quantidade de cartões utilizados por todas as Universidades Federais do Brasil. E também queria aproveitar e pedir à assessoria para fazer um Requerimento, convocando, inicialmente, o reitor da UnB, que foi dito aqui que só a UnB utiliza 280 cartões corporativos.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: 266.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): 266 cartões corporativos. Então, eu queria saber quantos cartões usados pelas Universidades Federais e também começar convocando o Reitor da UnB.

A quinta pergunta que eu faço é ao TCU. Eu achei interessante uma coisa aqui. Todos os senhores concordam que o cartão corporativo, do ponto de vista da transparência, é muito mais eficaz do que a conta tipo B. Eu queria que alguém do Ministério Público fizesse uma demonstração ali sobre as avaliações, as investigações das contas tipo B, porque o TCU só apresentou ali uma investigação sobre quatro ou cinco cartões da ABIN e da Presidência. Se a conta tipo B vem desde 98, será que o TCU não tem nenhuma amostragem, nenhuma investigação, nenhum estudo sobre as contas tipo B para nos apresentar? Então queria solicitar dos senhores alguma demonstração das contas tipo B.

Quarta. A última pergunta. Sexto. Foi falado muito aqui em nota fria. "Não, porque nota fria, nota fria..." Ora, nota fria é muito mais fácil utilizar na conta tipo B do que no cartão. Em tese. Em tese. É muito mais fácil a conta tipo B do que no cartão. Eu queria pedir ao TCU, eu não quero ir muito longe--

[soa a campainha].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): E também não quero dar muito trabalho ao TCU. Como a gente está investigando a história, queria propor que voltasse aqui, Sra. Presidente, e aí tem tempo, 15 dias,

um mês, o tempo necessário, algum representante do TCU voltasse aqui nessa CPI com a prestação de contas das contas tipo B de 98 e 99. Aqui. 98 e 99, porque de dois em dois anos. Quero começar de Fernando Henrique até Lula. Inclusive, no pós-Lula, se for preciso, a gente faz no pós-Lula também. Mas queria começar de dois em dois para não dar muito trabalho ao TCU. Queria pedir, daqui a 15 dias, um mês, Sra. Presidente, que trouxesse a prestação de contas das contas tipo B de 98 e 97.

E a última pergunta, eu acho que o senhor fez aqui uma acusação séria. E cabe ao senhor, e o senhor vai ter que provar aqui na CPMI, cabe ao senhor provar isso. O senhor disse que, em algum momento, o senhor detectou nota fria. Papel cabe tudo. O senhor teria que apresentar nota fria aí. Essa nota fria foi da gestão anterior de Fernando Henrique? Foi dessa gestão? Como é que um Procurador chega numa CPMI e diz: "Não, porque tem muita nota fria". E fica só na conversa? Gostaria que V.Exa. apresentasse uma nota fria. É isso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Quero apenas informar a V.Exa. que o art. 146 do Regimento: "Não se admitirá Comissão Parlamentar de Inquérito sobre matérias pertinentes à Câmara dos Deputados, às atribuições do Poder Judiciário e aos Estados".

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, como? Nós estamos... Aí, vamos discutir o Regimento. Nós estamos discutindo cartão corporativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certíssimo.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O Poder Judiciário usa cartão corporativo. A CPMI-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é o fulcro da nossa CPMI.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A nossa CPMI é cartão corporativo-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nem conta B.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): É o alvo da CPMI, cartão corporativo-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas não do Poder Judiciário.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Só um instantinho, Sra. Presidente. Deputado Carlos Willian, não dei a palavra a V.Exa.

[risos].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Se-

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já acabou seu tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian-

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu estou com a palavra. Sra. Presidente, se a CPMI--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone –].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Mas eu estou falando pela ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já passou o tempo pela ordem-–

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Se a CPI do cartão corporativo tivesse sido feito o Requerimento da seguinte forma: "Investigação do cartão corporativo do Poder Executivo", aí V.Exa... Eu teria que me curar à sabedoria de V.Exa. Mas nós aprovamos uma CPMI cartão corporativo. Se o Poder Judiciário usa, vamos investigar. Qual é o problema de investigar o Poder Judiciário e o Ministério Público? É preciso parar com essa história.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós vamos mudar o Regimento-–

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Todas as vezes que se fala em Ministério Público e Poder Judiciário fica todo mundo pisando em ovos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A gente tem que seguir o Regimento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Então, vamos convocar... Vamos discutir isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós vamos discutir isso depois ou vamos seguir o Regimento ou não vamos seguir o Regimento. Então, da próxima vez, nós vamos discutir internamente--

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Da próxima vez... V.Exa.-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Pode até fazer o Regimento e nós, depois, podemos justificar ou não porque botaremos ou não em votação o Regimento. Portanto-

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A senhora disse que este Plenário é soberano. Eu vou fazer o requerimento e colocar-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E nós vamos discutir se vamos ou não votar esse Regimento aqui. Porque... Se vamos ou não seguir o Regimento. Se vamos seguir o Regimento, vale para o Deputado Indio, vale também para o Deputado Silvio Costa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Deputado Silvio só quer que valha para os suplentes ficarem calados aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson Mourão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Nilson é suplente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ah, desculpe, Nilson. Você é suplente, realmente. Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, eu gostaria de utilizar a mesma metodologia que V.Exa. concedeu ao nobre Deputado Carlos Sampaio. Eu... Os primeiros... Argüições que eu queria fazer são ao representante do Ministério Público. V.Exa. disse que acha que os cartões corporativos são mais transparentes do que contas do tipo B, menos burocratizado, mais célere, mas precisam ter... Serem aperfeiçoados esses mecanismos. V.Exa. tem e remeteu ao Tribunal de Contas suas sugestões para o aperfeiçoamento e tem como nos oferecer as sugestões para o aperfeiçoamento desse mecanismo?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza. Estou preparando isso agora mesmo, nesse processo de auditoria do Ministro Valmir Campelo. Anteriormente a isso também já foram remetidos alguns dados.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas tinha no... V.Exa. fez as sugestões e elas estão registradas em algum processo público, as sugestões de V.Exa.?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não. O que eu fiz foi seguinte, para a economia processual, resolvi não entrar com processo autônomo. Aproveitei processos que tinham no Tribunal e encaminhei documentações para que fosse investigado isso. As sugestões serão agora, dentro desse processo em que o Ministro Valmir Campelo solicitou, inclusive, colaboração com vistas a aperfeiçoar o sistema.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, quem fez as sugestões foi o Ministro Valmir Campelo e não V.Exa.?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Quem fez as sugestões... Não.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): De aperfeiçoamento do mecanismo.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Pediu sugestões e encaminharei porque nós somos--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O senhor não encaminhou por enquanto as sugestões?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não. Estou preparando isso, estou preparando para encaminhar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O senhor está no Tribunal há quantos anos?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: 13 anos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E o senhor vai encaminhar sugestões?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Vou.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Ainda não as encaminhou?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ainda não encaminhei. Eu não sou gestor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, o senhor é o representante do Ministério Público, faz o controle das contas públicas. O senhor está há 13 anos no Ministério Público Federal, lá no Tribunal de Contas, e o senhor ainda não encaminhou as sugestões?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Vou encaminhar em breve. Foi pedido agora, semana passada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Quero dizer o seguinte, o senhor entrou com uma ação judicial para suspender a vigência dos cartões de crédito. V.Exa. disse aqui que os cartões de crédito são mais céleres, mais transparentes e permitem o controle público. V.Exa., ao mesmo tempo, entrou com ação judicial e não teve sucesso na ação judicial. Agora, V.Exa. disse que tem que incrementar controles. Eu estou perguntando a V.Exa. se V.Exa. já fez as sugestões e V.Exa. disse que ainda não as fez.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Veja bem. Não. Isso é outra coisa. Aperfeiçoamento do sistema é uma coisa, agora, controles, não. Em primeiro lugar, não foi uma ação judicial. Foi uma representação; eu só atuo junto ao Tribunal de Contas da União. Então, uma representação junto ao Tribunal de Contas da União. E, nessa representação, quando houve esse pedido de cautelar, uma medida extrema que o caso requeria, então, nesse caso, quando foi pedido isso, sim. O entendimento que procurei dar foi o seguinte: Que os cartões deveriam ser suspensos temporariamente, até que determinados mecanismos de controle pudessem ser instaurados. Estão lá na representação, passo a V.Exa. sem o mínimo problema--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas V.Exa. não fez as sugestões de quais mecanismos têm que ser implementados para o controle dos cartões de crédito?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Desculpe-me, mas a nossa função aqui, a função de sugestão é uma função subsidiária, desculpe, não sou pago para isso. Sou pago para controlar, sou pago para verificar os erros que ocorrem. Perdoe. Não sou obrigado a fazer uma sugestão-–

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas, se V.Exa. tem o entendimento que os cartões são céleres e que precisam ser implementados mecanismos de controle, V.Exa. não entende que deveria fazer as sugestões de quais mecanismos e como implementá-los?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Serão feitas as sugestões em breve.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Certo. Segundo, V.Exa. disse que há um aumento de gastos, respondendo à argüição-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Do Deputado Carlos Sampaio. V.Exa. sabe que, em 2001, foram gastos 213 milhões; em 2002, 233; em 2003, 145; em 2004, 145; em 2005, 125; em 2006, 127; em 2007, 177 milhões, portanto, diminuíram de 2002 até a presente data?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza. Em momento algum, eu falei que houve aumento de gastos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. sabe que, ano passado, houve o censo agropecuário no Brasil e o censo das pequenas e médias cidades brasileiras?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, portanto, V.Exa. conhece que esses aumentos têm uma justificativa?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Conheço. Tanto que não falei nas justificativas de gastos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Terceira pergunta que eu queria fazer a V.Exa. é: O MP tem cartões? O Ministério Público Federal se utiliza de cartões de crédito corporativos?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sim. O Ministério Público Federal possui 146, dados de 2007.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. tem conhecimento que o Procurador-Geral da República pediu a suspensão dos saques no Ministério Público Federal?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Tenho conhecimento que pediu, se não me engano... Não, que eu tenho conhecimento suspensão de saques foi do Governo de São Paulo, que não tem nada a ver.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O Procurador-Geral da República aqui, ele disse que... Pediu uma mudança de procedimentos na utilização dos cartões corporativos no Ministério Público Federal. A quem cabe o controle desses cartões?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: A quem cabe o controle desses cartões?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Do Ministério Público Federal.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O controle genérico é do Tribunal de Contas da União. Tanto assim, que o pedido que fiz de cautelar inclui tudo. É administração Pública Federal. Quando se fala de Administração Pública Federal, não se fala só de Poder Executivo, muito menos só de Presidência da República. Fala-se na Administração como um todo, como Poder Judiciário, Poder Legislativo, Justiça Eleitoral, tudo isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Outro aspecto que queria perguntar a V.Exa. e ao Tribunal de Contas da União é que um debate que se fez, a partir da utilização dos cartões corporativos, é sobre os gastos de diária de Ministros. V.Exa. tem conhecimento qual é a diária no Ministério Público?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu não uso diária. Em 13 anos de Tribunal-–

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Perguntei da sua instituição. Se V. Exa. tem conhecimento--

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Da minha instituição? Não sei, mas acredito que o corpo técnico do Tribunal poderá responder--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, mas eu pediria a V.Exa. que estou pedindo a sua...

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não sei. Quanto paga em diária, eu não sei.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não sabe?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Mas V.Exa. pode fazer um Requerimento e-–

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Das minhas prerrogativas eu conheço. Em relação ao Tribunal de Contas da União, eu gostaria de saber de V.Exa. qual é o valor da diária de um Ministro do Tribunal de Contas da União. Se V.Exa. sabe o representante do Tribunal de Contas da União.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não, não tenho a mínima idéia do que seja.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não. É uma pergunta que estou fazendo ao Tribunal de Contas da União.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Também não temos conhecimento. Podemos informar depois.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Está bom. Muito obrigado.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Questão de ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor nunca viajou?

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Questão de ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu recebi, uma vez, meia diária só, para dar um curso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian, o Deputado Marcelo-–

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu gostaria de sugerir a V.Exa., para melhor compreensão e acompanhamento dos membros dessa CPMI, da imprensa, do público em geral que acompanha os trabalhos dessa Casa, que fosse adotado o procedimento que foi feito com relação ao Deputado Carlos Sampaio, ao Deputado Paulo Teixeira, de as perguntas serem respondidas uma a uma, de acordo com as inquirições. Porque, até agora, não foram respondidas as perguntas do Deputado Carlos Willian e apenas uma do Deputado Silvio Costa. Você fez sete e só respondeu uma. Então, eu gostaria de sugerir a V.Exa.-–

[falas sobrepostas].

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. que fosse adotado o mesmo procedimento que foi com relação ao Carlos Sampaio e ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Presidente, Presidente, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer um esclarecimento.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu acho que daria mais clareza e um acompanhamento mais fácil.

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero fazer um esclarecimento, como Presidente. Eu tinha feito uma proposta à Mesa, em princípio. O Plenário, a princípio, aceitou, e depois foi feita uma contraproposta e o Plenário disse, então, desde que todos tivessem o mesmo direito. E eu disse: "Então todos têm o mesmo direito". E, portanto, estamos seguindo da mesma forma. Aquele que quiser fazer uso por cinco minutos está fazendo e se fizer pergunta direta e resposta direta estão fazendo; não estamos cerceando nenhum tipo, e não interessa cercear nenhum tipo de questionamento de nenhum Sr. Deputado ou Senador. Portanto, a palavra está com o Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, pela ordem. A senhora me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu acabei de chegar agora e fui informado aqui que a senhora impediu de falar o nosso Deputado Indio da Costa... O Plenário. O Plenário. Eu gostaria de saber onde está, no Regimento, que o suplente não pode falar.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Só quero, Presidente, que a senhora leia pra mim o artigo do Regimento que diga que o suplente só pode falar depois dos titulares.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deputado Vic pega o bonde andando e quer viajar na janela. Aí, é difícil.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não vou aceitar as palhaçadas do Deputado Carlos Willian--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, enquanto a assessoria me dá a resposta, já lhe passo. Eu passar a palavra ao Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu gostaria que a senhora lesse, por favor. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já vou ler. Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, nobres convidados dessa CPI, Sras. Deputadas, Srs. Deputados... Bom, Presidente, também vou fazer pergunta aos convidados do TCU e do Ministério Público. Portanto, também gostaria de receber o mesmo tratamento dos Deputados que me antecederam. E começo com o nobre representante da Procuradoria. V.Exa., aqui no depoimento que foi dado

anteriormente, disse que, nessas auditorias, encontrou notas fiscais frias, indícios de irregularidades, mas, ainda assim, perguntado pelo Deputado Paulo Teixeira, não fez nenhum tipo de sugestão a esses órgãos para que adotassem procedimento diverso. Nessa mesma linha, eu pergunto a V.Exa. se, além de não ter feito sugestão, se o Ministério Público denunciou, provocou a responsabilidade civil, penal de algum servidor durante todo esse período. Se houve provocação por parte do Ministério Público nesse sentido, não só de servidor, como também daquelas empresas que porventura tenham também se utilizado desse expediente. de notas frias, enfim.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Pois bem, aproveito a pergunta de V.Exa. para responder também à outra pergunta que foi feita, falando de acusação, que não tive a oportunidade de responder. Bom, esse fato é público. Foi em 2005. Foi um de uma ecônoma, e foram comprados materiais de informática e depois se verificaram que essas notas eram frias. Na verdade, foram compradas, se não me engano, no Guará, e uma pessoa que, até um fato pitoresco, ele vendia pastéis na rodoviária de Brasília. Então, essas são as notas fiscais e, naturalmente, não há problema nenhum. Vamos encaminhar isso. São fatos que, há três anos, se tornaram bastante públicos. Providências que foram tomadas. Claro que foram tomadas. Esses fatos todos foram encaminhados ao processo no tribunal; esses processos que o corpo técnico do Tribunal agora foi colocado. Mas, sempre que tomamos conhecimento de questões irregulares, nós sempre damos prosseguimento a isso. Naturalmente, esses funcionários, estamos sabendo agora. A primeira providência que adotei, nesse momento, foi... Eu estava de férias. No primeiro dia que eu voltei de férias, no segundo dia, eu pedi uma representação, sim, para que, gerencialmente, isso pudesse ser suspenso.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Na realidade, não foi um fato isolado. Nós temos aí vários exemplos de auditoria, inclusive, na Presidência da República, ficou constatado que 16% das notas eram frias ou calçadas. A pergunta que eu faço é o seguinte: O Ministério Público, tomando conhecimento dessas auditorias, dessas irregularidades, o que ele deve fazer? E o que ele fez nesse período todo?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O Ministério Público deve encaminhar isso ao-

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Porque talvez, se tivesse feito, a gente não estivesse hoje com essa CPI aqui sendo realizada.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Entenda V.Exa., o Ministério Público somos sete pessoas que cuidamos da despesa pública como um todo. Hoje somos seis pessoas ainda. Temos um Procurador– Geral se recuperando. Então, isso é um plus. Nós cuidamos de milhares de processos. Isso foi uma investigação paralela que foi feita. E toda vez, todo documento que foi encaminhado, toda a constatação, ela foi, naturalmente, encaminhada a um processo. Então, foi representada, como nesse caso do pedido de cautelar.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Então, o senhor admite que o Ministério Público hoje, junto ao Tribunal de Contas da União, está absolutamente despreparado. Quando falo despreparado-

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não, não está despreparado, V. Exa.--

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Despreparado do ponto de vista de pessoal, falta de pessoal e de equipamento para poder fazer esse acompanhamento. E, quando encontra as irregularidades, de fazer a orientação devida e também, obviamente, de constatada uma irregularidade de nota fria ou nota calçada, despesa de uso pessoal, é preciso que se tomem as providências penais, cíveis, administrativas cabíveis. Eu perguntei se foi feito-

[soa a campainha].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): --Qualquer tipo de... Se foi tomado qualquer tipo de providência, V.Exa. disse que nenhuma providência foi tomada nesse sentido.

Bom, eu passo agora ao TCU. O TCU, quando o Ministro do TCU viaja a serviço, como é que são pagas as suas despesas?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Despesas dos Ministros do TCU em viagem são pagas mediante diárias.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não há conta tipo B, não há cartão corporativo no âmbito do TCU?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O TCU realizou alguma fiscalização sobre o processo de contratação do Banco do Brasil como fornecedor de cartões para a Administração Pública?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Essa fiscalização ainda não foi realizada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para mim basta, Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Veja, por favor, eu fiz seis perguntas porque tinha o entendimento que era em bloco. Fazia e depois respondiam. Aí, eu fiz seis e não vi a resposta. Como é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vai ouvir a resposta-

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Quando?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Junto com o Deputado-–

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O Deputado Maurício é o quarto. Então, a resposta tem que começar agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, vamos fazer o seguinte.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os dois Deputados que ficaram prejudicados porque foram os dois que não tiveram as suas respostas oferecidas, eu pediria aos depoentes que pudessem responder ao Deputado Carlos Willian e ao Deputado Silvio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pedi pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. se há previsão regimental de que se alternem os questionamentos com um Parlamentar da situação, um Parlamentar da oposição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como essa é a primeira reunião nossa de oitiva, nós vamos tomar aqui uma decisão, a partir de amanhã, das próximas oitivas, para que se organize essa questão.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas eu gostaria de pedir a V.Exa. que definisse um-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Parlamentar pela situação, um pela oposição--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Da forma como eu pensei que pudesse dar certo, que seriam três Deputados, três Parlamentares falarem de uma vez só, e a resposta vir de uma vez só, o que é mais prático, não foi possível. Então, agora, seguimos da forma como foi possível hoje. Mas, amanhã, nós vamos ter regras mais claras a esse respeito, que a Mesa vai orientar. Eu gostaria que pudesse responder aos dois Deputados.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Obrigado, Sra. Presidente. Respondendo, então, ao Exmo. Deputado Carlos Willian, de fato, o aumento das despesas com cartão corresponde a uma diminuição na despesa com a conta B, como nós demonstramos no quadro. Se isso é mais salutar e se isso dá mais transparência, eu acredito que isso tende a ser mais salutar, desde que as regras sejam claras e desde que as regras sejam cumpridas. Mais transparência, sem dúvida, gera mais transparência. Mesmo o saque efetuado com o cartão, ele tem alguma transparência porque se sabe, é colocado na internet, quem gastou e quanto gastou. Não é a transparência que nós desejamos ainda. A transparência que nós desejamos é aquela semelhante à da fatura, em que diga onde foi gasto e com que foi gasto. Isso, provavelmente, será um avanço buscado e o Tribunal está trabalhando nesse sentido.

Respondendo ao nobre Deputado Silvio Costa, o Poder Judiciário utiliza cartões? Utiliza. Quantos cartões? Eu não tenho a lista exaustiva, posso passar alguns números que eu tenho. Justiça do Trabalho, no ano de 2007, 349 cartões. Justiça Eleitoral, 215 cartões. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 112 cartões. São os números que eu tenho aqui. São todos... Eu tenho a relação aqui de todos os órgãos que detêm mais de 60 cartões. Então, da Justiça, são esses. Se houver o Requerimento dessa Comissão, o Tribunal terá prazer em encaminhar a relação completa.

Em relação ao Ministério Público, já foi falado, utiliza 146 cartões. Em relação às Universidades, UnB, também já foi dito, Fundação Universidade de Brasília, 266 cartões; a segunda é a Universidade Federal do Paraná, com 69 cartões. Todas as outras universidades têm menos de 60 cartões.

Em relação a investigações sobre as contas tipo B. Como eu coloquei, nesse trabalho que está em andamento no Tribunal, o foco é suprimento de fundos. Envolve também as contas tipo B. Então, esse trabalho está sendo feito em relação também às contas tipo B. Trabalhos já realizados pelo Tribunal a esse respeito, podemos consultar a jurisprudência do Tribunal, certamente, há diversos trabalhos sobre o tema. Também se houver Requerimento, teremos o prazer em encaminhar todos eles, detalhando um a um.

Em relação à nota fria, se ela é mais comum nas contas tipo B ou é mais comum quando do uso do cartão, eu diria que a nota fria independe da modalidade

de suprimento de fundos. A nota fria, ela é principalmente um delito cometido pelo comerciante ou pelo vendedor. Então, isso acontece com a Administração Pública, como acontece com qualquer cidadão que faça uma compra, pode receber uma nota fria. Então, esse problema acontece. Não é o foco principal da investigação do Tribunal de Contas da União, mas, como é um problema relativamente comum, sempre que o Tribunal encontra esse problema, ele comunica a Receita para que tome as providências cabíveis.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O senhor poderia... Por favor, Sra. Presidente, só trazer, pelo menos, uma relação aí de 10 notas frias? Já que a culpa é do empresário que fez a nota fria, a CPI pode convocar o empresário, já que a nota fria é de cartão e de conta tipo B? Então, gostaria de saber se o Ministério Público e o Tribunal de Contas trariam amostragem de notas frias. Não de notas frias de uma banca de revista. Notas frias graúdas.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Nós teremos prazer em encaminhar aquelas que foram detectadas nas nossas fiscalizações.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sra. Presidente, pela ordem e pela oportunidade, apenas para auxiliar o Deputado Silvio Costa, foi encaminhada pelo Ministério Público, cópia de todo o procedimento investigatório de 2004 até 2007 para o meu gabinete, uma vez que eu fui o autor da representação. E, nestes procedimentos, constam todas essas notas. Então, sugeriria, se fosse uma solicitação do Relator, que eu encaminharia todos esses documentos à CPMI para que ficasse de posse do Relator e V.Exa. pudesse... Porque ali tem grande parte das notas, exceto as sigilosas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado... Deputado Vic, o art. 84 tem aí as competências do suplente. Passo a palavra ao Senador João Pedro.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Exa., a minha pergunta ao Ministério Público não foi respondida.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu confesso que fiquei um pouco perdido nesse monte de perguntas. Se V.Exa. pudesse me auxiliar, repetindo ela sucintamente...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Posso, com todo o prazer. Presidente, da forma que está sendo feita, acho que o principal motivo dessa CPI é a participação dos Parlamentares na investigação e apuração dos fatos. E, da forma que foi sugerida, inteligente, por V.Exa., mas não está sendo muito produtivo porque tanto os colaboradores quanto os Deputados estão se perdendo nas perguntas, nas respostas-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso não vai acontecer mais amanhã. Pode estar certo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tá. O Poder Executivo, ele editou o Decreto 6.370, 1º de fevereiro de 2008, estabelecendo novas regras para o uso do cartão corporativo. Qual é a avaliação de V.Exa. dessas novas regras, haja vista que sempre Vossas... Tanto o Tribunal de Contas como o Ministério Público dizem que tem que ter normas melhores. Melhores normas. Então, o que vocês... O comentário que vocês tecem sobre este comentário desse Decreto? E a outra pergunta que fiz a V.Exa., por que é que V.Sa. suspendeu o uso do cartão corporativo no Ministério Público? É porque existiam suspeitas de irregularidades? Estava sendo mal usado? Qual que é o motivo? Porque a gente só suspende uma coisa quando aquilo não está sendo eficiente. Então, essa que é a pergunta.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ok. Vamos lá. Primeira resposta à primeira pergunta, o Decreto. Naturalmente, o Decreto teve a intenção de reduzir esses gatos ou de melhor disciplinar esses gastos, digamos assim. Entretanto, o decreto, como já havia dito, existem alguns pontos que mereceriam ser corrigidos, sobretudo no que se refere a saques. Uma vez que limita em 30% o número de saques, entretanto, abre um leque maior de possibilidades da implementação desses saques, que ficaria a critério de cada Ministério. Isso já foi constatado que, no âmbito de alguns Ministérios, houve impropriedades ou indícios de impropriedades na utilização desses recursos. Então, naturalmente, para se utilizar saques, um mecanismo tão excepcional, deveria ser utilizado também um critério excepcional, como normalmente ocorre nos suprimentos de fundos. Ou seja, aquela excepcionalidade tem que ir lá para o Ministro, como é no TCU, por exemplo. A excepcionalidade tem que ir no Presidente do TCU, e o Presidente do TCU vai dizer: "Olha, esse caso assina e tudo, tal". Não pode ficar a critério de uma norma genérica e que pode dar... E com critérios subjetivos. Essa é a resposta, seria à primeira pergunta.

Em relação à segunda pergunta, eu continuo falando. Eu não posso falar em nome do Ministério Público da União. Eu sou do Ministério Público junto ao TCU. Esse é o artigo 128 da Constituição Federal. Eu sou um Ministério Público especializado. Nós somos sete integrantes. Então, a nossa carreira não tem nada

a ver com a carreira do Ministério Público Federal. Então, se eles, por acaso, suspenderam os saques ou aumentaram os saques, ou que quer que seja, cabe a eles responder isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Primeiro, dizer da importância dessa primeira oitiva da CPI. E penso que ela começa bem, no sentido de esclarecer, de ir colocando alguns números, e constando fatos realmente. Eu... Esse número, quando o TCU diz que, nesse último ano, foram utilizados sete mil, 361 cartões, e aí eu gostaria de dialogar com o Dr. Marcelo, e com o próprio Dr. Marinus, se este número de cartões utilizados, para o tamanho do Estado Brasileiro, das ações de Governo por esse Brasil, de mais de 5.500 Municípios, se... Eu queria a opinião deles, dos senhores, de V.Sas., acerca desse número. Eu confesso que eu começo a analisar um número pequeno de cartões utilizados, pelo tamanho do Estado Brasileiro, número de Municípios e das ações de políticas públicas que são tocadas, que são executadas, implementadas. Essa é uma primeira questão.

Eu, evidentemente, que estou falando de números. O padrão de exigência eu não abro mão. Acho que dinheiro público tem que... Temos que ter um padrão de exigência para o controle rigoroso no sentido de ter absoluta segurança na sua aplicabilidade. E, nesse particular, eu quero levantar aqui a iniciativa, avanços que a... Conquista da sociedade brasileira. Quando eu vejo o portal de transparência do Poder Executivo, isso é um avanço, do ponto de vista da sociedade brasileira, do Estado Brasileiro, dos Governos. Coisas que muitos Estados não têm esse mesmo procedimento, inclusive o Poder Judiciário. O Poder Judiciário é uma instituição, faz parte, é um pilar do Estado Brasileiro. Então, se há uma iniciativa no Poder Executivo, com o TCU, esse procedimento deveria ser uma regra de transparência para os Estados, para os Municípios, para o Poder Judiciário. Acho que isso é importante nesse debate. Estou fazendo essa reflexão e dialogando com V.Sas., que estão apresentando números importantes. Eu vejo aqui, por exemplo, o INCRA, que é uma instituição com uma capilaridade de tamanha importância no Brasil. E eu anotei aqui 838 cartões utilizados. A Justiça do Trabalho, Senador Nery, 329 cartões. Quer dizer, para o tamanho, para esse Brasil de um interior tão imenso, isso eu acho pequeno. Pequeno o número de cartões. Porque eu penso que as ações, a presença do servidor, dos servidores, deve ser constante, nessas áreas tão... Que formam esse Brasil tão grande, tão distante, tão profundo. Essa é a primeira questão.

Segundo, perguntar para o Dr. Marinus se V.Sa. conhece... Não tem ciência do acórdão 230, do Pleno do TCU. Está lembrado? De 2006, do acórdão? V. Sa. Eu vou ler um item do acórdão, sobre as palavras de V.Sa. aqui nesse exato momento da CPI o que diz o acórdão do Ministro Relator Ubiratan Aguiar, em relação aos gastos da Presidência da República, no item 24, diz o seguinte: "Vê-se, assim, que à medida que estava em estudo quando da realização da presente auditoria, já foi efetivamente adotada pelo Governo Federal. O que, por certo, reduzirá bastante o volume de recursos utilizados em espécie. Deste modo, torna-se necessário adequar a redação da medida sugerida pela equipe de auditoria, no sentido de que o controle interno faça registro, nas próximas contas da unidade, sobre os resultados da nova sistemática de utilização do cartão de programa na modalidade. Assinatura em arquivo.

Então, eu penso que há um posicionamento nesse acórdão-

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --Que diz, que retrata a obediência, por parte da Presidência da República, de uma recomendação do Tribunal de Contas. Então, eu penso isso. Gostaria de frisar isso porque me parece que esse acórdão tem uma contradição com que V.Sa. externou nesta CPI. E parabenizar o TCU pelo trabalho, pela agenda, pela vigilância e pela contribuição que vem dando com essa... Com esse acompanhamento, com essa discussão que nós estamos travando aqui no Congresso Nacional. E eu espero, nós temos muitos dias aqui de debates, que nós possamos dar uma grande contribuição no sentido de melhorar, uma política de Estado, no que se refere à utilização dos cartões corporativos. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. A palavra com os depoentes.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Senador João Pedro, respondendo pela sua última pergunta logo, não há nenhuma contradição, Senador João Pedro. Uma andorinha só não faz verão. A questão da... Meu pedido de liminar não foi só relativamente à Presidência da República. Foi uma questão sistemática, no âmbito de toda a Administração Pública. Então, não vejo aí nenhuma contradição relativamente a isso.

Relativamente a número de detentores de cartões corporativos, também não tenho elementos suficientes para avaliar. Se bem que cada detentor de cartão

corporativo equivale a dois supridos, uma vez que o limite que ele pode gastar é o dobro. Então, seria mais ou menos, o equivalente a 15 mil e não sei quantos supridos. Mesmo assim, também não. Agora, o problema é o seguinte, o problema é quais são os critérios, em cada órgão, em cada unidade gestora, de fornecer cartão. Por que uma unidade oferece centenas de cartões e outra oferece dezenas de cartões e outra não. Esses critérios é que eu entendo que deveriam ser disciplinados. Obrigado.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Senador João Pedro, respondendo à primeira questão, relativa à quantidade de cartões, eu não saberia dizer se a quantidade é pequena. Na verdade, é mais razoável compreender a utilização de um número maior de cartões naquelas unidades que atuam de forma descentralizada. No entanto, é preciso, e a nossa auditoria que está em andamento, ela também está verificando, e apurando isso, é preciso saber se há efetiva necessidade da utilização desse... Dessa modalidade, ou seja, do suprimento de fundos. Porque onde há maior quantidade de cartões, há uma tendência maior ao fracionamento de despesa. É lógico que, em determinadas situações, quando o agente público atua no interior, em locais isolados, é razoável supor que haja necessidade do suprimento de fundos. Mas nós estamos querendo saber se é razoável que alguns órgãos que estão aqui em Brasília, por exemplo, se é razoável que eles detenham essa quantidade de cartões e efetuem esse volume de despesas. Então, está sendo apurado nessa auditoria.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Quais são os órgãos?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Eu citei alguns aqui que estão basicamente em Brasília, como, por exemplo, a Universidade de Brasília. A Universidade de Brasília, a quantidade de cartões dela é muito maior que as demais universidades. Então, a Universidade de Brasília exigirá um aprofundamento na nossa análise. Agora, é importante lembrar também que a atuação do TCU em relação a esse tema, ela tem sido efetiva. As recomendações que o Tribunal tem feito, elas têm sido cumpridas, posso citar como exemplo hoje, a partir de 2007, nós temos, no SIAF, o registro da natureza da despesa; se foi efetuada a despesa e aquilo foi efetuado mediante suprimento de fundos, seja cartão ou não, é necessário que seja informado, quando da comprovação, com que foi gasto. Então, hoje graças à atuação do Tribunal, existe essa informação, que facilita tanto a transparência quanto o controle. E outras determinações do Tribunal também poderiam ser citadas, que estão sendo cumpridas. Mas é importante, e eu acho que esse trabalho que está em andamento agora pelo Tribunal de Contas da União, é importante ter uma visão sistêmica da utilização desse instrumento, e isso nós teremos, ainda no primeiro semestre desse ano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Dr. Marcelo. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. integrantes da CPMI e Srs. Convidados, a preliminar que coloco aqui é no sentido de saudá-los e cumprimentá-los pela exposição aqui realizada, pela seriedade do trabalho do Tribunal de Contas, órgãos de controle externo e de assessoramento do Poder Legislativo e também pela exposição feita pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

O objeto dessa CPMI, Sra. Presidente, é o de apurar irregularidades em relação à má utilização dos cartões corporativos. Que, na minha opinião, tem sua importância, é um instrumento de modernização da Administração Pública, especialmente em relação a esses gastos menores e, portanto, o foco é detectar, é investigar irregularidades. O foco não é desqualificar os convidados. Os senhores não vieram aqui para serem desqualificados por integrantes da CPMI. Os senhores vieram aqui prestar um relevante serviço à CPMI e ao Brasil. A sociedade brasileira está atenta ao que estamos fazendo aqui.

Um colega da CPMI questionou o fato de o Senador Alvaro Dias ter dito que esta CPMI poderá ser transformada em farsa. Eu acho que ele foi um pouco duro, um pouco incisivo ao trabalho da CPMI, mas ele tem razão, Sra. Presidente. Como é que nós vamos ficar numa CPMI que não admite convocação? Tem que ser convite? Como é que nós vamos ter um trabalho sério aqui, se não podemos atuar no sentido de quebrar sigilo fiscal e bancários de autoridades envolvidas com irregularidades? O Senador Alvaro Dias tem razão sim. E muitos outros... Senador Demóstenes e muitos outros têm razão quando se preocupam com que vai acontecer nessa CPMI.

Portanto, Srs. Convidados, Sra. Convidada, eu fiquei satisfeito, é claro, tem algumas preocupações, afinal de contas, o que se realiza nessas amostragens é muito pequeno, a meu ver. As auditagens, que são feitas através de amostragens, eu vi aqui, nós tivemos, 2002, um milhão cento e poucos mil reais auditados; em 2003, três milhões; em 2004, cinco milhões; em 2005, dois milhões, 767, sendo que, só em 2007, foram gastos cerca de 80 milhões de reais em cartões corporativos. Portanto, eu considero pequena a amostragem, diante do volume de cartões utilizados e diante do volume de recursos públicos gastos nesses

cartões. Eu acho... Concordo com V.Exa., não deveria haver gastos sigilosos porque o método do cartão é para despesa de uso de material. Não há que se ter sigilo em relação a uso de cartões. Não há que ter conta B secreta, não há que ser ter conta secreta para gastos governamentais, nem segurança presidencial, governamental etc. Não tem que haver. Os gastos são públicos, são realizados com dinheiro público. Portanto, deve haver transparência em relação a essas chamadas contas secretas. Nós não tememos que se investiguem contas B do Governo do PSDB. Nós queremos que se investigue tudo. Os cartões utilizados na Marinha, do Exército, na Aeronáutica, na Justiça, no Ministério Público, nos Governos todos. Esse é o objetivo, é o foco. O foco são os cartões, mas que, se tivermos que averiguar e investigar utilização de conta B, vamos fazer, para que essa CPMI possa chegar a um bom resultado, punir os culpados e, efetivamente, devolver ao Congresso Nacional brasileiro um pouco da sua credibilidade.

Mas o senhor colocou aqui a questão da suspensão imediata do uso dos cartões até que se apurem essas irregularidades e até que se busque um outro caminho. Preocupa-me porque o Decreto Presidencial 6.370 acabou agora por extinguir as chamadas contas B. Ele foi editado, publicado no dia 1º de fevereiro--

[soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --Entrou em vigor no dia 03 de março e, em 90 dias, haverá o término dos gastos... Da utilização desses cartões através dos gastos. Eu perguntaria a V.Exa. se teríamos um outro mecanismo que pudesse substituir imediatamente. Primeiro. E segundo, se nós não poderíamos, aí, já o Tribunal de Contas da União, se nós não poderíamos fazer a amostragens mais amplas, no sentido de se detectar, através de um pente fino, as irregularidades que são cometidas contra a Administração Pública e contra o Erário público brasileiro. São essas duas perguntas. E mais, eu, particularmente, já pedi para preparar um ofício, solicitando que V.Exas. e, principalmente, o Tribunal de Contas da União, nos enviem, enviem a essa CPMI todas as chamadas notas calçadas ou todas as chamadas notas frias.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado e desculpe aqui porque V.Exas. não são alvo, V.Exas. estão aqui para colaborar com a CPMI, com os nossos trabalhos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. A palavra está concedida.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Muito obrigado, Senador, realmente nós fomos convidados aqui e temos... Estamos tendo o prazer em atender a V.Exas. Realmente... Questionamentos devem e podem ocorrer, naturalmente, e podem, naturalmente, ter críticas, inclusive ao meu trabalho, ao que quer que eu faça, entretanto, essa é a minha convicção, do que estou fazendo.

Bom, a resposta é o seguinte. As contas B seriam substituídas, de acordo com o Decreto, em junho. Bom, o pedido de liminar é suspensão temporária. O que significa, nunca poderia conceber que essa situação pudesse permanecer até junho, quando as contas B fossem totalmente eliminadas. A questão seria imediata.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não. Uma alternativa, no caso, seria o sistema tradicional. O sistema tradicional, que pode ser até menos transparente pelo fato de não estar na internet, poderia estar na internet também. As contas tipo B também poderiam estar na internet. Isso não é prerrogativa de cartão corporativo. Basta que cada ordenador de despesa pegue suas notas fiscais e alimente o sistema. Não haveria problema relativamente a isso. Agora, alternativa, sim, seria uma alternativa de emergências, sim, utilizar esse sistema até que pudesse ser totalmente disciplinado. Como eu falei, a questão é de sopesar quais seriam os efeitos. Ou seja, o efeito do cartão corporativo, do jeito que está instituído, com os controles existentes, a meu entender, é mais nocivo do que o sistema anterior. Apesar de a idéia ser mais moderna e é nesse caminho que devemos prosseguir. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Obrigado, Sra. Presidente. Agradeço também as palavras do Senador Marconi Perillo e, respondendo à pergunta, o Senador pergunta se a amostragem não é demasiado pequena. A título de esclarecimento, as auditorias que já foram feitas na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, algumas delas foram feitas, inclusive, à exaustão. Foram olhados todos os processos. Então, nesses casos, aqueles números que foram colocados no quadro, eles representam uma amostra significativa, uma amostra que pode ser entendida como representativa do todo. Em relação aos trabalhos que estão em andamento, o Senador coloca 80 milhões de reais, que foram gastos mediante uso de cartão corporativo no ano de 2007, nós vamos examinar essas despesas em 11 órgãos, tanto o Poder Executivo quanto o Judiciário, vamos examinar a sistemática em mais 20 órgãos e vamos varrer a base de dados do

Banco do Brasil e apurar os indícios, sejam eles em que órgãos forem, independente da amostra. A amostra nos parece razoável. Poderíamos ter uma amostra muito maior? Poderíamos. É preciso ter em conta que recursos humanos e recursos do Tribunal, dedicados a esse trabalho, são também recursos limitados. E o Tribunal é demandado por uma série de outras questões também. Despesas, inclusive, de grande vulto, despesas relevantes. Nós estamos acompanhando a execução do PAC, por exemplo. Existem trabalhos, como foram colocados, na área de educação, saúde, assistência, que envolvem bilhões de reais.

Então, por isso nós consideramos que a amostra é adequada. É claro que o Tribunal atua, exerce o controle externo, em auxílio ao Congresso Nacional. Então, solicitações do Congresso Nacional serão analisadas e serão atendidas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Marcelo. Passo a palavra ao doutor--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, Sra. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Como eu fui citado no início dos trabalhos dessa Reunião, eu gostaria de afirmar, eu não estava presente, e por isso quero afirmar o que tenho dito, reafirmar o que tenho dito, eu não gostaria, como tenho certeza que boa parte dos integrantes desta CPI também não gostaria, de legitimar a farsa. Esta tem sido a minha afirmativa. Porque essa Comissão se constituirá em farsa absoluta se mantiver os procedimentos iniciais adotados. Transformar convocação em convite, sabendo-se que depoimento de convidado não tem valor jurídico. Impedir a quebra de sigilo, especialmente dos cartões corporativos ligados à Presidência da República.

É bom destacar que uma CPMI só se justifica em razão das suas prerrogativas fundamentais, que possibilita exatamente a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, para aprofundar investigações. Uma CPMI não se instala apenas para o discurso. Aí, sim, ela se torna um palanque eleitoral. Para o discurso, nós temos a Tribuna da Câmara, a Tribuna do Senado Federal.

Para revelar o que já foi revelado, o que está no Portal, o que está no site Contas Abertas, não há necessidade de se instalar uma CPMI. A CPMI só se justifica para aprofundar investigações e quebrar sigilo. Nunca houve, na história da República, sigilo das contas da Presidência da República. Nunca houve sigilo das contas da Presidência da República. E já, na primeira Reunião desta Comissão, se sinalizou: "Não permitiremos que se quebre o sigilo das contas da Presidência da República". São 150 cartões utilizados, em órgãos ligados à Presidência da República.

Portanto, eu venho reafirmar: Será uma farsa essa CPMI se mantiver esses procedimentos. Reafirmo que defendo, inclusive, uma postura de radicalização da oposição, até mesmo, se for o caso, se retirando dessa CPI, para não coonestar, para não legitimar a farsa. Eu tinha o dever de vir a esta Comissão para fazer esta afirmativa.

E aproveito, Sra. Presidente, para esclarecer, já que se indagou aqui sobre notas frias, o meu gabinete teve oportunidade de denunciar a existência de notas frias, há dois ou três anos. E a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, num primeiro momento, negou e depois admitiu, e assumiu o compromisso de tomar as providências. Não conheço providências adotadas pelo Governo. É por isso que há uma convocação para que a Ministra Dilma Roussef venha depor nessa CPMI. Esta convocação também não mereceu deliberação desta Comissão na primeira reunião. Aliás, as primeiras providências de uma Comissão, sem dúvida nenhuma, são aprovar requerimentos, solicitando informações, relatórios, convocações e quebra de sigilo. É um material indispensável para que tenham conseqüência as investigações.

Houve aqui uma indagação sobre notas frias. Elas existem. Elas foram reveladas, elas foram denunciadas. Notas de uma empresa fantasma, uma empresa cujo proprietário era o chamado "laranja", um trabalhador, que trabalhava num bar da estação rodoviária de Brasília. Era uma fábrica de notas frias. Houve a denúncia, é preciso investigação através da CPMI, é preciso convocação da Ministra Dilma Roussef porque essas notas frias foram localizadas exatamente na esfera da Secretaria da Presidência da República.

Portanto, Sra. Presidente, esse é o esclarecimento que eu gostaria de fazer a respeito do que tenho dito, relativamente aos trabalhos dessa CPMI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Alvaro. Queria informar-

SENADOR ALVARO DIAS: Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho. Queria informar a V.Exa. e a todos os pares e a todos aqueles que estão nos vendo e ouvindo, que essa CPMI vai continuar fazendo seu trabalho, que é justamente como estamos aqui na segunda reunião deliberativa. É difícil uma CPMI, e eu, embora não tenha participado de nenhuma CPMI na minha vida política, é difícil uma CPMI, por todas que eu já verifiquei e acompanhei e tive a oportunidade de ver, até através de vídeo, em

duas Sessões, poder chegar ao desiderato pela qual ela foi criada.

Eu acredito, Senador Alvaro, só um momentinho, que nós avançamos, na medida em que estamos tendo oitivas, temos vários requerimentos aprovados e, na agenda que elaborei junto com a Administração da Mesa, nós chegamos à conclusão de que no dia, na semana que vem, nós temos condições de ter mais três Reuniões; uma delas só para Requerimentos de informação-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É isso que eu gostaria de solicitar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, Senador Alvaro, eu acredito, já temos requerimentos de informação que já fiz os ofícios, já estão sendo solicitados, devemos ter aí, eu acredito, na semana que vem, a vinda desses documentos que foram solicitados, e muitos documentos que foram pedidos, e eu acredito que, na semana que vem, nós temos condições de avançar muito mais.

Realmente, como eu disse a V.Exa., não tive conhecimento de uma CPI que, em duas Reuniões, pudesse chegar, ao final, àquilo que ela se propunha. É impossível. Mas eu acredito, se V.Exa. me permite, que a gente possa esperar mais uma semana, para que a gente veja o andamento da nossa Comissão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sem dúvida. Mais uma semana, sem dúvida que nós aguardaremos-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E também queria pedir desculpas porque hoje eu estou muito gripada--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O teste definitivo, Sra. Presidente, dessa CPI será a deliberação sobre a questão do sigilo. Esse é o teste definitivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E vai vir também o General Félix que acho que vai ser uma oitiva que vai interessar a todos porque o General Félix vem dizer aqui porque é que a Presidência da República coloca como segredo, não é segredo de Estado que ele colocou, sigilo--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Pela ordem, Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS: A Constituição que garante isso--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Segurança de Estado, as questões que ele colocou. Portanto, eu quero agradecer aqui ao Senador Alvaro e uma questão de ordem do Relator-–

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Como Relator tem também a prerrogativa de pedir a palavra, eu quero aqui primeiro deixar claro uma enorme divergência em relação às palavras do Senador Alvaro Dias, até porque se há algo que nós temos em quantidade, é jurisprudência do Supremo Tribunal acerca da questão relativa à quebra de sigilo. E uma das últimas, que foi do Ministro Celso de Mello, ele diz: "É preciso advertir que a quebra de sigilo não se pode converter em instrumento de devassa discriminada dos dados bancário, fiscal e telefônico". Tem uma outra... Tem uma outra, mais recente, do Ministro Joaquim Barbosa, que ainda é mais clara: "É vedada a quebra de sigilo bancário e fiscal com base em matéria jornalista".

Então, eu quero aqui só deixar claro que a CPMI tem que investigar, tem que apurar, mas ela não pode atropelar os preceitos constitucionais.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Relator fez um adendo, pediu questão de Ordem, embora não tenha utilizado questão de Ordem, e eu gostaria de pedir aos Parlamentares, todos os presentes, essa questão de sigilo vai ser uma questão que vai ser discutida na vinda do General Félix, que já está marcada para o dia 25 e, dia 26, os requerimentos de informação. Portanto, é uma questão que não vai ser discutida agora porque não é fulcro dessa Reunião. Portanto, eu quero passar a palavra ao próximo inscrito, Deputado Manato. Questão de ordem, só se for em cima do artigo do Regimento-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Art. 14. Art. 14, §4º do art. 14.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma reclamação, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14. V.Exa. foi citado?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Para uso da palavra, os vice-líderes, na ordem que forem indicados, poderão usar da palavra, com base no inciso II do *caput*. Se o líder lhes conceder a palavra ou estiver ausente, no caso, nosso líder está ausente, sou o vice-líder, eu pediria a palavra. É possível? Com base no Regimento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se for sobre o sigilo, eu gostaria que V.Exa.-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não é sobre sigilo, é sobre--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Deixasse esse questionamento, se for possível, para terça-feira, que é o dia que vamos discutir sigilo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, não seria possível não, eu queria apenas, se V.Exa.

me conceder a palavra, com base no Regimento, por um minuto. Apenas para deixar claro—

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tudo bem. Era apenas uma compreensão de V.Exa. Mas, já que não há--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma compreensão de V. Exa. também-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Como o Senador Alvaro Dias faz esse discurso, ele vai usar o art. 14 de novo, ele, de forma sub-reptícia, ele acusa a base do Governo de estar querendo transformar essa Comissão numa farsa. O que não é, me desculpe, verdade. Eu queria tecer alguns comentários. Primeiro, a transformação das convocações em convite, isso aconteceu por acordo dessa Comissão e esses Requerimentos foram aprovados por unanimidade. Então, não é da responsabilidade de ninguém da base. Não houve nenhum tipo de imposição que os senhores aqui estivessem por convite.

Segundo, a base do Governo não se opôs, de forma nenhuma, à convocação dos Ministros, por exemplo, que foram citados nas matérias jornalísticas, enfim, todo mundo votou aqui favorável à convocação. Isso demonstra, mais uma vez, que a base do Governo não está se escusando de fazer as investigações.

E, terceiro, não houve aqui nenhum Requerimento ainda, em Pauta, para quebra... Com finalidade de quebra de sigilo. Portanto, não vejo, nas argumentações do Senador, nenhuma verdade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de informar a todos que questão de Ordem só vai ser oferecida nesse exato momento, depois de meio-dia e meia, com mais um convidado esperando para vir aqui à Mesa, só vai ser em cima do artigo do Regimento, como diz o Regimento.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero só colocar o seguinte. Eu só quero colocar, se me permitirem, o seguinte. No art. 14, o VIII, que todos os senhores têm o Regimento aí, diz assim: "Para explicação pessoal, em qualquer fase da Sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada com essa finalidade a mais de dois oradores na mesma Sessão". E vou fazer cumprir a regra. Deputado Paulo, qual é o artigo que V.Exa...

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É o mesmo, art. 14. Mas não houve dois...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Houve dois no art. 14. Então, está encerrado. Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Mas eu vou citar de novo o nobre Senador, ele vai poder entrar no 14 também. Eu gostaria primeiro de agradecer a vocês a presença, o convite. Esclareceram bastante aqui na CPMI, para início da conversa. Eu acho que foi interessante o que vocês colocaram. Aprendi muito com que ouvi de vocês. E vocês foram convidados e vieram. Eu fico muito triste, Presidenta, que nós aprovamos aqui o convite, foi um respeito e, no momento, se o convidado não aceitasse, imediatamente era transformado em convocação, sem ser aprovado aqui na CPMI. Foi isso que nós aprovamos. Era um convite, por respeito, e, no momento que não fosse aceito, já transformava em convocação sem vir para cá. Isso não é farsa, não. Isso é respeito ao ser humano. Nós temos que ter respeito porque têm muitas pessoas que estão aí, que podem ter cometido erros administrativos, e que vão ser julgados e pré-julgados.

Então, não acho que é farsa, eu estou aqui para trabalhar; em nenhum momento, não veio o Ministro, não veio meu líder, ninguém me disse se eu sou da base ou se eu sou... Falou: "Você é Deputado Federal pelo PDT e vai representar o PDT na CPMI". Ninguém me pediu apoio pra nada. Então, eu estou aqui isento e, se precisar convocar, vou chamar e convocar, mas na hora certa. Eu quero ouvir. Eu gostaria de saber que essas pessoas que estão falando de sigilo sabem o que é sigilo, sabem o que está protegido no sigilo. O sigilo não é só à Presidência da República, não. Pode marcar meu tempo lá, que não está marcando. O sigilo não é da Presidência da República, não. Estou aqui com o decreto nº. 2.295, de 04 de agosto de 1997, em que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que diz aqui que dispensa licitação nos casos que possam comprometer a Segurança Nacional. E diga aqui: aquisição de recursos bélicos navais, terrestres, aéreos, espaciais; contratação de serviços técnicos especializados; aquisição de equipamento...

Então, tem várias coisas aqui, e o Ministro da Defesa disse aqui o que é sigiloso. Sigiloso é para apoio à atividade de inteligência, apoio à atividade de segurança orgânica nas áreas sensíveis, apoio à atividade de salvaguarda de assuntos sigilosos, ações de caráter sigiloso. É isso que nós queremos saber. Se isso aqui tiver necessidade do cartão corporativo, do Ministério da Defesa, depois que a ABIN vier aqui colocar, eu vou

votar para que seja quebrado isso. Mas nós não podemos comprometer a segurança do nosso país não. Temos que ter responsabilidade com isso aqui. Se a Presidência precisar, a Presidência, como instituição, que foi Fernando Henrique e essa Presidência, que é Lula, se nós tivermos que quebrar, vamos quebrar também. Mas temos que quebrar conscientes. Porque não podemos ficar... Pelo que vocês falaram, tirei algumas conclusões: Primeiro, o grande problema está nos saques. Acho que o maior problema das notas fiscais frias está nos saques. Ali que tem o contato direto. Já no cartão corporativo, quando você passa, tem também, mas é menor. Nas contas B, também tem, mas deve ser de um aspecto pouco menor. É isso que tem que analisar. Agora, chegar e jogar lama em todo mundo e dizer que isso é uma farsa, eu não vou concordar. Eu não sou um farsante, eu não vim para praticar uma farsa. Eu vim para ajudar o meu país. Eu vim aqui porque eu quero que vocês, o Ministério Público Federal não fez, que foi orientar, que foi educar e dizer como devem ser gastos os cartões corporativos, eu quero que, no final, essa CPMI apresente, no seu Relatório, dizendo como é que tem que ser usado, que tem que ser diminuído os gastos, que tem que ser mais transparência, a quantidade de pessoas que possam usar. Isso que estou brigando nessa cadeira, como membro titular, é para que cheguemos a alguma conclusão.

E quero saber sim, se o Regimento permitir, o Judiciário tem que colocar, o Ministério Público tem que colocar também. Por que é que suspendeu o Ministério Público de utilizar os saques nos cartões? Isso que eu quero saber. Então, eu pergunto a V.Exa., o senhor falou que é contra, acha que deve abrir o sigiloso, você sabia que esses órgãos todos aqui têm o sigilo e deve ser aberto ou não?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu não disse que deve abrir o sigilo. Disse que o Legislativo é órgão historicamente que está a cargo do controle externo. Então, o Legislativo, ele tem que ter acesso a todo o controle externo. Lembro-me perfeitamente, tive o cuidado de falar aqui que existem gastos sigilosos, sim. Existem gastos, por exemplo, numa comitiva de uma autoridade, qual é o nível de blindagem de um automóvel? Claro que são gastos sigilosos. Entretanto, tinta para impressora seria um gasto sigiloso? Ou não? Isso, sim, é que, a meu ver, teria que ser melhor definido nessa questão. E V.Exas. é que são titulares do controle externo. Então, cabe a V.Exa. decidir isso. A minha postura aqui é uma postura técnica, no sentido de, atendendo ao convite, tentar fornecer alguns subsídios a V.Exas. E, relativamente ao Ministério Público, continuo falando, sou Ministério Público junto ao TCU. Ministério Público não tem função de orientar. Isso aí seria eu me imiscuir no Poder Executivo. Eu não tenho poder para orientar. Se tivesse, faria. Escreveria, assim, dois cadernos-

[soa a campainha].

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: --Orientando todo mundo. Mas não posso fazer isso. A minha função é simplesmente detectar os erros. Se for o caso, processar as pessoas que estão erradas e procurar corrigir, através da prestação que a gente possa fazer, uma espécie de prestação jurisdicional. Não cabe a mim fazer isso. Muito obrigado.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado. Eu, para concluir, que meu tempo está acabando, gostaria de dizer que nós temos que aprofundar, que vocês acrescentaram muito. A oitiva foi importante. Por que é que as pessoas reclamaram do convite e não chegaram aqui às 9h30, como a maior parte, e ouviu as explicações de vocês? Talvez se tivesse ouvido as explicações de vocês, não teriam colocado isso. Eu, em toda vez, vou chegar aqui no horário regimental. Muito obrigado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, art. 14, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:48:57]: Pediu-me a Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, que assumisse para ela aqui, momentaneamente, aqui, os trabalhos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É para um esclarecimento-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É para contraditar--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --A afirmação do Relator. Art. 14.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, para contraditar o Senador-

[troca de presidência]

SENHOR PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:49:15]: Pois não. A palavra já foi dada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Apenas, com todo respeito ao Relator, os acórdãos-

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:49:19]: Pedindo brevidade, para a gente poder dar seqüência aqui aos nossos trabalhos-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --Lidos pelo Relator dizem respeito a um Requerimento não devidamente justificado. A justificativa jurídica do Requerimento não estava à altura dos objetivos dele e se referia a uma questão de quebra de sigilo individual, e não sigilo com gastos com o dinheiro público. Então, aí há uma diferença essencial, que tem que ser considerada.

Se nós não pudermos compartilhar o sigilo, quando temos o direito constitucional de quebrar o sigilo, não há o que fazer. A nossa postura é de alerta, de advertência, de tomar o cuidado para não ser confundido com determinados propósitos. Há uma estratégia deliberada de protelação de fatos que incomodam ao Governo e são essenciais para a investigação.

Eu não discordo que se façam reuniões técnicas, como a de hoje, mas, evidentemente, o prazo estabelecido para os trabalhos dessa CPMI não nos permitirá ficar, durante muito tempo, em discussões de natureza técnica, relegando a um plano secundário às investigações que são essenciais. Essa é a nossa discordância. Eu creio que o nosso objetivo é contribuir para que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ao final, não se desmoralize.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:50:56]: Conforme a nossa Presidente já anunciou, nós-

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pelo art. 14.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:50:56]: --Feriremos essa discussão na Sessão do dia 26, onde estaremos debatendo o tema do sigilo das informações.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, pelo art. 14. São dois pelo art. 14, por vez. O Senador voltou a falar pelo art. 14., eu gostaria de contraditar o Senador.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO: Vou ouvir V.Exa., mas em um minuto, por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria só trazer dois temas em relação ao que foi dito aqui pelo Senador Alvaro Dias. Não creio que a Senadora Marisa Serrano nem o Deputado Luiz Sérgio estejam aqui presidindo e relatando uma farsa. Nem tampouco o Deputado Carlos Sampaio tenha pedido a realização de uma farsa e nem tampouco os Deputados aqui presentes estejam participando de uma farsa.

Segunda coisa, eu quero pedir a todos que tenham cuidado de citar o Senador Alvaro Dias porque agora são meio-dia e meia, e ele, sempre que citado, sairá de suas prioridades e virá aqui e utilizará o art. 14 para se posicionar. Ele, que tem dificuldade de vir aqui às nove da manhã, fazer a investigação, ouvir as oitivas etc.

Portanto, eu queria só colocar isso, que V.Exa., ao chegar três horas depois, V.Exa. não teve o trabalho de ouvir, a cada depoimento, e conseguir construir uma possibilidade de melhora-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone –].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não. V.Exa. poderia... V.Exa. poderia me ouvir, agora que eu ouvi V.Exa.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:52:28]: Deputado, conclua, por favor, deputado Paulo Teixeira-

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para a conclusão, V.Exa. poderia ouvir? Agora poderia ouvir?

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:52:35]: Deputado Paulo Teixeira, conclua por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu não posso falar porque ele não ouve. Ele tem que... Ele não pode me interromper.

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:52:42]: Conclua, Deputado, por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, o Senador Alvaro Dias, impossibilitado de estar aqui, ele desqualifica essa CPMI e nós estamos aqui nos esforçando para ampliar os mecanismos de controle dos gastos públicos, de transparência e do bom uso dos recursos públicos. Portanto, ele, que vem aqui com apenas duas questões, em todas as sessões, pediria que nos respeitasse porque nós estamos fazendo um trabalho... Todos aqui estamos fazendo um trabalho sério, os do seu partido inclusive.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE NÃO IDENTIFICADO [02:53:15]: Muito bem, Senador. Passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu aqui, primeiramente, gostaria de saudar os nossos convidados, que trouxeram aqui informações muito importantes. Eu acho que está nos ajudando a levar esse debate, essa investigação a um ponto, o melhor possível.

A minha primeira questão fala de saques em dinheiro e é dirigida ao Dr. Marcelo. A realização de saques em dinheiro com cartão de pagamento do Governo Federal dificulta a fiscalização, sem dúvida, quanto ao emprego dos recursos. O que nós poderíamos fazer para melhorar esses controles, para que nós pudéssemos aceitar uma quantidade de saques razoável, sem que isso viesse a ser malversação dos gastos públicos? Essa é a primeira questão.

A outra será para o Procurador e versará sobre o sigilo.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sr. Senador Antonio Carlos Júnior, de fato, a fiscalização dos saques é mais difícil do que a fiscalização da mo-

dalidade fatura. Ocorre que a natureza dessa despesa, as características das despesas de pequena monta e para atender a eventualidades, ela exige alguma flexibilidade. Então, eu acredito que algum saque sempre deverá existir. A questão é: Até que ponto deve-se permitir saque e sob que circunstâncias. É aquilo que o Procurador Marinus bem tem frisado, deixar muito claro. É isso que nós podemos fazer para aumentar o controle dessa despesa. É deixar muito claro em que circunstâncias o saque pode ser feito.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso merecia, então, uma regulamentação mais detalhada. Talvez fosse uma forma de amarrar mais essa despesa, esse gasto sem... Em dinheiro, fosse mais amarrado e melhor controlado.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Essa poderá ser uma das conclusões do nosso trabalho. Não quero antecipar porque o trabalho está em andamento. Agora, outro ponto, que é importante, é que haja transparência desse gasto. Então, mesmo o saque, é preciso que sejam prestadas contas e que essa prestação de contas seja transparente.

Então, hoje a prestação de contas, ela é feita no prazo definido pelo ordenador de despesa, e essa informação é registrada no sistema SIAF e, nós, graças a uma determinação do Tribunal, nós sabemos qual a natureza dessa despesa. Mas, talvez, seja necessário que haja mais informação sobre isso para que a sociedade tenha acesso a uma informação mais completa, do tipo: Qual a comprovação dessa despesa, onde foi gasto, com o que foi gasto efetivamente, de forma que essa informação pudesse ser de conhecimento público, com muito mais facilidade. Esse também poderá ser um dos desdobramentos da nossa auditoria.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Agora, me dirijo ao Procurador, Dr. Marinus, em relação à questão do sigilo que, para mim, é uma coisa fundamental numa CPMI. Quais motivos poderiam justificar o sigilo sobre os gastos de recursos públicos, tendo em vista o princípio constitucional de publicidade nos atos da Administração Pública e de livre acesso dos cidadãos a informações de interesse coletivo?-

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A imposição de sigilo sobre algumas despesas públicas pode excluir a possibilidade de controle externo sobre elas?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Posso responder?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Pode.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Desculpe, Senador. Poderia só tentar complementar a resposta do meu colega? Pegue as notas fiscais dos saques e coloque na internet, faça um cruzamento de dados com as respectivas Secretarias da Fazenda estaduais, já seria, digamos, uma sugestão para verificar a incidência de notas frias. É apenas uma pequena sugestão.

A segunda, relativamente ao sigilo. Como continuo falando, controle externo. Mesmo que seja mais sigiloso, não existe o sigilo total e absoluto. Então, em alguma instância, com todos os cuidados que sejam necessários, então, o que mais pode ser sigiloso, ele tem que ser também fiscalizado, com toda a responsabilidade possível. Agora, o mais importante são os critérios que venham ser utilizados, porque, em 2004, nós tínhamos, como até falei no início, aquelas notas fiscais. Elas não eram sigilosas, o processo não era sigiloso. Depois, por exemplo, não pude ver mais nada porque os processos tornaram sigilosos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Porque, na verdade, nem tudo da Administração Pública... Quer dizer, em certo nível, deveria ser sigiloso. Por exemplo, na Presidência da República, você pode ter algumas despesas sigilosas e outras não. Não é tudo que tem que ser sigiloso. Então, isso, claro, o TCU tem encontrado dificuldades para ter acesso a dados referentes ao emprego do cartão de pagamento do Governo Federal em órgãos vinculados à Presidência da República, para despesas supostamente resguardadas por sigilo de segurança nacional. Quer dizer, algumas são, outras talvez não, mas tudo isso acaba englobado na mesma condição de sigilosos.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sobre esse assunto do sigilo, nobre Senador, eu gostaria de pedir à Dra. Vanda que expusesse como o Tribunal tem enfrentado essa questão.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não, só muito rapidamente, nos nossos trabalhos, nós não enfrentamos nenhum obstáculo. Não houve nenhum obstáculo. A Presidência disponibilizou todo o material que foi pedido. E a argumentação... O processo acabou ficando sigiloso no Tribunal primeiro porque a equipe não se debruçou numa análise específica sobre se as despesas em particular, que estavam sendo analisadas, se elas deveriam ou não ter esse sigilo. Como, para nós, não causou nenhuma dificuldade, essa questão, para nós, naquele momento, não foi importante realmente.

Agora, o argumento que a Presidência trouxe de sigilo foi muito centrado na questão... Porque a gente usou muito a locação... Analisamos muitas despesas com locação de carros e as diárias. Principalmente a questão da locação dos automóveis, ela está ligada ao tamanho da equipe de segurança dos familiares,

como que atua a segurança dos familiares, como é que atua a segurança nas viagens presidenciais. Então, realmente são... Quantos carros eram? Eram cinco, seis, sete, 10? Isso, então, eles alegaram que era uma coisa que afetaria a segurança.

Então, não nos aprofundamos nessa análise. Os argumentos foram considerados, assim, razoáveis, naquele momento, e essa foi a postura do Tribunal. Mas, realmente, isso está sendo discutido até no Supremo. Agora, é importante dizer que, para o Tribunal, não houve realmente nenhum sigilo. Eles disponibilizaram todos os recibos que eles tinham lá.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senador ACM—

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --V. Exa. me permitiria só pela oportunidade?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pois não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --Foram disponibilizados, então, aos técnicos do TCU todas as informações, inclusive essas de caráter, digamos assim, ultra sigilosos? Foram? Sigilosos, aí, com relação à locação de veículos... Essas informações todas foram disponibilizadas ao Tribunal? Foram?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Foram.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Foram? E o Tribunal de Contas fez isso através de seus técnicos?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso significa, Deputado, que se pode pedir documentos—

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo? Só para fazer esse registro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, é só pedir as contas e o Tribunal tem a obrigação de nos informar. Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Eu falo depois do Senador Marconi Perillo, e um pouco também como desagravo aos representantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e aos integrantes do Tribunal de Contas que aqui estão presentes, porque, algum tempo atrás, era comum vermos todos os elogios do mundo ao Ministério Público, que recobrava suas prerrogativas após a Constituição de 88, e ao Tribunal de Contas, que vinha sempre fazendo um trabalho proficiente, no sentido de fazer o controle das contas da Administração Pública.

Talvez, em razão do fato de ter sido dada entrada, no Supremo Tribunal Federal, denúncia contra integrantes, altos integrantes do Governo, do atual Governo, envolvidos que foram no escândalo do Mensalão, a Procuradoria-Geral da República, seus membros passaram a ser agora execrados, e até com palavras desairosas, como nós vimos aqui, como se tivesse o foco da investigação no Ministério Público, e até a especificidade do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, que não foi aqui observada, Sra. Presidente. Então, é uma constatação que eu gostaria de fazer.

Acho que o que se investiga são fatos graves, que levaram o Presidente da República a cortar um Ministro de Estado. Uma Ministra de Estado foi demitida em razão de ter se excedido nos gastos do cartão corporativo. Quase outros Ministros foram arrastados também nesse escândalo. Então, é isso, esses são os fatos concretos que realmente foram o epicentro da crise em relação aos cartões corporativos, e que, se aconteceram no primeiro escalão de Governo, provavelmente outras irregularidades podem estar sendo cometidas, não apenas no Executivo, mas também no Judiciário.

Eu queria dizer, Sra. Presidente, que esse era um escândalo anunciado. Quando, em 2003, eu era Deputado Distrital, fiz, ao Tribunal de Contas, uma representação, solicitando uma auditoria, porque, já naquela época, nós percebíamos a evolução crescente dos gastos com esse tipo de cartão, esse tipo de crédito, cartão de crédito, e, lá, já constatávamos, simultaneamente o crescimento dos gastos, naturalmente que as contas tipo B iam sendo reduzidas e o cartão de crédito evoluía a sua participação nos chamados de fundos. Mas, o que percebíamos já naquele ano, distante, 2003, era o crescimento dos gastos na boca... O saque na boca do caixa. E, ao mesmo tempo, os gastos sigilosos. Na representação feita ao Tribunal de Contas, nós pedíamos exatamente que o Tribunal pudesse examinar se não estaria havendo aqueles excessos.

Por isso, acho que seria muito importante, Dr. Marinus, que o Deputado Carlos Sampaio, na sua primeira intervenção, ele perguntou a V.Sa. se havia realmente recomendações do Tribunal de Contas ao Governo que não foram acolhidas ou não foram observadas. Acho que seria, Sra. Presidente, muito importante que pudéssemos ter, talvez o Dr. Marinus e a Dra. Vanda não tenham, nesse momento-

[soa a campainha].

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): --A síntese ou as recomendações de todas as auditorias, todas as inspeções feitas pelo TCU, recomendações encaminhadas ao Governo para que fosse observada, por exemplo, a redução do número de titulares do cartão de crédito, a redução do... Eu, na análise aqui, pelo menos o acórdão relativo à representação feita por nós, nós já tínhamos essas recomendações do Tribunal de Contas. Mas acho que seria muito importante que pudéssemos ter presentes essas recomendações e vermos se efetivamente foram observadas ou, se desprezadas, levaram a que acontecesse esses escândalos que sacudiram a opinião pública.

Por último, gostaria de perguntar ao Dr. Marinus ou à Dra. Vanda se o Tribunal de Contas, na análise que faz das empresas estatais, das empresas públicas, se se deteve no exame dos cartões corporativos das empresas estatais. Ao que nós conhecemos hoje, as empresas estatais, empresas públicas, representam um outro orçamento da República, que não têm seus gastos discriminados, suas receitas e despesas discriminadas, Deputado Manato, no SIAF, com detalhamento do SIAF. De dois em dois meses, nós temos relatórios bimestrais encaminhados ao Tesouro Nacional. Mas o Legislativo acaba abrindo mão da sua prerrogativa de fiscalizar, de exercer o controle, na medida em que não temos acesso às informações sobre receitas e despesas das empresas estatais. Suponho que os Cartões Corporativos também não tenham o detalhamento, não tenham sido objeto de um exame mais aprofundado por parte do Tribunal de Contas e por parte do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

Então, era uma dúvida... É uma dúvida que eu tenho e que gostaria de saber se, na análise das contas das empresas públicas e estatais, se foi observado esse aspecto dos cartões corporativos.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Obrigado, Deputado. Realmente, agradeço até pela pergunta, que trata de questões realmente gerenciais. As recomendações gerenciais, eu diria que não. Algumas não foram não. Desde 2004, já está se falando dos saques. Saiu nada. Desculpe, mas só tende a aumentar isso. Então, as recomendações relativas ao controle, infelizmente, não vêm sendo, assim, seguidas de maneira satisfatória.

Relativamente aos cartões das estatais, isso é uma grande preocupação, mas não temos acesso a isso. As estatais são empresas que recebem dinheiro público, mas têm a prerrogativa, têm a vantagem, digamos, no melhor dos dois mundos. Tem as vantagens do público e as vantagens do privado. A lei que as rege não é a Lei 4320/64, a lei de Contabilidade, é a 6.404, que é a lei das Sociedades Anônimas. Então, é extremamente difícil. No meu pedido de cautelar, eu não opus nenhuma restrição, colocando as estatais de fora não. Uma grande preocupação que temos, uma vez que se, digamos assim, no coração da Administração, nós estamos detectando os problemas, então, imagine lá. Mas isso é apenas uma pequena suposição. Não temos ainda dados nada suficientes. Inclusive, até o regime jurídico deles, toda a sistemática é diversa da sistemática pública. Obrigado.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Só completando um pouquinho, em relação ao monitoramento, realmente essa questão do saque cresceu. Agora, na Presidência, que foi o órgão que mais diretamente nós atuamos, ele vem caindo. Os registros do SIAF mostram essa queda. E eu acho que é interessante aqui ponderar também que a sistemática que valia antes, que era a sistemática da conta B, era só saque. Então, foi desde... Sei lá, desde sempre, a maneira de-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: --Ela sempre foi saque. Você tira o dinheiro, dá na mão do suprido, o suprido vai lá e faz as compras. Então, há uma cultura muito instalada de uso do saque. É claro que o controle vai ter que ficar marcando, vai ter que ficar cobrando isso, para conseguir reverter esta cultura e implementar, efetivamente, a predominância da fatura, em vez do saque.

Agora, em relação às implementações que foram pedidas pelo Tribunal no sistema, para aumentar o controle, isso, como eu já mostrei na palestra, elas efetivamente foram implementadas e hoje dá mais viabilidade ao gasto do que dava no primeiro trabalho que nós fizemos, ainda naquela oportunidade que o senhor mencionou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Gostaria só de complementar também a pergunta, nas contas B, é cheque também. Do jeito como está sendo feito agora. IN-04/2004. Os gastos com as contas B são feitos mediante cheque.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador José Nery e depois Deputado Vic.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, saudar a presença dos convidados a essa Sessão da CPMI, no caso, os Procuradores do Tribunal de Contas da União. Evidentemente, pedir desculpas pelo atraso para chegar aqui no início dos trabalhos, porém, queria fazer uma rápida consideração e duas perguntas.

Na primeira Reunião da CPMI, disse aqui que havia um clima de descrédito em relação ao papel que a CPMI poderia desempenhar e dizia que ela poderia... Começava sob um clima de suspeita. Mas eu não podia acreditar que os partidos, os Parlamentares, se prestassem a um serviço no sentido de acobertar interesses, blindar autoridades do Governo passado e do atual Governo.

Portanto, eu queria dizer, se houver, no curso dos nossos trabalhos, impedimentos por votação, aqui neste Plenário, quanto ao acesso às chamadas contas sigilosas, e essa acho que vai ser a questão central aqui, da decisão sobre essa questão, vai dizer se, de fato, nós queremos investigar ou não. Portanto, eu não quero me antecipar aos fatos.

Segundo, se a gente vai aqui criar dificuldades para a convocação de autoridades que devam explicação a essa CPMI, seja do Governo Fernando Henrique, seja do Governo Lula. E, terceiro, se houver qualquer impedimento quanto à quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de envolvidos de funcionários, de representantes de órgãos da Administração Pública, evidentemente que a CPMI tem que ter algum critério para analisar os pedidos e não pode, toda e qualquer solicitação feita de alguém, convocar aqui, mas é preciso, evidentemente, se vamos investigar, atuar com isenção, sem preocupação ou cumplicidade com quem quer que seja. Espero e torço e vamos trabalhar aqui para que não tenhamos aqui uma CPMI de faz de conta.

Mas eu queria perguntar aos Procuradores do Tribunal de Contas da União, Dr. Marinus, Dr. Marcelo, Dra. Vanda, se pudessem citar as principais irregularidades observadas na utilização do cartão de crédito corporativo, que foi criado no Governo Fernando Henrique, e no cartão de pagamento, já criado... De pagamento do Governo Federal, criado no Governo Lula. Se possível, no caso dessas irregularidades, em quais órgãos elas foram... E as mais graves, evidentemente, eu falo, em que órgãos governamentais foram detectados e, se, na apuração dessas irregularidades, se houve algum tipo de punição a servidor público ou representante desses órgãos aos quais se identificou a existência de irregularidades.

[soa a campainha].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Segundo, perguntar quais são os critérios de análise do TCU em relação à prestação de contas protegidas, como se diz, pelo sigilo, pelos órgãos da Administração Pública e se, na análise dessas contas, o Tribunal verificou se, de fato, contas que se apresentaram sob essa condição de sigilo, de sigilosa, se, de fato, ela é sigilosa. Se vocês perceberam que algumas dessas prestações de contas poderiam ser, de fato, ser públicas, como eu acho que tem que ser toda e qualquer despesa da Administração Pública, porque isso... Diferente disso, o que nós observamos é um desrespeito ao princípio constitucional da transparência, da publicidade dos atos públicos.

E gostaria de saber se, identificada alguma conta que, de fato, não deveria ser apresentada como sigilosa e assim o foi, quais as medidas tomadas pelo TCU para corrigir esta distorção. Muito obrigado.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ok, então, vamos começar. Tentar lembrar exatamente como foi a pergunta. Primeiro lugar, quais seriam os primeiros... Os grandes problemas do cartão, as grandes irregularidades que existem. Bom, os grandes problemas são saques, fracionamento de despesas, critérios ainda... Ausência de critérios para saber quem e quantos detêm esse cartão corporativo e também a questão que, pessoalmente coloco, a questão de que se esse é o instrumento mais hábil para gastos sigiloso, uma vez que a fatura do cartão circula pela Administradora do cartão; a Administradora tem conhecimento disso.

Então, seriam os problemas. No caso concreto, seriam esses que nós estamos observando aí, são esses gastos de *Free Shop* etc., são gastos que nos chamam muito a atenção. Relativamente a gastos sigilosos, é muito difícil, assim, na minha posição, que não tenho acesso a esses gastos, é muito difícil dizer se algum gasto que foi considerado sigiloso não o poderia ser na essência. O que eu posso dizer é que... Isso talvez pudesse ser melhor esclarecido, depois, com outras pessoas que vieram aqui, a ser convidadas. Mas, assim, em tese, poderão existir, potencialmente, poderão existir alguns gastos, sim, que não são sigilosos. Isso não significa que eu vá afirmar peremptoriamente. Desconheço casos nesse sentido. Gastos que não foram sigilosos, que são sigilosos e que não foram... Que poderiam não ser considerados. O que posso afirmar, sim, é que, no processo de 2004, existiam vários gastos que não eram sigilosos. Até ali, os gastos estavam abertos. Agora, nessa nova sistemática, creio que os responsáveis pela Presidência da República poderão esclarecer melhor V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu tenho uma dúvida. Em primeiro lugar, quero dar os parabéns, eu cheguei tarde, mas acho que... Eu tenho uma dúvida quanto a esses dados sigilosos e gostaria que vocês me tirassem essa dúvida para eu começar a raciocinar. Esses dados sigilosos, eles vão,

lá da Presidência da República, vai lá, para o TCU. Eles continuam sigilosos lá. Não querem mandar para cá porque são dados sigilosos. Mas vai para o TCU, que é um órgão auxiliador, um órgão que auxilia essa Casa. Eu pergunto uma coisa: Há algum tipo de problema de vocês enviarem esses dados para cá? Esses dados sigilosos para cá? Já que nós somos o órgão... Que vocês são órgãos fiscalizadores...

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Essa solicitação tem que ser encaminhada para o Tribunal e o Tribunal apreciar. Eu, realmente, não tenho... A princípio, acho que... Não acho não, mas tem que ser encaminhado para o Tribunal e o Tribunal atender. Agora, realmente, a equipe lá, não tenho como... Como responder.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A senhora acha que esses dados são tão sigilosos assim, que não devam ser mandados para cá? Por que o motivo? Por que a Presidência da República se nega a mandar esses dados sigilosos, colocando como uma questão de Estado a compra de goiabada para o Presidente, enfim, esses gastos que, na verdade, não são nada de questão de Estado. Qual sua opinião sobre isso? A senhora acha que seria natural mandar para cá? Porque, se vocês guardam sigilo lá, essa CPMI também teria que guardar sigilo sobre esses dados sigilosos, que aqui ninguém é irresponsável. Então, assim, há o... O que a senhora acha sobre isso? A senhora ou qualquer--

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Olha, o que eu poderia responder, assim, que foi a análise que foi feita no relatório, a análise técnica, e qual foi a justificativa, como eu já falei. Muitos dos documentos que estão no processo dizem respeito às movimentações da segurança do Presidente e dos familiares porque a auditoria foi muito focada na locação de veículos. Então, para esse tipo de despesa, o argumento, em princípio, foi considerado razoável. Mas, realmente, não houve um aprofundamento nessa questão--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A senhora pode me dizer, desculpa lhe interromper, já lhe interrompendo, a senhora poderia me dizer por que é que foi a auditoria feita mais especificamente sobre locação de veículos e não sobre o geral?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Como eu mostrei na minha apresentação, a análise mais geral... Houve duas análises. Uma análise, que foi bastante abrangente, para buscar despesas de cunho pessoal. Essa aí foi uma amostra muito grande. Agora, quando fomos focar para fazer análises mais aprofundadas, o critério que prevaleceu foi o critério de materialidade. Tem uma tabelinha, numa das apresentações, materialidade e risco. Então, eram despesas que são realizadas longe de Brasília, são acertadas pelo ecônomo lá, o ecônomo traz os documentos, são conferidos aqui. Então, pelas características da despesa e pela materialidade, parâmetros de risco e materialidade, foram os critérios que direcionaram a equipe para aprofundar mais--–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Esse aprofundamento foi afunilando só para locação de carro? Ou não?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não. Quando foram feitas as análises, eles atacaram a questão da locação, a questão da hospedagem, que era a segunda maior despesa e, quando foi feita a amostra para as notas fiscais que eram regulares e não eram regulares, a amostra, ela foi construída proporcionalmente à importância do gasto. Então, por exemplo, o gasto mais importante foi aquele que teve um maior número de notas fiscais solicitadas, para os quais foi solicitada informação na Receita. Então, foi proporcional aos gastos-

[soa a campainha].

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não foi corte não.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Tá.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Entre as maiores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pelo que a senhora viu lá, pela sua experiência, eu pergunto para todos que estão aqui, os nossos convidados, o que lhe chamou a atenção, que pode contribuir para essa CPMI trabalhar melhor? Porque há aqui, ninguém aqui vai discutir, há aqui uma blindagem do Governo com relação a esses gastos secretos, de agentes secretos, que podem atrapalhar a vida do Presidente ou fazer com que o nosso Presidente corra risco de vida. Nós não queremos. Mas eu gostaria de ouvir da senhora, o que a senhora acha, a senhora viu, nós não tivemos acesso, mas a senhora teve, graças a Deus, a senhora teve e confio na senhora, no seu trabalho. O que é que a senhora viu lá, que a senhora pode trazer para nós e dizer assim: "Deputados, vocês têm que ir ali naquele caminho. Vocês não têm que vir aqui nesse caminho porque está tudo bonitinho. Nós vamos para cá". É isso que nós precisamos ouvir de vocês. Porque é para isso que vocês estão fazendo esse trabalho. E eu confio em vocês. Vocês são os órgãos auxiliares...

Então, preciso que a senhora dê o caminho das pedras porque, se for depender dos meus companheiros, não vamos achar nada. Nós vamos acabar com essa CPMI, eu não vou longe para dizer farsa, porque

não é, mas vamos acabar com essa CPMI, dando um atestado de bons antecedentes para todo mundo. Estamos tranqüilos, tranqüilos. O PT hoje é outro PT. Não é o PT de antigamente. Antigamente, o PT não poderia olhar para ninguém do PFL, que dizia: "Indicia. Mata, esfola". Não é, hoje. Hoje, estão do outro lado do balcão. Mas eu respeito. Respeito os companheiros dão PT. Mas a gente não pode ficar aqui dois, três meses, Presidente, ficar aqui só olhando convidado. Ainda é convidado; convocado é proibido aqui. Tem que ser convidado. Queria convocar até convidar o Presidente Fernando Henrique para vir para cá. Ele que bolou essa história de cartão corporativo, que venha.

Mas, então, eu gostaria que a senhora, por favor, entendesse a nossa situação. Nós somos minoria aqui. Há uma patrol, que passa por cima da gente, passa mesmo, sem dó nem piedade. Eles têm que fazer mais é isso. O Relator também está com o microfone ali, pegando para me dar uma resposta ali. Mas eu vou já... Eu vou já.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se tem alguém calmo aqui, sou eu.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu sei. Eu só não gostaria, Presidente, eu participei da CPI do Apagão. E, lá, nós aprendemos muito. Mas eu não gostaria... Passei esse final de semana inteiro, Presidente, preocupado com que eu estou sentindo. Acho que estou sentindo falta do Relator Marcos Maia. Saudades dele. E do Presidente. Eu não gostaria. Eu acho que essa CPMI, ela tem que chegar a algum lugar. Eu não vou continuar falando porque eu queria que a senhora falasse isso, me respondesse isso, que é muito importante para nós. O que é que a senhora viu que a gente pode ir nesse caminho e mandar para cá.

E aproveitar para as pessoas que estão aí acompanhando a TV Câmara, a imprensa, que tem papel fundamental para não deixar que essa CPI seja uma farsa. A gente sabe quando começa, mas não sabe quando termina. Mas pode terminar numa grande pizza, o que nós não queremos. Então, a imprensa tem esse papel fundamental. Mas precisa também do Tribunal de Contas. Porque vocês tiveram acesso a esses documentos. E, com certeza, não foi só sobre aluguel de carro. Foi muito mais. Eu tenho aqui alguns documentos, que são sigilosos, da Presidência da República, mas eu estou analisando ainda, por exemplo, pagamentos, Sra. Presidente, que foram feitos no exterior, vocês têm como fiscalizar isso? Recibos. Não são notas fiscais, porque lá são recibos. Recibos escritos aqui, em inglês, claro, de pagamentos de quatro mil e oitocentos dólares, oito mil e tantos dólares, que nós não sabemos o que é. São termos técnicos, e eu não sei se vocês têm como também fiscalizar isso.

E, Presidente, me permita um minuto faltando, tenho a última pergunta para fazer. Eu gostaria que ela respondesse isso, mas eu preciso desse um minuto só para a última pergunta. Muito obrigado.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Em relação a essa questão do que seria importante olhar, o que foi visto e o que foi colocado no relatório foi aquilo que a equipe que foi lá efetivamente e verificou entendeu que eram documentos mais importantes, eram os resultados mais importantes, foram... As apurações mais relevantes, elas estão colocadas no relatório, que eu resumi na minha transparência, que, no finalzinho, vamos entregar a todos os acórdãos do Tribunal. Então, eu não teria muito a acrescentar àquilo que foi a posição técnica do Tribunal e, posteriormente, a posição do próprio Plenário por meio do acórdão. Os aspectos mais relevantes, que nos chamaram mais atenção, da equipe, naquele momento, eles foram relatados, eles foram aprofundados e são esses... Esse é o posicionamento, é o que está ali no Relatório, no acórdão do Tribunal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O representante do Ministério Público não gostaria de falar alguma coisa sobre isso? Se for possível, claro.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu acho que V.Exa. me provocou até para falar isso. Eu vou falar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ainda bem. Acho que agora a gente vai render aqui, não é?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: É claro que sim. Veja bem, primeira questão. Aqui é o exercício pleno do controle externo. Está na Constituição. Então, é uma opinião minha. Eu não falo em nome do Tribunal de Contas da União. Eu sou o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Os Ministros têm a sua independência, nós temos a nossa independência. É por isso que nós convivemos assim. Nós fazemos recursos às decisões do Ministro quando entendemos que algum ponto de deva ser alterado. Então, essa convivência é muito harmônica, mas existem instâncias diferentes. Isso é a própria lógica da lei. Então, no meu entender, Deputado, sim, "quem pode mais, pode o menos". Não é verdade? Então, claro que o controle externo, que é exercido originalmente pelo Congresso Nacional, claro que pode ter acesso aos dados. Se não pode, quem que poderia ter?

Segunda questão, sobre as... Qual seria uma linha de ação no seio, assim, da CPMI? Realmente é muito complicado até nós nos imiscuirmos no trabalho, mas, como V.Exa. perguntou alguma sugestão que possa ser dada. O trabalho feito pelo Tribunal, é tecnicamente...

Está bastante correto, foi bastante minucioso, mas há um universo de despesas elevado. Talvez a linha pudesse ser verificar o que o Tribunal ainda não verificou. Verificar outras despesas que tenham ocorrido.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Por exemplo?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu não sei o que tem. Então seria, para se fechar isso, para te dizer, peremptoriamente, "está tudo em ordem ou há irregularidades que precisam ser corrigidas", precisa verificar, sim, complementarmente ao que o Tribunal já verificou, que foi por amostragem, o resto, e ver se está tudo em ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E o Ministério Público já solicitou esse complemento?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Eu pedi uma liminar suspendendo os cartões corporativos. Esse tipo de investigação não, porque foi feita uma auditoria na Presidência da República, agora, falando especificamente Presidência da República, e foram seguidos critérios de auditoria, não é verdade? Agora, a partir do momento em que se propõe isso, acaba a amostragem. São milhares e milhares de notas fiscais. Então, seria... Para mim, seria muito cômodo eu falar: "Vamos ver tudo". Fecha o Tribunal por seis meses-–

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Essa questão minha, Sra. Presidente, desculpa, das despesas, que eu tenho muito material de despesa no exterior. Eu pergunto-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso eu queria fazer uma pergunta, Vic, se você me permite, por exemplo, o Itamaraty, por exemplo, gastos do Itamaraty-

[soa a campainha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Gastos da Marinha, da Aeronáutica no exterior, é possível ou não? Perguntando para o Tribunal de Contas. A meu ver, é possível. Está, inclusive, na norma.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: É possível o quê? Desculpe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gastos do Itamaraty, das nossas embaixadas no exterior, da Marinha no exterior, da Aeronáutica no exterior, viagens do Presidente a outros países. É possível ou não gastos no exterior?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com o cartão corporativo?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, é suprimento de fundos, Deputado. Eu tenho um grande material de suprimento de fundos em de viagens do Sr. Presidente da República ao exterior. Então, essa pergunta que eu faço a ele, se isso é-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, essa é a última pergunta que o senhor está fazendo?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Foi a última pergunta. A penúltima, porque a última eu quero que a senhora me avise esse um minuto, só para encerrar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, já passaram seus cinco minutos, mas vamos fazer a última pergunta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu posso, então, essa do exterior fica para fora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, pode responder.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu prefiro que respondam depois, senão não vou poder fazer essa aqui. A senhora pode--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está certo. Eles englobam as duas, por favor.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O último processo aberto no TCU, sobre as questões dos cartões corporativos, por isso estamos aqui, é o 002824/2008, refere-se... Encontra-se em andamento. A pergunta que eu faço, o TCU, como órgão auxiliador daqui da Casa, do Parlamento, poderia remeter a essa Casa esse processo?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Como eu digo a V.Exa., é difícil, porque eu não sou Presidente do Tribunal de Contas da União e não falo em nome do Tribunal de Contas da União. O que posso dizer-–

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Do Ministério Público, o senhor não poderia falar. Teria que ser alguém do Tribunal de Contas que desse acesso a nós.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Isso é uma questão analisada pelo Presidente do Tribunal de Contas da União. Então, para o servidor do Tribunal de Contas da União, fica difícil dizer assim: "Pode, não pode etc." Mesmo que aparentemente possa, não é verdade? Então, isso... Mas se V.Exa. quiser uma resposta mais completa, eu passo aqui para os colegas do Tribunal.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vocês poderiam enviar para nós isso?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, a senhora poderia levar esse pleito ao Presidente

do Tribunal, para que ele mande, independente de nós aqui colocarmos em votação ou não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, nós temos vários requerimentos sobre esse assunto. Dia 26-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas vai ser negado, Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dia 26 nós votamos esse Requerimento. Tenho certeza que a base aliada vai querer votar a favor porque está havendo a necessidade, depois de quatro horas de debate, eu acho muito difícil alguém votar contra, se o Tribunal de Contas pode olhar, se a VISANET pode olhar, porque foi isso que nós vimos aqui, acho difícil a gente não votar um requerimento como esse. Como eu disse ao Senador Alvaro Dias, gostaria que esperasse semana que vem, quando vamos votar os requerimentos. Há vários requerimentos nesse teor, de vários Parlamentares, da base aliada também, então acho que fica fácil a gente poder discutir isso na próxima semana.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Independente desse voto de confiança que a senhora sabe que eu tenho em V.Exa., eu gostaria que a senhora fizesse um pleito ao Presidente, um pleito nosso de que ele, podendo mandar, ele mande para esse Deputado tudo que ele tem porque nós somos o órgão encarregado de fazer isso, para a Comissão. Claro que, chegando aqui, vou entregar para a Comissão. E, fatalmente, em dois meses, muita coisa vai chegar aqui.

Eu agradeço, mais uma vez, cheguei aqui achando que vocês eram os responsáveis, os inquiridos, os responsáveis por todo esse caos, mas eu vi que, realmente, depois a coisa se ajeitou porque acho que a coisa estava querendo encaminhar para o lado de que iria sobrar para vocês isso aí. Na verdade, o que nós queremos é outra coisa. Muito obrigado e, Sra. Presidente, obrigado pela atenção e sua paciência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Indio da Costa. Finalmente chegou sua hora.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): "Os últimos serão os primeiros". Depois de meu direito cassado aqui, por conta dessa desculpa do Regimento do Senado, houve uma votação aqui, e eu perdi, Deputado Vic. Mas eu queria dizer o seguinte, primeiro, foi tempo suficiente para chegar aqui a planilha, que mostra que a base está mentindo. A base aliada, a base do Governo, está dizendo que houve uma queda de gastos das contas B por conta do cartão corporativo. E aqui, segundo o SIAF, o que mostra aqui esse gráfico é que, do ano 2005 a 2007, só fez crescer, tanto o suprimento de fundos, sem cartão, como também os gastos do cartão corporativo. Está aqui. Vou entregar aqui à Mesa-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado, quem disse foi o TCU.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Além disso, eu gostaria... Eu peço, Presidente, que eu não seja interrompido, porque eu fiquei para o final, portanto, que meu direito seja consagrado. O Tribunal de Contas nos explicitou uma questão grave, que são os saques feitos nos cartões corporativos após as emissões das notas fiscais quentes ou frias, que, inclusive, o Tribunal de Contas encontrou notas fiscais frias, segundo os acórdãos que eu passei essa madrugada toda lendo; são vários acórdãos do Tribunal de Contas que, inclusive, quero elogiar, que são muitíssimo bem feitos.

Agora, essa questão não foi explicitada aqui. Não percebi na exposição e, se passou, eu não percebi. Já vi aqui no papel também. É muito comum o uso do cartão corporativo ser posterior à nota fiscal. Isso é roubo? Quer dizer, o sujeito gasta o dinheiro do Governo, na sua conta pessoal, usando seu próprio cartão, depois, saca no conta do Tesouro Nacional para se ressarcir do gasto que ele fez; apresenta, posteriormente, uma nota ao Governo, fria ou quente, para poder, então, dessa forma, justificar o gasto do dinheiro que ele sacou, quando foi pago pela sua própria conta pessoal ou de um terceiro. Isso me parece muito grave. No mínimo, é um adiantamento.

O sujeito chega lá, passa um cartão de crédito que vai pagar daqui a 30 dias, pessoal, e vai na conta do Tesouro Nacional, e tira o dinheiro público, para se auto-ressarcir daquele gasto que fez no seu cartão de crédito. Então, é uma questão muito grave, eu pergunto aos dois, essa é a primeira pergunta que tenho a fazer: Qual foi a conclusão do Ministério Público do Tribunal de Contas da União em relação... Qual a opinião que tem em relação a esse dinheiro que é pago com a conta pessoal do servidor público, e depois ele saca na conta do Tesouro Nacional, para se auto-ressarcir disso, em dinheiro?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Isso foi detectado, se não me falha a memória, nas primeiras auditorias. As auditorias posteriores, se não me engano, não detectaram. E, do que consta desse acórdão, não foi uma coisa, assim, que era uma regra geral. Houve casos, eles foram identificados, e o prejuízo maior era a questão da pontuação. Quer dizer, o benefício que o... Que a pessoa tinha ao fazer isso era ganhar a pontuação no cartão dela. Mas, nesses casos específicos-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Cobrir nota fria também, porque você pega a nota fria, a par-

tir da nota que você tem, você se ressarce. E, aí, não necessariamente a pessoa utilizou o cartão dela para pagar a conta. É uma forma também de encobrir esse roubo. Quando a nota é fria, é roubo. Para ficar claro para quem está nos ouvindo, nota fria é roubo. Você pega uma nota, não existe. Tira o dinheiro do Governo, paga o que você não recebeu, para isso que existe nota fria. Ou para cobrir alguma coisa. O sujeito foi lá em algum local e gastou o que não poderia gastar, ou no local que não poderia gastar, e aí, então, ele adquire uma nota fria para poder comprovar, teoricamente, que ele gastou num outro lugar. Só para ficar clara aqui também essa... O que é que a gente está falando.

[soa a campainha].

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Conforme eu mostrei na apresentação, a questão da nota fria, ela não é necessariamente um roubo. Ela pode ser um problema de crime fiscal. A empresa, ela dá a nota, aquela nota não está regular, por exemplo, está com uma IDF não autorizada ou uma autorização não está feita, aquilo não registra no FISCO, mas isso não necessariamente significa que o serviço não foi prestado. Pelo contrário, as apurações que nós fizemos, naquela última etapa da auditoria, foram nesse sentido-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Só para entender. O sujeito vai numa casa de massagem, pega uma prostituta. Vai dali para um motel, só para entender, porque temos algumas informações nesse sentido. Depois, ele pega uma conta, na verdade, uma nota fiscal de cimento e se ressarce disso, no mesmo valor. Porque, por acaso, o proprietário do motel é o mesmo proprietário da casa de massagem. Eu pergunto: Isso é uma nota fria ou quente?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Esse caso específico nós não tratamos. Você está pegando um outro exemplo-

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu estou perguntando um exemplo aqui, essa nota é fria ou quente?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Esse é um caso de nota fria que está associado à não execução do serviço que foi contratado. O que eu disse é que, no relatório que eu mencionei aqui, que eu detalhei ali, esse não foi o caso encontrado. O caso encontrado foi o caso em que você... A nota não era um documento fiscal regular, no entanto, as evidências todas apontaram no sentido de que o serviço teria sido prestado. Inclusive, com o pagamento... Depositado na própria empresa. Então, os achados da auditoria não são desse tipo que o senhor descreveu.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim, nesse caso, é fria ou quente? É fria?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Além de fria, houve um dano ao Erário.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim. Bom, a pergunta que faço, assim, de quem está, naturalmente, há horas, desde as oito e meia da manhã, quer dizer, já acompanhando, se preparando, a partir de nove e meia, já ouvindo as oitivas que foram, de fato, brilhantemente colocadas, mas a pergunta é a seguinte, de fato, com tantos acórdãos, o que foi encaminhado à Justiça Federal? Que providência foi tomada? Houve algum inquérito administrativo aberto pelo Governo Federal?

A base aliada do Governo diz que a oposição está aqui querendo ir na jugular do Governo... Porque, na verdade, até de forma irascível, defendendo essa CPMI. Não é bem isso. Na realidade, a gente tem aqui dados feitos pelo próprio Ministério do Planejamento que mostram que, apenas de junho a dezembro de 2004, a Presidência da República gastou cinco milhões, 624 mil reais com esses cartões. Sendo que, na realidade, os outros órgãos, um gastou quatro mil, outro 200 mil, cinco mil, não se trata aqui de perseguir a Presidência. Trata-se de que a Presidência, de fato, está gastando muito mais do que a média. Então, é por isso que a gente está em cima desse assunto, focado em quem está gastando mais, não necessariamente porque é na Presidência.

Agora, a pergunta que eu faço é assim, com tantas informações de irregularidades, de possibilidades de indícios de fraudes, notas frias, que providência concreta foi tomada, e aí eu perguntaria, do Ministério Público, representante do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, houve alguma abertura de processo? Alguém foi punido? Alguém teve que devolver o dinheiro, não por decisão política, como foi o caso do Ministro Orlando Silva, mas, por conta do procedimento judicial ou até interno administrativo? Alguém foi preso? O que aconteceu?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Deputado, não. Ninguém foi preso. Desculpe, está dando para escutar? Parece que o microfone está falhando-

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Estou ouvindo, estou ouvindo-

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: --Que eu saiba, ninguém foi objeto ainda de nenhuma sindicância ou inquérito administrativo relativamente a isso. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União determina que, uma vez verificadas irregularidades que possam ensejar outros tipos de ação, ou seja, as ações de improbidade, ações cíveis públicas ou ações

penais, a cargo do Ministério Público Federal, sempre fazendo distinção entre o nosso Ministério Público e o Ministério Público Federal, então, isso deve ser remetido. Então, entendo sim que, ao fim das apurações pelo Tribunal de Contas da União, caracterizadas as irregularidades, isso obrigatoriamente terá que ser remetido às outras instâncias para que eles entrem com suas ações próprias.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O acórdão não é a consolidação de uma investigação?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Sim, mas, nesse caso, não foi um processo de auditoria. Não foi um processo de débitos, e prestação de contas, de tomada de contas.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim, mas quer dizer, então, o seguinte, o acórdão não necessariamente ele é remetido? Quer dizer, então, se identifica que tem irregularidades, a justiça não faz nada porque ela não recebeu essa informação. E ela só receberá no final... Só receberá no final da auditoria completa, que ainda pode levar alguns anos?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: V.Exa. tem toda razão. Vou verificar isso relativamente aos processos que não ensejam isso pela Lei Orgânica, e pode ter certeza V.Exa. que nós adotaremos as atitudes cabíveis.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito obrigado. Sra. Presidente, última pergunta, só para tornar-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que fosse... Queria informar aos Srs. Deputados e Senadores que o Senador Flexa é o último inscrito e, depois, o nosso segundo convidado do grupo de hoje já está aí, esperando faz horas, e nós vamos ouvi-lo ainda hoje. Então, Deputado, eu gostaria que fosse bem conciso na sua pergunta, e encerramos essa questão depois do Senador Flexa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidenta, posso fazer um pedido ao Deputado Indio?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele falou que, com recursos públicos, foi contratada uma prostituta-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Não falei isso não. Perguntei se, por acaso, isso acontecesse, como seria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele colocou apenas um exemplo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O senhor não tem nenhum documento dessa natureza, não–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu deixei bem claro para ela, se por acaso isso acontecer, porque eu li na imprensa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio, pode fazer a sua...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Mas a minha pergunta é outra, agora bem objetiva, que é o seguinte. A aquisição de esteiras ergométricas é permitida por cartões corporativos?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Eu gostaria só de completar, porque a pergunta anterior que o senhor fez, os acórdãos e os documentos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, daquele último acórdão, que detectou-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Foi feita a denúncia? Ou não ofereceram a denúncia?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não, nós encaminhamos toda a documentação com aqueles problemas das notas fiscais, toda aquela descrição daquele problema, porque o Tribunal, como eu relatei, ele foi até o ponto que o Tribunal poderia ir, no sentido de fazer todas as constatações, recolher todos os indícios de que teria havido a prestação do serviço.

Agora, a partir do momento que a gente não tem a quebra de sigilo, não havia como você concluir alguma coisa de forma mais categórica, mais cabal. E até por conta disso que toda a documentação foi encaminhada, não só ao Ministério Público, Receita Federal, Secretarias dos Estados da Fazenda, tem uma lista de encaminhamentos muito grande no último acórdão do Tribunal, exatamente por conta disso.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Mas o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União não tem essa informação?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Não, não tinha essa informação.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Na realidade, como foi encaminhado, então, sem passar pelo representante? Foi direto para o Ministério Público?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não, está no acórdão. Foi determinado no acórdão. O acórdão 270--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Está determinado, mas não foi encaminhado, porque o Ministério Público, até aonde a gente tem informação, não ofereceu denúncia de nada.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Ele vai direto. Foi um equívoco na minha informação e, se não tivesse sido encaminhado, nós encaminharíamos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, a senhora poderia encaminhar para a Presidência da nossa Comissão, então, por favor, a informação de quando foi encaminhado? Só para a gente saber se o Ministério Público está sendo lerdo ou não. Se demorou muito tempo para o Tribunal de Contas encaminhar, tá? Então, só para terminar, então, a resposta da minha pergunta-–

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Das esteiras ergométricas?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): É. É permitido, pelo uso do cartão?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: É o seguinte, eu acho importante frisar que não existe uma relação exaustiva do que pode e não pode-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Uai, só um minutinho, pela lei, diz que material permanente não pode.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Não. Exaustivo ao nível de esteira rolante...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Mas esteira rolante é material permanente, então, não pode. Ou pode? Qual é a compreensão do Tribunal de Contas, que é o nosso órgão do Congresso para fiscalizar o Executivo? Pode ou não pode? Material permanente. Pela lei, diz que não pode. Esteira ergométrica é material permanente. E a senhora está abrindo a possibilidade de haver uma exceção daquilo que pode e não podendo. Pode ou não pode material permanente? O que diz a lei, por favor.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Vamos separar de duas formas aqui. A compra, você pode questioná-la porque foi feita indevidamente, como suprimento de fundo...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado. Essa é a primeira pergunta que eu tinha a fazer. Só isso.

Agora, para finalizar, só o seguinte, bom, tendo em vista que essa notícia foi colocada pela Folha de São Paulo e divulgada amplamente por todos os jornais, revistas, televisão, o Presidente da República, através de seus seguranças e os seguranças do Presidente, foram a uma loja lá em São Bernardo do Campo, e compraram esteiras ergométricas, peso, etc. e tal, para montarem uma academia de ginástica para se cuidarem, estarem aptos a fazer a segurança do Presidente, foi a desculpa que eles deram. O Ministério Público, vai a pergunta aqui, junto ao Tribunal de Contas, já elaborou alguma representação para abrir investigação sobre a compra dessa referida esteira? Só para dar um exemplo específico aqui, pontual, que foi amplissimamente(F) divulgado pela imprensa nacional.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Esse fato e inúmeros outros fatos serão objeto dessa auditoria que está sendo iniciada agora pelo Tribunal de Contas da União. Na verdade, essas questões foram até a causa dessa auditoria. Com certeza, esteira, ou o que quer que seja, que vá acontecer mais, quem sabe mais o que nós iremos nos deparar pela frente. Mas isso será investigado dentro das técnicas da auditoria. Não se pode esperar que nós vamos ver todas as notas fiscais. São centenas e milhares de notas fiscais. Teríamos que parar o Tribunal por seis meses e não íamos conseguir resolver isso. Mas claro que essas questões serão verificadas. São questões agora recentes e serão sim–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Se precisar de crédito extraordinário e apoio do Legislativo, o tribunal terá, viu?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço, Deputado Indio. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidenta, Senadora Marisa Serrano, nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, Srs. convidados, Srs. Deputados e Srs. Senadores. Vou falar com muita tranqüilidade. Preocupa-nos realmente o andamento e o resultado final dessa CPMI. Mas, ao mesmo tempo em que nos preocupa, nos dá uma certa segurança, pela Presidente e pelo Relator, de que farão todos os esforços para que a sociedade brasileira, que nos assiste, ao vivo, que, com a cobertura da mídia, possa saber quem é que está tentando evitar a elucidação de todas essas questões que foram aqui colocadas, seja iniciando, por agora, nesse Governo, indo ao Governo anterior, o que não nos preocupa em nada, acho que nós temos que abrir todo o tempo, desde as contas tipo B até os cartões corporativos, e quem realmente quer que isso chegue a conhecimento público.

Eu discordo do nobre Relator, Luiz Sérgio, sei que V.Exa. foi escolhido como Relator pela sua competência, pela sua... Eu diria, devoção partidária e pelas relações que V.Exa. tem com o Presidente da República, inclusive, divulgadas pela imprensa. Então, a escolha de V.Exa. foi uma escolha que atende todos os pré-requisitos que o Governo gostaria de ter. Eu espero que a competência de V.Exa. e a história de sua vida pública prevaleçam sobre as outras, para que V.Exa. possa realmente fazer um trabalho que traga à sociedade as informações que nós queremos ter, e eu espero que nada de irregular tenha acontecido ao longo desse período, tanto do Presidente Lula quanto do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, ao iniciar essa Sessão, depois das oitivas, V.Exa. fez uma referência de que haveria intenção ou

a vontade da quebra do sigilo, baseada em reportagens de jornais. Não é verdade, Relator. Não é verdade. Nós não estamos aqui nos baseando ou tomando como referência reportagens da mídia. Nós estamos tomando como referências dados concretos, informações concretas do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, que nos levam à necessidade de haver realmente as convocações, as quebras de sigilos, até porque já está provado por essa Sessão, Presidente, Senadora Marisa Serrano, que sigilo não há. Porque não havia até 2004; até 2004, as despesas eram colocadas ao conhecimento de todos. A partir de 2004, se começou a ter despesas-

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Sigilosas que a Segurança Nacional e a segurança familiar do Presidente requerem. Não sei se há coincidência com a CPI do Mensalão, que foi em 2005, tenha mudado a sistemática e tenha obrigado o Governo a tornar sigiloso aquilo que não era. E que não é. Porque eu estranho que o Tribunal de Contas tenha acesso a essas contas e o Congresso Nacional não tenha acesso a essas mesmas contas. Que sigilo é esse? O sigilo que o técnico do Tribunal pode analisar e os representantes do Congresso Nacional não podem ter acesso também? A credibilidade ou a confiabilidade é do Tribunal e não é do Congresso? Eu estranho isso.

Foi dito aqui pelo Dr. Marinus que... Ou pela representante do TCU que foram investigados sete mil e poucos cartões corporativos. A informação que nós temos é que há, em uso, 11 mil e poucos cartões corporativos. Quantos cartões corporativos existiam no Governo de Fernando Henrique Cardoso e quantos existem hoje? A informação que nós temos também é que há uma diferença de inimaginável, o que nos leva a crer que houve, e aí eu faço as perguntas, houve uma distribuição graciosa desses cartões para aparelhamento da máquina governamental. Porque você foge ao controle da despesa por tudo aquilo que foi dito.

Então, eu perguntaria, e eu vou fazer a pergunta e os nossos convidados respondem à medida que caiba a cada um, primeiro: Foi perguntado se nota fria é roubo, desvio, irregularidade. Já foi dito que nota fria pode ser um problema fiscal. Mas também pode ser uma... Encobrir uma despesa que não foi feita, como foi colocado aqui pelo Deputado Indio. Você faz uma despesa de um determinado tipo e apresenta uma nota diferente. Apesar da nota... Essa nota, apesar de... Na Legislação, estar correta, a empresa existir, mas ela não corresponde ao fato do que foi gasto. Mas nota calcada, que aqui foi dito que foi identificada pelo TCU, nota calcada é roubo sim. Eu quero só a confirmação disso. A identificação de nota calcada, e é importante que a sociedade brasileira, aqueles que não saibam o que é nota calcada, tomem conhecimento. É uma nota, como disse a representante do Tribunal de Contas da União, cujo valor, na segunda via, é diferente do valor da primeira via. Ou seja, há um aumento de valor na prestação de contas daquele realmente gasto.

Eu perguntaria se, no entendimento do TCU e do Ministério Público junto ao TCU, o Decreto-Lei 6.370, se ele atende, na visão de V.Sas., atende à necessidade de diminuir a fragilidade do uso dos cartões corporativos, se atende à questão de critérios de saque, atende à questão de critério de saque e...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para concluir. E também eu gostaria de saber se os mecanismos de controle e fiscalização hoje existentes já são suficientes ou não. Quais os critérios para a definição de despesas sigilosas? Porque, na Presidência da República, em 2007, foram gastos quatro milhões com cartões corporativos. Dos quatro milhões de reais, 3.7, considerados como sigilosos, ou seja, mais de 90% das despesas são sigilosas. Qual é o critério? O que define o que é sigiloso e o que não é sigiloso?

E, para concluir, Presidente, qual o auxílio aqui... Qual o procedimento do TCU, já foi dito aqui, com relação às irregularidades nas despesas sigilosas. Se ele tem acesso à despesa sigilosa, faz análise dessa despesa sigilosa, como é sigiloso, ele não pode fazer com que, no seu relatório, aponte as irregularidades nas despesas sigilosas ou pode? Ou, quando o TCU analisa as despesas sigilosas, encontra irregularidades, ele aponta, aí, identifica qual despesa sigilosa que está irregular também? Essa é a pergunta. E a nota não é calcada, é calçada. Só para correção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A resposta.

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: V.Exa. me permite, nós vamos dividir um pouquinho as respostas aqui. Nota fiscal é crime. Não está tipificado no Código Penal como roubo. Roubo é outra coisa, mas é crime. Então, tem uma tipificação no Código Penal, qualquer das hipóteses.

Segundo lugar, a questão do Decreto, já havia abordado superficialmente isso, entendo, V. Exa., que o Decreto, por mais boa intenção que possa ter tido, não se constituiu num mecanismo eficaz para resolver essa situação. Repito, questão matemática. Vamos pegar 175 milhões, gastos em suprimento de fundo. A partir de junho, tudo será com cartão. 30% de saques. Então, vamos calcular, 30% de 175, nós chegaremos

aos nossos 50 e pouco milhões de saques que estão ocorrendo hoje, entretanto, já, digamos assim, com uma autorização oficial para que isso ocorra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A senhora tem alguma sugestão-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nesse caso ele legaliza a irregularidade.

[falas sobrepostas].

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: --Ou seja, se não tiver um mecanismo de controle eficiente, eu não digo o saque; o saque pode ser 30, 90 pode ser 1%. Mas é o mecanismo do saque. Nesse caso, em junho, não resolve. Vão continuar os mesmíssimos 50 e tantos milhões nos saques, se usarem os 30%.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Muito brevemente. Duas respostas que eu gostaria de responder aqui. Primeiro, é o seguinte, quando há problema numa despesa sigilosa, o tratamento é normal. Você identifica o responsável; o tratamento processual é exatamente o mesmo. Eventualmente, você pode cogitar de manter o sigilo no processo, mas todas as providências para ressarcimento são regularmente adotadas se isso for detectado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, como manter o sigilo, se o TCU vai ter que fazer com que o servidor faça a restituição daquilo que foi gasto irregularmente?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: O Tribunal mantém o sigilo dos processos, dos documentos, do que consta ali, o que ensejou a apenação(F) da pessoa, o débito, por exemplo. Mas a pessoa tem que ser identificada. O ofício vai ser mandado para ela, e ela vai saber que tem um problema. A outra coisa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só ela?

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Bom, vai depender do caso. Certamente, as pessoas, os administradores envolvidos também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, não há mais sigilo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Agora só um exemplozinho, que o senhor falou que a nota calçada é necessariamente roubo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já houve a correção. É crime.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Queria até dar um exemplo-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depende, não. Quem-–

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O importante, Senador Flexa Ribeiro, a nota calçada, no meu entendimento-–

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): A pergunta é a seguinte: A nota calçada, o que é a nota calçada?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, explique-

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): A pessoa... Eu vou a qualquer restaurante em Brasília. Essa pessoa me dá uma nota. Ele pode, no talão, para não pagar imposto, preencher o talão com um valor menor do que aquele que ele me deu. Essa é a nota calçada.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu pergunto ao Tribunal de Contas se não é isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nota calçada é quando o usuário muda o número. Tanto faz.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí, é nota adulterada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, Senador, eu gostaria só que a doutora terminasse. Ela estava terminando. Vamos deixar concluir primeiro-– sobrepostas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É importante, quero que o TCU fale sobre a nota.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O que é nota calçada?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dra. Vanda, a senhora está com a palavra. Ela quer dar o exemplo aqui, faz favor. Deputado Indio, faz favor, ouça a Dra. Vanda.

SRA. VANDA LÍDIA ROMANO DA SILVEIRA: Pelo menos no Relatório, a forma como foi usado o termo, a nota que foi alterado o valor de face mesmo, que você vê que é uma alteração grosseira, foi chamada de nota adulterada. Os casos concretos que nós achamos de notas calçadas, vou citar um exemplo porque ele é bem significativo. Por exemplo, locação de um veículo, com motorista, por um período de oito diárias. O valor de face, o valor que foi pago pela

Presidência foi de 3.240. O valor que foi declarado ao FISCO, segundo a informação da Receita lá do Estado, foi de 324 reais. Então, não há muita dúvida de que R$324,00 é o preço-–

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, eu quero... Eu quero agradecer-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A falta que faz--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Governo contrata empresas que fazem isso. É o contrário. Não é o servidor-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer muitíssimo-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --A atenção de todos, e quero dizer apenas que o Relator ainda tem a última pergunta a fazer e, aí, damos por encerrada essa primeira fase. Já estamos com o nosso convidado, o ex-Ministro Paulo Paiva aqui presente, que vai falar sobre por que é que foram criados os cartões corporativos. Com a palavra, o Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Primeiro, aqui, ao Senador Flexa Ribeiro. Quando me referi, eu me referi a uma vasta jurisprudência que temos no Supremo Tribunal Federal acerca de quebra de sigilo. Mas, evidentemente, que esse debate vamos fazer aqui no momento oportuno. E eu me referia a uma dessas jurisprudências, que o Ministro Joaquim Barbosa deixa, de forma muito clara, de que é vedada a quebra de sigilo bancário e fiscal com base em matéria jornalística. Eu me referia à jurisprudência do Supremo, baseada no parecer dele. Não estava aqui dizendo senão outra coisa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é este caso?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não. Eu me referia à jurisprudência. A outra, acho que, para os bons trabalhos aqui da CPMI, não pode ficar nenhuma dúvida. Primeiro, não estou aqui nem como advogado do Governo nem como Promotor. Nós estamos aqui na busca da verdade. E como estamos na busca da verdade, acho que o tipo da expressão "a base do Governo está mentindo ou base do Governo está falando a verdade", acho que não ajuda. Então, queria perguntar ao representante aqui do Tribunal de Contas da União, de 2001 a 2007, os gastos, ano a ano, com a conta suprimentos de fundo, houve um processo que diminuiu ou aumentaram os gastos? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, o seguinte: Quando a representante do Tribunal de Contas se referiu às contas do tipo B, ela usou a expressão, salvo se eu entendi errado, que antes, com as contas tipo B, era tudo saque. Aí, o representante do Ministério Público frisou e fez questão de frisar, por três vezes, repetindo antes a conta B era cheque. Cheque. Como se, deixando passar a idéia que, com a conta B, não havia saque. Então, no meu entender, um cheque alguém pode pagar com cheque, como também pode sacar todo o dinheiro e criar o mesmo mecanismo. Então, não podemos aqui ter dúvidas.

A outra é que o representante do Ministério Público, ao citar gastos como sendo gastos convocados, ele usou no plural. Os gastos em *shopping center*, em *Free Shop*, como se tivesse mais de um caso. Existe um caso além do já noticiado, da Matilde, em gastos em *Free Shop*?

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: Com certeza, Deputado. Obrigado por me corrigir. Gastos que a gente usa é força de expressão. Porque nós sempre pensamos, não no particular, e sempre na questão genérica. Sempre, quando vem na minha cabeça, é a hipótese de ocorrerem gastos em *Free Shop*. Com certeza, V.Exa. tem toda razão.

Segunda questão, temos uma Instrução Normativa, que diz que o processo de pagamento, pela conta B, é feito mediante utilização de cheques. Então, isso apresento, naturalmente, a V.Exa.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas V.Exa. não tem conhecimento, de fato, que, por conta B, foi feito saque na boca do caixa e-–

SR. MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO: O sistema tem suas fragilidades e, com certeza, na conta B também não está esta hipótese descartada, com certeza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, Dr. Marcelo?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Obrigado, Sra. Presidente. Em relação à conta B, é exatamente isso. A conta B é movimentada mediante cheque. O saque, existia ou existe, o saque nas outras modalidades de suprimento de fundos, que não o cartão, na modalidade de ordem bancária de pagamento, que é uma ordem bancária emitida pelo órgão, em favor daquele servidor, que é o suprido, e o servidor vai ao caixa e saca. Então, existe também essa modalidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Numa conta especial?

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Numa conta especial. O que acontece aí é o seguinte. Com o

advento do cartão, e agora com o Decreto 6.370, tudo isso tende a ser substituído pelo cartão.

A outra questão, relativa à evolução dos gastos, eu mostrei um quadro, não sei se pode ser apresentado novamente, que, de 98 a 2007, a despesa com suprimento de fundos, a despesa mediante suprimento de fundos, e aí incluem todas suas formas, ela evoluiu de 95 milhões de reais, em 98 para 175, em 2007. Há um acréscimo gradual. Porém, se nós observarmos essa mesma despesa comparada com o total da despesa licitável do Governo, nós vamos ver que não há uma elevação. Há uma tendência de permanecer-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho, não precisa não que todos têm essa... Já foi distribuído. Todos têm aí.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, só uma Questão de Ordem, porque eu perguntei ao Dr. Marcelo informalmente e seria interessante que ele esclarecesse agora, porque ele falou que 2000, 2001 e 2002 deveria ser desconsiderado porque houve um erro contábil do SIAF. Eu só queria que isso ficasse, de fato, registrado que, num determinado momento, o Deputado Paulo Teixeira disse que os gastos de 2001 e 2002 beiram a 240 milhões, e esses dados, foi dito aqui textualmente, e eu gostaria que ele repetisse, devem ser desconsiderados em razão do erro contábil.

SR. MARCELO LUIZ DE SOUZA DA EIRA: Sim, Deputado. Esses dois anos, eles não podem ser considerados em comparação com os demais em virtude de uma alteração que houve no SIAF. Algumas despesas que não eram consideradas suprimento de fundos, em exercícios anteriores e em exercícios posteriores também, foram contabilizadas nessas modalidades, nesses dois anos. Então, a nossa sugestão é interpretar o gráfico, abstraindo os anos de 2001 e 2002. Como o percentual da despesa licitável, há uma tendência a uma constância ou até uma leve queda, como esse gráfico mostra.

Agora, comparando, então, conta B com o cartão, acho que é mais uma, aí é aquilo que eu disse, está crescendo a despesa com cartão. Está crescendo, principalmente com saques. E está havendo um correspondente decréscimo da despesa com outras formas que, inclusive, a conta B. Não há ainda como avaliar, de uma forma cabal, se é mera substituição. Ainda temos poucos anos ali para analisar. Mas, em princípio, o que está acontecendo é isso, está havendo um crescimento da despesa mediante uso do cartão e um decréscimo das outras formas de suprimento de fundos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu queria agradecer muitíssimo a vinda aqui, a nosso convite-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Por favor, Sra. Presidente, porque, na realidade, fui eu que trouxe esse tema aqui, e o Relator Luiz Sérgio-–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas nós já terminamos, Deputado Indio, e o nosso outro convidado já está esperando.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Tudo bem. Eu só queria entregar para o Marcelo que, na realidade, o gráfico que eu tenho aqui, que é retirado do SIAF, ele não diz isso. Ele mostra que houve um crescimento, não só do cartão corporativo, como também do suprimento de fundos sem cartão. Na realidade, é uma forma muito inteligente, e aí, não estou dizendo nem que seja aqui... Que o senhor tenha vindo aqui defender o Governo. Não é isso não. Mas é uma maneira de você dizer que o percentual do licitado, que em cima do percentual do licitado, diminuiu. Se sabe que nunca o mundo foi tão líquido, nunca se arrecadou tanto nesse país e, obviamente, que o percentual do licitado a longo prazo pode ter sido até menor, mas, em valor nominal, foi maior do que vinha sendo. Foi crescendo. Vou lhe entregar meu gráfico aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Indio. Eu quero agradecer muitíssimo ao Dr. Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; ao Dr. Jorge Pereira de Macedo, que é o Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Dra. Vanda Lídia Romano da Silveira, que é Secretária da 6ª Secretaria de Controle Externo, e do Dr. Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário de Macroavaliação Governamental.

Queria agradecer muitíssimo aos quatro, dizer que relevem algum tipo de expressão utilizada aqui; essa é a Casa dos senhores e da senhora também porque, afinal de contas, trabalhamos pelo mesmo objetivo, e eu tenho certeza que a vinda de vocês aqui foi muito rica para o conhecimento que todos os pares precisavam para que essa CPMI possa continuar. Agradeço muitíssimo e vou fazer o agradecimento efetivo ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público pela vinda dos senhores aqui.

E agradecendo a... E terminando, encerrando essa primeira parte do nosso roteiro, eu queria convidar para vir à Mesa... Obrigado pela presença. Eu queria convidar para vir à Mesa o Dr. Paulo Paiva, ex-Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A senhora não vai dar nenhum tempinho para gente comer alguma coisa? Nós vamos direto? A senhora vai pedir algum sanduíche para nós?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu ia sugerir, Deputado, que nós podíamos continuar aqui, são duas horas, e se a gente achar que há necessidade, a gente suspende. Se acharmos que com a explanação dele e pelo número de Parlamentares presentes, eu acho que aí nós encerraríamos. Obrigada.

A Secretaria está... Foi pegar a nova lista de inscrição, que vai passar pelos Srs. Deputados e Senadores. Eu agradeço-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço ao Dr. Paulo Paiva por ter acolhido o nosso convite e quero lhe passar a palavra por 20 minutos.

SR. PAULO PAIVA: Boa tarde, Senadora Marisa Serrano, Presidente dessa Comissão, Deputado e Srs. Senadores, Srs. Deputados. Certamente, com uma satisfação e com prazer que retorno a essa Casa, ao Congresso Nacional, depois de aproximadamente 10 anos fora do... Da atividade pública federal. O faço com sentimento e com a certeza de que posso, nesse momento, colaborar com a CPMI que investiga o uso dos cartões corporativos no nosso país.

E entendo que o convite à minha participação é para que eu pudesse fazer uma exposição e apresentar, possivelmente, as justificativas de um ato do qual eu fui co-responsável, em 1998, na abertura da possibilidade do uso de cartão corporativo e cartão de crédito corporativo.

De fato, eu gostaria inicialmente, nessa exposição, e eu sei, serei breve, em primeiro lugar, para permitir que os senhores e senhoras possam fazer as perguntas e as indagações que julgarem convenientes e, em segundo lugar, eu entendo que já estão aqui há algumas horas e sem almoço, então, não quero tomar o tempo dos senhores e das senhoras, mas creio que seria importante eu fazer algumas considerações.

A primeira delas é que tem a ver com a estrutura da organização dos Ministérios e as competências dos Ministérios. Isto é importante para entendermos e, certamente, para entender alguma exposição que eu faço, e um pouco limitar a minha participação nesse tema. Não que eu não tenha, e tenho co-responsabilidade por ele, mas, temos de entender esta... Essas limitações.

As competências relativas à Administração de recursos de informação e informática e serviços gerais, assim como Administração de gastos e promoção da qualidade do serviço público, no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, entre janeiro de 95 e o final de 98, eram atribuídas a então... Ao então criado Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado – MARE. E esse Decreto que vou me referir tem origem no MARE. Somente no seguro Governo que, com a extinção do MARE, estas atribuições passaram ao Ministério, na época, chamado Ministério de Orçamento e Gestão e, posteriormente, passou-se, então, a chamar-se Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Eu tive a honra e prazer de exercer o cargo de Ministro de Planejamento e Orçamento entre abril e dezembro de 1998, e exercer o cargo de Ministro de Orçamento e Gestão entre janeiro e março de 1999. Posteriormente, deixei o Governo e fui assumir o cargo de Vice-Presidente de Planejamento e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, onde fiquei fora do país por seis meses. Então, eu gostaria de aqui, e creio que essa é razão... Creio que é a razão principal pelo convite à minha participação é apresentar um pouco as justificativas do Decreto 2.809, de 22 de outubro de 1998, que permitiu, previu a utilização de cartões de crédito corporativos.

O referido Decreto dispõe sobre aquisição e utilização de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, e fundacional. Sra. Presidente, Senadora, eu gostaria de pedir a permissão para que eu pudesse ler, é curto, a exposição de motivos que... Pela qual nós encaminhamos ao Presidente da República a proposta deste Decreto. Ela é uma exposição de motivos interministerial, nº. 61, do Ministério da Administração e Reforma do Estado, da Administração Federal e Reforma do Estado, e a exposição de motivos diz o seguinte: "Excelentíssimo Sr. Presidente da República, submetemos à elevada consideração de V.Exa. proposta de Decreto que estabelece normas relacionadas à aquisição e concessão de passagens aéreas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, em decorrência dos motivos a seguir expostos: As despesas com passagens aéreas e diárias da administração direta, autárquica e fundacional, em 1997, foram de 470 milhões de reais. Sendo que parcela considerável dessa despesa deve-se ao fato de o Governo não usufruir freqüentemente dos descontos promocionais e das tarifas reduzidas, praticadas pelas companhias aéreas por não dispor, em contrapartida, dos mesmos mecanismos de pagamento de que se utiliza a iniciativa privada. O segmento privado, em suas

aquisições, obtém descontos que podem chegar, em alguns casos, a 60% do valor da tarifa básica, também denominada tarifa cheia, em virtude de pagamento à vista, aí considerado aquele por intermédio do cartão de crédito.

A minuta do Decreto que ora submetemos a V.Exa. contempla a possibilidade de pagamento à vista das despesas com passagens aéreas, por intermédio da utilização de cartão de crédito corporativo, atribuindo aos órgãos governamentais recurso que viabilizará aquisições desse serviço, nos mesmos moldes da iniciativa privada, com relação aos descontos praticados no mercado. O Decreto trata também de novos critérios de utilização das diferentes classes de serviços de transporte aéreo, restringindo o uso da primeira classe e da classe executiva.

Diante do exposto, pode-se constatar a importância da edição desse Decreto, que contribui para a necessária e imprescindível redução dos gastos públicos, de forma perfeitamente coerente com a determinação de V.Exa., no sentido da austeridade e da permanente busca da maior eficácia do serviço público federal. Respeitosamente, assinam Cláudia Maria Costin, Ministra de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado interina, Pedro Malan, Ministro de Estado da Fazenda e Paulo de Tarso Almeida Paiva, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento".

Srs. Senadores, Srs. Deputados, no Decreto, em seu art. 2º, ele estabelece que órgãos e entidades devam adquirir a passagem pelo menor preço dentre aqueles oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive os decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem.

Estabelece ainda, em seu art. 4º, que "sem prejuízo das demais cláusulas, o instrumento convocatório da licitação, relativo a prestações de serviços de fornecimento de passagens aos órgãos e entidades deverá obrigatoriamente conter cláusula que preveja o compromisso da utilização de tarifas promocionais para os serviços prestados, sempre que colocadas à disposição pelas companhias aéreas e permita o julgamento das propostas, com base num maior desconto oferecido pelas agências de viagens sobre o valor de suas comissões". Como se vê, Srs. Senadores e Deputados, o objetivo do Decreto é buscar reduzir os preços das passagens aéreas. E ele está restrito a essa questão, conforme expresso na exposição de motivos que acabei de ler.

Nesse contexto, em seu art. 5º, o Decreto admite a possibilidade de utilização de cartões de créditos corporativos para o pagamento de passagens aéreas emitidas com tarifas proporcionais ou reduzidas. Textualmente, diz o art. 5º: "Sem prejuízo das demais formas de pagamento previstas na Legislação, as passagens aéreas emitidas com tarifas promocionais ou reduzidas poderão ser pagas mediante utilização de cartão de crédito corporativo ou, excepcionalmente, de suprimento de fundos".

Parece-me claro que a possibilidade do uso de cartão de crédito corporativo, ou mesmo que excepcionalmente, do suprimento de fundos, objetiva, neste Decreto, garantir a compra pelo preço promocional, posto que a compra faz-se com pagamento a vista. Tanto é assim que o parágrafo único do art. 5º veda a aceitação de qualquer acréscimo em função de pagamento na forma prevista no *caput* do artigo, inclusive taxas de adesão, de manutenção, anuidade ou qualquer outra decorrente da obtenção e uso do cartão de crédito corporativo.

Dessa forma, vê-se que a possibilidade do uso do cartão de crédito corporativo, admitida pelo Decreto 2.809, de 22 de outubro de 1998, está absolutamente restrita ao pagamento de aquisição de passagens aéreas, quando emitidas com tarifas promocionais ou reduzidas. Veja que o art. 6º veda sua utilização em finalidade diversa da prevista no Decreto e define o ordenador de despesas como autoridade responsável pelo uso do cartão de crédito corporativo.

Finalmente, o art. 9º imputa aos órgãos do sistema de controle interno a competência para zelar pelo cumprimento do Decreto e o art. 10 indica que os Ministérios da Administração Federal e Reforma do Estado e da Fazenda, em seus respectivos âmbitos de atuação, poderão instruir normas complementares para o cumprimento do Decreto. De tal forma que, em 29 de dezembro de 1998, o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira baixou a portaria 3.534, normatizando o uso dos cartões de crédito que, pelo que eu tenho notícia, só foi implementado mais tarde.

Então, para finalizar essa minha apresentação introdutória, eu queria dizer que, de fato, esse Decreto, ele criou a possibilidade, abriu a possibilidade para o uso de cartão de crédito, ele não cria o cartão de crédito corporativo, esse é um produto que estava no mercado e, simplesmente ou unicamente com o objetivo exclusivo de permitir que se realizassem pagamentos à vista e o Governo pudesse ter redução no custo das passagens aéreas no nosso país.

Sra. Senadora, essas eram as minhas observações introdutórias. Agradeço a todos a gentileza pela atenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Paulo Paiva, nós que agradecemos a sua explanação. Quero passar a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro Paulo Paiva, o convite que foi feito e que constou no roteiro de trabalho que apresentei, e que incluiu o nome de V.Exa. tem, da minha parte, o objetivo único de ter conhecimento de questões que já foram aqui apresentadas e outras que vou aqui apresentar, porque nós assistimos a um enorme debate, na sociedade brasileira, acerca dos cartões hoje, cartão de pagamento do Governo Federal. Então, o conjunto de perguntas que tenho aqui são apenas cinco. A primeira delas é de que, quando V.Exa. chegou no Ministério, até a formulação desta possibilidade desse Decreto, isso foi uma iniciativa sua ou V.Exa. deu prosseguimento a um debate, a um acúmulo que já vinha ali tendo, dentro do Ministério do Planejamento? E, então, eu gostaria de ter essa informação.

As outras... É que se, na proposta apresentada, no estudo que foi feito, se foi levado em consideração experiência de outros países ou de outros governos...

A terceira pergunta é que, embora o Decreto tenha criado esta possibilidade em 98, só em 2001, quer dizer, três anos depois, é que efetivamente nós tivemos a regulamentação e os primeiros cartões. Quer dizer, isso se deu a alguma resistência ou isso se deu devido a uma cultura que, a meu ver, ainda existe na máquina pública, de resistência a mudanças...

E, para concluir, qual é hoje, depois de todos esses anos do cartão de pagamento ter se tornado uma realidade de muitos Governos, de Estado, de muitas Prefeituras, de muitos órgãos públicos, qual é a sua visão sobre o cartão de pagamento do Governo Federal? Ela se modificou da iniciativa inicial, de quando V.Exa. propôs, ou V.Exa. reafirma um ponto de vista de ser esse um instrumento positivo para a Administração pública?

SR. PAULO PAIVA: Agradecido, Deputado Luiz Sérgio. Tentarei responder às suas perguntas com bastante objetividade, em função do tempo. Em relação à primeira pergunta, de fato, o tema não era tema objeto do Ministério do Planejamento. Era do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Então, esse tema certamente estaria sendo discutido no Ministério da Administração Federal, o chamado MARE. Então, eu temo que eu não tenha as informações suficientes para recuperar as discussões que foram feitas, se haviam discussões anteriores, se foram desenvolvidas ali dentro. A participação do Ministério do Planejamento, como do Ministério da Fazenda, neste ato, assim como em outros atos que têm efeitos do ponto de vista e ponto de vista financeiro, são co-responsáveis, participam, assinam o Decreto e a participação do Ministério do Planejamento e Orçamento, nesse ponto, foi restrita a isso.

Entendo, e... Da segunda questão, com relação a experiências de outros países, e eu entendo que nós estamos num processo de evolução, do ponto de vista da Administração Pública, e, certamente, a introdução de instrumentos que permitam maior eficiência no gasto público, permita a redução de gastos, que permita maior transparência e maior controle social, certamente, esses processos vão sendo aprimorados em sociedades democráticas e, certamente, em alguns outros países podem estar sendo utilizado isso antes do Brasil. Eu não tenho essa informação, mas me parece que esta não... O uso de cartão de crédito, ele, de alguma forma, é um instrumento generalizado na economia e, certamente, quando se propôs, no Governo Federal, o seu uso, porque certamente já estava sendo usado na iniciativa privada, quer dizer, as pessoas usavam, como nós mencionamos aqui, e possivelmente alguns outros países podiam estar utilizando. Eu não tenho esta informação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Se me permite, com relação aos aspectos que V.Exa. levanta, de maior controle social, de transparência, de mais agilidade, quer dizer, esse conceito é um conceito que o senhor tem acerca do cartão?

SR. PAULO PAIVA: Eu gostaria de, na sua última pergunta, voltar a esse ponto. Com relação à sua quarta pergunta, "Por que só em 2001 foi implementado e por quê?" Eu, de fato, eu saí. Em 1999, de fato, saí ainda em julho de 99, eu saí do Brasil, não acompanhei essa discussão; quando a Senadora me ligou, na quarta-feira, me dizendo que fui convocado para vir aqui, eu procurei--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Convidado.

SR. PAULO PAIVA: Desculpa. Convidado para vir aqui, me falhou a memória, eu tentei buscar um pouco essas informações, verificar... Parece-me que as informações que eu recolhi, e aqui eu peço que dê o devido cuidado quanto a essa informação, é de que, ocorrendo... Havia questões técnicas difíceis de serem implantadas, até de manter as rotinas etc. Eu tive, por exemplo, acesso a essa Portaria, que foi de dezembro de 98, do Ministro Bresser, que já estabelecia o sistema e determinava o contrato com o Banco do Brasil para sua implementação, mas, de fato, certamente, as dificuldades devem ter sido mais de caráter técnico do que de resistência. Acredito eu, mas não tenho como afirmar.

Finalmente, quando V.Exa. me pede a minha opinião pessoal sobre esse tema, eu estou absolutamente convencido de que esse é um processo em evolução. Na Administração Pública, felizmente, há uma evolução do ponto de vista da sua... Da melhora dos instrumentos.

E eu não tenho dúvida de que o que hoje se chama de Governo Eletrônico, que é uma... Foi uma possibilidade que só se pôde ser implementada depois do desenvolvimento da microeletrônica e da internet, permite o uso de instrumentos bem eficazes, que possibilitam maior eficiência no gasto público, que possibilitam também maior transparência e maior controle social.

As questões pelas quais... Que levaram à constituição dessa Comissão, me parece que tem a ver com o uso do instrumento e não com o próprio instrumento. Eu tenho uma convicção de que o cartão de crédito é um instrumento eficiente, é um instrumento que permite maior transparência, principalmente com possibilidade da publicidade dos seus registros, e também, por essa razão, permite também um maior controle social. Não sei se atendi às suas questões, Sr. Deputado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero... Vou fazer aquilo que eu tinha previsto na primeira reunião. Três pessoas, três Parlamentares fazem as questões e o Dr. Paulo Paiva responde.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, esta Sessão é uma Sessão de continuidade ou é uma nova Sessão deliberativa?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É continuidade.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Se for continuidade, Excelência, nós deveríamos também manter a mesma lista de inscrição que foi trocada, porque vai se manter a mesma lista de presença. O Regimento diz que tem que estar disponível uma hora antes da Sessão, para que os membros possam assinar e se inscrever para fazer o debate. Se é a mesma Sessão, se não houve nova Sessão, não tem nova lista de presença, por que nós vamos ter somente nova lista de inscrição? Então, eu acho que V.Exa. poderia considerar a mesma lista de inscrição.

SENADOR VIC PIRES FRANCO: Para contraditar. Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero...

SENADOR VIC PIRES FRANCO: Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho. Eu gostaria de responder a V.Exa. da seguinte forma: Nós, quando fizemos a primeira lista de inscrição, nós estávamos com a grande maioria dos Parlamentares presentes. Tanto que 15 Parlamentares usaram da palavra. Inscreveram-se e usaram da palavra. Como agora nós temos um número muito reduzido de Parlamentares presentes, a Mesa achou de bom alvitre fazer uma nova lista de presença. E acredito que isso é o mais possível de se fazer agora. Eu teria que chamar todos aqueles que já foram embora. Então, fica muito mais difícil todos os que estavam aqui já estavam na passada. Eu posso até fazer a mesma chamada. Mas, se isso for incomodar V.Exa. Agora, achei que isso seria uma forma mais rápida de podermos trabalhar e terminar o nosso trabalho por hoje.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, Excelência, acho que pode continuar da forma que V.Exa. está presidindo, que é a forma correta. Só não é a forma regimental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Dr. Paulo Paiva, a presença, o convite, mostrando que a CPI está no caminho certo em convidar; as pessoas se sentem muito mais agradáveis de vir aqui através de um convite. Tanto que o Dr. Paulo Paiva foi até pesquisar alguns dados anteriores para apresentar aqui.

Antes disso, porém, Sra. Presidente, eu queria fazer um relato, que conversei com o Dr. Marinus ali, e mostrei para ele um artigo que já está saindo numa folha, a Folha, acredito, de São Paulo, dizendo que ele era contra os cartões corporativos. Agora, a suspensão. E ele falou que, em momento nenhum, ele é contra, não falou aqui que é contra a suspensão dos cartões corporativos. Já interpretaram de forma errada. Ele acha que não tem que suspender os cartões corporativos e, sim, os membros estão se discutindo no Tribunal de Contas da União, na Controladoria-Geral da União e os que vêm aqui na CPMI para normatizar. Ele não é contra.

Então, eu gostaria de fazer duas perguntas muito rápidas ao senhor, Dr. Paulo, entendi bem o que falou aí.

Primeira, quando vocês planejaram, vocês era só cartão de crédito ou era débito também? Era crédito e débito ou era só crédito? E, segundo, se permitia que sacasse o dinheiro, sacasse o dinheiro e ia lá e comprava a passagem aérea. Porque hoje nós observamos que o maior problema que nós estamos tendo com os cartões, onde estão tendo os desvios, é no saque do dinheiro. Então, nessa de vocês, se sacava o dinheiro ou não. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Paulo Paiva solicita a possibilidade de ele responder no mesmo momento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, pela ordem.

SR. PAULO PAIVA: Como são perguntas muito objetivas, a minha resposta também é muito objetiva, nas duas perguntas do Deputado Manato, as duas respostas são "não". Não havia possibilidade de cartão de débito e não havia possibilidade de saque.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, questão de Ordem?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, permita fazer um pedido à senhora. Fica muito complicado nós fazermos esse bloco de perguntas de três. Porque fica-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já estamos fazendo aqui-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ah, já? Então, por favor, porque senão complica para nós, complica para imprensa e complica também para o convidado. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senadora Marisa, Senadores presentes na nossa CPMI, Ministro, vou tratá-lo como Ministro, na condição de homem público, que participou da gestão do Estado Brasileiro, dentro de um Ministério. Eu tenho a maior tranqüilidade nesse debate e, antes, fazer um parêntese, eu tive que sair ali para defender um Requerimento numa Comissão e, voltando aqui, eu me inscrevi, esse debate, nós precisamos, eu, de forma alguma, vou me dirigir a alguém para pedir caminhos porque eu tenho que encontrar o caminho... Não. Eu penso que nós estamos construindo, nesta CPMI, no sentido de corrigir distorções, olhando o que acontece nos Estados Unidos, na Austrália, França, Inglaterra... Tem distorções. O que não pode é a CPMI sair deste debate sem proposituras. O contexto de 98 era um. O princípio estava correto, como está correto até hoje, de manter o cartão corporativo.

Eu tenho dito, nesse debate, de que nós precisamos ter uma concepção de política de Estado. Nós não podemos tergiversar, ser lenientes com o dinheiro público. Nós devemos tirar lições mesmo das distorções, coibir, apresentar propostas para a superação dos equívocos, dos erros. Lamentavelmente, está tendo na CPMI, desde o início, uma tentativa de politizar, de atingir o Governo. E eu acho que isso não contribui. Não contribui. Não contribui. E tem questões concretas.

Eu penso que, por exemplo, a questão do dinheiro em espécie, nesse exato momento, já nesse contexto, nós precisamos ter critérios rigorosos, tetos. Quais são os servidores que poderão ter acesso. Mas, travarmos um debate com tranqüilidade, no sentido de nós qualificarmos ainda mais o cartão como um instrumento de transparência, de agilidade, de ajudar na eficácia dos trabalhos, dos servidores. O Estado Brasileiro é grande. Hoje, eu tive a noção do tamanho do... Da quantidade de cartões que foram utilizados em 2007, da ordem de 7.361 cartões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, a minha fala é no sentido de, primeiro, dizer que V.Exa., quando Ministro, apresentou uma proposta importante, no sentido de melhorar o Estado Brasileiro. Segundo, V.Exa. está aqui, com certeza, para reiterar esse caminho da utilização do cartão corporativo com critérios, com rigor, com eficiência.

Eu não tenho nenhuma pergunta, mas eu quero apenas refletir, nesse momento, lembrar do posicionamento do Dr. Marcelo aqui, do TCU, de que deve ser mantido, de que as instituições que estão sendo, elas estão respeitando as recomendações do TCU. Ou seja, há uma normalidade. E, evidentemente, que nós não podemos abrir mão de ser contundentes com aqueles que utilizaram o recurso público de forma indevida. É isso e termino, Sra. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PAULO PAIVA: Eu posso fazer um ligeiro comentário? Senador João Pedro, agradeço muito as suas observações. Concordo totalmente, integralmente com elas. Acho que esse é um momento muito importante para que a gente possa aprimorar os mecanismos de controle da utilização dos investimentos, visando um melhor uso do recurso público.

Entendo também que existem experiências interessantes, que nós podemos buscar nos espelharmos, que é nos mecanismos de gerenciamento de riscos. A Administração de recursos, principalmente de recursos financeiros, ela tem, do outro lado, riscos. São geridos, ainda mais num Estado tão complexo e tão grande como o Estado Brasileiro, gerido por pessoas de diferentes níveis. Então, eu creio que uma das contribuições importantes dessa Comissão, tendo como meta e objetivo comum, à busca de maior eficiência dos gastos públicos, é exatamente propor, encontrar alguns instrumentos ou mecanismos ou procedimentos de gestão de risco para minimizar seus efeitos.

E, certamente, concordo plenamente com V.Exa. de que os recursos públicos devem ser utilizados para o interesse público e devemos separar o que é interesse público do que é interesse privado e o mau uso, seja através de cartão corporativo, seja através de qualquer outro instrumento, quem o faz deve ser punido, e punido com rigor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Obrigado, Sra. Presidente. Ministro, eu acho que o senhor, quando recebeu essa convocação, esse convite, que até agora a gente não sabe o que é, o senhor deve ter pensado: "Que diabo esse pessoal quer comigo? Eu estou há tanto tempo fora disso, não tenho nada a ver com isso". Mas, o Ministro sabe aquela história aqui do "me belisca que eu te belisco". A oposição aceita vir o Ministro desse Governo, contanto que traga o Ministro lá do Fernando Henrique Cardoso. Então, V.Exa. está aqui por isso hoje.

Para o senhor não perder a viagem, vamos dizer assim dizer, eu gostaria de perguntar, eu não tenho muita coisa para lhe perguntar, até porque o senhor já disse que não era mais uma atribuição sua, era da Ministra Costin e tudo. Então, eu pergunto para o senhor não perder essa viagem aqui, e fico muito feliz da sua vinda aqui, sou seu admirador, o que acha disso tudo que está acontecendo? Vou lhe perguntar mais como jornalista do que como Deputado: Qual é a sua opinião do que está acontecendo por aí, desses cartões corporativos, o que se pode fazer para acabar com isso? O que o senhor, lá de Minas, olhando de binóculo essa situação toda, caiu aqui hoje, de pára-quedas, na nossa Comissão, gostaria que o senhor me dissesse, não tão rapidamente como o senhor tem respondido, ainda dá mais um tempinho, a nossa Presidente deixa o senhor se alongar. Mas eu gostaria que o senhor dissesse para nós: "Vamos mudar por isso, vamos acabar ali, vamos fechar a torneira ali", esse sigilo que isso me incomoda tanto, da goiabada do Presidente, a esteira ergométrica do Presidente... Já não é mais sigilo. A gente já sabe que foi comprada uma esteira. Mas, enfim, o que o senhor acha disso tudo, para nós?

SR. PAULO PAIVA: Deputado, muito obrigado pelas suas observações e eu tenho, de fato, não diria que é uma situação confortável estar diante disso, mas eu me sinto absolutamente seguro e tenho prazer enorme em poder contribuir com essa Comissão, contribuir o meu país, para que a gente possa-

[soa a campainha].

SR. PAULO PAIVA: --Aprimorar os instrumentos da Administração Pública. Eu vejo isso, em primeiro lugar, por um lado muito positivo. Eu entendo que o processo da Administração Pública, ele é um processo de amadurecimento ao longo dos tempos. E, de fato, se nós olharmos a história de nosso país, nós estamos com poucas décadas de experiência de democracia. Estamos construindo a democracia no Brasil. E a construção da democracia nos leva a enfrentar temas que, em outros regimes, eles não estariam aqui na Mesa. Nós temos uma imprensa que acompanha, nós temos, no Brasil, a consolidação do processo democrático, o Congresso Brasileiro muito presente, todas as instituições funcionam. Isso nos leva a colocar diante de nós esses temas.

Eu entendo, Deputado, que, no caso específico dos cartões de crédito corporativos, todo o processo do uso da microeletrônica e da informática para melhorar a eficiência da gestão pública, ele é muito bem-vindo. Eu creio que um dos avanços importantes tem sido a instituição, por exemplo, dos leilões eletrônicos, que, usando os mesmos instrumentos que são os instrumentos que, na base, do ponto de vista tecnológico, nas bases dos cartões. Eles são instrumentos muito importantes e muito eficientes, do ponto de vista da Administração Pública.

Eu, lamentavelmente, como fiquei fora do Brasil durante seis anos, eu não vi a evolução dessas questões aqui, do ponto de vista puramente técnico, do avanço do cartão, do uso do cartão de crédito corporativo, porque ele foi criado quando, na minha participação, para um tema muito específico, e ele foi sendo ampliado no seu uso, e eu acho que a utilização desse instrumento é muito importante.

Entendo, não sei se eu teria contribuições para dar como sugestões a essa Comissão, mas eu repito um pouco o que eu mencionei quando fiz os comentários a partir da intervenção do Senador João Pedro, eu acho que nós devemos desenvolver mecanismos de gestão de risco. Uma questão, que é o seguinte, Senadora, recentemente, eu li um livro do Allan Greenspan, sobre... Que é um pouco a biografia dele, a história dele na participação pública, e ele chamava atenção no capítulo sobre governança corporativa, sobre o risco de legislar em crise. Toda vez que você legisla em crise, você corre o risco de ser muito rigoroso. E depois você cria obstáculos à maior eficiência lá na frente. Talvez, uma das minhas sugestões seria a gente ter a tranqüilidade, a serenidade para tratar esse tema, punir o que deve ser punido, mas, do ponto de vista dos instrumentos para se utilizar, fazê-los numa maior, buscando a eficiência do controle do gasto público, buscando a transparência e permitindo maior controle social sobre os recursos públicos. Acho que essa é a contribuição que possa ser dada por essa... Com essa Comissão, para a melhoria da gestão dos gastos públicos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, só para encerrar meu tempo, que já encerrou, eu queria agradecer ao Ministro e dizer que eu o estou tratando muito bem porque, quem sabe, o senhor não volta a ser Ministro, já que o senhor está trabalhando com o Governador Aécio Neves. Então, a gente já tem que começar a lhe tratar, desde já, bem. Obrigado.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, ilustre Ministro Paulo Paiva, é uma honra tê-lo aqui conosco, até pela admiração que lhe tenho. Tenho pra mim que o Relator foi muito feliz ao fazer as cinco indagações iniciais porque, a meu ver, encerrou, inclusive a possibilidade de novas perguntas porque era realmente a razão maior era saber o porquê da sua criação. E eu até aproveito esse ensejo para reiterar o que digo no início do meu Requerimento de instalação da CPMI, que é o justamente o fato de que essa CPMI veio sim com a finalidade de saber quem malversou, quem mal utilizou o dinheiro público, para que ele possa ser penalizado. Mas vem também com um segundo intuito, que é tão importante quanto gerar mecanismos de Fiscalização e Controle, que efetivamente credibilizem ainda mais o cartão corporativo. Longe de ser uma CPI contra o cartão corporativo, ela vem em defesa do cartão corporativo, no sentido de, cada vez, mais credibilizá-lo com mecanismos eficientes de gestão, porque ele é um instrumento de gestão por excelência, ele desburocratiza, ele agiliza, e, por fim, ele traz eficiência à gestão pública. São essas considerações, e é uma honra tê-lo conosco, Ministro Paulo Paiva.

SR. PAULO PAIVA: Agradeço muito, é para mim também uma honra muito grande estar aqui com os senhores e senhoras, nesse início de tarde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Carlos Sampaio. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sr. Ministro Paulo Paiva, inicialmente, eu quero parabenizá-lo, cumprimentando e dizer que essa Sessão de hoje demonstrou para nós que o cartão de pagamento do Governo Federal, assim chamado hoje, ele foi um instrumento de garantia, de agilidade, de desburocratização e, ao mesmo tempo, um instrumento que veio a ser aperfeiçoado no Governo do Presidente Lula, quando se criou o site da Transparência, isto é, a partir do site da Transparência, se deu um salto no controle sobre o cartão. Tanto que, no mês de janeiro, a imprensa brasileira, fazendo uma investigação no site, conseguiu encontrar eventuais abusos na utilização do cartão corporativo.

E o que também me fez pensar aqui, Ministro, é que o Estado Brasileiro deveria dar transparência aos seus cartões. Por exemplo, Minas Gerais, onde o senhor agora faz parte do Governo de Minas Gerais, o Governo de São Paulo, os demais Poderes; o Judiciário se utiliza dos cartões corporativos. Acho que nós poderíamos acenar para uma Legislação que garanta a transparência da utilização desses cartões, no que pode ser transparente, porque, insisto, tem gastos de Estado, de todos os Governos, que são gastos que estão cobertos por uma Legislação própria.

Portanto, acho que um aspecto importante, Ministro, é que nós possamos avançar para que todos os cartões no Brasil, utilizados pelo Estado, possam ir para-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --A internet e aqueles que a Legislação assim o autorize. E quero deixar essa sugestão para que em Minas Gerais isso já possa acontecer, em São Paulo, em todo o Estado Brasileiro e também os demais Poderes. E também, certamente, nós podemos ter uma normatização aperfeiçoada em relação a alguns aspectos, como esses dos saques. Isso também me pareceu importante que nós consigamos normatizar melhor os saques no gasto de suprimentos de fundo.

Então, queria deixar essas duas sugestões, agradecendo a presença de V.Exa., e, por último, só concluindo, dizendo o seguinte: Aquele período que o senhor era Ministro, era tudo conta B, não era? Conta tipo B?

SR. PAULO PAIVA: Eram suprimentos de fundos. De fato, essa era uma... Desculpe... Podemos interagir? De fato, esta... Primeiro iniciou em 1964, com a conta de suprimento de fundos e, em 1986, com a consolidação do caixa único, se criou esse mecanismo de adiantamentos, em que a pessoa responsável pelo ordenamento de despesas determinava as pessoas para fazerem. Isso é uma tradição que tem na Administração Pública brasileira desde 1986, se não me falha a memória.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu tenho um artigo da então Ministra Cláudia Costin, que ela fala também dos problemas, até então existentes nos gastos dos suprimentos de fundo. E o senhor fala, na justificativa do seu Decreto, que, naquele momento, o Estado Brasileiro pagava maior as contas de passagem por conta que não utilizava de um mecanismo de mercado. Então havia um gasto superior e por isso que o cartão foi criado. É correto isso?

SR. PAULO PAIVA: Certíssimo. Para reduzir o preço, a compra de passagens aéreas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Está certo, então é isso que eu tinha a dizer.

SR. PAULO PAIVA: Eu só gostaria, Senadora, em relação às primeiras observações do Deputado, quero agradecer a ele, eu entendo, esse processo do site de Transparência é resultado de um avanço. Acho que tem um avanço no campo do uso da tecnologia de informação, de informática, do Governo Brasileiro, bastante expressiva, com o chamado Governo Eletrônico. Os leilões eletrônicos, eu creio que isso é um avanço importante... Agora, eu gostaria de fazer um registro, em Minas Gerais, a minha atuação é muito restrita à Presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado, mas Minas Gerais não utiliza essa modalidade de cartões de crédito corporativos. Só fazer esse registro aqui.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas se utiliza de outra modalidade de gastos de pequena monta.

SR. PAULO PAIVA: Eu não sou responsável pela Administração. Utiliza a Administração normal, que se faz, que eu posso dizer, que ela não usa cartão de crédito corporativo--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O que eu quero advogar é a total transparência dessas contas no Estado Brasileiro. E, nessa modalidade de suprimento de fundos, aonde tem cartão, colocá-los... Por exemplo, o Estado de São Paulo gastou 108 milhões em cartões. Mas não está na internet. Eu advogo aqui a idéia de colocar na internet. Por isso que nós precisamos avançar, porque os custos, os gastos no Estado de São Paulo, são gastos do SUS, repasses federais e demais impostos estaduais. Por isso que acho que os gastos públicos têm que estar na internet, como está aqui no caso do Governo Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Nobre Sra. Presidente, Sr. Relator, Professor Paulo Paiva, conterrâneo de Belo Horizonte, é um prazer tê-lo aqui. Eu acho que já se exauriram todas as manifestações que teriam que ser feitas. E, clareada bastante coisa, eu só chego a uma conclusão, como Advogado e pós-graduado em Administração Pública, e tendo administrado, professor, várias empresas públicas, nós temos e nós sabemos a dificuldade que é o embaraço da Administração Pública em compras emergenciais. Em situações que, às vezes, a máquina vai parar, uma pessoa vai morrer, uma luz vai ser cortada, alguma coisa nesse sentido, por causa da burocracia. Burocracia, por quê? Porque é o que exige a Administração Pública. Mas a gente sabe que os administradores de visões, como V.Exa., na época de Ministro, que criou o cartão corporativo, precisamos arrumar uma forma de, às vezes, não burlar a Legislação. Mas, fazer com que a máquina funcione. E esta adequação, e esta, vamos dizer assim, adequação, essa modernidade, nós temos a todos os momentos. No Poder Legislativo, nós estamos estudando as Medidas Provisórias. Lá na minha casa, ontem, eu tomei uma decisão familiar sobre os três filhos que eu tenho; dois meninos de cinco anos e um de um ano e meio. Uma medida administrativa para poder melhorar. O que nós estamos vendo... Uma medida administrativa para poder melhorar o relacionamento com as crianças. Na casa. Todo mundo tem isso em casa. Todos os lugares têm que ter esse aperfeiçoamento.

E eu entendo, com que foi colocado aqui, é este aperfeiçoamento que nós temos que ter nesta modalidade. Primeiro, já houve um aperfeiçoamento do que foi criado-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Na conta B e, hoje, no que está sendo criado, que é o cartão.

A minha pergunta é muito simples, a V.Exa., o cartão corporativo deve continuar? Ele é funcional? Ele movimenta a máquina pública? Ele ajuda a funcionar a máquina pública, desde que sejam consertadas e reparadas algumas formas de seu uso? Se o senhor fosse hoje o detentor de um mandato e tivesse o poder em cancelar, igual o Ministério Público suspendeu o uso do cartão corporativo, V.Exa. também tomaria a mesma decisão?

SR. PAULO PAIVA: Sra. Presidente, Deputado, muito obrigado. Prazer ouvi-lo, nosso conterrâneo, lá de Belo Horizonte. Eu quero dizer, em primeiro lugar, eu acho que nós devemos distinguir o que é instrumento do uso do instrumento. Cartão de crédito é um instrumento eficaz, que ajuda a melhorar, racionalizar o uso do recurso público, permite maior eficiência no uso desses recursos, permite, como foi no caso, em 1998, a reduzir gastos. Acho que é um instrumento importante, eficaz, que, certamente, deve ser mantido, até porque é um instrumento moderno. Os avanços todos seguem nesse sentido. Eu creio que a discussão refere-se a criar mecanismos de controle e de melhor gerenciamento do seu uso. E não evitar uso do instrumento, sendo que o instrumento seja objetivo, e eu creio que eficiente.

Quanto à observação que V.Exa. fez de que... Sobre a suspensão do uso, eu não conheço as razões pelas quais ele foi proposto isso. Eventualmente, pode ser alguma coisa transitória, eu não ouvi, pelo menos pelas observações de todos os Parlamentares aqui. Pelo que eu já ouvi e pela imprensa, não me parece que está em discussão o não uso de cartão de crédito corporativo, pelo contrário, está em discussão como podemos aprimorar o seu uso e minimizar os possíveis riscos de seu uso, que existem, como o uso de outros instrumentos, como, por exemplo, a conta B. Possivelmente, o cartão de crédito, ele permite maior transparência e maior controle social, seguindo, inclusive, o que o Deputado Paulo Teixeira mencionou, se tivermos o cuidado de ter a transparência no site de Transparência sobre todos esses gastos públicos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Exatamente isso que foi dito. Não está em discussão a suspensão. A minha pergunta, o senhor, como criador, vamos dizer, mentor desse sistema administrativo, se o senhor, hoje, o que está acontecendo e comentado pela imprensa, o senhor suspenderia, igual o Ministério Público declarou aqui hoje que suspendeu, pelo menos temporariamente, o uso dos cartões. Seria esse o questionamento. obrigado

SR. PAULO PAIVA: Deputado, eu não quero ter pra mim o crédito da criação. Eu simplesmente sou co-responsável por um Decreto que permitiu a

utilização de um produto que já havia no mercado. Eu tenho muita dificuldade em dar uma resposta direta para um tema que eu não conheço. Eu não conheço as razões pelas quais o Tribunal de Contas, o Ministério Público do Tribunal de Contas propôs a suspensão dos cartões. Eu não tenho conhecimento suficiente para poder comentar essa decisão. Eu... Pelo que parece, que ouvi aqui, é uma decisão transitória. Posso dizer, sim, que eu, se estivesse no exercício de um cargo público responsável pela utilização desse instrumento, eu continuaria mantendo a utilização do instrumento, e estaria, como os senhores todos, discutindo o melhor controle desse instrumento, para evitar possíveis desvios da utilização de recursos públicos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Paulo, para uma consideração e o último inscrito dessa manhã, que é o Deputado Indio.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Apenas, Ministro, eu esqueci de fazer uma pergunta a V.Exa. e gostaria de fazê-la agora, o senhor tem conhecimento, na época que o senhor foi Ministro, da Utilização dessa modalidade para refeições de Ministros em Brasília ou recepções de delegações estrangeiras, aqui na cidade de Brasília, dessa modalidade cartão de crédito? Ou suprimento de fundos?

SR. PAULO PAIVA: Não tenho nenhum conhecimento disso. O instrumento, tal qual foi regulamentado nessa época, não permitia nenhum uso a não ser para a compra de passagens, para pagamento de compra de passagens com descontos. Nem passagem cheia se podia utilizar, de acordo com esse Decreto. Mas não tenho conhecimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Ministro Paulo Paiva, entendendo que os cartões foram criados no momento em que se imaginou que poderia se reduzir o custo do Estado, focado em passagens aéreas, hoje em dia, abrange um número, eu diria, que uma inúmera possibilidade de compras, de utilização desse cartão, há, inclusive, aí, indícios de fragmentação de licitação, o que é ilegal, o que é crime. Uma crescente... Um crescente uso desses cartões em outras atividades, inclusive, aquelas que a lei não permite. Mas, para ser bastante objetivo, já duas e 47 da tarde, perguntar o seguinte: Se o senhor tivesse o poder nesse momento, como Ministro, que tinha naquela mesma época, o senhor proibiria o saque em espécie? Ou o senhor acha que o saque em espécie foi um avanço da utilização desse cartão?

SR. PAULO PAIVA: Olha, eu não conheço as razões pelas quais se permitiu o saque. Eu tenho a impressão que... E, aí, de novo, eu... Depois que a Senadora conversou comigo na quarta-feira passada, eu fui olhar um pouco a Legislação e a evolução da Legislação, e eu tenho a impressão que o uso do saque é em decorrência da ampliação do uso do cartão para suprimento de fundos. Porque a utilização em relação ao Decreto, lá de 1986, que cuidava do caixa único. Eu... E, aí, é uma opinião muito pessoal, eu, certamente, não teria muita convicção, eu não teria muito conforto em utilizar o cartão para saques. Mas, acho que depende muito da situação específica, da orientação. Você está utilizando isso em oposição-

[soa a campainha].

SR. PAULO PAIVA: --A que outro instrumento? Eu, certamente, não saberia e não teria condições de fazer uma análise, lá naquele momento. E, quando nós utilizamos, não era permitido o saque. Eu, pessoalmente, acho que o saque em espécie é uma alternativa que permite menor controle de risco do seu uso indevido. E, por isso, provavelmente, eu teria mais restrições a essa utilização.

Em dizendo isso, não estou criticando o que foi feito porque não conheço o que foi feito. Mas, se me fosse dada a decisão, certamente, dependendo do meu conhecimento e da minha convicção, eu não permitiria.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O senhor é mineiro ou trabalha em Minas? Nem que sim, nem que não, antes muito pelo contrário, porém, todavia, se tivesse que optar, optaria pelo não saque, que gera melhor controle. Muito obrigado.

SR. PAULO PAIVA: Eu só quero dizer que não quero julgar quem decidiu. Como já exerci o cargo no Poder Executivo, a decisão, muitas vezes, você é condicionado por fatores que quem está fora não conhece. E é por isso que eu não quis simplesmente não responder diretamente. Eu quis ponderar, considerar essas condições e, finalmente, dar a minha convicção. A minha convicção, eu não permitiria.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer ao Ministro Paulo Paiva a presença e a vinda dele de... Das alterosas para nos visitar aqui e poder colocar suas idéias a respeito dessa questão, que nos reúne nessa sala. E, não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a presença de todos, convidando-os para a próxima Reunião, a ser realizada amanhã, dia 19, às 09h30 da manhã. O primeiro a ser ouvido é o Ministro Jorge Hage, da CGU, às 09h30, e, às 11h00, o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Até amanhã, obrigada.

Sessão encerrada às 14h40min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2008, realizada em 19 de março de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram ouvidos os Senhores Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, e Paulo Bernardo Silva, Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Marconi Perillo (PSDB)	**Carlos Willian (PTC)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Luiz Sérgio (PT)**
João Pedro (PT)	**Marcelo Melo (PMDB)**
Gim Argello (PTB)	**Maurício Quintella Lessa**
José Nery (PSOL)	**Nelson Meurer (PP)**
Álvaro Dias (PSDB)	**Paulo Teixeira (PT)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Carlos Sampaio (PSDB)**
	Augusto Carvalho(PPS)
	Manato (PDT)
	Antonio Roberto (PV)
	Marcelo Guimarães (PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda o Senador Arthur Virgilio e o Deputado José Pimentel, não membro da Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/08, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF (cartões corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Srs. Deputados e SRª Deputada que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Conforme convite... Convocação-convite, a presente Reunião destina-se à oitiva dos Srs. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, e Paulo Bernardo Silva, Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão. O primeiro a ser ouvido, na oitiva desta manhã, é o Dr. Jorge Hage Sobrinho, o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, a quem eu peço que tenha assento à nossa bancada. Obrigada, seja bem-vindo.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, a senhora me concede, pela ordem, antes de iniciar o debate?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de pela ordem, eu quero, convidando o Dr. Jorge Hage para tomar assento à Mesa e, em conformidade com o art. 298, incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: O Ministro terá meia hora para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, Deputados e Deputadas, dentro do assunto tratado, dispondo cada de um cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do Sr. Ministro, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo ao Ministro mesmo tempo para a tréplica, iniciando sempre pela fala do Sr. Relator.

Portanto, a palavra também dos Srs. Parlamentares serão concedidas na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, com preferência para o autor do Requerimento. Portanto, eu quero ver se permanecem ainda as palavras de ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria só de uma informação. Na hora que começar a Ordem do Dia, a CPI continua ou ela pára?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Iniciando a Ordem do Dia, a CPI pára.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pára?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desde que tenha Ordem do Dia hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito obrigado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, só para contribuir nesse assunto, é porque essa é a quarta vez que eu participo de CPMI nesses últimos dias. Normalmente, se não for para tomar matéria deliberativa, só para depoimentos, se não for para ter nenhuma decisão, normalmente a Comissão continua funcionando. Porque senão ela vai se arrastar fora do prazo necessário. Então, se não for para tomar decisões, por exemplo, de convocação, somente de oitivas, são válidas as oitivas. O que se faz é um revezamento dos Deputados e Senadores, indo e voltando ao Plenário. Só para colaborar. Mas eu gostaria agora de... A questão de ordem--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou seguir o Regimento, Deputado. E o Regimento diz que se interrompe quando se inicia a Ordem do Dia, e aí nós vamos seguir-

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tudo bem. A minha Questão de Ordem, senhora Presidente, eu gostaria de pedir atenção deste Plenário, ontem, eu estava em meu gabinete e liguei a TV Senado e assisti ao Senador Alvaro Dias, pedindo, pela ordem e como orador, se dirigir ao Plenário do Senado, inclusive, fazendo comentários sobre esta CPMI e sobre os membros desta CPMI, e inclusive sobre V.Exa. O Senador Alvaro Dias, eu estou com as cópias aqui, disse que a CPMI esteja a propósito de desmoralizar definitivamente o instituto fundamental para a fiscalização do Poder Executivo, que é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele diz ainda que essa CPMI, que transforma convocação em convite para que... O senhor Presidente da CPMI modificou essa forma, com o Senador Mário Couto. Que isso não tem valor jurídico. E ele sinaliza antecipadamente, por meio de sua maioria, que não permitirá a quebra... Que a CPI sinaliza, que não permitirá a quebra de sigilos bancários de cartões ligados à Presidência da República. Depois, ele comenta de V.Exa., o trabalho que V.Exa. faz aqui, ele diz que não queremos chegar às últimas conseqüências de radicalizar e poder se afastar da CPI. Ele diz que não podemos permitir a escamoteação da investigação, não podemos legitimar uma farsa, a exemplo da CPI do Apagão Aéreo, no Congresso Nacional. Ele fala sobre a senhora, que a senhora está cumprindo o Regimento etc. e tal, tal, tal.

Depois, a senhora, inteligentemente, como lhe é peculiar, e de forma competente, respondeu ao Senador Alvaro Dias, dizendo que a senhora realmente está cumprindo com o seu papel de Presidenta porque a senhora tem a certeza que tem a convicção de que não precisa de ninguém que possa dar à senhora o rumo para o trabalho que a senhora possa fazer como Presidente. A senhora diz ainda que é fácil comandar uma CPI como esta? Não é. Claro que não, senhora Presidente. Mas eu sei muito bem que, com a tenacidade, a determinação, com confiança, a gente vai caminhando e achando atalhos suficientes para chegar aonde quer chegar.

A senhora diz também... Eu sabia também, senhora Presidente, que, na primeira vez que eu colocasse o primeiro Requerimento que fosse de combate completo entre duas forças dentro da CPMI, de quebrar Requerimento, que fosse o embate completo entre duas forças daquela CPMI, quebrar-se-ia toda e qualquer possibilidade de encaminhamento futuro.

Bom, senhora Presidente, eu estou aqui com as duas notas taquigráficas, eu gostaria de dizer para senhora que isso não é um papel de um Senador e nem tampouco de um cavalheiro. Mesmo porque o Senador Alvaro Dias está ausente nesta Comissão permanentemente. Ele só vem aqui para fazer discurso e vai embora--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou ausente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ele não tem... Estou sabendo que o senhor está ausente. Ele não tem capilaridade, senhora Presidente, para falar da senhora e a forma que a senhora está presidindo essa Comissão.

Portanto, senhora Presidente, vai aqui o nosso voto de confiança, o nosso voto de carinho e, acima de tudo, o nosso voto de confraternização e, sabendo que a senhora, mais do que ninguém, está dirigindo esta CPI com determinação e, conforme diz o próprio Senador, dentro do Regimento. Então, ele mesmo faz um comentário e, ao mesmo tempo elogia, a senhora. Portanto, eu não tenho procuração dos meus nobres pares, mas eu gostaria de dizer à senhora que a senhora está de parabéns. A maioria dos membros dessa CPI está satisfeita com a condução que a senhora está dando a esta CPI. A senhora está sendo igual para todos, cumprindo o Regimento e, mais do que isso, a senhora está avançando. É só saber que hoje nós estamos iniciando o nosso quarto trabalho e a quantidade de convocação que já foi feita, inclusive, membros do Governo Federal.

Agora, o que nós não vamos deixar, senhora Presidente, é que a minoria, que está perdendo força nessa CPI porque não tem argumentação, porque não tem documentação, queira levar essa guerra para o Plenário do Senado e abrir-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Um embate lá dentro. Muito obrigado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, para contraditar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Para concluir, senhora Presidente--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, pelo art. 14.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só para concluir, senhora Presidente-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Para contraditar--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Eu gostaria... Que nós não vamos aceitar que as discussões internas dessa CPI não sejam levadas para o Plenário da Câmara ou do Senado para ganhar motivação nacional-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, para--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Porque aqui é o lugar de discussão deste assunto. Saindo daqui, considero que é até covardia, porque, lá no Senado, nós Deputados não temos como nos defender.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias pediu primeiro.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, eu pedi primeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não há contradita porque não há questão de ordem, senhora Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias, Deputado Vic está solicitando que ele pediu primeiro. Se V.Exa. não tiver nenhum...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, Deputado, pode--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Muito obrigado, Senador.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Senhora Presidente, eu acho que nós vamos perder tempo com essa discussão. Nós temos coisas muito mais importantes-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Também acho.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Ministro está aqui para fazer a sua explanação e nós vamos ficar discutindo aqui briga de comadre. Eu acho que isso aqui... Nós não viemos aqui para isso. Acho que a senhora está presidindo muito bem, até agora, espero que continue presidindo; o Senador Alvaro Dias tem tido uma presença fundamental aqui, acho que tem que continuar, agora-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Aparece todos os dias. Pelo menos os dias que estou aqui. Mas eu ao vou entrar em discussão. Eu só gostaria que nós continuássemos o nosso trabalho; o Ministro tem muita coisa a fazer, ele mesmo disse que tem muitas fiscalizações para fazer e que não consegue porque não tem um quadro suficiente para fazer tudo que tem para fazer, e está aqui hoje para prestar os esclarecimentos necessários e tem que voltar para o seu Ministério para trabalhar. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14... Senhora Presidente, em primeiro lugar, não há necessidade de que eu me manifeste aqui sobre a admiração que eu devoto à Presidente, Senadora, colega de partido, Marisa Serrano.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que é recíproco.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E o próprio Deputado Carlos Willian, quando fez a leitura das notas taquigráficas, não leu nada, absolutamente, que desabonasse a conduta da nossa Presidente. Eu fiz questão de ressalvar a sua atuação, o seu comportamento, ressaltei a sua dignidade e honradez, decência, competência e altivez, na condução dos trabalhos desta Comissão e em toda a sua trajetória política.

Portanto, eu não creio que alguém consiga me indispor com a Senadora Marisa Serrano, minha amiga, acima de tudo. Em nenhum momento, eu a responsabilizei pela crítica que fiz em relação a procedimentos que estão sendo sinalizados nesta Comissão. Eu vou reafirmar o que eu tenho dito aqui, e também é preciso ficar muito claro: Ninguém haverá de me impedir de exercer o meu mandato, da forma que eu considero mais adequada para exercê-lo. Eu o exercitarei, na sua plenitude, ao meu estilo, da minha forma, sem fazer concessões, na oposição, combatendo sempre, criticando, denunciando, fiscalizando. Ninguém vai mudar o meu comportamento. Estou presente em todas as Reuniões dessa CPI. Tenho a sorte de ter o gabinete como um anexo dessa sala. E, por isso, quando não estou aqui, embora seja suplente, quando não estou é porque a minha bancada está completa, estou logo ali, atento, acompanhando todos os acontecimentos dessa Comissão.

Há, sim, uma sinalização. Eu espero que me desmintam, na próxima semana, quando deliberaremos sobre requerimentos de quebra de sigilo dos cartões corporativos. Eu vou reafirmar o que tenho dito: Se essa Comissão não permitir compartilharmos o sigilo dos cartões corporativos utilizados pelos órgãos ligados à Presidência da República, se constituirá em grande farsa. Constituir-se-á, se não quebrar sigilo, se não convocar responsáveis pelo mau uso do cartão corporativo. É isso que eu tenho dito e tenho repetido. Ontem, não pedi a interferência do Presidente do Senado porque não cabe a ele interferir. Apenas fiz um apelo para que, como integrante da base aliada do

Governo, articulasse junto às lideranças do Governo e o Presidente da Câmara dos Deputados, um acordo de procedimentos, para que essa CPI pudesse caminhar na busca do seu objetivo final, que é oferecer à sociedade um diagnóstico real sobre a utilização dos cartões corporativos, punindo... Punindo os responsáveis pelo mau uso. Foi apenas um apelo que fiz ao Presidente do Senado, porque cabe a ele, sim, já que é Presidente do Congresso Nacional, preservar a instituição de eventuais desgastes que possam ser a ela submetidos. A instituição não pode se submeter a esse desgaste. Nós já fomos submetidos a um desgaste incrível, quando da conclusão da CPI do Apagão Aéreo. É por isso que--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mentira. Eu estava lá e foi uma grande CPI.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --Que eu fiz referência a ela. Uma CPI que não puniu ninguém, que não enxergou nada, que não resolveu nada-

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mas resolveu o caos aéreo no Brasil-

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --Não deu em nada, não investigou nada-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Portanto, senhora Presidente, a senhora tem o meu apoio-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu sei disso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): E continuará tendo o meu apoio. Eu estarei aqui sempre a apoiá-la. E tenha certeza absoluta de que o que a senhora deseja, o que V.Exa. deseja é que essa CPI quebre, sim, o sigilo dos cartões corporativos e convoque as pessoas responsáveis para que ela investigue de verdade e possa oferecer um diagnóstico da realidade, já que há mau uso dos cartões corporativos e é responsabilidade dessa CPI apontar quais são os responsáveis pelo mau uso. Isso que eu tinha a dizer, senhora Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Senador. E agora vamos começar a nossa oitiva de hoje. Quero passar a palavra ao Ministro Jorge Hage, por 30 minutos.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Muito obrigado, senhora Presidente, Senadora Marisa Serrano. Demais membros da Mesa, Deputado Relator, Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, integrantes da Comissão ou não integrantes da Comissão, Srs. representantes da imprensa, servidores públicos da assessoria do Congresso Nacional e dos órgãos do Poder Executivo aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores, é com muita satisfação que atendi ao convite recebido da Presidência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para prestar estas informações, nesta manhã, nesta Casa. Do mesmo modo que tenho feito todas as vezes que convidado fui, em outras Comissões Parlamentares de Inquérito, mistas ou não, onde já tive a oportunidade e o ensejo de encontrar-me com muitos dos Parlamentares aqui presentes... Senador Alvaro Dias, Deputado Carlos Sampaio e tantos outros, alguns deles meus contemporâneos da época da Constituinte, em 1988.

Eu pediria, preliminarmente, se me for permitido, que tivessem assento aqui à Mesa ao meu lado, dois assessores, membros da minha equipe, meu secretário-executivo--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu peço ao Edinaldo, nosso Secretário, que os organize ali, como foi feito ontem.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Dr. Luiz Navarro, Dr. Valdir Agapito, podiam por favor estar aqui ao meu lado.

Senhora Presidente, Srs. membros da CPMI, eu inicio minha exposição, dando uma brevíssima informação sobre como funciona a Controladoria-Geral da União, em termos muito gerais e muito sintéticos. A CGU é hoje o órgão incumbido das funções relacionadas ao controle interno do Poder Executivo, na forma prevista no art. 74 da Constituição Federal e na Lei 10.683/2003. Ela cuida das atividades de auditoria e fiscalização, no sentido estrito de controle interno, mas tem acrescidas a essas as atividades de correição, de Corregedoria, de prevenção da corrupção e de ouvidoria. Para isso, para atender a essas quatro amplas funções, a Controladoria se vale de uma estrutura, que eu peço que seja passado o próximo quadro, rapidamente, uma estrutura que basicamente dispõe de quatro órgãos finalísticos: A Secretaria de Controle Interno, que já existia, vem de longa data, que já esteve no Ministério da Fazenda, esteve na Casa Civil da Presidência, hoje integra a Controladoria; a Corregedoria-Geral da União, também criada em 2001, a Ouvidoria-Geral e a unidade mais nova da Controladoria, que é a Secretaria de Prevenção da Corrupção. Além disso, nós temos, na forma que está exposto ali embaixo, na parte inferior do quadro, 26 unidades regionais, uma em cada qual das capitais dos Estados brasileiros.

No próximo quadro, nós podemos visualizar, muito rapidamente, o que são as tarefas em cada uma dessas áreas, só para que os senhores tenham uma idéia. São auditorias de avaliação de gestão, realizadas anualmente, obrigatoriamente em cada um dos órgãos federais. Ali, há um total do último período de quatro anos. A Auditoria de Acompanhamento de Gestão e auditorias especiais, realizadas a partir de

denúncias ou a partir de resultados especificamente identificados nas auditorias ordinárias, que requeiram maior aprofundamento.

Além disso, temos também, pode voltar um pouco, a atividade do Programa de Fiscalização de Recursos Federais Destinados e Aplicados por Municípios, já foram fiscalizados, esse número está um pouco desatualizado, perto de um mil e trezentos Municípios, pelo programa de sorteio, e, em seguida, o Programa de Fiscalização de Estados, onde também, por sorteio, sorteamos de cada vez um Estado e um programa, tendo em vista a maior dimensão das administrações estaduais. Há também as fiscalizações que decorrem de denúncias e as que decorrem de representação do Ministério Público, que vem ocupando espaço cada vez maior da nossa atuação; foram já perto de cinco mil fiscalizações decorrentes de representação do Ministério Público ou de membros do Congresso Nacional.

Na próxima tela, nós temos um apanhado geral das últimas operações feitas em parceria com a Polícia Federal; todas elas a população tem amplo conhecimento. Operação Gafanhoto; Mamoré; Guabiru; Pororoca; Campo Limpo etc. Sanguessuga, Confraria, Navalha e tantas outras. Pode passar rapidamente isso.

Fundamental esclarecer, a essa altura, que a Controladoria é órgão central de auditoria do Governo Federal e não é a ela que cabe a tarefa do controle primário. O controle primário, o controle direto, a primeira responsabilidade pelo controle das despesas, como de todos os atos administrativos, é do próprio gestor, é da própria unidade executora, seja ela um departamento, uma autarquia, o que for. Ali naquele quadro, eu procuro representar, de uma forma sintética também, a posição da Controladoria como órgão central, que tem atribuição de auditar, por amostragem ou a partir de denúncias, casos específicos, e a atividade de controle primário, que cabe a cada gestor, a cada ordenador de despesa.

Nós vamos ter que voltar a essa questão, mais adiante, quando falarmos especificamente do caso do cartão de pagamentos. Mas eu quero também deixar claro já aqui que a função da Controladoria, no âmbito interno, é semelhante ao do Tribunal de Contas, no âmbito externo, onde ela opera basicamente por amostragem, e não poderia ser diferente, ou direcionadamente, a partir de uma denúncia, ou de uma constatação feita numa auditoria ordinária, anual. E mais, a Controladoria-Geral da União não tem jurisdição sobre três setores do Governo Federal. Isto, por lei. A Lei 10.180, do ano de 2001, exclui do âmbito de atividades da Controladoria o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores e os órgãos da Presidência da República. As razões para isso, certamente, na época, em 2001, foram... Que se levaram em conta as peculiaridades desses três setores ou desses três Ministérios, se assim preferirem. O Ministério da Defesa, por conta de se tratar de área militar, tem uma SISET própria, um órgão de controle próprio, além das auditorias próprias, de cada um dos comandos, das três Forças Armadas. O das Relações Exteriores também tem uma SISET própria; SISET, para quem não se lembra, é a sigla da Secretaria de Controle Interno, em nível Ministerial, existiam antes. Em todos os Ministérios, foram extintas, mas mantidas nesses três: Defesa, Relações Exteriores e Presidência da República. Então, esses três órgãos ou setores do Governo não estão sob a jurisdição da Controladoria-Geral da União.

Quando concluímos uma auditoria, seja auditoria anual ordinária, seja uma auditoria especificamente motivada por uma denúncia ou representação, e apontamos irregularidades, o que cabe à Controladoria é fazer recomendações, ou através da sua Corregedoria, que é o único braço da Controladoria que tem poder sancionatório, instaurar o processo disciplinar. No mais, cabe à Controladoria o encaminhamento desses resultados, dessas constatações, aos órgãos que têm função condenatória ou sancionatória. Então, neste quadro aí, neste gráfico, nós procuramos sinteticamente demonstrar o encaminhamento dos resultados. Ali na parte de baixo, a Procuradoria encaminha, internamente, ao seu braço de Corregedoria, os casos que devam ter processos instaurados na própria CGU. Nos demais casos, a correição é feita nos próprios Ministérios. Além disso, encaminhamos todos os resultados dos nossos trabalhos ao Tribunal de Contas da União, que tem competência constitucional para aplicar as sanções administrativas, como Corte de contas de controle externo; ao Ministério Público Federal e Estadual, que tem legitimação para as ações penais e ações civis perante o Poder Judiciário, seja em busca da aplicação da pena de cadeia, de reclusão, seja em busca das sanções civis, pelas ações de improbidade administrativa e outras ações civis públicas, perante o Poder Judiciário. E quero ressaltar que nós temos convênio de parceria com todos os Ministérios Públicos do país, de todos os Estados, além do Ministério Público Federal. E esta parceria, cada vez mais íntima e mais profícua e produtiva, de modo que os Procuradores e os Promotores, na medida do possível, já trabalham junto com nossos auditores, abreviando o tempo depois, que intermediaria um Relatório de auditoria do momento de se terem as provas e evidências em condições de suportar uma petição inicial ou denúncia penal. Além disso, encaminhamos também à Advocacia da União, que está ali também no gráfico, porque tem legitimação

para ações civis de ressarcimento, embora não tenha para as ações criminais.

Na função de correição ou de Corregedoria, que é o segundo braço do nosso trabalho, a Controladoria foi claramente fortalecida, a partir de 2005, com a criação do sistema de corregedorias do Poder Executivo, pelo qual foram criadas corregedorias em todos os Ministérios; são as corregedorias setoriais, coordenadas pela CGU. A partir da implantação desse sistema, nós conseguimos incrementar bastante a atuação punitiva, sancionatória, na esfera administrativa. Como eu costumo dizer, o Poder Executivo não poderia continuar apenas lamentando a lentidão dos processos judiciais, lamentando o baixo índice de punibilidade resultante da via judicial. O Poder Executivo resolveu tirar do papel, digamos assim, as normas administrativas disciplinares, que permitem a aplicação de sanções disciplinares, inclusive a pena máxima de demissão ou de cassação de aposentadoria, ou de destituição de cargo em comissão. E aí está o resultado. Nos últimos cinco anos, já foram aplicadas mais de mil e 600 penalidades expulsivas do serviço público, isto é, em grande parte, cerca de 60%, são casos relacionados com improbidade administrativa, com corrupção, com valimento do cargo público para fins particulares. Embora haja um percentual menor de ilícitos que não têm essa gravidade, como, por exemplo, abandono de cargo e outras faltas menores. Mas, pelo menos 70%, aí, se tratam realmente de ilícitos importantes. A Controladoria instaura esses processos, e a linha é crescente, claramente, só em 2007, foram 437 demissões e expulsões, e cassações de aposentadorias, a Controladoria faz isso a partir de três fontes, digamos assim: Uma, os resultados das suas próprias auditorias; outra, as denúncias de cidadãos ou da imprensa ou de Parlamentares, ou do Ministério Público. E outra, as comunicações de operações de transações bancárias suspeitas, que nos vêm do COAF, que hoje também opera em íntima sintonia com a Controladoria-Geral da União, com a Polícia Federal e com o Ministério Público. E é da articulação desses órgãos, senhora Presidente, que nós temos conseguido ampliar e incrementar a eficácia do sistema de controle, porque o trabalho isolado de cada um não levava a nada. Hoje temos convênio com o Ministério Público, com a Polícia Federal, com a Receita, com o COAF, com o Tribunal de Contas, com todos os órgãos que têm alguma tarefa investigativa ou de controle.

Bem, na área de prevenção, o que é que se faz, em matéria de prevenção hoje, no mundo? E nós fazemos agora também aqui em nosso país, inclusive dando cumprimento às convenções internacionais anticorrupção, das quais o Brasil é signatário? A primeira linha de atividade é o incremento da transparência pública, mundialmente entendido hoje como o melhor antídoto contra a corrupção. Não há nada tão eficaz quanto à transparência como preventivo da corrupção, como inibidor de práticas irregulares, e até mesmo como estimulador de um maior cuidado, até mesmo por parte dos gestores honestos, mas que, aqui e ali, pudessem cometer algum deslize de gravidade menor, por falta de um cuidado, de uma preocupação com as normas do direito administrativo. Então, não há nada igual às medidas de transparência como preventivo da corrupção.

Além disso, nós apostamos muito em medidas de fortalecimento da gestão, sobretudo nas áreas de governos locais, onde as condições são extremamente frágeis e precárias, em termos de preparo. E lançamos um programa de fortalecimento da gestão municipal, que já tem mais de mil Municípios inscritos nesse programa. O estímulo ao controle social, que decorre diretamente do incremento da transparência, vai na mesma direção dela, afinal, a finalidade da transparência é exatamente permitir ao cidadãos que se tornem fiscais, vigilantes de todos os atos administrativos, além disso, atuamos também no aperfeiçoamento de medidas legislativas, na implantação das convenções internacionais, na promoção de estudos e pesquisas outros. Em todas essas funções, eu repito sempre, nós procuramos trabalhar de forma articulada com os outros órgãos investigativos.

Na área de incremento da transparência, eu faço menção, rapidamente, ao Portal da Transparência, que hoje é conhecido de todos os cidadãos brasileiros; o número de acesos a esse portal tem aumentado geometricamente; aí é uma primeira tela do portal, apenas para quem não conhece, não teve a oportunidade ainda de acessá-lo, é muito simples, é só digitar portaldatransparência.gov.br, ou pelo site da Controladoria, e chegar a ele. Lá, nós temos diferentes campos de consulta, tanto a consulta para as aplicações diretas dos órgãos federais, todas as despesas públicas estão lá expostas, e não apenas a do cartão de pagamento, e temos um outro campo, onde estão todas as transferências a Estados e Municípios, também chegando ao nível de detalhe de identificar o beneficiário final de cada real que o Governo Federal desembolsa, seja esse beneficiário final um beneficiário do Programa Bolsa Família, seja um fornecedor, seja uma empreiteira, seja o servidor que recebe uma indenização ou uma diária. Podemos passar adiante.

Feita essa demonstração panorâmica das nossas funções, eu passo à segunda parte da nossa exposição, onde tratarei de expor-lhes como era feita e como é feita hoje a fiscalização dos suprimentos de fundos. A

primeira... A primeira norma legal que há de ser lembrada aqui é o art. 68 de uma lei de 64, que ainda é hoje a lei de normas orçamentárias e financeiras do Brasil, e que previu uma forma excepcional de realização da despesa pública, na época, denominada regime de adiantamento, que hoje se denomina suprimento de fundos. A lei disse: "O regime de adiantamento é aplicável a casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação". O que é o processo normal? Licitação ou sua dispensa, quando for o caso, nas hipóteses legais, empenho, liquidação e pagamento direto ao fornecedor ou ao prestador de serviço. E o adiantamento é o quê? O adiantamento sai dessa sistemática normal e representa a entrega de uma quantia ao servidor para que ele realize diretamente determinados pagamentos. A lei previu isso, em 1964, e, em 1967, o Decreto-Lei 200, de 1967, já denominando de suprimento de fundos, consolidou a mesma tese, dizendo, no § 3º do art. 74, que: "Em casos excepcionais, quando houver despesa não atendível pela via bancária", quer dizer, pela via normal, "as autoridades ordenadoras poderão autorizar suprimento de fundos, de preferência a agentes afiançados", etc., etc., "fixando prazo para a comprovação dos gastos". Comprovação dos gastos é feita após o período de 90 dias que ele tem para aplicar, tem 30 dias para prestar contas ao ordenador da despesa do seu órgão. Pode passar, por favor.

Em seguida, veio o Decreto 93.872, de 1986, que, regulamentando esse dispositivo, disse: "Excepcionalmente, a critério do ordenador e sob sua inteira responsabilidade, poderá ser concedido suprimento a servidor, sempre precedido de empenho na dotação própria", etc., e aí, disse quais são os casos: "Para atender as..." Volta um pouco. "Para atender as despesas em viagem ou serviços especiais, que exijam pronto pagamento em espécie, serviços..." Há uma... Está truncado ali. "E para atender a despesas eventuais com serviços..." Bom, são as sucessivas alterações do Decreto por outros, mas as hipóteses são aquelas que estão hoje no Decreto 6.370, que são: "Atender às despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapasse o limite estabelecido em Portaria do Ministro da Fazenda; atender a despesas eventuais, inclusive, em viagens, e com serviços especiais que exijam pronto pagamento; e quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

O servidor que receber suprimento é obrigado a prestar contas, etc. etc. Se ele não prestar, automaticamente se instaura a tomada de contas especial. Os limites são fixados em Portaria. O art. 47, por sua vez, prevê um regime especial para atender a peculiaridades da Presidência da República, Vice-Presidência, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, no caso das funções de saúde indígena, Polícia Federal, Relações Exteriores, no exterior, e áreas militares. Pode passar adiante.

O percentual do que representam hoje os suprimentos de fundos no total das despesas correntes, é muito pouco significativo, em termos quantitativos. Eles correspondem a 0,027% do total, por exemplo, no ano, em 2007, das despesas correntes. Os nossos técnicos não encontraram nenhuma forma melhor de dar visualização a isso, a não ser colocando um ponto vermelho dentro deste círculo amarelo, porque não havia como dar uma escala própria para representar o 0,027%. É para que se tenha uma idéia de que as despesas de que nós estamos tratando aqui, suprimento de fundos, amplamente, que abrangem contas tipo B e cartão de pagamento, somadas, representam apenas isso. Foram 177 milhões, num total de 625 bilhões. O que não significa que mereça uma atenção. Pelo contrário, merecem sim... Merecem sim e nós já vamos dizer por que é que entendemos isso.

Como é que era feita, então, a fiscalização disso? Em nível de cada unidade gestora, como a lei disse e eu acabei de demonstrar, o suprido, portador do dinheiro na conta tipo B, que colocava no banco, abria uma conta bancária e passava a sacar dela para fazer pagamentos em espécie, guardando dinheiro na gaveta da repartição ou no bolso, ou sabe-se lá onde, ou, então, fazendo pagamentos mediante emissão de cheques. Assim, eram operados os suprimento de fundos. Ao final do prazo de 90 dias, ele prestava contas ao ordenador da sua unidade, juntando as notas fiscais, os recibos, ou qualquer outra espécie de comprovante que ele entendesse capaz de respaldar aquela despesa.

Essas prestações de contas eram examinadas pelo ordenador da despesa em cada uma das milhares de unidades do Governo, espalhadas pelo país, e só seriam objeto de reapreciação se e quando viessem a ser sorteadas ou escolhidas por outro critério de amostragem aleatória, pela CGU, antigamente pela Secretaria Federal de Controle, ou pelo Tribunal de Contas da União.

É claro, senhores Parlamentares, que a qualidade dessa verificação feita por uma diversidade enorme de pessoas espalhadas pelo país, é de se imaginar, é de se entender que seja altamente heterogênea. Seguramente, em alguns órgãos, havia operadores de sistema extremamente cuidadosos, que cuidavam de

tudo, verificar tudo, glosando todas as notas ou recibos que não fossem adequados, até casos, certamente, de outros, em que o rigor não seria o mesmo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, esse quadro foi do último ano? Ou... Porque não diz o--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Já vou chegar a ele, só que foi exposto um pouco. Só um minutinho. Então, os órgãos centrais de auditoria, Tribunal de Contas, Secretaria Federal de Controle, CGU, seguramente trabalhavam por amostragem, em cima de algumas dessas prestações de contas. E, a partir daí, que nós vamos explicar esta tipologia das principais constatações, colhidas de uma amostra de três mil verificações, de onde nós, 3490, de onde nós extraímos esses números. Mas, seguramente, que eram amostras relativamente pequenas. Nem poderia ser diferente. Porque tanto o TCU como a CGU teriam outros 622 bilhões de reais a fiscalizar, a atentar, em grandes compras, grandes contratos, grandes licitações e grandes obras. Então, a atenção dada a esta parcela das despesas feitas via suprimento de fundos, era, digamos, que proporcional à sua representatividade, dentro do conjunto do Orçamento Geral da União. Por isso nós entendemos que esse sistema antigo estaria longe de ser satisfatório. De qualquer modo, as amostragens da Controladoria, do mesmo modo que as do TCU, constatavam irregularidades nessas amostras. E, aí, estão expostos... E aí a pergunta do Deputado é a que ano se refere? Período de 2001 a 2007. Estão incluídos aí. Ok? 2001 a 2007.

Despesas inelegíveis ou impróprias. Ali, na primeira linha, está o total de suprimento de fundos e, na segunda, especificamente cartão de pagamento, porque houve um momento, depois da criação de pagamento, que nós iniciamos uma linha de trabalho focada no cartão. Não significa que, na linha de cima, não tivesse também cartão. A linha de cima é o gênero, suprimento de fundo: cartão e conta B. Na linha de baixo, é somente cartão. Então, um total de 450 casos de despesas inelegíveis ou impróprias, 157 de fracionamento de despesas, 320 de falta de documento ou falta da prestação de contas, 350 de não cumprimento de prazos, 252 de inobservância dos limites e 338 de outras ocorrências de alguma relevância. No restante dos casos, não houve ocorrências de maior relevância.

Na próxima tabela, nós temos a tipologia das recomendações feitas. Recomendações de caráter gerencial-

[soa a campainha]

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: -– Apontando para a necessidade da melhoria dos sistemas dos órgãos executores, a melhoria dos controles no órgão gestor, 684 recomendações; indicação para reposição de valores ou ressarcimento, 144; apuração de responsabilidade administrativa, 47; atuação junto a outros órgãos, quando dependia de providências de outros órgãos, cinco casos, e mais 19 recomendações de outro tipo.

Sim. Esta... Meu Secretário-Executivo, Dr. Navarro está recomendando que esclareça que os 3.490 são, unitariamente, um Relatório ou um trabalho dentro de um Relatório. São diferentes tipos de atuações. Em alguns casos, é na auditoria anual de gestão, onde tem, digamos, 30 itens e um deles é suprimento de fundos, ok?

Bom, em 1998, o Governo Federal, na gestão que nos antecedeu, em muito boa hora, criou um instrumento novo de pagamento, denominado cartão de crédito corporativo, inicialmente criado para aquisição de passagens aéreas e, três anos depois, em 2001, ainda no Governo anterior, estendeu-se essa possibilidade do uso para aquisição de materiais e serviços enquadrados como suprimento de fundos. E, aí, é que ele vem ao encontro do assunto que nós estamos tratando aqui hoje. Porque aí nasce um novo instrumento de aplicação do suprimento de fundo, que é o cartão de pagamento, em lugar das tradicionais contas e talão de cheque, onde o servidor guardava o dinheiro, guardava na gaveta, na gaveta ou no bolso, com todos os riscos daí decorrentes. Merece todos os elogios, na minha opinião, essa iniciativa do Governo que nos antecedeu, em 98 e em 2001, criando um instrumento de modernização, de transparência, de enorme avanço na gestão dos suprimentos de fundo. Só a criação do cartão, independentemente do Portal da Transparência, que veio a ser criado já no atual Governo, em 2004, mas só a criação do cartão já poderia representar uma melhoria extraordinária nas condições de controle da execução dos suprimentos de fundos. Por quê? Porque o banco oferece um sistema chamado gerenciador financeiro, um mecanismo que permite ao ordenador de despesa que concedeu o suprimento em cada órgão, acompanhar *pari passu*, a realização das despesas do seu portador, do seu servidor suprido, com cartão de pagamento, independentemente da divulgação pública que hoje nós temos no portal da Transparência. O que eu quero dizer é que, mesmo antes do portal, o cartão já representou um passo extraordinário, em termos de possibilidades de controle, por parte do próprio ordenador da despesa em cada órgão.

Agora, o problema é que a utilização do cartão, inicialmente, foi muito tímida, muito baixa. Os órgãos, até pela inércia, pela tradição, pelo costume, resistiram em adotar o cartão de pagamento. E a utilização dele pode ser vista, não neste quadro, em outro, que nós

vamos ter um pouco adiante, foi praticamente nenhuma em 2000, 2001 e 2002. Ele veio a ser estimulado, no atual Governo, como uma decisão mesmo... Como uma decisão mesmo de estimular o uso do cartão para substituir as contas tipo B. No... Parece-me que... É. Não está legível, ali na legenda, na base do quadro, mas a linha verde, para os que puderem ver, a linha verde representa os gastos com cartão. A linha vermelha, contas tipo B, e a amarela, a soma dos dois, suprimento de fundos. Então, veja, se em 1998, ali embaixo, 1998, o uso do cartão para suprimento de fundos era zero, até porque ele só era previsto para compras de passagens aéreas. Em 2001, quando o Governo anterior baixou um novo Decreto, prevendo a utilização do cartão para suprimento de fundos, ainda aí a execução foi zero, em cartão. E 213 milhões se executaram de suprimento, ainda por conta tipo B. Em 2002, três milhões, 620 foram gastos por cartão; 229 milhões ainda por contas tipo B, somando 233 milhões. Em 2003, oito milhões em cartão, 136 em contas B, somando 145. Daí para adiante, os senhores podem observar, que aquela linha verde vai subindo e a linha vermelha, que é a conta B, vai caindo. Podem observar também que o somatório das duas, que é o total de despesas realizado por esta via excepcional, que é suprimento de fundos, vai caindo. Ela vem caindo e tem uma subida em 2007, por conta dos fatores sazonais, já amplamente expostos, dos censos agropecuários de pequenas cidades do IBGE, da realização do Pan etc. Mas, independentemente disso continua menor do que em 2002, o total de suprimento de fundos. Mas o importante, que estou acentuando aqui, é o contraste entre o aumento do uso do cartão e a redução da conta B, que é o se busca com essa política, de incrementar o mais possível, a adoção desse instrumento que, a nosso ver, em muito boa hora, foi criada no Governo passado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ministro, se V. Exa. me permitir, Presidente, apenas pela oportunidade, é que, ontem, os representantes do TCU e do Ministério Público do TCU disseram que nós desconsiderássemos os anos de 2001 e 2002 porque houve um erro contábil por parte do SIAF. Então, esses valores deveriam ser desconsiderados nessa planilha. Não sei se V.Exa. tem conhecimento disso.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não, não tenho conhecimento disso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Apenas para registro.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não. Então, a idéia foi estimular e ampliar o uso do cartão; foram editadas novas normas. O Ministro Paulo Bernardo vai falar-lhes detalhadamente, dentro de pouco tempo, a respeito da evolução do quadro normativo do cartão, com o Decreto 5.355, em 2005, e com 6.370, já em 2008, porque cabe ao Ministério do Planejamento a regulamentação, os normativos sobre toda essa matéria. Muito bem.

Esta evolução em valores corrigidos, está demonstrada aí nesse quarto, também, do mesmo modo, mostrando a queda no total de suprimento de fundos. Pode passar adiante... Por sua vez, quem são os portadores dos cartões de pagamento? Os portadores dos cartões de pagamento têm o perfil que nós vamos demonstrar nos quadros seguintes e que, inclusive, desmentem algumas insinuações apressadas de que o cartão de pagamento foi algo instituído para beneficiar altas autoridades, altos funcionários do Poder Executivo, como se se tratasse de uma benesse, de um cartão corporativo empresarial, que algumas empresas se utilizam, como uma complementação de renda. Não tem nada disso. O cartão de pagamento do Governo Federal é um meio mais moderno de pagamento em lugar do talão de cheque, como qualquer um de nós tem hoje, seguramente, um uso muito maior do cartão de pagamento do que do talonário de cheque. É somente isso. Quem são os portadores que transacionaram com o cartão em 2007? 7.317 servidores públicos, sendo com vínculo, servidores públicos com vínculo, 93%. Ocupantes de cargo em comissão sem vínculo, apenas 3%. Pode passar adiante. Do total de servidores com vínculo, 57% não têm nenhuma função gratificada nem comissionada. E 47% têm. Próximo quadro. Dessas funções gratificadas e comissionadas, apenas 17% são ocupantes de cargo D.A.S, que é a função de nível melhor no Poder Executivo. As outras são gratificações infinitamente mais modestas. Apenas 17% D.A.S. E, do total dos que têm função D.A.S, 55,14% são D.A.S 1, que é o D.A.S mais baixo na escala do Poder Executivo. E apenas 0,19% são ocupantes de cargo D.A.S 6. 1,12 ocupam cargo D.A.S 5. E os demais são daí para baixo, o que desmente totalmente qualquer insinuação de que o cartão de pagamento é algo que é dado como uma benesse para altos dirigentes. Nenhum fundamento, na realidade--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O senhor tem o cruzamento ainda, nesses gráficos, de quantos estão na executiva nacional do PT e quantos são filiados ou não ao partido?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não. Eu não faço esse tipo de análise. Não me cabe. Próximo--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria aproveitar isso aqui para dizer a V.Exa., mais quantos minutos o senhor acredita que...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: 10 minutos. Pode ser?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): 10 minutos. Está ok.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não. Dos cartões de pagamento ativos hoje, do contrato com o Banco do Brasil, 89% estão no Poder Executivo, incluindo o Ministério Público, que nós não conseguimos destacar ali, e 11% no Judiciário. Pode passar adiante. A quantidade de cartões utilizados mensalmente, vejam, o total de cartões liberados são 12.997. A utilização efetiva, mês a mês, entretanto, é muito mais baixa. No mês de janeiro de 2007, foram utilizados 700 cartões; em fevereiro, 1700; em março, 2600, e daí em diante, a média fica na faixa de 3500 cartões efetivamente utilizados mensalmente. Isso foi retirado das transações efetivas, ocorridas no... Registradas no Portal da Transparência. Para que se tenha uma idéia do volume do universo de que estamos tratando aqui. Muito bem.

Toda essa conquista do cartão, entretanto, ainda padecia de um grande limitador. Qual era? O fato de que boa parte da despesa se realizava através de saques. E, quando se realiza despesa através de saques, se perde, automaticamente, a vantagem da transparência. Acompanhando a evolução, verificamos que embora o saque fosse previsto como exceção, uma vez que a regra básica é o faturamento direto, a compra direta no estabelecimento afiliado, os saques eram usados como regra. Ano houve, como 2001, em que o saque representou 100% do uso do cartão. Em 2002, 77%. Daí para cá, caiu para 60 e, em 2007, volta a 75, por conta daqueles fatores sazonais a que me referi. A Controladoria, então, passou a sustentar, no seio do Governo, a necessidade de se alterar a regulamentação, de modo a limitar de modo mais objetivo o uso do cartão para saque, estabelecendo um limite percentual ou de outra natureza. Disso resultou, em 2008, o Decreto 6.370, que foi além da proposta original. Além de vedar o saque como regra, e permitir o saque apenas em situações especiais, em cada Ministério, mediante autorização expressa do respectivo Ministro, o Presidente da República foi além, e, no Decreto de fevereiro, acabou completamente com as contas tipo B, proibiu as contas tipo B, o que dá um acréscimo, um ganho de transparência infinitamente maior, a esse conjunto de que nós estamos tratando aqui, que é o suprimento de fundos. Ou seja, além dos saques estarem limitados, não vai ter mais conta com talão de cheque. Já não se abre mais nenhuma, e as abertas têm, obviamente, observar o prazo de aplicação e prestações de contas e serão encerradas em junho deste ano.

Com isso, a respeito dessas alterações, o Ministro Paulo Bernardo vai lhes falar de modo mais detalhado, mas é evidente que se pode antecipar o ganho de transparência que nós teremos, uma vez que o que era feito com contas B vai ter que migrar para o cartão e, no cartão, a restrição a saque, agora, ela tem um limite e tem exigência de uma justificação caso a caso, a ser aprovado pelo Ministro de Estado respectivo.

Do ponto de vista da transparência, restariam ainda as chamadas despesas sigilosas e aquelas qualificadas no Decreto de 1986 como peculiaridades. Estas, obviamente, não podem ser expostas publicamente na internet, embora elas sejam auditadas, obviamente, pelos órgãos de controle, Tribunal de Contas, inclusive, tem um procedimento próprio para fazer a auditoria nas despesas sigilosas, e eventuais dúvidas que os senhores tenham a respeito delas, eu sugeriria que fossem resolvidas ou colocadas perante os representantes do Tribunal de Contas, como já ocorreu ontem, e o Ministério responsável pela área respectiva, que é o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, a ABIN e a Casa Civil, uma vez que a Controladoria não tem ingerência nessa matéria.

De todo modo, do ponto de vista quantitativo, eu posso...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não, o próximo. Próximo. O número de transações protegidas por sigilo, no portal, é de 5%, e, em termos de valores, representa 21%, no último ano encerrado. Pode passar adiante. O perfil total dos gastos com suprimento de fundos, no momento atual, é este. Contas B respondem por 56%, e cartão, pelo restante. Na parte do cartão, 32% ostensivas, 11% sigilosas. É razoável imaginar que, com o encerramento das contas B, toda aquela parte que está representada em vermelho migrará para cartão; uma parcela delas, que não temos como identificar, uma vez que, no regime das contas B, não se tem nem como distinguir o que é sigiloso do que não é. Na verdade, na prática, é tudo sigiloso, porque a conta B não tem transparência. Mas, mantidas as proporções, é razoável imaginar que nós possamos alcançar algo em torno de 80% de despesas com transparência. Além do que, volta um pouco, além do que, as medidas que o Ministério do Planejamento, e o Ministro Paulo Bernardo falará sobre isso, vem estudando, em conjunto com o STN, a CGU e o SERPRO, prevêem a possibilidade de mesmo a parcela de despesas que é gasta com saque no cartão vir a ser exposta no Portal da Transparência. Isso não é trivial, como alguns pensam; eu tenho ouvido algumas afirmações, a meu ver, inconseqüentes, de que é muito simples colocar

no portal os gastos feitos com saques, que é só colocar a nota fiscal no portal. Isso não existe. Não é só colocar a nota fiscal no portal. Você poderia escanear nota fiscal por nota fiscal, sim. Milhões e milhões de prestações de contas com nota fiscal, escaneadas, e aí? Você teria um gráfico de imagem no portal, inservível para qualquer cálculo ou soma. Ou, então, você tem que digitar, uma por uma, as aquisições relacionadas em cada nota fiscal para ir para a internet. Não é trivial, mas também não é impossível. E estes órgãos, Ministério do Planejamento, SERPRO, CGU, estão, neste momento, já há algumas semanas, trabalhando no sentido de encontrar a melhor forma, com o apoio, obviamente, das equipes de tecnologia da informação, para viabilizar o modo de colocar no portal e abrir as contas, como gosta de dizer o nosso Deputado Augusto Carvalho, abrir as contas também na parte de saque. E nós vamos chegar lá brevemente. Com isso, nós estaremos aí com 80 a 90% de transparência nas contas de suprimentos de fundo. Dessa forma, ampliamos o controle social, porque essa é a idéia.

Em conclusão, senhora Presidente, eu quero dizer que nós entendemos que se tratam-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --De gastos de pequena monta, seja no seu valor total como expus, seja nos seus valores individuais, e esse quadro mostra as médias mensais de despesa por portador do cartão, onde 90% das médias mensais se situam abaixo de dois mil reais. E 53%, abaixo de 300 reais. Isso, para se ter uma idéia do valor unitário. O valor global, já vimos que é 0,027 das despesas correntes.

Mas, por outro lado, nós compreendemos que se tratam de gastos, embora pequenos, realizados por um grande número de pessoas, espalhados por um grande número de órgãos e por um território imenso como o nosso. E que são fiscalizados diretamente de uma forma que não é inteiramente satisfatória porque é por cada ordenador de despesa, na prestação de contas *a posteriori*, depois do prazo de aplicação. Como eu disse, é fácil imaginar que é muito heterogêneo o nível e a qualidade da fiscalização assim pulverizada. É um caso típico, em que se aconselha que se caminhe para mecanismos de transparência e de estímulo ao controle pela própria sociedade. Por isso, nós estamos caminhando para isso, já temos uma grande parte desses gastos expostos no portal, foi a partir disso que surgiu todo esse amplo debate nacional a respeito dos cartões de pagamento que, a meu ver, é sadio, apesar de alguns exageros provocados pelo açodamento de alguns, que enxergaram, por exemplo, na aquisição de alguns centímetros de veludo, pelo comando da Marinha, para forrar a bandeja onde se põem as condecorações para cerimônias militares, só porque o nome da loja era o Império da Pelúcia; alguém concluiu, açodadamente, que a Marinha estava comprando bichinho de pelúcia. Do mesmo modo que, num outro caso, se adquiriu uma... Um material cosmético, numa loja de cosméticos, se entendeu que isto era um fato gravíssimo a ser denunciado. Tratava-se da compra de material para o curso de treinamento de barbeiros dos Fuzileiros Navais. Denunciou-se como um grande escândalo um pagamento feito a uma empresa de beleza chamada *By Kimberly*, capaz de trabalhar com material para levantamento de seios. Tratava-se de um gasto da Polícia Federal. E o que era? Era o pagamento, o reembolso de um revólver entregue na campanha do desarmamento. A dona da arma pediu que o pagamento fosse feito à empresa dela, que era uma empresa chamada *By Kimberly*, beleza, cosméticos ou algo assim.

E por aí nós vamos, nós selecionamos algumas dezenas e dezenas de casos, que eu pedi à assessoria que para distribuir aos senhores para que eu não precise aqui me deter neles.

Quero dizer, entretanto, que o folclórico, o pitoresco, naturalmente, chama a atenção no primeiro momento, e faz-se toda aquela farra, a euforia da escandalização do nada. Mas isso em nada invalida a importância da exposição completa. Vejam ali, dos casos noticiados, 65% já foram justificados; 26% estão em apuração; cinco já foram sanados e apenas 4%, até agora, foram tidos, pela CGU, como não justificados. Porque, independentemente do caráter folclórico ou não, nós decidimos que todas as denúncias da imprensa a CGU iria apurar. Está o resultado da apuração.

Nós entendemos que a colaboração da imprensa é fundamental, ela é a parceira básica de qualquer programa que vise ao estímulo ao controle social. Sempre contamos com a parceria do jornalismo investigativo para nossas tarefas de investigação e tenho certeza que vamos continuar com ele, sem embargo de, aqui ou ali, decorrerem determinados deslizes como esses, que nada invalidam ou diminuem a importância trabalho da imprensa.

Quero dizer, Senhora Presidente, que tenho extrema satisfação estar aqui, prestando essas informações e que estou à inteira disposição de V.Exa. e dos demais membros dessa Comissão para quaisquer outros esclarecimentos. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada. Quero agradecer a sua explanação, dizendo que foi um pouco mais longo do que o tempo previsto, o Ministro Paulo Bernardo já está esperando, mas pedi... Disse a ele que ele tenha

um pouquinho de paciência porque nós temos ainda os questionamentos a serem feitos. E, antes de passar para o Relator, eu gostaria de dizer, Sr. Ministro, que o universo dos gastos com o cartão, ele não é o vital nessa CPMI. O importante aí é o mau uso do cartão. E, como professora que sou, eu sempre tenho dito às crianças e aos alunos que a má utilização do recurso público, o ilícito, qualquer que seja, ele não tem escala. Não há escala para o ilícito. Não há escala de valor. Que, quando é que uma pessoa é considerada culpada? É porque comprou com o dinheiro público uma tapioca ou comprou com o dinheiro público uma jóia de um extremo valor? E, depois, eu acredito que a importância dessa CPMI também para a sociedade é a importância de todos nós, Deputados e Senadores que fazemos parte daqui, dizer que o exemplo tem que vir de cima. A hora que a gente não dá o exemplo, a hora que o chefe não dá o exemplo, a hora que o Ministro não dá exemplo, a hora que o Parlamentar não dá o exemplo, os servidores também se acham no direito de fazer o que quiserem, já que o próprio chefe não tem a conduta ilibada que se espera.

Portanto, acho que os esclarecimentos que o Ministro trouxe são muito importantes e acredito que, a partir daí, possamos fazer, não importa se são 170 milhões de reais só de cartão corporativo, se é apenas um pinguinho num universo muito grande. O povo brasileiro tem que saber que é que nós todos temos que ser... Ajudar o Governo, seja Federal, Estadual, Municipal, a serem os guardiões do dinheiro público, o dinheiro do contribuinte, que é colocado nas nossas mãos. Portanto, eu passo aqui a palavra ao Relator, para suas considerações.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Sr. Ministro, V.Exa., na exposição aqui, colocou que um dos problemas, e que dificulta o controle, é o número excessivo de saques, mesmo com a utilização do cartão. E o Governo, recentemente, publicou um Decreto, limitando esses gastos. Mas ainda fica a pergunta: em que casos são permitidos os saques? E o que justifica? Como é feita essa permissão para esse saque? E como controlar os recursos feitos, as despesas feitas e com o pagamento via saque? Essa é uma pergunta que nos intriga.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu vou respondendo de imediato ou aguardo--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que o Relator, pelo adiantado da hora, fizesse todas as perguntas, é possível, Relator?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Pelo menos algumas...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mesmo que V.Exa. volte no final.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A outra pergunta é o seguinte. A Secretaria fez inúmeros... Inúmeras investigações. Foi relatado ali o número... Chegou a ter funcionários que foram demitidos. Agora, a CGU não pode solicitar a quebra de sigilo. Houve algum desses processos que a CGU gostaria de ter feito a quebra do sigilo da pessoa investigada? E, na análise da CGU, quais os critérios e qual é a posição acerca da definição que nós temos hoje para a despesa de caráter sigiloso?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Poderia repetir a pergunta, Relator? Essa pergunta? O senhor poderia repetir a pergunta, por favor?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Na visão, na opinião da CGU, os critérios hoje utilizados para despesa de caráter sigiloso, qual é a compreensão que a CGU tem desses critérios e dessas contas? E a outra pergunta é que o Portal da Transparência mostrou-se ser um instrumento muito importante. Apesar do material distribuído, dos casos que foram noticiados pela imprensa, mas que não tinham consistência, mas houve casos que tinham consistência, e eu acho que a publicação desses dados tem exatamente esse papel, intrigar o cidadão comum, a imprensa, os setores organizados da sociedade, para que eles exerçam o papel de fiscalização, então, como isso é novo, eu acho que há falhas, por parte do Governo, e há falha por parte daqueles que, talvez, até no processo ambicioso de consolidar o sistema de controle, possa ter havido erros e equívocos, mas qual é o planejamento da Secretaria no sentido de ampliar e consolidar o processo de transparência? Porque nós sabemos hoje que os cartões, como foi dito ali, do Ministério Público, que está dentro do percentual do Governo Federal, não são disponibilizados no site da Transparência. Na sua opinião, todos esses gastos, mesmo do Ministério Público, do Poder Judiciário, deveriam ser disponibilizados no Portal da Transparência? Eu fico por aqui por enquanto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministro, V.Exa. tem cinco minutos.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não. Tentarei, senhora Presidente, com o melhor dos meus esforços, em cinco minutos, responder às perguntas do nobre Relator. Quanto ao número de saques, o Decreto limitou realmente e o Relator indaga em que casos deveriam ser permitidos e como se controla. Vou começar pela segunda parte. Como se controla, se controla do mesmo modo que as contas B, isto é, me-

diante prestações de contas, feitas *a posteriori,* após a aplicação. Então, o ordenador de despesa recebe a prestação com as notas, do mesmo modo que fazia com as contas B. Além disso, ele tem, a seu favor, o gerenciador financeiro oferecido pelo banco, de modo que possa acompanhar concomitantemente, não apenas esperar no final. Além disso, o ordenador estabelece o limite que ele autoriza naquele cartão, naquele momento, para aquele servidor, usar mediante saque. E a finalidade também.

Agora, em termos de que critérios, em que casos se deve permitir o saque? A lógica pretendida com o Decreto é que somente nos casos e locais onde inexista a possibilidade de pagamento direto à rede afiliada de cartões. Por exemplo, é uma fiscalização do IBAMA, no interior do Amazonas. Ele não pode pagar o barqueiro com o cartão porque o barqueiro, certamente, não vai ter a maquininha. O IBGE, fazendo o censo agropecuário. Está bom. Efetivamente, os milhares de recenseadores precisam usar o saque. Agora, o servidor do IBGE, sediado no Rio de Janeiro, não precisa usar o saque. Essa é a diferença. A atividade vai ser desenvolvida numa região, numa zona, num momento, numa oportunidade onde não é possível fazer o pagamento à rede filiada? Sim.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): No caso, por exemplo--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Só para completar, fora isso, tem as operações sigilosas da ABIN e da Polícia.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): No caso, por exemplo, como a Universidade de Brasília, está aqui no poder central, onde praticamente todo estabelecimento... Tem o número de 200 cartões, o senhor acha elevado ou não?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Nós entendemos que existem órgãos que não precisariam ter o número de cartões que têm hoje. Nós temos o levantamento do número de cartões por órgão, que já estamos trabalhando em cima disso, e a idéia é avaliar, junto a cada Ministério a que se vinculam esses órgãos, a efetiva necessidade ou não de terem essa, primeiro, a quantidade de cartões, segundo, os critérios, para dentro do cartão, usar saque em lugar de faturamento direto. As duas coisas. As duas coisas, eu entendo que exigem uma verificação periódica para evitar que se distribua mais cartão do que o necessário ou que, com o cartão, se utilize saque onde não há necessidade. Por isso a idéia é que cada Ministério vá definir, segundo a sua peculiaridade da sua atuação, porque um órgão central não tem o conhecimento de todas as necessidades, de todas as 1200 unidades executoras. Mas a Controladoria e o Ministério do Planejamento vão estar em interlocução permanente com todos esses órgãos, no sentido de avaliar e avalizar esses critérios. Isso quanto à primeira questão.

A segunda questão, Deputado, eu não gostaria de manifestar opinião a respeito do-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Perdão, a terceira, a respeito dos critérios para a... Perdão, a distribuição dos cartões por Ministério, e eu acho que tem outro, mais detalhado, por órgão. IBGE 22%; INCRA 10%; Ministério da Agricultura 10%; INSS 5% dos cartões, em seguida, veja, vem a Universidade de Brasília, com 4%. Fundo Nacional de Saúde, 4%; Ministério do Trabalho 4%; Receita Federal 4%; Ministério da Fazenda 3%; Presidência da República 2%, e os outros todos abaixo de 2% do total de cartões. Dá uma primeira idéia para o senhor.

Agora, voltando à questão das despesas de caráter sigiloso, eu não gostaria de manifestar opinião pessoal, uma vez que estou no exercício de uma função pública, como Ministro, e se trata de matéria da estrita atribuição de um outro Ministro, que é o Ministro da Segurança Institucional, a quem cabe a avaliação de quais são as despesas que devem ou não ser incluídas dentro da classificação de sigilosas, pelas razões que os órgãos especializados sabem, e certamente explicarão aqui nessa CPI, se para isso forem convidados. Não sei se já foram.

Quanto à Controladoria ter tido ou não, sentido ou não a necessidade de pedir quebra de sigilo nas suas fiscalizações, eu lhe respondo, Deputado, que, no caso de fiscalizações com cartão ou com suprimento de fundo, não. Em nenhum caso. Em inúmeros outros casos de auditorias e fiscalizações nossas, sem dúvida. Temos nos valido do Ministério Público, da Advocacia-Geral da União, para pedir quebra de sigilo. Em inúmeras auditorias sobre questões graves. Mas, não sobre essas questões que temos encontrado na fiscalização de suprimentos, que não envolvem, até hoje, até aqui, nada de maior gravidade, que exija uma quebra de sigilo na parte que nos cabe examinar. Lembrando novamente, que a área das despesas sigilosas da Presidência não está sob nossa jurisdição.

A última pergunta, como ampliar e consolidar a transparência no Portal, eu diria que nós estamos permanentemente nesse processo de aplicação. Agora mesmo, estamos estudando, junto com o planejamento, a possibilidade de trazer para o Portal as despesas com saques, como acabei de expor. Estamos, a cada dia, criando novas formas de consulta, consulta por fornecedor, consulta por quem recebeu o valor volume de diárias, consulta por grupos de fornecedores

por área, na área de informática, na área de construção civil, e assim por diante; a cada dia, criamos novas formas de consulta. E eu entendo também que estamos num processo de, digamos assim, contágio a outras esferas de Governo quanto às medidas de transparência. Eu percebo que a imprensa começa a cobrar dos Governos Estaduais que sigam a linha do Governo Federal, adotando portais de Transparência; dos governos das grandes Prefeituras, dos grandes Municípios, nós temos já cerca de uma dúzia de Estados que nos procuraram, no sentido de obter a metodologia e a tecnologia do sistema do nosso Portal, está ali o nosso Diretor da área de informática, está o Secretário da área de prevenção, que têm tido contatos com vários Governos Estaduais, interessados em levar a metodologia do portal da Transparência para os Estados. A própria Organização das Nações Unidas, a ONU, que, na sua convenção, promove a conscientização dos países para adotar medidas de transparência, a cada vez que ela... Que ela menciona, de modo elogioso, o Portal de Transparência do Governo do Brasil, ela faz um reparo. Ela disse: "O Governo Federal está muito bem, caminhando muito bem na linha da transparência. Mas o Brasil é uma Federação. É preciso que Estados e Municípios caminhem na mesma direção. E ainda é muito tênue esse avanço na área dos Estados". Do mesmo modo que, como V.Exa. indagou, se os outros Poderes quiserem fazer um trabalho integrado conosco, teremos a maior satisfação em expor também no portal as despesas do Ministério Público e do Poder Judiciário.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Senhora Presidente, só mais uma última pergunta. Muitos dos problemas que acabamos verificando, com a utilização de cartão, do uso do cartão, deu-se a um fato. Nós tivemos um período em que os Ministros tinham uma diária, quando se deslocavam para outro Estado. Depois, houve um Decreto que acabou com o processo da diária, e os Ministros, então, no seu deslocamento para outros Estados, ficaram utilizando o mecanismo da conta B e, depois, do cartão, hoje, do cartão. Quer dizer, na visão da CGU, o mecanismo hoje é melhor do que a diária? Ou a diária deva ser restabelecida? Qual o mecanismo que daria uma agilidade e uma condição de trabalho melhor aos Ministros?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não, Deputado. Eu não teria um segundo de hesitação em dizer que o mecanismo melhor é a diária de valor fixo, como era anteriormente, como é hoje para todos os demais servidores e agentes públicos de todos os Poderes. Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República, Procuradores da República, Juízes, todos recebem diária de valor fixo. A meu ver, foi uma medida altamente demagógica, farisaica, hipócrita, tomada em algum momento do passado, que suprimiu diária para Ministro. Não tem porque suprimir. Para substituir por uso do cartão, onde caberá ao Ministro escolher se se hospeda no Copacabana Palace ou num Hotel quatro estrelas ou três, para, depois, estar discutindo qual o razoável para ele pagar com o dinheiro público? Não. O valor fixo. Se quiser ficar no hotel melhor, pague a diferença do seu bolso. Eu não tenho um segundo de hesitação. Hoje já há consenso no Governo e, provavelmente, em breves dias, o Presidente da República deve assinar o Decreto restabelecendo diária de valor fixo para Ministro de Estado.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Obrigado. Eu me dou como satisfeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro. Fazendo agora as nossas inscrições, na lista de inscrição, o primeiro inscrito, do PTC, é o Deputado Carlos Willian, por cinco minutos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, caro Relator, nobre Ministro. Olha, foram muito válidas as informações que V.Exa. prestou a esta Comissão. Na medida em que nós vamos avançando os nossos trabalhos, vai clareando todos os fatos que nós temos notícias, inclusive na imprensa. Com a relação que o senhor nos deu aqui, dos casos já esclarecidos e prontamente mostrados ali no... Através do painel.

Então, as perguntas são muito poucas, Ministros. Vou fazê-las, se não houver tempo de responder, o senhor... Vou até resumi-las, para que o senhor use até o meu tempo de resposta e o tempo de V.Exa.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pois não. Mas foi muito bom, já de antemão, a vinda de V.Exa. aqui esclareceu, foi muito boa para essa CPMI. Uma crítica freqüente é que os cartões e a possibilidade de serem feitos saques em espécie, cujo controle é naturalmente o mais difícil pelo SIAF, em 2007, os saques representaram 75% do total dos gastos através de cartões. Com o Decreto 6.370, o Governo Federal limitou significativamente esses saques. Mas alguns casos ainda são permitidos. O que justifica essa permissão e como controlar, de forma eficaz, esses gastos?

A segunda pergunta. Apesar de o total de gasto através das contas de tipo B ser maior que o movimentado por meio de cartões de créditos, o que se percebe é que os gastos com cartões têm aumentado

significativamente ao longo dos anos, dando um salto de 3,6 milhões, em 2002, para 78 milhões, em 2007. O que explica este crescimento?

O senhor acredita que faltou orientação aos portadores desses cartões quanto à maneira correta de utilizá-los? Ou houve má-fé? Diante das notícias sobre o mau uso dos cartões, há quem defenda o fim do mecanismo. O senhor concorda com esse ponto de vista? O senhor acabou de dizer aí que concorda, dando diária para Ministro. Mas o mecanismo geral, o senhor concorda com o fim dele? E, finalizando, se o senhor tivesse que fazer um comparativo de ponto de vista de vantagem e desvantagem entre os dois membros de suprimentos de fundos, o cartão, da conta tipo B, qual que seria?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Cinco minutos, Ministro.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Deputado, a primeira pergunta me parece que--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Parece-me que a primeira pergunta é mais ou menos na mesma linha da pergunta do eminente Relator. O Decreto limitou, mas ainda permite e quais os critérios e as justificativas para esses casos? Eu repito, o Decreto estabeleceu que cada Ministro de Estado em sua área, atendendo às peculiaridades dos órgãos a eles vinculados, poderá admitir até o máximo de 30%. Por exemplo, o Ministro do Planejamento, sabe que, lá na sua estrutura, tem vinculado o IBGE. Ele sabe que o IBGE precisa. Precisou em 2007 porque teve o censo agropecuário de pequenos e médios Municípios. Talvez, em 2008, não tenha um censo igual. Tem um desses censos que é decenal. Mas tem outro que eu tenho notícia que o IBGE pretende tornar anual. Vejam, essas peculiaridades têm que ficar a cargo do Ministro da área. Ele que pode avaliar se, em 2008, o IBGE vai precisar daquela quantidade de cartão e daquela quantidade de saque.

O Ministro da Saúde é que pode imaginar se vai ter uma campanha intensa de combate à dengue ou à febre amarela, ou que seja, que vá representar a ida de agentes de saúde para regiões onde precise levar cartão, com saque em dinheiro ou não. São essas peculiaridades que ficarão ao juízo de cada Ministro. Mas os órgãos centrais estarão em permanente diálogo com eles para manter isso sempre sob controle.

A segunda questão, o aumento de gasto com cartão, eu pediria à assessoria que voltasse ao quadro que mostra o aumento, o aumento é tudo que nós queremos. Na medida em que ele se dê... Não é esse quadro. Não. Na medida em que ele se dê em detrimento ou com a correspondente redução das contas tipo B, e mantendo, na pior das hipóteses, estável, o total de suprimentos, ou o aumento na linha de suprimentos seja um crescimento vegetativo, correspondente ao crescimento total da despesa pública, de modo que ele não represente uma percentagem maior da despesa pública. Agora, este aumento que está aí, que sobe de três milhões, em 2002, para 78, em 2007, é tudo o que nós queremos. Ou melhor, nós queremos mais. Nós queremos que, em 2008, ao invés de 78 milhões com o cartão, nós estejamos gastando 180. Ou seja, zerando as contas tipo B. Seria o ideal. Não vai ser isso ainda porque as contas estão sendo extintas agora.

Quanto à proposta que eu ouvi, mencionada ontem, assistindo pela televisão aqui o trabalho dos senhores, uma proposta me parece de um Procurador, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, de extinção dos cartões ou suspensão dos cartões, eu considero simplesmente inqualificável. Eu não tenho outro adjetivo para uma proposta dessas. Inconseqüente e inqualificável. De modo que não preciso falar na minha posição quanto à comparação das vantagens entre o cartão e as contas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Ministro. Obrigado, Deputado Carlos Willian. Deputado Carlos Sampaio. PSDB, DEM, PPS.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, eu pediria a substituição, a troca do meu nome com o Deputado Manato, até eu preciso pedir isso a ele, até porque estou aguardando alguns documentos ainda. Obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato, pelo PDT.

[soa a campainha].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Só para pedir para voltar o tempo lá, Presidente. Primeiro, Ministro, gostaria de parabenizá-lo, agradecer a presença aqui, mostrando que essa CPI está no caminho certo. Ao convidar a V.Exa. e todos os outros que estão vindo aqui, nós estamos mostrando respeito a vocês e vocês estão atendendo ao nosso chamado. Fico triste que aqueles que estão criticando a CPI inadvertidamente, inadequadamente, esse "Senador abelha", não está aqui no momento. Deveria estar aqui para ouvir V.Exa. desde o início, para ouvir ontem o Tribunal de Contas, para ouvir a Promotoria. Pois não--

[pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Tiro essa abelha. Boto mariposa. Então, estamos aqui trabalhando. E o senhor deu tantos dados importantes aqui, que eu estou convencido. E, ontem, eu questionei ao Promotor,

Procurador, sobre a extinção do cartão. Não falei as palavras que V.Exa. falou porque não tinha essa liberdade. Mas mencionei e ele, no final, ele concluiu que realmente o cartão é uma coisa importante, é uma coisa transparente. Então, vou perguntar pouco ao senhor. Primeiro, essa lei foi criada em 2001, aquela lei que tornou os três Ministérios sigilosos. Então, quer dizer, isso veio uma herança do governo passado, criando o sigilo. O senhor concorda com isso?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Veja bem, Deputado, a bem da verdade são duas coisas diferentes. Uma, a lei de 2001 é a lei que organiza o sistema de controle interno e exclui da jurisdição da CGU, da Controladoria esses três Ministérios, dando-lhes órgão de controle setorial próprio, de onde a matéria vai diretamente ao TCU. Não significa que esta lei seja a lei que cria o sigilo. Não é isso. As despesas que são sigilosas ou não são sigilosas, é outra questão. Apenas esta lei, a 10.180, exclui da área de competência administrativa da CGU a fiscalização sobre esses três Ministérios. Mas o TCU fiscaliza--

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Quer dizer, isso foi criado em 2001?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Isso.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): A minha pergunta para o senhor: O senhor acredita que esses três Ministérios têm capacidade, têm um controle suficiente sobre isso ou o ideal é que a CGU também fizesse esse controle?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Aí o senhor me coloca numa saia justa, numa posição difícil. Eu diria que do ponto de vista do controle, afinal de contas, o controle é pleno porque o Tribunal de Contas tem ampla jurisdição sobre eles. Do ponto de vista interno, é evidente... Do ponto de vista da Controladoria, quanto mais a Controladoria tem ampliadas as suas atribuições, melhor, do ponto de vista da CGU. Agora, a opção por criar órgãos de controle próprios, nesses Ministérios ou não, foi uma opção da lei, aprovada por esta Casa, eu não devo me manifestar sobre ela.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Certo. E existe alguma excepcionalidade que vocês possam atuar, por exemplo, uma denúncia nesses órgãos vocês podem atuar ou não?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não. Podemos sim, quando somos solicitados pelo Ministro da Defesa. Tivemos casos em que o Ministro da Defesa nos solicitou fazer auditoria em órgãos ligados ao Ministério da Defesa, em que a Ministra-Chefe da Casa Civil nos solicitou fazer auditorias... Aliás, no caso específico dos cartões do Ministro da Secretaria da Pesca e da Secretaria da Igualdade Racial, nós entramos, sim, por solicitação da Ministra da Casa Civil. Então, ocorrem, sim, mediante solicitação.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais alguma coisa, Deputado?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Posso continuar? Ou o meu tempo...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V.Exa. fizesse todas as perguntas para--

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Mas eu vou cumprir meu tempo. Prometo à senhora que vou cumprir meu tempo. Faltam dois minutos e meio ainda. Em cinco minutos, eu vou... Pode acreditar. Já estou acabando até.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acredito.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Tudo que eu tenho visto e ouvido aqui, já chego à conclusão que possa ser precipitada, que o grande problema está nos saques. O que a gente tem observado é que aqueles controles que são feitos, pagamentos, e as notas fiscais, e é o débito ou crédito, acredito que é crédito, que são controlados, isso está tendo controle sensacional, está tendo controle tranqüilo. O problema são os saques. Os saques é que levam à dúvida, os saques que são menos transparentes. Vocês estão fazendo sugestões, estão fazendo algum tipo de controle especial para que esses saques, eles cheguem a ter próximo de zero, ou seja, só aqueles excepcionais, como o senhor falou lá, na Amazônia, o IBGE... Está tendo esse mecanismo que acho que é importante?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Perfeitamente, Deputado. Eu só queria acrescentar um detalhe à sua afirmação para assinar embaixo dela. O senhor disse: "O problema está nos saques". Eu assino embaixo, mas eu peço para, antes, fazer um adendo. Está nos saques e nas contas tipo B. Que são o volume muito maior do que os saques. E é a importância maior do Decreto 6.370, maior do que a extinção ou a limitação do saque-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: É a extinção das contas B. Porque nelas, digamos assim, a opacidade é a mesma do saque ou é maior do que a do saque. Nessa é maior. Então, o problema são as contas B e elas estão acabando. Elas acabaram. Concordo também com V.Exa. de que a parte remanescente, que permanecerá, de saque, terá que ser acompanhada com lupa. Ou seja, da interlocução entre os órgãos centrais, Ministério do Planejamento, e o Ministro Paulo Bernardo certamente vai concordar comigo, Ministério do Planejamento e Controladoria, da interlocução com

cada Ministério, para identificar quais são os órgãos que efetivamente precisam continuar sacando. Eu imagino, de antemão, a ABIN, a Polícia Federal, o IBGE, quando tiver trabalhos no interior, o INCRA, que trabalha muito em zona rural, o IBAMA, a FUNAI, são órgãos em que é possível identificar clarissimamente(F). Eu não vejo a necessidade de saque em grande volume para os órgãos sediados em cidades. Mas, veja, estou dizendo em grande volume. Porque, em pequeno volume, sempre haverá. Na medida em que acabamos com as contas B, algum pagamento em espécie sempre há de ter que ser feito. Muitas vezes, é um pneu do carro que estoura, durante uma... Um deslocamento na cidade. E, aí, é preciso um dinheiro em espécie na borracharia, que pode não ter cartão. Então, um perfil mínimo de saque sempre será necessário, na medida em que extinguimos a conta B e o dinheiro na gaveta, que era o sistema antigo, chamado pequeno caixa. Que até as empresas têm.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Então, pelo que o senhor está afirmando, o senhor concorda que a medida do Governo Federal de extinguir a conta B e passar para o cartão é altamente positiva, moralizadora e transparente?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sem a menor dúvida, é tudo que nós dissemos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): A última pergunta, senhora Presidente. O senhor pode não responder, pela ética, mas o senhor acredita que a aquisição de recursos bélicos, navais, terrestres, aeroespaciais, contratação de serviços técnicos especializados para projetos de pesquisa científico-tecnológicos, aquisição de equipamentos, contratação de serviços especiais na área de inteligência, devam ser mantidos em sigilo?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu prefiro que essas questões sejam respondidas pelo Ministro Jorge Félix.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado, senhora Presidente. Muito obrigado, Ministro Jorge Hage.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente. Presidente, pela ordem. Só para entender, aproveitando essa oportunidade aqui, pelo que entendi, o Ministro defende que as contas... Só para entender, porque tem tudo a ver com isso, e pelo que ele está dizendo, é mais claro e transparente ou seria melhor o saque pontual em dinheiro do que o uso da conta B. Só que eu queria só registrar que a conta B é paga em cheque e não em dinheiro, só para entender, é isso mesmo?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não. A conta B não significa que o pagamento até que ser em cheque. Na maioria das vezes, o servidor saca o cheque paga tudo em dinheiro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, quer dizer, tem ordem de pagamento...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não tem ordem de pagamento.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Como funciona, então? É aquela conta que abre e fecha?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não. Como eu expliquei no início, o servidor recebe uma quantia, digamos, quatro mil reais. Ele abre uma conta, chamada conta B, e ele passa a gerir essa conta como ele quiser. Ele pode sacar tudo em dinheiro e fazer o pagamento todo em espécie. Guardar na gaveta, guardar no bolso, levar para Casa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Igual ao cartão, quando tem saque? Igual o saque no cartão? Obrigado, eu já estou atendido já.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Igual o saque no cartão. O saque é um pouco melhor porque tem pelo menos a possibilidade de, usando o gerenciador financeiro que a administradora do cartão fornece ao gestor, ele acompanhar os gastos de forma mais imediata. Mas é pouca a diferença que há entre o saque no cartão e a conta B. E a conta B sempre para pior. É isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Próximo inscrito, Deputado Carlos Sampaio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele passou para frente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): PV, então, Deputado Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Primeiramente, eu quero cumprimentar o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral, agradecer a vinda até essa CPI e a forma como as coisas estão ocorrendo e cumprimentar a você e a sua equipe. Eu tenho insistido aqui, senhora Presidente, senhores meus colegas, e quero insistir sempre que uma das questões que devam ser levadas em conta na CPI é a questão do aperfeiçoamento do sistema que pode favorecer, facilitar e, às vezes, até induzir a determinadas práticas. Isso eu quero insistir porque, no afã da punição e da procura dos culpados, o que é necessário e importante, esquece-se também das causas disso, sobretudo as causas sistêmicas. Uma das preocupações é com relação a quem decide a despesa, ainda que ela seja pequena. Nós sabemos que, numa estrutura hierárquica, seja na empresa particular ou dentro da gestão pública, você tem os órgãos decisórios e os órgãos executórios. Então, três mil e tantos cartões que

estão sendo utilizados, na mão de vários funcionários, inclusive, a gente vê que, do ponto de vista do gráfico apresentado, nem sempre esse cartão está na posse da chefia, na posse do chefe do departamento ou na posse do Ministro, do Secretário-Geral, mas que há uma delegação de autorização de despesa, em níveis até menores, mais baixos etc.

Quer dizer, então, eu acredito que essa questão, quem decide o gasto e quem responde por esse gasto tem que ser muito localizada hierarquicamente. Então, eu queria saber qual a proposição, porque quando a gente fala em mudar o sistema, aperfeiçoar, vamos acabar com o saque, vamos acabar com o cartão, suspensão, até isso apareceu. "Vamos suspender". Quer dizer, são soluções que não levam em conta o sistema, a estrutura de funcionamento e de gestão. Quer dizer, eu queria dizer o seguinte, que eu acredito e gostaria de saber de V.Exa. se, Sr. Ministro, se alguma proposição nesse sentido foi colocada e se não, como vamos colocar. Porque acho que, realmente, o seguinte, pode pagar o barqueiro lá, pode consertar o pneu, mas isso foi autorizado pela chefia imediata, e essa pessoa tem que responder. Para não corrermos, inclusive, numa possibilidade de fazer valer aquele velho ditado que a corda quebra sempre no lado mais fraco. Quer dizer, o funcionário mais simples, pequeno, que resolveu usar indevidamente o cartão, mas com a autorização da chefia.

Quer dizer, então, na verdade eu acredito nas empresas particulares, onde fui Presidente, Diretor, onde a gente fazia isso, o Presidente, o Diretor, o Chefe, ele tinha os cartões, e que pontualmente, *ad hoc,* ele dizia: Não, você vai gastar", inclusive o próprio saque, quem autorizou aquela pessoa a fazer um saque de quatro mil reais ou de três mil reais, mesmo que esteja de posse do cartão. Tem que ter uma autorização. Essa seria primeira pergunta a fazer ao Sr. Ministro.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não, Deputado. Eu quero cumprimentá-lo pela percuciência da sua indagação, que vai num ponto realmente essencial da questão. Veja, a lei é muito clara, desde as primeiras normas, o Decreto-Lei 200, 1967, onde ela diz o seguinte: "Em casos excepcionais, quando houver despesa não atendível pela via bancária normal, as autoridades ordenadoras poderão autorizar suprimento de fundos".

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Autoridade ordenadora, ou seja, o ordenador de despesa do órgão. É quem decide se, para aquela situação, cabe ou não suprimento de fundo, seja conta B seja cartão, como o senhor bem disse. A questão é saber em que nível decisório se toma essa decisão, essa opção de sair da sistemática normal, da despesa, licitação, contrato, empenho, liquidação direto ao fornecedor ou adiantamento de um dinheiro na mão do servidor. Quem toma essa decisão não é o servidor, é o ordenador de despesa do órgão, é o Secretário de Orçamento e Administração, SPOA, é o Secretário Nacional, é o dirigente da autarquia, é uma autoridade de nível de responsabilidade decisória. E diz, o Decreto que regulamentou isso, de 1986, é o Decreto 93872, ele repete: "Excepcionalmente, a critério do ordenador de despesa e sob sua inteira responsabilidade". Inteira responsabilidade do ordenador de despesa. "Poderá ser concedido suprimento a servidor, sempre precedido de empenho na dotação própria, quando a despesa não se possa subordinar ao processo normal de aplicação". E, no § 2º, ele diz: "O servidor que recebe o suprimento é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se automaticamente a tomada de conta, se não fizer no prazo assinalado pelo ordenador, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis".

Depois, ele fala: "Nos limites, não pode ser responsáveis por mais de dois suprimentos, não pode ser passado a servidor que não tenha prestado contas do anterior. Os valores limites bem como o limite máximo são fixados em Portaria". Ou seja, há toda uma regulamentação que permite, sim, a responsabilização do ordenador. E não só do servidor portador.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): E que sugere até o limite de quanto cada nível hierárquico pode decidir, quer dizer, pode até estar ocorrendo a hierarquia, mas, fixando: "O Ministro pode decidir até tanto."

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sim. Há um limite estabelecido, geral, há um limite estabelecido, geral, de oito mil reais, atualmente; oito mil reais é o máximo. Mas, como nós mostramos ali, a média que tem sido utilizada, na prática, é muito abaixo disso. A média mensal está toda abaixo de três mil reais.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): A segunda pergunta, Sr. Ministro, é por que o judiciário não está na transparência?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Bom, a nossa competência legal não permite extrapolar os limites do Poder Executivo. Nós, CGU, somos órgão de controle do Poder Executivo. Quem pode controlar todos os poderes é o Tribunal de Contas.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): É verdade. Foi colocado por V.Exa. que mil 600... As penalidades expulsivas-

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): 1622 até agora.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: 1622. Que, aliás, diga-se de passagem, aqui, mais uma vez, quero cumprimentar a Controladoria por esse esforço mostrado numericamente aqui, do que se tem feito em torno da transparência e prevenção da corrupção. 1622... Entre esses casos de penalidades possíveis, tem algum, não sei se dá para responder agora, tem algum ligado a essa questão do cartão corporativo?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: O meu Secretário-Executivo me diz que tem pelo menos um caso, relacionado com a aplicação de suprimento de fundos. Mas realmente é uma quantidade muito pouco significativa de suprimentos de fundos que tenham levado à necessidade de justificar um procedimento disciplinar por demissão. Há situações muito mais graves, em outras áreas, que não o suprimento.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Muito obrigado.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Muito obrigado o senhor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro. O próximo inscrito, do segundo bloco, Deputado Nilson Mourão, do PT, e depois, o Deputado Vic, do DEM.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O Deputado Nilson é titular?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ô, desculpe, Deputado Nilson.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não querendo tirar a palavra do Deputado Nilson Mourão. Estava acompanhando as inscrições para não dar confusão na--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O próximo do bloco, PR, Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Obrigado. Não tinha a menor intenção, Deputado, de cassar-lhe a palavra. Apenas para que o Regimento seja cumprido. Para a gente não ter problema depois, na frente. Mas, Exma. Presidente Marisa Serrano, nobre Deputado Luiz Sérgio, membros dessa CPMI, Ministro Jorge Hage, Dr. Luis Navarro, Valdir Agapito. Inicialmente, queria parabenizá-lo, Ministro, pelo trabalho que a CGU vem realizando em todo Brasil. Tem prestado um serviço relevante demais a esse país. Eu fui gestor público, fui Secretário de Educação do meu Estado durante três anos e sou testemunha da presença da CGU em todo o território brasileiro. Sou testemunha também do que é mais importante, não só do combate efetivo à corrupção, mas principalmente da mudança de comportamento dos gestores brasileiros a partir de 2001, 2002, começando o trabalho pelo ex-Ministro Valdir, e depois, em seqüência, com o trabalho de V.Exa. e de sua assessoria. O Brasil mudou muito depois que a CGU começou a agir em todo o território nacional, principalmente os Municípios e Estados, adotando mecanismos de controle de gestão que, antes, eram inimagináveis.

Queria parabenizá-lo também pela exposição realizada aqui hoje. Acho que foi extremamente esclarecedora, foi feita com muita competência, com muita segurança, desmistificando muita coisa que se imaginava no uso do cartão corporativo. Acho que V.Exa. mostrou que o Governo, ao contrário do que se pensa, tem controle. Se não absoluto, mas tem um controle muito abrangente sobre as despesas do cartão corporativo. E está trabalhando para que a qualidade desses gastos cada vez melhore mais. Mostrou também a evolução no controle desses gastos, apresentou aqui o Portal da Transparência, que é, sem dúvida nenhuma, um instrumento que poucos Governos no mundo têm condições e têm coragem de apresentar, de tornar público, de dar esse controle à sociedade. Parabéns ao Governo Lula e à CGU por ter adotado o Portal da Transparência.

Inicio as minhas perguntas pela... Pelo que acho que foi o motivo causador dessa CPI, que é boa para o Brasil e será boa para o Governo. Acho que essa CPI caminhará para um novo marco legal do cartão corporativo e vai, sem dúvida nenhuma, desmistificar muito folclore que se criou em torno disso. A imprensa brasileira, livre e aguerrida, vem desempenhando papel fantástico no que se refere ao aprimoramento das instituições democráticas no país. No entanto, em algumas ocasiões, são cometidos equívocos. No caso dos cartões de pagamento do Governo Federal, houve uma série de informações pouco precisas, que acabaram ganhando as páginas dos jornais. Ao que parece, a Controladoria-Geral da União foi a fundo para verificar cada uma das denúncias publicadas e descobriu que nem todas as supostas listas de irregularidades poderiam ser assim classificadas. O senhor pode listar para o Plenário dessa CPMI o que a CGU efetivamente apurou em relação a essas denúncias? E, aí, eu faço a complementação, perguntando: No que tange às denúncias envolvendo Ministro de Estado, o que foi efetivamente apurado? E se há realmente al-

guma irregularidade. E queria que, especificamente, fosse tratada a questão do Ministro Orlando Silva, do Ministro Gregolin e da Ministra Matilde. Essa é minha primeira pergunta.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não, Deputado. Quanto à primeira parte da sua indagação, o que a CGU apurou do conjunto das denúncias divulgadas na imprensa, nós distribuímos, não sei se... Talvez não tenha chegado ao Deputado, eu pediria à assessoria.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Chegou.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Chegou. Uma relação com 57 denúncias vinculadas na imprensa e nós mostramos, ali no quadro, o percentual delas que, realmente, teve sua procedência confirmada, e os que ainda estão em apuração. 4% dos casos, realmente, o órgão responsável não apresentou justificação convincente. E 26% estão em apuração. Os demais, 65 mais cinco, 70% estão resolvidos, ou seja, não havia fundamento. E estes casos que estão aí, os pitorescos, os folclóricos, em número de 56, que não correspondem à totalidade, isto aqui são apenas os pitorescos, que nós distribuímos para que os Deputados tenham uma idéia do que pode acontecer, num primeiro momento de transparência. Nós sabíamos que isso ia acontecer. No momento em que se fez a opção de abrir as contas, nós sabíamos qual é a reação imediata. Mas, é um preço a ser pago, nós estamos pacientemente apurando, caso por caso, e entendendo sempre, cada vez mais, que a imprensa é a parceira fundamental. Porque, se tiverem aqui 100 casos sem fundamento, mas tiver um com fundamento, é importante, porque este um a imprensa denunciou. Não tenha dúvida nenhuma.

Quanto aos casos dos Ministros, a Controladoria já concluiu duas das três auditorias referidas; a do Ministro Altemir Gregolin foi concluída, apresentada já à Casa Civil, que foi quem nos solicitou entrarmos nessa área, porque é uma área da Presidência da República; dirigimos à Casa Civil em 08 de fevereiro, do mesmo modo que mandamos para o Tribunal de Contas, o Ministério Público, e divulgamos na imprensa os resultados da auditoria, no cartão do Ministro Gregolin. O que se encontrou de efetivo, no caso, foi uma despesa da ordem de 512 reais e 60 centavos, correspondente a um pagamento numa churrascaria em Brasília, onde ele recepcionou uma delegação estrangeira, uma delegação da Academia de Ciências da China. É razoável uma autoridade brasileira recepcionar uma delegação estrangeira que vem aqui, às vezes, para negócios de alto interesse da exportação brasileira? Eu acho que sim. É razoável. Ocorre que não há base legal clara que autorizasse esse pagamento com o cartão. E nós tivemos que determinar a devolução. E foi devolvido imediatamente. Além dos 512, foram devolvidos mais 16 reais, 26 reais, de uma despesa realizada em restaurante em Brasília, fora de Brasília, melhor dito, mas onde constavam na nota duas pessoas. Ora, no sistema atual, em que não tem diária para Ministro, ele tem que pagar com o cartão ou com conta B. Mas só pode pagar a despesa dele. Como tinha lá na nota, era um valor irrisório, 26 reais, mas constavam duas pessoas, nós pedimos devolvesse a metade. Ele devolveu todo. Então, fez um recolhimento de 512 mais 36 reais-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Foi o que tinha de não elegível nas despesas do Ministro da Pesca. No caso da ex-Ministra Matilde, a Controladoria concluiu o trabalho, entendendo que, do total de despesas realizadas, uma parte também deveria ser ressarcida porque não representava despesas claramente elegíveis, e uma outra parte foi dado a ela um prazo de 30 dias para apresentar justificativa satisfatória. O valor do recolhimento imediato, eu posso lhe dar aqui, R$2.815,00, mais R$104,00, já foram devolvidos, nós determinamos o recolhimento imediato. E a outra parcela de R$19.245,00 mais R$240,00, relativos a horas-extras, pagas em locadoras de veículo, por horas extra de motorista, uma vez que ela não justificou, até o momento, a necessidade efetiva da extensão da utilização do veículo, de modo a fundamentar o pagamento desse valor em hora-extra. Ela tem 30 dias para justificar isso ou recolher, sendo que a primeira parte, R$2.900,00, mais ou menos, perto de três mil reais, já foram devidamente recolhidos. E o processo foi encaminhado já ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para que eles examinem, do seu ponto de vista, e vejam se entendem que cabe algo além disso, que é o que a nossa auditoria considerou como não justificado nas contas do cartão.

No caso do Ministro Orlando, a auditoria não terminou ainda, está sendo concluída nos próximos dias. Terei prazer de encaminhar para essa CPI, se solicitado, tão logo esteja concluído.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Ministro, eu lhe fiz essas perguntas porque acho que não há ninguém melhor que V.Exa. para respondê-la. É a autoridade maior do país no que tange à auditoria das contas públicas de controle interno. Obviamente, todos nós somos passíveis de erro. O funcionário de terceiro escalão, de segundo e o Ministro também. O senhor, aí eu lhe peço uma opinião de cunho pessoal, nessas auditorias feitas em relação aos Ministros, o senhor entende que pode ter havido

algum gasto, algum erro de má-fé ou apenas erro por falta de orientação, talvez, ou por falta de clareza da Legislação que rege os cartões corporativos?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, antes de passar a palavra ao Ministro, há mais alguma pergunta?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Há. Eu só queria dizer à senhora, eu estou marcando meu tempo aqui, em perguntas, eu tenho apenas três minutos. Então, eu tenho dois ainda de tempo para fazer pergunta. Eu sou um Deputado que vejo o Regimento e pode ficar absolutamente tranqüila que, quando chegar aos cinco, eu paro, tendo ou não perguntas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pronunciamento fora do microfone.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Bem, Deputado, eu preferiria não tecer comentários que impliquem em avaliações subjetivas, pessoais. O que posso dizer, em tese, no geral, não me referindo a este ou àquele Ministro, mas a todos os casos de auditorias em suprimento de fundos, é que existe, sim, uma área nebulosa, em termos do que a Legislação respalda ou não respalda, para que a despesa siga essa sistemática excepcional, que é a do suprimento de fundos.

Veja, é fácil perceber isso pela própria análise da norma. Quando a lei diz "em casos excepcionais", "a critério do ordenador", "sempre que a despesa não possa subordinar seu processo normal de aplicação", é o que nós chamamos, em Direito, conceito jurídicos vagos. Eles dependem de uma interpretação em cada caso concreto. Muito bem, mas podemos dizer "a norma não ficou nessa generalidade toda da lei ou do Decreto", desceu um pouco mais no Decreto mais recente, e nas Portarias, enumerando situações assim: "Para atender a despesas de pequeno vulto". Bom, pequeno vulto seria algo vago. Mas aí, não foi tão ruim assim porque se fixou o valor em Portaria do Ministro da Fazenda. Está bom. Valor unitário: R$800,00; valor global: oito mil, no suprimento todo. Está bom. É a faixa que está dispensada de licitação na 8666. Esse é mais ou menos o objetivo. Então, uma despesa que ultrapasse esse valor, não tem dúvida nenhuma, para a auditoria, está certo ou está errado. Porque aí é numérico. Agora, outros itens, despesas eventuais. O critério de eventualidade. O nome está dizendo que é algo... Não é possível você pré-definir, em *numerus clausus*, todas as eventualidades.

Tem aqui Parlamentares que têm forte formação em Direito, pelo menos que eu sei que tem, o Deputado Carlos Sampaio e inúmeros outros também, sabem como é a dificuldade. Não há como definir inteiramente, numa norma geral e abstrata, todas as hipóteses. Deputado Paulo Teixeira, do mesmo modo, sabe disso. Então, o que se faz? Há uma acumulação, digamos, de praxes, de jurisprudência do Tribunal de Contas... O Tribunal de Contas vai tomando decisões, em uma série de casos concretos, e é pelo somatório dos precedentes que se infere uma norma também, embora não seja Lei nem Decreto. E, além disso, existem iniciativas como um ofício circular de esclarecimentos que já foi feito, um manual, no estilo cartilha, que está sendo elaborado, detalhando isso-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --É uma das providências novas que estão sendo tomadas, com perguntas e respostas. Tipo assim, podem se realizar quaisquer despesas com suprimentos de fundos? Quais as características das despesas passíveis com a realização desse meio de suprimento? Para tentar chegar mais próximo da clareza, para evitar dúvidas.

Agora, temos situações em que um Ministro de Estado recebe uma delegação estrangeira e lhes homenageia com um almoço e, devido a essa faixa nebulosa das normas, eu tenho que mandar devolver. Porque *in dubio*, *pro* administração.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Farei minhas últimas duas perguntas--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V.Exa. fizesse as duas perguntas.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu vou fazer as duas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não, não acabou o tempo. De pergunta, não.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Acabou o tempo.

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O que não é comum em CPIs e CPMIs. Acabou o seu tempo. Presidente, temos que ser rigorosos.

[soa a campainha].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu tenho cinco minutos pra fazer as perguntas-

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Já fez. Não é por cada pergunta cinco minutos. Acabou o tempo.

[soa a campainha].

Acabou o tempo.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputados, como eu não estou em condições, com a voz muito boa, pra falar mais alto q isso, eu aceitaria e ficaria contente se V.Exas. tivessem condições de entrarmos num acordo. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que fizesse as duas perguntas juntas e que o Ministro pudesse respondê-las em cinco minutos porque cada pergunta que V.Exa. faz separado e o Ministro leva cinco minutos para responder, nós estamos levando... E aí, junto, já passamos muito do tempo possível. Mas eu gostaria muito e acho muito importante que o Ministro possa responder todas as questões dos senhores, que V.Exa. faça tranqüilamente essas duas perguntas e o Ministro, tenho certeza, que vai poder responder.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Só quero deixar registrado, Presidente, que eu estou usando o meu tempo regimental. Não ultrapassei. O Ministro talvez tenha ultrapassado na resposta. E queria fazer uma outra pergunta.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): São contagens diferentes, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Deputado, isso é falta de educação, me desculpe.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, eu gostaria de saber também se eu tenho meus dois minutos de réplica. Parece-me que é regimental também. E vou fazer uso dele. Bom, não iria não, mas agora vou.

Eu perguntaria, Sr. Ministro, sob a jurisdição de quem, primeiro, fiquei satisfeito com as perguntas em relação às auditorias dos Ministros, segundo, sob a jurisdição de quem está o controle dos gastos sigilosos relativos ao Governo Federal, especialmente à Presidência da República. E se V.Exa. tem conhecimento de que o TCU tenha acesso a esses dados.

E a última pergunta é que, se nessas auditorias que são realizadas no âmbito dos Estados, obviamente, visando os convênios, a utilização de recursos de repasses federais, mais especificamente no Estado de São Paulo, se já houve contato da CGU com os gastos de suprimento desses convênios, de dinheiro público Federal, no Estado de São Paulo, e se há... Se o senhor pode emitir alguma opinião sobre como é que se dão esses gastos. Se são transparentes, se são corretos. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exa. está perguntando dos gastos federais aplicados no Estado de São Paulo-–

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O Estado de São Paulo recebe dinheiro de convênio-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): No Estado de São Paulo. Seja em qualquer entidade.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não, Deputado. Quanto à primeira questão, os gastos protegidos por sigilo são auditados, sim, pelos órgãos de controle, competentes para a área respectiva. No caso dos órgãos da Presidência, a auditoria é feita pela Secretaria de Controle Interno da Presidência, que é a SISET-PR, e pelo Tribunal de Contas, como órgão de controle externo último, auxiliar do Poder Legislativo. O Tribunal de Contas tem seus procedimentos próprios para os processos sobre despesas sigilosas, que eles tomam lá as cautelas e fiscalizam. A Controladoria não tem ingerência sobre a área da Presidência, como não tem sobre a área Militar, Ministério da Defesa, e nem Relações Exteriores. Tem apenas, em matéria de gastos sigilosos, a parte da Polícia Federal, que tem uma parcela pequena de despesa sigilosa, e a Receita Federal que, na área de inteligência, apenas área de inteligência da Receita, é o setor chamado COPEI, também opera com gastos sigilosos. São os únicos que são auditados por nós e, em seguida, pelo TCU, como tudo mais.

Segunda pergunta, auditorias nos Estados, sim. Temos feito em todos os Estados, com recursos transferidos via convênios, contratos de repasse etc., inclusive São Paulo, sem dúvida nenhuma. Inúmeros. Agora, nada que tenha a ver com suprimento de fundos porque em convênio não há suprimento de fundos. São duas... Dois universos distintos no nosso trabalho. Então, se a pergunta se refere a possível investigação da CGU, atinente a suprimento, envolvendo o Governo do Estado de São Paulo, não. Porque não há suprimento nos repasses.

Agora, auditoria em repasse, nos convênios, inúmeros. Auditorias que surpreenderam problemas no Estado, enquanto território de São Paulo, mas em órgão Federal, aí sim, a Universidade Federal de São Paulo, por exemplo, a nossa auditoria, no ano passado, determinou a devolução de 11 mil reais, salvo engano, pelo Reitor da UNIFESP, por gastos inelegíveis, a serem feitos com cartões, e foram devolvidos. Tem uma parcela pequena, se não me engano, três mil reais, três

mil e oitocentos reais, o Secretário Federal de Controle está ali, que a área jurídica da Universidade está questionando. Isso está no momento de contencioso. Mas, a maior parcela o reitor da UNIFESP já recolheu, determinado pela Controladoria, isso no ano passado. A nossa unidade da CGU, em São Paulo, constatou despesas inelegíveis no cartão do Reitor, que é a Universidade Federal. Ok?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Agora meus dois minutos, Presidente. Bom, Ministro, eu gostaria de agradecer a V.Exa., eu acho que aqui foi dada uma aula hoje, não só em relação aos cartões corporativos, acho que muita gente aqui, muitos Parlamentares inclusive, inclusive eu, a gente não tinha conhecimento como é que se dava a operação dessas contas tipo B, o porquê da mudança da conta tipo B para o cartão corporativo, a evolução desses gastos. Eu não tinha a menor dúvida que a CGU daria uma imensa contribuição a essa CPI, como deu, como também essa contribuição desmistificaria aqui muita coisa que se colocou durante esse último mês.

Não tenho a menor dúvida que tem muita gente decepcionada com o que queria, que achava que ia encontrar no manuseio dos cartões corporativos. Mas, é uma CPI extremamente importante para o Brasil, para o Governo, foi fundamental ter sido criada, e eu parabenizo a toda a CGU por essa bela explanação. Muito obrigada, senhora Presidente-

[soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, art. 388, X do Regimento Interno do Senado, que é o que rege a CPMI aqui, por favor. "Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá duração de meia hora, abrir-se-á a fase de implementação pelos senadores inscritos dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos. Assegurado igual prazo para todas as respostas. Para deixar claro. São 14 minutos ao todo. Cinco de quem pergunta, cinco de quem responde, a réplica que tem dois, a tréplica que tem dois. Aí, somam-se 14 minutos. Então, só para concluir, se nós formos seguir exatamente ao pé da lei do Regimento, eu gostaria que "pau que dá em Chico, dá em Francisco também", e o suplente, que tem que ficar para último nas perguntas, que ele também faça cumprir o tempo que tem cada Parlamentar aqui da CPMI e também que o nosso visitante, enfim, o convidado ou quem for convocado, que tenha o tempo regimental também para responder. Agora, faço aqui e deixo para uma próxima Reunião nossa, administrativa, a possibilidade de se flexibilizar essa regra, assim como também favorecer aqueles que estão participando da CPMI e chegando na hora e se inscrevendo na frente, como é feito nos diversos casos de CPI. Aqui o Senador acabou de me informar que na que ele presidiu foi assim, na CPMI dos Correios, foi assim, na dos Bingos, foi assim, diversas outras. Quer dizer, é uma excepcionalidade normal. A gente trata disso na nossa Reunião administrativa, mas, só para deixar claro aqui que o Regimento, ele nos garante esse tempo. Cinco para pergunta, cinco para resposta, dois e dois.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio, acho que V.Exa. não estava aqui, quando eu abri a Sessão, eu fiz questão de ler. É o 398, que é o artigo, eu li aqui para todos. Li todo o artigo, para que todos soubessem que tem a réplica, a tréplica e coloquei de forma muito clara. Agora, é claro e evidente que eu posso ser regimentalista, posso seguir o Regimento porque, quando é uma CPMI é mais difícil. Se fosse só de Senadores, que nós conhecemos os pares, por exemplo, já participei de uma que não era tão difícil a gente contornar. Mas aqui, realmente, é mais difícil porque os Srs. Deputados acho que são um pouco mais jovens que a gente tem e têm mais fôlego para entrar numa briga.

Mas queria dizer a V.Exa. que não tem problema. Pode usar o Regimento tranqüilamente e, numa próxima Reunião, vamos ver se a gente pode flexibilizar um pouco--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): A questão da suplência-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tanta rédea curta-

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Tanto rigor, de tantas as partes. Obrigado, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, só lhe peço que a senhora não vá endurecer comigo no tempo. O companheiro aqui deu uma aula de Regimento.

Ministro, primeiro lugar eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho. Graças ao seu trabalho, esse Brasil realmente mudou, com a Controladoria-Geral da União. Quero parabenizá-lo também pelo Portal Transparência, que é uma forma e, graças a ele, nós descobrimos tudo isso que está aí. Tudo isso que nós estamos acompanhando aí. Ontem, eu estava conversando com um Prefeito, anteontem, não lembro, e eu disse que eu viria para uma audiência com o senhor. Ele disse assim: "Meu Deus do céu, o homem é um terror, lá na Controladoria-Geral da União". Eu até brinquei: "Quem não deve, não teme. Já foste visitado lá, pela Prefeitura?" Ele disse: "Ainda não, graças a Deus. Por-

que, quando chega lá, é um arrasa quarteirão". Então, quem não deve, não teme, mas é verdade, eu quero lhe parabenizar e eu acredito tanto em V.Exa. que, naquele escândalo das ambulâncias, eu lhe confesso que eu, como Parlamentar, fiquei um pouco preocupado. Porque o meu Estado do Pará, ele precisa realmente que nós, Deputados, coloquemos Emendas de ambulâncias. A gente coloca a Emenda e não sabe lá o que o Prefeito vai fazer. E por isso eu mandei um ofício para a Controladoria-Geral da União, pedindo que fizesse uma auditoria logo de vez, de cabo a rabo, com todas as minhas Emendas, desde quando comecei o mandato até hoje, no meu quarto mandato. Deve estar sendo difícil porque até hoje não me foi comunicado, mas espero que seja feita a auditoria--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Estamos tentando ver se achamos algo--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Alguma coisa. Se achar, me comunique primeiro; não bote no Transparência primeiro. Mas eu quero deixar isso registrado aqui, que seu trabalho é digno de... Sou da oposição, vou continuar na oposição, não quero ir para o Governo, mas quero deixar registrado seu trabalho.

Mas eu gostaria de começar, Ministro, como jornalista. O senhor trouxe aqui um catatau de furos nossos, como jornalistas, de 56, se não me engano, não é isso? 56 furos. O senhor não achou nada que a gente tenha... Vou dizer nós... Nada que os jornalistas tenham achado que tenha dado alguma coisa, disse assim: "Olha, está certo. Aquilo ali está certo"?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sem dúvida que sim. Sem dúvida-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Que deu em alguma coisa... O senhor podia também ter mandado de forma impressa para nós. Porque, para nós, Deputados e Senadores, mas a imprensa fica um pouquinho assim...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu expus no quadro, Deputado--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu vi o quadro.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --O percentual dos casos em que já está confirmado que era procedente a denúncia e os casos, 26%, que ainda estão em apuração, de onde poderá resultar denúncia procedente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, faltou aqui nesse documento uma informação--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: O documento, ele não é--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É mais folclórico, não é?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Foi uma seleção dos casos folclóricos. Exatamente essa foi a idéia.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Como, por exemplo, o caso dos seios, não é? Do que o senhor citou, da empresa que... Na verdade, não eram seios, era uma arma. Eu tenho aqui algumas colocações, Ministro, a Presidência da República tem um Relatório sigiloso do TCU, em que o senhor não fiscaliza a Presidência da República, infelizmente. Porque esse povo do SISET deixou a Dra. Matilde passar batido. Porque eles que fiscalizam o SISET. Gostaria até de pedir para a assessoria dos Democratas, para pedir a convocação ou convite, porque convocação aqui não passa, do chefe do SISET, lá da Presidência da República, que deixou tudo isso passar.

O senhor deu uma entrevista no programa Roda Viva, eu fiz questão de pegar esse programa, onde o senhor diz que a Ministra Dilma pediu, solicitou ao senhor que fizesse uma auditoria, uma fiscalização nesses casos isolados-

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Ou seja, é sinal de que a SISET lá, ou o SISET, não sei como é que funciona, não funcionou. Se tivesse funcionado, a fiscalização lá teria pego a Ministra Matilde e teria puxado a orelha dela e não teria chegado ao ponto de ela ter pedido demissão ou ter sido demitida, vamos assim dizer.

A Presidência da República, em agosto, já estava precisando de uniforme para a casa do Presidente, para a Residência Oficial. Solicitou isso e, no entanto, senhora Presidente, somente em abril do outro ano, que foi usado cartão corporativo para gastar 62 mil reais para comprar uniforme para a Residência do Presidente. Eu gostaria de lhe perguntar logo, o senhor concorda com isso?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Como o senhor mesmo disse, Deputado, como o senhor mesmo disse, com toda a propriedade, não cabe à Controladoria a fiscalização das despesas na área da Presidência da República. De modo que eu prefiro não me manifestar a respeito.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas, aí, você vai nos deixar, Ministro, com todo o respeito, numa situação super complicada. Porque aí o senhor vai dizer que não cabe... Eu vou lhe perguntar, por exemplo, da esteira. O senhor acha certo a compra da esteira ergométrica com o cartão corporativo? Aí, o senhor vai me dizer que não--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Como eu disse a V.Exa., não me cabe opinar sobre essa área.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não sei nem o que eu pergunto aí. Qual é a área que o senhor pode opinar?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Todos os outros órgãos do Governo, são mais de 1200 unidades executoras, com exceção--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não estou perguntando de órgão específico, estou perguntando sobre critério. Para o senhor me dar uma opinião sobre critério.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Posso dar opinião sobre critério, não a partir de casos concretos da Presidência da República. Sobre critérios em geral, sem dúvida nenhuma. Estou à sua disposição. Inclusive, mencionei, respondendo uma outra pergunta, há poucos instantes, que nós estamos elaborando uma cartilha, na base da pergunta e resposta, dizendo o que pode e o que não pode, muito embora sem a pretensão de ser exaustiva, porque nunca será, uma vez que a norma legal fala em despesas eventuais. E a eventualidade, por definição, é imprevisível.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois então, mas aí, baseado nessa sua cartilha, claro que o senhor vai dar algum tipo de orientação, que vai cair nesse episódio específico da esteira. Qual seria a orientação que o senhor daria, vamos assim dizer, eu quero mudar a pergunta para ver se o senhor consegue responder, sem--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: O senhor mudou o lado pelo qual fez a pergunta, mas o objeto continua sendo o mesmo. E eu não vou responder.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Quer dizer que o senhor... Então, eu vou... Não sei para quem eu pergunto. O senhor acha que eu devo perguntar para quem?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Os ministros responsáveis, na área específica. Na matéria de segurança, o Ministro Jorge Félix. No geral, da Presidência, a Ministra Dilma Roussef.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ainda bem que o senhor acha que ela deve vir até aqui, não é, Ministro? Então, ela vem para que ela possa--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não estou aqui para achar nada. Muito menos a respeito das iniciativas da CPI, que é inteiramente independente para fazer o que quer.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Claro. Eu entendo. O senhor... Essas denúncias saíram no portal transparência e depois elas sumiram. Alguns dados desapareceram, foram retirados. O senhor pode nos dizer por que e como foi, se foi por determinação sua? Isso é importante para nós.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não. Isso, sim, tem a ver com as minhas responsabilidades. No Portal da Transparência, muito embora a Controladoria não tenha jurisdição para fazer auditoria sobre determinados órgãos, no Portal da Transparência, são divulgadas as despesas de todos os... De todo o Governo, inclusive desses órgãos.

Muito bem, então, a definição de quais são as despesas que devem aparecer só pelo seu valor global, porque protegidas por sigilo, é feita por cada Ministro, de cada órgão. O Ministro da área que nos diz quais as despesas do seu Ministério que devem ser protegidas pela tarja do sigilo e não detalhadas, porque é ele que é o responsável por aquela área, por aquela matéria. Então, vem da Presidência--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, me desculpe. É o Ministro da área que diz se é sigiloso ou não o gasto?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Exatamente-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é. Já vem... Isso não-

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Nas áreas que, por lei, pelo Decreto de 1986, podem ter proteção de sigilo ou a título de peculiaridade. Elas não foram alteradas, em nenhum momento, neste Governo. Elas são as mesmas de 1986. Estão no art. 47 do Decreto 93.872. Que lá estão enumerados quais são os órgãos que têm essa possibilidade.

Eu leio, Deputado, art. 47 diz o seguinte: "A concessão e aplicação de suprimentos de fundos ou adiantamentos para atender a peculiaridades da Presidência e Vice-Presidência, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Polícia Federal e das repartições do Ministério das Relações Exteriores no exterior, bem assim de militares e de inteligência, obedecerão a regime especial de execução estabelecido em instruções etc. etc. da Casa Civil e do gabinete de segurança institucional". Muito bem. Isso significa que esses são os órgãos. No caso da saúde, restringe-se, como diz o parágrafo-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --À área de assistência aos índios. E, no caso da Fazenda, na prática, só tem aparecido pedido de cobertura por sigilo uma parcela pequeníssima da área de inteligência da Receita Federal. Só estes é que podem, que têm base legal para indicar as despesas sigilosas que nós cobrimos no portal. Houve um caso em que, por um erro do Banco do Brasil, foi revelado indevida-

mente, segundo juízo feito pelo Ministro da Segurança Institucional e pela Casa Civil, estava revelado indevidamente o nome de um portador que não devia estar. Este foi retirado. É o caso que eu me recordo, não sei se a minha assessoria lembra algum outro. Um ou dois casos, no máximo, que estavam lá por engano. E que foram retirados. É só isso. Só um caso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, então, como diz o caboclo da minha terra, acho que dessa vez eu lhe peguei. E a mesa de sinuca? Que é do Ministério das Comunicações-

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sem dúvida. Sem dúvida, a mesa de sinuca--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Já que o senhor não pode falar da esteira, que é da Presidência...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Posso, mas, sem dúvida, a mesa de sinuca, com o maior prazer. Eu entendo como perfeitamente legítimo que o Ministério das Comunicações cuidasse da conservação do patrimônio público. Esta Mesa é patrimônio do Ministério das Comunicações, adquirida lá, no ano... Não sei qual, há muitos e muitos anos, para o lazer dos motoristas e outros funcionários modestos, nos seus intervalos, na garagem do subsolo do Ministério. O senhor pode considerar que não é justo o Poder Público gastar dinheiro para comprar uma Mesa de sinuca para o lazer dos motoristas ou pôr uma televisão na sala dos motoristas? Eu, pessoalmente, acho justo. Acho razoável.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu acho justo. Só estou questionando a modalidade da compra, se por cartão ou poderia ser feita uma licitação, já que não há uma urgência, não está morrendo por não jogar sinuca.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu entendo que o caso da sinuca foi divulgado como se fosse um grande escândalo, como se estivesse tratando de algo inteiramente impróprio para ser usado o dinheiro público. Foi esse o tom da divulgação. E este eu contesto porque entendo que é legítimo usar o dinheiro público para essa finalidade. É nesse sentido que eu sustento--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o meu questionamento a V.Exa. é se o senhor não acha que deveria ter sido feita a compra de outra forma, de outra maneira, que não uma forma--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não é compra, foi um reparo. Um pequeno reparo. Não foi compra de uma mesa de sinuca. E reparo é a coisa mais corriqueira de se fazer com suprimento de fundo. É corriqueiro isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Estou satisfeito com essa pergunta, Presidente. Não me olhe ainda, que ainda tenho tempo. Eu vou ficar... Só o Enéas com dez segundos-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estou marcando aqui, ele tem 10 segundos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu gostaria de falar, Ministro, das estatais, que é uma caixa-preta, essas estatais. Acho que nem o senhor, sendo o xerifão, o durão, o terror, que tem sido, com muita competência, o senhor consegue entrar nas estatais. O senhor já entrou nas estatais?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Quanta injustiça... Deputado, as estatais--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor já entrou nos cartões corporativos das estatais?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: As estatais não participam desse cartão – CPGF – este, que é regido por um contrato do Ministério do Planejamento com o Banco do Brasil, sobre o qual o meu colega, o Ministro Paulo Bernardo, certamente dará informações muito mais completas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E como é que é feito lá?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eles têm outros cartões, próprios das estatais. Eles não participam desse cartão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E o senhor já entrou nesses outros?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não figuram no SIAF, como todos aqui sabem, os senhores são os principais destinatários e usuários do SIAF, além dos próprios gestores, sabem que essa é uma questão muito antiga, há um desejo, há uma meta de algum dia se trazer os gastos às estatais para o SIAF. Entretanto, isso, até hoje, não foi viável, não foi possível. Há muitas questões envolvidas aí. De modo que as estatais, elas são auditadas por auditorias internas, próprias, que todas elas têm, algumas delas têm auditorias, proporcionalmente, muito maiores do que a própria CGU, que existe para controlar os outros Ministérios no país inteiro--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor falou na sua entrevista isso e o senhor explicou muito bem.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Isso. De modo que o trabalho de acompanhamento que nós fazemos nas estatais é, sem dúvida nenhuma, muito menos próximo e muito mais à distância do que nos órgãos da administração direta, nas autarquias e nas fundações. Nós fazemos, sim, através das auditorias internas--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor acha que muito menos próximo do que deveria ser?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Do que idealmente se pode pretender que algum dia chegue a ser, sem dúvida nenhuma-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E o senhor está fazendo alguma coisa para isso?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Deixa eu lhe dizer: A utilização de gastos indevidos por usuário e ausência de comprovação despesa com cartão de crédito foi constatada em uma auditoria nossa, a assessoria está me trazendo aqui, em uma auditoria anual, das que fazemos obrigatoriamente, Deputado, obrigatoriamente sobre as estatais, uma auditoria anual por amostragem. Esta é feita. Sim. E, em uma delas aqui, no caso do Banco do Nordeste, houve a constatação de falhas como as seguintes: Ausência de notas fiscais na comprovação dos gastos; ausência de manual interno, contendo normas para a utilização dos cartões e uso indevido em finais de semana e feriados, totalizando R$ 7.749,01, no Banco do Nordeste. Este é um caso de uma constatação que caiu na amostragem, caiu na malha fina, na auditoria anual.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, tenho últimas três perguntas, baseadas no tempo do--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pediria a V.Exa., se fosse possível, de fazer as três perguntas juntas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Muito rápido. Nesse Decreto, Ministro, novo, feito agora, é vedada a utilização de saque... Exceto... Aí, o senhor mostrou que é o art. 47. No entanto, eu estava vendo aqui o quadro, depois posso até lhe passar, que a Presidência da República... 72,2%. Usou o saque, 72,2%. Dando um exemplo só, o Ministério do Planejamento, 91%. O senhor disse, numa entrevista, que esses saques eram importantes em alguns Ministérios, em alguns órgãos, o senhor até citou o IBGE, salvo engano. Eu estou vendo aqui, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, que tem o IBAMA, que vai cuidar de terra, de cobra no interior. O IBAMA, no entanto, ele só usou 8,5% de saque, que era um Ministério que necessariamente teria toda a explicação possível para nós, que pudesse ser usado até mais. Mas, no entanto, só usou 8,5%.

Então, esses saques, eles estão sendo monitorados para que eles venham a diminuir, inclusive na Presidência da República? Ou a coisa está, vamos assim dizer, correndo solta, em se tratando da Presidência da República, de órgãos de segurança, onde tem essa história do sigilo, que eu acho um absurdo para certos casos, mas isso é o General Félix que vem aqui explicar. Então, eu gostaria rapidamente.

O outro questionamento que eu lhe faço, senão a Presidente vai puxar minha orelha, o senhor falou do Ministro Paulo Bernardo. Ele deu uma entrevista, onde ele reconheceu que o Governo, Ministro, falhou, ao se limitar a divulgar as informações na internet, no portal, sem fiscalizar as informações expostas. O senhor também concorda com essa afirmação do Ministro, que o Governo falhou ao colocar o Portal Transparência sem ter uma informação mais detalhada, enfim, fazendo uma triagem, vamos assim dizer?

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Concluiu? Pois não, Deputado. Primeiro lugar, a questão do volume de saques nesses dois órgãos a que V.Exa. se refere, me parece que ela se explica facilmente ali. Veja, em 2007, o IBGE, que figura dentro do Ministério do Planejamento. Ele, sozinho, junto com a ABIN, foi responsável por 75% do total de saque. Então, o peso do IBGE, por conta daqueles dois eventos sazonais, censo agropecuário e contagem populacional em pequenos e médios Municípios, para onde foram despachados milhares de recenseadores, com saque, é responsável por isso, essa barriga, digamos assim, que apareceu na curva do Ministério do Planejamento, seguramente, ela não aconteceu nos anos anteriores, e seguramente não acontecerá em 2008, 2009, porque este censo, pelo menos até então, era decenal. No caso da ABIN, é o caso do Pan. O Pan-Americano requereu uma atuação muito mais intensa desse órgão, na garantia das informações de inteligência, para que o Pan transcorresse da forma que, graças a Deus, transcorreu, sem nenhum problema de segurança. Esses dois fenômenos explicam.

A última questão de V.Exa., se eu concordo com a noção de que o Governo deveria primeiro verificar para depois expor no portal, em absoluto. Não concordo. O meu entendimento é diametralmente oposto a esse.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Concordo com V.Exa.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: É quando eu expus aqui, eu entendo que, no caso de despesas miúdas, tão pulverizadas, que se fazem a partir de um número enorme de pessoas no país inteiro, mas, que, pelo seu montante, não justifica que se destine a elas com volume de homens/hora, de auditores, desproporcional ao seu peso na materialidade, na relevância do Orçamento da União, a forma que há de se buscar para garantir o controle delas é exatamente expô-las à população. Com isso, você tem dois ganhos imediatos. Primeiro, inibir as irregularida-

des pela noção de que está tudo exposto, e quando digo irregularidades, não me refiro só à desonestidade, porque não é nem o caso, na maioria das vezes, é o descuido. É o pouco cuidado, é a pouca preocupa preocupação de verificar se aquela despesa é elegível ou não é. Seguramente a maioria das situações e nada melhor para isso do que o controle social, a fiscalização dos cidadãos. Eu entendo que esse tipo de gasto não é passível de uma fiscalização satisfatória, através dos mecanismos tradicionais, porque a auditoria se fará sempre por amostragem e a fiscalização, como os pontos de execução da despesa são milhares de portadores, ela nunca será inteiramente garantida, como seria se houvesse o controle do órgão central em cada caso. Então, é colocar no portal, sim, a melhor solução para esse tipo de despesa miúda, mas de pulverização e diversificação dos seus autores muito acentuada. No meu entendimento, é isso que nós estamos fazendo, é esse o sentido todo da política de incremento da transparência, e nós não vemos nenhum problema nisso, nem mesmo com os excessos, digamos, denuncistas de folclore e do pitoresco. Acho que isso faz parte do jogo, faz parte da democracia, e é uma fase, é uma febre, é um surto que seguramente já passou. Já passou e já voltamos à normalidade, à estabilidade, eu tenho certeza que a imprensa continuará vigilante, os cidadãos continuarão vigilantes e com muito mais cuidado, daqui para frente, antes de divulgar que se comprou o bicho de pelúcia ou que se pagou a uma loja de produtos de beleza, quando, na verdade, estava-se pagando um revólver devolvido.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Agora posso usar minha réplica de dois minutos, Presidente? Eu não vou usar nem dois minutos para que o Ministro possa encerrar, quero parabenizá-lo, como sempre, como falei anteriormente, mas eu quero encerrar, Ministro, e a tapioca? Podia matar a fome? Era emergencial? Explique a tapioca para a gente encerrar e eu lhe dou todo meu tempo e, mais uma vez, parabéns pelo Portal da Transparência. Continue colocando tudo no Portal da Transparência, sem que precise antes saber se dá, se não dá, como o Ministro Paulo Bernardo falou, coloque lá, a imprensa--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Tenho a impressão de que o Paulo foi mal entendido. Foi mal interpretado. Ele, certamente--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ou ele deveria estar num daqueles dias daquelas declarações, tipo a Ministra Marta Suplicy. Eu gostaria de lhe dar o tempo para falar sobre a tapioca.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Deputado, V.Exa. certamente não tem nenhum preconceito contra o nordeste, contra o norte--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sou paraense, como tapioca todo sábado e domingo. Não como mais porque engorda muito.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Muito bem. Então, preconceitos à parte, acho que estavam em grande parte da divulgação, por ser tapioca-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --Se tivesse sido um sanduíche do McDonald's, talvez não tivesse tido tamanho apelo como por ter sido tapioca. Se o Ministro tivesse pago um sanduíche no McDonald's, em São Paulo, Rio de Janeiro, na Bahia, em Belém ou em qualquer lugar, seria uma despesa... Alguém iria denunciar ou criticar? Não. Teria problema nenhum. Porque a despesa com alimentação, em viagem, ele pode. O problema da tapioca é que foi em Brasília. Em Brasília não pode. Não pode o Ministro pagar a despesa de alimentação em Brasília-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, me permita-

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Tanto a tapioca como o pagamento da churrascaria para a delegação de visitante chineses, do Ministro Gregolin, não pode porque é alimento em Brasília e, no caso do Ministro, alimento para terceiros. Agora, é razoável? Não é razoável? É algo que depõe contra a ética? Olha, se a tapioca fosse em São Paulo, podia. Se fosse ali em Luziânia, podia. Mas, aqui em Brasília, não pode. Agora, se as autoridades públicas nunca tivessem gasto nenhum centavo com alimentação em Brasília, nós poderíamos imaginar que este seria um caso inédito. Agora, nós estamos fazendo um levantamento mais completo agora. E eu tenho sérias suspeitas de que nós vamos encontrar por aí algo muito além de tapioca de oito reais. Na rubrica, alimentos, refeições, ou coisas desse gênero, pagas aqui em Brasília. Nós estamos fazendo este trabalho. Fazendo, na medida em que--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas, por exemplo, em que órgão? O senhor poderia adiantar para nós?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não. Não posso adiantar nada. Apenas estou dizendo que pagamento de alimento em Brasília, seja tapioca, seja sanduíche no McDonald's, seja uma refeição no Piantella ou no Alice ou compra de caviar. É a mesma coisa. Só estou afastando o questionamento, a meu ver, um tanto preconceituoso, não seu, que é nortista, como eu, sou nordestino, e gostamos de tapioca. Muita coisa

se diz por aí por conta do fato de ter sido uma tapioca e não um hambúrguer ou um x-búrguer.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer a explicação do Ministro e quero passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio e, depois, ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhora Presidente, Sr. Ministro, antes de mais nada aqui, registro o apreço que tenho por V.Exa., nas duas CPIs que trabalhei, na condição de Sub-Relatora, V.Exa. contribuiu e contribuiu muito para que pudéssemos desvendar aí alguns mistérios da República, independentemente de qualquer divergência ou discordância quanto a interpretações deste ou daquele tema; ao contrário, o que nos uniu foi justamente a vontade de investigar e buscar a transparência.

Então, feito esse registro inicial, eu passaria às perguntas que eu diria são perguntas, num primeiro momento, singelas, mas tem razão de ser. V.Exa. teria conhecimento, até por dever de ofício, que todos os atos realizados pelo TCU, em especial seus acórdãos, são publicados no Diário Oficial da União? É a primeira pergunta. A publicação desses acórdãos faz com que todos aqueles que, a partir deste ato da... Com que todos, a partir desse ato da publicação, tenham conhecimento das decisões tomadas pelo TCU? O senhor concorda com esse raciocínio?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: V.Exa., como jurista eminente, sabe isso melhor do que eu. Não preciso lhe responder.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Em especial, obviamente, os servidores públicos, Ministros e... Feita essa constatação, indago: Se, desde 2004, foram publicados, no Diário Oficial, acórdãos como o 1783 e o acórdão 230/2006 dando conta e recomendando ao Governo Federal que diminuísse os saques, por que é que efetivamente nenhuma medida foi tomada, desde aquele ano em que foi publicada no Diário Oficial a recomendação para que se diminuíssem os saques com cartões corporativos?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: O senhor quer a resposta item por item? Olha, a diminuição dos saques é algo que vem sendo perseguido pelo Governo atual muito antes dessa determinação do Tribunal. A dificuldade para reduzir os saques é evidente. Toda a tradição do pagamento de suprimentos sempre foi em dinheiro vivo, conta da tradição das contas tipo B. A introdução do cartão em lugar das contas custou um grande esforço, os órgãos resistiam a substituir a conta B porque o pagamento era feito em espécie, achavam mais fácil, e quando aceitavam substituir pelo cartão, privilegiavam o saque, ao invés do faturamento direto, por conta de toda a inércia, de toda a... O hábito, a tradição, e V.Exa. sabe, tanto quanto eu, que é um homem experiente nas coisas públicas, como membro do Ministério Público, atuante, que mudar a cultura administrativa não é algo que se consegue da noite para o dia.

Então, o Governo vem fazendo um esforço no sentido de reduzir o saque e, no final das contas, acabou tendo que editar um Decreto estabelecendo um limite, que é esse Decreto agora. A disposição de reduzir os saques já era objeto de preocupação do Governo, sim. Inúmeras e sucessivas reuniões nossas com o Ministério do Planejamento e com a Secretaria do Tesouro Nacional, na linha da busca de meios para reduzir o saque, aconteceram e culminaram agora na medida concreta do Governo, estabelecendo um limite quantitativo. Alguns eram contra o limite quantitativo. Entendiam que seria algo a ser obtido na base do exame de caso a caso. No final, prevaleceu o estabelecimento de um limite quantitativo de 30%, atendendo a essa linha de orientação, sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Dentro desse histórico que V.Exa. revela, com relação ao hábito da utilização-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): **--**Do dinheiro em espécie para pagamento, ontem aqui, o Procurador fez aqui uma afirmação que, na época das contas B, os pagamentos eram feitos com cheques. E houve uma discordância entre ele e a representante do TCU. E a representante do TCU, naquele momento, inclusive, foi substituída pelo Dr. Marcelo, que veio a confirmar o que fora dito pelo Procurador. Não havia saques, havia pagamentos por meio de cheques. Era a exceção da exceção, nas contas B, a utilização de saque. Em que pese o dinheiro ficar disponível naquela conta, como de fato ficava, o Dr. Marcelo foi categórico ao afirmar que os pagamentos eram feitos através de cheques. Portanto, o hábito do cheque, eu concordo com V.Exa., o hábito do pagamento em espécie, segundo o representante maior do TCU, não ocorria porque era a exceção da exceção. O dinheiro ficava, de fato, disponibilizado numa conta, mas, sempre o pagamento era feito por meio de cheque porque era uma exigência legal.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Esta não é a minha compreensão nem a minha experiência. A minha experiência é que as despesas chamadas anteriormente despesas miúdas de pronto pagamento, freqüentemente, inclusive, eram guardadas em dinheiro pelo servidor na gaveta até na repartição, para fazer pagamentos emergenciais em dinheiro. E o fato de que, desde o início da implantação do cartão, a utilização

dele começou com saque, é uma confirmação do que afirmei. É de que a tendência... Mostra o próximo quadro. A tendência... Não, o outro. Antes dele... Antes. Barras vermelhas e verdes... Passou por ele de novo agora... Aí. Ali, Deputado, em 2001, uso do cartão, fatura zero. Saque, 96. 100%. 2002, 77% em saque. Daí, cai para 61, 63... Ainda é alto, mas é menor do que era, o que mostra que a tradição vem das contas B.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu só queria--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está computado aí também a ABIN e a Presidência da República? Só para a gente entender esse--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sim. Sim, total. Aí, o total. O Governo todo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Queria fazer um registro, Ministro, na verdade, não se trata de uma interpretação sua ou minha. É uma afirmação feita pelo Tribunal de Contas, o órgão externo de fiscalização, que os pagamentos eram feitos com cheque-

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Todos em cheque?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Deputado Paulo Teixeira, até peço aqui a V.Exa., peço ao próprio Relator e à própria Ministra, que confirmem o que estou dizendo no sentido de que, quando veio à Mesa, o Dr. Marcelo, ele confirmou textualmente, de fato, os pagamentos eram feitos com cheque. Apenas um registro. Eu estou fazendo isso, apenas um registro.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Seguramente, Deputado, só à guisa de ajudar a tentar interpretar o que foi dito ontem, não sei, eu não vi, ele não estava dizendo que qualquer saque na conta era com cheque? Então, sempre havia um cheque na origem? Claro, mas tem que sacar com cheque.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Que seja. Mas tem o instrumento do cheque. Pode ter sido feito em espécie, isso eu concordo.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Agora, o pagamento ao beneficiário final era em dinheiro. Claro que era em dinheiro.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas o que quero dizer a V.Exa. é que, se havia ou não esse hábito, essa questão do cheque existia, de fato, o pagamento ou o saque era feito por um instrumento, que era o cheque. Isso não vamos discordar. Agora, V.Exa. diz que, em que pese o esforço histórico que vem vindo para diminuir essa questão dos saques, eu, quando me referia às decisões do Tribunal de Contas que são publicadas, é porque, as transparências de V.Exa. bem mostram, em 2004, há uma recomendação para a diminuição do saque. E foi de 60% o saque. Em 2005, 62%; em 2006, 63 e, em 2007, 75. Eu entendo que a burocracia do Governo, muitas vezes, dificulta a tomada de decisão. Mas, em 2004, fui informado pelo órgão de fiscalização externa do Brasil, ou melhor, do Governo Federal, que deveria haver a diminuição. E essas inúmeras reuniões a que o senhor se referiu, não surtiram nenhum efeito prático. Em verdade, Ministro, ao que me parece, precisou acontecer o episódio da Ministra Matilde para eclodir no Governo aí, talvez, para culminar com o Decreto que V.Exa. se refere. O Decreto, agora que veio normatizado e acredito eu que possa ser aprimorado, ele veio depois de um fato concreto, que foi o fato da Ministra Matilde ter se envolvido naquele episódio, cujo mérito não quero aqui discutir. Até então, 2004, 2005, 2006, 2007, todos os anos, o Tribunal de Contas, através de seus acórdãos, publicava, no Diário Oficial, a necessária diminuição dos saques. Isso não cumpriu. E isso não foi cumprido.

Em tese, Ministro, independentemente de quem seja o responsável, poder-se ia falar na prática de ato de improbidade administrativa, se V.Exa. concorda comigo, pelo fato de não se acatar uma recomendação do TCU. E tanto isso é verdade, que a Procuradoria da República do Distrito Federal, através da Portaria 01/08, instaurou inquérito exatamente para aferir a prática de improbidade administrativa por parte de integrantes do Governo Federal que não atenderam a essa recomendação. A minha indagação é nesse sentido, quer dizer, precisou eclodir o episódio da Ministra Matilde para, só então, o Ministro Paulo Bernardo tomar uma medida efetiva com relação aos cartões, em que pese ele e qualquer cidadão ter ciência, desde 2004, da recomendação do TCU?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Concluiu a pergunta, Deputado? Em primeiro lugar, o caso do uso do cartão da Ministra Matilde não tem nada a ver com a problemática do saque. Nenhum problema relacionado a saque foi apurado na auditoria sobre o cartão da Ministra... Da ex-Ministra Matilde Ribeiro. Os problemas eram de outra ordem. Não se trata de nenhuma relação de causa e efeito entre a questão da Ministra Matilde e a limitação de saque. A limitação de saque--

[falas sobrepostas].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --A limitação de saque é algo que vem sendo tratado no Governo de longa data, como disse e repito; as mudanças dos hábitos não são fáceis. Há--

[falas sobrepostas].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --Há registros de expedientes trocados entre a Controladoria e o Ministério do Planejamento, um ano antes de eclodir qualquer questão relativa a cartão de pagamento, onde nós levantávamos, mais uma vez, tratávamos da questão da importância de encontrar formas de redução do saque e, em que pese o fato de que o Decreto só veio a ser editado agora, o esforço do Governo atual para manter o saque sob controle, em níveis menores do que antes de 2003, está ali, em números. Em 2001, foi 100% de saque; em 2002, 77% de saque, em 2003, reduz-se para a faixa de 60, 61, 62--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ministro... 2001, 2002, segundo o Tribunal de Contas da União são dados não consideráveis.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: --A meu ver, não precisava o Tribunal de Contas ter mandado. Era evidente que o cartão não foi criado para permitir só o uso dele com saque porque isso é a mesma coisa que usar conta tipo B. O cartão foi criado para uso na rede afiliada. Agora, demora um pouco para que a Administração, a máquina se costume, se adeqüe e se ajuste a qualquer inovação. Essa é uma questão.

A outra pergunta do nobre Deputado. Nobre Deputado, como membro do Ministério Público, sabe muito bem a amplitude das normas da Lei de Improbidade Administrativa, exigem do intérprete, do aplicador, antes de mais nada, a noção do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Se nós quisermos aplicar da Lei da Improbidade Administrativa, nós vamos chegar à conclusão de que, se eu me enganar aqui e pegar uma caneta Bic que foi comprada com dinheiro público e puser no bolso e assinar depois uma correspondência pessoal, eu estou fazendo uso indevido dos recursos públicos e posso ser processado por um ato de improbidade administrativa. O Deputado sabe muito bem, tanto quanto eu, que não é assim que as coisas são.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E esse não é o caso.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Recomendações do órgão de controle não atendidas ou ainda não atendidas ou que levam alguns anos para que venham a ser atendidas, desde a criação do Tribunal de Contas da União até hoje, podemos levantar quantas centenas de casos quisermos. Em todos os Governos que já passaram por esse país, nunca, em tempo algum, deixaram de ocorrer recomendações e nós somos as principais testemunhas disso, que vivemos cobrando, a cada ano, ainda hoje, cumprimento de recomendações feitas há décadas atrás pelo Tribunal de Contas.

Então, se se for processar por improbidade administrativa todos os gestores públicos que passaram por órgãos federais, por improbidade administrativa, por não terem conseguido cumprir recomendações do Tribunal de Contas, não vai sobrar ninguém.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu não me referi evidentemente ao caso da caneta, mas, sim, à recomendação de gastos de dinheiro público da ordem de 170 milhões de reais, em 2004, 2005, 2006 e 2007. Eu só não queria apequenar o assunto com o exemplo de V.Exa.--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu posso apequenar porque, de um total de 177 milhões, até agora só se confirmou a procedência de 4% dos casos das denúncias. Então, é uma dimensão, realmente...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Quatro milhões de reais de dinheiro público, pode sair. Sem problema.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Se pudesse... Poderia sair-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. falou de 4% como se fosse algo assim, que é perfeitamente concebível e aceitável, a meu ver não é.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Seguramente, era o entendimento antes de se adotar uma política de colocar isso na internet. E não do Governo que coloca isso na internet. Exatamente porque sabe que não é algo desprezível. É algo que não atende aos critérios de auditoria tradicionais, que se guiam pelo volume, pela materialidade, pelo tanto dos recursos envolvidos. Mas não é desprezível e por isso mesmo pomos na internet para que a população fiscalize e nos aponte.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. entende que o cartão corporativo poderia, por exemplo, ser utilizado para aquisição de bens? Ou serviços de natureza... De uso contínuo?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Ele não deve ser utilizado para serviços de uso contínuo previsível. E, por isso mesmo, casos concretos, como o da Secretaria da Política de Igualdade Racial, onde foi usado o cartão corporativo repetidamente para locação de veículos em viagens, a recomendação da controladoria é que se faça ligação para que se tenha uma locadora dessas de âmbito nacional, que podem oferecer o veículo em qualquer capital do país, pelo menos nas capitais, mediante licitação, e é por isso mesmo que isso já foi feito em inúmeros outros órgãos que antes usavam mediante suprimento de fundo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa., nessa informação que nos prestou, a respeito das explicações dadas por denúncias improcedentes, colocou dentre elas despesas com roupas de cama para a ANVISA. Roupas de cama para a ANVISA.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Parece-me que roupa de cama é de uso contínuo e previsível. Então, seria procedente a...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Olha, a denúncia referente à ANVISA foi da impropriedade, da inadmissibilidade quanto à propriedade da ANVISA adquirir roupa de cama. Como se isso fosse algo inadmissível de ser pago com dinheiro público da ANVISA--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É perfeitamente admissível, mas não teria que ser através de processo licitatório?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sim. Sim. Que foi adquirido para uso dos plantonistas no aeroporto de Porto Alegre.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Que estão lá e existem. Eu pergunto, em sendo previsível, não deveria ser objeto de licitação?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: 330 reais. É esse o valor?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: 330 reais, Deputado, se enquadra no inciso que não exige a eventualidade. São dois conceitos distintos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se fracionarmos despesas nunca vamos chegar a um valor que exija licitação.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pequeno vulto, até 800 reais o valor unitário. Está estabelecido em portaria de 2002. Não é nem do Governo atual.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E se compro várias vezes de 330? Se compram?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não, não comprou várias vezes de 330.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E se compro? Daí eu uso isso como mecanismo de fuga à licitação--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pode caracterizar fracionamento para fugir à licitação. Como, aliás, independente de se tratar de cartão, toda vez em que a auditoria detecta uma despesa, ainda que de valor pequeno, mesmo que não seja com cartão, mas repetidamente, ela é enquadrada e glosada como fuga ao processo licitatório. Não foi o caso aqui.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Quando V.Exa. coloca, nas suas explicações, que houve aquisição... Que estou querendo achar aqui...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Deputado Carlos Sampaio, só para acabar de ilustrar minha resposta, na tipologia de constatações, ali no quadro, está projetado, fracionamento de despesa foi constatado em 157 casos dessa amostra que a gente pegou, que não é o caso da ANVISA.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. coloca, na informação que nos prestou, como sendo uma das informações equivocadas, acusou-se também a Controladoria-Geral da União de pagar até três contas em lavanderias, de 155 reais, e aí explica: "Foram lavadas toalhas que foram..." "Que forram a Mesa utilizada em reuniões da CGU, inclusive, as do Conselho Nacional de Transparência".

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: E nas festividades de Congraçamento de Natal dos servidores e outras desse tipo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É. Isso não havia sido colocado porque, aqui, quando V.Exa. coloca na... A CGU vê erros, V.Exa. diz o seguinte: "A própria CGU freqüentou o noticiário por ter mandado roupas para uma lavanderia. Foram as máquinas de lavar toalhas de mesa utilizadas em eventos festivos para funcionários". E aqui V.Exa. coloca...

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: São as duas coisas. São os dois casos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Aqui V.Exa. coloca que foi para forrar as mesas da CGU, inclusive do Conselho Nacional de Transparência. Na informação que constou no portal, não constou nenhum desses dois itens. Consta tão-somente evento festivo para Natal dos funcionários.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: São as duas coisas, Deputado. Nós comandamos para a lavanderia, tanto as nossas toalhas utilizadas, quanto no nosso modesto auditório, nós reorganizamos as mesas em U, para reuniões da transparência pública, e o mesmo auditório, com as mesmas toalhas, devido aos limites franciscanos do nosso orçamento e da nossa sede, que nós fazemos, na época de Natal, com as mesmas toalhas e as mesmas mesas, dispostas de outro modo, a festividade de congraçamento dos funcionários.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Por fim, V.Exa. poderia informar à CPI qual seu entendimento da necessidade de procedimento no que tange à necessidade de aquisição de alimentos para abastecer quaisquer dos Ministérios ou órgãos públicos?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: A necessidade de prosseguimento licitatório... De despe-

sas que se enquadrem nas exigências legais da 8666, que não estejam abaixo do limite, que não caiam em nenhuma das excepcionalidades, que não se tratem de áreas necessariamente protegidas por sigilo quanto ao local onde se fazem as compras, nada desse tipo, é claro que devem ser licitadas.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Com relação especificamente ao abastecimento da cozinha da Presidência da República, não há essa necessidade?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Sobre esta área eu não me manifesto porque--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não há necessidade de processo licitatório. Digo assim, por ser da Presidência.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu não me manifesto sobre essa parte, que não está nas minhas atribuições. Só por isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, Deputado, mais algum questionamento?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mais dois questionamentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria que V.Exa., pelo adiantado da hora, pudesse fazê-lo, como pedi aos outros, os dois para que o Ministro possa responder.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. entende que os trabalhos dessa CPI podem contribuir para o aprimoramento do cartão corporativo e vê, digamos, nessa Comissão, utilidade, no que tange à busca da transparência, tão em voga e percorrida por V.Exa.?

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Eu não tenho a menor dúvida quanto à utilidade das contribuições que esta Comissão pode gerar ao final de seus trabalhos. Espero que isso ocorra, do mesmo modo que tem ocorrido com outras Comissões, inclusive a Comissão que fiscalizou a questão das ambulâncias... Todas as Comissões Parlamentares de Inquérito, que eu tenho tido conhecimento nos últimos anos, têm produzido resultados importantes, sobretudo na linha do aprimoramento normativo. Não tenho nenhuma dúvida disso. E espero, sinceramente, que daqui surjam propostas, sugestões, que vão se somar e acrescentar às medidas já tomadas e àquelas outras que já estão, digamos, engatilhadas, para serem tomadas, como? A colocação dos saques no portal, a reanálise(F) do número de portadores de cartão, a elaboração da cartilha, detalhando as hipóteses de cabimento ou não cabimento... Para tirar um pouco daquela zona cinzenta da Legislação muito genérica... A adoção de diárias para Ministro em valor fixo... Uma série de medidas que já estão em curso.

Mas eu não tenho dúvida que esta CPMI, daqui brotarão consensos sobre outros pontos novos, que nós receberemos com a maior satisfação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ministro, fiz essa indagação, poderia até parecer uma indagação sem sentido, mas ela decorreu do fato de que, assim que a propus, 10 dias depois, exatamente 10 dias, o Ministro Paulo Bernardo editou o tal Decreto, regulamentando essas questões e buscando normatizar essas questões. E, se preconceito houve quanto a tal tapioca, ela surgiu do próprio Ministério, porque foi o Ministro que disse, pela primeira vez, essa expressão: "Não tem sentido uma CPI da tapioca". Então, ele agiu de forma preconceituosa, desconsiderando o que esta CPI poderia produzir pelo país e, mais do que isso, ele fez um Decreto mudando e normatizando as questões em razão da gravidade dos fatos. Mas, quando se tratava de uma CPI, ele usou, jocosamente e preconceituosamente, o termo "não tem sentido montarmos uma CPI da tapioca". Só faço esse registro e nem pediria nenhuma manifestação de V.Exa. porque se refere a um outro Ministro. E eu agradeço a V.Exa.--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: E nem é o caso, porque o Ministro estará aqui, dentro em pouco, e poderá dialogar com V.Exa. sobre o assunto.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Agradeço a V.Exa. pela contribuição, mais uma vez.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Muito obrigado, Deputado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero, antes de passar aos próximos, dizer que essas perguntas têm sido esclarecedoras porque, às vezes, Ministro, é interessante, não é o problema, às vezes, de lavar a toalha ou não, na lavanderia. Mas é a questão de a informação que está no portal ser a mesma informação que está sendo dada aqui no documento para os Deputados e Senadores.

Então, quer dizer, é bom porque isso ficou esclarecido. E eu acho que foi essa a questão. E eu estou dando esse exemplo para todos que estão aqui hoje participando conosco. Nós temos agora--

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Senhora Presidente, só um comentário sobre a sua oportuna intervenção. No portal, no caso da lavanderia, o portal não induziu ninguém a erro nenhum porque lá o que está escrito é lavanderia tal. É isso mesmo. Lavanderia tal. Agora, há casos realmente em que o nome do estabelecimento pode induzir a uma interpretação açodada de quem não verifique as coisas antes de di-

vulgar. Por exemplo, uma compra numa loja chamada Império da Pelúcia... Agora, aí me parece que caberia verificar, antes de divulgar. Qual é a questão? A questão é que o objeto comprado não figura no portal ainda, por impossibilidade técnica. O que vem na fatura da administradora do cartão é o nome do estabelecimento, a data e o valor. Como vem nos nossos cartões pessoais, que todos temos. Então, se tem lá Choperia Pingüim, você vai imaginar que é o chopp. Mas não é; é uma refeição. Mas lá não aparece o objeto comprado. Isso realmente induz a alguns equívocos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Muito obrigado, Ministro. Deputado Paulo Teixeira, com a palavra. Depois do Deputado Paulo Teixeira, o Senador Alvaro Dias. Aí, começam os suplentes.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senhora Presidente, eu quero inicialmente dizer que o Deputado Carlos Sampaio poderá argüir o Ministro Paulo Bernardo em breve, o que nos dispensa de um debate sem a presença dele, julgamento sem a presença dele. Agora, vamos... Ele está chegando, portanto, nós poderemos fazer esse debate junto ao Ministro Paulo Bernardo, que deve prestar importantes informações a essa CPI.

Em segundo lugar, dar os parabéns ao Ministro Jorge Hage. Ministro, V.Exa. tem prestado um grande serviço no combate à corrupção no Brasil, na transparência das contas públicas, o que demonstra um grande serviço à nação brasileira e também demonstra um critério e um desejo do Presidente Lula de combater à corrupção no Estado Brasileiro. Queria dizer que V.Exa. parece o Mike Tyson no enfrentamento da corrupção no Brasil, tal é a seriedade e a grandeza da sua disposição de fazê-lo.

Eu queria dizer, e gostaria de dialogar com a oposição nessa Casa. Às vezes, ajudados por agentes públicos, como o caso do Procurador Marinus Eduardo Marsico, de ontem, que veio pedir a suspensão do cartão corporativo, em despesa da conta do tipo B. Isso é a volta ao passado, e não o aperfeiçoamento desse instrumento. Nós temos que aperfeiçoar e aqui estão indicados os caminhos para o aperfeiçoamento: Diminuição dos cartões em alguns órgãos; colocar todos os cartões do Governo Federal e dos Governos estaduais na internet; a necessidade de regulamentar melhor os saques e restringir os saques naqueles lugares que necessitam, e alguns necessitam, como é o caso do IBGE e outros órgãos; a nota fiscal eletrônica, para dar maior formalidade às transações.

Portanto, nós temos que partir para um aperfeiçoamento. E eu queria dialogar com a oposição em relação a dados que foram aqui fornecidos no dia de hoje. Por exemplo, o conserto de uma mesa de bilhar. Qualquer órgão público faria por meio de um cartão corporativo. Um cartão de pagamentos e não por... Foi dito aqui, de uma tomada de preço, um convite, porque um convite ia dar deserto. É a velha concepção do Estado burocrático, que permeia alguém que formula a pergunta, que entrega ao Deputado. Assim como lavar uma toalha na lavanderia faz-se via cartão. Faz-se via cartão, como também a ANVISA, no aeroporto de Porto Alegre, quando percebe que ou não há lençol ou o lençol está roto, faz-se via cartão e vai-se para a transparência, que permite a fiscalização da imprensa.

Eu tenho aqui uma declaração da Ministra de então, Cláudia Costin, Deputado Carlos Sampaio. A Ministra Cláudia Costin, quando ela criou o cartão, o artigo dela, recente, em que ela diz o seguinte: "A alternativa existente aos cartões, antes dessa ferramenta, era uma caixinha com recursos de que caberia uma prestação de contas pouco detalhada. Era dinheiro". Faltou ontem clareza ao Procurador porque o Procurador, ontem, ele disse: "Era por cheque". Não, não. Marinus. O Marinus disse que só se mexia por cheque. Mas fazia-se o saque via cheque. E, com o cheque, pagavam-se os fornecedores... Com dinheiro. Faziam-se os saques via cheque e, com dinheiro, pagavam-se as compras.

Então, as contas do tipo B eram pouco transparentes, e nós vamos poder auditá-las a partir da semana que vem, auditoria essa que tem preocupado aqueles que dizem "ou se faz uma coisa ou é farsa". Não. A partir da semana que vem, as contas do tipo B, estarão nessa CPI, 10 anos das contas do tipo B. Por isso eu quero criticar os maximalistas aqui, aqueles do tudo ou nada, porque eles não querem investigar as contas do tipo B e querem acabar com a CPI antes da hora. Faremos tudo que for necessário aqui.

E a própria... Para concluir, a própria Ministra, Cláudia Costin, dizia o seguinte: "Os controles anteriormente eram controles formais e ritualistas, próprios da administração burocrática, pela possibilidade de o próprio cidadão, com base na imprensa livre, controlar os gastos públicos". Por isso eu quero aqui fazer um apelo à oposição: Primeiro, para trazer coisas mais consistentes e substanciosas. Segundo, para nós aperfeiçoarmos os mecanismos e... E terceiro, para que a gente possa entrar na investigação agora das contas do tipo B que, a partir da semana que vem, nós faremos uma ampla investigação.

Deputado Carlos Sampaio, as contas do tipo B, em 98, 99, 2000, 2001, eram imensas. E muitos problemas que nós estamos apontando aqui, como esse que V.Exa. mencionou, são problemas necessários, de

serem mencionados, fiscalizados e controlados. Mas, o tamanho dos problemas eram maiores e deverão ser também averiguados. Por isso sou contra aqueles que, às vezes, passam aqui pedindo o fim da CPI. Nós temos um amplo trabalho a ser feito, nas contas do tipo B, desde 1998, e ali nós veremos a quantidade de recursos e a maneira e a tradição e a cultura que os altos agentes públicos exerciam, desde então, até hoje, até 1998--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Ele pode até responder pelo art. 14, se quiser.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não é dentro do tempo dele e nem haveria necessidade do art. 14 porque eu não me senti ofendido, em hipótese alguma. É apenas para dizer que tanto concordo com V.Exa., que acolho sua sugestão e faço isso em meu nome, e não em nome do PSDB, mas que façamos a abertura de todos os gastos da conta B, como proponho eu na minha CPI, que foi requerida e agora foi instalada, todos os gastos, independentemente de ser ou não do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e também dos cartões corporativos, sejam eles do Presidente da República ou do vice-Presidente da República, de 1998 até hoje. Proponho a V.Exa. a abertura e a transparência total de todos os gastos, sejam do Presidente, familiares, vice-Presidentes, familiares, conta B e cartões corporativos. Fica aqui a sugestão a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado Carlos Sampaio, respondendo a questão de V.Exa., quero dizer que a democracia, ela tem dois aspectos: O primeiro aspecto é o respeito à Constituição. E o segundo aspecto é o respeito às maiorias e às minorias. Então, o respeito à Constituição faz com que nós analisemos as contas, tendo em vista a análise da Constituição brasileira e da Legislação brasileira. E em segundo lugar, já foi aqui aprovado. Eu quero só pedir a paciência de V.Exa.--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Deputado, seus cinco minutos já passaram.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas eu só pedi a V.Exa., V.Exa. está presidindo ou é membro da CPI? Porque a Presidente me concedeu e eu vou terminar. Só para concluir--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, não, vai concluir, claro, só para registrar o seguinte. Já passaram cinco minutos. E ele, até agora, não fez nenhuma pergunta. Parece que está depondo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele está concluindo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu estou concluindo. Para concluir, eu dei um aparte ao Deputado Carlos Sampaio, e por isso que o tempo... E é um diálogo muito... Só para concluir, dizer o seguinte, em relação ao que a CPI já aprovou, ela já provou as contas do tipo B de 98 a 2008. E sobre elas e sobre os cartões, nós temos muito a fazer. Vamos analisar, à luz da Constituição brasileira, todas as questões e todos os requerimentos e vamos debatê-los. E, portanto nós não negamos a debater nenhum aspecto dessa CPI.

Agora, nós temos aqui que perceber qual é a nossa Constituição, qual é a nossa legalidade e, dentro dela, vamos aqui fazer o melhor por esse país no sentido de garantir o maior controle dos gastos públicos. Então, eu não tenho dúvida, mas eu só queria dizer que eu percebo, quero fazer um diálogo com a oposição aqui, que-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alguma pergunta?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não é uma volta ao passado, é o aperfeiçoamento do presente e do futuro e a punição daqueles que foram mal no uso desse mecanismo de gasto público. Como eu posso fazer debate, como outros fazem, utilizo meu tempo para essa finalidade. Obrigado, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nada. Próximo inscrito--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, senhora Presidente. Infelizmente, não vou poder permanecer, tenho compromisso no Rio de Janeiro, minha filha não mora no Brasil, se eu não assinar um papel no cartório até as cinco, ela não volta, no sábado, para casa dela, com a mãe dela, que, infelizmente, não mora aqui. Mas só, eu já pedi para trocar, enfim, os outros Senadores, o Deputado, também estão na hora deles. Eu queria só agradecer aqui a oportunidade, apesar de não ser podido participar, dizer ao Deputado Paulo Teixeira que já apresentei a lei que proíbe saques em cartão e, se a gente quiser, então, avançar no sentido de aproveitar os mecanismos, basta a gente proibir o saque em cartão, que já é um grande avanço, inclusive, contribuindo com a Controladoria-Geral da União, que é contrária aos saques em recursos financeiros. Obrigado, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada e boa Páscoa. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senhora Presidente, primeiramente, não é uma indagação, é uma afirmação. Em razão dos esclarecimentos prestados pelo Ministro Jorge Hage, a respeito do sigilo das contas da Presidência da República e acesso do Tribunal de Contas a elas. A informação é de que o

Tribunal de Contas faz auditoria dessas contas. Nós estivemos, em comissão de Senadores, no Tribunal de Contas, há uns dois ou três anos já, e a informação que obtivemos lá é que o Tribunal de Contas não tem acesso aos documentos dos gastos da Presidência da República. Essa foi informação transmitida pelo Tribunal de Contas. E isto tem lógica e coerência porque o próprio Senado Federal... O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Senado Federal. E o Senado Federal não tem acesso a essas contas. Nós temos a prerrogativa de solicitar informações sobre sigilos, como fazemos em relação a Banco Central e outras instituições, recebemos as informações sigilosas. Ao recebê-las, assumimos compromissos, por escrito, de não torná-las públicas, mas as recebemos, como recebi, recentemente, do Banco Central, relativamente à evasão de divisas. E essas informações que recebi não se tornaram públicas.

Portanto, é uma prerrogativa que tem o Senado, e essa prerrogativa não tem sido atendida pelo Governo. O Tribunal de Contas, inclusive, defende uma prerrogativa para si que eu considero válida, a de quebrar sigilo. O Tribunal de Contas não tem a prerrogativa de quebrar sigilo, mesmo quando se trata de dinheiro público. A meu ver, quando se tratar de dinheiro público, essa prerrogativa deveria existir a favor das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Então, Ministro, eu disse que a informação que eu tenho é diferente daquela que V.Exa. tem. O Tribunal de Contas nos informou, há dois ou três anos, que não tinha acesso aos gastos considerados sigilosos na esfera da Presidência da República.

A primeira indagação que eu faço a V.Exa., se a Presidente achar melhor, eu farei todas as indagações, e se o Ministro concordar, de uma só vez. Há dois ou três anos também, provavelmente três anos, no meu gabinete, tendo posse de uma amostragem de auditoria do Tribunal de Contas, com notas fiscais, investigou algumas destas notas fiscais e descobriu que eram notas fiscais frias. Elas foram utilizadas para calçar despesas supostamente efetuadas com dinheiro sacado no caixa eletrônico, com a utilização do cartão corporativo, na área da Casa Civil, se não me falha a memória, na secretaria da Presidência da República, para aquisição de cartuchos para impressora.

A minha assessoria investigou e descobriu uma empresa, a 40 quilômetros do Palácio do Planalto, uma empresa de fachada, localizada num barraco humilde, no final de um quintal, nos fundos de um quintal, descobriu que o suposto proprietário desta empresa era um trabalhador que trabalhava num bar da estação rodoviária, portanto, o seu nome foi utilizado. O Ministério Público investigou e descobriu que essa fábrica de notas frias alimentava, inclusive, Prefeituras do entorno de Brasília. E essas investigações prosseguiram. Nós fizemos a denúncia, a Ministra-Chefe da Casa Civil, num primeiro momento, não concordou com a denúncia, disse que não era um fato verdadeiro, mas, depois, assumiu a hipótese da verdade e informou que tomaria as providências. Eu não conheço nenhuma providência tomada a respeito desse fato. Então, indago... É uma das perguntas que eu faço a V.Exa., se isso chegou ao seu conhecimento e se alguma providência foi adotada em relação a este caso.

Há umas perguntas mais curiosas, relativamente a ecônomos da Presidência, que apresentaram como endereço residencial o endereço da Sociedade Rural do Norte do Paraná, com sede em Londrina, no Paraná. Eu não entendo, essa foi uma divulgação da imprensa, é um fato curioso, não sei qual a razão disso, qual é a exigência de se indicar o endereço residencial e por que essas pessoas teriam indicado esse endereço, que realmente não é residência de ninguém, a não ser dos animais, em época de exposição-feira. E pelo menos cinco desses ecônomos, pela divulgação da imprensa, apontaram como residência residencial a Sociedade Rural do Norte do Paraná.

A outra indagação diz respeito a compras realizadas num *Free Shop*, eu até peço desculpas a V.Exa. porque me retirei, em determinado momento da sua exposição, para cumprir o meu dever na Comissão de Constituição e Justiça, na sabatina do Ministro Gilmar Mendes. Portanto, se eventualmente V.Exa. já tenha feito referência ao fato, eu retiro a indagação. Mas, que tipo de compra se efetuou no *Free Shop*? Se, nos indicativos da regulamentação existente para uso do cartão corporativo, essa é uma possibilidade, adquirir produtos em *Free Shop*. A Ministra Matilde fez uma compra no *Free Shop*, e até por curiosidade, sei que tem muita gente curiosa para saber o que ela comprou no *Free Shop* com o cartão corporativo?

Também fiquei curioso, não entendo como a regulamentação possa ter admitido o pagamento da arma, ou seja, o ressarcimento da arma. Isso consta também da regulamentação? É possível alguém, na campanha de desarmamento, pagar a devolução da arma, a entrega dessa arma e também curiosamente, numa clínica de estética? E, por falar em clínica de estética, também outra curiosidade é que a imprensa divulgou que a IBAMA gastou 23 mil reais numa clínica de estética, em Goiânia. Qual foi a preservação ambiental que se fez nessa clínica de estética lá em Goiânia? Se esse fato é verdadeiro ou se foi algum equívoco na divulgação. Mas ocorre que 23 mil reais gastos numa clínica de estética, em Goiânia.

A outra indagação é referente... Eu gostaria que V.Exa. anotasse os números, e é a última indagação que eu faço preliminarmente, depois, na réplica, se houver oportunidade... Eu gostaria que V.Exa. me informasse a que esfera da Administração Pública pertencem os cartões com os dígitos 498406 e 498407. A que esfera da Administração? Se V.Exa. puder informar hoje, ótimo, se não puder, eu indago a V.Exa. se poderia, ainda hoje, se possível, ou amanhã, me transmitir essa informação. Esses números são importantes para uma avaliação que nós teremos que fazer. Então, são essas as indagações que eu formulo inicialmente a V.Exa. e, naturalmente, depois, se houver necessidade, eu voltarei.

[Troca da Presidência]

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Pois não, com prazer, Senador Alvaro Dias. Eu vou tentar responder às sete questões aqui em cinco minutos, tenho menos de um minuto para cada uma. Não sei se vou conseguir, mas a Presidente há de ser flexível comigo. Primeiro lugar, a alegação, a informação, melhor dito, que V.Exa. recebeu do Tribunal de Contas, de que ele não tem acesso aos documentos da Presidência, realmente não confere nem coincide com a informação que eu tenho. A informação que tenho, que eu sempre tive, é que não há sigilo para órgão de controle. Há sigilo para a divulgação pública maior. Mas aí, não adianta, a informação que eu tenho contra a que o senhor tem.

Segundo, o caso das notas frias apresentadas pela empresa, onde o servidor adquiriu os cartuchos, eu me recordo do caso, noticiado pela imprensa, a partir de uma denúncia de V.Exa., mas não sei das providências tomadas no caso concreto, mais uma vez, pelo fato que já disse aqui inúmeras vezes; a Controladoria não tem jurisdição para fiscalizar nem auditar nenhum setor da Presidência da República, a não ser quando há solicitação expressa da Ministra Chefe da Casa Civil, como houve--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O senhor não acha que isso é uma deficiência? Que deveria ter.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: É a lei. A Lei aprovada nesta Casa, Lei 10.180, em 2001. Depois, ecônomos da Presidência, em princípio, nós não teríamos também nada a analisar porque é da Presidência. Mas, no caso, nós temos porque recebemos um ofício, um expediente da Associação Rural do Paraná, pedindo que nós esclarecêssemos se sabíamos explicar este fato de que alguns portadores de cartão estavam com endereço indicado como sendo o endereço da Associação. Nós verificamos, pedi à Secretaria Executiva para verificar, e o Dr. Navarro pode diretamente...

DR. LUIZ NAVARRO: Não há nenhuma indicação de endereço de qualquer ecônomo no portal. Essa é a informação. Todos esses ecônomos, as residências deles estão registradas no SIAF, e nenhuma delas corresponde ao endereço da Associação. Até onde nós podemos investigar, existe uma empresa na internet, que ela se especializa em fazer, por exemplo, cadastros de pessoas para vender isso como um serviço. E, nesse suposto site, é que talvez essa informação estivesse exposta. Mas nenhum registro oficial, seja nos assentos funcionais dos servidores, nem exibido no portal, em nenhum outro lugar, consta endereço desses servidores como sendo endereço da associação.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: É até onde nós podemos ir. A quarta questão do nobre Senador, compra em *Free Shop*. A Ministra... A ex-Ministra Matilde Ribeiro recolheu, assumindo como equívoco, como compra pessoal sua, aquela aquisição denunciada, da compra em *Free Shop*. A partir desse momento em que ela assumiu como sua, nós não temos o direito sequer de indagar o que era, o que foi comprado. Aí, não indagamos, o recolhimento foi feito de imediato, então, ela assumiu como compra sua, pessoal.

O ressarcimento da arma, no caso da Polícia, se poderia ser feito com cartão. Não foi com o cartão. É que, no conjunto dessas denúncias, muita coisa que foi divulgada, digamos, no pacote do folclore, não tinha nada a ver com cartão. São outros casos que estão no portal, compras pelas vias normais, regulares, empenho, liquidação e pagamento direto ao fornecedor, etc. etc. Esta é uma delas. Não foi com o cartão.

O caso do IBAMA, eu não sei se está nessa relação... Não está nessa relação. Eu poderei... Está em apuração e não é com cartão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim, esse provavelmente não é cartão.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não é com cartão. Mas poderei encaminhar ao nobre Senador oportunamente. Já tem uma sindicância instaurada para apurar o fato.

E, por último, o número dos cartões, não tenho a menor noção para responder de imediato. Mas, se corresponder a cartões expostos no portal, identificaremos o portador e comunicaremos ao Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Provavelmente não está no portal. Tenho a impressão de que não. V.Exa. poderia informar.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Não? Eu verei se tem como identificar isso. Tendo, terei prazer em atendê-lo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu gostaria e é importante.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Com o maior prazer.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senador Alvaro Dias está satisfeito? Já... O seu tempo?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim. Eu teria mais uma indagação, vou aproveitar que tenho esse tempo, faço a indagação e o Ministro usa o meu tempo para responder. Eu considero um exagero os gastos com aluguel de veículos; veículos alugados, por exemplo, em Curitiba, quando da presença, em Curitiba, de um Ministro de Estado. Eu não vejo razão para alugar veículos porque um Governo Estadual, quando recebe uma autoridade, faz as honras da Casa, coloca a Casa à disposição, todo o seu aparelhamento... E os Municípios, da mesma forma. Tanto o Governo Estadual quanto o Governo Municipal têm, até por uma questão de inteligência, o dever de acolher muito bem as autoridades que visitam. Eu vejo que, na relação de despesa com cartões corporativos, há muita despesa com aluguel de veículos. Eu estou curioso para saber qual é a razão disso.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Senador, eu lhe responderia em duas etapas: Primeiro, como disse o Deputado Vic Pires, aqui num comentário lateral, nem sempre.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sempre, sempre. Até adversários.

[risos].

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: O Senador Alvaro Dias, quando Governador, eu não tenho nenhuma dúvida que trataria com toda distinção os seus maiores adversários, que sempre foi essa sua conduta, e eu o conheço desde os tempos da Constituinte, há 20 anos atrás. Mas nem sempre isso acontece, muito menos nos Municípios. Em alguns Municípios, o nosso pessoal tem que ir acompanhado pela Polícia Federal para poder entrar e sair vivo. E sair vivo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É carro demais. Alugam carro em excesso.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Quanto a aluguel, locação de veículo *versus* aquisição e manutenção de frota própria, essa é uma questão que está permanentemente em debate dentro dos Governos., em todos os tempos, em todas as esferas. O Ministério do Planejamento, que é quem regulamenta isso, como o Ministro Paulo Bernardo está vindo dentro de poucos instantes para essa sala, eu preferiria que o debate fosse travado com ele. Porque o Ministério do Planejamento tem estudos quanto à economicidade, saber o que mais vale a pena, se é alugar, se é manter frota própria, se é frota com motorista locado ou com motorista servidor ou não. Isso, ao longo do tempo, passou por muitas evoluções nas décadas de 80, 90, e é melhor que o Ministério do Planejamento trate desse debate com o nobre Senador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu gostaria de informar que essa campainha é automática, viu? Não sou eu que estou tocando essa campainha de colégio estudantil aí. Coincidentemente, sentei aqui e ela começou a tocar, mas fui informado de que um minuto antes de terminar o tempo, a campainha toca. Com a palavra, o Deputado Nilson Mourão. V.Exa. tem cinco minutos.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Senhor Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro, eu vou me pronunciar, Ministro Jorge Hage, com muita sinceridade e com muita franqueza. A história dessa Comissão vai ser dividida. E vai ter o marco, que é o depoimento do senhor. A sua segurança, a sua competência técnica, seu equilíbrio, eles transpareceram, em todas as suas respostas, em toda a sua exposição. Eu estou seguro disso. E minha segurança decorre, Ministro Jorge Hage, pelo comportamento da oposição. Quando V.Exa. sentou para fazer a sua explanação, a oposição debandou. A oposição sequer quis ouvi-lo. Deixaram alguns aqui para contar a história. Ao final de seu depoimento e seus esclarecimentos, a oposição ficou perguntando, o nível das perguntas, o nível mais elevado das perguntas era saber se a toalha lá da Controladoria foi lavada na máquina ou na lavanderia. Rigorosamente, Ministro, V.Exa. desarmou a oposição. Parece que não tem um só aqui para contar a estória, a não ser o ilustre Presidente Vic Pires.

O que ocorre, na verdade? Porque isso está ocorrendo, na verdade, Ministro? Está ocorrendo porque nós temos que ter sinceridade nesse debate. A oposição perdeu as suas bandeiras. A oposição, no Brasil, não consegue encontrar um ponto para fazer oposição ao Presidente Lula. Não tem algo substancial, não tem algo que diga: “Nós estamos fazendo oposição com responsabilidade nesse país”. Não tem está; atrás da tapioca, do queijo, da roupa... Dessas bobagens. É isso. A economia do Brasil está crescendo, a popularidade do Presidente Lula aumenta, está enfrentando a crise com dignidade à altura do nosso país, está tendo respeito por brasileiro, estão crescendo os empregos, e a oposição está rigorosamente atônita. Atônita. Esses são os fatos. Estão agora à procura de alguma coisa. Jogaram todo o peso dele desse ano em cima dos cartões. No início, ainda tinham algum entusiasmo, hoje caiu o entusiasmo da oposição.

Eu gostaria até de ter uma CPI aqui mais animada, mais caliente. Mas a oposição está jogando a toalha. Sacudindo a toalha. Já participei de outras CPIs que as coisas foram mais animadas. V.Exa. acabou de ser o grande demolidor. Liquidou a oposição. Suas respostas foram claras, firmes, determinadas, transparentes e não foi chapa branca. Porque V.Sa. expôs, colocou as fragilidades, onde deve ser corrigido, onde deve ser aperfeiçoado. Ao contrário de outros, que aqui querem ver chifre em cabeça de cavalo. O depoimento de V.Exa. também foi bom para aqueles que estão ali atrás, a imprensa. Alguns setores não têm responsabilidade mesmo. Divulgam, como se fossem fatos, ocorrências que não têm sustentação. E depois se contenta em colocar lá numa coluninha, lá embaixo, erramos. Ficam satisfeitos com suas barrigadas. Não é por aí não. Nosso país tem que ter um nível de tratamento em todas as áreas e todos os setores. V.Exa. foi extremamente civilizado, educado com a imprensa, com todo esse setor. Temos que dizer com clareza. Sem nenhum prurido. Deram barrigadas mesmo e provavelmente saíram frustrados um pouco dessa CPI porque não tem muita coisa que dizer.

O Procurador do Ministério Público ontem tentou aparecer em algum pedacinho da imprensa e os jornais hoje o ignoraram. Disse um monte de bobagem, contraditado pelo pessoal do Tribunal de Contas. Depoimento correto é o seu, Ministro. Colocou as coisas como devem ser feitas. Suas limitações, os erros colocados, as investigações feitas, com uma pessoa que quer ver o país funcionar. E não com aqueles que querem ver o circo pegar fogo. Parabenizo. É esse tipo de depoimento ou vindo do Governo ou vindo da oposição que tem que tornar essa CPI acreditável diante do povo brasileiro. Não as vozes do agouro, que já estão dizendo que a CPI não vai dar em nada, por quê? Por que não vai dar em nada? Chamando a CPI de farsa? Na verdade, é uma estratégia já de desqualificar a CPI, já preparando a retirada para depois... "Não, não tem nada. Mas nós saímos". A grande vitória é terem saído da CPI.

Na verdade, na verdade, buscavam encontrar coisas que não estão encontrando. Nada de dizer que o uso dos cartões não tem nada errado. Tem, como V.Exa. colocou. Tem limites, tem problemas que devem ser corrigidos. Mas longe de chegar pelo menos próximo ao que a oposição tanto desejava, e devo dizer também, alguns setores daqueles que estão ali atrás, para a tristeza deles.

Eu encerro, depois de ter feito essa colocação, e fiz sem nenhum objetivo, apenas dizer realmente da minha satisfação, como Parlamentar Federal, de ouvir um depoimento tão qualificado quanto o do senhor. Isso que é debate, isso é que é discussão. Gostaria apenas de fazer uma pergunta que me interessaria muito para a minha compreensão maior dessa questão, se o senhor eventualmente pudesse esclarecer. Como é que é tratado esse problema nos outros países? Como é que, nos Estados Unidos, ou em algum país da Europa se gastam esses... Se procedem ao gastos desses recursos eventuais? Como é que é a tradição, eventualmente, nos demais países, para a gente saber se lá realmente é um santuário, é um céu, não tem nenhum problema e os problemas, na verdade, ocorrem aqui no nosso país? Gostaria de ouvir o senhor. Muito obrigado.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Posso responder?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Com a palavra.

SR. MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO: Nobre Deputado, eu lhe agradeço, sensibilizado com suas palavras generosas, sem dúvida nenhuma. Quero dizer-lhe que, independentemente de posições partidárias, de situação de oposição, eu tenho todo respeito pelos membros da oposição que participam dessa CPI. Reconheço que, em toda e qualquer Comissão de Inquérito, há dois aspectos que têm que ser distintos, um deles é a luta política, natural, que ocorre em todos os espaços do Parlamento, e é assim que é, na democracia, e um outro aspecto é aquilo que a gente pode extrair de bom, de útil, ao final dos trabalhos da CPI, quaisquer que sejam o campo ou destino da luta política. Na intenção de aproveitá-la como um campo para o debate político. Eu continuo respeitando a CPI, os membros da oposição que aqui participaram, e de igual modo, quero também reafirmar o meu total respeito pela importantíssima participação da imprensa na investigação, no controle social sobre as coisas públicas, independentemente de todos os deslizes, de todos os excessos, dos açodamentos, que considero como um momento de uma febre, de um surto, que surge a partir de uma inovação tão impactante, como foi a exposição das despesas públicas num portal na internet, coisa que nunca se viu antes no Brasil. Então, isso tem as suas conseqüências. Mas esse momento é uma curva que passa, volta à normalidade, eu tenho certeza que nós, do controle institucional, da Controladoria, do mesmo modo que o Ministério Público e o Tribunal de Contas e a Polícia Federal, precisaremos sempre de uma imprensa livre, autônoma, democrática, responsável, sempre, desejamos seja cada vez mais, mas, de qualquer modo, ela é ingrediente indispensável ao funcionamento democrático, particularmente para os órgãos incumbidos do controle da investigação.

Quanto à pergunta de V.Exa., como é em outros países a questão de uso do cartão. Eu não teria condições de dar um panorama mais completo porque não fiz esse estudo. Apenas temos informação direta, nos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, é amplíssimo o uso de cartão pelos órgãos públicos. E, em valores, em níveis, em limites muito superiores aos nossos, para compras, aquisições, pagamentos de serviços muito superiores aos nossos. Isso nos Estados Unidos. Não tenho condições de dar um... De lhe dar uma visão panorâmica comparativa porque não tivemos oportunidade de fazer essa pesquisa.

Agora, posso, sim, dizer que, do ponto de vista das medidas de transparência, das medidas do chamado Governo Eletrônico, das medidas que se referem à utilização da internet para informação da população, nós, no Brasil, estamos numa posição muito favorável no contexto internacional. Em todos os eventos internacionais que comparecemos, e apresentamos o Portal da Transparência, ele recebe os maiores elogios, em alguns momentos, ele causa perplexidade. Tivemos, há pouco tempo, um especialista do Reino Unido, Presidente do Grupo de Ação Financeira Internacional. É o órgão que reúne mundialmente os COAFs. Os COAFs do mundo inteiro. As unidades de inteligência financeiras. Ele nos visitou na Controladoria, nós fizemos uma exposição sobre o portal e ele disse que, no Reino Unido, não há nada parecido, em termos da exposição pública dos gastos públicos, particularmente com cartões corporativos. E o Portal da Transparência recebeu uma indicação para a premiação internacional da última Convenção, no último Encontro, sobre a implementação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. É o Brasil se colocando numa posição de vanguarda, em matéria de transparência sobre as coisas públicas.

[Troca de Presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro. Como todos aqui tiveram oportunidade de presenciar, é importante, quando a gente fala num país que possa diminuir a sua corrupção, que a sociedade pense dessa forma, que os órgãos públicos também, e que não haja possibilidade nenhuma de cerceamento da liberdade que os Parlamentares têm, de poder ter também acesso às contas todas do Governo Federal, já que essa aqui Casa aqui é uma Casa que tem a obrigação e o direito de investigar, controlar e, se necessário, através do TCU, que é seu braço de controle, e, se necessário, sugerir, como V.Exa. colocou, medidas para que as coisas aconteçam da melhor forma possível nesse país.

Portanto, a gente fica muito feliz, essa, como V.Exa. disse, é uma Casa da democracia. A imprensa está aqui para poder fazer seu trabalho, e a situação e a oposição estão aqui também fazendo seu papel. Se nós não tivéssemos uma oposição aqui brava, construtiva, atuante, provavelmente nós estaríamos num regime de exceção. E como isso não é interesse, acredito, de ninguém, nós temos que conviver harmonicamente, defendendo cada um seus princípios e suas idéias.

Portanto, quero agradecer muitíssimo a participação de V.Exa., dizendo que essa é sua Casa, sempre é a Casa de homens e mulheres de bem que querem fazer desse um grande país. Muito obrigada.

Eu quero informar a todos que o Ministro Paulo Bernardo já está chegando, e continuaremos a Sessão.

[pronunciamento fora do microfone]

Conforme a convocação de hoje, ouvimos a primeira parte da nossa Reunião, o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Dr. Jorge Hage Sobrinho, e recebemos agora o Dr. Paulo Bernardo Silva, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem agradecemos pela presença, e gostaria, como fiz na primeira intervenção, relembrar a todos que o Ministro terá 30 minutos para a sua exposição, meia hora, e, em seguida, abriremos para a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Deputados inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro, após o que nós teremos a réplica e a tréplica, como fizemos na primeira parte da nossa manhã.

Portanto, é com prazer que eu passo a palavra ao Dr. Paulo Bernardo, para a sua exposição. Seja bem-vindo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Muito obrigado, Presidente, Senadora Marisa Serrano, satisfação estar aqui nesta Comissão presidida por V.Exa., também cumprimentar os Parlamentares, estou vendo aqui vários Deputados, Senador Valter Pereira. E, Presidente, eu preparei uma exposição, o Relator, Deputado Luiz Sérgio, preparei uma apresentação, mas recebi do Ministro Jorge Hage, agora pela manhã, a cópia da apresentação que ele fez para os senhores aqui, e senhoras, e, portanto, em função disso, eu enxuguei um pouco aqui, talvez eu não precise de 30 minutos. Eu tirei algumas informações para não apresentá-las de maneira repetitiva.

Mas eu queria começar, falando do mecanismo de suprimento de fundos, de maneira geral. Este mecanismo existe regulamentado na Lei 4.320, de 1964, e também do Decreto-Lei 200, de 67. E disse que o regime de adiantamentos, suprimento de fundos, consiste

na entrega de numerário, note que eles falam "numerário" ali, ao servidor, sempre precedido de empenho, para fim de realizar despesas que por sua natureza ou urgência, não possam subordinar-se ao processo normal de orçamentária e financeira.

Presidente, eu confesso que eu não consegui achar de onde vem esse mecanismo, mas essa lei, que foi votada em 64, começou sua tramitação no Congresso Nacional no final da década de 40. Ela tramitou quase 20 anos no Congresso Nacional. Portanto, eu não sei estabelecer exatamente quando foi iniciado esse mecanismo, mas ele deve ser dos anos 30. Quer dizer, um mecanismo presente, e é bom também lembrar que a lei 4.320 se refere à Administração Pública como um todo. Então, nós estamos falando do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e dos Estados e Municípios e dos seus... Dos seus órgãos também. O Decreto nº. 93.872/86 deu uma nova regulamentação, dizendo que o suprimento de fundos pode ser utilizado para as seguintes despesas: as eventuais, inclusive em viagens, e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento em espécie; de caráter sigiloso e consideradas de pequeno vulto. A concessão é restrita a servidor, mediante autorização do ordenador de despesas, a critério da Administração. Isso ainda no Decreto citado anteriormente.

A utilização através de uma abertura de uma conta específica, chamada conta tipo B, em nome do favorecido, a ser movimentada com cheques, por um período de, no máximo 90 dias. E a prestação de contas tem que ser feita no máximo 30 dias após o período de encerramento da utilização.

Até 98, acho que isso também já foi tratado aqui, 98, as despesas eventuais, sigilosas, de pequeno vulto, eram pagas exclusivamente por suprimentos de fundo; na verdade, isso durou até 2001, quando foi efetivamente criado, instituído o cartão. Mas, em 98, já teve um Decreto, 2.809, que admitiu a possibilidade de pagamento via cartão corporativo. Esse Decreto, de fato, ele não foi efetivado. Em 2001, com o Decreto 3.892, de agosto, os bilhetes de passagens aéreas emitidos com descontos e as compras de materiais e serviços enquadrados como suprimento de fundos passaram a poder ser pagas também com cartão de crédito corporativo. Isso eu vi nos jornais, o Ministro Paulo Paiva pôde explicar isso.

Em 2005, nós fizemos o Decreto 5.355, de janeiro, e o cartão de crédito corporativo passa a ser denominado cartão de pagamento do Governo Federal. Além das despesas anteriormente enquadradas como suprimento de fundos, as diárias de viagens de servidores passaram a também... Apesar, que isso aí nunca foi regulamentado, portanto, é uma possibilidade que ainda não foi implementada. E manteve-se, na ocasião, a permissibilidade para a utilização dos suprimentos de fundos, conta tipo B, ou seja, nós passamos a usar mais intensamente o cartão, mas ainda com a possibilidade de co-existir com a conta tipo B.

A concessão, da mesma forma que a conta tipo B, é restrita a servidor, mediante autorização do ordenador de despesa, a critério da Administração. Prazo máximo de 90 dias para a utilização e movimentação por cartão de crédito ou mediante saque em espécie. Esse saque, eu até... Os assessores estavam contando, teve um debate aqui sobre isso, eu considero que o saque no cartão, na verdade, reduz o cartão a um mecanismo como da conta B. Você começa a utilizar como se fosse o mecanismo anterior. Portanto, acho que o esforço todo tem que ser para limitar ou suprimir de vez o saque. Mas eu fui pesquisar que tipo de despesa nós temos que pagar, que demandam saque. E, só para citar ali, um táxi, o correio, os servidores nossos lá, o Luiz está aqui, nosso Subsecretário de orçamento, e ele estava... "Mas como que o correio não aceita cartão?" Eu liguei ontem para o Presidente do Correio, e ele disse que o Correio agora implantou um Projeto piloto, que já tem 300 agências aonde se aceita correio... Desculpa, aceita cartão. Mas até a existência desse Projeto piloto, não existe. Só aceita em dinheiro, não aceita nem cheque. Talvez, depois, a gente precise saber para explicar Por que isso. Mas o Correio agora está começando a aceitar cartão, coisa que não fazia. Pedágio, um chaveiro, transporte rodoviário, ônibus... Ônibus simplesmente não aceita, Deputado Vic. Também perguntei. "Como não aceita?" Só nas rodoviárias das grandes cidades, você pode, eventualmente, pagar uma passagem de ônibus com cartão. Quase a totalidade das nossas localidades, você tem que pagar o ônibus interurbano, por exemplo, tem que pagar com dinheiro. Estacionamento, eletricista, bombeiro, pintor, despesas judiciais ou, eventualmente, o sistema está fora do ar, dá aquele problema. Se pagar uma despesa e for fazer o ressarcimento, o cartão não permite fazer uma transferência para uma determinada conta. Você tem que sacar e fazer o pagamento. Então, o ressarcimento normalmente exige um saque.

A prestação de contas tem que ser feita, no máximo, 30 dias depois da utilização, e, em 2008, com esse Decreto recente, 6.370, de fevereiro, todas as despesas enquadradas como suprimento de fundos somente poderão ser efetivadas por meio de utilização do cartão de pagamento. Nós temos um prazo, até final de junho, para que o Tesouro Nacional extinga todas as contas tipo B e nós vamos usar exclusivamente o cartão. Foi também vedada a modalidade de saque, exceto quando em situações específicas, nunca su-

perior a 30% do total da despesa anual do órgão com suprimento de fundos, e condicionado à autorização do Ministro.

Por que é que nós achamos que o cartão é mais vantajoso? Primeiro, porque ele permite maior transparência no processo de compra. Depois, uma desburocratização no processo de controle de gastos. Simplifica a contabilização, é confiável, dá segurança no pagamento e também simplifica o processo de prestação de contas aos órgãos de controle, TCU, Secretaria Federal de Controle, auditorias internas, porque nós podemos usar a base de dados, inclusive para colocar no portal da Transparência, nós usamos a base que vem do banco. Os valores para suprimento de fundos, para despesas de pequenos vultos, no caso do cartão, o suprimento máximo é de oito mil reais, e o valor máximo que pode ser gasto por objeto é de 800 reais. Já na conta tipo B, o limite é de quatro mil e o valor por objeto a ser pago é de 400 reais. Quando se trata de obras ou serviços de engenharia, você pode ter no cartão o limite máximo de 15 mil, o valor por objeto a ser pago é no máximo 1.500 reais, na conta tipo B, 7.500 e 750 reais de limite.

É importante ressaltar que os limites estabelecidos para despesas de pequeno vulto não se referem aos demais casos especificados para utilização de suprimento de fundos. Tem alguns, inclusive, que não estão regulamentados, como o caso de pagamento de diária, que nunca foi regulamentado. E, excepcionalmente, a critério da autoridade de nível ministerial, desde que caracterizada a necessidade em despacho fundamentado, poderão ser concedidos suprimentos de fundos com valores superiores aos fixados anteriormente.

Não pode ser concedido cartão a uma pessoa que já tenha dois suprimentos, a um servidor que tenha seu cargo à guarda ou à utilização do material adquirido, salvo quando não houver outro. Por exemplo, o funcionário do almoxarifado, olha: "Não tem e tem um suprimento de fundos para comprar". Ele não pode. Tem que ser outra pessoa. E também se o responsável pelo cartão, esgotado o prazo, não tenha prestado conta da sua aplicação. O servidor declarado em alcance, ele não prestou contas ou teve suas contas recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou má aplicação dos recursos recebidos. E é vedada a aquisição de material permanente pelo cartão de pagamento.

Esse é um dispositivo do Decreto-Lei nº. 200. Quem quer que utilize dinheiros públicos terá que justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes. E também na apresentação, isso vai ser distribuído, tem uma série de instrumentos legais que fundamentam ou fundamentaram a utilização do cartão. Presidente, eu vou encerrar e vou deixar o detalhamento aí para as questões dos Parlamentares. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro. Só para lembrar que o Ministro terminou a sua fala com um artigo da lei 200/67, que é o escopo da nossa... Da formação da nossa CPMI, que é justamente verificar a utilização do dinheiro público de uma forma boa e regular, de acordo com a lei, e que não se afaste disso.

Então, essa verificação é muito importante, principalmente a vinda do Ministro aqui, já que a ele cabe não a fiscalização, que é da CGU, mas cabe a ele a avaliação, a gestão, o acompanhamento, a política de uso dos cartões corporativos que, de qualquer forma, é fulcro da nossa CPMI.

Portanto, eu fico contente de saber que nós podemos aqui discutir com o Ministro as questões de utilização dos cartões corporativos ou do bom uso deles. Portanto, passo a palavra ao Relator, para suas perguntas, e, depois, aos membros da CPMI.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Bom, agora, senhora Presidente, eu gostaria de fazer a pergunta e obtendo as respostas, que serão curtas, mas será importante para o trabalho que terei que fazer, o relatório.

Sr. Ministro, qual o tipo de despesa mais freqüente com os cartões de pagamento do Governo Federal? Nesse caso, posso até fazer duas. Quais os tipos de despesas mais freqüentes e como se formaliza a concessão de um cartão?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Na verdade, a exemplo do outro instrumento de suprimento de fundos, que é a conta B, a Administração utiliza esses dois instrumentos para comprar material de consumo, para comprar... Pagar serviços não previstos... Por exemplo, uma infiltração numa parede que você tenha, às vezes, vai custar 200 reais para consertar e fazer a pintura e ninguém vai fazer uma licitação para isso, porque o processo vai ser mais caro do que o serviço a ser executado.

Então, esse tipo de serviço ou bens, você queimou uma fonte de material elétrico, você não tem isso em estoque... Ou despesas de viagem. Viaja uma equipe, pára na estrada ou tem que abastecer o carro, num lugar onde não tem posto licitado para fazer o abastecimento ou tem que fazer a alimentação da equipe ou tem que hospedar os servidores, então, esse tipo de despesa é coberto com o suprimento de fundos. No caso do cartão, assim como também a conta tipo B, a Administração, em todas suas repartições, onde

haja necessidade de fazer essas despesas, designa, normalmente escolhe um bom servidor, uma pessoa zelosa, com boa reputação e faz a designação ou do suprimento de fundos, via conta tipo B, que agora não vai ser possível fazer mais, nós não podemos abrir mais, ou através do cartão. Esse é o mecanismo e essa pessoa fica responsável, durante aquele período de 90 dias, e depois tem mais 30 dias para apresentar a sua prestação de contas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, no... Quantos são os agentes supridos do Ministério do Planejamento?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Olha, se contarmos só o Ministério, nós temos alguns órgãos ligados ao Ministério. Tem a Escola Nacional de Administração Pública, tem o IBGE, mas, no Ministério, nós temos 62 supridos.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Com a nova normatização do Governo, que está exigindo uma justificativa para o saque na boca do caixa, qual... Quais as justificativas que começaram hoje a ser apresentadas para justificar o saque?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Bom, o saque, esse saque sistemático que nós verificamos que ainda existe, na nossa opinião, é uma utilização incorreta do cartão. Na verdade, como eu disse na minha fala inicial, isso é utilizar, na verdade, o cartão como se fosse uma conta tipo B. Você deixa de reconhecer o cartão, que é um instrumento muito mais poderoso, porque ele permite montar uma base de dados, colocar no portal, tem uma série de vantagens. Mas, tem uma série de despesas que nós não... Realmente não temos condição. Foi o que eu mostrei, na minha apresentação, quando você manda colocar um objeto no Correio, tem lugares onde nós temos contrato com o Correio. As grandes repartições fazem contrato. Por exemplo, a Receita Federal, o INSS, as repartições que têm muita correspondência a mandar fazem um contrato e pagam com fatura mensal. Mas, onde você manda esporadicamente o objeto para o Correio, tem que pagar em dinheiro. Se você precisar mandar um servidor para algum lugar e ele precisar usar um táxi, por exemplo, tem que pagar com dinheiro. Se precisar pegar um ônibus interurbano ou se precisar fazer um ressarcimento; ele vai para um lugar, gasta o dinheiro e pede o ressarcimento com a conta, então, tem que ser com o saque porque o cartão não admite transferência. Imagino que, para facilitar o controle, limitar a utilização... Então, essas despesas normalmente são feitas com saque. Quer dizer, você poderia sacar até um determinado limite. Eu poderia citar o exemplo, no caso do Ministério do Planejamento, do IBGE. O IBGE fez... Até estive ontem com o Presidente do IBGE, e ele estava me mostrando uns dados. O IBGE fez, no ano passado, o censo agropecuário, onde eles visitaram cinco milhões e 200 mil propriedades rurais. Foram em todas as propriedades rurais do Brasil. E, além disso, fizeram a contagem da população. A contagem é o censo que é feito só nas cidades abaixo de 170 mil habitantes. Em alguns estados, como tinha apenas uma ou duas cidades acima de 170 mil habitantes, então, foi feito o censo total. Mas a maioria delas não foi. Então, o IBGE contratou, no ano passado, 86 mil recenseadores, 86 mil pessoas. Sendo que 75 mil foram treinadas. Durante o treinamento, que durou aproximadamente 15 dias, eles não recebiam... Não receberam salário. Estavam sendo treinados para serem contratados. O processo seletivo exigia. Então, pagava-se uma ajuda de custo média, conforme a cidade, de 10 reais. Era pago em dinheiro. Até porque, como é que você ia fazer um pagamento, mandar o cidadão ir ao banco para receber 10 reais? Então, pagavam, não sei se pagavam por dia ou a cada três dias ou a cada semana, mas pagavam em dinheiro 10 reais em média. Em alguns lugares, era um pouco a mais porque a pessoa tinha que pegar ônibus. Então, esse tipo de gasto, e também a andança desse pessoal todo pela zona rural, pelas cidades, pequenas localidades do interior, faziam que alguns lugares simplesmente não houvesse disponibilidade de rede afiliada para fazer o pagamento com o cartão. Então, eles usaram muito saque por conta disso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Sr. Ministro, em cada Ministério, quem atesta as despesas realizadas com o cartão de pagamento? E, na hora de se verificar essa prestação de contas dos cartões, quando se apresenta um gasto incompatível, qual é a medida que é adotada ao se encontrar um caso de... Incompatível na utilização do cartão de pagamento?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: O processo funciona, como também funcionavam as contas tipo B, mas acho que é um processo com uma conferência de maior facilidade. O banco manda para o órgão público a fatura e tem a conferência. Ou você... Se você fez um saque, se você fez uma despesa, vai constar todo o histórico do gasto efetuado com aquele cartão. E o primeiro... Em primeiro lugar, o servidor faz a conferência, passa para outro, que vai rever aquilo e, se você tiver... Perceber que tem um gasto que foi feito, que não pode... Não podia ser admitido, então, há a recomendação de glosa, esse gasto é cortado e tem que ser devolvido o dinheiro. Comprou um objeto que não podia ser feito, não podia ter sido pago, tem que devolver o dinheiro antes de fazer, formalizar a prestação de contas e a sua aceitação. E, depois disso, o

processo ainda passa pela CGU, passa pelo Tribunal de Contas, eventualmente, portanto, há um processo de conferência e de controle nisso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, a última pergunta. Ficou uma idéia, que ainda não foi clareada, que pode ser confirmada ou não, de que todos os Ministros teriam cartão de pagamento. Quais são os Ministros que possuem cartão? O número é grande? É elevado? Como é essa realidade, em se tratando de Ministro de Estado?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Olha, todos os Ministros têm suas despesas pagas com cartão. Nós não temos diárias na Administração Pública. Todos os servidores, quando viajam, recebem diária. No caso de Ministro, eu tentei pesquisar, isso é coisa de 91, 92, foram extintas as diárias de Ministros. Então, o Ministro, quando viaja, tem as suas contas, hospedagem, alimentação, deslocamento eventualmente, se não tiver um carro disponível. Então, os Ministros têm as despesas de viagens pagas com esse mecanismo, com o cartão.

Como é que funciona, qual é o nosso entendimento de como deve funcionar isso? Da mesma forma que qualquer outra despesa, alguém fica responsável de fazer a reserva, de fazer o pagamento no hotel, de, eventualmente, se estiver acompanhando o Ministro, pagar despesas de alimentação, ou, então, o Ministro pode pagar e pedir o ressarcimento. Nós... O nosso entendimento, é que o Ministro não deve ter o cartão em seu nome porque isso configura uma situação desconfortável. Porque ele executar uma despesa para ele mesmo. Quer dizer, é melhor ter uma outra pessoa e verificando, "não, isso aqui está certo, isso não está certo". Então, a recomendação que nós demos para todos os Ministérios é que haja um servidor encarregado de fazer isso, como a exemplo de outras despesas que são feitas também.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Para terminar, há algum estudo do Ministério do Planejamento hoje acerca do número de cartões existentes, se esse número é alto, é pequeno, se deve ser ampliado ou diminuído, melhor distribuído? Há algum estudo nesse sentido, nessa direção?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Olha, nós temos feito um trabalho de acompanhamento. E esse assunto é um assunto palpitante, desde 2005, quando estou no Ministério, sempre tem polêmica pública sobre isso e nós sempre procuramos verificar qual a melhor forma de tratar isso. Se nós olharmos os números, a estatística que nós fizemos recentemente, eu fiz junto com o Ministro Jorge Hage, nós vamos concluir que tem... Provavelmente, vamos concluir que tem muito cartão, porque nós temos hoje, atribuídos, concedidos, 11.500 cartões, e, no ano passado, foram usados 7300. Quer dizer, então, se poderia concluir que tem muito cartão. Mas, o que acontece normalmente é que tem uma repartição onde um servidor tem um cartão para substituir, eventualmente, a falta de um servidor, que é o responsável por aquelas despesas. Então... Então, muitas vezes, pode acontecer isso. No mesmo lugar, tem dois servidores, é um que faz a sua... As despesas, faz a aquisição de bens, contratação de serviço, e, às vezes, tem uma pessoa que trabalha nas férias ou, eventualmente, numa falta, então, não precisa usar esse cartão comumente. Mas, eu acho que é pertinente a pergunta, e acho que cabe sempre uma reavaliação sobre o total de cartões, como é que é isso, como é que funciona, como é que a gente poderia fazer para tratar melhor essa questão, Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu dou como satisfeito, até pelo adiantado da hora, e dar a oportunidade aos que resistiram, para que possam também fazer as suas perguntas ao Ministro do Planejamento.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Com a palavra, Deputado Carlos Sampaio. Ceder a Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Carlos Sampaio permutou comigo. Acho que sou o segundo ou terceiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Perfeito, Deputado.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Presidente, primeiramente gostaria de agradecer ao Ministro Paulo Bernardo o convite e, mais uma vez, dizer que a CPI está certa, quando, ao invés de convocar, chama a convite. Até agora, todos os Ministros, todas as pessoas que nós convidamos, nenhuma se negou em vir aqui prontamente. Sabemos das tarefas que V.Exa. tem, e V.Exa. deixa o Ministério do Planejamento para vir aqui fazer um esclarecimento.

Parabenizar o Deputado Vic Pires que, em todas as oitivas, está presente, está tendo os esclarecimentos necessários e, com isso, ele está habilitado a fazer as perguntas e os questionamentos. Por quê? Porque ele está presente. Agora, fico triste que alguns que ficam aí dizendo que essa CPI é fracassada, o "Senador Abelha", ele não está aqui. Não está ouvindo aqui o senhor, não ouviu as pessoas aqui mais cedo. Não ouviu ontem as oitivas... Quer dizer, e, depois, fica criticando a gente. Então, eu não concordo com essas críticas. Concordo com as críticas de quem está presente, como é o Vic Pires, que está ali. Parabéns.

Então, eu gostaria de perguntar algumas coisas para o senhor. Primeiro, esse limite de oito mil, isso é semanal, é mensal, é anual? Qual o tempo. São perguntas pequenas, o senhor pode ir respondendo. São coisas pequenas.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Esse limite, Deputado, ele não tem uma limitação de tempo, você... É feita a concessão, a liberação do limite, e ele vai até terminar, até acabar. Tem que prestar contas 30 dias depois da utilização. Então, só pra gente raciocinar, tentar ver se esclareço o que V.Exa. está indagando, se ele não gastar em 90 dias, ele tem que devolver. Está me lembrando aqui o João Bernardo. Mas, além disso, nós fizemos uma estatística, 53% dos cartões têm despesas mensais inferiores a 300 reais. Quer dizer, então, normalmente esse limite é atribuído, mas são muito poucos cartões que chegam a utilizar todo esse limite, portanto--

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): O Governo deposita esse dinheiro previamente? Esse cartão, ele preenche esse cartão?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não, o Governo não precisa, pelo seguinte. Nós temos o cartão, se ele fizer um saque, esse saque vai ser debitado na conta do Tesouro Nacional. Se ele fizer o gasto e vem uma fatura, quando nós pagamos a fatura, vai também ser debitada na conta do Tesouro. Então, não precisa debitar nada, o dinheiro está sempre na conta do Tesouro.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): O Governo não paga juros sobre esses saques?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não. Não pagamos juros nem qualquer taxa. Não tem nenhum tipo de despesa, a não ser que uma fatura não seja paga, acho que isso nunca acontece porque elas são debitadas automaticamente, mas, se houver atraso, com certeza, vamos ter problema com juros de mora.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): O senhor é favorável ou contra que o Ministro ganhe diária em vez de usar o cartão?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Eu tenho dúvida com relação a isso. Na verdade, vários dos nossos colegas já se convenceram de que seria mais adequado fazer o pagamento de diária. Só os Ministros, em toda a Administração, não recebem diárias. Então, talvez, o meu colega Jorge Hage, que eu sei a opinião dele, talvez ele tenha razão. Ministro recebe uma diária, e ele faz a sua reserva, vai... Faz a sua viagem. Evidentemente, se ele gastar mais, vai ter que pagar do bolso. O problema, Deputado, é o seguinte, sempre fica um questionamento do seguinte: Mas, e se o Ministro recebe diária e vai para a casa de um amigo, vai se hospedar na casa de alguém? Sempre tem questionamento como esse. Mas, de fato, como regra geral, acho que talvez fosse mais adequado restabelecer, pagar a diária e daí você evita, inclusive, todo esse processo de controle, prestação de contas que, muitas vezes, tem custo enorme também em paralelo.

[soa a campainha].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): A alimentação em Brasília pode ser paga com esse cartão pelo Ministro?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não. Não pode não. Nós tivemos alguns problemas, inclusive, com essas denúncias que foram feitas. Embora isso possa ser objeto de polêmica, mas a verdade e a conclusão que nós tiramos é que não há previsão para isso. Quer dizer, não tem. O Ministro, se estiver em viagem, a serviço, fora de casa, está viajando a trabalho, ele tem direito de ter o ressarcimento despesa com alimentação. Em Brasília, não é o caso. Não se aplica.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Pelas oitivas que nós tivemos aqui, todos os... TCU, Controladoria-Geral da União, todos nos falaram que o maior problema que eles têm é quanto aos saques. Esses saques em espécie geram... A prestação de contas... Tudo. Vocês estão fazendo algum mecanismo, estão fazendo algum planejamento, algum Decreto, que eu vi a normatização aqui, que 30% agora só que pode ser saque. Vocês estão fazendo alguma coisa mais pesada na prestação de contas desse dinheiro dos saques?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Bom, primeiro, Deputado, veja o enunciado da lei, originalmente, previa entrega de dinheiro. Era feito em dinheiro. Quer dizer, esse saque... Vou repetir. Na verdade, o saque é a utilização do mecanismo como se ele fosse o que existia 50 anos atrás, quando você simplesmente tirava dinheiro, o servidor punha num envelope, numa gaveta, ou simplesmente depositava na sua conta e depois ia pagando e utilizando e depois prestava contas.

Então, veja bem, nós estamos fazendo que duas coisas que eu acho que são importantes, uma é essa limitação, e nós não proibimos totalmente o saque porque, de fato, tem despesa que você não resolveria, se não fosse com o pagamento em dinheiro. Ainda tem, como eu falei, o ônibus interurbano não tem cheque, não tem cartão, tem que pagar em dinheiro. Então, nós estamos limitando o saque e estamos fazendo uma restrição muito forte nisso. A outra coisa que estamos preparando é uma mudança no nosso sistema informatizado, para que a pessoa, quando faz o sa-

que, possa prestar contas no próprio sistema. Porque o problema do saque qual que é? O cartão, quando é gasto no cartão, vem o banco de dados do banco e eu ponho no Portal da Transparência. Ainda faltam alguns detalhes, falta um item de despesa, faltam algumas coisas. Justificativa do gasto. Mas está lá. O saque, eu não tenho visibilidade. Eu até citaria, Deputado, se permite, por exemplo, V.Exa. sabe quantos por cento das contas tipo B são sacadas em espécie? V.Exa. logicamente vai falar que não porque se falasse que saberia, seria a única pessoa no Brasil que tem essa informação, porque ninguém sabe isso. Nós não sabemos. A conta tipo B, em relação ao cartão, ela tem uma deficiência, que é o seguinte, o cartão, ele está caminhando para a transparência; nós estamos tornando o sistema transparente. A conta tipo B é transparência zero. Quer dizer, nós não sabemos. A verdade é essa. Só se pegar a prestação de contas, abrir lá e olhar o que foi feito. Não tem nenhum sistema onde isso esteja compilado, agrupado, analisado... Não é sem prestação e sem verificação das contas. Mas, de fato, nós não temos informação nenhuma. A vantagem do cartão, mesmo com o saque, é essa.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Eu tenho uma portaria normativa 1082, de 02 de setembro de 2005, que cita alguns itens assim, como apoio à atividade inteligência, apoio de atividade segurança orgânica, apoio à atividade de salvaguarda assuntos sigilosos, ações de caráter sigiloso, deslocamento, alimentação pessoal e missão, prestação de serviço... O senhor acha que esses itens têm que ficar sob sigilo?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado Manato, essas ações de caráter sigiloso, não apenas do Ministério da Defesa, mas, em vários outros órgãos, elas existem... Existe uma lei, prevendo a existência dessas ações. A lei, V.Exa. pode, inclusive, depois mandar ver, 9283, uma lei de 07 de dezembro de 99. Ela estabelece o sistema brasileiro de inteligência e foi regulamentada em 2002, setembro de 2002, pelo Decreto 4376. Então, essa portaria, com certeza, foi uma regulamentação de algum detalhe que precisava ser tratado, que existe nessa lei, nesse Decreto.

E eu queria esclarecer, inclusive aproveitar, eu fui ver como é que se trata isso no orçamento, o Congresso votou o orçamento a semana passada. No orçamento, já vem lá "ações de caráter sigiloso". No Ministério da Defesa, nas três armas, vem na Presidência da República, na Receita Federal tem, na Polícia Federal, evidentemente, na ABIN... Então, o Congresso vota, existe uma lei prevendo que as ações são de caráter sigiloso, o Congresso vota, até olhei hoje uma... Um exemplar do orçamento, e, inclusive, tive a curiosidade de ver se tem alguma Emenda, algum debate. Não teve nenhum problema com isso. Portanto, isso são ações resguardadas pela lei.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): A última pergunta. O Ministro da CGU esteve aqui, ele colocou que essas contas sigilosas elas têm um controle interno nos próprios Ministérios. O senhor não acredita que se passar isso para a CGU daria mais transparência e um controle melhor? Muito obrigado, antecipando.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Muito obrigado. Olha, o controle é obrigatório. Quer dizer, se um órgão tem uma ação de caráter sigiloso, isso não exime aquele que faz o gasto de prestar contas e não exime o órgão de verificar. Portanto, a pergunta de V.Exa., poderia a CGU fazer? Acho que poderia, como o TCU faz, e, evidentemente, se a ação é de caráter sigiloso, teria que transferir o sigilo com a responsabilidade de não ser divulgado. Acho que seria perfeitamente possível.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Obedecendo à lista de inscrição que foi feita de manhã, o próximo orador é o Deputado Carlos Willian. Com a palavra, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, apenas uma Questão de Ordem, foi uma solicitação do Deputado Manato, eu troquei com ele o meu lugar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Acontece que a lista foi feita de manhã, e nós estamos obedecendo à lista de manhã. Tinha sido feita outra lista agora à tarde e que foi alterada a ordem dos...

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sem problema nenhum. Eu vi a permuta deles aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, só para uma informação, senhor Presidente, poderia nos dizer quem está inscrito pela ordem? Porque foram duas listas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Perfeito, pela ordem seria agora Deputado Carlos Willian, que cedeu para o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Nilson Mourão abriu mão da sua inscrição; o Deputado Paulo Teixeira; o Deputado Vic Pires e o Senador José Nery. Seriam os próximos inscritos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Pela ordem, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ainda há pouco, vi outra lista. Mudou?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Porque essa lista é a lista de manhã. Agora à tarde, a hora que voltou a Sessão, foi feita outra lista, não obedecendo à precedência.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E qual que vale?

SR SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então, a lista que realmente tem que prevalecer é a lista que foi feita de manhã, que está aqui--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vai permanecer a mesma lista de manhã? Ótimo. Então, estou lá atrás. Obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, vamos passar a palavra ao Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Ministro, uma primeira indagação, V.Exa. assumiu o cargo, na condição de Ministro, em que data?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Março de 2005.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu fiz uma colocação, V.Exa. deve ter acompanhado, ao Ministro da CGU, e repasso essa indagação a V.Exa. A partir do momento em que o TCU fez inúmeras recomendações e particularmente no que tange aos cartões corporativos, desde 2004, são reiteradas no sentido de se evitar o fracionamento como modalidade de fuga à licitação e particularmente os saques, por que é que V.Exa. aguardou o momento como nós vivemos no início desse ano, com a demissão da Ministra Matilde, enfim, esse momento que a questão dos cartões corporativos veio à tona para, só então, editar o Decreto que aqui foi mencionado, buscando regulamentar minimamente essa questão dos cartões corporativos?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Na verdade, Deputado Carlos Sampaio, nós procuramos sempre seguir todas as recomendações do Tribunal de Contas. E evidentemente, o Governo tem interesse em aprimorar cada vez mais o sistema. V.Exa. veja o seguinte, o sistema foi criado em 2001; nós tivemos a sua efetiva implementação a partir de 2003; fizemos uma modificação em 2005 porque achávamos que precisava ser aperfeiçoado, e estamos fazendo outro em 2008. Quer dizer, na verdade, é um sistema que foi implantado recentemente, eu acredito isso deve evoluir mais ainda. Eu acredito, Deputado Carlos Sampaio, que nós vamos num período, eu não vou dizer um período breve, mas num período futuro, conseguir aprovar uma lei aqui no Congresso, acabando com o mecanismo da conta tipo B em qualquer lugar da Administração Pública porque o cartão comprovadamente é melhor. Mas, evidentemente, nós temos que ir evoluindo. Acho que essas recomendações são bem-vindas e nós temos procurado atendê-las.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Bom, apenas para que V.Exa. tenha conhecimento, eu sou amplamente favorável ao cartão corporativo e, volto a dizer, quando propus à CPI, propus no sentido de viabilizá-lo, na medida em que estava desacreditado. Acho que o fim das contas B será um grande avanço para a eficiência da gestão. Penso exatamente como V.Exa. e acho que a questão, realmente, ela tomou uma dimensão tal que eu entendi que a CPI fosse um instrumento importante para aprimorarmos esse sistema. E, concomitantemente, V.Exa. também tomou uma dimensão tal, que editou o Decreto, tal como aqui foi relatado.

Em que pese o Decreto ter a sua importância e ter como decorrência todos os fatos ocorridos, eu tratei com o maior respeito o Decreto de V.Exa. E V.Exa., assim que eu propus a CPI, com o mesmo intuito de V.Exa., disse à imprensa que não teria sentido porque seria uma CPI da tapioca. Como fiz essa afirmação ao Ministro da CGU, faço a V.Exa. também porque, reitero, os mesmos motivos que levaram V.Exa. a baixar o Decreto, ou seja, a relevância do tema, foram os motivos que me fizeram propor uma CPI, com uma dimensão muito maior do que da tapioca, tal como colocado por V.Exa.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado Carlos Sampaio, primeiro lugar, eu quero dizer que tenho o maior respeito pelo Congresso, fui Deputado por três legislaturas, participei de CPI, sei a importância de CPI. Talvez eu tenha usado uma expressão muito forte, que magoou V.Exa., mas eu queria dizer o seguinte, eu, com toda sinceridade, não acreditava que ia ter uma CPI para tratar desse assunto.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Qual assunto? Tapioca?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Dos cartões. Veja que tudo que está sendo discutido nessa CPI são as informações que foram divulgadas no Portal da Transparência. Até agora, nós não conseguimos ver nenhuma informação adicional. Eu sei que, na hora que começar a mexer, por exemplo, nas contas tipo B, que eu sei, não, prevejo que, quase certamente, nós vamos ter muito mais informação porque toda a lógica do gasto público indica que, como o cartão é mais transparente, tem mais controle, ele é muito mais visível, que, evidentemente, o cuidado, o zelo é muito maior, na administração das despesas com o cartão.

Mas eu acho que, de fato, a grande contribuição que essa CPI poderia dar é de fazer, nos ajudar, e fazer uma regulamentação nova, talvez isso, fazer uma lei, dizendo que tem que acabar com a conta tipo B, que não tem qualquer transparência, obrigar a todas as instâncias a gastarem com o cartão e publicarem nos portais os seus gastos. Seria um avanço extraordinário. O nosso ainda tem deficiências que podem melhorar. Mas veja que, se ficarmos aqui discutindo a despesa de... Se um Ministro gastou 126 reais ou se outro, nós vamos gastar o nosso tempo aqui, dos Parlamentares, que é precioso, e o nosso também, e não vamos fazer um avanço. A verdade é essa. Essa é minha opinião.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Ministro, nos últimos quatro anos, foram gastos 160 milhões com cartões corporativos, dos quais 95 milhões frutos de saques. A dimensão dessa CPI é bem maior do que a inicialmente pensada por V.Exa. Tenha a mais absoluta convicção disso, em primeiro lugar. E em segundo lugar, em vindo a esta CPI os dados sigilosos que o Governo tanto reluta em enviá-los, mas eu quero concretizar esse meu sentimento na quarta-feira que vem, quando votaremos os requerimentos, para ver se, de fato, há essa intenção do Governo em não permitir a vinda de dados sigilosos, cuja CPI, que tem poderes jurisdicionais, e, portanto, poderes de juiz pode quebrar, a qualquer momento, qualquer tipo de sigilo, tenho certeza que assim como as contas B, realmente, muitos fatos virão à luz e nós teremos condições de informar a sociedade brasileira com o que os quase 12 mil portadores de cartões corporativos gastam o dinheiro público. E é essa a intenção nossa, responsabilizar os culpados e aprimorar os mecanismos de pagamento via cartão corporativo.

V.Exa. colocou uma série de decretos, sempre no sentido de demonstrar que buscou maior eficiência, maior agilidade à gestão administrativa, inclusive Decretos de V.Exa., como o 5355/05, sempre, repito, buscando dar maior agilidade e eficiência na questão do cartão corporativo. Agora, eu indago a V.Exa., que eu recebi... Indago, não, faço um registro a V.Exa., que eu recebi com surpresa, mas com surpresa mesmo, o contrato administrativo 04/06, decorrente de um processo MP nº. 04300006524/2005, no qual o Ministério do Planejamento e o Banco do Brasil fazem o contrato e consta do anexo que o cartão passaria a ser utilizado não só para aquilo que estava determinado, mas também para fins de aquisição de produtos e serviços em joalherias, lojas de móveis, decorações, telemarketing, catálogos, artigos eletrônicos e revenda de veículos. Qual o intuito dessa ampliação, através de um anexo, ao contrato a que me referi agora?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado, tenho visto muita polêmica sobre a questão do contrato nosso com o Banco do Brasil. Eu quero esclarecer que a exemplo do que aconteceu em 2001, quando foi feito o primeiro contrato, também na nossa Administração, foi acho que 2005... Quando eu estava entrando no Ministério, nós fizemos o contrato com o Banco do Brasil porque é o agente financeiro do Governo. Além de ser um banco cujo controle é da União, é o banco que tem as contas do Tesouro. Quer dizer--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ministro, me perdoe, não é o contrato que eu questiono, não. Foi feito com o Banco do Brasil e deve ser feito com o Banco do Brasil. É o anexo, no qual V.Exa. amplia o leque de--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Mas o anexo tem que atender a regulamentação que está no Decreto. Se você pode fazer uma determinada compra, então, o cartão tem que... O contrato tem que prever isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu pergunto por que é que V.Exa. incluiu no anexo, dentre os bens adquiríveis, os bens de joalherias, lojas de móveis e decoração, telemarketing, artigos eletrônicos e revenda de veículos?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Vou falar. Você vai numa revenda de veículo, você vai comprar o que lá? Você pode comprar um carro, mas você pode comprar uma vela para um carro. Você pode comprar um bico para um pneu do carro.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E numa joalharia?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Você pode comprar até pilha, por exemplo. Você pode comprar um relógio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas não se vai para uma relojoaria para comprar pilhas, cá entre nós, não é a regra.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Você pode comprar um relógio de mesa, Deputado. Medalha... Deputado, V.Exa. veja bem, nós pegamos... Acho que o Ministro Jorge Hage teve a oportunidade de dizer, Choperia Pingüim. Aí, a pessoa vai na Choperia Pingüim e comprou o quê? Chopp? Pode ter almoçado lá. Então, essa retórica tem que verificar qual é o item de despesa. Eu não acredito que V.Exa. tenha encontrado alguma jóia comprada com o cartão.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Até produtos em *Free Shop* foram comprados, Ministro. Tudo é possível. Ainda mais quando há legitimação no anexo de um contrato. Por que é que no decreto de V.Exa., o Decreto 6.370, em que V.Exa. buscou regulamentar essa questão, e que acho que essa CPI

pode até ajudar no aprimoramento, não fez constar especificamente a proibição do fracionamento das despesas como forma de fuga à licitação? É uma das críticas mais contundentes e recomendadas pelo TCU, desde 2004.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Nós não fizemos isso porque não é necessário. A Lei 8666 já proíbe fracionamento. Então, não posso colocar num Decreto que pode fracionar porque seria ilegal. E colocar que não pode, seria repetir o que a lei disse. Quer dizer, quem faz uma compra fracionada, está incorrendo numa ilegalidade. Sabe disso. Não pode mesmo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas a orientação para os órgãos gestores parte do Ministério de V.Exa. V.Exa. tem a incumbência de regulamentar isso tudo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: É verdade. Nós damos orientações e os órgãos sabem que a lei diz que não pode ter fracionamento de compras. Portanto, quem eventualmente fizer isso está sujeito a incorrer num processo administrativo, ter os problemas que a lei prevê para esse caso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Perfeito. V.Exa. se referiu aqui à questão das diárias, e eu confesso que tenho estudado o assunto com bastante cuidado, e talvez seja este o mecanismo mesmo a ser utilizado pelos Ministros, em razão do problema que se tem, da segregação de funções, ou melhor explicitando o que quero dizer, aquele que ordena a despesa não pode ser nunca aquele que paga nem aquele que utiliza e nem aquele que guarda o bem adquirido. E, realmente, a diária talvez fosse o único mecanismo. Então, eu tento acompanhar aí o raciocínio do Ministro Hage, tão-somente no que tange os Ministros. Mas este problema de segregação é um problema também apontado com muita freqüência nos tribunais, nos acórdãos dos Tribunais de Contas. E gostaria de saber se V.Exa., juntamente com o Ministro Hage, enfim, estão tomando medidas concretas e efetivas com relação a esta segregação, uma vez que nós temos informações de vários casos, vários acórdãos do TCU, de pessoas que ordenam são as mesmas que utilizam e gastam o dinheiro por elas ordenados.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: É verdade. E isso tem sido objeto de permanente orientação. Primeiro, a Legislação original já prevê isso. Segundo, nós estamos procurando aperfeiçoar todos os nossos manuais, os informativos para as repartições, porque, de fato, tem casos, Deputado, onde uma dependência tem dois ou três servidores. Você pega uma pequena agência de uma repartição pública no interior, às vezes tem dois ou três servidores. Se um sair de férias, você só vai ter aqueles dois. Mas, como regra geral, V.Exa. tem toda razão. Tem que ter essa segregação. Quem vai guardar o material não é o responsável por dizer que falta e ele mesmo comprar porque aí você pode gerar uma situação de desvio aí que--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Finalizando. São mais duas perguntas e as farei conjuntamente. A primeira, o que V.Exa. acha com relação à preservação do sigilo das informações, assim entendidas aquelas que o próprio Governo define como sendo sigilosas?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Acho que nós temos que cumprir a lei. Nós temos a lei 9.883, que define o que são ações sigilosas, e eu defendo que elas sejam. A não ser que o Congresso mude a lei e, aí, evidentemente, vamos ter outra definição.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento da lei 9.883?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Foi essa que acabei de citar.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): No artigo 6º diz: "O controle e a fiscalização externo das atividades de inteligência, entenda-se ABIN, serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma a ser estabelecida em Ata do Congresso". Isso é fato?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: É. Tenho aqui inclusive um trecho também.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Então, termos o controle sobre essas contas que V.Exa. disse sigilosas--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: V.Exa. se referiu... V.Exa. disse que tem que ser feito o controle na forma de um ato--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Esse fato foi feito e tem uma Comissão, inclusive formada. O Senador Demóstenes compõe essa Comissão.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: É. Então, essa Comissão não exerceu a sua função.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se essa Comissão pode exercer, imagine uma CPI que tem poderes de Juiz. E uma última--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado, me perdoe. V.Exa. está dizendo que o Congresso estabeleceu em Ata que tem uma Comissão para fazer isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Tem a Comissão, está estabelecida.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Então, é essa Comissão, me parece que não é o caso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É essa Comissão que pode?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: V.Exa. acabou de dizer. A lei tem que ter um ato do Congresso e que tem já um ato já do Congresso--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Aliás, essa Comissão acho que é um bom caminho para obtermos todos os dados... Excelente caminho. Só quero dizer a V.Exa. que nenhuma Comissão, nem esta, em que pese a lei outorgar o direito de investigação, nenhuma Comissão tem poder jurisdicional, de Juiz: Quebra de sigilo bancário, fiscal, a não ser uma CPMI. É a única que tem esse poder constitucional.

A última pergunta que faço é, que na representação que fiz à Procuradoria da República, em dezembro de 2003, me fora fornecido, quando pedi, o nome de 41 ecônomos que atuavam junto à Presidência da República e me foram encaminhados esses nomes como dados não sigilosos. Portanto, por isso estou divulgando. E, ali, previam-se despesas mensais para cada um desses ecônomos, que adquiriam para membros da Presidência, valores de mil reais a 70 mil reais por mês cada um deles poderia gastar. Qual o critério para definir se, de mil reais para determinado ecônomo, para 70 mil reais por mês para outro determinado ecônomo? Como que se afere o limitar e a necessidade real para cada um desses ecônomos?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado, em primeiro lugar, a Presidência da República é uma repartição pública, V.Exa. sabe muito bem disso, enorme. Tem várias Secretarias, tem os Ministérios, Casa Civil, Secretaria-geral, tem a Secretaria de Portos, tem a Secretaria da Igualdade Racial, das Políticas para a mulher... Sem contar a Vice-Presidência e a própria Presidência da República, que tem assessoria, tem... É uma repartição de porte. E, evidentemente, esses limites que são atribuídos, dependem das necessidades. V.Exa. sabe que, quando o Presidente da República, por exemplo, faz um deslocamento, vai para uma viagem, foi ontem para o Estado da Senadora Marisa Serrano, que não compareceu lá--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E esteve em Ponta Porã, na fazenda Itamaraty.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: A Senadora não pôde comparecer lamentavelmente porque estava aqui na CPI, que era uma tarefa igualmente importante, mas, brincadeira à parte, esteve lá. Vai uma comitiva antes, Deputado. Tem um aparato de trabalho, que vai o pessoal... Outro dia estava o pessoal divulgando nome de ecônomo que viaja, que pilota o avião. Aí, nós fomos verificar por que é que o piloto leva tanto dinheiro? Porque ele chega num aeroporto, desce em Roma, por exemplo, pode descer, mas, se não pagar, não sobe, não sai do aeroporto. E também não tem esse negócio de cartão e nem cheque. Tem que ter dinheiro para pagar. Então--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): São critérios objetivos.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não sei quanto custa para pousar ou decolar em Roma ou em Paris, mas, com certeza, já não são despesas pequenas, são despesas de 400 reais.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Porque a minha única preocupação é que ficasse na subjetividade do ecônomo. Se tem critérios objetivos, era essa a resposta--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não, critérios objetivos, de acordo com a necessidade.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Agradeço a V.Exa.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço também ao Deputado Sampaio. Fiquei sabendo agora, com as suas perguntas e resposta do Ministro por que é que o Reitor da UnB pagou com cartão, a fundação, móveis e decorações, que estavam no anexo do...

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Senadora, perdoa. Não duvido que tenha pago com o cartão porque a fundação que pagou é uma fundação de apoio da universidade, nem tem esses cartões nossos aí. Portanto, deve ter feito ou licitação ou algum outro mecanismo. Acho que nós podemos discutir o caráter... Mas, de forma nenhuma, foi com cartão porque eles não têm cartão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, mas, de qualquer forma, descobri que tem móvel e decoração e joalharia.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Presidente, pela ordem. 30 segundos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Manato. Já usou da palavra?

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Já usei. Só para falar com o Deputado Carlos Sampaio que, no acórdão do Tribunal de Contas 1783, no Plenário de 2004, ele diz aqui: "Evitar o fracionamento de despesas". Está aqui o acórdão.

[Troca de Presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu não estava aqui porque eu saí um pouco, o senhor foi o primeiro da primeira turma. Então, a palavra--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu pedi uma permuta ao Deputado--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A senhora se importa e os colegas, ele está inscrito no grande expediente hoje como orador, e como é difícil essa vaga, eu poderia trocar com ele? Trocar, não. Ceder.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ceder a vaga para o Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senhora Presidenta, primeiro registrar a presença aqui do Relator do Orçamento da União, Zé Pimentel, com alegria que participa conosco, cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, pela atuação. Foi um Deputado destacado nessa Casa, e hoje é um destacado Ministro do Governo Lula, e eu queria fazer um diálogo apenas. Eu não vou fazer pergunta, pelas razões aqui colocadas pelo Deputado Carlos Willian, que tenho grande expediente, mas eu queria fazer um diálogo. Uma questão... Não quero fazer diálogo, mas colocar algumas questões para o Deputado Carlos Sampaio refletir, para a gente discutir na quarta-feira. E pedir a atenção da Senadora Marisa Serrano.

Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. é Advogado, V.Exa. é Promotor, tem uma formação sólida. E V.Exa. diz que a CPI tem poderes judiciais, jurisdicionais. É verdade, a Constituição confere às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes jurisdicionais. Agora, cabe ao Parlamento utilizar os seus poderes jurisdicionais de maneira correta. E eu já vi o Parlamento exceder-se das suas competências. Por exemplo, eu já vi o Parlamento impedir a presença de Advogado. É ilegal impedir a presença de Advogado. Eu já vi o Parlamento dar ordem de prisão para depoente que não quis depor, sendo que a Constituição garante o direito ao silêncio. A questão da quebra do sigilo, embora esteja no âmbito dos poderes jurisdicionais, há que haver fundamento, e o fundamento há que haver nos fatos.

Portanto, nenhum Juiz quebra o sigilo de ninguém se não houver fundamento. Se não houver indícios, se não houver problemas. Portanto, os poderes jurisdicionais têm que ser usados nos limites estritos da lei, e V.Exa. sabe porque V.Exa. é Promotor de Justiça, e V.Exa. deve ter pedido quebra de sigilo, que não foi concedida. Mas outros de seus colegas já devem ter feito. Portanto, esse debate deve ser feito porque esse debate não é passe-me o sigilo, e V.Exa. sabe também que é difícil haver vazamento no Poder Judiciário. Portanto, esse debate nós vamos fazê-lo em hora certa. Quero fazê-lo na quarta-feira.

Um outro debate que V.Exa. vem fazendo diz respeito às recomendações do TCU. Eu fui gestor público, fui Secretário de Habitação de São Paulo, nós éramos colegas, quando Deputados, e exerci o cargo de secretário de habitação na cidade de São Paulo, na então gestão da Prefeita Marta Suplicy. Os tribunais fazem recomendação, e as recomendações devem ser aceitas e implementadas. Agora, se houver fato superveniente, elas não serão implementadas. Por exemplo, houve os jogos Pan-Americanos no ano passado, houve o censo do IBGE, e, portanto, V.Exa. rapidamente dá um salto, dizendo: "há possibilidade de enquadramento na lei de improbidade" V.Exa., já fui gestor público e nunca vi na minha vida uma recomendação do TCU, do TCE ou dos TCMs, que não foram implementada, resultar em improbidade administrativa. Não. Resultam em improbidade administrativa atos que contrariem leis específicas sobre gestão de orçamento, gestão pública, como está aqui o Deputado Zé Pimentel, o próprio Ministro conhece.

Então, eu queria deixar essas reflexões porque eu quero discutir com a oposição uma boa continuidade dessa CPI. Porém, eu não posso aceitar argumentos, e seus argumentos sempre são argumentos sólidos, mas esses dois argumentos eu gostaria de debater com mais profundidade porque eu não quero ver essa CPI se transformar num palco de uma decepção pública porque não cumprimos as nossas tarefas. E são dois parâmetros que quero discutir com V.Exa., tendo em vista a continuidade dos trabalhos dessa CPI.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se V.Exa. permite, rapidamente, primeiro, nem é necessidade, volto a dizer, nem me senti ofendido, em hipótese alguma, não é pelo fato de ter sido citado, é para contribuir nessa linha de que possamos investigar. Primeiro, Deputado Paulo Teixeira, penso, como V.Exa., muitos aqui se intitulam, em outras CPIs, não nessa, se intitulam juízes porque, de fato, poderes jurisdicionais têm, mas se esquecem de ter a postura de magistrado. E, portanto, muitas vezes, achincalham testemunhas, passam por cima de direitos constitucionais; nunca foi o meu perfil e jamais será. Portanto, concordo com V.Exa. que até mesmo qualquer pedido de quebra, como já vi muitos dizendo, que solicitam a quebra de sigilo, tendo em vista notícia veiculada... Isso não é fundamento para quebra de sigilo. Ou existe fato concreto, determinado e muito bem fundamentado ou não tem sentido a quebra. Fiz 20 requerimentos, todos eles fundamentados em fatos. Em nenhum deles pedi a quebra. Então, a minha preocupação com o sigilo, que eu pedi, por requisição dessa CPI, que fosse transferido o sigilo para compartilhamento de análise junto com o órgão que a detêm. Tal a preocupação. Porque, se eu requeiro a quebra, e é aprovado, se torna público o fato de pronto, porque está quebrado o sigilo. Diferente da requisição de transferência, aon-

de este órgão, em conjunto com outro, na forma que a Presidência deliberar, poderá analisar na forma que a Presidência deliberar. E analisar, trazendo para cá uma Comissão, indo até lá, enfim, é a transferência para fim de análise.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. sabe, Deputado, V.Exa. sabe que... V.Exa. agora construiu uma figura de linguagem. Por quê? Porque--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Qual delas?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. agora acabou de dizer o seguinte: "Transfiram-me os dados", como se isso, eventualmente, não pudesse ser sinônimo de quebra de sigilo-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, o que eu quero dizer com V.Exa.? E esse debate temos que fazer--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Acho que está sendo interessante, senhora Presidente, que é uma antecipação do debate de quarta-feira, que eu acho importante. Há muita diferença, Deputado. Quero dizer a V.Exa. o seguinte, apenas para concluir, quando se quebra, se torna público de pronto. Vazamentos existem, mas, vir para cá a requisição de transferência, "vazaram alguns dados", é diferente de quebrar onde, lá, o dado já passa a ser público, passa a ser disponibilizado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só para concluir-—

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo e Deputado Carlos Sampaio, o Ministro está aqui, e temos que aproveitar para que ele possa responder às perguntas de interesse de todos. Eu tenho certeza que deve ter Deputados aqui, Senador Nery, que querem fazer perguntas para o Sr. Ministro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só para concluir-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado Paulo-

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E só alegar ao Deputado Carlos Sampaio, que nenhum Promotor de Justiça pede ao Banco Central informações, que não seja por meio de quebra de sigilo, mesmo que ele os tenha exclusivamente, mas o mecanismo é de quebra de sigilo. V.Exa. não pede ao Banco Central acesso ao banco de dados sem ter esse mecanismo, assim como V.Exa. não faz com os registros telefônicos, e assim como V.Exa. não faz com dados do tipo de computador. Então--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, eu não gostaria... Então, eu gostaria aqui agradecer ao Deputado Paulo, e gostaria de fazer uma informação também ao Deputado Paulo e a todos os Deputados, que essa CPMI vai continuar se nós tivermos as informações necessárias para podermos trabalhar acerca delas. E quarta-feira nós vamos fazer a votação, a discussão e a votação dos requerimentos de informação. Se nós tivermos elementos para continuar trabalhando, elementos que são próprios de uma CPMI, e aí é só acompanhar e saber o que é CPMI, vários dos senhores aqui participaram dela, saber que há uma possibilidade real de nós termos todos, todas as informações que nós precisarmos para tocar essa CPI, nós vamos continuar formando e trabalhando com ela. Eu quero dizer ao Deputado Paulo que acabou de dizer que quer que essa CPI seja séria e que continue, nós estamos lutando para que ela seja séria e continue para dar uma resposta à sociedade brasileira, que ela tem o direito de saber, e os indícios que nós vimos através da imprensa, através do Portal da Transparência, através das informações do TCU, são suficientes, tanto que foi aberta esta CPMI.

Portanto, se foi aberta essa CPMI, e esse Congresso aqui é sério, tanto que nós estamos aqui trabalhando com seriedade, é para que nós possamos fazer o nosso trabalho. Portanto, nós estamos aqui legitimamente investidos na tarefa de poder investigar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, pela ordem. Senhora Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, a partir daí, o Deputado Maurício--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se for pela ordem...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É sobre o assunto que a senhora tratou. Eu não vou discutir com Deputado nenhum. É de interesse nosso. É porque terça-feira o General não vai poder vir. Então... É de interesse nosso, calma, vamos nos acalmar. O General não vem na terça-feira, e a senhora não poderia, então--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não recebi nenhuma... Nenhum ofício, nenhuma comunicação ainda. Eu só vou informar se eu receber algo oficial.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas se a senhora receber hoje, a senhora poderia fazer na terça-feira essa Reunião nossa para discutir os requerimentos?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Quarta-feira ela está marcada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E terça-feira não vamos fazer nada?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não sei, eu não recebi ainda informação oficial-

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu vou fazer alguma coisa. Nada... Eu tenho serviço para fazer. Eu tenho trabalho.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sou eu, senhora Presidente, de novo, eu cedi a minha vez para ele, mas a minha vez...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sem problema, senhora Presidente. Maurício, dessa vez--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É que foi trocada e...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, eu só gostaria de dizer e esclarecer, no meu entendimento, que é a quarta CPI, das últimas quatro que houve neste Congresso Nacional, e eu participei, não existe possibilidade dessa CPI acabar. Ela vai acabar no seu prazo regimental. Eu já ouvi o Deputado Carlos Sampaio dizer que talvez ela não vá continuar, já ouvi o Senador dizer... Agora, então, me desculpa, agora eu vi a Presidente dizendo também aí que essa CPI deva continuar... Essa CPI vai continuar. E vou dizer uma outra coisa, se a oposição quiser se retirar, nós vamos sentir falta desses calorosos debates. Mas, com certeza, eu não vou dizer que não vai fazer falta não, mas nós vamos continuar até o fim. Nós vamos investigar, vamos buscar responsáveis, vamos penalizar os responsáveis, vamos aprofundar, fazer aprofundamento das investigações e, acima de tudo, Ministro, vamos colaborar com a nova Legislação, porque erro tem em todos os lugares. Ainda mais quando se trata do ser humano. É muito complicado. E são vários cartões corporativos; o funcionalismo público é muito grande. Portanto, é lógico que tem que ter erro, é lógico que tem que haver desvios. Agora, pelo que eu estou vendo até agora, que a oposição pretende pegar bagre grande, não está conseguindo, não. Se conseguir alguma coisa, o Governo já tomou providência. O Deputado Carlos... Olha, a senhora achou graça, olha para senhora ver se a senhora concorda comigo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe. É o cansaço já. Involuntariamente achei graça da sua expressão. Eu estou rindo de cansada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Para senhora ter uma idéia, eu achei a risada da senhora bastante salutar porque quebra um pouco esse clima, essa simpatia da senhora. Agora, não sei se a senhora vai continuar sorrindo porque eu disse que o Governo tomou providências. Veja só, o Deputado Carlos Sampaio disse ao Ministro que pode comprar até em shopping ou até em galeria, em shopping etc. Se pode comprar até, deve ser para o Deputado Carlos Sampaio. Porque, para o Governo, não.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deixa eu concluir. Veja só. Porque, nesse Governo, não pode não. Porque quem fez isso, a Ministra Matilde, ela teve que devolver os recursos, foi exonerada, e vai vir a essa CPI.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Porque a imprensa descobriu.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Se pudesse... Meu irmão, se não descobrir não tem jeito. Se não descobrir...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se não descobrir fica tudo em casa. Tranqüilo...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É lógico. Olha aqui, veja só, Deputado Carlos Sampaio, V.Exa. é um Promotor. Se o senhor não descobrir um criminoso, o senhor vai poder prender alguém? Não pode. Só pode prender quem for descoberto. O que é oculto não pode ser descoberto. Então, senhora Presidente, na verdade, neste Governo, não pode comprar. Tanto, que a Ministra foi demitida e teve que devolver aos cofres públicos.

Bom, o meu tempo já está até exaurindo, queria parabenizar o Ministro pelo brilhante trabalho que vem exercendo no Ministério do Planejamento, saiu dessa Casa, é um colega nosso, não é fácil, nós sabemos, um Governo dessa dimensão do Governo Lula, um Governo que fez os maiores investimentos na área social, um dos maiores investimentos na área rodoviária, um Governo que está mudando a face desse país, não deve ser fácil realmente planejar este Governo. V.Exa. está de parabéns.

E, quanto ao cartão corporativo, nós vamos realmente ajudar V.Exa. com algumas orientações, com alguma Legislação pertinente ao caso. Agora, eu gostaria de saber de V.Exa., como é que é feito o controle das despesas de suprimento de fundos? Primeira pergunta. Segunda. Por que, dentro do que o senhor já disse, por que é que o almoxarifado não pode prever a necessidade para poder licitar? Porque senão fica mui-

to fácil. Tudo é cartão corporativo, cartão corporativo... Cartão corporativo tem que ter exceções. Não podem ser coisas previsíveis, ser compradas com cartão corporativo. Quais materiais de consumo adquiridos que poderiam ser licitados?

E, por fim, Ministro, nós podemos concluir que os mecanismos de suprimento de fundos estão presentes em toda a Administração Pública? Ou seja, isso também ocorre em Estado e Município? Porque se isso ocorrer em Estado e Município, é mais um motivo da responsabilidade dessa Comissão Parlamentar de Inquérito para nós aprofundarmos e trazermos uma nova Legislação extensiva também a Estados e Municípios. Muito obrigado, senhora Presidente.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Nobre Deputado Carlos Willian, primeiro muito obrigado pelas suas palavras. Olha, o controle, ele é feito... Quando o servidor, depois de utilizar, seja na conta tipo B, seja no cartão, e fazer o gasto, ele tem 30 dias para fazer a prestação de contas. Evidentemente acrescentar a nota fiscal, a justificativa do gasto, e esse gasto é aferido por outro servidor que tenha responsabilidade de verificar se está conforme, se autoriza, antes que a fatura seja debitada na conta do Governo. Portanto, em muitos casos, pode haver a exclusão e a supressão dessas despesas, que não iriam, portanto, ser debitada na conta do tesouro.

Que tipo de gasto, V.Exa. pergunta que tipo de gasto, por que é que não tem no almoxarifado. Primeiro, como regra geral, nós procuramos fazer as nossas compras com previsão, com planejamento, com almoxarifado, com licitação... Então, digamos, você sabe que vai precisar de copinho plástico ou de papel ofício, ou vai precisar de canetas, evidentemente teria que fazer um processo licitatório, e fazer um estoque, uma quantidade não muito grande, porque o bem pode deteriorar, ficar vencido. Mas, por exemplo, você precisa fazer cópia de uma planta de um prédio. Ninguém vai ter isso guardado lá. Você vai ter que fazer. Nem vai licitar também. Então, tem que mandar fazer num lugar um mapa, que tenha que ser confeccionado. Então, você faz, manda fazer isso e paga. É uma despesa eventual. Uma fonte. Estava dizendo, essas lâmpadas, esses equipamentos elétricos, você não guarda isso em estoque porque normalmente dura um ano, um ano e meio. Quando estraga, você vai lá e faz a compra. Seria antieconômico fazer uma compra e deixar isso estocado. Às vezes, até mesmo uma lâmpada florescente. Tem repartições nossas que nós contratamos empresas que cuidam disso. Então, você vai lá, faz e não tem esse problema. Mas outras repartições, as pequenas principalmente, não compensa ter um contrato desses, então você tem comprar na hora. Deu um problema no sistema hidráulico, deu um vazamento, ficou a parede manchada lá, com uma filtração. Você primeiro tem que consertar o problema hidráulico, depois, tem que reparar a parede. Quer dizer, nada disso é previsível, você não tem como saber que vai acontecer com antecedência, e também não vai fazer uma licitação depois. Então, esse tipo de gastos... Tem outros, passagem de ônibus, táxi, correio, e várias outras despesas que você tem que fazer, normalmente em dinheiro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sou eu mesmo, senhora Presidente? Está no horário? Ministro, quero agradecer a sua presença aqui, nosso companheiro, com muita honra, durante muitos anos, logo, logo vai voltar a essa Casa, se Deus quiser. Ministro, para evitar esses questionamentos, essas desconfianças, essas dúvidas, o senhor não acha que seria o caso de incluir na internet as justificativas para os gastos e a natureza do gasto? O senhor não acha que seria o ideal já que se fez esse Portal da Transparência, que para mim é um espetáculo, realmente, falei para o Ministro Jorge Hage aqui hoje, o senhor não acha que seria uma coisa complementar par ficar... Claro, tem que preservar esses gastos sigilosos, que o Ministro Félix vem aqui para nos explicar o porquê... Enfim, vamos aqui ouvi-lo. Mas esses gastos aí, para não ficar essa história de joalharia, entrar numa padaria para comprar, o Ministro Jorge trouxe um catatau de furos da imprensa, segundo ele, de entrar na padaria, panificadora, na verdade, entrou na panificadora para comprar produtos de limpeza. Eu nunca entrei numa panificadora para comprar ou mandar alguém comprar produtos de limpeza. Produtos de limpeza a gente manda num supermercado. Numa panificadora. Mas enfim, não sei o motivo da compra. Mas, para evitar esse tipo de problema, como ele citou hoje aqui o caso dos seios... Uma clínica de estética, de consertar seio, não sei o que foi que houve, que, na verdade, era devolução de uma arma. Se estivesse na internet colocado direitinho lá, acho que evitariam esses erros grosseiros, segundo o Ministro. Ministro... O Deputado Carlos, que é-

[soa a campainha]

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, eu queria ouvir. Porque o senhor deu uma declaração, o senhor deu uma declaração para a imprensa, em que reconheceu que o Governo falhou ao colocar na internet, divulgar, esses dados, essas informações na internet, sem a fiscalização e sem fiscalizar essas informações expostas. Por isso que eu queria lhe ouvir

rapidamente, eu queria só que o senhor... O senhor já foi Deputado, sabe como é o nosso tempo aqui, para que eu possa fazer ainda alguns questionamentos.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Nobre Deputado Vic Pires, bom, primeiro lugar, considero que a cobrança de V.Exa. é totalmente pertinente. Por que é que o nosso sistema não tem o item que foi comprado ou não tem a justificativa? Porque nós montamos esse Portal da Transparência com os dados que nos são remetidos pelo banco. Então, nós fazemos a despesa com o cartão e o banco manda para nós a fatura impressa para ser conferida e manda também em meio eletrônico essa fatura, com detalhamentos que eles têm, e nós colocamos diretamente no portal. Isso ficou muito otimizado, é muito fácil fazer esse portal dessa forma. Como é que funciona a fatura? V.Exa. tem cartão de crédito. Quando nós fazemos uma compra, não vem o item. A fatura não discrimina o que foi comprado. Ela diz que o senhor foi a uma loja de roupa. Pode ter comprado um par de meias, uma gravata, uma camisa... Cinco ternos... Aparece o fornecedor, a razão social e, muitas vezes, essa razão social dá confusão, porque, às vezes, a razão social é uma coisa completamente diferente do que aparece no nome fantasia lá. A gente sabe de histórias que já teve surpresas desagradáveis com essa história. Aparece a fatura lá e você não consegue saber direito o que era aquilo.

Então, veja bem, nós estamos trabalhando para fazer modificação no nosso sistema e trabalhando junto ao banco para acrescentar elementos como esses que V.Exa. está cobrando, justificativa do gasto e natureza, o item que foi comprado. Há outra--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas, Ministro, está se caminhando para isso?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Estamos trabalhando nisso. E acho, Deputado, que uma coisa que nós poderíamos fazer seria fazer uma nova lei, trabalhando essa questão do suprimento de fundos. Repito, o cartão precisa de aperfeiçoamento, mas ele caminha para modernizar o sistema cada vez mais. O outro sistema vem da década de 40, da década de 50, transparência nenhuma.

Então, e alguém falou, não sei se foi o Deputado Carlos Willian, que esse sistema de suprimento de fundos é usado nos Municípios, nos Estados, nas nossas repartições. Acho que poderíamos fazer uma nova lei, garantindo e exigindo transparência nesse tipo de gasto e, de fato, são itens pequenos, mas, quando vai ver, no fim do ano, tem um valor enorme.

Com relação à declaração, na verdade, eu fiz... Eu contei uma coisa que foi cobrada pelo Presidente Lula, isso não fui eu que falei. O Presidente, numa das reuniões, ponderou que o Portal da Transparência é muito bom, mas que o próprio Governo devia ter um sistema de amostragem para verificar, olhar no portal, porque, como nós simplesmente pegamos as informações que são do banco e transportamos para o portal, devia ter um sistema de amostragem para verificar, e acho que temos condição de fazer isso. Verificar o que tem ali que... E ver se tem problema, se nós precisamos consertar. Mas eu quero, encerrando, concordar com os termos do questionamento de V.Exa.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Ministro Jorge Hage veio hoje aqui, e o senhor ainda há pouco abordou esse assunto, é interessante, os Ministros, hoje em dia, eles usam os cartões corporativos. Mas, alguns anos atrás, os Ministros usavam a ajuda de custo. Eu queria ouvir do senhor. O senhor é a favorável a quê? Ao cartão corporativo ou à ajuda de custo para o Ministro? Porque o Ministro, hoje, ele pode viajar com o cartão corporativo e se ele vai a um restaurante, num hotel cinco estrelas e, no outro dia, aparece que ele foi ao Copacabana Palace. E, aí, vira escândalo nacional. Com ajuda de custo, ele recebe aquela ajuda de custo fixa, se quiser ir para um hotel de uma estrela, ele vai e paga com a ajuda de custo. Se quiser ir para o Copacabana Palace, ele paga do bolso dele a diferença e não existe nenhum tipo de problema, já é um problema dele. Então, eu queria ouvir um pouquinho o senhor, o que o senhor acha disso, até porque hoje ele veio aqui e disse que está sendo feito um Decreto, no sentido de voltar ao passado; os Ministros passarão novamente a ter o uso do... Da ajuda de custo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Na verdade, é a figura da diária.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Desculpa, Ministro. É a diária. Eu não estou muito acostumado--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Isso deixou de existir no começo da década de 90. Então, quando os nossos servidores viajam, eles recebem a diária pelo período de deslocamento. No caso dos Ministros, não há diária. E eu quero confessar que eu tenho sido defensor desse sistema, de manter como está. Mas, de fato, a conversa dentro do Governo evoluiu, o Ministro Jorge Hage tem falado a favor de instituir uma diária; a grande vantagem, e ele tem razão, é que nós eliminaríamos uma série de controles, uma série de burocracia. Veja bem, no ano passado, quando começou essa polêmica sobre os cartões, eu fui verificar, no ano passado, eu fiz 37 viagens a serviço. E gastamos R$4.900,00, nessas viagens todas. Eu fui ver a--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Nas 37 viagens?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Nas 37 viagens, R$4.900,00.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor ficou em casa de amigo, então?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não. Fui na casa de amigo, mas não me hospedei, não. De fato, tem viagem que você vai e volta... Enfim. Mas fui ver, Senadora Marisa, a prestação de contas é um calhamaço assim, das diárias.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Evitaria isso.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Olha o tamanho do processo da prestação de contas--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Aí, estão os quatro mil e tantos reais? Então, o senhor já viu realmente que seria muito melhor a diária.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Eu estava dizendo para a Senadora Marisa, eu recebi o primeiro Requerimento da CPI, eu recebi o primeiro Requerimento, acho que vamos ter que mandar umas carretas de papel aqui copiado. É tudo desse jeito. Então, esse... Acho que a melhor alternativa, de fato, é regulamentar. Por conta dessa discussão, fizemos o estudo para saber quanto que é pago de diária no Congresso, no Judiciário, e estamos levando para o Presidente, com esses subsídios todos, uma proposta de pagar em torno de 400, 450 reais de diária para o Ministro, quando ele viajar. É isso está sendo debatido e deve ter sido o que o Ministro Jorge Hage disse aqui.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Com certeza foi isso. Muito obrigado. A última-

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É a última pergunta?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, o Decreto 5.355, de 25 de janeiro de 2005, do Presidente Lula, que dispõe sobre as compras de materiais e serviços mediante utilização do cartão de crédito corporativo, afirma que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá instituir normas complementares para o cumprimento desse Decreto. Entretanto, a regulamentação feita é menos restritiva que o próprio Decreto, pois, em nenhum momento, excepcionaliza os saques. A responsabilidade, portanto, dessa confusão dos cartões e dos saques em dinheiro, cabe também ao Ministério do Planejamento. Uma expressão que foi realizada pelo Tribunal de Contas da União, em 2004, é o acórdão 1783, não sei se V.Exa. tem aí, de 2004, destacou que a realização de saques com cartão deve ser excepcional, devidamente justificada. O acórdão determina mais: "Regulamentar de um modo mais incisivo o caráter excepcional da realização dos saques com o cartão corporativo". Isso foi em 2004. Tal documento foi remetido para o Ministério do Planejamento em 2004. O senhor não era Ministro ainda. O senhor assumiu em 2005, início de 2005. Não é isso? Curiosamente, o seu Ministério publicou uma portaria em 04/03/05, pouco tempo antes da sua posse. Que, no seu art. 4º, §1º, permite saques em dinheiro vivo, diretamente a débito da conta do Tesouro. Nessa Portaria, em nenhum momento, usa o termo excepcional. Depois desse fato, os saques em dinheiro viraram um crescente. Eu queria que o senhor me dissesse o porquê disso, depois que o senhor assumiu, por que é que não houve essa excepcionalidade, porque a gente tem algumas informações aqui, por exemplo, uma rotina de funcionários, servidores do Ministério, que tiram valores nunca superiores a mil reais, várias vezes por dia. Todos os dias. Essa informação foi da assessoria do meu partido. Eu queria saber se o senhor tem alguma informação, se há um critério, uma fiscalização interna, independente da fiscalização que é feita pela Controladoria-Geral da União, para que seja organizado de uma forma padrão dentro do seu Ministério. Essa era a minha colocação, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Bem, Deputado Vic, primeiro, eu considero que o saque é uma anomalia. De fato, o saque, você usar o cartão só para saque, significa usar como se fosse uma conta tipo B. E a conta tipo B se caracterizava por isso. O servidor, no começo, recebia o suprimento, sacava, fazia um cheque, sacava lá na boca do caixa, punha o dinheiro num envelope dentro da gaveta e ficava fazendo. Ou, então depositava na sua conta também, e ia pagando, depois tem que prestar conta. Mas ele acabava fazendo isso.

Então, veja bem, o saque, ele tem que ser uma exceção. Como é que V.Exa. pergunta: Por que é que um servidor faria... Se ele vai fazer saque, por que é que faria vários saques de mil reais? Eu fico pensando, talvez porque, se ele for, por exemplo, num terminal de saque automático, a máquina provavelmente vai ter um limite. Então, precisa de três mil, ele faz três saques. Deve ser isso. Agora, de fato, eu acho que nós temos que fazer... O que nós temos que fazer e está no Decreto que nós baixamos recentemente, é fazer uma limitação severa do saque. Acho que, daqui algum tempo, nós vamos ter condição de proibir saque, porque em qualquer lugar do interior, mesmo no seu Estado, as pequenas localidades vão ter cartão. A gente sabe que isso está acontecendo. Hoje está disseminando muito o uso do cartão e, cada vez mais, vamos ter facilidade de usar. Mas não é o caso ainda. Eu citei aqui correio.

Levei um susto. Por que é que correio não aceita cartão? Liguei para o Presidente do Correio, Deputado, ele falou que, de fato, nunca tiveram. Estamos fazendo um piloto agora, já temos 300 agências que aceitam cartão. Mas não aceitava, não existia. Então, esse mecanismo tem que evoluir. Acho que a melhor alternativa que nós deveríamos fazer é... E fizemos, já, no Governo Federal, acabar com a conta tipo B, proibir a abertura de conta tipo B, a conta fica no nome do servidor, acho que é muito mais difícil de controlar, e fazer migrar para o cartão e colocar, inclusive, quando for sacado, colocar na internet. Foi sacado, mas foi gasto e a nota foi apresentada para tal finalidade. Acho que é isso que nós estamos fazendo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Está se caminhando para isso. Senhora Presidente, eu encerro fazendo a minha réplica e gostaria de encerrar, perguntando ao Ministro, não posso deixar de perguntar, gostaria que o senhor fizesse, Ministro, algumas considerações sobre a tapioca. Por que é que foi tão... Foi publicada a história da tapioca. Queria a sua opinião sobre isso aí, porque hoje eu perguntei para o Ministro Jorge Hage, ele deu a resposta, não sei se o senhor acompanhou a resposta dele, mas eu não posso deixar de perguntar para o senhor e ouvir a sua resposta. O que é que o senhor tem a dizer sobre essa despesa emergencial ou não da compra da tapioca? Obrigado, Sr. Ministro, e parabéns, mais uma vez, pelo seu--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Obrigado, Deputado. Acho que certamente foi uma expressão que fez muito sucesso, porque eu tenho recebido muita cobrança sobre isso, sei que V.Exa. cobrou também o Ministro Jorge Hage. Eu quero dizer que não tenho nenhum preconceito contra tapioca. Acho que hoje aqui foi falado até em preconceito. Outro dia, eu estava conversando com o Jorge Hage, e ele falou: "Veja o caso do Orlando, se ele tivesse gastado com a tapioca em São Paulo, poderia. Não poderia aqui eram Brasília". "Mas também, comer uma tapioca em São Paulo, tapioca de paulista deve ser muito ruim. Não valeria a pena".

Então, quero dizer o seguinte, o que eu quis colocar naquela frase é o seguinte, nós estamos aqui discutindo pequenas despesas. Se nós nos perdermos isso, vamos começar a discutir um borracheiro que consertou o pneu, que foi furado ou cortado; nós vamos estar discutindo a lavanderia que lavou a toalha e cobrou não sei quanto. Acho que o grande debate é esse que está se fazendo. Como é que nós podemos melhorar a qualidade do gasto público? Eu acho que essas colocações-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: --Que V.Exa. fez, com certeza, nos conduzem a um bom caminho. Como é que nós podemos melhorar, regulamentar de forma mais rígida e, ao mesmo tempo, mais transparente? É isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Deputado Maurício Quintella e após, ao Senador José Nery.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Excelentíssima Presidente dessa CPMI, Senadora Marisa Serrano, nobre Relator, Ministro Paulo Bernardo, Dr. João Bernardes, dizer que é uma honra tê-lo aqui nessa CPMI, e dizer, Ministro, que hoje, após quase seis horas de oitivas, eu posso dizer que nós tivemos uma... Um dia extremamente enriquecedor para essa CPMI. Acho que, tanto a exposição do Ministro Jorge Hage, quanto de V.Exa. foram complementares e extremamente didáticas. Acho que todos os Parlamentares podem hoje sair daqui se dizendo Phd em contas de suprimento de fundos, seja do tipo B, seja de cartão corporativo.

A minha pergunta a V.Exa., acho que a gente tem que buscar aqui o resultado que se espera dessa CPI, um novo marco legal para uso do cartão corporativo, acho que essa CPI não pode se perder na miudeza. E foi constatado que o maior problema dessa... Dos gastos com cartão corporativo é o saque. O saque é praticamente equipara o cartão, que é instrumento muito mais moderno, célere, ágil, transparente, à famigerada antiga conta tipo B, que já não permite o mesmo controle. Pelo menos, não permite o controle *pari passu* do gasto público. Você pode fazer depois, por auditoria e por amostragem, e, quando vai para o Governo Federal, que é imenso, a gente realmente não tem a transparência com o cartão tipo B.

Quando nós verificamos, o senhor, no começo, disse que nós não tínhamos noção de quanto se sacava com os cartões corporativos. Mas a Controladoria hoje nos trouxe esse dado. O cartão, apenas o IBGE, teve gasto superior a 30% dos seus gastos com saque. Depois, vem a ABIN, com 20%; o INCRA com quatro, e outros órgãos, a média foi 19%. Quer dizer, os dois problemas são o saque e o outro também, a nebulosidade da antiga norma, que permitia ao ecônomo ou ao Ministro ter dúvida se podia ou não podia fazer aquele tipo de gasto. Como, por exemplo, está aqui, para o fim de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência... Que natureza? É preciso que a gente tenha isso com muito mais clareza.

No Decreto novo, me parece que isso não foi corrigido. Até me parece que isso foi agravado. Quando o Decreto traz que, aqui no seu parágrafo 5º, que as

despesas com suprimento de fundos serão efetivadas por meio do cartão de pagamento do Governo Federal, inciso II, decorrente de situação específica do órgão ou entidade, nos termos autorizados em portaria pelo Ministério... Pelo Ministro de Estado competente e nunca superior a 30% no total da despesa anual do órgão. Ou seja, vamos continuar com ecônomos ou pessoas gastando 100% e com pessoas gastando 0%. Quer dizer, me parece que essa norma aqui, ela é absolutamente equivocada. Você poderia ter isso em decorrência da natureza do órgão, por exemplo, IBGE, Meio Ambiente, que vai fazer vistoria, enfim, em locais no país que você não tem a facilidade de passar o cartão, tem que tirar dinheiro mesmo. Então, eu queria saber de V.Exa. por que isso veio redigido dessa forma e se não é a manutenção do sistema atualmente vigente, que não deu certo.

Uma outra questão, aí vem a nebulosidade vem aqui, o poder discricionário que cada Ministro vai ter, que me parece muito perigoso. Parágrafo Único: "Ato conjunto dos Ministérios de Estado, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda poderá autorizar a utilização do CPGF – cartão de pagamento do Governo Federal – como forma de pagamento de outras despesas. Que outras despesas são essas? Quer dizer, me parece um dispositivo absolutamente genérico e perigoso. Então, seriam essas as minhas duas primeiras perguntas.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Deputado Maurício Quintella, V.Exa. tem toda razão. Veja bem, a dificuldade que tem de colocar explicitamente na lei ou num Decreto quais são os itens que podem ser objeto de compra por cartão, é que se eu quiser colocar todos aqueles que a memória permite, "vamos colocar para depois não ter problema", porque, se eu não coloquei na lei e não está permitido, não vai poder comprar. Então, eu ponho uma coisa muito específica, estou arriscado a fazer uma relação quilométrica de itens que poderiam ser comprados. Então, normalmente você faz a Legislação com um pouco mais flexibilidade.

Mas eu acho que essa ponderação que V.Exa. faz, sobre a generalidade, talvez o fato de que o Decreto deixa de forma muito ampla, acho que merece uma análise, e eu me comprometo a fazer isso. O que está dizendo aí é o seguinte, que nós podemos depois detalhar, em portaria, que tipo de itens podem ser gastos. No caso do saque, não. No caso do saque, cada Ministro tem a responsabilidade de controlar os seus gastos e, excepcionalmente, autorizar saques até 30%. Excepcionalmente. Tem que ter justificativa para isso.

Então, o planejamento não precisa fazer isso. Cada Ministro vai fazer, nós, inclusive, fizemos, nesses dias, a autorização para que o IBGE fizesse saque até 30%. E também no caso da Secretaria de Patrimônio da União, 20%. A Secretaria de Patrimônio da União tem muito também despesas cartorárias, coisas que você normalmente paga em dinheiro. Mas eu considero importantes observações que V.Exa. fez e nós vamos ver como é que nós podemos aperfeiçoar essa normativa.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu não tenho a menor dúvida, Ministro, que foram justamente essas abrangências que levaram a ecônomos e Ministros a cometerem, talvez, deslizes que foram denunciados e foram a causa dessa CPI. Eu não tenho a menor dúvida. Mas, hoje, eu acho que todo mundo aqui está satisfeito pelo que foi exposto. O Ministro Jorge Hage trouxe para essa CPI, demonstrou que o Governo Federal está absolutamente preparado para fazer o controle do gasto e da fiscalização. Se não tem total, tem amplo controle sobre o que está sendo... Como estão sendo gastos os recursos públicos através do cartão corporativo. Acho que desmontou aquela imagem inicial que nós Parlamentares tínhamos, que a opinião pública também teve, que eu dão tenho dúvida que induziu a erro o nobre Parlamentar, o Deputado Carlos Sampaio, quando da proposição dessa CPMI, concordo com V.Exa., agora me parece que é uma CPMI que vai permear o campo da miudeza. Parece-me que a oposição também já percebeu isso. Tanto percebeu que poucos Deputados e Senadores da oposição permaneceram aqui ontem e hoje nessa CPMI. Acho que a oposição, depois do que ficou colocado hoje, procura se organizar para criar aqui, na discussão do sigilo, um grande factóide, acusando essa CPMI de estar praticando uma farsa e de não querer investigar.

Quero aqui dizer a V.Exa. que, para encerrar, discordo absolutamente, por exemplo, da opinião da Presidente da CPMI, da opinião do Senador Alvaro Dias, quando dizem que, se não fizermos a investigação nas contas sigilosas, essa CPMI realmente se caracterizaria como uma fraude. Há o sigilo-

[soa a campainha].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, o sigilo das contas da instituição Presidência da República e dos setores de inteligência do país, eles não estão garantidos, não estão disciplinados por essa lei aqui não. Eles estão tutelados pela Constituição do Brasil. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, essa semana foi, semana passada, foi provocado, pedida a quebra... Houve pedido do PPS, parece que o DEM, sobre o sigilo desses dados e o Tribunal, de forma liminar, através do pronunciamento

de dois Ministros, o Ministro Lewandowski e Ministro Celso de Mello, em seu voto, dizem taxativamente que essa publicidade não é absoluta.

Então, essa discussão vai se dar aqui no campo do Direito Constitucional, vamos ter que respeitar as opiniões dos diversos Parlamentares e se essa CPMI resolver, terça-feira ou quarta-feira, que esses sigilos não devem ser quebrados ou transferidos, nós deveremos continuar investigando aquilo que deve ser investigado e encaminharmos, nobre Presidente, para auxiliar o Governo Federal na definição de um novo marco legal, que não permita esse tipo de subjetividade nesses gastos, para que a gente não tenha factóides aí criados, como dos 102 casos denunciados pela imprensa, que nós verificamos aqui, dos 102 casos denunciados pela imprensa, aliás, foram denunciados muito mais, mas, dos 102 já investigados pela CGU, apenas quatro continham erros incorrigíveis, irreversíveis. O resto não, é perfeitamente, já apurados, e não demonstraram nenhum tipo de problema.

Portanto acredito sim que essa CPI será a CPI da miudeza, da tapioca, do bichinho de pelúcia. Eu não tenho a menor dúvida. Não, obviamente pelo seu fato gerador, mas pelo que a gente conseguiu constatar aqui. Parece-me que o Governo está cuidando muito bem do dinheiro público, tem o Portal da Transparência, e só por conta desse portal é que nós estamos aqui hoje reunidos. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero agradecer as palavras do Deputado Maurício, mas quero dizer, se V.Exa. acha que essa vai ser a CPI da miudeza, da tapioca, do bichinho de pelúcia, acho que, aí, tem toda razão o Senador Alvaro Dias. Está na hora de acabar com essa CPMI, porque eu não estou aqui para fazer, trabalhar do jeito que estamos trabalhando, com a responsabilidade que nós temos, para brincar aqui de fazer CPMI de bichinho de pelúcia. Não estou aqui para isso, Deputado. Tenho uma vida muito séria de trabalho, para estar aqui brincando de fazer CPMI. Não brinco. E não admito que se fale em factóides. Estamos aqui porque tem uma CPMI, e a nossa Casa, o Congresso, a Câmara dos Deputados é uma instituição de respeito, nós estamos lutando para que ela permaneça de pé, para que tenhamos a democracia vigente nesse país e, portanto, não posso admitir que, quando se aceita uma CPMI, pelos nossos pares, por nós mesmos, ela seja chamada de factóide. Não é isso que nos levou a estar aqui.

Então, eu quero fazer essa ressalva porque, desde ontem, que... Faz dias que estou ouvindo isso. Se os próprios membros acham isso, Deputado, chegou a hora mesmo de tomar uma decisão. E, aí, não vem jogar para cima da oposição, dizer que a oposição que está achando; se o Governo acha que nós não temos legitimidade para investigar o que nós devemos investigar, então, está na hora de parar. Porque nós estamos aqui numa CPMI, que é uma Comissão de Investigação. Se nós não pudermos investigar, porque eu já ouvi aqui, de companheiros nossos, dizer que: "A senhora quer investigar o quê? É só olhar o Portal da transparência". Falei hoje e quero repetir. Se for para pegar os documentos que estão aí, que todos os Ministérios podem nos dar, que estão no Portal da Transparência, vou chamar os técnicos daqui do Senado, da Câmara, que talvez saibam um pouco mais do que nós sobre esse assunto, eles vão saber fazer muito mais uma análise do que nós mesmos. Não precisa de nós aqui. Nós estamos aqui para discutir tudo aquilo que é de importância para o Congresso Nacional. Eu quis fazer essa ressalva porque eu não admito mais que alguém fale aqui que nós estamos aqui brincando porque estou ouvindo isso há uma semana. E eu quero--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero passar a palavra para o Senador Nery.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): --Não é assim, a senhora é a Presidente, com todo o respeito, acho que está conduzindo da melhor forma possível, mas a senhora não pode--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se é o art. 14 que o senhor está exigindo, pode responder.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Por gentileza, primeiro eu quero dizer que me espanta a reação de V.Exa. porque esse fato foi colocado aqui, durante três dias, pela oposição o tempo inteiro. Senador Demóstenes Torres, Senador Alvaro Dias, Indio da Costa, Vic Pires, em alguns momentos--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Desculpe, Vic. Realmente, me parece, que V.Exa. não. Então, eu tenho o direito, como eu acho que o meu bloco também tem, talvez algumas pessoas pensem diferente, de colocar aqui o que eu acho. Quando eu falei de factóides, factóides foi que foi colocado pela imprensa aqui, como sendo supostos gastos ilegais do Governo. E o Ministro mostrou que eram factóides mesmo. Que não foi gasto... Que o Ministro não foi para a Choperia do Pingüim tomar Chopp. Ele foi lá, numa

agenda oficial, e é o restaurante mais freqüentado da cidade. Isso é um factóide. Dizer que a Marinha gastou numa joalharia; comprou uma bateria para um telefone celular, que o cartão prevê. Está previsto na lei. É um factóide também. Permita-me, mas eu acho que é um factóide. E digo à senhora sim, não acho que essa CPMI, ela foi criada para investigar gasto sigiloso do Governo Federal, da Presidência da República. Ela foi criada para investigar o cartão corporativo, os gastos do cartão corporativo no âmbito de toda a Administração, no atacado, nobre Presidente, V.Exa. me desculpe, mas V.Exa. falou como membro da oposição, e que também já está antecipando... Claro. Falou como membro da oposição. E eu respeito. Mas está antecipando que essa CPMI fracassará, porque nós não vamos entrar, nós não poderemos entrar no sigilo dos gastos da Presidência. Eu defendo que não entre. Vou defender. E acho que não é por isso que essa CPMI virá uma farsa. Acho apenas que ela perderá o objeto porque não tem objeto a ser investigado, pelo menos de relevância para o país. Essa é a opinião minha, como Parlamentar, e eu tenho todo o direito de exercer o meu mandato plenamente e de expressar isso.

Não tenho a menor dúvida do trabalho que V.Exa. tem feito. Está conduzindo a CPMI da melhor forma possível, é uma Senadora que merece todo o respeito, tem história dentro do Parlamento. Mas acho também que deve respeitar a opinião dos outros Parlamentares. Nós vamos chocar frontalmente. Isso é apenas uma prévia do que será o embate nessa Comissão na terça-feira. Mas aqui, já antecipando, quarta-feira--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exa. acabou de dizer que acha que não deveria existir essa CPMI?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não foi isso que eu disse. A senhora entendeu mal. Disse que a CPMI perderá o objeto porque o Governo é transparente. Está tudo no Portal da Transparência.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não precisa dela?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Acho que não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhora Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Srs. Deputados, quero cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo pela exposição que fez até aqui, respondendo aos questionamentos dos membros dessa CPMI. Mas eu queria, inicialmente, antes de fazer dois ou três questionamentos ao Ministro Paulo Bernardo, tecer aqui algumas considerações para, a meu ver, repor e colocar as questões no seu devido lugar.

Quando apareceram as denúncias de mau uso e desvio de recursos, provavelmente para objetivos pessoais, por membros do Governo, quando essas denúncias circularam na imprensa nacional, houve Parlamentares da oposição, especialmente do DEM, do PSDB, que antes governaram o país, houve a manifestação de que aquelas denúncias eram matéria para a instalação de uma CPI ou CPMI. Mas, a bem da verdade, quem propôs objetivamente a CPI, no primeiro dia da abertura dos trabalhos do Congresso, foi o líder do Governo, Senador Romero Jucá que, no processo de negociação que foi feito, acabou por se constituir uma CPMI, envolvendo a Câmara e o Senado e, a partir dali, se estabeleceu todo um confronto para definir inclusive o compartilhamento do comando, da direção da CPMI.

Então, é bom dizer-lhes isso para não parecer que a oposição, pelo menos parte dela, inicialmente falou da necessidade, e apoiamos evidentemente... Evidentemente, baseado nas denúncias, e que achávamos que, naquele momento, era importante, de fato, investigar os fatos que vieram a público. Mas eu queria compartilhar o sentimento daqueles que já se manifestaram aqui, em particular, principalmente a nossa Presidente, que tem chamado à atenção para os que aqui todo dia manifestam muita incredulidade quanto aos resultados dessa CPI. Primeiro, acusando que a CPI é uma farsa ou, como disse agora o Deputado Quintella, que disse, chamou de CPI da miudeza, eu creio que se a gente... Se o Congresso decidiu investigar fatos que foram amplamente denunciados e se esses fatos, por envolver a utilização de recurso público, mesmo que não sejam recursos envolvidos na corrupção de milhões ou bilhões, como ainda acontece nas licitações públicas das grandes obras, que beneficiam as grandes empresas, mas muitos dos apadrinhados desses grandes projetos, se fosse a corrupção que demonstra claramente o enriquecimento ilícito de muitos, inclusive de políticos, Parlamentares, membros do Executivo, então, evidentemente não se trata de montantes, naquele volume, que, na verdade, o Congresso, sim, precisaria investigar com muito maior precisão. No entanto, muitas vezes, tem se negado a fazê-lo.

Então, queria dizer que, mesmo envolvendo um volume de recursos bem inferior àqueles que estão vinculados com os grandes escândalos nacionais, que, na verdade, muitos ainda não foram apurados em sua profundidade, dizer da importância do papel desta CPI, que pode, evidentemente, investigar, encontrar responsáveis pelos desvios-

[soa a campainha].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --Apontados, mas nós não poderíamos, de antemão, nos colocar aqui diante da situação de que, ao não ter ou o processo de investigação até a sua conclusão, se eventualmente não aparecerem fatos novos, graves, nem por isso o papel da CPMI deveria ser diminuído ao ponto, de... Desculpe, com toda elegância que o senhor tem me tratado, mas queria dizer, Deputado Quintella, que não podemos chamá-la de CPI da miudeza porque envolvendo um único real do recurso público, desviado de forma ilegal, de forma qualquer que seja, não pode ser considerado menos relevante. Se o Congresso resolveu fazer a CPMI, devemos aqui tratar de cumprir as nossas atribuições. E, evidentemente, trabalhar, esse deve ser o grande objetivo, para, além da punição de quem eventualmente estiver envolvido, para, além disso, possamos, então, aprimorar os mecanismos da Legislação, os mecanismos de controle dos gastos públicos e, sem dúvida, só por isso, terá valido a pena.

Então, queria aqui demarcar com que os que tratam o tempo todo como uma CPI que já está fadada ao fracasso, no seu início. Mas ela está apenas começando. Lembremos de outras CPIs que começaram assim, de repente, apareceram fatos que deram uma outra conotação. Até espero, não é bom para o Brasil que todo dia estejamos a apurar fatos, crimes, desvios, isso depõe contra todos nós. Depõe contra o país, depõe contra a classe política, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que às vezes não apura, na extensão que deveria fazê-lo.

Então, estou fazendo aqui a defesa do que está sendo feito aqui, porque se houver denúncia de recursos, de má utilização, nem que fosse de um real, e para isso fosse considerado relevante, teríamos, então, que apurar. E me dou por satisfeito se, ao fina,l nós aprimorarmos esses mecanismos de controle do gasto público. E, evidentemente, apurar e identificar a responsabilidade de quem cometeu o delito, vamos denunciar ao Ministério Público Federal, para que sejam punidos na forma da lei.

Dito isso, eu queria perguntar e ouvir as considerações do Ministro Paulo Bernardo, em relação às condições do contrato para administração do cartão corporativo, se há taxa de adesão, de manutenção, anuidade... Qual é o recurso que possa ser utilizado para garantir esse contrato para a Administração do cartão corporativo?

E fazer também uma... Pedir uma informação de V.Exa., no sentido da punição do ordenador de despesas que tenham... Não tenham feito a prestação de contas, nos prazos estabelecidos, ou que, de alguma forma, tenha utilizado o cartão para transações fraudulentas, ou quando o cartão eventualmente tenha sido furtado ou roubado, perdido ou extraviado, como é que tem sido aplicado algum tipo de punição aos ordenadores de despesa quando nessas condições? E, considerando um certo consenso que existe entre nós, Parlamentares, e evidentemente manifestada pelos representantes do Governo que aqui estiveram, de que o cartão é um instrumento mais adequado, mais transparente, para o controle desses gastos. Perguntar ao Ministro Paulo Bernardo, por que, então, uma boa parte dos Ministérios e de órgãos públicos não aderiram ou não foram obrigados a adotar o uso do cartão no... Para cobrir essas despesas de pronto pagamento, despesas de pronto atendimento, como essas que estão caracterizadas na Legislação? São essas questões que eu gostaria de ver explicitadas por V.Exa. Muito obrigado.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Obrigado, Senador Nery. O contrato com o Banco do Brasil foi feito, eu tinha falado anteriormente, é o banco que tem a conta do Tesouro. Como é que funciona isso? Nós... Senador Arthur Virgílio, tudo bem? Nós... Se nós fizermos um saque no cartão, esse saque é debitado imediatamente no Tesouro. Depois vem a fatura, mostrando esse saque. Se foi feita uma compra na máquina, lá no fornecedor, aí, vem uma fatura para ser conferida e, depois, ela é paga ou... Normalmente o Governo manda debitar na conta. Então, não tem nenhum tipo de taxa, nenhum tipo de cobrança, não tem juro, até porque o saque é debitado na conta do Tesouro. E a fatura tem um contrato da administradora com o fornecedor e prevê esse prazo. Portanto, nós não temos nenhum tipo de custo.

Quando alguém faz uma compra ou um gasto que não poderia ter sido feito, na conferência da fatura, isso normalmente já aparece. Então, qual é o procedimento? Elimina. Isso aqui não vai ser pago. Então, digamos, alguém comprou um produto que não podia ter sido... Fez uma alimentação aqui em Brasília, não poderia ter sido feito, um material permanente... Por exemplo, comprou um liquidificador. É um item relativamente barato, deve custar uns 200 reais. Quanto custa um, Senadora Marisa? Uns 200 reais, 150 reais... Ela está dizendo que é menos. Pronto, comprou. Mas isso não é item passível de ser comprado com o cartão.

A Senadora Marisa está dizendo que é uns 80 reais. Não pode comprar. Então, isso aí tem que ver... É um problema, digamos, de bom senso porque o servidor fez uma coisa que não poderia ter sido feita, ou devolve. Nós tivemos casos, no Ministério do Planejamento, que alguém comprou um gravador. Comprou um gravador e foi devolvido o gravador porque a norma não permite comprar um

bem de uso permanente. Um gravador. Não sei quanto custou aquele gravador, mas teve que devolver.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, me permita, a norma, lá no seu Ministério?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Não, Deputado Vic. Essa aí é norma da lei 4.220 e do Decreto 200, desde 64 já é assim--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não quero lhe atrapalhar, mas depois o senhor fala da esteira ergométrica também.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Desculpe? Não poderia também. Pela legislação, não pode. V.Exa. tem um caso aí que, de fato, configura uma compra que não pode ser feita.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Mas foi devolvido?

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Esse eu não tenho...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O gravador foi devolvido.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: O gravado foi devolvido, alguém comprou-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A esteira não.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só não foi devolvido, Deputado Vic, aquilo que não foi visto.

[risos].

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Mas, completando, agora o Senador Nery coloca uma questão instigante. Por que, se o cartão é melhor, se o cartão é mais transparente, é mais ágil, por que é que ainda usa conta tipo B? Acho que não pode ser explicado por outro motivo a não ser a resistência à mudança. As pessoas não querem modernizar, não querem inovar. Está acostumado a fazer de um determinado jeito e acha que tem que fazer daquele. É por isso também que se usa tanto saque no cartão. Quer dizer, nós temos que... Eu acho que a alternativa-

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Agora é, primeiro, restringir e até proibir futuramente o saque. Eu acho que vamos ter que fazer uma Legislação para toda a Administração Pública dizendo que não pode. Esse mecanismo de conta B é obsoleto, é de 60 anos atrás, não tem transparência e tem que mudar. Mas acho que é uma explicação, não posso garantir que é só isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Último inscrito da tarde, Senador João Pedro.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Art. 14, Presidente. Presidente, fui citado nominalmente pelo Senador José Nery. A senhora me garante a palavra, por favor. Rapidamente, apenas para esclarecer essa questão da miudeza. Quando o Senador também Presidente Marisa pela reação de V.Exa., Senador e também Presidente Marisa, pela reação de V. Exa., acho que fui mal entendido nessa questão. Quando falei na miudeza, não é do valor a ser apurado por esta CPMI, se o bichinho de pelúcia ou a tapioca. A miudeza foi na deturpação da informação que foi passada para a opinião pública e para esses Parlamentares. A questão da tapioca, do bichinho de pelúcia, da joalharia, a informação correta não foi aquela que se passou. Não foi aquela. Então, é a miudeza da forma, da forma como isso foi passado para a opinião pública e para nós Parlamentares, que pode ter induzido, inclusive, ao erro na formação de uma CPMI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srs. Senadores, Deputados, Presidente Marisa, Ministro Paulo Bernardo, primeiro, é fato: A imprensa registrou e os debates aqui, nesses dias de CPI, que houve um discurso, um discurso com nome, com autores, na tentativa de desqualificar, no início dos trabalhos, de que é uma farsa, de que pode terminar em farsa. Inclusive, discursos que eu penso desrespeitosos à Presidente. Mas, a todos os membros da CPI. E da expectativa que o povo brasileiro tem nesse debate.

Então, vamos ter que travar o debate. Claro que tem o componente político aqui. Isso é uma Casa política. E houve sim, e tem haver e haverá resistência a um discurso do tipo "nós temos que abrir a caixa-preta do Governo". O Governo não tem nem caixa amarela, nem azul e nem preta. Mas, evidente que esse discurso tem uma estratégia. Eu sou daqueles que confio no debate. E que nós possamos dar um salto de qualidade do ponto de vista de construir uma política de Estado. Essa é uma experiência nova da sociedade brasileira, do ponto de vista da transparência. Isso vem de... Nós estivemos ontem aqui. E esses dois dias de debate foram dois dias qualificados. A presença de um ex-Ministro, a presença do titular do TCU, AGU, CGU, perdão. Hoje aqui com dados importantes e relevantes e que vão evidentemente desmistificando alguns números. Há pouco, eu ouvi aqui, 12 mil servidores com cartões. Não existe isso. Está explicitado no debate. Ano passado, foram utilizados 7.311 cartões. Eu já tenho, já sei de cor o número.

Então, eu penso que nós precisamos... Nós temos responsabilidade. Eu evito qualquer tipo de brincadeira aqui porque sei que a sociedade brasi-

leira está acompanhando esse debate. E eu deposito confiança. Confiança de nós melhorarmos e construirmos... Punir quem tem que ser punido. Eu penso que os gestores, Ministros que estiveram aqui, e já estão aprovados aqui requerimentos, dois Ministros, uma ex-Ministra, isso qualifica o debate e deposita confiança na sociedade brasileira, que quer ver propostas. Ou nós vamos trabalhar aqui na base da emoção e tocar fogo, trabalhar de qualquer jeito, apresentar qualquer número, fazer o discurso que bem entender? Não pode ser assim. Nós temos que ter um padrão de responsabilidade com esta CPI. E aí eu quero dizer do meu... Da minha confiança, no apoio, na postura da Presidente Marisa Serrano, que é Presidente de uma CPMI. Então, de conduzir, de ajudar na qualificação desse debate.

Eu tenho três questões que estão colocadas aqui. Primeiro, disciplinar e qualificar o uso do cartão, que não é uso do cartão, é do dinheiro público. Esse é um debate. A outra, que combina com esse debate, é essa questão do sigilo, das contas sigilosas. Isso pode travar um debate. Isso é constitucional. Tem a lei, tem uma lei que ajuda a dar um corpo jurídico e normatiza isso, que é a lei 9883, ou seja, ninguém pode discutir aqui sem ter esses parâmetros que compõem todo um arcabouço de... Que garantem o sigilo, não só da Presidência da República.

Quero voltar para os cartões, aí no sentido de contribuir mesmo. Primeiro, eu gostaria que o Ministro Paulo Bernardo, que é um grande homem público, um grande Ministro, e penso que vem participando nesse debate já com propostas-

[soa a campainha].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --É acerca dos limites. Dos limites. Isso está disciplinado, isso é o gestor que disciplina os limites. Tem um dado, hoje, pela manhã, 53% dos cartões sacam até 300 reais. 53% dos cartões, que foram... Sacam até 300... Então, esse é o critério. Qual o critério para que o servidor utilize para sacar até 300 reais? O critério para esse que, tem 9% que sacam acima de dois mil reais, que é o maior índice, me parece, que colocado aqui no debate. Esses critérios, a construção deles, quem estabelece, se é uma regra geral ou é o gestor, o Ministério que estabelece isso? Eu gostaria que V.Exa. refletisse e externasse sua opinião.

Sobre as sanções e penalidades. Penalidades para o servidor que incorreu em uma irregularidade, alguma ilegalidade. Quais as sanções? Hoje. E se tem alguma proposta nova nesse sentido, em função desse debate.

E quero finalizar, para dizer a V.Exa., que V.Exa. foi peremptório pelo fim da conta B, do tipo B, mas, no debate de ontem, por exemplo, o representante do Ministério Público defende contas tipo B--

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senador, para concluir.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa., quando está do lado de cá, fala a vontade, mas, quando assume a Presidência, já chega cortando o tempo.

[risos].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu estou imitando o PT.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): V.Exa. merece um elogio. Então, um pouco isso, dos critérios, dos critérios... Penso que é importante, eu defendo a manutenção dos cartões. Agora, precisamos tirar uma... Fazer um debate acerca da responsabilidade. Uma coisa é o servidor que está lá no Município, lá no interior, lá na ponta, no trabalho, e a outra é o gestor que designou, como é que fica isso, na hora de um conflito da má aplicação, de não se obedecer às normas?

E uma outra questão que V.Exa. levantou aqui, o prazo para a prestação de contas de 30 dias. Eu já fui gestor e, às vezes, o servidor chega e imediatamente ele tem que voltar. Eu quero mais rigor na prestação. Penso que nós deveríamos trabalhar um período menor de tempo. Gastou, presta conta. Até porque já está registrado. Então, chega aqui, faz um Relatório, justifica e faz a prestação de contas, num prazo menor e não de 30 dias. Eu penso que... O servidor chega, a não ser em caso de doença, o servidor lá na Amazônia, pelo menos, às vezes volta com malária. Mas, fora isso, ele tem que prestar contas imediatamente dos gastos do dinheiro público, até para que ele faça imediatamente a viagem seguinte e que ele possa utilizar novamente, a bem do serviço público, o cartão corporativo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Obrigado. Senador João Pedro, muito obrigado pelas palavras de V.Exa. Com relação aos limites, o limite é definido numa Portaria do Ministro da Fazenda. Esse limite, de oito mil reais por cartão, o suprimento, e o valor de 800 reais para cada compra. Por que é que é definido por uma Portaria? Porque, se tivéssemos colocado isso na lei, em 64, provavelmente esse limite não significaria mais nada. Então, a lei já tem 44, vai fazer 45 anos. Então, o limite pode mudar, em função da evolução dos preços. Mas, abaixo desse limite, cada Ministério pode fixar um limite menor. Então, ele não

pode dar um limite de mais de oito mil, mas ele pode dar um limite de mil reais, de 500 reais no cartão. E é o caso, porque às vezes tem uma pequena repartição no interior, onde tem uma demanda de despesas muito menor, então, não faz sentido realmente fazer um suprimento de oito mil reais, que seria o limite máximo. Então, o critério é muito em função, é definido em função das necessidades, da... O julgamento do administrador e também da experiência, do que acontece no dia-a-dia. Às vezes, você dá um limite de 700 reais para o servidor e aquilo acaba se revelando muito porque, de fato, leva quatro, cinco meses para gastar todo esse limite.

A prestação de contas, ela tem que ser feita num prazo de 30 dias. Até 30 dias. Exatamente. Então, de fato, o bom senso indica que o melhor caminho é o servidor fez a viagem, fez o gasto, fez a compra, e presta contas imediatamente. É muito mais razoável, até porque... Por que é que são 30 dias? Eu imagino, às vezes, o servidor pode fazer uma viagem e já entrar de férias. Deve ter algum motivo para ter sido colocado esse prazo maior de até 30 dias. Quer dizer, V.Exa. está dizendo que, num determinado caso, o servidor vai viajar e volta com malária. Certamente, não vai poder fazer. Tem que se cuidar primeiro.

Então, que tipo de penalidade pode sujeitar o servidor, se ele fizer a despesa incorreta? Pode ser, desde... O primeiro passo, verificar se aquilo foi um erro e glosar a despesa ou até ter um processo administrativo, onde ele pode receber desde uma advertência, conforme a gravidade da falta, ou até a demissão. Nós... Eu não posso julgar porque, de fato, eu não sei os detalhes, mas eu vi pela imprensa essas notícias que foram citadas por um dos Parlamentares, acho que foi o Deputado Vic que falou despesas com clínica, o IBAMA teria feito despesas com clínica, uma pessoa. Quer dizer, isso me parece um episódio muito grave. Claro que a gente tem que tomar cuidado porque quem vai dar a palavra final é a Comissão que está fazendo o processo e ter essa prudência. Mas isso já é um episódio muito grave.

Com relação às contas tipo B, eu acho que elas cumpriram o seu papel. Repito, isso é uma coisa do século passado. Com certeza, da década de 30, da década de 40, 1930, 1940. E os critérios de exigência, de transparência, de agilidade naquele tempo, certamente eram diferentes do que é hoje. O cartão criado já neste século, foi... Foi tentado-

[soa a campainha].

[Troca de Presidência]

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: --Em 98, depois não deu certo, em 2001, o Governo instituiu o cartão, com certeza, é uma modernização muito importante que foi feita. Tem que ser ainda aperfeiçoada, todos esses debates que nós estamos fazendo, e essa CPMI pode dar uma contribuição extraordinária nesse aspecto; o Relator Luiz Sérgio, a Senadora Marisa e os Parlamentares todos, para que nós façamos avançar. Agora, conta tipo B, estou convencido, é coisa da época dos dinossauros, é um negócio sem transparência nenhuma, transparência zero, e acho surpreendente que tenha autoridades ainda falando que é melhor manter conta tipo B. Isso é surpreendente. Não tem o menor cabimento. E acho que uma das coisas que essa CPI deveria avaliar, se não é o caso de fazer uma recomendação sobre isso. De nossa parte, acho que uma boa iniciativa seria fazermos uma lei para toda a Administração Pública Federal, colocando critérios de transparência, de controle, de visibilidade disso. Acho que vai ficar muito melhor para todos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pelo semblante, o Relator acatou.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Ministro. E, para encerrar essa nossa oitiva de hoje, o dia de hoje, um longo dia já, quero passar a palavra ao líder Arthur Virgílio, é um prazer vê-lo aqui conosco.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, qual forma regimental que fará o uso o líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Como inscritos, a qualquer momento-–

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O líder, em qualquer Comissão--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu só gostaria de saber. Em qualquer Sessão, ele pode usar a palavra por cinco minutos, como líder. É só isso que eu queria saber, de que forma.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O líder Arthur Virgílio, como qualquer líder que vier aqui, ele vai ser bem recebido e, além disso, ele tem, em todas as Comissões da Casa, autoridade para falar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tem o meu aplauso, Exa. Estou até ansioso para ouvi-lo. Só gostaria de saber de que forma regimental--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, no fundo. Viu, Presidenta, fique tranqüila que o Deputado não queria sair daqui sem me ouvir. Acho que essa... Agora ele está satisfeito da vida, vai me ouvir um pouco. Mas, senhora Presidente, serei breve, primeiro para saudar o meu prezado colega e amigo, Ministro Paulo Bernardo, e dizer a V.Exa. que o seu partido concorda plenamente com a lógica que a nós foi exposta por V.Exa., para que se efetuassem os trabalhos nessa

CPMI, as oitivas iniciais, e evidentemente, acredito eu que, a partir da semana que vem, teremos momentos das discussões mais profundas e de embates mais acirrados, e que espero francamente levarão ao esclarecimento dos fatos, inclusive, abordando-se as questões mais delicadas. A confiança que o meu partido estende a V.Exa. não é menor do que a confiança que o meu partido estende ao Relator, colega de Câmara, que não me deu jamais nenhuma razão para dele desconfiar ou para achar que não teria comportamento republicano, comportamento de absolutamente cumprimento do seu dever de Parlamentares brasileiros.

Eu apenas esclareço que, de maneira tópica, eu sou contra os saques em dinheiro, sou a favor da manutenção dos cartões, com rígida fiscalização. Entendo que nenhuma conta deve ficar, em princípio, livre da investigação pública, nem mesmo as contas presidenciais. Deste Presidente ou de Presidente anterior. Nenhuma. Entendo que até aquelas tais contas secretas, passados alguns meses, podem ser abertas. Se se trata, por exemplo, da segurança, passado o episódio que motivou a segurança do Presidente Lula, do Presidente Fernando Henrique durante a vinda do Presidente Bush ao Brasil, ou do Presidente Clinton, seis meses depois não tem por que não se dizer o que foi mobilizado e o que não foi. A regra, para mim, deve ser a transparência, Ministro Paulo Bernardo, deve ser a publicidade.

Mas, eu entrei com 37 requerimentos e mais um 38º. 37 referimentos junto à Mesa da Câmara, pedindo a abertura de todas as contas dos Ministérios, de todas as contas que tivessem titulares a manuseá-las. E o 38º, que era um pedido de abertura dos gastos efetuados por mim próprio, quando eu fui Ministro-Chefe da Secretaria-geral da Presidência da República.

Então, eu quero comunicar a V.Exa. que estou hoje entrando com um Requerimento, justamente no apagar dessa Sessão, para que semana que vem já se possa pronunciar sobre ele. E peço até, se merecer essa consideração, em caráter prioritário. Antes de qualquer outra, que abram as minhas. Ou seja, eu quero saber quanto foi que a minha gestão consumiu e o que consumiu, detalhadamente, de cartão corporativo.

Neste momento e neste Requerimento, eu não estou pedindo nada a respeito de mais ninguém. Estou pedindo as minhas contas, o meu período, a minha responsabilidade. E creio que isso haverá de sensibilizar o Relator e haverá de sensibilizar V.Exa., e estou entrando com Requerimento. Pois não, Senador--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): No seu caso específico e no pedido de V.Exa., V.Exa. se refere ao cartão ou à conta B ou a ambos?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A tudo. Tudo. Conta B, o cartão, o que tiver a ver com a minha gestão, eu gostaria de ver isso publicado nos jornais. Sem dúvida. Publicado nos jornais, com toda clareza. Queria que panfletagem as minhas contas, com muita tranqüilidade.

E quando nada, isso aí sirva de estímulo para que outros titulares façam a mesma coisa, com a mesma tranqüilidade, com a mesma segurança que eu demonstro diante de meus concidadãos.

No mais, senhora Presidente-

[soa a campainha].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Reafirmar a confiança no trabalho que se executa nessa Comissão, ela começa a dar seus primeiros passos. Não temos nenhuma razão para achar que daqui vai sair um trabalho justo, um relatório correto, de preferência um Relatório de consenso aprovado pelo conjunto da CPMI, sob a Relatoria do Deputado Luiz Sérgio, que já teve aqui diversas missões importantes, espinhosas na Casa, inclusive, a de líder de um dos principais partidos do país, Partido dos Trabalhadores, e sob a Presidência de V.Exa., que é uma figura que desperta, há muito tempo, a confiança de todos que a conhecem.

Portanto, eu renovo os meus votos de confiança nessa CPI, saúdo o Ministro Paulo Bernardo, a quem tenho o prazer de abraçar nesse momento e digo a V.Exa. que estou entrando com requerimentos, que minha assessoria já está ouvindo, aceito a lembrança do Deputado Luiz Sérgio, pedindo que acrescente contas B, cartão corporativo, tudo que diga respeito à minha gestão. Eu tenho a impressão de que deveria ser essa regra, e tenho certeza de que, talvez, por lapso, alguém não se lembre fazer isso, mas a partir desse gesto, quem sabe, Ministro, dessa gestão e da passada, digam: "Eu também quero a minha, eu também quero a minha". E a gente crie uma enxurrada de aberturas, que pode até facilitar o trabalho para não ficar aquela coisa quebra desse, não quebra daquele, enfim, que todo mundo faça parecido e que todo mundo panflete a conta de todo mundo para que o Brasil não vida mais sob o véu da falta de transparência. Porque esta, sim, faz mal à democracia que nós todos aqui, sem exceção e sem diferença de partido, queremos consolidar. Muito obrigado, mais uma vez, Ministro, é uma honra e um prazer poder revê-lo sempre. Infelizmente, só em situações oficiais, o que não era o que acontecia quando nós convivíamos tão de perto, quando Deputados federais ambos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada, Senador. Ministro Paulo Bernardo.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Obrigado. Eu ia fazer uma brincadeira, Senador Arthur Virgílio. Uma vez V.Exa. me convidou para jantar e pagou... Espero que não apareça uma nota desse jantar aí agora-–

[risos].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Naquela época, eu não era Ministro e paguei pela pão-durice dele, porque ele não se coçava e tive que pagar eu.

[risos].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É por isso que ele é Ministro do Planejamento.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Mas eu... Brincadeiras à parte, Senador Arthur Virgílio, quero dizer que fiquei satisfeito de vê-lo aqui, bem como também o Senador Sérgio Guerra, que é Presidente do partido de V.Exas., da Senadora Marisa e seu e, certamente, mostra a importância que o PSDB está dando para esta Comissão. São mais dois Parlamentares com quem tenho excelentes relações.

Eu queria aproveitar, agradecendo as palavras de V.Exa., mas queria aproveitar, Senador, e levantar uma questão de ordem prática. O Senador Arthur Virgílio está dizendo que... Anunciando que entrou com 37 requerimentos para cada Ministério, para nós apresentarmos cópias de documentos. Eu recebi ontem o primeiro Requerimento da Comissão Mista, que pede cópia dos documentos de todos os Ministérios. Quer dizer, o que eu estou querendo falar com isso, Senador Arthur Virgílio, talvez nós tenhamos que estudar um procedimento, isso é uma coisa simples, me parece, para não haver duplicidade de solicitação e nem de atendimento.

Eu imagino que isso que V.Exa. está dizendo, esses 37, com exceção do 38º, vai dar uma carreta de papel para mandar para cá. Então, talvez, nós... Se mandar... Atender ao Requerimento que foi mandado inicialmente pela Comissão, assinado pela Senadora Marisa, e se começar a duplicar, provavelmente vamos mandar informações redundantes, que nem precisaria--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ministro Paulo Bernardo, se V.Exa. me permite. Eu vejo até que esta CPMI está de parabéns--

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Acho que a--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): --Os meus requerimentos tiveram sorte menos feliz, porque eles estão, não sei por que razão extra-sensorial, estão empacados na Mesa do Senado desde o momento em que os firmei e os apresentei no Plenário.

Portanto, eu creio que vai valer mesmo é essa providência que está sendo tomada pela CPMI e que conta com a boa vontade do Ministro Paulo Bernardo, homem público, que eu reconheço sem jassa e sem nada a dever que se possa de melhor espelhar para a vida de nosso país.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Presidente, só aproveitando que retornou aqui o Deputado Carlos Sampaio, eu pedi para verificar esse anexo q que V.Exa. fez referência, do contrato com o Banco do Brasil e, sem dar uma resposta final ainda, que eu vou verificar, mas nós não temos esse anexo. Esse anexo que V.Exa. fez referência, a informação que eu tenho é que não consta no contrato... Não tem esse anexo.

Então, eu quero pedir permissão para a Presidente da Comissão, inclusive porque nós podemos fazer um contato direto, e, se for o caso, informar a Comissão, nós vamos fazer a verificação, mas, aparentemente, essa informação não bate com que nós temos lá. Não existe esse anexo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ministro, agradeço. Recebi esse anexo em meu gabinete e acho que interessante que eu enviasse a V.Exa., que daí V. Exa. poderia checar, com o maior prazer.

SR. MINISTRO PAULO BERNARDO DA SILVA: Ter o prazer de lhe informar sobre isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. V.Exa., de ter estado aqui conosco, a nosso convite, convocação, agradecer a todos os Senadores e Deputados presentes, agradecer à imprensa e a todos aqueles que nos acompanharam durante essas longas horas desse dia. E uma boa Páscoa para todos. Obrigado.

Sessão encerrada às 16h22min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2008, realizada em 26 de março de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que houve a votação do Requerimento de Convocação da Ministra Chefe da Casa Civil, SRª Dilma Vana Rousseff.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Demóstenes Torres (DEM)	**Carlos Willian (PTC)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Luiz Sérgio (PT)**
Antonio Carlos Júnior (DEM)	**Marcelo Melo (PMDB)**

Marconi Perillo (PSDB) Maurício Quintella Lessa
Ideli Salvatti (PT)4 Nelson Meurer (PP)
Gim Argello (PTB) Paulo Teixeira (PT)
Serys Slhessarenko (PT) Carlos Sampaio (PSDB)
Wellington Salgado (PMDB)1 Augusto Carvalho(PPS)
Almeida Lima (PMDB) Vic Pires Franco (DEM)
José Nery (PSOL) Manato (PDT)
José Agripino (DEM) Silvio Costa (PMN-BA)
Flexa Ribeiro (PSDB) Antonio Roberto (PV)
Álvaro Dias (PSDB) João Magalhães (PMDB)
Marcelo Guimarães (PMDB)
Marcelo Teixeira (PR)
Márcio Reinaldo Moreira(PP)
Nilson Mourão (PT)
Affonso Camargo (PSDB)
Índio da Costa (DEM)
Perpétua Almeida (PC do B)
Edson Duarte (PV)

Estiveram presentes ainda os Senhores Senadores Artur Virgilio, Expedito Júnior, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Tasso Jereissati Pedro Simon e os Senhores Deputados José Aníbal, Antonio Carlos Magalhães Neto, Urzeni Rocha, Vanderlei Macris, não membros da Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2, de 2008 do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da administração pública federal denominados ecônomos. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Srs. Deputados, SRªs Deputadas que concordam, queiram permanecer como se encontram. Eu estou em processo de votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É esse o processo de votação. Devido a muita confusão que houve na cabeça dos parlamentares, informações de imprensa, Deputados dizendo que iria sair da CPI, outros não, esses assuntos foram abordados aqui dentro, não sei se entrou na Ata, então eu gostaria que fizesse a leitura da Ata.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Inaceitável, SRª Presidente. Podemos votar isso aqui. Porque a leitura da Ata vai levar meia hora, 40 minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É regimental.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente, pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de comungar com a mesma opinião do Deputado Indio, solicitar a V.Exª que coloque em votação. Essa sugestão, essa solicitação me parece claramente postergatória.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Concordo com a proposta do Senador Marconi Perillo e está em votação a questão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu até gostaria de apelar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de colocar em votação a não leitura da Ata, a aprovação da Ata que todos podem ter acesso que está inclusive na tela do computador. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Conforme a convocação para a presente Reunião destina-se à votação de Requerimentos. Eu gostaria de antes de começarmos--

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Eu queria parar pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Como o mais idoso. Eu sei que regimentalmente isso não me dá esse direito, mas a idade me dá esse direito. Fazer apenas um registro, porque não tive ocasião de fazer, eu prometo que não leva mais do que três minutos da minha visão de tudo o que está acontecendo. Se V.Exª permitir e os outros permitirem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Os que me conhecem sabem que eu não sou homem de conflito, sou homem de acordo. E quero de pronto dizer que o único acordo e o único pacto possível deve ser o pacto para que nós tenhamos uma busca incessante pela verdade dos fatos que a sociedade está cobrando de cada um de nós. Deputado Luiz Sérgio. Essa frase eu tirei de um discurso de V.Exª que eu aplaudi no meio do tumulto, aplaudi sozinho o discurso porque vi que a sua intenção era a melhor intenção que podia existir. SRª Presidente, uso de dinheiro público... Vou partir de um princípio. O uso de dinheiro público com ele não pode haver sigilo. Porque é uso de dinheiro público. Acima da segurança está a transparência. E eu duvido que alguém prove aqui qualquer fato de segurança que exija sigilo para verificação posterior do que foi feito com o dinheiro que foi usado na segurança. Nenhum parlamentar que está aqui usou cartão corporativo. Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso

e Lula não usaram pessoalmente cartão corporativo. Por isso que eu acho, Presidente, que para... Se for vontade, não seguirmos na linha do conflito e sim de um entendimento, é que V.Exª, o Relator, quem está conduzindo os trabalhos pedisse todas informações sigilosas, não sigilosas para o Governo Federal, de todos os governos que já aconteceram no Brasil. Porque isso foi problema de... Se alguém cometeu erro foram os burocratas que cometeram erros. A CPMI vai investigar tudo isso, quem tiver culpa vai pagar pela culpa que fez e nós terminamos o nosso trabalho aí com a satisfação da opinião pública, repetindo que nós temos que procurar a verdade que a sociedade quer. Isto que eu queria fazer como registro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Continuando nossa Reunião eu gostaria de fazer dois registros também. Um deles é da importância que todos, o Brasil inteiro está vendo no trabalho dessa CPMI. É o momento, primeiro, de nós garantirmos que esta Casa, que a Câmara e o Senado, que o Congresso continue a ter o instrumento como a CPMI, ou as CPIs para investigar. A partir do momento que a gente desmoraliza um instrumento como esse, isso recai sobre todos aqueles que trabalham nessa Casa. Portanto, eu tenho certeza absoluta que todos aqui vão trabalhar pela busca da verdade como V.Exª acabou de afirmar, Deputado. Buscar a busca da verdade, e sabendo definir muito bem aquilo que a Constituição nos dá direito de fazer, que nós temos o direito, e que a população brasileira continue a ter confiança naqueles em que ela depositou seu voto. Portanto, continuando a nossa Reunião de hoje, eu quero informar a todos os pares que todos Requerimentos estão... Que deram entrada na CPMI estão já... Já podem ser acessados no computador, na nossa página, mas eu queria informar a todos que entrei ontem no final da tarde, antes das 17h00, com o Requerimento que eu quero ler apenas a Ementa para todos. Requer a transferência de todos os dados relativos às despesas efetuadas por cartão corporativo, contas tipo B ou mecanismos congêneres resguardados por quaisquer modalidades de sigilo ou não no âmbito do gabinete pessoal do Presidente da República durante os mandatos dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Esse Requerimento, eu dei entrada ontem e queria que V. Exªs tomassem conhecimento dele porque não há possibilidade, depois de tudo que nós vimos nesse último final de semana, que essa Casa não tenha a autoridade de tudo que passou, nós não temos conhecimento e haja vista que todos estão acompanhando as notícias que estão saindo nos jornais, e principalmente a notícia de que esses documentos estão sendo trabalhados por funcionários do Palácio do Planalto. O TCU tem conhecimento, e é inadmissível que Deputados e Senadores numa CPI não possam ter acesso a esses documentos. Portanto, só quis dar a informação da entrada desse Requerimento que vai entrar no rol de todos aqueles que aqui estão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, pela Ordem. No mesmo sentido e na mesma linha, e assinando junto com o Senador Alvaro Dias que é membro dessa Comissão que eu não tenho a honra de integrar, estou apresentando Requerimento que requer a transferência de todos os dados relativos a despesas efetuadas por cartão corporativo, contas tipo B ou mecanismos congêneres resguardados por quaisquer modalidades de sigilo ou não do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, da SRª Marisa Letícia, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e da SRª Ruth Cardoso. Eu tenho aqui um dado, SRª Presidente, hoje da Folha do Brasil on-line, da jornalista Marta Salomon. Em portaria fixada ontem no Diário Oficial e publicada no Diário Oficial de ontem da União, a SRª Dilma teria fixado prazo de 30 dias para uma comissão de sindicância investigativa, aspas, "apurar a divulgação de informações sigilosas no âmbito da Casa Civil e da Presidência". Fecha aspas. Muito bem. Em resposta a questões apresentadas pela Folha, a Casa Civil explicou que o SUPRIM, Sistema de Suprimento de Fundos que armazena dados sigilosos de gastos da presidência somente pode ser consultado nas dependências do Planalto e por um número reduzido de servidores, com senhas de acesso e perfis diferenciados. Ou seja, então cai por terra, SRª Presidente, a idéia de que não teria saído do palácio o vazamento. Há funcionários que têm acesso a dados que nós da CPI não conhecemos.

E mais, tem havido... A Casa Civil sustenta que estaria seguindo, uma sugestão, uma determinação do TCU. E o TCU que ainda não se manifestou oficialmente, segundo a jornalista Marta Salomon, insiste que não determinou ao planalto alimentar o sistema com dados do Governo Fernando Henrique ou mesmo a extração de dados da SUPRIM como havia sugerido em Reunião do Conselho político com a presença do Presidente Lula, na véspera. Outras palavras, SRª Presidente, V.Exª tem toda razão. Eu tenho a impressão que pelo que nós vimos, eu acredito que foi de lá o vazamento, até porque implicitamente a Ministra Dilma reconhece isso. E temos inclusive que saber quais são esses funcionários. Quem sabe eles deveriam também ser convocados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas o fato, o que demonstraram de gastos da dona Ruth, do Presidente Fernando Henrique, não tem um que tenha a ver com segurança nacional, nenhum. Eu

duvido que haja algum do Presidente Lula que tenha a ver com segurança nacional. O Presidente Fernando Henrique mandou uma cartada que li ontem da tribuna, estou anexando a neste Requerimento abrindo mão de todos esses seus sigilos, ele e sua esposa. Era a hora do Presidente Lula ter o mesmo gesto de grandeza. E dizer que não temendo, e eu creio que não tem o que temer mesmo, quero acreditar na sua honradez como sempre acreditei, o Presidente Lula então daria esse mesmo exemplo, e nós teríamos aqui dados que não são de segurança nacional, que podem ser extravagantes aqui ou acolá, podem ser desonestos aqui ou acolá. Vamos ver. A gente tem que ver os dados. Agora, não são dados sigilosos. Se são comedidos, aplaudiremos. Em quaisquer das situações e referindo-se a quaisquer dos Presidentes Se são extravagantes, diremos. Se houver gastos desonestos, diremos também. Agora, os dados não têm como. Isso é inescapável vir a nossas mãos fica muito mal para que esta altura dos acontecimentos disser que não concorda com a exposição de gastos públicos efetuados por ele próprio.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Recebo o Requerimento do líder Arthur Virgílio escrito pelo Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem, Deputado Willian. Depois...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, a senhora sabe que a participação dos Senadores, principalmente da oposição nessa Casa nos dá muito prazer, não só pela inteligência e a colocação de suas palavras, mas também pelo brilhantismo de suas colocações e também de suas participações que junto com o Governo e com o mesmo interesse nós vamos aprofundar e investigar todos os fatos dentro dessa CPI, obviamente não dentro da velocidade que eles querem, e sim dentro do plano estrategiado(F) pelo nosso brilhantismo Relator. Mas para que não... Que eu não fique mal interpretado igual fui da outra vez quando perguntei a V.Exª de como falaria o Senador Arthur Virgílio, que nos dá muita honra, eu gostaria só de saber de que forma regimental ele está fazendo. Se ele está fazendo o uso dos cinco minutos de liderança. Porque se for isso, está tudo certo. A senhora está realmente seguindo o Regimento e dessa forma. E também que muito me alegra, porque no passado foi dito que a oposição, o PSDB estaria saindo da Comissão, saindo, e o que estou vendo é cada vez maior o engajamento deles nessa Comissão. O que nos honra muito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente eu falei pela Ordem em cima da questão substantiva trazida por V.Exª, e só estou falando a segunda vez, e ainda assim perdendo por uma vez do Deputado que estava me ganhando de três a um agora está ganhando de três a dois, estou falando pela Ordem sim, porque era pertinente. Outros Senadores já falaram, sei do prazer que o Deputado tem de me ouvir, e enfim, e eu não me nego a ouvi-lo, é do melhor bom humor. Mas o fato é que queria encaminhar o documento. Tenho a impressão que em sã consciência ninguém na CPI achará que eu joguei o tempo fora. Não joguei. Falei de algo pertinente, algo que está na ordem do dia, algo que vem de uma denúncia muito séria, que envolve um crime, é o contrabando de um dossiê, envolve funcionários com atividades obscuras, de conhecimentos superiores hierárquicos ou não. Por mim não teria nem falado de novo, até porque o recado principal que tinha que dar já dei. Para que todos abram suas contas para que fique bem claro e transparente a posição de cada um nessa CPI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer que o Requerimento do Senador Arthur Virgílio e subscrito pelo Senador Alvaro Dias está subscrito também pelo Senador Flexa e pelo Senador Marconi Perillo--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Deputado Paulo Teixeira que pediu primeiro. Depois V.Exª.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Deputados, SRªs Deputadas, Srs. Senadores, SRªs Senadoras e todos que nos assistem e nos acompanham. Inicialmente queria dizer que são nossos propósitos aqueles que a senhora expôs na sua fala inicial. Nós queremos perseguir a verdade nessa CPI, ampliar os mecanismos de transparência do controle dos gastos públicos, punir aqueles que eventualmente fizeram uso inadequado desse instrumento, aperfeiçoando os mecanismos do Estado Brasileiro para o controle dos seus gastos. SRª Presidente, nós nessa Sessão de hoje temos que analisar vários fatos. A oposição passou uma semana em que ela avaliava a hipótese de deixar essa CPI. Me parece que ontem a oposição firmou a sua vontade de permanecer na CPI. Agora, a

permanência na CPI requer tempo e trabalho. No dia de hoje, SRª Presidente, nós temos questões pela Ordem a serem tratadas e eu queria levantar a V.Exª. Quais são as questões pela Ordem? V.Exª, ontem, V.Exª ontem fez uma convocação ao General Félix para que... A senhora permite eu concluir--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, se V.Exª também permitir, Sr. Deputado, que a gente continuasse a discutir a Ata, inclusive essa questão do General Félix, porque ela está aqui... Eu quero fazer o esclarecimento. Esse esclarecimento eu gostaria de fazer.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas a Questão de Ordem minha eu gostaria de concluir se V.Exª permitir. O nosso objetivo aqui é ordenar bem o trabalho e a senhora tem presidido com muita competência, com muita serenidade os trabalhos e nós queremos continuar nesse clima. São três questões que eu acho importante que nós possamos ordená-las aqui hoje. A primeira questão é a questão do General Félix. Nós precisávamos de uma discussão sobre o procedimento, porque ao meu ver o procedimento precisa se enquadrar no Regimento e nós não podemos abrir qualquer brecha para o futuro. Nós não podemos criar uma jurisprudência aqui rompendo as regras regimentais. Por isso eu queria uma discussão própria sobre esse assunto. Um segundo assunto, SRª Presidente, é o assunto relacionado às contas que estão sob o manto do sigilo. Nós adquirimos poderes judiciais. E, portanto, temos que seguir os ritos judiciais no debate sobre o sigilo. Nós tínhamos feito ainda um acordo na Sessão passada que nós só encaminharíamos a votação dos Requerimentos sigilosos depois de ouvir aqui três personalidades. Com equilíbrio. Nós fizemos o convite ao General Félix, fizemos o convite ao General Cardoso que era o então Ministro da Segurança Institucional do ex-Presidente Fernando Henrique e ao Delegado Paulo Lacerda da ABIN. Portanto, [soa a campainha] nós tínhamos sobrestado a votação desses Requerimentos até ouvi-los para saber a amplitude desses Requerimentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minuto para concluir.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E terceiro, nós temos um bloco de Requerimentos, nós ontem avaliamos o Requerimento, eu estava falando com o Deputado Carlos Sampaio e nós concordamos que... Ainda pode vê-los. Nós concordamos de tentar um acordo no bloco de aprovação no dia de hoje para avançarmos nas investigações. Portanto, o nosso pedido SRª Presidente é ordenar, já que nós temos aqui a ilustre presença de vários Senadores talentosos e que nós gostaríamos durante o dia debater suas teses. Essa carta, por exemplo, Senador Virgílio, que o senhor trouxe do ex-Presidente Fernando Henrique. Eu gostaria muito de debatê-la porque ele foi já Presidente da República dez anos atrás poderia ter modificado a Lei e não fez e não abriu o seu sigilo naquele momento. Gostaria de discutir esta carta do Fernando Henrique no seu tempo. Portanto pediria se V.Exª pudesse permanecer porque nós pudéssemos discutir esse tema. Obrigado, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Deputado. São três pela Ordem. Sílvio Costa, com a palavra. Três minutos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, a reportagem da revista Veja na verdade é uma oração sem sujeito. E eu aprendi que a gente não pode tomar decisão em cima de uma oração sem sujeito. É evidente que a oposição faz o seu papel na medida que faz uma carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso tentando acuar a base do Governo. Primeiro, vamos agora para uma questão gramatical. Nenhum componente da base do Governo aqui foi contra abrir as contas sigilosas. Eu não conheço nenhum companheiro aqui contra abrir. Segundo, a oposição aprovou Requerimento convocando o Ministro Orlando Silva e o Ministro Altemir junto com o apoio da base do Governo. Nós convocamos a ex-Ministra Matilde. Terceiro, todo cartão corporativo sem exceção tem extrato bancário. Agora, isso aqui é um local de homens com responsabilidade pública. O que nós temos que discutir aqui é o que significa segurança nacional e conta sigilosa. Esta carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, eu poderia dizer e não vou dizer que é uma carta leviana. Eu poderia dizer e não vou dizer. Por quê? Eu poderia dizer e não vou dizer que é uma carta leviana? Porque ele não está mais, Senador Arthur Virgílio, preocupado me parece com segurança nacional. O próprio Senador Alvaro Dias, tão competente como V.Exª, em uma das suas abordagens nessa CPI usou o exemplo da as FARC. Não sei se foi V.Exª ou outro Senador. Vocês são muito parecidos da oposição e aí eu confundo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V.Exª se mantivesse dentro do espírito que nós estamos tentando manter nessa CPI.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu estou mantendo e--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou concluir. SRª Presidente, eu gostaria que a senhora não permitisse, e eu ia concluir sinceramente falando sobre uma entrevista que vi e ouvi da senhora ontem.

A senhora tem conduzido essa CPI com muita imparcialidade, e é assim que um Presidente de CPI deve conduzir. Hoje fiquei preocupado com a sinergia do seu Requerimento, da carta de Fernando Henrique Cardoso e do Requerimento do Senador Arthur Virgílio. É um direito que V.Exª tem enquanto parlamentar fazer qualquer tipo de Requerimento. Mas também é um direito que V.Exª tem e é um dever que V.Exª tem enquanto Presidente dessa CPI usar efetivamente do equilíbrio que lhe é peculiar. Eu acho que nesse momento, sem definir o que é segurança nacional, porque eu faço uma pergunta a qualquer parlamentar aqui, defina o que é segurança nacional no debate do cartão corporativo. Nenhum dos senhores sabem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou concluir. Como é que a gente pode discutir um Requerimento do PSDB pedindo quebra de todos os sigilos sem a gente saber efetivamente o que é segurança nacional? Se algum Senador ou Deputado da oposição me convencer o que é segurança nacional e o que é sigilo, a gente vota hoje aqui com o meu apoio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Art. 14, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar ao Senador Arthur Virgílio, eu queria informar a todos que eu tenho me comportado e vou continuar me comportando como Presidente da CPMI e tenho uma longa estrada política para me dar essa tranqüilidade de poder, e, aliás, eu disse hoje como professora agüentar 40, 60 adolescentes é muito mais difícil do que às vezes comandar uma turma como essa. Mas, dizer que V.Exª pode ficar tranqüilo. Vou continuar presidindo essa CPMI com todo o direito que o Regimento me delega. Eu quero passar a palavra...

[falas sobrepostas].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu havia pedido pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): SRª Presidente, eu agradeço a atenção de V.Exª. Devo manifestar a minha alegria de que a nossa Comissão esteja com quorum tão alto, elevado. Provavelmente são os efeitos do período da páscoa que nos trouxe a todos com entusiasmado para essa Comissão. Mas eu quero inicialmente, SRª Presidente, manifestar minha concordância com a senhora, no sentido de que esse instrumento da CPI ele deve ter autoridade, legitimidade e credibilidade do povo brasileiro. Ele não pode ser um instrumento que se desmoraliza por si mesmo. Entretanto, Presidente, eu devo dizer que quem iniciou o processo de desmoralização dessa Comissão não foram os parlamentares da base do Governo. Quem iniciou o processo de desmoralização dessa Comissão foram parlamentares da oposição. Que disseram e não pediram segredo, que esta Comissão é uma farsa. Que ela caminha para se tornar uma farsa, e um outro Senador desta semana passada comparou a todos de passarinhos, dizendo que é jogar alpiste que todos irão comer. Muito provavelmente ele iniciará o processo de comer alpiste. Eu disse a V.Exª que naquele momento, de que era necessário que esta Comissão fosse respeitada. Nós estávamos apenas iniciando nossos trabalhos. Não concordo com ninguém. Nem parlamentares da base do Governo eventualmente ou da oposição que queiram desmoralizar a CPI. A CPI está fazendo seu trabalho, apenas começando. Levantando dados, ouvindo pessoas para fazer o Relatório e apresentar conclusões ao povo brasileiro, serenas, equilibradas, verdadeiras. Por isso, creio que a senhora não pode concordar como já manifestou algumas vezes, com aquelas vozes que querem, eles sim, desmoralizar e desacreditar esta Comissão. Por último, Presidente, eu quero me manifestar também a respeito da matéria da revista Veja. Eu provavelmente fui um dos parlamentares que disse no início da nossa Comissão V.Exª informou de que aqui na nossa Casa, no Senado Federal, havia um cofre que guardava os documentos. [soa a campainha] E eu informava a V.Exª que aquilo é ficção. Porque quando se quer vazar documentos se vaza de qualquer lugar. E disse que as CPIs vazavam documentos. Os parlamentares da oposição não gostaram muito do que eu falei porque disseram não, isso não tem problema, documento público tem que ser colocado ao público.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): É o que vou fazer agora, Presidente, dizendo que acabou de vazar um documento e eu vejo a oposição extremamente preocupada com isso. Há 10 dias atrás defendiam o vazamento de documentos. Disseram que não tinha nenhum problema, os documentos dizem respeito a questões públicas, devem ser divulgados. Não tem que ter absolutamente nenhum tipo de amparo, não tem que ter problemas para divulgar aquilo que é público. A revista Veja, não sei como, através de que método, de que processo fez a divulgação de uma matéria e vejo a oposição excessivamente preocupada com isso. Mas eles defendiam isso, Presidente. Então o que está acontecendo? Gostaria de entender a opo-

sição no que diz respeito a este particular, Presidente. Se devemos fazer a defesa ou não daquilo que a Constituição diz e que todas as decisões do Supremo garantem, sigilos. Significa responsabilidade e seriedade. Com relação à carta--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Questão de Ordem está encerrada, Deputado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): No que diz respeito à carta do ex-Presidente Fernando Henrique, me parece um pouco de chantagem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14 foi pedido pelo Senador Arthur Virgílio e Senador Alvaro Dias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Depois pela Ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio e Senador Alvaro Dias pelo art. 14.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, pela Ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, antes de mais nada eu digo ao Deputado Paulo Teixeira e respondendo a sua elegante formulação que claro que estou aqui às ordens para debater qualquer tema a começar pela carta do Presidente Fernando Henrique. Em relação ao nosso ilustre e talentoso Deputado Sílvio Costa, do PSC de Pernambuco, tenho muito orgulho de dizer que me pareço com meus companheiros. Nós buscamos uma uniformidade na bancada do PMDB. Já V.Exª, simpático, educado, fino como demonstrou ser, é peculiar, eu percebi que se parece apenas com ele próprio, e com mais ninguém. Eu vejo que nesse aspecto ele se singulariza. A questão pra mim não está entre oposição e Governo. Está entre verdade e inverdade. Não há o dossiê, diz o Governo. No entanto, a Ministra Dilma admite que figuras que alimentam o SUPRIM com dados estariam sendo investigadas porque deteriam as senhas e dados que nós aqui não detemos. Meu prezado Deputado Nilson do Acre fala que pessoas da oposição defendiam o vazamento. Eu não acredito que alguém tenha dito isso porque aí seria sim uma leviandade de um parlamentar da oposição. Defendiam e defendo o aclaramento dos fatos que um homem público provocado, como foi o Presidente Fernando Henrique e como está sendo o Presidente Lula, não tem o pejo de colocar todos seus dados à disposição da opinião pública. Até porque nós já vimos que o caráter dos gastos ali postos não tem nada a ver com segurança nacional. Mas, a visita do Presidente Bush ao Brasil, se alguém divulga os dados antes da visita ou durante a visita está colocando em risco um estadista estrangeiro, acredito isso. Mas seis meses depois, um ano depois eu não vejo porque não se divulgar o que custou para os cofres brasileiros e para o bolso do contribuinte brasileiro a visita do Presidente George W. Bush. Em outras palavras, nós temos que definir, Sr. Presidente, concluo e tenho esses cinqüenta e nove segundos para concluir, dizendo que nós não vamos cair mesmo nesse jogo de oposição de Governo. Nós vimos CPMI que funcionaram muito bem, quero manter a confiança em V.Exª até o final. A confiança no Relator, a confiança na maioria desta Comissão, não acredito nessa questão de maioria nem de minoria. Vejo que tem algo irrecusável não tem, não existe o dossiê. Se não existe o dossiê, então por que investigação em cima de dossiê que não existe? Por que investigação em cima dos funcionários da SUPRIM que estão alimentando de dados a CPMI, alimentando de dados os seus sistemas com o que se referisse supostamente a Fernando Henrique ou Lula, ponto de vista do seus gastos com cartões corporativos. Nós temos que saber o que tem em mãos o Tribunal de Contas da União, nós temos enfim que saber, SRª Presidente, tudo. Não fica bem a essa altura nós inventarmos segurança nacional, quando nós sabemos que jogo de sinuca, champanhe, vinho francês, o que quer que seja, tem nada a ver com segurança nacional. Tem a ver com transparência ou não transparência e os dois Presidentes o atual e o anterior têm que demonstrar transparência e um já mandou autorização para quebrar o seu sigilo.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Senador Alvaro Dias.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Senador Alvaro Dias que também foi citado e já pediu o art. 14.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, primeiramente uma questão de justiça. Ninguém realmente poderia denominar de carta leviana a carta do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário, ela revela altivez, dignidade e responsabilidade pública. E traz uma verdade indesmentível(F). Nunca houve sigilo nas contas do Presidente. Todas as contas do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram alvo de auditoria e de prestação de contas. Sigilo nunca houve. E o que o Presidente afirma é absolutamente verdadeiro. Porque o Tribunal de Contas da União teve acesso a todas as contas do Presidente da República nos seus dois mandatos e jamais elas foram contestadas por quem quer que seja. Jamais foram contestadas sequer por qualquer Deputado ou

Senador de oposição no Congresso Nacional. Não houve nenhuma investigação porque denuncia não houve a respeito da lisura dos procedimentos adotados nos gastos com suprimento de fundos no Governo Fernando Henrique Cardoso. Falou-se aqui que nós aprovamos Requerimentos de convocação. Não aprovamos Requerimentos de convocação. Aprovamos convites. E depoimento de convidado não tem valor jurídico. O dossiê existe. O próprio Ministro da Justiça confirmou a sua existência. Apenas o apelidou de Relatório. Como Relatório ou como dossiê, o fato é que ele existe. Não foi, portanto, leviandade da revista Veja ao publicar a matéria que publicou, aliás, a matéria não é oração sem sujeito. Ela vem assinada pelo jornalista [ininteligível]. Oração sem sujeito é o documento vazado. Ele sim não tem sujeito [soa a campainha] porque não tem assinatura. A Ministra Dilma diz que investiga quem é o sujeito desta oração. É possível que ela encontrará facilmente. O sujeito e o subsujeito desta oração, a Ministra certamente sabe quem é. Provavelmente, ao final desta investigação que ela procede, afirmará que não houve a possibilidade de responsabilizar quem quer que seja. Mas o documento existe e fac-símile de parte dele a revista Veja veiculou e a Rede Globo no Jornal Nacional da mesma forma apresentou para que todo país pudesse tomar conhecimento. Finalmente, SRª Presidente, a questão da farsa. Eu tenho usado esta palavra reiteradamente. E vou aqui novamente usá-la. É uma convicção pessoal e é um direito que eu tenho de expor a minha convicção pessoal. Evidentemente depois de 32 anos de mandato eletivo se não tiver opinião pessoal eu serei um inútil, estarei aqui então ocupando um lugar que não deveria ocupar. A minha opinião pessoal é esta.

O Deputado Affonso Camargo abordou bem a questão. É dinheiro público. A palavra está dizendo. Se o dinheiro é público, a despesa é pública. O público tem que tomar conhecimento da despesa. Portanto, se esta CPI caminhar para abafar as contas da Presidência da República, não revelar os gastos efetuados no atual Governo em 150 cartões de órgãos ligados à Presidência da República, ela caminha realmente para se constituir em uma grande farsa. Eu sempre coloquei no condicional. Eu nunca disse que a CPI é uma farsa. Eu sempre disse, se essa CPI não convocar e não quebrar sigilo, se consagrará como uma grande farsa entre todas as CPIs já realizadas no Congresso Nacional.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou apenas colocar as pessoas que já estão listadas. E pela Ordem, só se for através de Item regimental.

DEPUTADO SILVIO COSTA: Pela ordem.

SENADOR MARCONI PERILLO: SRª Presidente, art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio Costa pediu Art. 14.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para contraditar, SRª Presidente. Já foram duas vezes. Art. 14, inciso VII, art. 14. Dois oradores já falaram.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu estou usando pela primeira vez e parabenizo de estar respeitando o Regimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio Costa, o Regimento diz que duas vezes é o máximo. V.Exª falou uma vez e tem direito a mais uma interveniência. Faz favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO: SRª Presidente, uma vez por Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de Ordem, Presidente.

[falas sobrepostas] [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra está com o Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente-

DEPUTADO ALVARO DIAS: É regimental...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14 é. Ele foi citado pelo Senador Arthur Virgílio.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu queria esclarecer à oposição que não adianta insistir na tese de que a base do Governo está tentando encobrir as contas sigilosas. Eu fiz aqui um desafio aos companheiros da oposição. Pedi que algum parlamentar da oposição mostrasse pedagogicamente o que era segurança nacional e o que era conta sigilosa. A partir desse debate efetivamente a gente pode votar qualquer tipo de Requerimento. Nós tínhamos feito inclusive o entendimento, SRª Presidente, na CPI, de esgotar esse debate do que era sigilo e do que era segurança nacional. V.Exª sabe disso e isso consta inclusive em Ata. Nós decidimos ouvir uma série de pessoas exatamente para que a gente chegasse a essa leitura do que era sigilo e do que era segurança nacional. Portanto, eu queria fazer um apelo aos companheiros da oposição. Não tentem passar para a opinião pública o que não é verdade. Não tentem passar o que não é verdade. A base do Governo é a favor da abertura das contas sigilosas. Ela é contra a abertura das contas de segurança nacional. E esta

CPI ainda não definiu o que é segurança nacional e o que é sigilo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador José Agripino com a palavra. Já tinha pedido.

[falas sobrepostas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, eu estou insistentemente pedindo a palavra desde o início da sessão. Então queria que a senhora anunciasse--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois do Senador José Agripino, V.Exª tem a palavra.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São tantos pela Ordem que eu tenho que seguir, não dá para todos falarem ao mesmo tempo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Marisa, a senhora pode dizer a Ordem das inscrições?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, senhores parlamentares, eu gostaria de fazer um apelo. Aqui as questões político partidárias, e a emoção, cedessem lugar à razão, ao respeito à opinião pública. Eu acho que quem está nos vendo e nos ouvindo nesse momento está interessado no combate à impunidade. Veja V.Exª o que é que nos motivou a fazer há anos, três anos atrás talvez no Senado, o primeiro Requerimento pedindo informações sobre o uso do dinheiro mal gasto com o cartão corporativo. Foram denúncias colhidas junto ao Tribunal de Contas da União, que é órgão isento. Onde não há componente político partidário nem emoção. Aqui está se discutindo perto de uma hora uma carta correta que revela a qualidade moral do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e que foi colocada porque ele foi colocado sob investigação ou sob suspeita. A atitude que S.Exª tomou foi a de um homem com a qualidade moral que tem, de colocar-se num plano de correção e de insuspeição(F). Agora, que isso não ceda espaço para a manipulação político partidária de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tem obrigação de investigar com isenção. O que eu quero propor a essa Comissão, em nome do pragmatismo, em nome do respeito ao sentimento da sociedade que é de indignação com perspectiva de impunidade. É que nós voltemos à origem. Quem motivou a criação desta CPI foram sucessivas denúncias colhidas em relatórios do Tribunal de Contas da União. E eu queria, SRª Presidente, pedir preferência para o art. 5º e o art.... Para o Item nº 5 e o Item nº 47 da Pauta da Reunião de hoje que falam exatamente [soa a campainha] da necessidade de se trazer para conhecimento dos membros desta Comissão de um relatório que é público, mas que não é de conhecimento dos membros da Comissão, Deputados e Senadores, que é o relatório do TCU, que é a origem de tudo e que é a bíblia a ser seguida com respeito da isenção de uma instituição, Tribunal de Contas da União, que não tem comprometimento com ninguém a não ser com a verdade. Então o que eu quero solicitar à Comissão é que nós pautemos nossos trabalhos não por convocação de A, de B nem de C, mas pela vinda a esta Comissão do Relatório do TCU para que as suspeitas sejam feitas e identificadas e as investigações sejam feitas em cima de dados do TCU, Tribunal de Contas da União. Há um Requerimento de transporte desse Relatório para a Comissão com as notas fiscais correspondentes às comprovações. Com isso você tem o balizamento da investigação a ser procedida. Sem comprometimento de emoção nem questão político partidária e com respeito da opinião pública. É o apelo que faço aos membros da Comissão e a V.Exª. No sentido de que votemos em primeiro lugar antes de qualquer coisa o balizamento original. A vinda para esta Comissão do Relatório do TCU com as notas fiscais que comprovem os pagamentos das compras feitas com cartões corporativos sobre os quais existem suspeitas ou dúvidas. É só isso que peço e a sugestão que faço a V.Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Líder. Gostaria de informar a todos, uma brecha em tantos pedidos de Ordem, informar a todos que na Reunião em que nós começamos a discutir o convite convocação aos... às personalidades para vir aqui fazer suas oitivas e expor suas idéias e ser questionado pelos Senadores e Deputados, li todas as notas taquigráficas ontem, os Srs. Deputados e Senadores presentes naquela Reunião votaram e decidiram o seguinte. Que nós faríamos um convite, e se o convite à personalidade não comparecesse, eu estaria automaticamente autorizada a convocar. Como isso ficou muito claro naquela Reunião, eu fiz o convite já aprovado por essa... Por esse Plenário para o General Félix comparecer amanhã... Aliás, ontem, à nossa Casa. O General Félix mandou um expediente e me ligou informando que ele não viria, não poderia vir porque ele estava saindo de viagem marcada para o exterior, de férias. Tendo em vista que eu tinha uma delegação e tenho uma delegação desta Comissão para convocar automaticamente, deixei muito claro, se não vier então eu convoco. Todos concordaram. Portanto eu fiz o pedido de convocação. Era a obrigação que

eu tenho como Presidente dessa CPMI. Fiz a convocação, o General Félix, claro, não recebeu porque não está aqui, está nos Estados Unidos, e, portanto fica o General Félix e todos, várias outras personalidades que amanhã passo a Pauta para V.Exªs, ficarão convocadas para terça-feira estarem conosco aqui.

Eu acredito e muito que um convite desta CPMI teria que se sobrepor a quaisquer férias de qualquer servidor. É um servidor público que tem a obrigação de dar ciência àquilo que uma CPMI espera. Qualquer CPMI passa a ficar desmoralizada porque, aí faz convite, a pessoa fala "estou de férias". Isso não pode ser justificativa para não vir. Se qualquer Juiz intimasse qualquer pessoa a ser ouvida, qualquer Juiz, as pessoas iriam. Ninguém intimado a ser ouvido na justiça vai dizer não posso porque vou sair de férias. Portanto, evitando isso, nós temos a figura da convocação para fazer com que as pessoas possam levar essa CPMI e este Congresso a sério. Portanto, fica aqui a responsabilidade que eu tinha de informar a V.Exªs aquilo que estou informando, portanto o General Félix não veio, foi convocado e não veio, porque não está aqui para participar, e nos informa que só estará aqui a partir do dia 7. Portanto, a partir do dia 7 nós temos que ficar dependendo de ele poder vir. Eu quero colocar aqui que esta CPMI não vai ficar, enquanto eu presidir e puder fazer a Pauta e temos aqui várias personalidades que já foram aprovadas por essa Comissão, não vai ficar esperando o General Félix voltar para nós podermos discutir se podemos votar ou não o Requerimento. Os Requerimentos vão ser colocados em votação, e o Plenário é soberano, ou vota a favor ou vota contra. Mas terão que votar porque não vamos ficar, fechar a CPMI esperando que um convidado volte do exterior das suas férias para poder nos atender.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Tem pela Ordem o líder José Nery e a líder Ideli. Sobre os dois líderes, vão falar.

[falas sobrepostas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): SRª Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Senadoras, Srs. Deputados, Deputadas, primeiro eu queria cumprimentar V.Exª pela decisão que a senhora tomou de encaminhar a convocação do General Félix, [soa a campainha] tendo em vista o que nós havíamos--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria que V.Exª esperasse um minutinho. [soa a campainha] Pode continuar.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Tendo em vista o que nós aprovamos aqui na semana passada. Que os convidados que eventualmente se recusassem a vir à CPI seriam convocados. Creio também que isso seja uma lição para todos nós, para de fato transformar em convocação a todos que estavam previstos de serem convidados. Tendo em vista que nenhum servidor público seja ele do mais alto escalão ou mesmo graduado não podem deixar de entender que entre suas atribuições e suas funções estão aquelas de responder no caso ao Poder Legislativo, ao Congresso, quando da necessidade de prestação de informações fundamentais para esclarecer fatos como esse que estamos apurando aqui nessa CPMI. Então queria lhe cumprimentar pela determinação com que a senhora encaminhou essa questão. Mas eu queria, SRª Presidente, pedir respeitando o Requerimento que a senhora apresentou ontem, em relação ao pedido de informações e remessa de documentos da Casa Civil, do Governo, em relação ao Governo anterior e ao Governo atual, dizer que apresentei e gostaria que tivesse precedendo a apreciação Requerimento nº 133 que pede justamente o envio de todos os documentos referente aos anos de 2.000 a 2.007, apresentado ao Tribunal de Contas da União que comprovarem as despesas de caráter ditas sigilosas feitas através do cartão de pagamento do Governo Federal. Igualmente apresentei Requerimento solicitando que o Tribunal de Contas da União [soa a campainha] enviasse a essa CPI todos os documentos relativos ao mesmo período de 2.000 a 2.007, que comprovaram essas despesas, despesas essas que foram examinadas pelo Tribunal de Contas da União. Se o Tribunal, como órgão de auxílio de Fiscalização e Controle--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu gostaria que, ao apreciarmos os Requerimentos, que considerasse esses dois Requerimentos que apresentei, tendo em vista que se tratam justamente do envio dos documentos a essa CPI que tratam do esclarecimento de eventuais despesas que poderiam ser consideradas sigilosas. Nesse aspecto teria que haver o comprometimento da CPI enquanto não alterar a Legislação para que despesas de natureza ordinária do gabinete presidencial seja de qual for o Governo, deste, do anterior ou futuro, sejam de fato tratada com a transparência devida, respeitando o que diz a Constituição, porque não vejo na despesa até aqui apresentadas, despesa de caráter sigiloso que implicasse a segurança, uma questão de Estado, portanto, SRª Presidente, portanto eu queria pedir precedência na votação deste Requerimento quando da apreciação e deixar muito claro que ou investigamos todas as denúncias, seja do Governo anterior, seja do Governo atual, ou nós

não estaremos aqui cumprindo a função para a qual fomos determinados. Por isso, SRª Presidente, para encerrar, dizer que hoje aqui, ao tomar deliberações nessa Sessão, pode se configurar a farsa que muitos acham que pode ser a CPI, mas pode ser momento fundamental de afirmação da CPI. Por isso defendo a votação e é claro aprovação de Requerimentos de informações para que possamos enfim investigar sem nenhum tipo de imunidade, seja ao Governo Lula, seja ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Ideli, ela pediu Questão de Ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, SRª Presidente. Em primeiro lugar V.Exª mesmo confirmou que o General Félix comunicou oficialmente a V.Exª no dia 19 de março através do ofício nº 153 uma viagem internacional. Portanto, que ele não estaria no país inclusive para comparecer no dia 25. Então quero apenas confirmar o ofício do General Félix se colocando à disposição da CPI para prestar todos os esclarecimentos julgados necessários a partir do dia 7 de abril. Portanto, não houve nenhuma indisposição do General Félix de comparecer e prestar todos os esclarecimentos. Apenas comunicando oficialmente que no período previsto para... Ele estaria de férias, e não só de férias, ele estaria fora do país. A sua viagem o levaria para fora do país. E eu gostaria apenas de confirmar, Senadora Marisa, porque o seguinte, mesmo tendo sido comunicada oficialmente da viagem internacional do General Félix, V.Exª o comunicou da convocação através do ofício nº 11.208 emitido no dia 25 de março para ele comparecer convocado em menos de 48 horas, mesmo sabendo que ele estava fora do país.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Essa é uma prerrogativa de uma CPMI.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei, Senadora Marisa. Mas veja bem, quando V.Exª foi comunicada oficialmente da disposição do General Félix de comparecer a partir... Do término da sua viagem internacional, e V.Exª em menos de 48 horas o convoca, V.Exª já sabia de antemão que era impossível.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas era obrigação, nós tínhamos convidado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas Senadora Marisa, quando a senhora convoca em menos de 48 horas--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero prestar um esclarecimento que V. Exª não estava aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós fizemos um acordo e esse acordo foi cumprido. Então é isso que a gente faz, Senadora Ideli, quem tem palavra, cumpre a palavra.

[falas sobrepostas].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V.Exª sabe de uma viagem internacional que foi, que lhe foi oficialmente comunicada, me parece que a convocação ela teve o caráter de impedir que ela realmente se executasse.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. O caráter foi de garantir que na próxima vez ele vai estar aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Da próxima vez, Senadora Marisa, pode pedir, inclusive força policial para trazer o General Félix.

DEPUTADO NILSON MOURÃO: Pode e deve.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me parece que o objetivo tanto do General Félix é de vir prestar os esclarecimentos, de vir prestar os esclarecimentos na data adequada. E eu quero ainda dizer o seguinte. Nós temos um outro General também aprovado para prestar esclarecimentos, que é o General Alberto Cardoso, nós temos ainda o Dr. Paulo Lacerda para vir prestar esclarecimentos... Portanto, fica estranho que tendo ciência, tendo sido devidamente comunicada de uma viagem internacional, V.Exª tenha feito a convocação em menos de 48 horas. Portanto, eu acho que nós podemos fazer o calendário, fazer o calendário inclusive que é de fundamental importância para nós termos o entendimento do que é questão de segurança nacional ou não, para podermos deliberar, eu quero aqui inclusive avocar um fato concreto de que vazamento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já vou fazê-lo. Que vazamento de determinados procedimentos da Presidência da República envolvendo segurança não só do Presidente, mas de familiares do Presidente, por exemplo, no caso de Santa Catarina tornou obrigatória a Polícia Federal trocar toda a equipe de segurança de familiares do Presidente. Porque ninguém pode imaginar que gastos feitos por funcionários que fazem segurança de familiares do Presidente venham a público com

nome, crachá, identificação da segurança. Portanto é de fundamental importância que nós tenhamos bastante claro o que é segurança do que é despesa. Por isso tenho entendimento de fazer o cronograma sim das oitivas não só do General Félix como do General Alberto Cardoso, como o Dr. Paulo Lacerda para que a partir de definido o que é gasto envolvendo segurança e o que não é questão de segurança nós possamos ter a deliberação do que é quebra de sigilo ou não.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer uma proposta à Comissão. Há vários pedidos pela Ordem. É sumamente impossível nós darmos continuidade aos debates e à Pauta que foi feita hoje, e essa Mesa fez uma Pauta e enviou a todos os senhores, e eu quero consultar o Plenário, e é uma consulta que eu faço, se nós poderíamos deixar as palavras de Ordem, porque são 10 que estão analisadas. Ou nós ficamos só nas palavras de Ordem e não temos Reunião para discutir e debater nada, ou nós partimos para a Pauta de hoje. Portanto, aqueles... E eu quero fazer uma consulta. Aqueles que querem entrar na Pauta de hoje, que todos têm conhecimento que é o fulcro dessa Reunião, permaneçam como se acham. Então, aprovada a minha sugestão. Contra dois parlamentares. Portanto, a maioria do Plenário me deu a autorização de nós entrarmos na Reunião e na Pauta de hoje. O primeiro Item--

DEPUTADO MAURICIO QUNTELLA LESSA: Presidente, Questão de Ordem quase uma hora.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, questão de Ordem tem dez aqui.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Qual é o preceito regimental que V.Exª--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Art. 403 com 14. Vou falar sobre a questão de Ordem.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero aqui, Deputado, eu quero aqui e estou fazendo isso com toda tranqüilidade, desde o começo da Sessão.

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA: Não está. Eu estava com toda tranqüilidade até agora.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não há possibilidade de continuarmos trabalhando se não tivermos acordo. E a maioria fez um acordo.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio. Qual é o artigo que V.Exª--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Art. 403 com o art. 14.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O 403 constituirá questão de Ordem suscitável a qualquer fase da Sessão pelo prazo de cinco minutos. Qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação desse Regimento. Qual é o artigo?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Art. 403. e art. 14 do uso pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uso da palavra.

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA: SRª Presidente, para contraditar.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio. Para contraditar teria que dar a palavra para ele.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Só quero ponderar que foi colocado em votação. Colocado em votação é evidente que o Plenário se sobrepõe a essa Questão de Ordem. Senão cada um vai levantar a Questão de Ordem que entender pertinente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio, ele está pedindo e vou ficar atenta a isso a uma Questão de Ordem ligada sobre o uso da palavra que ele vai explicar qual é essa questão de Ordem. E nós estamos aqui todos para ouvir a sua Questão de Ordem sobre o uso da palavra.

[Pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para formular essa Questão de Ordem.

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA Eu tenho cinco minutos para formular. É preciso que se desarme desta Comissão. V.Exª recebeu aqui vários pedidos de pela Ordem. Que é regimental. O problema todinho aqui, Presidente, é que V.Exª... É regimental. O problema é que V.Exª está escolhendo a quem dar a palavra. Isso está causando constrangimento entre os Deputados, insatisfação no Plenário. Se V.Exª resolveu abrir a Sessão e abrir o debate através de pedido de pela Ordem, V.Exª tem que fazer inscrição do pela Ordem. Estou pedindo a palavra desde o início dessa Sessão, V.Exª deu apenas ao Senador Arthur Virgílio, ao Senador Alvaro Dias, a Senadora Ideli Salvatti e primeiro ao Senador... Ao Deputado Carlos Willian.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que é o único líder de todos aqui presentes.

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA Mas não estamos pedindo a palavra como líder. Está pedindo a palavra pela Ordem. É preciso que a Presidência respeite a inscrição. Senão vai gerar conflito. Todo mundo tem o mesmo direito de se expressar. Portanto, eu gostaria que V.Exª respeitasse os direitos dos Senadores e dos Deputados e fizesse as inscrições. Queria aqui para complementar dizer que essa questão de se ouvir o Plenário para se deixar de lado às questões de Ordem isso não é regimental. A Questão de Ordem tem precedência. Não há previsão regimental. Como não há também previsão regimental, Senadora Marisa, para se transformar, por exemplo, Requerimento convite em convocação. Não há. O acordo não pressupõe e nem pode ser maior que o Regimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Requerimento aprovado foi de convocação.

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA: Não foi. Foi de convite. Mas isso é outra Questão de Ordem. Quero pedir a V.Exª é que por gentileza respeite, a Mesa respeite a Ordem e o pedido da palavra dos Deputados.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não vou admitir, Deputado.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA: Não tem que admitir ou não admitir. Não foi respeitado. E ainda estou formulando. Numa boa, Presidente, só quero garantido o direito de falar quando me inscrever a tempo de falar. Estou terminando, e pediria apenas que nós nos desarmássemos e já que foi garantido o pela Ordem a todo mundo que seja concedido na Ordem de inscrição. Nós chegamos cedo para nos inscrevermos ali. Eu estava aqui às oito e meia com o Deputado Indio da Costa para garantir as inscrições. E de repente aqui já virou praxe nessa Comissão o fura-fila. E aí quem é mais mal educado, quem grita mais, fala mais.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço muito a V.Exª e agora vamos para o primeiro Item da Pauta. Quero pedir ao Deputado Indio da Costa e o Deputado Vic Pires requerer a convocação da Ministra chefe da Casa Civil, Drª Dilma Vana Rousseff. E eu quero... A palavra V.Exª tem por três minutos, como autor, e para contraditar o Deputado Sérgio pediu a palavra.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA(PT-RS): Presidente Marisa Serrano, eu gostaria de pedir a palavra como líder do Governo na Câmara, Presidente.

SENADOR ARTUR VIRGILHO : Um minutinho, eu tenho prioridade. Eu só queria dizer o seguinte, Presidente. Há Requerimento sobre a Mesa e o Requerimento tem que ser prioridade antes da votação disso aqui. Antes da votação há Requerimento sobre a Mesa inclusive meu e do Deputado Vic sobre essa questão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. A qualquer momento da Sessão eu posso colocar em votação, Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA: Não porque é sobre a Ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A qualquer momento eu posso colocar em votação. Deputado Fontana.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentá-la como Presidente dessa CPMI pela condução dos trabalhos, cumprimentar o Relator, Deputado Luiz Sérgio, e cumprimentar a todos os demais Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas que compõem esta CPMI. Presidente, eu quero, de maneira absolutamente clara, Presidente, eu queria solicitar a V.Exª que é normal, [soa a campainha] nós temos muitas pessoas que estão na sala, e queria... Primeiro, Presidente, eu gostaria de esclarecer a todos os membros desta Comissão de que a matéria publicada pela revista Veja, no último final de semana, não encontra nenhum respaldo em qualquer fato ou em qualquer documento. Toda revista e todo jornalista por óbvio têm o direito de fazer qualquer matéria. Isto é a liberdade de expressão que todos nós defendemos no país e há muitos anos. Mas nós que temos uma responsabilidade de Estado, nós que somos Deputados, Senadores, Senadoras, temos que também levar em conta que no Estado de direito uma matéria jornalística não se transforma em fato sem que haja uma documentação que sustente esta matéria.

A revista Veja tem errado muitas vezes ao longo do último período. Eu inclusive tenho aqui nas minhas mãos a revista Fórum, onde aparece uma entrevista do jornalista Luís Nassif, portanto de alguém absolutamente isento para tratar do tema, não é alguém que disputa o cenário político brasileiro no partido A ou no partido B, onde ele descreve, inclusive escreveu uma tese sobre isso, um conjunto de erros que foram cometidos intencionalmente ou não pela revista Veja ao longo dos últimos anos. Cito alguns. Ela acusou o Partido dos Trabalhadores e/ou a campanha do Presidente Lula de ter recebido recursos das FARC. [soa

a campainha] Acusou ter recebido recursos de Cuba, o que seria evidentemente uma ilegalidade. Meses se passaram, anos se passaram e não houve uma comprovação. E aqui me dirijo especialmente ao Presidente do PSDB, Senador Guerra, que nos acompanha neste momento. A revista Veja não teve inclusive a responsabilidade jornalística de reconhecer que até este momento ela não comprovou a matéria que publicou como uma forte acusação ao partido ao qual eu sou filiado e a campanha do Presidente da República que eu apoiei. Então eu levanto aqui suspeitas sobre a revista Veja. Mas acho que todo Governo, e por isso esclareço uma dúvida que foi levantada por alguns dos Senadores, não lembro qual, que o Governo instalou sim uma sindicância. Porque se algum servidor público cometeu um ato legal, de vazar um documento, que não poderia ter vazado porque era um documento de caráter administrativo sigiloso, ele cometeu uma ilegalidade. E se isso for comprovado tem que haver uma punição. Assim como se porventura a revista tenha publicado uma matéria que não está baseada em fatos reais, ela deveria reconhecer este erro. O que eu quero, então, concluindo Presidente, o que eu quero transmitir a esta Comissão com muita tranqüilidade e serenidade? Não há de parte do Governo nenhum tipo de dossiê. Isto seria absurdo, inadequado e inaceitável. Segundo, o Governo, o Estado Brasileiro, vai remeter esta Comissão inclusive porque sei que já foram aprovados Requerimentos, milhares de processos que envolvem gastos de contas de tipo B e contas de pagamento com cartão. Que esta Comissão vai analisar com todo rigor. De forma republicana, daquilo que ocorreu ao longo dos últimos 10 anos. E nós vamos contribuir, nobre Presidente, para que esta investigação seja a mais séria, aprofundada e republicana possível. Mas quero dizer com toda clareza, o Governo tem posição e vai sustentar e a sua base vai sustentar nessa Comissão hoje porque nós entendemos que a tentativa de convocar, a Ministra-Chefe da Casa Civil, é uma tentativa de politizar esta Comissão, de fazer luta política desqualificada do nosso ponto de vista. Porque significaria colocar a Ministra-Chefe da Casa Civil sob suspeição inadequadamente. Porque ela não está sendo chamada aqui. Eu vou concluir, Presidente, se V.Exª tiver o mínimo de tolerância comigo porque aqui eu vi muitas falas que inclusive extrapolaram tempos, regimentos, etc. Então, nós entendemos que esta tentativa de convocação da Ministra Dilma é uma tentativa de retomar um ambiente de pura conflitividade entre partidos [soa a campainha] e não de buscar os efetivos esclarecimentos que esta Comissão se debruça sobre eles.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado hora, Deputado.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Por fim, Presidente, dizer que um pouco da coragem da carta do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a quem respeito e sobre quem não levanto nenhuma suspeita em relação aos gastos que teve como Presidente da República, ela não altera a lógica de que nós--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, gostaria de V.Exª--

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Presidente, estou pedindo o mínimo de tolerância a V.Exª. Se o rigor for tanto aqui, nós podemos adotar o rigor máximo em todas as circunstâncias. Pode ser também para nós. Agora, não o rigor máximo quando fala o líder do Governo e o rigor mínimo quando fala o representante da oposição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso não é verdade, Deputado. Não é verdade.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Para concluir, Presidente, que a suposta coragem do ex-Presidente não altera a lógica de que gastos sigilosos que tem a ver com a segurança do Estado Brasileiro, não estão sob o arbítrio nem do ex-Presidente nem do atual Presidente e nem de outro Presidente que venha a se eleger talvez um pouco dessa coragem se permite a ironia, poderia ser usado para orientar a base do Governo de São Paulo a apoiar uma CPI para investigar os gastos com cartão e com contas tipo B no Estado de São Paulo como está sendo feito aqui. Isso sim seria um ato de coragem e republicanismo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Nós estamos aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Como líder do PSDB.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero dar uma informação. Existe aqui à Mesa cinco Requerimentos de reordenamento da Ordem do dia que não é reordenamento, é Requerimento de preferência, e todos Requerimentos de preferência que estão aqui, são cinco, reordenam a Pauta de hoje. É direito dos Deputados e Senadores fazê-lo e, portanto, antes de começar a discussão dos Requerimentos, eu coloco em votação os Requerimentos de preferência. Antes de colocar os Requerimentos de preferência, há dois líderes que estão pedindo como líder para falar. O líder Carlos Willian, líder do PTC e do bloco, e o Senador Arthur Virgílio.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, caros colegas, nós vamos começar agora

no ponto mais importante dessa CPI, que os outros pontos que eu considero importantes, passados, o Governo mostrando que quer colaborar com a CPI, que quer colaborar com a população brasileira em trazer à tona como funciona e, acima de tudo, arrumar uma forma de mecanismo para que nós possamos adequar melhor o funcionamento deste sistema, ou até mesmo excluí-lo. Nós convocamos várias autoridades para estar presente. Lamentavelmente não está presente um dos convidados. Onde V.Exª sabiamente e de acordo com o poder que nós a lhe conferimos, a senhora transformou em convocação, a senhora está certa de fazer isso. A senhora está certa porque foi delegada por este Plenário a fazer isso. Lamentamos profundamente a presença desta autoridade não estar presente aqui. Poderia ter deixado de viajar, poderia ter retardado a sua viagem, poderia viajar e vir aqui somente para poder responder. Eu lamento que nesta parte um membro do Governo deixou de colaborar com essa CPI. Então, nós do Governo não estamos aqui aplaudindo inclusive as coisas que deveriam estar certas e que foram feitas erradas. Mesmo que pese toda a defesa que foi feita a ele. Perfeito. O líder do Governo fez uma brilhante defesa do que tem que ser essa CPI. Nós não podemos transformar isso aqui em um palco onde queiram esganar membros do Governo. Onde queira qualquer forma buscar e até mesmo sangrar Funcionários Públicos. Nós entendemos que teremos que entrar, na hora que tivermos que entrar junto com o cartão sigiloso, mas este não é o momento, porque não tem o fato concreto. O que existe nessa CPI, SRª Presidente, são só insinuações e algumas desconfianças. Coisas concretas não existem. [soa a campainha] E eu peço aqui a compreensão e a atenção dos meus colegas, Deputados e Senadores, a imprensa que sempre colabora com essa CPI traz informações importantes. Mas também traz informações erradas. E quem às vezes dão essas informações à imprensa são Deputados, e às vezes Deputados da oposição que estão induzindo a imprensa a erro. A exemplo desse jornal que eu não vou mostrar o nome que está aqui que colocou cartão pagou até bailarinas. Servidor da Casa Civil contratou 20 moças. Júlio de Castro Cavalcante--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Estou concluindo, Exª. Júlio Cavalcante, lotado no centro de gestão operacional, sistema de proteção contratou 20 moças para participar de não sei o que alegando que as despesas foram realizadas rigorosamente no interesse da administração. Mas se recusou a falar sobre as tais bailarinas. Aqui, SRª Presidente, está às notas fiscais das bailarinas que foram contratadas. Está aqui as notas fiscais das 20 bailarinas. E o preço que ela foi contratada cada bailarina. 20 bailarinas por cem reais. É muito barato essas bailarinas. Agora, sabe que bailarina, Sr. Presidente, a bailarina é um copo desse aqui onde coloca-se ornamentação. Onde se coloca flores. E, portanto disso, a oposição fez o maior escarcéu e queria convocar as bailarinas. E eu já requisitei na Casa Civil que traga na próxima semana as 20 bailarinas! Que as 20 bailarinas sejam colocadas aqui para que todos tenham conhecimento. [soa a campainha] Concluindo, SRª Presidente. O que eu quero dizer a senhora é que temos que ter maturidade, que nós não podemos nos pautar nem pela pressão da oposição e não podemos nos pautar também nem pelas informações da imprensa. O que nós devemos, sim, é respeitar a imprensa que é o braço direito desta Casa, e também da oposição. Mas, não podemos acreditar e nem trazer uma CPI e-– concluindo, SRª Presidente. E nem convocar pessoas que não está no momento correto. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigado. Senador Arthur Virgílio como líder, cinco minutos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente eu não faço questão de convocar bailarina aqui. Eu quero apenas ver os gastos das duas famílias presidenciais abertos para o conhecimento do público. Esse será o grande passo civilizatório(F) a ser marcado por essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de Ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não na minha vez. Depois com certeza, mas na minha vez nem no tempo do Presidente Geisel. Na minha vez não. Nem no tempo do Presidente Ernesto Geisel.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Questão de Ordem pode ser falado na vez de qualquer parlamentar. [soa a campainha]

[falas sobrepostas].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Questão de Ordem não tem orador na Tribuna, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há orador falando. V.Exª está com a palavra.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu vou continuar a falar, SRª Presidente. SRª Presidente--

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): E pela liderança do-– [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É sempre bom essas metamorfoses porque o Senador Almeida Lima era a pessoa mais fiel que eu contava para cumprir as missões do PSDB até bem pouco tempo atrás.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu sou exatamente fiel do lado que eu me encontro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Talvez mude muito de lado, mas foi muito fiel a mim enquanto fui seu líder.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Claro. Lhe deixei no PSDB porque não foi fiel mim.

[Pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria... Senador Almeida Lima, há orador com a palavra. Eu gostaria Senador Almeida Lima que mantivesse a calma. V.Exª está inscrito.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO SILVIO COSTA: [pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, bem, a revista Veja, como qualquer órgão de imprensa, evidentemente que comete equívocos e comete acertos. Mas não comete só erros, não. Afinal de contas foi a partir de matéria dela e de outras revistas, de outros órgãos da imprensa brasileira que se apontaram os 40 mensaleiros(F) que hoje são julgados a pedido do Procurador-Geral da República pelo Supremo Tribunal Federal. Ora dizem que o dossiê é falso, e ora dizem que querem punir os vazadores do dossiê. E sempre não sabiam. É a política eterna do não sabiam. Se o dossiê é falso, para que a sindicância? Me refiro ao prezado amigo e líder Henrique Fontana. Nós temos já um certo currículo nesse Governo de dossiês. Teve um dossiê que o Presidente chamou de aloprados. Lorenzetti Amilton não sei das quantas... Aquele dossiê Vedoin, aquele dossiê dos sanguessugas que é um dossiê claramente ante tucano. Nós temos agora esse outro dossiê que sem dúvida está comprovado que saiu sim do palácio do Palácio do Planalto e a culpa está indo para os tais funcionários de pequeno porte, de pequeno calão, de pequeno calado que são aqueles que alimentam com dados os computadores a respeito do que eles pedem para fazer. Ministro Tasso Genro disse ontem que não havia dossiê Fernando Henrique, mas que havia sim essa compilação de dados a partir de uma solicitação do TCU e o TCU diz que não fez a solicitação. Ou seja, fundamental para nós com muita frieza, SRª Presidente, eu sou muito pouco de não sou disso não. Aqui estou querendo simplesmente que nós chegamos à melhor definição sobre os fatos. Eu gostaria de chegarmos aos dossiês. O Deputado Vic Pires Franco vai fazer uma proposta muito interessante que pode ser conciliatória em relação à questão da Ministra Dilma, de parte do PSDB, já estamos de acordo antecipadamente o que vai propor o Deputado Pires Franco. Nós temos o desejo de ver todos os gastos expostos. Toda essa história que não seja ela uma cortina de fumaça para nós no fundo encobrirmos gastos públicos que não tem porque receberem o caráter de confidencialidade, não tem porque. É muito fácil, se o General Félix tivesse comparecido aqui priorizando a CPI e não suas férias, nós teríamos inclusive com ele, talvez até numa Sessão secreta da CPI, definido, SRª Presidente, quais são os gastos efetivamente de segurança e por quanto tempo eles merecem ser considerados gastos de segurança nacional. Para sempre não. Para sempre não tem o menor cabimento. Dá impressão que tem gente querendo esconder maus feitos. E do outro lado, aqui tentaram achincalhar à iniciativa do Presidente, que foi apenas uma iniciativa republicana de um homem público. Disse: "Eu quero que abram minhas contas". A Ministra Dilma ligou gentilmente à dona Ruth Cardoso. Dona Ruth Cardoso agradeceu, mas a outra parte não foi divulgada. "Mas por favor, Ministra, eu preciso e desejo e exijo a divulgação das minhas contas, dos meus gastos". Não vejo por que é que se vai agir do outro lado de forma diversa, de forma diferente. De maneira muito tranqüila, aqui trazida até a questão de São Paulo, se vai ter CPI ou não vai ter CPI. Eu não tive a honra de ser Deputado Estadual lá no meu estado, não tive a honra, infelizmente. Comecei como Deputado Federal. Gostaria muito de ter sido. Acho que faltou isso para completar uma formação e não fui Vereador, consegui ser Prefeito da minha cidade, mas se tivesse sido Vereador teria sido muito honroso pra mim.

O fato, de uma coisa posso falar do Governador José Serra, não falsificará, nem mandará falsificar dossiê. Nada parecido com Vedoin, com Lorenzetti, nada parecido com isso. E nem sairá de lá nenhum dado subalterno tipo esse dossiê que acabou nas mãos da revista Veja para digamos, incriminar a gestão da Prefeita Marta Suplicy. Isso não acontecerá. Não faz parte do caráter do Governador Serra. Por outro lado, se houver motivo, vou ser franco, SRª Presidente, se o Presidente Lula tivesse me respondido dando os gastos dele e dos Ministros todos, eu próprio abriria mão de CPI. [soa a campainha] Vou concluir para dizer a V.Exª que agora a Mesa por muita pressão nossa vai liberar os 38 Requerimentos que solicitei. 37 Requeri-

mentos um para cada Ministério e um Requerimento a respeito das minhas contas do tempo que eu era Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. Até isso estava difícil pra mim obter. Vejo que nós temos inclusive que ir ao... Como iremos hoje, à Procuradoria-Geral da República para cobrar investigação sobre esse tal dossiê falso. Mas o Deputado Vic Pires Franco tem solução bastante criativa que tenho a impressão que irá ao encontro da boa vontade, da boa-fé do líder Fontana e tenho a impressão que nós a partir daí teremos pela palavra dele teremos com certeza a vinda da Ministra aqui. E teremos com certeza, disse o Deputado Fontana, que não se opõe a isso, peço mais cinco segundos só, disse o Deputado Fontana, que não se opõe a isso, que cumprindo certos rituais, todas as contas serão tornadas públicas. Eu fiquei... Saio daqui, SRª Presidente, cheio de alegria, cheio de muita convicção de que vai andar esta CPI. Não foi a palavra ninguém menos que o líder do Governo. Vejo a boa vontade do Relator, vejo a determinação de V.Exª, e acredito que o líder do governo a todos encheu de esperança. No momento certo as contas serão todas abertas. É essa a grande vitória, a grande conquista dessa Sessão. A palavra do líder Governo de que assim agiremos e não haverá sujeira varrida para debaixo do tapete.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem primeiro levantada pelo Senador-– Senador Almeida Lima tinha pedido a Questão de Ordem.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, a Questão de Ordem tem prevalência. Eu pedi pela Ordem e pela liderança do PMDB quando a oportunidade chegar. Se há uma Questão de Ordem solicitada, V.Exª deve dar a palavra primeiro a quem solicitou uma Questão de Ordem. Eu solicitei a palavra--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exª está com a palavra, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu não desejo fazer uso da palavra agora porque há uma Questão de Ordem para ser levantada. Eu devo dar prevalência à Questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Eu gostaria de informar a todos os parlamentares que os Requerimentos de informação que estão aqui à Mesa, são todos de inversão de Pauta. Vamos botar em votação, líder Carlos Willian, todos Requerimentos de inversão. Elas mudam a Pauta de hoje. Então eu gostaria que V.Exªs prestassem bem atenção porque cada Requerimento que vamos votar agora muda aquela Pauta que V.Exªs receberam e sei que trabalharam em cima dela. E agora terão que rever em cima dessa Pauta, das preferências que foram solicitadas. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, Questão de Ordem. Questão de Ordem, art. 14, art. 4º, aliás, art. 101, diz o seguinte. Constituirão Questão de Ordem suscitável em qualquer fase da Sessão. Pelo prazo de cinco minutos. Toda dúvida sobre interpretação deste Regimento. E na prática. Então acho que cabe a cada momento. Mas respeitando a autonomia e autoridade de V.Exª, e também o nosso nobre Senador que já disse que é um prazer ouvi-lo, nós vamos fazer a Questão de Ordem. Excelência, art. 6º dos líderes diz o seguinte. Ao líder é lícito usar a palavra uma única vez em qualquer fase da Sessão pelo prazo de cinco minutos para comunicação urgente. Então, veja só, o Senador, Presidente, eu verifiquei, ele não consta como membro dessa CPI. Portanto, ele está usando como líder. E como líder, SRª Presidente, ele só pode falar uma vez durante cinco minutos. E, inclusive, fazer palavras que até eu acho que não foi muito correta com a Mesa que segundo ele só depois de muita pressão com a Mesa ele conseguiu apresentar os Requerimentos. O que nós não precisamos de dizer, porque nós com muita facilidade temos condições de fazer os Requerimentos junto a essa Mesa.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas não foi essa Mesa. Foi a Mesa do Senado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É porque ele entregou diretamente a essa Mesa, os Requerimentos, que vão seguir, acho da senhora que vai seguir as ordens cronológicas normais.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Gostaria de... Continuando a nossa Reunião, que está indo mesmo com todos percalços está indo bem, porque estamos conseguindo dar a palavra a tantos parlamentares que têm o direito de falar e de se expressar e eu gosto sempre que todos tenham essa oportunidade, independente da coloração partidária. Portanto, nós vamos agora discutir a Pauta da Reunião de hoje.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): A senhora vai colocar em debate, em votação os Requerimentos de preferência.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Requerimentos de preferência.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): A senhora poderia indicar todos os Requerimentos, todos, ler todos para o Plenário, um a um, e em seguida re-

tomarmos então o processo de votação para que nós tenhamos conhecimento de todos eles. Quais são os Requerimentos de preferência e a respeito de que trata.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas isso vai levar muito tempo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Nilson fez uma sugestão que eu acho válida de em vez de um Requerimento por Requerimento, para ter um apanhado de todos os Requerimentos como V.Exªs têm na Ordem na Pauta que a gente envia sempre.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Apenas para pedir a V.Exª qual é a Ordem de chegada dos documentos para ver qual o Requerimento que terá preferência no debate.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Eu queria antes de passar a palavra... Esclarecer V.Exª, perguntar ao Senador Almeida Lima se ainda deseja fazer uso da palavra.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Pela Ordem. Primeiro, Presidente, para esclarecer a V.Exª e a este Plenário o que estabelece o Regimento comum quanto às questões de Ordem, estabelecido no art. 131 ao art. 133, onde diz de forma muito clara que constituirá Questão de Ordem suscitável em qualquer fase da Sessão, e auxiliado pelo Requerimento do Senado, art. 18, estabelece que o Senador no uso da palavra poderá ser interrompido. Inciso I, pelo Presidente. inciso II, por outro Senador. Alínea "b", independentemente de seu consentimento para formular a Presidência a reclamação quanto à observância do Regimento. Mais ainda quando para pedir uma questão de Ordem. Portanto, a minha palavra pela Ordem decorre exatamente, primeiro deste fato, que se sobrepôs a um anterior. Quando presenciei o líder do Governo não ter recebido condições por parte de V.Exª para concluir a sua fala [soa a campainha] extremamente importante. Portanto, a minha palavra pela Ordem é no sentido de saber se vamos cumprir as normas regimentais quanto ao uso da palavra e o seu tempo, ou se será dado tratamento diferenciado à bancada A ou tratamento diferenciado à bancada B. Pois eu me recordo muito bem que na quarta-feira da semana anterior, a última, tivemos a Sessão interrompida no Plenário do Senado Federal, já depois da meia-noite, exatamente porque o Presidente Garibaldi Alves tentava apenas cumprir o Regimento. E o partido de V.Exª, aliado ao Democrata, desejava extrapolar as normas regimentais exatamente pela palavra do líder, Senador Arthur Virgílio. Quando o Regimento determinava quando em deliberação determinadas matéria, sobretudo Medida Provisória em regime de urgência falar um determinado número de parlamentares a favor e outro contra por Requerimento--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu concluirei no meu tempo. Se V.Exª permitir. Se V.Exª não permitir, eu não concluirei no meu tempo. Agora, não gostaria de ser interrompido por V.Exª enquanto eu estiver no meu raciocínio. Se o meu tempo for esgotado, gostaria de saber qual é meu tempo para eu poder encerrar ou V.Exª interromper. Mas não gostaria de ser interrompido. E a minha pela Ordem é exatamente nesse sentido.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O tempo que foi dado a V.Exª está sendo mantido e está sendo registrado.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não está registrado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acabou cinco minutos, Senador. Foi dado. Lhe dou, mas nenhum problema. V.Exª está... Um regimentalista conhecido nessa Casa, e nós sabemos, e para nós é interessante até ouvi-lo, portanto não tem nenhum problema. V.Exª tem mais três minutos.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Vou concluir dizendo o seguinte. A oposição naquela Sessão disse que o Governo estava querendo amordaçá-la, aqui é ao contrário? Nessa Sessão da CPMI é ao contrário? Portanto eu gostaria de saber de V.Exª a seguinte explicação. Se esses tempos regimentais serão devidamente observados. Sem interrupção. Agora, acho que V.Exª tem o direito de cortar a palavra, e o microfone e o som automaticamente assim que ele for esgotado. Mas que esse tratamento seja dado a todos. Inclusive e, sobretudo ao meu querido líder Arthur Virgílio.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço as suas palavras.

DEPUTADO VIC PIRES: SRª Presidente, por favor, só um esclarecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É um esclarecimento? Como não Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É para ajudar. Me parece que todos Requerimentos de inversão mantém o Requerimento de convocação da Ministra Dilma em primeiro lugar. Então, tenho uma proposta. Gostaria, primeiro, de votar o Requerimento de convocação da Ministra Dilma e depois nós votaríamos os Requerimentos e inversão. Já que todos mantêm a Ministra Dilma como primeiro. É uma proposta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Acato a sugestão de

V.Exª e, portanto, eu quero pedir ao Deputado Vic e ao Deputado Indio, qualquer um dos dois, são autores, que lêem a Ementa do Requerimento. Eu gostaria de fazer--

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, eu não tive a palavra de V.Exª. Eu não tive a resposta de V.Exª. Eu gostaria de saber se o Regimento será exatamente cumprido nos tempos determinados.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Almeida Lima, Senador, desde a primeira Sessão nós estamos procurando seguir sempre e vamos seguir o Regimento. Temos seguido. Mas é claro e evidente, Senador, V.Exª está acostumado com o Parlamento e sabe que não tem como a gente às vezes não poder ouvir pelo menos uma sugestão de um Deputado como o Deputado fez agora. Portanto, V.Exª pode ficar tranqüilo que eu nunca, nessas cinco sessões que nós estamos, nunca ninguém aqui deixou de falar. Nós temos--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Três horas da tarde, quatro horas da tarde dando oportunidade a todos Senadores e Deputados de poder fazer uso da palavra. Portanto, Senador, V.Exª pode ficar tranqüilo que todos têm o direito e vão ter o direito de falar. Agora, é claro e evidente que não vai ser no grito que nós vamos conseguir fazer que essa Comissão ande. Portanto Deputado Vic com a palavra. Gostaria de pedir ao Deputado Vic e a todos Deputados e Senadores que forem ler os seus Requerimentos leiam a Ementa e o pequeno comentário. Porque não há como a gente poder fazer grandes--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já é o encaminhamento então?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já é o encaminhamento da votação. E o Deputado Luiz Sérgio pediu para contraditar. V.Exª tem cinco minutos e V.Exª vai ter três minutos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois não. Vou ler aqui o Requerimento que solicita a convocação da Ministra chefe da Casa Civil da Presidência da República, SRª Dilma Rousseff para prestar depoimentos nessa CPMI. SRª Presidente, particularmente eu sou um pouquinho contra essa história de acordo em CPI. Acordo em CPI dá no que dá. Nós começamos na primeira Sessão abrindo um precedente para mudar essa história de convocação para convidado. Convidado é em festa de aniversário. Aqui é convocação. É CPMI. O convidado, o convite não tem valor jurídico nenhum. Ele pode vir aqui, fala o que quiser e vai embora e fica por isso. Ou pode nem vir aqui como este General que tirou férias para não vir a nossa CPMI. A senhora agiu de forma corretamente e eu quero lhe parabenizar pela forma que a senhora agiu. Mas daqui para frente nós temos seguir outro rumo, o rumo da convocação. Nós temos que convocar. Todo mundo que vem para cá tem que vir na qualidade de convocado. Convocado fazendo juramento e não pode mentir aqui, Deputado Carlos Sampaio. Não é verdade? Então eu sou contra essa história de se fazer acordo. Agora, entendimento, como bem disse o Deputado Carlos Sampaio, acho que podemos fazer. Eu ouvi, SRª Presidente, o líder do Governo que não está aqui mais, o Deputado Henrique Fontana em que pede um pouco de calma para a nossa CPMI para que a Ministra Dilma, que já abriu já a sindicância lá na Presidência da República, lá na Casa Civil, para saber quem foi o funcionário da Presidência da República, da Casa Civil, do Governo, ou seja, lá de quem for, que vazou esse relatório que não deveria ser vazado para a imprensa. Queria fazer o entendimento já que o líder do Governo nos deu esse caminho, para que nós possamos juntamente com a base do Governo retirar agora, por enquanto, essa convocação da Ministra Dilma, Sr. Relator, baseado no que ele falou e trazer a Ministra Dilma aqui depois dessa sindicância. Para que ela venha aqui dizer para nós, esclarecer para nós como foi vazado, o que foi que essa sindicância se deu em alguma coisa, com certeza dará, e nos esclarecer as outras coisas que queremos. Não existe mais transparência do que isso. Acho que o Governo quer.

Eu não vou ficar aqui nessa briga de comadre. Que a esposa gastou isso, a outra esposa também gastou. Não me interessa isso. Interessa esclarecer tudo e é isso que todos nós queremos. Acho que a carta do Presidente Fernando Henrique foi uma demonstração de honradez do ex-Presidente. Mas acho que tudo tem que ser apurado. Então, para mostrar para o Governo que nós não estamos aqui fazendo politicagem, nós poderíamos dar esse prazo para a Ministra Dilma para que ela investigue e veja quem foi que vazou lá na Presidência da República, e depois disso conforme o líder do Governo falou, ela venha aqui conosco e faça todos os esclarecimentos necessários para que aí sim nós possamos fazer a oitiva da SRª Ministra na qualidade de convocada. E não na qualidade de convidada. E só para encerrar, SRª Presidente, para encerrar, quanto ao General Félix, eu gostaria de saber de V.Exª como será o procedimento da convocação deles. Se nós vamos esperar que ele acabe a férias dele na Disney nos Estados Unidos ou se nós vamos fazer com que ele venha a esta CPI em respeito ao Congresso Nacional. E não saia de férias no meio de uma convocação, no

meio de um convite, e mais, usando a nossa boa fé. Porque nós deixamos de usar o termo, Deputado Paulo, convocado para convidado, mas com a certeza de que estariam todos esses aqui. Como estará amanhã o outro convidado, ou convocado. Então, gostaria de ouvir de V.Exª e é essa a minha ponderação. Peço ao Governo, peço ao líder que quer esclarecer, peço ao Relator que também quer esclarecer e podemos resolver esses assuntos. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigado, Deputado Vic, se entendi bem, V.Exª está pedindo a retirada de Pauta?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, não estou pedindo, Deus me livre. Se retirar de Pauta é uma confusão para voltar. Estou pedindo um adiamento. Se o Governo aceitar nesse entendimento, de que nós esperaríamos a Ministra Dilma Rousseff acabar com essa sindicância, e aí ela vem aqui... Aprovamos hoje isso. Aí já fica certo que acabando a sindicância ela vem aqui prestar os esclarecimentos para a Nação. Não só para a CPI, para a Nação e para o Congresso Nacional. Mas esse entendimento tem que ser acertado hoje aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Vic faz então uma solicitação. A solicitação que o Deputado Vic coloca, como autor, é que o Requerimento solicitando a vinda da Ministra Dilma fique para uma outra oportunidade, e que seja retirado da Pauta de hoje.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é essa a solicitação dele. Solicita que seja votado hoje, mas que a convocação se dê depois... É isso que ele propõe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que seja votado hoje?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Votamos com o entendimento de que ela venha à Comissão tão logo--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Deputado Paulo. Deputado Paulo--

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma Questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, mas a Mesa precisava de um esclarecimento. Foi isso que pedi ao Deputado Vic. Com a palavra V.Exª.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, eu quero aqui fazer um papel para o bem dessa CPI de todos nós e de V.Exª na Presidência. Qual é o papel. Nós precisamos zelar pelo Regimento. Eu concordo que esse debate que o Deputado Vic está colocando, seja o segundo ponto da Pauta. [soa a campainha] O primeiro ponto da Pauta, Presidente, é o seguinte. Há um Requerimento na sua Mesa que foi o primeiro Requerimento por Ordem de precedência, esse Requerimento tem que ser votado antes de outros Requerimentos. De reordenação da Pauta. Votamos e enfrentamos no dia de hoje o tema. Não na ótica do Deputado que o Deputado colocou. A questão ainda, SRª Presidente, de Ordem que quero colocar é, eu peguei a suas anotações da sua fala na última Reunião, Presidente. É que a Presidência é quem vai encaminhar. Eu peguei a sua... Peguei sua fala na última Reunião. Foi uma conclusão de V.Exª que eu divirjo, mas eu quero retomar o debate do General Félix nessa Reunião. Quais são as três questões que vamos debater na Pauta hoje como Questão de Ordem? Primeiro é o Requerimento de preferência. Segundo é a votação dos demais Itens, entre eles esse proposto pelo Deputado Vic, e terceiro é a questão do General Félix. Se nós não fizermos dessa maneira, nós vamos transformar essa CPI numa CPI sem regras. Por isso que eu quero pedir a V.Exª, sempre zelosa esse entendimento regimental. Por quê? Porque o primeiro Requerimento é o que foi protocolado na primeira hora. Depois os demais. E segundo para nós é tranqüilo discutirmos e votarmos o tema aqui proposto pelo Deputado Vic. E terceiro, gostaria que V.Exª pautasse pedido igual do Deputado Vic o debate dos termos em que virá a essa Comissão o General Félix. Eu peguei aqui a sua fala na última Reunião. Não sei se a senhora quer que fale dela agora ou depois.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ser depois.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Aqui na sua fala que eu divirjo dela, na sua fala está o seguinte. Vamos voltar ao início da nossa Reunião. Conclusão de V.Exª que acho que foi anti-regimental, mas o depoimento de V.Exª contradiz a sua fala aqui na Reunião. Nós faremos convites de todos, e caso não aceitem, o General Félix aceitou decidir umas férias anterior ao convite. Ou não compareçam. Ou não deêm explicação convincente, essa Mesa já automaticamente faria a convocação. Nós entendemos que a questão do General Félix tem a justificativa e essa justificativa está aqui posta. Nós queremos discutir e votar os termos da vinda dele aqui, que se propôs a vir aqui no dia 7. A nossa sugestão são três Itens, primeiro Item, o Requerimento que tem precedência porque primeiro Requerimento protocolado nesta manhã. Segundo

Item colocado aqui pelo Deputado Vic, e terceiro Item a questão dos termos da vinda do General Félix.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero primeiro dar um esclarecimento a V.Exª que eu não considerei, e aí alvitre meu que tirar férias seria convincente. Não me convenceu. Portanto eu fiz o Requerimento tranqüilamente em cima e não está nada contrário àquilo que eu falei na última Reunião. Quanto à Ministra Dilma, nós fizemos um acordo aqui, tanto que colocamos em votação a leitura da proposta--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, eu pedi uma questão de Ordem anterior Ordem de chegada no relógio. A senhora encaminhou sem botar a Ordem de chegada no relógio.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, é muito fácil todos acharem que podem fazer de acordo e analisar o Regimento de acordo com aquilo que acham. Mas eu queria dizer a V.Exª, o Requerimento... O Deputado Vic está fazendo uma proposta. E a proposta que ele faz eu quero colocar em votação. Se não quiserem votar, não votam.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Requerimento de V.Exª--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): ... É um reordenamento da Ordem do dia.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: SRª Presidente, Questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exª pede reordenamento e não preferência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria dizer que está em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É exatamente isso. Para ajudar. Eu respeito profundamente Deputado Paulo Teixeira, mas não pode abrir esse precedente. Já está em processo de votação.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já está em votação, Deputado Paulo.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Olha aqui, Deputado Paulo, V.Exª vai-– V.Exª vai ter um pouco de paciência.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu tinha feito uma Questão de Ordem anterior a V.Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu coloquei em votação, o Deputado Vic--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Anteriormente o encaminhamento do Deputado Vic.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu pedi uma Questão de Ordem anterior a V.Exª encaminhar a questão do Deputado Vic.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, nós entramos em processo de votação. Eu disse que o Deputado Vic iria ler o Requerimento e o Deputado Luiz Sérgio iria contraditar. E foi aceito. Deputado Vic, V.Exª então quer que coloque em votação e depois marca-se o dia, sem data?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, sem data, não. Já que ela deu 30 dias no Diário Oficial, ela não poderá ficar e não acredito que a Ministra Dilma vá fazer isso, prorrogando indeterminadamente a tal da sindicância. A sindicância tem 30 dias. O entendimento que gostaria de fazer é que terminada a sindicância dentro desse prazo de 30 dias a Ministra Dilma viria aqui dar todos os esclarecimentos. Como convocada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. A palavra Deputado Luiz Sérgio, Relator, por cinco minutos.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Srs. Deputados e Senadores, aqui foi dito que o Tribunal de Contas da União é um órgão isento e só tem comprometimento com a verdade. O Requerimento que solicita a criação da CPI, nas oito páginas da justificativa cita sete vezes Tribunal de Contas da União. E quem aqui teve por primeiro nesta CPI foi exatamente o Tribunal de Contas da União. Que nos entregou o material. E neste material fala do acórdão 1.783/2004, e do acórdão 230/2006. Esses dois materiais que o Tribunal de Contas da União nos entregou são exatamente os dois acórdãos citados na nota que o gabinete civil publicou tão logo vazou para a revista os fatos relativos aos dados que são obtidos do Palácio do Planalto, no gabinete civil da Presidência da República, e aqui muito se contestou. Primeiro, o acórdão 1.783/2004, que foi já uma ação do Tribunal de Contas sobre os cartões de pagamento do gabinete civil da Presidência da República a partir de iniciativas de parlamentares, o Tribunal de Contas da União, e como é muito longo, ele diz de forma muito clara. É de se reconhecer por outro lado que a ausência de detalhamento das

despesas não decorre de ato irregular do gestor, mas sim da dificuldade ou ausência de facilidades oferecidas pelo SIAF. Está adequada, portanto a proposta de determinação a Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que avalie a possibilidade de implementação de melhoria daquele sistema. E mais à frente diz: Determinar... Então é uma determinação. A Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, em caráter extensivo a demais unidade gestora que utiliza o cartão de crédito para poder se adequar a essas determinações. Respondendo a uma outra investida que eu diria de ação legítima desta Casa a partir da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados chegou ao acórdão 230. E lá, os Ministros do Tribunal de Contas da União, na sua conclusão, são claros. No decorrer dos exercícios considerados a unidade aperfeiçoou a sistemática de supervisão do uso de cartão do pagamento aprimorando a organização dos processos com a individualização do portador e implantando controles informatizados sobre a movimentação realizada com ganho de transparência para a execução das despesas. Mas esse acórdão 230 que está na mão dos senhores, que foi distribuído, há também no seu interior um capítulo sobre o sigilo de dados. E sobre o sigilo de dados, o Tribunal de Contas afirma por meio do ofício do Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República, considerando que entre os documentos solicitados os presentes autos encontra-se cópias de processos que foram objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, o acórdão 230/2006, tendo sido deliberado pela manutenção do sigilo no tocante às informações de interesse para a segurança nacional.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Queria pedir a todos que ouvissem o Relator que está contraditando o Requerimento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A manutenção do sigilo no tocante as informações de interesse para a segurança nacional. Esse documento está nas mãos dos senhores. E mais adiante diz por envolver informações relacionadas à segurança do Presidente da República, do vice-Presidente e de seus familiares, foi proposto a concessão de sigilos ao Anexo de 1 a 17 dos presentes Autos. O que quero dizer aqui que quem respondeu ao Tribunal de Contas da União foi o Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República. Não foi a Ministra Dilma Rousseff. E o Brasil sabe, e sabe bem que há um processo de disputa política, legítimo, entre uma oposição que quer desacelerar o programa de aceleração do crescimento econômico e da base de sustentação do Governo que elogia e reconhece que a Ministra Dilma Rousseff prestam serviço relevante ao país quando recebeu uma delegação do Presidente da República para gerenciar o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico. E nós não podemos admitir que apequene o maior projeto de desenvolvimento que o país está tendo nos últimos anos. Por isso, SRªs e Srs. Deputados e Senadores, eu peço a rejeição deste Requerimento, porque a Ministra Dilma presta um serviço maior e mais relevante ao país continuando, gerenciando o Programa de Aceleração do Crescimento. E se querem essas informações que ela diz criminosas do vazamento, que nós possamos chamar então o Secretário de Administração Civil da Presidência da República que foi aquele que se referiu ao Tribunal de Contas da União quanto esses temas e essas exigências foram levantadas pelo Tribunal de Contas da União.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, como líder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho a réplica, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero dizer a todos que eu informei no início que o autor leria, e haveria alguém para contraditar. O Relator contraditou. Então vamos agora colocar em votação.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO: Para discutir a matéria e encaminhar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: SRª Presidente, como autor eu tenho direito à réplica.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, eu também sou autor de um [soa a campainha] Requerimento semelhante.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exªs, todos sabem, fizemos outras votações aqui, não é o primeiro Requerimento que nós votamos, e todos sabem que Requerimento não tem votação. Não tem como. Não tem votação, não, não tem discussão. Porque senão vamos ficar aqui os 149--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO SILVIO COSTA: Mas tem encaminhamento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O encaminhamento foi feito pelo Deputado Vic, que é autor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: O encaminhamento é pelo próprio partido.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Deputado Vic, V.Exª fez Requerimento e como líder está pedindo como todos os líderes que vieram aqui, tiveram cinco minutos para se expressar, V.Exª tem cinco minutos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu agradeço, SRª Presidente, Sr. Relator, SRªs e Srs. Deputados e Senadores. Eu conheço bem essa sala, porque fiz parte de uma CPMI que deu certo nesse país. Que foi a CPMI dos Correios. Que era presidida por um Senador do PT e relatada por um Deputado do PMDB. E depois de meses e meses de intenso trabalho, nós conseguimos aprovar um relatório que estava à altura das expectativas da sociedade brasileira. E confesso, SRª Presidente, que nunca vi de um Relator a palavra que ouvi agora do nobre Deputado Luiz Sérgio. Ele saiu das vezes de Relator e agiu como líder do PT. Cargo que ele entregou há alguns meses atrás na Câmara dos Deputados. Na minha opinião, o Deputado Luiz Sérgio, hoje, mostra que não tem nenhuma isenção para exercer o cargo de Relator. O Relator deve agir como magistrado. O Relator deve agir como mediador, o Relator deve agir como alguém que com bom senso, com equilíbrio, ausculta o interesse da maioria do Plenário da Comissão de Investigação, e principalmente garante que a investigação possa ocorrer da forma mais independente, mais isenta e mais imparcial possível. E o que nós ouvimos agora aqui foi um discurso do Deputado Luiz Sérgio defendendo a Ministra Dilma Rousseff e os programas do Governo Federal. Esse não é o foro para o discurso feito pelo Deputado Luiz Sérgio. Não deveria ser feito por nenhum parlamentar da base do Governo. Muito menos pelo Relator da Comissão de Investigação. Então, SRª Presidente, pra mim está evidenciado aqui a falta de isenção e a falta de neutralidade do Relator da matéria. Então ficam os protestos dos Democratas com relação ao pronunciamento do Relator Deputado Luiz Sérgio. Que esses protestos fiquem registrados porque entendo que deixa claro para o Brasil a conotação política que a base do Governo vem dando a esta Comissão Parlamentar Mista de Investigação e, sobretudo, a manobra que a base do Governo faz para evitar que aqui as investigações atendam às expectativas do Brasil. Que é ver os resultados práticos desta Comissão de Inquérito, e principalmente a punição daqueles que desviaram da sua conduta como entes públicos no uso dos cartões corporativos. O Deputado Vic Pires Franco e o Deputado Indio da Costa manifestando aqui a posição dos Democratas, esclareceram que o nosso desejo antes mesmo da convocação da Ministra Dilma Rousseff é de aprovar o Requerimento ou os Requerimentos que garantem a remessa para essa CPMI dos documentos, seja do Tribunal de Contas da União, seja dos outros órgãos de investigação porque sem os documentos necessários, a CPMI não vai conseguir avançar no trabalho.

Agora, o que precisa ficar claro, muito claro para o país é se o compromisso dos membros dessa Comissão é com a investigação ou é em acobertar a investigação. É com o desenvolvimento do trabalho para perquirirmos um resultado significativo, ou é em utilizar de manobras e discursos descabidos e inconseqüentes para colocar fogo no circo e para evitar que esta CPMI faça o trabalho que tem que fazer pelo Congresso Nacional. Então, SRª Presidente, é claro que nós vamos defender a aprovação deste Requerimento como de qualquer outro. [soa a campainha] Porque o nosso compromisso aqui é o de aprovar todos os Requerimentos que sejam colocados para apreciação e que colaborem com a investigação. Agora, ficam os nossos mais veementes protestos com relação à palavra do Sr. Relator e que ela sirva de parâmetro e de exemplo para os demais membros do Governo. Porque afinal de contas, aqueles que evitarem a aprovação dos Requerimentos, estarão colocando as suas impressões digitais na tentativa de evitar que a investigação ocorra de uma forma séria, completa e inquestionável. Que esse é o desejo do Brasil. Tivemos outras CPIs que funcionaram na Casa. E essa daqui não pode frustrar a expectativa que existe lá fora de resultados concretos. Por isso agradeço, SRª Presidente, e parabéns o trabalho da senhora. Mas fica aqui o meu protesto com relação à falta de isenção do Relator desta CPMI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Eu quero passar a palavra para o Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Primeiro quero deixar muito claro que a minha escola é a escola da democracia. O fato de ser Relator não vai me impedir de daqui colocar de forma muito clara os pontos de vista e as minhas convicções. E segundo, não estou aqui para receber aula de quem quer que seja do que posso e o que devo fazer enquanto Relator da CPI. E tanto é que, entre os Requerimentos solicitados pela oposição, está um Requerimento que solicita o parecer do Secretário de Administração da Casa Civil da Presidência da República, que foi quem se reportou ao Tribunal de Contas da União quando o Tribunal de Contas da União elaborava um parecer e apurava, investigava a partir de solicitação de Deputados da oposição. E aqui eu deixei de forma muito

clara e objetiva os meus posicionamentos políticos em relação a um fato cujo centro não está à apuração. O centro está à disputa política de quem conduz o mais brilhante programa deste Governo. Quando o tema for realmente a investigação e o cartão, eu vou me comportar enquanto Relator. Quando o tema for político, eu não vou me omitir do meu posicionamento porque aqui estou como político e como membro do Partido dos Trabalhadores.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero... [soa a campainha] Nós temos aqui--

SENADOR MARCONI PERILLO: Como autor do Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se me deixarem falar, nós temos aqui quatro autores signatários da mesma convocação da Ministra Dilma. Já falou aqui o Deputado Indio ou o Deputado Vic, o Deputado Vic falou pelos dois, o segundo é o Deputado... O Senador Alvaro Dias, o terceiro o Deputado Augusto Carvalho e o quarto é o Senador Demóstenes, que não está presente. Senador--

DEPUTADO SILVIO COSTA : Presidente, houve uma distorção. Eu só queria esclarecer aqui. Porque na realidade o Relator está falando da questão do TCU e os documentos que são públicos do TCU e que nós todos temos acesso não têm os anexos. E nesses anexos é que estão as informações.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada pela informação. Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Art. 243 sobre a autoria. V.Exª parece que estaria concedendo a palavra a quatro signatários do mesmo Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São quatro Requerimentos diferentes.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Nós estamos votando um Requerimento apenas, em bloco. Eu farei minha questão de Ordem e V.Exª interpretaria e decidiria.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode ler.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O art. 243 considera-se autor da proposição o primeiro signatário quando a Constituição ou este Regimento não exija para sua apresentação número determinado de subscritores. Não se considerando nesse último caso assinaturas de apoiamento. Nós estamos votando um Requerimento. Estamos votando em bloco. Tem vários signatários. Por isso que eu pergunto temos vários Requerimentos com--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Os Requerimentos são diferentes.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Maurício, todos são de convocação da Ministra Dilma Rousseff. São quatro Requerimentos iguais. O que os Deputados tinham colocado, Deputados e Senadores, que cada um tem uma faceta e gostaria de discutir o conteúdo de cada Requerimento. E isso é natural que se faça, eu disse há pouquinho aqui que não estava cerceando a discussão de ninguém. Acho que tudo aquilo que for para esclarecer, já que é autor, já que eles fizeram o Requerimento, acho que poderíamos ouvi-los.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu pergunto a V.Exª--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos dividir o tempo então.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O tempo é regimental Deputado. Eu pergunto a V.Exª se o encaminhamento por cada autor dará direito também a um encaminhamento contrário, uma contradita de quem quer fazê-lo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mesma coisa. Não tem como a gente dar dois pesos e duas medidas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: Como vai ser o tempo, Excelência?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós tínhamos colocado aqui três minutos para o autor e três minutos para contraditar. Foi isso que eu dei ao Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Presidente, eu quero me inscrever para encaminhar pelo bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN.

DEPUTADO CARLOS WILLIAM (PTC-MG): Encaminhar pelo bloco PMDB, PTC.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minutinho só. Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pelo bloco PSB, PDT, PCdoB e PMN.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Sílvio...

DEPUTADO CARLOS WILLIAM (PTC-MG): PMDB, PTC...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente Marisa Serrano, eu já me inscrevi há

mais tempo pelo PSDB, SRª Presidente. Gostaria que fosse respeitada a Ordem de inscrição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um minutinho só. Deputado Carlos Willian... É que eu estava sem a lista aqui. Pelo PMDB, Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAM (PTC-MG): PMDB, PTC e PSC.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Sílvio. PSB, PDT, PCdoB e PMN. Pelo PSDB, DEM e PPS... Marconi Perillo. Eu estou aqui pedindo quem é que vai encaminhar. Senador Marconi Perillo. E falta ainda o PV.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): PR, SRª Presidente. Maurício Quintella.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O PR faz parte do bloco?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não, não faz parte.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA PT, Presidenta. Presidenta Marisa, PT.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O PR não faz parte do bloco, PMDB, PT, PP, PTB, PSC, PTC e PTdoB? Então há um erro aqui na nossa lista e que não é nem da Comissão. É a lista que está no computador. Eu vou pedir que depois façam a mudança.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Só queria alertar V.Exª que só há um encaminhamento favorável contra o Requerimento.

DEPUTADO SILVIO COSTA SRª Presidente queria saber o que a senhora está votando. Me desculpa.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Vic. Então agora já indicaram, todos partidos já indicaram. Nós temos mais quatro Requerimentos, e eu disse que íamos colocar para todos terem oportunidade de falar. Então, nós temos quatro Requerimentos e eu quero dar a palavra ao Senador Alvaro Dias para fazer a sua justificativa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, SRª Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. Até porque a justificativa é diferente. Há uma razão nova diz respeito à matéria da revista Veja, o vazamento das informações, sob a responsabilidade da Ministra Dilma, mas o Requerimento é anterior. E diz respeito a uma prerrogativa constitucional do Senado Federal que tem sido desrespeitada a partir de ações da Ministra chefe da Casa Civil. O Senado Federal, por meu intermédio, por intermédio do Senador Arthur Virgílio tem requerido informações sobre os gastos com cartões corporativos efetuados pela Presidência da República. Num primeiro momento a Ministra Dilma nos respondeu... Respondeu ao Senado Federal que seria impossível encaminhar toda a documentação a esta Casa em razão da existência de uma documentação exagerada, que seriam mais de cem mil folhas de relatórios referentes a dois anos de mandato do Presidente Lula, de 2003 a 2005, e mais de 23 mil notas fiscais. E sugeriu que o Senado encaminhasse um auditor para, *in loco*, analisar a documentação. O Senado aprovou o encaminhamento de um auditor do Tribunal de Contas, que foi até a Presidência da República, até a Casa Civil do Governo Lula. Foi impedido de investigar a documentação.

E a Ministra Dilma encaminhou ao Senado Federal um ofício alegando o sigilo dos gastos da Presidência da República. Que, em nome da segurança do Estado Brasileiro e da sociedade brasileira, era impossível permitir acesso àquela documentação. Em razão disso, SRª Presidente, nós estamos propondo essa convocação da Ministra Dilma para que ela possa esclarecer esta sua posição contraditória. Num primeiro momento ela alega que a documentação é excessiva, que seria impossível deslocar até o Senado Federal essa documentação. E sugere o encaminhamento de um auditor. Com o auditor presente para trabalhar é impedido de fazê-lo com esta alegação. [soa a campainha] Essa é uma razão que justifica a presença da Ministra Dilma a esta CPI. Nós não estamos convocando-a por eventuais irregularidades que ela possa ter cometido com o mau uso do cartão corporativo. Nós estamos convocando em razão da sua responsabilidade, ao afrontar a Constituição, não respondendo a pedidos de informações, prerrogativa do Congresso Nacional e do Senado Federal sob pena de crime de responsabilidade. Em razão disso, inclusive, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou Requerimento de nossa autoria que propõe à Mesa do Senado Federal ação judicial a respeito. Portanto, eu não creio existir razão maior para a presença da Ministra Dilma nesta Comissão. Além do que, esse fato recente da existência de um dossiê, dê-se a ele o nome que quiser dar o Governo, dossiê ou Relatório de suprimento de fundos. O nome não importa. Importa que ele existe. Importa que ele saiu do terceiro andar do Palácio do Planalto. Importa que ele é real, que é verdadeiro. E é uma chantagem explícita pela forma com que chegou às mãos que não deveriam chegar. Portanto, SRª Presidente, há razões de sobra para a presença da Ministra Dilma nessa Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para contraditar o Senador Alvaro Dias. É isso Deputado Maurício? V.Exª vai contraditar?

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pode ser. Desde que um favorável e um contra. SRª Presidente, Srs. Deputados e senhoras Deputadas. Primeira coisa que é bom que fique claro e desmonta o argumento da oposição e a necessidade de convocar a Ministra Dilma Rousseff se dá por conta desse suposto dossiê, é que esses Requerimentos são todos anteriores ao suposto vazamento de informação que foi divulgado pela revista Veja. Se a convocação é anterior à divulgação da matéria revista Veja, o argumento não pode ser nunca esse. A Ministra Dilma Rousseff é a Ministra-Chefe da Casa Civil. Uma das principais Ministras do Governo Lula. Nada tem a ver com o cartão corporativo. Nenhuma denúncia atinge a Ministra. O Governo, Presidente, refuta veementemente a construção de qualquer dossiê com interesse de chantagear qualquer Deputado ou Senador. Pergunto se há algum Senador aqui, algum Deputado que tenha sido chantageado por dossiê. Não me parece ter chegado dossiê a nenhum membro da Comissão. A Ministra Dilma Rousseff hoje, ontem, claramente confirma que houve vazamento de dado. E confirma que esses vazamentos de dados saíram da Presidência da República. Agora, o vazamento de dados é muito diferente da construção deliberada de um dossiê. Com o objetivo de se chantagear membros do Governo. Por isso que o PR, SRª Presidente, encaminha contra esse Requerimento. Porque a Ministra já tomou as providências administrativas cabíveis, abriu sindicância de investigação com prazo de 30 dias, muito inferior ao prazo que essa Comissão tem, ou seja, se depois dos 30 dias se verificar, que há sim uma necessidade de se convocar a Ministra tudo bem, podemos deliberar de novo, mas nesse momento é um Requerimento absolutamente político, de caráter político. E me parece que o objetivo dessa CPI não pode ser esse. Por isso que nós encaminhamos contra a convocação da Ministra Dilma nesse momento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Augusto Carvalho, com a palavra.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): SRª Presidente, eu queria fazer uma comparação em relação ao ocorrido nos Estados Unidos. Nós todos acompanhamos há pouco tempo alguns funcionários bisbilhotaram o passaporte de autoridades, Senadores da República que eventualmente são candidatos a Presidência daquele país. Imediatamente o Governo americano demitiu os funcionários envolvidos na ruptura daquele sigilo, nem sei porque existe aquele sigilo, e a Secretária de Estado Condoleezza Rice foi à imprensa e publicamente pedir desculpas aos Senadores que tiveram seu sigilo violado. Aqui parece que nós não tivemos uma Ministra afastada, uma Ministra de Estado que caiu porque incorreu em improbidade administrativa, ao que tudo indica que será a conclusão dos processos internos. Aqui até ontem se dizia que os parlamentares não poderiam ter acesso a dados, a informações corriqueiras da dispensa do Presidente da República porque são questões de Estado. Os parlamentares a quem compete o controle externo não teriam prerrogativa para ter acesso às informações que o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar desse poder, já os tem, já os dissecou, e nós não poderíamos ter acesso enquanto não viesse o General fazer a sua exposição. Talvez uma aula do professor Raimundo para dizer o que é sigiloso, porque nós não temos competência para discernir o que é secreto, o que deve ser mandato sob sigilo daquilo que é e deve ser transparente para toda a sociedade. [soa a campainha] Por isso, Presidente, para concluir, eu acho muito importante em primeiro lugar ouvir da Ministra Dilma Rousseff que além de Gerente do PAC, tomara que o PAC ande, tomara, é também responsável pela gestão do Governo. Por exemplo, por que é que as informações das empresas estatais não estão no SIAF? E por que é que alguns gestores, por que é que alguns ecônomos são obrigados a registrar com detalhe o gasto do dinheiro com a tapioca e outros gastam milhões de reais nas contas B, até o dia de hoje e não registram no detalhe. E uma série de informações gerenciais, a Ministra sim tem autoridade e terá competência para esclarecer. Até porque como final, como desfecho dessa CPI espero que o país melhore a sua gestão em relação aos recursos públicos. Eu apoio o Requerimento do Deputado, da nossa autoria, e defendo--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Estou com a palavra. Estou encerrando. Gostaria de dizer que o Requerimento que V.Exª iniciou essa Sessão apresentando, considero que é vital, é fulcral. Ou essa CPI vai ter efetivamente consistência, vai ter objetivo, ou nós continuaremos aqui numa disputa partidária que não vai ter conseqüência.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, um questionamento apenas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Gostaria de quebrando um pouquinho essa sisudez aqui, saber se a senhora gostou do sorvete de tapioca que eu trouxe do meu Estado para a senhora, e para os colegas e para a imprensa também. Tapioca do Pará,

tapioca da boa. Não é o hambúrguer do Ministro. É a tapioca do Pará.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Vic. Obrigada. [soa a campainha] Pelo bloco o Deputado Carlos Willian quer contraditar?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu quero contraditar porque primeiro gostaria de agradecer o sorvete de mandioca mandado pelo Deputado Vic. Mandioca é realmente muito bom.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É tapioca.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, não existe nesse momento nenhum clima de convidar uma das principais ministras deste Governo, a responsável pelo PAC, do Plano de Aceleração do Crescimento, é o que está desenvolvendo o país, ela está viajando sempre com o Presidente da República, ela não tem o que falar nessa Comissão sobre este trabalho deste cartão, o que ela tomou e numa decisão muito forte que é da sua competência, é abrir uma sindicância para ver os vazamentos desses dados que foram editados pela revista Veja. E eu vou ser sincero, eu duvido que esses vazamentos tenham saído lá de dentro. Esses dados podem ter vindo de outro lugar e não pode ter vindo lá de dentro. Pessoas que já estavam com esses dados que soltaram esses dados apenas para que venha comprometer o Governo. Apenas como desculpa para poder não abandonar essa CPI que já pararam com esse discurso depois que saiu essa matéria na revista Veja.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado Carlos Willian, me permita. Daqui a pouco, Deputado, vai sobrar um culpado. Só o jornalista da Veja.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, vamos deixar o Deputado concluir.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Portanto, para maior esclarecimento e nós concordamos com tudo isso, e o Deputado Vic que sempre gosta de conter a verdade, gosta de fazer convocação, por que V.Exª não convoca aqui o editor da revista Veja para ele poder dizer de onde ele arrumou as fontes?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sou contra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): V.Exª não quer saber a verdade? Por que é que V.Exª não convoca aqui o editor da revista Veja? Ele pode vedar, mas se todos--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Jornalista tem que preservar a fonte. Sou contra e vou votar contra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deixa trazer! Deixa trazer essa fonte! E essa fonte fez uma coisa que não poderia fazer--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sei que também sou jornalista. Também sou de imprensa. Não é só V.Exª, não. Se V.Exª quer ver a verdade, convoca o jornalista ou editor da revista Veja--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu gostaria que V.Exª me desse a palavra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Deputado, pode continuar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Como jornalista bem-educado que até agora eu achava, eu acho, SRª Presidente, que realmente temos que ir a fundo. Eu não acredito que esse suposto dossiê tenha saído da Presidência da República. Eu acho que isso tenha sido montado pela oposição. Primeiro, para tentar desmoralizar o Governo, segundo, para arrumar uma forma de não sair da CPI que toda hora dizia que ia sair. Arrumaram fôlego para essa CPI. Se os senhores quiserem realmente saber a verdade antes do resultado dos trabalhos determinados pela Ministra Dilma seja concluído, por que não convocam e arranjam uma forma de descobrir na revista quem foi à fonte para saber de onde realmente vieram essas informações? Portanto, SRª Presidente, eu acho que a Ministra Dilma Rousseff não é foco dessa CPI. Não é o momento de convidá-la. Podemos convocá-la futuramente, mas este momento não é o momento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. [soa a campainha] Pelo bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN. Deputado Sílvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, sinceramente, lamentável algumas cenas aqui nessa CPMI. Deputado que provoca trazendo sorvete de tapioca, Deputado que fala de bailarina, como se isso aqui fosse um grande teatro e isso aqui não tivesse o mínimo de responsabilidade. Eu acho que a gente não pode sinceramente começar compactuar com palhaçada. Acho que essas coisas estão muito próximas do hilário. Eu queria começar dizendo que a base do Governo provou ao concordar com a convocação do Ministro Orlando Silva, do Ministro Altemir, da ex-Ministra Matilde, a base do Governo mostrou que não tem medo de nenhum tipo de investigação. Agora, são 11 mil cartões corporativos, e apareceram problemas em apenas quatro cartões corporativos. Não está na Ordem do Dia dessa CPI a convocação da Ministra Dilma. A convocação da Ministra Dilma, na verdade,

é uma grande provocação da oposição, é um grande teatro da oposição para tentar efetivamente criar fatos políticos diários e aparecer na imprensa. Eu fui líder da oposição no meu Estado quando era Deputado Estadual, e sei como é fácil você criar fatos políticos e todo dia estar nas páginas dos jornais. [soa a campainha] Então o grande fato de amanhã nos jornais vai ser o seguinte: CPI derrota Requerimento que convoca Dilma. E é verdade. Nós da base do Governo vamos derrotar, sim. Porque nós temos responsabilidade pública. Nós não podemos aqui estar de brincadeirinha, Deputado menino, menino de calça curta trazendo sorvete de tapioca aqui para vulgarizar esta CPI. Então, na verdade ou esta CPI parte para o respeito à opinião pública, ou esta CPI vai ser autofágica. SRª Presidente, eu gostaria de dizer a V.Exª que este Requerimento da Deputada Dilma Rousseff que V.Exª tem quatro Requerimentos, aliás, Ministra, são quatro Requerimentos, eu gostaria de pedir a V.Exª que V.Exª disse anteriormente que todos eles tinham uma motivação. Eu não entendi isso. E queria uma explicação de V.Exª. Porque o Requerimento é convocação da Ministra. Então, a gente vai fazer esse debate aqui quatro vezes. Eu quero saber isso. Para que eu conclua, preciso saber isso. São quatro Requerimentos convocando a Ministra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todos já falaram e nós estamos agora cada bloco está de acordo com o nosso Regimento, cada partido ou bloco parlamentar pode encaminhar. E V.Exª está fazendo isso pelo seu bloco.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Agradeço a informação de V.Exª e regimentalmente após o encaminhamento vamos votar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os Senadores que vão... Que se inscreveram para falar. Em nome do bloco da minoria, DEM e PSDB Senador Marconi Perillo. O Senador Marconi Perillo. [soa a campainha] Pelo bloco PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP Senadora Ideli Salvatti. Depois? Depois. Pelo PMDB, quem fala pelo PMDB?

SENADORA IDELI SALVATTI: Eu encaminho, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, Senador. Almeida Lima? Senador Almeida Lima tem a palavra.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRªs e Srs. o encaminhamento é pela rejeição. Eu acho, depois de tudo quanto foi dito, e olha que já foram ditas muitas palavras a esse respeito, eu como às vezes gosto de me ater muito aos autos, às peças dos autos, eu fui à Mesa pegar uma cópia do Requerimento de convocação da Ministra Dilma Rousseff, e o texto diz exatamente o seguinte: Convocar a Ministra para prestar depoimento para apurar no âmbito do Governo Federal possíveis casos de uso abusivo do cartão corporativo. No âmbito do Governo Federal. E na justificativa adiante diz que foram distribuídos e que hoje existem atualmente cerca de 11 mil cartões utilizados por mais de sete mil servidores públicos. As senhoras e os senhores desejam o depoimento da Ministra Dilma Rousseff, contribuindo com o quê? Ela vem aqui contribuir com que apuração? Através de depoimento. Gente, se despesas irregulares foram feitas e elas precisam ser apuradas, são atos daqueles que deixam prova material. [soa a campainha] Não é uma prova testemunhal. Principalmente uma Ministra chefe da Casa Civil para vir falar acerca de todo Governo Federal e de 11 mil cartões corporativos. Que contra-senso. Eu falo com a legitimidade de quem foi um ex-Prefeito, provocar uma CPI para apurar fatos na minha gestão, pedi a minha base que apoiasse e eu fui o primeiro a me oferecer a prestar depoimento. E de lá saí com uma certidão de honestidade se é que isso existe. Porque é hilário esse tipo de certidão. Mas eu tenho da Câmara Municipal de Aracajú. Então falo com essa legitimidade. Apurar cartões corporativos, isso deixa rastro. É buscar a documentação que não é sigilosa, e vamos fazer a apuração de tudo isso. E nós aprovaremos. Mas, convocar a Ministra Dilma Rousseff? Será que ela do ponto de vista pessoal, e a responsabilidade é dela, praticou algum ato nessa natureza? Justificaria? E digo mais, para concluir, nem mesmo seu depoimento. Bastaria a prova documental. Porque ela existe. E é material. Portanto, o encaminhamento é pela rejeição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pelo bloco da minoria, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente, Srs. Senadores, Deputados. Eu gostaria de pedir a V.Exª que, após esse encaminhamento, colocasse em votação, SRª Presidente, o Requerimento de V.Exª que é muito amplo e com certeza poderá colaborar muito com a elucidação de vários dos questionamentos e dúvidas que temos em relação à condução dessa CPMI. Há uma polêmica aqui em torno da convocação ou não da Ministra Dilma. Eu julgo fundamental que ela seja convocada. E discordo do Relator. Acho que ele não deveria manifestar-se como manifestou-se. A função dele é de imparcialidade mesmo, de magistrado, embora reafirmando aqui o respeito que tenho pela douta pessoa dele. Mas SRª Presidente, o fato é que os dados armazenados na Presidência são armazenados por um sistema chamado SUPRIM. O TCU, Tribunal de Contas da União,

só possui dados que foram ou que são armazenados no chamado sistema SIAF. Só a Ministra Dilma poderia nos prestar essas informações aqui. Porque só a Casa Civil ou a Presidência da República tem acesso a esses dados. Portanto, a presença dela aqui é imprescindível. Conhecendo como conheço a Ministra Dilma, já fui Governador, estive com ela inúmeras Reuniões, inúmeras discussões debatendo questões importantes para o meu Estado e para o Brasil, tenho certeza que ela não se recusaria vir aqui prestar os esclarecimentos que são solicitados nesse Requerimento e nessa CPI. As informações vazadas à imprensa em relação ao Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, são do sistema SUPRIM, e não do SIAF. Portanto foram vazados efetivamente da Presidência da República e cabe na minha opinião a Ministra Dilma vir aqui prestar esses esclarecimentos. [soa a campainha] O que essa CPI deseja é que haja absoluta imparcialidade, que haja transparência em relação a todas as informações, que essa investigação seja aprofundada para que nós não terminemos essa CPMI deixando a população brasileira à certeza ou a convicção de que a impunidade continua graçando(F) no país.

Mas SRª Presidente, Sr. Relator, SRªs e Srs. Senadores e imprensa aqui presente, existe aqui na Mesa encaminhado aos membros da CPI que são da base do Governo um documento onde o Governo claramente coloca que não quer que esta CPI vá adiante, aprofunde as investigações. Dos 48 Requerimentos que estão hoje aqui colocados nesse documento que já tive acesso, e a imprensa também já tem acesso, dos 48 Requerimentos colocados aqui para apreciação, 32 deles estão pela rejeição segundo o documento que foi distribuído à base do Governo. Portanto, nós estamos convencidos de que não interessa ao Governo qualquer tipo de investigação aprofundada. Não interessa ao Governo do Presidente Lula que os dados referentes aos desvios dos cartões corporativos possam vir à tona. Esse documento, que é a orientação oficial do Governo, está sugerindo ou mandando que 32 dos Requerimentos que estão na Pauta de hoje sejam rejeitados. E não há como negar isto. Porque esse documento já é, inclusive, de conhecimento da imprensa. Ora, se dos 48 Requerimentos que estão sendo deliberados aqui hoje, 32 deverão ser rejeitados, segundo determinação do Governo e eu vejo aqui um nas mãos do nosso querido Deputado. Há um documento onde o Governo está determinando que seja derrotado, sejam rejeitados os Requerimentos da oposição, sobretudo Requerimentos que estão buscando ampliar a investigação que estão buscando aprofundar as investigações. Inclusive, Sr. Presidente, existem quatro Requerimentos de minha autoria. Inúmeros Requerimentos de autoria do Deputado Carlos Sampaio, dos Deputados Vic Pires e Indio. Todos eles estão na relação de sugestão de encaminhamento do Governo ou de determinação do Governo pela rejeição. Ora, se serão rejeitados 32 dos 48 Requerimentos, como é que nós vamos aprofundar as investigações nessa CPI? Essa situação é uma situação nebulosa, porque há um aumento substancial dos saques, dos cartões corporativos em 2004 porque a medida em que... 1% de aumento existiu no ano de 2004 em relação a esses cartões. Portanto, é importante que nós possamos aprovar a convocação da Ministra Dilma para que ela venha aqui e explique esses dados referentes às contas do Governo Lula, e também possa discutir a questão das contas referentes ao Governo Fernando Henrique para que não paire dúvida em relação à lisura, a honestidade e isenção e transparência em relação aos governos. O que nós do PSDB e da minoria queremos é que tudo venha à tona, nada fique acobertado sob o manto do sigilo.

[troca de presidência]

[02:46:03]

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sr. Presidente, Questão de Ordem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para esclarecimento.

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO: Está em processo de votação. Nós temos que aguardar os encaminhamentos. Está inscrito agora o Senador José Nery.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sr. Presidente.

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: Senador. Então, Senadora Ideli.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pela Ordem, poderia antes da Senadora?

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: Agora os encaminhamentos, Deputado. Em seguida a gente dá a palavra.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nós estamos em votação, Presidente.

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: É regimental, Deputado. Com a palavra a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. parlamentares, eu estou aqui de cópia, com a cópia do acórdão 230/2006 do Tribunal de Contas da União. Neste acórdão tem alguns... Algumas partes que eu gostaria de registrar para que fique claro inclusive por que é que vou fazer a defesa veementemente contrária à convocação da Ministra Dilma. Confiabilidade dos controles informatizados. A auditoria anteriormen-

te realizada sobre o uso dos cartões de pagamento apontou a dificuldade em se obter informações sobre o detalhamento das despesas realizadas mediante suprimento de fundos, Item 11.1 Relatório transcrito no acórdão 1.783/2.004. No âmbito da Secretaria da Administração da Presidência, essa dificuldade foi remediada com o recente desenvolvimento do SUPRIM. Dentre outras informações, esse sistema contem o espelho dos documentos fiscais que compõem a prestações de contas os quais devem refletir, por sua vez os pagamentos realizados por portadores de cartão de crédito. Mais para frente, a equipe do Tribunal de Contas solicitou a extração dos dados do SUPRIM, obtendo uma planilha com o conjunto das movimentações realizadas. Portanto, o aperfeiçoamento, feito pela Presidência da República, foi inclusive disponibilizado através dos dados levantados por esse novo mecanismo de fiscalização, o SUPRIM, foram disponibilizados ao Tribunal de Contas da União. E, nas conclusões, eu vou ler apenas dois Itens. No decorrer dos exercícios considerados, a unidade aperfeiçoou a sistemática de supervisão do uso do cartão de pagamento aprimorando a organização dos processos com a individualização por portador e implementando controles informatizados sobre a movimentação realizada com ganhos de transparência para a execução das despesas. Na amostra de prestações de contas examinada, não se constatou aquisição de bens ou o fornecimento de serviços de caráter estritamente pessoal. Não se considerando nesse grupo gastos com alimentação, higiene, cerimonial e outros empregados em eventos sociais. E daí para frente vai. [soa a campainha] Portanto, auditoria feita pelo Tribunal de Contas teve não só o reconhecimento do aprimoramento dos mecanismos de controle teve acesso, analisou, tem posição clara de não ter encontrado irregularidade e ilegalidade principalmente naquilo que está claro que pode ter a questão sigilosa, de segurança, portanto trazer a Ministra Dilma Rousseff que não tem dentre as suas responsabilidades, ela tem muitas, tem muitas, coordenadora do PAC, Gerente de articulação entre os Ministérios, responsável por muitas tarefas dentro do Governo, todas elas felizmente muito bem sucedidas. E talvez o sucesso seja o principal motivo para trazê-la aqui. E não a situação de aprofundar uma investigação que a auditoria do próprio Tribunal de Contas da União que é o órgão que está encarregado inclusive de fazer o controle e a fiscalização dos gastos sigilosos está colocando de forma muito clara, que teve acesso a tudo inclusive ao aprimoramento e não encontrou nada do que tanto querem dizer que tem lá. Portanto, é terminantemente contra a convocação da Ministra Dilma Rousseff pelo que ela representa hoje, e talvez porque este talvez seja o grande motivo de trazê-la, pelo que ela poderá representar em 2.010.

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: O Senador José Nery vai querer fazer uso da palavra?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para contraditar, Sr. Presidente.

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: Senador José Nery. Não cabe contradito.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Apenas para dizer que o Ministro Walton na Folha de São Paulo de ontem disse que não recebeu nenhum dado referente ao SUPRIM. Não tem nenhuma informação sobre isso.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: Quero garantir a palavra ao Senador José Nery.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu estou dizendo que o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Walton, disse onde à Folha de São Paulo que não recebeu nenhuma informação da SUPRIM.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Ministro não conhece sequer os documentos do seu Tribunal.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PRESIDENTE MARCELO MELO:: Gostaria de assegurar a palavra ao Senador José Nery. E pedir aos Senadores que tenham compreensão e obedeçam a Ordem de inscrição. Por favor. Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado, [soa a campainha] evidentemente que o que se busca aqui ou se deveria buscar era o completo esclarecimento das denúncias que envolvem o mau uso ou utilização indevida dos cartões corporativos. É claro que nenhuma autoridade do atual Governo ou do Governo anterior deveriam criar qualquer empecilho para prestar informações. Porque se não há algo a temer, por que não abreviar toda essa... Esse rito necessário, porém... Poderia ser abreviado se houvesse disposição de fato de esclarecer e quem sabe os esclarecimentos evitariam o prolongamento dos trabalhos da CPI, e poderíamos chegar a resultados mais concretos. Queria me manifestar favorável às convocações de uma forma geral. E aqui específico em relação à Ministra Dilma Rousseff, mesmo que não fosse nesse momento, mas aqui queria manifestar como foi apresentado e vai à votação o Requerimento nesse momento, manifestar a favor da convocação pelo simples fato que o esclarecimento podia permitir um bom andamento dos trabalhos da CPI.

Porém, apresentei Requerimento, SRª Presidente, e gostaria de solicitar a inclusão na Pauta para a votação e apreciação que é o Requerimento que convoca o Sr. Noberto Timóteo Queiroz, Secretário Administração da Casa Civil da Presidência da República, responsável diretamente pela administração, acompanhamento dos cartões corporativos. [soa a campainha] Gostaria também de dizer, SRª Presidente, da necessidade da aprovação dos Requerimentos de informação relativo aos processos que se encontram, que foram aliás avaliados pelo Tribunal de Contas da União, de conhecimento do Tribunal, e que portanto essa CPI tem a obrigação de ter esses documentos. Documentos esses tratados sob a forma de contas sigilosas. Nesse sentido, também gostaria de requerer a V.Exª que aprovássemos não só a convocação, mas o envio a esta CPI de todos os documentos que foram auditados pelo Tribunal de Contas da União, bem como o pedido de informação também apresentado em Requerimento, SRª Presidente, Requerimento nº 134 que requer a remessa pela Casa Civil de todos documentos referentes ao período de 2001 a 2007 que tratam dos gastos com cartão corporativo. Sou favorável à convocação, mas gostaria de dizer que avaliar se não for nesse momento, vou votar agora pela convocação, mas eu creio que em algum momento essas explicações terão que ser apresentadas à CPI por autoridades do Governo Federal, especialmente pela Casa Civil. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Senador.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, pela Ordem. Queria fazer uma sugestão se o Plenário aceitar e a senhora também, que pudéssemos suspender pra gente tentar um entendimento, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas era uma tentativa de um entendimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu gostaria que V.Exª fizesse a sua proposta após a votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas aí não vai adiantar. Já vai ter rejeitado. É uma tentativa de entendimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): De adiamento até da votação.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, V.Exª viu a maioria. A rejeição. Então vamos à votação nominal. Começando pelos Senadores titulares e depois se for necessário, os suplentes. Senador Demóstenes Torres, não está presente. Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): [Pronunciamento fora do microfone]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A favor do Requerimento. Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Idelli Salvatti.

SENADORA IDELLI SALVATTI (PT-SC): Não

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim; Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino. José Agripino está presente? Renato Casagrande; Marcelo Crivella... Deputados. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sim. Não! [risos] Nós votamos, SRª Presidente, nós votamos não contra o Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo. Está explicado. Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella.

DEPUTADO DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim ao Requerimento, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sim ao Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, sim. A Ministra precisa vir aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antônio Roberto. Ausente. Edson Duarte. O Requerimento foi rejeitado. Os Requerimentos foram rejeitados. Ponho em votação agora os Requerimentos de preferência. Eu vou ler, como são muitos, eu vou ler os números dos Requerimentos. E eu gostaria que V.Exªs, se quisessem acompanhar--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, a senhora poderia anunciar o resultado, por favor? SRª Presidente, pela Ordem, a senhora poderia anunciar o resultado?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estão fazendo aqui o escrutínio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sete sim. Não, 14.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente, queria só mostrar para a imprensa aquele documento a que me referi durante o encaminhamento. O documento é esse aqui. Há uma orientação para que se rejeite 32 dos 48 Requerimentos que estão hoje colocados.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. Os Requerimentos de preferência que estão aqui na Mesa. [soa a campainha] O Requerimento do Deputado Paulo Teixeira e Maurício Lessa. 18, 37, 58, 68, 75, 76, 77, 78, 122, 123, 124, 129, 177, 178, 190. Do Deputado Indio da Costa e Vic Pires Franco, Requerimento nº 16. Vic Pires Franco e Indio da Costa, Requerimento nº 42. Requerimento Vic Pires Franco e Indio da Costa, 174. Os Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, 179. E Deputado Carlos Sampaio 63 e 64.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Será que agora nós poderíamos tentar entrar no entendimento, se a senhora poderia suspender a Sessão por cinco minutos para que nós pudéssemos nos reunir aqui e tentar fazer um entendimento, chegar a um entendimento na votação e no encaminhamento destes Requerimentos todos que estão aí?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Excelência, nós não vemos vontade da base de ter algum entendimento. Nós já conversamos com o Deputado Vic antes da Reunião por várias vezes, e não conseguimos ter esse consenso. Então, eu acho que nós devemos avançar e encaminhar. A não ser que outro partido deva ou queira. Nós vamos respeitar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Falte a verdade com quem V.Exª quiser. Comigo V.Exª não conversou. Obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria aqui de colocar a proposta, que é sempre bom à proposta qualquer de entendimento se for para avançar essa CPMI e se for para esclarecer a população brasileira, já que todos nós estamos hoje sendo acompanhados por tantos milhões de pessoas nesse país, a proposta do Deputado Vic que é de suspender a Sessão por cinco minutos para uma... Um acordo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Acordo, não. É um entendimento. Uma tentativa de entendimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma tentativa de entendimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Pela ordem SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): A proposta feita pelo Deputado Vic vai ao encontro daquilo que a própria base aliada tem colocado. Ou seja, aqueles documentos que eles entendem que não devem ceder a CPI, em que pese eu ter um pensamento diametralmente oposto a esse entendimento, esses dados só devem vir para a CPI após a vinda do General Félix, eu pondero com a base e fiz essa ponderação ao Deputado Paulo Teixeira existem outros Requerimentos que não afrontam na visão deles essa questão do sigilo que poderiam ser englobados nesses Requerimentos feitos pelo Deputado Paulo. Se podem ser englobados no entendimento, acho que isso é bom para a CPI. Por quê? Aguardamos aquelas questões de documentos sigilosos e ultra-secretos para depois da vinda do General Félix, mas aprovamos hoje aqueles que não fazem referência direta a essa questão do sigilo. Acho que é saudável esse entendimento e não no sentido de travar uma discussão sobre o sigilo ou não. É incluir outros itens que também não se referem a sigilo e que não foram incorporados a esse--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, é muito ruim às vezes quando alguém sinaliza com um entendimento e você ser contra o entendimento. Só que estão usando a palavra errada. A palavra não é entendimento. Eles estão propondo evidentemente um adiamento de um debate. E acho que não tem clima mais nessa CPI, porque parte da oposição quer fazer daqui realmente um palco, um teatro, um palanque, não tem clima para qualquer tipo de entendimento. Eu gostaria sinceramente que V.Exª colocasse os Requerimentos em votação e vamos continuar. Quem tiver número, ganha. Vamos para o debate, vamos para a luta política. A luta política é voto. Quem tiver voto, aprova. Então, se eles tiverem competência de convencer este Plenário a votar, a votar a favor do seu Requerimento, eles ganham. Se não convencer eles perdem. Então sinceramente é perder tempo, falta pouco tempo pra gente... A gente combinou que era até as 14h30, só tem mais meia hora, gostaria de otimizar tempo e votar. Uma hora e meia, desculpa. Calculei errado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, Senador pediu e depois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A sua esquerda, Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, eu não me sentiria bem se não me pronunciasse a respeito disso agora. Me sinto desconfortável participando de qualquer tipo de encenação. Claro que eu louvo a iniciativa do Deputado, ela é coberta de bons propósitos, mas falar em entendimento nessa Comissão, depois que o Senador Marconi Perillo apresentou a todos nós a orientação do Governo, relativamente a cada Item da Pauta, é realmente propor o impossível. Não há como chegar a entendimento nessa Comissão. A maioria está aqui posta e vai derrotar-nos em todos os pleitos. Não vamos enganar ninguém. O que eu tenho dito desde o início, não é uma tentativa de desmoralizar a CPI, o instituto da Comissão Parlamentar de Inquérito. O que eu tenho dito é fruto da mais absoluta convicção pessoal. Não há aqui nenhum propósito de se investigar nada que é tido como sigiloso. E essa é a questão. A grande discussão, o grande debate, o que nos distancia da base aliada do Governo é exatamente o que nós entendemos como segurança nacional, e o que nós entendemos como uso indevido e desonesto do cartão corporativo. Nós não concordamos. O nosso conceito é diferente. O que pensa a base aliada que aqui está posta, convocada para impedir aprovação de qualquer Requerimento de convocação de autoridade, qualquer Requerimento de quebra de sigilo, há uma diferença enorme entre o que nós queremos e o que quer a base aliada aqui, que é maioria e que vai vencer todas as paradas na Comissão. Vamos ser francos, a Ministra Dilma em determinado momento há três anos eu fiz uma denúncia depois de investigar uma amostra de notas recebidas do Tribunal de Contas da União, fiz uma denúncia de que existiam notas frias, notas fornecidas por uma empresa fantasma a 40 quilômetros do Palácio do Planalto. A Ministra Dilma desmentiu no primeiro momento. Mas assumiu no segundo momento e disse que realmente a denúncia tinha sentido e que ela tomaria as providências. Pois bem, não tomou providência alguma, fato concreto que justifica a presença da Ministra nessa CPI para dar explicações. E esse Requerimento já foi rejeitado. Portanto, em respeito a aqueles que nos acompanham nos trabalhos dessa Comissão, não vamos alimentar a encenação. Se queremos continuar nessa Comissão, continuemos. Mas para apanhar. Para perder. Nossos Requerimentos serão rejeitados. O objetivo de investigar o que é sigiloso lá não será alcançado. Nós temos que dizer isso francamente para a população do Brasil. Isso está documentado hoje na orientação que o Governo ofereceu aos membros da base aliada. Com todo respeito aos integrantes. Nós sabemos respeitar

posições contrárias a nós. Eu respeito à posição de cada um parlamentar integrante da base aliada do Governo. Mas é isso que eu penso e esta é a realidade. A continuar neste ritmo, neste caminho, ao final o povo brasileiro vai dizer: A CPI foi uma farsa.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, nós entendemos que a transparência é o valor que está na Constituição Brasileira no seu Art. 37, e no Art. 5º da Constituição Inciso XXXIII, transparência dos documentos porque é um dever da administração. E é por isso que a administração do Presidente Lula criou o portal da transparência. E através do portal da transparência a imprensa conseguiu descobrir problemas e resultou nessa CPI. E essa CPI nós fomos signatários dela e estamos trabalhando na direção de apuração, de aperfeiçoamento dos mecanismos. O Senador que me precedeu e um Deputado que me precederam, disseram que estão insistindo aqui no tema do sigilo. O tema do sigilo é um tema que está na Constituição Brasileira no Art. 37. Todos os documentos públicos são documentos que devam ser do conhecimento do cidadão, exceto aqueles que estão sob sigilo, que dizem respeito à segurança nacional e a defesa da sociedade. Tem uma Lei de 40 anos regulamentando o sigilo. É o Decreto-Lei nº 267. Ela foi argüida que não houve recepção da Constituição atual do Decreto-Lei. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Levandowski, não deu acesso à possibilidade, não derrubou a possibilidade da Lei e disse que essa Lei foi sim recepcionada pela Constituição de 1.988. E tem uma Lei de 1986. Portanto, o tema do sigilo sobrevive ao Estado Brasileiro há 40 anos. Todos os Presidentes da República, inclusive o Presidente Fernando Henrique Cardoso que não questionou a Legislação, não a modificou e deixou uma Legislação dura, a pior Legislação de documentos secretos que existiu no Brasil foi do Fernando Henrique Cardoso a três dias antes de sair da Presidência. Para concluir, essa CPI deve propor a modificação dessa Legislação, já foi modificada pela Lei nº 11.111, mas ainda precisa de mais modificações. Eu quero concluir dizendo o seguinte. [soa a campainha] Senador Alvaro Dias, Deputado Augusto, sigilo, tratamento do sigilo tem uma Lei no Brasil. Além de o tratamento estar protegido pela Lei, o tratamento do sigilo está protegido por jurisprudência do Supremo. O que deve ser feito deve ser feito de acordo com a Lei, e não contra a Lei. Nós não estamos aqui para criar uma CPI que vá contra a Legislação do nosso país, da Constituição e da Legislação existente. Portanto, onde houver justificativas nós aceitaremos. Para a conclusão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é jurisprudência.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É jurisprudência.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Por último, para concluir, é que houve interrupção, para concluir a questão da Ministra Dilma. Ela não está sob suspeição. O vazamento que pode ter acontecido ali ou fora dali está sob investigação. Nós somos os maiores interessados no resultado dessa investigação e na punição dos responsáveis, mas a Ministra Dilma não está sob suspeição. E, portanto essa CPI tem como fato dessa CPI apuração dos cartões. E a Ministra Dilma não tem qualquer irregularidade no uso dos cartões e é por isso que nós defendemos que ela não seja convocada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Paulo. Só queria esclarecer a V.Exª que nenhum dos convidados nossos, porque temos que fazer jus a isso, nenhum dos convidados convocados nossos quero que eles não se sintam que eles estão sob suspeição. Nenhum deles, nem os que vieram e nem aqueles que vão ser convidados não estão sob suspeição.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É verdade. Por isso que estão convidados. E nenhum deles convocados. Nem o General Félix.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, Srs. Parlamentares e SRªs Parlamentares, eu entrei nessa sala hoje muito convencido de que eu também se fosse movido por uma certa cota de ingenuidade. Eu fui um dos que defendeu e continuo a defender a participação do meu partido nas investigações até o fim. Mas eu devo confessar a V.Exª, SRª Presidente, que eu estou profundamente preocupado. Não é por mim, é pela Comissão, é pela respeitabilidade da Comissão perante a sociedade, a opinião pública. Porque eu ouvi coisas aqui que me deixaram estarrecido. Eu vi vozes alteradas dizerem “quem tem voto ganha” e quem não tem que se aquiete. É mais ou menos o mesmo que dizer: Quem tem voto ganha e a investigação que se dane. Participar de um processo desse, SRª Presidente é humilhante, e é participar, coonestar(F) uma farsa e participar de um esquema de passação(F), de atestado de bom moço para pessoas que não podem ser bons moços ou boas moças. O entendimento que o Deputado Vic Pires, ao final da discussão quis propor, e foi rejeitado de plano pelas vozes exaltadas que querem é tratorar(F) no voto, a investigação que se dane, era ok, que não se traga a Ministra, que se aceite os argumentos que a Ministra é

a grande condutora do PAC, que não pode ter a imagem dela maculada pela presença nessa bancada, como se isso, se ela tivesse argumentos fortes, ela não saísse daqui engrandecida. Ok, que não venha, mas que mande os documentos. E eu estou vendo nesse papel que o Senador Marconi Perillo falou e que chegou nas minhas mãos que o Item nº 6 do papel distribuído, creio que pela liderança da base do Governo porque está aqui escrito Secretário Ednaldo Magalhães Siqueira com o telefone ala Alexandre Costa sala 15 subsolo, suponho que seja orientação da base do Governo. No Requerimento que nós, e eu na fala que manifestou a minha opinião na largada desta Reunião pela aprovação dos Requerimentos que tragam para a Comissão o Relatório do TCU e informações importantes, logo na largada está aqui a recomendação do voto contrário a todos os Requerimentos. Sejam os documentos que nós queríamos que o Deputado Vic Pires queria por sugestão de acordo, de entendimento, que a Ministra não venha, mas que mande os documentos, e que consta de um Requerimento de autoria do Deputado Indio da Costa, está com a recomendação da base do Governo para votar contra. Porque os documentos são sigilosos. Então é tudo sigiloso. Em seguida há o Requerimento de transporte para esta Comissão das informações contidas nos relatórios do TCU. Do processo tal, tal, tal e tal. A recomendação vota contra, são documentos sigilosos. Então, tudo que se tratou no TCU, tratou-se com base informação sigilosa. O argumento que é sigiloso vale para tudo? Ou seja, não se quer investigar nada? O que eu quero colocar para V.Exª e para os membros dessa Comissão é que se dessa Reunião nós sairmos com uma tratoração(F) de 14 a 7 pela indignidade, pela não investigação, eu vou defender no meu partido que nós procuremos instâncias judiciais, coisa que eu não gostaria jamais, porque significa desprestígio à CPI e ao próprio Poder Legislativo. E se não encontrarmos saída, não temos porque participar de uma farsa. Eu sou muito claro. Na minha forma de agir, de forma equilibrada, sensata. Eu estou e confesso a V.Exª, estarrecido e chocado com a postura truculenta da base do Governo que mostrou pelas opiniões manifestadas que não quer investigar nada. Quer tratorar(F). [soa a campainha] E de tratoração(F) o meu partido não participará. Eu quero deixar claro que chegou às minhas mãos o informativo da base do Governo que mostra claramente que não quer nem que venha para esta Comissão os dados dos relatórios do Tribunal de Contas da União, um órgão que se baseia em informações para na sua missão de investigar, oferecer ao Poder Legislativo os instrumentos para que ele possa agir a bem do serviço público e da coletividade, do interesse coletivo. Se os elementos que subsidiaram um órgão auxiliar do Poder Legislativo são sigilosos e se as conclusões são públicas, por que é que esta CPI não pode ter? Os relatórios são públicos. Nós não os temos oficialmente. O que nós queremos são os elementos e as notas fiscais para trabalhar com pragmatismo em cima de elementos confiáveis despolitizados. Sou contra a politização dessa Comissão. Agora, tratoração(F), não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela Ordem, Presidente. Por favor. Deputado Silvio Costa, por favor. SRª Presidente é muito natural numa Casa Parlamentar que a oposição tenha uma estratégia de atuação e que a base do Governo também tenha uma estratégia de atuação. A oposição está querendo fazer dessa estratégia da base do Governo que efetivamente rejeitar os Requerimentos políticos quer fazer na linguagem popular do limão uma limonada. Não adianta. Nós temos uma forma de atuação. Essa orientação é orientação discutida internamente pela base do Governo, não tem nada a ver com a orientação do Poder Executivo e parte da oposição quer passar para a imprensa que o Poder Executivo está orientando a base do Governo. O que não é verdade. Então nós não podemos... Para concluir, nós não podemos compactuar com essa ilação da oposição. Agora, a oposição desse país há muito tempo corroborou com a ditadura. 20 anos de ditadura. E eles não estão acostumados ao debate, à luta política. E aí vem com argumentos menores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para contraditar, Sr. Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não há contradita.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele não se referiu a mim. Nunca compactuei a ditadura alguma, e pelo contrário, combati a ditadura e combato esse tipo de truculência que tem como objetivo não investigar nada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre Senadora Marisa Serrano, Presidente da CPMI, Deputado Luiz Sérgio, Relator, Deputado Marcelo Melo, vice-Presidente, Srs. Deputados, SRªs Deputadas, Srs. Senadores, SRªs. Senadoras. Com muita tranqüilidade, Senadora Marisa Serrano, quero parabenizá-la pela condução dos trabalhos. V.Exª tem se portado de uma forma democrática e como magistrada, sem

trazer para a CPI a questão partidária. Lamento que o Deputado Silvio Costa tenha vindo hoje... Vou repetir. Lamento que o Deputado Silvio Costa tenha vindo hoje para essa Reunião com a intenção deliberada de tumultuar a Sessão. Pela forma como ele se pronunciou desde o início, dizendo que não iria dizer, mas já tendo dito que aquela correspondência encaminhada pelo ex-Presidente Fernando Henrique era leviana, depois dizendo que a oposição estava fazendo um teatro, uma farsa no sentido de tentar obstruir os trabalhos ou obstruir a ação da base do Governo, e por último, fazendo um juízo de valor depreciativo da imprensa nacional. Quando o nobre Deputado diz que a base, que a oposição estaria induzindo a imprensa, a mídia a entender que a recomendação que foi distribuída para a base do Governo era uma orientação do Executivo. Deputado Silvio Costa, a imprensa nacional ela sabe que isto veio como orientação da base do Governo. Não é a oposição que vai dizer à imprensa, ou pretender colocar para a imprensa que essa orientação de obstruir toda e qualquer votação que traga esclarecimento para a CPMI e para a sociedade, veio do Executivo. E que os nobres membros da base do Governo estão aqui cumprindo uma missão. Estão aqui cumprindo uma missão. E bem atendidos, como sempre, mas cumprindo uma missão. E V.Exª tem esse posto aqui e deveria se colocar como paradigma da transparência. Da transparência. Nós não queremos aqui trazer a questão partidária para a discussão da CPMI. Nós queremos dar resposta à sociedade que nos cobra através de e-mails, e todos nós devemos estar recebendo inúmeros, centenas de e-mails nos cobrando uma posição efetiva dessa CPMI. E essa posição efetiva só será possível se nós tivermos acesso a essa documentação. Ora, que sigilo é esse que um órgão auxiliar do Congresso Nacional, que é o Tribunal de Contas, tem acesso, faz uma... Um relatório, relatório esse público, indicando indícios de que há malversação do uso, indicando indícios em que há malversação de uso do recurso público, e nós da CPMI, do Congresso Nacional, não podemos ter acesso nem a esta documentação que já não é mais sigilosa, porque já passou por análise do Tribunal de Contas. Então, eu proporia para que a sociedade que nos ouve--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Há um orador falando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia, Senador Sílvio Costa, Senador... Deputado Paulo Teixeira, Deputado Silvio Costa, eu proporia para que em respeito aos cidadãos brasileiros, que nos vêem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado, que nós possamos aqui minimamente aprovar os Requerimentos que nos tragam as informações necessárias para que apuremos. E eu digo de uma forma muito simples, quem não deve não teme. Se não há nada a esconder, qual a dúvida que se tem segurança nacional? Vamos definir o que é segurança nacional. Do gabinete da Presidência foram gastos ano passado mais de quatro milhões de reais. Desses quatro milhões de reais, três milhões e setecentos, quase 90% dele está como sigilo, como gastos sigilosos, de segurança. Então, que segurança é essa? No início o Deputado Paulo Teixeira levantou aqui que nós deveríamos primeiro definir o que é questão de segurança nacional. Posto isso, então nós facilitaríamos a aprovação dos Requerimentos. Nós vamos até o fim. Nós não vamos deixar a CPI e V.Exª, Senador... Deputado Silvio Costa disse, que era uma orientação do Governo realmente de... Já foi do Governo, você já sabe que a opção é votar, e é um tratoraço(F) que nós vamos fazer em cima da base. Não tem problema. Nós vamos perder as votações, mas a sociedade brasileira vai saber quem é que quer, quem é que está escondendo a verdade, quem não quer que a verdade venha à tona nessa CPMI. Então eu quero deixar o registro e lamentar a postura dos Deputados e Senadores da base do Governo que estão vindo aqui para tumultuar o trabalho tão bem dirigido por V.Exª, Senadora Marisa Serrano.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela Ordem, Art. 14. Fui citado N vezes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou citar mais uma vez o Deputado Sílvio Costa. Não pode usar o Art. 14. O Art. 14 só pode ser usado por duas vezes na mesma Sessão. Veja o Regimento. Ele já usou anteriormente até disse que ele tinha usado o Art. 21, porque não era mais o 14 quando usou anteriormente. Ele não pode usar o Art. 14 agora regimentalmente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exª há de compreender. Pela Ordem Deputado Silvio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO: SRª Presidente, eu tenho uma Questão de Ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O que tem marcado essa CPI, por mais que a oposição não queira aceitar é uma luta política. É a oposição sinceramente querendo dizer que a base do Governo não quer apurar. É muito importante repetir isto. O Senador que acabou de falar esqueceu, e não quer realçar que nós concordamos com o convite ao Ministro Orlando Silva, ao Ministro Altemir, à ex-Ministra Matilde, a todos que estiveram já falando aqui. E eles em nenhum momento realçam isso. Nós concordamos com o convite a esses Ministros. Não cabe esse discurso falacioso, e acima de tudo, tentando mostrar para a opinião pública brasileira que existe aqui uma forma de tratorar(F),

não cabe e não vai colar. Não existe nenhuma orientação do Governo no sentido de esconder qualquer tipo de conta sigilosa. O que existe sim é o debate que a gente começou. O que é segurança nacional, o que é conta sigilosa. Agora, a oposição também não vai bailar aqui não. [soa a campainha] Não vai bailar aqui não. E não vai fazer desta Casa aqui o seu palanque para 2010. Não vai fazer. Nós da base do Governo queremos apurar, sim. Agora, não vamos concordar com essas atitudes politiqueiras. Só para concluir, por favor. Politiqueira. E acima de tudo, agressivas. A oposição está o tempo todo agredindo a base do Governo. Chamando isso aqui de farsa. Aqui não tem nenhum farsante. Farsantes governaram no passado. Segundo, [soa a campainha] dizendo o tempo todo, por exemplo, que basta dar alpiste que a base do Governo vota. Eu queria saber que tipo de alpiste é esse. Então é importante também, SRª Presidente, que a oposição meça as palavras em respeito à base do Governo.

[falas sobrepostas].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, eu tenho uma Questão de Ordem. Não é pela Ordem, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de dar a palavra ao Senador ACM Neto, eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados e as SRªs Deputadas que se mantivessem dentro do decoro parlamentar, a população brasileira que está nos vendo e ouvindo, não há de querer ver nessa Casa que tem já um conceito tão baixo perante a população cenas desse tipo. Eu gostaria muito que as pessoas aqui tivessem vocabulário condizente com o grau de investidura que tem aqui na Câmara e no Senado. Senador ACM Neto. Por cinco minutos, Senador ACM Neto.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu posso esperar sim.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu estou inscrito e vou falar agora. Estou inscrito, o senhor respeite. O senhor me respeite! Eu estou inscrito! [soa a campainha].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Questão de Ordem! Eu não pedi a palavra pela Ordem! [soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO: Questão de Ordem prevalece.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, eu quero dizer que eu posso esperar sim, mas quero anunciar a V.Exª que eu tenho uma questão de Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exª vai falar depois do Senador ACM Neto. Obrigada, Senador. Senador ACM Neto.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): SRª Presidente, SRªs e Srs. Senadores-– [pronunciamento fora do microfone].

[Pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Que isso, Senador? [soa a campainha].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu estou no microfone, e o senhor respeite!

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria, Senador Almeida Lima, por favor, que o senhor sentasse.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): [Pronunciamento fora do microfone].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Senador. Senador, por favor. Senador ACM com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O senhor me respeite. Faça o favor de me deixar com a palavra.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): SRªs e Srs. Senadores, o Governo se baseia num Decreto--

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O senhor está fazendo molequeira. Isso é molequeira. O senhor está fazendo molequeira.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de serenar os ânimos, e pedir ao Senador ACM... Senador Almeida Lima, por favor. Senador ACM.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): [Pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O senhor me respeite!

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador ACM com a palavra. Almeida Lima [soa a campainha].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): [soa a campainha].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O senhor faça o favor de me deixar com a palavra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador ACM com a palavra por cinco minutos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): SRªs e Srs. Senadores, o Governo se baseia em um Projeto sancionado no regime militar, aí quem estava falando de ditadura, para qualificar os gastos

e documentos como sigilosos. O Decreto-Lei nº 200, Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece em seu Art. 86 movimentação dos créditos destinados a movimentação de despesas reservadas ou confidenciais será feita sigilosamente e nesse caráter serão tomadas contas dos responsáveis. Isso é uma Lei da ditadura. Agora, a Lei nº 11.111 de 05 de maio de 2005, já neste Governo, vem regulamentar o princípio constitucional em comento e elege como regra geral o acesso aos documentos públicos ressalvados às hipóteses de sigilo indispensável à segurança da sociedade e do Estado. Para regulamentar esta Lei, o Decreto nº 4.553 de 27 de dezembro de 2002, dispõe sobre salvaguardas de dados e informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da sociedade Estado no âmbito da Segurança Pública federal. Esses Decretos estabelecem os critérios para a classificação dos documentos como ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados. O Art. 5º. Os dados ou informações sigilosas serão qualificados em ultra-secretos e secretos confidenciais e reservados em razão no seu teor ou de seus elementos intrínsecos. § 1º. São passíveis de qualificação como ultra-secretos dentre outros, dados ou informações referentes à soberania e integridade territoriais nacionais a planos de operações militares e as relações internacionais do país. A projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse de Defesa Nacional e programas econômicos, cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado. § 2º. São passíveis de qualificação como secretos dentre outros dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da Defesa Nacional, assuntos diplomáticos e de inteligência e a planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicos cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano grave à segurança e à sociedade e Estado. § 3º. São passíveis de classificação como confidenciais dados ou informações que no interesse do Poder Executivo e das partes, devam ser do conhecimento restrito e cuja revelação não autorizada possa frustrar os seus objetivos ou acarretar danos à sociedade e Estado. § 4º. São passíveis de qualificação como reservados dados ou informações cuja revelação não autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos. Importante observar que os gastos da Presidência da República, com a segurança dos familiares do Presidente não se enquadram em nenhuma dessas categorias acima destacadas. A qualificação de documentos sigilosos não pode ser feita aleatoriamente. Ela deve obedecer a critérios legalmente estabelecidos e sendo precedente de análise criteriosa pela comissão de averiguação e análise de informações sigilosas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Assim sendo, fica claro que essa questão do sigilo das despesas com a segurança dos familiares da Presidência da República nada tem a ver com a segurança da sociedade e do Estado. Alegação de que todas as despesas do gabinete da Presidência da República estão sob sigilo por razões de segurança da sociedade e do Estado, não pode de forma alguma ser aceita por implicar em afastamento imotivado da regra geral de publicidade e transparência. Apenas os documentos públicos classificados como de mais alto grau de sigilo, por órgão público competente é que estão sob restrição quanto a sua publicidade. Publicidade inclusive é constitucional. E é preciso que se fundamente a existência desse ato declaratório sob pena de tudo ser sonegado ao conhecimento público para simples alegação de segurança do Estado. Então esses argumentos eu queria colocar para jogar por terra toda essa alegação de que esses documentos não podem ser exibidos. Eles não se enquadram em nenhum desses Itens que a Lei aqui coloca. Isso aqui é Lei. É Decreto. Não é... Isso aqui não é, digamos, invenção, [soa a campainha] isso aqui está... Isso aqui está... Essa é a base legal. Portanto o meu argumento é de joga por terra essa condição de sigilo absoluto que a base do Governo quer aqui argumentar para derrubar os Requerimentos que nós estamos aqui colocando para a votação. Então, eu encerro reafirmando que essa questão do sigilo é para nós superável.

[troca da Presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Com a palavra o Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, caros colegas Deputados--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu pedi como líder já há mais de meia hora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Agora é o Carlos Willian e depois o Deputado Maurício.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, caros colegas, nós estamos acompanhando aqui um debate onde insistentemente a oposição está querendo denegrir o trabalho dos colegas Deputados que eles dizem serem da base do Governo e é da base do Governo. Mas o trabalho que nós estamos fazendo aqui é um trabalho parlamentar. É um trabalho de Deputado. E nós temos a nossa responsabilidade de fazer e de dar, inclusive, demonstração à população que nos trouxe até aqui sobre o nosso trabalho. Portanto, a oposição toda hora apresenta esse docu-

mento dizendo que isso é orientação do Governo. Veja só, eu não recebi orientação do Governo, não aceito orientação do Governo, e eu trabalho aqui de acordo com a minha consciência. A minha consciência é que não há necessidade em trazer a essa CPI a Ministra Dilma. Portanto eu vou votar favorável. Eu tenho que respeitar os preconceitos constitucionais deste país onde tem que... Os preceitos constitucionais do país onde deve respeitar as normas desse país. E estes preceitos são claros em dizer e em limitar o que é e o que não é sigilo fiscal, sigilo telefônico, sigilo bancário e qualquer outro tipo de sigilo. Para vocês terem uma idéia, este documento aqui realmente existe. Mas este documento foi feito por mim, foi feito pelos meus colegas Deputados, foi feito junto com o nosso Relator ontem, numa Reunião para sabermos como nós iríamos trabalhar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado Carlos Willian.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Gostaria de assegurar a palavra ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Fizemos um trabalho de grupo, mas entre os Deputados nós não tivemos intervenção do Governo para podermos fazer da mesma forma que a oposição fez um almoço e modificou completamente a Ordem...Deixa eu terminar a minha fala... Que a Relatora modificou a Ordem de chamada dos depoentes e colocou alterando inclusive os Requerimentos que estavam em Pauta depois de uma Reunião que ela teve com os líderes do seu partido. Assim nós também fizemos. Mas não tem Governo nos orientando a fazer isso e nem nos orientando a fazer. Mesmo porque o Governo está preocupado com coisas mais altas para desenvolvimento deste país do que orientar a sua base em quem ela confia. Portanto, Sr. Presidente, não venham dizer que existe essas orientações. Nós tivemos aqui o ACM Neto falando sobre a participação do nosso Relator. O nosso Relator está participando dessa CPI de uma forma inteligente, de uma forma delicada, de uma forma competente. Inclusive, o nosso Relator abre mão de fazer os questionamentos aos outros depoentes para que nós Deputados possamos participar mais. Portanto, o nosso Relator tem a capilaridade para ser este Relator está nos surpreendendo, surpreendendo nem tanto, porque nós já sabíamos que ele tinha essa competência. Quando a nossa Presidente diz que ele estava na Presidência, mas que ela representava a oposição, nós não fizemos nada, nós respeitamos porque essa é a verdade. Então, o nosso Relator ele está se pautando estritamente dentro do Regimento. Mas, é óbvio que ele está aqui, e ele é como um membro da bancada do Governo. E não há que se falar nisso. Agora, ele está respeitando e ele está separando o que é a atribuição dele e o que é a participação dele. Portanto, Sr. Presidente, eu faço um apelo a este Plenário que quando falaram que vamos votar, e isso é constitucional, todo poder emana do povo e a ele deve ser constituído, e as votações que estão... Concluindo. Cada parlamentar, e cada Senador... Olha, o senhor pediu respeito quando estava no microfone, mas o senhor tem que ser da mesma forma. O senhor está me atrapalhando. [soa a campainha]

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): O senhor me respeita do mesmo jeito. O mesmo respeito que o senhor pediu há pouco tempo atrás. Me dá silêncio que a palavra está comigo. Faz o favor de respeitar do mesmo jeito que o senhor pediu respeito. Portanto, Sr. Presidente, cada Deputado e cada Senador que está aqui veio eleito pelo povo e representa o povo. Se a maioria aqui vota contra ou vota a favor, é porque está representando o povo. Se a minoria está aqui está sendo derrotada, lamentavelmente não podemos fazer nada. Porque o povo quis que eles fossem minoria nessa Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Antes de passar a palavra-– um minuto, por favor, Sr. Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu peço a palavra como líder dos democratas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Um minuto. Tem uma Questão de Ordem do Senador Almeida Lima. Os democratas já falaram. Vou passar a palavra ao Senador Almeida Lima, Questão de Ordem.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, eu agradeço e aguardo por se tratar de uma Questão de Ordem que diz respeito a um ato praticado pessoalmente pela Presidente Senadora Marisa Serrano. Então, quando ela retornar e assumir, reassumir a Presidência, eu levantarei a Questão de Ordem que diz respeito exatamente a um ato pessoal praticado por ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Perfeito Senador. Passar a palavra ao Deputado Maurício Quintella. Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Sr. Presidente, SRªs e Srs. Deputados. Eu vou começar, Deputado Marcelo, dizendo que o Senador Almeida Lima ele está coberto de razão. Coberto de razão. A irritação que tomou conta dele já tomou conta de inúmeros Senadores e Deputados. É preciso que se entenda que não obstante o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior estivesse inscrito pela Or-

dem, há duas horas, três horas antes, a Questão de Ordem tem precedência regimental. A qualquer tempo. Ela pode inclusive interromper orador na Tribuna. Quanto mais antes do orador começar a falar. É isso que essa Comissão precisa entender, alguns membros da Comissão precisam entender e a Mesa principalmente precisa entender. Então essa inobservância do Regimento tem causado aqui problemas na condução dos trabalhos. É preciso que se coloque que primeiro, a palavra, o pedido da palavra como líder tem precedência sobre o pela Ordem. A palavra, a Questão de Ordem tem precedência sobre a palavra do líder ou sobre o pela Ordem. Por isso que obviamente o Senador Almeida Lima, a exemplo de outros companheiros, se irritou. Segundo, Presidência e Deputados, como líder do PR, eu gostaria de deixar bem claro que eu recebi sim a orientação de voto do Governo. Nós recebemos todo dia em todas as sessões orientação de voto. Isso é absolutamente regimental. Nós recebemos a orientação do nosso partido e recebemos a orientação da liderança do Governo. Nada mais normal. Ela pode vir escrita, como pode vir... Como pode ser feita de forma oral. Fica, inclusive, constando no painel. Então, não há, esse documento aqui não significa nada. É um documento absolutamente normal. Depois, SRª Presidente, é preciso que se coloque o ponto nos is. Acho que está havendo uma confusão grande em relação ao que está sendo votado neste momento. Nós não estamos aqui discutindo ainda quebra de sigilo das contas da Presidência, ou dos órgãos de inteligência do país, nós estamos nesse momento, nesse momento tentando salvar essa CPI. Nós estamos pedindo a inversão de Pauta para que se aprecie primeiro, antes da quebra do sigilo, dos Requerimentos de quebra de sigilo, Requerimentos de informação que não têm o sigilo garantido pela Constituição. Por que isso? Muitos Senadores e alguns Deputados também, não participaram da primeira Reunião onde nós aprovamos um plano de trabalho discutido exaustivamente aprovado por unanimidade por todos parlamentares dessa Comissão. Onde ficou definido que os Requerimentos de quebra de sigilo só seriam... Por favor, Presidente. [soa a campainha] Só seriam debatidos e apreciados depois de se ouvir as pessoas responsáveis pela segurança institucional. Tanto o General Félix como o General Cardoso que foi da época do Presidente Fernando Henrique e como Paulo Lacerda. Deixa eu concluir meu raciocínio, por gentileza. Então nós estamos tentando, Presidente e Srs. Deputados, inverter a Pauta, aprovar esses Requerimentos, acho que a lógica do Governo, a nossa lógica é essa. Trazer para essa CPI o Presidente da ABIN, o Paulo Lacerda, o General Cardoso, o General Félix e depois sim, dependendo do argumento que nos tragam, da segurança que nos tragam, podemos discutir e quem sabe aprovar essa quebra de sigilo, não no momento. Se esses Requerimentos de quebra de sigilo for colocado nesse momento sem prévio debate não tenha dúvida que será derrotado. Portanto é de fundamental importância que se vote o Requerimento de preferência, se aprove esses Requerimentos, nós começaremos a analisar a documentação que vai chegar a essa CPI, fazer a oitiva dos representantes pela segurança institucional, e aí sim depois, com muita calma, com muito equilíbrio se fazer o debate sobre o sigilo da Presidência. Então essa é a posição do partido da República que eu gostaria de deixar consignada, e deixar mais, essa questão, esse debate sobre sigilo é um debate extremamente importante. Dois Ministros do STF foram provocados agora e foram taxativos. A publicidade das contas públicas não são absolutas. Elas para serem quebradas de justificativas plausíveis. Então, Presidente, eu queria deixar a posição do PR e pedir a essa Comissão que aprove a inversão da Ordem do dia e posteriormente é possível que a gente faça o debate, e aí sim, se defina se há segurança, se há clima, para se quebrar sigilo de Presidência da República.

[Troca da Presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Wellington. Desculpe. Senador Almeida Lima pela Ordem. [soa a campainha] Questão de Ordem.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concordo com V.Exª.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, eu peço a palavra para uma Questão de Ordem nos termos do Art. 403 do Regimento Interno. Exatamente nesses termos. E o faço exatamente diante de um ato praticado por V.Exª no último dia 25 de março, e diz respeito a uma convocação para vir a esta Comissão prestar depoimento no dia 27 de março, do Ministro-Chefe do gabinete da segurança institucional da Presidência da República. Acho que há aí um equívoco da parte de V.Exª, e que terá uma nobreza reconhecida, enorme, ao reconhecer e revogá-lo, e voltar atrás. E diz respeito ao seguinte. No dia 18 de março, V.Exª assina um ofício ao Ministro comunicando que a Comissão deliberou por convidar para que aqui se fizesse presente no dia 25 de março para ser ouvido nesta CPMI. Eu sei que o assessoramento é necessário, parei um instante para que a senhora pudesse...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [Pronunciamento fora do microfone] Ainda foi discutido já, a líder Ideli Salvatti colocou e foi discutido que o... A questão do General Félix.

SENADOR WELLINGTON SALGADO OLIVEIRA: Desculpe, Presidente, mas essa questão a senhora vetou, mas em seguida não houve o debate sobre ela. A Senadora Ideli fez o pronunciamento...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Quero dizer que o assessoramento é mais do que legítimo. É necessário. Nenhuma ressalva fiz e não farei a esse respeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. E infelizmente, Senador Almeida Lima, eu não tenho aqui a verbi(F) e nem talvez o conhecimento regimental que V.Exª tem. E por isso eu o respeito muito. Por favor.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Mas tem que ter. Todo Presidente precisa do assessoramento regimental, legal, constitucional. Mas dando continuidade, eu devo dizer também que o assunto foi levantado, sim. Mas não como uma Questão de Ordem que precisa de uma deliberação de V.Exª. Portanto, se me permite, eu devo continuar dizendo que este Plenário deliberou pela... Pelo convite no dia 18. De forma incontinente, imediata, logo no dia 19 o Ministro de Estado dirigiu-se a V.Exª dizendo que em razão de férias, encontrar-se-á ausente do país na data designada. E de forma extremamente elegante disse que se colocaria à disposição desta CPI a partir do dia 7 de abril. Ou seja.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Art. 407.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, eu gostaria com todo respeito ao colega parlamentar...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, Questão de Ordem.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ):: Só para fazer um comentário rápido, breve. 407, nenhum Senador poderá falar na mesma Sessão sobre questão de Ordem já resolvida pela Presidência e a Senadora Ideli já tratou desse assunto, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Foi resolvido esse assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não foi resolvido Deputado Indio. Se tivesse tomado a decisão, se a decisão fosse convocar eu ia recorrer da decisão. Não foi resolvido. Não foi. A Questão de Ordem do Senador é relevante--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [soa a campainha] Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, eu sou Democrata, respeito muito, e acho que houve um equívoco do nobre Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, com quem eu mantenho uma boa relação, acho que ele se dirigiu à pessoa errada naquele momento, mas acho que é um fato superado e de minha parte nenhum problema, e por princípio eu sou Democrata e acho que esse deve ser o relacionamento. Portanto, SRª Presidente, diante da informação do Ministro, V.Exª sem a consulta ao Plenário, sem a deliberação do Plenário resolve convocá-lo. Convidar é um instrumento jurídico. Convocar é outro instrumento. E no meu de ver, V.Exª extrapolou da competência ao convocar sem a deliberação do Plenário. Vou mais além para dizer o seguinte. Acho até que o ofício de convite já saiu da Presidência desta Comissão de forma também errada. Tendo em vista que a Constituição, no seu § 3º, embora V.Exª fundamente o ofício exatamente no § 3º do Art. 58 diz que as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Eu faço uso, portanto, de um instrumento jurídico próprio das autoridades judiciais, que é o Código de Processo Penal, onde diz no Art. 221 que, "o Presidente e o vice-Presidente da República, os Senadores e Deputados Federais, os Ministros de Estado.. serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o Juiz". Portanto, o próprio ofício de convite deveria ser antecedido de uma consulta ao Ministro de Estado para ajustar local, dia e hora para ser ouvido. Portanto, o convite, a meu ver, já foi expedido de forma equivocada. O segundo aspecto, é que V.Exª logo a seguir sequer relevou, ou levou em consideração a justificativa dele imediata. Que disse da impossibilidade de estar presente, mas se colocou à disposição a partir do dia 7 de abril, e o convocou, aí já é um outro ato, que precisa de deliberação do Plenário, tanto quanto o Plenário deliberou há pouco instantes a respeito de uma convocação de um outro Ministro de Estado. Esta é a Questão de Ordem no sentido de V.Exª rever e revogar o ofício de nº 11/2008, de 25 de março, em que determina a convocação do Ministro Jorge Armando Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República. É a Questão de Ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Almeida Lima. Quero dizer que respeito muito V.Exª, é uma pessoa que tem um conhecimento muito grande na sua área, mas eu quero dizer a V.Exª que talvez V.Exª não tenha participado de todas as nossas Reuniões. E eu não fiz nada que não fosse com o apoio dos meus pares, daqueles Deputados e Senadores. Ou nós passamos a partir de agora a termos palavra e a palavra valer, ou

senão não tem como a gente trabalhar. Porque essa... Esse Plenário me deu a autorização para que, se depois de um convite o convidado não viesse, que nós poderíamos convocá-lo. E poder convocá-lo, podemos. O Regimento me dá, e nos dá essa alternativa. A própria Constituição. Mas o Regimento também, o Art. 50 da Constituição. Então, Senador Almeida Lima, não estou extrapolando, não. A Constituição e o Regimento me dão a possibilidade tranqüila de convocá-lo. E sabe por que o fiz? Porque todos Senadores e Deputados que estavam aqui disseram, e eu ainda disse, quer dizer que se convidar e não comparecer? Posso convocar? A senhora está autorizada a convocar. Todos. Portanto, Senador Almeida Lima, fiz a convocação. Como o Ministro Félix ele poderia justificar, justificou. Mas só que a justificativa dele, esta Casa é muito maior. Muito maior do que um servidor público tirar as suas férias. Uma CPI, V.Exª sabe muito mais do que eu, que se um Juiz, e eu disse isso aqui antes de V.Exª chegar, se um Juiz intima V.Exª, e coloca hora e local da intimação, e se o senhor dizer não vou porque vou entrar de férias, isso não existe. Então, Senador Almeida Lima, há certas coisas que a gente faz para ajustar e ajeitar as coisas. Comecei nessa CPI tentando conhecer quem era a clientela que eu tinha aqui. Eu não conhecia quase todos os Deputados, aliás, conhecia dois. Tinha que ir devagar no começo, alguns até acharam que eu estava conivente, que eu tinha feito acordo, coisa assim, nada disso. Isso é uma tática apenas para que eu pudesse conhecer com quem eu iria trabalhar durante três meses. E tentei em todas às vezes conversar, ser o mais gentil possível para que as pessoas se sentissem bem. Afinal de contas vamos trabalhar juntos. Agora, quero dizer a V.Exª que o General Félix informou que só vem no dia 7. Nós temos duas alternativas. Ou nós mantemos a convocação, com data, que a convocação está feita, com data, posso convocar para amanhã sabendo que não vai estar aqui porque ele não vai pegar um vôo lá dos Estados Unidos e vem para cá, ou coloco a convocação no dia 7. Conversei com o Relator sobre isso, ontem ele me ligou e conversamos sobre isso. E achei, ele me fez essa proposta hoje ainda conversou de manhã comigo eu achei e disse ao Relator que não teria problema. Vamos ver. Não há problema. E depois dessa Reunião aqui hoje, Senador Almeida Lima, nós temos tempo de sobra se quisermos ouvir qualquer um. Porque afinal de contas nós temos que esperar pelo menos que a maioria decida quem é que nós podemos convidar, quem é que não podemos convidar, e o que podemos fazer. É natural e normal. A maioria aqui já tem o direito de fazê-lo. Portanto, Senador Almeida Lima, o senhor... V.Exª pode ficar tranqüilo que eu não vou mandar nenhuma polícia, ou seja, quem for, ou como o Deputado Carlos Sampaio me explicou ontem que é debaixo de vara que é uma expressão que se usava anteriormente na justiça. Não vou fazer isso Senador. Pode estar certo que além de ser uma Democrata, eu procuro ser o mais gentil possível com os meus companheiros e colegas e não vou ser diferente com autoridade--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Almeida Lima pediu uma...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Nobre Senadora, Presidente, digamos, por hipótese, quanto a convite convocação que todos os argumentos levantados por V.Exª estejam corretos. Por hipótese eu vou admiti-los como corretos. V.Exª estaria respondendo apenas a um dos dois Itens da Questão de Ordem. O segundo Item, V.Exª fez inclusive aí uma referência num exemplo hipotético, de que o juiz poderia intimar o Senador a comparecer à audiência no dia e hora que ele designar. Não é possível. Porque o Código de Processo Penal, nesse Art. 221 que eu li, diz que o Senador--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Subsidiar. O que temos que ver é o Regimento, Senador.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Senadora, a Constituição nos dá poderes judiciais, e o Código de Processo Penal está nesse aspecto acima do nosso Regimento. Presidente da República, vice-Presidente, Ministro de Estado, Senador, Deputado, Governador, Secretário de Estado... É porque eu não quis ler toda a relação. Secretário de Estado, Prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, Deputados Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os Ministros e Juízes do Tribunal de Contas da União dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo. Eles serão inquiridos em dia e hora combinados entre Juiz e o convocado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Art. 153 autos processuais aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Código de Processo Penal. Como não? Para contraditar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): SRª Presidente, Srs. Parlamentares, SRªs Parlamentares. Senador Almeida Lima levanta uma Questão de Ordem com fundamento no Regimento Interno. E o Senador Almeida Lima naturalmente faz uma ilação com o Código de Processo Penal, tentando aplicá-lo subsidiariamente às Comissões. Se assim o fizéssemos, nós mataríamos toda a atividade parlamentar. Primeiro. O Ministro de Estado, ele é convocado mesmo. Na

Sessão sete, a partir do Art. 58, trata do assunto das Comissões, está ali inserida a Comissão Parlamentar de Inquérito. Veja bem a senhora. Trata então de todas as Comissões, das Comissões Permanentes, das Comissões temporárias e a Comissão Parlamentar de Inquérito é uma espécie de Comissão temporária. Diz claramente o Art. 58, § 2º, Inciso III da Constituição Federal. Que as Comissões em razão da matéria de sua competência compete, cabe, convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições. O que o Senador disse é que V.Exª poderia ter utilizado exatamente esse Art. para fundamentar e não o 58 § 3º. O que não significa grande coisa. Agora, veja bem que o Artigo que invoca o Senador Almeida Lima, o Art. 221 do Código de Processo Penal, trata do tema das testemunhas no Código de Processo Penal. Veja bem, se for indiciado, se for investigado no Código de Processo Penal não se dá o mesmo tratamento. Se for vítima, no Código de Processo Penal também não é dado o mesmo tratamento. No Código de Processo Civil, em nenhuma hipótese há esse tratamento. Então, quando no Processo Penal qualquer das figuras mencionadas no Art. e que foram lidas aqui pelo... Foram mencionadas e lidas pelo nosso Senador Almeida Lima, naturalmente que será feito o convite e marca-se o dia, marca-se a hora... Como o Senador, por exemplo, num processo que o jornalista Jorge Kajuru moveu contra o ex-Governador do meu Estado, ele me arrolou como testemunha, a Juíza me oficiou para que eu marcasse dia, hora, o que é tranqüilo. Pois não, Senador Almeida Lima, só para concluir.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): 30 segundos apenas para eu poder me situar. O Ministro da Segurança Institucional ele já viria para aqui como indiciado?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. V.Exª não entendeu bem. Não estou dizendo que ele veio... Viria aqui como indiciado, nem viria como testemunha de Processo Penal. O Parlamento tem uma regra própria, um regramento próprio que é disciplinado exatamente no seu Regimento. Quando ele é omisso, quando ele é omisso, aplica-se subsidiariamente algum código. Não é o caso. O nosso Regimento é absolutamente explícito. O que fez a Senadora? Nós fizemos um entendimento aqui como ela mencionou. V.Exª nesse dia não se encontrava. Qual foi o entendimento? Nós faríamos por elegância o convite. E, na ausência do comparecimento, e nós podemos pegar as notas taquigráficas que vão confirmar o que estou dizendo, automaticamente o convite seria transformado em convocação. Para as autoridades inclusive relacionadas pelo Relator no seu plano de trabalho. Então, nós já fizemos a aprovação, e a nossa nobre Presidente ela simplesmente está dando consecução com base no Regimento, com base na Constituição Federal para que a CPI tenha prosseguimento. Ou seja, ela fez a nosso pedido um convite. Não aceito o convite, ela fez uma convocação. Agora, é óbvio que não adianta convocar o Ministro agora que ele está viajando e tem que esperar ele chegar para convidar, ou melhor, para convocar para o momento oportuno. Não é nem deselegância e nem nada que vai diminuir a autoridade nessa condição.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): SRª Presidente, gostaria de utilizar a palavra para fazer uma proposta.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para concluir, sugiro a V.Exª, contraditando regimentalmente o que disse o Senador Almeida Lima e respeitando naturalmente o que foi dito por ele que V.Exª indefira a Questão de Ordem com base na Constituição Federal e no Regimento da Casa.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Só para esclarecer porque V.Exª falou porque nós temos todo tempo para que venha aí o Ministro e a senhora está totalmente certa, eu estava presente e participei dessa convocação tem que ser convocação. Mas nós temos já autorizado o convite a três Ministros. Nós já temos autorizado. Eu queria saber se a senhora tem previsão de colocar esses três para vir à CPI que têm esclarecimentos importantes a fazer.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): SRªs e Srs. Deputados, primeiro, por uma questão de justiça, porque a Assessoria Técnica da base aqui do Governo, do PT, e esse foi feito pela Assessoria Técnica do PT, ela fez como é rotineiro nas Comissões dos vários partidos um processo de orientação de votos. E aqui cometeu uma falha pequena, mas como foi citada eu quero aqui ressaltar. É que pegaram o processo de convocação e adaptaram para fazer uma orientação de voto. Ao adaptar, esqueceram de retirar o nome do Secretário Edvaldo Magalhães Siqueira que é o Secretário da Comissão então ele não tem nada a ver... Ednaldo. Desculpe. Então o Ednaldo não tem nada a ver com a falha aqui que nós cometemos. Então--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nem utiliza cartão corporativo. [risos]

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Nem utiliza cartão corporativo. Apenas porque o

nome dele foi citado eu gostaria de corrigir isso para que não fique nenhuma dúvida da enorme contribuição que o funcionário Ednaldo tem prestado aqui à Comissão. Segundo para fazer uma proposta, porque senão vamos fazer um debate aqui enorme acerca desse fato. E queria apresentar uma proposta. Amanhã nós vamos ouvir o Ministro Gregolin, da Pesca, e o Ministro Orlando, do esporte. Então, a minha proposta é que no dia primeiro nós pudéssemos ouvir, primeiro de abril, nós pudéssemos ouvir aqui o Paulo Lacerda, da ABIN, e o ex-Diretor Geral, me parece Marcos, não tenho certeza do nome, porque esse debate seria acerca do tema dados sigilosos. No dia 3 nós ouviríamos aqui a ex-ministra Matilde, cuja convocação já foi aprovada, e no dia 7 até como sugeriu, nós ouviríamos, no dia 8 nós ouviríamos o General Félix e depois o General Cardoso, porque dentro desse roteiro se esgotaria o debate daqueles que hoje detêm as informações acerca do tema mais polêmico aqui na CPI que são a necessidade ou não de dados sigilosos, e os Ministros e ex-Ministra que teve o nome citado pela imprensa acerca do uso indevido ou não do cartão. Se nós pudéssemos aqui acatar esta programação, eu acredito que independente da enorme polêmica que foi criada, nós construiríamos consensualmente uma Pauta para ouvir. Agora, se há uma proposta de mudança também, eu não me oporia, porque a meu ver a Ordem dos fatores não altera o produto da convicção que nós vamos formar do debate aqui na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria agradecer ao Deputado Luiz Sérgio, mas informar a ele que a Pauta das Sessões estão sendo feitas de acordo com as necessidades de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Como hoje estava previsto que era desde o começo das nossas Reuniões, hoje é a quinta Sessão, que nós votássemos os Requerimentos de informação, e pelo adiantado da hora não podemos votar nenhum, então eu quero informar a V.Exª que vamos suspender a Reunião de amanhã e marcar para terça-feira a votação dos Requerimentos. É necessário que os parlamentares tenham pelo menos informações para continuar trabalhando. Não há como não trabalhar se não votar nenhum Requerimento de informação. 80% dos Requerimentos que entraram foram todos de informação, e é necessário que essa Mesa equilibre um pouco de presença de autoridade e um pouco de Requerimento de informação. Hoje não foi possível votar nenhum Requerimento, portanto, na terça-feira vamos convocar todos os parlamentares... De Requerimento de informação, não. Que era o escopo dessa Reunião. Então, ficaríamos... Votaríamos na terça-feira. Eu quero passar a palavra ao Deputado... Ao Senador Wellington Salgado--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu estou inscrito aqui um tempão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela Ordem Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Vai ser rápido, Presidente. Só para lembrar que o que nos rege acima de tudo é a Constituição Federal. E a Constituição Federal no Art. 71 ela trata da questão do Tribunal de Contas da União. E o que de fato é o TCU que tem acesso a todas as informações que nós estamos querendo requerer aqui na CPMI e que a base do Governo está dizendo que são sigilosos e que portanto não podem vir para cá. No Art. 71 da Constituição Federal, está escrito claramente: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, portanto, trabalha para o Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União ao qual compete. Ali tem vários Incisos e aí diz lá. Inciso IV. Realizar por iniciativa própria da Câmara dos Deputados, do Senado, de Comissões Técnicas ou de Inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. E demais entidades referidas no Inciso II. Depois vem lá o Inciso V. Fiscalizar as contas nacionais das empresas capital social a União participe de forma direta ou indireta nos termos do tratado constitutivo, portanto as indiretas também estão. O Inciso VII. Prestar informações solicitadas pelo Congresso Nacional por qualquer de suas casas ou por qualquer das respectivas Comissões sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas. 11. Representar o poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados. E vai lá no seu § 4º. O Tribunal de Contas encaminhará ao Congresso Nacional trimestral e anualmente Relatório de suas atividades. O que acontece, SRª Presidente, é que quem pode mais pode menos pela Lei. O Tribunal de Contas ele é órgão assessor da Câmara dos Deputados e do Senado. Portanto, do Congresso Nacional. Trata-se de uma CPMI, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que tem todo direito e o poder e o dever de solicitar o encaminhamento das informações do Tribunal de Contas com os anexos, que o Tribunal de Contas detêm. Para deixar claro para quem está ouvindo em casa e tentando entender essa guerra de nervos que está acontecendo no Congresso Nacional, é muito simples. Há aqueles que querem as informações e investigar de forma concreta o que aconteceu, os fatos. E aqueles que querem sob o manto da boa palavra,

da argumentação esconder os fatos tanto desses ou quaisquer governos que tenham que ser fiscalizados pelo Congresso Nacional. O Legislativo foi criado para isso. Em primeiro votar as contas da União, e decidir para onde que o Executivo deve colocar o recurso arrecadado pela população. E em segundo, fiscalizar as ações do Poder Executivo. Portanto, independentemente do parlamentar aqui presente ser da oposição ou ser do Governo, a função precípua do Parlamento para qual a população paga seu imposto e, portanto nossos salários são de fiscalizar o que está acontecendo com esses cartões corporativos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Wellington. Senador Wellington. Desculpe.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já esperei tanto que... Está tudo bem, Senadora.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok, Senadora Marisa, demais Senadores, Deputados. Eu já participei de várias CPIs aqui no Senado. Tanto mista como só CPI do Senado... Ano passado foi um ano que V.Exª sabe que foi um ano bem polêmico, grandes discussões... Usando um termo que está presente aqui, eu já fui tratorado(F) e já tratorei(F). O tratorado(F) depende de quem está dirigindo o trator e na mão de quem está o trator. Isso é a verdade. Agora, uma coisa é certa, toda vez que fui tratorado(F) ou tratorei(F), o Congresso perdeu. Quem perde são os Senadores que em algum momento político como esse estão em minoria. Mas são grandes Senadores e são grandes Deputados. Chegaram aqui com muitos votos. Não interessa para essa Casa tratorar(F). Eu sou da base de Governo. E a base de Governo é forte porque o Governo é forte. Porque se o Governo fosse fraco, a base do Governo seria fraca. Pode ter certeza disso. Porque todo mundo aqui sabe que em política quando vai para um lado, meu amigo, não tem jeito. Acompanha o povo e volta. Agora, o que eu estou sentindo aqui, Srs. Senadores, Srs. Deputados? Eu sinto uma ansiedade muito grande. Eu acho que as coisas podem encaminhar gradativamente. Chamando primeiro aqueles que teriam que controlar e não controlaram. Depois aqueles que teriam que controlar quem controlavam e mostrar onde é que estão os erros. Por que não foi controlado. Mas, no entanto nós estamos caminhando logo para... Um exemplo claro hoje, direto chamar a Ministra Dilma Rousseff. Todo mundo sabe a simbologia, o poder e a magnitude que tem dentro desse Governo a Ministra Dilma Rousseff. Então, hoje quando a oposição, os Senadores privilegiados de conhecimento, de garra, propõem um Requerimento nesse momento de início de CPI, acaba correndo o que foi chamado de tratoramento(F), digamos assim. Isso não é bom para o Congresso. Não é bom para Deputados e Senadores que nesse momento, nesse Governo são de oposição. Mas que já foram situação em governos anteriores. Então, eu pediria ao ilustre Relator, à Presidente, que pudesse, acho que foi importantíssimo essa distância que V.Exª marcou para que pudesse conversar melhor. Senadores e Deputados mais experientes que já participaram de CPI, para que a gente possa encontrar uma maneira de dar satisfação à sociedade, mas ao mesmo tempo não partimos direto para o confronto. Porque a base do Governo é forte. E a base do Governo ela não é frouxa. Se tiver que tratorar(F), vai tratorar(F). Eu não tenho interesse em tratorar(F). Eu espero que nós sempre possamos chegar a um acordo. Já vivi isso no Senado e não saí feliz quando eu tratorei(F). Já fui tratorado(F) que também não saí feliz. Então, se pudesse os mais experientes, os mais com vontade, e a Senadora Marisa, Presidente, o Deputado Luiz Sérgio, com experiência que já tem que eu conheço bem a história de V.Exª, pudesse controlar melhor e encontrarmos o caminho para que não aconteça mais o que aconteceu aqui hoje. Eu estou aqui o tempo inteiro calado, vendo, e não foi muito produtivo hoje, digamos assim. Então, Presidente, eu espero que a gente possa ter uma Reunião mais produtiva da próxima vez.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Wellington, eu queria responder à V.Exª e responder a todos que estão nos vendo e ouvindo. Não foi só não produtiva. Foi péssima. Nós tínhamos uma programação, uma Pauta para hoje, e nós não podemos votar essa Pauta. Houve todo... E houve mesmo, e a situação pode usar e usou de todos os caminhos para postergar todo e qualquer tipo de votação. Todos expedientes que podia usar, usou. A essa Presidência cabe apenas comandar o processo. Agora, como V.Exª disse, frustra quem quer trabalhar, quem quer colocar resultados, e a pior coisa que tem é você se sentir impotente porque não consegue fazer avançar naquilo que é importante nesse país. E às vezes essa Casa, como hoje, como essa CPMI dá essa frustração de fazer com que as pessoas se sintam sem forças para conseguir continuar trabalhando. Essa Casa hoje viveu momentos que é ruins e que eu não gostaria de ter vivido. A forma de tratamento às vezes, a forma como as pessoas às vezes se exaltam, e a população não tem obrigação de ver as coisas que viu aqui. Portanto, V.Exª disse que não foi produtivo. Não foi nem um pouquinho produtivo. É por isso até que eu suspendi a Reunião de amanhã. Vou

desconvidar os dois convidados porque não... Para ter outra Reunião desse tipo não vale a pena. Nós vamos esperar então que na terça-feira a gente possa, como V.Exª colocou, achar algum caminho. E V.Exª tem razão nisso. Vamos tentar achar comum caminho para que essa CPMI avance. Ou senão fazer como disse o líder Agripino há poucos momentos. Portanto eu quero terminar minha fala dizendo a V.Exª que não é só V.Exª que está frustrado. Eu estou muito frustrada com tudo que aconteceu aqui. Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela ordem SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Só discordo de um momento da sua fala. A senhora disse que a base do Governo usou de todas as táticas para redundar a Reunião--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não disse que eram ilegítimas.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A senhora disse a base do Governo. Mas é bom registrar também que a oposição usou Senadores e Deputados que, inclusive não participam dessa CPI estiveram presentes, falaram e usaram da palavra. Gostaria que a senhora acrescentasse ao seu discurso que foi uma tática utilizada pela oposição e pela base de Governo. Se a Reunião foi improdutiva a culpa não foi da base do Governo, a culpa, bote no plural, foi de todos nós, oposição e Governo. Só isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Almeida Lima. Depois...

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Senadora Presidente, Marisa Serrano, eu ouvi atentamente a palavra do nobre Deputado Indio, e logo a seguir a palavra de V.Exª. Gostaria de, numa síntese, brevíssima, dizer o seguinte. Coincidentemente, na última segunda-feira, em Aracaju, uma amiga me fez a seguinte declaração. Senador está retornando hoje ou amanhã para o Senado. Que vida boa! Descansado... Porque trabalham pouco. E eu disse à minha amiga que havia um equívoco na formulação dela. Aqui nós trabalhamos muito. Começamos uma Sessão as nove e já são 14h30. Duas e trinta da tarde. O que você poderia dizer é que lá se produz pouco. O que é a verdade verdadeira e absoluta. Trabalhamos muito e produzimos pouco. Por que razão? A base do Governo chegou hoje aqui com uma indicação de voto, de deliberação. Tenho certeza absoluta que se não quisessem discutir, ou se eu puder usar uma outra palavra, discutir para procrastinar, tenho certeza que a base do Governo aceitaria e tinha deliberado todos os Requerimentos. Porque a base já sábia o que iria fazer. Portanto não se pode debitar a conta da base do Governo à não produtividade. E aí eu respondo concluindo ao nobre Deputado Indio. É que aqui existem alguns que desejam atropelar o Estado de direito. E outros que exigem o respeito ao Estado de direito. E não se pode trabalhar contra a Lei. Mas sempre ao lado dela.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois do Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Marcelo Guimarães que não falou desde o começo que está pedindo para falar e depois--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem Presidente, eu fui citado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Art. 14, eu fui citado nominalmente. Quero só registrar o seguinte. Em nenhum momento o meu partido ou eu próprio desejei atropelar a Constituição. Pelo contrário. Tão somente registrei na CPMI uma realidade que é o Art. 71 da Constituição. Que diz que o Tribunal de Contas da União é órgão assessor e se pode o mais, pode o menos. Foi tão somente isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, nós viemos uma nessa Sessão hoje num clima político--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É que a SRª estava encaminhando com a Deputada... Presidenta, nós viemos para essa Sessão hoje, o clima político estava quente. E esse clima político transbordou para dentro dessa Sessão tal era a freqüência de ilustres prestigiados parlamentares aqui dentro. Eu queria dizer a V.Exª que talvez nós tenhamos cometido um erro nessa Sessão. Qual foi o erro? Nós priorizamos um tema da agenda política e colocamos o tema da agenda política na frente da votação dos Requerimentos. E tinha um Requerimento que inclusive eu fiz uma Questão de Ordem sobre o horário de protocolo do Requerimento que colocava o debate dos Requerimentos pra gente fazer o enfrentamento da questão política. Então, eu creio que nós estamos conseguindo fazer um trabalho, há diferenças de ritmos, há diferenças de perspectivas, porém o trabalho que nós estamos fazendo é numa mesma direção. E creio que, SRª Presidente, se V.Exª me permite, que talvez o clima político tenha nos empurrado hoje e que gerou a não aprovação de Requerimentos nessa Sessão. Eu tentei por três,

quatro, cinco, seis vezes alertar meus próprios colegas alguns insurgiram contra o meu alerta, eu me calei, todos viram, mas eu acho que se nós conseguirmos ter um procedimento que dá a condição de um trabalho de cabeça fria, nós vamos conseguir dar a satisfação à sociedade uma CPI que teve resultados positivos. Hoje cometemos um erro regimental. Quero fazer registro aqui, ao mesmo tempo em que na questão do General também, vou fazer para o futuro no sentido de que a transformação de convite em convocação seja objeto de deliberação. Portanto, eu queria trazer esses dois aspectos para cá para dizer o seguinte, eu e todos que estamos aqui queremos dar satisfação à nossa sociedade e fazer avançar. Mas nós vamos fazer avançar cada um respeitando a Lei e respeitando a Constituição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero informar a V.Exª, Deputado Paulo, que há duas horas e meia estou tentando colocar em votação--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Devia ter sido primeiro. Antes do debate da Ministra Dilma Rousseff.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Da próxima vez acho que V.Exª deveria assumir a Presidência. É impossível numa Casa como essa que tem o rito e é impossível fazê-lo. Não tem Regimento que diga que tenho que colocar uma coisa antes.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estou a duas horas e meia tentando pedir e lendo, li todos os números e todos Requerimentos de antecipação da Pauta.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, senhor. Foi agora, duas horas e meia que estamos aqui.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Anterior. Olha o relógio.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria dizer a V.Exª o seguinte, vamos fazer o possível pelo menos nessa Sessão para terminarmos bem essa--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES (PMDB-BA): Serei brevíssimo, SRª Presidente. Tudo já foi muito... Todos os assuntos aqui abordados já pela oposição e pelo Governo. Quero dizer apenas que eu não... Eu saio um pouco frustrado, evidentemente como todos aqui como à senhora bem colocou porque não avançamos na Pauta que estava já colocada para que a gente votasse. Mas quero dizer também que a gente não poderia esperar outra coisa, Senador Demóstenes, de uma CPI como essa. Esse calor de todas as discussões, a luta política a ser trazida para cá e atrapalhar em algum determinado momento a Pauta já previamente preparada para que a gente votasse como era o caso hoje de Requerimento de informações, isso faz parte do nosso embate. É a primeira vez que estou participando de uma CPI, mas acompanhei todas as outras que tiveram aqui no Congresso na Legislatura passada até porque já era Deputado e acompanhava também não só como cidadão, mas como Deputado. Acho que todos nós aqui devemos procurar nos despir do espírito dessa briga política sempre que viermos aqui. É natural que tenhamos isso no sangue, é natural que a gente traga isso para cá, mas devemos procurar mirar no trabalho da CPI. E toda celeuma que envolve essa discussão hoje é a questão dos dados que são sigilosos. E dos que não são sigilosos. Há um roteiro de trabalho definido pelo Relator Deputado Luiz Sérgio, que nós definimos aqui na primeira Reunião, a base do Governo recebe orientação sim como todos nós recebemos em todas as Comissões e todos os partidos da própria base no Plenário, isso é natural, eu recebi como todos receberam aqui. Agora, nós precisamos e a base, eu, por exemplo, não me furto de maneira nenhuma a investigar todos os dados do Governo. Dados inclusive que já estão na internet. Já foram colocadas no portal transparências. O que a gente precisa fazer aqui isso e volto a dizer, foi colocado desde a primeira vez, desde a primeira Reunião, discutir o que é sigiloso, do que não é. Do que é questão de Estado, do que não é. A partir desse momento que nós façamos essa discussão e isso volto a frisar, ficou definido na nossa primeira Reunião aqui da Comissão, aí nós teremos todos da oposição e da base do Governo, Senador Arthur Virgílio, líder, nós teremos um norte para que a gente possa enfrentar essa situação dos dados sigilosos. Se realmente estaremos convencidos ou não da importância de abrir esses dados, se isso é importante para o Estado Brasileiro ou não. [soa a campainha] Então é esse apelo que quero colocar aqui para a CPI já, um tanto esvaziada, que a gente tenha no norte no nosso trabalho isso. Faremos sim, o enfrentamento da questão dos dados sigilosos no momento oportuno depois que a gente trouxer aqui o General Armando Félix, trouxermos o Paulo Lacerda, chefe da ABIN e trouxermos o General que eu esqueci o nome aqui que trabalhou no governo passado que foi quem começou também essa questão das contas tipo B e dos cartões corporativos. É isso, SRª Presidente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, só com relação à vinda dos Ministros amanhã. Muito rapidamente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, já informei que está suspensa.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): É exatamente sobre isso. Acho que não podemos perder de vista que houve UM convite inclusive com a aprovação da base e disposição imediata da vinda dos Ministros amanhã. Isso com certeza absoluta houve investidas em agendas para que hoje a gente faça um contato prévio, com antecedência por telefone para combinar a próxima agenda, para que eles não tenham problema. De repente um Ministro pode não estar na cidade a semana que vem. Para que a gente tenha esse cuidado e acabe não terminando aqui com a discussão que a gente teve com relação ao Ministro Armando Félix. Acho que é prudente da nossa parte já que houve uma disposição da vinda deles que a gente consulte sobre a próxima agenda.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero informar à V.Exª que a Secretaria da Comissão conversa sempre com os secretários das pessoas que são convidadas e a agenda a data melhor. Para encerrar a nossa Reunião de hoje, pediu a palavra o Senador Arthur Virgílio, e que pode sim falar pelo Art. 112 do nosso Regimento Interno.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Falta meu amigo Deputado sempre pergunta a que título que vou falar, falei pela Ordem como vi outros falarem 20, 30 vezes Pela Ordem, eu falei uma vez, uma vez como líder e agora como orador inscrito depois de todos os titulares e suplentes esgotaram suas opiniões. SRª Presidente, eu assisti grande parte desta Sessão e eu chego a duvidar se ela foi de fato improdutiva. Eu estava ouvindo ali o nosso jovem Deputado... O último que falou aqui agora. O que estava aqui ao lado da Senadora... Marcelo Guimarães. E o Deputado dizia que nós temos o escalonamento, é o que tem dito o Relator, meu prezado Luiz Sérgio, eu sinceramente depois de tudo que presenciei aqui, frio como uma pedra de gelo, eu não tenho nenhuma dúvida de que isso é deliberação para tomarmos nós no não tem nenhuma dúvida de que devemos permanecer aqui os 90 dias das investigações. Os 90 dias. Um após o outro. Porque diz o Deputado Marcelo Guimarães, depois não me negarei a olhar com boa vontade o que venha, quebra de sigilo, convocações, tudo mais. Vai chegar à hora para se ver isso. Perder, ganhar, isso é contingência da correlação de força, enfim. O que vai ficar claro ao fim de 90 dias era se todos estarmos, de fato, dispostos a investigar ou se havia não estivesse disposto a investigar. Qualquer interrupção na nossa atuação agora, Senadora Marisa Serrano, vai passar a idéia de que nós tivemos muito pouca paciência, e a paciência já dizia alguém mais sábio do que qualquer um de nós aqui, não deixa de ser uma virtude revolucionária. A paciência. Então, eu repito aqui o Senador Marconi Perillo, que sei que como vazaram para ele, mas enfim, tem aqui uma orientação de voto da base de apoio do Governo com 31 recomendações de rejeição, 15 de aprovação e uma aprovação. É incrível. Eu pego aqui duas que são bem sintomáticas. A de nº 44 diz assim. Requer... Deputado Augusto Carvalho, diz assim pede informações. Requer ao Tribunal de Contas da União informações sobre auditorias realizadas em órgãos da administração pública conforme especificado e de dados sobre a denominação de sigilo e confidencialidade. Aí vem a rejeição. Como se o Ministro do Supremo e do Tribunal de Contas da União que é nosso assessor pudesse saber de algo que eu não pudesse saber ou V.Exª ou o Deputado Luiz Sérgio. E aí estranhamente eu gosto de entender e buscar a linha da coerência nas coisas. No ofício último, no último Requerimento, o de nº 47, autoria do Deputado Manato, tem assim: Requer sejam solicitados à Presidência da República os extratos das contas B no período de 1.998 a 31 de dezembro de 2.002. Ou seja, coincidindo exatamente com o período do Governo anterior, o que não havia sido denunciado. Mas a carta do Presidente Fernando Henrique já é bastante glosada por uns e aprovada por outros, explicita que nós somos a favor disso. Nós somos a favor de aprovar todos os Requerimentos, enfim, eu só acho estranho que recusem a transmissão para nós de documentos do Tribunal de Contas da União ao mesmo tempo em que acham bonito aprovar o período que se refere exclusivamente ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas digo a V.Exª, SRª Presidente, o que vou dizer na Reunião das oposições. Considerei que foi muito elucidativa esta Sessão. Muito elucidativa. Para quem está nos observando, para quem está nos ouvindo, para quem está nos vendo. Quero louvar aqui a postura sóbria, serena, espero poder elogiar sei que vai ser assim, tenho certeza que será assim, Deputado Luiz Sérgio até o final, vi arroubos aqui, acolá, não importa. Está aqui do meu lado o Senador Almeida Lima disse a ele que ia fazer um elogio a ele, não acreditou, ficou sentado, mas vou fazer. Ele não fez nada mais nada menos do que, com sua cultura jurídica, com o seu destemor, repetir a belíssima performance do episódio da defesa do Senador Renan Calheiros. Exatamente isso. Senador Almeida que assuma seus compromissos, seu lado, enfim, e aqui estava... Chegou a tentar fazer o que Geisel não conseguiu.

Eu disse aqui com muito orgulho, que era silenciar a minha voz, podia ter me cassado, mas silenciado, não. Mas depois S.Exª terminou concedendo aquilo que Geisel não conseguiu conceder porque eu não deixei ele conceder, concedendo que eu próprio falasse, enfim. Mas pra mim eu vi umas pessoas mais expansivas, outras mais retraídas, o nosso Deputado Sílvio é uma pessoa expansiva, extremamente simpática, enfim, vi outras mais retraídas, Senador Almeida vai almoçar, mas o fato é que estamos longe da hora da verdade nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Longe. Vai chegar o momento em que não vão poder dizer a V.Exª nem a mim nem a ninguém nem à opinião pública que não dá para quebrar o sigilo tal porque não sei o que. Não dá mais. Vai chegar o momento que ou assume que quer proteger determinado sigilo ou quebra determinado sigilo. A convocação de uma autoridade se o fato se mostrar irrespondível, ela será feita. E será feita com o apoio do Deputado Sílvio, com o apoio do Deputado Manato, do Deputado Marcelo, de todos. Porque vai ficar patente, Deputado Carlos Sampaio, que estaríamos nós diante de uma situação limite. A menos que alguns pretendessem, e nenhum desses vai pretender, causar qualquer arranhão as suas biografias, que eu suponho intocadas, irretocáveis, suponho, acabadas não porque ainda tem muita coisa brilhante pela frente e eu desejo a todos muita felicidade, enfim. Mas em outras palavras, esta é a CPI pela qual optamos. Poderíamos ter feito a do Senado, foi feito esse acordo. Poderemos fazer a do Senado, aliás. Temos um Requerimento prontinho na Mesa para fazer do Senado hoje. É só pedirmos para ler, faremos a CPI do Senado. Sou a favor de insistirmos nesta aqui. Nesta aqui. Não acredito nessa história de tratoramento(F). Não acredito que contra fatos usem trator. Não acredito. Acredito que em algum momento nós contaremos com a unanimidade para convidar e convocar quem quer que seja. A Ministra Dilma, Ministro fulano, Ministro beltrano, Ministro siclano. Todos. Eu não duvido, eu quero confiar e acreditar nas pessoas que integram esta Comissão Parlamentar de Inquérito na boa fé delas, enfim, portanto eu queria afastar mesmo se depender de mim espancar, afastar completamente essas coisas de que revoltados largariam. Não estou nem um pouco revoltado. Assisti e presenciei com muita tranqüilidade, com muita frieza, ao mesmo tempo com muito calor humano por estar perto de pessoas tão queridas e tão admiráveis. Presenciei o desenrolar desses fatos. Devo louvar de novo a tranqüilidade e sobriedade do Relator Luiz Sérgio e o pulso de V.Exª, eu não pensava outra coisa quando insisti para que V.Exª aceitasse a designação para a Presidência dessa CPI. Mas o pulso de V.Exª, a serenidade, o... Eu creio que foi uma bela Reunião. Estamos nas preliminares. Se V.Exª me permite fazer uma comparação entre a outra CPI e das ONGs, nós estamos há alguns meses e não se transfere um sigilo de coisa alguma. Ali se precisa de uma reflexão mais dura. Sinceramente. Ali se precisa de uma reflexão mais dura. Aqui ainda não vejo. Aqui estamos nas preliminares. Não é hora de juiz puxar cartão amarelo. Aqui não tem o que discutir. Aqui mal começou a bola a rolar. Mas vai chegar o momento que vai ficar patente se me decepcionando impedir a apuração de verdades ou não. Eu não acredito. Eu acredito em apuração da verdade não pela oposição, mas pelo conjunto da CPI. Afinal de contas, eu quero aqui exaltar dois homens da base do Governo. V.Exª é da oposição e é Presidenta, mas não será uma Presidenta melhor por melhor que V.Exª seja. V. Exª será das melhores do que foi Delcídio Amaral na CPMI dos Correios. E nem vai haver nenhuma vantagem moral, eu tenho certeza, de Osmar Serraglio para o meu prezado Deputado Luiz Sérgio. A época houve uma luta perdemos por um voto para a indicação do Relator, não foi? Do Presidente. César Borges. Perdemos por um voto para Delcídio Amaral. Parecia que o Presidente do PT seria a salvação da lavoura para não se investigar aquilo. Ao contrário. Delcidio foi lá e investigou. E ganhou respeito do Congresso inteiro e da nação inteira. Assim como Osmar Serraglio foi lá e investigou. Era da base do governo e pertencia ao PMDB do Senador Almeida e tantos outros. Não tenho nenhuma dúvida para achar que nós vamos ter resultado pior. Menos contundente. Portanto, eu saio daqui muito tranqüilo quanto ao fato de que nesses 90 dias as pessoas se definirão. Cada uma exibirá exatamente a sua face, e a melhor coisa é cada um ter a sua face bem definida diante da nação. Se alguém quer investigar, aparece, se não quer investigar, vai aparecer. E que pague o preço. E se todos querem investigar como é o desejo da nacionalidade, que todos mereçamos o aprecio da opinião pública por mostrarmos aqui de maneira não sectária, de maneira inteligente e de maneira concreta, que queremos impedir a desmoralização dos instrumentos mais fundamentais para a democracia que é o direito que a minoria tem que a ela é assegurado de investigar e fiscalizar. Portanto, SRª Presidente parabéns a todos pela condução, e eu saio daqui seguro que vivi um dia de luta. Nenhum apocalipse, nenhum fim de mundo, não. Dia de luta. E o próximo será dia de luta também e vai chegar um momento em que tudo estará tão claro perante a opinião pública, tão claro e tão cristalino como a água mais pura dos rios mais bonitos da minha região amazônica. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Acredito que todos nós aqui somos homens e mulheres de luta. Quem está aqui sentado, quem está de pé, todo mundo que entra numa batalha, entra para ganhar ou perder. Mas a gente fica frustrado quando a gente não avança. Frustração nós todos temos, agora, desistir da luta ninguém faz. Abraço a todos e até uma próxima Reunião.

Sessão encerrada às 14h51min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2008, realizada em 01 de abril de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que houve a votação dos seguintes Requerimentos: 16/08 Requer que sejam solicitadas informações à Casa Civil. Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco, REJEITADO; 36/08 Requisita à VISANET e à REDECARD, os termos do(s) contrato(s) firmado(s) entre as referidas Administradoras e o Governo Federal, no que se refere ao CPGF. Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, REJEITADO; 37/08 Requisita ao Banco do Brasil o modelo dos contratos de adesão firmados pelos titulares de CPGF com a referida instituição de crédito. Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, APROVADO; 42/08 Solicita que esta CPMI requisite ao TCU cópia dos processos TC-001.110/2004-0, TC-011 .476/2006-8, TC-015.259/2005-6, TC-011.825/2005-2, TC-016.236/2005-6, TC-007.512/2006-0. Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa, REJEITADO; 58/08 Solicita-se que os Ministros de Estado do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda e do Ministério da Casa Civil, remetam a esta CPMI cópia de todo o processo licitatório em que restou escolhida a empresa que opera o CPGF. Senador José Nery, APROVADO; 68/08 Requer que sejam requisitadas e no prazo de 15 dias encaminhadas a essa comissão para fins de compartilhamento e analise os nomes dos titulares dos cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos Ministérios, Secretarias especiais do governo federal, autarquias empresas publicas e fundações que ate a presente data utilizaram-se dos mesmos para efetuar saques em espécies bem como requisita-se ainda que neste mesmo prazo sejam fornecidas as informações complementares e as copias dos documentos especificados no requerimento. Dep Carlos Sampaio, APROVADO; 75/08 Requer que seja requisitada a Controladoria Geral da União e encaminhada para essa comissão no prazo de 15 dias copia de todos os atos normativos por ela editados referentes ao uso dos cartões corporativos. Dep Carlos Sampaio, APROVADO; 76/08 Requer que seja requisitada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e encaminhada para essa comissão no prazo de 15 dias copia de todos os atos normativos por ela editados referentes ao uso dos cartões corporativos. Dep Carlos Sampaio, APROVADO; 77/08 Requer que seja requisitada à Secretaria do Tesouro Nacional e encaminhada para essa comissão no prazo de 15 dias copia de todos os atos normativos por ela editados referentes ao uso dos cartões corporativos. Dep Carlos Sampaio, APROVADO; 78/08 Requer que seja requisitada ao Ministério da Fazenda e encaminhada para essa comissão no prazo de 15 dias copia de todos os atos normativos por ela editados referentes ao uso dos cartões corporativos. Dep Carlos Sampaio, APROVADO; 122/08 Solicita que sejam requisitados documentos e informações junto à CGU, necessários ao avanço e à continuidade dos Trabalhos da CPMI. Dep. Paulo Teixeira, APROVADO; 123/08 Requer documentos e informações junto à TCU, necessários ao avanço e à continuidade dos Trabalhos da CPMI. Dep. Paulo Teixeira, APROVADO; 124/08 Requer informações e documentos junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, necessários ao avanço e à continuidade dos trabalhos da CPMI. Dep. Paulo Teixeira, APROVADO; 129/08 Solicita que sejam requisitados documentos e informações junto ao MP e PGR, necessários ao avanço e á continuidade desta CPMI/ Dep. Paulo Teixeira, APROVADO; 202 Requer que seja colocado à disposição da Comissão um funcionário do Banco do Brasil. Dep. Luis Sérgio, APROVADO; 203/08 Requer que seja colocado à disposição da Comissão um funcionário do Banco Central do Brasil. Dep. Luis Sérgio, APROVADO; 204/08 Requer, no prazo de 05 dias corridos, que sejam transferidos para esta Comissão todos os documentos e informações (incluídas as bases de dados existentes) que se encontram na Administradora de Cartões de Crédito Ourocard -Banco do Brasil -relativas às movimentações financeiras que decorram de gastos de natureza não sigilosa realizadas por titulares dos cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos órgãos do Poder Executivo, assim como de autarquias, empresas públicas e fundações, Requisita-se, ainda, que esses dados sejam encaminhados no formato estabelecido pelo VIPF 535. utilizado para detalhar as faturas do Governo Federal, acrescidos de campos específicos que permitam identificar a localidade dos saques e dos estabelecimentos nos quais as compras foram efetivamente realizadas. Sen. Marisa Serrano, APROVADO.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Marisa Serrano (PSDB)	**Carlos Willian (PTC)**

Antonio Carlos Júnior (DEM) **Luiz Sérgio (PT)**
Marconi Perillo (PSDB) **Marcelo Melo (PMDB)**
João Pedro (PT) **Maurício Quintella Lessa**
Gim Argello (PTB) **Nelson Meurer (PP)**
Almeida Lima (PMDB) **Paulo Teixeira (PT)**
José Nery (PSOL) **Carlos Sampaio (PSDB)**
José Agripino (DEM) **Augusto Carvalho(PPS)**
Flexa Ribeiro (PSDB) **Vic Pires Franco (DEM)**
Álvaro Dias (PSDB) **Manato (PDT)**
Valdir Raupp (PMDB) **Silvio Costa (PMN-BA)**
Antonio Roberto (PV)
João Magalhães (PMDB)
Affonso Camargo (PSDB)
Perpétua Almeida (PC do B)
Edson Duarte (PV)

Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Marconi Perillo.

Estiveram presentes ainda os Senhores Senadores Elizeu Rezende, Artur Virgilio, Sérgio Guerra e o Senhor Deputado Fernando Coruja, não membros da Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 02/2008 com a finalidade de investigar o uso de cartão de pagamento do Governo Federal, Cartões Corporativos, por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos. Antes de iniciarmos nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e SRªs... Srs. e SRªs Senadores e Deputados que concordam queira permanecer como se encontram. Aprovado.

Conforme convocação a presente Reunião destina-se à votação de Requerimentos. Nós temos na Pauta de hoje 54 Requerimentos. Desses 54 Requerimentos, nós escalamos 8 Requerimentos, que me pareceu serem passíveis de serem aprovados nessa Reunião, 2 Requerimentos que o Sr. Relator solicita funcionários para auxiliá-lo na tarefa de relatoria, e depois nós colocaremos todos os Requerimentos de informação para serem apreciados e votados hoje. Todos que estão na Pauta ou aqueles que nós pudermos apreciar hoje. Quero também informar a todos os Srs. e SRªs, que recebemos à Mesa do Senado a informação do Requerimento enviado pelo Senador Marconi Perillo ao Presidente da Casa informando da sua viagem ao México para o 2º Encontro de Jovens Parlamentares da América Latina e Caribe, representando esta Casa, e que, portanto hoje ele não estará presente nesta Reunião. Então temos aqui... Vou fazer uma inversão de Pauta para votarmos 2 Requerimentos que solicitam funcionários para que o Sr. Relator possa fazer o seu trabalho. Os dois Requerimentos são os números. Todos têm aí a Pauta. São os nº 52 e nº 53. Eu passo a palavra então ao Sr. Relator para ler os seus Requerimentos. Primeiro o número... Da Pauta 52, que é o nº 202, e depois o nº 203.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): SRª Presidente, SRªs e Srs. Deputados e Senadores, o Requerimento de nº 52 tem como objetivo requerer que o Banco do Brasil possa colocar à disposição dessa Comissão um funcionário para auxiliar no trabalho de manuseio dos dados que começarão a chegar nesta CPI, que subsidiarão o relatório que vou apresentar. Então eu solicito aqui, aos membros dessa CPI, que possamos aprovar porque a CPI precisa de equipe para poder manusear e ajudar na elaboração do relatório final que precisaremos apresentar a esta Comissão e à sociedade brasileira.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a justificativa do Sr. Relator, coloco em votação nominal o 1º Requerimento...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, só para efeito de colaboração eu gostaria de sugerir ao Deputado Luiz Sérgio... Eu gostaria de solicitar ao Deputado Luiz Sérgio, o Relator, até por questões de experiências anteriores, é muito interessante esse Requerimento de V.Exª para contribuir na elaboração dos trabalhos. Nós já sabemos que estão vindo documentos, vários documentos a serem analisados. E para compulsar esses documentos, e até mesmo por questão de segurança, realmente existe a necessidade desses funcionários. Eu acredito que um funcionário, meu caro Relator, seria até pouco. E gostaria de sugerir a V.Exª que também aditivasse esse Requerimento e convocasse também de uma vez um funcionário do Tribunal de Contas da União e outro da Receita Federal. Foi o que ocorreu nas outras Comissões Parlamentares para poder auxiliar na compulsão dos documentos.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A sugestão que o Deputado Carlos Willian apresenta, eu prefiro anotar, aguardar e na medida em que a demanda necessitar de mais pessoas, e nesta área, eu acredito que a CPI irá compreender. Eu acho que aqui o que nos diferencia é que V.Exª já participou de umas quatro CPIs. Eu participo da primeira. Mas eu prefiro apresentar os Requerimentos na medida da necessidade da demanda.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Relator, Deputado Carlos Willian. Havendo consenso, se houver consenso, eu queria colocar os 2 Requerimentos de solicitação de funcionários numa votação simbólica. Aqueles

que aprovarem permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os Requerimentos nº 202 e nº 203 da Pauta de hoje de requisição de funcionários estão aprovados. Passamos aos outros Requerimentos. Requerimento nº 18, que requer o parecer elaborado pelo Sr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, referente às despesas realizadas com os cartões corporativos do Governo Federal consideradas sigilosas. Deputado Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco. Com a palavra os autores do Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, esse Requerimento solicitando a vinda aqui do... Solicitando o parecer do Sr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, esse parecer é que norteou a Casa Civil e a Presidência da República que esses documentos fossem sigilosos. E para que a gente possa fazer a oitiva do General Félix e também do General Cardoso, é importante que esse documento esteja aqui para que a gente possa saber o teor dele, do que se trata e por que é que esses documentos têm que ser sigilosos. Então, é muito simples, acho que nós podemos aprovar esse Requerimento para que a gente possa ter mais documentos, para que a gente possa junto com o relator fazer essas oitivas necessárias. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A organização nossa aqui vai se manter como fizemos na Reunião em que votamos Requerimentos. Portanto, fala sempre o autor e fala o líder de cada bloco. Porque assim nós aumentamos as nossas... O nosso tempo aqui. O líder da Câmara dos Deputados, aqueles líderes, é claro, que quiserem usar da palavra. Da Câmara dos Deputados, líderes do bloco PMDB, PSC e PTC, nós não temos nenhum líder, nem o vice-líder na Casa. Do PT, nenhum líder e nenhum vice-líder.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, apenas para... O líder Maurício Rands, ele deve estar enviando uma carta onde à escolha da vice-liderança acontece hoje. Então ele está enviando uma carta onde eu respondo pela vice-liderança do Partido dos Trabalhadores. Apenas se V.Exª permitir, dizer que nós somos favoráveis à aprovação desse Requerimento. O Requerimento de nº 1808 nós somos favoráveis à sua aprovação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: O bloco do PMDB é favorável, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então vamos fazer o seguinte, nesses Requerimentos, os 8 Requerimentos que há possibilidade de votação, de consenso, vamos fazer da seguinte forma. Se todos estiverem de acordo. Ler o Requerimento, o autor, e um Deputado ou Senador contrário, o da base contrária, vamos dizer assim, faz o encaminhamento. Está certo assim? Porque é consenso, e acho que anda mais rápido. E não seguindo o regimento como está. Vamos lá. Deputado Paulo, então V.Exª pode falar pela base?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sim, SRª Excelência, apenas para dizer que é um Requerimento do Deputado Indio da Costa e do Deputado Vic Pires da oposição, que pede cópia do parecer elaborado pelo Sr. Fernando Luiz Albuquerque Faria, referente às despesas realizadas com os cartões corporativos do Governo Federal consideradas sigilosas. Nós então orientamos a todos os Deputados a votar favoravelmente à aprovação desse Requerimento. É o que tinha a dizer.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Coloco em votação simbólica. Aqueles que estiverem de acordo, Senadores e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. Aprovado.

Requerimento nº 37. Requisita ao Banco do Brasil o modelo dos contratos de adesão firmado pelos titulares da CPGF com a referida instituição de crédito. Deputado Vic Pires Franco e Deputado Indio da Costa.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, não tem muito o que discutir. É apenas o contrato do Banco do Brasil junto a VISANET para que venha para cá para que a gente possa ter acesso a esses documentos. Eu espero contar com a aprovação dos companheiros.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Paulo.

SENADOR JOÃO PEDRO: Pela base.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Willian encaminha.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, esse Requerimento de nº 37 pelo Deputado Vic Pires e Deputado Indio da Costa, ele realmente vai contribuir para os trabalhos dessa CPMI. Portanto, nós encaminhamos favorável ao Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputados e Senadores que concordam com a aprovação desse Requerimento permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento nº 58, do Senador José Nery. Solicita-se que os Ministros de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Fazenda e do Ministério da Casa Civil remetam a essa CPMI cópia de todos os processos licitatórios em que restou escolhida a empresa que opera o CPGF. Com a palavra o autor do Requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): SRª Presidente, SRªs e Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, apresentamos esse Requerimento para o esclarecimento sobre a escolha da VISANET para a administração dos cartões corporativos do Governo Federal. Embora já tenha havido anteriormente explicações de que a decisão se deu em face de se tratar de uma empresa ligada à destinação de cartões, ligada ao Banco do Brasil, no entanto, SRª Presidente, consideramos importante que esta CPI tenha conhecimento de todo o processo que levou a essa decisão. Portanto, conclamo aos demais membros dessa CPMI pela aprovação e envio dessas informações para a apreciação da Comissão. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Nery. Para encaminhar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, nós somos favoráveis à aprovação do Projeto, SRª Presidente. Do Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Os Deputados e Senadores que concordam com a aprovação desse Requerimento permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento nº 68. O autor não está presente. Como o autor não está presente, eu quero pedir autorização ao Plenário para que o Senador Flexa Ribeiro... Aliás, desculpe, tem o Deputado aqui. O Deputado Affonso Camargo possa fazer o encaminhamento. Se todos estiverem de acordo... De acordo. Então, o Deputado Affonso Camargo para a leitura do Requerimento do Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Requer que sejam requisitadas e no prazo de 15 dias encaminhado para esta Comissão para fins de compartilhamento e análise nome dos titulares dos cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos Ministérios, secretarias especiais do Governo Federal, autarquias, empresas públicas e fundações que até a presente data utilizaram-se dos mesmos para efetuar saques em espécies bem como requisita-se ainda que nesse mesmo prazo sejam fornecidas informações complementares e as cópias dos documentos especificados no Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, para encaminhar. Nós concordamos com o pedido de informações do Requerimento, somos favoráveis, vamos votar favorável desde que se ressalve aqui as informações sigilosas. E aí nós votamos a favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo consenso, coloco em votação. Aqueles que... Coloco em votação, aqueles que...

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Com a ressalva, garantindo a proteção do sigilo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Que ressalva, SRª Presidente?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí eu preciso aí do Deputado Affonso Camargo ou do autor do Requerimento que não está passando muito bem, mas disse que chega daqui a pouquinho aqui, mandou avisar. Se há uma ressalva, eu não sei se o Deputado Affonso Camargo vai manter o Requerimento ou vai...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, só para esclarecer que ressalva seria. Que a compartilhar o sigilo significa que nós da CPMI somos responsáveis por eventual vazamento. Então isso já está implícito. Não há necessidade de fazer ressalva em relação a sigilo. Uma CPI quando requer informações sigilosas, os que requerem essa informação sigilosa são conhecedores da Legislação. Incumbe a quem tem acesso à informação sigilosa manter o seu sigilo. Ela deve ficar... A informação deve ficar restrita ao ambiente da Comissão Parlamentar de Inquérito. Qualquer vazamento é responsabilidade do parlamentar que...

DEPUTADO MAURICIO QUINTELLA LESSA: Pela ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós estamos aqui--

[falas sobrepostas].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): A ressalva é uma recomendação. Apenas uma recomendação. Não altera o Requerimento.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): É uma exigência nossa. Altera sim. Porque nós compreendemos que o sigilo nós não vamos votar aqui. Altera o conteúdo do Requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Na verdade isso significa uma rejeição ao Requerimento. Porque o que o Deputado Carlos Sampaio deseja é conhecer realmente as informações que são desconhecidas em razão do sigilo, inclusive. Para não conhecer as informações, certamente ele não faria um pedido de informações.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, uma sugestão. Essa é a nossa opinião--

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de fazer uma proposta ao Plenário. Há outros Requerimentos que nós podemos discutir. Eu suspenderia a votação dos Requerimentos do Deputado Carlos Sampaio até que o autor esteja presente. Fazer uma sugestão?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, Presidente. Parece que esse Requerimento que V.Exª está colocando em votação são Requerimentos em que houve um acordo entre a base do Governo e a oposição. Para que eles fossem votados. Então, parece que com a alteração do texto do Requerimento do Deputado Carlos Sampaio, a base do Governo não está cumprindo o acordo. Todas as vezes que se procura buscar esclarecimentos e transparência nas informações, a base do Governo recua. Apesar de ter concordado antecipadamente. Então gostaria que o acordo fosse mantido e que nós pudéssemos votar aqueles Requerimentos que V.Exª colocou como de consenso, da forma como foi previsto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flexa. Mas como nós já decidimos aqui que vamos esperar o autor do Requerimento chegar, vamos esperar o Deputado Carlos Sampaio estar presente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, por favor, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho. O líder fez uma solicitação.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, eu gostaria de fazer um registro e gostaria da atenção dos membros da Comissão. Nós estamos votando um certo número de Requerimentos que supostamente são consenso entre a base do Governo e a oposição. A mais leve menção de sigilosos num Requerimento que foi consenso entre Governo e oposição, integrantes da base do Governo já fazem questionamentos. Eu queria fazer claro a esta Comissão de que nós, Democratas, que tenho a impressão que também os peessedebistas e suponho que integrantes de outros partidos da oposição, tenha consciência absoluta de que nós estamos votando Requerimentos que trazem informações pontuais. Apenas pontuais. São elementos isolados que não dão à Comissão a condição de fazer uma investigação completa e oferecer o resultado conclusivo. Eu gostaria de dizer a V.Exª que se todos os Requerimentos entendidos como consensuais forem aprovados hoje, para nós vão ser apenas na escala de zero a cem, você deu o primeiro passo, o passo número 1. Eu diria que nós teríamos dado 50 passos no sentido do esclarecimento dos fatos se o Requerimento nº 1, o nº 1 fosse apreciado e aprovado. O nº 1 requer que sejam solicitadas informações à Casa Civil. Não se pede que a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, venha. Se pede que sejam solicitadas informações da Casa Civil. Quais são as informações? O quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal, CPGF expedidos desde 2002 para a Presidência da República incluindo todas as suas unidades gestoras. O nome dos respectivos portadores e seus números de CPF. A unidade gestora a que pertencem cada um dos portadores dos CPGF. Os limites disponibilizados por mês para os cartões dos referidos portadores tanto na modalidade crédito quanto na modalidade saque em dinheiro. O detalhamento dos gastos de cada um desses cartões mês a mês e cópia de todas as notas fiscais das compras efetuadas com eles. Se esse Requerimento for aprovado, nós teremos dado passos importantes. Agora, aprovando estes Requerimentos que são tidos como consensuais, nós teremos dados talvez meio passo, que não venham amanhã dizer que está tudo entendido de cem Requerimentos já apreciamos 15, foram aprovados 15. Aprovamos alguns poucos Requerimentos que são peças isoladas sem importância definitiva para as investigações. E eu insisto com V.Exª na apreciação do Item nº 1, do Requerimento nº 1 que este sim é conclusivo, este sim é definitivo no rumo das investigações. É a colocação que faço a V.Exª e aos membros da Comissão.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem. Deputado Maurício e depois Deputado Silvio.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Do PFL.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele é membro da Comissão e ele pode falar sendo membro da Comissão.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Então apenas quero fazer o registro que ele não falou como líder, falou como membro da Comissão, não pela Ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Falou como membro da Comissão. Como o Senador Alvaro falou, como os outros estão falando. Como V.Exª. Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu só queria pedir à oposição que respeitasse a Constituição da República. Basta à oposição ler o inciso XXXIII do art. 5º, que respeitando o inciso XXXIII do art. 5º a gente vai aprovar tudo. Esse discurso de que a base do Governo não quer aprovar coisa sigilosa é um discurso nato e morto. Acho que a gente deve avançar. Só queria pedir isso. Tenho ou-

tra proposta aos Senadores da oposição. Façam uma PEC alterando o inciso XXXIII do art. 5º o que não tem problema nenhum. Você sabe que tem a questão de segurança do Estado, vocês sabem disso e continuam insistindo nessa tese.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pela ordem...

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, primeiro lugar eu... [Pronunciamento fora do microfone] pedir desculpa ao Senador Antonio Carlos Magalhães que revendo o vídeo na TV Câmara dessa CPI eu notei que eu fui descortês com ele na Reunião, e ele não estava se dirigindo a mim. E eu gostaria de pedir... Como eu fui descortês com ele em público, assim como eu tenho admiração e simpatia pelo pai e também pelo filho, ACM Neto, colega meu Deputado, eu gostaria em público pedir desculpas a ele pela forma que erroneamente eu me dirigi.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço ao Deputado Carlos Willian e não há razão nenhuma de termos nenhum tipo de problema. O problema está superado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito bem. Obrigado. Segunda coisa, Presidente, parabenizar a revista Veja porque esta semana ela trouxe carta ao leitor. Foco perdido. Por que é que eu faço essa reflexão? Porque neste momento nós começamos a disputar os espaços legítimos, políticos, administrativos nessa CPI muito bem dirigida por V.Exª. A revista Veja ela diz o seguinte. "Parecia uma questão que transcendia as divisões partidárias. E se constituía em uma das poucas vezes em que Governo e oposição perderam se unir em torno do interesse nacional. A CPI perdeu o foco maior, ainda obcecada há duas semanas apenas pelos gastos feitos pelo Presidente da República, pelas primeiras damas e pelos vice-presidentes. Isto é um erro. Cria turbulência política". Além disso, SRª Presidente, a revista Veja diz: "mas não passa disso. Essa é uma meta paralisante para a CPI. Os gastos dos Presidentes precisam ser protegidos sim por sigilos. Os Presidentes são constitucionalmente os primeiros mandatários da nação que representam o cenário mundial. Têm encargos pesados, missões complexas e são obrigados a servir protocolos chatérrimos dia após dia enquanto duram seus mandatos". E por aí vem, SRª Presidente. A revista Veja vem fazendo seus comentários.

Terminando, eu chamo atenção aos colegas dessa CPMI para que nós mudemos o foco dessa CPMI. A questão do cartão corporativo, ele é muito maior do que a Presidência da República. A Presidência da República, os gastos da Presidência da República estão amparados por Lei. É sigilo fiscal e não pode ser quebrado, SRª Presidente. Portanto, não adianta aqui a oposição querer inverter, mudar o tipo de Requerimento que nós estamos aprovando. Nós vamos seguir o que foi colocado, a meta que foi colocada pelo Relator de trabalho. Vamos ouvir o General Alberto Cardoso, vamos ouvir o Mauro Marcelo, ex-diretor da ABIN, o General Jorge Félix. Depois que nós definirmos o que é sigilo, SRª Presidente, aí sim nós vamos trabalhar. Agora, só finalizando, SRª Presidente, não adianta tripudiar em cima do Governo querendo convocar Ministros ligados à Presidência da República e nem quebrar, e nem aprovar Requerimentos ligados à Presidência da República.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós estamos discutindo aqui Requerimento de informação. Então... Senador Flexa, vamos contraditar e encerramos esse assunto e voltamos à votação dos Requerimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu lamento que o Deputado Carlos Willian ele queira confundir com meias verdades a opinião pública. O que o Deputado acabou de ler, como sendo uma opinião da revista Veja, não o é. O que ele leu foi uma carta do leitor. Algum petista que deve ter escrito esta carta e encaminhado a Veja. Então ele vem fazer apologia de algo que não é correto aqui. Se ele tivesse lido um editorial da revista, tudo bem. Mas ele está usando a mídia para formar opinião, formar juízo de valor para que a sociedade brasileira que nos assiste através da TV Senado seja enganada. Eu peço ao Deputado Carlos que ele, por favor, não use desses artifícios para querer confundir e não fazer o que ele deveria estar fazendo aqui, trabalhar no sentido de esclarecer, sim, todo e qualquer gasto que tenha sido feito com os cartões corporativos. Até porque pelo dossiê que a própria revista Veja já publicou, as despesas do Governo Fernando Henrique Cardoso tidas como sigilosas já foram tornadas públicas.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, eu fui citado e tenho o direito de usar a palavra. Art. 14. Questão de Ordem, art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É Questão de Ordem?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É. Art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor quer terminar a leitura do Requerimento? Art. 14 para o Deputado Carlos Willian e passo para V.Exª.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, na revista Veja a senhora deve ter visto, existe uma foto muito bonita e simpática de V.Exª, como sempre, e do nobre Relator pensativo. A revista não

é carta do leitor. É carta ao leitor. Está aqui a revista com carta ao leitor onde as matérias estão te dizendo. Isso então eu considero um editorial. E além do mais, eu estou para ver mesmo que fosse carta do leitor, eu estou parabenizando a revista pelo respeito que ela tem aos seus leitores.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Para encerrar essa discussão--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Leitores.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Affonso Camargo.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Presidente, eu quero ver se consigo retornar àquela tranqüilidade inicial da Reunião para evitar que seja que nem a última. Todos sabem que os Requerimentos do Deputado Carlos Sampaio sempre foram falando em sigilo para ser mantido na Comissão. Todos os Requerimentos dele são nessa linha. E esse problema de sigilo vai ser a nossa grande discussão. Então, eu concordo inclusive que se... E a justificativa para sigilo tem sido segurança. E nós vamos ter que discutir até para quem sabe algum dia mudar a Lei, é mais importante transparência do que segurança. Em que termos é necessário sigilo para efeito de segurança. Se verificar alguma coisa que foi feita seis meses antes ainda precisar sigilo para saber se alguém foi lá procurar criminoso, em matéria de segurança. Eu da minha parte concordo, espera-se o Carlos Sampaio para saber o que vai fazer e vamos dar seqüência. Porque ficar discutindo esse problema antes de ouvir os generais e saber... E nós decidirmos se dá para trazer em sigilo para a Comissão, não é para fora, como foi feito com o dossiê, mas para guardar na Comissão se é sigilo se é possível ou não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Coloco então a leitura do Requerimento nº 122 de autoria do Deputado Paulo Teixeira, a quem eu passo a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, apenas para dizer que nós estamos, através desse Requerimento, solicitando informações sobre a CGU em relação a todo o trabalho que foi feito, as eventuais irregularidades encontradas pela CGU nas suas auditorias nos cartões de crédito. Portanto, é esse o nosso objetivo de trazer essas informações a esta Casa, para ver aquelas irregularidades cometidas e aí nós podemos trabalhar inclusive sobre elas, para depois na hora de fazer o cruzamento das irregularidades aqueles dados apresentados pela CGU sejam dados que nós tenhamos à disposição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todos estão esclarecidos? Esclarecimento, Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para encaminhar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encaminhar. Como não?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria encaminhar, SRª Presidente, o Requerimento do nobre Deputado Paulo Teixeira favorável. E lamentar novamente que no Requerimento que ele apresenta, ele grifa e coloca em negrito, que as informações que ele solicita sejam aquelas desde que não estejam gravadas de sigilo. Mas a oposição vai aprovar qualquer Requerimento que a base do Governo encaminha a essa CPI porque a intenção nossa é que realmente haja transparência aqui e que seja esclarecido aquilo que toda a sociedade brasileira busca conhecer. Então, seja Requerimento que venha buscar informações do Governo Fernando Henrique Cardoso, como do Governo Lula a oposição irá aprovar a todos. Gostaríamos que a base do Governo também o fizesse.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Os Deputados e Senadores que concordam com a aprovação do Requerimento nº 122 de autoria do Deputado Paulo Teixeira permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº 123, de autoria do Deputado Paulo Teixeira, a quem passo a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, esse Requerimento tem como objetivo também saber quais foram às providências que o Tribunal de Contas da União tomou em relação a eventuais irregularidades no uso do cartão de crédito ao longo desses anos. Portanto nosso objetivo é na hora que nós formos fazer o Relatório e ter o cruzamento de dados em relação às irregularidades, ter os materiais produzidos e as providências tomadas pelo Tribunal de Contas da União. Apenas isso, Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): SRª Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente da mesma maneira do Requerimento anterior, nós encaminharemos a favor, mas lamentamos que esteja novamente grifado desde que não seja gravado de sigilo. Então lamentamos essa restrição que faz a base do Governo, mas nós queremos aprovar todos os Requerimentos. Portanto, encaminhamos favoravelmente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os Srs. Deputados e Senadores

que concordam com a aprovação do Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº 124 de autoria do Deputado Paulo Teixeira, a quem passo a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, igualmente nós estamos solicitando informações junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em relação a todos os gastos com nomes, cargos e despesas efetuadas de todos os ecônomos responsáveis pelo suprimento de fundos relativos aos Secretários executivos e Secretário de Ministérios bem como os gabinetes ministeriais e ainda autarquias e empresas públicas federais, relacionadas com o tema objeto dessa CPI. Bem como em face de outros mecanismos relativos ao suprimento de fundo para os gastos da administração pública federal nos últimos 10 anos. Nós estamos solicitando, igualmente nós estamos excetuando aqueles que estão gravados de sigilo porque no nosso entendimento documento sob sigilo só podem ser requeridos na medida em que houver justificativa de alguma irregularidade. Traremos aqui quando formos discutir os Requerimentos que peçam a quebra de sigilo, nós vamos trazer aqui todo o entendimento do Supremo Tribunal Federal em relação ao sigilo. Que a quebra de sigilo é medida extrema, e deva ser justificada, motivada, não podendo ser algo corriqueiro no trabalho de uma CPI. Portanto, SRª Presidente, pedimos a aprovação do Requerimento nº 124/08.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Deputado. Senador Alvaro Dias para fazer seu encaminhamento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, da mesma forma como os Senadores Antônio Carlos Magalhães e o Senador Flexa Ribeiro já afirmaram, a oposição vota favorável, obviamente, com essa restrição. O que incumbe à CPI é exatamente revelar o que está guardado a sete chaves. Aquilo que é de conhecimento público não há necessidade. Nós não instalamos uma CPI para fazer dela uma Tribuna onde os fatos já conhecidos da opinião pública divulgados pela imprensa possam repercutir. Nós queremos aprofundar as investigações e as investigações só serão aprofundadas com a quebra de sigilo. Ou seja, o que há que não é do conhecimento público, é que deve ser revelado por essa CPI. O objetivo é colocar o mal à luz para que ele possa ser investigado pelo poder competente, pelo Ministério Público, a fim de que os procedimentos para instauração dos procedimentos de responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos. Essa é a finalidade de uma CPI. Sem isso, nós vamos ficar aqui debatendo, nós vamos ficar repercutindo informações já conhecidas. Portanto é essencial. Eu creio que essa é a grande discussão dessa Comissão, como já disse o Deputado Affonso Camargo, o que é sigilo, o que não é sigilo, o que é compartilhar sigilo, qual é a responsabilidade quando se compartilha o sigilo. Que tipo de responsabilidade nós devemos assumir ao termos conhecimento de uma informação sigilosa, enfim, este é o papel da CPI. O que nós estamos aprovando hoje, já disse o Senador José Agripino, não significa um avanço. Nós não estamos avançando em termos de aprofundar a investigação nessa CPI. Mas é nosso dever aprovar todos os Requerimentos e por isso estamos fazendo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para complementar? Encaminhar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 30 segundos. Eu proporia a V.Exª para atender os Requerimentos do Deputado Paulo Teixeira e a todos esses Requerimentos que impedem que o Senado Federal tenha acesso às informações sigilosas, que V.Exª mande imprimir todas as informações que se encontram no site, que com isso vai atender àquilo que a base do Governo está querendo saber. Não precisa incomodar os órgãos para pedir às informações que já se encontram nos sites contas abertas e outros sites de... De acesso a todos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Em votação o Requerimento nº 124. Os Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Requerimento nº 129 de autoria também do Deputado Paulo Teixeira, a quem passo a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, nós aqui estamos solicitando informações da Procuradoria-Geral da República e das procuradorias regionais sobre providências tomadas em relação a eventuais irregularidades cometidas com cartões de crédito corporativos. Queria só fazer um diálogo com os Senadores que me antecederam, para dizer o seguinte, o rito da quebra de sigilo é: O sigilo tem proteção legal. Se quiser quebrar o sigilo, a Justiça brasileira entende que tem que ter motivação, justificativa. Em relação aos gastos da Presidência, a proteção é legal. Não ao atual Presidente, a todos os Presidentes. E a instituição Presidência da República, assim como a Polícia Federal, a ABIN, etc. A oposição pediu nesses anos passados uma auditoria sobre os gastos da Presidência. E a auditoria verificou que serviços foram prestados e não houve nenhum tipo de gasto de natureza pessoal. Portanto, qualquer pedido de quebra de sigilo sem motivação essa CPI não pode aprovar. A oposição está mudando o raciocínio. O raciocínio

da oposição é: Vamos quebrar o sigilo para depois averiguar irregularidades. A lei raciocina pelo contrário, vamos proteger o sigilo até que o sigilo possa ser questionado por alguma irregularidade. Nós só vamos aprovar aqui Requerimentos que peçam quebra de sigilo se houver motivação, se houver justificativa. Porque o contrário disso, não é quebra de sigilo, é bisbilhotagem. Nós somos contrários a qualquer tipo de bisbilhotagem. Portanto nós vamos seguir aqui o rito judicial e respeitando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal inclusive as CPIs que diz a quebra de sigilo é medida extrema. Não pode ser banalizada. E tem que ser motiva e justificada. Portanto quando houver Requerimento com essa natureza nós vamos analisar. Se for apenas um pedido de informação para ter material para depois achar alguma coisa, isso é mudança do raciocínio. Nós não podemos banalizar a quebra de sigilo e não podemos banalizar a atuação da CPI que nesse momento segue o rito judicial, e ao seguir o rito judicial, tem que seguir a risca, como a justiça o faz. E tem jurisprudência no Brasil dizendo que quebra de sigilo só se dá com motivação e a medida extrema. Portanto, ao ter pedido uma auditoria nas contas da Presidência feita pelo TCU, a oposição já se fez satisfeita nesse objetivo. E não pode utilizar esse instrumento como maneira de vasculhar novamente algo já auditado. Por isso a nossa opinião nessa direção, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero antes de passar a palavra fazer aqui uma ressalva. Em nenhum momento nenhuma CPI está aqui, e é instalada para bisbilhotar quem quer que seja. A partir dessa premissa, e eu estou aqui ressalvando e lutando por instrumentos que são fundamentais para a democracia e para essa Casa. Portanto, uma CPMI tem o direito, e é um direito que o nosso regimento nos dá, que a Constituição nos dá, de poder sim quebrar sigilo, seja fiscal, telefônico, qualquer tipo de sigilo inclusive da sociedade e aqueles que são necessários para o esclarecimento de qualquer fato. Esse aqui é o poder. E como poder tem todo direito de abrir sigilo se o achar. É claro e evidente que nenhuma CPI que essa Casa já teve, principalmente aqui o Senado, pode partir do pressuposto de que o Deputado e Senador tem que saber o que é que tem dentro do sigilo. Se é sigilo, a princípio e a priori, não se pode saber o que tem. Mas os indícios é que levam. Há tanto indício que existe uma CPI funcionando. Se não tivesse indício, não havia possibilidade de nós estarmos aqui. Só quis fazer essa ressalva para salvaguardar esta Casa e principalmente todos os Deputados e Senadores que estão aqui que não vão nunca achar que estamos aqui com a pecha de bisbilhoteiros porque não estamos. Deputado... Quem pediu para encaminhar?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu havia pedido para encaminhar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem pediu para encaminhar foi o Deputado Vic e eu gostaria de passar ao Deputado Vic para encaminhar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Depois eu peço a V.Exª para encaminhar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, ainda bem que a senhora fez essa sua observação muito válida. Porque eu fico pensando o que a imprensa vai amanhã vai falar da gente. Houve um acordão(F). Isso está mais morno do que um conclave. Nem conclave na escolha do Papa é assim tão tranqüilo, lá na capela Cistina, como nós começamos hoje. Votando 100%, tudo, parece que o Governo começou a concordar em investigar tudo. Mas se a gente for ver a fundo, tudo que está sendo pedido aqui são fuligens. Nada, nada aqui tem importância. A oposição e eu falo em nome da oposição, com certeza, vai votar aqui, SRª Presidente, sim 100%. Tudo que vem para cá. Tudo. Todos os Requerimentos de informação, Requerimento de convocação, nós estaremos votando sim aqui. O Governo, infelizmente, vai votar não tudo que for importante, tudo que for quebra de sigilo. Se é sigilo, é porque tem que ser quebrado. E a CPI está aqui como bem disse a Presidente. Eu quero saber quando é que nós vamos votar, por exemplo, o Item nº 1 da Pauta. O primeiro Item da Pauta que é o mais importante que nós pulamos por um procedimento, um acordo de procedimento, mas é importante que a gente volte a discutir aquilo que é importante nessa Casa. Nós da oposição vamos votar sempre sim a tudo que chegue aqui pra gente investigar e ir a fundo. Isso não pode passar amanhã para a opinião pública que nós estamos aqui num conclave, na escolha de Papa, que é tudo muito bonzinho um com o outro, e tudo tranqüilo. Não é isso. Mas hoje amanheceu, eu cheguei aqui e já estava começada a Sessão e aqui estávamos aprovando tudo. Tudo bonitinho. Sim, vamos votar com a oposição. Tudo com cara de bonzinho e vamos votar com a oposição. Parecia que estávamos no outro mundo. Agora temos que organizar e dividir as coisas. Nós somos oposição e Governo é Governo. Vocês estão fazendo o papel de vocês. O Governo manda pular, vocês não perguntam nem a altura. Pulam. É assim que alguns Deputados estão aqui. Nós vamos fazer o nosso trabalho e vamos continuar até o final e vocês vão continuar pulando para o abismo e a opinião pública está lá olhando. Muito obrigado.

SENADOR JOSÉ NERY: Para encaminhar, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Vic. Como são vários os pedidos, não temos condição de... Não há discussão de Requerimento de informação, portanto eu queria pedir a compreensão, nós vamos partir agora para a votação desse Requerimento e depois os do Deputado Carlos Sampaio, todos vão ter oportunidade de encaminhar e de falar e depois o primeiro Item da Pauta, que e é o próximo a ser discutido. Portanto, eu queria--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, encaminhar esse Requerimento pelo PSDB.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, peço a palavra como líder.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esses quatro que eram consenso, um e outro. Se V.Exª permite, quero colocar em votação. Requerimento nº 129, aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Portanto, agora nós vamos passar a votação discussão dos Requerimentos do Deputado Carlos Sampaio que não estava aqui no momento que nós postergamos. O primeiro é o Requerimento nº 68 que passo a palavra ao Deputado Carlos Sampaio autor do Requerimento.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA: SRª Presidente. Antes de passar os Requerimentos do Deputado Carlos Sampaio, saber de V.Exª se depois seguirá na apreciação a ordem que nós--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Na ordem. Depois do Requerimento do Deputado Carlos Sampaio. E eu quero esclarecer aqui... É bom que se esclareça, Deputado, que nós fizemos hoje eu pedi talvez para todos que estão aqui nos vendo e ouvindo, eu pedi uma Reunião às 8h30, e solicitei aos líderes da Câmara e do Senado, do bloco do Governo e do bloco da oposição para que escolhesse pelo menos dois parlamentares para que participassem dessa Reunião e pudéssemos discutir o encaminhamento, a metodologia o encaminhamento da votação de hoje. Não o mérito, mas o encaminhamento. Infelizmente, acredito que uma série de razões, só estava lá o Deputado Paulo Teixeira e eu. E, portanto, nós tivemos, eu fiz a proposta. Disse ao Deputado Paulo Teixeira: Como havia uma proposta do PT, da base do Governo, que foi lida e divulgada na Sessão passada, e que já tinha previamente aqueles Requerimentos que seriam aprovados e aqueles que seriam rejeitados, eu achei por bem que aqueles que fossem, a base já estava acordado anteriormente que aprovaria, que nós pudéssemos colocar como preferência hoje. O Deputado Paulo Teixeira aceitou, e é por isso, Deputado Carlos Sampaio, que nós colocamos esses Requerimentos, inclusive os seus como preferência. Porque havia uma proposta da base que esses seriam aprovados. Para ter oportunidade de pelo menos os Deputados e Senadores terem algum material em que pudesse trabalhar na próxima semana. Mas, como houve já interferência e mudança na proposta de V.Exª, eu deixei para o final. É por isso que ele está sendo agora aprovado. Aprovado, não. Apreciado. Com a palavra o autor do Requerimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, Sr. Relator, ilustres membros desta Comissão eu pude estar presente aqui no momento mas acompanhei a fala da Deputada Perpétua, e eu diria o seguinte. Como havia um certo entendimento de que as questões sigilosas só seriam objeto de Requerimento nessa CPI após o dia 9, quando já teríamos as informações do General Félix, do General Cardoso, eu não me oponho à colocação feita pela Deputada Perpétua. Eu só pediria, isso para que nós da própria CPI soubéssemos, que o Requerimento fosse aprovado como está com o adendo, evidentemente, de que os Ministros ou os respectivos responsáveis, ao não enviarem o documento sigiloso, justificassem que trata-se de sigilo conforme o artigo tal. Ou seja, pelo menos motivasse o porquê do não envio. E concordo plenamente que seja feita essa ressalva até porque nós vamos apreciar as questões referentes a sigilo depois do dia 9, com a sugestão do próprio Relator. Então eu concordo desde que quando não enviar o Ministro ou o Secretário responsável apenas justifique com base em qual artigo e qual Lei e que efetivamente ele não está encaminhando aquelas informações. Não há nenhum óbice de minha parte.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Relator pediu para encaminhar primeiro. Ele tem preferência.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Apenas para fazer uma observação que a fala do Deputado Carlos Sampaio, a meu ver, ela contempla. Mas que este Requerimento enquanto Relator eu entendo que ele é muito importante para o meu trabalho. Por quê? Porque aqui ele pede o nome dos titulares dos cartões corporativos lotado nas unidades gestoras dos Ministérios, Secretarias especiais do Governo Federal, autarquias, empresas públicas e fundações até a presente data. Então, mesmo com aqui a polêmica em relação à questão sigilo, com esta informação eu acredito que nós teremos a relação de mais de 99% daqueles que hoje possuem cartões de pagamento. Então, estas informações serão muito importantes para a CPI e para o meu trabalho enquanto Relator.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para encaminhar, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Para tão somente concluir, na semana passada eu conversei com o Deputado Paulo Teixeira e conversei também com o Deputado Luiz Sérgio a respeito da importância da mesma forma dos Requerimentos de nº 63 e nº 64, ambos trazendo informações, mas de forma sistematizada, isso para nossos técnicos, de acordo com o formato em que os técnicos solicitaram. E ambos ponderaram também a questão do sigilo que deveria ser feito, portanto a *posteriori*. Só que eu vejo o Requerimento nº 204 de V.EXª que idêntico ao nº 63 e ao nº 64, com uma única diferença. V.Exª ressalva desde que não sigilosos. Então eu proporia ao Deputado Luiz Sérgio, Relator e ao Deputado Paulo Teixeira se nós pudéssemos sobrestar a votação do nº 63 e nº 64 que havia essa preocupação de ser votado antes da vinda do General Félix, e votássemos o nº 64 aonde V.Exª deixa claro que viria no formato solicitado pelos técnicos, mas os não sigilosos. Portanto, o receio havido àquela época acho que fica dirimido com o nº 204 proposto pela Deputada Marisa Serrano, pela Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, para encaminhar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar pediu o Deputado Maurício Quintella primeiro.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Bom, primeiro Presidente, Srs. Deputados, queria parabenizar o Deputado Carlos Sampaio por elegantemente aqui restabelecer a verdade no que tange a questão de acordo. Em nenhum momento nem o Deputado Paulo Teixeira e nenhum Deputado da base do Governo acordou quebra de sigilo, aprovar Requerimento de quebra de sigilo antes da oitiva do General Félix, do General Cardoso e do representante da ABIN. Nós claramente, para a imprensa nacional, dentro dessa Comissão, a base do Governo o tempo inteiro já manifestou sua posição. Nós não votaremos quebra... Não votaremos, não tergiversaremos quebra de sigilo até a oitiva desse General. Lá na frente poderemos ter até uma nova avaliação. Por isso que é muito mais inteligente inclusive por parte da oposição se esperar, se respeitar o plano de trabalho aprovado por unanimidade nessa Comissão do Relator que prevê esse cronograma e aí sim lá na frente, havendo disposição, ambiente, não havendo quebra da ordem jurídica brasileira, o Governo pode entender que isso é importante para essa CPI. E não apenas bisbilhotice como eu concordo com o Deputado Paulo Teixeira. V.Exª fez uma ressalva, é opinião de V.Exª, mas parece que nesse momento parece apenas uma bisbilhotice, apenas um ato político da oposição. Portanto quero aqui manifestar nosso apoio ao Requerimento do Deputado Carlos Sampaio e pedir o apoio também, a compreensão da oposição nesse sentido para que não se faça guerra política nesse momento. Vamos avançar que nós vamos avançar muito bem nessa Comissão. Nós temos muito o que investigar. Essa Comissão foi criada com base em denúncias de mau uso do cartão corporativo para investigar os cartões corporativos. As contas tipo B. E não apenas sigilo de Presidência. Isso virou um foco e um foco equivocado. Muito obrigado, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias, para contraditar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, primeiramente dizer que eu concordo com o Deputado Carlos Sampaio que nesse primeiro momento se aceite essa ressalva. Nesse primeiro momento. Certamente essa CPI não abrirá mão dessa prerrogativa essencial da quebra do sigilo. Nós não temos esse direito, nós não podemos abrir mão dessa prerrogativa. Seria trabalhar contra um instituto precioso que tem o Poder Legislativo para fiscalizar todos os governos e não apenas esse. O Governo Lula termina em janeiro de 2011, virá outro Governo, e nós não podemos firmar aqui uma jurisprudência que trabalhe contra a transparência absoluta que é uma exigência da sociedade que tem na Comissão Parlamentar de Inquérito o instrumento mais qualificado para essa tarefa.

Nós nunca apresentamos, nós da oposição não apresentamos e não apresentaremos qualquer Requerimento que pede quebra de sigilo sem uma justificativa jurídica competente. O Deputado Paulo Teixeira pode ficar tranqüilo quanto a isso. Nós não pretendemos banalizar a investigação, e não pretendemos banalizar esse instituto importante que é a CPI. Portanto, se nós estamos pedindo quebra de sigilo é porque existem razões de sobra para que se quebre o sigilo, ou para que se compartilhe o sigilo. Já que nós somos responsáveis e podemos assegurar que nós não levaremos à opinião pública aquilo que não pode ser levado, evidentemente. Se bem que particularmente acho, e essa é uma convicção arraigada há muito tempo que nós não temos direito de sonegar informações à sociedade brasileira. A população do país tem o direito de saber onde é aplicado o dinheiro do imposto que paga.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que teve uma atitude de altivez e de dignidade, afirmou na sua carta ao Senador Arthur Virgílio que nunca houve

sigilo nas contas da Presidência durante os seus dois mandatos. Nunca houve sigilo. Fez-se referência aqui a uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas por solicitação da oposição. Mais do que da oposição foi uma solicitação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Eu tenho em meu poder esta auditoria que recebi hoje pela manhã. Ela não é uma auditoria que atende o desejo da oposição. Não é uma auditoria que realizou a fiscalização de forma completa de todos os dados, dados decorrentes da utilização do cartão corporativo em órgãos ligados à Presidência da República. E segundo consta, são 150 cartões corporativos que são utilizados clandestinamente, eu diria, sob absoluto sigilo, a preceito de tratar-se de despesas que dizem respeito à segurança da sociedade do Estado Brasileiro. É evidente que preliminarmente já é possível afirmar que isto não é verdadeiro. E nem todos os gastos dizem respeito à segurança do Estado e da sociedade brasileira. Portanto, essa auditoria não satisfaz, ela não se completou a auditoria por amostragem. Nós não tivemos acesso aos anexos desta auditoria, não conhecemos a documentação que deu suporte ao Relatório final.

Portanto, há necessidade sim da CPI aprofundar as investigações, até porque o próprio Tribunal de Contas tem reconhecido suas limitações. O Tribunal de Contas realiza relatórios sucintos a respeito de processos que a ele são encaminhados, mas não investiga, por exemplo, se uma nota fiscal é fria ou não é fria. O Tribunal de Contas não tem poderes para quebrar sigilo. E, portanto, os sigilos que não são quebrados porque não têm poderes o Tribunal de Contas, se mantém como sigilos. Essa conseqüência da primeira auditoria, ou seja, mesmo que por amostragem os documentos que são apresentados ao Tribunal de Contas eles não são investigados. Então, o Tribunal de Contas não tem a possibilidade de verificar se são documentos que merecem fé. É esta a razão de uma CPI. Nós não precisaríamos de CPI se nós estivéssemos aqui a afirmar que o Tribunal de Contas já fez tudo. Ele não tem nem material humano e nem prerrogativas para aprofundar uma investigação como nós temos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. Coloco em votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Para encaminhar.

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é encaminhamento, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na vez da minha fala eu gostaria de ter o mesmo tempo do Senador Alvaro. Eu tive o cuidado de marcar aqui. Foram 6 minutos e 28 segundos. Eu queria ter esse cuidado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação o Requerimento nº 68, é do Deputado Carlos Sampaio. É nº 68, do Deputado Carlos Sampaio.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, eu gostaria que V.Exª explicasse mais uma vez só o adendo que vai ser feito a esse Requerimento para que todos votassem sabendo o que estão votando.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Esse adendo na linha sugerida pela Deputada Perpétua é de que caberia aos Ministros, Secretários ou detentores das informações quando fossem encaminhar para cá, aquelas que não fossem encaminhadas, em razão do sigilo, fossem justificadas, tão somente isso, exatamente nos termos propostos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então com a justificativa de quem puder encaminhar, todos já encaminharam aqui, do Ministro ou do órgão que encaminhar, coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estamos em regime de votação. Aprovado. Aprovado o Requerimento nº 68. Passamos agora à votação do Requerimento nº 75, também de autoria do Deputado Carlos Sampaio, a quem eu passo a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe, levante a mão. Senador desculpe. Como líder.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): É como líder, eu peço desculpas a V.Exª, eu acho que fiquei nesse canto e não fui enxergado por V.Exª por ocasião da votação do Requerimento anterior. Eu gostaria de rapidamente pegar a palavra em cima dos argumentos aqui colocados pelo Senador Alvaro Dias. E dizer a V.Exª o seguinte, essa Comissão tem que ter a consciência e até usando o ditado popular, em casa de enforcado não se fala em corda. Por isso essa Comissão esqueça prurido com relação à banalização de quebra de sigilo. Dado secreto de Presidência não pode ser objeto de investigação. Não vamos confundir investigação com bisbilhotice. Essa Comissão Parlamentar de Inquérito tem o poder que nenhum um outro

instrumento de investigação tem, que é a quebra de sigilo. Para chegar a quê? A resultados conclusivos. A conclusões que interessam à sociedade. O que é que aconteceu no Palácio do Planalto? O Palácio do Planalto negou que tivesse um dossiê e agora já está admitindo que dispõe de um banco de dados, com dados que seriam sigilosos e que foram surrupiados por alguém. Cabe na cabeça de alguém, SRª Presidente, que alguém tem condição de surrupiar dado sigiloso que se encontra na Casa Civil? Evidentemente que o vazamento aconteceu, que o banco de dados foi preparado, que a Casa Civil dispõe de elementos que são fundamentais para as nossas investigações, para as nossas conclusões. E se falar aqui em banalização de quebra de sigilo, quem banalizou a quebra de sigilo foi o vazamento das informações da Casa Civil que ensejou uma capa de Veja e uma matéria de quatro páginas da Folha de São Paulo. Com envolvimento da Secretária Executiva da Casa Civil.

É isso que está indignando a sociedade e nós temos a obrigação de interpretar o sentimento da sociedade investigando no limite máximo que é o da quebra de sigilo. Não se venha falar aqui em banalização de quebra de sigilo. Em pruridos em quebrar sigilo. Isso é obrigação da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós temos um Requerimento fundamental a ser apreciado, além do Item nº 01 da Pauta, que é aquilo que é a origem do acórdão 230/2006 do TCU que é Relatório de auditoria do TCU que aponta uma série de irregularidades que não foram ainda reveladas, e que para serem objeto de conclusão definitiva para serem esclarecidos vão exigir sim quebra de sigilo. Cheque aonde chegar. Seja 2002, 2004, 2005 ou 2007. E que não se venha aqui com pruridos, jogar uma capa de proteção, numa coisa que é obrigação da CPI, que é quebrar sigilos, se é que se quer chegar a algum lugar. Eu queria deixar essa minha preocupação desde já e chamar à responsabilidade os membros todos, de Governo e oposição, para a necessidade que nós temos não de fazer discursos, mas de investigar e apresentar resultados conclusivos. Era essa a observação que queria deixar a V.Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Como líder o Senador Arthur Virgílio. O Senador Almeida Lima pediu como líder. Ele é vice-líder, o líder está presente, mas já passo a palavra ao vice-líder. Senador Arthur Virgílio. Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, Srs. e SRªs Senadores, Srs. e SRªs Deputados, Deputadas, eu quero estabelecer apenas uma observação que a considero até humilde. É quanto aos discursos que estão sendo feitos aqui nessa Comissão. Eu particularmente entendo que devemos, e aí é apenas uma opinião, diminuir os discursos e aumentar as nossas ações. Eu quero repetir o que disse na semana passada aqui e também no Plenário do Senado Federal. É que nós trabalhamos muito e produzimos muito pouco.

Dito isto, eu quero acrescentar que eu pressinto que o Governo e a oposição já manifestaram suas posições de forma muito clara. E aí, na minha avaliação entendo que só existem dois caminhos para os impasses. Primeiro, em se tratando de um impasse de ordem política, sem maiores delongas para produzirmos mais, é irmos a voto. E quando, segundo, o impasse for de ordem jurídica, aquele que entender prejudicado, dentro do nosso Estado de direito, é ir ao judiciário. Portanto, concluo dizendo como sugestão e como opinião despretensiosa até, vamos diminuir os discursos, aumentar as ações. Diante dos impasses, busquemos uma das duas alternativas. Se político, voto. Se jurídico, o judiciário. Eu acho que isso é o óbvio e nós chegaríamos a bom termo com os trabalhos aqui nesta Casa. Porque se o impasse é político, cada segmento, Governo e oposição, tem a sua visão e tem a sua responsabilidade diante da sociedade. Quando vota do jeito A ou do jeito B, cada um assume a sua responsabilidade diante do povo. E quando o impasse é de ordem jurídica, acho que não devemos aqui estar se engalfinhando. Vai-se ao judiciário. Eu me recordo certa vez no Plenário do Senado Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi negada a sua instalação, mesmo cumpridos os requisitos e pré-requisitos constitucionais. Recorreu-se ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal determinou que ela fosse instalada. E no Estado de direito, se faz assim. Então eu entendo, repito e concluo, apenas como opinião, mas cada um faz e age como deve agir. Acho que deveríamos diminuir os discursos, ampliar as ações, até para que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tivesse assim uma visibilidade maior e uma aceitação melhor diante da população brasileira.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, SRªs e Srs. Deputados e Senadores, membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O Senador José Agripino foi extremamente feliz, SRª Presidente, ao dessacralizar a figura da quebra de sigilos. E eu tenho a impressão que nós estamos chegando num momento decisivo que vai definir mesmo o caráter dessa Comissão investigativa, investigadora. Nós confiamos que todos os esforços devem ser envidados no sentido dos fatos serem esclarecidos com

muita tranqüilidade, mas sem nenhum subterfúgio que impeça a evolução dos fatos. Pra mim trata-se de um dossiê com clareza, nome de dona Ruth Cardoso em caixa alta, 13 páginas pinçadas, contradição entre o que disse a Ministra Dilma ou disse a Casa civil e o que disse o TCU que não pediu coisa alguma para fazer o que foi feito. As razões de quem contrabandeou aquilo para a imprensa, se era por fogo interno ou não era. Isso é outro crime, mas não ilide o primeiro que é a elaboração do dossiê com informações supostamente sigilosas.

Então, Sr. Presidente, nós estamos muito convictos de que sigilos vão ser quebrados e que explicações têm que ser dadas e tem quer ser dadas pela Ministra Dilma no episódio desse vazamento. Ela não pode dizer que não é importante, que tem mais o que fazer como se não tivesse importância à atividade parlamentar. Parlamento é importante, ela vive numa democracia e a democracia tem que ser respeitada a partir da interdependência dos poderes e das prerrogativas de cada poder indo até o final. Mas nós temos algumas coisas a dizer com muita clareza. Requerimentos de quebra de sigilo eventualmente negados aqui, nós pediremos que sejam apreciados pelo Plenário do Senado Federal. E lá com maioria... Metade dos membros mais um. Não é uma coisa, portanto fácil de se dizer "se sepulta aqui". Porque não se sepulta aqui. Do mesmo modo, Sr. Presidente, estamos nós requerendo ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito documento assinado pelo Presidente do partido, do partido que foi vítima do vazamento criminoso. Requerendo ao Presidente da Comissão de Inquérito do Palácio, para que ele permita o que me parece democrático e justo, ele permita que se indique parlamentar do PSDB para acompanhar o inquérito lá dentro. Para acompanhar lá dentro o inquérito. E se outro parlamentar de outra facção quiser a mesma coisa, ótimo, nós entendemos que é uma forma de se ajudar até se estabelecer um roteiro para que não se deixe impune quem vazou, e não se deixe impune quem fez o delito, que já é reconhecido pelo Ministro José Múcio, de ter compilado os dados pinçando informações supostamente constrangedoras com visível caráter intimidatório. Um terceiro ponto, Sr. Presidente, é que nós consideramos essencial, mas muito importante mesmo, consideramos essencial nós termos acesso aos dados todos que estão no Tribunal de Contas da União. Órgão assessor nosso, não pode esse órgão assessor, altíssima corte que é, porém assessor nosso, ter dados que nós assessorados não podemos ter acesso. Eu trago ainda para conhecimento dessa CPI, SRª Presidente, a Portaria que está em vigor, a Portaria nº 612 de 30 de dezembro de 1997, ela não foi revogada. [soa a campainha] Ela não... Ela diz o que é legal, quando se trata de despesas presidenciais com cartões corporativos, com despesas de suprimento. Ela não diz que é secreto. Se não diz que as despesas são secretas, logo elas não são secretas.

Então quero passar, Presidente, uma cópia disso para os anais da CPMI porque está em vigor esta Portaria. E mais, me estarreceu saber que no painel de transparência, consta que 95% das despesas do palácio são tidas como secretas. Ora, se elas se parecem com aquelas divulgadas a respeito do Governo Fernando Henrique Cardoso e de dona Ruth Cardoso, eu tenho a impressão que praticamente 100% não são despesas secretas, porque ali não tem nada a ver com segurança nacional. Mas me estranha, que alguém considera que possa ser possível, acreditável, justo, lícito ou ético 95% das despesas serem tidas como é secretas, SRª Presidente. Então eu caminho à Mesa esta, e quero uma cópia pra mim esta Portaria que está em vigor e que diz claramente a responsabilidade de quem é e o que se deve fazer para trabalhar as despesas de suprimento do palácio. Muito obrigado, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço e recebo a cópia da Portaria. Como vice-líder, falando no lugar do líder, o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, foi encaminhado Requerimento de nº 76, não é isso?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, nº 76 já votamos. Não é encaminhamento. O Deputado Carlos Sampaio ainda não pôde ler seu Requerimento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É o nº 75 então, né?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se V.Exª esperar um pouquinho ele vai ler o Requerimento como autor e depois eu abro para encaminhamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, eu poderia contraditar com as opiniões levantadas pelo Senador José Agripino--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exª pode falar como vice-líder na função de líder aqui.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Primeiro para dizer, SRª Presidente, refletir acerca dos encaminhamentos da CPMI. Nós estamos promovendo oitivas, nós estamos aprovando Requerimentos. No meio desse processo, a semana passada, nós fomos surpreendidos com o tal dossiê. E é nesse ponto, SRª Presidente, Srs. Senadores, Deputados, que eu gostaria de refletir.

Primeiro, porque há um desmentido de uma Ministra. A Ministra Dilma desmentiu. Fez uma carta para a revista, condenou o procedimento de dossiê. É preciso nós lembrarmos aqui que a Ministra Dilma é uma mulher que, sem dúvida alguma, enaltece as conquistas das mulheres do Brasil. Por ser uma pessoa pública. E como uma pessoa pública, ela é renomada. Ela vem desde o Rio Grande do Sul exercendo funções públicas. O Brasil conhece, esta Casa conhece o padrão de seriedade da Ministra Dilma. Eu gostaria de fazer essa ressalva porque ela desmente. O Governo não fez dossiê. A Casa Civil não fez dossiê, e não tem porque a base dos partidos do Governo duvidarem da postura da Ministra Dilma. E aí há uma mudança de curso. E é isso que é a politização. A CPI nesse exato momento, nós estamos aprovando Requerimentos importantes. Eu ouvi duas pérolas aqui. Acerca do acordo da aprovação dos Requerimentos. Uma é que os Requerimentos são de meio passo. A outra, estranhamente, os partidos da base aliada estão votando favorável aos Requerimentos da oposição. Ora, ou nós levamos a sério a aprovação dos Requerimentos, ou nós estamos comprometendo o princípio da CPMI, de apurar as irregularidades do cartão corporativo. Então, SRª Presidente, eu quero dizer que a Ministra Dilma merece a nossa confiança e o nosso respeito. Há um desmentido peremptório, categórico que não tem dossiê. Por que a oposição insistir com alguém que não aparece? Para assumir a responsabilidade e dizer, dizer para o Brasil, não dizer para a CPMI, "eu participei, eu vi a Ministra, o servidor tal, a servidora tal, a secretária tal montando dossiê aqui no Palácio do Planalto, na Casa Civil". Então, eu penso que nós precisamos continuar aprovando os Requerimentos, buscar a investigação, trabalhar no sentido da superação de uma política de Estado, o cartão corporativo é um mecanismo transparente importante para o serviço público. Esse é o caminho da CPI. E não insistir nessa tentativa de desqualificar [soa a campainha] uma pessoa pública e uma Ministra que engrandece o nosso Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como líder, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa, o Deputado Carlos Sampaio só vai ler o Requerimento e aí eu passo a V.Exª para encaminhar e V.Exª tem os seus minutos já reservados. Deputado Carlos Sampaio, o Requerimento nº 75...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Esse Requerimento, SRª Presidente, Srs. membros da Comissão, requer que seja solicitada à Controladoria-Geral da União e encaminhada para essa Comissão no prazo de 15 dias cópia de todos os atos normativos por ela editados referentes ao uso de cartões corporativos. São informações de natureza técnica quanto aos atos normativos existentes na CGU, para que os nossos técnicos e nossos parlamentares possam compartilhar no que tange a todos os atos já emitidos pela CGU no que tange a cartões corporativos. Esse é o fundamento do pedido.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo... Para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sim, SRª Presidente. A base de apoio do Governo não vê nenhum problema na aprovação desse Requerimento uma vez que é importante que tenhamos conhecimento nos atos normativos não só da CGU, como também do Ministério do Planejamento que regem o uso correto dos cartões corporativos. Para que essa Comissão possa identificar aqueles que não cumpriram as regras dos atos normativos e usaram erroneamente esses cartões. Nós votamos favoravelmente ao Requerimento do Deputado Carlos Sampaio.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito bem. Para encaminhar Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é para encaminhar, não Presidente. Eu queria usar pela liderança da minoria, da palavra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela liderança da minoria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): SRª Presidente, o Senador João Pedro ele foi prolixo na sua defesa do Governo. Nós queremos aqui registrar que nós achamos a Ministra Dilma realmente uma pessoa que é que tem alta responsabilidade na República, tem um passado que, como bem disse o Senador João Pedro, que lhe dá as condições de estar hoje como uma primeira Ministra do Governo Lula, mas eu quero discordar do Senador João Pedro quando a solicitação dos Requerimentos que se faz aqui nesta Comissão não é na intenção de buscar atingir a Ministra Dilma. Muito pelo contrário. Ele diz que ela já peremptoriamente declarou que não há dossiê. Eu acredito, Senador João Pedro, que o Governo precisa afinar o discurso. Porque o líder, o Ministro de Relações Institucionais, Deputado Múcio, ele já declarou da existência do dossiê. Então há uma discordância interna em nível de Ministérios. Porque se a Ministra nega e o Ministro José Múcio diz que existe o dossiê, é para que se possa então verificar aqui aonde é que está esse dossiê. E esse dossiê realmente existe porque a própria revista Veja já publicou. Agora, se ele é um banco de dados, ou seja, se apelidaram o dossiê de banco de dados, ou informativos, foram pinçadas informações que o

Governo gostaria de colocar até como uma forma de constranger a oposição, mas eu quero dizer a V.Exª que a oposição não... Nunca será constrangida. Porque o Presidente Fernando Henrique, de uma forma eu diria como Democrata, ele próprio colocou a abertura dos seus sigilos por não temer nada daquilo que foi feito nos seus oito anos de Governo. Então, nós gostaríamos que o Governo de V.Exª também agisse da mesma forma, colocasse para esta CPI todas as informações que não há porque serem temidas de virem a público. Então, Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu quero parabenizá-la. V.Exª tem dado à Presidência uma postura correta, uma postura suprapartidária que honra a todos nós que participamos dessa CPI sob a Presidência de V.Exª. O que nós queremos, nós vamos buscar, como bem disse o Senador Arthur Virgílio. Nós que eu falo é a sociedade. Nós vamos buscar as informações que, entre aspas, sejam consideradas sigilosas. Ou através da CPI ou através do Plenário do Senado ou através do Poder Judiciário. Mas que elas virão ao conhecimento dos brasileiros e das brasileiras, eu não tenho dúvida a respeito disso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Alvaro Dias, para encaminhar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É para encaminhar, SRª Presidente. Mas, acima de tudo, para colocar nos seus devidos termos essa questão do dossiê. O Senador Flexa Ribeiro já fez referência, mas a última versão oficial do Governo é que o dossiê existe. O Ministro, em nome do Governo, já que é responsável pela pasta da política institucional, afirmou peremptoriamente que o dossiê existe e o Governo tenta--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente. Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Quem foi o responsável por ele. Eu estou com a palavra e gostaria que--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro. Só fazer o encaminhamento para que a gente não dê aparte--

[falas sobrepostas].

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu estou no tempo do encaminhamento eu ao final vou prolatar meu voto a respeito da matéria em votação. Mas eu gostaria de fazer referência a um artigo de Jânio de Freitas, o dossiê da maternidade, em que ele aborda exatamente essa questão. Ele afirma que jamais imaginou ouvir de Dilma Rousseff o seguinte: "Se estão interessados em investigar mais profundamente o dossiê, seria importante que aqueles que divulgaram informações de um banco de dados da Casa Civil viesse a público e assumisse quem recebeu os documentos, aquelas páginas". Pois é, quem recebeu e não quem entregou é que teria que vir a público para assumir não sei o que. De tal modo que o auxiliar de Dilma Rousseff, que selecionou os dados e aqueles que os entregou a um repórter, continuassem anônimos. O que está aí não é só inversão de responsabilidades, é o abandono da lucidez, é adesão à prática de regimes em que a inculpação e a inocentação distribuíram-se segundo a conveniência do poder ou de um poderoso. Eu creio que Jânio de Freitas define muito bem o que se trata. A estratégia adotada é da inculpação. Da inocentação. Meu voto é favorável ao Requerimento do Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Senadora pela Ordem. Senadora, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar? Pela ordem, Senador Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu queria sugerir ao Senador que me antecedeu, que não trouxesse para a CPI afirmações inverídicas. Em nenhum momento o Ministro José Múcio admitiu existir dossiê. Em nenhum momento o Governo tem tempo de estar preocupado com dossiê. Em nenhum momento a Ministra Dilma Rousseff tem tempo de efetivamente estar preocupada com esse tipo de afirmação. Agora, a oposição vai se esbaldar hoje à tarde ou amanhã de manhã vai chegar um caminhão de informações aí para que os senhores e junto com seus assessores busquem todas as informações que os senhores querem. Desejam.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Silvio. Eu só queria aproveitando o gancho do Deputado Silvio aqui informar que eu espero e é o interesse dessa Casa que não venham jamantas, caminhões como toda a imprensa que está dizendo, porque o interesse de todos é investigar, é ter os documentos à mão para que possa fazer o trabalho. Então eu espero que o Governo mande em disquete, mande por meio eletrônico, é o que normalmente em quase todos... Há um Requerimento meu aqui, justamente que eu vou colocar em votação logo depois do Requerimento do Deputado Carlos--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): São 200 mil notas fiscais.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio. Justamente pedindo para que venha em meio eletrônico para que a gente possa não ter caminhões de documento, mas ter os documentos que nós necessitamos para fazer o trabalho que a CPI pretende fazer. Já foram todos

encaminhados para votação. Aqueles que já... Foi encaminhado aquele... Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA: A senhora pode dar continuidade, por favor. Desculpe.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Aqueles Deputados e Senadores que concordam com a aprovação do Requerimento Nº 75 do Deputado Carlos Sampaio permaneçam como se acham. Aprovado.

Agora quero pedir ao Deputado Carlos Sampaio a leitura do seu Requerimento nº 76, de sua autoria, para a discussão e votação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, Srs. membros dessa Comissão, exatamente nos mesmos termos do anterior. É o Item nº 25 da Pauta, mas o Requerimento é nº 76. E é na mesma linha do Requerimento anterior, só que como colocado pelo Deputado Carlos Willian, as solicitações dos atos normativos advindos do Ministério do Planejamento. A única diferença é essa. Que ao invés de ser a Controladoria-Geral da União, estou requisitando no prazo de 15 dias os atos normativos do Ministério do Planejamento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian, vai encaminhar? Deputado Paulo para encaminhar?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, apenas para dizer que somos favoráveis a esse Requerimento. Porém, queria dar uma informação relevante a essa CPI. Aproveitando aqui a presença do Senador Arthur Virgílio, e esse debate que foi feito anteriormente. SRª Presidente, o Governo assumiu que estava fazendo um banco de dados, e esse banco de dados era do conhecimento do Senado Federal. Eu tenho aqui um Requerimento do Senador Arthur Virgílio, nº 429/2005. O Senador Arthur Virgílio solicita informação ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos no período de 1995 a 2002. E ele pede informações sobre dois ex-Ministros da Casa Civil da Presidência da República. O Ministro Clovis Carvalho e o Ministro Pedro Parente. Esse Requerimento de V.Exª é de 2005. A resposta da Casa Civil ao seu Requerimento, o Senador Arthur Virgílio, essa resposta foi dada em 2005. Portanto, é de conhecimento de V.Exª. Ele traz uma série de informações e diz o seguinte. O levantamento dessas informações sobre os cartões do então Ministro Clovis Carvalho e Pedro Parente. Depende de análise em cada um dos processos. Sendo necessário um prazo mais alongado para o atendimento da demanda, por não estarem disponíveis no sistema de administração financeira SIAF. Desde outubro de 2004 esta Diretoria vem desenvolvendo um banco de dados para o armazenamento das informações relacionadas com as despesas realizadas através de suprimento de fundos, inclusive por meio do cartão de pagamentos do Governo Federal. Ao término da inclusão de dados, será possível obter relatórios gerenciais contendo as informações solicitadas.

Então, Senador Arthur Virgílio, V.Exª certamente um homem que tem um papel de tratar questões distintas nesta Casa, não sei se teve condições de fazer uma leitura da resposta da Casa Civil de 2005, onde a Casa Civil já dizia que estava organizando esse banco de dados, e assim que concluído o banco de dados, poderia fornecer a V.Exª as informações que V.Exª pedia. Então, Senador Arthur Virgílio e aqui outros Senadores falaram em dossiê. Não existe dossiê. Existe um banco de dados público, que foi assumido pela Casa Civil para a organização desses dados. V.Exª teve a resposta da existência desse banco de dados e nós não aceitamos que isso seja chamado de dossiê. Porque a revolta que acometeu V.Exª, acometeu o Presidente da República e acometeu a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em relação à quebra de sigilo. Tanto que a providência imediata que houve no palácio foi da organização de uma Comissão de averiguação exatamente para averiguar quem quebrou o sigilo. O banco de dados V.Exª sábia da sua existência, e a Casa Civil no primeiro dia disse: Há um banco de dados sendo organizado desde 2005. E nenhum dos membros do atual Governo concordam com a quebra de sigilo. E, portanto, pediram a investigação, a responsabilização de quem tem praticado a quebra de sigilo. Então esse dado aqui, Srs. Senadores, SRª Presidente, é um dado que foi oferecido ao Senador Arthur Virgílio, e a data, Senador Arthur Virgílio, é 9 de setembro de 2005. Portanto, esse é um banco de dados que era de conhecimento de V.Exª naquele momento. Então eu queria dizer que nós refutamos aqui qualquer indicação da existência de dossiês, e que a organização desse banco era inclusive... A informação era pública inclusive do conhecimento do Senador Arthur Virgílio. E que o Palácio do Planalto está tomando todas as providências para investigar e punir o servidor, seja ele quem for, seja o lado de que for, sejam eles os objetivos que tiverem, para concluir, punir e afastar o servidor que quebrou o sigilo. Porque esse tema da quebra de sigilo é caro a todos nós e ao Governo Federal. Depois vou passar uma cópia a V.Exª de um procedimento que é do Senado Federal em resposta ao Requerimento do Senador Arthur Virgílio. Muito obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, eu antes de mais nada me desculpo com o Deputado Paulo Teixeira por ter dito outro dia que eu tinha sobre ele um conhecimento perfunctório, agora não é. Agora é profundo, trata-se de um parlamentar inteligente e capaz conforme a Casa presencia. Vamos lá. Vamos fazer a distinção. Primeiro lugar, SRª Presidente, eu pedi a abertura de todos os cartões. E não obtive resposta e não obtive sequer que a maioria dos pedidos saíssem daqui da Casa até a semana passada. Em segundo lugar, SRª Presidente. SRªs e Srs. Parlamentares, não me estranha o documento estar nas mãos do Deputado Paulo Teixeira porque se trata de documento público, diferentemente... Sim, sim público os documentos ligados aos dois chefes da Casa Civil, e eu pedi os meus também e tive a frustração de não os ter obtido até o momento, e pedi aos demais ministros, que queria saber inclusive como estavam andando os ministros do atual Governo. Até porque não dá para se eventualmente fazer oposição ao Governo que não existe mais. Dá para se fazer oposição e fiscalização ao Governo que está aí em vigência eleito legitimamente pelas urnas como foi o Presidente Lula. Mas veja, SRª Presidente, há uma diferença essencial entre os dados arrolados pelo Deputado Paulo Teixeira referentes a documentos considerados pelo próprio palácio atualmente como ostensivos, os da Casa Civil, os meus e outros tantos que estariam vindo nos tais caminhões, nas tais carretas de documentos, e aqueles que eu não considero sigilosos, mas que o palácio considera sigilosos e não sei como, porque a Portaria que está em vigor não diz que são sigilosos, mas os documentos ligados, por exemplo, à primeira-dama, dona Ruth Cardoso. Que é alguém, Deputado Paulo Teixeira, do Governo é. Porque se fosse, digamos, um petista que está no Governo do Estado de São Paulo, seria alguém do Governo de São Paulo. É alguém do palácio que vazou isso. Não estou preocupado com o vazamento, estou preocupado que é um crime. Agora, outro crime que me preocupa mais é o fato de terem sido pinçados dados esparsamente, aqueles que interessavam. E aqueles que pareciam mais pitorescos, aqueles que poderiam supostamente mais denegrir, digamos a imagem da primeira-dama Ruth Cardoso ou do governo passado, vinha com caixa alta. O que mostra que não era um tratamento comum... Isso que traz o Deputado Paulo Teixeira só reforça a tese de que vai ser bem aceito o Requerimento do Senador Sérgio Guerra pedindo que um parlamentar nosso acompanhe o documento, acompanhe as investigações e esse Requerimento é dirigido ao Presidente da Comissão de Sindicância e nós não estamos pedindo que alguém nosso acompanhe o andar da carruagem das investigações. Está muito claro. Ou seja, o documento apresentado aqui pelo Deputado Paulo Teixeira não mostra de jeito algum que não houve dossiê. A minha convicção é de que houve dossiê. E a minha convicção é de que esses documentos são públicos. E mais, não tem porque não serem público os demais. Porque não há vedação, no documento que encaminhei à Mesa, da Portaria que está em vigor que disciplina como deve ser tratado os gastos de Presidente e Vice-Presidente da República e os gastos em torno dele, portanto evidentemente que os seus familiares também. Fico feliz por saber que tenho peças minhas lidas por um Deputado ilustre como é o Deputado Paulo Teixeira que é figura tão estimável, fico feliz e um dia que escrever um livro tenho certeza que serei lido também, e ele já é lido por mim agora com muita atenção--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Senador, V.Exª me dá um aparte, por favor?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio, não tem aparte.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu peço pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu concluirei, SRª Presidente, para dizer que não vi novidades. Lamento não ter novidades de demais dados, e lamento não ter novidade de quando pedir esses dados eles não terem sido passado em números. O que eu queria não era a tradicionalmente protelatória medida dos governos que é, ao responder ao Requerimento de informações de um parlamentar, responde com evasivas como essa. Não está pronto, estamos compilando, estamos fazendo, acontecendo. Sei que foi muito inteligente o argumento. Tentar mostrar que houve um banco de dados. Agora, diferença entre banco de dados e dossiê é que banco de dados é para se fazer uma coleta de informações universais. O dossiê quando se pinça dados do banco de dados para tentar constranger alguém que essa é a minha convicção íntima, e eu peço perdão ao Deputado Paulo Teixeira, essa é minha convicção íntima. Por mais respeito e admiração que tenha pelos meus colegas, minha convicção íntima é esta, de que houve dossiê. E mais, não se trata, vi agora o ilustre Deputado que vai certamente falar em seguida, falar de inverdades, não estou aqui para dizer inverdades ou não inverdades. Eu entendi e esse é o meu entendimento, posso ser uma pessoa de entendimentos parcos, aí é uma limitação que a natureza possa ter-me imposto, mas entendi que o Ministro Múcio disse que houve sim alguém que fez o dossiê. E que alguém vazou criminosamente. E disse, e aí não sei onde ele foi buscar essa certeza toda que não era alguém do Governo. As duas coisas eu con-

cordo com ele. Houve o dossiê sim, pra mim foi clara a palavra do Ministro Múcio. Segundo, alguém vazou sim e terceiro, ele foi buscar uma convicção que aí sim é empírica, ela não tem base científica nenhuma, dizendo que não é ninguém do Governo. Concluo, fico muito feliz com a atenção que dá ao seu mandato e a seu papel o Deputado Paulo Teixeira, mas sabendo que nós estamos esperando agora são os dados efetivos. Parte desses dados vem no tal caminhão. Que não seja o caminhão para afogar as investigações verdadeiras. Porque o essencial agora é nós sabermos da quebra do sigilo que o Presidente Lula considera equivocada, por serem dados confidenciais e que eu julgo que não são confidenciais, minha proposta não é a gente esconder os dados de Dona Ruth e Dr. Fernando Henrique, é nós divulgarmos os dados de Dona Marisa Letícia e Dr. Lula. Pra mim é isso.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela Ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pela Ordem Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, quando as coisas não têm consistência, não tem liga, na verdade elas não se sustentam. Eu quero parabenizar o Deputado Paulo Teixeira por ter mostrado ao Brasil aqui que definitivamente a oposição perdeu o discurso. Porque desde 2005 um Senador da República, um Senador referência de oposição faz um pedido de informação, o Governo informa que está construindo um banco de dados, e o que eu lamento aqui nesta Casa é o Senador que acaba de falar não ter tido a humildade, a humildade de reconhecer que o Governo informou em 2005 que tinha um banco de dados. Faltou neste momento humildade ao Senador que me antecedeu. É preciso que a gente leve as coisas nessa CPI, inclusive do ponto de vista etimológico com muita eficácia. A oposição tenta cravar a palavra dossiê. O Governo diz que não existe dossiê e mostra um banco de dados. O Senador da oposição faz um Requerimento em 2005, sabe que tem um banco de dados e não tem a humildade agora, Senador, de reconhecer "não, realmente o Governo me informou que existia um banco de dados". Portanto, a imprensa do Brasil e o povo do Brasil sabe agora que o Deputado Paulo Teixeira provou ao Brasil que existiu um banco de dados desde 2005 e que a oposição acaba de perder o discurso. Construam outro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuando--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Art. 14, outra vez, SRª Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não foi citado, SRª Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Art. 14, óbvio que citou. SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem, Senador João Pedro? V.Exª está pedindo pra quê?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para discutir, SRª Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pelo artigo 14, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem discussão, não tem. Nós não estamos discutindo. Não há como, Deputado Silvio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, se me refiro a alguém com barba que praticou um delito que é o Presidente da República mais importante da América Latina me refiro ao Presidente Lula.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): [pronunciamento fora do microfone] Eu não citei. Por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio, eu não vou dar art. 14 ao Senador Arthur Virgílio, mas vou avisar a todos que da próxima vez que alguém fizer todo esse preâmbulo logo depois que alguém falar, mesmo que não citar o nome e dar todas as indicativas e indicações é impossível que a gente não ofereça o art. 14 para a pessoa poder se defender e responder. Como eu tenho desde o começo dada ampla liberdade, eu sou às vezes reclamo da base do Governo porque eu atendo a oposição, a oposição porque eu atendo a base do Governo. A minha situação aqui não é muito fácil. Mas eu tenho procurado atender a todos dentro dos limites possíveis. Portanto, a próxima vez que qualquer um dos senhores fizer esse tipo de discurso, eu vou utilizar a autoridade do art. 14 que embora no regimento diz que desde que seja citado. Não foi citado, Senador Arthur Virgílio, V.Exª vai me perdoar por eu não poder dar agora a palavra a V.Exª. Senador Sérgio Guerra para encaminhar.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente, Srs. Senadores, SRªs. Senadoras, Srs. Deputados, SRªs Deputadas, eu quero primeiro saudar os primeiros momentos que eu vi aqui do funcionamento dessa CPI hoje. Me pareceu uma discussão tranqüila, segura no mérito. Não estou dizendo que a argumentação feita pelo Deputado Paulo Teixeira não estivesse incluída no mérito da discussão que fazemos hoje. Estava sim. E ele está no conteúdo da discussão que se dá aqui. Porém, é importante manter esse quadro de discussão segura. Porque o espetáculo de dias atrás

que presenciamos aqui, não serviu nem ao conceito do Congresso e muito menos ao conceito dessa CPI. Fundamental que os argumentos sejam usados, que as palavras sejam livres, mas que se tenha objetivos claros ao falar e ao se pronunciar. Eu tenho alguns. Primeiro, dizer que essa CPMI ela surgiu com grande dificuldade. Discussões de todos os tipos permearam a situação que hoje nos encontramos aqui. Discussões para fazer uma CPI no Senado, o Governo tomou por sua base iniciativa de convocar outra CPI, até que concordamos no plural que houvesse uma CPMI, portanto mista, Senado e Câmara, que houvesse um Presidente da base da oposição e um Relator da base que sustenta o Governo, que apóia o Governo. Fundamental que não percamos de vista o seguinte, primeiro, nessa CPMI ao que me parece há uma especialidade. A especialidade é o seguinte. O conjunto dos dados, esse conjunto está na posse do Governo Federal. O Governo Federal é verdadeira fonte de todos os dados. Segundo, não é surpreendente que o Governo tenha um arquivo, ou um cadastro. A palavra foi um banco de dados. É necessário que o Governo tenha banco de dados sobre qualquer matéria. É fundamental e indispensável e eficiente que o Governo tivesse banco de dados, no plural, para que tivesse conhecimento organizado, e não caminhão de papel, tivesse conhecimentos organizados para pautar a gerência do Governo. Não há nenhuma novidade nisso, quando alguém diz, escreve que existe um banco de dados, ele não está dizendo mais do que o óbvio. É preciso ter banco de dados sobre vários assuntos do país e seguramente sobre esse também. O que não se pode é extrair desse banco de dados um dossiê. Essa é a questão central. Não é a existência ou não existência de um banco de dados que por si só não diz nada. Mas o fato desse dossiê... Aliás, desse banco de dados se extrair um dossiê reconhecido por personalidades desse Governo com as quais eu tenho falado, e depois disso transformar essa questão uma questão relevante. Não é. Questão relevante é o seguinte. O que a sociedade espera de nós? A sociedade não está esperando de nós que nós aqui condenemos a Ministra Dilma. Se nós da oposição transformarmos a Ministra Dilma em foco da nossa atividade, estaremos cometendo grande erro. Porque não é isso que se discute. Não é isso que levantou expectativa em torno dessa CPMI. O que sustenta essa CPMI na opinião pública é a necessidade de esclarecimento. É que tudo fique claro. Embora que do ponto de vista financeiro, essa questão dos cartões corporativos não seja uma questão tão grande do ponto de vista macroeconômico, do ponto de vista simbólico é. A população entende bem ela. Eu lembro que nos primeiros momentos dessa discussão eu assisti em vários lugares pessoas já comentando o mérito do que se discutia aqui. A questão da despesa, do pagamento, da despesa pequena, isso tudo tem imensa capacidade de comunicação popular. Por isso e por outras razões é importante e decisivo que tudo fique claro. O que será secreto, aqui entre nós é preciso deixar com muita clareza para que todos entendam, inclusive nós da oposição que saberemos entender isso, [soa a campainha] quais são verdadeiramente as questões secretas que estão envolvidas num processo desse. Não é de difícil esclarecimento. Todos vão entender. Isso é secreto porque ameaça a segurança do Presidente da República do Brasil. Seja ele Fernando Henrique Cardoso, Lula ou qualquer Presidente da República. É a instituição que estamos discutindo e ninguém quer desmoronar, destruir nem desintegrar a instituição. Agora, nós não estaremos cumprindo nosso papel se aqui não fizermos o esclarecimento integral dos fatos. Por que não esclarecer tudo, porque não acabar com essa novela dossiês para cá, dossiês para lá, e simplesmente expor a todos organizadamente e não na forma de caminhões de papel, não esclarecer a todos sobre os fatos? Do Lula e do Fernando Henrique. Não faria sentido investigar o Presidente Fernando Henrique, mas já que foi o pretexto de setores aqui para remeter o problema para outro lado, não encarar o problema de frente, como é o tradicional, que se investigue o Presidente Fernando Henrique Cardoso... Já se fez até pior, já se vazaram dados sobre o tempo em que ele foi Presidente da República. Agora, que se tenha naturalidade. Não estou falando uma coisa complexa, não tem nada a ver com Lei, não tem nada a ver com política, tem a ver com bom senso. Porque não são públicos os dados que dizem respeito ao Governo atual? Porque todos não têm conhecimento dele? Por que não são avaliados? Com a maior tranqüilidade, respeito democrático. Oposição e Governo. Instituição. Se não fizermos isso é provável que o Presidente Lula continue lá no lugar dele. É desejável que ele continue. Ele é o Presidente da República eleito. Nós nunca falamos fora Lula. Nunca pronunciamos essas sandices. O Presidente Lula tem legitimidade para ser Presidente da República, tem votos para isso e apoio para isso. Agora, o que ninguém tem apoio é para esconder do povo fatos que precisam ser do conhecimento do povo. É isso que a gente precisa ter aqui. Clareza para que as questões que são relevantes do ponto de vista da população sejam esclarecidos. E que ninguém se esconda atrás de nenhum bloqueio, nem parlamentar, nem da maioria e muito menos de um segredo de uma confidencialidade que a gente não sabe onde começa e onde termina.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. José Nery, como líder.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): SRª Presidente, Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, SRªs. Senadoras. Eu fiquei aqui observando cada argumento e tenho acompanhado com bastante interesse as versões que têm sido apresentadas nessa última semana a respeito da divulgação de documentos na Casa Civil que podem ter os mais variados nomes. Dossiê, relatório, banco de dados... Dada a forma e a quantidade de apelidos que encontraram para qualificar as informações que foram, que vazaram do seio do Governo, da Casa Civil para a imprensa, qualquer que seja o nome, o certo é que houve claramente, independente do juízo que podemos fazer do Governo anterior, do Governo atual, há um documento, há algo que foi tornado público de forma indevida, e as mais variadas versões. A última, inclusive, é de que... Dita hoje pelo Ministro das Relações Institucionais, de que seria um funcionário, clandestino, alguém que tenha acesso aos dados que produziu isso para criar um constrangimento ao Governo. Essa é a última versão. Mas é fato que há algo muito estranho nessa história porque foi instaurada uma sindicância interna para apurar. Como é que se faz uma sindicância externa para apurar o nada?

Então evidentemente há fato a serem esclarecidos. E é triste uma chamada democracia em que as autoridades do Poder Executivo não se sintam no absoluto cumprimento do seu dever e da sua obrigação de prestar informações ao Congresso Nacional. E aqui, quando se fala do convite, da convocação à Ministra Dilma, ou a qualquer outro membro do Governo, não há nenhuma hipótese, uma acusação deliberada de que o documento foi produzido, foi divulgado sob inspiração da Ministra Dilma. No entanto, há uma necessidade de que esses fatos sejam esclarecidos, e seria de uma grandeza política tanto da CPMI como um todo, do conjunto de Deputados e Senadores que compõem esta Comissão, bem como do Governo, trazer aqui os esclarecimentos para que esta Comissão tenha condições de continuar os seus trabalhos sob pena do Congresso Nacional, através dessa CPMI, se amesquinhar muito mais. O Presidente Garibaldi essa semana deu uma entrevista numa revista, na revista Veja, dizendo que o Congresso está na UTI devido ao baixo grau de credibilidade que tem essa Casa no conceito da população brasileira. Então, eu creio que não podemos transformar uma questão absolutamente normal do funcionamento democrático que um poder preste esclarecimento. Porque isso está na nossa Constituição. Então considero, SRª Presidente, SRªs e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, se nós aqui não resolvemos cumprir o nosso papel [soa a campainha], nós prestaremos um desserviço ao país, aos esclarecimentos desses fatos, e nesse sentido, se esta Comissão como é parte de um Requerimento que espero depois seja votado, que pede a transferência de sigilo dos documentos entregues e analisados pelo Tribunal de Contas da União, se nós não tivermos acesso aos documentos analisados pelo Tribunal de Contas da União, é melhor fechar o Congresso porque como é que um órgão que nos auxilia, que auxilia o Congresso Nacional no controle do gasto público, das finanças públicas, tem acesso ao documento e ao Congresso sendo negado. Se isso ocorrer, SRª Presidente, nós aqui estamos renunciando as nossas atribuições e ao nosso papel de fiscalizar e seria, sem dúvida, uma contribuição ao descrédito com que muitos nos observam e nos avaliam. Portanto, SRª Presidente, a nossa posição é de que quanto mais breve pudermos ter essas informações e evidentemente a justificativa para esses fatos delituosos que foram vinculados pela imprensa brasileira na última semana melhor será para a apuração, melhor será para o Congresso, para o Executivo e especialmente melhor para a sociedade brasileira.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Como líder, vice-líder, Augusto Carvalho do PPS.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): SRª Presidente, SRªs e Srs. Parlamentares. Eu creio que nós estamos vivendo uma contradição fundamental nessa CPI. Sendo instrumento da minoria que é, nós temos a dificuldade de fazer avançar os trabalhos porque a Constituição dessa CPMI é francamente favorável à base governista. A maioria governista. E com a tentativa de evitar que as informações que efetivamente interessam à opinião pública, e que devem ser o foco dessa CPI, a análise de documentos que até agora não estão no portal da transparência, não são do conhecimento do próprio Tribunal de Contas que como bem falou o Senador Alvaro Dias, não tem capacidade de dissecar toda a documentação de todos os poderes sobre cartão corporativo, sobre suprimentos de fundos. Então, SRª Presidente, nós já perdemos ou já gastamos o mês dos nossos trabalhos. Eu acho que V.Exª fez corretamente, procurou o acordo de procedimento que pudesse dar a essa Sessão de hoje pelo menos o mínimo de produtividade, acesso a informações que eu considero não relevantes. Qual o primeiro passo? Nós somos obrigados a nos submetermos a essa maioria que aqui está instalada. Mas isso tem prazo. Tem prazo. Eu espero que após as oitivas dos generais, dos especialistas da ABIN, da

Polícia Federal, nós tenhamos momento de definição. Se vamos compactuar com uma farsa ou vamos atrás de informações relevantes. Eu ouvi aqui palavras de alguns parlamentares dizendo que o Presidente Lula ficou estarrecido com a quebra de sigilo, revelação de informações pinçadas no dossiê, que a Ministra Dilma ficou absolutamente indignada. Mas quero dizer, SRª Presidente, que fiquei estarrecido com a declaração do Ministro da Justiça, Tarso Genro, quando diante de um fato reconhecido pelo Ministro das Relações Instituições, Ministro José Múcio, que falou sim em dossiê, que falou que tem alguém dentro do Palácio do Planalto que fez o delito, que cometeu o delito de vazar as informações específicas que atingiam o Presidente da República anterior. E diz o Ministro Tarso Genro, para espanto nosso, que a Polícia Federal não vai investigar essa infração, esse delito. Ora, SRª Presidente, cabe à Polícia Federal, pelo art. 144 da Constituição da República, a investigação de delitos supostamente cometidos por servidores públicos. Não cabe investigar Ministra de Estado. É natural que tem foro privilegiado. Então, se há a banalização do sigilo, ao contrário do que falam que queremos a banalização da quebra de sigilo. Se há banalização do sigilo por parte do Governo, que converte em indevassáveis informações que são rotineiras, gerenciadas pela Secretaria de Administração da Presidência da República, e não querem agora investigar, querem atribuir a uma Comissão com membros demissíveis *ad nutum*, [soa a campainha] para fazer quem sabe um conchavo, para pegar um funcionário de terceiro, quarto escalão e deixar as responsabilidades de quem determinou a montagem do dossiê e o vazamento posterior, então, SRª Presidente, eu acho que se o Ministro Tarso Genro não voltar atrás, e quero dizer que causou indignação aos honrados policiais federais desse país, a quem cabe essa prerrogativa. Se o Ministro Tarso Genro não voltar atrás, eu submeterei ao Plenário dessa CPMI um Requerimento para que V.Exª possa solicitar a intervenção da Polícia Federal para investigar tudo o que aconteceu e foi noticiado sobejamente pela imprensa brasileira. Eu voto favoravelmente ao Requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero informar que vou passar a palavra, como vice-líder, à Deputada Perpétua e depois colocaremos em votação o Requerimento o Deputado Carlos Willian vai fazer o encaminhamento pela situação e encerramos esse Requerimento e passamos para o seguinte. Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, um dos nossos líderes afirmou aqui na CPI que por mais que a Ministra Dilma ou o Governo tenha negado a existência de um dossiê, e mesmo assim eles criaram Comissão Interna de Investigação. E a pergunta foi: Investigar o quê? A verdade foi criada sim Comissão Interna de Investigação, no âmbito do Palácio, para apurar o vazamento das informações do banco de dados. Isso não foi negado e foi até colocado aqui pelo Deputado Paulo de que a existência do banco de dados é do conhecimento da oposição, inclusive desde 2005. Agora, claro, interessa à oposição e à mídia não falar em banco de dados, mas falar em dossiê. Porque é muito mais interessante. Viram a manchete de jornais... E é muito mais interessante aqui para a disputa, para o acirramento da nossa discussão. Agora, acho que precisávamos repensar um pouco essa insistência em desmentir uma Ministra que tem tido a coragem de vir a público e colocar da inexistência de um dossiê. Mas reafirmando a existência de um banco de dados. Mas, mesmo assim, nem a imprensa e nem a oposição dão crédito à Ministra. Preferem acreditar numa pessoa clandestina que não teve a coragem de botar a cara a público e dizer: Fui eu que roubei as informações do banco de dados e repassei ou para a imprensa ou para a oposição que virou o tal do dossiê que assim preferem chamar a imprensa e assim preferem chamar a oposição. Porque claro, a oposição prefere dizer que é dossiê. Nós governistas preferimos assumir, acreditar na palavra da Ministra Dilma sobre a existência de dados. Agora, entre a palavra de uma Ministra que tem cara, que tem vindo a público, que tem se posicionado, a oposição tem preferido acreditar na palavra de alguém que não tem coragem de botar a cara. Inclusive a mídia. Então acho que precisa fazer essa ressalva aqui. Nós preferimos acreditar na palavra de uma Ministra, do que na palavra de alguém que de forma irresponsável se esconde atrás da história do sigilo da imprensa para não botar a cara e dizer fui eu que roubei as informações do banco de dados. Então era preciso fazer essa ressalva, que nós preferimos acreditar na Ministra a acreditar em alguém que não tem a coragem de vir a público.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. [interrupção no áudio] continuando essa votação, eu queria fazer dois registros. O mesmo sigilo que a Casa Civil tinha a obrigação de fazê-lo das informações sigilosas que estavam sobre a sua guarda, é o mesmo sigilo que no primeiro dia eu coloquei aqui para senhores e senhoras dizendo que esta Casa se comprometeria a manter o sigilo das informações que por acaso nos chegassem de forma restrita. E informei a V.Exªs qual seria o procedimento dessa Mesa. Mantém de pé isso, todas as informações restritas que vierem a essa Casa vão ser guardadas, e portanto não há expectativa de alguém poder dizer que não há sigilo. A Casa Civil tinha a obrigação de

manter o sigilo, já que era sigiloso, já que nós não temos a oportunidade de saber o que é, só alguns funcionários de lá, mas nessa Casa nós vamos manter o sigilo quando os dados chegarem conosco. E quero aqui só fazer uma ressalva. Nós temos que lutar por esta Casa, e é por isso que eu fiz aquelas ressalvas ao General Félix, por isso que eu faço ressalva à Ministra Dilma quando ela diz que ela tem mais o que fazer do que vir a essa CPMI. A CPMI é muito importante, é um instituto que a gente não pode deixar de colocar como fundamental para os trabalhos dos Senadores e Deputados. Portanto, a palavra, para encaminhar e último encaminhamento dessa votação ao Deputado Carlos Willian, e depois entramos em votação.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, vou ser rápido. A SRª percebeu que, quando nós iniciamos a nossa Reunião, de cada 10 oradores que usaram da palavra, 7 são da oposição. E todos eles cobrando o dossiê e cobrando posição e a presença aqui da Ministra Dilma Rousseff. Pois bem. O Deputado Vic Pires, ele disse que isso aqui está parecendo mais um conclave. Eu discordo completamente dele. Ocorre é que nós não vamos deixar também fazer aqui uma inquisição de funcionários públicos e de Ministros. Se não tiver um fato determinado, o que determina a Constituição. Então, até agora não houve um fato determinado. E isso foi colocado claro pelo Deputado Paulo Teixeira e muito bem defendido pelo Deputado Silvio Costa. Não existe nenhum dossiê. Existe um banco de dados que foi informado há muito tempo atrás que existia esse banco de dados. Agora, se tem ou não vazamento de dados quem é o responsável já existe uma sindicância para fazê-lo. E não existe a menor hipótese de parlamentar acompanhar essa Comissão. Ainda mais de oposição. Eu não conheço Governo que traga parlamentar para fazer o trabalho do Executivo. Ainda mais de oposição. Isso não existe. Isso é jogar para a platéia. Isso é fazer pirotecnia. Nós temos, SRª Presidente, que levar a sério essa CPMI. Não vamos deixar a Constituição ser rasgada. Não existe quebra de sigilo bancário que vai ser feito aqui nessa CPMI se não houver um fato determinado. Agora, eu chamo atenção dos colegas da CPMI, até agora nós estamos exatamente ao meio-dia e 21 minutos. Há quase três horas e meia de trabalho de CPMI. O Governo até agora só está ouvindo. Nós fizemos poucas intervenções por quê? Porque nós queremos trabalhar, porque nós queremos apurar. Então vamos deixar de comentários, de que é isso, de que é aquilo, que eu acho isso, de que acho aquilo. E vamos para voto. Vamos aprovar os Requerimentos. SRª Presidente, eu gostaria que V.Exª desse o tempo que foi dado ao Senador.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu pensei que V.Exª já estava terminando.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Já estou SRª Presidente. Então eu gostaria chamar atenção dos parlamentares para que nós possamos trabalhar e faço um apelo primeiro, deixa a Comissão trabalhar, e segundo, deixa a Ministra Dilma trabalhar. É isso que interessa ao Brasil. [soa a campainha] Muito obrigado, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Em votação o Requerimento nº 76, que é o nº 25... O Item nº 25 da nossa Pauta, de autoria do Deputado Carlos Sampaio. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Gostaria de pedir ao Deputado Carlos Sampaio que fizesse a leitura do seu Requerimento nº 77 que é o Item nº 26 da Pauta.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, Srs. membros da Comissão, ainda na linha dos Requerimentos anteriores trata tão somente de informações de órgãos técnicos no caso agora da Secretaria do Tesouro Nacional referente a atos normativos por ela editados que dizem respeito a cartões corporativos. Nada mais do que isso, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, o Deputado Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): SRª Presidente, colegas da CPI, o Requerimento nº 77 está na mesma estrutura do nº 75, nº 76 e nº 78. E ele fala claramente de solicitar cópia de todos os atos normativos por ela editados, referente ao uso dos cartões corporativos. No encaminhamento o Deputado Carlos Sampaio, somos pela aprovação, mas gostaria de aproveitar nesse momento para lembrar a CPI de que nesses Requerimentos são os primeiros Requerimentos em que há um pedido da questão da normatização dos cartões. Ou seja, é o embrião daquela possibilidade de qual falávamos e quero insistir na CPI que, além da função punitiva, da função investigativa, a CPI tem uma função preponderante fundamental de propor e de fazer proposições afirmativas no sentido de melhorar o sistema onde os delitos ocorreram. Onde os ilícitos apareceram. Um exemplo disso é a CPI do Mensalão(F). Ela foi tida como hesitosa(F) no sentido de mandar um monte de gente para justiça, mas era decorrência natural da CPI do Mensalão(F) uma reforma política. Todo mundo clamava por isso. Se houve tudo aquilo etc, qual é a melhora do sistema, qual é a proposição em torno de estabelecer cenários e sistemas e estruturas que empeçam ou não facilitem determina-

dos delitos. E isso não ocorreu. Nessa também, nessa CPI eu acredito que talvez não seja ainda o momento adequado, porque ainda nem começamos realmente as investigações, mas num determinado momento há que haver uma proposição, um encaminhamento propositivo, ações afirmativas no sentido de realmente colaborar para que haja maior controle, maior transparência, menos cartões, etc. Quer dizer, um sistema gerencial administrativo que possa ser proposto para uma nova ordem. Não adianta só entrar no nível individual, que é função precípua clara dessa Comissão, há que se apurar, investigar, encaminhar à justiça, mas também nós temos que ter uma visão construtiva num determinado momento para realmente termos proposições de melhoria do sistema que serve tanto para esse Governo, quanto para o anterior, como para os próximos. Realmente continuar gerenciando o país, com estruturas do século passado não dá.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Sr. Deputado. Deputado Vic Pires para encaminhar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu encaminho favoravelmente para que a gente possa correr para que eu possa ver hoje ainda o Item nº 01 da Pauta sendo votado aqui. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. A votação... Aqueles que concordam com o teor do Requerimento nº 77 do Deputado Carlos Sampaio, permaneçam como se acham. Aprovado. Gostaria de pedir ao Deputado Carlos Sampaio que fizesse a leitura do seu Requerimento de sua autoria, nº 78, que é o nº 27 da Pauta.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, na mesma linha dos anteriores refere-se também à solicitação, no prazo de 15 dias para que todos atos normativos editados pelo Ministério da Fazenda sejam encaminhados a essa CPI para que possamos dar subsídios aos nossos técnicos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Senador Arthur Virgílio para encaminhar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, obviamente que a favor. Fazendo alguns esclarecimentos que eu julgo pertinentes, e dentro da rígida disciplina que V.Exª... SRª Presidente, então obviamente que a favor fazendo, porém aqui o esclarecimento, já estamos tratando aqui de querer ou não querer apurar os fatos, eu estou aqui e vou pedir que os anais acolham esse documento. Os Requerimentos que comecei a pedir em 2003 para a Casa Civil, 2003, 2004 e 2005. Mas, informa que estavam colecionando dados, mas, não mandam ao Senador requerente os dados que são dados não sigilosos, são dados ostensivos, o que me induz à idéia de que dá para se estabelecer um processo por crime de responsabilidade por terem sonegado ao Senador dados que estavam compulsando sem atendê-lo com respostas evasivas. Mas aqui estão todos os Requerimentos que foram de 2003 até a liberação final, pelo gesto da Mesa, para finalmente serem respondidos pelo Srs. Ministros. Gostaria ainda, SRª Presidente, lembrar outro episódio que é bastante desagradável, nós até temos que trazê-lo à baila. O Ministro Marcio Thomaz Bastos, figura muito estimada por todos nós, grande advogado criminalista que é, e pôde exercer esse papel de advogado criminalista com muita habilidade em alguns episódios que nós vivemos recentemente na via pública brasileira, mas o Ministro Marcio Thomaz Bastos ele respondeu ao meu Requerimento de informações, na verdade sem respondê-lo, o nº 426/2005, de autoria minha, dizendo simplesmente que não havia cartões de crédito utilizados por servidores do Ministério da Justiça. E aqui vem uma matéria do jornalista Willian Diniz dizendo que Bastos pode ter ocultado uso de cartões de Ministério, chegou a admitir que não havia cartões corporativos no Ministério da Justiça. Algo extremamente grave que na época foi abafado por outros escândalos de monta maior. [soa a campainha] Mas SRª Presidente, a favor do Requerimento em tela pedindo que V.Exª acolha a cronologia dos Requerimentos de informação que mandei para cada Ministro, e para o Palácio, sem obter respostas as que interessavam. Números. Eu queria saber quem gastou o que em ambos os governos. Não obteve isso. E obteve agora a perspectiva de um processo por crime de responsabilidade porque se estavam corrigindo dados, não estou nem discutindo agora que depois pinçassem esses dados para transformá-los em dossiê, mas estavam corrigindo dados e não mandaram para o Senador requerente, desrespeitaram a Casa, desrespeitaram o Senador, e incorreram sim, a meu ver, em crime de responsabilidade, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A gente acolhe os documentos que V.Exª enviar a essa Mesa e... Senador Almeida Lima para encaminhar.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): SRª Presidente, na linha do... Discursando menos para produzir mais, trabalhando menos e produzindo mais, a orientação da base é no sentido de aprovar o Requerimento. Só e somente só.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Almeida Lima. Em votação o Requerimento de autoria do Deputado

Carlos Sampaio nº 78. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Passo agora a Presidência ao Deputado Marcelo, que vai assumir, porque quero fazer a leitura do Requerimento nº 204 de minha autoria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Passo a palavra à ilustre Senadora Marisa Serrano para que faça a leitura do seu Requerimento de nº 204.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. O Requerimento é do seguinte teor. Requer no prazo de 5 dias corridos que sejam transferidos para esta Comissão todos os documentos e informações e incluídas as bases de dados existentes que se encontram na administradora de cartão de crédito Ourocard do Banco do Brasil relativas às movimentações financeiras que decorram de gastos de natureza não sigilosa realizadas por titulares dos cartões corporativos lotados nas unidades gestoras dos órgãos do Poder Executivo, assim como das autarquias, empresas públicas e fundações. Requisita-se ainda que esses dados sejam encaminhados no formato estabelecido pelo VIPF 535 utilizado para detalhar as faturas do Governo Federal, acrescido dos campos específicos que permitam identificar a localidade dos saques e dos estabelecimentos nos quais as compras foram efetivamente realizadas. Esse Requerimento tem como finalidade justamente fazer com que os dados que possam vir a esta Casa venham e que existem por meio eletrônico e que têm os campos necessários para que os Deputados e Senadores possam fazer uso dele nas suas análises e nas suas investigações. Portanto, eu peço a todos os Srs. Deputados e Senadores o apoio a esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Para encaminhar, eu passo a palavra ao Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Obrigado, Sr. Presidente Marcelo, SRª Presidente. De parte da base do Governo, não temos dificuldade nenhuma tendo em vista que esse Requerimento completa e complementa todos os outros. Esse Requerimento é um Requerimento muito bem construído, parabéns SRª Presidente, tendo em vista que a senhora pede todos de natureza não sigilosa(F) realizados por todos os titulares de cartões corporativos lotados nas unidades gestoras do órgão do Poder Executivo, das autarquias, empresas públicas e fundações. Sendo assim, com que foi aprovado anteriormente do nº 78 do nobre Deputado Carlos Sampaio, que requisitou cópia de todos os atos normativos, complementando os dois, nós vamos ter todo o material necessário, todas as normas, como foi tão bem levantado por algum Senador agora pouco, o que está em vigor das normas. E agora com o seu Requerimento nós então temos material suficiente para analisarmos todos esses dados que são tão importantes para essa CPMI. Dessa forma, encaminhamos pela aprovação do Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Passo a palavra para encaminhamento pela oposição o Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Presidente, apenas para dizer que temos dois Requerimentos de idêntico teor, o nº 63 e nº 64 que ficará para outro momento para ser apreciado exatamente na linha do que foi aqui já fruto de entendimento que qualquer questão referente a sigilo será tão-somente discutido depois das oitivas dos generais. Portanto o encaminhamento é favorável.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Pelo bloco PSB, PDT.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Passo a palavra ao Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sr. Presidente, concordo plenamente com esse Requerimento, parabenizar a autora, e dizer para V.Exª que nós já estamos produzindo efeitos altamente positivos. A partir do momento que começou a querer criar, é só querer criar essa CPMI, já teve Decretos normatizando o cartão, o seu uso, a transparência, a extinção das contas B, o limite de saques... Então isso tudo já são fatos positivos. Então aqueles que são pessimistas, eu gostaria de dizer que a CPI já está produzindo muito para o nosso país. E parabenizar o autor do Requerimento que com isso aí e os outros que o Carlos Sampaio apresentou nós já vamos ter muito material. A questão sigilosa é um acordo que depois do dia 8 nós vamos ver o que é sigiloso e o que não é. A partir daí cada um tira suas conclusões. Obrigado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Esclarecimento à autora do...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Para esclarecimento Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Senadora Marisa Serrano, V.Exª solicita as informações das administradoras de cartões de crédito do Banco do Brasil. As informações das movimentações não sigilosas. Eu pergunto a V.Exª, quem... Como é que nós podemos ter a garantia que funcionários do Banco do Brasil, eles tenham condições, o discernimento, a assessoria jurídica necessária para enviar a essa Comissão de forma correta o que é sigiloso e o que não é sigiloso. Parece que esse controle quem

faz é Tribunal de Contas é gabinete civil... Parece que isso é um risco. Portanto eu gostaria de saber como é que essa CPI resguardará os recebimentos das informações a que se propõe o Requerimento. Ou seja, aquelas informações que não contem a tarja, ou não contem o sigilo garantido por Lei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu gostaria de passar a palavra primeiro para o Relator para esclarecimento e em seguida para a autora, nossa Presidente Senadora Marisa Serrano. Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ao defender a aprovação do Requerimento, entendendo que ele é muito importante para o trabalho que vou ter que fazer enquanto Relator, nós nos manteremos, ao aprovar esse Requerimento, na linha do roteiro de trabalho apresentado. A Presidente coloca aqui uma observação. Os dados não sigilosos. Se o Banco do Brasil colocar na sua relação dados que ao nosso entender são dados sigilosos, a responsabilidade será do Banco do Brasil. Mas o Requerimento na sua elaboração está correto e nós mantendo uma coerência desde o primeiro momento dessa CPMI eu defendo que essas informações serão muito importantes para o trabalho que todos nós desempenharemos pela frente. Por isso eu defendo sua aprovação.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Maurício Quintella está satisfeito ou gostaria de mais algum esclarecimento por parte da Presidente? Então passo a palavra à autora do Requerimento para que possa fazer os esclarecimentos ao Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se me permite, Presidente, a preocupação é saudável, só que quando o Banco do Brasil recebe a orientação para o envio dos cartões, tem um campo em que ele diz dado sigiloso. O Banco do Brasil sabe quais são, porque tem um campo específico. Sigilosos ou não, porque recebe a solicitação dos cartões por parte do órgão e o órgão já quando envia, envia dizendo: Este é sigiloso, este não é sigiloso. Portanto é uma preocupação saudável, mas o banco detém essas informações.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Obrigado, Deputado. Passo a palavra à autora do Requerimento.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É justamente isso que ia responder ao Deputado Maurício. O banco tem conhecimento do que é e o que não é sigiloso. Portanto ele vai enviar aquilo que nós estamos pedindo. O que nós estamos pedindo? O que não é sigiloso para facilitar o trabalho de todos porque é necessário se nós não tivermos por meio eletrônico vai ficar muito difícil à gente começar um trabalho que possa favorecer o nosso Relator a poder fazer um relatório detalhado. Era só isso.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Esclarecido, Sr. Presidente. Nós vamos apoiar o Requerimento, Sr. Presidente, mas eu queria deixar bem claro que o recebimento também de documento por parte da CPI é uma atribuição da Presidência. Da Comissão. Que por coincidência é autora também do Requerimento. Então, eu só alerto para que haja muito cuidado quando se receber esses documentos. Porque da forma que houve vazamento, vazamento por parte do gabinete civil do Palácio do Planalto, nada impede que haja também vazamento por parte do Banco do Brasil. E que no meio desses documentos não sigilosos venha também o sigiloso. Então peço apenas a atenção. Atenção. Isso é bom deixar aqui muito claro para depois não se dizer que Santo Antônio me enganou. Muito obrigado. Mas vou apoiar o Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Maurício, eu gostaria de responder, acho que todos aqui temos consciência da nossa responsabilidade. Inclusive assinamos um documento em relação a isso. Então eu confio plenamente que a nossa Presidente vai tomar todas as precauções necessárias para que os dados sigilosos continuem sendo sigilosos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Por isso vamos aprovar. Também confiamos da mesma forma.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então gostaria já de dirimir todas as dúvidas, colocar em votação o Requerimento aqueles que concordarem permaneçam como estão. E aqueles que não concordarem se manifestem.

Aprovado o Requerimento nº 204 da Senadora Marisa Serrano. Eu volto a Presidência à nossa Presidente Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuando a apreciação dos Requerimentos de informação, voltamos ao Item nº 01 da Pauta de hoje. Deputado Indio Costa e Vic Pires. Com a palavra o autor do Requerimento, Deputado Vic Costa.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu estou aqui com a declaração aqui da Ministra Dilma, não vou entrar aqui no mérito se a Ministra Dilma é importante ou não é importante. Para o Governo é claro que é muito importante. Para a oposição é importante que ela venha aqui. Esse Requerimento nada mais é do que pedido de informações. Pedido de informações para a Casa Civil. Nós temos

aqui as informações... [soa a campainha] Acabou meu tempo?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não. Pedindo que seja assegurado a palavra a V.Exª.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Muito obrigado. Informações da Casa Civil, por exemplo, o quantitativo de cartões de pagamento do Governo Federal expedidos desde 2002 para a Presidência da República incluindo todas suas unidades gestoras. Acho que não há nenhum tipo de problema, não é fim de mundo. B. O nome dos respectivos portadores e seus números de CPF. C. A unidade gestora a que pertencem cada um dos portadores do CPGF. D. O limite disponibilizado por mês para os cartões dos referidos portadores, tanto na modalidade crédito quanto-– Sr. Presidente, [soa a campainha] o senhor poderia garantir a minha palavra.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu gostaria de pedir aos Deputados que assegurassem a palavra ao Deputado que está inscrito. Gostaria de pedir silêncio para que possamos ouvir o Deputado Vic Pires. Pode continuar, Sr. Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E. O detalhamento dos gastos de cada um desses cartões mês a mês. F. Cópia de todas as notas fiscais das compras efetuadas com eles. Esse é o Requerimento, Sr. Presidente que eu peço para que essa CPMI possa aprovar porque é importantíssimo para que a gente comece [soa a campainha] efetivamente a fazer o trabalho. Não aprovando esse Requerimento, o meu partido, o Democratas, que está aqui o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, vai entrar com o pedido da instalação da CPI no Senado. Porque aqui o Governo nada de braçada. A gente tenta, tenta, e continua chovendo no molhado ou enxugando o gelo. Aqui o Governo está nadando de braçada e a gente já viu que aqui vamos ser tratorados(F). São aqueles Deputados que vem para cá, que não tem compromisso com a opinião pública, não tem compromisso com o voto de opinião nem com a imprensa. Vem para cá para fazer palhaçada, para tripudiar na cabeça de companheiros, como foi da última vez que eu trouxe para cá um sorvete que todos provaram e fui chamado de moleque. Não sou moleque. Estou no meu quarto mandato. Não tenho que dar satisfação para deputado nenhum aqui. Não tenho e não vou dar. Agora, não sou moleque. Não vou ser chamado de moleque por quem está parecendo moleque. Não vou. Então voltando, eu peço a aprovação e digo não aprovando, só nos restará um caminho nessa Casa, no Congresso Nacional, aprovar a CPI Deputado Antônio Carlos Magalhães Júnior, imediatamente no Senado para que o Senado, aonde o Governo não nada de braçada, possa investigar a fundo sem a presença de alguns macacos de auditório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Vic Pires, só espero que nós não percamos o clima de conclave aqui. Mantenhamos para termos bastante sucesso nessa Sessão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se depender de mim, vai continuar o clima de CPI. De conclave não, mas de circo também não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Mas que a gente possa inspirar no clima de conclave e manter o bom andamento dessa Sessão. Eu gostaria de passar para encaminhamento ao Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, primeiro lugar gostaria de dizer que o Deputado Vic é um Deputado atuante, participou comigo na CPI do caos aéreo, atuou brilhantemente, colaborou com aquela CPI, tanto que as sugestões foram atendidas da CPI e hoje o caos aéreo está melhor. Portanto, parte pelo menos de minha pessoa o maior respeito e admiração por seu trabalho. Sr. Presidente, a Constituição, no seu art. 33 diz claro "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse em particular ou de interesse coletivo em geral que serão prestados no prazo da Lei sob pena de responsabilidade. Ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado".

Sr. Presidente, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, na sua sabedoria, através do Decreto nº 4.373, que dispõe sobre a organização e funcionamento do sistema de inteligência brasileira, no art. 1º § 2º ele deixa claro que a difusão e conhecimento necessários aos processos decisórios do Governo Executivo é em especial no tocante à segurança da sociedade no Estado bem como pela salvaguarda dos assuntos sigilosos. Presidente Fernando Henrique foi muito feliz em editar esta... Este Decreto. Também, em 1999... Bom, se o senhor estiver com pressa pode aguardar lá fora. [soa a campainha] E também, Sr. Presidente, o Decreto nº 9.882/1988 diz o seguinte. Quaisquer informações ou documentos produzidos em curso ou sob a custódia da ABIN somente poderão ser fornecidas a autoridades que tenham competência legal. Excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à sociedade e ao Estado. Isso também incluído pela Medida Provisória de nº 2216 de 2016(F). E ainda, Sr. Presidente, nós temos várias matérias, nós temos várias matérias onde têm a jurisprudência de que nós

temos os tipos de suprimentos de fundos, o tradicional que é previsto no art. 45, e também aquele que são de peculiaridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República que tem que ter seus sigilos mantidos. Portanto, Sr. Presidente, a Legislação é vasta em dizer que os sigilos da Presidência da República vão ter que ser e têm que ser preservados. E é isso que essa CPMI, e eu acredito que a maioria, responsável dos seus membros, irão fazer. Agora, nós não aceitamos mais ameaças. No início, ameaça de que iriam abandonar essa CPMI. Não abandonaram, Sr. Presidente. Estão aqui trabalhando. Hoje eu ouvi um Senador dizendo que seria melhor fechar o Congresso Nacional. E agora o Deputado Vic diz, e ameaçando, de que irá abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado. Concluindo, Sr. Presidente. No Senado Federal. Sr. Presidente, nós não nos amarelamos com isso. Nós sabemos da nossa responsabilidade. Nós temos compromisso com a opinião pública, com a população e com os nossos eleitores. O que nós não vamos deixar é tripudiar em cima do Governo e tripudiar em cima dos colegas dessa Comissão. Portanto, nós encaminhamos para a reprovação, encaminhamos pela não aprovação deste Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Para encaminhar passo a palavra ao Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, SRªs e Srs. Senadores e Deputados. Sr. Presidente, este Requerimento dos Deputados Indio da Costa e Vic Pires Franco é da maior importância para a continuidade dos nossos trabalhos. Essas informações solicitadas pelos subscritores do Requerimento fica difícil o andamento dos trabalhos. Então, nós precisamos desses dados, inclusive há uma ressalva importante de caso referidos documentos sejam mantidos com a chancela de sigiloso, requeremos a exibição apenas aos requerentes aplicando o disposto no art. 144 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal. Então nós seremos capazes de manter o sigilo. E outro ponto em relação ao sigilo. Os sigilos, digamos, nos órgãos públicos só quando for caso de segurança nacional. Sigilo não pode ser tratado de forma absoluta. Portanto, para a boa continuidade dos nossos trabalhos nós precisamos aprovar esse Requerimento, senão nós ficaremos sem dados que possibilitem o avanço das investigações. E caso isso não... Quer dizer, não se está ameaçando CPI no Senado. Mas se for impossível averiguar aqui nós vamos ser obrigados a fazer. Quer dizer, nós gostaríamos de que nós pudéssemos investigar aqui na CPI Mista. Mas se isso não for possível, a única alternativa que nós temos é propor uma CPI no Senado. Então, eu peço aprovação desse Requerimento.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Como líder, eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados. É claro que é essencial a aprovação desse Requerimento, sob pena de comprometermos os objetivos finais dessa Comissão Parlamentar de Inquérito. Há sustentação jurídica sim para a sua aprovação. Há jurisprudência firmada sim no Supremo Tribunal Federal ao contrário do que aqui se afirmou favoravelmente ao compartilhamento do sigilo. Na verdade, o que se pretende através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é quebrar o sigilo no sentido de expor aquilo que deve ser sigiloso em nome eventualmente da segurança do Estado brasileiro ou da sociedade brasileira à opinião pública. É respeitando o sentido de responsabilidade que deve ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito, compartilhar o sigilo. Para que a Comissão Parlamentar possa fazer juízo de valor a respeito do que está investigando. Nós ouvimos sempre a afirmação de que há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência há relativamente à quebra de sigilo pessoal em razão de Requerimentos não terem a sustentação jurídica que se exige. Neste caso há sustentação jurídica, sim. Há um fato grave, notório, de repercussão nacional que nos pede investigação. Não há como guardar sob sigilo a utilização do cartão corporativo. A investigação exige o compartilhamento de sigilo exatamente [soa a campainha] para que se possa avaliar se houve mau uso do cartão corporativo.

Eu ouço dizer que vamos discutir com os generais o que é sigilo e o que não é sigilo. É evidente que eu respeito os generais, pela qualificação técnica e profissional, mas quero adiantar que não é a opinião dos generais que haverá de me orientar em relação à nossa responsabilidade de oferecer à opinião pública respostas às suas indagações. Aquilo que pode ser sigiloso para o General Cardoso, pode não ser sigiloso sob meu ponto de vista, e eu posso interpretar diferentemente do outro General o que é sigilo e o que não é sigilo. Portanto, não vejo necessidade de aguardar a presença dos generais aqui para propor o compartilhamento dos sigilos relativamente ao mau uso do cartão corporativo já comprovado. E uma palavra final apenas, Sr. Presidente, sobre essa expectativa em relação a uma CPI no Senado. Não nos cabe gerar uma falsa expectativa. A correlação de forças no Senado não é diferente da correlação de forças numa CPI mista. Porque na verdade, o que prevalece é a indicação dos partidos. No Plenário do Senado Federal,

há em determinantes momentos um certo equilíbrio porque eventualmente há dissidências na base aliada do Governo. Em CPI não há dissidência porque o Governo escolhe a dedo aqueles que lhe obedecem cegamente em todos os momentos e não há hipótese de dissidência em Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu acho que nós temos o dever de nos apresentarmos diante da sociedade com absoluta franqueza. Com o máximo de transparência possível. E gerar falsa expectativa em relação à eventual instalação de CPI no Senado Federal, não me parece ser correto da nossa parte. Podemos até instalar uma CPI no Senado, pode ser essa esta uma boa estratégia, mas não gerará expectativa de que será diferente dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Como líder... V.Exª não consta aqui na relação como líder.

[Pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): PSB, PDT, PMN...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não consta.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Quem é o líder do bloco PSB, PMN e PDT?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vou ler para o senhor. Márcio França, Rodrigo Rollemberg, [ininteligível] Manoel Junior--

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Mas líder do bloco aqui na CPI, nobre Presidente

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Mas aqui não consta. Tenho uma relação. Tenho que me ater a essa relação.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Aqui dentro da CPMI? Aqui foi decidido, estava... Estava eu e o nobre Deputado aqui Sílvio Costa--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sr. Presidente, o Deputado Manato comunicou a Mesa sim. Ele é o líder do bloco aqui.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Presidente, salvo engano a Presidente Senadora Marisa Serrano confirmou.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vou passar a palavra primeiro como líder ao Senador Almeida Lima e em seguida Deputado Manato, que aí nós ficamos atendidos.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sr. Presidente, primeira coisa eu ouvi o Senador do meu lado, se puder parar de falar um pouco aqui, dizendo que foi escolhido a dedo quem participa. Eu queria fazer um desafio ao Senador. Se eu fui escolhido a dedo, eu renuncio meu mandato, se não fui, gostaria que renunciasse o dele. Porque isso é leviandade o que estão fazendo aqui na CPI. E queria falar para o Deputado Vic Pires que quando ele quiser falar, ele fala e dá nome aos bois. É muito triste a gente estar sentado aqui acompanhando, e ouvir falar que é show pirotécnico e jogar lama em todo mundo. Fala quem fez. Eu comi o sorvete de tapioca. Se quiser mandar mais pra mim o meu gabinete é o 280. Não estou preocupado com isso, não. Eu hoje quando trouxe bombom e ele comeu, eu comprei não foi no *free shop*, não. Foi no aeroporto, mas não foi no *free shop*, não. Paguei com o meu cartão. Essas coisas têm que ser esclarecida aqui. Na hora que tiver que quebrar o sigilo, nós já determinamos, fizemos um acordo que vamos ouvir a pessoa da ABIN. Foi esse acordo que foi feito. Depois que eu ouvir a ABIN, e me certificar eu vou decidir se vou votar contra ou a favor. Como não gosto de show pirotécnico, vou entregar a Comissão e quero que receba, a quebra do meu sigilo fiscal. Estou quebrando o meu sigilo fiscal, entregando a essa CPMI e colocando à disposição o meu sigilo bancário e telefônico para parar com esse show pirotécnico. Toda vez fica acusando aqui. Acho que tem que ter respeito com as pessoas. Quer acusar? Dá o nome a quem você quer acusar.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Um minuto. Vou dar a palavra aos senhores em seguida. Embora não tenha sido citado o Senador que está ao lado ao Deputado Manato, é o Senador Alvaro Dias dou a palavra para que ele possa responder.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, apenas fico espantado ao ver o Deputado revoltado pelo fato ter usado a expressão escolhido a dedo. É uma expressão até elogiosa. Porque poderia ter sido escolhido a dedo pela competência, pela honradez, pela decência. Poderia ter sido escolhido a dedo pela lealdade, pela fidelidade, e foi esse sentido que quis dar a essa expressão. Escolhido a dedo porque são aqueles que realmente obedecem às orientações do Governo. E não vejo mal em afirmar isso. Eu creio que isso não diminui ninguém. Não é isso que diminui. Não creio que isso diminua. Portanto não foi uma expressão pejorativa. Ao contrário. Sob o ponto de vista de quem atua para atender os interesses do Governo, até enaltece e valoriza diante do próprio Presidente da República dizer que são pessoas que obedecem realmente as orientações do Governo. Esse foi o meu objetivo. Portanto não há razão nenhuma para renunciar mandato. Aliás, de forma alguma eu renunciaria ao meu mandato porque eu tenho deveres assumidos com quem me elegeu. Eu não me elegi para renun-

ciar, eu me elegi para sustentar as minhas convicções pessoais com o necessário ardor e entusiasmo. E é o que tenho feito aqui nessa Comissão e em qualquer outra Tribuna nesse país. Tenho certeza que estou cumprindo meu dever.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Obrigado, Senador Alvaro Dias. Art. 14, também fui citado, um minuto.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Uma Questão de Ordem que antecede a V.Exª dar a palavra ao Deputado Vic Pires. O art. 14, inciso VIII, ele diz que o Senador poderá fazer uso da palavra para explicação pessoal em qualquer fase da Sessão por cinco minutos... Etc, etc. No máximo há dois oradores na mesma Sessão. Às 09h58 e o art. 14 foi utilizado pelo Deputado Carlos Willian, que foi citado. Às 10h28, o art. 14 foi usado pelo Deputado Paulo Teixeira. Às 13h00, o art. 14 foi usado pelo Senador Alvaro Dias, já de forma ante regimental. Se V.Exª conceder ao Deputado Vic Pires nesse momento concederá de forma ante regimental e eu vou repulsar da decisão de V.Exª para o Plenário. Porque senão vamos ficar aqui utilizando o tempo todo o art. 14. O regimento do Senado é extremamente claro nesse sentido. Só pode por duas sessões... Por dois oradores por cada Sessão. É um regimento equivocado. Porque é o seguinte, se eu falar mal aqui, citar nominalmente o Senador Antônio Carlos e ele pode se defender. Se o Senador Almeida Lima atacar o Deputado Vic Pires, ele pode se defender. Eu posso ser atacado depois por 30 Senadores ou Deputados e não posso mais me defender. Mas é o regimento. Então eu peço que V.Exª, Deputado Marcelo Melo, cumpra o regimento nesse momento. Essa Sessão tem caminhado melhor do que as outras porque o regimento tem sido observado muito mais do que foi nas outras Sessões. É um apelo que eu faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Maurício Quintella, eu gostaria de dizer a V.Exª que tenho observado que vem sendo feito dessa forma, vem dado a palavra a vários deputados e senadores por mais de uma vez invocando o art. 14. E eu não vou extrapolar isso. Acho que para o bom andamento, para o clima que a gente tem mandato aqui dentro, eu vou assegurar a palavra ao Deputado Vic Pires e se V.Exª discordar, que envoque o regimento. Mas eu vou passar a palavra ao Deputado Vic Pires. Por três minutos.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Presidente vamos recorrer ao Plenário.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Recurso e peço a V.Exª que ouça o Plenário do recurso que faço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então vou atender V.Exª e vou dar o pela Ordem ao Deputado Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sr. Presidente, muito obrigado. Eu vou ser muito breve, Sr. Presidente. Não precisa ficar com medo não, é o Governo. O Deputado que me citou, fez questão de entregar o sigilo. Pra mim só interessa se ele tem cartão corporativo. Se não interessa, ele pode fazer o que quiser com o sigilo dele. Se ele foi escolhido a dedo, ou não foi escolhido a dedo, também não é problema meu. Agora, não retiro uma vírgula do que eu falei. Agora, o sigilo que ele tanto fala isso é uma pirotecnia, não tenha dúvida nenhuma porque ninguém aqui não tem doido aqui, vai querer ter acesso ao sigilo de um Deputado que até agora não tem cartão corporativo. A não ser que ele tenha e a gente não sabe. Mas quem tem que responder é ele. Eu não me interesso. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Gostaria agora de colocar em votação. Hoje nós tivemos um fator extremamente positivo nessa CPMI que praticamente todos os Senadores e Deputados utilizaram da palavra. Então eu gostaria nesse momento de colocar em votação o Requerimento e vamos fazer a votação nominal.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se permite, Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vamos colocar em votação Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se me permite, pode ser até interessante para o próprio Relator e a V.Exª, apenas uma sugestão. Que no próprio Requerimento, o Item nº 1 seja colocado ao final, se o Deputado Vic Pires concordar, nos termos do art. 33, art. 5º inciso XXXIII, ressalvadas aquelas cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança do Estado. Ou seja, aprova-se nos termos em que o meu foi aprovado, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível. Seria nessa sugestão, se ele aceitar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sr. Presidente, votação nominal por favor.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vou proceder votação nominal.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não sei o que estão propondo pra mim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Um minuto. Eu gostaria da atenção dos Srs. Senadores e Deputados.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ele disse que aceitaria se soubesse o que é a sugestão, [toca a campainha] A sugestão Deputado Vic Pires, é que ao final do seu Requerimento seja colocada uma vírgula, ressalvadas os sigilos que são imprescindíveis à segurança do Estado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não, não. Presidente, por favor, está em fase de votação.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Presidente, o senhor colocou em fase de votação. Vamos votar.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então nós vamos colocar em votação. [soa a campainha] Encerramos essa discussão. Eu vou fazer a chamada nominal. Senador Demóstenes Torres. Ausente. Senador Efraim Morais, ausente. Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador Marconi Perillo. Ausente. Senadora Marisa Serrano. Ausente. Chegou? Opa! Senador Marisa Serrano, nós estamos procedendo à votação do Requerimento. Favorável. Senador José Agripino. Ausente. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador Flexa Ribeiro, ausente. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senadora Serys. Senador Paulo Paim. Senador Wellington Salgado, ausente. Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador Gim Argello, ausente. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador Renato Casagrande, ausente. Senador Marcelo Crivella, ausente. Senador Valter Pereira, ausente. Senador Valdir Raupp, ausente. Vamos passar agora à chamada nominal dos Srs. Deputados e Deputadas. Deputados Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Em respeito ao sigilo de qualquer cidadão brasileiro, não Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Maurício Quintella. Deputado Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sr. Presidente, antes de ouvir o pessoal da ABIN, é não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sr. Presidente, não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Marcelo Guimarães. Ausente. Marcelo Teixeira ausente. Deputado Márcio Reinaldo. Ausente. Já completou. Então, nós vamos apurar os votos. Seis votos sim... Sete. Dez não. Onze não. Exatamente, tem mais um do João Magalhães. Então o Requerimento foi rejeitado. Eu passo a palavra, a Presidência agora à Senadora Marisa Serrano.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuando a discussão e a apreciação dos Requerimentos, Requerimento nº 36, Item nº 3 da Pauta, que requisita a VISANET e a Redecard

os termos dos contratos firmados entre as referidas administradoras e o Governo Federal no que se refere ao CPGF. Deputado Vic Pires e Indio da Costa. Com a palavra o autor do Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu não vou me alongar muito não, Sr. Presidente. Aqui não tem o que dizer, não tem o que rejeitar. Não tem nada a ver com o sigilo. É aprovar para a gente continuar com a nossa Pauta. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Antônio Carlos Júnior para o encaminhamento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Para encaminhamento. Aqui nós estamos falando em contratos firmados entre as referidas administradoras e o Governo Federal. Não estamos falando em sigilo. Nós estamos falando em contratos. Portanto, não há motivo para este Requerimento seja rejeitado. Portanto, encaminhamos sim. A desculpa no sigilo não prevalece nesse Item. Item nº 3.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhamento, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, o Deputado Vic e o Deputado Indio requerem a requisição a VISANET e a Redecard dos termos do contrato firmado entre as referidas administradoras e o Governo Federal. No que se refere à utilização de cartões de pagamento do Governo Federal. E ele também pede... [soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Página 23, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, eu queria saber do nobre Deputado qual é a razão que V.Exª... Esse... Quando ele requer a VISANET, os termos que o... Do contrato entre o Banco do Brasil e a Visa, é porque a bandeira do Banco do Brasil já é a bandeira da Visa.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): V.Exª quer que eu responda ou ainda tem mais alguma pergunta?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, o que eu estou querendo dizer aqui é o seguinte. Esse Requerimento ele não faz um Requerimento a um órgão público. Quer dizer, ele deveria ser direcionado ao Banco do Brasil. O Banco do Brasil que é o órgão público que fez--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas a CPI, Deputado Paulo, pode fazer Requerimento para quem quiser.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Na verdade, o contrato é com o Banco do Brasil. O contrato aqui feito é com o Banco do Brasil. Então, nós estamos entendendo que o remetente desse contrato aqui se dirige... O destinatário desse pedido ele não está corretamente formulado. Nós entendemos que não deveria ser formulado o Requerimento para a VISANET e para a Redecard. Esse Requerimento deveria ser formulado e direcionado ao Banco do Brasil. Mas aí o que seja é o seguinte, veja bem, nós achamos... Nós queremos que esse debate seja posto corretamente. Então, nos termos que esse Requerimento está posto, nós somos contrários. Acho que V.Exª deveria reformular o Requerimento e nós analisarmos na próxima Sessão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, para esclarecimento--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, pela Ordem. Só para tentar ajudar, eu gostaria de solicitar ao Deputado Vic que o interesse dele, assim como o nosso, é que essa Comissão produza o seu efeito, e bem colocado pelo Deputado Paulo, se há possibilidade de verbalmente ele acrescentar que o Requerimento será feito ao Banco do Brasil. Se fizer ao Banco do Brasil, aí nós analisaremos o Requerimento de uma forma. Da forma que está analisaremos de outra. Então eu proponho a Deputado Vic que ele acrescente aqui que seja solicitado ao Banco do Brasil.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, acho que o que pode ser feito é que nós podemos colocar aqui requisitar ao Banco do Brasil e a VISANET. Mas ao Banco do Brasil, por que é que eu não posso pedir para uma empresa privada?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim, ela tem o contrato com o Banco do Brasil e eu quero ter acesso ao contrato que ela tem com o Banco do Brasil. Tem pecado?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Bom, você pode fazer o que o senhor quiser, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu quero apenas que eu não perca a essência do meu Requerimento. Porque daqui a pouco ele vira chapa branca da noite para o dia. Se eu pedir para o Banco do Brasil, depois de todas as ameaças veladas que fizeram aqui, não tem um gerente do Banco do Brasil, um Diretor, que não vá ligar para a Dra. Dilma e dizer: Posso mandar? Ou não? Eu quero a VISANET. Se colocar Banco do Brasil e VISANET, não tem problema.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado, não existe uma empresa no Brasil chamada VISANET.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Qual é a empresa que presta serviço para o Banco do Brasil? É VISANET.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não é VISANET. V.Exª formulou um pedido em que não coloca o destinatário correto e a empresa que V.Exª menciona no seu Requerimento não existe uma empresa chamada VISANET. Não existe. Então, o que nós estamos querendo é que... Nós estamos aqui questionando a maneira de formar esse Requerimento e nós temos aqui que zelar pela forma--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O contrato do Banco do Brasil com a VISANET.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não existe uma empresa chamada VISANET. É Visa. Então, esse Requerimento nós estamos tentando zelar aqui pela forma. Senão também nós vamos fazer Requerimentos que esse Requerimento nós queríamos pedir para reformulá-lo, para analisarmos na próxima Sessão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Carlos Sampaio pediu para... Um minutinho só. O Deputado Carlos Sampaio quer fazer alguma sugestão. Depois o Senador...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Deputado Vic, se me permitir, em que pese ter feito uma sugestão que não foi acolhida... [soa a campainha] Deputado Vic.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, o Deputado Carlos Sampaio quer fazer uma sugestão.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Deputado Vic, só queria sugerir a V.Exª, parece que a preocupação maior é que venha para cá os termos do contrato. Se é isso, eu não vejo nenhum problema, com a devida vênia e entendimento diverso de V.Exª, nenhum problema em que façamos uma redação adequada.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Fazer uma sugestão só. Vamos retirar isso de Pauta...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Carlos Sampaio está falando.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Tão somente para que fosse feito ao Banco do Brasil solicitando cópia do contrato firmado com a Visa. Quer dizer, não muda, pelo menos a meu ver, para aquilo que se busca que é ter em mãos o contrato, fazer o ajuste proposto pelo Deputado Paulo Teixeira, porque se ele é adequado e atende aos objetivos da CPI, não importa. O Banco do Brasil em hipótese alguma vai negar-se, porque o gestor do Banco do Brasil se negar a fornecer essa informação à Presidente, comete o crime de desobediência. É uma requisição. Não é uma solicitação. Então, o importante para a CPI é que venha. Pois que venha dessa forma. O importante é termos o contrato. Essa uma sugestão, queria que pensasse com carinho o acolhimento dela.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Antônio Carlos Magalhães e depois Flexa Ribeiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A VISANET é uma empresa que vários Bancos participam dela. Quer dizer, Bancos que operam com a bandeira Visa. Então é uma unidade, pessoa jurídica mesmo. Então isso é verdadeiro. O Banco do Brasil é um dos sócios, mas outros Bancos também que operam com a bandeira Visa são sócios da VISANET. Bradesco é sócio da VISANET também. Então VISANET é uma empresa, gente. É uma empresa mesmo. Então seria interessante que a gente reformulasse isso, estudasse melhor para poder colocar em votação.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senadora Marisa Serrano, eu queria também fazer uma informação aí, uma explicação ao Deputado Vic e ao Deputado Indio da Costa, são autores do Requerimento. Acredito que o Deputado Carlos Sampaio e os outros que me antecederam já colocaram essa questão. Acho que o Requerimento tem por objetivo ter as informações dos gastos com as bandeiras Visa, VISANET e Redecard, dos cartões corporativos. Se o Governo só tem contrato de cartão corporativo com o Banco do Brasil, então bastaria solicitar do Banco do Brasil. Então, como sugestão, Deputado Vic e Deputado Indio da Costa, que na redação do Requerimento se solicitasse do Banco do Brasil e de qualquer banco que tivesse contrato com diversos órgãos do Governo para uso de cartões corporativos, de qualquer bandeira. Porque pode também não ser as duas bandeiras Visa e da Redecard são as duas maiores que detêm 80% do mercado. Mas existem outras bandeiras que poderiam também ser utilizadas. Então a questão de Banco do Brasil e qualquer outro banco que opere cartão corporativo em qualquer bandeira para que ele informe os gastos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero passar a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Vic para nos esclarecer como é que nós colocaríamos em votação esse Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois não. SRª Presidente, eu acho que não tenho porque

mudar porque a VISANET ela é uma empresa. Eu vou aqui lembrar a história do Mensalão(F), sem atingir o Governo. O tal do Marcos Valério, vulgo... Vulgo, não, era Marcos Valério mesmo. Ele recebeu dinheiro da VISANET. A VISANET era uma empresa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Companhia brasileira de meios de pagamento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois então, não tem porque tirar. Quem tem que mandar pra cá é a VISANET. A CPI tem sim como pedir para a VISANET que envie o contrato ou que estiver no Requerimento. Não tem nenhum tipo de problema. Então eu não mudo. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mantido o Requerimento nos termos em que está colocado. Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, houve uma tentativa aqui não só da base de Governo, mas também de Senadores da oposição, inclusive do mesmo partido do autor do Requerimento tentando achar um caminho comum para que se tenha o que interessa a essa Comissão. Como não houve sensibilidade por parte do autor do Requerimento, então nós encaminhamos o voto contrário a ele.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar o voto, Senador Antônio Carlos Magalhães.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu encaminho o voto a favor ratificando a minha posição anterior, inclusive porque a VISANET, companhia brasileira de meios de pagamento é uma empresa que o Banco do Brasil é um dos acionistas, não é o único, o Bradesco, todos que operam com essa bandeira Visa são acionistas dessa empresa. Então, é uma empresa mesmo. Portanto, encaminho a favor.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, esclarecimento importante pela Ordem. Eu posso ler aqui o que chegou da VISANET? É um parágrafo pequeno.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se for para esclarecer, é importante.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É para esclarecer a votação. VISANET do Brasil. A nossa história começa em 1995 quando Visa Internacional, Bradesco, Banco do Brasil, Real, a ABM, o então Banco Real e o extinto Banco Nacional reunem-se para desenhar o que viria a ser VISANET Brasil. Então a VISANET a que me refiro aqui é sócia do Brasdesco, do Banco do Brasil, Real, ABM... Ao contrário, a ordem não altera nada. O importante é que ela não é estatal, não é Banco do Brasil. Ela chegou aqui e em 1995 montou uma sociedade com esses Bancos. Era só isso que eu tinha para esclarecer. Se tiver mais alguma coisa...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Vamos colocar em votação. Aqueles que concordam... Já foi encaminhado. Aqueles que concordam com a aprovação do Requerimento nº 36, Item nº 3, permaneçam como se acham.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Votação nominal, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Votação nominal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Brasil precisa saber quem que não quer transparência na CPMI.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem quer tripudiar--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Início da votação. Senador Demóstenes Torres. Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marconi Perillo. João Pedro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys. Paulo Paim. Wellington Salgado. Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Suplentes. Efraim Morais. José Agripino. Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente. Ao microfone.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande. Marcelo Crivella. Valter Pereira. Valdir Raupp. Deputados. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, vou votar não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Abstenção? Não. Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nelson Meurer.

DEPUTADO NELSON MEURER (PP-PR): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho. Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio Costa. Antônio Roberto. Suplentes. Affonso Camargo. Alexandre Silveira. Indio da Costa. Severiano Alves. Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Edson Duarte.

DEPUTADO EDSON DUARTE (PV-BA): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já fechamos a votação com dos Senadores. Portanto estamos fazendo o escrutínio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente, eu quero consignar meu voto sim, mesmo já tendo fechado eu queria consignar o voto, Senador Marconi Perillo, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Sete votos sim e 11 votos não. Portanto, o Requerimento foi rejeitado. Próximo Requerimento. Solicita que esta CPMI requisite ao TCU cópia dos processos 001.110/2004-0; 011.476/2006-8; 015.259/2005-6; 011.825/2005-2; 016.236/2005-6; 007.512/2006-0, de autoria dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa. Com a palavra o autor do Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu lhe confesso que eu não tenho mais nem ânimo de encaminhar aqui. Uma coisa tão importante como essa, Tribunal de Contas da União vir para cá, Tribunal de Contas é o órgão que dá assessoramento para nós, Governador Marconi Perillo. Então se está lá por que é que não pode estar aqui? Quem pode mais, pode menos. Aprendi isso. Então se lá está e se tem sigilo ou não, ele pode estar aqui. E nós aqui vamos investigar, vamos ver o que é que tem, com certeza a senhora vai manter... V.Exª vai manter todo o cuidado para que esses documentos que venham de lá continuem em sigilo. Como é que pode um técnico do TCU ter acesso a esses documentos sigilosos e nós, parlamentares, vamos acordar, gente, nós parlamentares Deputados e Senadores não podemos ter acesso a esses documentos? Então, o que é que a gente faz na vida? Então, eu peço ao Governo que volte ao início da Sessão, naquele conclave, para que pelo menos a gente possa aprovar esse Requerimento. Não aprovando esse Requerimento, SRª Presidente, eu volto a dizer, o Democratas, e com certeza com a oposição, vai sim instalar uma CPI no Senado Federal, Senador Alvaro Dias, com certeza o senhor vai participar para abrilhantar a CPI, e lá não vai ter essa coisa do Governo nadar de braçada e nós ficamos aqui só 14 a 7, 12 a 7, 15 a 7... É só de 7 que a gente perde. Mas vocês do Governo votam e ganham de lavada. Então lá no Senado vai ser diferente. Infelizmente. Porque com certeza vai se esvaziar essa CPI. Eu vou até o final. Vou votar sim até o final. E vocês do Governo, meus amigos, meus companheiros, vão ter que ficar votando não até o final? Como é que é lá na chegada no Estado de vocês lá? Como é que vocês se explicam lá?

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, gostaria que V.Exª tivesse aos termos do Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o que eu estou falando? Estou falando russo?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: [pronunciamento fora do microfone] Mais respeito, Presidente. [pronunciamento fora do microfone] Não é chamar os companheiros.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É claro que eu tenho que chamar os companheiros, se eu estou defendendo SRª Presidente, eu queria que a senhora primeiro, mantivesse a minha palavra. Se eu estou pedindo voto para os companheiros, [soa a campainha] eu tenho que me dirigir aos companheiros. Inclusive a este companheiro. Agora, se tem certos companheiros que não levam a sério isso aqui e só pulam quando o Governo diz à altura, eu não tenho

nada a ver com isso. Eu peço que votem com esse Requerimento porque esse Requerimento vai trazer para cá os documentos do TCU que são muito importantes. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Vic. Para encaminhar Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): SRª Presidente, Srs. Deputados. Primeiro, Presidente, essa questão de quebra de sigilo, quebra sigilo, não quebra sigilo nesse momento, virou uma cantinela(F) que parece que tem cansado Deputados e também a população brasileira. A base do Governo e a oposição já se posicionaram claramente a esse respeito. Nós admitimos até discutir a questão da quebra de sigilo depois da oitiva das autoridades responsáveis por essa segurança. Me parece que Deputados da própria oposição já entenderam isso. Já tiraram Requerimentos e vão esperar o momento mais oportuno. O Deputado Vic Pires, a quem eu tenho todo respeito, é um parlamentar de grande envergadura, experiente em CPIs, combativo, mas nessa Comissão, além de estar insistindo nessa cantinela(F), tem Deputado Vic tratado companheiros dessa CPI e a própria CPI de forma, a meu ver, desrespeitosa. Quando eu cheguei no meu Estado, me perguntaram não foi porque eu votei contra de sigilo de contas da Presidência ou não. Perguntaram quem foi o Deputado que distribuiu sorvete de tapioca. Isso que parece um desrespeito aos trabalhos da CPI. É diminuí-la, é fazer disso aqui um circo, uma piada. Nós tomamos um sorvete de tapioca porque ninguém sabia aqui de que se tratava de sorvete distribuído por Deputado Vic Pires ou pela oposição. Eram duas horas da tarde, estava todo mundo com fome. O Senado tem o costumo de distribuir café, lanche. É preciso que a população entenda isso. Deputado Luis Sérgio estava tomando sorvete como se fosse um sorvete distribuído pelo Senado. É muito mal, Deputado Vic Pires, é muito ruim e é um desrespeito aos companheiros quando V.Exª diz que o Democrata está saindo dessa Comissão... Aliás, não está saindo dessa Comissão para não entregar o ouro a bandido. Não me parece que o Deputado Luiz Sérgio seja bandido, que eu seja bandido, que outro companheiro aqui seja bandido. Foram as declarações que eu ouvi com a voz de V.Exª numa rádio aqui de Brasília. Então é preciso que... Essa Comissão hoje trabalhou, e trabalhou bem. V.Exª conduziu hoje me parece que no seu melhor dia. O regimento foi observado, fizemos o embate político, aprovamos Requerimentos importantes, deixamos outros para o momento posterior. Mas a urbanidade aqui dentro e lá fora precisam ser observadas para que a gente mantenha aqui um clima de respeito mútuo. Portanto, Senadora Marisa Serrano, após fazer essas considerações, eu gostaria de encaminhar contrário ao Requerimento por se tratar mais uma vez de um Requerimento que pede quebra de sigilo da Presidência da República. Garantido constitucionalmente e que nós vamos apenas após a oitiva das autoridades relacionadas a esse setor definir se vamos votar favorável. Portanto, a base orienta o voto contrário ao Requerimento do Deputado Vic Pires.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa Ribeiro para orientar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidenta Marisa Serrano, Srs. Senadores, Srs. Deputados, SRªs. Deputadas. O Requerimento dos nobres Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, ele tão somente solicita que sejam encaminhadas à CPMI a cópia dos processos do Tribunal de Contas. Vários processos aqui com os números que já foram lidos pelo Deputado. Ora, ele foi claro quando disse que esse é um documento que os técnicos e os Ministros do Tribunal de Contas já tomaram conhecimento. Então, não é possível que um órgão que assessora o Congresso Nacional tenha acesso a documentos que os parlamentares, Senadores e Deputados, não tenham. Nós não estamos... No Requerimento não pede nada que já não esteja de conhecimento de técnicos e de Ministros. Então, não vejo porque da CPMI não ter direito regimental para que requisite cópia desse processo. Então, Senadora Marisa Serrano, eu desde já encaminho favorável ao Requerimento e peço votação nominal.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Votação nominal. Requerimento nº 42, de autoria do Deputado Vic Pires Franco. Senadores. Demóstenes Torres. Antônio Carlos Júnior. Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys. Paulo Paim. Wellington Salgado. Almeida Lima. Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Suplentes. Efraim Morais. José Agripino. Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande. Marcelo Crivella. Valter Pereira. Valdir Raupp. Deputados. Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Melo.

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nelson Meurer.

NELSON MEURER (PP-PR): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Teixeira; Carlos Sampaio; Augusto Carvalho; Vic Pires.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho. Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sílvio Costa. Antônio Roberto. Suplentes. Affonso Camargo. Alexandre Silveira. Indio da Costa. Severiano Alves. Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Edson Duarte.

DEPUTADO EDSON DUARTE (PV-BA): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O placar é o seguinte. 6 sim, 12 não. Portanto, o Requerimento foi rejeitado. Eu quero informar aos Srs. Deputados e Senadores que vamos dar por encerrada esta audiência de hoje e eu quero fazer alguns esclarecimentos.

Enviaremos ao gabinete de V.Exªs a oitiva de quinta-feira, que teremos aqui, dependemos ainda de algumas confirmações, e eu queria informar a V.Exªs que hoje estarei com o Presidente do Congresso conversando com ele sobre os encaminhamentos que poderemos fazer nessa Comissão, inclusive sobre essa questão do Tribunal de Contas, que foi rejeitado agora o pedido. Porque essa Casa vai ter como instituição tomar uma posição quanto ao Tribunal de Contas, ao relacionamento nosso com o Tribunal de Contas. Porque não é só dessa CPMI, mas é uma resposta que a Casa tem que dar à sociedade brasileira, já que o Tribunal de Contas é um braço dessa Casa e já que o Senado vota todas as... Os acórdãos que o Tribunal de Contas nos envia. Como nós... Ele depende do Congresso e é o Congresso que deve ao Tribunal de Contas, eu quero ouvir do Presidente desta Casa quais os encaminhamentos que a Casa vai fazer enquanto instituição ao respeito não só por esse Requerimento, mas por todos os outros e outras CPIs e qualquer tipo de encaminhamento que essa Casa fizer ao Tribunal de Contas. Eu acho que aí é algo que deve ao nosso regimento e é algo constitucional que nós temos que acompanhar.

[falas sobrepostas].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): SRª Presidente, eu gostaria de parabenizá-la pela iniciativa, já que nós poderemos, ao lado do Deputado Vic Pires e de outros Deputados e Senadores, solicitarmos via ofício ao Presidente do Tribunal de Contas da União todas essas informações que elas serão, com certeza, remetidas aos subscritores. Entretanto, poderão não ter validade para efeito de CPMI. Já essa decisão de V.Exª com certeza irá colaborar muito no sentido de elucidarmos dúvidas que temos a fim de que possamos dar absoluta transparência aos trabalhos da CPI e para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento em relação a todos esses aspectos que estão sendo escondidos, graças à rejeição desses Requerimentos. Eu não sei por que é que a base governista, o Presidente Lula tem medo de revelar esses dados. Se o Presidente Lula não tivesse o que esconder certamente não estaria mandando para cá

toda sua base, toda sua tropa de choque para derrotar todos os Requerimentos da oposição.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra Deputada Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Os Ministros estão para que dia?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Informei ao Senador João Pedro que era o último Requerimento que estava votando, mas queria fazer algumas considerações.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, a agenda de amanhã e para que dia ficou marcada a vinda dos Ministros.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputada Perpétua, ficou decidido o seguinte. [soa a campainha] Como nós dependemos ainda, a Ministra Matilde pediu ainda para fazer uma verificação antes de poder confirmar, era ela e o Ministro Gregolin então estamos esperando a confirmação dela para quinta-feira. Agora, quinta-feira. Então amanhã, Deputada, nós não teremos Sessão. Mas, quinta-feira seguramente nós teremos às 9h30. Se ela não vier, virão outros convidados. Mas como já tem o convite feito a ela e ao Ministro Gregolin, só estou esperando a confirmação dela para confirmar com V.Exª. Então amanhã não há Sessão. Depois de amanhã, 09h30... Terça-feira sim, estaremos normalmente. Vai depender de quem virá quinta, pra eu poder remanejar terça. Mas terça-feira já está convidado e já aceitou o Ministro Orlando Silva. Na próxima terça. Mas ainda falta mais uma pessoa que está confirmando para terça-feira. Pela Ordem Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Gostaria de consultar V.Exª, pelo que seu viu aqui nessa Sessão de hoje, a base do Governo só irá rever seu posicionamento após as oitivas dos Ministros do gabinete institucional da Presidência da República. General Félix, o Presidente da ABIN, e o Ministro... O Ministro... Tem mais um outro. Eu gostaria de perguntar a V.Exª se nós já temos alguma data para isso, porque as férias do General Félix termina dia 7, parece. Para que a gente possa efetivamente fazer essas oitivas e aí a base do Governo possa repensar essa blindagem que ela faz até esse instante.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para seu conhecimento, o General Félix acaba as férias dele pelo Diário Oficial no dia 2. Mas ele nos informou que só poderá vir a partir do dia 7. Então nós marcamos dia 8. Terça-feira. Só que ele ainda não confirmou. Vai marcar terça-feira. Deputado Maurício.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Amanhã não temos Reunião Ordinária. Está desmarcado. Quais são as informações em relação às... Informações oficiais em relação ao recebimento dos documentos já aprovados pela CPI. Porque a imprensa divulga...

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nenhuma informação oficial.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Então não há nenhuma previsão de chegar esses documentos, nenhuma Reunião para começar as análises?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estou esperando a chegada para poder discutir. Mas não chegaram ainda. Mas já estamos preparados. A hora que vier estamos prontos para receber. Estamos encerrando a Sessão de hoje e quinta-feira às 9h30 estão convocados.

Sessão encerrada às 13h47min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2008, realizada em 03 de abril de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que houve a votação dos seguintes Requerimentos: Nº/EMENTA/AUTORIA/ASSUNTO/RESULTADO. 193/08-Requer a convocação da Senhora MARIA DE LA SOLEDAD BAJO CATRILLO, Chefe de Gabinete da Secretária Executiva da Presidência da Republica. -Sem. Alvaro Dias-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 194/08-Requer a convocação da Senhora ERENICE ALVES GUERRA, Secretária Executiva da Presidência da Republica.-Sem. Alvaro Dias-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 206/08-Solicita a convocação da SRª MARIA DE LA SOLEDAD BAJO CASTRILLO, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da Republica, para prestar depoimento nesta CPMI.-Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 207/08-Solicita a convocação da Senhora ERENICE ALVES GUERRA, Secretária Executiva da Presidência da Republica.-Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 23/08-Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. ANDERSON FERREIRA DE AGUIAR, portador de um Cartão de Pagamento (CPGF) da Secretaria de Administração da Presidência da República.-Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 45/08-Requer a convocação do Sr. ANDERSON PEREIRA DE AGUIAR, para prestar depoimento a esta CPMI-Senador Marconi Perillo-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 94/08-Requer que seja convocado para prestar depoi-

mento nesta CPMI o ecônomo Anderson Ferreira de Aguiar.-Sen. Álvaro Dias-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 111/08-Requer a convocação do Senhor Anderson Ferreira de Aguiar para prestar depoimento a esta comissão por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Sen Flexa Ribeiro.-CONVOCAÇÃO –Rejeitado; 172/08 -Requer que seja convocado o Sr. Anderson Ferreira de Aguiar, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 25/08 -Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. CLEVER PEREIRA FIALHO, portador de um cartão de pagamento (CPGF) junto à Secretaria da Administração da Presidência da República. -Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 54/08-Requer a convocação do Sr CLEVER PEREIRA FIALHO, lotado na Presidência da República, para prestar informações a esta CPMI-Senador Marconi Perillo-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 84/08-Requer que seja convocado para prestar depoimento nesta CPMI o ecônomo CLEVER PEREIRA FIALHO.-Sen. Álvaro Dias-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 117/08-Requer a convocação do Sr CLEVER PEREIRA FIALHO, para prestar informações a esta CPMI, por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Senador Flexa Ribeiro-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 171/08 -Requer que seja convocado o Sr. CLEVER PEREIRA FIALHO, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 28/08-Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. JOSAFÁ FERNANDES DE ARAUJO, portador de um cartão de pagamento (CPGF) junto à Secretaria da Administração da Presidência da República. -Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 83/08-Requer que seja convocado para prestar depoimento nesta CPMI o ecônomo JOSAFÁ FERNANDES DE ARAÚJO.-Sen. Álvaro Dias-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 112/08-Requer a convocação do Senhor JOSAFÁ FERNANDES DE ARAÚJO para prestar depoimento a esta comissão por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Sen. Flexa Ribeiro.-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 169/08-Requer que seja convocado o Sr. JOSAFÁ FERNANDES DE ARAÚJO, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 29/08-Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. JOSÉ CARLOS FERREIRA FERNANDES, portador de um cartão de pagamento (CPGF) junto à Secretaria da Administração da Presidência da República.-Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 116/08-Requer a convocação do Senhor JOSÉ CARLOS FERREIRA FERNANDES, para prestar depoimento a esta comissão por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Sem. Flexa Ribeiro-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 168/08-Requer que seja convocado o Sr. José Carlos Ferreira Fernandes, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 31/08-Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. JOSÉ IVO DE SOUZA BARBOSA, portador de um cartão de pagamento (CPGF) junto à Secretaria da Administração da Presidência da República-Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 118/08-Requer a convocação do Sr. JOSÉ IVO DE SOUZA BARBOSA, para prestar informações a esta CPMI, por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Senador Flexa Ribeiro-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 166/08 -Requer que seja convocado o Sr. José Ivo de Souza Barbosa, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 32/08-Requer que seja convocado para esta CPMI o Sr. JOSÉ ROBERTO DE ASSIS POSSA, portador de um cartão de pagamento (CPGF) junto à Secretaria da Administração da Presidência da República.-Dep. Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 57/08-Requer a convocação do Sr JOSÉ ROBERTO POSSA, lotado na Presidência da República, para prestar informações a esta CPMI-Senador Marconi Perillo-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 115/08-Requer a convocação do Senhor José Roberto de Assis Possa para prestar depoimento a esta comissão por haver indícios de que o mesmo detém conhecimento de informações que constituem objeto de investigação desta CPMI.-Sen. Flexa Ribeiro-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 165/08-Requer que seja convocado o Sr. José Roberto de Assis Possa, servidor público federal, lotado na Presidência da República.-Sen. Demóstenes Torres-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 180/08-Solicita a convocação do Sr. Antônio Francisco de Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil, para prestar depoimento nesta CPMI-Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco-CONVOCAÇÃO-Rejeitado; 181/08-Solicita a convocação do Sr. Alexandre Correa Abreu, diretor do Banco do Brasil Cartões, para prestar depoimento nesta CPMI-Dep. Índio da Costa e Dep. Vic Pires Franco-CONVOCAÇÃO-Aprovado

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	Deputados:
Marisa Serrano (PSDB)	Carlos Willian (PTC)
Marconi Perillo (PSDB)	Luiz Sérgio (PT)
João Pedro (PT)	Marcelo Melo (PMDB)
Serys Slhessarenko (PT)	Nelson Meurer (PP)
Wellington Salgado(PMDB)	Paulo Teixeira (PT)
Gim Argello (PTB)	Carlos Sampaio (PSDB)
José Nery (PSOL)	Augusto Carvalho(PPS)
José Agripino (DEM)	Vic Pires Franco (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	Manato (PDT)
Álvaro Dias (PSDB)	Silvio Costa (PMN-BA)
	João Magalhães (PMDB)
	Marcelo Guimarães(PMDB)
	Márcio Reinaldo Moreira (PP)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda os Senhores Senadores Arthur Virgilio, Pedro Simon, Tião Viana, Heráclito Fortes, não membros da Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos), por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e SRªs. Senadoras e Deputados e Deputadas que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à votação de requerimentos. Antes de iniciarmos a nossa reunião de hoje, eu gostaria de fazer algumas considerações que eu acho importantes. Primeiro, durante toda essa semana eu tenho feito todo o possível para que essa CPMI possa avançar. O quê está em jogo, a todos que estão nos vendo e ouvindo no país inteiro, é a credibilidade da instituição, é a CPMI ou uma CPI como instrumento poderosíssimo que o Congresso Nacional tem para investigar todas as questões que Deputados e Senadores acreditam que sejam importantes para a busca da verdade. Todas as CPMIs e todas as CPIs que essa Casa já instaurou foi com esse propósito. Portanto, nenhum sentimento menor nos move. O sentimento que nos move, a todos nós que estamos aqui, Deputados e Senadores, é justamente o sentimento da verdade, da busca da verdade, e eu tenho certeza absoluta – e posso afirmar isso – que o Relator e eu temos a obrigação e estamos aqui cumprindo uma obrigação regimental de apresentar à população brasileira o resultado dos nossos trabalhos, eu como Presidente e o Deputado Luiz Sérgio como Relator. E o resultado dos nossos trabalhos não é para a OAB, não é para Governo ou Oposição. O resultado do nosso trabalho, como obrigação constitucional, é apresentar o resultado para o povo brasileiro, é a ele que nós devemos estar aqui, é por ele que estamos aqui e a Presidente e o Relator têm a obrigação de apresentar o resultado a este povo. E esse resultado tem que ser fruto do trabalho dos senhores Deputados e Senadores que fazem parte da CPMI, que discutem, que buscam alternativas, que buscam caminhos para que o Relator possa apresentar o seu relatório e, no final, ser votado por todos os pares. Alguns disseram que essa CPMI nasceu morta, alguns disseram que nós perdemos o foco, mas não perdemos. Até agora nós temos discutido amplamente a questão dos cartões corporativos e do uso dele pelo Governo Federal. Esse foi o foco, esse é o foco da CPMI e nós não temos dividido e nem saído desse foco e dessa linha. Portanto, eu fico muito à vontade para dizer que tenho a certeza que nós vamos continuar discutindo aquilo que é importante: saber dos recursos que são gastos com cartões corporativos pelo Governo Federal, porque esse é o foco da nossa instituição.

Quero dizer, ainda, que não recebemos nenhum documento do Governo Federal. Tomei uma decisão de esperar esses documentos até segunda-feira. Se não vierem até segunda-feira, eu vou pedir à mesa do Congresso que nos auxilie, já que nós somos uma Comissão e acima de nós está a mesa do Congresso. Que nos auxiliem para que esses documentos cheguem. Se não chegarem, o Relator não tem como começar a discutir e analisar documentos. Já temos um mês de CPMI e é necessário que o Deputado Luiz Sérgio tenha acesso a esses documentos, não só ele, mas todos os senhores Deputados e Senadores que quiserem analisar esses documentos. Portanto, terça-feira, se nós não estivermos ainda de posse desse documento, eu vou pedir à mesa do Congresso que nos auxilie nessa busca desses documentos.

Portanto, tendo feito essas ponderações que eu achei importante fazer ao povo brasileiro que nos ouve, dizer que nós continuamos firmes, no mesmo foco, que o foco continua sendo a busca da verdade e que os Deputados e Senadores aqui presentes estão todos unidos e imbuídos do mesmo objetivo: de conseguirmos saber como são usados os cartões corporativos, de que forma são usados, por que são usados

e, principalmente, garantir que o povo brasileiro, que tem o seu recurso, o seu dinheiro gasto através dos cartões corporativos, que possa saber como eles são usados.

Portanto, tendo feito essas questões, quero passar à primeira questão de hoje.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA: Pela ordem, SRª Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Pela ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, eu gostaria de responder pela vice-Liderança do bloco.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela vice-Liderança a Deputada Perpétua.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Pela Liderança.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputada Perpétua, vice-Líder Carlos Willian.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, eu vou, pela ordem, se o meu tempo exceder--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para vice-Líder... O Deputado Manato está falando pela vice-Liderança no lugar do Silvio Costa?

DEPUTADO MANATO: Eu sou Líder nessa Comissão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É que na nossa lista não está como Líder. O nosso Secretário está indicando que V. Exª. foi indicado pelo vice-Líder.

DEPUTADO MANATO: O bloco PDT, PSB, PMN e PCdoB não têm direito a um Líder ou não?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Tem, o Renildo Calheiros.

DEPUTADO MANATO: Mas um Líder para a CPI?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o Líder e os vice-Líderes estão todos relacionados aqui.

DEPUTADO MANATO: Eu sei, mas aí não tem o Líder do bloco aqui na CPI?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem essa figura, não tem essa figura.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, V. Exª. me inscreveu, Presidente? Nilson Mourão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Por economia processual, SRª Presidente, se--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nilson Mourão também é vice-Líder.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): -– se as questões de ordem dizem respeito ao que está na imprensa, que há uma disposição da base governista --

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, eu gostaria que a senhora respeitasse a questão de ordem, os oradores inscritos, SRª Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): -– em me solicitar explicações, eu gostaria de me colocar à disposição desde já.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, eu gostaria que respeitasse os inscritos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias, obrigado. vice-Líderes, Deputada Perpétua com a palavra. O senhor desculpe, Deputado Carlos Wilson, mas as damas têm preferência, eu tenho certeza que V. Exª. dá preferência à Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada, SRª Presidenta. Ainda rapidamente me referindo ao que V. Exª. falou no início dessa Comissão, eu não tenho dúvida da seriedade, da condução que V. Exª. vem tendo nessa CPI. Claro, fica um disse me disse de que ora a base se reúne ou se encontra com o nosso Relator, até porque um Deputado ou um Senador e outro da oposição às vezes cobra indenidade, outra hora está a senhora nos jornais reunindo com a oposição, eu acho que isso é do embate político, eu acho que isso não tem nenhum problema, isso não tira a idoneidade de V. Exª. e do nosso Relator de tocarem esse trabalho nessa CPI com toda a lisura.

Agora, SRª Presidenta, não tem como não tratar hoje aqui do problema que está na mídia desde ontem. Veja bem: a base do Governo, estávamos aqui o tempo inteiro justificando, explicando para parte da mídia e para a oposição que a Ministra Dilma, com toda a sua seriedade, com toda a sua dedicação, com todo o seu trabalho, não ia se prestar a criar dossiê coisa alguma. E nós voltávamos a insistir aqui de que o quê tinha lá era um banco de dados e que desse banco de dados se roubou informações. Mas, no entanto, a oposição insistia aqui em acreditar na existência de um suposto dossiê. E agora a mídia traz à tona as histórias do suposto dossiê e eu começo a acreditar nos comentários que têm na mídia. Quais são os comentários que estão aí? É que o nosso querido e amigo Senador

Alvaro Dias é suspeito de receber informações sigilosas, portanto, produto de um crime, que é suspeito ainda de criar um tal de um dossiê com estas informações sigilosas e que é suspeito ainda de repassar esse tal desse dossiê, com as informações sigilosas, portanto, produto de um crime, para a imprensa. Eu acho que isso é muito grave porque nós estávamos o tempo inteiro aqui tentando responder à oposição que a Ministra Dilma nada tem a ver com isso. Agora aparece os jornais dizendo que é o Senador Alvaro Dias o homem do dossiê, o homem que inventou o dossiê, o homem que tornou público informações sigilosas. Eu acho isso muito complicado, eu não quero acreditar, eu tenho dificuldade até de acreditar nisso, eu acho que o Senador não faria isso, mas inventaram essa história do dossiê para a Ministra Dilma e agora ainda bem que a outra versão ou a verdade, sei lá o quê, eu acho que a gente precisa apurar, veio à tona.

Eu estou aqui com um requerimento e quero entregar a V. Exª. pedindo a convocação do Senador para vir à CPI responder essas dúvidas. A sociedade precisa do esclarecimento dessas informações. Foi um Senador da República, que é guardião da Constituição Federal, o responsável por repassar informações frutos de um crime? [soa a campainha]. Ele precisa responder essas coisas. Eu acho que por uma questão ética, por uma questão moral. Eu vou apresentar o Requerimento, a menos que o Senador se disponha a sentar naquela mesa hoje ainda --

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Já me dispus.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): --e esteja à disposição --

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou à disposição.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): --que esteja à disposição de responder --

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Estou à disposição.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): -– as perguntas que cada parlamentar desta CPI quiser fazer para V. Exª.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Dois, três dias, uma semana, duas semanas.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu acho que isso precisa ser esclarecido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, SRª Presidenta.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Agora acabem com essa história de dizer que a Ministra Dilma é responsável por um tal de um dossiê. Está aí nos corredores do Congresso, está nas ruas de que quem vazou as informações, frutos de um crime, foi o Senador e ele precisa dar essas explicações.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Pela ordem

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pela ordem, SRª Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Pela ordem.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada à Deputada Perpétua, obrigada.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: SRª Presidente, eu pedi pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian e depois o Senador Arthur Virgílio. São os vice-Líderes primeiro.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu pedi pela ordem, se o tempo esgotar eu gostaria que a senhora complementasse o tempo como vice-Líder. Em primeiro lugar --

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. tem três minutos, como todos os vice-Líderes.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Cinco minutos, não SRª Presidente? Eu pedi pela ordem e depois complemento como Líder.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, três minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Deputado Indio da Costa, quero me inscrever como vice-Líder dos Democratas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós vamos fazer separadamente para que todos tenham oportunidade de se manifestar e eu tenho certeza que V. Exª. vai querer que todos os colegas falem.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, em primeiro lugar eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª., que a imprensa diz que talvez a senhora jogaria a toalha ou alguma coisa nesse sentido. Eu queria pedir a V. Exª. que V. Exª. junto com o Deputado Luiz Sérgio, junto com o Deputado Marcelo Mello, tem dirigido tão bem essa CPI, e não justifica, por falta de subsídios, nós deixarmos este trabalho. Mas agora eu já vi que a determinação de V. Exª. é nós continuarmos este trabalho e pormos um fim em toda o propósito dessa CPI. Então eu parabenizo a senhora pela forma como tem conduzido esses trabalhos.

Eu começo a minha palavra, SRª Presidente, que na semana passada eu invoquei uma carta ao leitor, um editorial da Revista Veja, e entre tudo que ela diz, ela diz no seu final: "É hora de a CPI voltar à sua trilha original e mais produtiva. Quando o problema da

liberalidade dos cartões oficiais veio à tona, travado em tornos dos gastos das autoridades, são as mesmas que dizem respeito a todos os gastos do dinheiro público, a saber quais são os limites, quais são as regras, que controle os gastos. Quanto essas questões tiverem respostas transparentes a crise do cartão desaparecerá tão rapidamente quanto surgiu". Então, SRª Presidente, o quê nós estamos fazendo aqui é querendo realmente trazer para a sociedade brasileira [soa a campainha] como que funciona os cartões corporativos no Governo Lula, como funcionou a "conta b" no Governo Fernando Henrique Cardoso. Se teve alguém que errou, tem que pagar na sociedade porque é dinheiro público. O Deputado e o nosso Relator Luiz Sérgio, está preocupado – e com muita razão, já me manifestou várias vezes – em como trabalhar isso sem condenar antecipadamente também as pessoas que usam deste cartão para bem da administração pública. Não pode questionar antecipadamente. E aí, nobre Presidente, agora o Senador Alvaro Dias e toda a oposição vem dizer que esse dossiê foi montado pelo Palácio, que a Ministra Dilma Rousseff tem que inclusive vir aqui nessa CPI para dar explicações. Pelo que nós vimos agora, quem tem que dar explicações é o Senador Alvaro Dias, com todo o respeito que eu tenho pela sua pessoa, foi meu colega na CPI dos Correios. Quem tem que dar explicações, SRª Presidente, é ele. Aonde que ele arrumou esses dados? Porque o Palácio montou uma Comissão de Sindicância, sendo que se o Senador Alvaro Dias mostrar quem é que passou esses dados para ele não existe necessidade de sindicância, não precisa dessa Comissão ficar batendo nessa tecla, SRª Presidente. Isso vai estar plenamente resolvido. Mas não, o quê nós estamos vendo é a oposição fazer pirotecnia desde o início da sua formação. O Senador Alvaro Dias tinha as informações necessárias antes dessa Comissão ser instalada, SRª Presidente – já estou quase concluindo -, antes dessa Comissão ser instalada. Portanto, ele tinha que tomar as medidas necessárias como um bom parlamentar, como um bom Senador, e não ficar provocando inclusive a criação dessa CPI. SRª Presidente, eu não quero ironizar e nem fazer uma provocação, mas essa CPI, ela tem um objetivo e é bom nós separarmos. Primeiro, seguirmos os aconselhamentos dessa respeitada revista, onde ela mostra o caminho que nós devemos seguir, que realmente é apurar e apresentar regras. Segundo, separar-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): -– a tripudiação que a oposição quer fazer no Governo. E isso começou, SRª Presidente, lá atrás, quando também o Senador Alvaro soltou para a imprensa de que o Governo tinha contratado bailarinas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Estou terminando, SRª Presidente, e que ele queria ver essas bailarinas e ele exigia aqui nesse Plenário as bailarinas. Semana passada eu disse que eu ia trazer as bailarinas, SRª Presidente, e sem querer ironizar, sem querer provocação, eu estou mostrando que a oposição está pelo caminho errado, e a bailarina que tanto queria ver o Senador Alvaro Dias, SRª Presidente, está aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Olha a bailarina, SRª Presidente, eu vou deixar ela aqui para enfeitar, assim como a senhora, enfeitar. Aqui está a nota fiscal da bailarina, de R$ 5,00.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Para mostrar, SRª Presidente, que a oposição não tem dados concretos. Traga os dados concretos que nós vamos apurar melhor os fatos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero dizer ao Deputado Carlos Willian e a todos que a CPMI, a nossa Comissão, ela só não continuará, Deputado, se nós não tivermos requerimentos aprovados, se nós não tivermos quem ouvir. Isso já aconteceu em outra Comissão desta Casa que eu participei. Não tendo quem ouvir, nós vamos suspender as reuniões de Plenário, dar o tempo que o Relator precisa para fazer o seu relatório, desde que ele tenha documentos, se não tiver documentos também ele não tem como também fazer o seu relatório, e, portanto, essas decisões vão ser tomadas até o fim da semana que vem. Se nós não votarmos hoje a participação de autoridades para serem ouvidas, que são requerimentos que estão nessa mesa, não tem como nós continuarmos as reuniões de Plenário porque não temos quem ouvir e nem o quê votar.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exª. me permite.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então depende muito do Plenário para que nós possamos continuar as nossas reuniões. Nós temos vários inscritos--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só rapidamente, SRª Presidente, eu acho que diante das notícias de jornais, diante dos fatos colocados, o Senador Alvaro Dias vendeu para a população brasileira e para a imprensa um produto que não pode entregar.

Então eu solicito a V. Exª., eu solicito a V. Exª. que suspenda os trabalhos até que cheguem os material, até que confirme, porque eu vou dizer para a senhora: no clima que está essa CPI nós não vamos aprovar mais nenhuma autoridade do Governo para vir aqui prestar depoimento, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não há como suspender essa sessão, nós vamos continuá-la porque é importante para todos nós. Senador Arthur Virgílio com a palavra, depois o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente, Sr. Relator, senhoras e senhores parlamentares. SRª Presidenta, eu entendo que é dever mesmo do Senador Alvaro Dias sentar-se ali e prestar as informações todas que forem solicitadas por quaisquer parlamentares com assento nesta Casa e até os que, de fora da CPI, queiram vir inquiri-lo. Gostaria de lembrar algumas coisas bem simples. Os objetivos que levaram à criação desta CPI não se referiam ao vazamento de coisa alguma, se fariam a malversação de recursos públicos através do uso de cartões corporativos. Depois nós configuramos, eu respeito a opinião de pessoas que certamente vão respeitar a minha, depois se configurou a figura do dossiê com muita clareza: os dados pinçados, caixa alta para o nome de dona Ruth Cardoso, despesas pitorescas do Governo passado. E aí vem, finalmente, a questão do dossiê [soa a campainha], ou seja, eu gostaria de dizer a V. Exª. o seguinte: que a presença do Senador Alvaro Dias aqui falando sobre a questão do vazamento, no que lhe perguntarem os Senadores e os Deputados e as Deputadas e Senadoras, a meu ver só reforça a necessidade de a Ministra se explicar sobre a questão do dossiê. Não tem porque, já que é uma coisa tão simples, o Senador vai sair dali, em quatro passos ele chega àquela meça e se explica. A Ministra teria que dar cento e vinte passos e chegar do outro lado demonstrando respeito a esta Casa para prestar os esclarecimentos que a CPI finalmente delas possa vir a obter.

No mais, SRª Presidente, V. Exª. está completamente certa. Eu entendo que nós devemos votar tudo e deixar cada lado se manifestar a respeito da questão substantiva, porque se não a gente vai ficar discutindo agora vazamento e não vazamento e a gente vai se esquecer do objetivo fundamental que é a malversação dos recursos públicos na questão do dossiê. Muito bem. Votar os requerimentos todos, eu creio que esse é o dever de todos nós, para definirmos, a CPI de repente diz: "não, nós vamos agora quebrar sigilo, vamos ouvir, vamos fazer, vamos acontecer". Ou ela diz: "não vamos quebrar, não vamos transferir, não vamos fazer e nem vamos acontecer". E V. Exª. está correta, combinadamente com o Relator, Deputado Luiz Sérgio, dar a ele o tempo necessário para que ele faça o relatório que ele julgue cabível e, com isso, do jeito que a maioria julgar que deve acabar essa CPI, a CPI se encerra com o relatório que será julgado, sujeito esse relatório a uma contestação através de um voto em separado, se for o caso. Pode ser que não, que concordemos completamente com isso. Mas o fato é que nós temos aqui uma verdade. A verdade é: o Senador Alvaro Dias deve sentar-se ali sim e prestar os esclarecimentos, e eu continuo entendendo que isso só reforça a tese de que a Ministra fica muito mal se não fizer o mesmo. Obrigado, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigado ao Senador.

SENADOR ALVARO DIAS: Pela ordem, Sr. Presidente.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Não é o Manato não, Presidente?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias, depois o Deputado Manato, Deputado Nilson Mourão, Deputado Paulo, Deputado Vic--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: SRª Presidente, eu vou citar--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor, uma questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O Senador Alvaro Dias não pode sentar-se ali, não pode. Eu não vou compactuar com essa cena, com esse teatro armado pelo Líder do PSDB. Ele não pode sentar-se ali até porque ele não foi convocado para depor na CPI. Com esse teatro eu não vou compactuar. Eu gostaria que V. Exª., por favor, desse as explicações, eu cedo até o meu lugar, mas desse as explicações daqui.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não quero o seu lugar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou dar o meu lugar a V. Exª.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas está tudo invertido, está tudo invertido, era o Governo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu pedi a palavra, pela ordem aqui, Presidente, como vice-Líder dos Democratas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Está na mão de V. Exª. Eu vou citar também o Senador Alvaro Dias, aí se ele for para lá agora... é complicado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, SRªs. Senadoras, SRªs. Deputadas. Não importa a tribuna, o quê importa é o quê é possível dizer nesta tribuna. Primeiramente eu devo proclamar a importância da liberdade de imprensa para esse país. O jornalismo investigativo tem prestado um extraordinário serviço ao Brasil e certamente valendo-se de fontes privilegiadas, credenciadas, e respeitando o sigilo da fonte a imprensa tem desvendado os mistérios da corrupção no nosso país. A VEJA, por exemplo, se não me falha a memória, editou, durante o escândalo do "mensalão", cerca de dezessete capas com matérias que aprofundaram, através da investigação jornalística, a descoberta das mazelas que afetavam a República na estrutura da administração pública federal.

Eu não creio que qualquer órgão de imprensa credenciado valha-se apenas de uma fonte para produzir matérias consistentes. As fontes são as mais diversas: servidores públicos, empresários, jornalistas, parlamentares. Todos em determinado momento somos fonte a municiar a imprensa no exercício da liberdade plena em que cumpre a sua missão.

Eu sou questionado se fui fonte neste caso do dossiê. Eu prefiro responder utilizando-me de palavras da própria Revista Veja, no dia de hoje, através do blog de Reinaldo Azevedo. Diz ele: "Se Alvaro Dias sabia ou não do dossiê é irrelevante. Uma coisa posso afirmar: ele não é a fonte da Veja". Até porque uma apuração tem múltiplas fontes. A questão está obviamente mal parada. Cumpre ao jornalismo, acho eu, descobrir quem fez o dossiê ilegal e vazou a documentação aos parlamentares Petistas. Em outro momento diz o jornalista: "O outro vazamento, que é na verdade apuração jornalística que fez chegar a notícia do dossiê fajuto à imprensa, protege o estado de direito, uma vez que expõe à prática ilegal de funcionários do Governo". Ora, ainda que tivesse sido Alvaro Dias a ter passado à Veja o dossiê feito pela Casa Civil, que mal haveria nisso? Então um Senador da oposição fica sabendo de uma tramóia para tentar desmoralizar o seu partido e deve silenciar? Passar adiante tais informações constituiria um crime? Tenham paciência.

E, para concluir, de resto fiquem tranqüilos. Das fontes de Veja cuida a Veja. Ainda que Alvaro Dias estivesse entre elas – e não está em letras garrafais – não padeceria de solidão.

SRª Presidente, não sou réu. Eu poderia invocar a Constituição para dizer: não me questionem, não há direito que assegure questionar um parlamentar sobre informações recebidas [soa a campainha]. Está na Constituição, no art. 53, § 6º: "Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações". É da Constituição. Quem nos protege, protege jornalistas e parlamentares, é a Constituição do país. Eu sei que é prática usual no Brasil, especialmente nas hostes de quem governa, afrontar a Constituição. Mas é nosso dever preservá-la, respeitá-la e defendê-la.

Eu não inventei dossiê nenhum. Não empurrem para mim o quê fizeram de mal. Não joguem nas minhas costas a responsabilidade que não tenho. Cláudio Humberto, no dia 09 de fevereiro, na sua coluna, escrevia que o Governo preparava-se para expor eventuais extravagâncias do Governo passado. No dia 19 de fevereiro a Agência Estado: "Planalto prepara dossiê da era FHC para enfrentar CPI". A Agência Estado adivinhou: o Planalto estava preparando dossiê, dia 19 de fevereiro.

DEPUTADO SILVIO COSTA: Qual é o tempo do Senador, Presidente?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Dia 19 de fevereiro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todo o tempo que ele precisar para se explicar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Dia 19 de fevereiro, senhores Deputados, Agência Estado, não foi este Senador. Eu acho que estão subestimando demais a minha capacidade de ser bem informado. Estão superestimando demais a minha capacidade de ser bem informado. A imprensa do país tem fontes e mais informações do que eu disponho como parlamentar envolvido com o trabalho diário nesta Casa. Portanto, está aqui. Não fui eu.

Agora eu indago, já que estão tentando inverter o estado de direito democrático: réu é eventualmente quem denuncia ou réu é quem comete o crime? Antes desta notícia da Agência Estado, por volta do dia 17, essa foi no dia 19, a Ministra Dilma – não foi jornalista e não foi parlamentar -, a Ministra Dilma, em São Paulo, afirmou taxativamente: "Não vamos apanhar quietos. Estamos preparando um levantamento sobre gastos do Governo de Fernando Henrique Cardoso". Foi a Ministra Dilma, que deveria estar aqui, não eu, oferecendo explicações não a nós, mas ao país. Afinal, onde se faz o levantamento sobre gastos do Governo passado? É no setor sob a responsabilidade da Ministra Dilma. Quem é, portanto, ordenadora? A Ministra Dilma. Quem é responsável? O assalariado que manipulou informações e as armazenou nos computadores do Palácio do Planalto ou a Ministra Dilma que o comanda? Eu

não estou chegando ainda ao Presidente da República. Nós precisamos acabar com esta prática de consagrar que crime existe, mas não existe criminoso. Ou se os fatos derrotam a tese, estabelece-se a hierarquia penal: penalizados devem ser os subalternos e não os chefes; o baixo clero e não a elite; os coadjuvantes e não os cardeais do Governo. Essa é uma hierarquia penal instituída pelo atual Governo.

Não me cobrem fontes, não me cobrem autores de informações. Busquem no Palácio do Planalto os responsável por este crime de utilização da máquina pública para elaborar dossiê golpeando adversários políticos, confundindo a opinião pública como se fosse possível confundir sempre, empurrando para a mesma vala da corrupção todos os governos.

Fernando Henrique, com altivez e dignidade, publica, envia uma carta ao Líder Arthur Virgílio e diz taxativamente: "Nunca foram sigilosas essas informações". Portanto, se fosse – e isso seria surrealista demais – crime divulgar o crime, mas se crime fosse a divulgação de dados sigilosos, estes não são dados sigilosos. Não são, nunca foram. Foram dados auditados pelo Tribunal de Contas, com contas aprovadas. Não houve ilícito, irregularidades. O Tribunal de Contas ofereceu atestado de boa conduta e atestou a lisura dos procedimentos adotados no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, se querem satisfazer uma curiosidade, já que eu vi notas em jornais de hoje que os meus colegas do PSDB estariam aborrecidos comigo porque não comuniquei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, quero dizer que ele foi a primeira pessoa a saber quando me chegaram informações a respeito da existência deste dossiê. Senador Arthur Virgílio, eu tive a oportunidade de comunicar a ele em primeiro lugar, nem a V. Exª. eu comuniquei, mas a Fernando Henrique eu comuniquei que estavam preparando um dossiê, que tinham um dossiê no Palácio do Planalto e que pretendiam usá-lo para intimidar a oposição. Eu não estou aqui responsabilizando nenhum dos parlamentares desta Comissão, eu estou responsabilizando o Palácio do Planalto. Eu sei que parlamentares procuram demonstrar legalidade aos seus governos, exercitam as suas prerrogativas aqui no Congresso Nacional em nome do Governo que representam. Não são responsáveis pela elaboração do dossiê, não são responsáveis pela distribuição do dossiê, que chegou a vários órgãos de imprensa. Não são responsáveis, mas evidentemente devem me respeitar também.

O exercício da liberdade de convicção pessoal deve ser pleno. Eu exercito o meu mandato desta forma. Não devo ser questionado sobre fontes, não devo ser questionado sobre confecção de dossiê. As fontes são as mais variadas, expus algumas aqui da imprensa. Não vejo razão para adotar o mesmo modelo instituído pelo Governo de penalizar subalternos por eventuais complicações. Esta não é para mim uma complicação. Eu estou muito à vontade, confesso a todos que dormi muito tranqüilo esta noite. Não tenho nenhuma preocupação em relação ao que tenho feito com o meu mandato parlamentar. A preocupação que tenho é de me aprimorar, é de exercê-lo sempre com maior responsabilidade, mas jamais vou trair aqueles que me confiaram me elegendo para ser oposição. Eu fui eleito para ser oposição, não estou aqui para agradar o Governo, não estou aqui para contemporizar. Estou aqui para radicalizar sim em relação à questão ética, porque é essencial para o país. O Brasil não suporta mais tanto assalto, tanta corrupção, tanta exploração, tanta afronta à Constituição, tanto --

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais um minuto para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): -– tanto delito, tanto ilícito. O Brasil não suporta mais este festival de arbitrariedades e é meu dever, como parlamentar, repercutir aqui as aspirações daqueles que me elegem. Muito obrigado, SRª Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA: SRª Presidente, eu tinha pedido pela ordem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sou eu, o Deputado Manato, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato.

DEPUTADO SILVIO COSTA: Presidente, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois o Deputado Silvio. O Deputado Manato tinha pedido antes de V. Exª., depois é V. Exª.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Nobre Presidente, muito obrigado por me garantir a palavra. Eu gostaria de dizer que terça-feira, terça-feira o Senador Alvaro Dias estava sentado ali e fez uma acusação muito grave. Ele falou que os Deputados da base foram escolhidos a dedo. Eu gostaria de passar para a mão do Senador um documento, do dia 12 de fevereiro de 2008, em que o Líder do PDT, hoje é Vieira da Cunha, mas era Miro Teixeira, em que eu faço o seguinte: "Através do presente solicito a V. Exª. a inclusão do meu nome e dos parlamentares do PDT que deverão integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito que analisará os gastos do Poder Executivo através dos cartões corporativos. Na oportunidade renovo os meus protestos de consideração e estima. Deputado Manato, no dia 12 de fevereiro". Então, por favor, para

o senhor guardar nos arquivos do senhor. Então eu escolhi vir para cá.

Agora eu gostaria de parabenizar ao PSDB, porque o PSDB escolheu. Primeiro escolheu V. Exª., muito bem escolhido, o Renato Casagrande já falava da senhora e para mim é uma admiração muito grande pela ética que a senhora está demonstrando, como está conduzindo os trabalhos. O Senador Marconi Perillo também, a gente vê o trabalho dele, é um trabalho excelente, fui muito bem escolhido, mas também precisava de pessoas que produzissem factóides, não é, como esse que aconteceu agora, que o Senador dizia já desde o início que essa CPI era fracassada. Eu acho que ele dizia fracassada porque ele tinha interesse em que essa CPI fosse fracassada, porque nós temos aqui, eu acho que esse jornal tem credibilidade, eu pelo menos o leio todo dia, Folha de São Paulo, "Investigar desde 1998 é arbitrário" diz Fernando Henrique Cardoso. Está aqui o documento da Folha de São Paulo, no dia 12 de fevereiro. Quer dizer, depois que ele soube, pelo Senador que acabou de falar agora, que tinha um dossiê contra ele, aí ele mudou, aí ele mudou, aí ele quis agora [soa a campainha] dar uma de que sabia, que é bonzinho, é tudo, diz que abriria lá as contas dele, que podia investigar, mas nessa época aqui ele era contra. Então as pessoas têm que lembrar do passado e respeitar isso daqui. Então nós queremos investigar.

Quando eu vim para cá, Presidenta, eu vim porque eu queria saber sobre esse cartão, acabar com as "contas b" sem controle, ter transparência, ver o que é sigiloso e o quê não é sigiloso, pegar todo mundo que usa o cartão e dar um curso para essas pessoas usarem o cartão. Tem que ter treinamento para usar o cartão, ter transparência, ser fiscalizado. Esse foi o meu objetivo. Então está aqui, eu gostaria de saber sobre isso daqui e não concordo com o Senador não, não concordo com o Senador, com todo o respeito a ele não concordo, eu acho que isso daí deveria ser investigado, não teve ética nisso aí, porque ele sabia e não passou para cá. Querem jogar na Ministra a responsabilidade de um dossiê. Ela foi clara: "eu fiz um banco de dados". Por que um Senador da oposição recebeu esse dossiê e eu não recebi, a senhora não recebeu, o Relator não recebeu? E nós sabemos que dossiê não é entregue em corredor não; dossiê é entregue em quatro portas fechadas, muito deles são comprados, é isso que nós precisamos de saber. Então, SRª Presidente, está aqui a expressão: "não fui escolhido, escolhi". Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO SILVIO COSTA: SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero informar a todos que tomo a seguinte resolução. Tenho aqui o número de pessoas inscritos para falar sobre esse assunto. Na hora que terminar --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, eu queria retirar o meu nome, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por favor, deixa eu terminar de falar. Na hora que terminar essas pessoas que estão inscritas, eu entro na pauta da Ordem do Dia de hoje, certo? Então tem aqui inscritos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio, Nilson Mourão, Paulo, Vic, José Agripino, Indio, Wellington, Augusto Carvalho e encerro essa questão, está encerrada. Depois de todos esgotarem, o número é razoável por base e oposição, encerro e começamos a Ordem do Dia. Com a palavra o Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, desde que essa CPI iniciou, acho que esse é o momento mais delicado da CPI. Eu imagino se fosse um Senador ou um Deputado Federal da base do Governo que tivesse subido à tribuna e tivesse informado ao Brasil que teve acesso ao pseudodossiê antes de sair na imprensa. Eu imagino o que a oposição, efetivamente, não estava fazendo nessa Casa.

SRª Presidente, talvez seja o momento mais difícil para a senhora também. Por que é quê é o momento mais difícil para a senhora? Porque eu vou propor que a gente não vote absolutamente nada nesta CPI enquanto o Senador Alvaro Dias efetivamente não explicar. Isso daqui é uma coisa séria, é uma CPI. O Senador, ele não pode ser convocado. A Constituição lhe permite isso, é verdade, ele não pode ser convocado. Agora entre o legal e o moral tem uma grande diferença. É legal não convocá-lo, agora não é moral o Senador continuar nessa CPI sem dar as suas devidas explicações.

O Senador Alvaro Dias – e eu não estou aqui no campo pessoal, eu estou no campo da política – não tem condições políticas de fazer mais nenhum tipo de pergunta a qualquer pessoa que sente nessa mesa para depor porque ele é um dos primeiros suspeitos dessa CPI. Diferente do que ele disse, ninguém está aqui querendo inverter nada, mas eu posso fazer algumas ilações, eu posso fazer. Por exemplo, uma ilação: será que ele não pegou essas informações [soa a campainha] com o Eduardo Jorge? Será que ele não pegou essas informações com algum companheiro Tucano para tentar incriminar a base do Governo?

Eu não fiquei satisfeito com as explicações do Senador Alvaro Dias. Ele quis se confundir com um jornalista, ele não é jornalista. O jornalista sim tem direito à fonte. Ele tem direito à imunidade da fala, à imunidade legal, mas tem a imunidade moral. Se eu quisesse continuar nessa CPI e estivesse na posição do Senador, eu diria aqui: "meus companheiros, quem me deu o documento foi fulano de tal", para que eu tivesse a cidadania de continuar aqui. Ele perdeu a cidadania de continuar aqui.

Portanto, Senador Arthur Virgílio – e eu vou citar para ele usar o art. 14 mesmo -, que possa nesse país, como paladino da ética, paladino da moralidade, o guardião da ética desse país, Senador Arthur Virgílio, eu estou entregando um requerimento à senhora. O requerimento tem a seguinte conotação: ou o Senador Alvaro Dias dá uma explicação convincente para o país, inclusive fulanizando, "foi fulano que me deu, foi fulano que me deu", e a gente convoca esse fulano para perguntar onde o fulano conseguiu, ou ele diz claramente, não venha com essa história de fonte, ou eu peço ao Senador Arthur Virgílio, já que a vaga, ele é suplente na CPI, já que a vaga é do PSDB, que em nome da ética, da decência, da idoneidade, da coisa séria, do tratamento decente com a coisa pública, substitua o Senador Alvaro Dias nessa CPI, porque nós não podemos brincar. Esse requerimento da Deputada Perpétua, eu compreendo, é minha amiga, da base do Governo, mas nós não podemos votar, nós não podemos votar coisas inconstitucionais, nós não podemos convocar. Portanto, Senador Alvaro Dias e Senador Arthur Virgílio, paladinos da ética do Brasil, homens da moral do país, em nome de tudo isso ou o Senador Alvaro efetivamente diz quem entregou o famoso e pseudodossiê ou eu peço ao nobre, bravo, ácido Senador Arthur Virgílio--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): -– que retire-o da CPI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, SRª Presidente, art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma frase bem simples, SRª Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Depois eu quero, Presidente, depois eu peço pelo art. 14.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): No que vale a pena é uma frase bem simples: em nome da ética mantenho o Senador Alvaro Dias e em nome da ética exijo as explicações da Ministra Dilma Rousseff, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, SRª Presidente [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não invoquei imunidade alguma, eu invoquei um artigo da Constituição e não estou utilizando. Eu o estaria utilizando se estivesse negando a informação, que V. Exª. me solicita, sobre a entrega do dossiê. Eu não posso invocar sujeito inexistente. Não houve entrega de dossiê. Não venham dizer que eu fui fonte da Veja. Eu tenho sido fonte de todos os órgãos de imprensa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Senador, quem disse foi V. Exª. V. Exª. disse na tribuna. V. Exª. disse da tribuna do Senado Federal que tinha tido acesso.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu disse que vi.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): V. Exª. disse que viu.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vi.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Se V. Exª. viu-– [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um orador falando, Senador Alvaro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vi, mas não recebi. Não recebi, eu vi.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro, pode continuar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não venham dizer... SRª Presidente, eu preciso ter a tranqüilidade dos meus colegas para poder me expressar. É tão difícil chegar aqui para falar em nome da população para que alguns procurem nos impedir de representar aqueles que nos elegem. Então não venham dizer que eu fui fonte da Veja ou fonte da Folha de São Paulo ou fonte deste ou daquele órgão de imprensa. Eu sou fonte de todos os jornalistas que me consultam, que me pedem opiniões. Aliás, eu tenho o dever de colaborar com a imprensa. É óbvio que nós que pregamos transparência dependemos da imprensa como a ferramenta mais habilitada a conferir transparência nos nossos atos e nos atos dos agentes públicos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu não tenho nenhuma preocupação com isso. Sou fonte sim, é evidente que sou fonte e vou continuar sendo. Se me considerarem uma fonte acreditada, eu continuarei sendo fonte.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): O senhor não é fonte não, o senhor é o transportador--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson Mourão com a palavra.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Deputado Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Obrigado, Presidente. SRª Presidente, ilustre Relator, demais colegas. Eu creio, Presidente, que nós precisamos, nesse momento, analisar todos esses fatos com cuidado, com prudência, com respeito entre todos nós que estamos aqui. Quero, portanto, falar com a senhora de um modo muito Franco, muito sincero, respeitoso pela admiração que tenho pela senhora na condução dos trabalhos.

Quero levantar duas preocupações. A primeira dela diz respeito a V. Exª., Presidente. V. Exª. está inovando nessa CPI, inovando no sentido de que é a primeira vez que eu vejo na história aqui do parlamento brasileiro a Presidente de uma Comissão se reunindo com a oposição para traçar estratégias. É a segunda vez. Os jornais publicaram uma foto da senhora numa reunião com a oposição e ontem os telejornais colocaram para o Brasil inteiro. Lembro a V. Exª., com muito respeito que tenho pela senhora, pela sua biografia, de que por muito menos, mas muito menos mesmo o ilustre parlamentar Paulo Pimenta, que era Relator de uma CPI, teve que renunciar. V. Exª. se reúne com a oposição para traçar estratégias. E o quê me impressiona, o quê me impressiona é que setores da mídia, que foram, eu diria, cruéis com o ilustre Deputado Paulo Pimenta, eles são muito condescendentes com a senhora. Eles acham um fato absolutamente normal que a Presidente de uma CPI se reúna para traçar estratégias. Entendo, Presidente, que este não é o seu papel. A senhora foi colocada como Presidente desta Comissão para conduzir os trabalhos desta Comissão com serenidade, com equilíbrio, com equidade para que esta Comissão pudesse desempenhar os seus trabalhos. V. Exª. está inovando. Não me lembro disto acontecer aqui no Senado e nem na Câmara dos Deputados. Portanto, eu peço, com respeito a V. Exª., que essa tenha sido a última reunião em que V. Exª. se reuniu com a oposição para traçar estratégias sem a presença do Relator. Que a senhora pode ouvir quem quiser, pode. Agora daquela forma eu creio que reduz e diminui a sua autoridade, que eu quero ver bem levada nesta Casa.

O segundo comentário, Presidente, diz respeito naturalmente à questão atualíssima da participação do Senador Alvaro Dias nesse episódio. Eu creio, Presidente, falando com toda a sinceridade, que a oposição deu um tiro no pé. A oposição fez do dossiê um cavalo de batalha e hoje se vê envolvida dentro dela. Não é pequeno, não é irrisório, não é insignificante de que depois que a oposição fez o quê fez em torno da questão do dossiê, se descobre a participação do Senador Alvaro Dias. Afinal de contas, Presidente, o quê é que se pretende com o dossiê? Atingir pessoas. A oposição diz claramente que aquele dossiê – e o Senador Alvaro Dias disse agora, agora na sua intervenção – não atinge o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não atinge a sua mulher dona Ruth. Atinge quem afinal de contas? Se não atinge o Presidente Fernando Henrique, qual é a importância do dossiê? Nenhuma. Não tem nenhuma importância portanto.

Então a oposição aqui só tem um caminho: ou entende que o dossiê não tem importância nenhuma, porque não atinge ninguém e, portanto, encerra o debate sobre ele, vamos continuar o nosso trabalho na CPI, ou tem importância e vamos debater.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Mas, Presidente, eu só queria mais um minuto para concluir a minha reflexão. Quero dizer que entendo, Presidente, que a oposição, ela é importante e necessária nesta Casa, mas ela tem que encontrar bandeiras mais sólidas. Apoiada em algum setor da imprensa que quer ver o circo pegar fogo embarca em qualquer coisa, inclusive nessa. A Ministra Dilma já disse ao país – e não nega – que estava montando um banco de dados. Ela pode e deve montar. E se ela estava se preparando para assessorar a CPI, muito bem, ela pode determinar que se levante dados para atender às CPIs, que é o quê ela tem dito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): E os Senadores e Deputados da oposição estão perdidos,

como se diz lá no Acre, "perdidos num mato sem cachorro estão agora atirando no pé".

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Eu quero fazer uma resposta a V. Exª. Primeiro, Sr. Deputado, que eu tenho o direito e, aliás, até a obrigação de conversar com todo mundo que eu puder. Eu não disse, o senhor não ouviu de mim, e posso responder por mim, que eu fiz qualquer reunião para traçar estratégias. Eu, ontem, conversei com a oposição, conversei com a situação, conversei com o TCU, conversei com os meus Assessores, os Assessores da mesa, com todos que eu pude conversar, e com um grupo de Advogados antes de conversar com o TCU. Passei o dia--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Com a situação?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Conversei com a situação, pedi ao vice, ao Relator, ao Deputado Paulo, que reunissem quem eles quiseram porque o quê eu queria propor, o quê eu ouvi da oposição eu queria discutir com eles e propor também aquilo que eu estava preocupada, dividir com eles a minha preocupação, e dividi com eles a minha preocupação às sete horas, numa reunião no meu gabinete. Portanto, eu ouvi todos ontem. Tive uma hora, e quero informar a todos aqui, numa reunião com o Presidente do TCU, com o Ministro Presidente, com o Ministro Ubiratan Aguiar, com Advogados da Casa e Advogados do TCU e com o Presidente Garibaldi Alves. Conversamos durante muito tempo sobre todas as possibilidades de que essa CPI pudesse ter acesso a documentos que pudessem fazer essa CPI deslanchar. Então eu estou trabalhando em todas as frentes que são possíveis, eu estou aberta a quaisquer conversas. Se V. Exª. precisar conversar comigo, pode estar certo que, independente se é situação ou oposição, eu estaria pronta para conversar, porque isso é da minha índole. Eu acho que tem que dar oportunidade a todos de falar, oportunidade a todos de se expressar, e eu, mais do que nunca, tenho que estar aberta a conversar com qualquer Deputado ou Senador desta Casa, independente de ser da Comissão. Portanto, quero passar--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: SRª Presidente, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): -– a palavra ao Deputado Paulo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, pela ordem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA: Presidente, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Aqui, Deputado Vic.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, é só para confirmar as suas palavras, nem precisaria. Nós da oposição solicitamos esse encontro com a senhora, nós fomos a esse encontro, discutimos, assim como depois a senhora discutiu com a imprensa.

Mas eu queria comunicar à Casa que a Ministra Dilma acaba de ser convocada pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado, ela estará lá para dar todos esses esclarecimentos e nós também estaremos lá junto com a base do Governo, junto com todos vocês, para ouvir o quê a Ministra Dilma Rousseff tem para falar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo com a palavra. Quero informar a todos que acabo de receber um documento da liderança do Partido dos Trabalhadores, enviado também ao Deputado Arlindo Chinaglia, que é Presidente da Câmara dos Deputados, informando que o Deputado Paulo Teixeira, do PT-SP, é vice-Líder agora do Partido dos Trabalhadores. Com a palavra e os meus parabéns pela liderança.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Obrigado. SRª Presidenta, eu quero cumprimentá-la e dialogar com o nosso Senador Alvaro Dias.

Senador Alvaro Dias, V. Exª. fez uma defesa nesta manhã da sua posição e V. Exª. passou aqui quinze dias pedindo a convocação da Ministra Dilma, inclusive tentando levar a suspeita da quebra de sigilo à Ministra Dilma Rousseff. O fato é que o quê nós estamos discutindo hoje aqui não é sobre fonte jornalística. Fonte jornalística tem a proteção constitucional. Nós estamos discutindo aqui qual é a extensão da imunidade parlamentar, se o parlamentar que tiver documentos sigilosos pode ou não pode quebrar o sigilo e se V. Exª. teria ou não quebrado o sigilo dos documentos sigilosos que estavam em suas mãos. Eu só peço a paciência de V. Exª. Portanto, nós queremos discutir o seguinte: foi V. Exa. que quebrou o sigilo de um documento sigiloso? Até porque a Presidenta Marisa Serrano, sempre ao dizer que esses dados deviam vir aqui, disse que eles seriam tratados com o máximo cuidado. Nós queremos saber de V. Exª. se foi V. Exª. que quebrou o sigilo dos dados sigilosos, porque eu não sei se a imunidade parlamentar teria o alcance de proteger aquele parlamentar que quebra o sigilo de dados sigilosos, ainda que essa Casa tenha muita complacência e tolerância com esse fato. O Senador

Demóstenes Torres, na semana passada, chegou aqui e disse que viu colegas seus fotografando documentos sigilosos e passando para a imprensa. Mas a pergunta é: V. Exª. quebrou o sigilo desses dados sigilosos? Essa é a questão que nós estamos discutindo. V. Exª. traz aqui a resposta de um jornalista da Veja. Esse jornalista, Reinaldo Azevedo, não fala pela Veja. Ele é um jornalista da Veja que trabalhou muitos anos para o blog Primeira Leitura, do Luiz Carlos Mendonça de Barros. Ele é um jornalista Tucano que agora trabalha na Veja, então nós não podemos dizer que ele é um jornalista que fala pela Veja. Então o que o senhor nos leu hoje é a opinião de um jornalista que trabalhou muitos anos com o Luiz Carlos Mendonça de Barros. Então eu não o tenho como a palavra da Veja. O senhor disse que é a palavra da Veja. Eu o tenho como a palavra daquele jornalista, Reinaldo Azevedo, que tem opiniões muito próximas a de V. Exª.

A terceira questão, Senador Alvaro Dias, o Presidente Fernando Henrique estava incomodado com o escopo desta CPI. Tem aqui o jornal Folha de São Paulo, de 12 de fevereiro, que diz o seguinte: "Acordo com o Governo faz ex-Presidente atuar para restringir investigações da CPI. Irritado com a ampliação do foco da CPI, FHC questionou os líderes do partido no Congresso sobre a atuação de Carlos Sampaio, porque pediu os documentos desde 1998". Então o Fernando Henrique foi contra esse alcance da CPI, V. Exª. foi contra e V. Exª. disse que era uma farsa essa CPI. Nós agora recebemos os documentos desde 98 e alguns líderes estão dizendo que hoje termina a CPI. Então nós devemos achar que havia receio contra essa CPI. A questão é o seguinte: o Presidente Lula disse ontem que a Ministra Dilma foi chantageada. Eu quero perguntar a V. Exª. duas questões. A primeira questão que eu queria perguntar a V. Exª.: o PSDB dispõe de um banco de dados copiado do período em que o Eduardo Jorge estava na Casa Civil ou na Secretaria da Presidência? O PSDB dispõe de um banco de dados? Isso é uma cópia do banco de dados da Presidência da República? Porque quando houve esse debate as notícias deram conta que o Eduardo Jorge foi ao banco de dados e disse que estava tudo normal. A pergunta que eu quero fazer: o então Ministro Eduardo Jorge dispõe de um banco de dados aonde poderia ter sido extraído tal dossiê?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO : Deputado Paulo, a pergunta para quem é?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É para o Senador Alvaro Dias. A segunda pergunta que eu queria fazer ao Senador Alvaro Dias: Senador Alvaro Dias, por um acaso [soa a campainha] algum auditor do TCU, que fez auditoria nesse banco de dados sigilosos da Presidência da República, poderia ter passado esses dados a V. Exª.? A pergunta é essa: por acaso algum auditor do TCU, que fez auditoria nos dados da Presidência da República, poderia ter passado a V. Exª. esses dados?

Qual é a nossa preocupação, Senador? A nossa preocupação é esclarecer os fatos que levaram à quebra do sigilo. E eu concluo dizendo a V. Exa. o seguinte: concordo com o princípio da máxima transparência. Nós queremos isso. Queremos continuar a CPI para evoluir para mecanismos mais transparentes ainda que eu acho que é o intuito de todos os parlamentares aqui presentes. Mas esse fato precisa ser esclarecido já que, quando surgiu o fato, foi atribuído à Ministra Dilma Rousseff, e esse fato, nós hoje, temos o dever de esclarecê-lo para continuar os nossos trabalhos nessa CPI. São as perguntas que eu queria fazer a V. Exª.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pois não, eu peço ao Presidente autorização para responder às perguntas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO: Olha, Senador Alvaro Dias, o art. 14 já foi invocado uma vez, mas nós entendemos que pela importância do tema nós devemos abrir mão até do Regimento e conceder a palavra a V. Exª. para prestar esses esclarecimentos. Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu confesso que tenho prazer em debater com o Deputado Paulo Teixeira que, sempre com muita elegância, defende as suas convicções. Primeiramente para dizer, não a ele, mas de modo geral, que não sou construtor de pontes entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional. Eu não sou transportador de dossiês, não tenho esse poder. Tenho para mim que se eu tivesse recebido esse dossiê, por ser um dossiê criminoso, teria a obrigação de divulgá-lo e não de escondê-lo. Portanto, não entendo qual a razão desta revolta pelo fato de suspeitarem ter sido eu o responsável pela divulgação. Eu creio que poderiam me acusar de esconder, não de divulgar. Este é um ponto.

A questão de sigilo. Não vou discutir a legislação sobre sigilo, eu vou discutir este caso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que esses dados não são sigilosos, que nunca foram sigilosos. Portanto, se eventualmente eu tivesse sido responsável pela divulgação de um desses dados, um só ou muitos deles, eu não teria cometido nenhum ilícito, porque não são dados sigilosos. Foram dados auditados pelo Tribunal de Contas da União e sempre tiveram à disposição de

quem quisesse deles tomar conhecimento. Não haveria crime em divulgar esses dados. Criminoso é divulgar o dossiê. O crime é o dossiê, não são as informações nele contidas. É preciso distinguir bem, nessa história surrealista, o quê é crime e o quê não é crime. O dossiê é crime, as informações não se constituem crime.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem muita razão quando ele contestou o envolvimento do Governo passado na CPI porque não há fato determinado, não havia fato determinado, não havia denúncia e regimentalmente o Governo passado não poderia ter sido envolvido nessa CPI.

[troca de presidência]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para concluir eu respondo à última indagação. Aliás, são duas indagações ainda, sobre a existência de um banco de dados do PSDB. Eu desconheço, não tenho informação sobre isso. Se há, eu não conheço.

Sobre dados do TCU. Não, não recebi informações do TCU sobre o Governo passado. As informações que solicito ao TCU são deste Governo. Porque o Governo passado passou, ele não está em questão. Já tivemos duas eleições depois que o Governo Fernando Henrique Cardoso se esgotou. Eu não vejo por que esse saudosismo, essa volta ao passado. Gosto quando o Governo Lula copia os bons projetos do Governo Fernando Henrique Cardoso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas não há necessidade de voltar ao passado para tentar bisbilhotar contas que foram aprovadas e consideradas absolutamente regulares.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu ia até abrir mão da minha fala para a gente começar a trabalhar. Mas, Senador Alvaro Dias, a vontade que me deu, quando V. Exª. terminou de falar, foi de aplaudi-lo de pé em nome dos jornalistas que estão aqui e em nome do povo brasileiro. V. Exª. só tem que dar a nós e continuar dando os exemplos que V. Exª. tem dado como homem público. Não sou do seu partido, mas tenho muita honra de ser seu colega, de ser seu colega na Câmara dos Deputados, o senhor aqui no Senado, e hoje de ser seu colega aqui. Ao contrário de alguns companheiros que sinceramente, Presidente, eu estou me sentindo um pouco aqui na Escola do Professor Raimundo, naquela Escolinha do Professor Raimundo, onde se houve muita besteira. E eu não sei se a gente vai continuar--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E você é qual personagem?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): -– agüentando tudo isso. Eu não teria problema nenhum em ser qualquer personagem, mas com certeza palhaço e bobo não seria.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): [ininteligível]

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu estou com a palavra, eu gostaria que o Deputado Carlos Willian respeitasse.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está mantida a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ele chamou a senhora de Chico Anísio, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está mantida a palavra. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, realmente não dá para a gente dialogar com uma figura tão pequena dentro deste parlamento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mais um minuto, eu quero que ele me respeite e respeite principalmente a senhora como Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Quem faltou com o respeito--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se ele--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se ele não se dar o respeito, eu me respeito e gostaria que ele me respeitasse.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, foi ele que faltou com o respeito.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu vou continuar falando [soa a campainha]. Acho, SRª Presidente, que nós temos que voltar ao que nós temos que fazer, voltar a trabalhar, voltar a tentar votar esses requerimentos que estão aí na sua pauta. A reunião nossa de ontem foi muita boa com V. Exª., nós pedimos e a senhora nos recebeu, a senhora teve uma reunião também com a base do Governo, eu acho muito justo isso aí, mas eu acho que nós temos que votar urgentemente. Essa CPI já não está dando em nada. Se nós continuarmos discutindo aqui se um dossiê é vazado ou não, eu quero dizer para a senhora o seguinte: eu, como Deputado, como parlamentar e como jornalista, qualquer documento que chegue às minhas mãos –

e espero sinceramente que chegue – eu darei para a imprensa, seja ele que tipo de documento que chegue aqui, eu darei para a imprensa e trarei para cá, para esta Comissão. É a nossa obrigação e estou de pleno acordo com o quê o [soa a campainha] Senador Alvaro Dias falou. Muito obrigado, SRª Presidente, e vamos continuar trabalhando. Muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, inicialmente eu queria agradecer a V. Exª. por nos ter recebido ontem cavalheirescamente na sua casa para que nós pudéssemos lhe dizer das nossas preocupações e do desejo que nós tínhamos de que se organizasse um calendário de procedimentos para que nós pudéssemos atingir ao objetivo que tem que presidir os trabalhos desta Comissão, que é investigar o uso do cartão corporativo. V. Exª. tem presidido essa Comissão com muita coerência e com muita autoridade e o meu partido se coloca de forma muito confortável sob a presidência de V. Exª. nesses trabalhos.

Agora eu queria deixar oficialmente a posição do meu partido nessa Comissão. No curso das investigações, até antes das investigações terem se iniciado, foi capa de Veja e foi notícia de algumas páginas da Folha de São Paulo a história de um dossiê que divulgou dados. Pouco importa aqui a discussão se são sigilosos ou não são sigilosos, não é o cerne da questão, envolvendo o vice-Presidente Fernando Henrique Cardoso e dona Ruth Cardoso. O objetivo fundamental da Comissão é investigar o uso bom ou mal do dinheiro público com pagamento em cartão corporativo. Nós temos fatos concretos. Uma Ministra de estado já foi demitida, outros estão sob a investigação. No meio disso tudo surge um dossiê. Eu acho que nós estamos aqui na discussão meio curiosa, no mínimo exótica, sobre um dossiê que em si é importante não por quem tenha vazado o seu conteúdo, mas pelo seu conteúdo. Quem foi que fez o dossiê e com que objetivo é importante. Quem vazou, eu acho que deveria ser o sub, sub, subitem em matéria de importância nessas investigações. Eu vou insistir mais uma vez: o quê a sociedade, aqueles que estão nos vendo pela TV Senado, pela Rádio, sei lá, estão preocupados é em saber se o seu dinheirinho, o dinheirinho do imposto que ele paga está indo para a tampa de mesa de bilhar e para comprar de *freeshop* ou está sendo bem usado. Quem vazou dossiê, isso e aquilo, ao povo brasileiro não é a questão fundamental. A questão fundamental é que a gente vote aqui os requerimentos de oitivas, depoimentos e, se for o caso, quebras de sigilo, que não significa condenação. Quebra de sigilo significa agilização, velocidade em conclusões para que a gente possa apontar, à justiça, quem são os culpados, onde é que houve atitude ilegítima, ilegal. É isso que interessa. Aí passamos aqui horas e horas com atitude diversionista: "ah, o Senador Alvaro Dias". Reinaldo Azevedo pode não ser o dono da Veja e nem ser a figura mais importante, mas será que ele iria comprometer o passado de uma vida inteira de jornalista sério [soa a campainha] prestando depoimento como prestou, dizendo que Alvaro Dias não foi o autor do vazamento do dossiê? Será que ele ia fazer isso? Pelo amor de Deus, ia com uma tacada jogar fora o conceito dele como jornalista? Será que a coisa mais importante que nós temos a investigar nesse momento é "Alvaro Dias foi quem entregou ou não foi quem entregou o dossiê?" Se o dossiê é importante – e o é -, é o quê ele contém e qual é o objetivo dele. Agora mais importante do que tudo é nós trazermos as pessoas aqui para que as pessoas prestem os depoimentos e possa, em função do que disserem, ensejar requerimentos de quebra de sigilo ou não, para que a quebra de sigilo, que não é condenação por antecipação, nos possibilite chegar a conclusões em nome do interesse da sociedade brasileira.

Então eu pediria a V. Exª., eu quero dizer que aquilo que V. Exª. anunciou eu endosso em gênero, número e grau em nome do meu partido. O quê interessa é votar os requerimentos e cada um aqui assumir a sua responsabilidade pelo voto sim ou pelo voto não. Ou topa investigar ou não topa investigar. Usem os argumentos que quiserem usar, mas eu gostaria que V. Exª. colocasse de verdade em apreciação os requerimentos para que a gente pudesse cumprir o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada ao Senador José Agripino. Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu já estava vendo a hora de invocar aqui os arts. 7º e 8º do Regimento Comum, que dá direito à palavra do vice-Líder. Presidente, eu queria registrar apenas a minha preocupação em relação ao que já foi votado. Não é realidade que também nós não estamos avançando em nada. Nós não conseguimos, ainda, abrir os dados sigilosos. No entanto, a legislação, no art. 89, da Lei 8.666, de 1993, que é a que trata de licitações, deixa claro que é crime penal, crime, pena de três a cinco anos de reclusão, além de multa – não é ou multa, é e multa -, dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade. O quê acontece? Está aqui, pena de detenção de três a cinco anos e multa. Na realidade o Governo Federal, até agora, não nos enviou os documentos que ficou de

enviar. Nós já aprovamos aqui diversos requerimentos, requerimentos que deixam claro, quer dizer, pelo que se solicita, que o Governo já deveria ter enviado para cá informações de 1998 até agora, portanto, pega essa era toda do Governo Lula que está se tentando blindar aqui nessa CPMI, e diversos cartões desses estão sendo utilizados para fragmentar licitações. Isso é crime. Isso é crime com pena de reclusão de três a cinco anos. Eu gostaria de pedir à presidência que cobrasse do Governo Federal celeridade. Podia aproveitar a presença do Deputado Luiz Sérgio, que foi Líder do PT na Câmara dos Deputados, para que se acelere essa vinda dessa documentação. Nós temos muito a fazer analisando essas fragmentações de licitação, pelo menos é o quê nos chega aos ouvidos. É importante ter acesso a essa documentação, analisar essas notas fiscais, porque a informação, Presidente, que nos chegou, é que o Governo Federal, nessa hora, está barafundando aqueles documentos todos para que nós tenhamos dificuldades de analisar com transparência os dados que não são sigilosos, que nós já aprovamos aqui na CPMI e que o Governo, até agora, não enviou. Inclusive tem aqui um requerimento de V. Exª. [soa a campainha], que é o Requerimento nº 204, que pede no prazo de cinco dias corridos que sejam transferidos para essa Comissão todos os documentos e informações, incluídas as bases e dados existentes que se encontram na administradora de cartões de crédito Ouro Card. Aqui tem tudo, aqui tem tudo. Hoje é quinta-feira. Isso foi aprovado já. Portanto, na terça-feira a Ouro Card já tem que ter enviado para cá. Eu gostaria de solicitar à mesa que cobrasse e, ao Relator Luiz Sérgio, que, por favor, cobre do Governo, que o Governo nos envie com celeridade para que a gente possa analisar esses dados e chegar às nossas conclusões, porque sem isso não há relatório.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada ao Deputado Indio. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Presidente desta Comissão. Eu queria dizer que eu já sou um experiente em CPI. Então já vejo realmente o clima que está instalado aqui. Agora a única coisa que eu aprendi em CPI é que algumas vezes, nesse confronto ideológico partidário, nós podemos levar um conceito ruim para o Congresso perante a sociedade. Isso interessa muito mais aos outros Poderes do que a nós aqui presentes. Eu não vou – e todo mundo sabe que eu sou da base de Governo, independente disso eu tenho um respeito muito grande pelo Presidente Lula, pelo trabalho feito pela Ministra Dilma Rousseff -, de maneira alguma, usar essa Comissão para tentar expor o direito que todos nós aqui temos de ter fonte, de brigar da tribuna sobre as suas questões ideológicas. Eu quero dizer o seguinte: da mesma maneira que eu defensoria, talvez com um pouco mais de força, o meu amigo Silvio, eu não vou deixar aqui, nem vou participar, de tentar expor um direito que o Senador Alvaro Dias tem de ter a sua fonte. Eu não estou falando para agradar a oposição e nem ser contra o meu grupo de apoio ao Governo. Eu estou defendendo essa Casa. Esse é um direito que nós temos constitucional e que nós temos que proteger. O Senador Alvaro, se ele falar ou não falar, isso é um problema dele e com o eleitorado dele. O quê eu não vou fazer é aqui expor um companheiro, eleito, para poder apertá-lo contra a parede para tentar falar algo que ele não quer falar ou que ele ache certo dentro da sua filosofia política. Eu não vou defender isso.

Por outro lado, eu também quero dizer o seguinte: quando eu paro para pensar um pouco, analisando os fatos, informações de companheiros, de oposição, de revistas, de jornais [soa a campainha], eu vejo o seguinte: existe um pretenso dossiê formado no Governo e aí esse dossiê contra o Fernando Henrique, o ex-Presidente Fernando Henrique, ele é distribuído ao Senador Alvaro Dias para que ele possa tornar público, mostrando os erros do Governo Fernando Henrique, para poder ferrar a Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, quer dizer, é totalmente ilógico, Presidente. É ilógico tanto a origem do dossiê, dentro do Governo, como também é ilógico achar que o Senador Alvaro Dias vai tornar público e comunicou em fevereiro ao Fernando Henrique: "olha, tem isso, assim e assim, vamos tornar público". Quer dizer, realmente aí eu perdi a lógica total, eu acho que eu não sei se eu estou num mundo de loucos ou se eu sou louco e lá é um mundo de normais. Algo está errado aí.

Então eu pediria que essa Comissão, de alguma maneira, se organizasse para saber o quê nós queremos. O quê nós queremos? Eu estou defendendo o Presidente Lula e a Ministra Dilma porque esse Governo está dando certo. Quem briga contra o Presidente Lula está brigando pelo voto de 12%, que é quem não gosta do Governo do Presidente Lula. O restante está muito bem com o Presidente Lula.

SRª Presidente, então dentro dos fatos que eu estou aqui observando, a CPI tem um período de aformação de personalidades de todos os membros, depois acalma ou então vira um inferno completo. Nós estamos no purgatório. Ou vai virar um inferno completo ou nós vamos nos organizar e vamos encerrar isso, vamos para casa. A verdade é essa, não está dando em nada, e os outros Poderes que façam a investigação. Eu tenho certeza absoluta que não havia

formação de dossiê. Poderia ter uma organização de formação, poderia ter. Da mesma maneira que se existe a cópia, Senador Alvaro Dias, lá do José Jorge, eu não sei de quem, também deveria estar analisando o quê é que poderia vir contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Senador José Agripino falou aqui em mesa de sinuca, compras de tapioca. Agora, senhores, o quê eu vi ontem na coluna do Noblat, eu tenho até vergonha de falar aqui, eu não posso nem falar o quê tinha lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é público?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho vergonha de falar. Não vou falar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador. Para concluir, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sou igual ao Carlos Willian que acaba falando. Eu não falo. Mas está público, está lá, eu não vou falar.

Então, Presidente, ou nós vamos aprovar ou nós vamos encerrar. Agora o quê eu não posso é ficar aqui pressionando companheiro, seja ele de que partido for, para tirar as nossas prerrogativas. É contra nós mesmos, eu não vou participar disso, não vou participar disso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada ao Senador Wellington. Deputado Augusto Carvalho com a palavra.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): SRª Presidente, senhoras e senhores parlamentares. É próprio das tiranias querer constranger o trabalho da imprensa e alguns aqui esquecem até que foi o Líder de um partido da base do Governo, o ilustre Deputado Miro Teixeira, que impetrou, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação no sentido de impedir o constrangimento que jornalistas e órgãos de imprensa do país estavam sentindo em razão de ações diversas, centenas, milhares, promovidas pela Igreja Universal. Logo depois foram as milícias da Força Sindical que ameaçavam constranger, especialmente a Folha de São Paulo e o Jornal O Globo, que divulgavam fatos desairosos àquela Central Sindical. Então, SRª Presidente, querer aqui, com manobras diversionistas, atirar para o colo do Senador Alvaro Dias a responsabilidade sobre aquilo que é o fundamental, e o Senador Agripino colocou muito bem, o quê se busca é a irregularidade que teria sido cometida no Governo atual, e eu estou muito a vontade para buscar inclusive no Governo de Fernando Henrique, ao qual fiz oposição nos tempos em que fui parlamentar. Estamos diante de uma situação absoluta surrealista, SRª Presidente. O Deputado Carlos Sampaio, se puder me ouvir, eu o ouvi sempre com atenção. A base governista, que tem maioria, impede a convocação da Ministra e quero dizer que pela primeira vez também, Deputado Nilson Mourão, V. Exª. que fez críticas à Presidente pela sua condução de receber na sua casa, e ela tem todo o direito na privacidade sua de receber quem ela quiser--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Para fazer estratégia não.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): -– quem ela quiser na sua casa ela recebe, não deve satisfação a V. Exª. Mas, eu também fiquei pasmo quando vi o Relator, que se despiu da condição de Relator e fez a defesa intransigente da recusa ou fez a defesa da não convocação da Ministra aqui na sessão anterior, pela primeira vez eu vi um Relator assumindo posição de vanguarda. A nossa reunião foi pública, nós solicitamos a reunião com a Senadora Marisa Serrano. Mas eu não vou entrar num bate-boca, viu Presidente. O quê é fundamental é que nós estamos diante de um problema: a base governista não quer deixar ninguém depor enquanto arapongas e generais não vierem dizer para a gente o quê é sigiloso. Os dados que até agora vazaram, todos eles foram sobejamente demonstrados, como gastos rotineiros, gastos extravagantes, mas nada que envolva questões de Estado. E, portanto, eu fico indignado. Como Presidente até gostaria de confirmar com V. Exª.: se o Presidente do Tribunal de Contas da União se recusou a repassar para a presidência e relatoria dessa CPMI os dados relativos às auditorias feitas pelo Tribunal de Contas que já foram negados pela maioria governista aqui nessa CPI, se nós não temos o direito a ouvir quem precisamos ouvir para apurar os fatos eventualmente ocorridos, se não podemos ter acesso às informações ditas sigilosas, que nada tem de sigiloso, se somos obrigados a ouvir as regras do sigilo proferidas por generais e arapongas, ao final disso será que os governistas terão a sensatez de impedir que essa CPI se desmoralize e, se desmoralizando a CPI, se desmoralizar também o parlamento brasileiro que não tem capacidade de dar resposta à opinião pública?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Então eu acho, Presidente, manietada como V. Exª. está e a minoria sufocada pelo rolo compressor das milícias governistas, não nos resta alternativa se não ouvido os generais e arapongas tomarmos a decisão de encerrarmos os trabalhos, ouvirmos o trabalho do Relator e aí votarmos a favor ou contrariamente até que os Senadores no Senado possam discutir a eventualidade

de uma Comissão específica do Senado onde possa ter sucesso na investigação que deveríamos ter aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. [falha no áudio] Deputado Carlos Sampaio pede o art. 14.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): SRª Presidente, senhores membros dessa Comissão. Citado que fui pelo Deputado Paulo Teixeira me sinto no dever de fazer algumas ponderações. Inicialmente dizer que propus a CPI no dia 28 de janeiro, retroativa sim à data em que os cartões foram criados e por um razão muito simples: não era minha intenção e não é a minha intenção saber quem desviou dinheiro no Governo Lula. Era e é minha intenção saber quem malversou e quem utilizou indevidamente os cartões corporativos ao longo da sua existência, seja este cidadão do meu partido, do partido do Presidente Lula ou de qualquer partido coligado à época ou coligado nesta gestão. Portanto, a mim, dinheiro público não se partilhariza. Se o dinheiro público foi desviado à época do Governo Fernando Henrique, deve ser apurado, deve ser ressarcido aos cofres públicos e a pessoa deve ser punida, assim como se foi desviado nesse Governo a mesma máxima prevalece. Portanto, propus sim retroativa, não me arrependo e fiz porque achei que era justo. Não estou aqui para apurar quem desviou – repito – dinheiro público do Governo Lula, mas quem desviou dinheiro público desde a existência do cartão corporativo. É a primeira ponderação que faço.

Segundo, na linha do que disseram muitos dos que me antecederam, e aqui numa defesa que faço à postura do Senador Alvaro Dias, chegaram a dizer ontem que cometeu ele fato criminoso, pois divulgou fato que sabe sigiloso. SRª Presidente, o Senador Alvaro Dias não divulgou fato que sabe sigiloso, ele delatou fato que sabe criminoso. Delatar fato criminoso é função de um parlamentar. Ele delatou que foi confeccionado um dossiê. Este é o fato criminoso. A Deputada Perpétua falou várias vezes aqui, vou me reportar exatamente aos termos: "o senhor atravessou, o senhor repassou, o senhor transportou produto criminoso". Eu imaginei que a Deputada Perpétua fosse dizer o seguinte: "quem elaborou esse produto criminoso?" Essa deveria ser a indagação.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu respeitei a palavra de V. Exa., eu peço a V. Exª. que respeite a minha palavra.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Está certo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V. Exª. disse: "o senhor atravessou produto criminoso". A indagação de V. Exª. deveria ser: "quem fez, quem elaborou, quem confeccionou esse produto criminoso?" E não "quem atravessou, quem divulgou?"

Portanto, está havendo uma inversão aqui dos fatos, SRª Presidente. A nossa função aqui é descobrir quem desviou dinheiro público através dos cartões. Para isso essa CPI foi instituída e nela deveremos trabalhar. Eu, se receber informações de fatos criminosos, delatarei todos eles [soa a campainha], como fez o Senador Alvaro Dias. E se fosse a Deputada Perpétua, indagaria, repito: "quem confeccionou o material criminoso?" E não "quem delatou a existência do crime?" Agiu muito bem o Senador Alvaro Dias.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Senadora, muito obrigada. O Deputado Carlos Sampaio reafirma aqui uma situação constrangedora eu acho que para todos vocês da oposição. Ele está dizendo aqui que o Senador Alvaro Dias assumiu que repassou as informações. V. Exª. acabou de dizer isso daqui. É mais um constrangimento aqui para a oposição. Já não basta o meu Líder Arthur Virgílio, a quem eu respeito muito, tenho muita consideração. Aliás, antes de chegar a essa Casa eu já ouvia a oratória dele, mas eu ouvi o constrangimento do Arthur Virgílio aí, nem conseguiu falar o tempo que ele costuma falar, porque de certa forma foi preterido pelo nobre colega Alvaro Dias quando, ao divulgar as informações, não divulgou para o Líder, divulgou para o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E V. Exª. agora afirma aqui que o Senador Alvaro Dias realmente repassou as informações. Então o quê eu disse e vou reafirmar é que o Senador Alvaro Dias é suspeito hoje, têm comentários nos quatro cantos do Congresso, de que ele é suspeito de ser o atravessador de um produto criminoso, fruto de informações criminosas. Ele tem que dizer aqui. Nós não estamos querendo que ele diga aqui se passou para a Veja ou sei mais o quê. Até ele precisou da Revista Veja para fazer a defesa dele, até leu aqui a defesa dele que Revista Veja fez. Eu não sei como um Senador precisa de uma revista para poder fazer a sua defesa, porque eu não sei se é porque não consegue fazer sozinho. Mas isso é um fato. O Senador é suspeito hoje de ser o atravessador de um produto fruto de um crime. Vazamento de servidor público de informações sigilosas é crime [soa a campainha]. E mais, o Senador só veio a público depois que o Jornal O Globo o expôs publicamente. Passou duas semanas nessa CPI e não teve coragem de assumir que tinha repassado informações. V. Exª. está assumindo agora e ele também. Só foi para a tribuna do Senado ontem depois que saiu a matéria do Globo. Precisa ser ques-

tionado nessa CPI. Tinha as informações, vazou as informações, fruto de um produto criminoso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputada.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): É um fato, só falou agora depois que foi exposto pelo Jornal O Globo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. O último inscrito, como Líder, o Senador Arthur Virgílio, e encerramos essa discussão e passamos à Ordem do Dia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidenta, o fato é que essa CPI foi motivada por denúncias contra o Governo atual e aí se instalou a CPI e com o escopo de investigar a totalidade dos gastos de suprimento a contas "tipo b" e a cartões corporativos.

Agora a meu ver, a possível incidência de olhos da opinião pública sobre contas do Presidente Lula e do gabinete presidencial é o quê motivaram o quê para mim é um dossiê e eu vou morrer com essa convicção. E não vamos aqui estranhar porque essa prática não é nova neste Governo. Vimos o Dossiê Vedoin, o Presidente o chama de aloprados, poupamos aqui o ilustre parlamentar, nós poupamos com uma condescendência que tentaram negar a quem não tem culpa no cartório, que é o Senador Alvaro Dias. Vimos aquela coisa [soa a campainha] deprimente de Hamilton que trabalhava aqui dentro, Hamilton não sei das quantas, vimos a [ininteligível] Lorenzetti que já esteve por aqui sorridente, aquela figura de sorriso muito fácil, enfim.

Agora a minha pergunta é muito simples: eu não estou muito preocupado em falar, eu quero ver as votações acontecerem, inclusive com as definições: não, não, não ou sim, sim, sim ou até alguém racional: sim, não, sim, não. Vai depender do mérito, enfim.

O Senador Alvaro Dias foi e se abriu. Eu não vejo como que a Ministra não faça a mesma coisa. No dia 19 de fevereiro de 2008 ela já dizia, de jeito arrogante, dizia a empresários, isso foi registrado, que ela estava fazendo essa coleta de dados. O Ministro Franklin tem um e-mail muito famoso, que foi divulgado pelo Jornal o Estado de São Paulo convocando pessoas para essa força tarefa. Nós temos uma matéria muito elucidativa, que ontem eu pedi que fosse inserida nos anais do Senado, do Jornal o Estado de São Paulo. Eu gostaria, SRª Presidenta, de deixar muito bem claro que, e tem toda razão o Deputado Carlos Sampaio, tem pouca importância, a coisa de menor importância mesmo é saber como vazou ou como não vazou.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Senador, V. Exª. me concede um aparte, Senador?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não há aparte, Deputado Nilson.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu teria muito prazer em falar como Líder.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não há aparte, Deputado Nilson.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se não é possível eu não lhe concedo, se não eu lhe conseguiria com o maior prazer, Deputado Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Obrigado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): De nada. Muito bem. O dossiê foi montado no Palácio, saiu de lá. Se foi fogo amigo, o quê foi ou o quê não foi, isso não elide a primeira constatação: foi montado no palácio, saiu de lá e depois foi bater na imprensa. Vamos falar de maneira bem franca. O meu querido Deputado Teixeira, Deputado competente, fala da suposta fiscalização partidária de um jornalista. Olha, eu conheço muitos jornalistas – e respeito a todos eles – que têm uma clara inclinação pelo PT e nem por isso deixo de considerar, de respeitar e dar entrevista para eles. Eu quero saber é a qualidade do que dizem, isso é o que me importa para valer.

O objetivo, SRª Presidenta, é nós dizemos a que veio esta CPI. Ainda a pouco eu elogiava a postura do Relator, se porta com frieza, até quando tem aquelas provocações que tem de parte a parte, isso é comum numa CPI. Mas estamos chegando na hora da verdade: ou se aprova aquilo que marque uma CPI de fato investigativa, com eventuais quebras de sigilo a partir das oitivas das pessoas consideradas como fundamentais por quem está proporcionando a investigação, ou se terá um não, não, não e não e aí vocês têm absoluta razão: se essa é a decisão da maioria, temos que nos curvar à decisão da maioria, aí V. Exª. estabelece um prazo razoável para o Relator fazer o seu relatório. Esse relatório poderá ser contraditado ou não por nós, a depender do que aconteça no relatório. Poderemos fazer isso. Mas o fato é que nós não temos a menor condição de permanecer aqui pura e simplesmente fazendo disso daqui um grande simpósio, um clima de confraternização, estamos aqui cercados de Deputados e Senadores com biografias que eu julgo absolutamente fantásticas de parte a parte, algumas pessoas que eu não conhecia tanto e que agora despertam a minha admiração intelectual mais profunda, enfim. Mas o fato é que nós temos muito interesse em ver a definição prática. Eu sei que o primeiro item da pauta é a convocação da SRª Maria de La Soledad Castrillo, que é o braço esquerdo, já que a Dra. Ereni-

ce Guerra é o braço direito da Ministra Dilma. Ela tem ao meu ver o quê dizer aqui. O Senador Alvaro Dias fala de novo, fala mil vezes--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): -– Concluirei, dizendo que já é uma boa definição saber se se aprova ou não se aprova essa convocação, se se aprova ou não se aprova as demais convocações. No mais, nós vamos ficar nesse jogo no qual eu não vou entrar, não vou entrar, não é o jogo que quero fazer, o de discute para lá, questão de ordem acolá. Tenho interesse em ver a CPI se definir: ou ela se define pela investigação ou se define por varrer a questão para debaixo do tapete. Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor, SRª Presidente, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, Deputado?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, a senhora é uma pessoa profundamente educada, elegante, regimentalista. Eu queria lhe fazer um apelo, porque eu acho que está criado um impasse nessa CPI agora. Queria lhe fazer um apelo. O apelo é que V. Exª. não colocasse e não começasse a Ordem do Dia. Nós não vamos votar nenhum requerimento nesta CPI enquanto o Senador Alvaro Dias não der as explicações devidas ao povo do Brasil. E por coincidência, SRª Presidente, o primeiro requerimento, se não me falha a memória, o primeiro requerimento é exatamente de autoria do Senador Alvaro Dias. Ora, se o primeiro requerimento da pauta é de autoria do Senador Alvaro Dias e o Senador Alvaro Dias saiu da condição de investigador para suspeito, esse é um requerimento natimorto. Queria comunicar à senhora com toda educação e respeito: se a senhora colocar em votação eu vou recorrer ao Plenário da sua decisão. O Plenário é soberano. Eu gostaria que a senhora reavaliasse para a gente não criar esse impasse.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Se a oposição quiser, a oposição tome a decisão que quiser, mas eu lembro que na época da ditadura tinha uma figura chamada cabo Anselmo. Com todo respeito ao Senador Alvaro Dias, eu poderia lhe chamá-lo e não vou chamá-lo de cabo Anselmo na CPI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou concluir. Eu queria que V. Exª. tirasse da fala do Senador Líder do PSDB Arthur Virgílio, tirasse da fala que ele acusou, ele disse textualmente "o dossiê saiu do Palácio". Isso é leviano, é irresponsável e não cabe num Senador da República. Está na fala dele. Ele não pode apontar isso. Ele está sendo irresponsável. Portanto, eu faço um apelo: V. Exª. não coloque em votação que eu vou recorrer da decisão de V. Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Eu quero informar que a Ordem do Dia--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que a Ordem do Dia vai começar e nós temos--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): -– dois requerimentos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, pela liderança é regimental, pela liderança do bloco PMDB.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. tem a palavra, Deputado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um minutinho, Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu queria um esclarecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, nós estamos aqui ouvindo atentamente o desenrolar dessa manhã. Está claro e patenteado o objetivo da oposição que é tentar tripudiar o Governo, tripudiar o Governo, o quê nós não vamos aceitar. O Senador Arthur Virgílio, eu acho que com todo o respeito e a admiração que eu tenho por ele, lhe faltou palavras para dizer de onde veio o dossiê. Ele afirmou que veio do Palácio, mas ninguém pode fazer uma afirmação dessa. Eu acho, SRª Presidente, que o Senador Arthur Virgílio deve estar um pouco constrangido porque eu, na Câmara dos Deputados, toda dúvida que eu tenho sobre documentos e sobre votação eu procuro o meu Líder Henrique Alves e me oriento com ele [soa a campainha]. O Senador Alvaro Dias não se orientou com o Líder dele, um Líder que merece todo respeito, um Líder atencioso, competente, educado. Se eu tivesse um dossiê desse, SRª Presidente, eu não ia procurar o ex-Presidente da República para falar não, eu ia procurar o meu Líder e dizer: "meu Líder, eu tenho aqui um dossiê na minha mão. O quê nós vamos fazer?"

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Portanto, SRª Presidente, concluindo eu queria dizer o seguinte: que foi dito várias vezes aqui sobre a imprensa, que eu levo para a imprensa, que eu encaminho para a imprensa, que a imprensa é o braço direito da democracia. Nós concordamos plenamente com isso. Nós fazemos parte, a imprensa faz parte da democracia deste país. Então a oposição tem que parar de falar da imprensa, porque nós respeitamos o trabalho da imprensa assim como eles e nós fazemos parte da notícia também assim como eles. Mas o quê eles estão fazendo é tentando ficar bem na página do jornal de amanhã.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um esclarecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Concluindo, SRª Presidente, eu tenho tempo ainda, falta um minuto e cinqüenta e quatro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não falta não, o vice-Presidente aqui acho que deve ter errado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Então, concluindo, eu faço um apelo a V. Exª.: se instalou um caos aqui nessa CPI, como bem disse o Deputado Silvio Costa. Nós não temos condições de votar nada nessa CPI. Portanto, SRª Presidente, eu faço um apelo a V. Exª. que bem tem conduzido: suspenda a pauta dessa CPI porque o nosso bloco não vai votar.

DEPUTADO SILVIO COSTA: Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN: Eu só quero um esclarecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Presidente está falando [soa a campainha]. Primeiro, eu quero informar ao Deputado Silvio que o Senador Alvaro Dias não é suspeito nessa CPI e ele tem todo o direito de que seus requerimentos sejam votados. Aliás, não é só requerimento dele, há outros autores do mesmo requerimento. Portanto, o requerimento pode ser votado aqui. Eu quero dizer--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E quero dizer ao Deputado Carlos Willian que, se não vamos votar mais nada, não tem porque continuar uma CPI. Agora eu quero dizer o seguinte: eu estou amparada na pauta da reunião pelo art. 89, inciso I, do Regimento, que dá ao Presidente a condição de organizar a pauta da reunião.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, eu tenho a tranqüilidade de poder ordenar e dirigir os trabalhos dessa CPMI.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu fui citado, art. 14, eu fui citado por V. Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, o Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Tudo bem, mas depois, eu fui citado por V. Exª., art. 14, por favor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, eu queria a atenção dos meus pares para fazer a seguinte reflexão aqui: o item 1 e o item 2 da pauta é uma proposta do Senador Alvaro Dias de convocar a SRª Maria de La Soledad Bajo Castrillo, que é chefe de gabinete da Secretaria Executiva da Presidência, e o 2 a SRª Erenice Alves Guerra, que é Secretária Executiva da Presidência, certamente para discutir esse tema dossiê. Aliás, viu Senador Arthur Virgílio, eu também tenho o maior--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não é só esse, não é só esse.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só um minutinho. Eu estou dizendo que os itens 1 e 2 são esses dois, salvo engano. Há um questionamento que o item 1 e 2 sejam esses ou não? Não há.

Senador Arthur Virgílio, só para dizer que eu também tenho o maior respeito pela opção política dos jornalistas, não fosse o fato que esse jornalista usa essa coluna para enxovalhar a honra das pessoas. Eu conheço milhares de pessoas que ele enxovalhou a honra, por isso eu trouxe esse tema aqui. Eu acho que ele usa o jornalismo para fazer isso, sendo que eu não gosto nem que faça a nosso favor e nem contra a nós, mas quero dizer isso. Eu tenho o maior respeito pela posição política do jornalista, cada jornalista pode ter a sua posição política, agora este jornalista está especializado nesse tema e acho que por isso que falei.

Então o quê eu queria refletir com a Senadora Marisa Serrano pela questão de ordem? Senadora, a nossa sugestão é que nós possamos ter as oitivas na semana que vem, que já estão programadas, os Ministros, os ex-Ministros, os Ministros atuais da área de inteligência, Polícia Federal, Ministro Gregolin, Ministro Orlando, ex-Ministra Matilde Ribeiro, e que nós possamos iniciar a investigação dos documentos que nós

estamos recebendo dos dez anos. O tema do sigilo, nós tínhamos combinado que esse tema seria posterior a esse debate, para sabermos os exatos limites, o quê é sigilo e o quê não é, até porque nós temos que fazer uma legislação nova, não me agrada essa legislação existente. Os países modernos têm legislações muito mais modernas. Precisamos atualizar a nossa legislação. Por isso que eu acho que insistir nesse tema agora do dossiê, como é o fato aqui, eu acho que nós estaríamos levando a CPI para um caminho não desejável. Por isso eu sugiro a V. Exª. para que a gente possa fazer as oitivas na semana que vem e possamos na semana seguinte discutir novos requerimentos e esperar para continuar o nosso trabalho na CPI para aperfeiçoar os mecanismos, garantir mais transparência, que mudasse a legislação que precisa ser mudada, modernizar o país institucionalmente e dar conta. Nenhum de nós está satisfeito em sair daqui sem dar conta do seu trabalho. Todos nós queremos dar conta do nosso trabalho. Portanto, eu acho que a votação hoje não deveria existir. Nós não deveríamos, Senador Arthur Virgílio, já que V. Exª. é Líder, Senador Agripino e V. Exª., que é Líder, nós não deveríamos concordar hoje em votar esse tema, tendo em vista que esse tema foi combinado entre nós. Nós combinamos aqui na discussão do roteiro que seria só votado posteriormente a presença aqui do General Cardoso, que serviu ao então Presidente Fernando Henrique, ao General Felix e ao Chefe da Polícia Federal, Delegado Paulo Lacerda. Isso foi combinado. Então nós estamos achando, entendendo, que nós devíamos aguardar esse tema e solicitamos a compreensão de V. Exªs. para que nós possamos dar conta do trabalho dessa CPI. Essa é a proposta e a questão de ordem que eu trago a V. Exª., Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu quero informar a V. Exª. que o quê o Plenário decidiu – e eu acatei – foi que os requerimentos de informação que quebram sigilo é que seriam votados depois de ouvir as personalidades na semana que vem. Essas personalidades de hoje, todas que estão colocadas aqui, são requerimentos para ouvir testemunhas. Então não é requerimento de informação, nem de quebra de sigilo, isso não está sendo discutido aqui, embora a prerrogativa da organização da pauta não é do Senador Arthur Virgílio, é desta presidência.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio com a palavra.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, SRª Presidente, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio com a palavra.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu gostaria de falar sabe por quê? SRª Presidente, veja, eu fui citado por V. Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, eu dei uma resposta [soa a campainha] a V. Exª., dei uma resposta a V. Exª. que me inquiriu.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A senhora citou--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor me inquiriu.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A senhora citou o meu nome e formou uma opinião.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor me inquiriu e eu respondi a V. Exª., Senador Arthur Virgílio com a palavra.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Tudo bem, mas depois eu queria--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidenta. Eu vejo, SRª Presidenta, algo muito prático. Através da palavra qualificada e cumprindo o seu papel de homem do Governo e de maneira qualificada do Deputado Paulo Teixeira, eu vejo que se viabilizam as votações, propostas legitimamente, com amparo regimental, por V. Exª.. E, portanto, V. Exª. pode perfeitamente anuir a meu ver. Hoje as votações me parecem mesmo impossíveis de serem realizadas. E aí nós teríamos um segundo passo, que seria completar as oitivas programadas para a próxima semana. E teríamos, a meu ver, sinceramente, a bem da verdade, a bem da sinceridade, um terceiro passo, que era V. Exª. incumbir o Relator, Deputado Luiz Sérgio – e pelo que se verificou nessa CPI não tem muito o quê se elocubrar para se chegar a um relatório, levando em conta o quê não se apurou, levando em conta o quê não se fez muito mais do que o quê se fez -, um prazo para que S. Exª. apresente o relatório e com isso se esgota a forma de ver a CPMI do Governo. E, com isso, nós ficamos inteiramente liberados para tomarmos as atitudes que caibam a nós, que não nos sentimos satisfeitos com o encaminhamento dos fatos. Mas, sinceramente, nós temos duas opções: começarmos uma... um grita "isso pode", "não pode", enfim, eu vejo que é uma coisa que não vai levar a lugar qualquer, ou V. Exª. nesse momento se curvar à maioria que estabelece aqui, a maioria diz isso: "olha, não tem clima para votação, não tem clima", mas concorda, a maioria, com as oitivas. E aí tem uma prerrogativa que é de V. Exª. e eu acho

que de mais ninguém: que é passar um determinado prazo para o Relator oferecer o seu relatório. E nós, a partir de hoje, estamos muitos livres para tomarmos as atitudes que teremos que tomar e que serão atitudes que serão de insistência na apuração absolutamente insistentes dos fatos que motivaram a criação da CPI, e sem os subterfúgios e sem as estradas transversais que sinceramente não nos levarão a muita coisa. Mas eu vejo que se formou uma maioria no sentido de não se votar nada hoje, o quê não nos tolhe no direito e na liberdade de irmos até ao final da apuração. Por esses meios não dá, por outros meios, mas chegaremos lá, ninguém se iluda quanto a isso.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Líder José Agripino e depois o Senador Pedro Simon faz votos de estar aqui pedindo a palavra. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, eu queria concordar inteiramente com o posicionamento de V. Exª., que não poderia deixar de ser esse. Veja o quê é que está constando da pauta? Requerimentos de depoimentos e oitivas. Para instruir o quê? O Relator. Os fatos são óbvios. Eu quero fazer uma proposta até aos membros da Comissão: que nós possamos votar, cada qual assuma o seu voto sim ou não, sem discussões maiores, mas dar a oportunidade ao Relator de ouvir os depoimentos daqueles que estão programados – e nenhum companheiro nosso vai retirar requerimento nenhum. O Deputado Vic Pires, que é o autor dos itens 1 e 2 da pauta, não retira, ele deseja. Agora que a Comissão a aprecie e decida pelo voto sim ou não para dar ao Relator a condição de elaborar um relatório consistente à base do que aqui foi dito. As quebras de sigilo podem ser votadas num segundo momento, que é a solução que eu faço, em função do quê aqui seja dito. Então, se não quiserem votar, que assumam a responsabilidade de que não quiseram votar, não quiseram dar ao Relator a condição de fazer um relatório consistente. Agora nós não, nós insistimos nos requerimentos que apresentamos e vamos ficar aqui para votar os requerimentos, e na semana que entra para participar dos depoimentos e das oitivas. Nós queremos concordar inteiramente com o pensamento de V. Exª., que conta conosco em gênero, número e grau.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Senador Pedro Simon, agradecemos sua participação nessa Comissão como Senador dessa Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): SRª Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Eu peço licença para falar nessa Comissão. Meu partido tem me excluído das Comissões Parlamentares de Inquérito, deve ter as suas razões, mas eu peço licença para falar como o mais velho, vinte e cinco anos no Senado, e dizem que o diabo sabe mais por ser velho do que por ser diabo. Então eu acompanhei, ao longo da história, as Comissões Parlamentares de Inquérito. Eu sei das suas lutas, das suas dificuldades e também da sua importância. O Brasil é o país da impunidade. A justiça, lamentavelmente, não toma decisão nem para absolver as pessoas denunciadas por crime político, nem para condenar. Então, na verdade, é esse mal. A opinião pública, a antipatia que tem pela classe política, é porque nivela por baixo. Há uma denúncia, ela é cruel, ela é injustiça, o cidadão se defende, mas não acontece nada. Então nivela o fulano que se sabe que é ladrão, que é vigarista, que roubou, que não acontece nada, com outro que é um homem sério e um homem digno. Nesses últimos anos, desde a época da ditadura e agora, só tem um setor que denuncia à opinião pública os fatos que estão acontecendo: são as Comissões Parlamentares de Inquérito. São denunciadas porque elas resultas em pizza, não condenam, o quê é uma interpretação equivocada e ridícula da imprensa que faz de má-fé e da opinião pública. A CPI realmente não condena, não manda ninguém para a cadeia. A CPI não faz nada disso porque ela não tem poderes para fazer isso. Mas vamos ver a CPI ao longo desses trinta anos, as denúncias que foram feitas, quantos parlamentares foram cassados, Senadores, Deputados. Quantos Governadores e Ministros foram denunciados? Durante o Governo passado tudo ia para o arquivo e não saía do arquivo. Nesse Governo, justiça seja feita, a atual Procuradoria está tomando uma posição diferente e agora está denunciando. Então a CPI tem um passado de dignidade. A divergência entre oposição e situação sempre houve, mas sempre se conseguiu chegar a um entendimento de respeito e diálogo. Claro que [soa a campainha] os Deputados do Governo querem defender o Governo, os Senadores da oposição querem combater, mas tem que chegar ao mínimo de entendimento da razoabilidade [soa a campainha] e da seriedade.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há um orador falando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ou nós temos condições de saber que nós aqui somos juízes e o nosso voto é de Juiz, é um Tribunal que está aqui reunido, claro que não tem partido político, mas tem um determinado momento que eu tenho que buscar a verdade, ou então não tem porque CPI, porque se é para transformar a CPI numa Comissão normal de metade defende e metade acusa, não há o quê fazer. O

quê está faltando aqui, me perdoe a sinceridade e sempre encontramos no passado, nas horas mais radicais, encontramos com os líderes da ditadura, é que haja o bom senso, o equilíbrio, onde cada uma das partes têm que ceder um pouco, quer dizer, a oposição não tem que querer e conseguir tirar a alma do Governo e o Governo não tem que querer e conseguir não fazer nada. Vamos chegar a um entendimento que dê credibilidade e seriedade à Comissão. Nós estamos tendo duas Comissões que estão deixando o Congresso numa posição horrível: é esta e a Comissão das ONGs. As duas não fazem nada. Nas ONGs eu até vou propor, na reunião da ONG, um acordo, que a oposição indique cinco e que o Governo indique cinco entidades para fazerem a investigação de um lado e do outro lado para se fazer isso. Agora não fazer nada, não investigar nada, não fazer nada, é realmente muito ruim. E é o quê eu estou vendo aqui. Nós estamos aqui discutindo, ao longo do tempo, há várias interpretações da opinião pública, desde aquela em que se diz: "não, eles estão fazendo jogo de cena. Na verdade não querem fazer nada, o acordo já foi feito: não apura nada do Governo Fernando Henrique, não apura nada do Governo Lula e está tudo pronto; o resto é jogo de cena". É a interpretação que a opinião pública está tomando.

Então eu vejo, com toda sinceridade, que está faltando à gente é aquele entendimento, aquele equilíbrio que sempre teve. Quando dá uma briga como agora, quando dá uma crise como essa, quando dá uma implosão como essa, a oposição se reúne, o Governo se reúne, a direção, o Relator, a presidência se reúne e vamos dizer: "bom, o quê vamos fazer? Vão chegar a esse entendimento, é isso que nós vamos apurar". E eu acho que nós temos que chegar a isso, com toda sinceridade, eu acho que nós temos que chegar a isso. Investigar o Alvaro Dias, investigar a Ministra Chefe da Casa Civil, para onde que nós vamos? Mas temos que ter um resultado. Quer dizer, os cartões corporativos eram, não eram, o quê é que houve de equívoco, o quê é que não houve de equívoco, para o futuro deve continuar, não deve continuar, como deve ser? As "contas b" como que deve ser? Eu acho que nós temos que ter capacidade para fazer isso. Se nós não temos capacidade para fazer, se nós não temos clima e a cabeça para ter a isenção, eu sou do meu partido, eu defendo o meu partido, mas vou ver isso. Se não tenho, eu concordo com a senhora, termina a CPI. Não há clima para desenvolver essa CPI. É muito melhor chegar à sinceridade e dizer: "olha, não há clima para levar adiante, os Deputados e os Senadores não tem a isenção necessária, não conseguem ter a isenção necessária para levar a CPI adiante". Então, termina. Agora fazer o papel de bobo, me perdoe a sinceridade, fazer o papel, as reuniões que a televisão está mostrando, as brigas, as radicalizações onde a gente sabe o quê se quer, isso não fica bem. Sinceramente eu digo que não fica bem. Obrigado, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Pedro Simon.

Eu passo à votação nominal com duas perguntas que eu quero que os Senadores e Deputados ouçam bem. Como o Plenário é soberano, eu pergunto ao Plenário: votamos a pauta estabelecida para hoje? Sim ou não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então é essa a questão, ponho em votação a questão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Votamos a pauta ou não votamos?

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES (DEM-BA): Pela ordem, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para encaminhar.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES (DEM-BA): Alguns Líderes estão lá fora, eu queria pedir a V. Exª. cinco ou dez minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, pela ordem.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES (DEM-BA): Cinco ou dez minutos. O Líder José Agripino está aqui, mas o Líder Arthur Virgílio está lá, está com o Deputado Paulo Teixeira, está com o Deputado Silvio Costa tentando chegar a um acordo. Eu acho que a gente poderia evoluir um pouco mais, há Deputados e Senadores que aqui ainda não falaram, eu até, por exemplo, posso pedir a palavra agora como Líder do bloco para falar um pouco enquanto a gente tenta chegar a um consenso lá, porque eu concordo muito com o quê o Senador Pedro Simon falou aqui. É importante, evidentemente,--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. já está falando como vice-Líder.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES (DEM-BA): Pronto, a senhora me concede a palavra como Líder então? Pois bem. Eu quero para o bem da CPI, para que a gente possa chegar num acordo, para ajudar no trabalho de V. Exª., V. Exª. está conduzindo muito bem os trabalhos até esse momento, tem tido muito paciência, eu tenho certeza que tem sido muito

cobrada pela base do Governo e também pela oposição, eu quero sair em defesa de V. Exª., porque aqui eu descordo do nobre colega Deputado Nilson Mourão que disse aqui no início da reunião que a senhora não deveria se reunir com a oposição, mas eu não concordo, eu acho que a senhora, evidentemente, é difícil de se despir do papel do seu partido, de defender o seu partido, o PSDB, fará sempre isso, mas eu acho que a senhora tem todas as condições de exercer o papel de Juíza, que a senhora exerce aí. A senhora disse que se reuniu com o TCU, se reuniu com a oposição, se reuniu com o Governo, isso é importante. Agora eu acho que a gente deve... O clima político está instalado, a luta política é natural, em todas as CPIs acontecerá isso, está acontecendo aqui mais uma vez, mas é importante a gente focar no nosso objetivo. Havia e há um plano de trabalho traçado pelo Relator, discutido aqui nas nossas primeiras reuniões, em que a gente iria deixar de lado, momentaneamente, a questão dos sigilos das contas, para que a gente discutisse num momento oportuno, trazendo aqui à Comissão o Paulo Lacerda, o ex-Ministro da Defesa do Governo passado e o atual para que a gente pudesse debater essa questão do sigilo, saber se realmente é importante e é necessário e é bom para o país que a gente abra as contas sigilosas do Governo, que são contas não do Governo atual, mas é do Estado brasileiro. A partir do momento que a gente fizer essa discussão, que todos aqui da oposição e da base ouvirem os depoimentos e chegarmos a uma definição, aí sim a gente adiante as discussões para saber se vamos abrir ou não essa questão. Enquanto isso o Governo já está mandando as contas de 1998 até hoje, até 2008. Então o Relator já tem as condições de, recebendo essas contas, e nós aqui, Deputados e Senadores, recebendo essas contas e esses números, fazer o trabalho, já que nós estamos dispostos aqui. Não podemos é ficar parados, apenas no embate político, apenas travando uma luta política, porque o Brasil inteiro está nos assistindo, a imprensa tem acompanhado e nós estamos aqui para definir o quê houve de errado com as "contas b", o quê houve de errado com os cartões corporativos e se esses instrumentos, que na minha opinião são bons para o país, devem continuar e nós possamos aperfeiçoá-lo. Eu vejo aqui os Líderes já de volta à Comissão, espero que nós tenhamos chegado a um consenso lá fora para que a gente possa seguir na pauta da Comissão.

Eu acho, pessoalmente, que a gente deveria seguir a pauta, V. Exª. tem a prerrogativa de fazer a pauta, o fez, já tendo conversado ontem com o Governo e como a oposição, como já foi colocado aqui. Quem tiver maioria que coloque os seus argumentos e vence ou é derrotado. Se tivermos de convocar alguém, esse alguém virá aqui, porque é prerrogativa da CPI convocá-lo, e aí nós vamos ouvir e o trabalho vai seguir. O quê não pode, eu volto a dizer, é que nós fiquemos nesse embate político. Portanto, SRª Presidente, eu espero ter contribuído para os trabalhos, devolvo a palavra a V. Exª., espero que tenha se chegado a um acordo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, pela ordem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Pela ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Vic, depois Deputado Manato.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, SRª Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu gostaria de fazer um questionamento a V. Exª. Eu não entendi direito. A senhora fez uma convocação com uma pauta completa e agora a senhora está colocando em votação se nós vamos votar essa sua pauta que a senhora nos convocou?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, o Plenário é soberano. Se o Plenário todo disser que não vai votar, eu não vou chamar um por um, ouvir um por um dos requerimentos porque eles não vão votar. Já informaram isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas V. Exª. faz uma pauta, uma convocação--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E eu posso fazer, é uma prerrogativa minha, item por item para dizer não ou posso simplesmente fazer o quê eu vou fazer aqui. Ou votamos a pauta--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Me permita, SRª Presidente, com todo respeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E as pessoas que quiserem ouvir essas personalidades depois da semana que vem, ou vota ou nós não temos mais oitivas a partir de quinta-feira da semana que vem e aí realmente--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu gostaria de continuar a minha interrogação, a minha questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí eu falo como o vice José Agripino, aí tem que se jogar a toalha mesmo por todas as boas vontades--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, a senhora está indo um pouco na contra-

mão do que V. Exª. falou de ontem para cá. Eu acho que nós temos que votar item por item. Nós não temos porque ouvir o Plenário, porque nós sabemos que aqui o Governo nada de braçada. Nós temos que mostrar a cara aqui. Votar item por item para que cada um aqui assuma as suas responsabilidades e vote não, não pelo requerimento número tal, não pelo requerimento número tal. A senhora, ao colocar em votação se nós devemos adiar ou não, há um grande disfarce nisso aí da base do Governo e parece um grande acordo, um acordo que eu nunca vi sem tamanho e que com certeza a senhora não vai participar. Eu acho que nós temos que votar--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode estar certo disso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não teria dúvida nenhuma, senão não estaria falando aqui publicamente. Eu não tenho dúvida porque tenho muito respeito por V. Exª., mas ao colocar isso em votação, e o quê eu nunca vi na minha vida uma votação de uma convocação que a senhora fez, uma pauta completa, a senhora coloca agora em votação se nós vamos fazer a pauta ou não? Nós queremos fazer a pauta, nós queremos ser derrotados pelo Governo, item por item. Item um, vamos perder, nós vamos votar sim. Item 2, item 3, item 4, para mostrar que quem está inviabilizando esta CPI é o Governo, porque eu pergunto ao Deputado Luiz Sérgio, ele tem hoje condições, Deputado Luiz Sérgio, de fazer qualquer relatório, nem que seja um relatório de meia tigela, com o quê o senhor tem, com o quê V. Exª. recebeu aqui? Não, não tem. Porque o Governo blindou, não veio um pedaço de papel para cá, não veio absolutamente nada. Eu estou com a palavra. Enquanto a Presidente não me tirar a palavra eu estou com a palavra. O Deputado Luiz Sérgio não tem. Se a senhora hoje chegar com o Deputado Luiz Sérgio e falar "faça um relatório", ele vai ficar com cara de bobo lhe olhando, porque ele não tem um pedaço de papel para fazer relatório, não tem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Nós estamos fazendo papel de bobos aqui, eu quero votar item por item, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Por favor, muito obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Luiz Sérgio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Luiz Sérgio vai falar primeiro.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ele perguntou e respondeu, já está concluído.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está concluído? Ok.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Silvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): É um esclarecimento, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por favor.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, é um esclarecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu e o Senador Arthur Virgílio fizemos uma proposta, cada um a sua. A minha proposta foi exatamente de não votar nada enquanto o Senador Alvaro Dias não se explicar devidamente aqui na CPI. Proposta que eu o chamei de suspeito e V. Exª. disse que ele não era suspeito, mas eu continuo achando que o Senador Alvaro Dias é suspeito. O Senador Arthur Virgílio, com a sua sabedoria, disse que não teria clima para ter uma votação hoje. Só que o clima que o Senador de forma competente coloca, se ele diz que não tem clima não é o motivo da base. Eu acho que não tem clima porque o Senador Alvaro Dias é suspeito. Ele acha que não tem clima por conta das desavenças aqui. Aliás, falando de desavença, eu quero até colocar alguma coisa. Em nenhum momento eu fui para o campo pessoal com o Senador Alvaro Dias, muito menos com o Senador Arthur Virgílio, muito menos com o Senador Arthur Virgílio. A relação que nós temos com a oposição aqui é uma relação civilizada, agora eu queria pedir alguma coisa a V. Exª.: V. Exª. não pode fazer juízo. Se eu digo que o Senador é suspeito, V. Exª. pode até discordar, é a sua opinião, agora eu respeito profundamente a senhora. Como é uma opinião do Líder, eu pedi para o Senador Arthur Virgílio um outro entendimento, para que ele tirasse o Senador Alvaro Dias, tirasse o Senador Alvaro Dias aqui da Comissão. Ele é o Líder. Porque tirando o Senador Alvaro Dias ia tudo continuar, ele disse: "eu não tiro, eu não tiro". Então se ele disser... Na verdade, na verdade eu não coloquei para tirar o Senador Alvaro Dias sobre uma questão pessoal, foi uma questão política. Então, em suma, na minha opinião não tem entendimento e amanhã não venha com essa história de rolo compressor. Não tem

entendimento. Estou dizendo ao Senador Alvaro Dias que não tem nada de pessoal e estou dizendo ao Senador Arthur Virgílio que não tem nada de pessoal, e se V. Exª., por exemplo, ou o Senador Alvaro Dias se sentiu agredido por mim em algum momento, não foi a minha intenção, não tive o dolo e não faço política no campo pessoal, faço política na política. Agora eu acho que V. Exª. deveria repensar e retirar o Senador Alvaro Dias da CPI porque ele é suspeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, eu quero dizer que nenhum Deputado e Senador aqui vai ser retirado ou eu vou achar que é suspeito ou que é culpado. Isso não está em discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto, não coloquei que o Senador Alvaro Dias é suspeito, não o é, como ninguém aqui é suspeito, nem culpado. Não vou deixar nenhum, seja ele da base, seja ele do meu partido ou seja de qualquer partido. É a prerrogativa da Presidente, a Presidente não pode achar que um Deputado ou Senador... Se a Presidente achar que um Deputado ou Senador aqui é suspeito ou é culpado, há outro fórum que não este aqui para dirimir essa dúvida.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO: Presidente, pelo art. 14, um minuto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Arthur Virgílio pediu a palavra, por favor.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Tenho direito ainda ao art. 14, SRª Presidente?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): SRª Presidenta, de uma maneira bastante breve, até porque o meu ânimo está mesmo para palavras muito breves. Em relação ao Senador Alvaro Dias, usando da minha prerrogativa de Líder e na legitimidade que a atuação de S. Exª. a ele lhe confere na CPMI, óbvio que o Senador está mantido e prestigiado pelo seu partido.

Em relação à fala que me apareceu equilibrada e justa do Deputado Silvio, eu aceito plenamente as suas explicações. Entendo que as relações estão, portanto, sob esse prisma, normalizadas pelo meu Tribunal, pois eu tenho um Tribunal na minha cabeça e o meu Tribunal considera que esse assunto é um assunto encerrado.

SRª Presidenta, eu entendo mesmo que está difícil de votar qualquer coisa aqui. Entendo que tem uma maioria que diz que não quer votar e volto a repetir o meu esforço: nós temos caminhos outros a buscar e caberá ao Relator dizer se ele tem meios de fazer o relatório com o quê até aqui se discutiu. Caberá a ele. Nós temos as oitivas, mais quatro ou cinco pessoas, enfim, até o momento nenhum requerimento mais polêmico aprovado e eu tenho a impressão, SRª Presidenta, que poderemos sim, se V. Exª. entende que é de um por um, é de um por um. Agora eu percebo que de um por um ou no atacado nós não teremos nenhum requerimento aprovado no dia de hoje, e que, portanto, aquilo que muitas cogitavam começa a se transformar em realidade. Não por culpa de V. Exª., que tem sido uma Presidenta absolutamente correta, mas com se formou uma maioria que sob qualquer pretexto impede a apuração dos fatos, impede que as pessoas que possam trazer esclarecimentos definidos, jogando luz sobre essa questão, serão convocadas. Mas, sinceramente, eu sou uma pessoa, quem me conhece bem me conhece bem, V. Exª. me conhece muito bem, eu sou uma pessoa muito dócil, muito doce e muito esquisita ao mesmo tempo. Eu reconheço isso, muito esquisita ao mesmo tempo. Eu estou muito pouco preocupado a essa altura se vai ter votação ou se não vai ter votação. E estou é satisfeito com as explicações que de maneira cavalheiresca me prestou o Deputado Silvio. Isso satisfaz muito ao meu lado esquisito, muito. Muito obrigado, Deputado Silvio, muito obrigado a V. Exª.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, pela ordem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo. Desculpe, Deputado Paulo, o Relator faz horas que está pedindo aqui.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É muito minuto só, se o Relator tiver uma tolerância.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): O Relator é sempre tolerante.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senador Virgílio e Deputado Silvio: o Deputado Marcelo Guimarães disse em um determinado momento da reunião que estavam em discussão aqui fora os Senadores Arthur Virgílio e os Deputados Paulo Teixeira e Silvio Costa. Eu ouvi, porque eu estava ali do lado, mas eu não estava naquela conversa, porque a imprensa toda me cercou para dizer o seguinte: "o quê vocês conversaram lá?" Então eu peço só à imprensa compreensão que, para saber o quê foi conversado, só o Senador Arthur Virgílio e o Deputado Silvio Costa se quiserem dizer o quê foi conversado, mas eu não estava em tal conversa e, portanto, eu não sei se já se entenderam.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O quê foi conversado foi dito aqui, eu fui pedir para ele retirar o Alvaro Dias.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria aqui de passar a palavra, para encerrar essa discussão, ao Relator, e depois do Relator falar eu vou tomar a minha decisão.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): SRª Presidente, SRªs. e Srs. Deputados e Senadores, ao Arthur Virgílio que me fez uma pergunta direta, ao Vic Pires. O Relator, no atual momento, não tem condição de iniciar o seu relatório. E quero deixar aqui de forma pública: é inaceitável e incompreensível que até o momento nenhum dos requerimentos solicitando informação tenha chegado a esta CPI. E aí quero, aqui de forma muito pública, apelar no sentido de que os responsáveis de nos enviar estes materiais, que façam com o máximo de urgência. A CPI necessita do recebimento desse material ou desses materiais para continuar o seu trabalho em cima de dados concretos. E os dados concretos aqui aprovados, não sigilosos, que não são públicos, a meu ver já deveria estar chegando a esta CPI.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, eu tinha pedido pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Primeiro alguns esclarecimentos que só a senhora pode me esclarecer. Nós tínhamos uma oitiva hoje e os Ministros não vieram. Eles tinham sido convidados. Eu gostaria de saber se a partir desse momento eles foram convocados ou não ou se vai ter essa protelação.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os dois que não puderam vir hoje virão na semana que vem, já estão convocados para a semana que vem.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Estão convocados. Eu ouvi muito atentamente o Senador Pedro Simon, concordo muito com o quê ele falou, mas têm algumas coisas que já foram produzidas. Ele falou das "contas b", essas "contas b" já foram encerradas, elas estão acabando. E nós tínhamos um acordo que todos esses requerimentos de informações, de quebra de sigilo, depois de terça-feira nós vamos votar. Eu vou votar e vou querer saber disso daí. Então eu acho que a CPI teve um caminho certo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Eu quero informar a todos a decisão que essa mesa tomou. Já que a maioria do Plenário, na figura dos seus Líderes, principalmente do Deputado Paulo, Deputado Silvio e Deputado Carlos Willian, colocaram aqui que não vão votar nenhum requerimento hoje e como essa mesa tinha preparado a pauta de reunião, haja visto que os dois convidados de hoje não puderam estar presentes, eu achei por bem não convocá-los, que era uma figura que eu poderia fazer, marcar uma outra data para eles virem na semana que vem, e se nós não tivermos nenhuma pessoa, nenhuma personalidade a ser ouvida a partir de quinta-feira da semana que vem, porque estamos encerrando, na semana que vem, todos aqueles que já tinham sido aprovados para serem ouvidos nessa CPI, e, portanto, não há mais razão de ter Plenário, a partir de quinta-feira da semana que vem, porque não temos a quem ouvir, eu quero dizer a todos que eu vou fazer a votação dos blocos, porque todos aqui são grupos de personalidades, cinco ou seis requerimentos para a mesma pessoa, vota sim ou não, encerrou, não temos mais. Chegamos quinta-feira, ouvimos a última personalidade, o Relator vai me dizer qual é o prazo que ele precisa para fazer o relatório e quinta-feira da semana que vem nós encerramos a parte de Plenário desta CPI, porque aí o Relator fica... e até lá eu espero que ele tenha os documentos necessários, porque até quinta-feira da semana que vem certamente o Governo vai nos mandar os documentos que precisa e o Relator vai poder fazer o relatório dele. Então até quinta-feira teremos todos os documentos, ele me dá o prazo que ele precisa para fazer o seu relatório e nós marcamos o dia para votação do relatório do Sr. Relator. Eu acho que isso é o mais normal que se pode fazer. O quê eu não posso é ficar aqui dependendo de não sei quando a gente poder votar qualquer personalidade. Então eu quero fazer aqui a votação nos Itens 1 e 3 da pauta, que todos os senhores têm aí.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Pela ordem, sobre a pauta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nos Itens 1 e 3 da pauta não há encaminhamento, é só sim ou não. Itens 1 e 3 da pauta, que "Requer a convocação da senhora Maria de La Soledad Bajo Castrillo, chefe de gabinete da Secretária Executiva da Presidência da República".

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu quero recorrer.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o mesmo teor do Requerimento nº 3.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, tem que ter encaminhamento.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o mesmo teor [soa a campainha]. Eu gostaria que me deixassem terminar.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o mesmo teor do Requerimento nº 3, que solicita também a convocação da Srª Maria de La Soledad Bajo Castrillo, de autoria dos Deputado Indio da Costa e Vic Pires Franco.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª Presidente, uma questão de ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª Presidente, a senhora está se socorrendo no art. 132, que diz assim: "É irrecorrível a decisão da presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". A senhora tomou a decisão de votar e eu tenho uma prerrogativa de recorrer da sua decisão, porque o Plenário – e aí a gente vai discutir – é soberano, ele é soberano em qualquer parlamento do mundo. Então eu estou recorrendo da decisão de V. Exª. V. Exª. quer colocar para votar e é prerrogativa do Plenário acatar ou não a decisão de V. Exª. É essa a questão de ordem que eu queria fazer com V. Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Regimento do Senado, que é superior ao Regimento da Câmara, é o primeiro a nós recorrermos aqui e é essa a forma de trabalhar numa CPMI, me dá essa prerrogativa de poder votar a pauta da reunião.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A pauta?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pauta da reunião, e é o quê eu estou fazendo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Srª Presidente, um esclarecimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós temos uma pauta e eu tenho a autoridade de colocar a pauta em votação.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor. Pauta é uma coisa e votação é outra, por favor. Srª Presidente, Srª Presidente?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pauta vai ser votada e vai ser encaminhada--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, por favor, a senhora não respondeu a minha questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Qual é a questão de ordem, Deputado Silvio?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A minha questão de ordem é que a senhora aponte algum artigo do Regimento ou da Constituição da República dizendo que é proibido um parlamentar, em uma CPMI, recorrer da decisão do Presidente? Eu quero saber onde que está escrito isso. Se a senhora mostrar algum artigo do Regimento--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria primeiro de saber do que o senhor está recorrendo? É de uma Presidente não poder votar a pauta de votação?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não é disso que eu estou recorrendo. Eu estou recorrendo da sua decisão de colocar o requerimento para votar. Eu estou recorrendo desta decisão de V. Exª., porque o meu argumento é que enquanto o Senador Alvaro Dias não der as devidas explicações, ele é suspeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O art. 89, inciso I, do Regimento, me dá autoridade de fazer a pauta e colocá-la em votação. Portanto, eu tenho essa autoridade.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu queria um esclarecimento sobre a pauta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A pauta foi enviada, eu tenho autoridade de colocar a pauta em votação.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A senhora pode ler, por favor, o art. 89?

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Presidenta, eu queria um esclarecimento sobre a pauta quando a senhora encerrar essa discussão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, art. 89: "Ao Presidente da Comissão compete: I – ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão". Ordenar, eu posso fazer aqui o ordenamento, fiz o ordenamento, temos uma pauta, V. Exª. tem aí oito itens e dois parágrafos desse artigo e, além disso, o art. 48 do Regimento do Senado me diz o seguinte, inciso XI: impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às Leis ou a este Regimento, ressalvando ao autor recurso para o Plenário, que decidirá após audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pronto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Essa é a parte das Comissões e que por analogia pode ser utilizado nessa Comissão.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª Presidente, por favor. Eu não queria ser chato, até por que a senhora é uma pessoa muito educada, a senhora é uma brilhante Senadora. Eu não queria ser o chato, mas eu quero--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. não está sendo chato, é um direito que V. Exª. tem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Veja, eu quero que a senhora, por favor, siga o Regimento. A senhora acabou de ler o art. 48, onde diz que cabe recurso ao Plenário. Então, SRª Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, pela ordem.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Silêncio, por favor. SRª Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pela ordem, SRª Presidente.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu estou com a palavra, SRª Presidente, eu estou com a palavra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estou esperando que V. Exª. conclua, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pela ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Vic.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Srª Presidente, no art. 48, que a senhora acabou de ler, no inciso XI, a senhora falou que cabe recurso ao Plenário. Eu pedi para V. Exª. [soa a campainha] que V. Exª. mostrasse um artigo do Regimento ou da Constituição onde explicasse que não caberia recorrer ao Plenário da decisão da presidência e a senhora não mostrou.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode recorrer ao Plenário ou à CCJ. V. Exª. tem todo o direito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Questão de ordem, Srª Presidente [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, isso daqui-– [soa a campainha]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic pediu primeiro, depois V. Exª. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu acho que a senhora tomou a decisão certa como Presidente. A senhora fez uma convocação com uma pauta. A senhora já imaginou se todo Presidente que faz uma convocação com uma pauta ainda chegue aqui e, antes de começar a pauta, coloque em votação se o Plenário deve votar ou não a sua pauta? A senhora agiu como Presidente, está agindo como Presidente e não acredito que a senhora vá cair numa farofada dessa, numa tentativa de um acordo para colocar tudo debaixo dos panos, tudo debaixo do tapete, que é o quê o Governo quer. Nós queremos sim votar, votar item por item como a senhora está encaminhando, e acho que a senhora está certa e continue nesse caminho, SRª Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Srª Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias, depois Senador Flexa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É um questão de ordem, SRª Presidente, para dizer que a decisão de V. Exª. está absolutamente correta, com o respaldo da legislação. Cabe ao Deputado Silvio Rocha, se desejar, recorrer à Comissão de Constituição e Justiça. Esse é um direito dele. V. Exª. já decidiu, nós não podemos limitar a autoridade de quem preside uma Comissão da importância desta. Seria agredir a própria instituição. Agredir a autoridade de quem preside a Comissão, Senador Magno Malta, V. Exª. que preside uma Comissão nessa Casa, é agredir a instituição, e nós não podemos admitir que a instituição seja agredida. Portanto, V. Exª. decide corretamente e, se o Deputado desejar, recorra à Comissão de Constituição e Justiça.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Srs. Deputados, SRªs. Deputadas. Eu não estou entendendo, Senadora Marisa Serrano, qual é a preocupação da base do Governo. Eu não entendo qual é a preocupação do Deputado Silvio, porque ele sabe o resultado que vai ter na votação. V. Exª. está com toda a razão de fazer a sua presidência ser respeitada pelo Plenário colocando em votação os requerimentos. Nós já sabemos qual vai ser o resultado, que já é conhecido por toda a sociedade: o Governo não tem interesse em esclarecer nada. Muito pelo contrário, o interesse do Governo é esconder a verdade, esconder a verdade. V. Exª. está de parabéns, vamos votar os requerimentos e democraticamente, Deputado Silvio, vamos ser derrotados, mas vai ficar claro aqui e eu vou pedir novamente, como fiz todas as vezes, Senadora Marisa Serrano, que seja voto nominal para que a sociedade brasileira saiba quais são os parlamentares que não querem trazer a verdade à tona e querem enterrar a CPMI. Então vai ser nominal a votação. Cada um vai

ter que falar e eu espero que fale ao microfone, porque tem--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senadora Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já encerro. Porque têm membros da base do Governo que quando votam contrário dizem não baixinho. Só para que seja registrado eu quero que diga ao microfone.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Srª Presidente, apenas para uma informação que eu considero relevante para os trabalhos dessa Comissão. Na qualidade de Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado Federal, quero informar a V. Exª. que, atendendo requerimento de iniciativa do ilustre Senador Flexa Ribeiro, o Plenário da Comissão aprovou a convocação da SRª Ministra Dilma Rousseff, que virá aqui em trinta dias duas vezes para falar de dois assuntos distintos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado pela informação, Senador.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): SRª Presidente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Questão de ordem, questão de ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Deputada Perpétua tinha pedido primeiro, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): É questão de ordem também?

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu posso trocar com ela, fazemos o inverso.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): É só para complementar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nenhum problema. Senadora Serys, depois Deputada Perpétua.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): É só para complementar a informação do Senador Marconi Perillo. Ela está convocada para falar sobre PAC e Belo Monte, não sobre cartão. Aliás, eu louvo muito a atitude do Senador Marconi Perillo, que havia feito a convocação para que ela falasse de cartão corporativo e retirou. Realmente o nosso reconhecimento ao seu bom senso, Senador Marconi Perillo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputada Perpétua e aí passo à votação.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada, SRª Senadora. Eu julgo necessário um esclarecimento, SRª Senadora. No que pese a autoridade de V. Exª. [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há uma oradora com a palavra [soa a campainha]. Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Obrigado, SRª Presidenta. No que pese a autonomia e autoridade de V. Exª., eu tenho uma dúvida sobre os itens da pauta. Eu queria entender o critério que V. Exª. utilizou para poder montar a pauta. É só para conhecimento do Plenário. Qual foi o critério utilizado? Porque aqui no item 1 está pautado um dos últimos requerimentos apresentados à CPI. O item 2, talvez o último requerimento apresentado à CPI. E assim vai, sendo que os primeiros requerimentos estão no final da pauta. É só esse esclarecimento que eu queria de V. Exª. Que critério V. Exª., como Presidenta, apesar no que pese a vossa autoridade e a vossa autonomia, mas é só para questão de conhecimento: qual foi o critério utilizado para a ordem desta pauta? Muito obrigada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero convoco colocar aqui que nós vamos fazer a votação da seguinte forma.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estou fazendo só uma explicação primeiro. § único, do art. 310, que diz o seguinte: "O encaminhamento de votação do requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar". Então, dessa forma, eu passo à votação do item nº 1 e o item nº 3 juntos.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Responda à minha pergunta?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O item nº 1 e o nº 3 juntos. "Requer a convocação da SRª Maria de La Soledad Bajo Castrillo, chefe de gabinete da Secretaria Executiva da Presidência da República".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Questão de ordem, SRª Presidente. Questão de ordem, SRª Presidente.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os Itens nº 1 e nº 3.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Alvaro Dias e depois o Deputado.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidenta, eu fiz um pedido de esclarecimento à mesa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, senhores--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É prerrogativa da presidência ordenar as votações.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidenta, art. 162.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias com a palavra e depois o Deputado Vic.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, eu vou ser sucinto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, V. Exª.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu vou ser sucinto e vou justificar, SRª Presidente, eu vou justificar a apresentação desse requerimento. Havia um requerimento de minha autoria e de outros parlamentares convocando a Ministra Dilma para depoimento nessa Comissão. Quando encaminhei à Comissão o requerimento que convocava a Ministra Dilma, não havia ainda notícia do dossiê. A convocação se dava por outras razões. A primeira delas porque a Ministra Dilma vinha se recusando a responder requerimentos e informações do Senado Federal a respeito dos gastos com cartões corporativos pela Presidência da República. Em determinado momento ela alegou que a documentação era excessiva, que dos dois anos requeridos por nós seriam necessários mais de cem mil folhas de papel e mais de vinte e três mil notas fiscais, e que, portanto, era impossível remeter ao Senado Federal toda essa documentação, e ela sugeriu que encaminhássemos um auditor para lá, na Presidência da República, investigar as contas da presidência. Nós encaminhamos esse auditor, aprovado pelo Senado, e houve recusa da Ministra, que encaminhou ao Senado um ofício alegando sigilo das contas da presidência e, por essa razão, não seria possível trabalhar o auditor encaminhado pelo Senado Federal.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Depois disso, SRª Presidente, com base numa amostragem oferecida pelo Tribunal de Contas da União, nós identificamos notas frias. Nós investigamos notas e chegamos a uma empresa fantasma que fabricava notas, que dava cobertura a despesas com cartão corporativo, com recursos sacados no caixa eletrônico, e a Ministra Dilma, num primeiro momento, negou a denúncia, depois confirmou que era verdadeira a denúncia e prometeu tomar providências, prometeu tomar providências. A convocação dela dizia respeito às providências tomadas em relação àquelas notas frias, porque nós não tomamos conhecimento das providências adotadas. Depois veio a questão do dossiê e essa é uma outra questão. Como houve a rejeição àquele requerimento, nós estamos convocando alguém que atua exatamente nesse setor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, como autor do requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): V. Exª., a senhora me permite que o Senador José Agripino possa encaminhar?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador José Agripino para encaminhar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para contraditar, Presidenta.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Srª Presidente, eu vou ser muito rápido, como quero que o meu partido seja rápido no encaminhamento de todos os requerimentos, porque nós queremos que eles sejam todos votados hoje. Eu ouvi com atenção a argumentação do Senador Alvaro Dias, concordo absolutamente com os termos que S. Exª. aqui falou, e quero dizer que o nosso voto é favorável, favorável ao requerimento do Senador Alvaro Dias, de convocação da SRª Maria de Soledad Bajo Castrillo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PMDB, para encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Srª Presidente, o Deputado Paulo tinha pedido para contraditar. A senhora vai conceder?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não existe contradição.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para contraditar--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele pode falar como Líder. O Deputado Carlos Willian não vai encaminhar pelo PMDB?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Vou encaminhar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, para encaminhar, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Ok. SRª Presidente, queríamos deixar claro que nós fize-

mos aqui um acordo e essa CPI está trabalhando. A oposição não deixa essa CPI desenvolver. Nós já aprovamos a convocação do General Jorge Felix, da ex-Ministra da Igualdade Racial Matilde Ribeiro, do Ministro atual dos Esportes Orlando Silva, do Ministro atual da Pesca, do Paulo Lacerda, do ex-diretor da ABIN, o Mauro Marcelo, do General Alberto Cardoso, além dos documentos que estão chegando. Portanto, SRª Presidente, nós estamos querendo trabalhar, nós queremos apurar. O Relator está querendo trabalhar, mas falta a ele as ferramentas e os elementos necessários. A oposição está tumultuando, querendo aprovar mais requerimentos sem que esses que estão em andamento sejam dados os seus devidos [soa a campainha] encaminhamentos e ouvidos. Portanto, SRª Presidente, nós encaminhamos que enquanto não forem ouvidas essas autoridades, não forem recebidos documentos, nós não vamos votar absolutamente nenhum requerimento, nem da base governista, nem da oposição. Portanto, o nosso encaminhamento é não.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para encaminhar pelo PT.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo Teixeira pelo PT.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª Presidenta, o Senador--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, um esclarecimento [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo com a palavra.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu peço a atenção dos colegas. O Senador Alvaro Dias pretende aqui, nos Requerimentos de nº 1 e de nº 2, convocar a SRª Maria da La Soledad Bajo Castrillo, da Casa Civil, e a SRª Erenice Alves Guerra, da Casa Civil, e a justificativa do Senador Alvaro Dias é a existência de um dossiê que saiu na Revista Veja e depois na Folha de São Paulo. Os Deputados Indio da Costa e Vic Pires Franco também querem convocar a SRª Maria da la Soledad Bajo Castrillo, chefe de gabinete da Secretaria Executiva da Casa Civil, e também quer convocar a SRª Erenice Alves Guerra, Secretária Executiva da Casa Civil da Presidência da República. Os quatro requerimentos têm como justificativa a montagem de um dossiê que foi publicado na Revista Veja e no Jornal Folha de São Paulo. SRª Presidenta, nós somos contrários à aprovação desse requerimento por um único motivo: a partir do dia de ontem, no blog do jornalista Noblat, do Jornal O Globo, e o jornalista Gérson Camarote, de manhã, deram conta que esse fato teria sido realizado, teria sido digamos trabalhado ou desenvolvido pelo Senador Alvaro Dias, e esse debate, ainda com o direito de defesa do Senador Alvaro Dias, está sendo feito. Por que trazer a suspeita para a SRª Erenice Alves Guerra e para a SRª Maria de La Soledad Bajo Castrillo se o jornal aponta que a autoria desse dossiê teria sido do Senador Alvaro Dias, ainda que em debate, ainda que em defesa?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Jornal nenhum afirmou isso, V. Exª. está afirmando. Jornal nenhum afirmou isso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Jornal nenhum afirmou isso. V. Exª. se equivocou.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senador, eu vou agora me retratar se errei. Duas coisas que eu queria perguntar a V. Exª. O quê o jornal disse é que V. Exª. teve em mãos o dossiê.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sobre isso eu já respondi.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu me corrijo. A pergunta que eu queria fazer a V. Exª.--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): V. Exª. afirmou que o jornal disse que eu fiz o dossiê.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado Paulo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir. V. Exª. mencionou agora, na sua fala, algo muito elucidativo, o senhor pode nos ajudar agora profundamente. V. Exª. disse que um funcionário do Tribunal de Contas fez auditoria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Não fez auditoria.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V. Exª. poderia dizer o nome do funcionário do Tribunal de Contas?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Claro que posso.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo [soa a campainha]. Deputado Paulo, eu gostaria de saber qual é o encaminhamento que V. Exª. está fazendo?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu estou encaminhando contra a votação e perguntando ao Senador Alvaro Dias o nome do funcionário, como que chama o funcionário.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu posso responder.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Como que chama o funcionário? [soa a campainha]

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Isso está na documentação, eu não precisaria nem dizer aqui [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro, nós estamos em processo de votação.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Isso é uma informação relevante, Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos registrar que o Deputado Paulo encaminha contrário à votação.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Contrário. Agora ele vai prestar uma informação relevante.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação pelo bloco, a Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada, SRª Presidente. Veja bem, SRª Presidente, nós não estamos aqui decidindo se vamos votar ou não dois requerimentos que convocam duas funcionárias da Casa Civil. O problema é que desde ontem essas duas funcionárias deixam de ser suspeitas, desde ontem elas não passam mais a ser suspeitas. Portanto, não faz mais sentido votar esse requerimento. Desde ontem, segundo declarações do Senador Alvaro Dias na tribuna, segundo o Jornal O Globo de hoje, disse o seguinte: "Alvaro Dias não revela quem repassou o dossiê". E mais, SRª Presidenta, diz aqui: "o Senador Alvaro Dias admitiu ontem, em Plenário, que recebeu o dossiê com dados sigilosos dos gastos da presidência. Mas, da tribuna, alegou a prerrogativa constitucional para manter o sigilo da sua fonte". Ele está alegando que tem que ser sigilo, mas ele repassou e eu insisto em dizer: ele foi o atravessador de uma encomenda fruto de um crime, que é o vazamento de informações. Essas senhoras coitadas aqui deixam de ser as suspeitas. A suspeita, a imprensa está dizendo, que recai sobre o Senador. Então nós não temos por que votar esses requerimentos, SRª Presidente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): A menos que ele facilite o trabalho de todo mundo e diga logo de quem recebeu.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O bloco encaminha não. É isso Deputado Perpétua? O bloco encaminha não. Deputado Augusto? Pelo bloco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, a maioria governista não quer investigação desde o primeiro momento, não quer oitivas de ninguém, não quer ter acesso a informações que já não seja de conhecimento de toda a sociedade que estão no Portal da Transparência. E, agora, se garra desesperadamente a esse factóide de que teria sido o Senador Alvaro Dias o responsável pela montagem do dossiê criminoso. A nossa posição só pode ser a favor da convocação das duas inquiridas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Vamos à votação [soa a campainha] Vamos à votação. Pelos Senadores: Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto sim aos requerimentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bloco de apoio ao Governo. João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Valter Pereira, Valdir Raupp, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim aos requerimentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): SRª Presidente, eu vou votar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Declaração de voto.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou votar, agora antes de votar eu quero dizer que vou recorrer à Comissão de Constituição e Justiça quanto da sua decisão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. tem todo o direito.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou recorrer da sua decisão, porque insisto que essa CPI, juridicamente, é sofrível, porque o Senador Alvaro é suspeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu vou votar não e comunico que vou recorrer à Comissão de Constituição e Justiça.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor tem todo direito. Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Essa suspeição só melhora o meu curriculum, Deputado Silvio Rocha.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, entendo do mesmo modo, quero declarar o meu voto com toda clareza, entendo que esta CPI tem um fato novo: o Senador Alvaro Dias é suspeito sim. Portanto, voto não ao requerimento, dizendo que o Senador Alvaro Dias--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Precisa sim esclarecer--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É uma suspeição, fico feliz de ser suspeito.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por treze votos a seis os Requerimentos nºs 1 e 3 foram rejeitados.

Requerimentos nºs 2 e 4. "Requer a convocação da SRª Erenice Alves guerra, Secretária Executiva da Presidência da República". Senador Alvaro Dias para encaminhar e depois o Deputado Vic, que são os autores do requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, o Deputado Vic pede que o encaminhamento seja feito de uma só vez. Eu posso reproduzir o comentário anterior: são razões anteriores e posteriores a essa questão do dossiê, mas é claro que se justifica a convocação também em razão da necessidade de se explicar, a partir do Palácio do Planalto, a confecção desse dossiê. Era o quê tinha a dizer, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Carlos Willian pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, o Deputado João Magalhães vai encaminhar pelo PMDB.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Sim, SRª Presidente. Nós da base entendemos que não vimos nesses requerimentos nenhum fato que possa balizar a convocação de Erenice Alves Guerra, simplesmente por ela ser Assessora da Ministra Dilma, que ela deva comparecer aqui para prestar esclarecimentos de coisas que ainda não sabe, que a presidência ainda está apurando. Então nós achamos que não é prudente a convocação nesse momento. Nós devemos aguardar um pouco mais o andamento da Comissão para que possamos deliberar sobre esses requerimentos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Senador João Pedro, pelo PT.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, SRªs. Senadoras, Srs. Senadores, Deputados e Deputadas. Lamentavelmente a oposição está criando um ambiente que o Brasil todo está presenciando. Eu penso que nós precisamos tirar esforços aqui para

estabelecermos os princípios de uma CPMI de nós restabelecemos aqui a tranqüilidade para discutirmos aquilo que foi votado pelas duas Casas, de apurarmos os erros do cartão corporativo. Há uma sede da oposição em querer trazer a Ministra Dilma, agora nesse requerimento a Secretária Executiva da Casa Civil, quando nós sabemos que nós poderíamos discutir aqui, SRª Presidente, Deputados e Senadores, acerca do papel da Casa Civil do ponto de vista do controle do cartão corporativo junto às políticas de Estado. SRª Presidente, a carta da Ministra Dilma à Revista Veja, ela é emblemática no sentido de mostrar a postura da Ministra, o trabalho da Casa Civil em esclarecer de forma transparente ao Tribunal de Contas da União todos os gastos da Presidência da República. Eu gostaria de fazer, no diálogo com o Senador Alvaro Dias, --

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, é agora Senador, que nós estamos encaminhando para votação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas para ele interpretar, para ele dizer aqui como liderança da oposição: quantas vezes a Presidência da República, do então Presidente Fernando Henrique, foi auditado? Quantas vezes a presidência foi auditada? Quero esclarecer, porque isso está na carta da Ministra Dilma. A presidência do nosso Governo, do Presidente Lula, foi auditado nesses últimos anos por três vezes, SRª Presidente, três vezes, e é aí que aparece o banco de dados.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É aí que aparece o banco de dados, são vinte mil informações, mas o banco de dados está resguardado pelo sigilo de Estado. Não é sigilo do Presidente Lula não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É por isso, SRª Presidente, que a gente precisa restabelecer aqui uma discussão com tranqüilidade para nós construirmos aqui política de Estado e não uma estratégia desesperada da oposição de querer atingir um Governo que vai muito bem na opinião pública nacional. Para encaminhar, SRª Presidente, porque esses dois requerimentos não levam absolutamente à nada, cria confusão, estimula a falácia, a mentira e o engodo. Nós encaminhamos contra, SRª Presidente. Esse é o voto do Partido dos Trabalhadores.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Não havendo mais encaminhamentos.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, para encaminhar o meu voto.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputada Perpétua pelo bloco.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidente, eu vou insistir nessa questão, porque é o seguinte: a Folha de São Paulo, aqui do dia 12 de fevereiro, traz uma reunião do PSDB onde o Presidente do PSDB, o Senador Sérgio Guerra, nomeia o ex-Ministro de FHC, Jorge, e diz o seguinte o jornal: "Jorge Eduardo ficou encarregado de coletar dados sobre o período e checar que tipo de documentação estaria arquivada". Eu não sei como um ex-Ministro, que não está mais na Casa Civil e nem é do Tribunal de Contas, recebeu uma ordem dessa do PSDB. E aqui é o seguinte: o Senador Alvaro Dias, na sua defesa agora a pouco, leu alguns trechos do jornalista Ricardo Noblat, do blog dele, e claro, leu o trecho que lhe interessava, porque a outra parte o Senador omitiu. Eu vou ler agora porque eu acho que não tem que trazer nenhuma funcionária da Casa Civil para ser ouvida aqui por esse assunto. O Senador Alvaro Dias omitiu essa parte que eu vou ler: "Foi a oposição que divulgou o dossiê do Governo contra FHC". É esse o título da matéria do Noblat. Diz o seguinte: "Quem divulgou a parte conhecida do dossiê foi o Senador Alvaro Dias, do PSDB. Ele se recusa a dizer de quem recebeu". Então vamos acabar com essa história de trazer gente da Casa Civil aqui para explicar, se o Senador até agora não teve a coragem de explicar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Art. 14, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Art. 14.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Está em processo de votação, Presidenta.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, duas palavras.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Primeiro eu não fiz referência a esse blog.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador [soa a campainha]. Art. 14 não, nós estamos em processo de votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ok, V. Exª. tem razão.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só que eu não fiz a referência citada.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Augusto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, votação nominal, por favor.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Augusto para encaminhar, Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): SRª Presidente, na sessão anterior, quando fomos derrotados, quando invocávamos a presença da Ministra Dilma, nós queríamos naquele momento discutir sim políticas de Estado sobre as contas de suprimento, sobre a eficácia dos controles da gestão da Casa Civil, e a Ministra Dilma é realmente a responsável pela gestão do seu Governo. Muito além dessas discussões menores, das disputas entre Governo e oposição, como falou aqui o Senador do PT, nós queríamos ouvir da Ministra sobre as críticas que o Tribunal de Contas da União vêm fazendo sucessivamente nas auditorias realizadas, sobre gastos excessivos com cartão, com saques na boca do caixa, com gastos que não são devidamente comprovados. Tudo isso está, naturalmente, sob a gestão da Casa Civil da Presidência da República. Uma vez derrotados, não nos resta alternativa se não ouvirmos quem de segundo, de terceiro escalão, pudesse clarear as questões relativas às irregularidades que levaram à queda da Ministra Matilde. Não foi a oposição que está criando fato político aqui, foi o Presidente Lula que demitiu a sua Ministra em razão de irregularidades que ocorreram no uso do cartão corporativo. Mas já prenunciamos a derrota, nós votamos sim na tentativa de que essa CPI cumpra a sua obrigação que é investigar as irregularidades.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, para encaminhar. Deputado Vic, eu fui o autor do requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não vou perder muito tempo e nem vou tomar o tempo dos colegas. Está aqui na Folha de São Paulo, nós temos que trazer aqui a Dra. Erenice. Folha de São Paulo: "Braço direito de Dilma montou dossiê".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é jornal velho.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Jornal velho, mas verdadeiro, de rabo preso com o leitor ou não? Erenice Guerra, Secretária Executiva da Casa Civil, ordenou – quando vocês eram do outro lado, os Petistas, adoravam a folha.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Hoje é briga de jornais.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é briga de jornal não, é matéria, a senhora está usando aí.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): O meu jornal é verdadeiro.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic [soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, eu posso falar?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic. V. Exª . está com a palavra.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): É um jornal verdadeiro, a Folha de São Paulo que eu também li.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A Folha de São Paulo diz aqui: "Braço direito de Dilma montou dossiê". Vocês querem mais motivo do que esse para trazer a Dra. Erenice aqui? Eu não preciso mais nem... Então vamos trazer, então botem a cara de vocês [soa a campainha] na televisão--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): -– e digam: "Não, porque nós da oposição vamos sim votar sim para que ela venha aqui conforme a Folha de São Paulo falou".

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): OK, obrigada Deputado Vic. Senador Demóstenes Torres, como vota? Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, Efraim Morais. Desculpem, os titulares primeiro. João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para mostrar ao Prefeito Pimentel quem são os verdadeiros amigos desse Governo: contra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery, Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Para colaborar com o Relator, SRª Presidente, votamos sim ao requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, eu queria pedir à senhora para que retirasse das notas taquigráficas a frase "rabo preso com o leitor" que o Vic se referiu ao Jornal O Estado de São Paulo, um dos jornais mais respeitados deste país, que não tem o rabo preso com ninguém.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, vai ser retirado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A votação é não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Luiz Sérgio, Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho.

DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS-DF): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Voto com a Folha de São Paulo, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, eu não posso votar favoravelmente a esse requerimento tendo em vista que o Senador Alvaro Dias cai em contradição. Ali ele diz que só teve conhecimento e aqui no Jornal O Globo diz que ele admitiu ontem em Plenário que recebeu esse dossiê. Então eu não sei se foi ele que produziu, não me esclareceu, então eu sou contra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Voto com a Folha de São Paulo de hoje, SRª Presidente: não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não, por tudo que eu li nos jornais aqui.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por treze votos a seis os requerimentos foram rejeitados.

Requerimentos dos itens 5, 6, 7, 8 e 9, dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, do Senador Marconi Perillo, do Senador Alvaro Dias, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Demóstenes Torres, todos do mesmo teor, do seguinte teor: "Requer que seja convocado para essa CPMI o Sr. Anderson Ferreira de Aguiar, portador de um cartão de pagamento CPGF da Secretaria de Administração da Presidência da República". Gostaria de saber da justificativa de qualquer um dos autores que queiram fazê-lo. Deputado Vic.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, está ficando claro para mim, para o meu partido, que a base do Governo vai votar [soa a campainha] contra todos os requerimentos, todos, e não ficar votando aqui sim a favor de todos os requerimentos. Argumento para a base do Governo não interessa. Interessa defender o Governo, interessa não trazer a Dilma, não trazer esclarecimento nenhum. Eu tenho dó do Relator, que está aqui cheio de esperança em fazer um bom trabalho, mas vai ficar impedido. Eu quero fazer um encaminhamento curtinho em favor do Relator. Quem é o Sr. Anderson Ferreira de Aguiar. Ecônomo da Presidência da República é um dos homens que tem cartão corporativo e que ordena despesas da Presidência da República, do atual Presidente. Por que é que se fez o requerimento, Deputado Vic, Senador Marconi Perillo? Porque esse cidadão sacou 716,9 mil reais ou fez despesas nesse valor com cartão corporativo da Presidência da República e no Portal da Transparên-

cia está dito que as despesas não estão devidamente detalhadas porque trata-se de despesa de segurança de Estado, trata-se de despesas que traduzem segurança de Estado. Eu não vou argumentar com S. Sª., eu vou apenas citar palavras sábias do Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal. Diz ele: "Se a presidência tem gastos, esses gastos devem ser revelados. Não há preceito na Constituição Federal que é interpretado e aplicado – interpretado e aplicado, preceito constitucional, Constituição da República Federativa do Brasil, palavras de um Ministro do Supremo -, não há preceito constitucional que é interpretado e aplicado que direcione a esse sigilo gastos do Poder Público", ou seja, foi dinheiro público, não há dispositivo constitucional que fale em segurança de Estado para que os dados não sejam revelados com transparência. O quê se pede é que o Sr. Anderson venha aqui dizer onde é que ele gastou esses setecentos e dezesseis mil reais. O quê se quer dar ao Relator é a condição dele ter dúvidas dirimidas, só isso, mais nada, e eu quero ver o voto da base do Governo, se o Governo quer ou não esclarecer os fatos e as dúvidas que o Brasil tem. O voto que eu encaminho é sim ao requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pelo PMDB.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pelo PT.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Nós fazemos um apelo a V. Exª. para que suspenda essa sessão. A base do Governo quer continuar com a CPI, quer apurar os fatos. Nós queremos é seguir a ordem cronológica do que já foi acordado, do que já foi aprovado. Dois Ministros de Estado, um ex-Ministro de Estado, mais autoridades do Governo, mais os documentos que vão chegar. O nosso propósito é votar em não em todos os requerimentos, SRª Presidente. Mas nós ainda podemos, faço um apelo a V. Exª., que paremos por aqui, vamos avançar nas investigações--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estamos em processo de votação e V. Exª. está encaminhando pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu faço um apelo a V. Exª.: se nós rejeitarmos todos os requerimentos, nós não vamos ter com o quê trabalhar e é isso que quer a oposição, uma bandeira. Por gentileza, suspenda a sessão, o nosso encaminhamento é não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pelo PT, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, Srs. Deputados, SRªs. Deputadas, Senadores e Senadoras. Os Deputados Vic Pires Franco, Indio da Costa, o Senador Marconi Perillo e o Senador Alvaro Dias querem convocar--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Demóstenes.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E o Senador Demóstenes Torres.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Flexa Ribeiro – obrigado, Presidenta – querem convocar para vir a essa CPI o Sr. Anderson Ferreira de Aguiar. Quem é o Sr. Anderson Ferreira de Aguiar? O Sr. Anderson Ferreira de Aguiar é portador de um cartão de pagamento da Secretaria de Administração da Presidência da República. Segundo os argumentos dos Senadores aqui, ele deveria prestar aqui informações sobre gastos realizados pela Presidência da República durante a sua gestão. Porém, SRª Presidenta, os mesmos Senadores pediram ao Tribunal de Contas que fizesse uma auditoria nas contas da Presidência da República. E qual foi o resultado do Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas chegou ao seguinte resultado: não há gastos de natureza pessoal. Os serviços foram prestados e as irregularidades, relacionadas a fornecedores que não recolheram impostos, portanto, não é da responsabilidade da presidência, deveriam ser sanadas, e essas pessoas, os eventuais prestadores de serviços, foram convocados pela Receita Federal. Portanto, a pedido desses Senadores foi feita uma auditoria pelo Tribunal de Contas que não chegou à conclusão de haver irregularidades. Esses gastos estão sob sigilo. Nós queremos avançar a legislação e aí sugiro ao Sr. Relator que possamos ter um foco também numa nova legislação de gastos sigilosos. Porém, a quebra do sigilo já foi discutida aqui, é medida extrema, é medida que necessita de motivação, de justificativa, e a motivação e a justificativa deixaram de existir na medida em que esses mesmos requerentes pediram ao Tribunal de Contas que auditasse as contas da presidência. Portanto, somos contrários à convocação do Sr. Anderson Ferreira de Aguiar. Obrigado, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PSB, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, nós temos onze mil pessoas usando o cartão corporativo. Se formos trazer esses onze mil aqui, vai ficar difícil de trabalhar. Nós temos um acordo com a oposição

que diz o seguinte: nós vamos ver o quê é sigiloso e a partir do dia 08 é que vai decidir. Vamos esperar o dia 08. Eu tenho interesse em ouvir ele se a gente achar que isso não é sigiloso. Aí eles estão querendo votar tudo isso para ter bandeira e a gente não consegue aprovar e dar motivos ao Relator. Então eu gostaria de entrar na linha que a gente suspendesse e voltasse na semana que vem. Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação. Senadores titulares. Como vota o Senador Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, eu não agüento mais repetir: não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello, José Nery, Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Apesar do apelo do Senador Wellington, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): SRª Presidente, eu vou votar não, mas eu peço, porque têm dois requerimentos meus importantes que vão acabar sendo negados: eu quero que o Presidente da Visanet venha aqui e o Presidente do IBGE. Vão acabar sendo negados por causa disso. Então eu gostaria que tivesse paciência.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por treze a cinco os Requerimentos de nºs 23, 45, 94, 111 e 172 foram rejeitados.

Requerimentos dos itens 10, 11, 12, 13 e 14, todos versando sobre o mesmo teor. "Requer que seja convocado para essa CPMI o Sr. Clever Pereira Fialho, portador de um cartão de pagamentos CPGF junto à Secretaria de Administração da Presidência da República". De autoria dos Deputados Vic e Índio, dos Senadores Marconi Perillo, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. Para encaminhar, pela oposição.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): SRª Presidente, SRª Presidente. Pelo adiantado da hora, se a senhora colocasse todos os requerimentos faltando em bloco, eu tenho certeza que o Senador Flexa Ribeiro também não se oporia. Por favor, faça a consulta ao Plenário se todos poderiam--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós estamos colocando todos em bloco, Senador Gim. É só para encaminhar. O que

nós podemos fazer, se V. Exª. der a sugestão do encaminhamento, aí sim encaminha um pela situação e outro pela oposição.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa é a proposta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, como autor do requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um pela situação. Então, Deputado Vic Pires.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Situação? Pela situação eu me nego a falar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela oposição, desculpe-me.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É o cansaço.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, em primeiro lugar eu queria me solidarizar mais uma vez porque eu não agüento mais ouvir o nome do Senador Alvaro Dias hoje. Parece aquela historinha, Senador, com todo o respeito: a Ministra Dilma é a esposa, a dona Erenice é a amante e o senhor é o sofá [soa a campainha]. Querem colocar a culpa toda no senhor e o marido somos todos nós.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, eu gostaria que o V. Exª. se ativesse ao encaminhamento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vou voltar ao encaminhamento.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Virou mania o pessoal da oposição agora ficar falando que as coisas acontecem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, a Revista Veja do dia 13 de fevereiro veio com uma matéria: "A República dos cartões". Diz o seguinte: "O Governo Lula disseminou os cartões corporativos também entre os Assessores palacianos. As faturas desses cartões cresceram exponencialmente desde 2003. O Palácio do Planalto se recusa a revelar como os cerca de vinte Assessores palacianos, mais próximo do Presidente, gastaram o dinheiro público. Veja conseguiu identificar o total das despesas feitas desde o início do Governo Lula pelos dez auxiliares mais gastões a partir de dados reservados do Tesouro Nacional". E entre esses Assessores, SRª Presidente, o Sr. Clever Pereira Fialho, de um total de gastos de dois milhões e quatrocentos mil, ele tirou em dinheiro, em espécie, duzentos e sessenta e três mil e quinhentos reais. Então é importante sim a vinda dele e espero que os nossos companheiros não só da oposição, mas do Governo, para que possam auxiliar nesse trabalho magnífico que com certeza o nosso Relator vai fazer, que o Dr. Clever venha aqui e seja ouvido pelo Relator para dizer como ele gastou essa dinheirama toda em espécie. Obrigado.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Pela situação, Senador João Pedro encaminha pela situação.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, é importante ilustrar um pouco a recente história dos gastos da Presidência da República [soa a campainha].

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos ouvir o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, antes, nas viagens nacionais e internacionais, Senador Flexa Ribeiro, um ajudante de ordem levava uma mala com o dinheiro para pagar as despesas das viagens da Presidência da República: hotel, carro, restaurante, enfim. O quê aconteceu de novo na nossa República? Em 1998 foi criado o cartão corporativo, uma iniciativa que moderniza, democrática. Em 2001 o Decreto disciplina e agora é o cartão corporativo. Então a presidência deixou de andar com uma mala cheia de dinheiro, em espécie, para ter cartão. O quê é que tem de novo? O gasto com cartão e as auditagens, as auditorias na Presidência da República. SRª Presidente da nossa CPMI, nós precisamos ter a tranqüilidade e a responsabilidade de tratar aquilo que é sigilo de Estado, SRª Presidente. Por que insistir nessa estratégia? E não é o sigilo do Presidente Lula, é um sigilo da Presidência da República, do Estado brasileiro. Os Senadores, os Deputados, nós deveremos ser os primeiros a dar exemplo de como tratar as questões de Estado. Há uma insistência com requerimentos que banalizam a seriedade de uma República, do Estado brasileiro, dos gastos com a Presidência da República. SRª Presidente, é por isso que nós vamos votar não a este requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação os requerimentos de nº 25, 54, 84, 117 e 171. Senadores Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De novo, Presidente, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery, Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): SRª Presidente, declarando o meu voto sim eu quero dizer a esta Comissão que o blog do Noblat acabou de registrar na íntegra o CPI aqui tão referido. Está na hora de perguntar ao jornalista Ricardo Noblat qual foi a fonte que passou para ele a íntegra do dossiê. Acabou de divulgar, na íntegra. Está na hora de perguntar, está na hora de perguntar.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, nós estamos em processo de votação, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Está na hora de perguntar quem foi que deu a Ricardo Noblat a informação preciosa do dossiê que está publicado na íntegra.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O meu voto é sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para auxiliar o Relator, não fazer um parecer de páginas em branco, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por seis a onze--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quanto foi, SRª Presidente?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por seis a onze--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Seis a onze?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Onze a seis, por onze a seis foi rejeitado. Obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Até na hora que perde bota o partido da oposição na frente, Exª.. Seis a onze não, é onze a seis.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi um ato falho. Os itens [soa a campainha] 15, 16, 17 e 18. "Requer que seja convocado para essa CPMI o Sr. Josafá Fernandes de Araújo, portador de um cartão de pagamento CPGF junto à Secretaria de Administração da Presidência da República". De autoria dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, dos Senadores Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. Para encaminhar pela oposição, Senador Flexa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, nós não temos o acordo de ser um da oposição e um do Governo não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi feito a pouquinho, o Senador Gim Argello--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi feita a proposta, foi feita a proposta, mas--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem fez a proposta foi o Senador Gim Argello.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Foi o Senador Gim Argello e foi acatada, foi acolhida.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então nós acatamos, SRª Presidente. A senhora me desculpe, porque eu não estava.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero, Presidente, fazer um apelo aqui à base do Governo para, por economia processual, não vamos fazer discursos sobre encaminhamento. A Nação brasileira toda já sabe.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, a verdade nós já dissemos.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Ah, quer dizer que agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deputada Perpétua, se V. Exª. quer um aparte eu concedo a V. Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem parte não [soa a campainha]. Nós estamos em processo de votação--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando eu estiver com a palavra sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): -– de encaminhamento. Senador Flexa, V. Exª. está com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quando a Deputada Perpétua parar de azucrinar aqui eu posso falar.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ela já parou [soa a campainha]. Senador Flexa com a palavra.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Pode ter a certeza que eu vou estar azucrinando V. Exª. por muito tempo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não posso, Presidente, eu não posso. Sim, Presidente. Pela oposição, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encaminha sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo Brasil também.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela situação, Deputado Paulo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): SRª Presidenta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que ouvissem o Deputado Paulo, que vai encaminhar pela situação. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): A questão é a seguinte: eu fui convidado pelos meus pares, porque a proposta que eu tinha feito seria a votação em bloco dos requerimentos que estavam faltando, foi o quê eu queria acertar com o Senador Flexa Ribeiro, mas aí foi mudado para que fale um da oposição e um da situação. Eu vou retirar isso então. Ou votamos todos em bloco ou, para deixar liberado, eu retiro a minha proposta de votação um pela situação e um pela oposição. Fica retirado então.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para encaminhar pelo PT, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PT, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidenta, os Deputados Vic Pires Franco, Indio da Costa, o Senador Alvaro Dias, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Demóstenes Torres, todos pediram para convocar aqui o Sr. Josafá Fernandes de Araújo. Na justificativa eles dizem que ele acompanhou uma viagem do Presidente da República a Ribeirão Preto e Sertãozinho e que ali há suspeitas de irregularidades. SRª Presidenta, esse fato é um fato do relatório do TCU, relatório esse pedido, auditoria pedida pelos mesmos Senadores, e o TCU fez um pente fino nesta viagem e recebeu todas as explicações. Se a senhora ler, são páginas, páginas e páginas, e no final o TCU pediu para tomar uma série de providências sobre eventuais questões não explicadas, inclusive foram devolvidos recursos nesta viagem. Portanto, se não tivesse havido qualquer auditoria, caberia razão aos requerentes. Houve auditoria, o Tribunal de Contas sanou todas as questões e essas questões estão resolvidas. Portanto, nós não vemos razão para trazer o Sr. Josafá Fernandes de Araújo a essa CPI porque todas essas questões foram resolvidas na auditoria do Tribunal de Contas da União.

Eu estou preocupado aqui, Senador Alvaro Dias, em perguntar se V. Exª. sabe que [soa a campainha] os agricultores do Paraná estiveram ontem no Ministério da Fazenda para um acordo sobre--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Dívidas.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Da agricultura do Paraná lá no Ministério da Fazenda?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, V. Exª. não encaminhou.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para encaminhar como autor.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): A senhora me pede, eu queria encaminhar contra. A senhora é professora e sempre nos traz essa preocupação. É encaminhar contra a convocação de Josafá Fernandes de Araújo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Para encaminhar como autor, rapidinho.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, SRª Presidente, o Deputado João Magalhães vai encaminhar pelo PMDB.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian, V. Exª. não aceitou a proposta do Senador Gim Argello de--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): [interrupção no áudio] Foi ele mesmo que retirou a proposta [interrupção no áudio] e do PT também.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, para mim, para mim ficaria mais simples se fosse um de cada um, mas não tem problema nenhum. Deputado João e depois o Senador Alvaro Dias.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Eu quero, encaminhando, SRª Presidente, foi divulgado a pouco no blog do Noblat, no globo.com, eu quero ler apenas um trecho da matéria que diz: "Tanto a Veja quanto a Folha citaram algumas informações reunidas no dossiê, mas nenhum veículo até hoje o publicou na íntegra, sequer parcialmente. É o quê faz agora esse blog. Clicando no pé desta nota você poderá conhecer na íntegra o dossiê que circulou no Congresso e que foi vazado pelo Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)". Isso é que está no blog.com, na coluna do Noblat. Então isso reforça a nossa tese que primeiro temos que esclarecer essa questão do vazamento do dossiê para depois convocarmos servidores e portadores de cartão para prestarem depoimentos nesta Comissão. Por isso, SRª Presidente, mais uma vez solicitamos a V. Exª. que suspenda a votação desses requerimentos e continuaremos votando não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): SRª Presidente, para encaminhar ainda.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): É claro que, sobre o dossiê, eu já coloquei a minha posição aqui, eu não preciso repetir, fica cansativo repetir. É evidente que a TV Senado não estava transmitindo naquele momento, mas certamente aqueles que tiverem a curiosidade de saber o quê se deu aqui pela manhã terão a oportunidade de ouvir a gravação, já que a TV Senado apresentará, em gravação, toda a reunião [soa a campainha] desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quanto ao requerimento, propõe a convocação do servidor porque o Tribunal de Contas da União revelou uma movimentação de mais de novecentos mil reais de 2003 até 2004. Portanto, em menos de um ano um gasto de novecentos mil reais com cartões corporativos, e os gastos foram classificados pelo Tribunal de Contas da União como peculiaridades. É evidente que a CPI tem que investigar essas peculiaridades para que o Relator possa, ao final, inclusive quando propor uma regulamentação, possa colocar normas que impeçam essas peculiaridades. É isso, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encaminhar? Sim. Em votação os Senadores titulares: Senador Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello, Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco, Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Doze votos não e seis sim, acertei? Doze a seis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Presidente, Presidente. O Senador Wellington está ficando preocupado. O quorum da base do Governo está baixando, já está em doze, daqui a pouco a gente empata.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Só falta seis.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Coloco em votação os itens 19, 20 e 21. "Requer que seja convocado para essa CPMI o Sr. José Carlos Ferreira Fernandes, portador de um cartão de pagamento CPGF junto à Secretaria de Administração da Presidência da República", de autoria dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Demóstenes Torres. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, me permita transferir a palavra para o Senador Flexa para que ele faça o encaminhamento, já que o requerimento é dele também?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A oposição encaminha sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PT.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): SRª Presidente, não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador João Pedro. Pelo PMDB?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, nós já dissemos que nós vamos respeitar e preservar o sigilo da Presidência da República, e o Sr. José Carlos Ferreira Fernandes justamente presta serviços na Presidência da República. Portanto, eu acho que essa CPI não deveria e não pode, enquanto não ouvirmos as autoridades já convocadas, nós não devemos aprovar nenhuma quebra de sigilo da Presidência da República. Portanto, nós encaminhamos o voto não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação os Requerimentos nºs 29, 116 e 168. Senador Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, desculpe-me. Por favor meu Líder, João Magalhães, como que eu devo? Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello, José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello, Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, Exª.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silvério, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por doze votos a seis os requerimentos foram rejeitados.

Requerimentos, itens nºs 22, 23 e 24. "Requer que seja convocado para essa CPMI o Sr. José Ivo de Souza Barbosa, portador de um cartão de pagamento CPGF, junto à Administração da Secretaria da Presidência da República". Autoria dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa, dos Senadores Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres. Pela oposição.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu não tenho o quê falar não, é sim. É o mesmo assunto, a mesma coisa, a mesma votação, o mesmo resultado, mesmo tudo, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Pelo PT.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação os Requerimentos nºs 31, 118 e 166. Senadores Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu, com esse acordo do Aécio com o PT, eu fiquei esperando o voto do PSDB até agora, mas não apareceu nenhum. O meu voto é não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silvério, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por doze a seis os requerimentos foram rejeitados.

Requerimentos dos itens 25, 26, 27 e 28. "Requer que seja convocado o Sr. José Ivo de Souza Barbosa, servidor público federal, lotado na Presidência da República". De autoria dos Senadores Demóstenes Torres, Marconi Perillo e Flexa Ribeiro e dos Deputados Vic Pires Franco e Indio da Costa. Para encaminhar, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encaminhamos pela oposição, voto sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PT.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em votação os Requerimentos nºs 32, 57, 115 e 165. Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, o meu voto é não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Cri-

vella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio, Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por doze votos a seis os requerimentos foram rejeitados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Sr. Relator quer fazer uma comunicação.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Nós acabamos de receber uma informação do Ministério do Planejamento que às duas e meia chegarão as primeiras caixas de documentação atendendo ao Requerimento de nº 131 que foi aprovado por esta Comissão. São setenta e duas caixas de despesas efetuadas de conta "tipo b" e cartão corporativo em que a pessoa fez o saque na boca do caixa. Então em ambos os casos a prestação de contas foi feita através de notas. Então essas notas se constituíram processos e cópias desses processos estão sendo enviadas à CPMI.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Relator.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Quais são os Ministérios?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Relator sabe dos Ministérios que estão perguntando?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A informação que tenho é que são dos Ministérios da Previdência Social e do Ministério do Planejamento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: SRª Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, a Deputada Perpétua disse a pouco que ela tinha recebido na íntegra o dossiê que o jornalista Noblat colocou em seu blog.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Está impresso aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exª. disse que estava consultando o dossiê. Eu perguntaria a V. Exª.: existe algo que diga respeito à segurança nacional nesse dossiê que foi trazido a público? Eu gostaria de ouvir de V. Exª., já que V. Exª. já leu todo.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador--

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Deixa eu responder, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Vamos fazer uma ordem aqui, Deputada, nós estamos terminando, estamos em processo de votação.

O Requerimento nº 96, do Deputado Maurício Quintella, ele não está presente, portanto ficou prejudicado, está retirado de pauta. O 97 também, do Deputado Maurício Quintella, retirado de pauta. O 104, do Deputado Manato, retirado de pauta, e o 105 também.

Portanto, os dois últimos requerimentos desta amanhã. O Requerimento nº 180 do Deputado Indio da Costa e Deputado Vic Pires Franco. "Solicita a convocação do Sr. Antônio Francisco de Lima Neto, Presidente do Banco do Brasil, para prestar depoimento nessa CPMI". Deputado Vic com a palavra.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, eu vou encaminhar sim, é claro, mas eu queria apenas uma informação: o do Deputado Manato, eu não ouvi, foi retirado?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele não está presente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ah sim, ele não está, eu entendi que era do Maurício Quintella que também não está.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que também não está.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, pela ordem. Se V. Exª. concordar, eu poderia também, se a senhora concordar, eu poderia assinar, subscrever o requerimento do Deputado Manato, que é o Requerimento de nº 32.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): V. Exª. pode também subscrever o meu, que é o 33.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu subscrevo o 34 de V. Exª.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Larga de ser oferecido, Vic.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª. está solicitando para subscrever, o autor não está aqui, mas--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu subscrevo o Requerimento de nº 32.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): O autor retirou ou não?

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, o autor teria que concordar com a subscrição.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É que ele, ao sair, me pediu que eu fizesse.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele quer derrubar o requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, nós já estamos em votação do item 33, então vamos esperar um pouquinho.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Tá bom.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, para encaminhar o seu requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): SRª Presidente, sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Vic encaminha voto sim no Requerimento 180. Pelo PT, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então a votação do Requerimento 180, dos Deputados Vic Pires e Indio da Costa. Senador Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Marconi Perillo, João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Paulo Paim, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): SRª Presidente, quase que o Senador Flexa me convence, mas não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Almeida Lima, Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Efraim Morais, José Agripino, Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Valdir Raupp. Deputados: Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG):: Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Luiz Sérgio.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Mello.

DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Maurício Quintella, Nelson Meurer, Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Augusto Carvalho, Vic Pires Franco.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, Silvio Costa, Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Não, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marcelo Guimarães, Marcelo Teixeira, Márcio Moreira, Nilson Mourão.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Affonso Camargo, Alexandre Silveira, Indio da Costa, Severiano Alves, Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Não.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por doze votos a cinco o requerimento foi rejeitado.

O último requerimento dessa manhã. Requerimento 181, que "Solicita a convocação do Sr. Alexandre Correia Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões, para prestar depoimentos nessa CPMI". De autoria dos Deputados Indio da Costa e Vic Pires Franco. Com a palavra o autor do requerimento, o Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu encaminho sim, SRª Presidente.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encaminha o voto sim. Pelo PT.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): SRª Presidente, encaminhamos o voto sim também, assim como se V. Exª. pautar o 32, nós vamos encaminhar o voto sim também.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Voto sim no 34?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): No 34.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelo PMDB.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente, nós estamos dando uma demonstração de que queremos continuar com essa CPI e queremos trazer para a população brasileira como que funciona o cartão corporativo e punir as pessoas responsáveis. O quê nós prezamos aqui é o sigilo fiscal. Portanto, a convocação deste Sr. Alexandre, ele não faz parte de sigilo. Portanto, nós orientamos o voto sim, favorável ao requerimento.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Proponho então uma votação simbólica. No item 34, Requerimento 181, de autoria dos Deputados Índio e Vic Pires Franco. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): SRª Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente, pela ordem.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa, depois Carlos Willian e depois eu dou a resposta ao Deputado Paulo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria pedir a atenção do nobre Deputado Paulo Teixeira. Deputado, recebi aqui, encaminhado à liderança do PSDB, encaminhada ex-Ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira, e quero passar a informação, por isso que pedi a atenção do Deputado Paulo Teixeira, diz o ex-Ministro Eduardo Jorge Caldas Pereira: "Peço informar, face à acusação do Deputado Paulo Teixeira, do PT, que eu fui responsável pela entrega ao Senador Alvaro Dias da cópia do dossiê relativa aos cartões corporativos, que: 1) Tal acusação é absolutamente inverídica; 2) A única informação que tive sobre o dossiê, anteriormente à sua publicação em Veja e que chegou a ser publicada na imprensa, foi a mesma que todos tiveram no Congresso, qual seja, a de que pessoas ligadas ao Governo estariam pressionando parlamentares do PSDB a desistir de investigar, ameaçando-os com revelações sobre a conduta do Governo FHC. Na ocasião avisei os parlamentares do PSDB que não tivessem qualquer receio, pois estava absolutamente seguro quanto à correção dos gastos ao tempo de Fernando Henrique Cardoso; 3) Estou entrando com uma interpelação judicial ao Deputado para que confirme as declarações e informe a sua fonte de informação. Atenciosamente, Eduardo Jorge Caldas Pereira".

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): SRª Presidenta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E para concluir, SRª Presidente, e para concluir-– [soa a campainha]

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputada Perpétua.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E para concluir, recebi uma ligação agora, lá do meu Estado, do Município de Orem, do nosso amigo Junião, querendo registrar, querendo registrar a vergonha que os brasileiros estão sentindo, milhões de brasileiros que assistem essa sessão pela TV Senado, a vergonha que todos têm por terem aqui na CPMI a base do Governo impedindo de que a sociedade brasileira tome conhecimento das irregularidades, se ocorreram, no uso dos cartões corporativos.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi dito aqui pelo Senador João Pedro que os cartões corporativos foi uma boa--

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador, para concluir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): -– foi uma coisa correta do Governo Fernando Henrique, porque deixar de andar com malas de dinheiro. Só que ele esquece que os cartões corporativos, na sua maioria, foram usados para saques em espécie. Então as malas continuaram no Governo Lula.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidente, eu quero responder, se V. Exª. me permitir.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo Teixeira para responder.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): E depois eu--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, eu queria poupar o Secretário do PSDB Eduardo Jorge de movimentar a Justiça. Apenas pedir à Presidenta, que é do vosso partido, que tem conduzido muito bem essa CPI, Senadora Marisa Serrano, que ofereça a fita da sessão de hoje, porque eu não disse em momento nenhum que o Dr. Eduardo Jorge tenha feito dossiês, que tenha oferecido informações. O quê eu fiz – e aí explico – foi perguntar ao Senador Alvaro Dias se, em função de uma matéria da Folha, haveria uma organização de banco de dados no PSDB. Vou ler o quê a Folha disse, uma matéria de 12 de fevereiro de 2008. A manchete é: "Acordo com o Governo faz ex-Presidente atuar para restringir a investigação de CPI – Presidente Fernando Henrique". Essa matéria é assinada pelo jornalista Silvio Navarro. Ela diz o seguinte: "À tarde o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra (PE), reuniu-se com o Secretário de organização do partido Eduardo Jorge, ex-Secretário Geral da Presidência na gestão Fernando Henrique Cardoso. Jorge ficou encarregado de coletar dados sobre o período e checar que tipo de documentação estaria arquivada, assim como o acesso a ela". Então a pergunta que eu fiz ao Senador Alvaro Dias é se em face dessa notícia haveria um banco de dados no PSDB? O quê o Senador Alvaro Dias me respondeu: que não, que ele não tinha conhecimento de haver. Mas eu não atribuí ao Secretário Eduardo Jorge a organização de qualquer arquivo, e eu tenho aqui o testemunho do Senador Alvaro Dias e de todos os membros da CPI. Então se ele quiser se poupar de um trabalho dessa natureza, é só ele pedir a fita, gentilmente a Senadora Marisa Serrano vai dar. O quê talvez acontece é que ele tenha sido informado de algo que eu não fiz. No dia que eu fizer, eu tenho duas saídas: quando errar, pedir desculpas; mas, quando acertar, manter a minha palavra. Eu não fiz essa acusação ao então Secretário Eduardo Jorge. Eu perguntei se em face dessa notícia ele teria um banco de dados? Posso dizer a V. Exª. que todo Governo precavido, quando termina, nos últimos meses, pede para tirar cópia dos seus próprios documentos. Então o quê eu estou perguntando é isso: ele teria esses documentos ou não? Foi essa a pergunta, o Senador Alvaro Dias me respondeu, e poupo o Eduardo Jorge de uma notícia que deram a ele incorreta.

SRª PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Agradeço vosso esclarecimento e quero lembrar a todos que terça-feira estão convocados e virão a essa Comissão o General Jorge Armando Felix, Ministro-Chefe do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, e o Ministro dos Esportes Orlando Silva de Jesus Júnior. Quero informar a todos [soa a campainha], é a última informação dessa semana ou pelo menos desse dia, eu quero informar a todos que na semana que vem a pauta da terça, da quarta e da quinta-feira já estão no gabinete de V. Exªs. com todos os convidados para as oitivas, e eu pretendo fazer uma reunião na próxima semana com o Relator e o vice-Presidente e decidirmos os encaminhamentos futuros relativos a essa Comissão. Não há nenhum acordo que o Relator, a Presidente e o vice-Presidente façam parte e, portanto, semana que vem nós nos reuniremos e discutiremos os encaminhamentos futuros a respeito das oitivas e das votações de requerimentos que por ventura houverem. Muito obrigada, bom final de semana, até terça-feira.

Sessão encerrada às 14h04min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião de 2008, realizada em 08 de abril de 2008, às nove horas e cinqüenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram ouvidos os Senhores **JORGE ARMANDO FÉLIX,** Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e **ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR,** Ministro de Estado do Esporte.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
	Carlos Willian (PTC)
Antonio Carlos Júnior	**(DEM) Luiz Sérgio (PT)**
Marconi Perillo (PSDB)	**Marcelo Melo (PMDB)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Maurício Quintella Lessa**
Serys Slhessarenko(PT)	**Nelson Meurer (PP)**
Almeida Lima(PMDB)	**Paulo Teixeira (PT)**
Gim Argello (PTB)	**Carlos Sampaio (PSDB)**
José Nery (PSOL)	**Vic Pires Franco (DEM)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Manato (PDT)**
Valdir Raupp (PMDB)	**Silvio Costa (PMN)**
	João Magalhães(PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda os Deputados Evandro Milhomen, Chico Lopes, Osmar Júnior, Jô Morais, Vanderlei Macris, Henrique Fontana, Renildo Calheiros, Vanessa Grazziotin, Edmilson Valentin, Mendes Ribeiro, Gilmar Machado, e os Senadores Inácio Arruda, Heráclito Fortes, Expedito Júnior, Sérgio Guerra, Romero Jucá, Romeu Tuma não membros da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/08, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e Srs. Deputados que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada.

Eu quero informar aos Srs. Deputados e Senadores que se encontram na sala das Comissões, no cofre, na sala-cofre, todos os documentos recebidos pela nossa Comissão, pela Comissão da CPMI dos Cartões Corporativos. A Secretaria da Comissão me informa que todos estão... Todas as caixas estão devidamente registradas, com as ementas do que tem em cada caixa, a origem, o remetente, e eu solicitei à Secretaria que enviasse esse resumo para todos os Srs. Deputados e Senadores que fazem parte dessa Comissão. Não há... Não são objetos sigilosos e, portanto, eu faço questão que todos tenham a listagem dos documentos que lá se encontram, até para que os Deputados e Senadores que necessitarem verificar e analisar qualquer um desses documentos possam fazer com toda liberdade. Portanto, todos os senhores receberão aqui a listagem de todos os documentos que se encontram no nosso poder até esse momento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson Mourão e, depois, Deputado Vic.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Excelência, apenas para indagar a V.Exa. de qual vai ser o procedimento para ter acesso aos documentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Secretário da Comissão estará sempre lá. É necessário que o Deputado faça o seu registro e tenha a oportunidade de verificar os documentos. Não são os documentos sigilosos, portanto, nós precisaremos fazer aquela preparação que eu tinha proposto no primeiro dia da nossa Reunião. V. Exa. tem todo direito de verificar os documentos à hora que V. Exa. quiser.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Na sala?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Na sala.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Verificar os documentos?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu já fiquei satisfeito com a resposta que a senhora deu. Era essa a pergunta que eu iria fazer à senhora. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Conforme a convocação, a presente Reunião destina-se à oitiva dos Srs. Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe de Segurança Institucional da Presidência da República; logo depois, Orlando da Silva de Jesus Júnior, Ministro de Estado de Esporte. Portanto, eu gostaria que o Ednaldo, o nosso Secretário, pudesse encaminhar aqui o Ministro Jorge Félix, que se encontra na sala de espera.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, enquanto o Ministro não chega, eu

gostaria de, se me permite V. Exa., registrar a presença do General Cardoso, ex-Ministro da Presidência do Fernando Henrique Cardoso, ex-Ministro também do gabinete da segurança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Seja bem-vindo, General Cardoso. É um prazer recebê-lo aqui em nossa Casa.

Em conformidade com o art. 398, eu sei que todos os Senadores e Deputados já sabem, mas eu quero só relembrar, nos incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: O Ministro terá meia hora para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos. Concedendo-se ao Sr. Ministro o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida... A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido com preferência para o autor do Requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Armando Félix, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, dizendo que é um prazer recebê-lo em nossa Casa. V.Exa. tem a palavra por 30 minutos.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Muito obrigado. Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, Presidente dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Sr. Deputado Marcelo Melo, Vice-Presidente dessa Comissão, Deputado Luiz Sérgio, Relator, Exmos. Srs. e Sras., Sras. e Srs. Senadores, Deputados, meu caro General Cardoso, meu antecessor e companheiro de muitos anos do Exército Brasileiro, senhoras e senhores aqui presentes, integrantes da... Dos meios de comunicação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui perante essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para dizer um pouco daquilo que fazemos, como fazemos e por que fazemos. Basicamente, evidentemente, voltado para o objetivo dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que é tratar fundamentalmente dos cartões de pagamento do Governo Federal, os chamados cartões corporativos.

Então, me permitam, inicialmente, fazer uma apresentação, eu não diria didática, mas diria, de uma certa forma, procurando esclarecer alguns aspectos que nós achamos que sejam importantes que fiquem bem definidos, bem nítidos e conhecidos por todos. Então, vamos abranger quatro aspectos aqui. Inicialmente, as atribuições do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, as peculiaridades que o fato de estarmos na Presidência da República atribuem... Implicam essas missões, a questão do sigilo e a Legislação relativa aos cartões de pagamento do Governo Federal, que tem a ver com aquelas nossas atribuições.

As nossas atribuições estão bem definidas na lei que organiza o Poder Executivo. A lei 10.683, de maio de 2003 dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Vamos iniciar, dentro do organograma estrutural da Presidência da República, mostrar aqueles chamados órgãos essenciais da Presidência da República: A Casa Civil, a Secretaria-Geral, Secretaria de Comunicação Social, o nosso Gabinete de Segurança Institucional, o Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Relações Institucionais e o Ministério Extraordinário, hoje composto pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos. Esses, então, são os chamados órgãos essenciais da Presidência da República.

Essa lei, então, entre as diversas atribuições que competem ao Gabinete de Segurança Institucional, nós destacamos algumas que têm mais a ver com o assunto que nós estamos tratando aqui. Primeiro, o art. 6º diz: "Zelar pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, aqueles mencionados na transparência anterior, e de outras autoridades ou personalidades, quando determinado pelo Presidente da República. Bem como", e aí também grifamos, "pela segurança dos palácios presidenciais e pela residência do Presidente e do Vice-Presidente da República. E ainda, coordenar as atividades de inteligência federal". Temos outras atribuições, na área de redução da demanda de drogas, nós temos atribuições na área de Gabinete de Crise, mas o que nos interessa especificamente hoje são essas atribuições aí mencionadas.

Ainda o art. 6º, em outro parágrafo, reza: "Os locais onde o Chefe de Estado e o Vice-Presidente da República trabalham, estejam ou haja a iminência de virem a estar em adjacências são áreas consideradas de segurança dessas autoridades, cabendo, então, ao nosso Gabinete de Segurança Institucional, para os fins do disposto neste artigo, adotar as medidas necessárias para sua proteção, bem como coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações". Aí, se incluem, dependendo do tipo de evento, se incluem as Forças Armadas, Polícia Federal, Polícias Estaduais, Guardas Municipais, enfim, todos os outros órgãos de segurança que eventualmente estejam envolvidos.

Vamos ver, então, quais são as peculiaridades da Presidência da República, que têm impacto nas atribuições do Gabinete de Segurança Institucional, essas atribuições referente à segurança e referente à inteligência.

Ainda a lei que organiza a Presidência dispõe e nos remete a essas peculiaridades, nós temos um sistema de segurança presidencial. Nós falamos em sistema de segurança presidencial e nós gostaríamos de nos reportar a uma época em que as coisas eram muito mais simples. Conta a história que o Presidente Getúlio Vargas terminava seu almoço no Palácio do Catete e saía caminhando pela Rua Paissandu, acompanhado de um segurança, que andava 30 metros na retaguarda dele, e não era incomodado por ninguém. Isso é uma outra época. Hoje, os Presidentes da República viajam pelo país inteiro, viajam pelo mundo inteiro e são submetidos a riscos que não ocorriam naquela época. Então, houve uma evolução daquela época até os dias de hoje, o Gabinete de Segurança Institucional, anteriormente oriundo da chamada Casa Militar da Presidência da República, sempre teve essa atribuição de fazer a segurança dos Chefes de Estado e do Vice-Presidente da República. Acontece que isso foi evoluindo e hoje temos, então, o chamado sistema de segurança presidencial, muito mais complexo e muito mais abrangente, como nós vamos ver a seguir.

Outras peculiaridades: Os deslocamentos dos Chefes de Estado, do Vice-Presidente e das comitivas oficiais; as atividades de inteligência e as ações de caráter sigiloso. Vamos ver alguma coisa sobre o nosso chamado sistema de segurança presidencial. A grande finalidade do sistema é garantir a liberdade de ação das autoridades presidenciais e contribuir para o pleno desempenho institucional da Presidência da República. Engloba segurança pessoal das autoridades presidenciais, dos seus familiares, de outras autoridades e dignitários; a segurança dos eventos presidenciais e a segurança das instalações presidenciais e, quando necessário à finalidade do sistema, outras instalações.

A garantia da liberdade de ação das autoridades presidenciais, Chefe de Estado e Vice-Presidente, e nós estamos chamando aqui de Chefe de Estado porque, normalmente, chefe de Estado normalmente é o Presidente da República. Mas, eventualmente, poderá ser, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, o Presidente da Câmara dos Deputados, já ocorreu, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, dependendo da ausência de um ou mais dessas... De uma ou mais dessas pessoas. Compreende a preservação da privacidade e da capacidade decisória e de articulação. Os limites dessa privacidade e os limites dessa capacidade decisória e de articulação são estabelecidos pelo Chefe de Estado em exercício. É ele que diz: "Eu quero que seja dessa forma ou quero que seja de outra forma". Cabe à segurança se adaptar à personalidade e ao temperamento do Chefe de Estado. Cada um tem o seu temperamento, a sua forma de agir, o seu grau de aversão ao risco, ou de maior ou de menor aversão ao risco, de modo que, então, nós dependemos da vontade da autoridade que ocupa o cargo, não apenas da autoridade, mas assim como de todas as demais pessoas que vão receber segurança por parte do nosso sistema de segurança.

Então, por intermédio de ação pró-ativa, gerenciamento dos riscos pessoais e institucionais a que estão submetidas por força dos cargos que ocupam. Como é que funciona basicamente esse sistema de segurança? Funciona, desde a programação de um evento, então, nós vamos fazer toda a coleta de dados, um trabalho de inteligência, para isso, contamos com todo o apoio do sistema brasileiro de inteligência, Agência Brasileira de Inteligência, Polícia Federal, eventualmente, Polícias estaduais, Departamento Penitenciário e por aí vai. São aqueles que fornecem todas as informações necessárias para o planejamento de um evento e também para o planejamento da segurança do dia-a-dia. É feito sempre um planejamento mais detalhado possível; é feito um levantamento, uma identificação dos riscos, uma avaliação dos riscos e, aí, essa avaliação é apresentada à autoridade ou à pessoa que recebe a segurança. E, a partir daí, nós dependemos da decisão dessas pessoas. Vão correr um grau de risco maior ou vão se contentar com correr um grau de risco menor e perder um pouco da sua liberdade de ação.

A partir daí, em função dessa decisão, cabe a nós o gerenciamento dos riscos. A partir da decisão da autoridade, nós vamos trabalhar em função dessa decisão. A prevenção é sempre o valor principal; no momento em que nós tivermos que tomar alguma ação reativa é porque nós perdemos a iniciativa; não fizemos, talvez, não tenhamos feito direito o nosso trabalho de casa, então, temos que reagir e não agir; cooperação e integração operacional, como eu já me referi, com Forças Armadas e demais órgãos de Segurança Pública, e sempre com o objetivo de proporcionar a liberdade de ação desejada para a autoridade, a pessoa, o dignitário.

Vamos ver algumas das complexidades que, vamos dizer, nos dão um trabalho maior ou nos causam maior grau de preocupação: Eventos com grande participação popular, deslocamentos, visita a regiões com altos índices de criminalidade ou com epidemias, visitas a locais isolados, sem apoio de saúde; recentemente, o Presidente da República fez uma visita à Antártica,

evidentemente, o grau de risco foi muito mais elevado do que uma visita dentro do Brasil; teatros, cinemas, shows, assim, com grande participação popular, ambientes fechados com dificuldade de acesso, com dificuldade de se poder retirar as pessoas, e também uma complexidade é a segurança de familiares e de outras autoridades, por quê? Porque, quando falamos, nos Eventos a que comparecem o Presidente e o Vice-Presidente da República, nós sempre temos uma possibilidade de planejar esses eventos; esses eventos são planejados, podemos fazer uma avaliação, temos tempo para trabalhar. Os familiares e outras autoridades, elas vivem o dia-a-dia de uma pessoa normal. Então, nós temos que acompanhar esse dia-a-dia. E o dia-a-dia não dá tempo para planejamento. Essas pessoas trabalham, se divertem, então, se a pessoa protegida sai mais cedo do trabalho e resolve ir a um cinema, a segurança vai ter que ir ao cinema. Se vai a um espetáculo, a segurança vai ao espetáculo; se vai à praia, a segurança vai à praia, sempre com o mesmo grau de responsabilidade.

Agora vamos entrar um pouco na parte referente à inteligência. Eu vou passar muito rapidamente sobre a parte referente à Agência Brasileira de Inteligência porque o Diretor-Geral está convocado para vir aqui amanhã. De modo que vou deixar os detalhes para essa presença dele aqui amanhã. Apenas vou me referir a algumas coisas, assim, mais genéricas e que digam respeito, e se tiverem alguma curiosidade depois, à política referente à Agência Brasileira de Inteligência, que é essa, sim, atribuição do Gabinete de Segurança Institucional.

A Agência Brasileira de Inteligência, uma das suas peculiaridades é essa necessidade do resguardo da integridade e da identidade dos agentes, das suas fontes e da preservação dos métodos e processos operacionais, de modo a salvaguardar as atividades de inteligência. Isso aí é da lei. A lei que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência e que criou, logo em seguida, a Agência Brasileira de Inteligência. Essa lei reza, no seu art. 6º: "O controle e a fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional". O Congresso Nacional, essa lei cria a chamada Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, uma Comissão Mista do Congresso Nacional, constituída, basicamente, pelos líderes da maioria e da minoria da Câmara e do Senado e dos dois Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A Presidência é alternada, um ano é do Senado, outro ano é da Câmara dos Deputados, sempre exercida pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de cada uma dessas Casas.

Talvez seja interessante aqui completar esse artigo, completar a leitura desse artigo: § 2º diz: "O ato a que se refere o *caput* desse artigo, que é o controle e a fiscalização, serão exercidos pelo Poder Legislativo, definirá o funcionamento do órgão de controle e a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos com vistas ao controle e fiscalização dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência.

Então, cabe esse controle externo da atividade de inteligência, nós temos outros controles, temos o próprio controle da Administração da Agência Brasileira de Inteligência, temos o controle interno da Presidência da República, temos o controle do Tribunal de Contas da União, temos o controle do próprio Gabinete de Segurança Institucional e o controle externo, exercido, então, pela chamada Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

E destacaria ainda o art. 9º da lei que diz que "os atos da Agência Brasileira de Inteligência cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas deverão ser publicados em extrato". Isto é, apenas um resumo daquilo que aconteceu e não o detalhamento daquilo que aconteceu.

No mais, se tiverem alguma questão, ficará para a fase do questionamento, das perguntas, e lembro que, amanhã, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência estará aqui para detalhar as atividades da Agência e tudo aquilo que se refere ao interesse dessa Comissão.

Passemos agora para um terceiro item, que é a questão do sigilo. Dispõe a Constituição Brasileira, no seu art. 5º, e nós destacamos aqui, dentro do art. 5º, o inciso 10, que diz: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas". E do inciso XXXIII, destacamos: "Todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou do interesse coletivo em geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

A lei 8.159, de 08 de janeiro de 91, no seu art. 23, também prescreve no § 1º: "Os documentos cuja divulgação põe em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade, da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos. De modo que é importante nós caracterizarmos o que a lei impõe a todos nós.

Atribuições do Gabinete de Segurança Institucional, cobertas pela ressalva de sigilo. Bom, agora vamos adaptar, ajustar as coisas umas às outras. Quais são as atribuições do Gabinete de Segurança

Institucional, no que diz respeito ao tema da nossa presença aqui, que devem ser cobertas pela ressalva de sigilo? Primeiro, segurança do Chefe do Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e, quando determinado pelo Presidente da República, de outras autoridades ou personalidades. Apoio e segurança de Chefes de Estado e de Governo e de dignitários de Governo em visita ao Brasil durante os eventos presidenciais. Fora dos eventos presidenciais, a segurança dessas autoridades aí mencionadas é atribuição da Polícia Federal.

Manutenção das instalações, bens e serviços das residências oficiais do Presidente e do Vice-Presidente da República, sempre que possa afetar a segurança. Então, uma preocupação nossa, qualquer trabalho de manutenção que venha a ser realizado, deve ser acompanhado pela segurança, as pessoas devem ser credenciadas, as empresas devem ser avaliadas, examinadas com antecedência, de modo que possa sempre garantir o maior grau de segurança possível.

Outras peculiaridades ainda cobertas: Segurança de saúde alimentar Do chefe de Estado e do Vice-Presidente da República. Atividades de inteligência, de segurança orgânica e de salvaguarda de assuntos sigilosos. E situações genéricas, que possam facilitar a identificação de equipamentos, instalações, procedimentos, doutrina, processos efetivos e pessoas vinculadas com articulação, operação, logística, administração, e emprego dos meios do sistema de segurança presidencial. Significa o seguinte: O sistema de segurança presidencial é atribuição do Gabinete de Segurança Institucional. Mas, as suas recomendações não se esgotam no Gabinete de Segurança Institucional. Elas devem ser seguidas por outras estruturas, que participam também dessas peculiaridades a que eu me referi aqui, que estou Projetando, e que têm obrigação também de nos ajudar a proporcionar a segurança necessária àquelas autoridades que a lei pressupõe.

Finalmente, a Legislação relativa aos cartões de pagamento do Governo Federal no que diz respeito ao tema que estamos tratando. A concessão de suprimento de fundos, isto é, basicamente o cartão de pagamento, já que o Governo Federal modificou esse Decreto, acabando com os saques em dinheiro, a não ser em situações excepcionais, que são as mencionadas aí, e eu destaco aqui a concessão de suprimento de fundos é feita para atender despesas eventuais, para atender as despesas de pequeno vulto e quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento. Então, as despesas feitas em caráter sigiloso podem ser feitas mediante concessão de suprimento de fundos. Isso aí está previsto nesse Decreto.

O mesmo Decreto, no art. 47, ressalva também: "A concessão e aplicação de suprimento de fundos para atender a peculiaridade dos órgãos essenciais da Presidência da República, da vice-Presidência da República", e que aí cita uma série de outros Ministérios, Justiça, Saúde, etc., "bem assim militares e de inteligência, obedecerão ao regime especial de execução, estabelecido instruções aprovadas pelos respectivos Ministros de Estado". De uma certa, forma já apresentei aos senhores aí uma parte daquelas nossas instruções que estão afetas a cada uma das estruturas do Gabinete de Segurança Institucional: Segurança, Agência Brasileira de Inteligência e as demais também.

Conclusão: Acho que andei mais rápido do que o previsto, mas é bom, que sobra mais também para conversarmos depois. Primeiro, qual é a nossa responsabilidade? A responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional é proporcionar o maior grau de segurança possível àquelas autoridades mencionadas na lei... Autoridades e pessoas mencionadas na lei. Há necessidade de preservar o sigilo de todas as informações que afetem a esse maior grau de segurança possível. É nossa obrigação, é nossa atribuição e é nossa responsabilidade. Como eu disse, não é de hoje, vem desde a época da Casa Militar da Presidência da República, e continua sendo uma obrigação e uma atribuição e responsabilidade nossas.

Agora, é importante mencionar também que o sigilo das informações não se confunde com a ausência de controle. A prestação de contas de todos os chamados gastos sigilosos que nós fazemos com relação à Segurança, essa prestação de contas é a mesma prestação de contas dos gastos ostensivos. Não muda nada. O que nós não fazemos é divulgar o tipo de gasto que é feito, para evitar que se identifiquem coisas como aquelas que foram mencionadas aqui.

No mais, eu gostaria de ressaltar que é uma oportunidade boa para nós falarmos um pouco sobre sigilo também. O Brasil hoje é um país com uma inserção internacional evidente, não apenas politicamente, mas fundamentalmente na economia, no comércio. Nós somos pontas em diversas áreas de exportação do mundo, seja na parte de grãos, de cereais, de carne, de frangos, e nós temos tecnologias hoje, tipo tecnologia Aeronáutica, a EMBRAER é a terceira produtora de aeronaves do mundo; nós temos tecnologia de prospecção em áreas profundas, talvez das melhores ou a melhor do mundo, pela PETROBRÁS; nós temos a EMBRAPA desenvolvendo tecnologias que nos permitem ascender a essas primeiras posições em todos esses produtos, todas essas áreas de exportação, e

nós temos obrigação de tratar o sigilo ou de pensar o sigilo como estrutura de Estado porque nós nos consideramos, nós Gabinete de Segurança Institucional, nos consideramos estrutura de Estado.

De modo que temos toda essa gama de preocupações. Conversamos com essas empresas, procuramos orientar essas empresas sempre que elas aceitam essa orientação, são empresas privadas em sua maioria, temos trabalhos conjuntos com o Ministério da Agricultura, com a EMBRAPA, temos trabalhos conjuntos com uma série de outras organizações; nós nos preocupamos, por exemplo, quando... Como Secretaria do Conselho de Defesa Nacional, quando é pedida uma autorização para se fazer pesquisa em alguma área da Amazônia, nós nos preocupamos em definir quem são as pessoas que vêm fazer essa pesquisa. Se o perfil dessas pessoas é adequado à pesquisa, se alguém quer fazer uma pesquisa numa área indígena, não interessa, não nos parece que seja importante que essa pessoa tenha um passado, por exemplo, na área de prospecção em geologia. Se for um antropólogo com passado de lingüística, tudo bem. Mas, quando vem alguém que não é dessas áreas, nós sistematicamente vetamos isso. De modo que o que eu queria deixar aqui é que o tratamento de sigilo é um tratamento que abrange uma gama muito grande, abrange praticamente todo o espectro de interesse nacional. De modo que essa é também uma atribuição, uma responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional e nós fazemos isso fundamentalmente por intermédio, como eu disse, da Agência Brasileira de Inteligência e das nossas outras estruturas que tratam desses temas.

No mais, queria agradecer a atenção de todos, mais uma vez agradecer a oportunidade, como eu me referi, de dizer o que fazemos, como fazemos e por que fazemos. Estamos aqui, a partir de agora, então, à disposição das senhoras e dos senhores para aquilo que quiserem perguntar. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General Félix. Nós que agradecemos a sua exposição e o senhor foi britânico, faltando 23 segundos para terminar a sua exposição. Quero passar a palavra, para suas considerações, primeiro ao Relator, e depois, seguindo à ordem natural das solicitações.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, o debate relativo à questão do sigilo tem sido o centro de todo o debate aqui da CPI. E muito aqui se falou da possibilidade de divulgação dos gastos relativos ao Presidente da República, de seus familiares. Então, uma pergunta de caráter eminentemente técnico: A divulgação desses dados traz prejuízo ou não ao Gabinete, no seu plano, na sua ação relativa ao plano de segurança? Então, é essencial ou não o sigilo relativo às contas do Presidente da República e de seus familiares?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Como eu antecipei e falei, nós temos a preocupação e a responsabilidade com a segurança. Todos aqueles gastos que eventualmente revelem rotinas, revelem quantidade de pessoas, revelem tipos de comportamento e que possam levar a conclusões que afetem a segurança, eles, para nós, devem ser sigilosos. Eu... É muito difícil a gente definir, até mesmo, por exemplo, quais são os limites dessa segurança. Difícil para todos nós; a Legislação nunca conseguiu definir isso; a própria Legislação que regula a ABIN, nós temos discutido, recentemente, nós estamos mudando a portaria que regula, por força da mudança desse Decreto, nós estamos mudando também as normas que regulam o trabalho e a prestações de contas da Agência Brasileira de Inteligência, então, é muito difícil estabelecer um limite de conta por conta, gasto por gasto. Mas, de uma maneira geral, eu diria que todos aqueles que podem ter reflexos sobre a segurança, podem reduzir o grau de segurança que nós temos a obrigação de proporcionar o máximo grau de segurança, esses gastos devem ser considerados sigilosos.

Então gostaria de caracterizar uma outra coisa. Nós não raciocinamos... É claro que raciocinamos com a figura do Presidente da República em exercício, com o seu temperamento, com sua personalidade... Mas nós achamos e consideramos que o tratamento que temos que dar à Presidência da República ou, mais abrangentemente, como eu disse, a chefia do Estado Brasileiro, é uma instituição, não é uma pessoa. Por isso eu me referi, desde a época da Casa militar da Presidência da República, passando pela criação e hoje Gabinete de Segurança Institucional, que a nossa responsabilidade é institucional, é proporcionar ao ocupante daquele cargo, seja quem for, o maior grau de segurança possível. Por isso mesmo nós temos essa preocupação e consideramos que todos aqueles gastos que possam eventualmente dar indicações a alguém que queira criar algum tipo de problema maior para a segurança, devam ser considerados sigilosos.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, o artigo... Foi mencionado na sua exposição, 5º, da Constituição Brasileira, no inciso XXXIII, ele é claro: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". A fim de permitir que nós, aqui na CPI, possamos compreender adequadamente o modo como o

referido dispositivo constitucional vem sendo aplicado, solicito a V.Sa. que discorra acerca de alguns critérios aplicados para definir, na prática, quais informações e dados são considerados imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Bom, evidentemente os gastos da Agência Brasileira de Inteligência, isso vai ser detalhado amanhã, mas podemos adiantar alguma coisa, uma grande parte dos dados da Agência Brasileira de Inteligência, particularmente aqueles referentes às operações de inteligência que são realizadas, a informantes que são utilizados, a contatos com serviços estrangeiros, informações que transitam pelo Sistema Brasileiro de Inteligência, todos esses dados, para nós, são considerados imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, já que a própria atribuição da Agência Brasileira de Inteligência é proporcionar segurança à sociedade e ao Estado. Desenvolver informações para uso fundamentalmente do Presidente da República e das demais autoridades do Governo, que sirvam exatamente para a proteção da sociedade e do Estado. É isso que reza a lei.

No caso da segurança presidencial, como eu disse, nós não tratamos a segurança como uma segurança de um cidadão. Nós estamos tratando de uma instituição que é a chefia do Estado Brasileiro e mais o Vice-Presidente da República. De modo a quê? Proporcionar a liberdade de ação, proporcionar o pleno uso da sua capacidade de decisão e de articulação para poder governar o país. Como eu disse, evidentemente adaptado à personalidade de quem ocupa, naquele momento a chefia do Estado Brasileiro.

Então, fica difícil definir, item por item, quais são os critérios. De uma certa forma nós mencionamos o critério ali, pode voltar àquela que fala das peculiaridades.

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: É a seguinte, adiante. Aí. O que é que nós consideramos que deva ser coberto pela ressalva de sigilo? Isso aqui... Essas são parte das nossas normas internas. Essas aqui são as atribuições. Agora, isso aí é colocado de uma forma genérica. Manutenção das instalações, é importante? Claro que é importante. Nós podemos permitir que qualquer pessoa vá fazer a manutenções das instalações do Palácio do Planalto, do palácio do Jaburu ou do Palácio da Alvorada? Evidentemente que não. Tem que ter um controle. A empresa tem que ter um controle. Tem que ser controlada pela segurança. As pessoas têm que ser identificadas, acompanhadas, controladas. Pode passar para seguinte.

Situações que possam facilitar a identificação de armamentos. Se nós mandamos lavar 10 coletes à prova de balas e cada pessoa usa um colete, significa que são 10 pessoas. Então, nós estamos definindo ali qual é o número de pessoas que estão empenhadas na segurança daquela autoridade. Então, são detalhes, assim, detalhes muito pequenos e que ficaria muito difícil definir aqui, um a um.

Então, nós temos que fazer as nossas normas; as nossas normas são genéricas e são aplicadas muito em função, primeiro, do bom senso e segundo, nós temos uma responsabilidade. E essa responsabilidade, se nós tivermos que, eventualmente, exagerar para um lado, será para o lado de proporcionar o maior grau de segurança possível. Temos exemplos históricos aqui, muito bem definidos, de casos, no Brasil e no exterior, em que nós tivemos riscos ou, eventualmente, até mesmo atentado a figuras públicas, a Presidente da República, Prudente de Morais, o próprio Dom Pedro, numa determinada época... Enfim, temos vários exemplos. Tivemos seqüestros de aeronaves, onde o co-piloto foi assassinado e o seqüestrador pretendia jogar o avião, antecipando de muito a figura do que aconteceu nos Estados Unidos, pretendia jogar o avião contra o Palácio do Planalto. Isso foi na década de 70, se não me engano. De modo que nós temos a obrigação da preocupação e de estar sempre raciocinando com a pior hipótese.

Nós trabalhamos, como eu disse, com informações oriundas do Sistema Brasileiro de Inteligência. Existem ameaças? Evidente que existem ameaças. Se não existissem ameaças, não haveria necessidade de nós termos um sistema de segurança. Como eu disse, já foi a época em que o Presidente da República poderia passear numa Rua do Rio de Janeiro. Não é mais assim.

Então, para cada caso e para cada informação que nos chega, nós fazemos uma avaliação de risco. E procuramos definir de que maneira nós vamos nos contrapor a esse risco. Agora, tudo aquilo que, na nossa visão, possa contribuir para aumentar esse risco, deve ser considerado, sim, sigiloso.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, V.Exa. disse aqui: "São dados... Detalhes muito pequenos". Mas eu acredito que, pela TV Câmara, estão nos assistindo do mais simples dos brasileiros ao... A pessoas de maior nível de compreensão. Como V.Exa. falou de pequenos detalhes, aqui nós somos muito questionados, por exemplo, o gasto da Presidência da República, quer dizer, onde se compra, o que se compra, como é feito com o dinheiro público, deveria ser dado publicidade a isso. Sobre o aspecto de segurança, mesmo este detalhe, é essencial o sigilo ou não?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Como eu disse, é muito difícil de se detalhar, se chegar a esse nível de detalhamento. Mas, em princípio, tudo aquilo que sirva para identificar processos, rotinas, métodos, facilitar... Se fala muito na parte de, eventualmente, de... Essas compras que são feitas, compras diárias, cotidianas, freqüentes. Nós tivemos vários casos de visitas ao Brasil, de autoridades estrangeiras, que até mesmo trouxeram a água... A água mineral de seus países. E consumiram aqui a água trazida dos seus países, não aceitando a água produzida no nosso país. De modo que isso aí é um nível de preocupação com um detalhe que mostra até que ponto nós temos e devemos que nos preocupar.

Então, tudo aquilo, repito, que indique rotinas que permitam que... Nós tivemos aqui a visita do Presidente dos Estados Unidos, comeu um churrasco na casa do nosso Presidente. Isso é uma coisa extremamente rara de acontecer. Um Presidente americano, não estou dizendo Presidente A, B ou C, um Presidente americano aceitar uma refeição desse tipo num país estrangeiro.

Estiveram aqui, durante semanas, exatamente para pretender e entender como era o nosso sistema de segurança e até que ponto eles poderiam confiar em que aquele tipo de alimento não teria sofrido nenhuma manipulação ou nenhum tipo de contato anterior por parte de elementos que quisessem causar algum... Pudessem fazer alguma atividade mais negativa contra essas personalidades.

De modo que, mais uma vez, eu digo, tudo aquilo que, na nossa visão, possa contribuir para reduzir o grau de segurança, deve ser considerado sigiloso. Agora, ponto a ponto, é muito difícil nós trabalharmos assim. Por isso nós fazemos as nossas normas e os órgãos da Presidência da República, que contribuem também para a segurança, cumprem juntamente conosco essas normas.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, uma última pergunta. Hoje o intercâmbio no mundo, na área de segurança, ele é muito acentuado. O senhor poderia aqui, de uma forma bem simples, nos relatar as experiências de outros países nessa área, até que ponto nós nos espelhamos e levamos em consideração essas referências? Quer dizer, o nosso sistema é mais rígido do que de alguns países ou é mais flexível? Quer dizer, em que pé nós estamos, nesse contexto de segurança institucional, em relação a outros países?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Nós trabalhamos com uma visão de Brasil. Considerando as nossas peculiaridades, cada país tem as suas preocupações, os seus problemas, as suas ameaças, nós temos que trabalhar com as ameaças, que são as ameaças possíveis de ocorrerem dentro do Brasil. Mas, quando há um contato do nosso Presidente ou do Vice-Presidente ou de alguma autoridade dessas mencionadas com autoridades estrangeiras, o grau de risco do nosso Presidente será, se essas autoridades estrangeiras tiverem um grau de risco elevado, o grau de risco para o nosso Chefe de Estado será exatamente o mesmo desse outro Chefe de Estado. Exemplificando, o Presidente vai a um evento na França, e se encontra com o Primeiro-Ministro francês, o grau de risco do nosso Presidente é o mesmo grau de risco do Primeiro-Ministro francês. Se o Presidente dos Estados Unidos vem ao Brasil, e os dois vão a um evento, o grau de risco do nosso Presidente da República é o mesmo grau de risco do Presidente da República dos Estados Unidos da América. De modo que nós consideramos que a nossa segurança, dentro das nossas limitações de pessoal, de orçamento, ela é perfeitamente adequada àquilo que nós podemos e devemos proporcionar ao Chefe de Estado e às demais autoridades.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Dou-me como satisfeito e passo a palavra à Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada. Antes de passar a palavra ao autor do Requerimento, eu gostaria de fazer um questionamento ao General Félix. Essa CPMI e o povo brasileiro têm na Constituição a Carta Magna e ali estão colocados dois tipos de sigilo, a que nós devemos nos ater. Um deles é o que está no art. 5º, VII da Constituição Federal, que são os dados relativos à intimidade e à vida privada das pessoas. Essa é uma questão que não está em discussão nessa CPMI. Mas, nesse artigo, no XXXIII, diz: "e dados da segurança da sociedade e do Estado". É nesse que essa CPMI se atém, nesse segundo tipo de sigilo. E nele estão inseridas as questões dos cartões corporativos.

O STF não tem trabalhado muito, e nós também aqui nessa Casa não, a respeito desse segundo tipo de sigilo. Os acórdãos do STF são sempre dirigidos mais às questões da segurança individual, segurança do sigilo de individual das pessoas. Em regra... Aliás, a regra é a transparência dos gastos públicos porque, segundo o sigilo, é feito com gastos públicos. Então, a regra é a transparência e a publicidade. O sigilo é a exceção, nesse tipo. E, como são... Os cartões corporativos são usados com recursos públicos da população brasileira, é claro que tem que se ter aí a flexibilidade de saber o gasto que é feito e que pode ser sigiloso, por retrato da segurança física do Presidente da República e de seus familiares, e daqueles que não o são.

Eu li, numa entrevista de V.Exa., não sei se está ipsis litteris como V.Exa. colocou, que nem sempre se

coloca da forma, às vezes, como se fala, mas V.Exa. disse que, "os gastos da Presidência da República com cartões corporativos são tratados como assunto de segurança nacional". Os gastos, portanto, as compras, eu não estou falando das pessoas, não estou falando de um técnico que vá ao Palácio do Planalto fazer uma reforma, que é obrigação que a segurança acompanhe, que a segurança esteja junto, não estou falando daquilo que mesmo sendo comprado com cartão corporativo, possa dar ensejo a que haja qualquer tipo de preocupação com a segurança pessoal do Presidente e da sua família. Eu estou dizendo compras, gastos com cartão corporativo, que pode ser comprar-se, pondo um papel de carta diferente que se pediu ou comprar um doce qualquer ou comprar um material de limpeza ou comprar material para piscina ou qualquer outra... Outro tipo de material. O que V.Exa. quis dizer, que os gastos da Presidência da República com cartões corporativos, quaisquer que sejam, foi pelo menos a interpretação que eu tive, são tratados como assunto de segurança nacional.

Então, era essa a preocupação que eu quis colocar porque, na nossa Constituição, também tem a explicação do que é segurança nacional para todo o povo brasileiro. Eu gostaria de ouvir um pouquinho o senhor sobre isso.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senadora, em primeiro lugar, me parece que essas palavras não são minhas. Certamente, exatamente assim, não são. Mas, de qualquer forma, considerando a sua pergunta, eu diria o seguinte. Primeiro, já me manifestei aqui a respeito, para nós, nós fazemos a segurança de uma instituição. Instituição Chefia do Estado Brasileiro, Vice-Presidente da República, não como pessoas, mas como instituições. Evidentemente, é difícil a gente tecer um detalhe desse tipo. Mas, volto a dizer, se o gasto permite identificar uma vulnerabilidade, uma rotina, ele deve ser considerado sigiloso. Se não permite, não precisa ser considerado sigiloso. Agora, como diferenciar um do outro? Nós teremos que analisar, gasto por gasto, e dizer: "Esses 20 centavos aqui são perigosos. Esses 40 não são". É complicado de se fazer isso. Por isso nós temos regras, nós temos normas, que são genéricas.

Agora, é possível fazer isso? É. Agora, é interessante caracterizar também o seguinte, todos os gastos, sejam eles ostensivos, sejam eles perigosos, são conferidos, auditados e acompanhados permanentemente pelo controle interno da Presidência e pelo Tribunal de Contas da União. Os gastos são sigilosos; a prestação de contas não é sigilosa. A prestação de contas é a mesma prestação de contas de qualquer outro gasto ostensivo. Então, o Tribunal de Contas da União tem acesso a todas essas informações, audita essas informações e, quando constata alguma irregularidade, determina a apuração ou, eventualmente, até mesmo a punição daquela pessoa que cometeu algum tipo de irregularidade, seja ela administrativa, normalmente é administrativa, e ocorrem erros, é normal ocorrerem erros, as pessoas erram e... Erram e se consertam ou erros ou, eventualmente, são responsabilizadas por aqueles erros e vão cumprir aquilo que for determinado, a princípio, pelo Tribunal de Contas da União. De modo que é a resposta que eu posso lhe dar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General. Então, eu quero, só para clarear bem a situação, há gastos com cartões corporativos da Presidência da República, que são sigilosos naquele que possam implicar em segurança pessoal do Presidente, do Vice-Presidente e de seus familiares, e há gastos que não são, evidentemente. Obrigado, General.

Isso é bom para que todos nós aqui, essa Casa também, a gente possa ter claro que nem todos os gastos são sigilosos e que essa Casa tem o direito de ver todos os gastos que não são sigilosos e até os sigilosos, se nós quisermos, se for votado nesta Casa.

O autor do Requerimento, e depois passo a lista de inscrição. Deputado Vic, autor do Requerimento, V.Exa. tem cinco minutos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, General, Ministro. Ministro, eu gostaria de fazer tipo um pingue-pongue, para ficar mais rápido. Tenho algumas perguntas e fico preocupado com o tempo. Se o senhor puder responder, uma por uma, eu agradeço.

95% dos gastos da Presidência da República com os cartões corporativos são sigilosos. Essa é a informação que nós temos. O senhor afirma que todas as despesas são ligadas à segurança da Presidência, para que sejam tão sigilosas e tão impossíveis de chegar aqui a essa Casa?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, eu não posso... Eu avalio, mas não tenho noção porque eu trabalho no Gabinete de Segurança Institucional. A Presidência da República--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas eles são sigilosos justamente por isso.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: A Presidência da República é um complexo de vários Ministérios, como nós mostramos aqui. E o que eu posso lhe dizer é o seguinte: Todos os gastos que eventualmente possam acarretar redução no grau de segurança devem ser considerados sigilosos. Agora, o senhor imagina uma estrutura para avaliar gasto por gasto... Nós teríamos que ter uma estrutura... Então, nós tra-

balhamos, como eu disse, com normas, e as normas abrangem o bom senso e abrangem, de uma maneira geral, os grupos de gastos. As pessoas, normalmente, as pessoas que realizam esses gastos são as pessoas que têm ligação com a área que vai influenciar direta ou indiretamente a segurança.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, ligado à segurança, a esteira que foi comprada pela área ligada ao senhor, o senhor acha que é uma compra sigilosa, sendo uma esteira, um... Que deveria ter um processo licitatório?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Bem, primeiro não me consta que tenha havido compra de esteira. Nunca houve compra de esteira. Houve manutenção de esteira. E as esteiras são indispensáveis porque todas as pessoas vinculadas à segurança--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas até essa manutenção também é sigilosa de uma esteira, já que não houve a compra, como o senhor afirma que não houve?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não houve a compra. As esteiras são necessárias para se manter as pessoas adestradas fisicamente. Qualquer estrutura de segurança precisa ter seus homens adestrados e fisicamente aptos--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim, mas isso precisa ser mantido sigiloso? O local onde é a manutenção da esteira?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Se pudermos preservar o local onde funciona a estrutura de segurança, sim.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo. Os gastos pessoais, por exemplo, com a primeira-dama, com produtos de higiene, beleza, são considerados gastos de segurança?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Nós não estamos preocupados com o tipo de produto que é comprado nesse caso. Nós estamos preocupados com a procedência do produto, com o transporte do produto, quem é que leva o produto, e com a identificação de rotinas que permitam interferir--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo, General. Mas, feito tudo isso, o produto chega à primeira-dama, a partir daí, tem que ser sigiloso o gasto? Já se viu que não tem pimenta no produto que ela vai passar no rosto, não se tem nada que vá manchar o rosto da primeira-dama, aí se compra a maquiagem da primeira-dama. Até aí acho que é interessante, a segurança cuidar para que chegue bonitinho lá, lacrado para que ela use lá sua maquiagem. Depois disso, esse gasto continua sigiloso?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, francamente, eu não pretendia descer a um detalhe tão pequeno assim. Nós tratamos de segurança de uma maneira geral.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim, mas é tão pequeno para o senhor, mas aqui está chegando para nós como sigiloso-

DEPUTADA PERPÉTUA DE SÁ (PT-AC): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputada Perpétua, eu gostaria, Presidente-

[soa a campainha].

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Depois a Deputada Perpétua faz as considerações sobre maquiagem, que ela deve entender bem.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: A aquisição, para nós, o processo de aquisição, ele é feito e nós procuramos preservar sempre as informações que remetam ao local de aquisição, às pessoas que fazem aquisição... A partir daí, como eu já me referi aqui, e vou falar novamente, todos os gastos sofrem a mesma fiscalização e o mesmo processo, sejam eles considerados-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): General, me permita?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O fato de o gasto considerado sigiloso é simplesmente não deve ser dada divulgação a esse gasto. Agora, a auditoria é a mesma. Rigorosamente. O Tribunal de Contas da União--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Tribunal de Contas faz. O que estou perguntando para o senhor, General, com toda clareza possível, é se... O senhor diz, bom, para chegar à maquiagem... Estou dando um exemplo, o senhor acha que é pequeno, mas é isso que está acontecendo aí... Para a maquiagem da primeira-dama chegar, tem que ser observada, olhada, para ver se está tudo certo, para ver se não tem nada que possa comprometer a saúde da primeira-dama. Bom, até aí, tudo bem. Mas, depois, esse gasto não é mais sigiloso. A minha preocupação é o depois. A compra já foi feita. Nós queremos saber se esse gasto é sigiloso, não é se o material que a primeira-dama comprou, se vai se maquiar, se não vai. É o gasto que é sigiloso. O que está acontecendo aqui é que nós não estamos tendo acesso a nada. Nada que se diga que vem de lá do Palácio do Planalto, da Casa do Presidente, da Casa do Vice-Presidente. Aí, eu lhe faço uma pergunta: O senhor considera que os gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que estão nesse dossiê, são sigilosos? Se as mesmas compras fossem no Governo Lula, prejudicariam a segurança do Presidente Lula, General?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, pela ordem, Sra. Presidente. Sra. Presidente, por favor, Deputado Sílvio Costa. Sra. Presidente, o Deputado Vic Pires já gastou seus cinco minutos. Já começou aí a outra parte. Então, eu gostaria que V.Exa. seguisse literalmente o Regimento porque foi uma opção do Deputado Vic fazer o pingue-pongue. Se ele tem feito as perguntas antes, evidentemente, ele estaria no tempo. Então, gostaria que V.Exa. cortasse a palavra do Deputado Vic porque, efetivamente, o tempo dele já esgotou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]. Como ele já está respondendo ao mesmo tempo, são cinco minutos de um, cinco minutos de outro, portanto, são 10 minutos os dois juntos. Está correta a assertiva. Por favor, Deputado Vic--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu gostaria que fosse descontada essa intervenção muito inteligente do Deputado Sílvio.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Será descontada a intervenção do Deputado Sílvio.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, voltando à sua pergunta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor entendeu? Porque o Deputado Sílvio lhe interrompeu. O senhor entendeu a pergunta? Senão posso repetir.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Por favor.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois, então, o senhor considera que os gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e não vão pensar aqui que foi o General Cardoso que passou essa pergunta para mim; ele está aqui apenas como nosso convidado. O senhor considera que os gastos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que estão no dossiê são sigilosos, se as mesmas compras fossem feitas hoje, esses gastos do dossiê fossem feitas hoje no Governo Lula, prejudicariam a segurança do Presidente da República?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Bom, vou responder em tese porque a expressão... A premissa é sua, não é minha. --

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, não tem premissa não.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: --Gastos de antigos Presidentes da República, de ex-presidentes da República, se revelarem rotinas, procedimentos, se revelarem ou acarretarem vulnerabilidades para o sistema de segurança, devem continuar a ser sigilosos. Senão, não devem. Essa é a resposta.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo. Ainda tenho mais duas perguntas, Presidente. Ainda tenho meu tempo para descontar. A Coluna do Moreno, do Jornal "O Globo", menciona que a compra de um colar com o cartão corporativo é sigilosa. Esse sigilo das contas, General, não dá um espaço para um possível desvio, já que o cidadão, o ecônomo, ou seja lá quem for que tem o cartão, vai no caixa, tira o dinheiro e compra um cartão, um colar de pérolas, ou seja lá o que for. O senhor não acha que... Isso é apenas para nós... Até para enriquecer o Relatório do nosso Relator. Isso aí não pode acarretar um possível desvio?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senador, me permita. Eu estou aqui como convocado, como Ministro de Estado, eu não posso ficar dando opiniões na base de achar. As minhas posições aqui são as posições do Gabinete de Segurança Institucional. Perdoe-me--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas isso é do Gabinete. É da primeira-dama.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Pois é. As minhas posições são do Gabinete de Segurança.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois é, mas isso é assunto, General, da Presidência da República.

[falas sobrepostas].

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Mas eu não posso me basear no que diz um jornalista, porque, francamente, senão estaria concordando com isso. Isso é uma premissa que não partiu de mim aqui e não tem nenhuma comprovação, que eu saiba.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu entendo. A última pergunta, Presidente. General, os gastos com as viagens do Presidente Lula... Do Presidente, vamos esquecer o Presidente Lula, o Presidente da República, eles são, os gastos e a própria viagem, eles são todos coordenados pela sua Secretaria, pelo seu Ministério, a segurança completa dele. Claro que com Aeronáutica, com Itamaraty, mas a segurança em si. O senhor acha que esses gastos... O ecônomo pede, por exemplo, 50 mil dólares, que é para fazer essas despesas no exterior, o senhor acha que esses gastos têm que ser sigilosos?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Em princípio, sim. Esses gastos a que o senhor se refere, esses recursos que são levados, de uma maneira geral, esses recursos quem usa é a tripulação das aeronaves. A tripulação das aeronaves usa porque existem determinados aeroportos no mundo que não aceitam cartões.

Então, para se pagar o combustível, em países da Ásia, África, e até mesmo da Europa, é preciso--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo. Mas eu volto àquilo. Para fazer o gasto lá--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para encerrar, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu tenho meus dois minutos e eu posso usar-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Seus dois minutos de tréplica já estamos contando.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ah, tá. Para fazer esses gastos, claro, precisa de dinheiro em espécie. Mas a prestação de contas é que eu estou me... Por exemplo, eu tenho aqui, já que o senhor disse que é sigiloso, eu tenho até medo de entrar nessa investigação da Polícia Federal, porque eu tenho aqui os gastos, então, vou guardar aqui como sigilosos da Presidência da República que, por exemplo aqui, 8.710 dólares foram gastos em comida e bebida para o Presidente da República, numa viagem de dois dias. Não estou aqui questionando se os 8710 dólares é muito ou pouco, eu estou apenas perguntando para o senhor se isso é sigiloso. O que ele comeu lá, o que ele bebeu, enfim, se isso pode... Porque eu vou passar isso para imprensa, sendo sigiloso ou não. Eu apenas fico perguntando--

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O que ele bebeu ou o que ele comeu--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): *Food*, em inglês, é comida. Combustível, ainda tem mais, são 50 mil dólares; só são oito mil isso aqui. Ainda tem mais combustível, ainda tem mais outras coisas. Isso aqui é *food service*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, sua pergunta para o General Félix.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Foi essa a pergunta. Se isso é sigiloso, se isso é importante que fique sob sigilo ou se isso pode ser investigado por essa CPI. Para a gente encontrar pelo menos alguma coisa para investigar. Uma comidinha do avião. Alguma coisa, que a gente não tem nada ainda para investigar.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O que ele comeu ou o que ele bebeu não é problema da segurança. O problema da segurança é a origem da alimentação, quem levou a alimentação, quem transporta a alimentação e quem tem acesso a essa alimentação. Essa é a preocupação da segurança. O que foi, o artigo, isso aí não... Nesse caso, não interessa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Interessa, o eu disse, é o que possa causar algum tipo de vulnerabilidade para a segurança. E, aí, para nós é sigiloso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, eu faço uma pergunta. Eu estou inscrito aí. Eu ainda tenho direito de fazer perguntas? Porque eu cheguei cedo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. V.Exa. já lhe dei preferência como autor do requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Como autor do requerimento... Então, não tenho mais direito de fazer nenhum tipo de pergunta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): General, muito obrigado pelas respostas e fico muito satisfeito.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Senadoras e Deputados, caros colegas, Ministro Jorge, o senhor, como responsável pela Segurança Institucional da Presidência da República, é um Ministro munido de todas as informações ou as mais... O conteúdo maior de informação possível para manter informada a Presidência da República. É uma das... Excelência, depois eu começo meu tempo-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É uma das pessoas mais informadas, ou pelo menos deveria. Eu acredito que é, pela competência de V.Exa. Então, V.Exa. tem acompanhado o andamento desta CPMI. Em vários momentos políticos que V.Exa., como Ministro militar, não é político, mas acompanha o movimento político deste país, o senhor tem visto, aqui nesta Comissão, o embate político que tem acontecido. E nós, da base aliada, temos defendido--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Com licença. Senador Jucá, V. Exa. não pode se retirar. Eu gostaria que V.Exa., como líder do Governo, permanecesse aqui na CPMI. Não precisa ser membro para participar.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Deputado, Senador, olha, eu acho que deveria estar aqui é o Senador Arthur Virgílio, que tem cobrado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele está numa Reunião de liderança e me avisou que daqui a pouquinho estará aqui. O senhor pode ficar tranqüilo que ele vem. Deputado Carlos Willian, desculpe-me, pode concluir sua pergunta.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E aí, Sr. Ministro, nós temos tido esse embate. Agora, nós vimos aqui o Deputado Vic, autor do Requerimento, dizer que ele tem em mãos, uma despesa, tem os dados de uma despesa que ele lhe perguntou se considera essas despesas são sigilosas ou não. E ameaçou ou disse que iria passar essa despesa para a imprensa, ou seja, ela é sigilosa. É uma despesa da Presidência da República. Aí, em vem o meu questionamento, o primeiro que eu faço para V.Exa., o primeiro... São duas perguntas apenas: A vinda de V.Exa. nessa CPI é uma expectativa muito grande, para nós definirmos o que são gastos sigilosos da Presidência da República e o que não são gastos sigilosos da Presidência da República, para nós sabermos em qual linha nós vamos continuar trabalhando. Porque nós temos uma idéia que, enquanto o senhor não viesse aqui a essa CPI, nos esclarecer, como Ministro Institucional, o que são estes gastos, o que são e o que não são sigilosos, e além do que é e o que não é sigiloso, o que não é sigiloso mas que pode vir para essa CPMI e constranger a família do Presidente, dos assessores do Presidente e das pessoas ligadas ao Presidente-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Porque, se o Deputado Vic, com apenas uma informação de combustível de uma viagem presidencial, ele já está querendo passar para a imprensa, imagine quando chegarmos aqui, isso se nós aprovarmos, alguns gastos da Presidência da República, o que não vai acontecer com esses gastos? O que não vai acontecer também com a privacidade do Presidente, da primeira-dama, da sua família e dos Ministros ligados à Presidência da República diretamente? Aí, a minha pergunta para V.Exa. são duas, e a primeira eu gostaria que V.Exa. gastasse um pouquinho mais de tempo para poder nos explicar, pelo que V.Exa. viu aqui, o que é que V.Exa. considera sigiloso e o que não é sigiloso. E o segundo, o que não é sigiloso, mas que é da vida do Presidente da República, despesas do Presidente da República, da primeira-dama e de sua família, se vierem para cá, obviamente, eu não conheço uma CPI que os dados não tenham sido vazados. Qual o risco que nós vamos ter da privacidade do primeiro mandatário dessa nação? Muito obrigado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, art. 14, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Fui citado pelo Deputado Carlos Willian, gostaria apenas de dar um esclarecimento.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Citei como argumento, mas, por mim, tudo bem, sempre colabora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós vamos fazer uma regra aqui, nessa semana-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu não vou discutir. Eu só quero dar um esclarecimento do que eu falei a respeito dos documentos-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Do que manda o regimento. Eu sempre tenho sido pusilâmine nessa questão, mas vamos nos ater ao Regimento, então, são dois art. 14 que vamos ouvir aqui. Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, eu fui citado com relação a esses documentos, Deputado Carlos Willian, com todo respeito, os documentos chegaram pra mim como documentos sigilosos, extra-oficialmente. No momento em que o Governo mande para cá, da forma que vai para o TCU... Se mandam para cá documentos como sigilosos, eu tenho dever de, como Deputado e Parlamentar, mantê-los sigilosos. Enquanto não chega uma autoridade aqui que diga que sejam sigilosos, esses documentos pertencem a mim, chegaram a mim e não estão com o carimbo de sigiloso. Tem escrito "Presidência da República", tem todos esses dados, agora, precisa que alguém me diga: "Olha, são sigilosos. Não pode ser liberado". Mas oficialmente. E, até agora, eu não vi. Até agora, eu não vi. E nenhum de vocês, V.Exas., podem afirmar que são sigilosos ou não. Mas são-

DEUTADO SILVIO COSTA: Sra. Presidente-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu posso acabar o meu raciocínio?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Só apenas para dizer que esses documentos chegaram a mim, não foram tirados lá do Palácio do Planalto, não entrei na madrugada por lá, não tive acesso a nenhum dossiê feito por lá, os documentos estão comigo, continuarão comigo, e não acho que vai ser nenhum tipo de problema porque tem a comida que o Presidente comeu lá dentro do avião, bebeu, comeu e gastou

8700 e tantos dólares. Não tem problema. Presidente da República--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Vic. Eu gostaria que o General Félix pudesse responder ao Deputado Carlos Willian. A palavra está com V.Exa., General.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, por favor, eu queria um pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Sílvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, sinceramente, com a maior calma do mundo, acho que a informação que o Deputado me antecedeu, ela é profundamente grave. O Deputado diz, em uma CPI, que recebeu um documento sigiloso do Presidente da República, que o General acabou de dizer que gastos do Presidente da República são gastos sigilosos, ele diz numa CPI que recebeu. Cabe a pergunta, quem o entregou? Porque, de repente, a gente pode pensar que é um dossiê paralelo. A senhora, como Presidente não pode--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Deputado vai morrer esperando.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): --Olha, eu estou falando sério, Deputado Vic, então eu gostaria que V.Exa... Eu tenho uma proposta a V.Exa. Isso aqui é uma CPI que a gente precisa dar um posicionamento à opinião pública brasileira. Nós não podemos continuar com esse tipo de ação. Eu gostaria de pedir a V.Exa. que depois procurasse o Deputado que me antecedeu para saber efetivamente a origem desse documento, porque, daqui a pouco, vai ser aqui uma guerra de documentos, e isso é uma coisa profundamente séria. E pelo menos eu entendo assim. Acho que um Deputado tem o dever, inclusive na frente do Ministro da Defesa, institucional, que defende, que cuida da segurança do Presidente, de dizer a origem. Porque ele acaba de dizer textualmente aqui, Sr. Ministro, que a segurança do Presidente não está funcionando. Ele acaba de dizer que não está funcionando a segurança do Presidente. Porque alguém passou para o Deputado Vic um documento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Sílvio, eu agradeço a vossa intervenção, mas quero esclarecer, General Félix, não falando pelo senhor, mas essa questão é uma questão interna e não é... Não se refaz a segurança de V.Exa. e dos seus subordinados porque se trata de documentos que, se saíram, chegaram a outros lugares, não é de sua competência, acredito eu. Então, gostaria que V.Exa. respondesse as perguntas do Deputado Carlos Willian.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, como... Agradeço a menção ao grau de informação, é nossa obrigação. Infelizmente, nunca é aquilo que nós gostaríamos de... Sempre estamos um pouco preocupados com o grau de informação que deveríamos ter. Mas, de qualquer forma, eu agradeço a V.Exa. essa referência. E, como o senhor mesmo falou também, nós procuramos nos comportar e achamos que a nossa estrutura é uma estrutura muito mais preocupada com coisas de Estado do que coisas de Governo. Evidentemente, pertencemos a um Governo, fazemos parte do Governo, e a política que eu faço é a política do meu Ministério, a política do Gabinete de Segurança Institucional. Nós ficamos absolutamente afastados de qualquer viés de política partidária, seja de A, B, C, Governo ou oposição, porque o nosso trabalho, como eu disse, nós procuramos conduzir como um trabalho voltado para o Estado Brasileiro.

Volto a repetir, é muito difícil se definir o que é e o que não é sigiloso. Nós temos que trabalhar com conceitos, com normas, com... Na nossa prestação de contas, existem gastos nossos e gastos da Presidência da República que são considerados sigilosos. E existem outros que não são considerados sigilosos. Não são todos os gastos que são considerados sigilosos e não são todos os gastos que são ostensivos. Então, isso aí vai na prestação de contas; o TCU avalia aqueles que são ostensivos nos seus acórdãos, nos seus relatórios, e coloca os que são considerados sigilosos nos anexos. Mas aprecia, da mesma forma, todos eles; julga da mesma forma todos eles e estabelece normas, regras, recomendações, reprimendas e sanções para os agentes supridos da mesma maneira. Sejam os gastos sigilosos, sejam os gastos ostensivos.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Muito obrigado. Sra. Presidente, está dentro do meu tempo ainda-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dois minutos?

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): É. Deixa eu esclarecer a V.Exa. e aos colegas meu sentimento e meu pensamento nesse momento, depois das palavras do caro Deputado Vic, muito competente e bem assessorado. Essa CPI, de novo, está sob suspeição, Sra. Presidente, dos membros dela. Primeiro, o Senador Álvaro Dias aparece com um dossiê que, antes dessa CPMI ser instalada, ele já apresenta um relatório de gastos do ex-Presidente. Agora, neste momento, o Deputado Vic apresenta documentos ligados diretamente à Presidência da República. Eu gostaria, dos líderes do Governo que estão nessa Casa, líder do PT, Senadores dessa Casa, tomassem uma providência, ou demitissem todas as pessoas do Palácio do

Planalto que têm acesso a esses dados porque eles estão vazando ou a Polícia Federal investigar imediatamente, a começar agora pelo Deputado Vic, de onde estão vindo esses documentos. Porque, senão estiver vindo do Palácio, eu acredito que não estão vindo, com certeza, eles estão vindo de um agravo particular do ex-Presidente da República.

Portanto, V. Exa., como Presidente dessa Comissão, tem que resguardar a dignidade dessa Comissão. Estão aparecendo documentos que apenas a oposição está tendo privilégio de ter acesso. E são documentos que nós consideramos e estamos brigando que são documentos sigilosos da Presidência da República. Ou o Gabinete Institucional não está funcionando, e aí existe uma quebra de confiança que não são eu que vou determinar, mas a Presidência da República, mas aí ela nos deixa aqui em situação difícil, porque nós estamos aqui defendendo uma tese, enquanto os documentos aparecem para a oposição, ou alguém lá dentro está repassando e tem que ser demitido, ou, então, a Polícia Federal tem que investigar de onde estão vindo esses documentos que estão com o Deputado Vic. É só esse o apelo que faço a V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, pela ordem. O General Cardoso acabou de me pedir que fala comunicasse à senhora que ele se sentiu extremamente constrangido ao estar sentado aqui, possivelmente se achar que ele estaria a meu convite. O General Cardoso é a primeira vez que vejo na vida. Ele estava sentado aqui e eu, educadamente, o convidei que viesse sentar aqui, como ex-Ministro, como autoridade, que sentasse aqui. Se eu troquei duas ou três palavras com ele, foi só para dizer que eu era um Deputado do Pará, Deputado Federal, porque ele achava que eu fosse até Senador. Em nenhum momento, ele conversou, em nenhum momento, ele teve acesso a esses documentos. Por isso ele se retirou aqui, achando, e acho que a senhora poderia chamá-lo, e dar um outro lugar, se ele se sentir constrangido, porque ele achou que, ao não ser citado, mas, possivelmente, se acharam, um Deputado, tendo achado que ele teria sido o autor desse vazamento, e por isso, um homem de respeito, saiu daqui. Se V.Exa. pudesse chamá-lo, seria importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Vou conversar com ele. Quero apenas, antes de passar a palavra ao líder do Governo na Câmara, que me pediu a palavra, eu quero só explicar ao Deputado Carlos Willian que... Não sei se eu entendi bem, mas Deputado, os gastos, o que o Deputado Vic se referiu, foram gastos da atual Presidência da República. Eu acho que ele não se referiu aos gastos passados. Então, a palavra ao-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --Que deveria, mas que foi, pela imprensa, e vazou da Casa Civil, que está--

ORADOR NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, sim... Que é do Governo anterior. Eu queria passar cinco minutos ao líder, que me pediu a palavra. A palavra é sua.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, Presidente desta CPMI, cumprimentar o Relator Luiz Sérgio, cumprimentar o General Félix, Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, pelo excelente trabalho que presta ao nosso país, na função que ocupa, e cumprimentar a todos os colegas Deputados e aos Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Eu pedi a palavra, Presidente, nobres colegas, para expor a minha contribuição e avaliação sobre este tema que estamos discutindo, se o conceito de transparência sobre gastos públicos, de fato, estaria ou estará representado na idéia de que todo e qualquer gasto público deve ser divulgado à exaustão, em todos os veículos de comunicação do país. Eu discordo dessa tese, inclusive estranho, porque... Permitam-me aqui a crítica à oposição atual, esta preocupação com a espetacularização(F) de gastos sigilosos, com sigilo determinado pela questão de segurança, ela é uma preocupação recente da oposição. E isto torna, na minha opinião, esta preocupação muito marcada pela idéia da luta política entre partidos. Porque a oposição foi Governo no país. E, ao longo, por exemplo, de oito anos em que esteve no Governo, ela nunca defendeu a tese de que os gastos da Presidência da República deveriam ser todos eles publicizados(F) para que o Presidente, então, fosse considerado um Presidente que fazia bom uso do recurso público.

Então isto é a primeira contradição que eu percebo na postura da oposição, do meu ponto de vista, denotando claramente uma idéia de luta política em cima de um tema que não deveria servir, para aquela boa luta política entre Governo e oposição, tratando de temas estratégicos de interesse do país.

Segundo, será que alguém imagina algum brasileiro, nobre Presidente, Relator, que a régua para medir a idoneidade e o bom uso do recurso público, da ação de um Presidente da República, seria analisar os gastos sigilosos que a segurança determina que assim o sejam? Um Presidente que lida... Uma Presidência da República que lida com decisões que valem

bilhões de reais, que lida com toda a gestão pública do país, por decisão soberana do povo. Então, perdoe o Deputado da oposição, que me antecedeu, eu gosto de citar o nome, mas vejo que não posso porque senão cita o art. 14, será que seria fazer uma profunda investigação sobre a comidinha, na linguagem que ele utilizou, com a qual o Presidente e uma comitiva se alimentaram durante uma viagem internacional? Sinceramente acho que não, Deputado. Eu acho que a régua para medir a postura do bom uso do dinheiro público do Presidente da República não é essa. Não é nem para medir o Presidente que V.Exa. apoiou e do qual eu era oposição e nem para o atual. Eu, aliás, quero dizer, quando vazaram informações dos gastos da Presidência da República anterior, eu disse, desde o primeiro momento, e repito aqui: "Isto é ilegal, e não deveria ter ocorrido".

Agora, também eu esperava que a oposição tivesse tido a mesma postura quando, há poucas semanas atrás, Senador Valdir Raupp, vazaram gastos da atual Presidência da República e, naquele período, eu vi a oposição usar os dados para alimentar suas luta política. Não pode fazer política com dois pesos e duas medidas. Isso a população não compreende. Ela passa a perceber que o objetivo da oposição é o puro desgaste rebaixado da autoridade do Presidente da República. E, no fundo, eu percebo, da fala de alguns, que esta é a questão fundamental—

[soa a campainha].

--Que os move.

Agora, quero, antes de concluir com a sua tolerância, Presidente, dizer o seguinte, nós temos que lembrar que, quando um gasto é coberto por sigilo, por uma questão de segurança do Estado Brasileiro, não quer dizer, e é importante que não se manipule a opinião pública com uma informação equivocada, que ele não seja fiscalizado. Nós temos estruturas do Estado Brasileiro, Tribunal de Contas, Ministério Público, Contadoria Geral da União, que estão delegadas, por todos nós brasileiros, para fazer essa fiscalização. Agora, me permitam os Deputados e Senadores da oposição, ninguém aqui é ingênuo. Eu já participei de inúmeras CPIs. Eu lembro de uma, por exemplo, que esse exemplo está marcado até hoje na minha mente, foi nessa sala. A CPI foi fazer uma oitiva reservada de um doleiro que estava preso, foi preso, inclusive, pela ação da Polícia Federal durante o Governo Lula, que desbaratou uma quadrilha de evasão de divisas, este doleiro foi preso e a CPI transformou o doleiro em alguém que iria questionar a posição do Ministro da Justiça do Estado Brasileiro, que era o Ministro Marcio Thomaz Bastos. Pois bem, prometia ela que seria uma oitiva reservada. Cinco minutos depois de terminada a oitiva, as fitas gravadas estavam na mão... Não me lembro de que redes de rádio e televisão etc., foram ao ar e transformaram um doleiro preso numa pessoa mais importante, com mais credibilidade que o Ministro da Justiça de Estado. Nós não podemos continuar fazendo política desta forma. É um pedido que eu faço para Governo e oposição. Nós temos que discutir temas estratégicos de interesse do país. Nós não podemos ir de tapioca em tapioca, de comidinha em comidinha, com rebaixamento interminável da política. O nosso Governo não teme nada. Podemos investigar tudo. Mas, nós queremos que a política tome um outro rumo. Não se coloca sob suspeição uma Ministra com a responsabilidade da Ministra Chefe da Casa Civil, com base numa versão de um suposto dossiê que não existe.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Para concluir, Presidente, eu diria o seguinte: A última crítica que eu preciso fazer à postura da oposição é que agora se inventou uma tese nova, de dois dias para cá, Deputado Renildo Calheiros, é a tese de que tem que ter duas CPIs para o mesmo assunto. Ou seja, o trabalho que V.Exa. conduz, Presidente, não serviria. O trabalho que esses Senadores e Deputados estão fazendo aqui seria uma perda de tempo. Porque se tem que ter outra CPI para discutir o mesmo assunto, a primeira coisa que eu quero dizer é o seguinte: Nós vamos colocar dinheiro público na lata do lixo? Como é que vamos fazer duas CPIs sobre o mesmo assunto? Então, o General Félix está aqui hoje, dispondo de um tempo, muito corretamente, para atender o Parlamento brasileiro, mas um tempo de uma autoridade pública que tem enormes responsabilidades. E, aí, a semana que vem, ele voltaria em outra CPI? Para responder as mesmas perguntas? Para passar a mesma exposição? Ora, isso está virando uma brincadeira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Sr. Deputado.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Eu concluo, fazendo um apelo, Sra. Presidente, que nós reforcemos o papel dessa CPMI, que está fazendo um papel qualificado, façamos uma investigação sobre os métodos, se há maneiras de melhorar a transparência, de alterar a forma de gastos com cartão, conta tipo B, mas não vamos partir para essa luta política, totalmente rebaixada, e que coloca os interesses estratégicos do país em segundo plano. Obrigada, Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitaria a minha inscrição pela liderança da minoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Flexa. Depois do Senador José Nery, que já tinha me pedido antes, V.Exa. terá a palavra. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Deputadas. Sr. Ministro Jorge Félix. Primeiro, queria dizer, antes de me dirigir diretamente ao General Jorge Félix, o que nós estamos vivendo aqui nesta CPI demonstra claramente como o Congresso Nacional, que constitui uma CPMI para investigar denúncias de mal uso de recursos públicos, através de cartão de pagamento do Governo Federal, quando aqui não tivemos a oportunidade de ouvir os esclarecimentos de autoridades do Governo Federal que, sem dúvida, prestariam informações muito valorosas para o esclarecimento dos fatos, tendo em vista que, primordialmente aqui, deveríamos buscar o esclarecimento dos fatos para aperfeiçoar os mecanismos de controle dos gastos públicos, inclusive, com cartões corporativos.

Quando eu vejo a tranqüilidade com que o General Félix vai falando e respondendo das suas atribuições, creio que postura igual teríamos aqui se, conjunto de requerimentos que foram rejeitados a semana passada, que impediu e que impede efetivamente de o Congresso fazer essa investigação, porque, até aqui, nós não dispomos de informações que efetivamente contribuam para o cumprimento das atribuições dessa CPMI.

E, quando o General Félix nos diz e nós sabemos disso, que os gastos são sigilosos, mas a prestação de contas é pública, ou seja, não é sigilosa, como aquela que está sendo auditada, controlada pelo Tribunal de Contas da União, mas aqui, pasmem, este Plenário da CPI, num ato de... A meu ver, desculpe o senhor, porque estou incluso, faço parte da CPMI, acho que, num ato de insanidade Parlamentar, aqui decidimos não requisitar documentos do TCU que tratam das prestações de contas sigilosas, da prestação de contas sigilosa, nos negando a ter acesso a informações absolutamente necessárias para formar um juízo de valor sobre os fatos denunciados e, assim, contribuir com o papel que tem essa CPI.

Lastimável o papel que estamos cumprindo aqui. Porque não... Sei que há questões muito importantes para a agenda da pauta política do país, que o Congresso deveria se ater. Infelizmente, muitas vezes, acaba discutindo questões periféricas. Não que eu esteja dizendo que a CPI aqui, pelo contrário, eu sempre defendi o papel dessa CPI com as tarefas de investigação inerentes a essa CPI. No entanto, aqui não há disposição de investigar quase nada.

[soa a campainha].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --É lamentável que o Congresso se preste a um papel desses. Porque qualquer autoridade do Governo Federal, dos Ministérios, viesse aqui e tivesse convocado, de acordo com que prevê a Constituição, para prestar esclarecimentos, com certeza, teríamos aqui um ambiente muito mais adequado para o cumprimento do papel dessa CPI.

Mas eu queria, me dirigindo ao General Félix, perguntar se, de acordo com que estabelece a lei 11.111/2005, que criou a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, no âmbito da Casa Civil, perguntar se o senhor conhece ou sabe os nomes dos que compõem esta Comissão de Averiguação e Informação de Documentos Sigilosos e se o Gabinete de Segurança Institucional participa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, o General Félix.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Nós, fazendo... Procurando aqui o texto da lei, mas, adiantando a resposta, sim, o Gabinete de Segurança Institucional também participa dessa Comissão e, que eu me lembre, fazem parte dessa Comissão Ministro de Justiça, Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa, Advocacia-Geral da União, me parece que é só. De qualquer forma, nós temos que consultar a lei, e essa Comissão, ela foi constituída, mas, fundamentalmente com uma única atribuição: O tratamento dos documentos classificados no mais alto grau de sigilo. Significa os documentos ultra-secretos.

Dentro desse... Dessa visão, com duas atribuições: A primeira, de no caso em que estivesse se esgotando o prazo, e depois a prorrogação do prazo de validade dessa classificação ultra-secreta, se fosse considerado por proposta do Ministro que fez essa... Do Ministério que fez essa classificação, prorrogar essa classificação, então, ele apresentaria as razões a essa Comissão e essa Comissão, então, avaliaria e concordaria ou não com essa proposta.

E, por outro lado também, o cidadão ou a entidade que quisesse ter acesso a essa informação ou quisesse pedir a reclassificação dessa informação, coberta por esse grau de sigilo ultra-secreto, então, também faria chegar a essa Comissão, e essa Comissão, então, avaliaria o pleito e decidiria, sim ou não, ou parcialmente, daria...

É importante caracterizar que, quando nós falamos em sigilo de informações, existe um conceito, se não me engano, está naquele Decreto 4553, final de 2002, que diz que o importante também, quando se avalia a questão do sigilo das informações, é a chamada necessidade de conhecer.

Então, o trato das informações, em princípio, deve ser para aquelas pessoas que têm necessidade de conhecer o teor daquela informação, e não para todos. Isso aí é da Legislação também, não me referindo. Isso se aplica muito a esses chamados documentos de mais alto grau de sigilo. Os chamados ultra-secretos. Permita-me complementar a resposta...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, General?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Aqui estão os integrantes. A Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas é composta pelos seguintes membros: Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Justiça, Defesa, Relações Exteriores, Advogado-Geral da União e Secretaria Especial de Direitos Humanos. São exatamente aqueles que eu mencionei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General Félix. Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, eu queria perguntar ao General Félix, se não seria adequado normatizar, de fato, mesmo sabendo que, como o senhor mesmo explicou, que é difícil essa classificação do que seriam despesas sigilosas do que não deveria ser, tendo em vista a necessidade de segurança dos órgãos da Presidência, mas, não seria adequado, mais adequado que houvesse uma normatização para que despesas normais, ordinárias da Presidência, como compras, a gente vê aqui a lista dos dossiês que foram aí vazados, divulgados etc., de compras absolutamente normais, do dia-a-dia de qualquer cidadão, poderia fazer, inclusive, o Presidente da República-

[soa a campainha].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Não seria mais adequado normatizar, definindo exatamente quais seriam os gastos que deveriam ser carimbados como sigilosos e não toda e qualquer compra, como se vê na relação de materiais e de serviços adquiridos pela Presidência da República? Porque, por exemplo, locação de veículo, há um sentido em relação à segurança. Mas, toda e qualquer compra, como se vê nos documentos que estão aí vindo a público, não seria um excesso de zelo e também não incidiria também num descumprimento de um pilar básico da Constituição, que é a transparência dos gastos públicos? Porque muitas das despesas-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): --A meu ver, não estariam incluídas com esse carimbo de sigilosas, segundo a avaliação de muitos dessa CPI? É a minha avaliação também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. General Félix.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Seria, para nós, muito mais fácil trabalhar, se nós tivéssemos uma relação A, B, C, D; A é sigiloso; B é ostensivo. Infelizmente, nós não temos. A Legislação não prevê isso e nós temos que trabalhar com a Legislação que está disponível para nós, de modo que fica ao arbítrio das pessoas definirem o que é e o que não é. O que efetivamente nós procuramos ter, como eu disse, o máximo de bom senso em dizer "isso aqui é sigiloso, isso aqui não deve ser sigiloso". Mas, de qualquer forma, eu até já me repeti várias vezes, mas a prestação de contas não é sigilosa. A prestação de contas é rigorosamente a mesma para todos os gastos, sejam eles classificados como sigilosos ou ostensivos. Toda a cadeia que faz a averiguação dos gastos, o acompanhamento dos gastos-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: E a sua avaliação e definição, ela é ostensiva. Para todos eles.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): General Félix, antes de passar a palavra ao próximo inscrito, complementando essa pergunta do nosso líder do PSOL, eu queria uma informação do senhor em cima essa pergunta. Se a lei 11.111/2005 diz que uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, que é o nome da Comissão, decidirá sobre a classificação sigilosa dos documentos, no art. 4º, quais os critérios usados nessas configurações? O senhor lembra de memória, General?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Essa Comissão, ela se reuniu, se não me engano, duas vezes ou três, no máximo, desde que foi criada, e, fundamentalmente, para tentar estabelecer alguns parâmetros com relação a esses documentos considerados ultra-secretos, do mais alto grau de sigilo, onde se discute muito se esse prazo poderia ser prorrogado indefinidamente, de quanto tempo, e ali são documentos tratados... Documentos, vamos dizer, de um nível de preocupação o mais alto possível do país. São real-

mente os documentos mais estratégicos para o Estado Brasileiro, muito mais do que qualquer outra coisa. São documentos fundamentalmente documentos, alguns poucos militares, teriam se enquadrado nisso aí, e... E, fundamentalmente, documentos do Ministério das Relações Exteriores, que tratam da construção do país, de como as coisas foram feitas ao longo do tempo, ao longo dos diversos períodos da nossa história. Essa é a grande preocupação da criação dessa Comissão, que foi fundamentalmente para isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, é só para gente ter bem claro que existe uma Comissão de Averiguação e Análise de informações Sigilosas, que decide, dentro do Palácio do Planalto, os critérios para que um documento seja sigiloso ou não. Passo a palavra-

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente. Gostaria de me inscrever, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Líder, o vice-líder já tinha pedido, Flexa, e depois é o líder. Ah, como não? Desculpa--

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Se a senhora me permitir, eu gostaria de complementar o... Essa lei, ela pretende regular uma parte da parte final do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição, e ela diz o seguinte: "O Poder Executivo instituirá, no âmbito da Casa Civil, essa Comissão, com a finalidade de decidir sobre a aplicação de ressalva ou acesso a documentos, de conformidade com o disposto no § 6º da lei". E o § 6º da lei, ele trata exclusivamente o acesso aos documentos públicos classificados no mais alto grau de sigilo.

Então, essa Comissão foi constituída apenas para tratar do acesso aos documentos públicos, classificados no mais alto grau de sigilo. O que hoje é chamado de ultra-secreto. Então, essa Comissão está limitada, pela própria lei, a tratar apenas desses casos. E não de instituir uma normatização para todo o conjunto de documentação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General. Com a palavra, o Senador Félix... O Senador Flexa. É o General Félix aqui...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, ser confundido com o General Félix. Eu quero saudar a nossa Presidente, Senadora Marisa Serrano, nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, nosso convidado, Ministro Jorge Félix, seu assessor, Coronel Carlos Sucha, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

General Jorge Félix, V.Exa. fez alguns comentários, ao longo das respostas que lhe foram feitas, e eu gostaria apenas de ter, talvez, aqui alguns esclarecimentos mais aprofundados. Eu perguntaria a V.Exa., se V.Exa., no âmbito da Secretaria, no Gabinete de Segurança, tem Recursos Humanos disponíveis para fazer a identificação de que compras, que gastos poderiam ser incluídos na rubrica "sigilosos" de segurança ou não? Se todas as compras... Aí, gostaria de ter de V.Exa. a resposta pontual... Se todas as compras feitas pelos cartões corporativos da Presidência da República são examinadas pelo seu gabinete, para que eles possam ser considerados de segurança e sigilosos, ou não. Eu também gostaria de usar... São várias respostas, ter a resposta de V.Exa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Pontualmente, a resposta é não. Agora, os cartões de pagamento utilizados pela segurança, pelo Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional, gasto por gasto, são conferidos por nós. Nós temos uma relação de todos os gastos que foram efetuados, o que é que foi feito com o eventual material que foi adquirido ou serviço que foi feito, em suma, temos informações, gasto a gasto, de tudo que foi gasto pelos cartões de pagamento do Governo Federal, da Segurança do Gabinete de Segurança Institucional, desde o primeiro cartão, que foi de 2004. 2004 foi quando recebemos o primeiro cartão.

Se o senhor me permite, nós temos... Nós usamos apenas três cartões na segurança do Gabinete de Segurança Institucional. Um para Florianópolis, onde reside uma filha do Presidente da República; uma para São Paulo, onde residem os demais filhos, e uma para a própria chefia do Departamento de Segurança, aqui em Brasília. De modo que... E quem utiliza, quem faz o uso desses cartões é apenas... São apenas os chefes dessas estruturas. Nós poderíamos ter um cartão para cada integrante do... Mas isso, para nós, tornaria o controle muito mais complexo e muito mais difícil. Preferimos concentrar o cartão numa pessoa só e essa pessoa fica com a responsabilidade, a primeira responsabilidade pelos gastos e pela prestação de contas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo que eu entendi, General Félix, se eu entendi errado, V.Exa. me corrija. Só esses três cartões são, evidentemente, auditados pelo gabinete de segurança do que é sigiloso ou não. Então, eu não entendo por que os outros 11 mil e tantos cartões corporativos também estejam sob a rubrica "sigilosos" e "de segurança". E que o Congresso Nacional não tem acesso às informações.

Eu gostaria de continuar perguntando a V.Exa. se as compras recorrentes, feitas por esses cartões corporativos, elas não tiram a questão de segurança porque, pelo que se pôde ver, pelo dossiê montado na Casa

Civil e que depois veio a público pela imprensa, se viu que, no Governo Fernando Henrique, várias compras eram repetitivas na mesma empresa comercial. Ora, se vai um ecônomo lá comprar o vinho do Presidente, volta na semana seguinte e compra o vinho de novo, vai na terceira semana e compra o vinho de novo, que segurança é essa? Acabou a segurança porque todo mundo que tem acesso à empresa, seus funcionários sabem que está havendo compra para o Presidente da República. Então, não vejo motivo para que essas recorrências de compra possam trazer blindagem na segurança.

Mas eu perguntaria a V.Exa. que o saque em dinheiro por cartão corporativo, a Presidência da República gastou quatro milhões e pouco no ano passado, de 2007, 4.19, dos quais, 3.8 milhões foram considerados sigilosos. Eu pergunto: O saque em espécie desses cartões corporativos é também uma prática ou uma orientação para que seja mantido o sigilo? Ou isso pode encobrir desvios nas compras efetuadas pelos cartões? Porque os cartões corporativos, quando usados, eles passam a não ter esse sigilo porque a bandeira que... Do cartão corporativo, ela está obrigada, hoje, por Decreto Presidencial, a informar à Receita Federal todos os gastos daquele cartão--

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, que sigilo é esse que a Receita Federal tem as informações das compras dos cartões corporativos e o Congresso Nacional não pode tê-los? Perguntaria mais a V.Exa. V.Exa. acha que o Tribunal de Contas da União é um órgão que merece, por parte do Gabinete de Segurança, a confiança de ter acesso às contas sigilosas da Presidência e faça a sua auditoria em cima dessas contas, e o Congresso Nacional, que tem no TCU um órgão assessor, não pode ter acesso a essas contas? Não para torná-las públicas, repito, não para torná-las públicas, mas para que seus componentes, Senadores e Deputados, tenham conhecimento dessas contas auditadas pelo Tribunal de Contas.

E, concluindo, Sra. Presidente, eu gostaria de perguntar a V.Exa., que a reportagem "A República dos Cartões", publicada na revista Veja em 13 de fevereiro, lista os nomes de 10 servidores da Presidência que gastaram, em 2003, 11.6 milhões. Não há nenhuma coincidência entre os nomes que aparecem no Portal de Transparência e os seguintes nomes citados na reportagem. Vou ler os nomes da reportagem: Kleber Pereira Fialho, José Carlos Ferreira Fernandes, José Roberto de Assis Possa, João Domingos da Silva Neto, Mauro Augusto da Silva, Josafá Fernandes de Araújo, Anderson Ferreira de Aguiar, Maria Emília Mateus Évora, Ademar Polielho(F) Freire e José de Souza Barbosa. Queria saber se essas pessoas são ou eram portadoras de cartões corporativos, porque não aparecem no portal.

E, por último, o senhor considera razoável determinar que absolutamente todos os gastos efetuados por estes servidores sejam considerados sigilosos? Todos? Sem nenhuma exceção?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senador, me permita... Não sei se vou responder exatamente na ordem, mas, primeiro, vou voltar também ao... Já me referi aqui, não me cabe externar a opinião. Eu externo uma posição do Gabinete de Segurança Institucional, de modo que não me cabe opinar sobre... Mas o que me cabe é dizer que aquilo que vai para o TCU vai seguindo a Legislação em vigor, de modo que o TCU tem a incumbência, a atribuição de fazer a auditoria em todo o processo e por isso tudo é encaminhado ao TCU para que faça a auditoria.

Segundo, nem todos os gastos são, evidentemente, sigilosos. E nem todos os gastos são gravados como sigilosos. E o TCU separa muito bem, coloca os sigilosos em anexo e faz a apreciação sobre os outros diretamente... A mesma apreciação que é feita sobre os sigilosos é feita sobre os ostensivos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. permite um aparte? Quem faz a triagem é o TCU ou--

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não. Recebe como informação. "Esse aqui deve ser considerado como sigiloso e esse aqui não é considerado sigiloso".

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O TCU que faz a...

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Ele separa; os sigilosos, ele coloca em anexo e os outros faz a apreciação normal. Mas faz a apreciação também dos outros de forma...

O Gabinete de Segurança Institucional, como as outras estruturas da Presidência da República, se subordina, do ponto de vista administrativo, existe apenas uma Administração. É a Secretaria de Administração da Casa Civil, que faz toda a administração daqueles chamados "órgãos essenciais da Presidência da República". Nós não temos autonomia administrativa, de modo que a nossa atribuição, do ponto de vista administrativo, é apenas daqueles cartões que são utilizados por nós.

O Gabinete de Segurança Institucional, fundamentalmente, aquela estrutura que cuida das viagens do Presidente, a Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares, e mais o Departamento de Segurança. E nós temos um cartão, eventualmente

usado para o Gabinete de Segurança Institucional. O restante é todo ele feito por intermédio da Secretaria de Administração da Casa Civil. Nós fazemos os pedidos, eles licitam, compram, entregam... Então, nós não temos nenhum tipo de controle ou ingerência ou acesso a esses outros gastos dos cartões. Então, por isso mesmo, fazemos normas, recomendações e encaminhamos aos outros órgãos da Presidência, que vão eles fazer essa avaliação; eventualmente, nos consultam, "isso aqui é sigiloso, isso não é".

As pessoas que foram mencionadas por V.Exa., da reportagem, eu, infelizmente, eu não posso. Porque essas pessoas, não sendo do Gabinete de Segurança Institucional, como eu disse, nós não temos nenhum controle administrativo sobre os gastos dessas pessoas. Esse controle, todo ele é feito pela Secretaria de Administração da Casa Civil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General. Eu gostaria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dois minutos... V.Exa. tem direito.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para agradecer as informações do General Armando Félix e dizer ao Deputado que me antecedeu que nós vamos, sim, instalar a CPI no Senado. Hoje deverá ser feita a leitura no Plenário, pelo Presidente Garibaldi Alves, da CPI, e ela deve, em breve, se tornar realidade. E lamento porque nós gostaríamos de ter... Nós, quando eu falo, é a sociedade brasileira, que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado. Eu até tenho dito que o esforço que a oposição tem feito para ajudar o nobre Deputado Luiz Sérgio no seu Relatório, de tentar dar informações a ele. Porque senão ele vai fazer um relatório em branco porque ele não vai ter o que escrever, porque nada foi possível trazer à tona aqui, face à blindagem montada pela base do Governo.

Mas, teria outras perguntas, General Félix, a fazer a V.Exa., mas o farei, com certeza absoluta, na grande alegria que vamos ter em recebê-lo novamente, para que a gente possa conversar na CPI sobre os cartões corporativos do Senado Federal.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Flexa Ribeiro. Só para um esclarecimento, Senador Flexa... Um esclarecimento e para facilitar aqui a todos, o Acórdão 230 do TCU, de lavra do Ministro Ubiratan Aguiar, diz o seguinte, no inciso X, do sigilo dos autos: "Em Requerimento encaminhado ao Tribunal, a Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República solicitou tratamento sigiloso às informações contidas em documentos referentes às despesas com as peculiaridades da Presidência da República. Alegou, fundamentalmente, que tais informações são, 'direta ou indiretamente imprescindível a planos e operações de segurança do Presidente e Vice-Presidente da República, seus familiares e de Chefes de Estados e governos estrangeiros em visita a nosso país'".

Portanto, não é o TCU, General Félix, que faz essa separação. Pelo acórdão aqui, do Ministro Ubiratan Aguiar, foi um Requerimento da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República, que fez essa separação. E, segundo o TCU, apenas recebeu a informação e está processando a informação. O Relator tem um questionamento.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): É que, na fala do Senador... Na pergunta do Senador Flexa Ribeiro e na resposta do General Félix, citou... Foi citado aqui o caso de Santa Catarina. No caso de Santa Catarina, na resposta do General Félix, quando ele disse que tinha um cartão em relação à segurança da filha do Presidente, que vive no Estado de Santa Catarina, neste caso, General Félix, o Portal da Transparência chegou a citar a pessoa portadora do cartão e a movimentação feita. Sob o aspecto de segurança, esta informação trouxe prejuízo? O que é que causou esta informação, já que um desses dados acabou sendo divulgado no Portal da Transparência?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): General Félix.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Em alguns casos, esse por exemplo, nós tivemos a obrigação de substituir as pessoas porque as pessoas já eram... Passaram a ser conhecidas e, eventualmente, sabendo que o cidadão fulano é o encarregado da segurança, então, nós tivemos a obrigação de substituir as pessoas. Isso é um procedimento normal de... Toda vez que há uma quebra de identidade das pessoas que estão fazendo alguma coisa sigilosa, essas pessoas devem ser substituídas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Líder Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sr. Relator, Deputado Luiz Sérgio, Sr. Ministro Jorge Armando Félix, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados... Sra. Presidente, eu confesso que eu estou ficando preocupado. Hoje eu conversei muito, ali no cafezinho do Senado, de manhã cedo, com o Senador Gerson Camata, ele estava me confidenciando que estava com vontade de ir para casa, tirar uma licença e ir para Casa, desanimado com os trabalhos

do Senado Federal. Eu confesso que eu não estou preocupado com o andamento desta CPMI. Também. Mas estou muito mais preocupado com o andamento dos trabalhos do Senado Federal. Não vou nem falar da Câmara dos Deputados, mas, sobretudo, do Senado Federal.

A nossa agenda está muito pobre. A nossa agenda, ela anda negativa já há algum tempo. O Senado Federal e o Congresso Nacional como um todo, precisam de uma agenda positiva. Nós precisamos votar Projetos, seja ele de autoria do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, aqui do Congresso Nacional, do Governo Federal... Mas nós precisamos trabalhar um pouco mais, que não seja apenas investigar. Acho que a investigação é importante, e eu tenho defendido, nessa questão do sigilo, tanto o Governo passado, do Governo Fernando Henrique, da primeira-dama D. Ruth, como tenho defendido também o Presidente Lula, tanto o Presidente, a primeira-dama, o Ministro do Palácio, que tem os seus sigilos assegurados por lei, e o que é assegurado por lei não se discute, a não ser que essa lei seja quebrada. E não vejo motivo para tanto... Tanto conflito da oposição com a situação, sendo que está chegando aqui, nessa CPMI, uma carreta de caixas de materiais, de documentos não sigilosos. Por que o que está aberto não interessa a ninguém? Por que é que só o sigiloso é que está despertando tanto desejo, tanta vontade? Claro que diz que o proibido desperta mais curiosidade, mais desejo. Então, acho é isso que está ocorrendo.

0Eu discordo também da questão de dossiê. Se eram 20 mil documentos, dos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, foram produzidos 20 mil documentos sigilosos do Palácio do Planalto, por que é que vazaram apenas 190? Se fosse um dossiê, tinha sido feito um dossiê dos 20 mil documentos que foram produzidos naqueles oito anos. Então, estou mais para acreditar que foi um vazamento. Assim como o vazamento do Deputado aqui, que nos antecedeu na sua fala, está colocando aí, não sei quantos documentos ele tem ali, mas está colocando aí documentos sigilosos do Governo atual. Isso é vazamento, não é dossiê. Isso é vazamento de informações.

E discordo também da criação, Senador Flexa Ribeiro, acho que agora deu uma saída. Ah, está aqui. De uma nova CPI. Quando foi para criar esta CPI mista, cabia ao PMDB indicar o Presidente. O Deputado José Agripino, líder dos Democratas, disse numa reunião de líderes com o Presidente do Senado que, se não abrisse a vaga da Presidência para a oposição, que o clima ia azedar e nada mais ia andar nesse Senado Federal.

Falava, na época do Senado. Com muita conversa, com muito diálogo, o PMDB abriu mão e cedeu a Presidência desta CPMI para a oposição. E o que é que está acontecendo? A Pauta do Senado continua travada; agora, fala-se em criar uma outra CPI pura do Senado Federal. Quer dizer, de que adiantou o PMDB abrir mão da Presidência desta CPMI para oposição, para um acordo, e se criar uma outra CPI, Senador Flexa Ribeiro, a base do Governo, não estou aqui para fazer bravata, mas a base do Governo vai colocar o Presidente e o Relator porque foi quebrado o acordo. O acordo foi para que essa CPI fosse composta da relatoria, com a base do Governo e a Presidência, com a oposição. Se criar outra CPI, foi quebrado o acordo e a base do Governo vai colocar Relatoria e a Presidência. E, mais uma vez, a CPI não vai produzir.

Então, eu pergunto: Será que interessa ao Congresso Nacional, interessa ao Senado Federal nós ficarmos trabalhando apenas em investigação? A investigação é importante, mas tem tantos órgãos para investigar. Tem a Polícia Federal, tem o Ministério da Justiça, tem o Tribunal de Contas da União... E os dados que forem abertos estão aí à disposição de todos os Parlamentares, Deputados e Senadores. O que for sigiloso, a não ser que se mude a Constituição, se quebre o sigilo, para que eles possam chegar a essa Comissão. Era o que tinha, Sra. Presidente. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Art. 14, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Art. 14. O senhor foi citado e eu vou garantir a palavra a V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, já, várias vezes.

[falas sobrepostas].

DEPUTADA PERPÉTUA: Já foi usado duas vezes nessa Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria que a base do Governo ficasse mais calma.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Vou garantir a palavra ao senhor art. 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Presidente, Marcelo Mello. Nobre Senador Valdir Raupp, V.Exa. acaba de dar mais um argumento para instalarmos a CPI no Senado. V.Exa. acaba de dizer que a CPI do Senado também não vai esclarecer nada. Esta é a intenção da base do Governo. Talvez

tenha sido um ato falho de V.Exa., ao afirmar, antecipadamente, que a CPI pura do Senado Federal também, em função da blindagem da base do Governo, de não querer esclarecer nada, não produzirá nenhum efeito, como, lamentavelmente, não produziu a CPMI. Porque todos os requerimentos que foram apresentados pelos Parlamentares da CPMI foram, na sua totalidade, não aprovados. Parece que... Parece, não, com certeza absoluta, General Félix, o que se pretendia aqui era não trazer à luz da sociedade as informações que nós buscamos. Se nós tivéssemos aprovado os requerimentos, e eu propus aqui várias vezes que nós aprovássemos todos, todo e qualquer Requerimento que chegasse à Mesa, seja ele da oposição, seja ele da situação, por quê? Porque abriria todas as informações, tanto dos dois Governos do Presidente Fernando Henrique, quanto dos dois Governos do Presidente Lula. Quer dizer, vamos aprovar tudo porque aí não precisaríamos de outra CPI.

Lamentavelmente, não foi esse o entendimento, não foi essa a orientação do Palácio do Planalto para os membros da base do Governo da CPMI.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Olha, acho que essa outra CPI que estão querendo criar, talvez seja para convocar pessoas que nós entendemos que não há necessidade, no momento, dessa convocação. Até já falei aqui que não acredito em dossiê, acredito mais no vazamento de 200 e poucos documentos, dentro de 20 mil documentos. Não tem nada a ver. Acho que os documentos vazados, são perfeitamente legais, não houve nenhum ato ilícito do Governo Fernando Henrique, como acredito que não tenha havido também do Governo Lula, e agora convocaram a Ministra Dilma, na Comissão de Infra-Estrutura, e estão com Requerimento para convocar na Comissão de Meio Ambiente hoje. Na Comissão de Meio Ambiente? Está lá um Requerimento da oposição para convocar a Ministra Dilma na Comissão de Meio Ambiente também. Quer dizer, não estou entendendo tanta vontade de convocar gente, convocar pessoas que, no meu entendimento, não têm muito a esclarecer a essa CPI. Então, de forma que eu entendo que o que tinha que produzir ou o que vai ter que produzir, essa CPI tem condições de produzir, sim, como já falei que tem uma carreta de documentos chegando aqui nessa CPI, de todos os Ministérios.

Agora, querem quebrar, de toda forma, o sigilo daquilo que a Constituição diz que tem que ser sigiloso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Vou continuar agora com a ordem das inscrições.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, só para informar ao Senador Valdir Raupp que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Então, tem tudo a ver com relação ao Requerimento. E eu acho que o Senador Valdir Raupp não acredita em dossiê, como também não acredita em alma do outro mundo.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELLO (PMDB-GO): Senador, vou continuar agora com a ordem de inscrição. Está inscrito o Deputado Carlos Sampaio e, em seguida, como líder, vou passar a palavra à Deputada Perpétua Almeida, mas, no momento--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, ilustre convidado, General Félix, colegas dessa Comissão. General Félix, vou fazer algumas ponderações rápidas, apenas para ver se compreendi a fala de V.Exa., mas, principalmente, General Félix, gostaria que V.Exa. soubesse, com isso aqui não pretendo colocar nenhum peso sobre os ombros de V.Exa., mas que nós temos aproximadamente 180 requerimentos sobrestados, justamente para que, com a vinda de V.Exa., nós pudéssemos ter, até porque V.Exa. é um "expert" no assunto mesmo, e reconhecidamente estou falando isso com toda sinceridade, sobre o conceito de sigilo.

Então, o avanço da CPI, a análise da malversação do dinheiro público ou dos eventuais desvios praticados por ecônomos, passa muito por essa audiência. Porque, a partir de hoje, em que pese conceitualmente, na minha formação de Promotor de Justiça, há mais de 20 anos, eu entender que a excepcionalidade do princípio do sigilo não deva se sobrepor aos princípios da moralidade e da transparência, eu compreendo que determinadas informações são realmente de caráter sigilosos e ultra-secretas. E, portanto, se nós conseguíssemos restringi-las, nós conseguiríamos dar uma dimensão à CPI daquilo que se quer investigar como desvio de dinheiro público, e daquilo que se quer, como se disse em dado momento, que é bisbilhotar, que não é intenção, em hipótese alguma, particularmente minha, como Autor do Requerimento que criou esta CPI.

Então, eu faria algumas ponderações com V.Exa. V.Exa. deixou claro aqui hoje que existem detalhes pequenos, V.Exa. até citou de 20 centavos, 40 centavos, enfim, que não cabe ao Gabinete essa análise. Concorda? Essa colocação. Para isso, V.Exa. até disse que tem a CGU, tem a TCU, que são órgãos incumbidos dessa fiscalização. Até aí estamos de acordo? A lei que prevê, a lei 8159, que prevê justamente a questão dos

arquivos sigilosos, não sei se V.Exa. tem conhecimento disso, mas, em seu art. 24, diz, textualmente: "Poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de documento sigiloso". V.Exa. tem conhecimento desse artigo e desta lei? V.Exa. reconhece, por outro lado, e aí acho que, sem dúvida, reconhece, mas faço ainda essa indagação, que uma CPI tem poderes jurisdicionais, ou seja, poderes equivalentes ao de um Juiz. V.Exa. tem esse conceito constitucional com clareza? De uma CPI? Então, também concordamos nisso.

V.Exa. disse hoje, General, que é, eu vou pôr entre aspas porque foi exatamente a expressão de V.Exa., "muito difícil definir o conceito daquilo que pode ou não ser divulgado. Mas afirmou também e, dentro até da sua história e da sua biografia, com muita propriedade, que sigilo é diferente de ausência de prestação de contas". Até aí, compreendi bem a fala de V.Exa. Disse ainda: "Como analisar caso a caso?" E concluiu: "Temos que nos valer do bom senso". V.Exa., continuando sua fala, disse que: "O TCU cumpre esse papel, de fazer essa análise minuciosa e detalhada".

Eu indago: V.Exa. também tem conhecimento, apenas para sua concordância, de que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional? Concordamos quanto a isso também. V.Exa., portanto, reconhece que o Judiciário tem acesso a todos esses documentos, pelo que prevê o art. 24, reconhece que nós temos poderes equivalentes aos poderes jurisdicionais, reconhece que o TCU é um órgão auxiliar desta Casa. Aliás, o art. 6º, General, da lei que criou a ABIN, V.Exa. até o citou, que é uma Comissão do Congresso que faz a análise dos documentos sigilosos, uma Comissão formada até por líderes da minoria, Deputado Zé Naldo, Senador Demóstenes, enfim, V.Exa. disse isso hoje. Eu poderia concluir, e isso aqui é uma indagação que faço, porque não quero ser, de forma alguma, digamos assim, fazer, inferir algo que não tenha sido fruto de sua fala. Eu posso concluir que V.Exa., com as devidas ressalvas feitas por V.Exa. hoje aqui, concorda que o Congresso Nacional teria o direito, dentro dessa CPMI, de ter acesso a todo e quaisquer documentos, desde que, no critério de V.Exa., não fossem eles sigilosos, tal como colocado no conceito de sigilo e tal como V.Exa. disse que é um conceito que o bom senso deve imperar porque a minuciosidade do assunto e a subjetividade do assunto nos impedem de dizer o que é e o que não é. V.Exa. reconhece esse direito a essa CPI?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, primeiro, permita-me cumprimentá-lo pelo exercício de lógica. Se não me engano, se a minha memória não falha, silogismo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Silogismo.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: A figura do silogismo. Exato.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): No primeiro ano de Direito, a gente vê.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Às vezes, nos leva por um caminho correto, para conclusões erradas.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Por isso que eu não queria cometer-

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Temos vários exemplos disso aí, pelo que me lembro, na minha época de estudar lógica. Mas, eu diria ao senhor que o que nós temos que levar em consideração são os aspectos legais. Se a lei manda fazer, nós temos que fazer. Se a lei não manda fazer-

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Nós podemos ter acesso.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Aí, temos dois aspectos. O cidadão só é obrigado a fazer aquilo por força de lei. O servidor público, ao contrário.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É o inverso.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: É o contrário.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Tem que fazer desde que seja previsto na lei.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Tem que fazer desde que... E nós somos servidores públicos, de modo que nós temos que nos ater àquilo que... Então, a nossa posição é aquela: Considerar sigiloso ou não considerar sigiloso? Esse é o papel do Gabinete de Segurança Institucional. Visando que... Visando, do ponto de vista da inteligência, a segurança do Estado, da população etc., como diz a lei também, e, no caso da segurança presidencial, procurando prover Presidente, familiares, outras autoridades, o maior grau de segurança possível.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E não discordo da fala de V.Exa. nesse aspecto.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Então, nós concordamos plenamente.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Continuando--

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Então, não cabe a mim, não cabe ao Gabinete de Segurança Institucional definir se a Comissão deve ou não deve. Esse é um aspecto legal. E esse aspecto legal, então, acho que nós estamos aqui na Casa que produz as leis e o Judiciário é que interpreta e aplica as leis--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu disse isso a V.Exa. porque muito hoje se aguarda um posicionamento de V.Exa. sobre esse conceito de sigilo, em que pese difícil, em que pese subjetivo, porque a partir dele os requerimentos serão votados. Não é colocar nos ombros de V.Exa., porque V.Exa. já disse da dificuldade, da minuciosidade e do quanto é subjetivo e está a exigir bom senso para esse critério. Agora, dentro dessa conclusão que eu quis dizer, é no sentido de dizer que a CPI tem esse direito. Agora, se vamos entender em aprovar ou não, evidente que V.Exa. não poderia interceder nesse aspecto. E eu concordo plenamente.

Apenas continuando minha linha de raciocínio, V.Exa. disse aqui que existe todo um sistema de segurança, mas, sem dúvida: "Dependemos da autoridade daquele que ocupa o cargo". Ou seja, ele dita as regras, em que pese o sistema existir como tal. "Temos que nos adaptar", não lembro se ao perfil ou a pessoalidade do Presidente. Eu entendi isso da seguinte forma, foi editada a lei 10683/2003, portanto, no atual Governo, uma lei que esmiúça o que pode e que não pode, o que deve e o que não deve ser colocado à luz no que tange à questão do singelo. E, portanto, se o entendimento de V.Exa., concluo eu, é no sentido de que determinadas coisas não poderão vir a público, evidentemente, V.Exa. há de convir que o Presidente da República tem entendimento idêntico, porque, se tivesse entendimento diverso, V.Exa. teria que atender a ele e não àquilo que V.Exa. tem como conceito de sigilo. Estou certo na minha afirmação?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não. Não exatamente. Nós temos autonomia para tomar decisões. O Presidente não--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Isso eu tenho certeza.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: --Evidentemente, não pode tecer detalhes de se ocupar de cada detalhe--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu digo no que tange ao conceito de sigilo, ele pode dizer ao senhor, por exemplo: "Não, de minha parte, não vejo problema algum na divulgação desses dados", até porque V.Exa. disse que alguns querem estar mais próximos da população outros mais distantes, e o senhor tem que, na verdade, se ajustar ao perfil de cada um. Mais segurança para cá, menos segurança para lá. Enfim, ele acaba dizendo, evidentemente, seguindo orientação do próprio Gabinete, mas ele acaba ditando as regras. O senhor não diria por exemplo aqui: "Não posso divulgar isso porque é sigiloso. Se o presidente dissesse a V.Exa.: "Nesse aspecto das refeições ou coisa que o valha, eu não entendo que sejam sigilosos".

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Em primeiro lugar, eu diria que isso aí não acontece. Nós nos preocupamos, evidentemente, se houvesse uma recomendação, uma determinação do Presidente da República, como em todas as situações, nós só temos aquelas três alternativas que a gente vê nos filmes de fuzileiro americano. "Sim, senhor", "não, senhor", "quero ir embora". É por aí. E, evidentemente, quando não vem uma determinação do Presidente, quando não existe uma determinação expressa do Presidente, e nunca houve, posso lhe garantir, na nossa relação Presidente-Ministro, nunca houve essa determinação, nós temos que seguir estritamente o que o senhor mencionou aí, que é a Legislação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E, nesse aspecto, V.Exa. editou, em dezembro de 2003, não sei exatamente a data, mas a chamada Nota nº. 9. Essa Nota nº. 9, eu acho que é... Eu acho que é Nota nº. 9, enfim, é uma nota que V.Exa., numa de suas entrevistas, até disse que nem mesmo ela poderia vir à luz porque, se ela viesse à luz sobre aquilo que são os parâmetros do sigilo, já se estaria quebrando o sigilo que o senhor queria preservar. Existe essa nota? Eu pergunto a V.Exa., uma nota oriunda do Gabinete, dando orientação do que deve e do que não deve. Uma diretriz. E a nota nº. 9?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Eu não me lembro o número, mas-

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas essa nota, eu entendo que não poderia ser divulgada no Portal da Transparência. Seria possível ser entregue a esta CPMI, para que ela tivesse esses conceitos, até delimitados em relação das colocações feitas por V.Exa.?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Sem dúvida nenhuma. Essa nota é uma nota que foi, inclusive-

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Explicativa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: --Essa nota foi motivada por uma solicitação da imprensa. E a Casa Civil nos consultou e essa nota, então, foi emitida na época, mas, como uma, vamos dizer, com uma argumentação para que fosse respondido àquele órgão de imprensa que tinha feito a solicitação. Não tem nada de sigilosa essa nota. Ela obedece rigorosamente àquilo que está na Legislação. Não tem nada de--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Outra pergunta. V.Exa. citou aqui que são três os ecônomos que cuidam da, digamos, das contas específicas dos familiares do Presidente e, se não me engano, devem existir outros três porque, quando representei a Procuradoria, a Procuradoria me enviou uma resposta que existem alguns ecônomos para a Presidência e outros para vice-Presidência. Então, o senhor escreveu só Presidência. Então, são três e, suponhamos, mais três. Tirando esses ecônomos, qual a nossa preocupação, Ministro, vou ser sincero com V.Exa., é a malversação, é má utilização do dinheiro público. Se 170 milhões foram gastos nesses primeiros quatro anos, e outros tantos cento e tantos milhões com contas B no Governo anterior, a idéia não é pormenorizar o que gastou o Presidente, mas, na instituição Presidência da República, ou seja, Gabinete da Presidência da República, existem vários ecônomos de gastos que têm gastos pessoais. São mais de 11 mil cartões, que 0nada tem a ver com os ecônomos do Presidente e do Vice-Presidente. Eu pergunto a V.Exa.: Haveria, dentro de uma preocupação sua, desde que com as ressalvas feitas por V.Exa., que ecônomos que nada tem a ver com a Presidência e vice-Presidência, mas estejam no Gabinete da Presidência por questão funcional e não por questão de sigilo do Presidente, teria algum problema para o Gabinete dirigente por V.Exa. que essas informações viessem à CPI? Com as ressalvas que fiz, sem me referir aos ecônomos do Presidente, do Vice-Presidente, mas de todos aqueles que trabalham na Presidência, em funções burocráticas, administrativas, que nada têm a ver com segurança nacional. Essa é a pergunta que faço, porque isso, por exemplo, já dá um limite daquilo que podo ser investigado, sem comprometer a segurança do Presidente, a quem cuja autoria lhe cabe, ou seja, cuja missão lhe cabe.

[soa a campainha].

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Na verdade, essa separação, primeiro, já vou repetir também, falei ainda há pouco para o Senador Flexa, quem faz a administração da Presidência da República não é o Gabinete de Segurança Institucional, nem mesmo dos nossos recursos é o Gabinete de Segurança Institucional. Há uma administração centralizada na Casa Civil, uma Secretaria de Administração, que gerencia todos os gastos da Presidência da República.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não, isso eu havia entendido. A minha pergunta, se me permite, General, sem querer interrompê-lo-

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Vou chegar lá.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): --Só para dizer o seguinte: Para a segurança do Presidente, Vice-Presidente, daqueles cuja segurança lhe cabe, para a segurança destes, estou dizendo, não como funciona a sistemática, há repercussão que outros ecônomos venham a divulgar esses dados para a CPI na questão da segurança, cuja missão lhe cabe garantir?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Depende do gasto. Se o gasto tem alguma interferência na nossa preocupação com a segurança, sim. Se não tem, não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não, mas eu estou excluindo... Então, esse "não" para nós é importante por que, Ministro? Porque, se eu puder saber esses três ecônomos, suponhamos, mais... Vou até avançar um pouco, mais esses 15 outros servidores que atuam juntamente à Presidência, o Gabinete de V.Exa. tem interesse na preservação. Veja, suponhamos que lá tem 700 cartões. V.Exa. está se referindo a 18, a 20, de pessoas diretamente ligadas ao Presidente. Respeitemos. Mas o restante, veja, General, se nós não tivermos uma delimitação hoje, vamos chegar na audiência em que vamos votar 180 requerimentos com a mesma dúvida. Mas isso vai atingir o Presidente da República? Isso vai atingir o Vice-Presidente da República? É imprescindível que nós tenhamos uma delimitação, nem que V.Exa., para isso, se puder, se comprometa a encaminhar a esta Presidência o seguinte, são... A quantidade, não nome, nem... A quantidade de 20, 30, 40, 50 ecônomos, que têm gastos diretamente ligados à Presidência. Os outros são ecônomos que nada têm a ver com o Gabinete. Isso faria com que nós avançássemos muito nessa CPI para ver se existem servidores outros, nada a ver com a Presidência, que estão desviando dinheiro público, General. E, de fato, isso é uma coisa gravíssima porque foi constatada pelo TCU, por isso eu insisto na delimitação.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Deputado, eu não gostaria de tecer considerações a respeito do que o senhor está falando porque nós estamos falando... Existem controles. Existe o controle interno. Existe o Tribunal de Contas da União. Nós não podemos colocar em suspeição--

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos, o General vai responder e encerrada a--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Só mais dois minutos que me cabem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor já passou. Nós já lhe

demos os 12 minutos possíveis. São cinco, cinco e mais dois que ele tem direito.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu só pediria até a compreensão do Deputado Paulo porque, veja, Ministro, acho que não me fiz entender. Não é entrarmos na seara do que a CPI pode, do que não pode; é uma preocupação, e, General, aqui não vai nenhum silogismo, é uma preocupação sincera, existem, 30, 40 ou 50 ecônomos que V.Exa. tem conhecimento de que têm ligação com coisas que dizem respeito à segurança que lhe cabe. Se os demais não têm essa segurança, não têm essa preocupação, não é que V.Exa. está autorizando, não. Porque, daí, vai dos outros Ministérios autorizarem ou não. Queria saber no campo de V.Exa., se é possível limitar o número de ecônomos para que, nos demais, não é que V.Exa. diz assim: "Bom, então, nos demais, fica autorizado". Que nem lhe cabe isso. Mas, que nós soubéssemos aquilo que delimita o seu Gabinete. Porque daí, Ministro, nós poderíamos avançar até numa conversa com a base no sentido de sabermos o restante que pode ser analisado, que são 11 mil e tantos cartões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, General Félix.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É a minha última intervenção e agradeço a Presidência e agradeço a paciência do General.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: A informação que nós temos é de que esses cartões que não têm a ver com a segurança, os gastos desses cartões serão apresentados. Sem dúvida nenhuma.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu agradeço a V.Exa. Mas não saberíamos dizer quantos são os que não têm--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desde que solicitados. Mas eu quero dizer que há-

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há perguntas que se tornam esclarecedoras. Essa, por exemplo, para a presidência, foi importante. Eu quero dizer, só para acompanhar, que a Deputada Perpétua pediu, pela vice-liderança; o Senador Almeida Lima pediu pela vice-liderança; depois, é o Senador Antônio Carlos... Maurício Quintella, pela vice-liderança, depois, vamos fazer uma organização, se me permitem, a partir de amanhã, para essas vice-lideranças, porque senão, estamos pulando todo mundo aqui. Mantido aqui o Regimento. Nós vamos fazer um acordo entre nós a partir de amanhã--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois do Antônio Carlos, o João--

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, primeiro, é o líder Nery. Depois, Paulo, depois...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, quero protocolar, junto à Mesa, Requerimento de convocação do representante da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas para que, sob compromisso, esclareça esses critérios de utilização, utilizados pela Comissão para atribuir caráter sigiloso de documentos. Inclusive, daqueles relativos à despesa com cartão corporativo. É para protocolar junto à Mesa o Requerimento de convocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Será protocolado, Senador. Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu segui o rito normal de inscrição, ali naquela lista que está ali, à sua esquerda. E não me inscrevi como vice-líder e, ali naquela lista, que está à esquerda, eu sou o quarto. Era depois do Deputado Carlos Sampaio. Aquela lista ali.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou saber porque estou com a lista de inscrições comigo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Essa lista...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Secretário me esclarece, está escrito em cima. Mas é bom que todos fiquem sabendo. Há uma lista para a oitiva do Sr. Jorge Armando Félix e a outra para o Sr. Orlando Silva de Jesus.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, quero me inscrever como vice-líder do PT.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, pela ordem.

[falas sobrepostas].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu pedi primeiro, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi Perillo e depois Senador Almeida Lima.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, estou inscrito como Senador e membro da Comissão, sou o primeiro vice-líder da bancada e sou autor requerimento, um dos autores. Eu tenho um requerimento, um deles foi aprovado. Então, eu queria saber a que horas vou falar. Estou enquadrado em

três critérios: Autor, vice-líder e também inscrito como Senador e membro titular da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. Já lhe dou a palavra daqui a pouquinho. Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sra. Presidente, para esclarecer a V.Exa. que eu não pedi a palavra como vice-líder, não. Pedi como líder. Pela condição de vice-líder, na ausência do líder, eu sou o próprio. Ele não se encontra presente. Foi nessa condição que pedi. Jamais de vice-líder; pedi na condição de líder, inclusive, na ausência da senhora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que isso fique claro para todos os vice-líderes porque as pessoas sabem quem são os líderes. Como são muitos vice-líderes, é justo que a gente diga que a pessoa é vice-líder. Mas isso não quer, em absoluto, não quero, desmerecer aqui--

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não. Não se trata de desmerecer, se trata apenas de prioridade. Há poucos instantes, eu me dirigi à Presidência e pedi a palavra como líder. E, no instante que eu fiz isto, não era a senhora que estava na Presidência. Era o Presidente em exercício, que é Vice-Presidente. Então, eu não pedi como vice-líder, pedi como líder. Exatamente, na ausência do líder, eu assumo a condição. Foi a esse título que eu pedi a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra é sua. Deputada Perpétua, a senhora aguarda um pouquinho.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada, Sra. Presidente. É minha ou é dele a palavra?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. É dele. Como ele quer como líder, embora não tenha recebido aqui nenhum, mas, na ausência, ele é líder. Como V.Exa. é suplente, a senhora espera.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, pela ordem, Sra. Presidente. Sinceramente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Sílvio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu queria, pela primeira vez, socorrer a oposição aqui nessa CPMI. Estou preocupado com o posicionamento do Senador Antônio Carlos. Realmente, faz mais de uma hora que ele tenta falar. Então, eu quero pedir, e até é interessante para a gente ouvir a oposição. Ele pediu um pela ordem, eu quero fazer até um apelo ao líder do PMDB, Senador Almeida Lima, acho que é importante para a base do Governo ouvir o Senador Antônio Carlos. Ele está tão ansioso. Então, por favor, dê um pela ordem, deixa o homem perguntar, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sra. Presidente, senhores e senhoras, Sr. Ministro, em primeiro lugar, eu quero homenagear o bom senso. Olha aí, o Ministro aqui se encontra. Não precisou ser constrangido, nem constranger. Não precisou ser conduzido. E veio, com toda elegância, cortesia e espírito aberto. E, inclusive, desarmado. Embora, no início, tivesse visto ali, na plaqueta de identificação do nome dele, Jorge "Armado" Félix e, depois, substituíram para Armando. Minhas homenagens, portanto, ao bom senso. Entendemos que S.Exa. estava em férias e hoje aqui ele se encontra, com muita elegância, prestando os esclarecimentos.

O propósito segundo da minha fala, entendo que é a pretensão de um esclarecimento para aquilo que eu considero dúvida deste Plenário. Exatamente o conceito de sigilo. Esta questão tem atormentado aqui a muitos, e muitos pedindo uma definição. A Constituição estabelece, no art. 5º, inciso XXXIII, em regra, que as informações devem ser um direito de todos. Salvo aquelas protegidas, ressalvadas pelo sigilo. E imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Então, eu devo dizer o seguinte: Nós, congressistas, é que fazemos as leis. Não é o Executivo. E, quando a lei é genérica, e nem sempre ela pode ser ou atender àquele princípio de *numerus clausus*, estabelecendo limites, especificando, relacionando, estabelecendo especificamente os casos, os itens, a quem executa a lei é que compete, é que tem o poder discricionário. O poder de discernir, de apreciar, de distinguir, é o bom senso de que fala o Ministro que está aqui prestando declarações.

O Executivo, pelo seu órgão próprio, detêm o poder discricionário. A definição do que é sigiloso ou não é poder discricionário. E por quê? Porque o legislador, nós, não especificamos. Nem poderia. Vou até mais além, nós não saberíamos nem especificar o que é sigiloso ou não.

Então, eu percebo que tudo que é da Presidência e que representa rotina... E que representa rotina, deve ser sigiloso. Logo, é de segurança da sociedade e do Estado. E eu digo isso, não por conhecimento de segurança, que eu não tenho, apenas por lógica e bom senso. Aqui se falou em manutenção de esteira. Ora, não se pode tratar um assunto desse senão como de segurança, de manutenção.

[soa a campainha].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Não apenas por antecipação ao gasto, mas durante o gasto e a prestação de serviço e posteriormente, porque a manutenção de uma esteira é feita por um profissional, vinculado ou não à empresa ou pessoa física, que não pode ser revelada para a sociedade ou para aqueles que estejam planejando um crime e poder estabelecer um assédio àquele que vai fazer a manutenção. Isso é questão de bom senso. Aqui se falou em cosméticos. Não se pode estabelecer conhecimento, nem antes, nem durante, nem depois, muito menos das preferências de cosméticos da primeira-dama, seja ela lá quem for. Sobretudo, para senão se buscar a origem do produto, quem fabricou o produto, porque nós não sabemos o que está na consciência delituosa de muitas pessoas da sociedade.

Aqui eu vou falar em carne, peixe, aves. Ora, se a Presidência, seus familiares, o Vice-Presidente têm uma preferência por determinado prato, por determinada carne, peixe, ave e, assim, sucessivamente, vai se estabelecer *a priori*, durante, ou mesmo posteriormente, as notas fiscais e o conhecimento daquilo que é uma rotina, que é uma preferência. Eu acho isso falta de bom senso, de lógica. Ora, eu aqui vou acrescentar: E se o Vice-Presidente da República, que é um minério, gosta da cocada feita por Dona Sinhá, que nem ela vende com cartão e só vende com dinheiro, e não vai atender ao paladar, ao gosto do Vice-Presidente, que é um bom mineiro, que gosta de cocada, e que prefere a da Dona Sinhá? E isso vai ficar exposto e qual a segurança que Dona Sinhá tem para empregar aquela cocada e se alguém não pode manipular aquele produto? Isso é bom senso, lógica. Ora, então, estabelecer aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exa. tem mais dois minutos--

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Agradeço a V.Exa. Então, estabelecer aqui esse tipo de comentário, é uma questão de bom senso. Estamos com problemas graves aí na reitoria, decorrente de uso corporativo da UnB, do cartão corporativo. Mas as pessoas querem se limitar exatamente a isto, que é sigiloso, porque a Constituição determina. E eu defendo o Estado de Direito. Não defendo a anarquia. Defendo o cumprimento da lei.

Se o Legislativo, nós, não demos ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República a definição do que deve ser sigiloso ou não, isto é poder discricionário do Ministério. É preciso que se respeite a lei ou que se aprenda o mínimo para se estabelecer uma discussão desse nível, que envolve a sociedade brasileira toda, e todos nós ficamos aqui, na condição de que estamos blindando-

[soa a campainha].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): E que isto é um procedimento equivocado. Gente, até os alimentos da Seleção Brasileira, quando está no exterior, ou aqui mesmo, são sigilosos. Os senhores desejam é apequenar a Presidência da República. Tenha a santa paciência! Parabéns, Sr. Ministro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Sra. Presidente.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Esperem aí, um momentinho só. Eu só quero perguntar ao General Félix se V. Exa. tem alguma consideração a fazer? Não. Então, pela ordem, questão de Ordem, Senador Antônio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria que fosse respeitado o art. 398 do Regimento Interno do Senado Federal, no seu inciso XI. A palavra do Senador será concedida n ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. V.Exa. tem toda razão. Só que há também um artigo, que diz que os líderes e vice-líderes terão preferência. Isso é algo que eu pretendo, a partir de amanhã, mas como eu não fiz esse acordo hoje e sem acordo não dá pra gente tocar uma oitiva, a partir de amanhã, vou fazer o acordo que vice-líderes deixem, como são vice-líderes e são membros, que falem no seu horário de inscrição. Porque senão não é possível que aqueles que chegam cedo, que se inscrevem, não estão tendo a palavra-

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero pedir à Deputada Perpétua, se V.Exa. permite ao Senador Antônio Carlos, que é membro efetivo dessa Comissão, que possa falar na sua frente? Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Depois do brilhante pronunciamento do Senador Almeida Lima, eu fico me perguntando: O Ministro Tarso Genro, General Félix, falou na...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Pela ordem. É só para falar da questão de terem feito um troço muito grande com a questão do dossiê. Eu pergunto se não há uma banalização--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador, não é horário de V. Exa. fazer--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Isso é uma furada de fila.

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Antônio Carlos, com a palavra. Agradeço à Deputada Perpétua.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): A lei 11111, de 05 de maio de 2005, regulamenta a parte final no disposto do inciso XXXIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal, versando sobre acesso a dados sigilosos, pedindo para que seja observada a lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 90 e o disposto nesta lei. Esta lei diz que, no seu art. 23, um Decreto fixará as categorias de sigilo, que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos, na qualificação dos documentos por eles produzidos. Este decreto é o decreto 4553, de27 de dezembro de 2002, art. 5º, §§ de um a quatro, que versam sobre documentos ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados.

Ora, o Poder Judiciário também, em qualquer instância, pode determinar a exibição reservada de qualquer documento, segundo o art. 24 da lei 8.159. Bom, o que é que acontece? As normas do Gabinete de Segurança Institucional, elas são subjetivas. Elas deveriam estar objetivadas, inclusive num Decreto. São subjetivas, genéricas, e isso dificulta inclusive se classificar o que é secreto e o que não é secreto. Não podemos confundir segurança nacional com segurança institucional. Então, acaba, essa subjetividade, criando uma situação de difícil esclarecimento.

Portanto, eu gostaria de perguntar ao General Jorge Félix. O que é que o Gabinete de Segurança Institucional entende por segurança nacional e que aspectos desse conceito justificam o sigilo no uso dos cartões corporativos pelos servidores da Presidência da República e de outros órgãos? E ainda, se o Congresso Nacional tem função constitucional precípua de fiscalizar o Executivo, como se justifica que os Parlamentares não possam ter acesso a dados sigilosos?

Ora, a Casa Civil é que pediu o sigilo ao TCU. Então, portanto, se o senhor disse que a aprovação das contas não é... A prestação de contas não é sigilosa, portanto, como é que nós não podemos ter acesso a esses dados aqui? Então, eu gostaria de fazer essas colocações e gostaria de ouvir a opinião de V.Exa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O que V.Exa. relata aí é o que nós fazemos. Nós exatamente seguimos aquilo que a Legislação preconiza. Essa lei aí foi apresentada, a 8.159, documentos cuja divulgação põe em risco a segurança da sociedade e do Estado, são originariamente sigilosos, portanto, nós nem aplicamos esse 4553, onde há classificação secreto, ultra-secreto, confidencial e reservado, porque a lei já diz que os documentos que... Necessários ao resguardo, inviolabilidade, honra etc. são originariamente sigilosos. E não tem... É a mesma coisa que uma ligação telefônica. As ligações telefônicas são sigilosas. Não tem grau de sigilo. Não se carimba se o meu telefonema é confidencial ou reservado. Ele é originariamente sigiloso e só pode ser quebrado por determinação da justiça. Por aí vai.

De modo que o que nós fazemos, Senador, é seguir aquilo que a Legislação nos manda fazer, muito mais do que aquilo que a Legislação nos permite fazer; é o que ela manda fazer. Então, nós temos atribuições, temos responsabilidades e, para cumprir essas atribuições, nós nos valemos, então, daquilo que a lei determina. Então, quando falamos em cartões corporativos, nós vamos... Quer passar a outra, por favor? ...Nós vamos para esse Decreto, que é o Decreto que regula até hoje, embora seja de 1986, já sofreu várias modificações, a última, agora no dia primeiro de fevereiro, esse Decreto regula a concessão de suprimentos de fundo, entre os quais se inserem os cartões de pagamento do Governo Federal. E diz, no seu art. 45: "Quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento". E complementado pelo art. 47, que diz: "A concessão e a aplicação de suprimentos de fundos para atender a peculiaridades", aí não engloba apenas os órgãos essenciais da Presidência e da vice-Presidência, englobam uma série de outros Ministérios, Saúde, Justiça, Defesa, vários deles. E bem assim como assuntos de inteligência, obedecerão a um regime especial de execução, estabelecidas instruções aprovadas pelo Ministro de Estado.

Então, isso dá ao Ministro de Estado a prerrogativa de fazer essa definição. Se os gastos são sigilosos ou não, pelo art. 45 e, pelo art. 47, a maneira pela qual esses suprimentos de fundos deverão ser concedidos e também aplicados. Evidentemente isso não exime a responsabilidade de quem toma essa decisão. Quem toma a decisão de baixar as normas também é responsável pela utilização dessas normas. Isso que eu podia responder.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ministro, o senhor colocou, disse que a prestação de contas, ela não é sigilosa. Portanto, se a... Não queremos saber, digamos, a despesa por antecipação. Nós queremos saber a prestação de contas dessa despesa. Isso que é importante saber. O que o Congresso Nacional precisa saber é acesso à prestação de contas, que o TCU recebe, o TCU tem as informações. Então, o que nós precisamos ter é acesso a essas informações. Eu não... Nós não precisamos saber

previamente se, digamos, alguma coisa da Presidência da República vai ser comprada na loja tal ou qual. Isso não interessa. Interessa que, uma vez prestadas as contas, a gente possa ter acesso a esses números. O Congresso tem que ter acesso aos números. Não *a priori*, mas *a posteriori*.

O que está havendo é que, por recomendação da Casa Civil, o TCU considerou inclusive a prestação de contas como uma coisa sigilosa, o que não deveria ser; para nós, as informações que chegam ao TCU terão que chegar ao Congresso Nacional. Essa... Esse é o meu entendimento em relação à questão do sigilo. O sigilo é para proteger de uma forma prévia. Agora, após a efetivação de despesa da prestação de contas, isso não... Passa a ser não mais sigiloso. Não há razão de ser sigiloso. Eu não vejo razão para que uma despesa já realizada e com as contas prestadas e... Sejam sigilosas. Não vejo nenhuma razão nesse sentido. Só vejo, sim, se existe proteção, é uma proteção prévia, para que não haja vazamento de informações que possam comprometer. Mas, uma vez elas realizadas, não faz sentido o sigilo.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senador, então, para complementar, então, eu diria que essa responsabilidade não é do Gabinete de Segurança Institucional. É preciso... Se o Congresso faz as leis definirem legalmente que isso aí seja, será feito eventualmente, naturalmente. Mas, não cabe ao Gabinete de Segurança Institucional-

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu não estou colocando a responsabilidade sobre o Ministério de V.Exa. Simplesmente, o que nós... Nós é que temos que ter acesso a esses dados, já que o TCU os tem. E eles... As contas prestadas, ele não tem mais... Sigilosos. Era o que eu tinha a falar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vou passar a palavra agora à líder Perpétua Almeida. Em seguida, ao Senador Marconi Perillo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta, até antes da minha fala. Acho que, depois de mim, deve ter ainda uns seis, sete Parlamentares inscritos. Se eles concordarem, eu retiro a minha inscrição agora e todos retiram. E, aí, a gente daria um intervalo, encerraríamos a Pauta, daríamos um intervalo de 10 minutos, para que pudessem ouvir o Ministro Orlando. Se os próximos que estão inscritos concordarem, faríamos dessa forma, senão, tocamos as inscrições.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu consulto o Plenário.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Deputada, vou fazer um apelo. Sr. Presidente, deixa eu fazer um apelo. Parece-me que da oposição, só tem o Senador Marconi Perillo. A gente deixaria, Deputada Perpétua, o Senador Marconi fazer as perguntas e fazer um apelo aos companheiros--

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Pela ordem de inscrição, ou retira todo mundo ou não retira ninguém.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então, tudo bem, o Plenário é soberano. Asseguro a palavra à Deputada Perpétua.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Sr. Presidente, muito obrigada. Eu queria até, no início, ter levantado um pouco essa preocupação, quando chegamos aqui hoje, com os anúncios de alguns Senadores da oposição acerca da CPI do Senado. Eu fico preocupada porque, pelo que foi anunciado aqui pela oposição, a CPI do Senado viria para investigar também essas histórias dos cartões corporativos, fato que esta Comissão já está investigando. Eu fico preocupada com a abordagem, com a forma que desconsidera um trabalho, inclusive da Senadora e nossa Presidente dessa Comissão, Marisa Serrano, do Relator e de toda uma Comissão, que foi nomeada pelos Presidentes das Casas. É uma falta de consideração com o trabalho que está se fazendo aqui. Nós estamos passando o dia inteiro aqui, discutindo, aprovando Requerimento e rejeitando aqueles que consideramos que se referem a sigilo de informações. E, no entanto, a oposição acha que precisa fazer uma nova CPI.

Inclusive, com os arroubos da moralidade, mas não estão preocupados, inclusive, com mais gastos desta Casa com uma nova CPI. Acho que, daqui a pouco, se for somar os gastos com as duas CPIs, talvez chegue um pouquinho mais do que foi gasto com os cartões corporativos, fruto desse processo de investigação. Eu acho que a Casa vai ficar desmoralizada se a gente chegar a essa conclusão.

Mas, queria aqui rapidamente, fazer duas, três perguntas ao nosso Ministro Jorge armando Félix, a quem eu cumprimento, e, em seguida, fazer alguns comentários com relação a essa questão do vazamento de sigilo. Acho muito preocupante a oposição, uma hora é o Senador Álvaro Dias, outra hora é o Deputado Vic Pires, que trazem aqui informações sigilosas, fruto de vazamento de servidores da Casa Civil. E o que me preocupa muito é que, inclusive, com uma regra que em outros momentos já iria para o Conselho de Ética das duas casas, o nosso Senador e o nosso Deputado tornam públicas as informações que nós consideramos fruto de um crime. Vazamento de informações consideradas sigilosas é crime. E, no entanto, o Senador

as divulgou e a gente disse aqui, na semana passada, ele foi o atravessador de informações vazadas, consideradas sigilosas, portanto, foi o atravessador de fruto de um crime. E um outro Deputado da oposição incorre no mesmo crime. Quer tornar públicas informações sigilosas.

Se eles não tiverem cuidado e se houver interesse mesmo do Congresso nesse tipo de vazamento de informações, os dois são passíveis de processo no Conselho de Ética, tanto da Câmara como do Senado, porque eles estão tornando públicas informações sigilosas que eles conseguiram de forma clandestina. Nada normal. Que, se as Casas quisessem investigar, os dois poderiam ir para o Conselho de Ética. Agora, vamos ver o conta-gotas, porque todos os dias um Senador ou um Deputado da oposição está trazendo aqui e vazando essas informações que nenhum membro da base tem essas informações. Por enquanto, os prejudicados com as informações têm sido o Governo e o os Parlamentares da base que tem que ficar se explicando sobre um vazamento que quem tem conhecimento sobre eles são exatamente Deputados e Senadores da oposição.

Queria, então, ouvir aqui a opinião do nosso Ministro, o Jorge Armando Félix, o que ele acha, qual a sua opinião e qual foi o seu sentimento quando viu, nas páginas dos jornais, vazamento de informações consideradas sigilosas? O que o senhor acha disso, que punição devem ter, após o processo de investigação, os servidores que vazaram essas informações? O que o senhor acha também do comportamento de Senadores e Deputados que tornam públicas essas informações? Essa seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta é que foi usado muito aqui por colegas da oposição, com relação a detalhes de gastos da Presidência, inclusive, da primeira-dama, entrando no detalhe da... Do pó compacto ou que tipo de coisas a primeira-dama gostava de usar. Eu fiquei muito preocupada até onde iria esse detalhamento porque acho que é uma exposição pública desnecessária, de mulheres que têm seu papel na República do país. Acho desnecessária, acho uma exposição pública. Isso foi colocado aqui de uma forma, na minha opinião, até irresponsável, a abordagem, como se fez à ex-primeira-dama Ruth Cardoso, embora não tenha sido citado o nome dela. Mas acho que ela merece precisa ser preservada. Como também acho que a D. Marisa também precisa ser preservada. Mas a forma como foi colocado aqui, foi dito que, dessa forma, os cartões podem ser usados para uso pessoal, para qualquer questão. Eu queria perguntar a V.Exa., mesmo os gastos com cartões, consideradas as informações sigilosas, elas não são auditadas? E, após a auditagem, se for considerado o uso pessoal ou indevido, qual é o prosseguimento que costuma ser dado? Porque acho que ficar aqui só no discurso, dizendo que está sendo feito o uso pessoal, ou para esse ou para aquele fim, que não o da Presidência, acho que estamos desconsiderando exatamente a auditagem que é feita. E, inclusive, com as informações tidas como sigilosas.

E a última pergunta a V.Exa. seria o seguinte, as duas últimas. Como é que era o processo antes do cartão? Como é que eram as viagens que os Presidentes da República, antes da existência dos cartões corporativos? Porque ouvi dizer que o Presidente levava um assessor, que levava uma, duas, três, quatro, cinco malas de dinheiro, de acordo com o tamanho da viagem, com o período, com a necessidade. Se era dessa forma, era melhor que hoje com os cartões? Como é que o senhor vê o uso dos cartões hoje e como é que era antes? E, com relação à legislação sobre esse tema, mesmo com o uso dos cartões, o senhor considera que tem falhas ainda, que sugestões o senhor faria para a nossa relatoria poder sugerir, aí no nosso Relatório, o uso desses cartões? Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): O senhor tem cinco minutos para responder as indagações da Deputada.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senadora, muito obrigado pela bateria de perguntas. Mas, sua primeira pergunta, a senhora está remetendo para uma coisa que eu chamo de juízo de valor e não me cabe aqui fazer juízo de valor sobre situação e oposição. Na verdade, como eu disse, o nosso comportamento, o Ministério... O meu Ministério, o Gabinete de Segurança Institucional, ele tem que se preocupar muito com as coisas de Estado. Nós não... Fazemos parte do Governo, evidentemente, mas a nossa preocupação tem que ser com coisas de Estado. E assim que nós procuramos conduzir. De modo que me permita não responder sua primeira pergunta porque ela estabelece um juízo de valor.

Vamos ao problema da auditoria. A auditoria é feita, é feita sistematicamente, são encontradas as falhas, nós mesmos encontramos falhas no primeiro nível, às vezes, passam do primeiro nível, a Secretaria de Administração descobre as falhas, ou o controle interno, ou chega ao TCU e o TCU descobre, faz recomendações, reprimendas e determinações, e até mesmo sanciona os servidores, dentro daquilo que a lei prescreve. De modo que, há falhas? Há falhas. Freqüentemente encontramos falhas. Seja por despreparo, na maior parte das vezes, por despreparo dos servidores, e em função desse... Daquilo que foi criado na imprensa e na opinião pública ultimamente, com relação aos cartões de pagamento do Governo Federal, tem sido feito um

esforço muito grande para melhorar o entendimento dos servidores que usam os cartões, enfim, prepará-los melhor para usar dentro das regras esses cartões. Acreditamos que vai melhorar bastante, mas, como seres humanos, sempre ocorrerão falhas. Dificilmente se encontra dolo. Dificilmente. A maior parte das falhas, eu diria 90 e muitos por cento das falhas são falhas administrativas, são erros de entendimento, erros de aplicação, e às vezes até o afã de resolver problemas, e as pessoas erram pela vontade de resolver mais imediatamente os problemas.

Como é que era feito antigamente? Era feito antigamente, o servidor, quando recebia um suprimento de fundos, recebia... Era feita uma ordem bancária, era aberta uma conta do banco, normalmente, na minha época de gestor, era sempre no Banco do Brasil, era aberta uma conta em nome daquele servidor; aquele dinheiro era depositado nessa conta; o servidor recebia alguns cheques e podia, ou imediatamente sacar todo aquele dinheiro, fazer um cheque, colocar no bolso e sair gastando e recebendo... Recolhendo os comprovantes para, no final, fazer a prestação de contas. Ou podia fazer os pagamentos com cheques também, da mesma forma, recebendo os comprovantes, as notas fiscais, dando a quitação do serviço e depois prestando contas.

Isso aí era um procedimento, funcionou durante muitos anos assim. Parece-nos que o uso do cartão facilita e muito o controle. O cartão também serve para se retirar o dinheiro e fazer o pagamento em dinheiro. Isso aí deveria ser a exceção. Por quê? Porque, quando se paga com o cartão, como nós fazemos com os nossos cartões particulares, nós recebemos, imediatamente, aquele boletozinho de quitação e uma via desse boleto também vai para a organização bancária que, depois, vai fazer um relatório e mandar, no nosso caso, para a Secretaria de Administração.

Então, o cartão dá segurança muito maior porque, para que seja emitida aquela tirinha do cartão, é preciso que haja realmente a despesa efetuada naquele estabelecimento. Enquanto que nota fiscal se podia pegar uma nota fiscal de qualquer lugar e dizer: "Eu gastei aqui" e apresentar aquela nota fiscal como uma prestação de contas. O cartão, efetivamente, dá muito mais segurança e muito maior nível de controle. Não sei se eu respondi a todas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): A senhora está satisfeita com as explicações, Deputada?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Vou passar agora ao Senador Marconi Perillo, que é autor do Requerimento, para fazer suas indagações.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Excelentíssimo Sr. Presidente, Sr. Relator, Exmo. Srs. Convidados, Sr. General Jorge Armando Félix, um prazer e respeito que os recebemos aqui. Como um dos autores de requerimentos de convocação de V.Exa., solicitei, dentre outras informações, informações referentes a providências adotadas do Gabinete Institucional diante das denúncias de uso irregular do cartão corporativo do Poder Executivo e cópia do Relatório mensal dos gastos da Segurança Presidencial, apresentando o detalhamento das faturas relativas aos anos 2006 e 2007. Como eu disse, fiz essas perguntas de informações, dentre outras.

V.Exa. falou aqui, discorreu aqui muito a respeito da lei 8159/91. Em seu art. 22 está bastante claro que é assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos. No artigo seguinte, o art. 23, estabelece que Decreto fixará as categorias de sigilo que deverão ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por ele produzidos. Portanto, segundo art. 23, a Presidência deve apresentar o Decreto que regulamenta o que é sigiloso, que apenas separa a investigação em parte sigilosa e não, e impede o acesso a documentos. Na verdade, o art. 15 diferencia as categorias de documentos públicos sigilosos, que são classificados em quatro categorias: Ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados.

O art. 24 discorre que poderá o Poder Judiciário, em qualquer instância, determinar a exibição reservada de qualquer documento sigiloso, sempre que indispensável à defesa de direito próprio ou esclarecimento de situação pessoal da parte.

Ora, Sra. Presidente, essa CPI se enquadra como... Nesse caso, como Poder Judiciário. Já o parágrafo único diz o seguinte: "Nenhuma norma de organização administrativa será interpretada de modo a, por qualquer forma, restringir o disposto nesse artigo". Ainda é importante destacar que, de acordo com o *caput* do art. 37 da nossa Constituição, o Poder Público não têm direito à privacidade. Pelo contrário, suas informações, como regra, devem ser públicas, de fato, o referido artigo elevou ao patamar constitucional o princípio da publicidade na Administração. Nada mais correto; seria absurdo que se vedasse o acesso a informações aos órgãos fiscalizadores, ou teríamos que admitir que há despesas públicas que não estão sujeitas a qualquer tipo de controle.

O Congresso Nacional, em geral, e as CPIs e as CPMIs em particular, não podem ter restringido seu direito de acesso a dados sigilosos sob argumento de segurança nacional. Ora, conforme determina de for-

ma expressa a Constituição Federal, o controle externo da Administração Pública é feito pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Afirmam os arts. 49, inciso 10, 70 *caput* e 71 *caput* do texto Magno, 49: "É de incompetência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta". Se o fato de que uma informação deve ser mantida em sigilo em razão de segurança do Estado, não pode ser usado para se contrapor à competência fiscalizadora do Tribunal de Contas da União, em razão de sua função institucional relativa à atividade de controle externo, como muito mais razão isso se aplica ao Congresso Nacional que é, nada mais nada menos, que o titular desse controle externo. Admitir isso seria admitir que o poder fiscalizador do Congresso Nacional é limitado e inferior ao Tribunal de Contas da União, o que está expressamente claro que é o inverso. A verdade é que Ministro de Estado que protela entrega de informações ao Poder Legislativo incorre em crime de responsabilidade, nos termos da parte final do § 2º do art. 50 da Constituição *verbis*.

Tenho aqui inúmeros acórdãos do tribunal. Em todos eles, foram detectadas irregularidades na utilização desse instrumento em determinadas correções. Sr. Ministro, diante do que foi exposto aqui, eu tenho algumas perguntas a V.Exa. Como V.Exa. entende o papel do Poder Legislativo na sua atividade de fiscalização, com relação às despesas sigilosas de segurança? A recusa em se dar ao Congresso Nacional acesso a essas informações não representa uma violação ao princípio da tripartição de Poderes?

Mais, Sr. Ministro, a lei 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República, dos Ministérios e dá outras providências, no seu art. 6º, estabelece: "Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete assistir, direta e imediatamente, ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento das crises em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional etc. etc. V.Exa. é o titular dessa pasta, é o responsável pela pasta. Nós temos uma pergunta, que foi feita anteriormente, pelo Deputado Carlos Apolinário, que nos interessa muito porque ela vai ser decisiva... Carlos Sampaio, que ela será decisiva em relação ao futuro dessa CPMI. O que nós queremos saber, de forma categórica, Sr. Ministro, é o seguinte, quantos são os ecônomos que estão diretamente subornados a V.Exa., de acordo com que estabelece o art. 6º da lei 10.683?

Eu tenho outras perguntas, mas vou me restringir a essas duas. Ou seja, o que V.Exa. entende do papel do Poder Legislativo em relação à fiscalização das despesas sigilosas de segurança, e esta, relativa à lei 10.683, porque nós temos o interesse de saber quantos são os ecônomos que estão sob a responsabilidade de V.Exa., para dar tratamento ao que estabelece o art. 6º da lei 10.683. Muito obrigado a V.Exa. pela atenção.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Senador, enquanto nós procuramos ali a quantidade de ecônomos vinculados ao Gabinete de Segurança Institucional, o único que eu tenho de cabeça, efetivamente, é que no próprio... No gabinete do Gabinete de Segurança Institucional, nós temos um cartão. É um cartão, que é usado pela nossa área administrativa. No Departamento de Segurança, nós temos três cartões--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A pergunta é em relação ao art. 6º da lei. É bem mais amplo. Quero saber o que é que está no escopo da segurança da Presidência da República e não apenas em relação ao gabinete de V.Exa. Isso é muito importante porque nós estamos recebendo dados importantes, e o confrontamento(F) com a resposta de V.Exa. vai ser importante.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Mas eu só tenho controle destes cartões.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas V.Exa. é responsável pela segurança do Presidente de uma forma geral. E aí, nós precisamos saber quantos são os cartões que estão à disposição da segurança da Presidência, conforme estabelece e, repito, o art. 6º da lei 10.683.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: São apenas três. Os demais cartões da Presidência, que têm alguma vinculação com a segurança presidencial, esses cartões, eles devem ser regidos conforme as nossas normas. Agora, não são... Não estão sob a nossa responsabilidade. Os cartões dos ecônomos dos Palácios, do Presidente, do Vice-Presidente, esses cartões não estão sob nossa responsabilidade.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor sabe os números desses.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Alguns sim, outros não. Porque o controle é feito, como eu disse, nós não temos autonomia administrativa. Toda Administração da Presidência da República, ela é realizada pela Secretaria de Administração da Casa Civil.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o art. 6º da lei referida, Sr. Ministro, ele é muito amplo. Ele não diz respeito apenas aos cartões rela-

cionados ao gabinete de V.Exa., mas, ao gabinete da Presidência de maneira geral.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Sim, mas nós não participamos da Administração. Controle nosso--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o senhor é o responsável. "Ao Gabinete da Segurança Institucional da Presidência compete assistir direta e indiretamente..."

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Isso vem para todos os Ministros. Essa é uma atribuição de todos os Ministros.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas a proporção maior é de V. Exa., Sr. Ministro. Por isso que é importante essa resposta, porque essa CPI vai continuar como queremos, dependendo dessa resposta de V.Exa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O senhor está me atribuindo uma responsabilidade muito grande. Mas o que os cartões...

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A gente quer saber se são 30, 40, 45, 50...

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Do nosso Gabinete, nós temos a Secretaria Nacional Anti-drogas, tem, em uso, cerca de 12 cartões. Esses são supervisionados por nós.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. cuida do trajeto, dos vôos, da segurança do Presidente, da alimentação e de muito mais.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não, não. Esses cartões não estão sob a nossa responsabilidade direta. Nós fazemos recomendações de segurança para todos os titulares desses cartões. Isto é, fazemos para os demais Ministérios da Presidência da República. Para a Casa Civil, eventualmente, algumas recomendações para os ecônomos, quando eles saem da... Militares que não são vinculados diretamente ao Gabinete de Segurança Institucional, são da Força Aérea, então, as recomendações também são estendidas a eles, mas, os demais cartões nós apenas fazemos recomendações a respeito da utilização e do sigilo desses cartões. Nós não temos ingerência direta no uso desses cartões.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O senhor está dizendo, então, à CPI-

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Marconi, só para concluir porque--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero concluir, Senadora. V.Exa. está dizendo, então, aqui nessa CPMI, que V.Exa. é responsável por apenas 12 cartões?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não. Mais do que isso. Tem os cartões da Agência Brasileira de Inteligência, da Secretaria Nacional Anti-drogas, os cartões da segurança, esses eu já lhe disse, que são três; o cartão que o Gabinete usa, meu próprio Gabinete usa, é um cartão apenas para temas administrativos, e só esses. Não mais.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. não sabe mensurar aqui se são 50, 40, 60?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Não, ele não falou não. Ele disse que é responsável por outros cartões e não apenas os 12, mais os três, mais um.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Os cartões das organizações subordinadas ao Gabinete da Segurança Institucional são de nossa responsabilidade, direta ou indiretamente, o controle desses cartões. Os da Agência Brasileira de Inteligência, já referi, amanhã o Diretor-Geral virá aqui e dirá como é feito todo o controle e a prestação de contas dessas despesas da Agência; a Secretaria Nacional Anti-drogas, que é subordinada a nós; o Departamento de Segurança, esse são três cartões, e mais o cartão que é usado pela Administração do próprio Gabinete de Segurança Institucional.

Fora esses, os outros cartões que têm relação com a segurança que é proporcionada ao Presidente, Vice-Presidente, demais autoridades, familiares, todos os demais cartões, nós fazemos recomendações sobre o uso desses cartões. Mas, nós não temos nenhum controle sobre a utilização desses cartões. Esse controle é feito pelos Ministérios e pelas pessoas que são autorizadas a usar.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Exa. poderia hoje ainda--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria de passar a palavra-

[soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora, é importante porque nós estamos numa CPI.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há regra também, e há outras pessoas para falar. Para concluir, Senador.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou concluir, Senadora. Gostaria de saber se V.Exa. poderia enviar, o mais rapidamente possível, a relação, o número de cartões que estão direta ou indiretamente subordinadas a V. Exa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Isso terá sequer pedido às organizações que são deten-

toras desses cartões. Não posso dar uma resposta pela Casa Civil, não posso dar uma resposta pela Secretaria Geral. Não cabe a mim. Está fora das minhas atribuições. Deve ser pedido. O que nós podemos é, conversando com essas organizações, dizer: "Esses cartões têm interesse direto sobre a Presidência ou não tem". Mas isso aí será feito--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a V.Exa. e a tolerância da Presidência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Maurício e depois o Deputado Paulo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Sra. Presidente Marisa Serrano, nobre Relator Luiz Sérgio, General Jorge Félix, Coronel Carlos Sucha, Deputados e Deputadas. Gostaria inicialmente de parabenizar o General pelo grande debate, pela exposição que proporcionou a essa CPI no dia de hoje, sem dúvida nenhuma, ela será de grande contribuição para os trabalhos da CPMI, para a relatoria e também para esse debate que se inicia no Brasil.

Não obstante o debate das miudezas, da comidinha, da tapioca, me parece que essa CPMI, ela abre um debate extremamente importante, que me parece que não é feito desde a Constituição de 1988, que é justamente discutir esse paradoxo sigilo, segurança, transparência, risco... É justamente esse foco que nós buscamos aqui esclarecer, até que ponto o sigilo das contas públicas garante a segurança do Estado Brasileiro, da sociedade brasileira? Qual o limite que se deve ter nesse sigilo? Porque a Constituição Federal estabelece as regras, acho que o Senador Almeida Lima foi aqui muito firme, quando coloca para essa CPI, para o povo brasileiro, que o sigilo está protegido pela Constituição Brasileira. Não adianta o Senador Marconi Perillo aqui citar a lei 10.683 ou a lei 20450, o sigilo das contas públicas, ele está... Determinadas contas que representam a segurança do Estado Brasileiro e da sociedade brasileira está determinado pela Constituição da República Federativa do Brasil.

O Supremo Tribunal Federal, em duas decisões liminares, já negou acesso a esses dados a Senadores da República, a partidos políticos. Então, essa CPMI, me parece, Deputado Carlos Sampaio, aí V.Exa. é um Deputado da oposição, que fez também uma intervenção pé no chão, equilibrada, buscando justamente se desvendar esses limites, até aonde a gente pode e deve chegar. E, por conta disso, eu acho que essa CPMI vai encaminhar. Esse debate vai permear o Plenário do Senado, vai permear o Plenário da Câmara dos Deputados, das Comissões, e mais na frente, nós poderemos avançar, com certeza, para um novo marco legal. Parece que hoje ainda se tem muita dúvida até, os limites onde essa CPI pode chegar. E, se V.Exa. não externar uma posição absolutamente clara, de limite estabelecido, até onde essa CPI pode ir ou não pode ir, ficará muito difícil pra gente avançar em alguns setores. Parece-me que essa questão... Eu queria ir para as perguntas. Primeiro gostaria que o senhor conceituasse rotina. Rotina é uma coisa muito importante. Porque, por exemplo, a afirmação que o Deputado Vic Pires fez, também o Deputado Antônio Carlos Júnior, de que feito o gasto, prestada conta, estariam esses gastos livres para qualquer auditoria, não estaria mais crivado da taxa de sigilo, isso me parece pouco confiável e inapropriado, porque a rotina será quebrada depois. Uma rotina de segurança será quebrada depois.

Outra questão que eu gostaria de V. Exa. colocasse aqui, acho que é definitiva, é: A Presidência da República, ela tem outros setores, outros órgãos vinculados. Está aqui o exemplo, a Secretaria de Pesca é vinculada à Presidência da República. No entanto, não me parece que os gastos realizados ali possam ter... Não me parece a princípio, possam ter qualquer vinculação ou qualquer impacto sobre segurança da instituição Presidência da República, instituição do Estado Brasileiro, da sociedade.

[soa a campainha].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): A Secretaria de promoção racial também é um órgão vinculado à Presidência da República e teve o gasto com os cartões questionados. Mas, me parece que esse outro órgão também não teria a quebra do seu... Do sigilo, não a quebra do sigilo, mas a divulgação de seus gastos, a auditoria por parte dessa CPI ou outros órgãos do Legislativo de controle, não teria impacto direto nesses órgãos de inteligência, de segurança, de Estado e sociedade. Até onde nós poderemos ir, até onde nós deveremos ir, nessa CPI, e onde nós efetivamente não deveremos ir, porque ainda é campo perigoso nesse momento? Essas seriam as perguntas que eu teria que fazer a V. Exa.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: O senhor está me pedindo para definir aquilo que é extremamente indefinido. É... Limites. Os limites, como eu disse, nós usamos fundamentalmente, além da Legislação, temos que usar o bom senso. Falou em rotinas. O carro do Presidente da República num comboio é sempre o terceiro carro? O quinto? O segundo, o primeiro? São coisas que nós, eventualmente, devemos evitar e, se tivermos que cumprir rotinas, essas rotinas, então, não devem ser conhecidas por outras pessoas. Se pudermos evitar a rotina, e sempre que podemos, fazemos isso, nós evitamos. Em determinados casos,

não é possível. Então, nós temos que evitar que o conhecimento da rotina chegue a quem não tem necessidade de conhecer essa rotina.

Então, eu diria que, mais ou menos, o conceito de rotina seria esse para nós. Do ponto de vista de limites, eu acho que não cabe ao Gabinete de Segurança Institucional estar sugerindo ou propondo ou, de alguma forma, tecendo considerações sobre os limites de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Quem estabelece esses limites é a própria Legislação, e até mesmo a própria Comissão, pelo seu trabalho, ela vai até onde puder ir legalmente e até onde dever ir, por força das necessidades de seu trabalho. Ficaria muito... Ficaria até deselegante, seria até uma intromissão da minha parte, como integrante do Poder Executivo, estar dando opiniões sobre uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Legislativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade, General.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Vou concluir só, Sra. Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dois minutos para a réplica.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Não, vou usar menos do que isso, se o Deputado Sílvio Costa me permitir. Então, se nós temos uma Legislação que estabelece que esses gastos são sigilosos, se nós temos aqui o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República nos dizendo que a quebra desse sigilo, mesmo que seja lá longe, pode determinar uma quebra de uma rotina, isso também seria inapropriado. Fica aqui obviamente claro, não só para essa CPMI como para o povo brasileiro, que avançar nessa questão do sigilo seria imprudente, para não dizer irresponsável, por parte, nesse momento, dessa CPI do Congresso Nacional. Essa é a avaliação que eu levo, depois da oitiva de V.Exa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Maurício. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Inicialmente, eu quero--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero informar que o Ministro Orlando já está presente.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sra. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar o Ministro Jorge Armando Félix. São três horas de diálogo conosco, trazendo uma série de esclarecimentos e que demonstram profundo conhecimento e dedicação à vida pública. Quero parabenizá-lo. Queria dizer apenas mais duas coisas, Presidenta Marisa Serrano. A primeira delas é: O que nós devemos investigar nesta Comissão? Essa Comissão foi criada porque as eventuais irregularidades foram diagnosticadas nos cartões de pagamento do Governo Federal, ostensivos. E 95% dos cartões do Governo Federal são ostensivos. E chegaram mais de 100 caixas aqui, que nós temos que estudá-las.

Portanto, o centro do nosso debate são os gastos ostensivos, que não estão sob o manto do sigilo. Agora, nós não nos negamos a discutir aspectos sigilosos. Quando nós temos poderes jurisdicionais, e a CPI os tem, o Congresso Nacional tem poderes jurisdicionais, através de suas CPIs, o poder jurisdicional exige uma solenidade. Exige um rito. Para que nós possamos quebrar sigilo de contas sigilosas, há que haver denúncia. Que, até o presente momento, não houve. Não houve uma denuncia de eventual irregularidade, que justificasse a quebra do sigilo. E o sigilo não está ali, e hoje nós tivemos uma aula sobre isso, por nenhuma vontade do governante, senão por determinação legal, que vem de anos da instituição Presidência da República, ainda que nós devamos aperfeiçoar na lei.

Eu acho que um subproduto dessa CPMI, além de fazer uma auditoria nas contas ostensivas, é o aprimoramento legal, inclusive das contas sigilosas. Acho que isso é importante. Por isso, aqueles que dizem que essa CPI não tem futuro é porque não querem enfrentar o longo trabalho que essa CPI exige. E que, portanto, aqueles que enfrentarem vão desvendar aspectos importantes para a sociedade brasileira.

Ainda sobre o sigilo, Senadora Marisa Serrano, V.Exa., quando trouxe aqui o acórdão do TCU, no ponto 9.3, o acórdão diz o seguinte. “Manter os sigilos do anexo I e II desse processo, com fundamentos no art. 181 do Regimento Interno do TCU, dando-se publicidade aos demais elementos que determina os autos, inclusive quanto ao Relatório de auditoria”. Portanto, a determinação de sigilo por parte do TCU foi de uma norma própria do TCU. E, portanto, eu queria trazer esse dado aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não é muito usual, mas se V.Exa. me oferece um esclarecimento, a Legislação diz que sigilo, e há uma resolução determinada pelo Executivo. Isso que, depois, nós temos que discutir, que eu disse a V.Exa. que eu quero muito discutir, depois que acabar essa CPMI, ou durante mesmo--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Podemos até aperfeiçoar a Legislação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aperfeiçoar a legislação. O TCU não poder Legislar o que é sigilo. Ele é o órgão as-

sessor. Ele está se reportando mais à resolução aí do Governo, do Executivo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sem dúvida. Agora eu queria só, Presidenta Marisa Serrano, dizer o seguinte, o Congresso Nacional tem o poder maior-

[soa a campainha].

E o poder maior, nós podemos utilizá-lo. Agora, vamos utilizá-lo dentro de um rito. E o rito que está sendo pedido aqui é utilizar o mesmo rito jurisdicional. O Juiz, para quebrar o sigilo, ele precisa de fundamentação, ele precisa de motivação, ele precisa de fato concreto para a quebra do sigilo. Eu queria, para terminar, dialogar com as contas do Deputado Vic Pires, que não está aqui. Mas eu fiz uma conta rápida, ele está lá atrás, eu fiz uma conta rápida aqui, ele disse que foram gastos oito mil dólares em alimentação. Eu fiz uma conta rápida aqui, supondo um preço baixo para o exterior, deve ser o dobro ou até o triplo, mas eu vou supor--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado Paulo, só para lhe ajudar. Não questionei gastos. Saiu até barata a alimentação-

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, mas parece que eu estou questionando, Presidenta, que o gasto foi alto. Não questionei de jeito nenhum.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só fiz uma conta aqui, Deputado Vic, um gasto baixíssimo, que não é o padrão do exterior, mas, se cada refeição custasse 40 dólares, que não é o padrão do exterior--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas custou 20.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): 80, 120. Deixa só eu concluir. Daria... Oito mil, daria 200 refeições; dividido por quatro dias que a Delegação teria ficado lá; dá 50 refeições/dia. Dividido por duas refeições por dia, 25 pessoas--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas é só dentro do avião, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pois é. O senhor precisa ver quantas pessoas foram na delegação. Quantos Ministros, quantos assessores, quantos pilotos, comissária, enfim, nós temos que ter esse zelo--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado, só permita. Não questionei de jeito nenhum. Apenas quero saber se nós podemos depois investigar os gastos, a prestação de contas. Pela imprensa, cada prato custou 20 dólares. É menos do que custa nos Estados Unidos. Só isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para concluir a V.Exa., V.Exa. quer investigar, apresente uma denúncia. Gastos da Presidência não pode... O senhor me permite, então, terminar--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas me permita depois responder.

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu permitirei. Se V.Exa. quer quebrar o sigilo de algo que está sob sigilo legal, V.Exa. tem que apresentar uma denúncia. V.Exa. não pode querer apenas olhar as contas da Presidência. Isso não é denúncia, isso é o que já foi dito aqui, bisbilhotagem(F), ilegal. O que precisamos fazer é o seguinte, se V.Exa. quer investigar alguma irregularidade nas contas sob sigilo, V.Exa. tem que apresentar uma denúncia e, aí, nós vamos verificar aquela-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas a CPI não foi para isso?

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Não, mas foi sob... Aí, V.Exa. estava lá atrás, se o senhor me permite concluir. Nós estamos... só para concluir--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, mais dois minutos para a tréplica.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado Vic, nós estamos investigando o objeto dessa CPI-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É que V.Exa. realmente, se me escutasse, eu poderia me entender melhor--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic, escute, por favor, o Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Se V.Exa., o que por que é que foi criada essa CPI? A CPI foi criada para verificar os gastos ostensivos. Foram os cartões de crédito do Governo Federal que estavam na internet, verificaram-se eventuais problemas e foi criada a CPI. Esse é o objeto da CPI. Aquelas eventuais irregularidades, nós estamos investigando e estendemos aos gastos do tipo B desde 98. Esse é o objeto, as contas ostensivas. Para se investigar as contas sigilosas, há que haver denúncia, há que haver uma irregularidade comprovada; a partir daí-

[soa a campainha].

--Nós vamos investigar as contas sigilosas. Portanto, do contrário, é bisbilhotagem. Portanto, nós queremos colocar porque senão os Deputados daqui vão

evitar o que nós precisamos fazer, o trabalho agora de passar a limpo desde 98 e aperfeiçoar a legislação dos cartões corporativos.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um momentinho. General Félix, V.Exa. tem alguma observação a fazer a relação às palavras do Deputado Paulo?

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Não, nada. Com relação a ele, nada.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senadora, apenas como autor do Requerimento, esclarecer ao Deputado Paulo que disse qual foi o objeto do Requerimento. O Requerimento momento algum se refere a gastos ostensivos; se refere a gastos com cartões corporativos. Acho que o limite do sigilo pode ser dado no que tange às questões de segurança do Presidente da República. Agora, V.Exa. há de convir, querer que eu traga como prova para quebrar o sigilo informações que são sigilosas, é, no mínimo, uma brincadeira. Como é que eu posso ter acesso àquilo que é sigiloso para dizer que houve desvio de dinheiro público sigiloso e, portanto, solicitar a quebra? A quebra é o instrumento pelo qual eu verifico se há o desvio e não fazer denúncia--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. é Promotor de Justiça.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E por isso mesmo sei o que estou dizendo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Como Promotor de Justiça, sabe que, quando V.Exa. pede uma quebra de sigilo, V.Exa. motiva. Qual é a motivação? V.Exa. não nos deu nenhuma motivação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Se V.Exa. ler, só para concluir, se V. Exa. ler do Requerimento 61 ao 79, todos eles têm exatamente 11 laudas de justificativa, não para a quebra, para o compartilhamento que era uma pergunta que eu ia fazer ao General e perdi a oportunidade, se ele achava ou se ele concordava que houvesse, por parte dessa CPMI, uma comissão que pudesse ter acesso a essas informações lá, para não ter vazamento, nada, tão-somente para compartilhá-las, e não para tê-las. Era uma pergunta que eu iria fazer ao General--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado, para terminar, para concluir e não tomar o tempo dos outros, V.Exa. sabe que, antes de ter qualquer compartilhamento, nós estamos discutindo eventuais vazamentos. E, em segundo lugar, V.Exa. sabe que, para se quebrar o sigilo de algo, há que haver justificativa. Eu olhei os requerimentos. Ao que se justifica que o ecônomo tal gastou cinco milhões. Ora, função do ecônomo gastar. O ecônomo sua função é gastar. Se ele gastou cinco milhões, gastou certo. Foi auditado? Foi. Foi auditado pelo órgão interno, auditado pelo TCU, e por último, essas contas estão no SIAF. Todos podem acessar essas contas. Vão ao SIAF--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Paulo, obrigado, Deputado Carlos, agradecer aqui ao General a sua-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sra. Presidente--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, Deputado Vic.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --A sua permanência conosco nessa manhã, para nós foi importante, quero expressar ao senhor que, seguindo os nossos ritos, por isso que o senhor foi convocado, porque primeiro o senhor tinha sido convidado, e dizer a V.Exa. que espero que, com a sua performance aqui, os Deputados e Senadores tenham condições a partir de agora, principalmente da base do Governo, ter condições de discutir a questão do sigilo com mais pertinência, à luz de seus esclarecimentos. Muito obrigada e tenha um bom dia, boa semana e bom trabalho.

SR. MINISTRO JORGE ARMANDO FÉLIX: Obrigado.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Sra. Presidente, pela Ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Eu não entendi por que eu estava inscrito aí e não fui chamado para falar. Eu estou inscrito, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Na minha lista do General Félix, o senhor não está.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): E aquela lista lá? Para que é aquela lista lá?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Essa aqui é do General Félix, a outra é do Ministro Orlando.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Bailei e dancei. Três horas e meia aqui. Bacana...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Manato, V.Exa. está aqui na lista do Ministro Orlando.

Continuando as oitivas desta manhã, dessa manhã-tarde, tem razão, Deputada Perpétua, ex-manhã. Nesse dia, convido o Ministro Orlando Silva, que é o segundo convidado nosso dessa oitiva... Essa segunda parte da nossa Sessão é a oitiva do Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, Ministro de Estado dos Esportes.

Antes, de começarmos a Sessão, queria informar a todos os Deputados, Deputadas, não tem mais Senador presente, que hoje faz justamente 30 dias do início da nossa CPMI. Hoje é dia 08. E dia 08 de junho é o prazo final para a CPMI. Portanto, só para informar isso, e informar também que amanhã nós temos duas oitivas, pelas quais os Ministros já foram... As autoridades já foram convidadas, e mais duas, na quinta. Só que, na quinta, não serão mais duas, serão três. Eu vou informar V.Exas. hoje porque quinta-feira foi votado o último, é um relatório que V.Exas. votaram a favor, e, portanto, vou acrescentar à lista de quinta-feira o Diretor de Cartões do Banco do Brasil.

E quero informar a V.Exas. que, às 09h30, sem falta, o Relator e a Presidente começam a Reunião. Como a Legislação nos permite começar oitivas com qualquer número de participantes, portanto, o Relator e eu estaremos aqui, iniciando as oitivas de quinta-feira às 09h30 da manhã. Era uma informação que o Relator me pediu, inclusive, que fizesse a todos os senhores.

Portanto, eu quero, com muita alegria, receber aqui o Ministro Orlando, já tivemos grandes embates quando ele era Presidente da UNE e eu era Deputada Federal, mas sempre nos demos bem, discutindo, brigando, mas, isso... Temos pontos de vista, às vezes diferentes, mas nos respeitamos muito. Portanto, seja muito bem-vindo sempre à nossa Casa e V.Exa. tem a palavra por 30 minutos.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Boa tarde a todos e a todas. Eu quero, primeiro lugar, cumprimentar a nossa querida Senadora Marisa Serrano, que preside essa Comissão Parlamentar de Inquérito, nosso Deputado Marcelo Melo, vice– Presidente; nosso Relator Luiz Sérgio. Senadora muito gentil nas suas palavras, na verdade, nós aprendemos, enquanto ela coordenou a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, à época, a Deputada Marisa Serrano; cada Sessão que ela estimulava os debates, ela exercia, com muita maestria, a sua função de educadora, não só para os mais jovens da UNE, mas para toda a comunidade educacional que visitava aquela Comissão.

Primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade–

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: --Queria agradecer a oportunidade que me é dada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, na medida em que o convite que foi feito e que procurei atender o mais prontamente possível, vai permitir firmar esclarecimentos acerca da conduta do Ministério e, particularmente, da minha conduta, da conduta do Ministro, no uso dos cartões de pagamento do Governo Federal.

Eu falaria aqui sobre gastos públicos, Sras. Senadoras, e gastos todos eles publicados. Cada gasto feito pelo cartão de pagamentos do Governo, utilizado por mim, foi disponibilizado no Portal da Transparência. Então, não falarei sobre nenhum gasto novo. São os gastos de conhecimento dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, gastos que tiveram oportunidade de ser avaliados rigorosamente por toda a imprensa, gastos que são objeto de auditoria, a nosso pedido, pela Controladoria-Geral da União, e gastos que foram disponibilizados também por determinação nossa, para o Ministério Público da União, além de avaliados pelo Tribunal de Contas da União. Então, vou falar sobre gastos com, digamos, algum grau de publicidade, todos eles.

O pronto atendimento que eu fiz ao convite da CPI é reflexo também de uma convicção pessoal que tenho. Nós temos convicção de que as Comissões Parlamentares de Inquérito servem ao Parlamento do Brasil, portanto, servem à democracia. As CPIs, historicamente, contribuem com a informação para a sociedade pública, e colaboram com o aperfeiçoamento da gestão pública. Então, creio que, além de ser um direito das minorias é também instrumento importante para a democracia e para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Permita-me, Senadora Marisa Serrano, que antes de tecer comentários sobre o uso propriamente do cartão, eu aproveite poucos minutos para fazer um registro, que todas as vezes que estou no Congresso Nacional, faço questão de fazê-lo, que é um registro de agradecimento a essa Casa, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pela contribuição que sempre dão ao esporte brasileiro. Desde que foi criado, no ano de 2003, um Ministério específico para tratar dos temas do esporte, a Câmara e o Senado se constituíram em parceiros fundamentais para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Eu poderia citar, muito brevemente, algumas iniciativas legislativas, como a lei de moralização do futebol, que estimula a gestão profissional e transparente do futebol brasileiro; o estatuto do torcedor que reconhece direitos equivalentes aos de consumidores para os torcedores em nosso país; a lei que criou a Timemania, ou que criou o Bolsa Atleta, mesmo a lei de incentivo ao Esporte, todas leis aprovadas pelo Congresso, pela Câmara e pelo Senado, e que são fundamentais para o desenvolvimento do esporte no Brasil. Merece o nosso agradecimento, portanto, o

apoio dado ao Congresso em torno das normas que orientam o esporte no Brasil. Merece o agradecimento também a contribuição do Congresso aos jogos panamericanos e pára-panamericanos. Muitos de nós celebramos o sucesso daqueles eventos, mas aqueles eventos alcançaram o resultado que alcançaram em função da presença do Congresso Nacional. As visitas técnicas feitas comissões afins, as audiências públicas orientadas na Comissão de Esporte, que também é da educação no Senado, Esporte e Turismo, da Câmara dos Deputados, além, é claro, do apoio ao orçamento, foram decisivas para que o pan-americano tivesse o sucesso que foi alcançado.

E, por fim, um último agradecimento que eu quero fazer ao Congresso diz respeito ao orçamento. Nós tivemos uma evolução importante do primeiro ano de mandato do Presidente Lula, cujo orçamento havia sido feito ainda no ano 2002, para o ano de 2008, uma evolução que, em 2003, o orçamento do esporte era de 370 milhões e alcança, em 2008, algo em torno como um bilhão e 200 milhões de reais. E a evolução desse orçamento se dá, sobretudo, em função da colaboração dos Srs. Parlamentares. Para que os senhores tenham uma idéia, apenas no ano 2008, 464 Parlamentares, de um total de 513, ofereceram contribuição para aperfeiçoar o orçamento do Ministério dos Esportes. 54 Senadores, 410 Deputados Federais. Tudo isso revela compromisso que o Senado e a Câmara têm com o apoio ao esporte em nosso país e queria agradecer, afirmando que o Congresso se constitui num dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do esporte brasileiro.

E o importante é que não apenas no passado houve cooperação, mas a agenda futura sinaliza para uma presença importante do Congresso no apoio ao esporte, seja para manter o esporte como direito de cada um, como prevê a Constituição, o esporte recreativo, esporte de rendimento, seja para ampliar investimentos em infra-estrutura, que, nesses últimos cinco anos, nós contratamos perto de cinco mil obras e, no futuro, sei que o Congresso continuará cooperando, seja para apoiar o país, transforma-lo numa potência esportiva e, sobretudo, para honrar compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Os senhores sabem que nós preparamos hoje o país para a Copa de 2014 e uma série de garantias governamentais oferecidas pelo Presidente Lula precisam do devido amparo legal e haverá grande participação do Congresso, assim como a disputa dos Jogos Olímpicos 2016, em que o país concorre e exige uma série de adaptação das normas nacionais para a conquista dos jogos olímpicos, e eu confio que o Congresso irá colaborar para que o país continue no ciclo virtuoso do desenvolvimento do esporte em nosso país.

Mas, abordando o tema para o qual fui convidado, Sra. Presidente, informo primeiro que a utilização dos cartões de pagamento do Governo Federal no Ministério do Esporte passou a ser o único método de suprimento de fundos, no mês em que assumi a titularidade do Ministério do Esporte; desde maio de 2006, o único método suprimento de fundos do Ministério do Esporte é o cartão de pagamentos. Isso se deu, primeiro, por orientação geral do Governo Federal, de que esse método, crescentemente, seja utilizado em todos os órgãos da Administração. E nós optamos pela adesão imediata a esse mecanismo, para sustentar o suprimento de fundos. E, de outro lado, além da orientação de Governo, por uma convicção pessoal de que é o cartão de pagamentos o instrumento moderno, adequado para uma maior transparência, controle do gasto e eficiência, portanto, de acompanhamento da ação do Estado por parte da sociedade.

Então, acredito que, para que haja um controle social maior e uma melhor transparência da gestão pública, o cartão de pagamentos é o método mais adequado. Por isso a opção, na primeira hora em que assumimos o comando do Ministério, de utilizar esse método. E tenho a convicção de que essa CPI, ao final, permitirá, inclusive, o aperfeiçoamento das regras para o uso do cartão de pagamentos.

Uma segunda observação importante para nós diz respeito a que o uso do cartão de pagamentos no Ministério e pelo Ministro se deu em itens para o exclusivo cumprimento de agenda, ou seja, o cartão de pagamentos foi utilizado para despesas com transporte, hospedagem e alimentação, itens típicos do cumprimento de agenda, já que o uso do cartão, ele deve servir a esse propósito. E é importante registrar que o uso do cartão de pagamentos se deu exclusivamente no cumprimento de agendas de trabalho. O uso do cartão de pagamentos por nós se deu exclusivamente no cumprimento de agendas de trabalho.

Sobre algumas supostas irregularidades na utilização do cartão de pagamentos, eu queria registrar aqui para os Srs. Parlamentares comentários acerca de três, digamos assim, fatos mais rumorosos, fatos que alcançaram, talvez, uma maior repercussão pela imprensa em nosso país, que eu acredito que justificam esclarecimentos a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Primeiro, um famoso caso, da tapioca, que passa a fazer parte do folclore político nacional. Importa dizer que o uso do cartão, em Brasília, foi detectado pelo controle interno do Ministério. Os senhores sabem que, quando se utiliza o cartão com pagamentos, automaticamente a utilização permite a incorporação no

Portal da Transparência. A utilização produz uma nota fiscal que comprova aquele gasto que vai ser arrolado, incorporado na prestação de contas do suprimento de fundos. Por um engano no uso do cartão pessoal, utilizei o cartão aqui em Brasília, o que é impreciso, porque não se pode utilizar o cartão aqui em Brasília, assim como gastos com suprimento de fundos não pode ser realizado aqui em Brasília e, identificado pelo controle interno, no tempo adequado, houve o recolhimento de 8,30 reais, que foi o valor daquela compra. No dia 29 de outubro de 2007, portanto, muito antes de qualquer notícia acerca desse assunto, já que a primeira notícia de imprensa foi publicada no dia 13 de janeiro; no dia 29 de outubro de 2007, foi feito o recolhimento. Aliás, me causou estranheza, inclusive, que, inicialmente, as notícias publicadas tenham ocultado o fato do recolhimento ocorrido em tempo devido. Creio que é importante registrar que o recolhimento de 8,30 foi feito com o mesmo rigor se fossem dois reais, como mais adiante posso exemplificar, numa nota fiscal errada, elaborada num hotel, 20 reais, 200 mil reais... Porque não importa o valor. Independente do valor, o critério com a utilização do recurso público é o mesmo. Então, não importa se é R$8,30, oito mil reais, oito milhões de reais, o rigor, o acompanhamento que é feito em nosso Ministério é muito cuidadoso.

Então, eu creio que sobre esse ruidoso fato que foi tão amplamente repercutido na Imprensa, o que há de se explicar é isso, um engano na utilização do cartão em Brasília, que gerou um recolhimento, em 29 de outubro, a partir do rigor no controle do gasto exercido pelo Ministério. Outra notícia que alcançou, digamos assim, alguma repercussão na imprensa brasileira diz respeito a uma hospedagem na cidade do Rio de Janeiro. As notícias davam conta de que havia me instalado num luxuoso hotel da cidade do Rio de Janeiro para passar o final de semana com a família. Essa era a notícia que ganhou manchetes em alguns jornais, ganhou repercussão em algumas revistas, outros meios da imprensa. Reafirmo o que disse anteriormente: Cada gasto com cartão corporativo correspondeu ao cumprimento de agendas. Inclusive, nesse período instalado no mês de dezembro na cidade do Rio de Janeiro, rigorosamente cumpri agenda em todos os dias. Na sexta-feira, no sábado, no domingo, na segunda e na terça-feira, inclusive. Uma agenda que foi oferecida aos órgãos do controle, agenda que posso detalhar aqui para os Srs. Parlamentares. Então, houve cumprimento da agenda em todos os dias. Não era hospedagem para lazer.

E, de fato, nesse período especial estive acompanhado da minha esposa. Homens que cumprem funções públicas e mulheres que cumprem funções públicas sabem que, muitas vezes, o protocolo requer, em alguns momentos, o protocolo exige, em situações de representação, que o titular de uma função pública se faça acompanhar de seu cônjuge. Era o fato em tela, em questão. Nas agendas realizadas especificamente neste período, havia uma recomendação do acompanhamento pelo cônjuge. A primeira notícia oferecida pela minha assessoria é que, consultado o local em que me hospedei, a informação oferecida à assessoria é que não haveria qualquer ônus adicional à hospedagem da minha esposa. Além da minha esposa, esteve comigo a minha filha, uma criança que, à época, tinha nove meses de idade, à época, amamentava, e, em função disso, quando saíamos do hotel para cumprir agenda, quando saíamos do hotel, uma pessoa acompanhava a criança no hotel. Esses são os fatos que foram, de algum modo, explorados ou discutidos, publicados pela mídia. Quando o controle interno do nosso Ministério apurou, gotejou a informação repassada pelo hotel do custo daquela hospedagem com custos semelhantes, em outros momentos que me estabeleci naquele hotel, e houve uma diferença, o próprio controle interno, assim como fez em outros casos, identificou que ali exigiria que fosse feito o recolhimento. Pois, diferentemente da informação colhida pela assessoria, houve valor adicional cobrado. Eu falo disso e poderia dar exemplos de outros casos em que, cobrado um valor diferente do combinado com a assessoria, a assessoria avaliou, questionou junto ao hotel, e exigiu recolhimentos, se for conveniente, eu posso apontar outros casos em que condição ou situação semelhante ocorreu.

Então, queria chamar atenção sobre esse caso de que, primeiro, houve cumprimento de agenda em todo o período, segundo, parte da agenda exigia presença do cônjuge no acompanhamento, e isso acontece em poucas circunstâncias, mas, em algumas delas, em que, em função do critério de representação, se exige acompanhamento de cônjuge, a presença da filha se devia a essa particularidade e o acompanhamento na nossa ausência se devia à particularidade dita da criança que, pela idade, não caberia ficar isolada sozinha num hotel.

Outras notícias que merecem algum tipo de esclarecimento dizem respeito a gastos em restaurantes. Insisto. Todas as vezes em que utilizei o cartão foi no cumprimento de agendas. Algumas notícias falavam de gastos em restaurantes demasiados simples, outras em gastos e restaurantes demasiados sofisticados. O fato é que, no ano de 2007, por exemplo, em todo o ano de 2007, por exemplo, a utilização de cartão para uso de... Durante refeições, se deu junto com a equipe do Ministério ou em encontros com dirigentes e outras

autoridades, sempre em reunião de trabalho. E era utilização que, em média, acontecia uma vez a cada 15 dias. Não era o padrão regular do cumprimento de todas as agendas. Por exemplo, uma simulação feita pela assessoria, para efeito de raciocínio, a utilização se dava a cada 15 dias, a cada quatro agendas que não se utilizava, por qualquer hipótese, o cartão corporativo, numa quinta, se utilizava. De modo que é importante que fique claro, nem todas as agendas se fizeram acompanhadas de cartão corporativo, cartão de pagamentos do Governo Federal. Algumas críticas surgiram a partir do fato de que gastos eram feitos nos finais de semana. Quem acompanha ou tem alguma noção da atividade esportiva, sabe que há uma concentração de agendas de temas ligados ao esporte durante os finais de semana, sábado e domingo, talvez sejam os dois dias principais de agendas, sobretudo de agendas, digamos, de eventos esportivos. É o que fundamenta e justifica inclusive a realização de gastos em períodos de final de semana. Diferentemente do que, por vezes, foi publicado, que se tratava de gastos em dia de folga. Aliás, folga é palavra que não é muito presente na agenda de Ministro de Estado, assim como eu sei que não é presente na agenda dos Parlamentares. Tenho a impressão de que justifica uma informação aos senhores e senhoras acerca de uma atitude que eu tomei individualmente, no último dia 02 de fevereiro. Eu tomei uma decisão de recolher aos cofres públicos, recolher à conta única do Tesouro o equivalente a todos os gastos realizados por mim com uso do cartão corporativo, do primeiro dia, em maio de 2006, até dezembro de 2007. Tomei a decisão de fazer o recolhimento total do equivalente a todos os gastos. Foi uma atitude política. Foi um gesto político, uma decisão política que tomei, que refletiu a minha indignação, sobretudo, com distorção de fatos, com informações parciais que eram repassadas à opinião pública, e eu percebi que havia uma escalada. Havia nitidamente uma escalada na distorção de informações que envolviam a minha própria reputação, envolviam a minha honra, a minha família que, ao longo desse período de vida política, de militância política que eu possuo, se constitui no que eu tenho de mais valioso, aliás, meu patrimônio é a minha família e minha história política. Apesar de 36 anos, eu tenho militância política há 20. E, nos 20 anos, a minha militância política é marcada por correção e acredito que não poderia tolerar insinuações, ataques à minha honra, à conduta ética, à conduta zelosa que sempre tive, inclusive uma conduta que foi acentuada na medida em que assumi a responsabilidade de exercer uma função pública. De repente, se os senhores conseguirem rememorar aquele momento de final de janeiro, início de fevereiro, se estabeleceu um debate público sobre o que podia e sobre o que não podia ser pago com o uso do cartão do Governo Federal. A palavra depende... Quer dizer, as circunstâncias é que definem, surgiu de repente. Então, eu creio que a própria revisão, a releitura das normas, que engendrou, inclusive, a fixação de novas normas, e eu assisti inclusive depoimento de representantes do Ministério Público e Tribunal de Contas da União, aqui nessa CPI, onde eles registraram que as regras careciam de maior clareza, esse foi o que motivou a fazer aquele recolhimento. Que eu percebi que os mesmos gastos feitos em 2007, que seguiram o mesmo padrão de gastos de 2006, gastos esses auditados avaliados e aprovados; 2007 nós tivemos o mesmo padrão de gastos, que, à luz de novos critérios, passaram a ser questionados. Por isso que tomei essa decisão.

Acredito que o debate estabelecido, da hipótese de ferir interesse público, da hipótese de colocar alguma motivação pessoal acima do interesse público, foi decisivo para que fizesse essa opção, para que não pairasse dúvida sobre a minha conduta acerca da defesa do interesse público. E creio que eu reconheço que o processo... Houve um processo intenso de politização nas discussões em torno do uso do cartão de pagamentos do Governo Federal. Na medida em que há um processo de politização, nós temos que fazer e agir à luz dessa realidade. Os senhores sabem que o devido processo legal estabelece que o ônus da prova é de quem acusa. Quem ataca deve comprovar o fundamento do seu ataque. Isso no devido processo legal. No processo político, há uma inversão do ônus da prova. No processo político, quem é atacado, quem é acusado, tem que demonstrar que teve comportamento correto, o comportamento liso e atitude de fazer o recolhimento total do equivalente aos gastos com cartão de 2006 a 2008 correspondeu a esse sentimento, essa expectativa, essa disposição, sobretudo para que não pairasse qualquer dúvida acerca do interesse que tenho em apurar, investigar, em definir pelo melhor uso do recurso público, que é a orientação que nós sempre tivemos no uso do cartão corporativo e, sobretudo, na gestão pública, na gestão das coisas públicas, dirigindo o Ministério do Esporte.

Eu tenho uma consciência plena de que agi com a convicção de que cada atitude, cada ato se baseava na ética e na legalidade. Essa é a minha convicção plena de cada ato praticado à frente do Ministério, inclusive, com o uso de cartão corporativo. Inclusive, porque agi sabedor de que cada processo, cada ato geraria... De utilização do cartão de pagamento geraria a publicação no Portal da Transparência. E, aliás, diga-se de passagem, este uma grande contribuição que o Governo do Presidente Lula dá à gestão públi-

ca porque estimula o acompanhamento público dos gastos e permite a máxima transparência. Então, para nós, inclusive, o Portal da Transparência é uma grande contribuição para a cidadania em nosso país.

Eu confio, Sra. Presidente, que as apurações, os depoimentos, os debates produzidos por essa CPI servirão para aperfeiçoar os métodos de utilização do suprimento de fundo. Eu confio que a CPI vai, portanto, contribuir para que esse mecanismo importante de modernização da gestão pública, que é o cartão corporativo, possa ter uma eficácia maior, inclusive, se generalize na gestão pública, como uma orientação do nosso Governo. E que, sobretudo, as regras fiquem definitivamente bem estabelecidas e bem claras. E creio que, inclusive, a CPI pode equilibrar com mecanismos outros. O Portal da Transparência, por exemplo, assim como publica o gasto, poderia publicar o recolhimento feito como alguns casos que eu poderia citar, em que recolhimentos foram feitos por parte do nosso Ministério e de outros Ministérios que nós sabemos que, identificado algum equívoco recolhimentos são orientados pelo controle interno, esse é o mecanismo importante que o Ministério poderia incorporar. Como, aliás, acontece no cartão pessoal. As pessoas, quando têm algum estorno no cartão pessoal. aparece no extrato desses cartões. Então, eu confio que a Administração Pública só tem a ganhar, digamos assim, com o trabalho que será desenvolvido, que está sendo desenvolvido por essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e reafirmo o que disse no dia 02 de fevereiro, quando, numa entrevista coletiva, anunciei para a imprensa a decisão do recolhimento total, do equivalente de gastos totais com o uso do cartão. Estamos à disposição para prestar todo e qualquer esclarecimento para que fique nítido para a sociedade brasileira o compromisso com a ética, a conduta fundada na legalidade e a defesa do interesse público, que é o que marca a minha trajetória e é o que orienta a ação pessoal e de toda a equipe no Ministério do Esporte. Muito obrigado.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Ministro. Pela ordem, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Conhecendo aqui um pouquinho só do Regimento, sei que agora é a vez do relator. Eu pediria que, logo após ele, V.Exa. me desse a palavra, que eu estou aqui há quatro horas e por um erro na inscrição, meu nome ficou só no Ministro e não cheguei a usar da palavra no General. Então, gostaria de ser o primeiro depois do Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos fazer, depois do Relator, o Autor do Requerimento. E depois do autor do Requerimento, o que diz a Legislação, tenho certeza que os nobres pares aqui irão concordar que a gente possa dar a palavra.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Eu não concordo não. Eu sou o primeiro inscrito, cheguei cedo, viajei de Belo Horizonte, cheguei aqui ontem, às 23 horas; aqui nessa CPMI, às 8h30 da manhã, Sra. Presidente, então...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato, se não houver concordância de todos, vamos seguir a lista. O Relator tem a palavra.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só como sugestão, pegar um da base aqui, e fazer um acordo com ele. O primeiro inscrito da base. Ministro, vamos aqui... À sua exposição já fez com que três das perguntas eu já excluísse pelo adiantar da hora. Tenho algumas perguntas que podem parecer bem simples, mas elas são fundamentais, até porque nós ouvimos de tudo nessa Casa e, a partir do problema que estamos vivendo e que levou à criação dessa CPI. V.Exa. tinha conhecimento das regras de utilização do cartão de pagamento do Governo Federal?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sim, claro. Primeiro, uma regra... A Lei de Licitações é uma norma que vale para toda a Administração Pública, no que diz respeito a contratos e serviços, de bens, e é uma referência, além, é claro, do Decreto 5355/05 e da portaria 41/05. Há um pleno conhecimento por parte da equipe do Ministério que me orientou, por parte de mim, pessoalmente, inclusive, um cuidado muito grande que nós temos em nos assenhorear, nos informar das avaliações feitas Tribunal de Contas da União, cujos acordos também têm um valor importante para a orientação da nossa conduta à frente do Ministério do Esporte.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): E o senhor também... V.Exa. sábia também que não poderia pagar refeições para terceiros com o cartão de pagamento do Governo Federal?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Veja, Deputado, existe uma determinação da norma do uso do cartão corporativo, que permite a utilização para refeições, para alimentação e há, inclusive, acordos do TCU, que me foram apresentados pela assessoria, que avaliam a possibilidade de, no estrito cumprimento do exercício funcional, numa atividade que sirva ao interesse público e atividade específica, a missão específica do Ministério, é possível a utilização para alimentação, de mais de um comensal. Então, esse é um tema que, à luz da assessoria do Ministério do Esporte, é um tema, no mínimo, controverso.

Importa registrar também que o padrão de gastos do Ministério e do Ministro, em 2007, foi o mesmo padrão de gastos utilizado em 2006. E, no ano de 2006, as contas foram avaliadas pela Controladoria-Geral da União e foram aprovadas. Então, não houve mudança, de nossa parte, do padrão de gastos com o uso do cartão corporativo.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): V.Exa. afirmou aqui que, por uma iniciativa política, devolveu ou depositou novamente para o Governo todo o gasto com o cartão, já que V.Exa. entendia que havia um processo em curso, que cada explicação se levantava uma nova demanda. Então, e o montante devolvido, qual foi este valor e como ele é expressivo e de que fontes vieram esses recursos que V.Exa. devolveu tudo isso, recolheu tudo isso de novo para a União?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, como afirmei, na medida em que percebi que havia uma escalada crescente de ataques sendo feitos, havia uma escalada e nem todas as informações disponíveis eram oferecidas à opinião pública, como ato político, como gesto político, como forma de manifestar a minha indignação, tomei a decisão de fazer o recolhimento total dos recursos do equivalente aos recursos utilizados, utilizando o cartão de pagamentos 2006 a 2008. O total, o valor total correspondeu a 34 mil, 378 reais e 37 centavos, sendo que fiz o recolhimento em três parcelas. A terceira parcela, em função do extrato... Do equivalente aos gastos de dezembro ter surgido apenas na fatura de janeiro de 2008. Então, tive conhecimento, após a primeira... As duas primeiras... Dois primeiros recolhimentos, e o valor total foi 34 mil, 378 reais e 37 centavos. Eu sou correntista do Banco do Brasil. E eu debitei da poupança que tenho no Banco do Brasil. Descontei da poupança e fiz o recolhimento à conta única do Tesouro. Portanto, o recolhimento foi feito a partir de economias pessoais.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Uma outra pergunta. V.Exa. chegou a fazer saque em dinheiro, utilizando o cartão de pagamento do Governo Federal?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Eu nunca fiz saques utilizando cartão de pagamentos do Governo Federal. Diferentemente, inclusive, de algumas notícias veiculadas, acerca dessa possibilidade, inclusive, uma das notícias, veiculada pela Folha de São Paulo, de que haveria sido feito saques com cartão corporativo, produziu inclusive, um "erramos", digamos assim, por parte daquele jornal. Nós enviamos uma carta à Folha de São Paulo, onde nós, reivindicando a trajetória da Folha de São Paulo, o compromisso com a verdade, o compromisso com a informação correta aos seus leitores, apelamos ao jornal que fizesse uma avaliação documentada, rigorosa, criteriosa do fato que havia noticiado. E a resposta daquele jornal foi de que, diferentemente do que foi publicado no texto, "defesa e área econômica lideram saques", o Ministro do Esporte não fez saques em 2007. Então, a notícia que veiculou essa informação foi devidamente corrigida pelo próprio órgão da imprensa que a fez circular.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, duas últimas perguntas. Primeiro, longe aqui de ser uma provocação. Mas, além da compra que ficou caracterizada como a compra irregular da tapioca, houve outras contas que supostamente foram consideradas irregularidades, que o senhor efetuou com o cartão de pagamento do Governo Federal?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, não houve qualquer outra compra utilizando o cartão de pagamentos na cidade de Brasília. Nós sabemos que as normas não permitem a utilização de fundo de suprimentos na Capital Federal. Esse foi fato um isolado, fruto de engano entre o cartão pessoal e o cartão do Governo, por muito semelhantes que eram. Não houve qualquer outra utilização do cartão de pagamentos na cidade de Brasília. Aconteceu um fato os senhores se recordam que a cidade de Salvador, infelizmente, no final do ano passado, parece que em dezembro do ano passado, dezembro, me parece, nós tivemos uma tragédia no estádio da Fonte Nova, estádio que, enfim, algumas vidas foram perdidas, num domingo que encerrou o campeonato da série B, e nós tivemos que fazer o deslocamento muito rápido para a cidade de Salvador. Deslocamento que se deu, parece-me, que no vôo duas da manhã, algo assim, porque nós entendíamos importante primeiro a solidariedade do Governo Federal, dirigentes esportivos à comunidade baiana, ainda mais o fato de eu ser baiano, solidariedade diante do momento de luto e tragédia do esporte brasileiro. Chegando em Salvador, no meio da madrugada, nos deslocamos a um hotel. E, naquele hotel, ficamos durante um período até o início da agenda pública que envolvia outras autoridades locais e, ao final, o hotel foi produzir uma nota que gerou um pagamento, de minha parte, pela hospedagem naquele período, e ao final, a avaliação interna, depois de checar a nota daquele hotel, foi identificado que o hotel cobrou o valor que equivaleria a dois apartamentos e não apenas um. E assim como no famoso caso da tapioca, em que o controle interno identificou e o recolhimento foi feito, nesse caso de um hotel em Salvador, circunstâncias difíceis em função daquela tragédia, daquela comoção em que houve um erro por parte do hotel que nos induziu ao pagamento de dois, duas habitações ao invés de uma só, o con-

trole interno do Ministério mais uma vez apurou e, no dia 28 de dezembro de 2007, houve o recolhimento de 352 reais. Isso é da praxe. O tempo da administração prevê uma avaliação criteriosa, rigorosa, e o segundo fato que aconteceu, respondendo à pergunta do Sr. Deputado foi em torno disso, que foi sanado pela equipe do Ministério como seria, inclusive, identificação no caso do Rio de Janeiro de uma cobrança de um valor a mais do que foi informado a minha assessoria, teria o mesmo procedimento, de modo que não houvesse qualquer prejuízo para o Erário público.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, última pergunta. Quando V.Exa. deu uma Audiência Pública e lá estava explicando que tinha utilizado erradamente, pego um cartão errado, e, depois, chegamos a ouvir, mas ele errou, utilizando um cartão do Governo Federal. Quer dizer, eu pergunto aqui: Já houve o inverso? V.Exa. tendo que pagar com o cartão do Governo Federal, pegou o cartão de V.Exa.? Esse é um dado. E o outro, é que como nós ouvimos aqui, vou reproduzir, muitos aqui disseram assim: "Quando eu pego um cartão errado, eu digito a senha errada e a máquina não aceita". Então, no caso do cartão de pagamento do Governo Federal, há o processo também de senhas registradas? São minhas duas últimas perguntas.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, no caso concreto do cartão por mim utilizado, a fatura, digamos assim, que a máquina projeta, ela é atestada com assinatura. Como, aliás, é também no caso do meu cartão pessoal, que é da mesma bandeira do cartão do Governo Federal. Então, nesse caso concreto, não havia senha; havia a mera assinatura. Primeiro. E segundo, infelizmente, esse engano aconteceu nesse caso específico e, infelizmente, o engano aconteceu, em três outras oportunidades no sentido inverso. E os gastos foram feitos com o meu cartão pessoal. Algumas das vezes eu requeri ressarcimento para, enfim, recuperar um gasto de interesse público, que foi custeado com recursos privados. Mas houve engano e sempre, na maioria das vezes, para o uso de recursos privados.

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Se enganou mais vezes usando o seu próprio, mesmo em missão a serviço do Governo... De minha parte, passo a palavra à Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Relator. Passo a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Índio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Boa tarde, Sr. Ministro. Estou aqui atrás. Aqui. Vou tentar ser bem objetivo, direto, para dar a palavra para os outros. Já são duas e meia da tarde, praticamente estamos aqui praticamente desde nove e pouco da manhã. A primeira pergunta é o seguinte, o senhor ajudou o Relator a fazer as perguntas que ele acabou de lhe fazer?

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só um minuto. Eu considero uma falta de respeito e uma provocação comigo. Eu não preciso--

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu já falei aqui. Isso é ofensivo. Eu já disse, vou repetir ao senhor o que falei para o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Não estou aqui para ninguém me ensinar e nem dizer o que devo e o que posso fazer. Peço que V.Exa. retire esta pergunta porque ela é ofensiva.

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Índio, por favor, faça sua pergunta.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Ministro Orlando Silva, houve ajuda de alguém a essas perguntas, o senhor contribuiu com alguma pergunta que alguém fará aqui ou não?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Não, Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado. Bom, seguindo aqui as informações que eu andei estudando para essa audiência, o Ministro Jorge Hage, ele esclareceu que a lei prevê que o suprimento de fundo é apenas para despesas excepcionais. O senhor aplicava nas despesas que não se possa fazer pelo regime normal. Bom, dentre essas despesas, tem aquelas que são de pequeno vulto, com valor unitário de até 800 reais, por compra ou por serviços. Enfim, compra de serviço ou produto. Pagamento. Está na portaria 95/02, do Ministério da Fazenda. E o Portal da Transparência revela, no cartão pessoal do senhor, enfim, cartão corporativo, do dia 29/07, três pagamentos no valor de 800 reais e mais dois pagamentos no valor de 799 reais e 99 centavos, efetuados no mesmo dia, com diferença de poucos segundos, a um mesmo beneficiário, que é o Hotel Windsor, na Barra da Tijuca. Isso representa um claro fracionamento de despesa, segundo essa portaria 95/02. E as perguntas são: O senhor fracionou esses pagamentos para driblar o procedimento normal dessa portaria a que se submetem as despesas públicas? Essa é a primeira pergunta.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Respondo agora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode responder.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim, eu vou ser bem objetivo.

Sr. Deputado, despesas excepcionais entre as quais se considera despesas com transporte, alimentação e hospedagem, que corresponde a todas as despesas que fiz através do cartão de pagamentos do Governo Federal. O caso em tela, dia 29 de julho de 2007, diz respeito a diárias, durante a minha permanência na cidade do Rio de Janeiro, em função da realização dos Jogos Pan-americanos, cumprindo missão oficial, estive no Rio de Janeiro inúmeras vezes e, sobretudo no período anterior à abertura dos Jogos Pan-americanos, até posterior ao encerramento, assim como o período anterior aos jogos Pára – pan-americanos, até o período posterior, praticamente estive todo o período na cidade do Rio de Janeiro. Exceção feita no período de Jogos Pan-americanos, numa ausência que tive para acompanhar um fato importante na minha cidade natal, Salvador, que foi o velório do Senador Antônio Carlos Magalhães. Foi o único momento que me retirei da cidade de Rio de Janeiro por julgar importante, na medida em que uma liderança relevante, histórica do meu Estado, acredito que seria oportuno que estivesse naquele momento.

Então, esses gastos correspondem a gastos com a manutenção, com a permanência, gastos com hospedagem no Windsor, que era o hotel oficial, hotel oficial dos Jogos Pan-americanos. Lá estavam os dirigentes de todas as Américas, dirigentes esportivos, dirigentes governamentais, o que exigia a nossa presença, já que durante todo o dia, todo o período, havia encontros, debates, discussões de interesse do evento e do Ministério dos Esportes.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu também estive lá em Salvador no momento do falecimento do Senador e, no Rio de Janeiro, sou carioca, acompanhei de perto. Aliás, quero fazer um registro que admiro seu trabalho com relação ao Pan-americano, foi um espetáculo, a cidade do Rio de Janeiro agradece, mas estou tratando de procedimentos legais em relação ao uso do cartão corporativo, assim como também com outros Ministros, que virão ou já vieram aqui.

Bom, a pergunta seguinte, o Pan-americano estava programado há muitos anos antes de acontecer. O senhor classifica como excepcional essa despesa? Embora o pan-americano já tivesse programado há vários anos nesse mesmo período?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: O comitê Olímpico, o comitê organizador dos jogos decidiu e contratou aquele hotel como hotel oficial, inclusive, com transferência de recursos do Governo Federal num período relativamente curto, antes da realização, em si, dos jogos. É outro tema, mas o processo de preparação dos Jogos Pan-americanos se desenvolveu não necessariamente nas condições ideais de temperatura e pressão. Uma série de fatores novos exigiu a incorporação de responsabilidades novas por parte do Governo Federal, entre as quais responsabilidade de apoiar a contratação dos serviços de hospedagem dos jogos Pan-Americanos, o que não estava previsto anteriormente. O período de contratação do hotel foi muito curto. E uma recomendação feita pelo Comitê Olímpico Brasileiro, pelo Comitê Organizador dos Jogos é que nós nos hospedássemos naquele hotel, que ali seria o centro dinâmico de organização dos jogos. E, num período tão curto, não seria viável fazer um processo de licitação e a interpretação da equipe do Ministério é de que poderia ser feito, como é de praxe no caso de pagamento com hospedagem, poderia ser feito através do uso do cartão de pagamentos.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): E como é que o senhor justifica o mesmo fracionamento de pagamento, feito no mesmo hotel, se o Pan-americano já tinha passado? 746, 700, 555,24, 790? Aliás, foi outro hotel, Plaza Copacabana Hotel, é a mesma metodologia, Ministro.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Veja, Sr. Deputado. Não se trata de fracionamento. Fracionamento é quando você burla a lei de licitação, reduzindo o valor para uma seleção pública. Não se trata disso. Se trata de uma fatura que poderia ser paga dia-a-dia, mas que foi paga ao final de um período de ocupação de hospedagem, no caso, outro hotel da mesma rede, mas no outro hotel da mesma rede. Então, eu considero que não houve fracionamento de processo de seleção de contrato, de serviço, ou fracionamento para adquirir qualquer bem para a Administração Pública.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Bom, só para registrar, portaria 95/02, ela não diz isso. Ela diz que o valor unitário de até 800 reais para a compra de produtos ou serviço na forma dessa portaria. Quer dizer, na realidade, a questão do fracionamento, existe a questão do fracionamento na licitação. O valor acima de oito mil, carta-convite, acima de 80, enfim, não estou tratando do fracionamento do ponto de vista de licitação. Mas estou tratando de fracionamento do ponto de vista do uso de cartão, já que está claro, pela portaria, que o cartão é para utilizar até 800 reais. E, na medida em que se pagam várias faturas de 800 reais no mesmo dia, no mesmo horário, mesmo hotel, fica claro que é um fracionamento; não do ponto de vista legal, não é fracionamento da 8666, mas do

que diz aqui a 95/02, que é essa portaria do Ministério da Fazenda.

Eu tenho uma outra pergunta aqui. A sua agenda, no dia 04 de outubro de 2007, ela não revela qualquer compromisso no Rio de Janeiro. Assim como tive o cuidado de consultar, enfim, jornalistas e pessoas do meio esportivo, lá da minha cidade natal, que é o Rio de Janeiro. Contudo, tem uma despesa de 589 reais e 48 centavos, no mesmo hotel Windsor, isso já em outubro, portanto, bem depois do Pan-americano. Aí a pergunta é o seguinte. Primeiro, no dia 04 de outubro, o senhor esteve no Rio de Janeiro e se valeu do cartão, apesar da agenda do dia 04 não estar prevista sua presença no Rio de Janeiro e nem do dia 05?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Dia 04 e outubro...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): 10 e meia da manhã, despacho interno-

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: É interessante a pergunta do Sr. Deputado porque, no dia 04 de outubro, eu cumpri agenda em Brasília e, no dia 03 de outubro, eu cumpri agenda em Brasília. Mas, no dia, 03 de outubro, à noite, sim. Confusão... No dia 03 de outubro, Deputado, cumpri agenda na cidade do Rio de Janeiro. Agenda que houve presença de atletas, de artistas, e inclusive de um artista estrangeiro, o Pablo Milanés, e essa agenda foi inclusive noticiada na coluna do Anselmo Góes, do jornal "O Globo", no dia 05 de outubro. Então, apesar de cumprir agenda no dia 03-

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Foi pago no dia 04.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: No dia 03, em Brasília no dia 03, à noite, fui ao Rio de Janeiro cumprir uma agenda publicada no jornal O Globo do dia 05 e, no dia 04 cedo, foi feito o pagamento no hotel. Ou seja, esse pagamento corresponde à hospedagem a partir do cumprimento de agenda feita no dia 03 à noite.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito bem. Qual foi a agenda que o senhor precisou levar a sua esposa por conta do protocolo-

[soa a campainha].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): --Como foi colocado aqui?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: O Comitê Olímpico Brasileiro realiza a cada ano um evento chamado Prêmio Brasil Olímpico. É um evento que acontece algumas edições já no Teatro Municipal, inclusive, inúmeras oportunidades há presença de vários Parlamentares, e o convite feito pelo Comitê Olímpico Brasileiro era de que me fizesse acompanhar da minha esposa. Aliás, essa é uma tradição, os Parlamentares, sobretudo que convivem com atividades do mundo esportivo sabem que há inclusive uma expressão "família pan-americana", uma expressão "família olímpica", há uma tradição de os chefes de missões, os dirigentes esportivos nacionais, os gestores públicos, nas agendas internacionais principais, se fazerem acompanhados de seu cônjuge. Os próprios Jogos Pan-americanos, inúmeras vezes, esse fato aconteceu.

Na sexta-feira à noite, aconteceu uma agenda da Associação Brasileira de Marketing e Negócios, ABMN, momento que, inclusive, eu fui escolhido por essa entidade, sediada na cidade do Rio de Janeiro, como a personalidade do ano para aquele segmento de agências de publicidade, agências de marketing. Insistiram que, naquele instante, me fizesse acompanhar também pela minha esposa. Foram as duas agendas principais, as realizadas na sexta-feira e na segunda-feira. E, no sábado, participei de uma celebração do encontro, em que também foi feito convite explícito para que se fizesse presente a minha esposa, em homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero informar ao Deputado Índio, os dois minutos da tréplica...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu estou concluindo... pediram-me para eu perguntar se a tapioca estava boa, mas não farei essa pergunta--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Se estivesse ruim, estava no cartão corporativo uma consulta médica. Como não tem...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): A pergunta que farei é outra. O senhor devolveu 34 mil, 378 reais e 37 centavos, basicamente porque, no dia 08/05/07, gastou R$8,30 comprando uma tapioca. Ficou cara a tapioca, né?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, eu insisto que foi uma decisão pessoal, uma decisão política. Eu não poderia assistir calado--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Só sua emoção. Foi cara a tapioca? Só a emoção? Esquece o protocolo. Foi cara? 8,30. Devolveu 34 mil...

[soa a campainha].

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, eu não poderia assistir calado ao assassinato da reputação de alguém que tem 20 anos de militância política, marcado por coerência, por princípios, por correção no trato da coisa pública e haveria de realizar alguma manifestação que expressasse essa indignação. Inclusive, a decisão foi acompanhada de

uma... Um pedido de auditoria das minhas contas e me reservarei ao direito de, avaliado e chancelado cada gasto que fiz, me reservo ao direito de pedir o ressarcimento. Então, entendo a preocupação de V.Exa., mas não me restava alternativa que não fosse criar um fato político para que pelo menos a minha versão tivesse espaço mais adequado e creio que alcancei os meus objetivos, na medida em no dia seguinte, houve uma explicação mais nítida de qual foi a real motivação para o recolhimento equivalente ao total de gastos ou uso de cartão do Governo Federal, Sr. Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Queria registrar o respeito ao Ministro, dizer que ontem eu recebi pela internet uma espécie de um pagode desses, meio de... Que as pessoas fazem montagem e tal, sobre o uso do cartão corporativo. Que me deixou bastante preocupado, porque pegam um instrumento sério e de transparência como o cartão e fazem disso uma piada. Por outro lado, o maior número de pessoas provavelmente terá informação sobre o cartão, não da melhor forma possível, porque, enfim, pode-se imaginar o que se recebe pela internet, mas pelo menos desse instrumento, que é instrumento para dar mais transparência. E para fazer o registro de todos os depoimentos que eu ouvi até agora, o senhor foi o mais objetivo, mais esclarecedor. Eu vou lhe entregar uma cópia aqui do que recebi pela... Não só dos Ministros, de várias pessoas que estiveram aqui. Eu vou lhe entregar uma cópia para levar para casa depois e dar uma olhada, até para fazer sua versão e contrapor a esse pagode que fizeram aqui. Estou satisfeito. Obrigada, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Por uma substituição do Deputado Carlos Willian, Deputado Manato.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Muito obrigado, Carlos Willian, meu amigo particular e que eu tenho muito apreço. Sra. Presidente, eu, realmente... Agradecer aqui a presença do Ministro e dizer para o Ministro que, no início, teve muita briga aqui entre convidar e convocar. Nós vimos que V.Exa. foi convidado e veio aqui e nos esclareceu da melhor forma. Digo para V.Exa. que as minhas perguntas estão aqui feitas à mão, uma letra horrível, por sinal, rabiscada, então, não tive nem tempo. Foi preparado aqui, sou médico.

O senhor falou, não que eu precise, mas o senhor falou que teve uma devolução do dinheiro da tapioca, teve tudo isso. Só para CPI de repente ter contato, esses comprovantes, o senhor tem para mandar para CPI?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, eu tenho aqui à minha disposição todas as GRUs, guias de recolhimento da União, todas as GRUs feitas, gastos que eventualmente a equipe do Ministério identificou como impróprios. Então, já vou deixar à disposição do Sr. Relator, para que a CPI possa, enfim, incorporar aos documentos dos trabalhos que realiza.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Se o TCU, se eu anotei bem o valor aqui, 34 mil, 378 reais, se o TCU, depois da análise rigorosa, comprovar que realmente 800 reais, mil reais, dois mil reais foram uso, não vou dizer indevido, houve erro administrativo, houve alguma coisa... Os outros 32 mil, V.Exa. vai receber de volta ou não?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, o padrão de gastos, ou seja, os critérios que orientaram a utilização do cartão de pagamentos do Governo Federal no ano de 2007 foi o mesmo padrão de gasto, foram os mesmos critérios utilizados em 2006. No ano de 2006, foi feita uma auditoria nas contas do Fundo de Suprimentos do Ministério dos Esportes, pela CGU, e essa auditoria aprovou as nossas contas em 2006. Considerando o mesmo padrão de gastos em 2007, a minha expectativa é que as mesmas contas sejam aprovadas.

Agora, cada centavo a que tenha direito, cada centavo que corresponda a gastos agora referendados pela CGU, eu me reservarei o direito de pedir ressarcimento sobre cada um dos centavos a que eu tenho direito, a partir dos resultados de avaliação da CGU.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Eu faria a mesma coisa. E a terceira pergunta que eu faço a V.Exa., o senhor aprovaria a criação de uma diária para o Ministro fora de Brasília? Ao invés do cartão?

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado, é uma decisão que envolveria uma análise mais cuidadosa, talvez envolvesse o debate com outros órgãos da Administração, que fizesse, inclusive, um histórico sobre qual mecanismo mais adequado. Uma coisa eu posso falar para o senhor. De 2006 a 2008, o total de gastos com o cartão de pagamentos do Governo Federal que fiz, foi de 34 mil reais, aproximadamente, digamos assim. E fiz um exercício no Ministério. Se cada agenda cumprida tivesse direito de receber diária pelo cumprimento dessa agenda, teria o direito de receber 58 mil reais.

Portanto, o uso de diárias poderia onerar mais o Estado. Então, desse ponto de vista, enfim, é um exemplo que exigiria uma avaliação por parte dos órgãos de planejamento, de acompanhamento da gestão. O exemplo que eu dou, nesse caso, o uso do cartão demonstra uma economia para a Administração Pública. Então, creio que é um tema que exigiria um pouco mais de debate. No meu caso, os pouco mais de 34 mil foram utilizados. Se fôssemos aplicar uma fórmula

de diárias equivalentes, teria direito a receber 58 mil reais; são questões que merecem ser examinadas, creio que a própria CPMI poderia fazer simulações, exercícios e, quem sabe, contribuir para aperfeiçoar a gestão pública também nesse item.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Eu realmente agradeço a V.Exa., acho que os gastos foram totalmente normais, realmente teve economia nesses gastos, acho que V.Exa. usou o cartão muito bem, erros administrativos existem vários, eu já cometi erros, a gente aprende com esses erros, equívocos, e a postura... Eu gostei da postura do senhor quando o senhor depositou o dinheiro. Eu aplaudi. Eu acho que foi isso mesmo. Deveria ter feito porque teve um silêncio na oposição, foi tudo político. Agora foi esclarecido. Nós estamos aqui, todo mundo está esclarecido, eu coloquei minhas perguntas aqui, e gostaria que os outros estivessem aqui também. Não estou vendo o Senador que tanto criou, não sei se já chegou ou não, criou, queria que viesse, não apareceu aqui para ouvir, para saber o que aconteceu. Acho que isso é importante. Acho que faz parte da gente, como homem público, prestar esclarecimento quando tem questionamento. E não vieram aqui. O Índio e o Vic estão aí. Apesar de que o Vic ficou das horas, de manhã, com os jornalistas, tentando mostrar o dossiê dele, aquele negócio todo, mas estava aqui presente. Isso é importante essa participação.

E vou deixar aqui, só para terminar, que, como V.Exa. veio aqui e explicou, nós vimos na imprensa que teve um outro ex-Ministro que não explicou ainda, o Raul Jungmann. Eu tenho muito respeito a ele, tenho uma admiração muito grande, eu estava presidindo a Sessão quinta-feira, ele fez um pronunciamento maravilhoso, mas vou fazer um Requerimento, pedindo a ele vir aqui fazer uns esclarecimentos, que acho que foram piores do que o esclarecimento que V.Exa. me deu. Então, vou fazer esse Requerimento a ele, logicamente ele se sente no direito de, usando o Regimento, querer ouvir ou não, aí, o Regimento, a gente tem que cumprir e aceitar. Presidenta, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Manato. Eu queria fazer apenas um adendo, Sr. Ministro, à fala do Deputado Manato, antes de dar a palavra ao Henrique Fontana. Sou servidora pública, tenho 40 anos de vida pública, e eu não acredito, Sr. Ministro, que haja uma forma normal de o setor dos servidores públicos no país resolverem fazer um caixa para deixar lá se, por acaso, eu tiver alguma irregularidade, tira do caixa. Não é normal, é justo que V.Exa. tenha feito, foi uma forma gentil de V.Exa. ter se explicado, mas isso não pode ser comum. E não pode ser norma e regra para o serviço público brasileiro. Nós estamos avançando, somos um país moderno, um país que quer ir para o desenvolvimento e não pode regredir-

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Questão de ordem, Presidente-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Há casos, Sr. Ministro, de que cada servidor público possa deixar um caixa para que possa se explicar. Eu quero fazer esse esclarecimento, para que não paire dúvida a todos aqueles que estão nos ouvindo, que são servidores do país, para achar que isso é uma legislação que lhes faculta esse direito. Se nós, que votamos aqui o Orçamento, que fiscalizamos o Orçamento, e é função desta Casa fiscalizar o Orçamento, votar e fiscalizar, vai virar um problema sério no país se os servidores públicos e a população que está nos ouvindo acharem que essa é uma regra. Não é uma regra. Quero só deixar claro. É uma exceção. Acho que se explicar isso para a população e principalmente para os servidores públicos, fica uma coisa bem explicada. Portanto, o líder Henrique Fontana, com a palavra por cinco minutos.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Obrigado, Presidente, Senadora Marisa Serrano, cumprimentar os colegas aqui de novo, e especialmente cumprimentar o Ministro Orlando Silva. A minha primeira palavra, Ministro, é em nome do nosso Governo, dizer a V.Exa. publicamente e a todos os brasileiros que acompanham esta Sessão da CPMI, que o nosso Governo tem enorme orgulho do trabalho que V.Exa. desenvolve na coordenação do Ministério dos Esportes no nosso país. Aliás, o Presidente Lula, inclusive, foi criticado, no início do atual Governo, quando tomou a decisão, Deputado Manato, de dar ao Esporte a estatura de ter um Ministério exclusivamente para tratar deste tema tão importante para o bem-estar da população brasileira. E, antecedido pelo Ministro Agnello, e agora sob a sua gestão, o esporte, no nosso país, ganhou um patamar de diferenciação e qualificação do papel estratégico que tem o Esporte no desenvolvimento nacional. E nós hoje tanto temos política para os grandes eventos esportivos, como temos a política para o esporte no cotidiano da vida das pessoas. Quando, por exemplo, nós falamos de um programa como o Segundo Tempo, que atende mais de 600 mil crianças, muitas delas eu tenho a emoção de visitar, quando faço roteiros e assim por diante, quando nós temos um Pan-americano, organizado por uma grande equipe, mas sob a sua organização, que orgulhou o Brasil inteiro com os resultados que nós obtivemos, onde o nosso país foi reconhecido no mundo inteiro, pela qualidade da forma de organização, isso tudo nós estamos falando de qualidade de um gestor público e qualidade de um Ministro.

E eu falei isso, Ministro, não porque V.Exa. precise ser elogiado aqui. Eu falei isso para abordar um tema, e hoje é a segunda intervenção que eu faço para contribuir nessa CPMI, que é um pouco essa desqualificação da política que nós estamos vivenciando. Porque um trabalho com essa qualidade, uma história de atuação, militância, dedicação que V.Exa. tem, de décadas, de repente, em uma semana, 15 dias, vira a história do pagamento de uma tapioca. E, aí, o país pára para ouvir um conjunto de avaliações, se seria um desvio de conduta, de padrão ético de gestão, o Ministro Orlando Silva ter pago ou não uma tapioca com cartão de gastos do Governo ou o seu cartão pessoal, que usou por um engano. Mas aí, a oposição ao atual Governo, ela tem cometido um erro grave do meu ponto de vista, porque ela suprime um direito fundamental que todos nós temos, que é a presunção a inocência. Então, você veja, ela tem à disposição uma história de vida de uma pessoa como o senhor. Aí, sai uma notícia de que, eventualmente, o senhor teria cometido um erro e teria pago uma tapioca num cartão de gastos do Governo. E aí ela passa a acusar o Ministro. Ela passa a responsabilizar o Ministro e tenta, na verdade, destruir a imagem, a história, a honradez desse cidadão, que hoje é Ministro.

É esse tipo de ação política que eu quero questionar nessa CPMI. E acho que o povo brasileiro não aceita isso. Nós não podemos espetacularizar(F) um ataque que 99,9% da análise de qualquer um imaginaria "houve um engano". Quem é que vai imaginar que uma pessoa, que é Ministro de Estado de um país, com a sua história, iria cometer um ato ilegal conscientemente para comprar uma tapioca? Ora, é algo absurdo, levantar uma hipótese como essa. No entanto, V.Exa. teve que chegar ao limite de fazer uma devolução simbólica, que eu apoio integralmente, penso diferente do nobre colega, que inclusive insinuou que ficou caro, e voltou a fazer uma brincadeira que eu considero brincadeira de mau-gosto. Não se brinca com essas coisas. Eu, aliás, diria o seguinte, Ministro: A honra da gente não tem preço. A gente vai a qualquer lugar para defender a honra da gente. E V.Exa. fez muito bem em colocar aquele ato simbólico, que estava havendo linchamento público de V.Exa. E com as vozes da oposição, naquela linha abutre que eu chamo, procurando surfar naquela onda, "vamos lá, o importante é desgastar o Governo Lula; se durar uma semana, 15 dias, 20 dias, vamos lá; o importante é desgastar o Governo Lula". E, naquele momento, era V.Exa. que estava na linha de tiro, na linha de frente. Agora, a oposição mudou. Agora, é a Ministra Dilma-

[soa a campainha].

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Tudo vai caindo, e eu vou concluir, Presidente, no vazio por quê? Porque a oposição acusa, sem provas, ela parte do pressuposto que uma acusação ou uma hipótese é uma espécie de pré-condenação; ela suprime o direito à presunção de inocência, que todos nós temos, e depois vira, assim, tipo revista Veja; primeiro acusa que o Governo, o Partido dos Trabalhadores recebeu dinheiro das FARCS. Aí, passam três anos, óbvio, não vai provar porque é mentira, ela não pede desculpas e segue para outra acusação. É esse tipo de coisa que eu ainda sonho, Ministro, sonho com o dia em que nós vamos fazer política de forma diferente no país.

E quero só encerrar, dizendo a V.Exa. que siga de cabeça erguida, organizando nosso país para receber a Copa do Mundo, que é outra grande conquista da política que o senhor coordena, siga, ampliando esses programas que nós estamos implementando, e acho que a sua fala hoje, do meu ponto de vista, ela esclarece em definitivo aquilo que, eventualmente, alguém poderia ainda aguardar para fazer qualquer tipo de esclarecimento.

Por fim, por fim mesmo, eu acho que hoje, de novo aqui, o nobre colega que eu insisto, eu só não falo o nome porque depois pede o artigo não sei o quê, eu preferiria falar o nome, de novo insinua que dois pagamentos com cartão, aí levanta uma ilação de que isso seria uma forma de fracionar para burlar a Legislação. Mas olha, eu quero dizer para a opinião pública que está nos assistindo, vem cá, se o Ministro ficou hospedado durante cinco dias para cumprir uma agenda, ele pode tanto pagar uma diária por dia com o cartão, como pode pagar, ao final, as cinco diárias juntas. Então, por favor, quero fazer um pedido aos Deputados da oposição, procurem ter cuidado para não levantar ilações permanentes, que coloquem sob suspeita uma pessoa que é honesta. Nós não podemos fazer política dessa forma. Porque, eu, por exemplo, que não considero dossiê isso que andaram apresentando, porque não teve dossiê nenhum, aliás, seria o primeiro dossiê que eu queria saber qual é a ilegalidade que foi apresentada sobre algum ato do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, naquela lista que alguém fez, não sei quem ainda quem foi, mas provavelmente vamos saber, num futuro próximo, qual é o gasto que está listado ali, Deputado Gilmar, que seja ilegal.

Então, seria o primeiro dossiê, onde o acusado pelo dossiê não cometeu ilegalidade nenhuma. É uma coisa fantástica essa idéia do dossiê que inventou a oposição para fazer luta política, que, aliás, ela mesma já assumiu que entregou para a revista Veja, e eu quero desafiar o Senador Álvaro Dias, ele tem que dizer de quem ele recebeu. Ele reivindicou, vou concluir com

isso, Presidente, ele reivindicou o art. X do nosso Regimento que existe, Deputado Renildo Calheiros, para proteger uma situação em que a gente, por exemplo, receba uma denúncia sobre uma grande rede de narcotráfico, por exemplo. Então, o Parlamentar vai procurar a Polícia Federal, pede a ação da Polícia Federal e, para proteger o denunciante, ele utiliza aquele artigo para o bem público. Agora, quero saber por que é que o Senador Álvaro Dias não nos diz de quem ele recebeu aquele documento? Qual é o benefício público da negativa dele de nos dizer de quem ele recebeu aquele documento? Eu não encontrei nenhuma vantagem para o interesse público de ele não dizer de quem recebeu o documento. Se está todo mundo atrás de tentar descobrir quem é que vazou esses dados, nos ajude, por favor, Senador; é mais um elo que ele nos ajuda na investigação real.

E, no mais, Ministro, força, muita firmeza, um ótimo trabalho e vamos seguir governando o Brasil, fazendo coisas boas, que é o que importa para o povo brasileiro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Art. 14, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): O senhor não foi citado-–

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Pela ordem, eu vou conceder, mas--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, eu não gostaria que V.Exa. aceitasse pela ordem, porque eu estou na lista de inscrição-

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): O senhor é o próximo orador inscrito e a sua palavra vai ser assegurada-

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Não. Há o rodízio, oposição/situação. Vai ser respeitado. Fala um da oposição--

[falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de saber qual é a minha ordem.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Você é o próximo. Depois, do Carlos Willian.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ah, pois não.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Ele tem a ordem de inscrição na frente do senhor. Ele é o primeiro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sr. Presidente-

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Índio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): --Só para deixar bastante claro aqui ao líder do Governo que, em primeiro lugar, eu respeitei muito a atitude, por isso falei isso pessoalmente ao Ministro de ele ter devolvido o dinheiro da tapioca e o resto todo para que ele saísse da suspeita e pudesse, com calma, o processo todo ser analisado pelo Tribunal de Contas, enfim, eu, em nenhum momento, fui contra. Mas que a tapioca ficou cara, ficou. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto, há uma questão de ilegalidade, sim. Na hora que o tal dossiê que o senhor diz que não é dossiê nenhum, mas que, de alguma maneira, coloca todos os dados do ex-Presidente ou alguns dados dele e da primeira-dama, a ilegalidade está, sim, nas informações que este Governo atual considera sigilosas e que não mandou para a CPMI a base inteira do Governo, inclusive o partido de V.Exa. disse que não poderia abrir essas informações, e estão, lá na revista Veja, as informações da primeira-dama. Se foi enviado por alguém de um partido da base do Governo ou fora da base do Governo, não importa. É secundário. A verdade é que essas informações estão no Ministério da Ministra Dilma. E foi por isso que a gente quis que ela viesse aqui explicar como as informações, que estão aqui sob cuidado e tutela dela, foram vazadas do Ministério. Depois, quem entregou para quem é secundário.

Agora, por fim, ninguém está aqui, da oposição, tentando desgastar Governo Lula. A gente está aqui para proteger o dinheiro da população, que, com muito custo, paga seus impostos, e que está vendo sendo rasgado em vários gastos absolutamente desnecessários e, inclusive, e principalmente, através de cartões com retirada de dinheiro do banco. Não é o caso do Ministro, vamos registrar, mas é o caso de milhares e milhares de cartões que, ao invés de ser gasto na transparência, se retira o dinheiro, se gasta e depois não se sabe se cobra essa despesa com a nota verdadeira ou não. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Antes de passar a palavra ao próximo orador, Deputado Carlos Willian, acho que, a bem da verdade, para esclarecer bem as coisas, eu tive a compreensão bem clara, quando o Ministro Orlando falou que fez o depósito do valor de 34 mil, ele o fez até como um gesto político. E parece que a nossa Presidente não teve a mesma compreensão. Achou que estava se fazendo uma poupança para, depois, esse gasto ser questionado. Gostaria que o senhor

também explicasse isso, Sr. Ministro, para ficar bem para a compreensão da população e de todos nós, Deputados e Senadores. Na sua fala, gostaria que o senhor desse, mais uma vez, a motivação que o levou a fazer este depósito. E passo a palavra ao orador Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sr. Presidente, nobre Relator, caro Ministro, Sras. Deputadas, Deputados, bancada unida do PCdoB. Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de mais nada, gostaria de parabenizar o Ministro pelo brilhante trabalho que tem feito frente à pasta do Ministério dos Esportes, que é uma pasta que todo cidadão brasileiro tem a ver e participa. E se hoje o Presidente Lula está com esse índice alto de aprovação no país do futebol, com certeza, V.Exa. tem dado uma contribuição muito grande. Mesmo que pese o tiroteio indiscriminado e irresponsável da oposição deste país.

Nós vemos aqui, Sr. Presidente e nobre Ministro, o Deputado, que eu não vou citar o nome, mas eu o admiro pelo trabalho que desenvolve nessa CPI, juntamente com o seu colega, mas foram os únicos dois que ficaram nesse Plenário. O Deputado Álvaro Dias, que falou... Desculpe-me, Deputado... O Senador Álvaro Dias, que falou sobre uma bailarina e queria ver a bailarina, quem contratou a bailarina, ele queria ver a bailarina de qualquer jeito e eram nove, eu trouxe a bailarina aqui para ele ver. Agora, queriam ver a tapioca. O senhor veio aqui e explicou a tapioca.

Conclusão, Sr. Presidente, a bomba que a oposição tinha para soltar nessa CPI nem traque é. A bomba que eles tinham para soltar na CPI e para o Brasil nem traque é, Sr. Presidente. Ou, se foi um traque, caiu no chão e não estourou. O Ministro veio aqui, explicou o caso da tapioca, eu não sou Ministro, mas, lá em Belo Horizonte, quando estou fazendo campanha no interior, no horário em que me dá fome, eu tiro o dinheiro do meu bolso e como meu queijo, como meu pão de queijo. Por que o Ministro, com seus costumes baianos, não poderia comprar uma tapioca, que é oito reais, não é caro. Porque, quando eu vou às praias baianas, eu como apenas um bolinho de tapioca, 15, 12 reais. É certo que vem uma carninha dentro, que, para mineiro, não tem coisa melhor. É bolinho de tapioca, por dentro vem o recheio.

Ministro, V.Exa. aqui foi contestado e devidamente explicado que o senhor esteve hospedado num hotel no Rio de Janeiro, com sua esposa e sua filha de nove meses. Eu estou aqui hoje, tenho três filhos em casa, além da minha esposa. Meus dois filhos de cinco anos, Mateus e Gabriel, e o Carlos Willian Júnior, coitado, puseram o nome dele disso, que tem um ano e meio. E eu tenho compromisso, Sr. Ministro, quinta-feira que vem, eu tenho um jantar, que eu tenho que ir com a minha esposa. E tomara que, neste país, todos os homens levassem as suas esposas nos seus compromissos, principalmente nos compromissos oficiais. Isso mostra a responsabilidade que V.Exa. tem na frente do Ministério, e principalmente a responsabilidade que V.Exa. tem em mostrar à população a responsabilidade de um administrador público em preservar a família brasileira.

Sr. Ministro, a oposição não tem nada para lhe perguntar. Eu também não tenho nada para lhe perguntar por que V.Exa. já disse e já respondeu todas as perguntas que, na verdade, não tem motivo de V.Exa. estar aqui. A oposição já disse aqui bravamente que vai abandonar essa CPI. E hoje estou sabendo por que é que eles vão abandonar essa CPI. É porque eles não têm argumento. É porque eles não têm subsídio para sobreviver a essa CPI.

Eu acho, Sra. Presidente, que, realmente, as convocações que foram feitas, as pessoas que, até o momento, foram trazidas, e principalmente do Ministro, não mereciam ter o seu nome nas páginas de jornais, não mereciam os ataques da oposição, pelo contrário, mereciam, sim, Sr. Ministro, é o que acontece aqui agora, nós estamos vendo a oposição parabenizar V.Exa. pelo brilhante trabalho que está apresentando ao país. E, acima de tudo, mesmo com todo respeito que eu tenho pela nossa Presidente, que tem dirigido muito bem essa CPI, o pensamento que ela disse em não concordar que V.Exa. tivesse estornado aos cofres públicos o valor, este é o pensamento dela. Porque o meu pensamento, como Administrador Público que já fui, acho que V.Exa. fez certo porque fez preventivamente. E V.Exa. não é qualquer servidor, V.Exa. é um Ministro de Estado que, quando seu nome está em jogo, a sua credibilidade está em jogo, também está em jogo a credibilidade da Administração e do mandatário desse país.

Portanto, fez certo V.Exa., parabéns a V.Exa., sai daqui o Ministro dos Esportes mais fortalecido, mais claro para a população, com a responsabilidade dos seus afazeres, do que algum Ministro que, às vezes, nós não tivemos a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Muito obrigado, Sra. Presidente. Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Ministro.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado Carlos Willian. Ministro, quer fazer alguma observação? Não? Então, Deputado...

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Na verdade, Senadora, na vossa ausência,

Senadora, o Deputado Vice-Presidente da Comissão, ele apresentou um questionamento e uma orientação de que falasse sobre a justificativa do recolhimento total do equivalente aos gastos feitos entre 2006 e 2008. O Deputado Marcelo Melo recomenda que faça o esclarecimento em função de, eventualmente, ter sido mal interpretado, por parte da Presidente dessa Comissão. Insisto, a decisão foi uma decisão pessoal, foi um ato político, Senadora, e o sentido era apenas de marcar a indignação contra insinuações que eram feitas, que me atingiam pessoalmente e, para esvaziar... Uma tentativa de esvaziar uma politização. Evidente que a Administração Pública, ela, enfim, a disputa pelo poder da Administração Pública é de natureza política. Mas há que se ter critério. Porque, até na guerra, você tem regra. Tudo na vida tem regra. E a disputa política também tem regras, também tem critérios. E eu creditei que havia, digamos, se extrapolava a regra do razoável. Por isso a decisão pessoal, levando em conta a particularidade de ser um Ministro de Estado. Enfim, espero me ter feito entender para a nossa Presidente da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu entendi muito bem e V.Exa. colocou agora que foi uma decisão pessoal e política. Mas eu quis deixar bem claro aqui para todo servidor público do país, que essa é uma Casa de leis, e tem a obrigação de fazê-lo porque, como eu disse, nós votamos Orçamento, fiscalizamos Orçamento e a população brasileira, o servidor público que está ouvindo e vendo tem que saber que não há possibilidade de resolver e fazer... Não vou falar em poupança aqui, eu falei um caixa, uma reserva para eventuais gastos, extrapolando gastos ou qualquer coisa assim. Isso não existe na Administração Pública e não pode existir. Só fiz um esclarecimento que isso foi, como o Ministro disse, uma decisão pessoal e política do Ministro, num momento que ele achou que devia fazê-lo. Mas não é regra, eu falei, não é regra, é exceção. É apenas para complementar. O Deputado Vic, com a palavra.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sra. Presidente, Ministro, eu fiquei pensando aqui e ouvindo aqui o líder do Governo. Acho que ele é líder do Governo, o Deputado Henrique. Vou falar o nome dele mesmo, o Deputado Henrique. Eu fico imaginando, Ministro, um paciente que estava em coma e acorde hoje aqui. Aí, vê o líder do PT falando o que ele falou. Um santo. Nunca fez nada. Ele fala aqui "linha abutre". Se há uma "linha abutre", que não é seguida por nós, veio da escola do PT. O PT, ele não podia ver nenhum de nós na esquina, que dizia assim: "Indiciado, culpado". E agora vem aqui, dizendo que nós temos que ser Madres Teresas de Calcutá. Nós temos que ter aqui a maior educação e temos... Tenho pelo senhor, Ministro. Agora, eu não vou lhe fazer pergunta.

Eu, no seu lugar, Ministro, com toda a minha sinceridade, eu mandava esse Governo para o raio que o parta. Porque o senhor está sendo fritado pelo Governo. A Ministra Dilma, blindada. Trouxemos aqui a... O convite, a convocação. "Não". Todos aqui do Governo, "não". Dona Erenice, que nem Ministra é, "não". Dona da Soledad, "não". E por aí vai. "Não". Ministro Orlando Silva, "sim". "Pode vir. Bota o homem aí". Foi o que o Governo fez com o senhor. O senhor devolveu o dinheiro, está certo, honra não se brinca e não tem preço. Foi a única coisa certa que o rapazinho falou aí do lado. Honra não tem preço, o senhor está certo. Devolveu o dinheiro. Depois, o senhor tem que ir atrás desse dinheiro porque muitos desses recursos o senhor não errou, gastou certo. Acho que o senhor, como Ministro, tem que ficar no hotel no Rio de Janeiro, sim. Acho que o senhor, como Ministro, tem que comer a tapioca e pagar se o senhor está em serviço. Não vou discutir isso não. Sinceramente, não vou discutir. Se estiver errado, devolva. Está certo. O senhor está certo.

Foi uma questão sua, pessoal. Eu não teria feito isso. Quem não tem culpa no cartório não tem por que fazer isso. Mas o senhor estava sendo linchado realmente. E o Governo, deixando o senhor estar sendo linchado. Por que o Governo não fez com o senhor o que está fazendo com a Ministra Dilma? É um dossiê que saiu de lá de dentro do Palácio. Mas fala em trazer a Ministra Dilma aqui, que esse pessoal pega choque. Tem Deputado aqui que morre. A nossa líder, a Senadora veio aqui e disse: "Não querem trazer a Ministra Dilma porque ela é potencial candidata em 2010". 2% na pesquisa, 1%, traço. Potencial, tudo bem... Mas não veio. Mas o senhor está sentado aí.

A única cortesia que fizeram com o senhor, Ministro, esse Governo que o senhor trabalha, do Presidente Lula, a única cortesia que fizeram com o senhor foi transformar convocação em convite, meu companheiro Paulo. Foi a única coisa que esse Governo fez com o senhor. Fora isso, coloque ele aí na frigideira sentado. Deixa ele fritar, deixa ele se explicar por que é que ele comeu a tapioquinha, por que é que devolveu o dinheiro, deixa ele se explicar por que é que ele trouxe uma filhinha de nove meses para o hotel, que não tem problema nenhum. Contanto que a diária do hotel não seja alterada. O senhor pode colocar duas pessoas, contanto que a diária seja a mesma. Eu não estou questionando o senhor, Ministro. Eu não faço a política pequena. Eu não sou da escola do PT. Com raras exceções, e tem exceções aqui dentro. O PT jogava pedra e depois apurava. Agora vem dar uma de

santinho, dizendo que não quer apurar, pode apurar, que não se deve apurar, que tem que ter primeiro fatos, que tem que ter isso... O Deputado Carlos Sampaio estava conversando no nosso mini-restaurante lá atrás, estava conversando conosco.

Quer dizer, se temos os dados sigilosos, por que é que temos que pedir os dados sigilosos? Se há indício, aí nós temos que pedir os dados sigilosos. Estou errado ou não, Deputado Paulo? Agora não. Ministro que... Se coloca o Ministro de Estado sentado aí, se o senhor fosse do partido do Presidente Lula, o senhor não estaria sentado aí. Tenha certeza. Tenha certeza. O senhor não estaria sentado aí. Mas o senhor não é do partido. O senhor é da base. Experimente trazer aqui. Vamos botar aqui. Vem a D. Erenice? Ninguém responde. Mas, "não". Vem a D. Soledad? "Não". A Ministra Dilma, é quase proibido falar no nome da Ministra Dilma aqui. Proibido. Ninguém pode falar no nome da Ministra Dilma aqui, que o pessoal fica pegando choque. Saiu o dossiê de lá. Aí, o Governo fica dizendo o seguinte: "Não interessa, para nós, quem matou. Sabe o que interessa? É quem foi denunciar na delegacia. Quem matou, quem cometeu o crime, pouco importa". Chamaram a Polícia Federal para investigar o sexo dos anjos. "Quem foi que liberou o dossiê que foi liberado para a imprensa?" Bom, quem cometeu o crime, a Polícia Federal não pode chegar perto. Estou mentindo aqui, gente? Não. Vocês são da base? São. Mas tudo tem limite. O Governo está mandando vocês pularem, vocês não perguntam nem a altura. Vocês pulam num abismo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, para concluir-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A senhor quer que eu acabe? A senhora poderia deixar meus dois-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mais dois minutos? O senhor tem dois minutos ainda,

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mais dois minutos? É muito tempo. O Ministro, com certeza, vai querer agradecer no final para mim. Então, Ministro, eu fico constrangido. Não vou lhe fazer nenhuma pergunta. Estou totalmente satisfeito com suas respostas. Mas o Governo está lhe fritando. Acorde. Acorde para isso. E o senhor não foi para o olho dão rua porque o senhor pagou esses 30 mil. Aí, disseram o seguinte: "Não, o homem pagou e tal". Porque a Ministra Matilde, coitada, deram um pontapé e está aqui. Está aqui para os tubarões. Veio numa caldeira desse tamanho. "Toma. Vai para imprensa, vai lá, leva o Ministro Orlando, leva a ex-Ministra Matilde". Saia daqui com essa certeza. O senhor não vai concordar com que estou falando senão o senhor vai para o olho da rua. O senhor sabe disso. Mas, lá no seu subconsciente, dos seus companheiros de partido, esse histórico partido, o senhor pode ter certeza absoluta que todo mundo está batendo no peito e dizendo: "Eu queria estar no lugar do Deputado Vic, só que não vão estar e não podem estar". Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-): Pela liderança do bloco PMDB-PTC e PSC--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Um minutinho. O Ministro... Claro, Ministro, é um prazer.

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Sr. Deputado Vic Pires, Srs. Membros da CPI, creio que, para um homem público, Deputado Vic Pires, ele tem a responsabilidade de assumir cada ato que pratica. E o homem público, ele tem obrigação de prestar informações sobre cada ato que pratica. Na medida em que a utilização do cartão corporativo foi feita por determinado Ministro, ele tem que se apresentar ao Congresso, ao TCU, à CGU, ao Ministério Público, à imprensa, à sociedade, para prestar informações.

Então, a decisão de colaborar, na primeira hora, nos colocar à disposição de todas as instituições que apuram, que fiscalizam, que acompanham a gestão pública, ela diz respeito a essa convicção de que faço a minha obrigação, ao prestar contas de cada ato que realizo no exercício de uma função pública. Caso não queira prestar contas, deveria trilhar outro caminho, que não exercer uma função pública. O sentido de comparecer ao convite feito pela CPI é de atender a esse critério, de cumprir com o meu dever de homem público, de prestar toda informação que seja necessária. Eu acredito, Deputado, que todo o Brasil, muitos brasileiros, milhões de brasileiros, teriam um prazer, uma honra, estariam muito felizes se tivessem a oportunidade de cumprir a função que eu cumpro.

Acredito que são milhões de brasileiros que teriam muita honra de servir ao Governo do Presidente Lula. Um Governo que permitiu, após décadas, a retomada do caminho do crescimento econômico, um Governo que conseguiu manter o controle da inflação, a estabilidade financeira, retomar o caminho do investimento público, permite, eu estive, o senhor sabe, nessa semana no vosso Estado, fiquei muito feliz de perceber que o plano de aceleração do crescimento terá investimentos importantes com a Prefeitura, com o Governo do Estado, com tantas parcerias--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Só não chegou lá ainda, Ministro, ainda--

SR. MINISTRO ORLANDO SILVA DE JESUS JÚNIOR: Creio que é motivo de satisfação participar de um Governo que tenha servido à consolidação da

democracia no país. Hoje, o processo de conferência, o diálogo com a sociedade, vários segmentos, colabora com o aperfeiçoamento da democracia no país. Sra. Presidente, e fico muito feliz de contribuir com o Governo que tem a responsabilidade de enfrentar desigualdades regionais, de combater históricas desigualdades sociais. Eu creio que a minha presença entusiasmada no Governo do Presidente Lula, ela se dá com o mesmo entusiasmo que milhões e milhões de brasileiros, Sr. Deputado, teriam de contribuir com o desenvolvimento do nosso país.

Então, queria, assim, que o senhor ficasse seguro de que o esforço, o entusiasmo que eu, que o meu partido, o PCdoB, que, aliás, apoiou o Presidente Lula desde sua primeira candidatura, em 1989, tem no exercício da função, é o entusiasmo daquele que acredita que cada minuto de dedicação e trabalho vai ajudar a criar melhores condições de vida para o nosso povo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero fazer aqui um esclarecimento. Tentar fazer uma... Ao altercalar(F) a alternância entre os partidos. Portanto, o que o Regimento nos recomenda... Portanto, eu colocaria agora o Deputado Paulo Teixeira e depois--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sra. Presidente, o que eu pedi foi questão... Liderança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos, desculpe, o cansaço de hoje. Pela liderança--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Do bloco PMDB-PTC e PSC. Sra. Presidente, vou ser rápido, mesmo porque nós... Já não existe mais necessidade, a não ser ouvir os colegas que estão aqui, a colocar cada um seu ponto de vista, deixar claro, Ministro, que V.Exa. teve o Requerimento aprovado por este colégio, dessa CPMI, assim como também teve o Ministro da Pesca, o Ministro Gregolin, assim como outras autoridades e ex-autoridades do Governo também foram convocadas para vir nessa CPMI, é porque a oposição mostrou, nem que seja através da imprensa, que colabora com este país, algum fato concreto, que pudesse motivar a vinda de V.Exas. aqui. Até o presente momento, a não ser o jogo político que agora eu vejo que a oposição e o Deputado que me antecedeu conhece muito mais de Palácio do que eu, que sou governista. Conhece até mesmo qual a vontade do Presidente em fritar ou deixar de fritar. Então, Sr. Ministro, o que nós fizemos e tínhamos certeza absoluta, quando aceitamos a convocação de V.Exa., é de que V.Exa. teria as explicações, e as explicações convincentes que V.Exa. deu aqui neste Plenário. Não tenho procuração do PT nem do líder Henrique Fontana para fazer a defesa dele. Mas quero dizer que o líder Henrique Fontana é um Deputado de alto nível, capacitado, líder do Governo, tem história nessa Casa, e acho que deveria ser um pouco mais respeitado, senão na condição de líder, pelo menos, na condição de Deputado.

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): E, por fim, Ministro, gostaria de deixar claro que quem tentou fritar V.Exa. foi a oposição. Foi aquele que lhe falou sobre fritar. E ainda bem que quiseram lhe fritar, mas V.Exa., com a sua sabedoria e com a sua competência, acabou os fritando. Então, quem quis lhe fritar, Ministro, saiu fritado, pelo menos nessa Sessão de hoje. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio. Por uma... Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da CPI, ilustre Ministro dos Esportes, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo, reconhecido em todo país, seja nos jogos pan-americanos, pára-pan-americanos, como também pelo fato de ter trabalhado, e muito, para que nós pudéssemos sediar aqui a Copa do Mundo. Gostaria de esclarecer a V.Exa., porque acho oportuno, que essa CPI foi criada e por mim proposta, em janeiro de 2008 deste ano, sem nenhuma referência a fazer ao episódio no qual V.Exa. se viu envolvido. A razão dessa CPI foi uma representação por mim feita à Procuradoria da República, no ano de 2003, que culminou com a instauração do inquérito em 23 de janeiro de 2008, por parte da Procuradoria-Geral da República, que constatou eventual prática de atos de improbidade. V.Exa. sequer foi referido no pedido de CPMI porque antecederam aos fatos nos quais V.Exa. se disse envolvido. Gostaria também de dizer a V.Exa. que gostei muito, mas muito mesmo, de ouvi-lo tratar os oito reais e trinta centavos sob a ótica do dinheiro público. V.Exa. deixou claro que não há distinção de um real, cem reais, mil reais ou um milhão de reais, quando o dinheiro é público. Não foi assim que o Ministro Paulo Bernardo tratou do assunto. Ele, quando se referiu ao episódio de V.Exa., ele se referiu à CPI que eu propus como sendo uma CPI... Só faltava instalarmos aqui uma CPI da tapioca, como se o dinheiro público que cabe a ele, em grande parte, cuidar, tivesse uma valoração. O dinheiro público é dinheiro público seja ele um real ou dois reais, é dinheiro do contribuinte e nós devemos explicações.

Eu, aqui, Sra. Presidente, tenho dito, em várias oportunidades, que, de fato, os Deputados têm poderes

de Juiz. O que me assusta é, às vezes, perceber que eles têm poderes de Juiz, mas não adotam a postura de um Juiz. Acho que vale para os dois lados. Não esperem de mim aqui bravatas ou muito menos ofensas aqui ou o que quer que seja. Eu trato a todos com a maior distinção. Eu acho que é o papel que me cabe, na condição de Juiz de fato, em uma CPI.

Eu acho que, com relação ao que fora dito ao Senador Álvaro Dias, ele não está presente, e eu me sinto na obrigação de deixar bastante claro que ele não só não tem a obrigação de dizer quem lhe mostrou o tal dossiê, como ele não divulgou qualquer informação sigilosa. Ele delatou um fato que sabia criminoso, que foi a divulgação de informações sigilosas. Esse fato é criminoso. Ele delatou isso e, portanto, faço aqui a defesa do Senador Álvaro Dias. Dizer àqueles que pensam que a oposição quer o fim dessa CPI, muito pelo contrário, os dados que foram fornecidos agora pelo Banco do Brasil, as mais de 70 caixas que aqui estão e os requerimentos que serão aprovados, espero eu, na semana que vem, já que se tem, pelo menos em tese, uma definição de conceito de sigilo, serão fundamentais para que saibamos quem são os mais de 11 mil ecônomos e em que gastam o dinheiro público, particularmente no que tange aos gastos.

Gostaria de dizer agora especificamente com relação ao Ministro Orlando, primeiro, sequer mencionei seu nome no pedido de instauração da CPI, portanto, fico muito à vontade para dizer isso. O episódio de V.Exa. não constava da Pauta da agenda política do país. Dizer a V.Exa. que foi com alegria que soube que foi o próprio controle externo do Ministério que aferiu o gasto indevido e que V.Exa., ao reconhecer seu erro, restituiu, em 29 de outubro, o gasto referente à compra daquele gênero alimentício. Dizer que V.Exa. explicou com clareza a questão da sua agenda existente no Rio de Janeiro, a presença de sua esposa, como necessidade protocolar e sem falácias e com toda objetividade, é evidente que a presença de sua filha se justificava, até pela idade que tinha.

V.Exa. justificou os gastos, aqui colocados pelo Deputado Índio e com muita convicção. V.Exa. deixou claro que nunca efetuou nenhum saque. E entendo, com as mesmas preocupações da Senadora Marisa Serrano, que essa não seja uma prática, mas eu entendo que o seu proceder, ao restituir os 34 mil reais, foi correto, como a única forma que V.Exa. identificou, naquele momento, para restabelecer a sua honra, o seu conceito de si mesmo sobre o que é ter caráter. Então, eu compreendo perfeitamente a conduta de V.Exa. E confesso que, das CPMIs que participei, para não dizer que raras vezes, pouquíssimas vezes, vi alguém justificar-se e explicar-se diante de imputações que lhe são feitas, com tanta clareza e de forma tão enfática. Reconhecer o erro, Sr. Ministro, é tão nobre quanto acertar. Eu louvo a conduta de V.Exa. e não tenho nenhuma pergunta a fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Carlos Sampaio. Sr. Ministro? Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sra. Presidente, eu queria, inicialmente, cumprimentar o Ministro Orlando. Ministro Orlando, eu o conheço há muitos anos, já militamos juntos, Ministro foi líder estudantil, Presidente da UNE e está fazendo importante trabalho no Ministério dos Esportes. Reputo que a sua vinda a esta Casa é extremamente educativa para a sociedade brasileira. Não vejo da maneira que foi dita aqui. É educativa porque V.Exa. prestou todos os esclarecimentos de uma maneira muito transparente; a oposição fez uma série de questionamentos, portanto, justifica o papel da oposição e o papel dessa CPI, e o Ministro mostrou que agiu de maneira correta, com zelo à coisa pública. Que, inclusive, na medida em que lhe foram questionados alguns gastos, o Ministro fez, preventivamente, um depósito e as suas contas estão sendo auditadas, e esses recursos que serão repostos a ele, na medida em que esses gastos não forem reconhecidos como gastos feitos indevidamente.

Portanto, eu creio que a vinda do Ministro tem um papel educativo, porque tem 12 mil usuários de cartão de crédito e esses 12 mil usuários verão que, na postura humilde de um Ministro, terão que agir com profundo zelo em relação à coisa pública. E acho que é marca desse Governo, na medida em que criou o Portal da Transparência, na medida em que acordou a existência dessa CPI, inclusive, o acordo que compôs a Presidência, com a Senadora Marisa Serrano, e a Relatoria, com o Deputado Luiz Sérgio.

Sob o ponto de vista dos Ministros, eu não creio que a vinda do Ministro Orlando tenha nenhuma questão de natureza partidária. Amanhã estará aqui o Ministro Gregolin, que faz parte do nosso partido, a Ministra... Ex-Ministra Matilde Ribeiro, que também é membro, faz parte do Partido dos Trabalhadores, portanto, não tem essa conotação. Eu acho que a vinda deles tem outra conotação, é o zelo pela coisa pública, por parte do Presidente Lula e de toda a base que constitui o seu Governo.

Eu queria dizer que é verdade que nós temos poderes jurisdicionais. E nós sempre temos que zelar por esse poder. E ter poder jurisdicional não é sinônimo de agir fora da lei. Não é sinônimo de violência à lei. Eu já assisti, quando era inclusive do nosso partido, a Senadora Heloísa Helena, uma vez, deu ordem de prisão ao então Presidente do Banco Central. , porque ele não

falava o que ela pedia para que ele falasse. Aquilo era uma utilização equivocada do poder jurisdicional, uma utilização arbitrária do poder jurisdicional. E nós, para utilizarmos o poder jurisdicional, temos que respeitar um rito, respeitar como o Supremo, por exemplo, entende que a quebra de sigilo deva haver.

Nesse caso aqui, por exemplo, a Ministra Dilma não veio porque a oposição quis levar uma suspeição a ela, como se ela fosse a responsável pelo dossiê. A Ministra Dilma hoje está do lado cá do balcão. Está apurando quem teve responsabilidade com o vazamento. E sabidamente esse vazamento pode ter vindo de lá como não. Foi discutida aqui a questão relacionada ao Senador Álvaro Dias. Portanto, ela não teria que vir a essa CPI, dada a suspeição que se lançou, e nós aguardamos, assim como ela e o Presidente da República, a elucidação de quem quebrou o sigilo.

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E termino, dizendo o seguinte: A questão dos documentos sigilosos, Deputado Carlos Sampaio, eu estou convicto de que uma CPI pode quebrar o sigilo na medida em que tem indícios, na medida em que tem a suspeição. Ela não pode usar do mecanismo de quebra de sigilo para fazer auditorias para encontrar eventuais irregularidades, se essas contas têm o controle interno, se têm auditoria do Tribunal de Contas da União. Portanto, queria dizer, Ministro Orlando, faço minhas, em relação a V.Exa., as palavras do Deputado Vic Pires e do Deputado Carlos Sampaio e o conjunto dos Deputados, pelo trabalho que tem feito no Ministério dos Esportes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Deputado. Antes de passar a palavra, queria só informar que amanhã a primeira oitiva é com o Sr. Paulo Lacerda. E a segunda, com a ex-Ministra Matilde. E, terça... Quinta-feira, como eu disse, nós temos três oitivas. E, na terça-feira, eu coloco 109 Requerimentos, que ficaram sobrestados e outros que entraram, para a votação. Portanto, terça-feira que vem, todos os requerimentos que nós temos, tanto de convocação como de informação, serão colocados em votação. É uma questão de Ordem, Deputada Perpétua?

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu só queria retirar minha inscrição porque considero que já se esgotou aqui o processo de esclarecimento. Estou satisfeita com as perguntas e comentários, tanto dos companheiros da base, como da oposição.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Vou retirar também minha inscrição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado João já saiu; Senador Valdir Raupp não está; Nilson não está... Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Bastante breve, Sra. Presidente. Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, vou ser bastante breve, até porque acho que já teve muita conversa a respeito do assunto. Em primeiro lugar, Sr. Ministro, fiz questão... Infelizmente não consegui ouvir seu depoimento porque estava participando de outra Comissão, mas fiz questão de ficar o tempo todo dos questionamentos, o tempo que me foi possível, porque eu acompanhei desde o início, que tentaram fazer o que fizeram, tentando desgastá-lo, fizeram, e seus posicionamentos, o tempo todo, foram de extrema coerência. Extremamente coerentes com a sua história. Então, tinha certeza absoluta de que todas as suas colocações e as respostas, principalmente a todas as questões aqui colocadas, seriam, como o foram, com a maior coerência, determinação e clareza e transparência. O senhor não tem nada, nada, absolutamente a temer.

Ao devolver os 34 mil, realmente não era o PT que queria fritá-lo. O PT, em momento algum, ao contrário, o nosso Governo, a base do Governo, o Partido dos Trabalhadores tem maior respeito, maior confiança no senhor. Com certeza, quem buscou fritá-lo, o tempo inteiro, a gente sabe muito bem, é quem está questionando, o tempo todo, a necessidade de tentar desgastar o Governo e, aí, pegar o Ministro seria conveniente. Então, é oposição mesmo. Não tem essa conversa.

Hoje, com a tranqüilidade e a determinação com que o senhor respondeu as questões aqui colocadas, isso retrata a sua história. A história de responsabilidade, a história de honradez, a história de seriedade, que a gente conhece. Por isso, eu não ia falar porque acho que já foi dito muita coisa. Mas eu precisava reforçar. Se fosse, talvez, um Ministro do PT, eu nem iria falar. Mas é para que o senhor tenha a convicção do respeito que o Partido dos Trabalhadores tem pelo senhor. Ninguém jamais buscaria o seu linchamento: nem PT, nem Governo, nem base do Governo... Porque nós não temos dúvida da sua lisura. Aqueles que colocaram em dúvida é que realmente têm que responder por isso.

Eu digo, o senhor agiu corretamente ao devolver; muitos não teriam feito isso, muitos dos que estão questionando. E, com relação à Ministra Dilma,

ninguém pode dizer... O senhor quis vir aqui porque realmente constaram. Teve gastos e o senhor quis vir aqui explicar. Acho que nada mais justo, correto, transparente e perfeito, da sua parte e da parte da CPMI. Agora, a Ministra Dilma nunca usou cartão. Jamais, na história da Ministra Dilma, não permite jamais que se suspeite que ela tenha algum tipo de conivência com esse tipo de procedimento de elaboração de dossiê e divulgação. Portanto, não vamos misturar as coisas. Dilma Roussef não tem nenhum motivo, pelo menos até agora, para comparecer a essa CPMI. Nenhum. Ela não tem cartão, ela não usou cartão, ela não autorizou esse suposto dossiê, ela não vazou informações... Por que é que querem Dilma? Apenas por uma questão política. E questão política nós não vamos permitir, não. Sr. Ministro, realmente, eu lhe parabenizo pela coerência, pela consistência da sua fala e das suas respostas. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora. Eu quero agradecer a presença do Ministro, tão gentilmente, conversamos bastante, nos acertamos uma data que dava para todos nós podermos ouvi-lo.

Agradeço a presença de todos os Deputados aqui presentes. Estamos todos convocados para amanhã, às 9h30 da manhã. Muito obrigada e bom dia.

Sessão encerrada às 15h38min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião de 2008, realizada em 09 de abril de 2008, às nove horas e Quarenta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram ouvidos o Senhor **Paulo Fernando da Costa Lacerda,** Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e a Senhora **Matilde Ribeiro,** Ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Antonio Carlos Júnior (DEM)	**Carlos Willian (PTC)**
Marconi Perillo (PSDB)	**Luiz Sérgio (PT)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Maurício Quintella Lessa**
Serys Slhessarenko(PT)	**Nelson Meurer (PP)**
Paulo Paim(PT)	**Paulo Teixeira (PT)**
Gim Argello (PTB)	**Vic Pires Franco (DEM)**
José Nery (PSOL)	**Manato (PDT)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Antonio Roberto (PV)**
Valdir Raupp (PMDB)	**João Magalhães (PMDB)**
	Marcelo Guimarães (PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda os Deputados Henrique Fontana, Maurício Rands, Leonardo Quintão, Jô Morais, Dr. Rosinha, Nelson Pellegrino, Janete Rocha Pietá, Gilmar Machado, Carlos Santana, Nazareno Fonteles, Vicentinho, e os Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes, não membros da Comissão.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2008, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (cartões corporativos) por integrantes da administração pública federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião da Comissão. As Srªs. e Srs. Deputados e Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Para falar em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Srª. Presidenta, os jornais hoje noticiam a criação de uma CPI no Senado Federal para--

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se V. Exª. me permite, vou interrompê-lo para não deixar o nosso convidado em pé. Eu gostaria de convidar para tomar assento à mesa o Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), e a seu lado, com muito prazer também é que recebemos o Dr. Wilson Roberto Treza, comandante de inteligência e Secretário de Planejamento e coordenação. Sejam bem-vindos os dois.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª. Presidente, inicialmente eu queria dar um bom dia para V. Exª.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom dia, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Tendo em vista que V. Exª., quando ocupa essa mesa, muito nos honra pela condução que tem dado a esta CPI.

Mas, Exª., eu venho a esse microfone para fazer um protesto. Um protesto porque a racionalidade está perdendo lugar para a emoção numa instituição que é uma das instituições mais respeitáveis da República, que é o Senado Federal. Há uma CPMI – Comissão Parlamentar de Inquérito Mista – do Senado e da Câmara

com o objetivo de investigar eventuais usos abusivos dos Cartões de Pagamento do Governo Federal. Essa CPMI foi constituída depois de proposta uma Comissão Parlamentar de Inquérito só do Senado Federal, e aí constitui-se uma mista. Portanto, o Senado Federal faz parte e essa CPMI é presidida por V. Exª., que é Senadora e que representa aqui o Senado Federal, além de outros Senadores que participam dessa CPMI. Alguns ausentes, alguns que nos últimos dias nós não temos visto, mas que eu gostaria que estivessem aqui para ajudar a elucidar um fato triste da vida da Nação, que foi a quebra do sigilo dos documentos sigilosos da Presidência da República. Mas, Srª. Presidenta, quando o Senado Federal participa de uma CPMI e o Senado Federal cria uma outra CPMI, o Senado Federal agride a razão. Porque uma CPMI e uma CPI com o mesmo objeto, na mesma Casa, demonstra que, ao autorizar essa CPI, o Senado Federal está dialogando com uma irracionalidade, está dialogando com o gosto da oposição, que não admite que as urnas lhe deram a condição de minoria e, portanto, na condição de minoria, ela tem que agir dentro da Lei e tem que agir com a razão.

Eu estou aqui, Presidenta, extremamente revoltado com esse fato, porque eu acho que o mandato do Presidente Garibaldi é um mandato que vai se diminuir por esse fato, porque toda a Nação é capaz de verificar que espera do Congresso Nacional a capacidade máxima de trabalhar pela Nação, de aprovar Leis, de melhorar as Leis, de investigar o Executivo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): E agora que nós estamos investigando aqui, temos aqui já cem caixas de papéis para auditar, temos que aperfeiçoar toda essa legislação, e nós vemos o Senado Federal, para atender o gosto de uma minoria que estava participando aqui, que continua participando aqui, que criou uma CPI.

Então eu quero aqui registrar o meu protesto, registrar igualmente a minha indignação com esse fato e dizer que isso atrapalha a imagem do Senado Federal, do Congresso Federal e do Legislativo. Portanto, registro aqui o meu protesto e dizer que os Senadores e Deputados que quiserem chegar à sua finalidade terão que ter paciência.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Toma tempo de todos nós, mas terão que ter vontade de trabalhar e paciência e, portanto, quero registrar o meu protesto e a minha indignação com esse fato como Líder.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, pela ordem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pela ordem, como Líder.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está registrado. O Deputado Paulo pediu para falar como Líder do PT--

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Como Líder, também, do PR, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): -– Vice-Líder do PT.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu solicito pela ordem, Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu como líder do PR, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vice-Líder do PR.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Dr. Paulo Lacerda, Dr. Wilson Treza. Srª. Presidenta, da mesma forma que o Deputado Paulo Teixeira se mostra indignado nessa manhã, eu gostaria também de mostrar a nossa indignação do Partido da República. Eu acho que dois fatos marcaram o Senado Federal, o Congresso Nacional, de ontem para hoje. Um é um fatalmente político, é um fato de luta política. A criação da CPI do Senado Federal ela representa, além do descumprimento de um acordo, de um acordo firmado entre oposição e Governo de procedimentos, onde o Governo abriu mão para tornar viável a investigação, uma investigação por parte do Congresso Nacional de Deputados e Senadores, abriu mão do direito que tinha de indicar a presidência dessa Comissão para que se pudesse fazer a investigação mista. Sendo derrotado aqui nessa Comissão, tendo as suas teses derrotadas, não respeitando o espírito democrático que deve viger esse parlamento, resolve criar uma nova CPI no Senado Federal só de Senadores. A correlação de força não vai mudar. Não havia a menor necessidade. Isso demonstra, traduz simplesmente que é uma guerra política. Busca-se um outro circo, um outro circo para poder fazer eco. Me perdoe, Presidente, é o meu entendimento. Estão fazendo dessa CPI e da outra um grande picadeiro. Busca-se, apenas, os holofotes para procurar desgastar o Governo e o Presidente Lula, o Governo e o Presidente Lula.

Um outro fato extremamente sério, grave, que nós testemunhamos ontem aqui, foi o cometimento para mim de um crime. Um crime praticado por um Deputado durante [soa a campainha] uma Comissão ao vivo e a cores para todo o Brasil. O Deputado Vic Pires leu aqui, mesmo depois de alertado pelo Ministro do Gabinete da Segurança Institucional, de que aque-

las informações eram de caráter sigilosos, ele disse que independente da opinião do Ministro iria divulgá-las para a imprensa. Isso é ou não é espetáculo? Isso mostra que o Governo, a base do Governo, tinha ou não tinha razão quando teve o cuidado de não aprovar aqui os requerimentos que quebrariam o sigilo? Historicamente essas CPIs têm se mostrado, no que tange à retenção de informação, uma grande peneira. Não se retém informação sigilosa e informação nenhuma em CPIs, o que é muito ruim, é triste, mas é uma verdade, isso é um fato. Não deveria ser, mas é um fato, Srª. Presidenta.

Portanto, por conta do que aconteceu ontem na formação da CPI do Senado, da atitude do Deputado Vic Pires que foi absolutamente lamentável e me parece que a prática de um crime divulgar documentos e informações sigilosas, resguardadas pela Constituição Federal, é um crime. Aqui a gente tem acompanhado e aí pode-se dizer: "não, isso é uma questão de interpretação, é ou não é crime". Não, é crime sim, a Constituição Federal resguarda. A oposição aqui, quando ela acha que tem o seu direito cerceado, ela normalmente vai às portas do Superior Tribunal Federal ou do STJ como foi, como foi quando sentiu o seu direito cerceado --

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Um minuto para concluir, Srª. Presidenta, eu vou concluir. Por exemplo, na questão da criação da CPI do Caos Aéreo e lá encontrou guarida no Supremo Tribunal Federal, o que não aconteceu agora. Ela não bateu de novo às portas do STF porque sabe que lá não vai encontrar guarida porque por duas vezes já teve a sua pretensão rejeitada.

Eu quero aqui dizer, Srª. Presidenta, que essa questão do Deputado Vic Pires deverá ser tema de uma discussão mais ampla por parte dos membros dessa Comissão e também da Polícia Federal, de quem quer que seja que interprete o que aconteceu aqui.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): E acho que a base do Governo, agora, deve a partir de agora, Sr. Relator, Srª. Presidente, Srs. Deputados, imprimir aqui o rito sem dar mais asas, sem dar mais conversa, sem fazer mais qualquer tipo de acordo de procedimento, que eu falo, com a oposição.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem.

DEPUTADA PERPÉTUA(PCdoB AC) Só para justificar a minha ausência, eu vou me retirar por alguns minutos, que eu vou numa manifestação de solidariedade à Ministra Dilma, mas retorno em seguida.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, já está justificada plenamente. Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Solenidade com a Ministra Dilma, poderia aproveitar e convidá-la, se ela quiser comparecer como convidada a gente está à disposição aqui.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, é inacreditável a capacidade da base aliada do Governo de distorcer os fatos. A base aliada que buscou abafar essa CPMI desde o começo, que não nos deixou aprovar um requerimento daqueles que a sociedade toda exigia, que nós pudéssemos aqui estar investigando e estar analisando. Agora vem dizer que é um absurdo aprovar uma CPI no Senado. A culpa, a razão pela qual se criou uma nova CPI foi justamente a base aliada do Governo que buscou aqui o tempo todo abafar as investigações, que não nos deixou aprovar diversos requerimentos que só estavam atrás da verdade, das informações precisas. A razão, meu querido dileto amigo Deputado Paulo Teixeira, da criação desta nova CPI, foi justamente por conta da operação abafa que o Governo Federal fez através de sua base de defesa aqui no Congresso Nacional. Informações que a sociedade queria conhecer, queria saber, que o Tribunal de Contas da União, que trabalha para o parlamento, deveria nos informar. Até nisso o Congresso se submeteu à lógica do Executivo, não informa nada. O Tribunal de Contas da União se submeteu à lógica também do Executivo, não informa nada. É um órgão assessor.

Nós vamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal assim que acabar aqui. Nós vamos recorrer concomitante a CPI do Senado, porque os Democratas não estão brincando nessa CPMI. A gente quer que as informações sejam analisadas. Nós apresentamos quarenta e poucos requerimentos, dos quais três ou quatro foram aprovados. Aqueles que eram inaceitáveis, dizia que não seria aprovado, não foram aprovados. E os outros [soa a campainha] que foram aprovados, eles estão discutindo aqui o sexo dos anjos. Ontem foi engraçadíssimo ouvir aqui o General Felix fazer aquele discurso todo do que é sigiloso, do que não é sigiloso. Tem Decreto presidencial dizendo o que é e o que não é. Aí ele pega uma regra que é menor do que um Decreto, diz que não sabe diferenciar o que é do que não é. E nós estamos aqui o quê? Dando de palhaço, ouvindo, fazendo de conta que estamos acreditando no que está sendo dito? Eu queria dizer que essa CPI

do Senado se faz necessária justamente pela operação da base aliada de não dar aos parlamentares as informações necessárias, não deixar a CPMI avançar. Colocaram aqui pessoas que fazem teatro, que só faltam se rasgar aqui nas cadeiras, falando um bando de besteira, para não deixar que as informações venham para cá [soa a campainha]

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Estou no meu tempo, falta sete segundos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V. Exª. retirasse essa expressão colocada agora.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, com todo o respeito, eu não retirarei. Essas pessoas de fato estão aqui fazendo teatro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Por gentileza, eu gostaria que V. Exª--

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Presidente, art. 14.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Aliás, é o que a sociedade brasileira está vendo e comenta nas ruas.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Srª. Presidente, art. 14.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Bom, para concluir eu espero que seja hoje uma reunião profícua com o representante do Governo. Não tem sido assim, infelizmente, em várias outras. Os requerimentos que nós precisávamos que fossem aprovados não foram diversos deles, mas que pelo menos hoje nós conseguimos avançar um pouquinho mais com a CPMI.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Eu quero, encerrando--

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Art. 14.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encerrando essa fase, eu quero uma observação. Se os Deputados e Senadores não forem lutar pela sua instituição, lutar pelo Congresso Nacional, Câmara e Senado, lutar para que a instituição seja cada vez mais séria, mais confiável, que dê uma resposta realmente à sociedade, nós estamos fazendo um desserviço à Nação e, principalmente, à democracia. A democracia é um bem muito caro, custou vidas e não é possível que nós queiramos informar a população brasileira que nós estamos aqui brincando ou estamos num circo. Não estamos. Essa é uma CPI que é legítima, ela faz parte dos instrumentos que a Casa tem para investigar, essa é uma Comissão de Inquérito, inquérito pressupõe investigação, e eu tenho certeza que o nosso convidado de hoje pode falar muito sobre isso, com a sua experiência da Polícia Federal, com a sua experiência, vindo – eu estava olhando o seu histórico – lá de Goiás. Eu não sabia, Dr. Lacerda, que o senhor era de Goiás, mas vindo de Goiás e passando por tantos cargos que V. Sª. passou, eu tenho certeza que tem muito a nos dizer aqui de como é importante manter forme, vívida a chama da democracia. E para que exista democracia é necessário que exista um Congresso forte, uma Câmara e um Senado vivos, fortes, respeitados. Não pode ser um circo. É necessário que tenhamos uma justiça, que é o segundo tripé da democracia, forte e respeitada, e é necessário que tenhamos um Executivo que respeite os outros Poderes. Portanto, quero fazer essa ressalva e dizer ao povo brasileiro que nós estamos aqui fazendo e trabalhando institucionalmente numa instituição legal e que faz parte da estrutura viva do Congresso Nacional.

Portanto, sem mais delongas, quero passar a palavra ao Dr. Lacerda, dizendo que seja muito bem-vindo à nossa Casa. Eu lhe passo a palavra por trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Srª. Presidente, antes, porém, de acordo com o art. 14, de rebater as acusações do Deputado Indio.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se tivermos que rebater as acusações, teríamos que rebater--

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Eu gostaria, Srª. Presidente, eu me sinto atingido.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Quero só registrar que não tem nada a ver com V. Exª. o meu comentário.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O seu nome não foi mencionado e o art. 14 diz "menção de nomes".

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Mas ele colocou toda a base.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor vai me desculpar, Deputado João, o senhor sabe o quanto eu--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu não coloquei toda a base também, Srª. Presidente, e faço aqui a minha meia culpa se fui mal compreendido. Parte da base.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria dizer o quanto eu tenho admiração por V. Exª. e V. Exª. sabe disso. Mas, vamos começar a nossa reunião de hoje. Dr. Paulo.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Bom dia a todos. Os meus cumprimentos iniciais

à Exma. Senadora Marisa Serrano, muito digna Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, ao Sr. Deputado Luiz Sérgio, Relator da Comissão, estendendo também os meus cumprimentos a todos os demais parlamentares que aqui estão.

Quero dizer que é uma satisfação, para mim, retornar ao Senado Federal, onde trabalhei no período de 1997 a 2002 assessorando o Senador Romeu Tuma tanto em Comissões Parlamentares de Inquérito como na Corregedoria do Senado Federal. Aqui aprendi muito e compreendo bem a importância dessa Casa, fundamental ao processo democrático que vivemos nesse país.

Hoje aqui estou atendendo convocação da CPMI dos Cartões Corporativos e espero poder contribuir com as investigações que vêm sendo realizadas por V. Exªs.

Está me acompanhando aqui nessa audiência o Secretário de Planejamento e Coordenação da Agência Brasileira de Inteligência, Dr. Wilson Treza, e se os senhores permitirem eu gostaria de poder contar com algumas contribuições dele, notadamente no período anterior à minha gestão na Agência Brasileira de Inteligência.

Eu assumi a direção geral da Agência Brasileira de Inteligência em 04 de outubro de 2007, após o meu nome ter sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e, posteriormente, no Plenário do Senado. Conforme eu expus naquela sabatina, o fortalecimento da Agência Brasileira de Inteligência estava a exigir não apenas o aumento quantitativo de pessoal e de recursos materiais, mas também o fortalecimento da estrutura organizacional da ABIN, de modo a criar novos departamentos especializados, compatíveis com um órgão de inteligência estratégica de abrangência nacional. Felizmente alguns desses objetivos já foram atendidos, com a recente edição de Decreto em 25 de março último, que reformulou a estrutura da atividade-fim da ABIN e reforçou também a área meio, com novos mecanismos de controle de gestão orçamentária e financeira, além de fortalecer a parte disciplinar, sendo criada uma Corregedoria-Geral destinada a apurar as possíveis transgressões funcionais de seus servidores, enquanto a nova assessoria de controle interno realizará trabalho preventivo no intuito de evitar eventuais irregularidades ou falhas no uso do dinheiro público, atuando em sintonia com os órgãos de controle competente, no caso a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República e o Tribunal de Contas da União.

Sobre o tema de interesse desta CPMI, que é a despesa do Governo Federal com suprimentos de fundos, em especial com o chamado cartão corporativo, eu gostaria de lembrar que a Agência Brasileira de Inteligência, apesar de sua atuação de abrangência nacional, com representação em todos os Estados do Brasil e no Distrito Federal, além de manter cinco adidâncias no exterior, possuiu um orçamento pequeno se confrontado com as suas atribuições e necessidades. No ano de 2007, a despeito do reforço orçamentário em razão dos Jogos Pan-americanos, as despesas correntes e de investimento da ABIN somaram cerca de sessenta e nove milhões de reais, aí incluídos os contratos destinados à manutenção do órgão em todo o Brasil e no exterior e as despesas gerais para o custeio de suas atividades ao longo de doze meses. E deste valor de sessenta e nove milhões, as despesas sobre as chancelas do sigilo, através de suprimento de fundos, atingiram em 2007 a importância de onze milhões e setecentos mil reais, ou seja, 16,9% do montante dos recursos globais da Agência, representando, em média, menos de um milhão de reais por mês para as suas despesas em todo o país, isto no ano dos Jogos Pan-americanos, em que houve um aumento substancial de gastos decorrentes da magnitude daquele evento.

Lembro que a execução de ações de caráter sigiloso a cargo da ABIN tem amparo no art. 13, § único, da Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1999, levando-se em conta a natureza de suas atribuições, como órgão central do sistema brasileiro de inteligência, que inclusive tem a função de planejar, executar, supervisionar e controlar no nosso país as atividades de inteligência de Estado, em obediência às políticas de diretrizes traçadas para esta área especializada na administração pública federal.

É de conhecimento de todos que o orçamento total da União, no ano de 2007, foi de um trilhão, quinhentos e setenta e cinco bilhões e oitocentos e oitenta milhões de reais, sendo que os gastos com suprimento de fundos do Governo Federal representam 0,01.3%, aí inclusos os recursos de caráter sigiloso da ABIN de onze milhões e setecentos mil reais.

Ademais, é importante esclarecer que o sigilo das despesas, via suprimento de fundos, não significa a inexistência de controle sobre os mesmos, haja vistas que tanto o Tribunal de Contas da União como a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República realiza auditorias periódicas em tais gastos.

Mas por que a Agência Brasileira de Inteligência não deve tornar público todos os seus gastos e apenas se submete às auditorias dos órgãos de controle competentes para a sua fiscalização? A resposta decorre da própria função de uma Agência de Inteligência em qualquer parte do mundo, na qual a sua eficiência e

credibilidade dependem muito da confidencialidade de seu trabalho, tanto para preservar a segurança de pessoas como para evitar que o conhecimento sensível ou estratégico seja indevidamente devassado, colocando em risco informações de interesse de Estado que podem ficar expostas numa simples prestação de contas tornada pública. Ao manter em absoluta reserva o nome de seus colaboradores ou fontes habituais, ou, ainda, de outras pessoas que forneçam alguma informação em caráter eventual, ao atribuir esse grau de sigilo para a proteção do que é revelado os órgãos de inteligência de Estado adotam, em todo o mundo, um dever institucional observado desde os tempos mais remotos da história e que no Brasil oficialmente existe a partir do Governo do Presidente Washington Luiz, que em 29/11/1927 editou o Decreto 17.999, criando o Conselho de Defesa Nacional, estabeleceu regras da produção de informações para fins estratégicos civis. Daí decorre o entendimento de que o dever do sigilo funcional, adotado pelo profissional de inteligência em assunto de Estado, pode ser considerado sob o ponto de vista ético igual ao de várias outras profissões, antigas ou contemporâneas, que também assentam suas atividades na preservação da confidencialidade, a exemplo do advogado que se reserva em relação ao que fala com o cliente, do Médico no trato de questões íntimas de seus pacientes, do padre que guarda o segredo confessional declarado pelos fiéis, do jornalista que preserva as suas fontes, além dos sigilos de comércios, negócios, etc. Trata-se, portanto, de um princípio universal da democracia.

De tal modo, o agente de inteligência, por dever de ofício, há de usar de todos os meios para proteger informações de interesses de Estado, promovendo a divulgação exclusivamente aos canais adequados, com as cautelas cabíveis, das situações que envolvam riscos e oportunidades, como deve ocorrer, em tese, ao tomar conhecimento de novas potenciais riquezas minerais no país ou o resultado de pesquisas científicas e tecnológicas e, do outro lado, quando da identificação de ameaças à sociedade em geral, a exemplo de óbices que digam respeito ao regular funcionamento de infra-estruturas críticas, bem como nas sérias questões da área de segurança pública em face da criminalidade organizada, entre outras situações graves. Nestas hipóteses, bastaria o oficial de inteligência expor a público detalhes da sua atuação profissional em cada caso concreto, atestando documentos fiscais ou revelando informações administrativas com comprovantes de despesas realizadas, constando o valor, a forma de pagamento, o destino de viagens, os locais de hospedagem, o nome de partes envolvidas, entre outros dados, que obviamente seria possível a alguém concluir o assunto e mesmo quem está sendo investigado, com a conseqüente quebra de confidencialidade de fatos que necessitam ser mantidos em segredo. Tal violação de sigilo, naturalmente, tem o condão de gerar toda a sorte de especulações e/ou iniciativas formuladas por terceiros, que dele tenham tomado conhecimento, expondo em risco pessoas ou instituições, inclusive podendo resultar em graves prejuízos, sobretudo quando tratar-se de questões estratégicas ou economicamente sensíveis no caso de assuntos de interesse de Estado.

Nas ações de inteligência solicitadas à ABIN por outros órgãos congêneres de países que mantém acordos de cooperação com o Brasil, em especial no combate ao terrorismo internacional e ao crime organizado, os seus agentes, ao confiarem dados de pessoas suspeitas em trânsito em nosso território e que exijam o acompanhamento, se houver a revelação de uma possível operação poderá comprometer não apenas a nossa instituição, como também causar prejuízos a investigações sigilosas em andamento em outros países, com lamentável desgaste à imagem e seriedade do Brasil.

Aliás, não foi sem sentido que a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, quando estabeleceu no art. 5º, item XXXIII da Constituição Federal, o direito de todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, não se esqueceu de, sabiamente, acrescentar no texto "ressalvadas aquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". Por outro lado, as atividades de inteligência, a despeito de exigirem em muitos casos o uso de técnicas e meios sigilosos, haverão sempre de ser desenvolvidas com respeito aos direitos e garantias individuais e em observância aos princípios éticos que regem a administração pública em geral. No Brasil, até diferente de muitos países, o profissional de inteligência é selecionado através de concurso público nacional, em que na última etapa se submete ao processo de capacitação, formação na Escola de Inteligência da ABIN em Brasília.

Acho que devemos evitar que alguns estigmas ou mitos do passado, gerados da repressão política, mas que ainda revelam preconceito em relação às atividades de inteligência, hão de ser definitivamente superados para que a ABIN e todos os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência possam prestar relevantes serviços ao Brasil. Por isso, convido os parlamentares interessados para que nos visitem e conheçam melhor o nosso trabalho. Muito nos honraria recebê-los, especialmente os membros da CECAI e da CREDEN – que é a Comissão de Controle de Atividade de

Inteligência e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Por hora, muito obrigado pela atenção e colocome à disposição de todos para os questionamentos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero agradecer aqui ao Dr. Paulo Lacerda pela sua explanação. Vamos começar a nossa oitiva, ouvindo o questionamento do Sr. Relator. V. Exª. está com a palavra.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu vou, enquanto Relator, como nós estamos aqui com o Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, fazer praticamente as mesmas perguntas que fiz ao General Felix e que farei ao General Cardoso no dia de amanhã. Embora possa parecer que seja uma área não direta da ação da ABIN, mas como a ABIN é Agência de Inteligência, certamente tem um conceito de juízo acerca desse tema. Qual a importância da manutenção do sigilo nas contas relativas ao gasto da Presidência da República e de sua família e quais os perigos ou prejuízos que a abertura do sigilo poderia acarretar para a segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente e de sua família?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Bom, ontem o Ministro Felix bem explanou todas essas questões, mas eu gostaria também de externar aqui o meu ponto de vista pessoal. Eu trabalho na atividade de segurança pública há trinta e dois anos e alguma coisa eu devo ter aprendido. A figura do Presidente da República, ele é na verdade uma instituição, seja ele quem for, essa instituição que representa o nosso país, que hora é de um partido, hora é de outro partido e que há de ser considerada como tal. E, como instituição que é, o Estado deve dar-lhe toda a garantia para que a sua segurança esteja preservada, para que ele possa, sem nenhum tipo de restrição à sua segurança, se locomover no país e fora dele.

Hoje nós não vivemos mais naquele mundo em que a figura de um Presidente da República era possível estar em todos os locais públicos sem ser molestado. Os exemplos estão aí pelo mundo. O Presidente brasileiro não deve ser tratado de maneira diferente de nenhum outro país do mundo. Nós devemos dar-lhe toda a segurança e garantia como uma instituição que é. Hoje é o Presidente Lula, ontem foi o Presidente Fernando Henrique, amanhã não sabemos quem é, mas deverá ser-lhe dedicado todo o respeito, toda a consideração e o aparato do Estado tem que estar para servir-lhe. Por isso é imprescindível que as questões de despesas relacionadas à sua locomoção, ao seu transporte, ao seu dia-a-dia, sejam absolutamente alvo das cautelas por parte do sistema de segurança que é destinado à sua proteção.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A fim de permitir que esse Relator possa compreender adequadamente o modo como o referido dispositivo constitucional vem sendo aplicado, eu solicitaria, ainda, de V. Exª., que pudesse aqui discorrer acerca de alguns critérios aplicados para definir, na prática, informações que são consideradas imprescindíveis à segurança do Estado e da sociedade, ou da sociedade e do Estado.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Na verdade existe toda uma gama de informações que se incluem entre aquelas de interesse do Estado e que estão no seio da sociedade e que à Agência de Inteligência cabe apenas reuni-las, analisá-las e repassá-las à autoridade maior, no caso o Primeiro Mandatário do país, aos Ministros de Estado, ao envolver assuntos das respectivas áreas. Mas, assuntos são de várias naturezas. Nós temos questões sensíveis, nós temos questões que dizem respeito a interesses econômicos do país, eventuais e potenciais descobertas de reservas minerais que quando conhecidas podem trazer conseqüências negativas se exploradas indevidamente, tanto na questão ambiental como propriamente econômica, dada a possibilidade de predação do meio-ambiente. Nós temos a segurança de nossas usinas, da nossa exploração de jazidas petrolíferas, enfim, todas essas questões que... a energia, as usinas elétricas, são todos assuntos, temas que interessam, efetivamente, ao Estado brasileiro.

Muito se fala e muito se falou, nos últimos anos – e também nesse Governo – da incapacidade da Agência de Inteligência do Estado brasileiro de se antecipar e de informar ao Governo a existência de ameaças nessas questões a que eu me referi. É exatamente isto que nós estamos tentando evitar. O Presidente Lula e o Ministro Felix, ao me indicarem para a Agência Brasileira de Inteligência, me propuseram que adotasse todas as medidas para que criássemos uma Agência de Inteligência moderna, eficiente, que desmistificasse essa questão de bisbilhotagem política, que não nos interessa absolutamente, e que pudéssemos, enfim, nos antecipar em relação aos fatos de interesse do Estado brasileiro, e é isso que nós estamos nos propondo a fazer. Está sendo criado na ABIN alguns novos departamentos, inclusive um departamento fundamental que eu acho que vai trazer bons frutos, grandes resultados para a máquina pública ser municiada de melhores informações, que é exatamente o Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de inteligência. Hoje o maior problema que existe entre os órgãos de inteligência no mundo não é a quantidade de informações, ela é intensa. É como administrar esse volume de informações e analisá-las

adequadamente. Os países que mais investem em inteligência no mundo se deparam com esse problema. O país que mais gasta em segurança no mundo se viu às voltas com o problema do 11 de Setembro, em que não era a falta de informações, mas sim um compartilhamento de informações adequado que pudesse levar o Estado a uma pronta reação. Então exatamente em função da falta de integração entre as Agências esse país criou um órgão exatamente para integrar todas as demais Agências e ainda tem dificuldades neste sentido. Portanto, nós estamos criando, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência, um departamento com a finalidade de integrar todos os órgãos públicos, e as Agências de Inteligência que tenham alguma atividade de interesse estratégico de Estado estarão representados lá com servidores, servidores desses órgãos que trabalharão como uma extensão daquele órgão, obedecendo as suas regras, porém, trabalhando juntos num ambiente em que tornará muito mais ágil a difusão dessas informações, observadas a confidencialidade, naturalmente, delas todas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Senhor diretor, um grande debate que teria ocorrido nessa CPMI é acerca de dados sigilosos ou não, de se dar publicidade a eles ou não. Sendo o Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, se estivesse em suas mãos para decidir acerca de dar publicidade de gastos relativos ao Palácio do Planalto, aos seus familiares, do que se compra, de onde foi comprado, que pudesse a Agência ser consultada, que orientação V. Exª. daria acerca de um tema magnitude? Recomendaria a manutenção do sigilo ou recomendaria que fosse dada publicidade a esses dados?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Eu, como disse anteriormente, acho que o Presidente da República do Brasil não há de ser diferente do Presidente da República de nenhum outro país. O sigilo é absolutamente necessário. Os profissionais que atuam na segurança do Presidente da República, subordinados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, são pessoas preparadas, capacitadas, muitos cursos no exterior. Nos países cujos serviços de inteligência e de proteção do Primeiro Mandatário está entre os mais importantes e mais rigorosos do mundo, eles estão capacitados a fazer o que é o melhor para a proteção do Presidente da República, e o melhor é exatamente como vem sendo feito e que deve ser feito também para o próximo Presidente da República, seja ele qual for. Essa é a nossa necessidade. Nós não podemos ficar expostos a uma situação que venha causar algum tipo de ameaça ao Primeiro Mandatário do país, ao Vice-Presidente da República e também aos seus familiares. Não é possível que isso aconteça. Até mesmo a segurança dos candidatos a Presidente da República, ela há de ser criteriosa, há de ser rigorosa, uma vez que uma vulnerabilidade nesse sentido pode macular todo o processo eleitoral no país. Nós estamos vivendo hoje uma situação de um país vizinho em que uma então candidata a Presidente da República [soa a campainha] veio a ser seqüestrada e até hoje causa problemas seriíssimos para aquela Nação e com repercussão mundial.

Então, portanto, eu acho que o rigor há que se ter, não entro nessa questão do debate político, eu estou falando aqui... jamais me candidatarei a cargo eletivo, que eu acho que eu não tenho o perfil, com todo respeito que acho e a importância da missão dos senhores, apenas por achar que eu não tenho o perfil, então eu não estou aqui para agradar ninguém deste Governo, do outro ou do próximo. Eu estou dizendo o que eu penso. O que eu penso é que há de ser rigorosa mesmo os critérios desses gastos da Presidência da República, que não podem se tornar vulnerabilizados por uma eventual prestação de contas que venha a causar algum tipo de ameaça à segurança do mandatário.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Como estou satisfeito, passo a palavra à Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu quero colocar uma questão aqui ao Dr. Lacerda. Eu fico contente quando vejo um organismo de Inteligência, como a ABIN, falar que, como V. Sª. acabou de colocar aqui, que a ABIN não faz bisbilhotice política. Foi a expressão que o senhor usou. Eu fico contente porque a ABIN é um órgão de Estado como V. Sª. também colocou, não é um órgão de Governo. Tem que estar acima disso e tem que dar ao povo brasileiro a tranqüilidade para saber que seus órgãos de inteligência estão a serviço da população e não de um Governo específico.

Eu estive, como disse a V. Sª. a pouco, hoje às 8hs da manhã na Polícia Federal abrindo junto com o Senador Casagrande um Seminário Internacional de Criminalística e tive a oportunidade de dizer a todos os agentes da Polícia Federal que lá estavam, de todo o país, que trabalhei com a Polícia Federal durante o "Caso Renan", e nos foi de extrema valia pela seriedade, pelo compromisso e pela competência de todos eles, e fiz questão de ir lá para informar do que eu particularmente poderia dizer sobre aquele órgão, mas dizer também que estou, agora, numa outra função em que a Polícia Federal Criminalística também está entrando, e conhecendo o trabalho que eles realizam eu disse que espero e tenho certeza de que a Polícia Federal, que V. Sª. presidiu e dirigiu tão bem, que ela vai sim

discutir aquilo que ontem eu ouvi pelos jornais, o Presidente Lula dizer e o Ministro Tarso, que interessa a ele quem vazou o documento. A nós, à Nação brasileira, não é só quem vazou, é quem mandou. Porque politicamente esta Casa só vai poder discutir a questão se souber quem vazou para poder discutir justamente o que é importante politicamente, isto é, por que e qual o objetivo? Essas questões políticas não são da Polícia Federal, não são da ABIN, é desta Casa. Mas, para esta Casa poder discutir com que objetivo e por que precisa saber quem. Não é só a pessoa que serviu de pombo correio. Então é clarividente que se é real aquilo que eu li pelos jornais hoje de que o Presidente da República ontem informou que a ele só interessa quem vazou e o Ministro disse que a Polícia Federal está lá só para ver quem vazou, então aí quebra uma perna da responsabilidade que a Polícia Federal tem e que os órgãos de segurança têm nesse caso.

Portanto, eu confio na V. Sª. quando diz da vulnerabilidade. Eu não acredito que nenhum Senador e Deputado aqui queiram que qualquer ação deixe vulnerável o Presidente da República, o Vice-Presidente e seus familiares. É inadmissível que isso aconteça. Nós temos que zelar pelo Mandatário maior do nosso país independente de partido político. É o país que está em jogo e é fundamental que não se faça isso. Mas, também, eu quero fazer uma colocação para V. Sª. Há – e o General Felix ontem foi muito claro – questões de segurança dentro dos gastos, nós estamos falando em gastos e não em pessoas, há questões de segurança em gastos da Presidência da República, mas também há gastos que não são de segurança. Comprar uma garrafa de vinho não é uma questão de segurança ou comprar um *pen drive* ou comprar uma resma de papel ou uma toca de banho para nadarem na piscina do Alvorada. Então essas questões não são questões de segurança e o General Felix ontem deixou bem claro aqui que essas questões, como ele disse, eu não me lembro a expressão que ele usou, mas eu não sei se foi supérfluo ou menores, não são questões de segurança. Então eu acredito, e V. Sª. disse que todos os gastos da Presidência da República, Vice-Presidência e de seus familiares são questões de segurança. Essa é uma questão que é o fulcro talvez das nossas discussões aqui. Questões menores, como disse o General Felix ontem, não devem ser tratadas como segurança. Segurança são aquelas que podem levar, como ele disse, quando os coletes são lavados na lavanderia aí sim que pode dar o interesse. Os carros que são abastecidos ou precisam de manutenção, quer dizer, determinadas ações que levem a poder vulnerabilizar a vida do Presidente. Então eu queria que V. Sª. explicasse um pouquinho mais essa questão.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pela ordem, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu queria fazer um adendozinho aí à fala da V. Exª. antes de o Dr. Paulo responder.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exª está marcado para o próximo, é o seguinte depois de mim.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): A senhora desconta trinta segundos no meu tempo. Tudo bem, pode ser?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Claro.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Porque nessa questão, me perdoe, eu entendi exatamente o contrário de V. Exª. Quando o General Felix foi perguntado se determinados gastos, menores, poderiam afetar a segurança da Presidência da República, o que eu entendi que ele falou é que isso era uma coisa muito difícil de se delimitar, porque um gasto menor, uma toca de banho ou um vinho ou até a maquiagem da primeira-dama, não é, isso se quebrado poderia identificar uma rotina que o Presidente ou a família do Presidente poderia ter, independentemente de o gasto já ter sido feito, prestado conta, mas se revelaria uma rotina da primeira-dama, do Presidente da República, "compra-se ali tal dia, tal hora, esse tipo de maquiagem". Revelaria, por exemplo, o fabricante, quem vai entregar. Então eu apenas, complementando a pergunta de V. Exª., eu gostaria de ouvir a opinião do Dr. Paulo Lacerda se isso realmente, um gasto que aparentemente é inofensivo, não poderia revelar a quebra da rotina?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço a V. Exª., embora não seja usual esse procedimento, mas eu quero deixar bem claro aqui reafirmando: o General Felix ontem, eu prestei muito atenção, ele disse que aquilo que se revelava rotina, aí sim poderia de alguma forma ser usado para vulnerabilizar a vida do Presidente, do Vice e dos seus familiares, mas esses que forem rotina. O que não são rotina, como uma vez na vida comprar uma maquiagem ou comprar uma toca de banho, pelo amor de Deus, não dá para explicar a esse país que isso significa segurança nacional. Mas, em todo caso, eu queria muito ouvi-lo.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Bom, eu falei, em tese, a questão da segurança que há de ser dada no todo em relação à figura do Presidente da República. No tocante a esses gastos, é natural que o encarregado da segurança também se preocupe

com eles, também se preocupe com a natureza daquilo que está sendo comprado e até mesmo com o sigilo. É óbvio que através de um alimento você pode envenenar aquele que vai consumi-lo. Então, por que não dever ter uma preocupação em relação a quem vende esses produtos, saber se ele é pessoa confiável para fornecer aqueles produtos?

Em relação aos gastos, esses gastos hão de ser submetidos aos órgãos competentes para fazê-lo. Torná-los públicos é que é o problema. Então nós temos os órgãos de controle que são incumbidos das verificações, das auditorias necessárias. Quando for possível, sem tornar, como disse, vulnerável esse acesso, é natural que eles verificarão, poderão até se dirigir àquele fornecedor para ver se o gasto é adequado. Agora simplesmente achar que por ser um produto de consumo imediato não haja a necessidade de se preocupar com ele, eu acho que é errado. Portanto, eu acredito que seja necessário, sim, ter essas cautelas.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu concordo, aqui é uma réplica, à cautela. A pessoa tem que ser confiável, a ABIN tem a obrigação de garantir isso e concordo com isso, mas não quanto à nota fiscal, não quanto ao gasto. O gasto, a nota fiscal, o que gastou, o quanto pagou e o que comprou. Agora verificar se o alimento não está envenenado, aí é um problema para a ABIN. Mas comprar o alimento, eu acho difícil a gente--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidenta, me permita.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, já dei ao Deputado Maurício, Deputado Indio, vamos encerrar por aí.

Eu quero colocar aqui uma proposta aos Vice-Líderes presentes. Ontem eu disse que eu ia fazer essa proposta hoje no começo, na abertura das nossas questões. Que os Vice-Líderes hoje liberassem apenas para os Líderes que chegassem aqui e que quisessem fazer uso da palavra, porque ontem reclamaram muito que há parlamentares que são efetivos, não conseguem falar e não tem nem vontade mais de vir aqui porque ficam aqui até ao final e não conseguem fazer uso da palavra. Portanto, se são titulares, se são suplentes, se todos concordarem nós seguiríamos a lista de inscrição. Os titulares primeiro, os suplentes depois. Se todos concordarem, se os Vice-Líderes presentes concordarem.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):: Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Mudou aquela regra que o suplente só pode falar depois de todo mundo ou permanece?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por mim permaneceria, são poucos que vão falar hoje, porque vários dos que se inscreveram não estão aqui.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pelo seguinte: se mudar essa regra daqui para frente, apesar de teoricamente termos poucas oitivas ainda, e for pela ordem de inscrição eu estou de acordo. Mas, como Vice-Líder dos Democratas, se não mudar essa regra aí eu também não estou de acordo, então vamos privilegiar o regimento. É o único caminho que eu tenho de me manifestar aqui antes das três da tarde, por ser suplente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu quero fazer outra proposta. Como nós somos pouco hoje e são poucos os que se inscreveram, a Ministra Matilde, já pedi para que ela viesse, eu gostaria de pedir, então, se pudesse seguir a lista, independente de ser titular e suplente, se todos concordarem... Todos concordam? Então vamos seguir a lista. O próximo, então, é o Deputado João.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem. Presidente. Nós vamos seguir a lista, mas começando pelos autores do requerimento?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pelos autores. Hoje, realmente, eu estou me sentindo cansada. O meu Vice-Presidente não chegou, eu pedi para ele chegar mais cedo, deve chegar daqui um pouquinho. V. Exª. tem a palavra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado, Presidente, eu vou dividir o meu tempo com o Deputado Vic, que também é autor junto comigo no requerimento.

Dr. Paulo Lacerda, pela Portaria 95, de 2002, do Ministério da Fazenda, os gastos com cartões corporativos são gastos excepcionais, de até o valor oitocentos reais por gasto. A ABIN gastou mil, setecentos e vinte e três milhões em 2002, mil, novecentos e sessenta e oito em 2003, dois milhões, duzentos e setenta e oito em 2004, cinco milhões – aí já dobra – cinco milhões e duzentos mil em 2005, aumenta um pouquinho para cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois em 2006 e depois dobra de novo para onze milhões, quinhentos e cinqüenta e seis em 2007. Eu não estaria fazendo essa pergunta aqui se já tivesse as informações que solicitamos aqui e não conseguimos aprovar na CPMI. O senhor disse que os órgãos de controle, eles são todos ouvidos, quer dizer, na realidade os dados da ABIN são enviados para os órgãos de controle. Quero fazer aqui o meu registro de que isso não é a realida-

de plena, uma vez que o Congresso Nacional é um órgão de controle, inclusive o órgão chefe do Tribunal de Contas da União, que vem se recusando a enviar as informações com os anexos para a Câmara dos Deputados. Há uns dois meses atrás solicitei ao Tribunal de Contas da União diversas informações e eles não enviam. E para aqueles parlamentares que tiveram a sorte de receber algumas informações do Tribunal de Contas da União, vieram sem os anexos. Portanto, nos anexos é que têm lá as solicitações ou cobranças de acerto daquilo que o Governo vem fazendo de errado no uso dos cartões corporativos. A pergunta que eu faço é a seguinte: por que é que a ABIN, no ano de 2006, gastou cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, e em 2007 ela dobra para onze milhões, quinhentos e cinqüenta e seis mil, sabendo que o uso do cartão é para gastos excepcionais?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Bom, o ano de 2007 coincide com o advento dos Jogos Pan-americanos, houve um reforço até orçamentário em relação à atividade da ABIN. Por outro lado, esses valores decorrem da centralização do orçamento da ABIN na sua sede. Esse total aí, na verdade, ele se refere ao gasto da ABIN em relação a todas as suas unidades pelo Brasil, embora as contas sejam prestadas aqui na sua sede. Nós observamos estritamente a legislação. A legislação diz que nós devemos colocar à disposição dos órgãos de controle todos os documentos relacionados aos seus gastos e lá ficam à disposição, fica à disposição aqui no Departamento da Administração da ABIN todos os processos. Fica à disposição da CISET, da Presidência da República, e do Tribunal de Contas da União, que designa auditores específicos para irem lá verificarem e assinam termos de responsabilidades em relação a essa questão do sigilo.

Agora eu acho que dentro do princípio da legalidade, nos termos da Constituição Federal em que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer se não em virtude de Lei, e compete exatamente ao Congresso Nacional editar a legislação adequada. Se essa legislação não está sendo adequada, se deve ser de uma forma diferente, eu acho que incumbe a V. Exªs. legislarem a respeito e estabelecerem de maneira diversa. Com certeza nós vamos obedecer com rigor uma nova legislação que venha a estabelecer em contrário.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Bom, só para a sua informação a legislação já diz o que eu estou me referindo e nós estamos recorrendo ao Supremo Tribunal Federal para que os dados sejam enviados.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Desculpa, eu não ouvi.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): A legislação já nos diz isso, ela já define que o Congresso é o chefe do Tribunal de Contas da União e, por conseqüência, de não está nos enviando as informações, o Democratas está ingressando no Supremo Tribunal Federal para que os dados sejam encaminhados ao parlamento, naturalmente garantindo toda a confidencialidade que é necessária nesse tipo de análise.

Bom, o Acórdão 16.236, de 2005, acusa o Governo Federal de ausência de licitação para despesa no valor de sessenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais, não houve nem carta-convite, para a compra de uniformes para uso de funcionários da Presidência da República, não prestando, para o Tribunal de Contas, as justificativas dadas. A pergunta que eu faço é a seguinte: que medidas internas a ABIN vêm tomando para que o uso do cartão corporativo, assim como aconteceu na Presidência da República, não burle, na ABIN, a Lei 8.666, de 1993?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Bom, a atividade da ABIN é de natureza diferente, porque qualquer órgão, Polícia Federal, por exemplo, tem uma área de inteligência. Essa área de inteligência usa, naturalmente, cartões, mas a atividade presidencial da Polícia Federal é ser Polícia Judiciária da União, onde grande parte das suas atividades é de caráter ostensivo. A ABIN, a Agência Brasileira de Inteligência [soa a campainha], a sua atividade-fim é unicamente de natureza de inteligência. Então grande parte dos recursos dela hão que ser tidos como sigilosos. A despeito disso, apenas algo em torno de 17% são sigilosos. Então nós temos critérios sim, nos submetemos aos órgãos de controle, queremos aperfeiçoar o nosso controle, tanto é que, como eu já falei aqui, nós estamos criando uma assessoria de controle interno para fazer a prevenção, ir lá verificar esse tipo de gasto, ajudando a CISET e ao Tribunal de Contas da União, assim como estamos criando, a partir da semana passada criamos, uma Corregedoria-geral para apurar eventuais ilícitos ou transgressões funcionais.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Dr. Paulo Lacerda, levando em consideração que muitos dados não sigilosos, dados inclusive estão no Portal da Transparência, e que o Governo precisa fazer de forma lícita, transparente, correta e legal gastos descentralizados pelo país como um todo, e que 99,999% dos estabelecimentos comerciais hoje aceitam cheque e aceitam cartão, o senhor acha que o saque em dinheiro não é uma forma, principalmente daqueles gastos que não são sigilosos, porque daqueles que são sigilosos, sendo em cartão ou sendo em cheque, tanto faz, que eles estão preservados. Agora aqueles que não são sigilosos, quando são pagos em dinheiro,

ele corta, na realidade, uma forma mais transparente de se buscar essa informação, quer dizer, é uma maneira de você tornar sigiloso aquilo que teoricamente tinha que ser transparente. O senhor, como chefe da ABIN, que é um sujeito preparado, inteligente, com trinta e dois anos de serviço público na Polícia Federal, o senhor é contra ou a favor do saque em dinheiro daqueles gastos não sigilosos?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: É, eu acho que evitar abusos é uma tarefa de qualquer dirigente e nós devemos adotar todas as medidas para que não existam abusos. Agora o saque em dinheiro, às vezes ele se faz necessário. O tal gasto que V. Exª. diz que em princípio não seria sigiloso, mas ele pode levar a uma identificação daquilo que se está fazendo, daquele trabalho que está sendo realizado. Se ele for de despesa administrativa, de caráter ostensivo, eu acho que ele deve ser evitado sim, sem dúvida nenhuma. Não há porque, inclusive existem casos em que [soa a campainha] a licitação é realizada, tanto que os gastos sigilosos da ABIN são algo em torno de 16% a 17% dos seus recursos. Então a grande maioria é ostensiva e obedece a Lei 8.666.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A última pergunta, Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Só um comentário. O Senso foi, na realidade, a atividade mandamental dos que mais gastou recursos descentralizados via cartão corporativo retirando, e o Senso é um negócio absolutamente transparente, todo mundo inclusive vai de por volta em porta de todos os brasileiros para saber, enfim, da vida daquela pessoa, da família daquela pessoa e tal. Foi o que mais gastou recursos com retirada no caixa. Na realidade o senhor concorda, então, que esse tipo de atividade, como é muito corriqueira e que de fato se se aceita cartão e cheque em todos os locais, poderia ser feito de uma outra forma ao invés de ter sido assim.

Presidente, na verdade eu me dou por satisfeito, são as perguntas que eu gostaria de fazer. Muito obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Indio. Deputado João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Obrigado, Srª. Presidente. Eu quero apenas fazer um questionamento ao Dr. Paulo Lacerda. Com a experiência que ele tem de trinta e dois anos na área de segurança, de informação, que nos colocasse até onde ele tem conhecimento da prática de uso de cartões corporativos em outros países, se é semelhante ao nosso, como é feita essa prestação de contas? Pela larga experiência e conhecimento eu acho que ele pode nos ajudar, até para embasar melhor o nosso Relator. Obrigado, Srª. Presidente.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: O cartão corporativo, a exemplo do cartão de crédito bancário, é um instrumento que substitui o dinheiro. Naturalmente que ele se torna muito mais prático e é o meio adotado em todo o mundo. O que há que se ter de cautela é em relação ao mau uso desse meio de utilização de recursos públicos. É natural que todos os países que usam também têm problemas eventuais, isso é da natureza humana, a grande maioria é honesta e um ou outro acaba fazendo mau uso. E, para isso, tem que ter os instrumentos de controle. Nós temos conhecimento de alguns países que também têm os seus problemas com cartões corporativos, que é uma exceção, a exemplo do que eu acho que aqui no Brasil também os eventuais problemas são absolutamente exceções à regra, que é a boa utilização desse instrumento.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, inicialmente eu queria colocar o meu tempo também à disposição de V. Exª., já que fiz uso do tempo de V. Exª.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Na hora que V. Exª. julgar necessário, está à disposição.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu gostaria, primeiro, de parabenizar ao Dr. Paulo Lacerda pelo grande trabalho que realizou à frente da Polícia Federal nos últimos anos. Eu acho que a Polícia Federal do Brasil é uma outra polícia, mais equipada, mais preparada, tem prestado um serviço inestimável à sociedade brasileira no combate à corrupção, ao crime organizado. Eu não tenho dúvida que a experiência que trouxe desses trinta e dois anos está a serviço hoje da Agência Brasileira de Inteligência.

Eu tenho pouco a perguntar porque no assunto que nós estamos tratando hoje eu acho que o senhor basicamente ratificou aquilo que o General Felix colocou ontem, com alguma complementação, tirou algumas dúvidas que nós tínhamos.

Mas apenas para fazer o debate, ajudar no debate, eu acho que ficou muito claro nessa CPI que, ao contrário do que se imaginou inicialmente, as primeiras notícias que foram divulgadas na imprensa em relação ao uso do cartão corporativo, as que eu ouvi também, quando o povo brasileiro tomou conhecimento daque-

las notícias todos nós tomamos um susto: "olha, a farra está grande, a farra está grande nesse negócio". Foi montada a CPI baseada naquelas denúncias, o Ministro da Controladoria, Ministro Jorge Hage, esteve aqui, fez uma grande palestra e demonstrou claramente que, ao contrário do que se imaginava, os cartões corporativos, o instrumento do cartão corporativo é um grande avanço para o controle, não só para o uso, para a celeridade na ação do Governo, do Poder Executivo, mas também é um avanço no que diz respeito ao controle. Das cento e duas denúncias inicialmente divulgadas pela imprensa, que foram inclusive a base para a criação dessa CPI, o Ministro Jorge Hage demonstrou aqui claramente que apenas quatro tinham erro de caráter incorrigível, algumas poucas outras poderiam ser facilmente corrigidas e a grande maioria não correspondia à verdade.

Com a oitiva do Ministro Jorge Hage, ontem do General Felix e hoje de V. Exª., fica claro ao povo brasileiro que os órgãos de inteligência, a instituição Presidência da República, esses órgãos não têm carta branca do Congresso Nacional e nem da legislação, mesmo tendo caráter sigiloso, para gastar da forma que quer. A ABIN é auditada, eu não sei se a ABIN tem um controle interno, mas ela é auditada pelo Tribunal de Contas, pela CGU, da mesma forma que a Presidência da República, esses gastos são auditados, agora obviamente são auditados com a segurança e a cautela que precisa ser dada ao tratamento dessas informações. Não pode ser absolutamente jogada aí à opinião pública. É claro que esse limite do que é sigiloso, do que pode ser objeto de divulgação e de prestação de contas é uma linha muito tênue, não é? Alguns entendem que a toca pode ser divulgada. Eu falo aqui, Presidente, quando eu falo a toca, eu falo também a comidinha do Presidente, o vinho, porque não seriam gastos essenciais à manutenção da segurança da Presidência da República. Mas o cartão que compra a toca, ele pode também comprar, fazer compras de caráter efetivamente sigiloso e é muito difícil você separar isso num extrato de prestação de contas. Portanto, essa questão me parece – e aí eu quero deixar bem claro –, eu estou absolutamente convencido que a questão de segurança desses gastos tem que ser tratada de uma forma geral e não de forma específica.

Portanto, agradeço a contribuição que V. Exª. dá a esta CPI. Agora eu teria apenas uma pergunta.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu teria cinco minutos. Srª. Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já passaram cinco minutos, eu estou entrando nos cinco minutos do--

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu tenho apenas uma pergunta. Eu gostaria de saber como é que o senhor tipificaria, nesse momento que a Polícia Federal... O senhor veio da Polícia Federal, não está lá mais hoje, mas apenas como contribuição, se V. Exª. se sentir à vontade para responder, já que a Polícia Federal entra nessa questão do dossiê, que faz parte também, é objeto também de investigação dessa CPI, não é, por tratar de gasto corporativo, divulgação de dado sigiloso, como é que o senhor tipificaria a divulgação de gastos, taxados como sigilosos pelo Executivo, pela Constituição Federal, por servidores públicos ou por congressistas?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Deputado, na verdade eu acho que a Polícia Federal irá dar uma grande contribuição no esclarecimento desse fato, inclusive permitindo a esta Comissão avançar nas suas conclusões.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, está muito barulho.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V. Exª. terminasse o seu raciocínio.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Está com muito barulho [soa a campainha].

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Portanto, eu acredito que está em boas mãos, é uma instituição séria, como vem demonstrando, a condução dessa investigação está a cargo de um profissional competente, responsável e que logo dará a resposta técnica adequada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): E com relação à tipificação?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: A tipificação, em princípio, eu não analisei o caso, mas, em princípio, há que dizer respeito ao artigo, se não me falha a memória, 325 ou 355 do Código Penal, que diz respeito à revelação de segredo ou sigilo por quem o detenha.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Paulo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Muito obrigado, Dr. Paulo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Maurício. Deputado Affonso Camargo.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Srª. Presidente, agora vamos ter aqui um diálogo daqueles de antigamente. Eu estou falando com um excelente profissional há trinta e dois anos e quem fala é

um político que tem cinqüenta e dois anos de política. Esses dias eu falei aqui, me coloquei como o mais idoso, todo mundo respeitou e eu acabei falando.

Para fazer uma avaliação geral de alguma coisa, pelo próprio ambiente que está aqui nós estamos vendo que, se não acontecer alguma coisa de novo, vamos encerrando.

Eu quis participar dessa CPMI porque acreditei exatamente no que consta da Constituição, quer dizer, o povo tem direito às informações, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível, porque tem esse "imprescindível" aqui, não é só cujo o sigilo, mas cujo sigilo seja imprescindível. Então eu elogiei o Relator, fiz questão de aplaudir quando V. Exª. fez o discurso, depois vim aqui e elogiei aquela sua frase de que deveríamos chegar a resultados porque a população estava querendo ter as melhores informações sobre gastos públicos, porque aqui não é problema de qualquer informação, é a informação de uso do dinheiro público. Isso mexe com o bolso do contribuinte, porque não tem dinheiro do Governo, o dinheiro é do contribuinte, e me apareceu que nós poderíamos chegar a um acordo para exatamente poder divulgar aquilo que pudesse ser divulgado, que não fosse imprescindível. Aí vem o problema, quando você se une para resolver alguma coisa, você faz em termos de harmonia, não é, porque são, afinal, partidos diferentes, mas na hora que nós estamos aqui na Comissão tem que haver essa harmonia para se chegar a uma conclusão e da harmonia sairia um acordo. Os que me conhecem sabem que eu sou da paz, eu não sou do conflito, até porque a paz faz viver mais e o conflito faz morrer antes. Então eu fiquei na respectiva que houvesse um acordo, mas aí começou a aparecer o conflito, não aparecia o acordo. E o dramático é que o conflito é que traz os holofotes, sempre foi assim, está uma tendência para o conflito e conflitou-se. E em decorrência do conflito surgiu uma outra CPI, que eu não vou nem discutir se sou a favor ou contra, a verdade é que surgiu.

Eu ouvi o General Felix dizendo que prestações de contas não têm sigilo. Ele falou textualmente isso. Então eu só queria afirmar o seguinte: eu tenho a convicção de que ninguém vai querer saber antes de uma atividade, de uma ação da inteligência. Mas depois que aconteceu, dois meses depois, três meses depois, quatro meses depois, seis meses depois, por que é que não se pode saber o que foi feito com o dinheiro do povo naquela ação de inteligência? Depois que já passou não há problema nenhum mais de se saber, até porque a Ministra Dilma falou várias vezes que não existia dossiê, que era um banco de dados, que ela estava preparando um banco de dados que poderia ter que remeter para a CPI. Eu ouvi ela declarar isso mais de uma vez. Então estava sendo preparada alguma coisa que seria sigilosa, mas que ela poderia mandar, então não era tão sigiloso assim, tanto é que ela disse que poderia mandar para a CPI [soa a campainha].

Então eu queria saber exatamente de V. Sª., meu caro amigo Dr. Paulo Lacerda, se realmente essa prestação de contas, aquilo que é feito posteriormente, se não existe muita coisa que o povo poderia saber? Porque tudo isso aconteceu porque o Portal da Transparência de um órgão do Governo colocou lá gastos. Aquilo não foi inventado, quer dizer, a imprensa divulgou porque tinha lá. Depois tiraram os gastos, mas foi divulgado. Então eu creio que se fizer qualquer pesquisa, o povo quer saber o que é feito com o dinheiro dele. Então qual é a possibilidade que teríamos, posteriormente, de dizer ao povo se houve ou não abuso com o seu dinheiro? Essa é a minha pergunta, a única.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Obrigado, Deputado. V. Exª. ocupou funções importantes na República, inclusive na condição de Ministro de Estado. Certamente esteve em suas mãos assuntos de relevância, assuntos importantes de interesse de Estado e soube se conduzir sempre adequadamente. Então V. Exª. há de compreender muito bem que algumas ações acabam se tornando praticamente de caráter permanente. Em um acompanhamento de eventual ameaça que venha sendo investigada por um órgão de inteligência, pode ser feita uma despesa hoje, mas ainda ela não se exauriu, uma vez que ela é permanente [soa a campainha] como a segurança de instituições e de algumas pessoas e autoridades há de ser permanente. Então abrir o sigilo, eu digo abrir o sigilo publicamente, porque o sigilo é aberto dentro dos órgãos competentes e no caso aqui foi referido o TCU, a CISET, têm esse acesso. Eu até acho que no caso do Congresso Nacional, nós temos duas importantes Comissões que dizem respeito à atividade de inteligência, quem sabe se a gente não pode caminhar para que estas Comissões também venham, mais à frente, em decorrência de um dispositivo legal, terem essa capacidade de ir lá e verificar, mandar os seus técnicos aqui também verificarem dentro de uma regra de confidencialidade. Eu acho isso absolutamente possível e vai até ajudar muito ao administrador. Eu me sinto muito confortável quando eu sei que têm órgãos acompanhando aquilo que nós fazemos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Eu queria fazer só mais uma pergunta específica. Eu não tenho nada de pessoal contra ninguém, eu não sou disso. O que me parece é que sempre houve um

temor, em algum momento, um temor que se tomasse conhecimento de despesas da Presidência da República, de parentes de Presidente, tanto que gerou esse problema da D. Ruth e tudo isso. Essas despesas, pessoais, quer dizer, vistas posteriormente, três ou quatro meses depois, há algum problema de segurança pública com relação específica à despesa da Presidência da República?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: É, como foi dito anteriormente, os profissionais que atuam na área de segurança dessas figuras públicas maiores, Primeiro Mandatário, Vice-Presidente e seus familiares, eles entendem pelo maior rigor possível. Isto não é apenas no Brasil. Eu acho aqui o rigor moderado se nós considerarmos alguns outros países. Fazem às vezes referências aí à Rainha da Inglaterra, que a segurança dela é diferente. Não é diferente não, não é diferente. A prestação de contas também não é diferente, embora uma coisa ou outra possa se tornar pública.

Eu acho que o rigor há de existir e cada vez há de ser maior. Hoje em dia nós estamos num mundo extremamente violentado, em que um crime é planejado aqui e executado num outro país e os serviços de inteligências, as autoridades de segurança têm que estar atentas. Nós recebemos aqui autoridades estrangeiras e o Presidente de um país, quando vem ao Brasil, a segurança em torno dele é responsabilidade nossa e nós temos também de adotar todos os critérios de segurança adequados. Um descuido, às vezes, é fatal e vai levar a imagem de um país ao descrédito.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Paulo.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Eu ainda estou nos dez minutos ou não?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor quer uma tréplica? Pode ter uma tréplica, dois minutos.

DEPUTADO AFFONSO CAMARGO (PSDB-PR): Dr. Paulo Lacerda, o que eu não entendo, volto, é por que é que foi colocado no banco de dados da Casa Civil todas as despesas da Presidência da República, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi feito o banco de dados e que se fosse necessário ia ser mandado para a CPI, se a CPI pedisse? Aí é que não casa para mim.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Eu acredito que ao fim dos trabalhos dessa CPI, como também da Polícia Federal, tudo será devidamente esclarecido.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Quero cumprimentar ao Dr. Paulo Lacerda, revelar que tenho acompanhado o seu trabalho, o senhor se caracteriza por ser um servidor público da maior importância e que tem prestado relevante serviço ao Brasil, com muita serenidade, que é a marca de V. Exª.

Eu queria dialogar um pouco com as perguntas do então Ministro Affonso Camargo. V. Exª. disse que as contas da ABIN são contas auditadas, confere? Quem as audita?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: O Tribunal de Contas da União e a CISET.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Das contas auditadas, há uma separação do que é sigilo e o que não é sigilo?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Naturalmente que existe, agora todas ficam à disposição dos auditores.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Portanto, todas estão sob o manto do sigilo na ABIN?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Não, não todas estão sob o manto do sigilo. Muitas delas, dessas contas, são, inclusive, objeto de licitações públicas. Quando nós compramos material permanente, há uma licitação pública e todos têm acesso, participam dessa licitação, os fornecedores. Portanto, não existe nenhum sigilo em relação a isso.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Então, uma parte das contas da ABIN são públicas?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: A maioria.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): São ostensivas?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: A maioria.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): São ostensivas e há aquelas que são sigilosas?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Sim.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Aquelas que são sigilosas, são auditadas pelo Tribunal de Contas da União?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: E CISET.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu perguntaria para o senhor o seguinte: essa Lei, de que ano que é?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: A Lei que cria a Agência Brasileira de Inteligência é de 1999, que estabelece o sigilo nas contas.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Na Lei de 1999 há um artigo dizendo que o Congresso Nacional pode controlar as atividades da ABIN. A ABIN

já teve controle do Congresso Nacional nesse período que o senhor, chefe da ABIN, ou que o Dr. Wilson esteja lá, com que regularidade o Congresso Nacional, através da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência e da Comissão de Relações Exteriores, com que regularidade essa Comissão controla as atividades da ABIN?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Na verdade essa norma que V. Exª. se refere aí ainda depende de regulamentação do Congresso Nacional; então eu acredito que com essa regulamentação estabelecerá critérios. Entretanto, esta Comissão, se formada, como também a CREDEN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – muito nos honrarão com a visita dos seus membros para conhecer a ABIN e nós explicarmos, pessoalmente, como é o nosso funcionamento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Dr. Paulo Lacerda, eu posso entender que o Congresso Nacional tenha o dever de, através [soa a campainha] da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência e da Comissão de Defesa, fazer o controle externo da ABIN e até o presente momento o Congresso Nacional não regulamentou a sua própria atividade de controle externo?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Sem dúvida.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Portanto, eu queria aqui consolidar esse entendimento que eu tenho. O Congresso Nacional, através das Comissões de Controle da Atividade de Inteligência e da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal deveriam regulamentar a atividade de controles interno e externo da ABIN e até o presente momento não o fez.

Eu queria fazer mais uma questão para V. Exª. A questão que eu quero fazer é da seguinte natureza: esse debate aqui que o ex-Senador, já foi Senador, ex-Ministro, atual Deputado e o Deputado Indio da Costa fizeram é um debate relevante, porque eles estão discutindo, como nós queremos, a transparência no controle dos gastos públicos. Por exemplo, eu me sentei do lado do Deputado Vic Pires e nós estávamos discutindo as contas que o Deputado Vic Pires têm de uma viagem de dois aviões do Presidente da República com uma comitiva de cinqüenta pessoas e que em alimentação gastou oito mil dólares. São cem pessoas, sai uma média de oitenta dólares por pessoa na viagem para os Estados Unidos. O Deputado Vic Pires, eu estava refletindo com ele, que se for de conhecimento público qual é a comissaria que fornece a alimentação para o avião da presidência, certamente, reiteradas vezes, se for a mesma comissaria, vulnerabiliza a prestação desse serviço, tendo em vista que é alimentação para a comitiva do Presidente e para o próprio Presidente. Certamente eu estava discutindo outro dia na televisão sobre quem fornece a Presidência da República em Brasília. Os artigos fornecidos para a Presidência da República em Brasília, me parece que são poucos os estabelecimentos comerciais que o fazem, tendo em vista que Brasília é uma cidade, digamos assim, de porte, que faz com que alguns tipos de artigos sejam fornecidos por poucos estabelecimentos comerciais, aliás, estabelecimentos esses que foram conhecidos, a partir do envio, para o Portal da Transparência, das notas relacionadas ao gasto de um cartão corporativo que devia estar sob sigilo, que inclusive fez com que em Santa Catarina mudasse todo o sistema de segurança. Portanto, eu acho que tem, Deputado Affonso, Deputado Vic, têm dois aspectos: aquele gasto que demonstra regularidade e que possa vulnerabilizar a prestação, a segurança, tendo em vista indicar regularidade no gasto, esse realmente eu vejo razões para acontecer. Por exemplo, a Senadora Marisa Serrano falou do eventual vinho [soa a campainha]. O eventual vinho pode ser objeto de qualquer tipo de mudança na sua característica que possa levar a algum problema de segurança.

Agora esse debate, ele pode evoluir para um segundo debate. Se eu não oferecer o fornecedor e oferecer o valor, se nós avançarmos para isso, não tem problema. Então nós podíamos pensar uma legislação que permitisse uma evolução na prestação desses gastos públicos, porque nesse caso o valor que não indique o fornecedor não tem problema. Isso eu acho uma contribuição que a CPI dá para o controle dos gastos públicos.

E também, Dr. Paulo, eu acho que os documentos públicos vivem hoje numa situação diferente daqueles dos Estados Unidos. Por exemplo, o pesquisador brasileiro, ele vai aos Estados Unidos, à biblioteca do Senado, do Congresso americano, para ter fontes de pesquisa que ele não os têm no Brasil. Nós temos uma legislação que, ao meu ver, é muito rígida nesse aspecto, que essa CPI poderia também contribuir para elucidar fatos históricos, hábitos e fatos históricos que estão ainda vivendo de uma legislação que foi dos três últimos dias do Governo Fernando Henrique, muito dura, foi modificada pela 11.111 que, ainda, ao meu ver, deveria ser modificada. Eu acho que essa CPI pode dar também uma outra contribuição sobre os documentos públicos.

Portanto, eu queria dizer que há uma contribuição nesse debate. Eu acho que a vossa intervenção, a intervenção do Deputado Quintella, a intervenção do Deputado Vic Pires e mesmo da Senadora tem que gerar uma nova legislação. Agora essa nova le-

gislação, ela tem que levar em consideração o aspecto de segurança. Por quê? Hoje nós podemos dizer o seguinte: o Brasil não tem problema de segurança. A antes de 11 de Setembro nos Estados Unidos também podia se dizer que as questões estavam relativamente dominadas até –

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): -– dois prédios serem atingidos e quase que foi atingida a casa do Presidente da República americano.

Portanto, eu acho que nós podemos – e assim concluo, Presidente – evoluir para pensar uma legislação mais moderna, mas que mantenha os aspectos de segurança protegidos para que o Brasil possa garantir a segurança, nesse caso, institucional. Não é nem nacional, nem do Estado brasileiro, ela é institucional, da instituição Presidência da República e vai valer para, como disse o Delegado Paulo Lacerda, para todos os Presidentes da República, independente do partido político que esteja na Presidência da República. Eu acho que esse é um dado que nós podemos avançar a partir dessa CPI.

E quero registrar – e aqui termino – que o Congresso Nacional poderia ter maior fiscalização sobre as atividades da ABIN. A Lei já atribui ao Congresso Nacional essa competência e o Congresso Nacional não regulamentou a sua competência e, portanto, diminui os seus poderes na medida em que não regulamenta. Obrigado, Delegado Paulo Lacerda e, mais uma vez, a nossa admiração pela sua contribuição na vida pública brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Deputado Paulo Teixeira. No momento em que assumo interinamente os trabalhos, cumprimento todos os membros da mesa, o Dr. Paulo Lacerda, e consulto se o senhor deseja fazer referência às observações aqui apresentadas pelo Deputado Paulo Teixeira? Se sim, com a palavra o Dr. Paulo Lacerda.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Apenas para agradecer as palavras do Deputado e dizer que eu concordo plenamente. São observações ponderadas, equilibradas, eu acho que vai levar à elaboração de uma regra que atenda ao interesse de toda a sociedade brasileira.

[troca de presidência]

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic com a palavra.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, Dr. Paulo Lacerda, em primeiro lugar eu gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho, pela sua vida pública, e digo para o senhor, sou Jornalista e sou Deputado, quem dera se na vida pública todos fossem iguais ao senhor. Tenha a certeza disso.

Presidenta, eu acho que pelo jeito nós somos os últimos dos moicanos, viu, aqui. Nós estamos cada vez mais abandonados pela nossa oposição.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso é para o senhor ver como nós tínhamos razão, era a oposição que queria acabar com a CPI.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): V. Exª. vai ter o tempo para falar.

Dr. Paulo, por que a compra de roupa para o Presidente tem que ser secreta? Eu vou fazer algumas perguntas, tipo ping-pong para o senhor, para ser mais rápido, mais dinâmico, para que o senhor possa responder o maior número de perguntas que eu possa lhe fazer. Por que é que a roupa do Presidente tem que ser uma compra secreta? Por que o material de higiene usado pelo Presidente da República tem que ser uma compra secreta? O senhor pode me ir respondendo, se o senhor puder, o senhor achar melhor.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: É, eu já falei de uma maneira geral que o rigor da segurança do Primeiro Mandatário do país há que ser observado em todos os aspectos. Eu não conheço detalhes sobre esse aspecto aí de alguma compra que tenha sido--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o senhor acha que há necessidade, na sua experiência de um homem público como o senhor é, o senhor acha que há necessidade de a compra da roupa do Presidente ser uma despesa secreta, que não possa ser avaliada? Não o que ele comprou, mas, enfim, se o processo foi todo correto?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: É sempre bom a gente se colocar no papel daquele que tem a responsabilidade, no caso, a responsabilidade de zelar pela segurança da autoridade. Se foi visto que há que se observar cautelas em relação a todo tipo de aquisição, nós teríamos que saber o que é que foi que levou a essa ponderação, mas, em princípio, eu acho que tudo que diz respeito ao Primeiro Mandatário do país tem que ser objeto de cautela sim; eu não conheço detalhes do caso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Os dados do dossiê, desse famoso dossiê do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, o senhor acha que eles são sigilosos, pelo que o senhor já viu? A Polícia Federal está investigando, vai investigar, mas o senhor acha que ali tem alguma coisa sigilosa que pode prejudicar o atual Presidente da República? Porque eu não vejo, sinceramente, Dr. Paulo, o Presidente Lula

e o Presidente FHC, não me interessa isso. O que me interessa é saber: há alguma forma de prejudicar o atual Presidente da República do que está ali naquele dossiê, quer dizer, que revelam uma rotina de um Chefe de Estado? O senhor acha que há todo esse cuidado para que sejam dados sigilosos do que a gente viu no dossiê? Porque infelizmente, Dr. Paulo, a gente só teve acesso ao dossiê. No restante nós não temos tendo acesso a nada. O maior exemplo é isso daqui, esse cemitério quase, que nós estamos vivo ainda, esse cemitério aqui que vai continuar daqui para pior, daqui para pior, e nós só tivemos acesso pela imprensa, graças a Deus, aos dados sigilosos desse tal dossiê que saiu de lá, possivelmente da Casa Civil. Então eu gostaria de saber do senhor: o senhor acha que isso prejudica esses dados? Prejudica o andamento, a segurança do atual Presidente da República o que está ali naquele dossiê? Porque com certeza o senhor leu, pela imprensa, claro.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Eu acho que nós estamos chegando [soa a campainha] a um momento importante. Agora a Polícia Federal também está entrando no caso e eu acredito que os esclarecimentos necessários virão dessas investigações e eu espero que aqui a CPI mesmo, ao final, produza no seu relatório os esclarecimentos necessários que a sociedade brasileira espera.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor, como ex-dirigente da Polícia Federal, dos quadros da Polícia Federal, eu queria lhe fazer uma pergunta: o senhor acha certo o procedimento, hoje, dessa investigação da Polícia Federal, de só investigar quem vazou o crime e não o crime?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: É, eu tenho escutado assim alguns... alguns... algumas pessoas e autoridades falando a respeito, mas também eu observo que, ao final, essa análise ficará a cargo da autoridade que está investigando. O Ministro da Justiça normalmente dá total liberdade à Polícia Federal, o Ministro Tarso Genro, já cheguei a trabalhar com ele durante seis meses, sempre deu total liberdade de trabalho à Polícia Federal, e a autoridade que está presidindo o inquérito saberá se conduzir e, ao final, vai oferecer ao Judiciário e também como decorrência à própria sociedade o esclarecimento final.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deixa eu tentar entender então. Ao final dessa investigação o Delegado com certeza não vai se preocupar em mostrar para a sociedade só quem vazou a informação do crime, mas ele vai também investigar o crime em si? É isso mesmo?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O crime.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Um dossiê feito no Palácio do Planalto.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Na Casa Civil.

DEPUTADA PERPÉTUA (PCdoB AC) Não.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Onde foi, a senhora sabe?

DEPUTADA PERPÉTUA (PCdoB AC): A oposição [soa a campainha] roubou as informações e fez o dossiê.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Roubou de onde?

DEPUTADA PERPÉTUA (PCdoB AC): E passou para a imprensa.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Isso [soa a campainha] eu não vou discutir. Eu não vou discutir porque eu não quero perder o meu tempo, que é tão precioso, o Dr. Paulo com certeza vai nos responder isso daí. É isso mais ou menos o que eu falei, no final das contas o Delegado vai investigar tudo que for para ser investigado, eu não tenho dúvida nenhuma.

Uma colocação, Dr. Paulo. No Cláudio Humberto, o Jornalista Cláudio Humberto, eu não sei se o senhor leu, o título é: "Dossiê FHC – Digitais Arapongas". Eu vou ler para o senhor: "A CPMI dos Cartões Corporativos soube tardiamente, após a conclusão do depoimento do General Jorge Felix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que teria sido dele a ordem para fazer o dossiê dos gastos secretos de FHC, sendo listados trinta titulares de cartões corporativos ligados ao ex-Presidente. A ordem – aí vem a pergunta para o senhor – à Agência Brasileira de Inteligência teria sido por escrito, ignorando o então diretor, Delegado Mauro Marcelo". O senhor tem alguma observação para fazer sobre isso?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Eu desconheço a existência dessa determinação, desconheço que a ABIN tenha realizado esse tipo de trabalho e lamento até que parte da mídia, sempre que queira se referir à atividade de inteligência, à ABIN, já começa com essa expressão "araponga". Isso daí, eu queria lembrar, isso vem de uma novela, numa mini-série do Dias Gomes, em ternos atrás, em que era um detetive e esse detetive era um trapalhão, um desajeitado, um ruidoso, como a própria ave, e ele é a antítese do que nós achamos que deva ser o agente de inteligência, e aqui está se apurando o por quê é que é sigilosa a atividade de inteligência, porque é necessária. Então chamar de "araponga", eu já vejo uma matéria debochada, preconceituosa, eu não dou o menor valor a ela.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois não. Eu quero dizer a V. Exª. que os gastos da ABIN, na minha opinião, devem ser totalmente sigilosos, a critério de V. Sª. Isso não tem nenhum tipo de problema. Os gastos da Presidência da República têm que ser sigilosos sim, alguns. Eu não vejo nenhum tipo de problema a roupa do Presidente ser um gasto sigiloso; eu não vejo nenhum tipo de problema o papel higiênico, que já é usado lá na Presidência da República, ou por alguém de lá, seja sigiloso também, eu não acho que tem a ver. Então eu acho que hoje, Srª. Presidente, essa CPI, com a falta de alguns suicidas do Governo, ela está até rendendo mais. Deputado Paulo Teixeira, o nosso Relator, nós estamos aqui analisando algumas coisas que podem ser mudadas e alguns critérios que nós poderemos até, com a ajuda do Dr. Paulo, que nós poderemos até contribuir para que seja feita uma regulamentação do que é realmente sigiloso e do que não é sigiloso. O que não pode é ficar para a sociedade essa dúvida geral que a gente não sabe se a roupa que o Presidente usa é sigilosa, se a carne que ele usa. Na minha opinião a carne que ele usa, depois que ele comeu, fez a digestão e não morreu, não tem problema nenhum, pode colocar lá no Portal da Transparência, pode colocar em qualquer lugar que ele não vai morrer de novo. Agora se é sempre naquele açouguezinho, aquela carne especial que ele gosta, aí realmente tem que ter o sigilo. Então tem que separar o que é e o que não é, na minha opinião, e acho que o senhor pode contribuir com isso. Agora quanto ao seu órgão, eu acho que também, por exemplo, a Polícia Federal, acho também que todos os gastos têm que ser sigilosos, da Polícia Federal, que está fazendo um grande trabalho nesse país, começou com V. Exª. [soa a campainha] e continua, com certeza, com o atual Diretor-geral da Polícia Federal.

Presidente, essa campainha é para mim? Está tocando direto.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): São dez minutos que vai dar daqui a pouquinho.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O que eu ainda tenho?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O resto dos dez minutos e dois minutos de tréplica ainda. Tem dois minutos e trinta e oito.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Deputado Paulo Teixeira falou dessa documentação. Aqui se faz, Dr. Paulo, uma tempestade num copo d'água. Quando chega um documento aqui, a base do Governo pensa que o Governo vai cair. Então eles fazem uma confusão danada e culpam quem trouxe o documento, ninguém quer saber. Então esse documento aqui é um documento da viagem do Presidente Lula. Eu estive analisando e têm gastos aqui, por exemplo, o prato de comida do Presidente da República, vinte dólares. Eu vou para os Estados Unidos e como lá nos Estados Unidos, é normal, é o preço normal. Eu não estou questionando isso. Eu só estou questionando que depois de feita essa despesa, por que é que ela continua sendo tão secreta? Duzentas balas de goma de mascar – está aí o nosso Relator com chiclete – e--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Não é chiclete.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É outra coisa, mas poderia ser. Então qual é o problema de ter duzentos chicletes no avião do Presidente? Eu não vejo isso, eu não vejo isso, não vejo isso, nada como secreto. Vocês aí do Governo, não é secreto. Então eu acho que disso pode ser prestado contas. O que eu tenho a ver se o Presidente gosta de chiclete, se ele quer chegar para onde ele vai com o hálito bom e tal? Então eu não vejo nenhum tipo de problema com isso daí, mas tem que se ter um critério, que isso é o que o Relator precisa fazer para nós, para que eu não sinta, Relator, saudades do Relator Marcos Maia da "CPI do Apagão". Eu quero acreditar que o senhor vá fazer um grande trabalho, apesar de o senhor não ter nada, o senhor tem setenta e duas caixas fechadas que o senhor nem olhou. Então eu acho que o senhor tem tudo para fazer um grande trabalho. Pegue a orientação do Dr. Paulo Lacerda, que de todos os que apareceram por aqui é o mais bem intencionado de querer ajudar essa Casa a fazer um trabalho que, daqui um ano, dois anos, três anos, não é mais o Presidente Lula, é outro Presidente. Pode ser até a Drª. Dilma Roussef, que é a nossa Ministra, seja lá quem for. Para mim interessa o Presidente da República. Então amanhã vai estourar de novo o escândalo porque nós não regulamos e isso vai ficar sob a nossa responsabilidade. Vamos fazer com que essa CPI sirva para alguma coisa, vamos fazer para que sirva para alguma coisa essa CPI. E única forma que tem, Srª. Presidenta, é a gente tentar fazer essa regulamentação sem esse estardalhaço todo para ver o que pode e o que não pode. O porco que o Presidente come no avião, se não fizer efeito, no outro dia ele pode ser aprovado, pode ser mostrado, vai para o TCU e aqui a gente tem acesso, vê. Eu não estou interessado em saber a comida que ele come.

E quero deixar registrado, Deputado Paulo, não tem bebida alcoólica nesse vôo. Todo mundo pode achar: "ah, não querem mostrar". Não tem, é a alimentação do Presidente da República, o que é normal,

ele tem que comer. A gente come no avião na classe econômica, executiva.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então eu acho que o Dr. Paulo veio para cá, contribuiu, mas pode contribuir muito mais. Acho que essa CPI que estão criando no Senado, ela--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V. Exª. me permite um aparte?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se a Presidenta permitir, ela permite tudo. Eu permito.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Um aparte ao Deputado Vic.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos terminar a sua peroração que--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Já acabou? A senhora está hoje comigo impressionante, a senhora não me libera mais nenhum minuto. Não tem quase ninguém aqui, vamos deixar esse debate--

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A Ministra Matilde já está esperando.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ela esperou tanto tempo, ela espera um pouquinho mais.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É verdade.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Deputado Paulo--

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Deputado Paulo vai falar logo depois de V. Exª.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, ele já falou.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu já falei. É só para pedir um aparte a ele. Exatamente V. Exª. deu uma contribuição sobre esse aspecto. V. Exª. teve acesso a um documento sigiloso. V. Exª. leu o documento sigiloso. Não verificou no documento sigiloso qualquer irregularidade. Não havendo irregularidade naquilo que V. Exª. teve acesso e unicamente V. Exª., não há porque quebrar o sigilo desse documento. Por quê? Tendo em vista que não há irregularidade, não há fundamentação, não há motivação. Essa é a tese que nós estamos trabalhando. Nós não estamos assustados de V. Exª. ter acesso ao documento. E V. Exª., pelo depoimento que dá, diz que essa viagem ocorreu na mais perfeita ordem, como nós acreditamos que todos os dados da Presidência--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A viagem eu não sei se ocorreu na mais perfeita ordem.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu digo os gastos da viagem, os gastos. V. Exª. até relata aqui que a alimentação era modesta, relata que não houve outros gastos, tudo dentro do normal. Esse é o raciocínio nosso. Só há possibilidade de quebra do sigilo quando há indícios. Essa é a questão do nosso debate sobre sigilo. V. Exª. acabou de dar um exemplo para nós de que essa CPI age corretamente, age dentro da Lei.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Hoje, hoje.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V. Exª. deu vários--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Hoje.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Quando houver indícios, quando houver fundamentação, nós vamos analisar. Esse caso é um caso emblemático e que não deve ter quebra de sigilo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Devolva o meu tempo, por favor.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não senhor, V. Exª. permitiu.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu permiti, contanto com que não tirasse o meu tempo. Me dê só um minuto para encerrar.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Para concluir literalmente, eu vou concluir mesmo. Acho que V. Exª. tem toda a razão, não tem problema nenhum, mas acho que o Governo, quando eu digo Governo, vocês do Governo, deveriam agir assim com essa tranqüilidade, com essa serenidade, com essa calma e deixar a CPI ter acesso a esses documentos sigilosos. Ir lá, decidir o que é tão sigiloso, o que não é tão sigiloso e mostrar para a sociedade que a CPI está trabalhando. É isso que nós queremos.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Quem nos governa é a Lei. É a Lei que nos governa, não é arbítrio nosso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A CPI tem poder--

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou ser obrigada... Deputado Paulo, por favor.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A CPI tem poder de justiça, ela tem todo o poder, nós temos o direito. Se o TCU tem o direito a ter esse do-

cumento que eu tive acesso, por que é que uma CPI, Srª. Presidente, não tem direito? Então eu acho que nós temos que analisar isso. Aí se cria uma outra CPI, vai se criar mais confusão, mais problema, quando nós podemos com serenidade, com tranqüilidade, ver tudo isso aqui sem problema. Então é isso que eu queria trazer à realidade. Muito obrigada, Srª. Presidente. Dr. Paulo, muito obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Paulo, o senhor tem alguma consideração a fazer.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Não, obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Antônio Roberto.

DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Inicialmente eu quero cumprimentar o Dr. Paulo Lacerda, cumprimentar pela forma tão profissional como tem conduzido a sua vida, tanto à frente da Polícia Federal quanto à ABIN. Eu tenho uma admiração, V. Exª. não me conhece, mas eu o conheço e tenho admiração muito grande pelo seu trabalho.

Eu gostaria, primeiramente, a título de esclarecimento, e acho que posso contribuir nesse raciocínio mecânico, cartesiano que está se fazendo em torno do gasto. Quanto se fala que é sigiloso, não é o peixe que o Presidente comeu, não é a *lingerie* que a primeira-dama usou, não é o batom. É que o uso de determinadas coisas, a compra de determinadas coisas, os gostos de determinadas coisas revelam determinados dados sobre a pessoa, onde ela está, onde que ela freqüenta, quem que fornece. O que está por trás desses gastos é que diz respeito à segurança nacional e à segurança da presidência, da instituição Presidente da República. Todo mundo sabe que quando alguém quer cometer um crime, a primeira coisa que ele tem que saber são os hábitos da pessoa que ele vai matar, por onde passa, qual é o restaurante, o que é que come, o que é que gosta, quem que fornece, quem tem contato com essa pessoa. Então eu acredito, dentro de toda a filosofia da informação, tudo que diz respeito a uma pessoa que merece segurança tem sentido, principalmente o secundário, principalmente as pequenas coisas que exatamente a pessoa não dá tanta importância. Então não é a comida que o Presidente comeu no avião que é segurança, quer dizer, o povo não vai entender como que pode uma toca de banho... A toca de banho diz que vai para a piscina, que vai nadar em tal hotel, que o filho do Presidente, que o irmão, quer dizer, então é uma visão absolutamente mecânica, cartesiana dentro de uma lógica que não é a lógica da informação. A lógica da informação diz o seguinte: se uma pessoa tem que ser guardada, se ela tem que ser protegida, tudo o que diz respeito a ela tem a ver com a possibilidade da insegurança diante dela.

Agora a minha pergunta, Dr. Paulo, é o seguinte: nós sabemos que é comum, não é, qualquer país pegar informações e experiências de outros países. Cada país tem a sua peculiaridade, tem o seu jeito, mas nós conhecemos um instituto chamado *Benchmarketing*(F) onde que eu vou procurar saber como que em outros países funciona. E eu queria, dentro da experiência de V. Exª., se é possível V. Exª. nos dizer como que na maioria dos países no mundo em alguns dos países como que é tratada essa questão do sigilo dos gastos presidenciais da Presidência da República?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Muito obrigado ao Deputado. Eu acho que V. Exª., na sua explanação, retratou bem essa questão do sigilo nos seus diversos aspectos. O Brasil eu acho que se situa entre os países que não está entre os mais rigorosos no tocante à segurança das suas autoridades. Até deveria ser mais, porque muitas vezes nos preocupa algumas autoridades públicas, não apenas o Presidente da República, não apenas o Vice-Presidente, os seus familiares. Há algumas autoridades que se expõem muito. Nós temos uma tendência a acreditar que os problemas não acontecerão conosco. Várias Agências de Inteligência, dirigentes dessas Agências que nos visitam, ainda ontem eu recebi uma delegação de um país importante, com o Diretor-geral da sua Agência de Inteligência, e nas conversas, nas reuniões de trabalho, a gente verifica o rigor extremo que eles adotam em relação a tudo que diz respeito à segurança de autoridade. Para os senhores terem um exemplo, no ano passado eu recebi, ainda na Polícia Federal, eu recebi uma autoridade de um órgão de inteligência estrangeira e que eu fui ao final da reunião oferecer um brinde àquela autoridade, como é comum se fazer. Eu havia recebido antecipadamente um brinde que ele havia me dado, mas já tinha recebido, e na ocasião eu fui fazer a entrega. Ele simplesmente não recebeu. Ele ficou assim meio atônito e aí um assessor dele pegou e já saiu com aquela caixa, quer dizer, eu até fiquei um pouco constrangido com a situação, mas compreendi prontamente que aquilo é da cultura deles, é o país que leva extremamente a sério essa questão. Nós já vivemos no passado aquela segurança que era chamada de o guarda-costas, o homem que ficava ali do lado. Isso, hoje em dia, não funciona mais. Você tem que trabalhar com um grupo, com uma Agência de Inteligência assessorando, é a informação sobre os locais onde serão visitados pelas autoridades. Então ainda ontem, eu até fiz uma anotação aqui, eu ainda ontem recebi na ABIN um Diretor-geral de um órgão de inteligência estrangeiro. E ele me relatava as preo-

cupações que ele têm e a busca de um acordo com a nossa Agência, um acordo de cooperação, ele desejava estreitar essas relações. E ele disse uma coisa, eu até anotei, é a propósito do que nós estamos aqui dizendo. Resumindo numa frase, eu anotei na hora que ele estava falando, através do intérprete, disse ele que "no mundo globalizado de hoje não pode existir fronteiras e nem barreiras que dificultem o combate ao terrorismo e ao crime organizado, que costuma ser planejado num país e executado no outro". E acrescentou: "daí a importância da cooperação internacional entre os serviços secretos das Nações amigas". Então eu acho que, nesse passo, demonstra o quanto as demais Nações levam a sério a questão da segurança. Hoje felizmente nós não temos [soa a campainha] isso no Brasil, mas em vários países do mundo, principalmente no Oriente Médio, o homem-bomba que supera qualquer tipo de esquema de segurança infelizmente é um desafio para os órgãos de segurança.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Dr. Lacerda. Eu quero aqui, encerrando os nossos inscritos, eu quero agradecer muitíssimo a presença do Sr. Paulo Lacerda, Direitor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, pela gentileza e pelos esclarecimentos que trouxe aqui. Quero agradecer, também, ao Dr. Wilson Treza pela paciência e por ter acompanhado aqui o Dr. Lacerda. Muito obrigado pela presença. Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não sou membro da Comissão, sou apenas um visitante, mas eu poderia fazer duas perguntas ao Dr. Paulo Lacerda?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós já tínhamos terminado, a Ministra Matilde está aí, mas se não houver nenhum problema dos Deputados presentes e Senadora presente... Nenhum? Então a palavra está com V. Exª. Desculpe, Dr. Lacerda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dr. Paulo Lacerda, em primeiro lugar eu queria parabenizá-lo por ter feito a Polícia Federal republicana. Acho que V. Sª. prestou um excelente serviço ao país enquanto esteve à frente daquela polícia. Agora é motivo de muita preocupação quando se vê autoridades limitando ou tentando limitar a atividade da Polícia Federal.

Mas eu queria fazer duas perguntas, se fosse possível. O Brasil está estarrecido com uma distribuição desonerada do "sistema guardião". Sabe muito bem V. Exª. o que é o "sistema guardião", que é um aparelho que possibilita espionagem telefônica. Esses aparelhos foram comprados, através de um programa nacional, e foram distribuídos em alguns casos para algumas Secretarias de Segurança, cujos titulares não têm a menor condição de conviver com aquele tipo de aparelho, com aquele tipo de tecnologia, promovendo, inclusive, bisbilhotagem de vida pessoal em alguns Estados. Essas denúncias estão sendo feitas aqui no Senado, na Câmara, nós estamos convivendo com isso, e eu gostaria de saber o que V. Sª. sabe sobre essa questão. É um fato grave, acho que o acesso ilegal ao sigilo, à vida das pessoas, a bisbilhotagem telefônica, é algo intolerável. Eu gostaria exatamente de que V. Sª. falasse um pouco sobre isso, e lhe convidar, já estamos fazendo oficialmente, para que se trate desse assunto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre essa matéria mais detalhadamente.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Muito obrigado, Senador. É um prazer falar a V. Exª., que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. O equipamento guardião é uma marca, como existem várias outras. É um sistema de fato eficiente e que vem prestando serviços às instituições, às organizações policiais, e que ele, bem utilizado, é extremamente relevante, é importante para a investigação policial. É um dos mecanismos que vem sendo largamente utilizados e trazendo resultados altamente satisfatórios no combate ao crime organizado nos seus diversos níveis. Eu imagino que a distribuição desses equipamentos esteja sendo feito mediante utilização de critérios adequados. Quem recebe aqueles equipamentos tem que ter um treinamento, tem que ter uma capacitação não apenas no manuseio desses equipamentos, mas tem que saber muito bem toda a doutrina de inteligência que norteia a utilização de um equipamento como esse, tem que saber toda a fundamentação legal que rege essa matéria, uma vez que todo e qualquer tipo de monitoramento que venha a atingir a privacidade de pessoas somente pode ser *[soa a campainha]* feito mediante autorização judicial e exame do Ministério Público competente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu agradeço. Agora eu gostaria de saber: a ABIN tem precisamente quantos aparelhos dessa natureza estão circulando no Brasil, estão vendidos, estão em funcionamento? São todos só com Secretaria de Segurança ou outros órgãos têm acesso ao seu manuseio?

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: A Agência Brasileira de Inteligências não dispõe de nenhum aparelho dessa natureza porque não há previsão legal para tanto. Algum dia, quem sabe, nós possamos ter uma autorização, via Congresso Nacional, na legislação, para que possamos utilizar. O número de equipamentos, eu não tenho esse controle. Existe hoje uma Comissão Parlamentar de Inquérito

na Câmara dos Deputados que vem reunindo essas informações e eu acredito que já as tenha. Todas as Secretarias de Segurança Pública têm algum tipo de equipamento, nem sempre este denominado "guardião". Alguns órgãos que eu ouvi falar do Ministério Público em alguns Estados, juntamente com a polícia vêm usando, de modo que essas informações mais precisas certamente a Comissão que apura essas possíveis irregularidades nessa área terá as informações necessárias.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Paulo. Nós queremos agradecer a presença do senhor e do Dr. Wilson e colocarmos sempre essa Casa à sua disposição, que, aliás, é a sua casa.

DR. PAULO FERNANDO DA COSTA LACERDA: Muito obrigado a todos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sem delongas quero convidar a Srª. Matilde Ribeiro, ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, para estar conosco.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, eu queria fazer uma pequena fala com V. Exª.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho. Eu gostaria que a Secretaria acompanhasse a Ministra Matilde.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Presidenta, três questões rápidas aqui com a senhora. A primeira delas é saber se V. Exª... Nós tivemos contato com uma nota técnica que foi enviada pela Casa Civil para V. Exª., eu acho importante dar essa notícia aqui. A Casa Civil, num ofício enviado a V. Exª., assinado pelo Sr. João Bernardo de Azevedo Bringuel, tem um anexo, uma nota técnica, assinada pelo Sr. Antônio Fucio Mendonça Neto.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um momentinho, Deputado. Pode continuar, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): O Dirceu está me pedindo para deixar para depois, que eu acho que têm informações relevantes, eu vou deixar para V. Exª. dar as informações.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode falar, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Olha, basicamente é o seguinte: a Casa Civil enviou para essa CPI documentos que não estão sob sigilo, relacionados a gastos da Casa Civil, da Secretaria-geral, da Secretaria de Comunicação Social, do Gabinete da Segurança Institucional, da Secretaria de Relações Institucionais, do Núcleo de Assuntos Estratégicos, da Imprensa Nacional, do Arquivo Nacional, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia e do Instituto Nacional de Tecnologia de Informações. Eu acho relevante dizer isso porque são gastos que a Casa Civil está prestando a esta Casa e são gastos que dão conta de uma maior transparência. Portanto, nós temos aqui gastos que estão sendo enviados para a nossa auditoria relacionados a uma série de órgãos relacionados à Casa Civil que não estão sob sigilo. É só para isso.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Eu queria informar a todos que, como informei ontem, antes de ontem, todos os dados que estão chegando a essa Comissão, Deputado Paulo, não são sigilosos e, portanto, enviei todos, pedi que todos fossem colocados na internet. Portanto, a imprensa, a população brasileira, os Deputados, os Senadores que quiserem ter acesso, saber que documentos estão aqui, estão todos na página desta Comissão. Fiz questão de colocar isso, não há sigilo, não são documentos sigilosos e todos têm direito de saber, qualquer Deputado que quiser acessar lá, qualquer Senador, sabe o que tem no cofre. Eu falo sala-cofre porque é onde nós guardamos documentos. Portanto, estão lá à disposição para os Deputados e Senadores poderem ter conhecimento mais pormenorizado, as pessoas poderem saber o que tem lá dentro e escolher ali o que é de interesse. É claro que o acesso aos documentos, só Deputados e Senadores poderão tê-lo, mas saber o que está lá dentro, o que nós recebemos, isso já está na internet. Obrigada pela sua informação.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, pela ordem, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, antes de iniciarmos essa conversa, esse debate com a ex-Ministra Matilde, quero aproveitar o momento para manifestar a minha estranheza com relação à atitude de alguns Senadores que insistem numa CPI exclusiva do Senado. Nós já tivemos essa experiência. Já houve um momento em que a Câmara dos Deputados montou uma CPI e o Senado outra sobre o mesmo assunto. Qual o resultado? Nenhum. Não houve nenhum resultado, nenhuma eficiência, nenhum trabalho concreto, prático, diferenciado. O Senado brasileiro, e normalmente os Senadores, são muito vistos pela população, no Brasil e no mundo todo, como pessoas já de idade, equilibradas, que manifestam suas opiniões com muito bom senso. Entretanto, eu creio que existe um grupo de Senadores extremamente açodados, um grupo que, ao invés de contribuir com a seriedade e o respeito que o povo deve ter pelo instrumento da CPI,

contribuiu para desmoralizá-lo. V. Exª. preside uma Comissão Mista de Inquérito. Na medida em que um grupo de Senadores encabeça outra Comissão, estará desautorizando, desqualificando esta Comissão. V. Exª. está na presidência. Houve a quebra de um acordo e que V. Exª., como parte de um partido, membra de um partido que não deveria estar, não tem número suficiente para presidir e relatar, entretanto, o acordo foi feito. Presidente, a experiência de V. Exª., a autoridade de V. Exª. não pode compactuar com isso. Alguns parlamentares quiseram desmoralizar esta Comissão desde o início, desqualificar essa Comissão desde o início, dentre os quais o ilustre Senador Álvaro Dias. Hoje a oposição está órfã aqui nesta CPI. A oposição está órfã. Deixou aqui o ilustre Deputado Vic Pires para contar a história como o último dos moicanos. Mas eu creio que V. Exª. continuará presidindo esta Comissão e ela irá cumprir as suas travessas até o final, foi para isso que ela foi instalada. Mas os Senadores que insistem, eu diria, numa atitude insensata de montar uma outra CPI e esvaziar essa, desautorizar essa, estão cometendo um erro político grave e isso pô o povo brasileiro precisa compreender. Muito obrigado, Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Como V. Exª. se dirigiu a mim, eu quero e me sinto no dever de respondê-lo. Quanto ao número de parlamentares aqui, há quatro da oposição, que é um número extremamente grande nessa Casa, e, portanto, não tenho aqui, Deputado, não se pode falar em número hoje aqui. São só quatro da situação também.

Mas eu quero dizer que não me sinto desautorizada. O Presidente Garibaldi não leria a instalação que propiciaria a instalação de uma Comissão, outra Comissão Parlamentar de Inquérito, se não fosse legal. Ele é um legalista--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Sobre um mesmo objeto, Presidente?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ele é o Presidente desta Casa, é o Presidente do Congresso e nós devemos a ele todo o respeito como autoridade que é. Eu não me sinto desautorizada. E depois, quando V. Exª. me diz que essa Comissão está desmoralizada desde o início, é clarividente que a desmoralização, eu acredito, não tenha sido pelos membros que aqui estão, Deputados e Senadores todos que estão aqui com o voto da população brasileira e merecem todo o respeito, mas, sim, porque essa Comissão melancolicamente está fadada a precisar, a partir provavelmente dessa semana ou mais tardar de terça-feira, pedindo ao Relator que já faça o seu relatório porque não temos mais o que ver nessa Comissão e nem o que investigar. Então não é aí uma questão de situação ou oposição. É uma questão de tomada de posição frente ao fato concreto. Qual é o fato concreto? É o que nós temos aqui, o Relator vai fazer o relatório dele e nós vamos votar o relatório do Relator.

Então eu quero só dizer a V. Exª. e a todos que estão nos ouvindo e vendo que a preocupação nossa tem que ser sempre com a legalidade. Nós não podemos compactuar com a ilegalidade e com a impunidade. Eu acho que tem sido os focos de uma Comissão de Inquérito. Às vezes perde o foco aqui de saber que essa é uma Comissão de Inquérito. Quando eu participei, o ano passado, de uma Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, eu falei o tempo todo: "isso é questão de ética e decoro parlamentar". Perguntaram se eu tinha título de Advogada, eu falei: "primeiro que não me pediram, para ser Senadora, que eu tivesse Exame da Ordem e carteirinha de Advogada. E segundo, de ética e decoro parlamentar é que nós estamos todos aqui, de qualquer classe social e de qualquer tipo de formação profissional que tivéssemos".

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, eu queria fazer um acréscimo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para terminar, Deputado, eu o ouvi tranqüilamente na hora que V. Exª. usou da palavra, eu quero terminar dizendo que essa é uma Comissão de Inquérito e se ela não fizer inquérito – e qualquer Delegado de Polícia pode nos dar aula se quiserem nos dar, como quiseram me dar no ano passado –, eu quero dizer a V. Exª. que se nós não pudermos fazer inquérito e não tivermos o que trabalhar, é clarividente que essa Comissão vai encerrar sim os seus trabalhos. Eu só quis dar essa informação a V. Exª. porque acho que é uma informação que também eu devo a todos, não só a V. Exª.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Presidente, eu gostaria apenas de utilizar só um pouquinho do tempo para concluir o meu pensamento. V. Exª. se colocou de modo muito acertado, e tem o meu apoio, com relação a ser uma guardiã da legalidade. V. Exª. acabou de dizer que luta pela legalidade. V. Exª. não compreende e não entende, não estaria de acordo que o ilustre Deputado Vic Pires cometeu um crime ao divulgar, nesta Comissão, documento que tem proteção legal para a sua não divulgação?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nós estamos discutindo--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Ele mostrou nesta Comissão um documento protegido por sigilo e pela legislação. V. Exª., como Presidente da Comissão, não entende que ele cometeu um crime?

SRª. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se for um crime isso daí, nós temos que ver também se a Ministra Dilma cometeu um crime e vamos discutir aqui se a Ministra Matilde cometeu um crime, se o outro cometeu um crime. Então eu gostaria que cada um que tivesse qualquer dúvida a respeito disso, tem o órgão certo para fazer a sua inquirição. Esta é uma Comissão de Inquérito e, portanto, se V. Exª. acha certo aquilo que V. Exª. disse, o senhor sabe qual é a representação da Casa, ou da Câmara dos Deputados ou do Congresso, que V. Exª. tem que fazer para inquirir, efetivamente, o Deputado Vic.

Então eu quero vi, voltando, começando a nossa audiência de hoje, agradecer muitíssimo, Ministra Matilde, a sua presença nesta Casa. Nós ficamos contentes de vê-la aqui, não só para fazer as explicações de praxe que V. Exª. deve aos Deputados e Senadores, mas sempre é bom a gente ter uma companheira, uma mulher aqui conosco discutindo as coisas que são importantes para a vida brasileira e para esclarecer, de fato, as coisas como ocorreram. Então seja muito bem-vinda à nossa Casa e quero lhe passar a palavra por trinta minutos.

SRª. MATILDE RIBEIRO: Muito bom dia a todos os presentes e em especial à Senadora Marisa Serrano, ao Deputado Federal Luiz Sérgio, a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas presentes.

Este, sem dúvida, é um momento para mim também bastante importante e eu quero começar dizendo que na qualidade de ex-Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial eu estou aqui efetivamente para prestar esclarecimentos e dialogar em torno das matérias pertinentes a esta Comissão. Começarei, sem dúvida, apontando o que foi parte da minha missão nestes cinco anos de trabalho à frente da SEPPIR, considerando que foi importantíssimo para o Brasil, para a vida da administração pública brasileira a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da igualdade Racial há cinco anos, no dia 21 de março de 2003, como uma resposta do Governo Federal, a partir de uma definição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma demanda colocada pelo movimento social brasileiro, em especial o movimento negro, anteriormente há muitas décadas ao Governo Federal, dando continuidade a uma política que foi iniciada nos anos 90, a partir de um momento muito importante de negociação entre a sociedade civil e o Governo, que foi a Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida e pela Cidadania, em 1995.

Então, ao criar esta Secretaria, o Governo brasileiro comprometeu-se, efetivamente, em dar andamento a uma política considerando a existência no Brasil de mais de três séculos de escravidão, considerando os aspectos perversos que esta escravidão trouxe para a nossa história, considerando também o quadro da discriminação, o quadro da exclusão vivida pela população negra, em particular, mas também pelos indígenas, pelos ciganos, pelos palestinos, pelos judeus, considerando que a Secretaria tem o papel de promover a igualdade racial com ênfase nas políticas voltadas à população negra. Então é de extrema importância, através dos atos do Governo Federal, que se reconheça, no Brasil, que a população negra demandante através do movimento negro dessa Secretaria é mais de 50% da população brasileira e que as formas de atendimento a esta população e aos demais grupos discriminados deve se dar a partir de uma política pública conseqüente, uma política pública que responda as necessidades da população como um todo, mas que leve em consideração a discriminação e o racismo existem nosso país.

Eu me sinto muito honrada de ter podido viver na qualidade de Ministra, tendo como histórico a minha participação no movimento social, em especial no movimento feminista e movimento negro, como eu disse me sinto honrada de ter podido prestar serviços à Nação e contribuir com a construção desta tão importante política, que podemos já neste momento verificar a partir de alguns resultados. Eu citarei três exemplos.

A ênfase dada por este Governo à política para as comunidades remanescentes de quilombos. Nós, quando assumimos, em 2003, nós encontramos um quadro de identificação de setecentas e quarenta e três comunidades remanescentes de quilombos, hoje denominamos "Comunidades Quilombolas" neste país, temos como marco a revisão constitucional de 1988 que trouxe uma atribuição direta ao Estado no atendimento a esta política. Hoje nós temos mais de três mil e quinhentas comunidades identificadas e uma série de ações de inclusão social em andamento, considerando programas básicos como o Programa Luz para Todos, o Programa Bolsa-Família, o Atendimento Básico à Saúde e Infra-Estrutura nos Quilombos. E recentemente, em 20 de novembro de 2007, o Presidente Lula, na ótica do Plano de Crescimento, o PAC, trouxe a público as informações da construção da agenda social quilombola, que tem como referência o montante de dois bilhões de reais para os próximos quatro anos. Então este é um resultado bastante importante e a SEPPIR, como parte na construção desta política, como responsável pela coordenação da política para quilombos, teve um papel central junto com outros órgãos do Governo Federal e também com outros órgãos da administração pública brasileira.

Em segundo quero destacar a importância das políticas educacionais como um todo. Nós temos em

foco uma visão de uma educação inclusiva e de qualidade para todos e, em especial, destacar a construção do ProUni, que é um programa eminentemente focado nas ações afirmativas, considerando a concessão de bolsas parciais ou integrais a alunos e alunas pobres que sempre estudaram em escolas públicas, em particular os negros e os indígenas. E, também, no campo da educação, é importante destacar a Lei de nº 10.639, que coloca em foco o ensino da história e cultura afro-brasileira e da cultura africana, considerando ser um elemento fundamental para construir uma visão ampla, uma visão com diversidade e com a consideração da importância da presença da população negra no Brasil e das nossas relações com o continente africano. Ambos os exemplos, o ProUni e a Lei 10.639, são ações coordenadas pelo Ministério da Educação em que a SEPPIR tem sido uma colaboradora efetiva, considerando a importância da matéria.

Em terceiro e último lugar quero apresentar, também como exemplo, a realização da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em 2005, num leque de várias conferências realizadas pelo Governo Federal. A SEPPIR prepara-se para a Segunda Conferência Nacional, que se dará no próximo ano, e esta primeira conferência foi um efetivo exercício de diálogo e de consertação entre Governo e sociedade civil em nosso território nacional, vasto e complexo no que diz respeito à diversidade. Como determinação nós fizemos questão, em 2005, de garantir a minha presença nos vinte e seis Estados e no Distrito Federal no momento da realização das conferências preparatórias, considerando a importância do diálogo com os Governadores, com os Prefeitos, com os movimentos sociais, com as instituições públicas e privadas envolvidas no processo e estimulando, também, as que não estavam ainda envolvidas a envolverem-se. E naquele momento, no período de um ano, nós tivemos o contato direto com noventa e cinco mil pessoas apontadas como presentes nesses momentos das conferências preparatórias e também na conferência nacional, que gerou o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial ainda em fase de implementação e até mesmo de alinhamento e definições com o conjunto dos Ministérios e com as estruturas dos Governos estaduais e municipais.

Com esses três exemplos eu quero trazer aos senhores informações do teor desta Secretaria. É uma Secretaria, como o próprio nome diz, uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, portanto, um órgão de assessoramento ao Presidente da República, não é um Ministério. Nesse sentido ela não possui estrutura capilarizada pelo país, ela está centrada única e exclusivamente aqui no Distrito Federal, aqui na Explanada dos Ministérios e, com isto, para o funcionamento desta Secretaria, para cumprir a missão já mencionada, foi necessário montar estruturas para atendimento ao trabalho necessário pelo Brasil todo para cumprimento da agenda política. É nesse contexto que eu quero dizer aos senhores que os gastos no Cartão de Pagamento do Governo Federal foram sempre em cumprimento de uma agenda política, de uma agenda de trabalho e que não está circunscrita apenas aos momentos oficiais no sentido do calendário e da forma entendida pelo Brasil, os chamados horários comerciais ou segunda a sexta. É uma agenda que tem um cumprimento contínuo no diálogo com movimentos sociais e quem trabalha com motivos sociais sabe que as pessoas que compõem os movimentos sociais são, em geral, trabalhadores, trabalhadoras que exercem função de cidadania após o seu horário de trabalho. Portanto, uma agenda que funciona efetivamente em horários noturnos e em finais de semana, em feriados, em momentos em que as pessoas dispõem-se a doar-se para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido, então, foi utilizado o Cartão de Pagamento do Governo Federal para três modalidades: para o pagamento de locação de veículos para as viagens oficiais, para hospedagem e para alimentação. Essa foi a escolha feita pela SEPPIR, uma vez que outros itens poderiam ter sido utilizados por nós como forma de facilitação no cumprimento da agenda. Mas nós ficamos nesses três itens por entender que são estruturantes e importantes para que a agenda se cumpra e o trabalho se desenvolva.

No que diz respeito ao controle deste processo, quero dizer que nenhum Ministro controla diretamente as despesas, as faturas dos órgãos. Para isso existem assessorias e estruturas internas para dar conta do funcionamento dos órgãos e, com isso, eu quero lhes dizer que o procedimento que nós adotamos se deu em função de uma necessidade colocada para o funcionamento desta Secretaria. É importante aqui informar que nesta qualidade de Secretaria Especial nós temos a vinculação com o Ministério da Justiça para as questões administrativas e a vinculação com a Casa Civil e com a Presidência da República para o trato da política no geral, para o trato do trabalho efetuado pelo órgão.

É importante também destacar, como é por todos sabido, que as despesas executadas, como eu já falei, nas três modalidades, ela partiu de um entendimento que tive com os meus assessores diretos na execução dos assuntos administrativos e que, por entender da importância da continuidade do trabalho, a partir de julho de 2006 foi iniciada a utilização des-

te cartão. Antes estas despesas eram desenvolvidas por uma outra forma na vinculação com os órgãos já mencionados. No entanto, a partir de 2006 e a partir de constatações de necessidades específicas do órgão passamos a usar este cartão.

Considerando esse entendimento é que agora, em janeiro de 2007, ao ser indagada sobre estes procedimentos e por entender que a decisão interna tomada pela SEPPIR não estava em consonância com as reflexões feitas pela Presidência da República, houve a decisão por minha parte de pedir demissão do cargo considerando a importância da política. Se estava sendo questionado o teor e a forma no trato administrativo eu tomei a decisão de privilegiar a política, privilegiar a construção da Secretaria e me dispus, junto ao Presidente da República, de me demitir para que o trabalho possa continuar com tranqüilidade e não cairmos em situações de conflitos quanto ao entendimento no uso do cartão corporativo, que foram as indagações feitas a mim. Assim como, também, por este entendimento, os dois assessores que me orientaram mais diretamente neste processo também colocaram seus cargos à disposição.

As contas anteriores a 2007 não foram questionadas anteriormente, portanto, trata-se de uma situação muito pontual e locada neste nosso momento histórico, e a partir deste questionamento estou aqui para prestar os devidos esclarecimentos.

É importante, também, deixar claro que as devoluções feitas até o momento, por orientação da Controladoria-Geral da República, não implica em reconhecimento de culpa, uma vez que estou aqui dizendo aos senhores que foi uma decisão interna de utilização em três modalidades já mencionadas, mas o que se coloca é que à medida que foram indicadas algumas falhas administrativas, considerando a importância que foi dada no meu pedido de demissão, a lisura do processo, nós entendemos que seria importante no diálogo com a CGU, no entendimento junto à SEPPIR, devolver verbas glosadas que não se apresentavam, naquele momento, dentro de todas as regras para nós apresentadas. Repito que em momento nenhum houve má-fé ou qualquer situação prevista de falha no uso da verba pública, mas o que foi devolvido foi devolvido em função de garantir, assim como está colocado no Portal da Transparência, toda a transparência no processo e o entendimento de que, se há falha, ela tem que ser corrigida.

Quanto ao pagamento feito no *freeshop*, também bastante explorado, eu quero aqui ressaltar que foi um fato isolado dentro da minha agenda de trabalho, dentro da minha forma de tratamento da verba pública. E, com isso, quero dizer a vocês que houve uma troca de cartões. Eu tenho um cartão pessoal na mesma cor e na mesma bandeira do Cartão de Pagamento do Governo Federal. No momento em que voltava de uma viagem, feita a trabalho, uma viagem divulgada publicamente, e como é habitual, todos que fazem viagens internacionais sabem que nós ficamos às vezes muitas horas no aeroporto, como é habitual por parte dos procedimentos que cada um adota na sua vida, todas as viagens internacionais que tenho condições passo no *freeshop* e faço compras dentro das minhas posses. Neste caso houve uma troca de cartão. Esta troca foi identificada, esse custo foi identificado internamente na SEPPIR em dezembro, eu fui notificada próxima ao momento que eu estava saindo de férias e do recesso de final de ano, fui notificada de que havia ocorrido este fato, sabia que tinha que devolver o dinheiro ao erário público, uma vez que utilizei para uma despesa pessoal numa troca de cartões. Então, quero afirmar, para considerar mais uma vez, repetindo, como um fato isolado ao longo do tempo do uso do cartão. E também considerando o ano em foco, 2007, eu fiz cinco viagens internacionais e em apenas um momento cometi essa troca dos cartões. Portanto, não foi uma situação intencional e o dinheiro já foi devolvido à administração pública. Eu aguardava, em janeiro, o momento do recebimento do meu salário, uma vez que fui notificada às vésperas da saída de férias, para devolver o dinheiro aos cofres públicos.

Com essas questões eu entendo ter tratado do volume de informações que foram circuladas neste período de janeiro e também, após o meu pedido de demissão, o tratamento feito pela SEPPIR junto à Casa Civil, junto à Controladoria-Geral da República no que diz respeito ao uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Eu agradeço esta possibilidade de estar aqui em público trazendo essas informações, uma vez que não tive a oportunidade de fazer com todo este grau de detalhe e com toda esta construção nos momentos em que vivi a situação prévia ao meu pedido de demissão. Eu agradeço essa oportunidade, muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Inicialmente eu quero agradecer a presença da Ministra Matilde nessa Comissão e dizer que, independente da condição em que V. Exª. aqui está, ninguém pode deixar de reconhecer e cumprimentar pelo profícuo trabalho que V. Exª. desenvolveu na Secretaria Especial, nas políticas de integração e de igualdade racial, assunto de extrema importância, ainda continua de extrema importância para nós, e tanto é verdade que nós estamos com uma outra Co-

missão Especial para discutir o Estatuto da Igualdade Racial, que é de autoria do nobre Senador Paulo Paim, e de cujo Estatuto eu tenho a honra e a alegria de ser o Relator. Então, quer dizer, é muito importante que inicialmente a gente fale dessa importância da questão racial no Brasil, não é Senador? Então eu não posso deixar de dizer do trabalho profícuo, do trabalho gigantesco que V. Exª. fez à frente do Ministério.

Eu queria passar, agora, a palavra para o nobre Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Exma. Ministra Matilde Ribeiro, digníssimos senhores. O meu esforço, enquanto Relator, é não ter dúvidas na ocasião em que terei que elaborar o relatório. Então as perguntas aqui são no intuito de esclarecer pontos que foram vinculados pela mídia, alguns deles você aqui já pode esclarecer, mas eu vou fazer aqui um preâmbulo para depois, em seguida, fazer três perguntas, porque esse foi um fato muito explorado pela mídia.

Dos cento e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e nove centavos em despesas realizadas pela senhora no período de 30 de novembro de 2006 a 30 de novembro de 2007 com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, 74,5% ou cento e vinte e sete mil, setecentos e três e vinte e cinco centavos foram pagos à empresa Localiza, num total de noventa e nove transações realizadas no período. Os valores e a freqüência com que esses gastos eram realizados demonstram facilmente que eles "poderiam" ser enquadrados como eventuais e previstos, como determina a regra da utilização hoje dos gastos com locação de automóveis, mas foram feitos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal. Além disso, a recorrência na contratação de uma mesma empresa só reforça a tese de que poderia ter tido um processo licitatório. A partir do exposto, eu pergunto – e são três perguntas: a senhora não considera o valor de cento e setenta mil muito alto para um período de um ano, mesmo para uma Ministra de Estado? Por que a senhora não determinou a abertura de uma licitação no âmbito da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial para a contratação do serviço de locação de automóveis em nível nacional? Como explicar a contratação quase que exclusiva de uma mesma empresa no período?

SRª. MATILDE RIBEIRO: Obrigada, Deputado. O fato, em linhas gerais, já foi abordado por mim. Quanto às três questões, eu quero dizer a princípio que o uso de veículos locados fora de Brasília é uma prática comum em todos os órgãos de Governo, assim como também hospedagem e alimentação das pessoas que prestam serviços fora de Brasília, considerando que os Ministros e Ministras não recebem diárias para a realização do seu trabalho fora do Distrito Federal. Portanto, as despesas com estes itens são cobertas, considerando os tratamentos dados em cada um dos Ministérios. No caso eu já mencionei que houve um entendimento interno da SEPPIR, a partir de consultas feitas também a outros órgãos, de que o cartão poderia eventualmente ser utilizado para essas três modalidades mencionadas, e o montante, num ano de trabalho, tem que ser considerado a partir das necessidades e da missão do próprio órgão. Trata-se de um órgão [soa a campainha] em construção, trata-se de um órgão que exerce um papel intermediário na relação entre Governo e sociedade, numa relação próxima com os movimentos sociais e no processo de construção deste órgão são necessárias muitas reuniões com grupos, com pessoas, com personalidades, com instituições públicas e privadas e que em várias situações fazia-se necessária a presença da autoridade representando o órgão, no caso, a minha pessoa enquanto Ministra e agora, sem dúvida, o Ministro Édson Santos, como uma forma muitas vezes de legitimar processos de construção conjunta entre o Governo Federal e os setores que têm protagonismo nesta política. Então, o papel desta Secretaria, como um papel de articulação, exige que o representante da Secretaria esteja sistematicamente nas cidades brasileiras. Eu estive em 2007 em dezessete Estados, trinta e sete cidades e, com isto, cobri uma agenda possível naquele ano, considerando que a cada ano nós temos desafios novos, temos características específicas do trabalho. Certamente se fosse no ano de Conferência Nacional eu teria tido muito mais viagens do que as apontadas no ano de 2007. Portanto, não tem como termos julgamento de valor quanto ao montante apresentado no ano se considerarmos esta peculiaridade do órgão e da construção da política que lhes apresentei anteriormente.

Quanto à segunda pergunta, em relação à licitação, também quero reafirmar que esta Secretaria é um órgão em construção. Ela tem uma estrutura pequena, tem uma estrutura pequena em vários aspectos: quando falamos de pessoas, quando falamos de orçamento, quando falamos até propriamente em espaço físico. E naquele momento em que tomamos a decisão do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal não havia nenhuma possibilidade de montagem de uma licitação. Consideramos que isso deveria ser feito em entendimentos com os demais órgãos de Governo e, sem dúvida, a licitação, sabemos, é um processo necessário e um processo que tem que ser adotado pelos órgãos da estrutura de Governo. Mas, no nosso entendimento, a utilização do cartão corporativo

para essas três modalidades, a priori, não nos levaria a uma licitação, porque trata-se de uma demanda imprevista. A formatação da agenda não é possível de ser determinada num planejamento em janeiro para o ano todo, considerando esta peculiaridade de ser um órgão de articulação política. Então novos estudos devem ser feitos, novas referências devem ser criadas. No entanto, não houve nenhuma intenção de não ter uma licitação, considerando o cartão substituindo esta situação, e sim houve o entendimento da facilitação do trabalho a partir de uma agenda que não tem previsibilidade a longo prazo.

E, por último, no que se trata da empresa utilizada, o entendimento foi de que, dada a circunstância desta agenda que eu já mencionei a vocês, uma agenda múltipla e uma agenda sem previsibilidade absoluta, nós buscamos um serviço que respondeu à capilaridade nacional com a qualidade de um atendimento a uma autoridade do Governo Federal. Não houve, a priori, nenhuma intenção em relação à marca, ao nome, mas sim as respostas necessárias para o cumprimento da agenda já mencionada, além, também, de que deve se considerar que esta empresa mencionada é uma franquia, portanto, são CNPJs específicos em cada localidade, não havendo nenhum contrato nacional com esta empresa. Além do mais, as agendas foram construídas dentro da realidade de trabalho da Secretaria como uma forma de atendimento a demandas muito específicas, e as localidades onde a autoridade responsável pela Igualdade Racial deve estar nesse país são muitas vezes de difícil acesso, são muitas vezes em situações que não são comuns nas agendas dos demais Ministros. Por isso, também, a especificidade na necessidade de um serviço com esta capilaridade apresentada por esta empresa.

Creio que, com isso, tenha respondido as questões apresentadas pelo Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Circulou também a informação – e se teve acesso – em que em três casos as datas e horas da locação dos automóveis não coincidiram com a agenda divulgada pela Secretaria, pela SEPPIR. Como explicar, nesse caso, essa situação?

SRª. MATILDE RIBEIRO: De fato essa situação mencionada fez parte do relatório divulgado pela CGU. Em entendimentos com a SEPPIR nós demos os tratos a essa questão e eu posso aqui mencioná-las no que me recordo; no que não me recordo, obviamente, me coloco à disposição para outras tratativas.

Houve uma situação em que eu fui acionada pela Presidência da República para cumprir uma agenda no exterior em representação ao Presidente da República. Eu estava em Senegal, isto em abril de 2006, e consta duas locações de veículos neste mesmo período. As conclusões são as seguintes: eu fui acionada em tempo recorde para tratamento desta agenda fora do país, nesta representação, e não houve condições de cancelamento das marcações já feitas numa agenda que seria de continuidade de trabalho no Brasil. Este é um exemplo e, neste caso, com as considerações devidas a partir do apontamento da CGU, o valor pago por essas notas já foi por mim devolvido, como mencionei, considerando a lisura do processo. Então, com este exemplo, eu entendo que respondo à questão apontada pelo Deputado e também reafirmo a importância do trabalho e das tratativas com os órgãos de controle, conforme já foi mencionado.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Porque houve três casos em que a data e o horário da locação não coincidiram com a agenda, que foi o que V. Sª. acaba de relatar. Mas houve, em relação a automóveis, também um outro problema em que a Controladoria-Geral da União identificou dois casos em que foram alugados carros em horários e dias coincidentes, em cidades diferentes. Como o cartão de pagamento só poderia fazer o pagamento para carro para uso exclusivo da Ministra, nós tivemos o cartão alugando dois carros em cidades diferentes e no mesmo dia. Como explicar esta situação?

SRª. MATILDE RIBEIRO: Creio que na agenda de qualquer Ministro ou Ministra ocorrem situações freqüentemente de estarmos numa cidade de manhã e em outra à tarde ou até mesmo em outra noite. Isso é muito comum na agenda de parlamentares, de Deputados Federais, de Senadores, de Ministros, de pessoas que exercem vida pública, considerando a representação que temos das nossas instituições. Eu posso apontar, diante do relatório da CGU, uma situação que fui indagada e que encontramos uma justificativa que inclusive foi aceita como válida, considerando o trato da agenda. Houve uma situação no mês de novembro e novembro, para a informação de todos, é um mês bastante intenso na agenda da Igualdade Racial e também na agenda da política para as mulheres e o entrosamento que têm entre essas duas temáticas. Nós temos duas datas muito significativas que são o dia 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra – e o dia 25 de novembro – Dia Internacional Contra Todas as Formas de Violência. Este mês é um mês que quem trabalha com a questão de gênero, com a questão racial, trabalha arduamente, assim como também o mês de maio, considerando a data do 13 de Maio, o Dia da Abolição da Escravidão no Brasil. Estas agendas são típicas destes órgãos que atuam neste campo. Bom, o caso que eu fui indagada pela CGU, que responde à questão que o Deputado está

tratando, não vou aqui me recordar o dia exato, mas foi em novembro, foi uma situação em que eu de manhã saí do Rio de Janeiro para uma agenda em São Paulo no período da manhã até a hora do almoço, seguida de uma agenda no Rio Grande do Sul no período da tarde para noite, e coincidiu de num período do dia eu estar em vôo para o Rio Grande do Sul e o carro estar me esperando no aeroporto. Então coincidiu, houve sobreposição de horários na nota fiscal. Quando indagada sobre essa questão, nós fizemos todos os cálculos devidos em relação aos deslocamentos e ao cumprimento das agendas e justificamos, perante a CGU, que era natural que isso acontecesse, considerando três lugares distantes num mesmo dia. Então, também, quero aqui, como acréscimo, dizer que também fui indagada em outras situações relativas a esse mesmo tema e chegamos à conclusão que em algumas situações houve algum choque de horário, considerando, inclusive, a nossa realidade de atrasos de vôos no país. Então são situações que foram dialogadas a partir das indagações da CGU e acatadas como próprias da agenda de representação pública.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu tenho mais duas perguntas. Uma delas é que a CGU notificou V. Sª. para que devolvesse aos cofres da União dois mil, oitocentos e treze reais e trinta e cinco centavos. Qual é a análise que V. Sª. faz dessa situação? A CGU foi muito rígida na análise ou a equipe que na Secretaria tinha a função de checar esses dados foi muito, eu diria, desatenta com a rigidez da norma da CGU, quer dizer, não houve um número muito elevado de falhas na equipe que tinha a função de zelar por essa prestação de contas que acabou prejudicando, inclusive em situação que levou à demissão de V. Sª.?

E, para terminar, dizendo que desta experiência com os Cartões de Pagamento do Governo Federal, com tanta notificação, com tanta justificativa que teve de prestar, se tem de sua parte alguma sugestão a essa relatoria no sentido de que possa transformar o dia-a-dia da utilização desse cartão mais eficiente, se há alguma sugestão a apresentar.

SRª. MATILDE RIBEIRO: Desde o momento do meu pedido de demissão e da avaliação que foi colocada em prática a partir da Controladoria-Geral da União, em conjunto com a Casa Civil, nós entendemos que os resultados desta avaliação deveriam ser mediados entre a SEPPIR e os órgãos de controle. Todas as vezes que eu fui procurada, que eu fui indagada, eu procurei responder a partir dos princípios que eu já apresentei aqui para os senhores, de ter a consideração da natureza do órgão, da multiplicidade das funções deste órgão em construção e do uso do cartão para as três modalidades apresentadas. Eu já disse também, na minha fala inicial, de que a decisão de devolver ao erário público quantias que numa avaliação rígida estavam sendo apontadas como irregulares ou questionáveis, não significa por abaixo esses princípios apresentados e sim significa uma consideração da importância da lisura no trato da coisa pública, assim como a garantia de tratamento público a essas questões, considerando a dimensão que o fato tomou. Repito: não houve má-fé neste tratamento. A devolução das quantias identificadas como não levadas em consideração no controle interno, elas levaram em consideração as três modalidades apresentadas e, no caso, quando fui indagada sobre essas questões me coloquei à disposição de ir a fundo, de entender todo o processo de trabalho deste órgão em construção e também de minuciosamente responder as questões apresentadas pela CGU que foram colocadas em relação à análise das horas extras dos motoristas dentro da locação do veículo, também em relação à alimentação, considerando que em situações eventuais foram tratadas como necessidade de trabalho, inclusive da cobertura da despesa da pessoa que me acompanhava. Por fim, o dinheiro devolvido foi produto de uma análise que não significou um ato intencional mesmo por parte da equipe interna da SEPPIR, e, com isto, considero que nos colocamos quites com a administração pública, considerando, inclusive, as recomendações pró-futuro.

E aí, nesse sentido, comento em relação a sugestões no uso do cartão corporativo. Primeiro quero dizer que é uma ferramenta importante para o exercício da administração pública, uma ferramenta que leva a uma transparência no seu uso, até em nome disso que estou aqui, e uma ferramenta que possibilita o controle e a eficácia da administração pública. Portanto, uma ferramenta necessária. Em relação à SEPPIR, especificamente de tudo que nós comentamos aqui fica o desafio para encontrar, dentro da sua estrutura, uma forma de garantia de licitação a partir desses cinco anos de construção, isso não seria possível no primeiro ano, nós estamos falando de cinco anos, mas de garantir uma maior previsibilidade na agenda considerando o estágio da política. Hoje nós temos as ramificações construídas, nós temos o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial como uma forma de diálogo com a sociedade civil de maneira sistemática, o que não isenta a presença da autoridade pública na ponta. Nós temos o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, que permite um diálogo com as administrações estaduais e municipais, com gestores similares ao papel de Ministro, de Ministra, o que não isenta a importância da presença da autoridade nos Municípios e nos Estados. Nós temos vários projetos

em andamento que trazem para dentro da política espaços importantes da nossa vida cotidiana no que diz respeito à promoção da igualdade racial. No início, em 2003, 2004, 2005, isso era horizonte; hoje, isto é realidade. Então, torna-se mais possível a previsibilidade de ações gerais; portanto, torna-se mais possível a execução de uma licitação para esses e outros serviços considerando a orientação feita.

Um outro aspecto também apontado pelo próprio órgão de controle, pela CGU e pela Casa Civil está também na importância de novos estudos em relação aos desafios da representação pública como, por exemplo, as regras no que diz respeito a momentos em que temos que ter, em horários de trabalho, uma ou mais pessoas e que na função de representação pública podemos ter a necessidade de pagar a refeição para uma ou mais pessoas. Isso está apontado no relatório da CGU.

E, por fim, quero dizer a todos os presentes que o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, adotado pela SEPPIR, teve uma finalidade, que foi a finalidade de tornar factível, de tornar possível, de efetivar a Política de Promoção da Igualdade Racial. Em nenhum momento a utilização desse cartão foi para fim pessoal próprio ou de outrens. Nesta situação eu considero extremamente importante que estejamos aqui reafirmando tanto a Política de Igualdade Racial quanto aos mecanismos necessários para que a administração pública aconteça, como o caso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Asseguro que as questões que foram colocadas a público, que colocaram em evidência o trato dado ao cartão e muitas vezes questionando a mim, pessoalmente, estão sendo aqui respondidas por mim a partir de uma compreensão da necessidade da construção de uma política nova no Brasil. Portanto, muitas das coisas vivenciadas por mim na qualidade de Ministra nestes cinco anos não estavam previstas nem na minha agenda de trabalho e nem na agenda de qualquer autoridade pública, sejam parlamentares ou gestores. Nós fomos, muitas vezes, aprendendo fazendo dentro de uma compreensão de construção de um trabalho necessário para a democracia e para a justiça em nosso país. Muito obrigada.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu passo a palavra aqui ao Presidente e se houver necessidade, enquanto Relator, eu retorno a usar a palavra no decorrer da audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Eu passo a palavra, agora, ao Deputado Vic Pires, como autor do requerimento. V. Exª. tem cinco minutos para as suas perguntas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Srª. Ministra, Sr. Presidente. Eu aprendi na minha vida, desde criança, a tentar chegar em casa à noite e colocar a minha cabeça no travesseiro e dormir. Eu tenho feito isso durante toda a minha vida. Tem uma frase do Mário Lago que dizia: "procurei viver a minha vida errando pouco". Todo mundo erra. A senhora foi Ministra da Igualdade Racial e eu lembro de uma música, quando todos nós aqui éramos rapazinhos, do Stevie Wonder – Deputado Vicentinho, eu tenho muito orgulho de ser seu colega, saiba disso – e a música se chamava *Ebony and Ivory*, que era o ébano e o marfim vivendo em perfeita harmonia no piano, eram as teclas do piano, que era o negro e o branco, que para mim não faz diferença nenhuma, somos todos iguais. A música diz também, um trecho, "nós todos sabemos que as pessoas são iguais, existe o bem e o mal em todos nós". Então quanto a isso, Ministra, a senhora fez um grande trabalho. Eu não tenho nenhuma pergunta para lhe fazer. A senhora já deu os esclarecimentos necessários, as investigações estão na CGU, a senhora mesma acabou de falar. Eu quero parabenizar ao Relator que fez as perguntas que todos nós aqui gostaríamos de ouvir, a senhora respondeu.

Agora o que eu queria lhe dizer, Ministra, com toda a pureza d'alma, de coração. Quando a senhora saiu do Governo, eu acompanhei pela imprensa, não existia CPI, o Presidente Lula foi muito carinhoso com a senhora, muito carinhoso depois da sua saída, quando a senhora já não era mais Ministra, e a senhora foi a única, em toda essa história, que caiu. A senhora teve que sair do Ministério fazendo um trabalho ou interrompendo um trabalho que a senhora estava fazendo. O Governo não lhe deu a mão. O Governo poderia lhe dado a mão naquela hora, na hora certa. "Matilde, quem cá, vamos ver em que tu erraste, onde foi o teu erro; errar é humano. Conserta, vamos ajeitar perante a opinião pública", como Ministro Orlando Silva ontem devolveu e está esperando que as devoluções que ele fez, se elas serão julgadas e um dia ele vai ser ressarcido ou não. Se senhora não teve culpa no cartório por dolo, continuava como Ministra. Era isso que eu acho que o seu Governo deveria ter feito.

A gente vive uma vida política, principalmente na política, Presidente, que se homenageia sempre os mortos. Os vivos, não. A gente joga pedra, não presta porque é de outro partido, não serve porque é oposição. Eu sou oposição sim ao Governo Lula, vou continuar sendo oposição sim ao Governo Lula. Eu tenho muita honra de ser do Partido Democrata, mas isso não me autoriza a ser o dono da verdade ou de achar que [soa a campainha] todos estão errados. Acho que o Governo deveria ter sido, naquele momento,

companheiro, esse companheiro que se fala tanto no PT, companheiro, companheiro, companheiro. O Governo não foi seu companheiro, Ministra. O Governo deixou a senhora sair. Hoje a gente vê esse escândalo crescendo, crescendo e todo mundo sendo blindado. Maria Soledad, sei lá quem é, está blindada, ninguém deixou ela vir para cá. Eu estou sozinho aqui agora da oposição. Ninguém deixou a D. Soledad vir para cá e dizer como foi feito o tal dossiê. Para falar da Ministra Dilma, que a gente está cansado aqui, eu já durmo à noite, quando eu durmo, é Dilma, Dilma, Dilma, Dilma [risos]. A Ministra Dilma também – é verdade, que coisa, é pesadelo, não é? É um pesadelo. Mas é Ministra Dilma, Dilma, Dilma, não vem aqui. A outra qual é? É a Eurenice Guerra. Quem é Eurenice Guerra? Não vem aqui também. É uma blindagem total. A senhora está aí sentada. Por isso eu não vou lhe fazer perguntas. Eu posso ser criticado pela imprensa, não interessa, mas eu fiquei aqui, sozinho, da oposição. Vou continuar sendo a oposição, o Presidente Lula vai continuar sendo Presidente, eu não estou aqui para derrubar o Presidente Lula, de jeito nenhum. Ele foi eleito por uma grande maioria da população e que ele continue lá.

Agora o que eu vejo hoje, eu tenho respeito por V. Exª., Deputado Paulo, aprendi aqui, não lhe conhecia antes, é um outro PT. Com um respeito muito grande ainda àqueles que sobraram e que têm aquele sangue do PT, que pegava o seu filho de manhã, com a bicicleta, com aquela bandana na cabeça, com aquela bandeira e saía para mostrar que tinha a honra de ser PT, não existe mais isso hoje, eu não vejo. Pode até ser que exista, meu Senador, pode até ser que ainda exista, com certeza, eu achava muito bonito quando jornalista. Falei ontem daquele paciente que acordou depois de um acidente lá em 2003, ele acorda hoje de um coma, Senador. Como que ele vê o PT? "Meu Deus do céu, que mundo é esse? Não é o PT que eu conheci". O PT que jogava baladeira, quebrava vidro, dizia que ninguém prestava, olhava o Vic na esquina e dizia: "indicia, mata, atropela e prende". Hoje o PT é uma serenidade que mais parece--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Deputado, para encerrar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): -– Eu tenho cinco minutos, mais os cinco minutos dela e mais dois ou não?

Eu estou elogiando a Ministra e vocês vão querer me cortar também? [risos] Aí é melhor enrolar a bandeira realmente, fazer igual o corneteiro--

Ah sim, o corneteiro do Pirajá, porque é verdade. O que eu estou falando aqui é de coração. Eu aprendi que a gente tem que ouvir a voz que vem do coração. Fiquei aqui numa dúvida cruel, mas estou falando com o que vem do meu coração: esse PT não é o PT de anos atrás, não é o PT que eu conheci como Jornalista lá no passado. Mas isso serve de lição para vocês, de uma hora vocês estão do outro lado, aí jogam baladeira, pedra, ninguém presta, ninguém presta. Agora no Governo vocês estão querendo que nós da oposição achemos que vocês prestam, de cabe a rabo, quando não é verdade. Tem muita gente valorosa nesse Governo, mas tem muita gente que não. É igual à música do Stevie Wonder, *Ebony and Ivory*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É do Paul McCarteny.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Stevie Wonder, Paul McCarteny, o importante é que a música existe e ninguém vai dizer que é um dossiê [soa a campainha]. Já é para eu acabar?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Já.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas e os meus cinco minutos?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Os seus foram ocupados, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então eu vou deixar a Ministra falar cinco minutos e falo os meus dois.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Mas não há necessidade, fala mais dois minutos então que aí completa nove.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu nunca vi um negócio desse, é um patrulhamento que eu nunca vi. Foi até bom que o meu Líder do Governo chegou, perdeu o que eu estava falando aqui, mas eu até deixo os meus minutos para ele falar, já que V. Exªs. estão preocupados que eu fale alguma coisa, que eu saia do *script* [risos]. Mas tudo que eu falei é de coração. Saiba disso, Ministra. Responda na CGU hora, responda no TCU, responda o que a senhora tem para responder e continue seguindo de cabeça erguida com a sua consciência [soa a campainha]. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Passo a palavra, agora, ao Deputado Maurício Quintella, porque os que se inscreveram aqui antes estão ausentes. Cinco minutos para V. Exª.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu não vou precisar de tanto não, Presidente. Eu quero, primeiro, parabenizar a Ministra Matilde pelo grande trabalho que fez à frente da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Eu assisti de perto, não é, o resultado das políticas afirmativas iniciadas pelo Ministério, pela Secretaria, fui Secretário da Educação em Alagoas, que é terra

do Zumbi dos Palmares, que tem um movimento social forte, acompanhei enquanto Secretário de Educação a luta pela aprovação da Lei que instituía nos curriculuns escolares a história da África e a história da cultura da África. Lá em Alagoas criamos, em parceria com o Ministério, o Primeiro Fórum Estadual da Identidade Negra na Escola, onde a gente trabalhava a questão da igualdade dentro da escola municipal e da escola estadual. Alagoas é terra de quilombolas também, então eu queria parabenizá-la e aqui demonstrar a minha admiração pelo trabalho de V. Exª., e pela coragem num momento difícil como esse. A minha leitura é diferente. Eu acho que o Governo Lula, primeiro, não exonerou a senhora. Eu acho que é uma honra trabalhar num Governo que criou uma Secretaria como essa, que priorizou a Política de Promoção da Igualdade Racial e não tenho dúvida de que a senhora também deve pensar da mesma forma.

Quero aqui demonstrar o meu apoio a V. Exª. em dois momentos. Primeiro que a senhora teve o desprendimento do cargo, colocou a política da igualdade em primeiro lugar. Na hora que a senhora é atacada, toda a política, todo o movimento é atacado. Se afastou e foi se defender, o que está fazendo aqui hoje com muito brilhantismo. Esse que é o fato principal. O caso do Presidente Lula aceitar essa decisão de V. Exª. é uma questão de foro íntimo de Governo. Eu não tenho a menor dúvida de que o Presidente também, da mesma forma que nós entendemos, que eu tenho certeza que o movimento entendeu, o movimento está aqui nessa CPI lhe dando todo o apoio, o Presidente também faz essa leitura. A senhora se depreendeu, se sacrificou, acho até que se penalizou muito mais do que deveria em respeito ao Governo e em respeito à Política de Igualdade. Então, por essa razão, eu queria lhe parabenizar. A gente não vê isso todo dia no Brasil não. Muita gente, às vezes, muita gente se agarra ao cargo com força e não mede muitas vezes a conseqüência que isso tem para um Governo, para o Executivo, para a política que um Ministro ou que um Secretário de Estado representa e às vezes só pensa em si, na sua história pessoal.

E outro momento fundamental foi essa vinda aqui a essa CPMI, coloca de forma muito sincera, muito clara a forma como utilizou o cartão. A legislação, ficou claro aqui nessa CPI, ela é extremamente nebulosa, ela induz aqueles que são responsáveis pelo manuseio desse equipamento que é novo ainda, desse instrumento que é novo ainda. Induz a erro e nós temos a CGU exatamente para corrigir esses erros, para a partir do seu controle orientar aqueles que estão fazendo uso do cartão da melhor forma possível. V. Exª. identificou [soa a campainha] que tinha cometido um erro e corrigiu, corrigiu e devolveu. Me parece que com isso, não é, sana o problema. Eu não vejo nenhum dolo na utilização desses cartões. E nas demais oportunidades em que foi questionada também justificou.

E aqui também quero dizer que, quando a CGU esteve aqui, disse claramente, mostrou que das cento e duas denúncias divulgadas pela imprensa, apenas quatro tinham procedência e que eram denúncias que realmente não poderiam ser corrigidas.

Portanto, parabéns a V. Exª., eu acho que V. Exª. sai daqui absolvida por essa Comissão, absolvida principalmente pelo Brasil e pelo que é mais importante, pelos movimentos sociais e pelo movimento negro que a senhora representou tão bem. Parabéns pela sua explanação.

SRª. MATILDE RIBEIRO: Obrigada.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Deputado Henrique Fontana, pedido como Líder.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): Sr. Presidente, nobre Relator e querida companheira e sempre Ministra Matilde. Eu vou ser rápido, mas fiz questão de estar aqui porque as coisas que nós temos debatido nesta CPMI têm nos permitido analisar mais profundamente a forma como em alguns momentos tem se dado o debate político no nosso país. Quero dizer, Ministra, que não pude estar aqui para lhe ouvir, mas tenho o relato porque tinha assessores acompanhando, assim como tenho colegas Deputados, o Paulo Teixeira acaba de me relatar alguma das questões que a senhora colocou aos membros da CPI e ao país que acompanha esta Sessão, e o que nós percebemos de novo neste caso, como percebemos ontem quando ouvimos o Ministro Orlando, é que tanto a senhora como o Ministro Orlando agiram na mais absoluta legalidade e adequação para um gestor público comprometido com a boa gestão das contas públicas. E o que nós percebemos é que a oposição, ao se defrontar com aquilo que pode ter sido um erro administrativo, um engano, tratou de transformar este tema num motivo para a pré-condenação, sem o direito de defesa. Isto é o que mais me impressiona no ambiente político que nós estamos vivendo. Se pegam um tema, algum dado descontextualizado, não aprofundado e não estudado, se utilizam daquele dado e se passa à acusação frontal contra uma determinada pessoa, contra uma determinada liderança, contra um Ministro, contra um Deputado ou contra qualquer situação. E eu, ontem, pedi aquilo que eu vou insistir em pedir hoje: o nosso país precisa recuperar um dos direitos fundamentais que qualquer democracia assegura a qualquer um, que é o direito à presunção da inocência. Ninguém será condenado pela opinião

de um adversário político. Isso é muito grave quando a gente entra neste tipo de ambiente.

Segunda questão, Ministra Matilde, e eu insisto em lhe chamar assim porque para mim você sempre será Ministra do nosso Governo, e eu quero dizer em nome do nosso Governo, de toda a nossa base, que V. Exª. fez um trabalho do qual nós nos orgulhamos enormemente. O Governo Lula e o Brasil têm enorme orgulho do trabalho que V. Exª. coordenou no Ministério, que assim é chamado hoje, da Igualdade Racial, por diversos motivos. O primeiro porque V. Exª. teve a honra de iniciar um processo porque o Presidente Lula teve a coragem de decidir que este assunto do enfrentamento da desigualdade racial no país merecia esta estatura. Isso é a primeira coisa que nos orgulha. E não foi por nada que ele escolheu a V. Exª. para exercer a coordenação desses trabalhos, com uma equipe excelente, e que inclusive parte dela está aqui hoje acompanhando essa nossa Sessão.

Segunda questão, que tudo aquilo que V. Exª. fez à testa desse Ministério nos orgulha e muito e é reconhecido no Brasil inteiro, que aqui eu estou falando da minha experiência como Deputado Federal e hoje [soa a campainha] Líder do Governo – e eu vou concluir, Presidente – de andar em muitos lugares e de ouvir ou de ver com os meus próprios olhos – o que é muito melhor – as mudanças efetivas que estão ocorrendo no tratamento da luta que qualquer sociedade que se quer democrática tem que fazer para combater a desigualdade racial. Eu tenho hoje a enorme satisfação de participar de muitos debates defendendo a idéia da ação afirmativa no ingresso, por exemplo, de jovens brasileiros às universidades. Isto é algo que tem muito a ver com o seu trabalho e nós vamos continuar este trabalho. Eu quero dizer que quando eu ouvia – e eu quero fazer talvez aqui um desabafo que a senhora não tenha como fazer pelo momento que vive hoje –, quando eu ouvia muitas vezes as falas irônicas da oposição, carregadas de preconceitos, Senador Paulo Paim, dizendo: "mas como é que é? A Ministra então pagou no *freeshop* um gasto com o cartão de gasto do Governo?" Ora, qualquer pessoa de bom senso sabe que isto seria muito mais a probabilidade de um engano, como de fato foi o que ocorreu, do que uma intenção de lesar o patrimônio público por parte de alguém que tem história e muita história para ser analisada antes de fazer uma acusação irônica e preconceituosa como essa. Então fica aqui o nosso desagravo, porque todas as coisas que nós ouvimos e que hoje caem por terra, porque a sociedade brasileira já sabe que evidentemente o que ocorreu ali foi um engano, e que essas acusações do jeito que são feitas, eu insisto com aquilo que eu colocava ontem aqui, elas são feitas para espetacularizar um ataque a um trabalho de enorme consistência e qualidade que estão sendo feitos e especialmente focado numa idéia de que parte da oposição insiste em fazer que é a tentativa de criminalizar o Governo Lula permanentemente--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Para encerrar, Deputado.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): --na base da acusação – e eu concluo, Presidente –, como esta agora em que alguém levanta a hipótese de que tem um dossiê, o outro transforma isso numa realidade e o terceiro sai acusando como se isto fosse uma realidade inconteste. Não, nós queremos dados, investigações republicanas e equilibradas sem nenhum tipo de preconceito, sem proteção a ninguém e sem perseguição a ninguém. Por isso que nós vamos continuar dizendo nesta CPI e em todos os lugares que possamos falar duas coisas, Presidente – e eu encerro com isso, duas coisas: 1) Ninguém vai criminalizar qualquer membro do nosso Governo sem uma prova cabal de que tenha ocorrido alguma ilegalidade que seja um crime; 2) Ninguém vai transformar a idéia que alguém teve de que era importante disseminar a idéia de dossiê em realidade. Eu, aliás, eu quero ouvir o Senador Álvaro Dias contar para nós de quem ele recebeu os dados que ele chama de dossiê. Eu já disse isso ontem e repito hoje aqui, vou repetir muitas vezes.

E, por fim, Presidente, nós vamos continuar dizendo que beira ao ridículo a idéia da oposição de fazer duas CPIs para o mesmo assunto. Sabe o que vai acontecer, Presidente? Veja os brasileiros que estão acompanhando. A Ministra veio aqui hoje, deu todos os esclarecimentos, respondeu perguntas do Governo, da oposição, todas elas. Aí a semana que vem, pela idéia da oposição, ela deveria vir aqui para repetir as mesmas respostas. Isso beira o ridículo, fora o desperdício de dinheiro público que isso significa. Então nós vamos denunciar, se a oposição quiser instalar nós vamos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para mostrar ao Brasil que é um desperdício de dinheiro público isso e para efetivamente denunciar aquilo que eu considero uma forma de fazer luta política--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Conclua, Deputado.

DEPUTADO HENRIQUE FONTANA (PT-RS): -– absolutamente inadequada. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Passo a palavra para o Deputado Indio da Costa.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Não estou seguindo aqui o critério de suplente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito obrigado, como foi acordado com a Presidente. Mas é importante aqui a presença do Líder, eu gostei muito de ter ouvido o Líder do Governo falar agora, porque é inacreditável a capacidade desse partido de distorcer as informações, distorcer os fatos e fazer com que verdades mentirosas se tornem realidade. Foi o que ele acabou de dizer que a oposição está fazendo. Na realidade a Ministra Matilde – e assim vou tratá-la – foi exonerada do Governo pelo próprio partido, pelo próprio Governo. A oposição não exonera ninguém. Aliás, nós não nomeamos e nós não exoneramos, e em geral quando a oposição critica fortalece a posição dessa pessoa no Governo, o que significa que ela está sendo fiel e correta com aquela linha política ou com aquele Governo.

O que há aqui, Ministra, eu quero nesse momento me colocar aí do seu lado, como se eu estivesse na sua cadeira. Há de fato um equívoco, há um erro administrativo e que ele pode ser classificado como fragmentação de licitação, como foi ontem com o Ministro Orlando Silva que continua no Governo como Ministro, que fez a mesma coisa que a senhora fez também, fragmentou gastos para justificar uma não licitação. Claro, para quem não é estudioso no serviço público, não entende de gestão pública, não é formado nessa área, enfim, não tem preparo nesse área, pode até dizer: "não, isso é um engano, é um engano; gastei, não podia ter gasto e tal, eu estou aqui devolvendo o dinheiro". O Ministro, enfim, tinha dinheiro aplicado, pegou o dinheiro dele do Banco do Brasil e ressarciu. A tapioca de oitenta e trinta custou trinta e quatro mil reais, por isso que ontem eu falei aqui e o pessoal falou: "ah, Deputado, não diga isso", mas custou caro essa tapioca, era oito e trinta e passou a custar trinta e quatro mil. Agora vamos ver se ele vai ser ressarcido ou não daquilo que ele ressarciu aos cofres. Mas o fato aqui é o seguinte: há uma utilização errônea desses cartões, e não foi só da senhora.

Agora eu vou lhe dar uma boa notícia. Chegou aqui na Câmara de Deputados, no Congresso Nacional, ontem, uma série de dados dos cartões corporativos de 2001 até 2008, todos eles, menos aqueles que são os sigilosos. Quero lhe dizer que eu estou com uma equipe de auditores estudando e analisando esses dados e vou provar aqui nessa CPMI e para o país que há fragmentação de licitação pelo menos em 30% desses cartões, de onze mil e quinhentos cartões. São mais de três mil pessoas ou três mil cartões, que uma pessoa às vezes tem dois ou três cartões, o que significa dizer que há razões dessas CPMI estar existindo sim, há razões da oposição estar fazendo crítica e quero lhe dizer o seguinte: eu tenho trinta e sete anos, não sou tão jovem assim, mas já sou de uma geração em que Esquerda e Direita não são tão importantes, digamos assim, como era há cinqüenta, setenta, cem anos atrás, em que se discutiam muito essas questões. Eu estou mais no problema/solução. Tem um problema, qual é a solução? Há um problema aqui. Qual é o problema? Os cartões estão sendo utilizados de maneira errada. Tem uma Portaria do Ministério da Fazenda, Portaria 95, de 2002, em que ela define que o cartão pode ser utilizado excepcionalmente – e aí diz lá quais são as funções, enfim, as regras, inclusive o valor, até oitocentos reais. Na hora que se paga um mesmo hotel acima de oitocentos reais, teria que ser uma outra forma. Pode ser por suprimento de fundo, pode ser por uma outra forma. Por isso que eu lhe digo: pode haver em muitos casos, e certamente há, erro de formalidade, o que não significa dizer que o Congresso não deva, então, ter acesso às informações que o Tribunal de Contas da União têm, porque é órgão subordinado ao Congresso.

Nesse momento o que nós estamos vendo aqui é uma operação abafa do Governo, inclusive em cima do Tribunal de Contas da União. O Democratas está tendo que entrar [soa a campainha] no Supremo Tribunal Federal para ter as informações que aqui a CPMI bloqueou e nós precisávamos perder aqui para podermos recorrer ao Superior Tribunal Federal, que é o que inclusive estamos fazendo, mas quero dentro do meu tempo ainda, e finalizando aqui a minha fala, lhe dizer o seguinte, Ministra: nós encontraremos diversos casos similares ao seu, como já encontramos alguns, inclusive, o do próprio Ministro Orlando Silva, onde há a questão da fragmentação como há também no seu caso. Nós vamos encaminhar depois tudo isso, não só aqui dentro da CPMI, mas também ao Presidente Lula para que ele tome as devidas providências, porque se a senhora foi utilizada de bode expiatório para poder encobrir a sujeira para debaixo do tapete nós vamos provar agora que há problemas muito maiores e eu gostaria, nesse momento, de me colocar do seu lado e pensar o seguinte: se foi um erro, se foi um engano, o que o Governo vai fazer com os outros que não foi por erro e não foi por engano, que inclusive são concursados?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): A Ministra quer falar alguma coisa? Eu passo a palavra, agora, para o nosso nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente dessa Comissão, Deputado Antônio Roberto, é com

satisfação que estarei com V. Exª. hoje à tarde onde estaremos debatendo o Estatuto da Igualdade Racial e V. Exª. é o Relator. Deputado Luiz Sérgio, Relator dessa Comissão, minha querida sempre Ministra Matilde Ribeiro e me refiro também ao Dr. Luiz José Bueno, o Advogado que está cuidando da sua assessoria nessa questão.

Ministra, primeiro eu queria dizer que eu conheço a sua história, eu conheço a sua vida. V. Exª. pode ter certeza que para nós, negros, nada é fácil nesse país. V. Exª. é de infância pobre, mulher e negra. Eu diria três vezes, infelizmente, devido à realidade desse país, discriminada. V. Exª. se preparou, V. Exª. estudou, V. Exª., eu diria, que hoje é uma intelectual que muito orgulha a comunidade negra. Eu tive a alegria, talvez de muitos que pré-julgaram a V. Exª., de viajar com V. Exª., saber o que é de fato uma comunidade quilombola, casas como a gente fala de pau a pique, onde o chão é de barro, onde a água é tomada do rio. Nós sabemos e V. Exª. aqui lembrou que são cerca de três mil e quinhentas comunidades quilombolas. V. Exª. andou por esse país. V. Exª., por ser a primeira Ministra da Secretaria Especial da pasta criada pelo Presidente Lula, a SEPPIR, conseguiu, no seu Governo, fazer que cerca de dois bilhões de reais sejam investidos num projeto para a comunidade quilombola. Eu quero dizer para V. Exª., nessa minha rápida saudação, Ministra, que eu tenho muito orgulho de ter andando com V. Exª. e dizer que se V. Exª., por ventura, na sua pasta, houve um equívoco como aqui foi falado, V. Exª. de pronto tomou a posição que entendeu mais correta em nome do nosso povo, em nome da nossa gente. Não só afastou dois funcionários que, infelizmente, também se equivocaram, como renunciou ao seu próprio cargo. V. Exª. não foi pressionada. Eu diria que V. Exª. honra muito as tradições dos filhos de Dandara, dos filhos de Dandara e Zumbi dos Palmares. Os três filhos de Zumbi foram assassinados e depois é que ele foi assassinado. Dandara disse: "não, não vou para o cárcere, prefiro então a morte". V. Exª., em nome de um projeto, em nome da sua causa, talvez que muitos não entenderam, e eu conversei com V. Exª., antes mesmo da renúncia, e V. Exª. foi muito firme: "Paim, eu renuncio em nome do projeto".

Eu quero dizer para V. Exª. que vi aqui mesmo parlamentares da oposição homenagear V. Exª. O Deputado Vic, se não me engano, fez aqui uma bela fala sim de saudação a V. Exª., disse que não conhecia V. Exª., e aqui, pela exposição feita por V. Exª., no meu entendimento fez aqui considerações elogiosas à sua história, à sua vida e pelo momento que V. Exª. atravessou.

Termino dizendo, pode ter certeza que V. Exª. continua sendo sempre uma grande líder da comunidade negra. Se o equívoco aconteceu, a resposta foi de imediato. Eu saio daqui muito tranqüilo, muito satisfeito. Eu que não participo de CPI nenhuma, mas fiz questão que o meu nome fosse colocado aqui, porque eu queria vir hoje aqui participar desse debate. Quero dizer com toda a gentileza que o momento me permite que falei com alguns Senadores da oposição e eles me disseram: "Paim, nós entendemos a caminhada, a luta e a vida bonita da Ministra; por isso nós não estaremos lá em maioria porque não temos o que interpelar". Em resumo, parabéns Ministra. É muito bom estar aqui com V. Exª., a comunidade negra se orgulha de ter líderes como a senhora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Srª. Ministra Matilde, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras e todos os presentes aqui nesta manhã, Senador Paim.

Ministra Matilde, amanhã a imprensa vai publicar as explicações de V. Exª. As explicações que V. Exª. nos deu no dia de hoje são explicações muito importantes e aí inicio dizendo que a vinda de V. Exª. aqui foi muito importante, porque V. Exª. exerceu um direito que é o direito de defesa e pode dar aqui as explicações que são as explicações da vossa conduta. Tem uma música do Chico Buarque que ela termina assim: "ninguém notou, ninguém morou na dor que era o seu mal, a dor da gente não sai no jornal". Eu espero que amanhã a imprensa brasileira possa dar todos os esclarecimentos das inúmeras linhas que foram escritas em relação a V. Exª., mas que V. Exª. pode dar as explicações aqui porque o que está aqui em debate, o que está em discussão é a seriedade, o trabalho, a sua história, e hoje, no dia de hoje, V. Exª. mostrou que tem uma história brilhante, um trabalho exemplar e uma seriedade que é passível de uma admiração de todos nós.

Eu quero falar um aspecto importante da sua história. Talvez de tudo o que o Presidente Lula tenha feito, e aí, Deputado Vic, se aquela pessoa que entrou em coma, há vinte anos, agora voltasse à consciência e essa pessoa era PTista, vai ficar orgulhosa do trabalho do Presidente da República: vinte milhões de pessoas que saíram da miséria e assumiram, ascenderam a classe média, vinte milhões. E nessas vinte milhões de pessoas certamente um grande contingente de negros sai da miséria e vai para a classe média. Essa luta é uma luta importante. O Deputado Vicentinho outro dia estava, eu estava também, nós fomos na formatura da Universidade de Palmares, a Deputada Janete também, 100% da turma de negros.

O Deputado Vicentinho foi o primeiro membro da sua família a se formar na universidade. Eu não conheço a história da Deputada Janete... Também é a mesma? Esse país está mudando e uma classe média negra se constitui e uma classe média negra vai à universidade, enfim, essa história foi construída por muitas pessoas. O Deputado Vicentinho contribuiu decisivamente, a Deputada Janete, o Deputado Paim, o Deputado Carlos Santana, outros que estão aqui. Agora eu quero dizer, Ministra Matilde: V. Exª. escreveu com letras garrafais parte dessa história brasileira. Seja nos quilombos, seja na classe média negra, seja no futuro desse país. Esse país mudou. Então aquela pessoa que entrou em coma em 2003 pode ter orgulho do que o seu partido fez, o Partido dos Trabalhadores, em 2007. Nos acertos e nos erros. Nós erramos também. V. Exª. quando diz que muitas vezes a gente foi açodado, nós fomos açodados. Por exemplo, eu discuto aqui quebra de sigilo, eu faço uma autocrítica. Eu levantei aqui o tema do açodamento nosso em algumas CPIs no passado e é por isso que a gente quer zelar pelo rito na quebra de sigilo aqui nesta CPI. Quando V. Exª. fala do dossiê, ontem foi dado um passo decisivo: o Governo Federal pediu a Polícia Federal a entrada para o esclarecimento desse fato do dossiê. Mostra vontade política. Nós queremos o esclarecimento e ao esclarecer nós queremos trazer à tona à sociedade brasileira que não aceitamos esse tipo de política, de método político. Aliás, as mudanças que o Presidente Lula [soa a campainha] está fazendo na sociedade brasileira são mudanças pela via democrática, com respeito institucional, e nós não aceitamos método de intimidação política como esse da quebra do sigilo do dossiê.

Portanto, eu queria dizer aqui da importância, Ministra Matilde, da sua vinda a esta Casa. E aí dizer, Deputado Vic, que a vinda dela aqui, a vinda do Ministro Orlando, a vinda do Ministro Gregolin constitui-se num espaço importante no contexto da história dessas pessoas para mostrar a sua transparência, o seu compromisso, por onde essas pessoas querem, porque o futuro do Brasil depende de pessoas como a Ministra Matilde e de todos que estão aqui.

Eu queria dizer que a Ministra Dilma não veio aqui e ela virá ao Congresso Nacional, ela virá. Ela não está aqui porque o contexto da convocação da Ministra Dilma é o contexto de tentar colocá-la como suspeita na elaboração deste dossiê que ao nosso ver é uma excrescência na vida política brasileira. Por isso que ela não veio. Não porque nós estejamos tentando blindá-la, não. Em poucos dias nós teremos uma resposta--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): -– à sociedade brasileira desse evento muito negativo que foi do dossiê.

Portanto, eu quero fazer das suas palavras as minhas em relação à Ministra Matilde, a nossa admiração. Ministra Matilde, dizer que o Brasil ainda depende, porque esse serviço não está acabado, essa obra não está acabada, depende da sua atuação no futuro para que os negros e toda a sociedade brasileira tenham maior oportunidade de acessar a riqueza e os bens que a nossa sociedade promove. Muito obrigado pela sua vinda aqui nessa Sessão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Finalizando ou para finalizar a nossa reunião eu passo a palavra, como último orador, ao Deputado Vicentinho, como Vice-Líder do PT.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Obrigado ao nobre Presidente em exercício, Deputado Antônio Roberto. Logo-logo nos encontraremos para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Queria saudar o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta Comissão, saudar o Sr. Luiz José Bueno de Aguiar, mais querido por Lulinha, um Advogado que tem uma história das mais bonitas --

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Deputado Vicentinho, se o senhor me permite, também, eu gostaria igualmente de cumprimentar o Dr. Luiz José Bueno de Aguiar.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Conhecido pela sua história, a Janete aqui está complementando também a saudação, pela história que você tem desenvolvido na luta em defesa da vida.

Eu quero, Ministra Matilde, eu não vou aqui me alongar não, porque o que foi dito tanto pelos Deputados da oposição, especialmente pelo Deputado Vic, e também pelos Deputados que aqui se referiram, para você que foi minha vizinha, moramos no ABC, lutamos no ABC, onde eu tive a honra de acompanhar a sua luta ainda há muitos anos atrás na Prefeitura de Santo André, junto com as mulheres, junto com o povo, tivemos a honra de viajar para a África por mais de uma vez na luta internacional em defesa da dignidade humana, para você que foi uma Ministra que sempre respeitou este parlamento, sempre. Todos os programas desenvolvidos pela SEPPIR foram debatidos com Deputados interessados na causa e você é responsável pelo grande debate que é o debate da inclusão social neste país, eu não tenho muita coisa a falar, a dizer: minha irmã, nós estamos com você em todos os momentos. Conte com a gente, que eu tinha certeza que a sua vinda aqui foi tão importante que anulou qualquer má interpretação, qualquer má vontade. Você é muito forte, mulher, e vai contribuir com toda a nossa luta sempre. Muito obrigado por você existir.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Passo a palavra para a Ministra.

SRª. MATILDE RIBEIRO: Bom, agora já é tarde, já é boa tarde. Eu quero agradecer a oportunidade – como eu já havia dito – de estar aqui trazendo os detalhes que envolvem essa situação política que estamos vivendo no país.

Quero apenas comentar um aspecto no que diz respeito à fala dos Deputados Índio da Costa e Deputado Vic, que já falei, já trouxe na minha fala inicial, vou apenas reafirmar aqui num diálogo respeitoso com vocês dois. Eu disse, no momento inicial, de que a construção desta agenda política de Promoção da Igualdade Racial é de extrema importância para o país, no que concordamos, não é, e disse também dos aspectos peculiares da construção desta política. Eu reafirmo aqui que nesses cinco anos me dediquei como trabalhadora que sou das questões sociais não apenas no Governo Lula, mas há muitos anos como Assistente Social e também como militante pelas questões de igualdade racial e de gênero. E esta dedicação me fez compreender, eu aprendi muito, me fez compreender os caminhos na administração pública para a construção de uma política que já vinha dos anos 90, mas que não tinha o *locus*, que não tinha um órgão diretamente responsável. E esse aprendizado, e não se faz aprendizado com 100% de acerto, faz parte da vida, mas se faz com princípios éticos, morais e políticos, esse aprendizado me levou nesses cinco anos a conhecer coisas que eu não conhecia do Brasil, como, por exemplo, a vida cotidiana das comunidades remanescentes de quilombos, como, por exemplo, esse caminho sendo construído para o fortalecimento das relações entre Brasil e continente africano. Em 2003, diferente de hoje, repito, e neste processo ao longo dos cinco anos, nós tínhamos proposições políticas advindas da sociedade, da sociedade civil, e a construção de uma política de Governo. Portanto, vivemos a imprevisibilidade da agenda política e é neste ponto que eu quero dialogar com vocês, inclusive pela escolha do uso do cartão corporativo, do Cartão de Pagamento do Governo Federal, esse é o nome correto, e a não intenção, a não má-fé nas questões que foram produto das indagações feitas a mim. Hoje, cinco anos depois, é bem possível que o Ministro Édson Santos, a quem eu respeito muito e desejo que o trabalho seja da mais alta qualidade e de efetividade nesses próximos três anos, é bem possível que ele possa, neste momento, ter maior previsibilidade da agenda, considerando os focos da política pública, as interlocuções construídas através do Plano Trabalho Doméstico Cidadão junto às empregadas domésticas, através do Projeto A Cor da Cultura, que é um elemento fundamental para a Lei 10.639, através da política com a juventude, da política com as mulheres negras, tão sacrificadas ao longo da nossa história.

Então a recomendação feita pela CGU para a elaboração de uma licitação, digo a vocês que ainda vai se esbarrar com as dificuldades estruturais, considerando a natureza do órgão: são poucos funcionários, poucos recursos, um órgão de assessoria da Presidência da República, mas hoje ela é muito mais possível do que em 2003, 2004, 2005 e até 2006.

Eu quero finalizar dizendo três coisas: primeiro que, quando pedi demissão, não foi por pressão do Governo e ponto. Eu pedi demissão por uma análise da conjuntura política. Foi por acreditar que os resultados que nós ainda temos que ter no Brasil para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e inserção dos que, além da pobreza, vivem discriminações por serem negros, mulheres, indígenas, ciganos e assim por diante, e é em nome dessa continuidade, uma vez que o mês de janeiro foi o meu mês de destaque nacional, foi em nome dessa continuidade que eu tomei a decisão de pedir demissão, mas em momento algum este pedido está pautado por negação da ação política, muito pelo contrário, foi em nome da continuidade. Eu continuarei, seja na universidade, seja no movimento social, seja em qualquer situação de trabalho que tiver, como trabalhadora que sou, seja em Governos, eu continuarei a serviço desta política e buscando auxiliar os que estão executando essa política nas três esferas de Governo. E no que diz respeito ao Governo Federal, eu deve dizer que esses últimos cinco anos da minha vida, profissionalmente e politicamente, foram os anos mais intensos, em que eu tive que concentrar toda a minha energia para a construção de uma nova política, contando com o apoio do parlamento, não se constrói política apenas pelo Executivo, assim como também o apoio das diversas instituições públicas e privadas nesse país e na relação com o movimento social muitas vezes contraditória. Então eu tenho muito orgulho de ter exercido essa função, de fazer parte dessa história, de me aproximar de pessoas, e aqui eu quero destacar uma aproximação que deu certo até aqui e dará certo daqui por diante com uma quilombola, Givânia da Silva [palmas], considerando a importância que tem a importância de quilombo para esse país. E quero, em público, dizer o que eu disse ao Presidente Lula no momento em que entreguei o meu pedido de demissão. Eu agradeci a oportunidade e disse que continuarei na trincheira e que estou disposta assim como estive no momento da elaboração do programa de Governo, que eu fiz parte como militante PTista, na construção da transição de Governo, foi aí que eu fui me apropriar por dentro das ações que já vinham

sendo feitas anteriormente e de construir este novo, que ainda está por vir, a tarefa não está acabada. Há muito que se fazer ainda neste país em nome da justiça, do combate ao racismo e da construção de igualdades para os que vivem em situações lamentáveis de discriminações nesse país.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui dialogando com vocês todos, Senadores, os Deputados, as Deputadas, as Senadoras que passaram aqui, as pessoas que trabalharam comigo na SEPPIR e que continuarão trabalhando na vida política, as pessoas que fazem parte de entidades, de instituições, eu agradeço a vocês por estarem aqui me ouvindo e que façam repercutir esse debate rico que nós tivemos aqui hoje.

Considerando um aspecto importante da continuidade, o encaminhamento para votação do Estatuto da Igualdade Racial, aqui mencionado pelo Deputado Antônio Roberto, como parte dessa construção e por vários outros parlamentares que estão aqui, o próprio Senador Paulo Paim como construtor deste instrumento quando Deputado Federal e que aqui vem, mais uma vez, reafirmar a importância desta política. Eu finalizo dizendo que o trabalho construído até agora deve ser intensificado e continuado. Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG): Agradecendo, Ministra, mais uma vez a sua presença, e uma vez que cumprimos a finalidade da reunião vou encerrá-la.

Sessão encerrada às 14h03min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 10ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2008, realizada em 10 de abril de 2008, às nove horas e quarenta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, oportunidade em que foram ouvidos os Senhores **Alberto Mendes Cardoso,** Ex-Ministro do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, **Altemir Gregolin,** Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca e **Alexandre Corrêa Abreu,** Diretor do Banco do Brasil Cartões.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	**Deputados:**
Marconi Perillo (PSDB)	**Carlos Willian (PTC)**
Marisa Serrano (PSDB)	**Luiz Sérgio (PT)**
João Pedro (PT)	**Marcelo Melo (PMDB)**
Serys Slhessarenko (PT)	**Maurício Quintella Lessa (PR)**
Wellington Salgado (PMDB)	**Paulo Teixeira (PT)**
Almeida Lima (PMDB)	**Carlos Sampaio (PSDB)**
Gim Argello (PTB)	**Vic Pires Franco (DEM)**
Flexa Ribeiro (PSDB)	**Manato (PDT)**
	Silvio Costa (PMN)
	João Magalhães (PMDB)
	Marcelo Guimarães (PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Vignatti (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

Estiveram presentes ainda os Deputados Carlito Merss e Adão Pretto, não membros da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vamos dar início à nossa Sessão de hoje. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 02/2008, com a finalidade de investigar o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, CPGF, cartões corporativos, por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomos.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9º Reunião da Comissão. Os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à oitiva dos Srs. Alberto Mendes Cardoso, Ex-Ministro do Gabinete da Segurança Institucional, Ex-Ministro da Presidência da República, e Ministro Altamiro Gregolin, da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca. E o Sr. Alexandre Correa Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões. Portanto, são as três personalidades que vamos ouvir hoje.

Convido para tomar assento aqui a esta Mesa, o Sr. Alberto Mendes Cardoso, Ex-Ministro do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República. General Cardoso, seja bem-vindo à nossa Casa.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Pela ordem, senhora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, bom dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom dia.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): --Senhor Relator, Srs. Deputados, não há necessidade de cumprimentar os Senadores porque não tem nenhum presente. Senadora... Senador que eu disse. A Senadora está presente, inclusive, a Presidente. Presidente, eu gostaria só de uma informação. Estão questionando, inclusive a imprensa, que existe a possibilidade dessa CPI acabar semana que vem. Ou seja, V.Exa. tomar alguma medida administrativa e... Para que ela se en-

cerre. Eu tenho notado, e eu lamento profundamente que a oposição, não tendo encontrado seu intento aqui nessa Casa, tendo criado irresponsavelmente uma outra CPI, que isso, sim, é aumento das despesas públicas, dos gastos públicos. Então, eu gostaria de saber de V.Exa. o seguinte: Qual é a programação de V.Exa., inclusive eu tomei conhecimento que V.Exa. esteve no Tribunal de Contas da União para falar sobre os relatórios que nós não aprovamos aqui, se... Há duas ou três semanas atrás, se a senhora confirma e qual foi o resultado dessa Reunião que a senhora teve com o Presidente do Tribunal de Contas. E qual é a programação que V.Exa. está preparando para a CPI? E se, por acaso, V.Exa. estiver com algum plano de não... Que cabe a V.Exa. colocar a Pauta, e a senhora tem feito isso com muita competência, inclusive dedicação, qual é o plano de V.Exa.?

E gostaria de fazer um apelo, se V.Exa. tiver com este plano, para que V.Exa. converse com os membros dessa CPMI, para que não fosse uma decisão isolada. Porque, na verdade, nós viemos aqui com um intuito de fiscalizar e de arrumar normas para que o cartão corporativo seja melhorado neste país. E nós temos uma responsabilidade. E não gostaria que este ato fosse unilateral desta Presidência.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Pela ordem, senhora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não, Deputada Perpétua?

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Eu só queria pedir desculpas a V.Exa. Eu vou me retirar alguns minutos porque vou à abertura do seminário do PCdoB sobre o Meio Ambiente. Mas, depois retorno. Mas, queri

a sugerir que pudéssemos ouvir o Ministro Cardoso e, no intervalo de uma oitiva para outra, entrássemos nesses detalhes, nessas preocupações sobre a CPI, que acho que ele já está aí desde o horário que foi combinado, pudéssemos ouvi-lo e depois tratássemos das questões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu acredito que isso é uma boa sugestão, Deputada Perpétua. Farei isso, que tem vários assuntos a serem esclarecidos aqui, não só esse, mas outros, o que poderemos fazer no intervalo. Deputado Carlos Willian, faremos isso no intervalo de nossas três oitivas de hoje.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Sem problemas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): General Alberto, V.Exa. tem a palavra por 30 minutos.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Exma. Sra. Senadora Marisa Serrano, Presidente da Comissão, Exmo. Sr. Deputado Luiz Sérgio, Relator, Deputado Paulo Teixeira. Eu quero agradecer à Mesa, ao Presidente, ao Relator, ao Vice-Presidente e, em especial, ao Deputado Paulo Teixeira, autor do Requerimento da minha vinda aqui, que é uma oportunidade muito boa, sob o meu ponto de vista, de prestar uma colaboração com o Parlamento nessa sua Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e, indiretamente, por meio do Parlamento, ao próprio país.

Essa minha vinda aqui me faz recordar de ocasiões outras em que, muitas vezes, vim ao Congresso Nacional. Era a época de criação da Agência Brasileira de Inteligência e do Sistema Brasileiro de Inteligência, criação da Secretaria Nacional Antidrogas e outras atividades, do Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, por exemplo, em que muitas Audiências Públicas me serviram de oportunidade para cooperar, como agora aqui, com muita alegria, estou e estarei tentando cooperar.

A minha exposição, talvez nem use esses 30 minutos, não vai fugir muito da linha traçada pelo General Félix, quando aqui esteve. Haverá algumas ênfases que vou dar num aspecto ou outro, em que a exposição do General Félix, aliás, muito boa, muito segura, não... Destacou alguma coisa que eu achava que eu deva destacar aqui agora, mas não se vai mudar muita coisa. E essa, praticamente, manutenção dessa grande linha tem muito a ver com a maneira que o Gabinete de Segurança Institucional, desde a sua criação, como Gabinete de Segurança Institucional e desde os seus tempos antigos de Casa militar, a linha que mantém, que é uma linha muito em cima da direção das ações do Estado brasileiro, e com muito pouca variação com as mudanças de Governo.

Então, são atividades muito voltadas para as coisas permanentes do Estado, como, por exemplo, o Serviço de Inteligência, como, por exemplo, a segurança dessas instituições da República, que são o Presidente, o Vice-Presidente, os seus familiares, e os próprios Chefes dos órgãos essenciais da Presidência da República, que lá estão no Palácio do Planalto. Então, a variação vai ser muito pouca.

Mas eu gostaria de centrar essas minhas palavras em cima do art. 37 da Constituição. O art. 37 da Constituição, que não é novidade para nenhum dos... Nenhuma das senhoras e dos senhores, estabelece os cinco princípios da Administração Pública. Eu creio que é em torno desses cinco princípios que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem trabalhado. Ora se questionam legalidades impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Eu estive aqui assistindo parte

da exposição do General Félix e percebi que os debates se focaram em cima dos dois últimos, dos dois últimos desses princípios. Esses dois princípios, da publicidade e da eficiência, podem ter uma tendência de se chocarem, na medida em que, por exemplo, tratando-se de assuntos de inteligência de Estado e tratando de assunto de Segurança dessas instituições da República, que já citamos, possa haver a idéia de que a publicidade, que é um princípio muito forte e importantíssimo, comprometa a eficiência do serviço que está sendo prestado, seja na área de inteligência, seja na área da segurança pessoal, a segurança institucional.

Então, vejam as senhoras e os senhores, aqui nós temos um documento que, na hierarquia das leis, é o topo, que é a Constituição. E não só a Constituição como topo na hierarquia das leis, como também ela estabelece esses cinco conceitos que aí estão, como princípios. E, dessa forma, como princípios, são muito mais fortes do que normas, do que regras, do que hábitos, tradições etc.

Agora, a própria Constituição abre janela para as exceções. E o art. 5º, nesse seu inciso XXIII é muito claro, quando abre a exceção para o sigilo, quando é imprescindível para a segurança do Estado. É área muito atinente às atividades da Agência Brasileira de Inteligência, por exemplo, em que as atividades de inteligência de Estado dependem muitíssimo, muitíssimo mesmo, do sigilo de suas ações, e, em conseqüência, em muitos casos, do sigilo das prestações de contas, que são sempre feitas mais sigilosamente em alguns aspectos para que não seja comprometida a eficiência do seu trabalho. Mas não fica... As exceções não ficam apenas na Constituição Federal. Há leis e há decretos que também abrem essas janelas.

Aqui, por exemplo, esta lei, que trata... É a Lei dos Arquivos. Dos Arquivos Públicos e dos Arquivos Privados. Arquivos particulares. E, mais uma vez, abre uma exceção e uma exceção forte, porque ela diz que "a fim de preservar inviolabilidade de intimidade, vida privada, a honra e imagem de pessoas, os documentos são originariamente sigilosos". Então, ela trata a exceção e dá à exceção um caráter de regra porque os documentos, nesse caso, já surgem, no seu nascedouro, como sigilosos. O rompimento do sigilo, nesses casos que aí estão, seria uma exceção em cima de uma exceção que, me permitam repetir, é estabelecida como regra, por essa lei dos arquivos. Mas tem também mais uma exceção, que agora por Decreto. É um Decreto de 86, anterior à Constituição, mas que ainda está em vigor. Mas agora esse Decreto incide diretamente nos órgãos essenciais da Presidência da República e nos permite abrir uma janela para verificar que essas preocupações com o sigilo da documentação, sigilo de prestação de contas, sigilo de gastos, não estão apenas na seara do Chefe do GSI; abrange todos os Ministros de Estado dos órgãos essenciais à Presidência da República. E ali estão aprovadas as instruções de exceção, aprovadas pelos respectivos Ministros de Estado. E, mais ainda, quer essa responsabilidade na pessoa do Ministro, porque veda a delegação de competência.

Então, verifica-se que, voltando àquela nossa transparência, que publicidade e eficiência do serviço de inteligência e do serviço de segurança das autoridades da Presidência da República têm uma tendência de entrar em choque. Cabe ao gestor dessas atividades de segurança e de inteligência, cabe a quem estiver gerindo isso fazer o que... Com que não se chegue a impasse, que não haja o impasse e nem uma ruptura de normas, uma ruptura de legalidade. A sugestão que pode ficar, até mesmo para futuros trabalhos aqui; não estou querendo ser professoral, muito menos didático, mas fica uma sugestão, é que, para se evitar esse impasse, se faça uma gestão desse risco do impasse.

Então, quando há a possibilidade do choque, que publicidade e eficiência sejam geridos, como se faz uma gestão de risco. Como se fazem... Empresários fazem, Comandantes Militares fazem, políticos, enfim, todos nós da nossa vida. Vivemos fazendo a gestão de riscos. E quem fala em risco, fala em ameaças e oportunidades. Como se encarar isso aí?

Não ficou boa a transparência, mas eu vou ler para as senhoras e os senhores aí. Essa é uma das preocupações dos Ministros-Chefes daqueles órgãos essenciais da Presidência da República. Uma das suas equipes têm que fazer um acompanhamento e com esses conceitos. Qual é o risco? O risco é trocar-se o princípio pela exceção. O princípio da publicidade pela exceção permanente à publicidade, ao princípio da publicidade. E as ameaças? Ameaça de se banalizarem as exceções. E as oportunidades? Quando se fala em oportunidades, são todas as oportunidades que surgem para não entrar na exceção, para seguir o princípio, que tem a força muito grande como conceito, o princípio da publicidade. E as regras para se romper? Porque tem que romper com a publicidade. Claro que tem que romper com a publicidade. E nós vimos e fizemos, nessa nossa exposição muito rápida, vimos como a própria Constituição abre a possibilidade de exceções, como a lei dos arquivos abre, como o Decreto que se refere aos órgãos essenciais da Presidência da República abre.

Então, se a Constituição, a lei comum e Decreto abrem essas possibilidades, cabe ao gestor da segurança e ao gestor da... Dos cuidados com a intimidade

das pessoas, com a sua vida privada, sua imagem, sua reputação, também tomar cuidado com isso aí.

O General Félix, o Chefe do GSI, foi muito feliz, na minha opinião, quando mostrou aqui que cada caso tem que ser analisado, acompanhado como um caso específico e não como um caso diretamente enquadrado na exceção. Isso é muito importante. Então, as regras seriam essa. Há um contexto. Há um contexto de uma atividade de inteligência, há um contexto de uma aquisição para o Presidente, o Vice-Presidente, os chefes ali daquelas... O chefe daquelas... Dos órgãos essenciais. As aquisições feitas para eles. Há contexto em que se chega à conclusão que, para não se prejudicar a eficiência da atividade de proteção daquelas instituições da República, que são eles, não se comprometer a eficiência desse trabalho, se deva manter o sigilo ou romper com o princípio da publicidade, ancorado e amparado na lei, amparado no Decreto e amparado no costume, que é o que acompanha essas atividades a que tenho me referido. O contexto, a responsabilidade, é claro, quem toma a decisão de, ao invés de seguir o princípio da publicidade, optar pela exceção do sigilo, ele sabe da sua responsabilidade; responsabilidade que aquele Decreto deixa muito clara, quando se refere aos órgãos essenciais da Presidência da República, colocando na responsabilidade do respectivo Ministro, vedando as delegações de competência. E... Argumentos. Os argumentos são muito importantes. E essa argumentação é construída na gestão daquele risco. Repito, o risco de não se seguir, de deixar de seguir um princípio da Constituição, porém, com amparo na lei.

Há situações, muitíssimas situações, em que essa decisão, que é uma decisão crucial, não pensem os senhores, eu tomei essa decisão várias vezes na minha área da inteligência, na área da segurança do Presidente, como outros Ministros da Casa lá, os chefes de órgãos essenciais tomaram, nas suas áreas, essas suas decisões. É um ponto muito crítico, crucial mesmo, de tomar a decisão, de romper com um princípio e entrar na exceção.

Então, isso tem que ser, como dissemos, acompanhado todo tempo, desde o nascedouro da atividade, para que se vá construindo a argumentação. E que, no momento da decisão, não se teme uma decisão, assim, em cima da perna, como se costuma dizer. Com assessoramento, aqui vejo até assessores que tive, no meu tempo lá no GSI, de quem tenho muita saudade, eles, dos assessores, do trabalho e das confusões não, mas, dos assessores muito, que sempre me ajudaram muito a chegar num momento de decisão desses, bem ancorado em argumentações; argumentos que vejo que... Continua a tradição porque o Félix aqui foi muito feliz na sua argumentação.

Agora, vamos ver na próxima e última transparência, peço desculpas, peço desculpas, no meu computador estava muito bom, mas aqui saiu assim. Vou ler aqui. Situações peculiares, essas decisões de gestão desse risco a que venho me referindo. Segurança, é muito claro. Segurança das pessoas, dessas instituições. A segurança conjunta de dignitários, desde que em... Dignitários estrangeiros, desde que em eventos ao qual compareça o Presidente da República. Aqui tem grande parte desses... Essas situações foram até mostradas aqui pelo chefe do GSI atual.

Os trabalhos de manutenção das residências, segurança de saúde dessas pessoas, atividades de inteligência e segurança orgânica, salvaguarda de assuntos sigilosos, e, quando há possibilidade de, pela identificação de segmentos, de processos, de doutrina, de costumes, de aquisição de armamentos específicos, de se criar uma vulnerabilidade para a atividade. Por favor, pode fechar essa vergonhosa transparência que aí está. Agradeço e muito obrigado.

Então, senhoras e senhores, nesses 30 minutos que não vou ocupar totalmente, eu procurei mostrar o que vai no íntimo de quem toma uma decisão de optar pelo sigilo. O processo é um processo sério. Não é um processo tomado, assim, seguido aleatoriamente. Isso é passo a passo. E assim deve ser. Ocorre um assunto, uma questão, que até conversava, há pouco, com a senhora Presidente, que há um... Esse sigilo, ele não é eterno. A necessidade dele não é eterna. Ele foi necessário para um momento; o momento daquela atividade, para não se correr o risco, mas haverá algum instante, passado o tempo, passados alguns anos, por exemplo, em que não haverá mais necessidade desse sigilo. E é por isso que os arquivos estão aí disponíveis para os historiadores, para os pesquisadores.

E, com essas palavras, eu me coloco, senhora Presidente, à disposição. Passo a palavra para a senhora novamente, e me coloco à disposição das senhoras e senhores para perguntas e respostas que eu possa... Tenha condições de apresentar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General Cardoso. Como é da lei, da nossa Legislação, passo a palavra ao senhor Relator para suas perguntas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): A primeira pergunta que faço a V.Exa. é que, na própria exposição, verificou-se que V.Exa. cita as mesmas leis, os mesmos artigos da Constituição que aqui se referia... Que foi citada e exposta pelo seu companheiro de patente, o General Félix.

Agora, em relação à Legislação, e V.Exa. participou muito do debate da criação da Agência Brasileira de Inteligência, o senhor teria algo a sugerir ou a propor, sendo alguém que participou ativamente desse debate e hoje pôde acompanhar todo esse debate em torno da Legislação vigente, V.Exa. proporia alguma mudança, algum ponto da Legislação hoje, que poderia ser melhor aprimorado? Ou compreende que, para o momento, a Legislação que nós temos é uma Legislação eficiente, no que tange à questão de segurança, do sigilo, enquanto instrumento da segurança... Qual é a visão que V.Exa. tem hoje, passado algum tempo do debate em que V.Exa. participou da elaboração de parte da Legislação que nós temos hoje acerca desse tema?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Em relação à Agência Brasileira de Inteligência, o processo de criação da Agência durou três anos e sete meses. Três anos e sete meses. Desde abril de 1996, foi quando o Presidente da República nos entregou a incumbência de criar a Agência e o sistema correspondente, até dezembro de 99. E esses três anos foram... Desses três anos, um ano foi o nosso Anteprojeto de Lei, dentro do Executivo, percorrendo todos os Ministérios, e sendo discutido e recebendo sugestões.

Depois, mais um tempo, o tempo restante, no Congresso. Eu me referi às Audiências Públicas que tivemos aqui, ótimas, todas elas, elas foram aperfeiçoando aquele Projeto de Lei, que depois virou a Lei de criação da ABIN e do Sistema. Mas não ficou nisso. Percorremos, fugimos até ao nosso hábito de reserva, de ficar mais à sombra, mas tivemos que sair a público. E andamos pelas universidades, pelos sindicatos, pelas Forças Armadas, pelas Polícias, conversando sobre aquele Projeto e aperfeiçoando o Projeto.

Ele esteve em Audiência Pública muito tempo, recebendo sugestões; algumas foram aceitas. E isso foi muito importante por algumas razões, dentre as quais eu destaco duas: Uma era o fato de o serviço de inteligência que existe no Brasil, desde 1927, a Inteligência Federal, desde 1927; uma é esse serviço de inteligência vir sendo desgastado, ao longo do tempo, que todo serviço de inteligência, no mundo, é desgastado ao longo do tempo, em termos de conceito dele, e acaba ficando estigmatizado. Havia um certo estigma em relação à atividade de inteligência.

A outra razão é que era um militar que tinha recebido essa incumbência do Presidente da República, de criar um Serviço de Inteligência. O Presidente foi até alertado em relação a isso. "Sou um militar, General". "Não tem problema. Vá fazendo e vamos criar isso aí".

Agora, tudo foi criado e estou ainda bem dentro da sua dúvida, Sr. Deputado, foi muito importante para que essa Legislação fosse aperfeiçoada ao longo do tempo, o fato de ela ter sido gerada, desde o seu início, em cima de diretrizes muito claras do Chefe do Estado em relação ao que ele queria de um Serviço de Inteligência de Estado; não ideologizado, apartidário, que tivesse como destinatário o Chefe do Estado, e, em conseqüência, todo o serviço e toda a produção do serviço fosse voltada para o exercício do poder e que não tivesse, nesse aspecto de exercício do poder, nenhum viés de permanência no poder.

Então, ficamos muito à vontade para elaborar um Anteprojeto de Lei que, atendendo a essas diretrizes, ficasse muito enquadrado nos preceitos da Democracia. Os aperfeiçoamentos, como eu disse, foram sendo feitos. Eu, realmente, Sr. Deputado, não sei... Do momento em que saí dessa atividade, em 31 de dezembro do ano de 2002, até agora, eu não sei da evolução da documentação, da lei, de decretos, portarias, enfim, eu sou relativamente bom de virar a página. Virei a página, eu não me volto mais para aquilo que eu vinha fazendo, principalmente quando me realizei e fui liso feliz naquilo.

Agora, sempre há o que se aperfeiçoar. Uma sugestão é, não tanto em termos de aperfeiçoamento da Legislação, mas aperfeiçoamento dos trabalhos, é a entrada, mais... Não sei agora como está, mas a entrada mais profunda da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência aqui do Congresso, que é uma Comissão Mista, com membros da Câmara dos Deputados e membros do Congresso Nacional. Essa Comissão é o grande aval da atividade de inteligência. E foi uma luta. O senhor sabe que, na época, havia até congressistas que não queriam isso. Mas nós argumentamos muitíssimo, que era muito importante o controle externo da atividade de inteligência. Talvez, aí, possa haver, repito, não sei como está agora, mas uma entrada mais forte dessa Comissão junto à atividade de inteligência.

Em relação à segurança das autoridades ali do Palácio do Planalto e mais o Vice-Presidente, é um pessoal... Que executa essa segurança é sempre de nível muito alto. Eles são... Eu diria, estão muito próximos da perfeição. Muito próximos. Agora, também, normas... Essas normas são constantemente aperfeiçoadas porque isso aí varia muito com o estilo de vida e com a personalidade das autoridades que recebem essa segurança fornecida ali pela... Agora, é chamado de Departamento de Segurança da Presidência da República.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): O art. 86 do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro

de 1967, que regulamenta os Suprimentos de Fundo, quer dizer, já vem há bastante tempo, possui a seguinte redação: "A movimentação dos créditos destinados à realização de despesas reservadas ou confidenciais será feita sigilosamente e, nesse caráter, serão tomadas as contas dos responsáveis". Então, essa visão de sigilo não é algo novo. Quer dizer, desde o Decreto já de 67, com suprimentos de fundo, já estabelece essa excepcionalidade, no que se refere--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sr. Relator, só com relação ao Decreto e ao número do artigo, que eu não ouvi, me perdoe. Por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Art. 86; o Decreto é 200, de 25 de fevereiro de 1967. Já cita a questão dos sigilos. Na fala de V.Exa., V.Exa. aqui citou que, muitas das vezes, a decisão, ela é tomada num foro íntimo de quem está com a responsabilidade de... E com a tarefa de ser eficiente no que tange ao cumprimento da Constituição, do que é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, e aí o Presidente da República como uma instituição e não como uma pessoa.

Então, no entender de V.Exa., e aqui, a fala do General Félix foi muito no sentido de que tudo aquilo que pode levar ao conhecimento da sociedade, do que se estabelece rotina, do que se estabelece prática, na visão dele, torna frágil todo o esquema estabelecido em relação à segurança.

Então, no entender de V.Exa., esse sentimento que leva o General Félix a ter esse posicionamento deve ser respeitado? Até que ponto pode ser tencionado, para levá-lo a ter uma revisão desse ponto de vista? Como é que o senhor sugeriria um posicionamento nosso, em determinados momentos de conflito, de uma Comissão que quer avançar e tomar conhecimento e, ao mesmo tempo, V.Exa. citou muito bem aqui a lei 9.883, de dezembro de 1999, que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência, no seu art. 6º, diz: "O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo, na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional". Então, o Legislativo tem mecanismo e tem instrumento para poder fiscalizar, sem ser uma... Colocar tudo a público, numa Comissão Parlamentar de inquérito. Ou seja, o Parlamento tem instrumento para fiscalizar sem fragilizar o sistema de segurança. Essa é a interpretação de V.Exa.? Ou que complemento daria a esse posicionamento que externo aqui.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, esse Decreto-Lei 200, que é o da reforma administrativa, nesse artigo, se refere a recursos financeiros destinados a atividades sigilosas, que ele chama de reservada aí.

Há que se fazer uma definição de que, para esses recursos financeiros destinados a atividades essencialmente, quer dizer, na sua essência, sigilosas, a regra é o sigilo. Para esses, a regra é o sigilo. É como se fosse um princípio. É como se fosse, realmente, um princípio. Só um parêntese nessa minha explicação, a ABIN, em 2002, o orçamento da ABIN era um orçamentozinho pequeno. Tínhamos que fazer das tripas coração ali, para tocar a ABIN. E ela era muito bem tocada porque a ABIN trabalhava, na época, eu creio que ainda continue, em cima do que se chamava PTA – Plano de Trabalho Anual, em que cada centavo estava ali previsto. Mas o orçamento era 24 milhões. A chamada verba secreta, que é essa que se refere esse Decreto, era, naquela época da ABIN, era 1.7 milhão. Ou seja, 6% de todo o orçamento da ABIN, era... A ABIN, que é um serviço de inteligência que, essencialmente, trabalha com atividades sigilosas.

Então, e a regra era essa. Essas atividades, os gastos são sigilosos. Mas, nem por isso, deixavam de se prestar contas. Lógico. Aliás, era muito mais rigorosa a prestações de contas em cima desses gastos. A prestação de contas era feita, inicialmente, junto ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, junto ao controle interno da Presidência da República e pelo TCU. E era rigoroso mesmo esse processo.

Bem, o que, me parece, anda em discussão, é a qualificação sigilosa para as tais verbas ostensivas. Aí que vem aquela decisão crucial, que eu me referi, transformar uma verba ostensiva, originariamente destinada a atividades ostensivas, em uso, como se fosse uso... Um processo de prestação de contas, como se fosse de verba secreta, chamada verba secreta. Aí está a dificuldade, está o grande problema do gestor. É esse o fulcro, me parece, da questão. E a minha explanação inicial, creio, que mostra bem a minha opinião sobre isso. Esses recursos destinados originalmente a atividades ostensivas podem, a meio caminho, ser transformados em recursos, como se fosse para a atividade sigilosa, dentro daquele processo que sugeri, de gestão do risco feita, no caso da Presidência da República, por todos os Ministros. Não é só o Chefe do GSI. Todos os Ministros dos órgãos essenciais da Presidência da República, que tomam essa decisão, têm um problema sério para resolver, que é decidir isso. Transformar o que é ostensivo em sigiloso.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu tenho umas duas perguntas. A lei 8159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, prevê, no seu art. 23 § 1º, a seguinte regra: "Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como

aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade, da intimidade da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos". E V.Exa. foi Ministro do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República e... Quer dizer, qual foi o procedimento que V.Exa., naquela ocasião, adotou em relação ao princípio da segurança, tendo como referência a lei 8.159? Quer dizer, V.Exa. entende que, no curso de um planejamento ainda em atividade, quer dizer, essa preocupação aqui exposta, tanto pelo Paulo Lacerda, da ABIN, como pelo General Félix, ela precisa ser considerada como algo essencial à segurança, e eles estão alicerçados no que a Legislação prevê?

E, depois, para concluir, V.Exa. aqui falou algo, a meu ver, muito importante. Quer dizer, "a necessidade do sigilo não é eterna". Ela, num determinado momento, pode se dar conhecimento, e deu um exemplo meio genérico, a partir de anos. V.Exa., nesse aspecto, que já ocupou esse importante cargo na República, entende de qual seria esse tempo, em que tudo isso poderia vir a público? V.Exa. tem uma sugestão? Porque, aí, seria um aprimoramento da Legislação. Quer dizer, a partir de um determinado período, tudo isso viria a público.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Muito obrigado. Essa pergunta me dá a oportunidade para conversar sobre isso aí. Esse art. 23 é... Eu chamaria democracia pura porque ele se preocupa, sim, com a sociedade, eu prefiro até chamar de nação. A sociedade, O Estado. Mas se preocupa fundamentalmente com a pessoa. Então, ele se preocupa com a privacidade, com a imagem das pessoas, e isso é muitíssimo importante.

Então, como a sua pergunta, Sr. Deputado, toca em como era feito isso, no nosso tempo lá do GSI. Não se abria nada, em termos de informações sobre pessoas, se fosse comprometer esses aspectos da honra, da privacidade, da intimidade das pessoas. Se a pessoa interessada pedisse, inclusive pelo instituto do *habeas data*, todas as vezes eram atendidas. Nenhum pedido de *habeas data* deixou de ser atendido. E o respeito a esse art. 23 eu julgo fundamental para a democracia. E um serviço de inteligência ou um gestor de arquivos que tenha esse tipo de informação sob sua custódia, tem que estar absolutamente subordinado a esse aspecto, a esses aspectos aí desse artigo.

E, aí, é interessante que o caminho é inverso. A documentação, ela surge já sigilosa. O caminho é a decisão de transformá-lo em ostensiva. Talvez até mais difícil de ser... A decisão mais difícil de ser tomada. Mas sempre tem que prevalecer o cuidado com a preservação da... Esses aspectos que são ditos aí pelo artigo.

Quanto à outra parte, período para a liberação de determinadas informações, há uma lei de arquivos, uma lei que regulamenta esse aspecto, que estabelece prazos. Eu, embora seja a lei, tenhamos todos que respeitar, lógico, a opinião pessoal existe, ainda mais que agora eu sou um cidadão não público, cidadão comum. A minha opinião é que, quando se estabelecem prazos se colocam dentro do mesmo cesto casos diferentes. E só porque se esgotaram 10 anos abre tudo em relação a determinadas pessoas, comprometendo até a honra das pessoas. A minha opinião é que, mais uma vez, caso a caso tinha que ser visto. Caso a caso.

Quanto ao que eu expus aqui, da possibilidade de o que foi transformado em sigiloso voltar a ser ostensivo, eu fico na mesma idéia. Por exemplo, aquisições feitas há um mês atrás, que foram considerados sigilosas que, passado um mês, já não são mais. Já não seriam mais. Talvez até aquele caso de manutenção nos palácios ou nas residências oficiais. Enquanto estava sendo feita a manutenção, talvez ali fosse o caso de se manter o sigilo dos gastos. Não por causa dos gastos, mas por causa de endereço, por causa de rotinas, por causa de chegadas das pessoas ali para atividade, e que deve ser mantido com certos cuidados.

Alguém há de perguntar: "Bom, mas o que tem a ver o gasto com isso?" Tem a ver; uma nota que é expedida não mostra o endereço. Mostra quando foi entregue, que pode até levar à rotina. Há um cuidado, que eu tenho certeza, continuam tomando, que é o cuidado anti-garimpagem de lixo. Há um trabalho de garimpo mesmo no lixo das residência e, aí, isso é um cuidado que tem que ser feito. Imagine quando isso é ostensivo, com notas fiscais tiradas, mostrando a tendência às rotinas. Mas, uma vez terminada aquela manutenção, não haja necessidade mais daquele sigilo. Isso foi um exemplo, assim, hipotético. Então, é essa a minha opinião, Sr. Deputado.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Para terminar, vou fazer a V.Exa. a mesma pergunta que fiz ao General Félix e ao Paulo Lacerda, da ABIN. Quer dizer, V.Exa. certamente conhece muitas outras experiências internacionais em relação à segurança, sigilo... Qual dessas experiências o senhor aqui, comparando com a brasileira, o senhor poderia aqui frisar, se nós estamos, eu diria, um pouco... Não tão sérios quanto alguns países ou precisaríamos caminhar numa linha de mais rigidez ou de mais flexibilidade, em relação ao contexto do Brasil com os outros países nesse aspecto? Fazendo uma comparação.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Outra oportunidade boa. Eu, em relação à inteligência de Estado, eu não titubeio responder. O paradigma é o Canadá. O nosso paradigma. Inclusive, por ocasião

da elaboração do anteprojeto de lei, nós visitamos alguns serviços de inteligência aí pelo mundo e nos decidimos fixar no padrão do Canadá, no estilo canadense de conduzir a atividade de inteligência de Estado. Quanto... Bom, e qual é a característica? A básica é não ser feita a separação entre inteligência externa e inteligência interna. Inteligência de Estado. Não é bisbilhotice não. É inteligência de Estado. Não haver essa separação, o mesmo órgão conduzir as duas atividades. E por uma razão muito simples. Cada vez, há mais embricamento(F) entre as origens externas das ameaças à sociedade e ao Estado, logicamente, mas à sociedade, do que foi no passado.

Naquela ocasião, vejam os senhores, que nós estávamos elaborando esse anteprojeto, nos Estados Unidos, onde sempre houve uma separação muito bem definida entre o órgão que cuidava das atividades de inteligência externa, que era a CIA, e o FBI, da inteligência interna, eles estavam sentindo necessidade de se achegarem mais, e o FBI estava abrindo escritórios no estrangeiro por causa dessas origens, das ameaças que cada vez ficam mais caras aí. E, para eles, foi até muito dramática a constatação dessas ameaças internas vindas de fora, de contextos e conjunturas externas. Então é o Canadá.

Quanto ao problema de segurança, de condução do serviço de segurança das autoridades, Deputado e senhoras e senhores que aqui estão, lhes asseguro: Não há um serviço, desses todos que eu conheci, de segurança, de Presidente, de Vice-Presidente e de autoridades, que consiga articular também a eficiência com a lhanura no trato, com a maneira brasileira de ser, a maneira brasileira de respeitar a dignidade das pessoas. Não vi nenhum. Muita truculência por aí. Mas muita truculência. Em nome da segurança, fazem tábula rasa da dignidade, muitas vezes, da pessoa.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Me dou como satisfeito e passo a palavra à Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Relator. Gostaria apenas de fazer aqui, General, uma constatação, que eu acho que é importante para todos nós. Aquilo que eu ouvi também do General Félix e que V.Exa. colocou também aqui com sabedoria, não banalizar as exceções e os casos serem analisados especificamente e não rotulados como exceções. Por exemplo, todos são sigilosos. Nem todos são sigilosos. Há casos que podem ser sigilosos e outros que não o são.

Eu coloco isso, General, porque, quando o Jorge Orwell escreveu "1984", e é um livro que, à época, muito tempo, muitos aqui são muito jovens, talvez não tenham lido, naquela época, quando saiu o livro, a preocupação de todo mundo era o "grande irmão". Era saber se todos nós um dia seríamos... Perderíamos a nossa identidade e a nossa liberdade por um Estado totalitário, dono de todos os nossos passos. E, quando a gente deixa que o Estado possa começar a restringir a liberdade das pessoas e o conhecimento que a sociedade possa ter do que se passa num país, nós vamos começando a formar guetos que podem prejudicar muito aquilo pelo qual todos nós sonhamos, que Tiradentes lutou tanto, que são a liberdade e a democracia.

Então, eu acredito muito que a gente não pode banalizar as exceções. Exceções são exceções. E a gente tem que continuar lutando para que a nossa Constituição de 88, nesse aspecto, continue dando ao povo brasileiro a tranqüilidade de poder continuar de cabeça altiva, garantindo suas liberdades individuais, porque todos nós, independente aqui de situação e oposição, lutamos. Então, eu fico muito contente com isso. É apenas um comentário. Quero passar a palavra ao autor do Requerimento, Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Inicialmente, quero cumprimentar o General Alberto Cardoso. Certamente, V.Exa. dá duas contribuições aqui; uma, como tendo ocupado um cargo de tamanha importância por oito anos, e a outra, já fora do cargo, na reflexão que faz sobre atividade de V.Exa.

Eu queria dividir minha fala em três aspectos: O primeiro aspecto é que me parece que a nossa Legislação, a nossa atividade institucional de controle das atividades de informação ainda não está montada. Ontem constatei, pela fala do Delegado Paulo Lacerda, que o Congresso Nacional poderia estar controlando as atividades de informação. E o Congresso Nacional não regulamentou o dispositivo da lei que criou a ABIN, se não me engano, o art. 6º da lei que criou a ABIN. Então, o Congresso Nacional poderia, através de duas de suas comissões, fazer o controle externo da atividade de informação e, digamos assim, não fizemos. Talvez, senhora Presidente, senhor Relator, nós possamos dar conta dessa atividade, através da CPI, regulamentando a atividade de controle externo pelo Congresso Nacional, seja pela Comissão de Defesa Nacional, seja pela Comissão de Assuntos de Informação. Portanto, essa é uma conclusão que me pareceu que há uma fragilidade no sistema do controle externo da atividade de informação, que nós poderíamos suprir através de uma proposta Legislativa.

Um segundo aspecto, General Cardoso, é o aspecto relacionado ao que está sob o manto do sigilo. Parece-me que a Legislação e as práticas, elas caminham numa direção. E as nossas reflexões e preocupações caminham em outra direção. V.Exa. disse

que, talvez, gastos como de manutenção de Palácio poderiam ser um gasto ostensivo, depois de um certo tempo. Mas V.Exa. sabe que a prática não conduziu a isso, há muito tempo. Porque, na prestação de contas dos últimos 20 anos, esses gastos continuam sob o sigilo. Então, a regra aí é do sigilo.

V.Exa. trouxe uma ponderação aqui entre o princípio da transparência e o princípio da eficiência. E me parece que o princípio da eficiência tem sempre caminhado para o sigilo e menos para a transparência. Isso, foi bom que o senhor veio, porque não é deste ou daquele Governo. É de uma prática de segurança que vem caminhando nessa direção, o que me leva a pensar que nós tenhamos que evoluir, do ponto de vista Legislativo, da definição do que são gastos estritamente de segurança. Nós precisávamos evoluir porque há um grau de discricionariedade e V.Exa., que é um especialista, traz dados que mostram que essa Legislação já está desatualizada. Apesar de uma prática que V.Exa. reconhece-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): --Que foi autor também desta prática. Quer dizer, nós poderíamos... Ontem, o General Félix disse aqui, anteontem, que muitos de seus gastos... É difícil separar o que é ostensivo do que é sigiloso, e o que acaba é sendo tudo sigiloso. Poderia ter uma Legislação que, digamos assim, fizesse uma fronteira mais nítida entre o que é sigilo e o que não é sigilo. V.Exa. dá um exemplo, não é? Deve ter outros exemplos. Mas, só essa contribuição, quem pode nos dar é a área de segurança, já que nós somos leigos nessa matéria. Nós somos leigos na matéria de segurança.

Então, a área de segurança precisa nos dar as... Digamos, os contornos disso. E eu creio que essa CPI, talvez, tenha suscitado esse tema, porque, fora dela, a prática iria para regra; a regra é o sigilo. Eu tenho aqui e quero também falar uma outra questão para o senhor. O senhor, como cidadão, talvez tenha uma reflexão mais leve dessa área de segurança porque a construção daquele Decreto de 27 de dezembro de 2002 é uma construção pesada. Mão pesada ali. Não sei quem foi o redator final. Tanto, que aquele Decreto foi revisto na lei 11.111. Os prazos para vir a público os documentos sigilosos eram prazos indefinidos e tem ali uma discricionariedade, que é a possibilidade de pedir a continuidade do sigilo.

A 11.111 melhorou, mas ainda é uma Legislação, a meu ver, não condizente com o Estado democrático. O pesquisador brasileiro, para conhecer a história do Brasil, ele precisa ir para o Congresso americano. Isso é uma contradição. Mas, quem meteu a mão naquele Decreto de 2002 tinha uma mão pesada. E quem botou a mão na lei 11.111 tem uma mão um pouquinho mais leve, mas ainda pesada para um Estado democrático. Nós precisamos revê-la. Tem certos momentos da história do Brasil que nunca nós conheceremos. Nós não conhecemos as circunstâncias da Guerra do Paraguai, por quê? E o sigilo está indo além do que precisa.

Eu vou para o último ponto da minha fala, que é o seguinte, acho que V.Exa. aqui, já fora função, mostrou um ombro mais leve, com reflexão mais distante e que já diz: "Olha, podemos mudar'. Vamos pensar. Acho que é uma segunda tarefa para a relatoria.

E uma terceira questão é a questão relacionada ao presente. Eu tenho aqui defendido uma tese. Só quebra sigilo com fundamentação, com motivação. O sigilo vem do Governo que V.Exa. serviu, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; do Governo anterior, do Itamar Franco; do Governo anterior, do Collor; do Governo anterior, do Sarney; parte dessa Legislação é do Sarney e vem do Regime Militar anterior, desde 67, do Decreto 200.

Portanto, o Presidente Lula tem o mesmo manto da proteção de sigilo. O sigilo só pode ser quebrado, com informação passada, se houver motivação. O que é motivação? Indícios. O Deputado Vic Pires deu uma demonstração maravilhosa essa semana. Ele nos deu três demonstrações. A primeira, que o fato... Ele teve acesso à fonte de documentos sigilosos, inclusive está aqui no jornal Correio Braziliense de hoje. De uma viagem para os Estados Unidos de uma comitiva presidencial. A primeira questão é: Ele teve acesso a documentos sigilosos e já não há mais sigilo sobre isso. Está no jornal Correio Braziliense. Então, qualquer idéia de transmissão pura e simples-

DEPUTADO SILVIO COSTA (PNM-BA): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Oi? Não, no Correio Braziliense. Qualquer idéia de transmissão pura e simples de sigilo, de lá, não vai ter o cuidado, aqui, como se pensava. Segundo, o que ele trouxe de documento demonstra gastos extremamente modestos: alimentação de 20 dólares, na cabine presidencial. E terceiro, mostra que ele é bem informado. Ele tem fontes que lhe dão documentos robustos.

Ele... Então, qual é a questão sobre a gente aqui? Eu tenho defendido... O Deputado Carlos Sampaio é um Promotor de Justiça. Eu tenho defendido um rito judiciário aqui. Qual é o rito judiciário? O juiz não dá quebra de sigilo só pelo mero pedido. O Juiz concede a quebra de sigilo quando tem fundamentação, justificativa, senão, cai no plano da bisbilhotagem(F). Pode cair no plano da possibilidade de mexer-se em aspectos da intimidade das pessoas. Então, defendo o seguinte,

"me traga um documento com problema. Se esse documento tiver problema, a gente quebra o sigilo".

Mas eu queria perguntar a V.Exa. um debate que está hoje no Correio Braziliense, para concluir. O debate diz o seguinte: A Aeronáutica defende que esses documentos não deveriam ser sigilosos. A viagem do Presidente da República, de uma comitiva, para a Suíça, não deveria estar sob sigilo. E a ABIN ou o Gabinete Institucional defendem que deveria estar sob sigilo. Qual é a sua opinião sobre esses gastos que deviam vir para o conhecimento da sociedade, que não deveriam estar sob o manto do sigilo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Eu peço isso uma reflexão, já que a prática V.Exa. também contribuiu para fazer uma jurisprudência sobre ela. Agora, já não mais no cargo, tendo refletido, como V.Exa. está podendo refletir, quais gastos deveriam estar sob o manto do sigilo e se V.Exa. pode entrar... Aí precisa um pouco de detalhes, de minúcias de gastos que nós podemos elaborar uma nova Legislação para dialogar com o Governo, para que já pudessem ser conhecidos tais gastos pela sociedade brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Com a palavra--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, antes de mais nada, agradecer a sua idéia de me convocar para vir aqui. Eu vejo como uma oportunidade muito boa mesmo, de tentar colaborar com os senhores. O senhor citou sigilo de documentos da Guerra do Paraguai. Então, verificamos que isso aí vem desde o Século 19 e de muito antes. Então, o problema de sigilo, no Governo ou, mais estrategicamente pensando, no Estado, é um problema que existe, e nem vou chamar de problema, é um fato que existe por necessidade.

Na exposição, na minha exposição aqui, curta, do início, eu fiz questão de dizer que a transformação do princípio da transparência, como a Constituição chama de publicidade, em exceção à regra, tem que ser muito bem avaliada caso a caso. Caso a caso.

Quanto ao aspecto de quando se está no Governo, se tem uma determinada visão do problema do sigilo, e quando se sai, pode-se vir a ter outra, eu lhe garanto que, no meu caso, não. Isso que eu falei aqui, eu sempre pensei. Mas, há casos em que, muitas vezes, as opiniões pessoais têm que ceder lugar para a argumentação de sigilo, a favor do sigilo. Eu procurei destacar que, no Palácio do Planalto, não é só o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional o responsável pelo sigilo das contas. Aquele Decreto de 86 deixa bem claro, cada Ministro-Chefe de um órgão essencial da Presidência toma a decisão de que... De se aquilo vai ser sigiloso ou não vai ser sigiloso.

E, na realidade, então, ali, há cinco ou seis órgãos essenciais, imagino que hoje em dia sejam esses, esses cinco ou seis Ministros têm a responsabilidade de fazer aquela gestão de risco a que eu me referi. Mas há, e aí eu lhe exponho, com toda franqueza, há um certo atropelamento nas atividades do dia-a-dia, num Palácio Presidencial, nas atividades de Secretaria-geral, de Casa Civil, de Gabinete de Segurança Institucional, que, passado o evento, já se está trabalhando em outros eventos, já está correndo atrás da locomotiva. E aí muita coisa acaba ficando. E fica, por hábito. Isso que eu falei, o exemplo que falei agora, com tempo para fazer essas reflexões e instigado pelas perguntas, vejo sim, há documentos que perdem o seu grau de sigilo, perdem a necessidade de ser, embora não percam a validade. Então, cabe a quem tomou a decisão pelo sigilo de, tendo tempo, ele mandar fazer uma reavaliação desses dados todos.

O sigilo nas atividades de segurança e de inteligência, não há dúvida de que pode ser aceito. Agora, tem-se que não apenas fazer essa gestão a que eu me referi para chegar a ele, mas, nas considerações para a decisão, não se deixar levar pela comodidade que acompanha o fato de aquela despesa ser envolta em sigilo-

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Há uma comodidade nisso aí. Há uma comodidade nesse aspecto. Muitas vezes até, não por corrupção ou por desonestidade, por incúria... Não. É pela pressa em se fazer, em sir tocando o bonde do Governo. E muitas aquisições acabam escapando desse... Dessa tramitação regulamentar de licitação etc., e muitas têm que ser feitas, e para isso se criou o cartão corporativo, têm que ser feitas no açodamento, como a gente diz na vida militar, no jargão militar, na conduta do combate. Por exemplo, uma viagem... Passou o meu tempo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Passou, mas não tem problema.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Vamos ficar na minha área da segurança, numa viagem, um agente da segurança pessoal do Presidente da República que esteja fazendo a sua... O seu trabalho permanente ali, de acompanhamento ao Presidente... Muitas vezes, chega uma hora que ele tem uma folga e que é substituído por outro, e vai fazer a sua refeição, que tem que ser próximo ali onde está o Presidente. E, às vezes, sai uma refeição cara. No exterior, sai caro e nas proximidades do hotel do Presidente, só tem restaurante caro. E usa o cartão.

Então, se nós fomos analisar isoladamente o fato, o tal agente fez uma refeição de 200 reais. Aqui, para nós, é um absurdo. Para mim é, pelo menos. Um absurdo. Mas, lá fora, teve que fazer aquilo rapidamente, usando da facilidade do cartão, isso é um exemplo, assim, exemplo concreto até, mas eu citei alguns exemplos hipotéticos, como foi o caso dessa perda da validade ou perda da necessidade.

Sr. Deputado, uma coisa é nós estarmos aqui na sala ou estarmos em outro Poder, Legislativo, e a outra coisa é se estar conduzindo a atividade, qualquer que seja, no Poder Executivo, por exemplo. Se alguém do Executivo tentar entender e criticar e apresentar sugestões para coisas que ele julga que precisam ser aperfeiçoadas no Poder Legislativo, ele corre o risco muito grande de, apesar da boa vontade, ele estar fazendo uma crítica inadequada. E vice-versa.

A razão fundamental para nós insistirmos em haver a Comissão de Controle Externo da Atividade de Inteligência, e foi criada, inclusive, uma Comissão, chamemos até de mista, uma Comissão, três membros da Câmara, três membros do Senado, os dois Presidentes da Comissão de Defesa, líder da maioria, líder da minoria, nas duas Casas, e a Presidência vai sendo revezada pelos Presidentes das Comissões de defesa. Uma das razões, além da razão do controle externo, é que o Congresso esteja vivendo, por intermédio dessa Comissão, o dia-a-dia da inteligência. E eu posso citar, me perdoem, mais um instantinho, senhora Presidente, posso citar um fato muito auspicioso até. Em alguns dos momentos em que tivemos situações críticas, em termos de opinião pública, em termos da opinião que já se formava no Congresso, acerca da atividade de inteligência, e isso sempre há, nós tivemos o respaldo dessa Comissão. E essa Comissão mudou tendências do Congresso, quando foi ver *in loco* e quando conversamos e quando viu a documentação toda, do que se tratava na realidade. A sua idéia de ativar realmente isso, sugestão que eu tinha dado, inclusive, anteriormente, eu concordo totalmente com ela. Tem que ser um acompanhamento, prioritário até, para essas atividades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General. Deputado Silvio Costa e, depois, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Bom dia. Sr. General, sinceramente, para mim, esse é o depoimento mais importante dessa CPI. E, daqui a pouco, vou explicar por que. Mas eu queria fazer uma proposta à Presidente, quero fazer um pingue-pongue com V.Exa. Eu queria transformar essa nossa conversa o mais pedagógica possível. Para mim, é importante, que nós estamos falando para o Brasil. Vou começar pela pergunta óbvia, porque é importante que o senhor diga ao Brasil. O senhor foi o Chefe de Segurança do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sim ou não?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Chefe da Segurança Pessoal, não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Ministro-Chefe.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Ministro do Gabinete de Segurança Institucional. Fui.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Então, o senhor foi quem fazia a segurança do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu era, em última análise, o responsável, porque tinha, subordinado a mim, o órgão que fazia a segurança. Mas a responsabilidade era minha--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Perfeito, importante que o Brasil saiba disso. Segundo, na sua fala, o senhor se socorreu do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição. Eu lhe pergunto: Existe ou não existe, para os Chefes de Estado, contas sigilosas?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Nós temos visto, nesses documentos que circulam por aí, alguns vazados, outros não, que existe.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Então, o General, ex-Ministro da Segurança Pública de Fernando Henrique Cardoso, está dizendo, aqui na CPI, que existem contas sigilosas, não é isso?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Existem. Amparadas na lei, amparadas na Constituição, amparadas em decretos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Muito bem. Então, existem contas sigilosas. Terceiro ponto: O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ajudando, infelizmente, se comportando como um carbonário, e ajudando parte dessa oposição, parte dessa oposição irresponsável, disse que, por ele, poderia abrir as contas. Se o senhor estivesse na ativa, junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, como Ministro, o senhor aconselharia a abrir as contas? Já que nós aqui não sabemos o que é conta sigilosa de segurança, veja bem, nós não sabemos o que é conta sigilosa de segurança e aquela que não é segurança. O senhor, como ex-Ministro, autorizaria abrir as contas das autoridades que o senhor tem que protegê-las?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Senhor Deputado... Posso? Já é a resposta, né?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): É a pergunta. Eu propus um pingue-pongue.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sim, mas essa pergunta eu tenho que anteceder de uma ressalva. Eu, com todo respeito, discordo fun-

damentalmente de sua opinião sobre o Presidente Fernando Henrique. Eu tenho sobre ele a melhor das impressões e a melhor das opiniões formada em oito anos de despachos diários, às vezes, três vezes por dia. Feita essa ressalva, eu diria ao senhor, o senhor está levantando uma hipótese. Então, de acordo e coerente com que eu expus, cada caso tem que ser analisado, não só para se transformar em sigiloso, como para se romper o sigilo. Cada caso tem que ser analisado por ele. Em princípio, eu já diria ao senhor o seguinte, a V.Exa. o seguinte, todo o sigilo da Agência Brasileira de Inteligência, eu recomendaria fosse mantido.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): O senhor recomendaria que mantivesse o sigilo das contas do ex-Presidente?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu me referi à Agência Brasileira de Inteligência porque são duas áreas-–

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: O GSI tem a responsabilidade da inteligência, como o senhor sabe, e da segurança do Presidente. Então, já deixaria fora da minha resposta todas as contas sigilosas do serviço de inteligência. Essas ficam. Essas obedeceriam aos prazos da lei, que aí estão, cinco anos, 10 anos, 30 anos, e por aí vai. Agora, na hipótese que o senhor levanta, a resposta é essa: As contas que dizem respeito à segurança do Presidente da República, caberia a mim analisar e concluir; tal, tal, tal e tal despesa devem continuar sigilosas. Tal e tal, essas podem ser ostensivas. Mas, veja o senhor, nem só despesas de segurança são transformadas em despesas sigilosas. Como eu disse, aquele Decreto, tem um Decreto aí, em vigor, Decreto de 86, ele atribui a todos os Ministros-Chefes dos órgãos essenciais da Presidência a responsabilidade, sendo vedada inclusive à delegação, a responsabilidade por transformar uma conta, que seria com recursos ostensivos, em uma conta sigilosa. Então, são várias áreas ali. Quanto à segurança--

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): General, por favor, com toda educação do mundo, o senhor já me respondeu. O senhor, se estivesse na ativa, não aconselharia a abrir as contas das autoridades que o senhor fazia a segurança, porque a gente não sabe o que é secreto ou não, não é isso?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não, não foi o eu respondi. Eu respondo que as contas da ABIN, todas elas, manteria em sigilo. As outras contas, caso a caso, deveriam ser analisadas.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Então, o senhor pode dizer de forma pedagógica e pragmática o que podemos abrir e o que não podemos abrir?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Infelizmente, não.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sabe por que o senhor não pode dizer? Porque tem segurança nacional. Então, se tem segurança nacional, é preciso que a população brasileira saiba que tem contas que não podem ser abertas. Que ninguém pode saber. Não é verdade?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Há casos que não podem ser abertos.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Não é "há casos" e nem hipoteticamente, General. Não é "há casos". É o seguinte-

[soa a campainha].

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): A minha pergunta é--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Sílvio, o General tem o direito de responder. Então, gostaria que V.Exa., com todo o respeito que nós temos por todos os convidados que vêm aqui, gostaria que V.Exa. fizesse a pergunta e o General responda. Não pode interferir numa resposta.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Senhora Presidente, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria que V.Exa. fizesse a pergunta e o General responda a pergunta, como nós fazemos sempre.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Eu fiz a pergunta e o General falou "há casos". Eu disse que a nossa conversa tem que ser pedagógica--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): então, eu quero que V.Exa. faça esse favor.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pronto. General, a minha pergunta é simples. Por favor, se o senhor puder, eu quero que o senhor diga: Existem contas das autoridades que não podem ser abertas. É isso?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu não vou lhe responder, Sr. Deputado, assim, aritmeticamente, como o senhor quer. Não posso. Não é assunto de matemática aqui. Não é álgebra, não é aritmética, não há receita. O senhor está trabalhando em cima de hipóteses e as hipóteses comportam várias alternativas e várias opções. Então, eu responderia, de uma forma genérica e também hipotética, que, caso a caso, tem que ser examinado e serão encontrados casos em que

seria possível abrir o sigilo. E casos em que não seria possível abrir o sigilo. Quanto à segurança nacional, que o se referiu, fico muito satisfeito em ouvir essa expressão aqui nesse recinto.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): General, quero, sinceramente, lhe parabenizar pela seriedade, pela competência, pela forma técnica e imparcial que V.Exa. fez a sua fala. E quero aproveitar o momento para dizer ao Brasil, se possível, que parte da oposição desta Casa, no Senado e na Câmara, parte da oposição, está sendo literalmente irresponsável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Que isso?

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Parte da oposição. Deixe-me concluir, senhora Presidente. Eu não estou agredindo ninguém. Por que está? Existe uma luta política aqui, desde o início, onde a base do Governo vem dizendo que existem contas de autoridades que não podem ser abertas, por uma questão de segurança nacional. E a oposição, parte da oposição, querendo fazer teatro, insiste nessa tese. Está aí a UnB. A UnB, os estudantes estão lá, existem 230 cartões corporativos, usados por aquele Reitor da UnB. Por que essa CPI não vai verificar aqueles cartões corporativos? São 11 mil cartões corporativos no Brasil. O que é, afinal de contas, que essa oposição quer? Inventaram agora uma CPI no Senado, tentando desqualificar essa CPI, desqualificar parte da base do Governo. E eu fico feliz porque o senhor, hoje, foi o maior aliado da base do Governo. Porque o ex-Ministro de Fernando Henrique disse, textualmente, o que a base do Governo já vem dizendo desde o início. Disse que existem contas que não podem ser abertas. Senhora Presidente, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por nada. General.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu agradeço as suas considerações. Agora, que fique muito bem claro aqui que eu pautei a minha exposição em cima do Estado brasileiro. Não estou aliado a este ou àquele partido ou a este ou àquele grupo pró-Governo ou contra o Governo. Absolutamente. Passei oito anos sem nunca ter participado de uma Reunião partidária porque o excelente Presidente Fernando Henrique me deu a possibilidade de criar, dentro do Palácio do Planalto, um órgão representante do Estado Brasileiro, para tratar de assuntos, o senhor mencionou, assuntos de segurança nacional. E ele fez a proteção desse órgão do Estado Brasileiro, com toda a veemência. Nunca ninguém, subordinado a mim... Chegamos a centenas, nunca ninguém foi nomeado por indicação de partidos ou de amigos do Presidente. Todos por minha indicação. Coerente, o Presidente, com a criação de um órgão de Estado dentro, ali, Casa do Governo. Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Obrigado ao senhor e parabéns pela sua firmeza.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pela ordem. Só para registrar. Deputado Silvio Costa, me parece que ele estava inscrito, eu acho que ele era o sexto ou sétimo inscrito. Não sei se houve algum erro ou equívoco, ele pediu pela ordem e acabou falando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok, foi um pedido específico do Deputado e o Deputado Carlos Willian me pediu que fizesse essa substituição, que era o primeiro da lista-

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E eu fiz uma gentileza para que ele pudesse viajar agora porque ele me contou o caso que ele tem e achei que era muito urgente. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhora Presidente, senhor Relator, Srs. membros, ilustre convidado dessa manhã, é um prazer tê-lo conosco e quero cumprimentá-lo pelo que fez pelo país, ao longo dos oito anos em que esteve à frente de um trabalho importante no Governo Fernando Henrique Cardoso. V.Exa. criou o gabinete de gestão, lutou e implantou a ABIN, criou a Secretaria Antidrogas e, portanto, V.Exa. deixou um legado muito grande para o país. E eu queria cumprimentá-lo, nesse momento, publicamente.

Na verdade, General, toda a celeuma, pelo menos a meu ver, ela cinge-se ao tal conceito de sigilo, o que deve ou não ser sigiloso. V.Exa. colocou com muita propriedade a questão do princípio da publicidade. Ele é a regra. O sigilo é a exceção. E, como tal, no conflito entre ambos, penso eu, publicidade e sigilo, se houver um conflito aparente de normas, prevalece a regra e não exceção. É o meu entendimento. Todavia, concordo que certos gastos são de natureza secreta, ultrasecreta, eu diria, indo até além do sentido da palavra sigilo. Mas o General Félix fez aqui uma afirmação e eu gostaria de saber de V.Exa., essa é a minha primeira pergunta, se o seu sentimento é o mesmo. Ele disse, eu me refiro a sigilo das contas do Presidente da República, do Vice-Presidente, daquilo que cabe ao Gabinete de Segurança Institucional. Ele falou assim: "Mas jamais a prestação de contas". A frase dele foi: "Não existe sigilo em prestação de contas". V.Exa. concorda com isso?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: A prestação de contas de gastos sigilosos recebe a classificação de também sigilosa. O mesmo grau de sigilo

dado aos gastos. Mas há prestação de contas, ela não é ostensiva, logicamente, estou sendo até repetitivo nisso, não é ostensiva, mas é feita no TCU, que dá o tratamento, é colocado no anexo, que dá o tratamento muito correto e muito sério e muito profissional a esse aspecto. O TCU respeita o sigilo.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. tem conhecimento que a lei que foi citada por V.Exa., no art. 23, diz, no art. 24, que qualquer Juiz poderá decretar a quebra daquele sigilo e ter ciência daquela documentação, desde que, obviamente, de forma fundamentada, como o Deputado Paulo Teixeira disse aqui, concordo com ele, só discordamos porque entende que não há o fundamento. Mas ambos sabemos que não podemos banalizar e, portanto, sair quebrando sigilo sem motivação. Aqui entendo que há motivação. Eu digo isso porque V.Exa. também tem ciência de que a CPI tem poderes jurisdicionais. Portanto, poderia ter acesso aos tais anexos. Por exemplo, ainda mais levando-se em conta que o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Se ele é um órgão auxiliar e auxilia justamente na fiscalização e ele tem essa prerrogativa de fiscalizar gastos secretos em anexo, em documentação anexa, evidentemente que uma CPI, pergunto a V.Exa., tendo poderes jurisdicionais poderia ter acesso, se aprovado pela própria CPI, a esses documentos?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, o senhor me fez uma pergunta numa área onde o seu conhecimento de causa é muito maior do que o meu. Muito maior. Respondendo, em tese, ao senhor, qualquer órgão que, por lei, tenha competência para qualquer providência, como essa aí, não sei se a CPI tem essa competência. Mas, se tiver, é um órgão da República brasileira, que pode exercer a sua competência como bem lhe aprouver.

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Perfeito. V.Exa. fez uma afirmação, que não só o Gabinete de Segurança Institucional, o GSI, mas também outros Ministros, Defesa, acho que são quatro ou cinco, têm o poder de fazer essa gestão de risco, ou seja, essa capacidade e essa legitimidade para fazer essa análise de gestão de risco. E V.Exa., em seguida, disse que o art. 23, eu acho que procurei colocar literalmente o que V.Exa. disse, "é democracia pura". E o gestor, ou seja, esses quatro ou cinco Ministros, tem que cumpri-lo de forma eficiente. Ou seja, cumpri-lo na íntegra. Cumpri-lo na íntegra, ou seja, eles têm que ter ciência daquilo que é sigiloso. Eles têm que ter clareza, ao fazer essa análise da gestão de risco. Nós teríamos, assim, uma solução para um grave entrave, ou diríamos, a solução para um obstáculo que temos que sobrepor nessa CPI, se nós tivéssemos, por parte desses cinco ou seis Ministros, que respeitando o art. 23, dissessem: "Tais ecônomos..." , não o nome, suponhamos, tem 100 ecônomos na Presidência da República, 50 em cada um desses Ministérios, desses quatro ou cinco. Se eles tem que descumprir na íntegra e saber o que é ou não sigiloso, fazer análise de risco, eles poderiam perfeitamente enviar a essa CPI, dizendo o seguinte: "Aqui tem 50 ecônomos. Estou encaminhando o nome de 30 e outros 20 não estou encaminhando porque existe o sigilo com relação à identidade dessas pessoas". E a CPI iria respeitá-lo na medida do seu conceito constitucional.

O grande problema é que o General Félix até tentou, começou a fazer a conta, "são três da Presidência, mais 12 dos outros Ministérios, um do próprio GSI..." Enfim, se tivéssemos isso, e até o Deputado Maurício Quintella me acompanhou, se nós pudéssemos ter esse escopo do que, por parte desses Ministros, de quais são os ecônomos que efetivamente os nomes não podem vir para cá, e para isso não precisaria identificá-los, óbvio, senão seria uma incoerência, mas tão-somente encaminhar os que podem, nós resolveríamos o problema da questão do sigilo aqui nessa CPI. Pergunto a V.Exa.: Dentro do dever que tem de cumprir o art. 23, V.Exa. concordaria comigo que cada um deles poderia perfeitamente saber, nos seus Ministérios, não me refiro aos outros, nos seus Ministérios, quem são esses ecônomos? Porque cuida-se da rotina, cuida-se da manutenção, cuida-se da alimentação, não consigo entender como é que um Ministro GSI ou Ministro da Defesa não saiba quem são esses ecônomos. Se ele cuida de tudo isso, que faz aquisição para a manutenção, aquisição para alimentação, aquisição para transporte, se ele souber e disser e souber e efetivamente não encaminhar para cá, resolve-se a questão. O problema é que fica num campo da subjetividade, General, que nunca vamos chegar a lugar nenhum porque o princípio da publicidade, ele cai por terra diante do princípio excepcional, que é o do sigilo, quando se entra no campo da subjetividade. Quando se diz: "Mas o que é subjetivo?" Depende. "O que é sigiloso?" Depende. Se depende, eu me vejo no direito e, portanto, me vejo com a prerrogativa de não encaminhar nada. Porque tudo fica no depende. E, nessa questão desses Ministérios, em razão do poder que eles têm e do dever de cumprir o art. 23, V.Exa. há de convir comigo que eles têm como saber quem são os ecônomos cuja identidade não pode vir e aqueles cuja identidade pode ser encaminhada. É uma pergunta que faço a V.Exa..

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, uma vez mais, sem ser evasivo, já percebeu, não sou evasivo em respostas, mas também só respondo com conhecimento de causa. Não sei quais são as normas atuais. Realmente não sei e, nesse não saber, nessa minha ignorância do que ocorre atualmente, não estou emitindo juízo de valor. Realmente não sei. Portanto, eu não lhe posso responder com base dos costumes e nas normas atuais.

Agora, em tese, o que nós temos é um Decreto de 86, em vigor, que atribui aos... Só aos Ministros dos órgãos essenciais da Presidência da República, com base naqueles itens de segurança e aquilo que já foi comentado, defesa da intimidade etc., dos Ministros ali da Casa, atribui a eles a possibilidade de eles decidirem pela... Pelo grau de sigilo. Então, quem tem essa atribuição de decidir pelo grau de sigilo são esses Ministros.

Agora, eu não sei realmente... Repito, não estou sendo evasivo-

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não sei como é que são os costumes nesse aspecto e, quando falo em costumes, também não é crítica. Não sei como é a coisa.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E se eu pudesse reformular a pergunta, até para lhe dar mais subsídios, à época de V.Exa., V.Exa. saberia dizer quais seriam os ecônomos que não deveriam ter sua identidade apresentada à CPI? À época em que V.Exa. estava à frente do Gabinete de Segurança Institucional? Saberia dizer?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sem dúvida.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Fico muito feliz com a resposta de V.Exa. porque talvez, e tenho visto boa vontade por parte do Deputado Paulo Teixeira e de outros integrantes da base aliada, no sentido de buscarmos convergir para saber aquilo que, de fato, é ou não sigiloso, e essa sua resposta é muito importante.

Se fala muito da questão de que se esses documentos para cá viessem, eles poderiam vazar. Eles nem bem vieram e já vazaram. Então, eu até entendo essa preocupação. Por essa razão, eu pedi, nos requerimentos que formulei e que serão votados na terça-feira, que nessa questão do sigilo, não fosse feita a quebra. E aí faço essa ponderação até ao encontro do que disse o Deputado Paulo Teixeira. E por que pedi que não houvesse a quebra isso, e isso não é uma mera troca de palavras. Tem efeito bastante grande. Se peço a quebra e a Comissão aprova, esse documento desde... Desse momento em diante, se torna público, mesmo lá onde está. Ou seja, quebrado o sigilo, ele público se torna. Isso legalmente falando. Com receio de que pudesse haver o vazamento, eu pedi que houvesse o compartilhamento desse sigilo com a CPI. E esse compartilhamento, se ele não fosse se dar com a transferência dos documentos para cá, mantido, ou seja, sob o manto do sigilo, sob pena de vazar a informação, eu pergunto a V.Exa.: Seria prudente que, em havendo o compartilhamento aprovado por essa CPI, que ao invés, na visão de V.Exa., ao invés de vir para cá, que formássemos uma Comissão, como faz o TCU, e fôssemos até lá para verificar esses gastos, ou seja, V.Exa. seria favorável a esse compartilhamento, ao invés da quebra, para tentarmos viabilizar o acesso à prestação de contas e não às contas?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, vou responder em tese, que, mais uma vez, não quero me imiscuir nesse andamento das coisas, nem posso, mas posso lhe responder em tese, dizendo o seguinte: Na atividade de inteligência, há uma norma de credenciamento, um credenciamento que pressupõe alta responsabilidade. A pessoa credenciada para ter acesso a determinado nível de sigilo é responsabilizado pelo vazamento que ocorra em relação àqueles documentos sigilosos que estiveram em suas mãos. Então, essa é a tese. Isso é o que acontece num serviço de inteligência, onde esse rigor com a responsabilidade, responsabilidade no sentido de responder por qualquer ato não compatível com a confiança que lhe foi dada, quando se o credenciou para ter acesso àqueles documentos.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Já finalizando, eu queria agradecer a V.Exa. pelas informações que nos trouxe e informar aos colegas dessa CPI que, como fui o autor dessa proposta de instalação da CPMI e também como fui autor da representação, no ano de 2003, junto à Procuradoria da República, no afã de se ver investigados os eventuais desvios de dinheiro público, eu queria trazer aqui essa informação, que solicitei à Procuradoria que me encaminhasse cópia de todos os documentos que lá estavam. E ela, de fato, encaminhou, fazendo a ressalva de que não me encaminharia tão-somente àqueles que ela, Procuradora, teve acesso, mas que eram sigilosos. E, ao me encaminhar esses documentos, numa das folhas desse documento, passei toda a documentação à Presidência, ela diz o seguinte, que, quando solicitou que tivesse acesso às contas do Presidente da República, ela mostrou o ofício que foi respondido a ela. Que eles não poderiam encaminhar, tendo em vista essa questão do sigilo, mas que ficava a ela, ficava a documentação ficava disponível a ela, desde que ela fosse para lá,

para o local onde ficam essas prestações de contas e lá se credenciasse e analisasse no local.

Portanto, uma Procuradora da República, que não tem poderes jurisdicionais, único poder que ela tem é de requisitar documentos e, quando requisitou, disseram a ela: "Os sigilosos não, mas pode vir a aqui que terá acesso a tudo". Eu penso que se encaminharmos por essa alternativa, senhora Presidente, senhor Relator, dentro do escopo dessa CPI, nós podemos avançar e muito. E, portanto, reitero aqui, acredito muito nesta CPI. Não vejo problema que uma outra linha de investigação seja aberta no Senado, uma vez que são mais pessoas a investigar o eventual desvio de dinheiro público, mas a Procuradora, e aí vem o fundamento que me pediu o Deputado Paulo Teixeira, no dia 28 de janeiro desse ano, após quatro anos de investigação, baixou a portaria 01/08, dizendo que, "havendo indícios da prática de ato de improbidade, instauro inquérito civil para analisar quem foram os autores desses desvios". Portanto, fundamentação não nos falta. Argumentos não nos faltam. O que nos falta é acordarmos o modo como faremos isso, preservando tudo aquilo que fora dito, no que tange à segurança pessoal do Presidente, do Vice-Presidente, e é isso que eu proponho que essa Comissão faça, porque eu acredito nela.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. General, quer fazer alguma consideração, embora não tenha feito nenhum questionamento?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Se já estou terminado... Eu quero agradecer muitíssimo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não. É o Deputado Carlos. Pela ordem--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não estou com pressa de ir embora não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Embora o Ministro Gregolin já se encontre presente, ele procurou, mesmo que tenha mandado informar que ele ia demorar um pouco, mas que ele quis vir para não se atrasar. Então, ele já está aí.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu queria apenas um esclarecimento do Deputado Carlos Sampaio. Uma Procuradora pediu essa informação, pediu acesso aos dados sigilosos a quem?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): À Presidência da República.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Alguém da Presidência da República informou que ela teria acesso se fosse lá?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Teria acesso se fosse lá. E foi, e teve acesso a essa informação.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Pois é. E teve aceso de forma equivocada, né?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não. Ao contrário.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Estou apenas colocando aqui que a opinião que eu tenho é que o funcionário da Presidência da República que deu acesso à Procuradora-

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu gostaria que V.Exa. esclarecesse esse fato. É importante isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Quando você encaminha um ofício para a Presidência da República... "Senhor Presidente Luis Inácio Lula da Silva, solicito acesso às contas de V.Exa.", existe um órgão que responde o ofício em nome do Presidente. E este órgão disse: "Todos os documentos que V.Exa. solicitou, estou encaminhando. Com relação às contas pessoais do Presidente, o sigilo deve ser mantido, portanto, V.Exa. pode ter acesso a ele, porque é prestação de contas, desde que seja na Presidência". Não foi algum funcionário que fez aleatoriamente. É a Casa Civil, através da SAPR, através da Secretaria de Administração da Presidência da República, e pode, por quê? Porque é prestação de contas e quanto à prestação de contas, não há sigilo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Deputada Perpétua Almeida.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada. É rapidamente, até porque eu peguei muito pouco as informações do General Cardoso. Mas eu queria duas perguntas apenas, General. Em dois momentos diferentes dessa CPI, no início dos trabalhos dessa CPI, a imprensa inteira divulgou, na primeira semana, a CPI, na verdade, nem estava instalada ainda, mas divulgou informações, declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde até a gente leu aqui nessa CPI, em alguns momentos, onde ele achava um absurdo se investigar dados sigilosos dos Presidentes da República, tanto dos ex-Presidentes, como do atual. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deu essas declarações, em vários jornais, no início dos trabalhos dessa CPI. Depois, quando iniciou-se o processo de acirramento do debate, da luta política, que é natural, se divulgou uma outra opinião dele, que veio uma carta para essa CPI, onde ele autorizava a abertura dos seus sigilos. O senhor, como um homem que ocupou função im-

portante no país, o que o senhor acha que é a mais correta ou a mais ponderada ou a mais lúcida das duas opiniões? Eu queria ouvir a sua opinião acerca desses dois momentos.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sra. Deputada, não sei se a senhora estava presente, quando eu expus, muito claramente, a minha opinião e minha admiração pelo Presidente Fernando Henrique. Não sei se a senhora estava aqui. Eu não tenho dados para fazer uma comparação entre essas atitudes a que a senhora se refere e, muito menos, embora gostaria de ter, procuração do senhor Presidente para defender uma atitude ou outra. Sinceramente, eu não sabia da primeira atitude a que a senhora se referiu. Agora, partindo do Presidente Fernando Henrique, para mim, já tem crédito. Então, alguma coisa aconteceu, nesse percurso, que o fez, se ele mudou a opinião, a senhora está dizendo, realmente, eu não sei; se ele mudou, houve... Alguma coisa aconteceu nesse percurso, que eu não tenha conhecimento.

Na minha exposição, a senhora realmente não estava presente, na minha exposição, eu deixei uma opinião muito clara minha, a respeito do que deve ser feito para se chegar à conclusão que determinado gasto, determinada aquisição, deva ser colocada em regime especial de tratamento, o regime do sigilo. Isso tem que ser feito com muito cuidado, com muita lisura porque há um choque de princípios, que eu procurei mostrar o princípio da publicidade, o princípio da eficiência, há um choque nisso aí, se não for muito bem gerido o processo.

Então, eu resumiria, talvez até repetindo, primeiro, não tenho conhecimento da mudança de opinião; a senhora citou, mas, em princípio, dou crédito a, se houve uma mudança de opinião, é porque algo aconteceu nesse caminho, que fez o Presidente decidir por abrir suas contas. Muito obrigado.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Muito obrigada. Só a última pergunta, senhora Presidenta. Em torno dessa CPI, se criaram, assim, muitas polêmicas. Uma delas foi o vazamento de informações consideradas sigilosas, da Casa Civil, e uma posterior divulgação dessas informações, que nós consideramos um crime. Tanto o vazamento, como a divulgação, que foi feita por Deputados e Senadores. A oposição chamou as informações que foram para a imprensa de dossiê. Agora, já circula, inclusive, um segundo dossiê, que seriam informações já... De viagens do atual Presidente. Inclusive, está num dos jornais de hoje, salvo engano, no Correio Braziliense. Portanto, houve vazamentos, tanto das contas consideradas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, e agora, um segundo dossiê, fruto também de vazamento, de contas consideradas sigilosas, do atual Presidente Lula. Se essas coisas tivessem acontecido no momento em que o senhor assumia essa responsabilidade na Casa Civil, qual teria sido a sua decisão acerca do vazamento das informações e da publicidade dessas informações?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sra. Deputada, há uma hipótese levantada pela senhora. Se tivesse acontecido, na minha época etc. Não aconteceu. O GSI não é, digamos, o xerife do Palácio do Planalto. O GSI não tem... Não era na minha época, não tinha o domínio de todo o processamento de dados ali da Presidência da República. Cada Ministro tem a sua atribuição, a sua área, há harmonia entre os Ministros, estou me referindo à minha época, agora tenho certeza que também, há harmonia entre os ministros, reuniões quase que diárias, para conversas, para despachos, para tratamento de assuntos afetos às áreas que têm influência sobre as outras, porque ali é um sistema que existe.

E, em nenhum momento, em nenhum momento, eu tomei conhecimento de elaboração de dossiês, na minha época, lá. Muito menos porque não tomei conhecimento da elaboração, de vazamentos. Então, na hipótese criada por V.Exa., Deputada, eu posso apenas referir o que eu vivi lá e o que eu presenciei. Era muita harmonia, muita tranqüilidade, nesse sentido de... Muito trabalho, mas muita tranqüilidade nesse sentido da segurança e da confiança recíproca entre as pessoas que ali estavam.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Só encerrei. É porque agora já tem dois dossiês. Um, fruto do vazamento das informações sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e outro, fruto das informações sigilosas do atual Presidente Lula. Muito obrigada, Sra. Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputada. Deputado Nilson.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Presidente, tem os titulares e tem os suplentes, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Nilson Mourão não está. Deputado Vic e depois Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Já é minha vez, senhora Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É. Deputado Nilson Mourão saiu?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, primeiro lugar queria esclarecer, não vou aqui defender o Presidente Fernando Henri-

que, mas eu gostaria de repor a verdade. O Presidente Fernando Henrique nunca foi contra a divulgação ou a investigação do seu Governo. Apenas o foco da CPI, Relator, era outro. O fato determinado era outro. Então, não tinha porque investigar nada do Governo dele, porque não havia nada de errado, não havia nenhum indício de erro. A partir do momento em que começou se a investigar e saiu o dossiê do Governo dele, ele, automaticamente, se é para investigar, então, vamos investigar tudo. PSDB nunca me defende, é o nosso primo rico, mas eu faço questão de deixar claro isso aí. Nós temos uma relação de amor e ódio, que vem sendo construída ao longo dos anos. Aproveitando, General--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Aproveitando, General, já que a gente está falando desse dossiê, esse dossiê, com esses gastos supérfluos que apareceram aí, esses gastos que apareceram, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o senhor acha que isso aí... Eu vou aqui tentar imitar o Deputado Silvio Costa, com o pingue-pongue, mas, da maneira mais educada possível com o senhor, General. Esses gastos supérfluos do Governo Fernando Henrique, o senhor acha que isso aí atrapalha ou isso aí coloca em risco a segurança do Presidente Lula? Eles serem liberados, eles serem divulgados?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: O dossiê que o senhor se refere...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O dossiê que está aí, que saiu na imprensa, com os gastos da D. Ruth, do Presidente, esses gastos pessoais, o senhor acha que isso aí atrapalha e coloca em risco o Presidente Lula, o atual Presidente?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Pelo que estou entendendo, a publicação dos gastos do Governo anterior, se coloca em risco o Governo atual?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ótimo. Melhor até. Melhor até sua pergunta.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Como opinião pessoal, não vejo como.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não? O Presidente Fernando Henrique-

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): V.Exa. permite uma pergunta? Por que é que ele, então-–

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Não descontando nada, eu permito o aparte para todo mundo. Mas descontando, aí, vou ficar prejudicado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, não. Não vamos começar--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): General, o Presidente Fernando Henrique solicitou a abertura total de suas contas pessoais na Presidência da República. O senhor é a favor dessa decisão do Presidente?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu gostaria de voltar à minha resposta anterior. Eu respondi a uma pergunta, se a publicação dos gastos do Governo anterior colocava em risco o Governo atual. E eu disse: "Não vejo como". Foi essa a colocação da pergunta feita.

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Deputado, o senhor... Deputado Paulo, o senhor pode escrever a perguntinha, traga para mim que eu faço, sem problema. O senhor ficou preocupado, General, com essa divulgação do dossiê?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu tenho a impressão que qualquer brasileiro fica preocupado quando começa a haver, na imprensa, referências a dossiês. O país está bem, está andando bem, a economia está bem... Vamos manter o rumo do país. Como brasileiro, estou respondendo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor avalia... O que é um dossiê, na sua opinião, homem de informações?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não... Esse termo dossiê, em qualquer atividade, se refere a um processo de documentos acumulados, que tem a ver com o determinado objetivo ou determinada pessoa ou determinada finalidade. Esse é o conceito de dossiê.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): General, o senhor acha que o GSI, o Gabinete de Segurança Institucional teria condições de saber quem fez esse dossiê? Pelo que o senhor conhece dessa estrutura toda, que o senhor comandou durante muitos anos, afinal, uma área de inteligência, ali ,segundo o senhor nos falou ainda há pouco, até o lixo do Presidente e da D. Dilma é catado e é separado, enfim, numa garimpagem de lixo que o senhor falou, que não entendi direito, se o senhor puder explicar do que se trata essa garimpagem de lixo.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu apresentei uma estrutura, que existe, em qualquer área que existe, de pessoas que, a título de espiona-

gem, até lixo freqüentam. Até lixo vasculham. Garimpam nesses lixos.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E sua área de inteligência fez alguma coisa, durante esse tempo para que esse lixo não fosse garimpado por esse tipo de gente?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Há normas que todo Governo tem, normas de cuidado com documentos, por exemplo, fazer a trituração dos documentos, triturar em dois sentidos, porque já se faz montagem de documento triturado; há normas internas nas residências oficiais, eu imagino que existam--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas no lixo?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Lembram-se os senhores, de alguns anos atrás, um determinado Presidente teve o lixo da sua Casa vasculhado, e ali viram remédios que eram tomados, até pelo Presidente ou pela família. São esses cuidados que devem ser tomados, com o problema da intimidade, da vida privada da pessoa, da imagem da pessoa. Então, se tomam cuidados com o lixo, para que não vão para o lixo coisas que tratam da vida privada das pessoas-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, esse trabalho é feito--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: --Eu lhe digo ele que, na minha casa, eu faço isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O que o senhor joga no lixo o senhor vai ver depois se era para ir para o lixo?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu não vou depois. Eu vejo antes, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois é, mas, no caso lá, não. Na Presidência, é visto depois. O senhor acabou de dizer que é feito esse trabalho.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não... Que se fazia. Como se faz hoje em dia, eu não sei.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sim, na sua época, era feito um trabalho--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Os cuidados com o que vai para o lixo, isso, em qualquer escritório aí fora, de qualquer supermercado, qualquer empresa é feito. Existe a espionagem industrial, por exemplo, com a qual a ABIN se preocupa, a ABIN tem um curso de proteção dos conhecimentos sensíveis--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois então, General, é muito simples a minha pergunta, eu queria saber se é rotina isso ou não. Só isso. Na sua época, era. Agora, o senhor não sabe--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: A minha resposta também é muito simples, eu não sei como acontece isso hoje.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, na sua época. O senhor pode responder pela sua época-

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu já lhe respondi, Deputado, na minha época, todos os cuidados com a documentação eram tomados. Da mesma forma, os cuidados, havia normas internas para tomar cuidado com que vai para o lixo. Não que houvesse coisas a esconder, mas que há aspectos que foram mostrados aí--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor deu o exemplo dos remédios--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Há decretos e há leis tratando disso aí, cuidar da preservação da privacidade das pessoas, da imagem das pessoas, principalmente pessoas públicas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu pergunto isso, General, porque estamos vendo uma neurose muito grande, porque, daqui a pouco, a base do Governo vai querer colocar o Presidente Lula e a D. Dilma no serviço de proteção à testemunha. Ninguém vai nem saber que existe. Nem onde mora, nada. Porque está se... Quer dizer, é um negócio que eu, sinceramente, nunca vi. Esses dados pessoais, essas despesas pessoais, a roupa que o Presidente compra, quer dizer, não vou nem perguntar isso para o senhor porque já fiz essa pergunta para o General--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: É bom, Deputado, porque eu estou fora dessa discussão. Essa discussão é partidária e eu estou fora dela--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é discussão partidária. Essa discussão não é partidária. Nós queremos ter acesso a uma investigação, aos dados e às despesas do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Sarney, do Presidente Getúlio Vargas, nós queremos apenas ter... Nós queremos ter acesso a essas--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Quando me referi a partidária, não foi de forma pejorativa. Eu disse o seguinte---

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas pareceu, para mim.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Se pareceu, me desculpe, mas não foi a intenção. O que eu quis dizer é que há discussão entre partidos, na qual eu não entro. Vim aqui depor sobre o que tinha acontecido ou que aconteceu e o que eu sei, em termos da doutrina, das teses, dos princípios--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Só estou perguntando isso. Não estou entrando nada

partidariamente, nada politicamente. Não sei nem se o senhor sabe qual é meu partido.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sei seu partido. É o Democratas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ótimo. Na sua época, a ABIN possuía aparelho de escuta tipo guardião? Esse que faz a escuta-

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não estou dizendo guardião, só se é parecido.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não fazia. A ABIN não tinha atribuição nem autorização judicial era pedida e, se fosse pedida, nunca queria dar. Como lhe disse, não sei. Não fazia-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, o General disse aqui que, até hoje, não teve. Diga uma coisa, Ministro, a manutenção de esteiras, que foi paga pelos cartões corporativos, ela não deveria ter sido feita um processo licitatório? Por mais que o valor fosse pequeno, mas era um serviço contínuo, era um trabalho contínuo. O senhor acha que isso teria que ser... Estou dando apenas um exemplo, o senhor acha que isso deve ser pago com cartão corporativo? Isso aí é uma despesa que se faz com cartão corporativo? É da sua área. É da sua área, porque é pelo Gabinete de Segurança Institucional.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Deputado Vic, eu vou conceder mais dois minutos para a gente encerrar a sua participação, ok?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Tenho mais dois minutos de réplica?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Mais dois.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Estamos entrando aí na área da Administração Pública. Não é? O uso de cartão corporativo, cujos processos atuais eu não domino, mas tenho certeza de que o uso do cartão corporativo, para fazer aquisições ou despesas, além dos limites permitidos para licitação, é vedado. É vedado. A não ser naqueles casos--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, não é vedado, General. Então, é a notícia do dia porque os cartões corporativos... Se retirava dinheiro muito acima do limite--

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não sei. Não tive acesso. Não me interessei por isso, mas eu estou falando ao senhor--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas é vedado? O senhor está dizendo que é vedado?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: O cartão corporativo, não estou dizendo novidade nenhuma. Estou dizendo o que tem aí. O cartão corporativo foi criado para despesas rápidas. Essas de pronto pagamento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Pois então.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: E, como suprimentos de fundos também, anteriores, eram vedados a fazer aquisições acima de limites de licitação, a não ser que houvesse o caso da urgência, devidamente comprovada.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Compra de vinho, General, é uma compra urgente para a Presidência da República?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu vou pedir permissão à Presidente para não responder essa pergunta porque o senhor está entrando em temas, itens pequenos, de... Que eu não sei... Não sei quais são--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): General, não tem normas. Não estou entrando em temas pequenos, estou entrando em temas que dizem respeito à nossa CPI. O senhor tem todo direito, até porque o senhor não é convocado, o senhor é convidado, pode não responder nada aqui e o que o senhor falar não vai ter valor jurídico nenhum. Eu sei que o senhor é um homem de honra, sério, o admiro, mas tem direito de não responder praticamente nada. Encerrei minha participação. Obrigado, General. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Britanicamente, Deputado. Vou passar a palavra agora ao próximo orador inscrito, Deputado Maurício Quintella.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Senhor Presidente, Deputado Luiz Sérgio, Relator dessa CPMI, Coronel Alberto Cardoso, primeiro gostaria... General... Desculpe. General Alberto Cardoso, primeiro gostaria de agradecer a V.Exa. pela presença nessa CPI, como já era esperado, V.Exa. dá uma grande contribuição a esse debate. Quero aqui deixar V.Exa. ciente de que tem um altíssimo conceito no Congresso Nacional, tanto na base do Governo como também, tenho certeza, na oposição, independentemente de partido, pelo trabalho que V.Exa. desenvolveu, quando Ministro do Gabinete de Segurança Institucional. Acho, General, que essa CPMI...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, pela ordem. Se fosse possível alguém comunicar que a CPI está em andamento... Porque acho não é possível o Deputado Quintella continuar indagando com...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Gostaria de pedir providências para assessoria. Parece que tem uma britadeira. Vou conceder mais um minuto, Deputado.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu gostaria de interromper um pouco o meu tempo e esperar--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Ok. A solução do problema.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Acho que solucionaram. Acho que... Essa CPI, ela está dando oportunidade ao Congresso Nacional e ao Brasil de trazer o debate do sigilo. Acho que a grande dificuldade... O sigilo foi debatido na Constituição de 88, depois, algumas normas foram aditadas, mas, verdadeiramente, ele não foi mais debatido nessa Casa. Por isso é que nós temos uma grande dificuldade de delimitar até onde nós podemos e devemos ir nessa CPI. Acho que já fiz essa discussão com o Deputado Carlos Sampaio aqui várias vezes. Essa é a grande dificuldade. E por isso que nós temos a responsabilidade muito grande.

O senhor, no início dessa palestra, trouxe para cá o debate e o conflito, "conflito constitucional" que nós temos, entre dois princípios, o da publicidade e o da eficiência. Eu discordo. Acho que nós não temos conflito algum nesse tema. Nós temos um paradoxo: Publicidade quer dizer menos segurança; sigilo poderia se traduzir em mais segurança. Mas a Constituição, ela delimita claramente, ela faz uma fronteira entre um princípio e outro. Nós não temos, entre esses cinco princípios elencados pela Constituição, nenhuma hierarquia. E o princípio da moralidade, ele vem com a sua exceção determinada pelo art. 5º, inciso XXXIII da Constituição. O que não acontece, por exemplo, com o princípio da moralidade; não há exceção nenhuma para a moralidade, para a legalidade. Mas o princípio da publicidade, as contas públicas, prestação dessas contas, o controle, ele vai, quando ele chega ao art. 5º, XXXIII, a partir dessa fronteira, o que está se buscando, o que se busca alcançar é a eficiência. E a Legislação conexa, Deputado Carlos Sampaio, ela delega esse poder de dizer o que é sigiloso ou não ao Executivo. A quem está ocupando, por exemplo, o Ministério do Gabinete da Segurança Institucional, ao Diretor da ABIN. E me parece que, tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso, como no Governo Lula, os ocupantes desses cargos são... Foram e são homens da mais alta honorabilidade para o país.

A primeira pergunta é: A quebra desse sigilo, garantido constitucionalmente por um princípio igual ao da moralidade ou da publicidade, um princípio que está lá tarjado, mas argumentado, tem que ter o argumento, como V.Exa. disse, por alguém do Executivo que tenha essa prerrogativa constitucional. Quer dizer, a quebra, independente do prazo de validade, porque o prazo de validade também, me parece que tem que ser dado pelo Executivo. Não seria uma ilegalidade, não colocaria em risco essas instituições, tanto as instituições de segurança como a da Presidência da República?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: V.Exa. se refere à quebra do...

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Do sigilo. Daquilo que é sigiloso porque V.Exa., quando foi Ministro ou o Ministro atual, qualificou como sigiloso. Acho que isso é fundamental. Esse que era o nosso limite.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu tive a oportunidade de frisar bem que a minha opinião é que cada caso tem que ser visto com as suas características, o contexto que existia, quando foi tomada a decisão, esse contexto pode permanecer. As razões, as circunstâncias podem permanecer. Ou não. Então, cada caso de uma eventual, uma desejada quebra de sigilo tem que ser analisado de *per si*.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Esse prazo de validade, General, isso tem que ficar a caráter de quem está no Governo, no determinado momento, no efetivo exercício da função. Foi, não é mais, hoje é o General Félix. Despesas realizadas na época do senhor foram tarjadas de sigilosas por qualificação do atual Ministro, mas continuam como sigilosas. E são justamente essas contas que se buscam quebrar aqui nessa CPI. Elas continuam lá, tarjadas de sigilosas. A pergunta que eu faço é que se essas contas forem quebradas, se isso não colocaria em risco a instituição Presidência da República ou a Segurança Nacional. Ou Social... Da sociedade.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Vou colocar de forma objetiva, como uma hipótese, à guisa de exemplo. Então, se determinada aquisição de armamento para a segurança do Presidente da República e da munição correspondente que, na época, foi comprada com... Sob o grau de sigilo, se o rompimento desse sigilo vai mostrar alguma vulnerabilidade para o exercício da segurança do Presidente da República, o sigilo tem que ser mantido. Se já for ostensivamente subido qual é o tipo de armamento que é utilizado, que esse armamento é ainda eficaz e, portanto, dissuasório, seria até benéfico quebrar o sigilo. Uma forma de dissuasão de eventuais tentativas contra a segurança do Presidente.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): O meu questionamento, General, é porque a lei hoje, ela remete essa avaliação do que é e do que não é ao Poder Executivo. É extremamente cla-

ra, discricionária. Então, se essas contas ainda estão lá, qualificadas como sigilosas, parece que seria uma ilegalidade se quebrar esse sigilo agora. Esse que é o conceito que eu queria deixar aqui bem claro.

Outra pergunta que eu formularia a V.Exa., V.Exa. foi Ministro. Na época de V.Exa., também existia o sigilo. O sigilo remonta da época do Presidente Washington Luiz, me parece. Como é... Qual o rigor que há na prestação dessas contas e no controle por Tribunal de Contas da União, pelo, me parece que o Gabinete de Segurança Institucional que também faz essa avaliação, em relação a essas contas? Como é que é feita essa prestação de contas, em que rigor o senhor classificaria, se o senhor pudesse dar uma nota ao rigor que essa prestação de contas é feita?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Antes, Sr. Deputado, o Gabinete de Segurança Institucional, na minha época, fazia a prestação de contas ou recebia a prestação de contas dos órgãos a ele vinculados. No caso, a ABIN, a Secretaria Nacional Antidrogas, que tem autonomia. A Secretaria não, recebe recursos, a Secretaria Nacional Antidrogas, recursos orçamentários. E a ABIN, que tem autonomia administrativa inclusive.

Então, a prestação de contas que o Gabinete de Segurança Institucional recebia eram essas. E o grau de rigor que o senhor se refere, ali no GSI, é total. E mais, a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República era muito rigorosa, como muito rigoroso é o TCU. Então, essas três, esses três níveis de prestação de contas são um crivo muito poderoso e muito rigoroso nas prestações.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Gostaria apenas de registrar que o TCU foi ouvido aqui, uma alta funcionária do TCU, não recordo mais o nome da funcionária, ela afirmou categoricamente que todas essas contas sigilosas foram auditadas pelo TCU, do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo Lula, e que nenhum, mas nenhum gasto de caráter pessoal foi detectado, nem da época de Fernando Henrique Cardoso, nem da época do Presidente Lula.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Por amostragem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Por amostragem, mas uma grande amostragem, Presidente. É um método. Toda a auditoria é feita por amostragem. Aqui vamos fazer por amostragem também, que não vamos ter capacidade de analisar uma carreta-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpa, me intrometi, mas só porque V.Exa. disse todos os gastos do Fernando Henrique e do Lula, dos dois Presidentes. Mas não são todos os gastos porque não foram vistos todos os gastos. Foi amostragem.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): É claro, amostragem. Primeiro, gostaria de dizer que V.Exa. nunca se intromete. É sempre um prazer a interferência de V.Exa.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): E, para finalizar, General Alberto Cardoso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que eu tenho todo o respeito, toda admiração, como político e como ex-Presidente da República. Quero aqui deixar extremamente claro. Claro que ele está sujeito também aos embates políticos, às correntes partidárias... Enfim, todos nós estamos. Isso não... Ele deixou de ser Presidente, mas não deixou de ser um homem político. E ele exerce essa política com muita força. Me parece que foi levado a erro numa afirmação dele. Ele, depois de um certo momento da CPI, ele disse que, na época do Governo dele, disse que nunca existiu conta secreta, gasto secreto. E todos nós sabemos que isso existia. Não tenho a menor dúvida que ele mandou abrir os gastos da sua época porque ele tinha plena segurança que esses gastos foram realizados dentro da mais estrita correção. Fica fácil para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, depois que saiu da Presidência, fica pelo menos mais fácil dizer: "Não, o meu pode abrir". Concordo com V.Exa., acho que dificilmente aquilo que foi objetivo de despesa, de gasto, na época do Presidente Fernando Henrique, seis anos depois, possa ser classificado como de segurança para o atual Presidente, para o atual Governo. Um ou outro sim, pode estabelecer rotinas presidenciais, métodos ainda utilizados. Qual o Conselho--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Claro. O senhor, por exemplo, aconselharia o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não vou perguntar o Presidente Lula, mas, se ainda fosse o Presidente da República, a abrir suas contas, enquanto Presidente da República, abrir todas as contas? Isso seria prudente para um Governo? Finalizaria com esse questionamento.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Obrigado pela pergunta, que me dá a oportunidade para, uma vez mais, procurar traçar um divisor de águas

aí entre as despesas ostensivas e as sigilosas. Essas contas, pelo que eu tenho entendido, essas contas que estão sendo solicitadas serem abertas referem-se a ambos os casos, às ostensivas e às sigilosas. Então, é assim que estou entendendo a pergunta de V.Exa.. Não, eu não aconselharia. Eu não aconselharia enquanto cada um daqueles casos não tivesse sido analisado de *per si*, repito. Uma vez um caso analisado e não cabia a mim fazer essa análise, mas ao setor que tivesse decidido que aquela conta ia ser sigilosa, ou sigilosa ou ostensiva, mas abrir mesmo. Aliás, as ostensivas eram colocadas abertamente.

Então, enquanto cada um dos setores que tivesse decidido pelo sigilo não tivesse analisado caso a caso e concluído que era o caso de poder abrir, aí, caberia ao chefe daquele setor fazer, dar esse tipo de Conselho. No meu caso, nós trabalhávamos com a área de inteligência e a área de segurança, que pressupõem um cuidado maior até, em termos de possível conflito entre publicidade e eficiência, um cuidado maior com essa abertura do sigilo.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Para concluir minha [pronunciamento fora do microfone]. Eu teria dois minutos para a réplica, mas não vou utilizar-

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu já coloquei, mas não tem problema. Pode fazer.

DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL): Eu quero agradecer ao General e que queria apenas sugerir ao Relator, ao Deputado Luiz Sérgio, acho que essa CPI, ao contrário do que muitos pensam, pode dar uma contribuição ao Brasil enorme. Principalmente nessa questão, nesse debate do sigilo. Nós não temos nenhum instrumento, nós não avançamos ainda para... Nós não temos um termo ainda. Para a gente avançar para que venha o Governo, passa um Governo, o que era sigiloso, numa época, pode passar a não ser sigiloso depois. É preciso se tenha ou alguém ou algum organismo que, à medida que esses gastos sigilosos, que haja prestações de contas que, com o tempo, seja reanalisado(F), para se tirar a tarja do sigilo. Isso é importante até para se fazer o estudo de determinado Governo, da história do país. Isso é importante que se venha no Relatório, como sugestão para que a gente tenha essa evolução desses... Do que seria sigilo ou não. O prazo de validade dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, existe a lei dos arquivos, que prevê--

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Há a lei dos arquivos que prevê esses prazos. Se a sua proposta é antecipar a abertura antes dos prazos, isso fica a critério de cada Administração.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, General. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhora Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, nosso Relator, Luiz Sérgio, nosso Deputado Marcelo Melo, General Alberto Mendes Cardoso. Eu não vou... Inclusive, sou um admirador da carreira militar de V.Exa., acho que chegou ao topo, acima da patente de V.Exa., acho que só se tiver uma guerra, não é isso? General de Quatro Estrelas?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu dei sorte, cheguei a quatro estrelas, e estamos rezando para não haver uma guerra, sempre. De maneira que o posto de Marechal seja irrelevante.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria aproveitar um pouco a experiência de V.Exa., fazer perguntas simples. Acho que V.Exa. já falou bastante e ficar tentando inventar alguma coisa para que possa parecer para os telespectadores isso também já está ultrapassado. Eu queria perguntar o seguinte: V.Exa. acredita que hoje, com o avanço da tecnologia, a contra espionagem para que se possa proteger um Presidente ou todas as tarefas, está muito mais cara do que na época que V.Exa. fazia a proteção do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: V.Exa. sabe muito bem como evolui exponencialmente a tecnologia da informação. Realmente é espantoso. E, à medida que saem novas versões, seja para o ataque, seja para a defesa, em tecnologia de informação, a versão, quando chega, a nova versão, quando chega, chega cara. Daí a pouco, vai estar barata. Mas, quem trata de segurança de instituições da República, como são o Presidente e o Vice-Presidente, tem que estar sempre acompanhando a tecnologia mais moderna. Nem sempre se consegue, por restrições orçamentárias. Nem sempre. Mas sempre se procura estar *pari passo* com essa tecnologia. Então, realmente, eu não tenho dúvida que cada vez fica mais difícil, em conseqüência, mais caro, fazer a defesa contra a espionagem. Como também a espionagem se transforma cada vez em mais difícil e mais cara.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, quer dizer que, diante da declaração de V.Exa., nós compararmos despesa num momento passado com despesas de proteção de contra-espionagem hoje, é totalmente incoerente porque

são momentos diferentes, tecnologia evoluiu bastante e, conseqüentemente, o preço é diferente. Não poderíamos comparar despesas, custos em determinados momentos diferentes?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não sei quais critérios usados para essa comparação, realmente não sei. Mas, talvez, uma forma boa de comparar seria o Estado de segurança que era propiciado com aquela tecnologia disponível com o estado de segurança propiciado pela tecnologia atual, e se essa tecnologia está à disposição da segurança do Presidente ou não está. Aí, talvez, fosse um bom critério. O que eu falei em relação ao custo, também acontecia no passado. Cada versão nova, quando surge, surge muito cara.

Os custos de pesquisa e desenvolvimento, eles barateiam, porque a pesquisa e o desenvolvimento experimental são caros quando se parte de coisas incipientes. Mas, na medida em que vai evoluindo a tecnologia da informação, se parte de um patamar mais elevado, de domínio da tecnologia, o que barateia a pesquisa e o desenvolvimento. Então, acho que acabam se nivelando as razões de custo e as comparações. Eu acho que pode, sim, ser comparado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): General, todos nós, eu, por exemplo, sou... Depois de 30 anos, acho que ninguém muda. Então, tenho algumas manias. Quando vou a Goiânia, tenho o hotel que eu fico; quando vou de Uberlândia para Belo Horizonte, tem o hotel que fico, o restaurante que eu como, que é o Leite... Ou seja, se alguém resolver me matar, eu sou um alvo fácil, se investigarem toda minha vida. Eu já tive experiência de seqüestro na minha família. Eu queria saber o seguinte, General, dentro de um padrão que eu acredito que... Vou citar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, não para comparar com o Presidente Lula, falar do ex-Presidente porque V.Exa. trabalhou com o ex-Presidente. E é claro que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tem seus hábitos. E acho difícil ter mudado seus hábitos, até por causa da idade que ele tem. V.Exa. acredita que se nós abrimos tudo o que o Presidente consumia, o vinho que ele tomava, aonde ele... O tipo de comida que ele comia... V.Exa. acha que se eu quisesse assassinar o Presidente ou envenenar, eu poderia, através da análise de tudo que ele comia, o tipo de vinho, a comida, isso poderia, de alguma maneira, já que o Presidente é o símbolo maior da democracia, ele tem que ser protegido que ele foi eleito, é o símbolo maior, o Presidente Lula hoje, tenha sido o Presidente Fernando Henrique, Itamar, Sarney... Ele é o símbolo maior. Acredita que, se for aberta toda a documentação e alguém procurar analisar os fatos, os hábitos, poderia facilitar, de alguma maneira, que aparecesse um louco, querendo praticar um ato contra a democracia, poderia ser capaz, na sua experiência, de fazer um plano que pudesse levar a contento essa idéia louca?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, o senhor qualificou sua idéia como louca, o senhor está sendo rigoroso consigo próprio. O que se faz para evitar idéias loucas como essa que o senhor mencionou é muita coisa e há um rigor muito grande nisso. Então, quando se trabalha com segurança, de qualquer tipo de segurança, mas, no nosso caso, desses símbolos praticamente da República brasileira, procura-se trabalhar com margem de tolerância absolutamente nula. É zero de tolerância em relação ao azar. Vamos chamar assim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Falta de sorte.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Também. Ao azar que o azar no sentido francês, ao acaso. Bem, então, o que se faz? A segurança de um Presidente da República, continua havendo depois que ele sai do cargo. Os Presidentes têm a sua segurança. Logicamente, sem aquela eficácia e aquela... Aquele poder dissuasório que tem a segurança quando ele está no cargo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, General. Eu quero tentar... Eu sei que V.Exa. está... Se tivesse na sua situação, com a minha paciência muito menor, que eu sou um pouco mais jovem e V.Exa. tem mais experiência, eu queria saber o seguinte só. V.Exa. acredita que os hábitos que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso tinha e continua mantendo até hoje poderiam estar disponível ao acaso, à falta de sorte, para o tipo de vida que ele leva hoje, se nós abríssemos hoje tudo que ele praticava... Só essa informação que queria saber.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: A minha resposta pode ser objetiva como a sua pergunta. Quem quiser saber dos hábitos de qualquer ex-presidente basta acompanhar esse ex-Presidente. Basta ficar em frente à sua casa, vê-lo sair, para onde vai. Isso... A quem tiver uma idéia maluca como essa que o senhor qualificou de maluca, seria muito fácil. Muito fácil mesmo. Não precisaria estar sabendo dos hábitos alimentares. Porque aí é complicar, envenenar etc. essas coisas. Mas os percursos normais, o local de trabalho, seu escritório, as vulnerabilidades de uma segurança fornecida por três agentes... Tudo isso fica muito fácil de ser plotado, de ser... E não há nada de dissuasão em relação a isso. Quem quiser, tenta. Não digo que vai ter êxito, mas tenta. Fica mais fácil.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou só terminar. Eu realmente... Mas eu, por exemplo, agora aqui... Até o Deputado Vic colocou, no momento que V.Exa. disse que é protegido por três agentes, já quebrou a segurança do Presidente.

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: O senhor veja que pecado eu cometi. Mas isso é publicado em Diário Oficial.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só espero que V.Exa. esteja me enganando. Que deve ter mais sete e a gente não sabe.

[risos].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Isso é publicado em Diário Oficial.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bom, senhora Presidente. Era só isso que eu queria saber.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. O último inscrito da nossa lista de inscrição, o Deputado Manato e, aí, o Ministro Gregolin, que já está há uma hora quase esperando--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Desculpa, Presidente. Eu estou inscrito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É que o senhor não estava aqui quando--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Eu estava inscrito. Não, eu estava. Antes de mim, era a Deputada Perpétua, ela falou, eu aguardei pacientemente; a senhora concedeu a palavra a outros titulares. Eu estou aguardando pacientemente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois da Deputada Perpétua foi o Deputado Vic, depois, o Deputado Maurício. Eu acho que o senhor deve ter saído--

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Eu saí, mas, no momento que retornei, estava aqui.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu até estranhei--

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu chamei e...

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tem problema.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Eu estou inscrito e gostaria de fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas o senhor não devia estar aqui na hora em que eu o chamei.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Creio que não, Presidente. Porque, no momento em que eles estavam falando, os titulares, eu estava aguardando o momento dos suplentes--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Estou chamando todos direto. Nós fizemos um acordo.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Não, mas, aí, a senhora pulou o meu nome--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Me permita, ele não saiu daqui.

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu estranhei porque ele estava na minha frente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Saiu sim. Porque eu procurei e ele não estava na hora que foi chamado. Eu estava presidindo--

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Manato.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): General, primeiramente, eu gostaria de agradecer imensamente a presença de V.Exa. aqui, porque a presença de V.Exa. foi muito esclarecedora. Eu acho que uma das pessoas que pôde me esclarecer e tirar algumas dúvidas, só ouvindo V.Exa. e as perguntas dos nobres colegas, já me esclareceu muito.

O senhor deixou claro aqui para o nobre Senador que o senhor... Só a divulgação de onde compra a alimentação do Presidente, isso já é, já pode ser motivo de um louco fazer tentar alguma coisa. O senhor deixou claro que o senhor não quebraria, naquela época, o sigilo das coisas que são consideradas sigilosas, por um segredo de Estado. Logicamente que tem despesas, eu vi aqui, anotei, o senhor falou que tem despesas ostensivas e sigilosas. A sigilosa, o senhor não aconselharia a abertura dessas contas sigilosas. E dizer para V.Exa. que o nobre ex-Presidente, com todo respeito, ele não foi muito republicano quando ele, há 15 dias, disse que abriria não, porque, no dia 12 de fevereiro, ele era contra investigar esses dados sigilosos. Ele era contra. Depois que ele soube, pelo nobre Senador Álvaro Dias, que já tinha vazado dados, que já se tinham dossiê sobre tudo que era sigiloso dele, aí ele não tinha outra alternativa. Se já tem na mão, é muito melhor eu antecipar e falar: "Pode quebrar". Foi

isso que aconteceu. Depois que ele soube que já tinha esses dados sigilosos, é que ele mudou de opinião.

Então, eu fico muito feliz pelo que o senhor falou, já tirei minhas conclusões, já tirei. Qualquer documento que chegar aqui, sigiloso, vai ser vazado. E eu aqui vou compartilhar com a posição, e vou votar favorável do Requerimento do nobre colega Carlos Sampaio, que tem se mostrado muito sério, de compartilhar esses documentos sigilosos. A CPI tem acesso lá aonde eles estão. Nós, que queremos fazer um trabalho sério, quem quer fazer um trabalho sério, ir lá aonde estão os documentos, analisar esses documentos, e até com a finalidade maior, que eu acho dessa CPI, é de acabar as contas B, é de dar uma transparência, é de punir os culpados, treinar as pessoas que vão usar. E até aquelas pessoas, como os ex-Ministros, que usaram indevidamente, devolver o dinheiro. Tem que devolver esse dinheiro.

Então, eu agradeço a presença de V.Exa. aqui, eu acho que foi nota 10. E vou na linha, que nós temos que compartilhar o sigilo e ir lá atrás dele junto com a proposta do nobre colega. Muito obrigado pelo esclarecimento que V.Exa. fez.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Eu agradeço a V.Exa. e V.Exa. citou argumentos que eu utilizei aqui, dessa forma brilhante que utilizou agora. E eu acho que encontrei o que aconteceu no meio do caminho, que eu tinha dito aqui. Em partindo do Presidente uma suposta mudança de opinião, agora o senhor mostra inclusive a manchete, alguma coisa aconteceu no caminho. E o que aconteceu no caminho, embora ele continuasse achando arbitrário, não estou falando em nome dele, mas tirando conclusões pelos conhecimentos que tenho dele, embora ele continuasse achando arbitrário, ele se deparou com uma realidade. É homem muito realista. Como alguma coisa está saindo, que saia tudo. Imagino que tenha sido isso que passou na cabeça do Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Nilson.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Senadora Presidente, nosso Vice, nosso Relator, cumprimentar o Sr. Ministro e General Alberto Cardoso. General, eu sou do PT, sou da base do Governo. Se eu pudesse, digamos assim, qualificar a sua contribuição nesta Comissão, eu diria que foi uma intervenção, um depoimento equilibrado, responsável, didático, e o senhor contribuiu muito com essa Comissão, na medida em que respondeu à pergunta do nosso Relator, avançando idéias de aperfeiçoamento da Legislação. Me sinto contemplado com a sua... O seu depoimento aqui nesta Casa. Parabenizo por isso ,e inclusive pela forma como o senhor colocou a admiração que o senhor tem pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem o senhor teve a honra de ser Ministro, gestão que o senhor teve a honra de ser Ministro. É dessas coisas que eu gosto. Gosto muito de dialogar com os militares, sou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque os militares são claros. Normalmente são claros, objetivos, didáticos, isso facilita o debate. E não foi diferente, tanto o depoimento do General Félix, quanto seu depoimento. Por isso essa Comissão se engrandece, com seu depoimento, General. Parabéns. São desses depoimentos que precisamos nessa Comissão.

Por isso eu teria, General, apenas duas questões a lhe propor. E veja nelas apenas o objetivo de contribuição mesmo, como o senhor fez desde o inicio dessa nossa Reunião. O objetivo das perguntas é realmente de contribuição e de esclarecimento. Como sempre, com a sua forma muito sábia de colocar... Gostei muito quando o senhor procura separar o joio do trigo; as coisas não podem ser feitas como na matemática. Na política, as coisas não são feitas como na matemática. Não se respondem questões em hipótese, as coisas são concretas e cada uma a seu tempo. Cada uma analisada concretamente. Isso é a postura de um sábio.

Assim, General, eu queria perguntar ao senhor, na medida em que o senhor esteve conosco aqui, nos deu a honra de estar conosco no depoimento do General Félix, se o senhor pudesse demonstrar, com muita clareza, como o senhor sempre fez, em que, de fato, o senhor diverge ou qual a diferença que existe do seu pensamento para o pensamento do General Félix, na medida em que os *slides* que foram projetados foram fundamentalmente os mesmos, a linha de raciocínio foi fundamentalmente igual, separando um pouco o joio do trigo, mas existe algum ponto em que o senhor, de fato, tem um pensamento diferente do General Félix?

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Sr. Deputado, muito obrigado por tudo, inclusive pela pergunta. Não há divergência de vulto. Por quê? Porque ambos fomos formados, desde jovens, desde adolescentes, sem nos darmos conta, fomos formados como servidores do Estado Brasileiro. E o Estado Brasileiro nos molda... Molda a nós, que servimos a ele, por exemplo, os policiais federais também são servidores do Estado, e há outras carreiras de Estado, que são moldados pelo Estado. Então, a grande linha de raciocínio não muda. Ela é praticamente uniforme.

[soa a campainha].

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Não são divergências, mas focos, mais ênfase num

ou no outro caso, vão à guisa de aspectos pessoais. Mas sem divergência.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Obrigado, General. Outra pergunta, queria que o senhor visse mais no aspecto cooperativo, em função da nossa Comissão. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, tendo o senhor à frente do Gabinete de Segurança Institucional, quantos documentos considerados sigilosos foram efetivamente divulgados para a opinião pública, que o senhor, o senhor tem de memória...

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Para a opinião pública, de maneira ampla, de maneira aberta para a opinião pública, eu diria ao senhor que, divulgado pela Presidência da República, nenhum. Mas, aqueles de interesse pessoal, todos, à luz da lei e das normas do *habeas data*, todos que foram solicitados de interesse pessoal foram divulgados para a pessoa. Depois, ela fez o uso que bem entendeu dele.

DEPUTADO NILSON MOURÃO (PT-AC): Muito obrigado, General. Presidente, eu me sinto contemplado, e acho que depoimentos dessa natureza qualificam a nossa Comissão, na medida em que as divergências são colocadas respeitosamente e com muita sabedoria e profundidade. Parabéns, General. Fiquei profundamente honrado com a sua presença na Comissão. Muito obrigado.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: A honra é minha.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Nós queremos agradecer, como foi a última intervenção, ao General Alberto Mendes Cardoso, ex-Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República do Governo Fernando Henrique. Nós agradecemos muito a sua participação, obrigado por despender seu tempo aqui, nos esclarecendo.

GENERAL ALBERTO MENDES CARDOSO: Senhora Presidente, eu que agradeço. Aprendi muito, como se aprende muito na vida, e creio que, interiormente, saio satisfeito por ter podido, apesar de meu ciclo de homem público estar terminado, ter podido ajudar aqui. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continuando a nossa oitiva de hoje, gostaria que a Secretaria, o Secretário trouxesse a esta sala o Ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, Sr. Altemir Gregolin. Quero lembrar a todos que, depois do Ministro Gregolin, vamos ouvir o Sr. Alexandre Correa Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões.

Ministro Gregolin, seja bem-vindo a esta Casa... E atender a nossa convocação. V.Exa. tem 30 minutos para fazer suas considerações nessa CPMI dos Cartões Corporativos. Seja bem-vindo.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Obrigado, quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano, Presidente da CPMI; cumprimentar o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPMI; cumprimentar o Senador, também presente aqui; cumprimentar os demais... Todos os Deputados, Parlamentares aqui presentes, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, o Deputado Marcelo Melo... Aliás, Senador Marcelo Melo; cumprimentar os assessores aqui presentes, os servidores desta Casa, a imprensa e também quem nos assiste.

Primeiro, eu quero agradecer esse convite para estar aqui presente. Para mim, é um momento importante. É uma oportunidade para esclarecer as dúvidas, os questionamentos levantados a respeito da utilização do cartão de pagamentos. Tomei a iniciativa, na semana passada, de telefonar para a Senadora Marisa Serrano para acertar, inclusive, a data da minha presença aqui porque para mim é extremamente importante esse momento no sentido de prestar as informações e esclarecimentos.

Mas, primeiro, eu gostaria de agradecer a esta Casa por vários motivos, por várias razões. Primeiro, o tema aqüicultura e pesca tem estado cada vez mais presente nos debates do Congresso Nacional e um número cada vez maior de Parlamentares discutindo esse tema, à medida que vai se percebendo que essa temática é importante para o desenvolvimento do país. Segundo, a Constituição da Frente Parlamentar da Pesca, hoje com 252 Parlamentares, ou seja, é um fato relevante para nós, um fato marcante porque, de fato, pauta essa temática no Congresso Nacional.

Terceiro, agradecer a aprovação de inúmeras leis, que estão sendo fundamentais para o desenvolvimento dessa atividade. A lei do pró-frota, aprovada em 2003, e depois regulamentada, que é um programa de construção e modernização de embarcações, hoje operando, financiando com embarcações já pescando, fruto desta linha de crédito; a lei do seguro defeso, adequada em 2004; a lei que permitiu o ordenamento da lagosta, no ano passado, acordada, discutida, aprovada a Medida Provisória enviada ao Congresso Nacional, que teve excelentes resultados, especialmente no nordeste brasileiro. E a lei da pesca, que tramita no Senado da República, está em debate e a participação dos Parlamentares têm sido determinante na evolução, no aperfeiçoamento desta lei que tramita nesta Casa.

Agradecer também o empenho dos Parlamentares na ampliação do orçamento da Secretaria. Eu quero fazer essa referência porque nós saímos de um orçamento de 11 milhões, em 2003, para um or-

çamento de 270 milhões, em 2008. O ano passado, eu tive a oportunidade de me reunir com 22 bancadas estaduais de Parlamentares, com diversas comissões, várias Reuniões, inclusive, individuais, o que permitiu a ampliação do nosso orçamento.

A SEAP foi criada em 2003, pelo Presidente Lula; é um órgão vinculado à Presidência da República e tem o papel de fomentar o desenvolvimento da aqüicultura e pesca no Brasil. Uma medida importante, tomada pelo Presidente, quando iniciou seu mandato em 2003. Destacar que esse setor é um setor importante, responde hoje por cinco bilhões de Produto Interno Bruto, no Brasil; são mais de 700 mil profissionais da pesca e aqüicultura, que dependem dessa atividade, e são 3,5 milhões de empregos gerados por essa atividade. E, mais do que isso, o potencial do Brasil é fantástico. Nós, especialmente na pesca oceânica, na aqüicultura, o Brasil, que produz um milhão de toneladas tem seguramente condições de produzir mais de 20 milhões de toneladas de pescado e tem mercado a nível mundial e tem mercado a nível nacional.

Para finalizar esta parte, só dizer que nós resolvemos um problema histórico nos últimos dias, que é a questão da cessão das águas da União para fins de aqüicultura. Ou seja, a partir de agora, nós estaremos entregando os títulos de cessão para cultivo em reservatórios de hidrelétricas e para cultivo na costa marítima, o Presidente Lula entregou os primeiros títulos de cessão no reservatório da Itaipu, há 20 dias atrás.

Em relação ao uso do cartão de pagamentos, ao uso de cartão corporativo, que é objeto desta CPMI, e que é a razão pela qual eu fui convidado a prestar esclarecimentos, primeiro, eu fiz a opção pelo uso do cartão. E fiz a opção por duas razões, primeiro porque permite maior transparência no uso do dinheiro público, ou seja, imediatamente após a efetivação do gasto da despesa, esta informação vai para o Portal de Transparência, portanto, se torna pública. E, segundo, porque permite um maior controle público, um maior controle social, ou seja, um maior controle sobre a ação dos agentes públicos, a ação e o acompanhamento da agenda, inclusive, dos Ministros e demais servidores públicos.

Então, a ampliação e criação do uso do cartão nesse Governo, criado no Governo anterior e ampliado e implantado efetivamente nesse Governo, eu considero esta uma medida extremamente relevante, uma medida extremamente importante porque dá mais transparência e mais condições de controle desse tipo de despesas por parte da sociedade. E considero importante ampliar a utilização, ou seja, generalizar a utilização do cartão corporativo nos Governos de um modo geral. E considero que essa CPI tem um papel importante, seguramente, dará uma contribuição importante para aperfeiçoar o uso deste importante instrumento para permitir, evidentemente, mais transparência e também maior controle público.

Segunda questão que eu gostaria de destacar: Eu fiz uso do cartão exclusivamente para pagar despesas em agendas de trabalho. Exclusivamente para o cumprimento das minhas agendas de trabalho. Despesas com alimentação, despesas com hospedagem e despesas em locação eventual de veículo. Quais foram as despesas pagas em 2006 e 2007? 2007, tive um gasto com cartão, de 22 mil, 652 reais e 65 centavos. Em 2006, 13 mil, 375 reais e 07 centavos, ou seja, um total de 36 mil, 27 reais e 72 centavos, na utilização do cartão.

É importante destacar, eu pedi para a equipe fazer um cálculo em relação ao que custaria se eu recebesse diária pelo valor hoje de DAS6, que são as regras que tem vigentes, que Ministro não pode receber a diária, mas, se fosse receber diária, eu teria... O Governo teria desembolsado, com as minhas atividades, 43 mil, 858 reais e centavos. Ou seja, eu quero destacar isso porque isso é uma prova de que o cartão, além de garantir maior transparência, também permite a redução dos gastos públicos. Quero também destacar que eu não fiz nenhum saque em espécie, em dinheiro vivo, no cartão, embora a Legislação permita. Ou seja, não usei esse tipo de dispositivo, esse tipo de modalidade. Utilizei o cartão pagamento a crédito, essa é a única modalidade pela qual tenho usado o cartão.

Uma outra questão importante: As minhas contas são analisadas pela SISET, que é a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, analisadas também pelo Tribunal de Contas da União, e também analisadas pela Controladoria-Geral da União, quando solicitado. Que o órgão de controle interno, no... Que tem relação com as Secretarias ligadas à Presidência da República, é a Secretaria de Controle Interno, que e que é a SISET. Mas, quando solicitado, a CGU também faz análise. Foi o caso das contas de 2007. Quando surgiram especulações a respeito do uso cartão, eu solicitei à CGU para que analisasse as referidas contas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhor Presidente, pela ordem. Só para eu não perder o raciocínio, que eu estava um pouco desligado, quer dizer que ele não fez nenhum saque em espécie com o cartão? Foi isso que V.Exa. disse, Ministro?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Exatamente. Então, encaminhei as contas de 2007 para a utilização, para análise da CGU, e a CGU fez análise das contas, divulgou, em 14/02, o seu parecer, onde

afasta suspeitas de irregularidades e diz que houve duas impropriedades. Inclusive, eu gostaria de passar às mãos do Relator, do Presidente... Da Presidente e Vice-Presidente, cópias da análise do parecer da CGU. E passo, a partir de agora, então, a analisar as questões específicas, pontuais, apontadas pela CGU, e que são consideradas impropriedades, e questionamentos feitos pela imprensa.

Primeiro, em relação ao almoço com a delegação chinesa, da Academia Chinesa de Ciências Pesqueiras, que é órgão vinculado ao Governo chinês, responsável pelo fomento, pelo desenvolvimento dessa atividade na China, primeiro, é importante destacar: A China é o maior produtor mundial de pescado. Segundo, a China é um grande mercado consumidor. Portanto, interessa ao Brasil cooperar com a China. A SEAP, Secretaria da Pesca, Agricultura e Pesca, participou em duas feiras Brasil-China, com a participação nossa, da Secretaria, e também com a participação de empresários. Inclusive, teve resultados, uma empresa brasileira abriu uma filial na China, passou a exportar pescado para a China. Nós enviamos uma missão, em 2005, com seis técnicos. É importante destacar, técnicos da Secretaria e técnicos do MAPA. Tudo pago, inclusive, pela China, que se propôs a pagar, inclusive, passagens de deslocamentos dos nossos servidores.

No dia 18 de dezembro de 2006, nós recebemos uma missão oficial da China. Assinamos um acordo de cooperação, que inclusive tenho cópia aqui também deste acordo, que nós assinamos naquele dia; na recepção, nós oferecemos um almoço, e eu paguei o almoço com cartão de pagamento. Por que fiz isso? Nós tínhamos, na SEAP, a compreensão de que se tratava de uma despesa eventual e com delegação estrangeira, sendo a SEAP um órgão vinculado à Presidência da República, que tem essa prerrogativa de, ao receber uma delegação estrangeira, poder bancar esse tipo de despesa. Ou seja, na nossa compreensão, não se tratava de um pagamento de alimentação para servidor público em Brasília, o que é proibido pela Legislação.

A SISET analisou as contas... A SISET, que é a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, analisou as contas e tirou a seguinte conclusão, que eu gostaria de ler aqui. Diz o seguinte: "Conforme a portaria nº. 612/97, da Secretaria-Geral da Presidência da República, este tipo de gasto só pode ser efetuado por titulares de órgãos essenciais da Presidência da República". O que não é o caso da SEAP. "Deste modo, apesar de não ter havido dolo ou má-fé por parte daquela autoridade, recomendamos o ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional, da quantia paga equivocadamente".

Imediatamente após análise da SISET, eu recolhi aos cofres públicos os valores-

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhora Presidente, é rapidinho. Quanto custou esse valor? V. Exa. pode citar aí o valor do almoço?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: O valor foi de R$ 512,60, que eu imediatamente recolhi aos cofres públicos. A CGU ratificou esse entendimento, quando analisou minhas contas. Reafirmou que não houve dolo ou má-fé e que o valor já havia sido recolhido, e sugeriu, nas suas conclusões, ao Governo, a criação de regras que permitissem pagar despesas de trabalho com delegações estrangeiras. Então, eu destaco isso porque nós tínhamos a compreensão de que era possível o pagamento, o que não foi corroborado pela SISET e CGU e, portanto, recolhi esses valores, ou seja, não houve má-fé, não houve dolo.

Uma segunda questão, citada pela CGU como impropriedade, foi ao pagamento de uma nota de R$ 26,00, referente a almoço em Rio Grande, não em Florianópolis, como foi noticiado, na nota constava dois almoços, no valor de R$ 26,00. Também foi... Nesse caso, foi um erro administrativo, recolhi este dinheiro, R$ 26,00.

Uma terceira questão que é importante eu destacar porque houve especulações, e eu gostaria aqui também de prestar esse esclarecimento. Que a agenda com o Ministro da Pesca da Noruega, no dia 19 de fevereiro de 2007, uma segunda-feira de carnaval, e foi no Rio de Janeiro. Primeiro, por que a Agenda e a presença do Ministro da Pesca da Noruega no Brasil. 80% do bacalhau que o Brasil importa vem da Noruega. Em 2007, foram 173 milhões de dólares, 28 mil, 475 toneladas de bacalhau, importados pelo Brasil, da Noruega. O mercado é tão importante para Noruega, o mercado brasileiro, que fizeram uma parceria, a Noruega fez uma parceria com a Escola Imperatriz Leopoldinense, cujo tema, no ano passado, abordado pela escola foi o bacalhau: "Brasil-Noruega, unidos pelo bacalhau". O Ministro da Pesca veio ao Brasil, naquele período, propôs uma Reunião de trabalho na segunda-feira, no Rio de Janeiro, e propôs que eu o acompanhasse no desfile da Imperatriz Leopoldinense. Inclusive, tem aqui todo o processo, o convite também enviado pela autoridade norueguesa a mim. Na reunião, nós tratamos de cooperação na área da aqüicultura, com universidades, nas questões relacionadas à pesca, especialmente transferência de tecnologia de captura, comércio bilateral e um tema que, para nós, era extremamente importante, que nós passamos os dois últimos dois anos buscando apoio em nível internacional, que é a discussão da proposta brasileira de regulamentação de subsídios da pesca, que nós defen-

demos junto à OMC. Aliás, proposta que foi acatada, final do ano passado, pelo Relator, quase que na sua integralidade, ou seja, foi grande e importante vitória do Brasil, digamos, no primeiro *round* de discussões, na OMC. Portanto, recebi uma autoridade estrangeira e tratei da cooperação entre os dois países naquela oportunidade.

Uma quarta questão, que eu gostaria de também esclarecer. Uma nota de R$ 70,00, numa choperia, no dia 24/07/07. Assim tratada como nota numa choperia, R$ 70,00, em Ribeirão Preto. Primeira questão: Eu tive uma agenda no Município, onde cheguei no Município às nove horas da manhã e saí do Município às 15 horas, onde me dirigi a Jaboticabal, participando da abertura do Congresso Brasileiro de Zootecnia. Eu tive, às 9h30, uma reunião com piscicultores e assentados do assentamento Sepé Tiarajú, dei várias entrevistas, inclusive, saí em inúmeras matérias, entrevistas ao vivo na televisão, para jornais, almocei no restaurante, que é um restaurante choperia, razão social "Lanchonete e Choperia Pingüim". O destaque foi que era apenas, evidentemente, uma choperia. Mas almocei. A nota foi emitida com ticket do cartão, às 14h02 minutos. Portanto, destacar, a única nota emitida, único gasto que tive naquele Município, durante a Agenda, no dia todo, ou seja, se tratava de almoço.

Uma quarta questão que foi notícia em nível nacional, a veiculação de que eu estive sete vezes, ou seja, tive sete agendas oficiais em 2007, em Chapecó, que é minha cidade de origem e, portanto, passava o entendimento que estive sete vezes com o dinheiro público. Não é verdade. Eu tive duas agendas oficiais, nos dias 26 e 27 de maio, numa assembléia de pescadores na Foz do Chapecó, que tinha, inclusive, ocupado os canteiros da obra porque os pescadores não eram reconhecidos como atingidos e, a partir, inclusive, daquela reunião, nós garantimos hoje que, no Governo, todos os Projetos de hidrelétricas passem a considerar também os pescadores como atingidos. E tive também uma agenda, do dia 05 ao dia 09 de outubro, com várias atividades, inclusive uma Reunião da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, na região, coordenada pelo Deputado Valdir Colatto e também uma agenda em Itajaí, no litoral catarinense. Agendas nos finais de semana, que houve vários questionamentos, e nós passamos muitas informações, inclusive para a imprensa, fui questionado. Primeiro destacar que eventos, grande parte dos eventos importantes na área da pesca, são realizados em finais de semana, porque desenvolve sua atividade normal durante a semana. Então, nós também precisamos, para participar desses eventos, adaptar nossas agendas. Eu fiz um levantamento, nesses 18 meses que estou como Ministro, especialmente de abril de 2006 a dezembro de 2007, eu tenho 20% das minhas agendas nos finais de semana. Ou seja, foram 15 agendas nos finais de semana, sem contar as agendas que eu fui na sexta, voltei no sábado, saí no domingo, para cumprir agenda na segunda-feira.

Fatos constantes do Requerimento, que me foi feito Requerimento à CPMI. Locação de veículo em data não correspondente com a agenda. 31 de maio e 15 de outubro. O Portal de Transparência já corrigiu essa informação, colocando a data do banco e a data do gasto. A data de 31 de maio foi a data de processamento no banco. A data do gasto foi no dia 28 de maio. A data de 15 de outubro foi a data do banco. A data de 09 de outubro foi a data do gasto. Ou seja, as duas datas correspondem às agendas que eu cumpri.

E destacar também que um outro questionamento com relação ao pagamento de hotéis sem correspondência com a agenda oficial. É o mesmo problema, ou seja, o Portal de Transparência também já fez esta correção. Destacando, para finalizar, que todo gasto com cartão que eu fiz, todo, teve relação com a agenda oficial... Todo... Teve correspondência com agenda oficial. Então, os primeiros esclarecimentos que eu presto e agradeço a oportunidade e devolvo a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Ministro. Eu quero passar a palavra ao nosso Relator, para as suas considerações.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Ministro, na sua exposição, de quase 30 minutos, os valores que V.Exa. teve que recolher à União, eles ficaram pincelados nos vários parcelamentos, aí, da sua fala. Mas qual foi o montante dos recursos que foram recolhidos? Teve um de R$ 26,00, que foi um almoço aqui em Brasília; teve o da delegação, algo em torno de R$ 500,00, mas se limitou a esses dois recolhimentos?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Nós fizemos esse dois recolhimentos, R$ 512,60 e R$ 26,00 e, numa outra oportunidade, por erro administrativo, foram mais R$ 10,00. Esses foram os recolhimentos feitos à Secretaria, ao Tesouro Nacional.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): E uma outra pergunta. Como é que o Ministro explica, porque, de uma maneira... Porque tiveram dois fatos mencionados pela imprensa, que falam de duplicidade de despesas. Tem uma que fala de duplicidade de despesas com agenda, em 18/12/07, e outra no dia 29/08/07. Aí, há... Houve uma notícia veiculada, de que haveria uma duplicidade de despesa na mesma data, para a mesma finalidade, com agendas em dias diferentes. Como esclarecer esse fato?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Essas duas questões também foram analisadas pela CGU. São dois casos diferentes: Caso de pagamento de diárias em hotel, onde o cartão tinha um dispositivo que permitia o pagamento de, no máximo, 800 reais por operação; eu não fiz o acerto diário do pagamento do hotel. Quando fui acertar, no final, o valor superava os 800 reais. Então, fiz duas operações, na mesma hora, para cumprir o compromisso de pagar o custo das diárias do hotel.

E um outro fato é o pagamento de duas diárias no mesmo dia. Passando uma em Florianópolis Santa Catarina, que saí do hotel de manhã, e outra, no mesmo dia, no hotel Ibis em São Paulo. O que ocorreu? Acertei a diária de Florianópolis ao sair do hotel pela parte da manhã e, ao entrar no Ibis em São Paulo, o Ibis tem a prática de cobrar a diária na entrada. E, portanto, eu paguei duas diárias no mesmo dia de hotel, o que dava entendimento de que poderia ter havido algum problema, mas a justificativa é esta.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas, além do problema relativo ao pagamento de despesa de hotéis, também foi mencionado um problema relativo a aluguel de carro. Como explicar o gasto com aluguel de carros, sem os correspondentes compromissos na agenda oficial do Ministro, nos locais das locações, além de pagamentos, aí, é... A diária do hotel, temos o problema que V.Exa. acaba de explicar, mas houve um caso mencionado também com aluguéis de carros, que teria havido... Não estaria batendo o aluguel com o compromisso oficial da agenda do Ministro. Qual a explicação para esse fato, que foi muito noticiado pela imprensa brasileira?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Nós tivemos, além disso, vários outros questionamentos inclusive, relacionados a gastos que, em tese, não correspondia com a agenda. Isso foi solucionado quando, no Portal de Transparência, se criaram duas colunas. Ou seja, uma na data do banco, explícito, e consta exatamente isso no Portal da Transparência, data do banco e data do gasto. É o caso da locação de carro nessas duas oportunidades, referentes a 31 de maio, onde correspondia à agenda dos dias 26 e 27, e o caso da locação de veículo, que constava no Portal de Transparência dia 15 de outubro e que, na verdade, a data do gasto foi dia 09 de outubro, correspondendo à agenda de 05 a 09 de outubro. Então, tem correspondência com a agenda.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): V.Exa., inclusive está aqui nessa Comissão Parlamentar de Inquérito, a partir da divulgação de dados da utilização do cartão de pagamento do Governo Federal no Portal da Transparência. Como V.Exa., que está tendo aqui que dar explicações, avalia o Portal da Transparência? Como V.Exa. teve problemas relacionados, que está aqui tendo que explicar, que sugestões apresentaria para tornar o Portal mais eficiente, se é que V.Exa. entende que é importante esse instrumento?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Considero o uso do cartão corporativo, como já mencionei, um instrumento extremamente importante, porque ele garante transparência, ele garante controle social, dá mais... Dá condições de um controle público efetivo, muito maior. E o portal de Transparência é que garante isso. Ou seja, ele permite serem lançados diariamente, quais as despesas e a natureza das despesas feitas com cartão corporativo. Então, é um instrumento fundamental. Acho que precisa aperfeiçoar. Então, a CPI, a CPMI tem esta tarefa e, seguramente, dará grandes contribuições também ao Governo nessa perspectiva. Acho que o Portal deveria trazer mais informações, se possível, até o Estado onde foi feito este gasto; informações sobre recolhimentos, por exemplo, quando há erro, em que o detentor do cartão, ele faz a devolução porque identifica, o detentor do cartão identifica o problema, ou o sistema de controle interno identifica o problema e faz a devolução, acho que é importante esta informação, para evitar interpretações equivocadas.

Então, acho que precisa fazer, a partir desses debates, e das contribuições aqui levantadas, aperfeiçoar o sistema de informações, ou seja, trazer mais informações, que quem olhe o Portal possa, de fato, compreender e interpretar onde foi feita a despesa e como foi feita a despesa. Aperfeiçoar esse mecanismo e não acabar com esse mecanismo porque é um mecanismo extremamente importante para a transparência, para controle público, para a democracia.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): V.Exa. continua a ser portador do cartão de pagamento do Governo Federal?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Houve uma orientação por parte do Ministério do Planejamento de que os Ministros não deveriam mais utilizar o cartão, por uma interpretação relacionada ao princípio da impessoalidade. Ou seja, quem faz o gasto não deveria estar fazendo o pagamento. E, a partir desta orientação, os Ministros, e eu me incluo, nós deixamos de utilizar o cartão e passamos a fazer o pagamento com o cartão próprio e depois encaminhar as notas para o setor administrativo, que faz o ressarcimento dos gastos relacionados às despesas daquela determinada agenda.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Senhora Presidente, retorno a palavra. Dou-me por satisfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Relator. A nossa lista de inscrições de hoje começa com o Deputado João Magalhães não está aí. Carlos Willian não está... Perpétua Almeida? Desculpe. Deputado Vic, não é nenhuma perseguição--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Por isso que é ruim ficar sozinho na oposição. O menor abandonado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Desculpe, Deputado. V.Exa. tem a palavra, como autor do Requerimento.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Obrigado, Presidente. Ministro, em outubro, o senhor deve ter a sua agenda oficial. Em outubro de 2006, mais precisamente no dia 06/10, o senhor tem como ver aí a sua agenda? O que é que o senhor fez nesse dia? Dia 06/10/06.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 06/10, eu estava seguramente em Santa Catarina. Participei em Itajaí--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, dia 06/10/06.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Ah, 2006?

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor deve ter me falado de 2007.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Ok. Eu estava com uma agenda no Pará.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): No Pará, no meu Estado. O senhor foi fazer o que lá, Ministro?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu tive uma agenda extensa. Estive...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor tem aí?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Estive nos Municípios de Abaetetuba, Limoeiro, estive em Belém, estive com agenda... Fizemos entrega de carteiras--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Uma agenda oficial do Ministério. O senhor usou cartão nesse período?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Só para concluir aqui, nós tivemos... Entregamos carteiras em dois Municípios, almocei com autoridades--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor usou o cartão?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Usei cartão. Missão oficial, usei o cartão.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor tem a despesa do cartão aí?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Devo ter utilizado o cartão e devo ter utilizado também o meu cartão. Se não me engano... Aliás, com certeza, no pagamento de hotel, o cartão corporativo não funcionou, paguei com meu cartão e pedi ressarcimento. Essa é a informação. Exatamente isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo. Vou ler aqui, Ministro, um trecho... O senhor me confirma, por favor. "Eu quero cumprimentar aquele que vocês elegeram como Deputado, que é o Miriquinho, com mais de 1.800 votos aqui nessa comunidade de Limoeiro do Ajuru. Então, eu quero agradecer o Miriquinho pelo trabalho e quero dizer que a gente torceu por ele também e eu trabalhei pelo Miriquinho. Eu estou achando que vocês são peitudos e têm decisão, são gente decidida. Gente decidida. Vocês deram apoio para o Presidente Lula com 6.495 votos; 54% dos votos daqui vocês deram para o Presidente Lula. Eu quero agradecer aqui, em nome do Presidente Lula. E ainda vai aumentar mais essa votação no segundo turno, não é verdade?" Continua. "Eu sei que vocês também andam muito animados aqui nesse Estado maravilhoso". É verdade, nosso Estado é maravilhoso. "A Ana Júlia no segundo turno, o Lula, bem votado, só alegria, né, gente? Então, só viemos aqui para ajudar, para pegar a energia daqui também. Quero dizer que é uma alegria estar aqui, o que nós estamos fazendo hoje? Nós estamos em campanha". Vou repetir. "Nós estamos em campanha. Eu tive ontem três agendas em Abaetetuba, em Moju, no Limoeiro. Nós conversamos seguramente diretamente com mais de duas mil pessoas, pescadores. Estamos entregando as carteirinhas dos pescadores e fazendo trabalho, fazendo campanha". Aí o senhor continua... Vou dizer logo que é o senhor mesmo. "Vou estar aqui amanhã. E vou estar domingo também. O José Alencar, nosso Vice-Presidente da República, também vai estar no Sírio. Nós vamos estar lá, no meio da multidão, ajudando a fazer o movimento. Então, a decisão é que a gente, primeiro... Qual a estratégia? Mobilização. Nós temos que estar com toda a nossa militância na rua, com bandeira, com visual, casa em casa, tem que ter um grande movimento nacional da companheirada, para que a gente dispute voto a voto". Continua o senhor. "E nós temos que ir..." Desculpa, senhora Presidente, pelo termo, "nós temos que ir para a porrada com esses caras. E, aí, eu trouxe aqui, inclusive, para tirar cópia, para deixar para a companheirada, esse material, esse livro traz o mapa da corrupção do Governo Fernando Henrique Cardoso. E nós temos que ir para a porrada. E colocar que o Alckmin, ganhando a Presidência da República, a gente vai dizer a PETROBRAS vai ser privatizada. O Banco do Brasil vai ser privatizado. A Caixa Econômica Federal vai ser privatizada." E continua o nosso Ministro da Pesca: "E a gente tem

que dizer isso para o povo. O povo vai perder o 'Bolsa Família'. Vai acabar o 'Luz para todos'. Vai. Vai reduzir o investimento no PRONAF. Vai". E continua o nosso Ministro. "Então, nós vamos botar todas nossas energias nos Deputados eleitos. O Miriquinho", para que não sabe, é um Deputado lá no nosso Estado, eleito. Segundo diz ele aqui. "Então, vamos botar todas as energias nos nossos Deputados eleitos. O Miriquinho aqui, que foi eleito pela pesca". Eu vou voltar aqui, senhora Presidente-

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se ele quiser ler aqui, minha querida e nobre Deputada, depois desse bilhete maravilhoso-

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):. Deputado, V.Exa. tem toda liberdade de continuar com a palavra, que a palavra é sua.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu estou tendo. Ninguém me tirou. Aqui, ele diz assim: "Eu quero aproveitar, e fiz hoje isso pela manhã, lá em Jacundá, que é a terra dele. Aliás, Abaetetuba. Jacundá, nós fizemos outro dia. Abaetetuba, eu estou passando em tanto lugar, que estou confundindo o lugar já. É um bom sinal". Sinal que o senhor andou muito pelo Brasil, fazendo campanha. Outubro de 2006. Me desculpa essa forma. "Mas eu quero aproveitar e agradecer o Miriquinho de público, pelo trabalho que desenvolveu, já que ele foi gerente regional, durante três anos aqui na Região Norte, e é seguramente um dos nossos, da nossa equipe, dos gerentes regionais, chefes do escritório. O Miriquinho é uma das figuras que teve... Que tem a maior competência, a maior capacidade de trabalho, que faz o diálogo com os pescadores, que desenvolve os programas na área da pesca". O Miriquinho foi eleito com... Isso eu que estou dizendo. O Miriquinho foi eleito Deputado Estadual. O senhor foi dia 06 de outubro, Ministro, no segundo turno, véspera do Sírio, que, para nós, paraenses, é o Natal dos paraenses. Disse que o Presidente José Alencar, a quem o senhor tem uma intimidade, o Zé Alencar vem aqui, "vamos estar lá, no meio do povo, fazendo campanha", mas a sua agenda, Sr. Ministro, oficial, 06 de outubro de 2006. Nove horas: Ato de entrega de carteiras de pescador em Abaetetuba. O senhor disse aqui no seu... O problema é que o senhor nunca imaginou que o seu discurso estava sendo filmado. Nunca-

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não interessa. É o crime que interessa ou vai continuar com o dossiê? Não interessa.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Isso é um dossiê, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é um dossiê. Eu quero que ele diga aqui. Ele vai... Ele está com toda a... Para me desmentir. Não vou discutir com V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador João Pedro.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não é jornal. É transcrição. Como eu estou sozinho, não tenho quem me defenda.

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Venha para cá, me ajude, Deputado Carlos Sampaio. Pelo menos agora, o PSDB pode ajudar a gente, dos Democratas. Nove horas, ato de entrega de carteiras de pescadores de Abaetetuba. Foi fazer campanha lá. 12 horas, almoço com Prefeitos do Pará. Foi fazer campanha lá. 15 horas, ato de entrega de carteiras de pescador em Limoeiro do Ajuru. Isso é a sua agenda oficial, Ministro. "Se esse Governo, meus amigos e companheiros, companheirada do PT", como diz o Ministro, esse Governo é sério, esse Ministro tem que ser demitido, demitido: Mas vocês são surdos? Não.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PDdoB-AC): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Eu vou ouvir o que ele vai dizer. Está aqui. Eu só estou apenas dizendo para ele que tudo que eu estou lendo aqui tem provas. Foi tudo gravado. Filmado. E ele não tem como dizer e tirar uma vírgula daqui. E como ele está... Qual é o problema, minha Deputada? Ele estava em uma missão oficial. E tudo que ele diz aqui é campanha pura, campanha pura. Não foi ele que fez a nossa Governadora ganhar a eleição porque ela ganhou com uma quantidade imensa de votos no Pará, uma eleição legítima. A nossa Governadora é Governadora do Estado, minha Governadora, Governadora do Pará, é do PT e tem honra de ser governado por ela. Não foi ele que fez ela. Mas ele foi lá e usou. E eu estou aqui perguntando para ele: Ministro, isso é verdade?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Então, Deputado, não procede... Procede o registro. Eu não estive lá em campanha. Eu estive lá em agenda oficial.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, procedem os diálogos que eu li?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: O diálogo que o senhor leu-

[soa a campainha].

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: --Corresponde a uma fala, numa plenária no Partido dos Trabalhadores, à noite, fora de horário de trabalho.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu vou repetir [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senhora Presidente, pela ordem.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu vou repetir.

[soa a campainha].

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senhora Presidente, pela ordem--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O que está se referindo foi um jantar que teve no Palácio dos Bares, na Condor-

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, eu estou com a palavra. Eu quero falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Paulo, todos os Deputados e Senadores que estão falando desde ontem, e V.Exa. estava aqui desde ontem, que é sempre... Vocês dizem pinga-fogo, que vocês propuseram, e eu aceitei. Então, é possível, sim, fazer o pinga-fogo e nós ouvimos aqui o Deputado Silvio fazer a mesma coisa com o General Cardoso--

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode continuar, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, pelo amor de Deus, isso é importante, meu querido Deputado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só uma questão de ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de Ordem, Deputado Paulo.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): A questão de ordem é: Nós temos o pinga-fogo. É verdade. O problema é: Ele fez a pergunta, e o que eu pediria a V.Exa., Deputado Vic, que aguardasse a resposta dele para esclarecer. É o direito do contraditório. Ele não respondeu e V.Exa. interrompeu--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Como ele não entendeu, eu vou repetir que o que ele falou, ele falou em Limoeiro do Ajuru, que está na sua programação oficial, na sua agenda oficial, divulgada pela Presidência da República, que depois sumiu. E depois apareceu de novo. Não sei por que--

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Só sugiro que V.Exa., depois fazer a questão, permita a resposta.

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vou repetir, apenas para que ele não diga que o que está aqui não foi à noite, na Plenária.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Na tréplica.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não, na tréplica... Vocês vão ter que me dar aula aqui... Então... Vou repetir Limoeiro do Ajuru, Ministro. "Quero cumprimentar aqueles que vocês elegeram como Deputado, que é o Miriquinho". Limoeiro do Ajuru, missão oficial... "Com mais de 1800 votos aqui nessa comunidade". O senhor estava, e eu tenho as imagens, distribuindo o cartão de... Defeso, é? O senhor pode depois me corrigir. Cartão do seu Ministério--

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Carteira profissional [ininteligível] dos Pescadores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Carteira profissional, então, o senhor estava trabalhando, distribuindo carteira e pedindo voto para o PT. Vou continuar. "E eu quero aproveitar..." Lá em Limoeiro. Relator, preste atenção. "Quero aproveitar, e fiz isso hoje de manhã, lá em Jacundá, que é a terra dele, do Miriquinho. Aliás, Abaetetuba. Jacundá nós já fizemos outro dia. Abaetetuba. Eu estou passando em tanto lugar, que estou confundindo o lugar. Já é um bom sinal, né? Mas eu quero aproveitar e agradecer o Miriquinho, de público, pelo trabalho que ele desenvolveu, ele foi gerente regional, durante três anos, aqui na região Norte, e seguramente dos nossos, da nossa equipe, dos gerentes regionais, chefes de escritório; o Miriquinho é uma das figuras que tem a maior competência, a maior capacidade de trabalho..." "Então..." Continua a Reunião. "Eu quero agradecer o Miriquinho e quero dizer que, além de a gente ter torcido também, trabalhei para que o Miriquinho se elegesse. Isso não foi em Plenária, Ministro. Isso eu tenho as imagens. O senhor não está sob juramento, mas não minta para nós, por favor, com todo respeito. "Estou achando que vocês são peitudos". Não foi plenária, foi lá. "E têm decisão, são gente decidida. Vocês deram..." O que tem a ver sua entrega de carteiras, numa agenda oficial, num compromisso oficial, em Limoeiro de Ajuru, dizer essa frase: "Vocês deram para o Presidente Lula 6495 votos. 54% dos votos daqui vocês deram para o Presidente Lula. Eu quero agradecer, em nome do Presidente. E ainda vai aumentar mais a votação no segundo, não é

verdade?" Só isso que eu quero lhe dizer. Isso não foi naquela plenária, que também foi toda filmada, lá no Palácio dos Bares, na Condor, à noite, na festa--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ministro, está com a palavra.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: O senhor leu um trecho anterior que correspondia... É que eu não acabei de responder. Que correspondia a uma fala minha numa Plenária do Partido dos Trabalhadores, à noite, fora de horário de trabalho. Essa questão foi motivo de uma ação judicial da qual... Ação pela qual foi arquivada porque a interpretação do Juiz é de que eu não estava em campanha. Essa é a resposta e a explicação que eu tenho em relação a isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É só isso que o senhor tem para dizer para nós?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Claro. Eu não estava em campanha. Teve uma ação judicial--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor confirma que está dizendo aqui?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Teve uma ação judicial--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): --Isso que está aqui, o senhor falou?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu não tenho lembrança exatamente da fala. O senhor está lendo, estou acreditando no senhor. Mas isso foi utilizado pela oposição lá, pela campanha da oposição ao Governo do Estado, no dia seguinte, teve uma ação na Justiça, a ação foi arquivada porque caracterizou... Não caracterizou como campanha eleitoral e vínculo com a minha atividade pública.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): É só isso que o senhor tem para dizer para nós?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Essa é a informação correta que estou dando.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o senhor entregou carteiras nesse dia?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu tive agenda oficial. Minha responsabilidade, como Ministro, num Estado que é o maior produtor de pescado do Brasil, tem mais de 80 mil pescadores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Ministro, o senhor foi fazer campanha e vou liberar para a imprensa toda a sua fala escrita, transcrita, mas vou liberar para imprensa a sua fala na televisão, entregando carteira e pedindo voto para o Presidente Lula no segundo turno. Entregando carteira e pedindo voto para Ana Júlia no segundo turno. Entregando carteira e agradecendo a ajuda que o senhor deu para o Miriquinho e que o Miriquinho foi eleito. Isso é muito grave, Ministro. Não vou entrar aqui se o Juiz achou que não achou, que isso aí não me interessa. Aqui é política. Aqui a gente está vendo o que aconteceu. E eu não estou mentindo. E o senhor não me desmentiu. O senhor foi fazer campanha, sim. O senhor usou a máquina do Governo Federal, o senhor usou o seu Ministério, o senhor usou seu prestígio como Ministro para eleger um Deputado Estadual, segundo o senhor falou, mas, para pedir voto em troca dessas carteiras, que se não me engano, era carteira de defeso. O senhor não confirmou, mas era carteira dos trabalhadores da pesca.

Depois, à noite, o senhor foi a uma festa, e lá à noite, dentro da sua viagem, e lá estavam todos os petistas, a companheirada que o senhor fala, e fala lá que o senhor levou um livro, a cópia para mostrar a campanha do Fernando Henrique... Aliás, a corrupção do Governo Fernando Henrique.

[soa a campainha].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E mais: O senhor convida a todos a ir para... Desculpa, Presidente, por favor, a ir para porrada. Para dizer que, se o Alckmin ganha, vai ser privatizada a PETROBRAS, vai ser privatizado isso e aquilo. E é a essa explicação que o senhor dá para uma CPMI, para Deputados e Senadores do Congresso Nacional? Que houve uma ação e que a ação foi arquivada e por isso o senhor continua sentado com o seu... Aliás, sentado aí, como Ministro. É isso que o senhor acha ético, Ministro? O senhor se sente bem de continuar como Ministro? Claro que o senhor vai dizer que sim. Mas, a imprensa vai receber isso e vai mostrar se realmente o senhor fez campanha no Pará, usando dinheiro público, avião... Quem pagou sua viagem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Estou concluindo, Presidente. Quem pagou sua viagem? Foi o Governo. Me desminta. O senhor tem imagens chegando, Ministro, descendo de um avião, fretado, em Limoeiro do Ajuru, com todos os petistas lhe esperando, e o senhor fala coisas ali, saindo daquele avião, que eu, como o senhor, Ministro, teria vergonha de ser brasileiro. Muito obrigado, senhora Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Quero dizer que eu me orgulho de estar no Governo Lula, dizendo que me sinto muito bem, dizer que estamos fazendo um grande trabalho para o desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Brasil, reconhecidamente... Um trabalho reconhecido pelos pescadores e aqüicultores de todo o Brasil; nós não misturamos campanha com agenda oficial.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Meu Deus, eu estou mentindo?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu não estou dizendo isso. Não estou dizendo isso. Não faça uso de palavras que eu não disse. Não estou dizendo isso. Aliás, gostaria, inclusive, de ver as transcrições em relação a isso.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Posso mandar para o senhor.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Gostaria de ver.

[falas sobrepostas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Gostaria de passar a palavra ao próximo... Deputado Carlos Willian... João Magalhães... Carlos Sampaio. Pode intercalar? Perpétua Almeida. Nilson Mourão. Maurício Quintella. Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sr. Ministro, eu gostaria de dizer que o núcleo que fora levantado sobre as questões que V.Exa. trouxe, foi explicado. Foi explicado o tema da delegação chinesa, foi explicado o tema daquela nota de 26 reais, na cidade de Rio Grande; foi explicado o tema da sua presença no carnaval; foi explicado o tema da hospedagem, da divergência de datas...

Agora, eu quero aproveitar o tempo que tenho para que V.Exa. possa fazer o debate sobre o tema trazido aqui pelo Deputado Vic. Acho que é importante, porque a vossa vinda aqui ajuda muito nos esclarecimentos, e ajuda também na possibilidade de os Srs. Deputados aqui, e aí quero... Deputado Vic, quero parabenizá-lo porque a sua presença, o seu trabalho ajuda essa CPI e mostra o seu sentido, assim como o Deputado Indio, presente, o Deputado Carlos Sampaio, em prosseguirmos o nosso trabalho.

Mas eu gostaria de fazer a seguinte pergunta a V.Exa. V.Exa. teve uma atividade no Pará. Nós tomamos conhecimento agora, pelas informações trazidas pelo Deputado Vic. Dessas atividades do Pará, quais foram as atividades que dizem respeito à sua pasta e quais foram as atividades de natureza político-partidária? Houve... A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta é: Houve atividades de natureza de trabalho naquele dia? Terceiro... Que justificasse o pagamento da sua hospedagem no Pará, pelo cartão de pagamentos do Governo Federal? A terceira questão. Argüida a... Argüido... Levantada a possibilidade de crime eleitoral, houve processo? Esse processo foi solucionado adequadamente? Portanto, essa é a pergunta. O que essa CPI quer saber é se V.Exa., ao utilizar o cartão de pagamentos do Governo Federal, em viagem ao Pará, efetivamente fez atividades de trabalho, ainda que possa ter feito também atividades de natureza político-partidária. Mas eu queria saber para justificar a hospedagem de V.Exa. e, eventualmente, gastos com alimentação, se houve atividades estritamente de trabalho. Esse... Questionada a possibilidade da utilização de agenda para atividades com fins político-partidários, eleitorais, se houve o questionamento em foro próprio, que não é esse, e se foi resolvido o questionamento em foro próprio. Então, gostaria de fazer a pergunta a V.Exa. nessa direção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode responder, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Então, conforme eu relatei, houve várias atividade oficiais em Abaetetuba, Limoeiro, em Belém; acompanhei o sírio fluvial inclusive, que tem uma participação, fui convidado pelos pescadores, inclusive, para participar... Ou seja, um conjunto de agendas oficiais, que justificam a missão oficial e que justificam o pagamento das despesas com o recurso público. Participei em uma agenda partidária, à noite, uma Plenária do Partido dos Trabalhadores, fui convidado, fora do horário de trabalho, e, portanto, sem conflito com a agenda oficial.

A questão levantada anteriormente remeteu a uma ação judicial. Nós fizemos a defesa, argumentamos e justificamos, e a ação foi arquivada, ainda em 2007. Portanto, elucida essa preocupação e elucida essa divergência colocada.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhora Presidente, demais membros dessa Comissão, eu confesso que fui pego de surpresa pelo relato feito aqui pelo Deputado Vic, e mais surpreso fiquei, confesso, senhora Presidente, com a resposta do Ministro. Na entrega das carteiras, V.Exa. fez o discurso que fez. Se estava em agenda oficial ou não, pouco me importa. V.Exa. disse que estava. A situação só se complica. Na entrega das carteiras, V.Exa. faz um discurso deste porte e V.Exa., é a primeira pergunta que faço, tem a convicção plena de que estava ali e, ao fazer esse discurso, agia dentro do seu mister, dentro do seu ofício, como Ministro, e não se valeu daquela oportunidade para fazer campanha? A primeira pergunta que faço. É esse o sentimento de V.Exa., que o seu discurso não se coaduna com campanha política?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Tem que aferir esse registro das informações-

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Suponhamos que seja verdadeira-

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Tenho plenamente certeza e segurança de que não estava, em ato oficial, fazendo campanha política. Não uso desse instrumento e nunca usei desse instrumento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Então, se V. Exa.--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se eu lhe provar, o senhor renuncia?

[soa a campainha].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Excelência, a pergunta que eu ia fazer é se V.Exa., nas filmagens, vir que está evidenciado que, no momento da entrega das carteiras, fez essas afirmações, V.Exa., então, entende que agiu erradamente? Se, pela filmagem, ficar evidenciado que, no momento da entrega... Que, quanto à imagem, não dá para discutir. V.Exa. pode dizer que aquela transcrição não está correta. Quanto à imagem, V. Exa. não dá para discutir, é V.Exa., as pessoas que ali estavam são elas, as carteiras estão sendo entregues. Segunda pergunta que eu faço é essa. Se as imagens desmentirem V.Exa. se as imagens demonstrarem que V.Exa. fez o discurso e teve essa fala no momento da entrega, V.Exa. entende que agiu erradamente?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Não fiz campanha política. Teve uma ação judicial questionando isso e a ação foi arquivada.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Vou dizer uma coisa, sou promotor há 21 anos. Não há Juiz, não há promotor na face da terra que, diante de uma transcrição, de uma filmagem dessas, da entrega de carteiras oficiais, em nome do Ministério, arquive um processo. Eu pedi para meus advogados checarem na justiça eleitoral e na justiça comum de Belém, porque, talvez, esse arquivamento a que o senhor se apega seja, por exemplo, por ilegitimidade de parte; quem entrou com ação não podia ter entrado. Porque, no mérito, é impossível desconhecer a imoralidade do seu ato. É impossível desconhecer que V.Exa. praticou o mais abusivo ato de improbidade administrativa evidente, inquestionável.

Eu tenho todo o cuidado, quando eu falo aqui, em não pré-julgar quem quer que seja. Com o Ministro Orlando, que é também deste Governo, fiz questão de dizer aqui que ele deu explicações convincentes. V.Exa. perdeu a noção do que essa CPI representa. A fala de V.Exa. aqui para nós, parece que aqui estão... Um apanhado de crianças, de cinco anos de idade, que simplesmente o senhor diz: "Eu não estava em campanha, não uso desse expediente e o processo foi arquivado". Se atenha aos fatos. O senhor não está falando com crianças, está falando com Deputados que estão aqui para inquiri-lo, de forma serena, equilibrada, e o que foi colocado aqui é muito sério. É tão sério ou mais sério do que os gastos indevidos que o senhor fez com cartão corporativo. Se o Deputado Vic permitir, não sei se era a idéia dele, mas, se for, faço questão de subscrever. Mas vamos entrar com ação de improbidade administrativa contra V.Exa. com essas provas. Faço questão de subscrever a ação de improbidade administrativa contra V.Exa. Uma ação pública.

Eu nunca vi um ato mais vexatório, de utilização da máquina administrativa, como hoje relatado aqui pelo Deputado Vic. Nunca vi na minha história, como Parlamentar, como Promotor de Justiça, como alguém que atua na área eleitoral. Nunca vi. E V.Exa. vem aqui e diz exatamente, com essa serenidade que vejo agora, que "não estava em campanha, não uso desse expediente e o processo foi arquivado". É essa a resposta que V.Exa. vai continuar me dando ou tem algo mais a dizer?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: É essa a resposta. Não fiz gastos indevidos. Eu tenho todo o respeito por V. Exa.--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não estou falando dos gastos, estou falando da campanha.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: --Por todos Deputados e Senadores aqui dessa CPMI, considero importante, considero estratégica, considero fundamental para o aperfeiçoamento do uso desse instrumento. Tenho o maior respeito por todos os senhores, as senhoras, eu estou afirmando que não estive em campanha, não fiz gastos indevidos com os cartões, que houve uma ação e ela foi arquivada porque provou que não houve nenhum processo ilícito em relação a isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu estou atrás dessa ação. No dia 13/06/06, consta um gasto do senhor que, para a CPI constou como sendo gasto não informado. V.Exa. sabe onde estava no dia 13/06/06 e gastou 1.358 reais? Se não foi... Dia 13 ou dia 11. Porque essa aqui tem o relato do banco e o relato da Visa. Visa é no mesmo dia, o banco é um dia após. O valor é 1.358 reais. Qual é o dia?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 13 a 16/06 eu estive em Rondônia. Estive em Rondônia, onde nós visitamos o terminal de Porto Velho, que estava em obras, inauguramos o Telecentro, também em Porto Velho, fizemos a entrega das Feiras do Peixe, que é política de comercialização de pescado, em parceira com a CONAB, ou seja, tive aí pelo menos três agendas oficiais em Rondônia.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Esse gasto de 1.358 seria com o quê?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Este gasto de 1.358...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Informado pelo Banco do Brasil.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 13/06...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Pode ser dia 11. Como eu disse ao senhor, pode ser dois dias antes dessa data que lhe dou ou é essa data. Porque o banco registra um dia... O cartão Visa é na hora. E o banco, dois dias depois.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Deputado, só para informação. Talvez, ele não consiga identificar o seguinte. Isso é o pagamento da fatura do cartão total do mês anterior. 1.358,60, no dia 13/06... 1042, no dia 12/07 e assim por diante. Esse CBR é o pagamento daquela data e incluem aqui não só as despesas com compras e contratação de serviços eventuais, como também retirada de dinheiro. É por isso.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas V.Exa. nunca fez saque?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Nunca usei esse dispositivo de fazer saque com o cartão.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. sabe se pode fazer gasto com cartão no próprio Distrito Federal?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: No Distrito Federal, com alimentação, para servidor público, não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): E com hotel?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Também não.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. se hospedou no dia 30/06, no Hotel *Blue Tree,* pagou 485 reais; no dia 14/08, gastou 359 reais...

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Não procede, Deputado, essa informação. Esta foi uma confusão que nós esclarecemos porque o *Blue Tree* Brasil, não Blue *Tree* Brasília... Esse questionamento já houve. Nós esclarecemos. Então, no momento em que eu me hospedo no *Blue Tree* em qualquer cidade, é *Blue Tree* Brasil e não *Blue Tree* Brasília. Não fiz nenhuma hospedagem em hotel em Brasília.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): No dia 15/12/2007, V.Exa. hospedou-se em qual hotel *Blue Tree*?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 15/12 de...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): 2007. Ou dois dias antes.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Florianópolis.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Quantos dias o senhor permaneceu?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Tive agenda de 12 a 15... Aliás, fui na quarta-feira à noite e voltei no sábado, às 08h30 da manhã. Nós assinamos convênios com o Governo do Estado, na EPAGRI, assinamos convênio na Univale--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Para mim, já está justificado. Dia 26/10.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 26/10...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): 2007 também.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 26/10/2007...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Isso.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 26/10/2007, eu estive em Florianópolis, onde nós tivemos a entrega de licenças para o camarão sete barbas, em Porto Velho, estive em Balneário Camboriú, estive na FENAOSTRA, que é feira tradicional em Santa Catarina--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): É só com relação à hospedagem, quantos dias o senhor permaneceu lá?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu estive de 24 a 26, de quarta a sexta. Eu saí às 12h50 de Brasília e retornei na sexta-feira, às 06h30 da manhã.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Fazendo o registro, senhora Presidente, de que, com autorização do Deputado Vic, eu, juntamente com ele, tomarei todas as medidas judiciais cabíveis com relação a este fato. Com relação às respostas referentes ao cartão corporativo, me dou por satisfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Manato, com a palavra.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Senhora Presidente, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Depois Deputado Vic. Deputado Indio. Desculpe-me. E, depois, Senador João Pedro e Vignatti.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Vou arrumar uma pena aqui semana que vem e a senhora não vai confundir mais.

[risos].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Senhora Presidente, eu gostaria de...

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Senhora Presidente, eu gostaria de deixar claro que essa CPI, CPMI, é do cartão corporativo. E as respostas que eu ouvi do Ministro sobre o cartão corporativo, elas me convenceram. Eu acho que ele fez uso, podem ter acontecido erros administrativos, esses erros administrativos foram corrigidos, através da devolução, foi isso com a Matilde, foi isso com o Orlando...

Então, quer dizer, nesse ponto, estou totalmente convencido. Eu não estou aqui para julgar um fato de 2006. Eu acho que esse fato, politicamente, se o nobre Deputado Carlos Sampaio, o Vic, querem entrar na Justiça, é todo direito, é lícito, tem que entrar, tem que fazer, tem que questionar, é outro fato extra CPI. Não é o fato da CPI. Eu, se tivesse a oportunidade, gostaria de saber, não sei se o Deputado Vic pode utilizar o art. 14 depois, como é que foi na votação para reeleição aqui dentro do Congresso, eu não estava aqui, ele estava. Não sei quais foram os mecanismos de convencimento das pessoas aqui dentro.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu fui o Relator.

DEPUTADO MANATO (PDT-ES): Então, não sei se relatou contra ou a favor á reeleição, se houve acordo para votar favorável à reeleição. A gente sabe que muita coisa... Eu li muita coisa no jornal e não estou aqui para apurar isso. Eu sei que em 98, 2002, vários Ministros iam ao meu Estado e faziam campanha abertamente. Faziam campanha para o Fernando Henrique, fizeram campanha para o Alckmin... Foram lá e fizeram mesmo, pediam voto... Eu acho que está errado? Está errado. O Ministro ali está dizendo que não, mas tudo indica que ele fez campanha. Se eu fosse um leigo e estivesse ouvindo aquilo, eu... "Esse cara está fazendo uma campanha bacana. Legal, ele está fazendo". Mas todos fazem isso. Todos fizeram isso. Isso aí a gente vê aí, em todos os lugares, fazendo o mesmo...

O Ministro dos partidos, vão a uma Reunião oficial, depois sai para um almoço partidário, sai para um jantar partidário... E isso acontece... Eu acho que à exceção muito pouco aqui que não faz isso aí. Então, a gente está observando, sabe que isso acontece...

Então, Ministro, a questão de o senhor ter feito tudo que o Vic falou ali, o senhor discute com a justiça, discute lá no eleitoral, o Carlos Sampaio, que é um excelente promotor, acho que o Ministério Público perdeu um grande Promotor, mas nós ganhamos um grande Parlamentar, graças a Deus, e, então, ele entra e faz.

O que me interessa aqui agora é que as explicações de V.Exa. me convenceram. E o resto nós vamos discutir em outras ações. Sugiro aqui o Vic, se quiser pedir uma CPI, para ver a eleição de Fernando Henrique, as privatizações, os Ministros, a campanha, eu sou contra a reeleição, sou favorável ao mandato de cinco anos. Sou favorável a isso. Isso tudo aí pode acontecer. Acho que deveria ter uma ampla CPI para isso. Agora, nessa CPI, V.Exa. eu acho até que gastou pouco, 22 mil. Eu só vou fazer uma pergunta ao senhor. Uma. O senhor é contra ou a favor de que se implemente diária para os Ministros?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pode responder, Sr. Ministro.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Então, eu acho que ela é importante. Eu, por exemplo, na Secretaria, eu tenho dificuldade de ter um ecônomo que me acompanhe em todas as agendas. Eu ando pelo Brasil, em agenda de trabalho, com assessor de imprensa e não tenho condições de ter um assessor político. De ter um assessor, nesse caso, um ecônomo para acompanhar e ser responsável pelos acertos das contas. Então, nesse caso, partindo da visão do princípio da impessoalidade, de que o detentor do cartão não pode fazer o pagamento das suas próprias despesas, eu acho que a diária resolveria esse problema.

Agora, quero aproveitar também, me permitam, para o Deputado Carlos Sampaio, nesse momento não está, se ausentou, mas eu quero ler aqui a conclusão da Justiça do Pará em relação àquele caso. Deputado Carlos Sampaio afirmou que nenhum Juiz arquivaria, no mérito, mas, sim, por vício. Eu quero dizer que foi arquivado no mérito e ele conclui da seguinte forma. Deputado Carlos Sampaio, o Deputado ouviu a minha fala, eu quero ler aqui a conclusão do Juiz em relação ao mérito daquela ação. O Juiz disse o seguinte: "No mérito, a representação deve ser julgada improcedente, isto porque, em sede de representação, o representante deve indicar provas, indícios e circunstâncias do fato tido como ilegal, o que não ocorre no presente caso, onde o representado apresenta como única prova a mídia de som que acompanhou a inicial. Por isso, diante da insuficiência de prova do alegado, circundado ainda pelo parecer ministerial, julgo improcedente a representação".

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Presidente, art. 14.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Art. 14, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): V.Exa. deu a minha convicção que me faltava, foi por insuficiência de prova. O representado não juntou as provas a demonstrar que o senhor fez campanha. Tão-somente por isso foi julgado. E, no mérito, se diz assim: "A pessoa não praticou o fato". Ou se diz assim: "Não se tem elementos de prova porque não foram juntadas",

na expressão do juiz, "pelo representado a evidenciar que tenha ocorrido a tal campanha". Então, erro de quem protocolizou o processo, erro de quem entrou com a ação. O Juiz, em momento algum, o absolveu. Ele disse que aquele que representou contra o senhor não juntou as provas necessárias para demonstrar o alegado. Expressão exatamente utilizada por ele.

Então, isso só confirma a necessidade de irmos ao Judiciário para perquirir sobre o procedimento de V.Exa. que reputo imoral, não republicano e inaceitável por parte de um Ministro de Estado. Inaceitável. E acho que penso assim eu e qualquer outro, seja da base aliada, seja da oposição, se vir as cenas que o Deputado Vic falou que vai nos mostrar, com V.Exa. entregando as carteiras em ato oficial e falando o que falou, eu duvido que qualquer outro aqui nessa CPI, seja da base aliada, seja da oposição, defenda a sustentação de V.Exa. no cargo. Duvido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Deputado. Com a palavra, o Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Ministro, quando o senhor recebeu o cartão corporativo do Governo, o Governo lhe informou quais eram as regras?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O senhor conhece a Legislação que trata das regras do cartão?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Conheço.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Por que é que o senhor andou fragmentando despesas em hotéis, locação com veículos, se isso é proibido pelas regras?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu expliquei o caso de uma fragmentação do pagamento de um hotel.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Aonde foi esse?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Foi no Rio de Janeiro, onde o total das diárias superava os 800 reais, em que o cartão tem um dispositivo, ou seja, no máximo 800 reais por operação. Como eu não acertei diariamente as diárias do hotel, acertei no final, esse valor superou; eu fiz duas operações. Foi isso que eu fiz. Ou seja, a CGU também analisou esse aspecto e não constatou nenhuma ilegalidade em relação a esse fato.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Bom, a CGU, então, se enganou, porque a portaria 95/2002 do Ministério da Fazenda diz que isso é fragmentação de gasto, não é só por operação; é por serviço ou contratação. Porque senão você comprava um avião e botava lá 15 mil pagamentos de 800 reais. Alugava um Boeing, um jatinho, qualquer coisa assim. Não é para isso. Cada utilização do cartão é de até 800 reais por serviço ou por compra. Não é... Senão você vai para um... Enfim, gasta 10 mil reais e passa várias vezes o cartão. Aliás, é o que o Governo vem fazendo, na hora que ele não licita, e vai gastando. Estou impressionado com os números que têm aqui. Só na papelaria ABC Comércio e Indústria Ltda., o Governo gastou 330 mil reais, sem licitar. Na SUPRATUR, Agência de Viagens, 365 mil, sem licitar. São dados que vieram do Governo para cá. Veja só, o senhor, no dia 09 de outubro de 2007, foi visitar sua filha em Chapecó.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Dia?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): No dia 09 de outubro de 2007.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: 09 de outubro de 2007. Eu estive em Chapecó, uma agenda extensa, onde participei da EFAP, que é a maior feira na região.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sua agenda está aí?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu tenho isso na minha cabeça porque eu--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Não, não. Documento público, porque, na cabeça, eu também tenho muita coisa.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Tenho minha agenda aqui.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O senhor pode encaminhar para mim, por favor?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Com certeza.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, o senhor fragmentou, mais uma vez, o senhor fracionou o seu cartão, o hotel que custou 960 reais, e o senhor fracionou em dois pagamentos de 480 reais. Além de ter fracionado também o uso de veículos, locação. Locou seu veículo, também acima desse valor e também fracionou. Queria dizer, Ministro, que, por menos do que isso, a Ministra Matilde caiu do Governo. Aliás, a gente esteve aqui com ela e nós entendemos e por isso a respeitamos, que ela foi entregue aos leões para proteger a Ministra Dilma e companhia ltda. Porque, à medida que vai subindo esse elevador, vai piorando. Vão aumentando os gastos e aumentando os desvios. Queria saber, novamente aqui, mais uma vez, driblando a portaria 95/02 do Ministério da Fazenda, o senhor novamente fragmentou, no luxuoso Hotel Glória, no Rio de Janeiro, mais uma vez, fragmentou também em 545 reais cada pagamento. O senhor pode explicar sobre isso?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu fiz dois fracionamentos. O que não caracteriza, segundo a CGU, uma irregularidade. Há o estabelecimento, nessa portaria, de um limite de 10%--

[soa a campainha].

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: --Sobre o valor total de gastos sem licitação, que é oito mil, no valor de 800, como uma referência e uma recomendação. Então, eu fiz dois racionamentos porque não acertei diariamente o gasto, que foi o caso do Hotel Glória, que já expliquei, onde superou os 800 reais, eu fiz duas operações de um gasto, que efetivamente ocorreu em agenda oficial.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Em 2007, o senhor foi ao Rio de Janeiro no Carnaval e se justificou, dizendo que a Escola de Samba, ela homenageava o bacalhau. E que por isso o senhor foi, então, para o Rio de Janeiro acompanhar o carnaval. De qual autoridade partiu o convite?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Partiu o convite do Ministro da Pesca da Noruega, tenho o convite oficial em minhas mãos, que passo à Presidente desta Comissão... Ao Presidente; o Ministro da Noruega esteve no Brasil. Nós importamos, só no ano passado 173 milhões de dólares de bacalhau da Noruega, essa é a razão do interesse da Noruega também no Brasil. Estive em missão oficial, no Rio de Janeiro, dia 19 de fevereiro, tive reunião, às 16h00, no Hotel Softel, onde tratamos de uma ação conjunta, inclusive, na OMC, para regulamentação de subsídios à pesca, e acompanhei a autoridade estrangeira no desfile da Imperatriz, que foi patrocinado pela Noruega. Ou seja, eu fui a convite do Ministro da Pesca, recepcionei uma autoridade estrangeira e cumpri agenda oficial de trabalho.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, o senhor confirma que todas suas despesas em sábados, domingos e feriados, durante o período de carnaval, decorreram de sua agenda oficial?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Não foi sábado e nem no feriado. Segunda-feira, inclusive, é facultativo. Estive no Rio de Janeiro, me desloquei no domingo à noite para agenda, na segunda-feira, e retornei na terça-feira.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): A senha do seu cartão corporativo é a mesma senha do seu cartão pessoal?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: A senha do cartão corporativo, se é a mesma do cartão pessoal? É a mesma senha.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Quer dizer, o senhor coloca a senha no seu cartão?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Exatamente. Vou lhe dar uma dica, outros Ministros que usaram a mesma senha, e erraram o cartão corporativo pelo pessoal e vice-versa, gastaram com dinheiro privado o que deveria ser público e gastaram com o dinheiro público o que deveria ser privado--

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Eu não cometi esse equívoco.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu já vi. Analisei todas as suas contas aqui, desde o começo, e já vi que não houve esse equívoco. Por isso imaginei que fosse até contrária a senha.

Bom, Ministro, eu só queria agora que o senhor, então, para finalizar minha última pergunta, por que é que o senhor está demandando, então, ou gostaria de ter e não está conseguindo um assessor político, já que, na realidade, seu cargo é técnico. A sua função, apesar de ser um cargo político, é de trabalhar a questão ambiental, da pesca, enfim. Então, o senhor está reclamando aqui conosco, pelo menos num momento, conseguiu abrir seu coração, e nos disse: "Olha, não consigo um assessor político. Tenho assessor de imprensa, mas não tenho assessor político". Qual seria a função do assessor político do seu lado, viajando pelo país inteiro?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Toda função, ela é técnica e política também. Minha função é política e é técnica. E procuro desempenhar com toda competência e responsabilidade. O que quero dizer é que nós, como as outras secretarias, por ter uma estrutura pequena, nós não temos, por exemplo, um quadro próprio de pessoal. Nós trabalhamos com servidores cedidos de outros órgãos e nós não temos a estrutura necessária para ter um *staff* que acompanha o Ministro. Essa é a ressalva que eu fiz ao comentar a estrutura que eu tenho para me acompanhar nas agendas oficiais nos Estados.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): É que depois que o Deputado Vic lhe fala a respeito de sua viagem para defender ou não o Presidente em campanha eleitoral, aí o senhor diz que falta um assessor político, então, queria registrar aqui e entender qual seria a razão. Presidente, estou satisfeito.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): O senhor gostaria de mais algum esclarecimento, Ministro? Ou podemos passar para o próximo orador inscrito?

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Próximo orador.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhor Presidente, Srs. Senadores, Ministro, voltando para a questão, para o debate fundamental do cartão corporativo,

primeiro me chamou atenção a eficiência da Secretaria Institucional da Presidência da República. Isso é importante nós refletirmos aqui porque o trabalho da CPI, ela tem que aprofundar e investigar, discutir e apresentar para a sociedade suas proposituras, sugestões etc., mas eu quero destacar aqui o trabalho permanente da Secretaria Institucional da Presidência da República, que faz uma observação, numa das despesas abordada pela mídia; uma despesa de 516, 526 reais, é isso? De um almoço aqui em Brasília. E isso, senhor Presidente, Srs. Deputados, Relator, eu penso que esse ponto da discussão nos remete à necessidade de termos uma norma mais clara, mais eficiente. Porque é inconcebível que um Ministro, que um Secretário com o *status* de Ministro, vá para um almoço com uma comitiva, no caso em foco, em tela, da China, e a Secretaria, dentro... Não de um olhar subjetivo, mas, dentro de normas, observe e diga ao Ministro: "Olha, devolva o dinheiro". Isso é um absurdo. Carece de normas. Carece de normas, carece de uma Legislação para dar um amparo e fazer com que o servidor, um representante do Estado Brasileiro, do Governo Brasileiro, pague com tranqüilidade a sua refeição--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senador, só para corroborar, eu também acho um absurdo um Ministro de Estado, recebendo uma delegação como o Ministro recebeu, de fora, não poder oferecer um jantar e esse jantar ser pago com o dinheiro público. Agora, se foi pago com cartão, de alguma forma houve um erro e ele já mostrou. Ele cedeu. Só para corroborar que acho que ele fez muito certo. Agora, tem que regulamentar de alguma outra forma--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tranqüilo. Agradeço. Ainda bem que o Deputado, atento, discute essa questão, não utilizou da escuta, da gravação. E, desse ponto, eu quero voltar para esse ponto, nós precisamos... Quero chamar atenção do Relator sobre essa situação. Ou seja, há um almoço entre representações bilaterais de Governos, e a Secretaria, atenta, rigorosa, tem um padrão, diz: "Devolva o recurso". Então, me chama atenção essa situação.

A outra, não tem que flexibilizar. Nós precisamos, o Estado Brasileiro e a própria sociedade brasileira, ela exige um padrão de conduta, de postura, de rigor com os recursos públicos. Eu não abro mão disso. Agora, das questões levantadas, das questões levantadas pela mídia, no que diz respeito à postura do Ministro, eu penso que ele abordou, com muita clareza, e ajuda no esclarecimento. E ajuda no esclarecimento. E penso que essa situação também carece de norma. Tem um teto de 800, embora a regra fale de oito mil, mas a recomendação é de 800, aí passa dois dias no hotel, tem que fechar a conta do primeiro dia, tem que ir lá para não descumprir a norma de 800. A conta dá 900, você tem que... E, aí, eu não tenho dúvida que são mecanismos que a gente pode superar com uma norma mais clara. Não tem por que usar de artifícios que possam levar para uma... Para um cenário de ilegalidade. Carece... A utilização do cartão carece de normas e eu quero chamar atenção do Relator para isso.

No mais, eu penso que a questão de Belém V.Exa. respondeu, do ponto de vista da decisão do Juiz, e não sei se V.Exa. gostaria de abordar essa situação, porque é uma questão que não está no foco direto da CPI, mas diz respeito a 2006, mas foi levantada por um membro da CPI, se V.Exa. aborda isso com mais tranqüilidade, do ponto de vista de esclarecer... De esclarecer. E essas questões que V.Exa. abordou me levam a essa... A essa postura aqui, de dizer que a Legislação que acompanha, que disciplina, que delimita regras, limites para o cartão, nós precisamos, até para contribuir com o Estado Brasileiro e com os agentes públicos, de uma Legislação que possa garantir, com tranqüilidade, a utilização do recurso.

PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Gostaria de saber do Sr. Ministro Altemir Gregolin, se ele desejaria fazer uso da palavra para mais esclarecimentos.

SR. MINISTRO ALTEMIR GREGOLIN: Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Então, nós encerramos essa oitiva... Espera aí. Tem mais um para ser ouvido. Esta. Desculpe aí. Agradecer a presença do Sr. Ministro aqui, por aceitar o convite dessa CPMI, e convidamos o Sr. Alexandre Correa de Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões. Será o próximo a ser ouvido.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Alexandre Correa de Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões, por um período de 30 minutos, para fazer seus esclarecimentos.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Boa tarde. Gostaria de cumprimentar o Vice-Presidente da Mesa, Marcelo Melo, Relator, Deputado Luiz, aos presentes, Deputados presentes, e, inicialmente, gostaria de me apresentar. Meu nome é Alexandre Correa Abreu, eu sou Diretor da área de cartões do Banco do Brasil, trabalho no Banco do Brasil há 22 anos, entrei em 1986, já exerci diversas funções na empresa, já fui gerente de agência, Superintendente Regional do Banco do Brasil, e já gerenciei áreas aqui em Brasília, como a internet, a área de Seguros do banco e, desde julho de 2006, eu estou na área de cartões do Banco do Brasil. Sendo que, a partir de 27 de agosto de 2007, eu fui nomeado Diretor da área. E estou aqui no intuito de

colaborar com a Comissão para prestar os esclarecimentos necessários ao funcionamento do cartão de pagamentos do Governo Federal. Estou à disposição de V.Exas.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dr. Alexandre, seja bem-vindo. Quero passar a palavra ao Relator e depois ao autor do Requerimento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu tenho duas perguntas, que acho importantes para esta Comissão. A primeira delas é qual a diferença do cartão de pagamento do Governo Federal para os demais cartões do próprio banco? Qual a diferença do funcionamento, de senha... Em relação... Se tem diferença em extratos... Quer dizer, quais as diferenças existentes entre um cartão e o outro cartão?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Bom, o Banco do Brasil, ele trabalha com uma grande quantidade de modalidades de cartão. Para não citar todas as modalidades, que são mais de 50, vou citar as principais. Nós temos cartões para pessoa física, Ourocard, que é um cartão que temos atualmente 20 milhões de portadores de cartão de crédito Ourocard; nós temos cartões corporativos para empresas privadas; nós temos o cartão de pagamento do Governo Federal.

O funcionamento do cartão do Governo Federal é semelhante ao cartão de crédito normal, com algumas diferenças importantes. A primeira delas se refere ao saque. O saque, num cartão de crédito comum, ele é realizado num dia, e ele é cobrado do cliente no dia do pagamento da fatura. E, sobre esse período, incide taxa de juros. No caso do cartão de pagamentos do Governo Federal, o saque que é feito pelo Governo, ele não incide, ele é pago no mesmo dia. Portanto, não há pagamento de juros. Essa é a primeira diferença.

A segunda diferença é que o cartão comum, de pessoa física, não tem uma série de mecanismos de controle existentes no cartão de pagamento de Governo Federal. É possível, no cartão de pagamento do Governo Federal, se limitar quanto é que cada servidor vai gastar por dia, por semana ou por mês, que tipo de estabelecimento esse servidor pode usar o cartão; se ele pode usar fora do Brasil ou não... Sempre a critério da unidade gestora que detêm o contrato com o Banco. E, no cartão de pessoa física, isso não é possível ser feito. Além disso, no cartão de pagamento do Governo Federal, nós temos uma estrutura de gerenciamento na qual a unidade gestora, que é... Pode ser um Ministério, uma Secretaria, é qualquer unidade do Governo que tem autonomia orçamentária. Ela é que faz o termo de adesão com o Banco. Ela pode dividir essa unidade gestora em centros de custos. Por exemplo, ela pode ter uma seção num determinado Estado, que ela gostaria de enxergar esses gastos de forma isolada. Então, ela pode dividir determinados cartões para ficar sendo gerenciado por centro de custos.

E, além disso, ele pode também receber as informações de gastos desses cartões de forma individualizada ou de forma centralizada. O produto, o cartão do Governo Federal, é extremamente flexível, do ponto de vista de gerenciamento, que possibilita um forte gerenciamento das despesas pelo Governo.

E o terceiro e grande ponto que, no cartão de pagamentos do Governo Federal e da pessoa física, no cartão de pagamentos do Governo Federal não cobramos nenhum tipo de taxa ou de anuidades de despesas. Ao contrário dos cartões normais que são comuns a esse tipo de taxa. Eu diria que basicamente são essas as principais diferenças. As demais funcionalidades são muito parecidas. Eles são aceitos nos estabelecimentos credenciados pela Visa, eles trafegam nas redes do Banco, enfim, as outras questões são muito parecidas. Acredito que tenha respondido aí a pergunta. Não sei se tem mais alguma dúvida.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Queria uma explicação mais detalhada de como funcionam, tecnicamente, as transações de cartões de pagamento do Governo Federal, por quê? Nós tivemos aqui vários Ministros, que tiveram que prestar esclarecimento em decorrência de que acabou não coincidindo a data da agenda dele com o dia da operação. Então, isso levou a dúvidas, a constrangimentos, a problemas que já foram explicados, mas, se há um mecanismo, no Banco, de que, em se tratando de cartão de pagamento do Governo Federal, como a movimentação vai para o Portal da Transparência e, do ponto de vista político, quer dizer, é sempre buscado ver a agenda do Ministro, que é pública, com o dia da operação da movimentação, isso tem trazido problemas. Então, se há mecanismo que, em relação ao cartão de pagamento do Governo Federal, se pode se criar, aí, se é possível se criar um mecanismo para aperfeiçoar o sistema, do ponto de vista de que nós não tenhamos mais problemas aqui, em que a agenda foi no domingo e a operação acabou saindo no Portal da Transparência na segunda-feira, mas, na segunda-feira, ele estava em Brasília e não no Estado onde estava sendo... Cumprindo a agenda.

Então, em termos de... Tecnicamente, se é possível se aperfeiçoar para que, no Portal, acabe saindo exatamente o dia em que a operação foi feita.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Ok. Veja bem, a transação do cartão de pagamento do Governo Federal, como de qualquer outro cartão de crédito ope-

rado pelo Banco do Brasil, ela tem um trâmite eletrônico bastante complexo, que vou procurar explicar aqui agora. Quando se passa um cartão em determinado estabelecimento comercial credenciado, essa transação, num primeiro momento, é feita uma comunicação entre o estabelecimento comercial e a empresa credora do estabelecimento comercial, que, no caso, da Visa, é a Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, a VISANET. Esta companhia, ela pega essa transação e envia para a Visa em Miami que é a sede regional da Visa América Latina. Lá, são conferidos alguns dados do cartão, alguns dados da integridade do cartão, para se reconhecer se aquela transação, de fato, está vindo de um cartão Visa. A Visa, ao aprovar aquela transação, ela remete essa informação de novo para a VISANET e a VISANET envia para ao banco emissor, no caso, o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil faz uma série de consultas, verifica o limite do cartão, verifica se esse cartão tem denuncia de que foi roubado... Uma série de... Se aquela transação está dentro dos parâmetros definidos pela unidade gestora para aquele tipo de transação; estando tudo ok, a transação é aprovada. Aí, o Banco do Brasil envia de novo a informação e a VISANET autoriza a compra. Tudo isso que eu falei demora aproximadamente de três a seis segundos. Para vocês terem uma idéia da capacidade desse sistema.

Muito bem. A data, com relação à data, a data que... Existem duas datas. A data da efetiva compra, que são a data e horário que aconteceu essa transação que falei para o senhor agora. Acontece que esse estabelecimento que fez a transação, estabelecimento comercial, ele tem que, depois de um determinado período, ele tem até 48 horas para fazer isso, para informar, confirmar... É a mesma data que ocorreu o pagamento. Então, essa data, nós chamamos de data de processamento. Então, temos, na realidade, duas datas. Uma data que efetivamente aconteceu o pagamento e uma data, que pode ser a mesma, pode ser um dia depois, pode ser até dois dias depois que ocorreu o processamento em função da comunicação do estabelecimento para a VISANET. E, no episódio do Portal da Transparência, de fato, nós informávamos à CGU, a gestora do Portal da Transparência, até pouco tempo atrás, a data do processamento. Então, a data que aparecia no Portal da Transparência era a data do processamento, muitas vezes, como o senhor mencionou, não coincidia exatamente com a agenda de quem tivesse usando o cartão.

Isso foi corrigido, já foi corrigido, na realidade, nós tínhamos as duas datas, só que, por um erro de sistema, uma interpretação de sistema, se colocava a data do processamento. A CGU já está colocando a data do pagamento efetivo e, no Requerimento que foi feito ao Banco do Brasil, com as informações de movimentação, que nós já enviamos as informações aqui para a Comissão, nós informamos as duas datas, a de pagamento e a de processamento. E, no Portal da Transparência, já está constando, a CGU deve ter corrigido, está constando a data de pagamento.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu me dou por satisfeito, principalmente nessa segunda resposta que, para mim, era muito importante, haja vista que muitos dos problemas se deram exatamente pela publicidade da data do efetivo pagamento ter sido substituída pela data do processamento. Mas, se esse erro está sendo corrigido, na minha visão, significa um aprimoramento muito importante para o Portal da Transparência. Dou-me por satisfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Gostaria de perguntar ao Dr. Alexandre se há algum caso de clonagem de cartão corporativo. E se há, em razão de clonagem ou de fraude com o cartão, se já houve débito ou retiradas indevidas na conta do Tesouro Nacional.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Bom, a clonagem de cartões, de maneira geral, infelizmente ocorre. Existe uma verdadeira indústria de fraude, no Brasil e no mundo, a respeito desse tema. O que o Banco do Brasil vem fazendo para evitar este tipo de problema? Nós temos uma base hoje, como falei anteriormente, de 20 milhões de cartões de crédito, e temos uma base acerca de 12 mil cartões do Governo Federal. Existe uma diferença entre cartões, que só tem a tarja magnética, aonde, quando você usa esse cartão, você tem que fazer a assinatura manualmente, e o cartão com chip. O cartão com chip, ele até hoje, não se descobriu uma maneira de fraudá-lo porque você imposta uma senha pessoal lá no estabelecimento da compra. Nós estamos, gradualmente, porque é uma operação custosa e de logística complexa, substituindo todos os cartões do Banco para cartões com chip. Inclusive, está prevista a substituição dos cartões de pagamento do Governo Federal. Nós vamos fazer a substituição gradualmente.

Com relação a se já houve, já houve fraudes. Quando acontece uma fraude, o que ocorre? O ordenador de despesa da unidade gestora recebe um extrato. E ele confere com quem realizou aquele gasto e verifica se aquela compra efetivamente foi feita. Quando ele percebe que não foi feita aquela compra, ele desconhece aquela compra, ele procura o Banco do Brasil, seja pela agência, seja por telefone, e contesta aquela transação. Ele diz: “Isso não procede”. Quando o banco recebe esse tipo de contestação, o que o Banco faz? O Banco, imediatamente, porque ele acredita

no cliente, seja qual for o cliente, ele credita o valor na fatura, mesmo se o cliente já tiver pago, ele credita o valor na conta do cliente e pesquisa para verificar como foi feita a transação. E pede a cópia do tíquete e verifica a assinatura de quem autorizou aquela compra, e 100%, no caso do Governo Federal, foi comprovado que, de fato, houve uma fraude e o Banco faz o quê? Bloqueia o cartão, substitui aquele cartão por outro e estorna o valor, e o prejuízo fica sendo para o Banco. Mas, no caso do Governo Federal, nós temos poucos casos. No ano de 2007, foram apenas seis casos de fraude, que geraram uma contestação de pouco mais de mil reais. Nós fizemos essa pesquisa. Mas muito poucos casos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Outra pergunta, Dr. Alexandre, dois Ministros, uma ex-Ministra e um Ministro estiveram aqui nessa semana e colocaram como justificativa para o uso indevido do cartão corporativo de ele ser muito parecido com o seu cartão de crédito ou débito pessoal, usado pelo Banco do Brasil. Como é que é possível fazer para que isso não ocorra, já que dois casos, na mesma semana, de dois Ministros a justificativa foi a mesma?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Bom, de fato, tem uma das modalidades de cartão, o cartão Gold, que é muito parecida com o cartão do Governo Federal. É a mesma cor. O que nós podemos fazer, eventualmente, é reestudar o *layout*, as aparências do cartão do Governo Federal, para que ele se torne diferente de todo tipo de cartão de crédito na pessoa física. Poderíamos fazer isso. Teria custo, porque teríamos que trocar todos os cartões, mas poderia ser uma sugestão, se o Governo nos der, nós poderemos reestudar e, à medida em que fôssemos substituindo esses cartões, desenvolvemos um *layout* que fosse realmente completamente diferente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Acredito que e o Relator poderia fazer isso, já que... Se dois Ministros usaram indevidamente porque tiveram essa mesma... Agora, o senhor imagine todos os outros 11 mil correntistas que usam o cartão corporativo e que podem também usar indevidamente porque é parecido. Então, acho que essa é uma atitude que tem que ser tomada e precisa ser modificada para que não ocorra o que nós vimos aqui essa semana.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. O autor do Requerimento, ou os autores... Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Dr. Alexandre Correa, a sua participação aqui nessa CPI, ela é primordial pra gente entender uma série de questões, porque sem entender a mecânica do funcionamento fica difícil, escuta um Ministro, outro Ministro, o ex-Ministro... Mas, na prática, a gente tem algumas dúvidas. É sua área que paga essa conta dos cartões ou sua área só concede os cartões?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Na realidade, nem uma coisa nem outra. O convênio que nós temos com o Ministério do Planejamento, que é o acordo com o Governo Federal, que rege todas as características operacionais do cartão de pagamentos do Governo Federal, ele prevê a seguinte mecânica: O Ministério do Planejamento assinou um acordo que diz o seguinte: Uma unidade gestora, qualquer tipo de órgão do Governo que tem autonomia orçamentária, mediante um termo de adesão, ela pode aderir à sistemática do cartão de pagamento do Governo Federal. E, neste contrato, reza que a definição de quem vai ser o portador ou o suprido, como se fala também, pelo cartão, do cartão de pagamentos do Governo, quem define é o ordenador de despesas dessa unidade. O ordenador de despesas, que é nomeado pela autoridade máxima daquela unidade. Essa figura, o ordenador de despesa, ele tem, por força de contrato e por força de lei, autonomia de discernir quem é que vai ser efetivamente o portador do cartão. E também, respondendo a segunda parte de sua pergunta, é quem vai fazer o pagamento da fatura, todo dia 10. Todo dia 10 essa fatura é paga e quem realiza o pagamento é o ordenador de despesas da unidade gestora, que tem o cartão de pagamentos do Governo Federal.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito obrigado. O Banco do Brasil é uma empresa S.A. Tem acionistas, não é isso?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Por que é que é um convênio com o Governo Federal e não é um contrato. Portanto, não houve licitação na escolha do Banco?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: É um contrato de prestação de serviços--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim, é um convênio. O convênio não pressupõe licitação. E o contrato pressupõe. Não houve licitação para a escolha do Banco do Brasil. Poderia ter sido a Caixa poderia ter sido Santander, Itaú, Bradesco, qualquer outro Banco.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Bom, a justificativa para a escolha do Banco do Brasil, que foi feita em 1998, o primeiro contrato do cartão de pagamento do Governo Federal, ele foi feito em 1998--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O cartão passa a existir em 2001.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Ele passa a ser efetivamente operado em 2001. Mas o primeiro contrato, ele data de 07 de março de 2008.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): 2008 ou 98?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Desculpe, 1998. E, logo no preâmbulo, é citado que o Banco do Brasil é contratado e a dispensa de licitação, no caso do Banco do Brasil, é em função do inciso II do art. 25 da lei 8666. Neste art. 2º... Inciso II do art. 25, é mencionado que o Banco do Brasil é contratado por notória especialização. E essa notória especialização, ela decorre de algumas questões. O Banco do Brasil é, por lei, lei 4.595, se não estou enganado, o agente financeiro do Tesouro Nacional. Ele já operava também as contas de tipo B. Ou seja, ele já tinha toda a expertise para fazer movimentação de suprimento de fundos. E o cartão corporativo, o cartão de pagamentos do Governo Federal, ele é uma evolução natural da conta tipo B. Ele é um meio de pagamento que tende a substituir a conta tipo B.

O Banco do Brasil já operava, tinha toda uma mecânica, ele é o agente financeiro do Tesouro Nacional, e tinha uma experiência já de 11 anos, operando cartões no Brasil. E, dessa forma, foi a justificativa para ele ter sido contratado, por notória especialização.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Para fazer um registro, o Banco do Brasil administrou a conta de todos os pagamentos da Prefeitura do Rio de Janeiro. E, quando nós licitamos, cerca de 400 milhões de reais, o Banco Santander pagou a Prefeitura do Rio de Janeiro para poder fazer o pagamento dos servidores. Trata-se de uma dispensa, não importa o ano que foi feito, mas deve ser analisada, porque... Me parece que 4,5% é que o estabelecimento paga ao processo todo, do uso do cartão de crédito. Quer dizer, quando usa, é que você tem uma operadora, depois você tem uma empresa, que não necessariamente é da operadora, apesar de chamar VISANET, enfim, e a outra... Redecard. Mas não necessariamente da Visa e da Redecard... Sócios ou podem ter participação, mas são de outros Bancos, ali fica uma percentual, e a empresa é a empresa que detêm a rede de usuários da bandeira, não é isso?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Exatamente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, a VISANET, por exemplo, nesse caso específico, tem a rede Visa. Só vai poder utilizar cartão Visa onde a VISANET tem contrato, contrata com essa empresa. Aí, tem o Banco. O Banco é quem adianta o recurso. É quem garante a operação.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O Banco faz a intermediação do pagamento entre o portador do cartão e o estabelecimento comercial.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim. E esse percentual de 4,5%, como é que ele fica dividido aí?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Primeiro que não é necessariamente 4,5%.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): até 4,5%.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Eu não tenho informação que... Primeiro, acho que é importante esclarecer como é que funciona essa mecânica. Nós temos entidades envolvidas no sistema de cartão de crédito, três principais entidades. Nós temos a bandeira; a bandeira é uma entidade internacional, que é responsável por... Pela marca, e aonde essa bandeira estiver presente significa que aquele estabelecimento ali pode ser aceito o cartão de crédito daquela bandeira. Esta bandeira, ela licencia duas outras entidades para trabalho: O emissor, no caso o Banco do Brasil, e uma credenciadora ou adquirente, no caso, a VISANET. Esse é o sistema Visa. Do outro lado, nós temos a MASTERCARD, que é uma bandeira internacional, que tem diversos emissores, que licencia esses emissores e uma outra credenciadora, chamada REDECARD. No caso específico do cartão de pagamentos do Governo Federal, a bandeira é Visa. E, quando a--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O Banco do Brasil só tem VISA?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não. No cartão de pagamento do Governo Federal, a única bandeira é a VISA. Mas o Banco do Brasil, em outros cartões, em alguns, ele trabalha só com VISA; em alguns, ele trabalha com VISA e MASTERCARD e outros ele trabalha com MASTERCARD, dependendo das negociações envolvidas.

Muito bem, você estava falando da taxa. Quem cobra efetivamente a taxa do estabelecimento é a VISANET, a credenciadora, e essa taxa varia muito de estabelecimento para estabelecimento. Me parece que a média é em torno de 2,5%, e esse recurso, desse recurso, ela passa... Uma parte dele, ela... É ganho dela, é receita dela, e outra parte dele vem para o banco emissor, que é o que nós chamamos de intercâmbio, que é onde o banco emissor, no caso, o Banco do Brasil, tem receita com esse tipo de produto aqui do Governo Federal, já que não cobramos nenhuma outra taxa. Não sei se fui claro.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então... Então, o senhor está-

[soa a campainha].

DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Pediria que os portadores de telefone de celular dessem uma maneirada, colocassem no silencioso, por favor, porque interrompe muito, atrapalha muito o raciocínio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, o senhor está registrando que, apesar de o banco receber um percentual da taxa, não houve licitação?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Licitação para quê?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Para a escolha do banco.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Para a escolha do banco? Não, não houve. Houve a dispensa em contrato, conforme--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Também não houve licitação para a escolha da bandeira.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: A escolha da bandeira é uma outra situação, que eu posso explicar também.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Por favor.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O Banco do Brasil, ele, quando foi chamado a operar o cartão de pagamentos do Governo Federal, em 1998, ele já operava cartões, no Brasil, há 11 anos. Ele começou a operar cartões em 1987. E ele começou a trabalhar com a VISA. Em 1987, ele começou a trabalhar com a VISA. Portanto, em 1998, ele começou a trabalhar com a MASTERCARD, em algumas modalidades, em 96, final de 96 para começo de 97. Portanto, quando da formatação do produto cartão de pagamentos do Governo Federal, o banco já trabalhava com visa há 11 anos. Conforme eu expliquei anteriormente, toda essa mecânica de processamento, há uma necessidade, para que funcione bem o cartão, há uma necessidade de perfeita integração de sistemas entre o banco e a bandeira.

Portanto, à época, o Banco do Brasil tinha uma integração de sistemas muito mais forte com a VISA do que com a MASTERCARD, que seria a outra opção. Além disso, a visa já era, à época, ela já tinha experiência internacional na operação de cartões de pagamento para governos. Posso citar como exemplo o cartão de pagamentos do Governo dos Estados Unidos, que é operado com a bandeira VISA, é operado pelo *Bank of America*, e ele tem hoje cerca de um milhão e 400 mil portadores e cinco bilhões de dólares de faturamento. É um cartão muito difundido nos Estados Unidos e em outros países. Portanto, a VISA, à época, já tinha uma experiência internacional que ela nos ajudou a construir esse cartão de utilização do Governo Federal. E o terceiro grande ponto era que, à época, e hoje ainda essa situação permanece, o número de estabelecimentos credenciados pela VISA, ele era cerca de 30% superior ao número de estabelecimentos credenciados pela MASTERCARD. Portanto, o cartão teria uma aceitabilidade muito maior sendo passado com a bandeira VISA.

E a dispensa de licitação pelo Banco, no caso, temos até acordos jurídicos, acórdãos do TCU a respeito, trata-se de uma atividade-fim do Banco do Brasil. Numa atividade fim, ao estabelecer uma parceria, os nossos advogados nos deixam tranqüilos juridicamente de que não há necessidade de fazer licitação. É atividade fim, é uma atividade comercial, fim, e uma parceria, portanto, não houve necessidade de se fazer licitação e a escolha se pautou por esses argumentos que eu mencionei ao senhor.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Na realidade, então, tem duas dispensas de licitações, na realidade. Tem uma dispensa de licitação, quando se escolhe o Banco do Brasil. E aí se justifica que o Banco do Brasil prestava um serviço similar, que era o das contas B. mas não era exatamente o mesmo.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: E a ser agente do Tesouro Nacional. Agente financeiro do Tesouro Nacional.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim. E tem uma outra, que é a não licitação da bandeira, que, aí, o senhor justifica que não teve porque, na realidade, o VISA, naquele momento, era bandeira que tinha maior amplitude internacional e que isso tem documentos do Governo, já aprovados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União, que dão tranqüilidade a esse procedimento.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Muito bem. Se a gente imaginar uma taxa de 2,5%, que é uma taxa média, não é a mais alta nem a menor, nesse processo todo, o Banco do Brasil faturou pelo menos um milhão de reais nesse processo, haja vista que o total de gastos com cartões, entre saques e compras, portanto, o uso do cartão foi de 106 milhões e 86 mil reais, isso até fevereiro desse ano.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O saque não gera essa receita. Só a compra.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): O que eu gostaria de solicitar aqui pela CPMI seria justamente o resultado do Banco do Brasil, quanto foi a receita, qual foi o lucro do Branco do Brasil com essa operação de lá até aqui. Qual foi a receita.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Podemos fornecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ok. Para concluir, Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, de longe, na minha opinião, essa é a mais importante das oitivas aqui hoje, então, gostaria de mais um minutinho. Estou concluindo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? É importante, nós vamos ouvir.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Qualquer processo de gasto de recurso público exige um procedimento bastante burocratizado. Você tem a fixação, que é na hora do orçamento, depois, você tem o empenho, depois do empenho, você tem a licitação, que aí você pode ter a dispensa por inexigibilidade, pode ter carta-convite, pode ter modelo de concorrência, e pode-se hoje em dia utilizar também, com a 8666, mas acabou que, ao longo dos anos, foi se aperfeiçoando esse instrumento; o pregão presencial e, com a tecnologia de hoje, já o Pregão eletrônico. Em termos de modalidade.

Depois disso, vem a liquidação, que é quando se atesta o gasto. E depois vem o pagamento da fatura, já tendo fixado, sido empenhado, licitado, liquidado, e, portanto, pago. Esses fundos de pequena monta, eles têm uma formatação diferente, mas eu lhe faço uma pergunta. Há prévio empenho das despesas desses cartões?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Isso está previsto... Bom, é importante registrar o papel do Banco do Brasil nesse processo. O Banco do Brasil, ele é o fornecedor do meio de pagamento para o Governo. É fornecedor do meio de pagamento. Assim como era o fornecedor anteriormente... E ainda é, porque são utilizadas, das contas tipo B, é o cartão de pagamentos do Governo Federal. Não é a função do Banco do Brasil decidir, isso está previsto no nosso contrato com o Ministério do Planejamento e está previsto em lei, se aquela despesa, ela deve ser feita licitação, deve ser feita licitação. Isso nós não temos como decidir. Agora, está previsto em lei que, ao estabelecer o limite para o cartão de pagamentos do Governo Federal, o ordenador de despesa deve fazer o empenho anteriormente. É o que está previsto em lei. Agora, não é o papel do Banco do Brasil fiscalizar, checar se isso foi feito. Isso é uma responsabilidade da unidade gestora.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Como, na realidade, aqui a CPMI bloqueou muitas das votações que a gente tentou aprovar, para trazer Ministros e pessoas que poderiam nos esclarecer melhor isso, então, estou tendo que lhe perguntar, mesmo que não seja a sua função.

Outra pergunta, os saques, eles são feitos normalmente no nome de alguém que trabalha no Governo Federal. Um ecônomo, alguém que está na aponta, precisando de recurso para alguma coisa, ele vai lá e faz o saque. Ou a compra ou a contratação do serviço. É possível fazer saque direto com o CNPJ do Governo Federal, sem identificação da pessoa?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Você poderia repetir? Realmente, não entendi. Se é possível...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): É legal se fazer saques em dinheiro com o CNPJ do Governo?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Olha, o cartão de pagamentos do Governo Federal, ele é emitido em nome do portador, em nome do funcionário que o ordenador de despesa determinou que fosse. E o saque, ele é feito através do portador e ele é pago, no mesmo dia, pelo Governo. Ele é pago pelo Governo. Ele é usado o cartão que está emitido em nome já da unidade gestora, é feito o saque e é pago no mesmo dia pelo Governo. A responsabilidade desse saque é da unidade gestora.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Quer dizer, na realidade, significa dizer que toda retirada tem impressão digital de quem foi lá e retirou?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim, é feito o cartão e mediante impostação de senha.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): E aí, nesse momento, as informações que temos ali são do CNPJ do Governo, da unidade gestora, e também CPF da pessoa.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): E quando, no SIAF, a gente encontra só a unidade gestora e o CNPJ do Governo?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Eu não sei responder. Infelizmente, Deputado, porque eu não conheço a mecânica do SIAF exatamente. O que posso dizer é que o saque é feito pelo portador do cartão... Esse cartão tem uma unidade gestora, que é um CGC, ao qual ele é vinculado, tem o CPF do portador do cartão e essa informação é que está no sistema. Agora, o que é que exatamente o SIAF pública, infelizmente, não tenho o que dizer, porque não é minha área de atuação.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, estou satisfeito. Eu queria agradecer ao Dr. Alexandre, dizer que fico aguardando os dados de qual foi a receita do Banco do Brasil nesse período, de 2001 para cá, com a utilização dos cartões e, por fim, vou dar uma sugestão em relação a... A Presidente perguntou ali do uso dos cartões, realmente os Ministros aqui se

confundem esse cartão com o cartão pessoal. Não sei se é possível obrigá-los a ter uma senha diferente, isso já é uma questão mais pessoal, mas que os cartões sejam pintados de uma cor absolutamente diferente, num formato diferente, para que não gere esse tipo de problema. Às vezes, tem gasto público que é feito com dinheiro privado, gastos privados feitos com dinheiro público e, na realidade, só se identificou isso depois de auditorias, depois da CPI... Quer dizer, antes, muitas informações não estavam abertas. Então, independentemente dos dados serem sigilosos ou não sigilosos e tal, quer dizer, milhares e milhares de usuários desses cartões, é importante diferenciar com clareza qual é o cartão do Governo, portanto, dinheiro de todos nós, dinheiro público e qual é o cartão pessoal do--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Ok. Perfeito. Muito obrigado, Deputado. Eu quero passar a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Sr. Alexandre, eu queria, inicialmente, cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela vinda a essa CPI, trazendo as informações, o Deputado Indio da Costa disse que é uma das principais... Um dos principais depoimentos dessa CPI no dia de hoje, para entender a mecânica, e... Apenas, quando fomos discutir aqui o convite, havia um convite para a empresa VISANET. E eu tive a informação de que não existe uma empresa chamada VISANET. VISANET é uma empresa ou uma bandeira, uma marca fantasia que tem uma outra empresa,por trás dessa marca fantasia.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Na realidade, o nome da empresa, a razão social dela é Companhia Brasileira de Meios de Pagamento; VISANET é um nome de fantasia.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): É um nome de fantasia. Então, só para esclarecer aos meus pares que foi esta razão que consideramos o Requerimento como um Requerimento que não estava escrito de acordo com as exigências dessa CPI. Apenas isso. Quero agradecer a V.Exa. pelas informações prestadas. Era só o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Passo a palavra ao próximo orador, Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhor Presidente, até por um dever de ofício, penso eu, gostaria de prestar um esclarecimento, antes mesmo de iniciar a inquirição, de que não só faremos a representação, no caso do Ministro Gregolin, à Procuradoria da República do Distrito Federal, como também levaremos o caso a conhecimento da Comissão de Ética do Governo Federal. Que acreditamos que a própria Comissão tem elementos e subsídios para tomar medidas no caso escandaloso, como esse que nós ouvimos no dia de hoje.

Eu gostaria de, ao cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os membros dessa CPI, agradecer muito ao Dr. Alexandre pela vinda, na verdade, são informações técnicas fundamentais não só para nós, mas também para nossos técnicos. Portanto, tenho certeza de que tanto o Relator como todos nós temos imenso prazer em tê-lo aqui, prestando esclarecimentos. Eu lhe faria três perguntas. Dentro desse formulário que entreguei inclusive ao senhor Presidente, salvo engano é esse formulário que é entregue a cada portador, para ele assinar...

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Tem itens que ele pode efetuar, por exemplo, compras, item três, artigos eletrônicos, item 10, joalherias, item 11, lojas de departamento, 13, móveis e decorações, 14, revenda de veículos, e 23, telemarketing e catálogo. Esses itens todos constam deste formulário, tal como coloquei nessa denominação.

Bom, as normas legais vigentes, pelo menos ao que sei, elas vedam as compras com cartões de pagamento do Governo Federal, cartões corporativos, por meio de telefone, internet e de produtos e serviços como bem patrimoniais, como esses que constam aí, equipamentos eletrônicos, móveis, veículos, enfim, jóias... Pergunto a V.Exa.: O formulário anexo ao contrato, ele é padrão nos contratos sobre cartão firmados pelo Banco do Brasil ou foi planejado ou elaborado ou proposto pelo Ministério do Planejamento, dentro de uma modalidade específica?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Ele é padrão. Ele obedece a uma regra de... Ele é usado tanto no cartão de pagamento do Governo Federal quanto nos cartões corporativos com empresas... Com empresas privadas. Ele obedece a uma qualificação de ramo de atividade de empresa, feita internacionalmente pela VISA. Porque cada estabelecimento tem um código, de acordo com seu ramo de atividade. Portanto, a VISANET, a Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, ao cadastrar esse estabelecimento para receber o cartão VISA, ela enquadra esse estabelecimento num desses ramos de atividade que aqui estão. E é padrão.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Ela enquadra, não. Ela permite ao usuário valer-se de qualquer desses itens.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não. Veja bem-

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não entendi, me desculpe.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O cadastro da empresa que recebe o cartão, ele tem um número. Este número é correspondente a uma dessas atividades. Então, você tem--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): A uma dessas atividades. Entendi.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Você tem uma determinada loja; ao fazer o cadastro do estabelecimento, a VISANET vai verificar em quais desses que ele se enquadra e colocar no sistema. Aí, nós oferecemos aqui a possibilidade, no cartão de pagamentos do Governo Federal e em qualquer cartão corporativo, de se inibir ou se autorizar transações nesse tipo de estabelecimento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Exatamente essa era a minha segunda pergunta. V.Sa. tem condições de informar se o contrato firmado entre o Banco do Brasil e a VISA, se dele consta um parecer favorável da consultoria jurídica do Ministério do Planejamento, que foi quem firmou o contrato? Ou seja, foi feita uma análise jurídica pelo Ministério do Planejamento?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não entendi, Deputado. O senhor poderia repetir?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Existe um contrato entre o Ministério do Planejamento--

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Existe um contrato entre o Banco do Brasil e o Ministério do Planejamento.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Exatamente. Neste contrato, houve... Nessa negociação, houve um parecer jurídico sobre o contrato? Ou seja, houve alguma solicitação de modificação ou apenas concordância com os termos deste formulário?

[soa a campainha].

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Veja bem, o primeiro contrato que nós assinamos, já mencionei aqui anteriormente, foi em 1998. De lá para cá, foram feitas renovações sucessivas ao longo dos últimos 10 anos--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Me refiro, me perdoe, o senhor tem toda razão, me refiro ao contrato de 09 de março de 2006.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: 09 de março de 2006? Isso se refere a algum item específico?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Não. Se houve uma apreciação jurídica por escrito do Ministério do Planejamento ou alguma referência no sentido de que se inibam alguns desses itens.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não tenho conhecimento. No Banco do Brasil, sempre que vamos assinar um contrato, nós evidentemente pegamos um parecer jurídico para verificar se está tudo de acordo com a lei. Eu imagino que, no Ministério do Planejamento, seja feita a mesma coisa. Mas eu não tenho acesso ao parecer jurídico do Ministério do Planejamento e assim como o Ministério do Planejamento também não tem acesso ao parecer jurídico do Banco do Brasil.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): O Banco do Brasil teria condições de disponibilizar a essa CPI cópia dos anexos preenchidos pelos ordenadores de despesas, quando das autorizações para emissões dos cartões para verificarmos que tipo de despesas foram autorizadas?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Eu teria que pesquisar. Eu não tenho essa informação. Porque--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Mas é pesquisável. O senhor poderia extrair?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não sei se isso está em meio magnético ou se isto está em papel. Teria que pesquisar efetivamente para poder verificar se eu poderia atender a essa sua solicitação.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Todas essas perguntas eu fiz, na verdade, Sr. Alexandre, porque eu imagino, Sr. Relator, que se houvesse, de pronto, a exclusão de alguns desses itens, facilitaria até para quem assinou. Porque, pelo que explicou o Dr. Alexandre, estaria vedada a compra daquilo que não pode pelo Ministério do Planejamento. E nós avançaríamos muito, evitando que dúvidas ocorressem e que compras indevidas fossem feitas. Pelo menos, eu imagino isso, porque o cartão estaria bloqueado para esse fim. Seria isso, Dr. Alexandre?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Na realidade, é até interessante explicar como funciona esse mecanismo de filtros. Nós temos três tipos de filtros, no cartão de pagamentos do Governo Federal. Nós temos um filtro que é se o cartão pode fazer saque ou não pode fazer saque. Se o cartão pode ser usado na internet ou... Compra não presente, internet ou telefone, ou não. E se ele pode ser usado no exterior ou não. Esse seria o primeiro nível de filtro. Segundo nível de filtro seria exatamente esse, o ramo de atividade. E o terceiro nível de filtro é o valor possível de ser gasto diariamente, semanalmente ou mensalmente. Isso é possível, por exemplo, você determinar que determinado cartão vai ter um filtro para determinados estabelecimentos, e outros estabelecimentos, ele só pode gastar até determinado valor. Tudo isso é possível de ser feito. Agora, é uma coisa que o Banco do Brasil não pode fazer pelo cliente. Ou seja, por força de contrato, quem tem que escolher, quem tem que dizer é o cliente. Não posso bloquear uma transação que o cliente não queira que eu bloqueie.

[falas sobrepostas].

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas, em relação ao filtro, ele, no caso, é no estabelecimento ou há itens? Porque você tem o estabelecimento...

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não. Estabelecimento. Não dá. O que estiver dentro de um determinado ramo de atividade ou eu autorizo ou eu não autorizo. Eu não tenho condição de chegar a um nível de itens. É muito complexo. Agora, ele pode ser feito por cartão, ele pode ser feito por centro de custo e ele pode ser feito para unidade gestora inteira. O sistema é bastante flexível nesse aspecto.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu não sei, mas como essa CPI tem a missão de, evidentemente, além de averiguar e aferir eventuais desvios de dinheiro público, mas também aprimorar uso do cartão, acho que talvez tenhamos aí uma sugestão boa, no sentido de que determinados tipos de estabelecimentos para o qual o próprio... A própria... Tem um livro explicativo sobre como deve ser utilizado o cartão, senhor Relator, e nele deveria constar exatamente isso, ou seja, tais compras não podem e tanto não podem que os estabelecimentos dessa natureza já estão filtrados e não podem ser adquiridos, como disse o Dr. Alexandre. Agradeço a sua participação e agradeço ao senhor Relator.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Apenas como Relator, e eu também busco ser sempre prático no dia-a-dia. De forma alguma, eu quero aqui adiantar qualquer ponto de vista do que começo a formular muito mais na cabeça do que... Até porque não coloquei em papel, acerca do relatório. Mas a Presidente da Comissão, a Senadora Marisa Serrano e o Deputado Indio da Costa levantaram aqui um ponto de vista coincidente e, como nós estamos diante do representante aqui do Banco do Brasil, eu posso adiantar uma coisa que, no relatório, vou sugerir que o Banco, e para que o Banco já possa ir adiantando o seu trabalho, no sentido de que o *layout* do cartão de pagamento do Governo Federal possa se diferenciar de todos os outros cartões que o Banco tem, que estão hoje no mercado, até porque esse ponto acho que posso aqui adiantar, até porque acredito que ele seja consensual entre todos nós que estamos aqui e, de minha parte, eu dou como satisfeito.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: E, adiantando, seria perfeitamente possível, só com uma questão de prazo para fazer a substituição, mas dá para a gente fazer.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Como também aqui a sugestão do Deputado Carlos Sampaio, acerca de filtros para atividade de ramos, eu acho também muito procedente. Se houvesse um filtro, por exemplo, no Free Shop, nós não teríamos aqui perdido a Ministra, que fez um belo trabalho, mas que cometeu este erro que custou caro a ela.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Tem o último orador inscrito, Deputado Vic.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Dr. Alexandre, boa tarde.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Boa tarde.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Dr. Alexandre, o Banco do Brasil presta esse serviço desses cartões corporativos para Prefeituras Municipais pelo Brasil afora, de capitais?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Me dê exemplos de algumas capitais, por favor.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não posso revelar por questão de sigilo bancário, Deputado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Sigilo bancário?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim, porque eu não tenho autorização daquela Prefeitura para-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o senhor teve autorização do Governo Federal?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O Governo Federal, ele divulgou amplamente as informações do cartão corporativo do Governo. Mas Prefeitura eu não tenho essa informação. Tenho que proteger o sigilo bancário de meus clientes. Mas temos diversas Prefeituras e diversos Governos dos Estados.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se eu lhe perguntar algumas, o senhor poderia confirmar?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Estaria revelando da mesma forma.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor acha que isso é quebra de sigilo?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Olha, eu me consultei juridicamente, teria o maior prazer em dizer para o senhor, porque é uma conquista do Banco do Brasil--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas são condições idênticas. Eu sei, porque tenho alguns contratos--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu quero só lembrar, Deputado Vic, como convidado, ele responde aquilo que achar que deve, então, o senhor--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Claro. Obrigado pela sua observação, Presidente.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: --Quando nós conquistamos o cartão corporativo de uma Prefei-

tura, de um Governo do Estado, de um Tribunal, é uma honra para nós. É um negócio a mais que o Banco do Brasil tem. Agora, infelizmente, se eu revelar, não sei se meu cliente permite--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Nessas Prefeituras, já que não pode citar o nome, quais são as autoridades que tem? A exemplo do Governo Federal, são Secretários, o Prefeito, a Prefeita... Enfim, eu vou lhe dar um exemplo, para não dizerem que vou usar o exemplo do meu Estado. Vou passear pelo Nordeste, o Ceará, Fortaleza, por exemplo, eu tenho informação que tem, o senhor pode apenas... Quer dizer, apenas me dizer quem seriam essas autoridades que teriam cartão corporativo?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Bom, realmente não sei. Não tenho essa informação de quem teria o cartão. Posso dar um número geral. Não sei se adianta. O cartão corporativo, o cartão de pagamentos do Governo Federal, nós temos cerca de 12 mil cartões. E o total de cartões de Governo, englobando todas as Prefeituras, todos os tribunais... São 30 mil. Aproximadamente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O Governo Federal tem 12 mil, o restante para 30 mil... 18 mil cartões corporativos espalhados por órgãos governamentais.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Mais precisamente, 33 mil, 702.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): 33 mil, 702 cartões no Brasil inteiro. Destes, 12 mil...

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Destes, 12.962, posição de ontem são do--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhor Relator, será que concordaria comigo que ele mandasse para cá essa relação das... Nós poderíamos aprovar, na terça-feira, um Requerimento, pedindo um pedido de informações de todas as Prefeituras no Brasil inteiro, que tenham cartão corporativo? Eu fiz apenas uma indagação, que eu vou apresentar um Requerimento. Mas, como aqui a gente apresenta Requerimento e vai... Um Requerimento, pedindo ao Banco do Brasil que nos informe a relação de todos os cartões corporativos, de todas as Prefeituras do Brasil. Prefeituras, os órgãos... Porque aqui nós tivemos... De 33 mil, nós tivemos acesso aqui, senhor Relator, apenas de 12 mil, 962. Então, nós temos aí uma diferença brutal muito maior de cartões corporativos espalhados pelo Brasil inteiro, que não são do Governo Federal, mas são de repartições públicas.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Sim, mas só... No meu entender, a CPI foi criada para investigar os cartões corporativos do Governo Federal. Então, eu, se fosse para solicitar uma informação ao Banco do Brasil, por exemplo, de--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vou ver de que forma, então.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): De quais Municípios ou de quais Governos dos Estados, eu não me oporia. Agora, aprovar aqui um Requerimento, por exemplo, para que, como você citou, para que desse a relação de quem possui cartão da Prefeitura ou do Governo do Estado do Ceará--

[falas sobrepostas].

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas acho que ter conhecimento de quais Municípios e de quais Estados e quais órgãos federais têm convênio--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Era só isso que eu queria saber. Eu só queria saber e acho que é normal. Eu vou, então, encaminhar esse Requerimento. Dr. Alexandre, me diga uma coisa, eu tenho cartão de crédito e os meus pontos, eles vêm para mim. Aquilo que eu gasto. E os pontos desse cartão corporativo do Governo?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O cartão de pagamentos do Governo Federal não gera pontos porque nós não cobramos anuidade, nós não cobramos nenhuma taxa. E a geração de pontos é uma despesa no processo. Então, não faria sentido... No cartão normal, você tem as receitas e as despesas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Certo. Não gera. Não tem, então, a pontuação. Outra coisa, Dr. Alexandre, eu, como cidadão normal, se eu estiver pendurado no SERASA, quando vou o Banco do Brasil, ele nem me olha. Eu lhe pergunto uma coisa: Todos esses ecônomos, 12.962, eu acredito que deva ter algum, do Governo Federal, já que nós estamos apenas no Governo Federal, que tenha algum problema de crédito pessoal, que há uma restrição para que ele não tenha cartão corporativo. E, aí, eu lhe pergunto: O Banco do Brasil, mesmo assim, dá o cartão para o sujeito? Ou ele, o Banco do Brasil, diz: "Olha, esse ecônomo, ele está frito. Esse aí está pendurado no SERASA, está endividado, tem isso, tem aquilo, não pode ser". Ou o Banco do Brasil dá, de qualquer maneira, mesmo ele estando com todas as restrições de crédito, que um cidadão normal, um mortal normal, não poderia ter cartão de crédito? O senhor entendeu agora a minha colocação?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Entendi. São coisas completamente diferentes. Quando eu concedo um cartão de crédito para uma pessoa física, eu, Banco do Brasil, nós analisamos o risco de crédito daquela pessoa física. Se ela tem condição de honrar

o pagamento daquele limite que o Banco vai conceder para ela. Isso é uma coisa que é feita com qualquer cartão de crédito, em qualquer Banco-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas é pelo CPF, Dr. Alexandre, que é analisado, do titular.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim. Com certeza. No caso do cartão de pagamento do Governo Federal, a situação é diferente. O contrato é com o Governo Federal, é com o Ministério do Planejamento e Gestão. Está previsto, no contrato, que quem determina, quem é, quem deve ser o portador do cartão é o ordenador de despesa da unidade gestora, que, por sua vez...

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Quem responde por ele ao Governo.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Exatamente. Quem responde por ele é o Governo. Portanto, o Banco, ele não faz isso que o senhor mencionou, de vetar a pessoa física que o ordenador de despesa determinar, porque restrições de pessoa física dela porque a relação do banco é com o Governo Federal. E o banco nominou aquele portador para utilizar um recurso do Governo. Eu não estou analisando o risco daquela pessoa física, e sim--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Outra pergunta que eu queria fazer, qualquer cartão das pessoas, dos mortais, tem limite. O meu cartão tem limite, o seu tem limite. Como é que é feito o critério de limites, em que uma pessoa chega ao banco, no caixa, tira 30 mil, 20 mil; se eu for lá, tenho que ficar três horas para tirar 20 mil, de 500 em 500, como é que é feito esse limite? Como é que é autorizado esse limite? Como é que é? Eu quero lhe perguntar, o cartão corporativo, ele não pode ser usado em Brasília. Estou lhe dando exemplo, para alimentação, esse bloqueio é feito pela operadora, ou seja, por vocês, ou é o Governo Federal que diz o que pode e o que não pode? Ou seja, qual é a função de vocês nessa organização do uso do cartão?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Vou começar a resposta pela última parte. A função nossa, nessa organização. A nossa função é de prestador de serviço do Governo Federal. Nós temos um contrato com o Governo Federal, somos contratados pelo Governo Federal, através do Ministério do Planejamento. E as condições de funcionamento do produto, elas se encontram nesse contrato que o Banco obedece.

Muito bem. Com relação ao limite de cada cartão, ele tem uma mecânica própria. A definição desse limite é do ordenador de despesa da unidade a que ele pertence, e esse ordenador de despesa, pela lei, ao definir esse limite, ele tem que ter feito um prévio empenho daquela despesa.

[soa a campainha].

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O estabelecimento de limite no cartão de pagamentos do Governo Federal é uma operação, do ponto de vista jurídico, similar a um depósito numa conta tipo B. Quando o ordenador de despesa, anteriormente, ele precisava de fazer um suprimento de fundos, ele fazia um deposito na conta tipo B. E, a partir daquele momento, o suprido ou titular daquela conta fazia utilização mediante cheques. No cartão, este "depósito", ele é feito mediante estabelecimento do limite. E o ordenador, por lei, ele tem que respeitar o orçamento da unidade, evidentemente, e o empenho anterior. E o Banco, ao autorizar o pagamento de uma operação, ele vai olhar, em primeiro lugar, o limite que o ordenador de despesa coloca naquele cartão. Além disso, só complementando, no caso de saques que o senhor mencionou na pergunta, o banco tem limites de saques. Por conta de segurança, por conta de numerário, uma série de coisas, nós só permitimos saques de até mil reais por dia nos nossos terminais de auto-atendimento. Caso seja necessário sacar mais do que isso e a pessoa tiver limite, evidentemente, ela tem que fazer uma reserva e sacar na boca do caixa e nem sempre conseguimos fazer imediatamente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): E esses ecônomos fazem isso?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Não tenho como responder para o senhor, mas é possível que-

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): O senhor poderia encaminhar para nós?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: O arquivo que encaminhamos para a CPMI contém todos os saques com valores, enfim.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Esses cartões, eles podem ser usados no exterior?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Os cartões podem. Ele é um cartão internacional, pode ser usado no exterior. A não ser que a unidade tenha vetado no exterior, aqueles filtros que estávamos falando anteriormente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu pergunto uma coisa: Há, então, uso desses cartões no exterior?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim. É o cartão internacional.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu quero saber. Não estou perguntando se é autorizado. Houve uso do cartão no exterior? Isso é importantíssimo para nós.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Nas informações que nós enviamos para a CPI, contém todas as--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas o senhor não pode me adiantar, por cortesia?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Acredito que sim. Acredito que sim. São milhares de--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Foram usados cartões corporativos... Relator, o senhor concorda que a gente possa pedir aquilo que não é sigiloso, que a gente possa pedir os cartões usados no exterior, corporativos?

[soa a campainha].

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Deputado, há uma linha de coerência dentro do roteiro de trabalho que eu apresentei. Se vier um Requerimento, solicitando as movimentações que houve no exterior, preservado o sigilo, terá o apoio de minha parte.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, tendo o apoio de sua parte, eu terei o apoio do Governo. Estou satisfeito. Muito obrigado Alexandre, Relator... Presidente.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Para falar como vice-líder do Democratas, por favor.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Para falar o vice-líder do Democratas.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Tive que aprender o Regimento, não? Dr. Alexandre Correa, tenho aqui, em minhas mãos, o que acabei de falar, uma prova de que a Presidência da República sacou, ainda esse ano, de 2008, 16 mil, 390 reais, em dinheiro na boca do caixa, sem nome de nenhum ecônomo. Vou lhe entregar isso aqui e vou pedir que o senhor verifique lá no Banco do Brasil o que está havendo porque são 16.390, que a gente encontrou, da Presidência da República. Fora aqueles que não são da Presidência. E se isso aqui virar moda, o nosso dinheiro, pago em imposto, pode ir pelo ralo. Quer dizer, não há nenhum vínculo daquele que retirou o dinheiro com o Banco. Quer dizer, não se prova, não tem aqui o nome da pessoa. E esse aqui é justamente uma informação tirada do SIAF, que é o documento oficial, enfim, o sistema oficial de acompanhamento dos gastos, não só do cartão, mas, enfim, da operação orçamentária do Governo Federal.

Eu vou lhe encaminhar esta documentação e pedir que o senhor, por favor, cheque e nos informe aqui à CPI qual é a razão e de que maneira mágica que alguém da Presidência da República consegue tirar o dinheiro público, na boca do caixa do Banco do Brasil, sem ter o seu nome. E mais, tudo no mesmo dia. Dia 07 de março de 2008, Presidência, Mil. 07 de março de 2008, Presidência, mil. Dia 07 de março de 2008, Presidência, mil, e vai seguindo aqui por adiante. Portanto, me parece muito estranho que o dinheiro saia do Banco do Brasil sem que a pessoa que está retirando seja identificada, e mais, seja identificada tão-somente como Presidência da República. Isso parece absolutamente grave, essa informação. Eu vou lhe encaminhar para o senhor checar no banco. Certamente não tem de cabeça agora quem é que está indo como fantasma retirar o dinheiro do Banco do Brasil e não aparece. Esse é um ponto.

Segundo ponto. Eu tenho informação que veio do Governo Federal, aliás, veio do Banco do Brasil, a informação de quanto cada um gastou, aonde gastou, o que fez... Por exemplo, a Célia Brandão Sousa, ela foi lá e retirou na boca do caixa, nesse período todo de uso do cartão, 186 mil, só ela. Ivan da Silva Maia, 188 mil e assim por diante. Uma lista enorme. Eu fiz um corte acima de 10 mil reais, porque senão era um catatau, um catálogo que não acabava, agora tem informações interessantes também de concentração de gastos com uma papelaria específica, 365 mil reais na mesma papelaria. Não, 330 mil. 365 mil é da agência de viagem. E, assim por diante. Mas, dentro disso aqui tudo, o que me causou espécie e deixou estupefato foi uma informação que tive, há cinco minutos atrás, portanto, depois da minha fala. Que a equipe técnica que está contribuindo na CPMI não encontrou, em mais de um milhão de reais, para onde foi o dinheiro de determinadas compras. O sujeito vai no estabelecimento, compra. Gasta tanto. Tem lá o valor que ele gastou, a data que ele gastou, mas não tem o estabelecimento que ele gastou. Isto é um erro do Banco do Brasil ou é um erro do cartão VISA?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Eu não tenho como responder agora porque não temos os detalhes. Teremos o prazer de entrar em contato com a equipe de auditoria técnica e esclarecer o que for possível--

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Quem é responsável por essa contabilidade? É o Banco do Brasil ou VISA?

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: É o Banco do Brasil.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, deve ser o Banco do Brasil que, afinal de contas, foi quem nos encaminhou esses dados.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Sim, baseado em nossos registros.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Então, Dr. Alexandre, vou ficar aguardando e solicitar toda a atenção a isso porque foi mais de um milhão de reais de dinheiro público que foram gastos com cartão corporativo, em determinados ambientes, que nós não sabemos quais são. E, pelo que a gente escuta aqui nos corredores da Casa, muita coisa se aconteceu. Já

se usou esse cartão para muita coisa indevidamente. Nós sabemos que tem gastos no Carrefour, nas Lojas Americanas, supermercados... E assim por diante. Aí, se justifica, "não, comprei isso". De repente, aparece um Free Shop. Aí, fica mais difícil de justificar. O Free Shop não é o único caso. Tem outros também no Free Shop e assim por diante. Então, queria lhe pedir, por favor, essa atenção especial à CPMI, que é nos informar todos os locais aonde esses mais de um milhão de reais foram gastos e que nós não temos a informação em que local que foi.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Pois não.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Só como Relator, um esclarecimento, você acaba de dizer que teve mais de um caso em Free Shop ou...

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sim. Mais de um caso em Free Shop. Amanhã, V.Exa. lerá nos jornais.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): V.Exa... Pode revelar?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Porque eu não estou convocado. Na verdade, estou me oferecendo a contribuir. Eu vou contribuir. Mas é que eu já passei essa informação e eu não quero poder agora dar para todo mundo. Mas o fato é o seguinte, tem mais de um gasto em Free Shop.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Passo a palavra ao Senador João Pedro, último orador inscrito.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Serei rápido. Apenas isso e começo minha fala por essa última fala. Vejo que o Relator da nossa CPI pergunta para um membro da CPI sobre um fato levantado e a resposta é a seguinte: "Amanhã, V.Exa. vai conhecerá através dos jornais. Da imprensa". Quer dizer, é jogar para mídia. É jogar para mídia, para torcida. Umas falas, umas intervenções, lamentavelmente, são no sentido de desqualificar. Penso que uma instituição como o Banco do Brasil, que tem padrão internacional, que trata, que serve ao Governo, aí, presta um serviço, porque é contratada para isso, e a forma como se aborda uma instituição nossa, da sociedade brasileira, do Estado Brasileiro e que todos estamos justamente num ano emblemático, 2008, para o Banco do Brasil, para a história do Banco do Brasil, então, se aborda uma coisa como se fosse para o caminho da banalidade, da desqualificação.

E precisar um número que já foi colocado aqui, inclusive pela CGU. V.Sa. abordou aqui, em torno de 12 mil cartões, em 2007, foram utilizados 7.220 cartões. Quer dizer, ainda é menos, por causa da conta que o nosso Deputado fez, há pouco. Então, foram ou utilizados... Foi colocado aqui, eu lembro bem disso. 7.200... Os servidores... 7.220 cartões. Ou seja, nós temos, então, que ter a tranqüilidade para discutir essa situação, com a normalidade do funcionamento das instituições que estão trabalhando e que não relaxam no seu padrão de eficiência, de rigor.

Então, eu penso que o Banco do Brasil presta um grande serviço ao serviço público do nosso país; quando um servidor está lá na Amazônia, eu sou Senador pelo Estado do Amazonas, que precisa comprar gasolina, que precisa fazer isso e aquilo, chegar lá num assentamento, lá na fronteira, como isso é importante, a eficiência do Banco do Brasil.

Então, é um pouco isso, precisar esse número da utilização de cartões, em 2007, que foram 7220 cartões, e dizer da minha satisfação de ouvir o Banco do Brasil aqui dar esclarecimento, no sentido de contribuir com a construção de um entendimento, de propostas que, com certeza, essa CPI fará e dará à sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu vou conceder, dois minutos, a palavra ao Deputado Vic. Aí, nós vamos encerrar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, de coração. Agradeço muito. Não, é apenas, senhor Relator, Dr. Alexandre e meu Presidente, eu aceito as suas colocações, dessa história do sigilo bancário. Mas eu acho uma coisa absurda, já que eu dei aqui o exemplo da Prefeitura de Fortaleza, eu acho um absurdo a população de Fortaleza não poder saber que a sua Prefeitura, que a sua Prefeita, lá é Prefeita, né? Que a sua Prefeita, o seu Prefeito, tem cartão corporativo. Eu acho isso aí uma falta de respeito com a população e com a opinião pública. Não se trata de sigilo. O senhor não vai informar aqui quanto o ecônomo gastou, como gastou. Mas, nós, Deputados, Parlamentares, apenas queremos saber, e eu citei Fortaleza, pode ser qualquer uma outra, só não citei Belém, para não acharem que eu estou levando--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas continua sendo uma Prefeitura do PT, coincidentemente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, vamos mudar. Vamos fazer uma Prefeitura dos Democratas, acha uma por aí, que a gente manda bala. Mas é importante que a população saiba que a sua Prefeitura, vendo todo esse escândalo nacional do cartão corporativo, no Brasil inteiro, no Governo Federal, a pessoa diz assim: "Égua..." Desculpa o termo, mas a gente usa muito no Pará isso. "Quer dizer que, no Governo Federal tem, aqui na minha Prefeitura,

eu não sei se posso saber se tem?" Isso não é quebra de sigilo, Relator. Isso é uma informação. É uma informação que eu acho que o Banco do Brasil tem o dever de passar para nós, Parlamentares. Não estou perguntando quanto gastou, quanto o Prefeito gastou, eu não vou nem falar do PT, que eu já vi que o senhor está preocupado--

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Quero aqui... Num diálogo, já estamos no final, que eu concordo plenamente com a observação que V.Exa. faz. Eu acho que todas as Prefeituras, quer sejam elas de capitais ou não ou Governo do Estado ou de Distrito Federal, se elas, as Prefeituras ou os Governos dos Estados, se eles possuem um cartão de pagamento, eu acho e defendo e advogo que a população desses Municípios, desses Estados têm que ter conhecimento dos instrumentos que essas Prefeituras ou esses Governos dos Estados possuem. Nisso, há plena concordância.

O que eu sugeri a V.Exa., em relação a este Requerimento, para verificarmos--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Eu lhe pergunto: Estaria no Diário Oficial isso? Tem que estar, não é?

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Eu acredito que sim.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se não está, é negócio de doido. É mais gente querendo proteção.

SR. ALEXANDRE CORREA ABREU: Tem que estar porque o Banco do Brasil é contratado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Então, como é que, estando no Diário Oficial, vem aqui o Dr. Alexandre, me desculpe, e diz que é um sigilo bancário. Daqui a pouco vai entrar o Banco do Brasil também para o serviço de testemunha.

SR. RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Mas, Deputado, me desculpe, mas esse debate relativo ao Requerimento é algo que acredito que V.Exa... Eu acho que é algo que V.Exa. vai apresentar este Requerimento, e é algo que nós vamos debater e tirar as nossas conclusões, independente do ponto de vista do Banco do Brasil.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Para mim, o importante, senhor Relator, é que eu tenho seu apoio. Tendo seu apoio para aprovar esse Requerimento, já é mais do que meio caminho andado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO MARCELO MELO (PMDB-GO): Eu só vou ler, mais uma vez, para o Deputado Vic, o objeto dessa CPI: Foi criada com a finalidade de investigar o uso do cartão corporativo do Governo Federal. Sugiro também V.Exa. que possa, já que a oposição é pródiga em criar CPIs, embora isso acarrete muitas despesas para essa Casa e o próprio erário público, que crie mais uma CPI do cartão das Prefeituras. É uma sugestão minha. E quero agradecer aqui a presença do Sr. Alexandre Correa de Abreu, Diretor do Banco do Brasil Cartões, que brilhantemente aqui esclareceu todas as dúvidas. E acho, Relator Luiz Sérgio, que saímos da oitiva hoje com excelentes sugestões para aprimorar o uso do cartão corporativo, embora muita gente diga que a CPI poderá não dar em nada. Acho que ela já está dando em muita coisa positiva para a sociedade brasileira.

Dr. Alexandre, agradeço sua presença, parabéns pela lucidez de suas intervenções, de sua fala, e encerro esta Reunião.

Sessão encerrada às 15h07min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião de 2008, realizada em 15 de abril de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade aprovados os seguintes requerimentos: nº 227/08 – Requer nos termos do Art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, o compartilhamento das informações constantes dos relatórios e seus anexos do Tribunal de Contas da União relativos aos gastos feitos pela Presidência da República com cartões corporativos, de autoria da Senadora Marisa Serrano; nº 228/08 – Requer nos termos do Art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, a discriminação detalhada e taxativa dos gastos considerados sigilosos pelo gabinete de Segurança Institucional relativos aos cartões corporativos da Presidência da República, de autoria da Senadora Marisa Serrano; nº 229/08 – Requer nos termos do Art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, o assessoramento de servidores do TCU para auxiliarem nos trabalhos de auditoria e investigação desta CPMI, de autoria da Senadora Marisa Serrano, em decorrência de sua aprovação fica prejudicado o Requerimento nº 43/08 – que requisita do Tribunal de Contas da União servidores técnicos para trabalhar na CPMI criada " para apurar, no âmbito do Governo Federal, possíveis gastos abusivos do chamado 'cartão corporativo' criado pelo decreto nº 2.809/98 e instituído a partir de 2001 (ano em que passou a ser efetivamente utilizado) em especial no que tange a compra de bens e serviços supérfluos ou fora do exercício funcional, bem como eventual fracionamento de despesas, a ensejar fuga ao processo licitatório", de autoria dos Deputados Vic Pires Franco e Dep. Índio da Costa.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Senadores:	Deputados:
Marconi Perillo (PSDB)	Carlos William (PTC)
Marisa Serrano (PSDB)	Luiz Sérgio (PT)
João Pedro (PT)	Marcelo Melo (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	Maurício Quintella Lessa (PR)
Gim Argello (PTB)	Nelson Meurer (PP)
José Agripino (DEM)	Paulo Teixeira (PT)
Álvaro Dias (PSDB)	Carlos Sampaio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	Vic Pires Franco (DEM)
	Manato (PDT)
	Silvio Costa (PMN)
	João Magalhães (PMDB)
	Marcelo Guimarães (PMDB)
	Nilson Mourão (PT)
	Affonso Camargo (PSDB)
	Índio da Costa (DEM)
	Perpétua Almeida (PC do B)

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo quorum regimental, declaro aberta a Sessão de hoje e a pedido dos Deputados e Senadores, tanto da base como da oposição, eu suspendo a reunião por 20 minutos para ouvir a proposta que a base do Governo tem a fazer a todos os Deputados e Senadores.

Sessão suspensa às 10h39

Sessão reaberta às 11h41

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Reabrindo a nossa reunião de hoje, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª reunião da Comissão. Os Srs. Senadores e Deputados e Deputadas que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Eu quero informar a todos os presentes que houve uma reunião para um acordo de procedimentos para a continuidade do trabalho da nossa Comissão Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. Foram elencados cinco pontos que são importantes para que os trabalhos se desenvolvam com mais racionalidade. Independente de ordem, não tem aí preferência de ordem desses itens, eu quero colocar os cinco. Primeiro, foi acordado que vai se solicitar ao Gabinete de Segurança Institucional, o relacionamento do que é considerado por eles das contas do Governo que seriam sigilosas. Então, solicitar ao GSI o relacionamento do que se acha que seja sigiloso nas contas governamentais. Dois. Criar quatro Sub-relatorias para auxiliar o trabalho do Relator, isso tendo em vista inúmeras caixas de documentos que chegaram, 300, e a informação que mais 700 deverão ser entregues. Seriam as Sub-relatorias de Sistematização, de Fiscalização de gastos, de Controle da Fiscalização de Auditoria e Aprimoramento Legislativo. Será solicitado ao TCU, Tribunal de Contas da União, o compartilhamento de informações das auditorias feitas nas contas do Governo incluindo os anexos. Quarto. Solicitar também ao Tribunal de Contas da União técnicos para, nesta Casa, auditarem eventuais irregularidades levantadas pela CPMI. E quinto, na reunião de amanhã, discutiremos e colocaria em votação os requerimentos que forem possíveis de serem colocados. Portanto, são cinco itens que foram acordados no acordo de procedimento feito pela base do Governo e pelas oposições.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem. Deputado Carlos Sampaio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Apenas na linha colocada por V.Exª., entendo de fundamental importância todos esses itens para que possamos, como a senhora bem disse, racionalizar o trabalho da CPMI. A definição por parte do Gabinete de Segurança Institucional daquilo que efetivamente é ou não sigiloso é fundamental para o relator e para todos nós porque em verdade ficou no ar qual seria o verdadeiro conceito. E, portanto a vinda para cá daquilo que de fato é nos abre o campo para investigar o que não é sigiloso e nos permite, se for o caso, compartilhar aquilo que é. A questão das Sub-relatorias colocadas por V.Exª., Sistematização, Fiscalização de Gastos, Aperfeiçoamento Legislativo me parece que o último é a Sub-relatoria de Controle dos Mecanismos de Auditoria, e não de Fiscalização de Auditoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É, eu vi, eu vi.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Isso. Com relação aos anexos do TCU, acho que aí até faço um registro com relação à base do Governo porque o TCU foi o órgão que auditou as contas da Presidência da República. O fato de haver o compartilhamento para que possamos ter acesso a todos os dados sigilosos constantes no anexo é um avanço, um avanço importante para a CPMI, para o país, por quê? Porque parlamentares dessa CPMI vão ter acesso aos dados sigilosos do TCU, seus respectivos anexos com a concordância da base aliada. Portanto não queria deixar de fazer esse registro que foi sim um grande avanço dessa reunião para buscarmos o entendimento quanto ao procedimento.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Carlos Willian.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Senhora Presidente, eu queria parabenizar aos membros

da oposição principalmente V.exª., como condutora desse processo, tendo ao seu lado o nosso Relator Deputado Luiz Sérgio e o nosso Vice-Presidente Marcelo. Eu acho que, ao contrário de que todos dizem, esta CPI começou no caminho certo. Primeiro, os embates políticos. Depois a necessidade que tanto Governo e oposição têm em trazer à sociedade e a população brasileira e em mostrar as falhas que existem nos cartões e nas contas também de 98 até o presente momento. A partir desse momento os membros dessa CPI, numa sábia e conscientemente numa sábia decisão e conscientemente viram e enxergaram que nós precisamos em conjunto delinear e fazermos algumas tarefas que realmente vão dar resultado, do que simplesmente o embate político oposição e Governo. E com esta decisão e com experiências anteriores, eu tenho a certeza que nós vamos começar agora dar mais resultados e satisfazer a opinião pública, porque realmente, com esta metodologia, nós vamos verificar as pessoas que gastaram mais do que gastaram menos, as pessoas que gastaram indevidamente. A partir daí, nós vamos aprofundar a fiscalização já dentro destes... Dessas irregularidades já detectadas. Aí sim, nós vamos ter o fato concreto que tanto nós pregamos para poder trabalhar. Diante deste fato concreto, não vai haver limites para podermos aprofundar as investigações e punir quem seja punido. É certo que vamos continuar defendendo que os gastos sigilosos da Presidência da República, do Governo Lula e os gastos sigilosos do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso serão mantidos sigilosamente. Era isso, Senhora Presidente, e parabéns por essa decisão e essa Comissão mostra que realmente está preparada, tem capilaridade e tem estatura para poder representar o povo brasileiro.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado Carlos Willian. Deputada Perpétua já pediu primeiro, depois Deputado José Agripino.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem, porque minha fala tem a ver com a fala do Deputado. É que o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que na época dele não havia dados sigilosos. Apenas para registro. Depois o General Cardoso veio aqui, disse que há os que são sigilosos, os que não são sigilosos, só para deixar claro aqui de que a informação que nós temos é essa.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Senhora Presidente, só queria reafirmar aqui o entendimento que houve agora a pouco talvez pela primeira vez nessa CPI governista e oposicionista sentam e discutem com tranqüilidade os rumos dessa CPI. Alguns podem ser que chamem de acórdão. Eu prefiro chamar de entendimento. Seja acórdão, seja entendimento, foi para dar continuidade aos trabalhos da CPI. Ou como alguns preferirem chamar também, para salvar a CPI. Porque o que se via nas últimas semanas eram os anúncios de que essa CPI estava acabando, essa CPI não tinha mais porque ter continuidade. Eu ficava preocupada porque eu via aí os caminhões chegando, de documentos, de caixas para que a gente pudesse trabalhar. Então acho que esse entendimento, e eu prefiro chamar assim, para dar continuidade aos trabalhos da CPI, esse entendimento de criação de subrelatorias para analisar a documentação, isso é muito trabalho para CPI daqui para frente. Agora, acho mais importante ainda, Senhora Presidente, o entendimento que se chegou da questão do compartilhamento de informações, inclusive das informações sigilosas que constam no Tribunal de Contas da União. Agora, claro, vai ser da responsabilidade de cada Senador, de cada Senadora, de cada Deputado e de cada Deputada o sigilo das informações que teve conhecimento. Porque aí acredito que cada um vai ter que assinar seu termo de compromisso resguardando o sigilo das informações daquilo que se vai ver. Mas já acho um grande avanço porque não se tinha entendimento de absolutamente nada. Nós que estamos investigando cartões corporativos não tínhamos aquele entendimento até onde a gente podia ir.

Então queria apenas aqui elogiar a atitude da base governista e dos oposicionistas e a gente ter um acordo, ou ter um entendimento para a continuidade dos trabalhos dessa CPI. Muito obrigada, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputada Perpétua. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Senhora Presidente, eu acho que é preciso que se explique a reunião que nós fizemos agora pouco para que ela possa ser bem entendida como aqui já foi colocado. Uma reunião de entendimento e não uma reunião de acórdão. Longe disso. Até porque eu disse na reunião e repito aqui de público, acho que a reunião transcorreu e como disse o relator Luiz Sérgio, num bom nível. Bom nível de respeito à opinião pública. E gostei quando o Carlos Willian aqui falou em respeito à opinião pública. Porque Senhora Presidente, não vai haver nenhuma hipótese de nós chegarmos a boas conclusões se não houverem quebras de sigilos, que tem sido negado sistematicamente sob a alegação de que trata-se de dado sigiloso e segurança nacional. Eu acho que nós na reunião ferimos com muita propriedade uma questão o que é sigiloso? Necessariamente é não in-

vestigável? Ou o que é sigiloso pode ser em modos investigado? Quando se tratou de interesse nacional. Quando aqui foi negado Requerimento de remessa para a Comissão do Relatório do TCU com os seus anexos, acho que nós encontramos na reunião uma forma respeitosa perante a opinião pública, já que a CPI começa a produzir resultados, a imprensa de ontem noticiava que os gastos com os cartões corporativos já caíram 60%, decorrente de quê? Claro que isso é efeito de CPI. Evidente que isso é efeito CPI. Se nós conseguirmos outros resultados semelhantes, como recomendação de procedimento para evitar excesso com cartões, em função do que viemos a investigar e do que o Relator colocar no seu relatório produzimos bom resultado para a sociedade. Muito bem. O relatório do TCU não vai vir pelo Requerimento apresentado porque foi negado, mas foi feito entendimento para que assessores do TCU passem a freqüentar permanentemente as sessões da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. Ações de boa qualidade. Mais do que isso, o compartilhamento com os documentos do TCU, mesmo aqueles que são sigilosos, poderem ser vistos por Deputados e Senadores mediante a assinatura de compromisso de manutenção de sigilo. Mas eles vão ver e vão, diante de evidências, identificar coisas que pareciam sigilosas, mas têm que ser investigadas. Elas podem ser sigilosas, mas elas vão ter que ser investigadas se você quer corrigir rumos, se você quer diminuir o volume de uso de cartão corporativo com saque em dinheiro. Se você quer corrigir rumo no sentido de praticar o confronto com a prática do ilícito no uso do cartão corporativo. Então, a presença de assessores do TCU na Comissão e o compartilhamento são duas coisas importantíssimas. Outra coisa que se pactuou na reunião, estão chegando aqui caixas, caixas e caixas. Se essas caixas não produzirem resultados, elas vão se transformar na charge dos jornais em caixas de pizzas. Ou se montam as sub-relatorias para que essas caixas sejam analisadas e os cruzamento de informação produzam resultados bons para o relator ou nós estaremos passando uma má informação para a sociedade. O descumprimento do compromisso com a investigação séria que leve a resultados concretos.

Então, acho que a reunião foi positiva porque as sub-relatorias estão aprovadas, serão quatro, e o compartilhamento e os assessores vão nos dar a oportunidade de entrar realmente no Relatório do TCU para investigar e produzir evidências que serão boas para o futuro do país. Obrigado, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador. Deputado Indio.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Sra. Presidente, eu... Apenas fazer um registro de que na quinta-feira passada o máximo de tempo que pude até à noite e ontem a parte da tarde inteira até às 10h15 da noite fiquei analisando a documentação que veio do Banco do Brasil. E a vinda dos técnicos do Tribunal de Contas para nos ajudar a entender a documentação, a criação das Sub-Relatorias de sistematização, a de fiscalização, a de que trata dos mecanismos de autoria às investigações e no final a que pode dar o resultado desse trabalho para o Relator que é de aprimoramento da Legislação, viabiliza uma organização séria do trabalho da CPMI. Quer dizer, na hora que se fala em entendimento, eu queria dizer que esse entendimento foi feito em nome da sociedade. Esse entendimento foi feito em nome das pessoas que querem um bom resultado do trabalho que está sendo feito. O Senador, nosso líder, Agripino, ele com clareza já fala da redução que ontem a imprensa nos informa de redução de 60% no uso dos cartões. O que há por parte do Governo naturalmente é uma apreensão daqueles que tem o cartão do que vai sair dessa CPMI de que regra nova vai ser criada. E, portanto, acho que hoje a CPMI está nascendo. Hoje é o primeiro dia efetivo de construção desse trabalho que eu consigo enxergar no final desse túnel uma luz e uma luz bastante forte e acesa de que a gente vai conseguir com essa organização avançar e de fato depois o Relator vai poder fazer um relatório que tenha as informações concretas e que não seja apenas um relatório para constar do trabalho feito dessa CPMI.

Queria registrar que na votação de amanhã, quer dizer, a gente tem aí um entendimento na verdade de que amanhã votará requerimentos, acho que era importante depois definir, quer dizer, encaminhar para as pessoas da CPMI quais seriam... Que pauta é essa que vai se votar amanhã e tal, mas de qualquer maneira meu registro é da minha satisfação e da minha alegria de ter participado desse entendimento que de fato estrutura o trabalho da CPMI e que a faz nascer de fato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Deputado Indio. Deputado Silvio Costa.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Sra. Presidente, eu quero começar parabenizando os Senadores José Agripino, Marconi Perillo, e também V.Exª. porque eu acho que esse entendimento além de sinalizar para a opinião pública que tanto a base do Governo como a oposição quer realmente investigar e dar satisfação à opinião pública, no meu entendimento tem um símbolo maior, Senador Agripino. Qual é o símbolo maior? O símbolo maior é que queriam criar uma CPI

no Senado exatamente porque estavam dizendo que esta CPI não iria funcionar. Na hora que há um entendimento entre a base do Governo e a oposição para que efetivamente a gente dê uma sistematização dos trabalhos dessa CPI, não se faz mais necessário no meu entendimento uma CPI no Senado. Porque esta CPI no Senado, a rigor, ela nasceu exatamente para tentar desgastar a imagem de todos os componentes dessa Casa. Na hora que o Carlos Sampaio, esse Deputado competente propõe as Subcomissões, na hora que o Senador equilibrado como o Senador Agripino, Senador Marconi Perillo, Deputado Indio, sentam e vislumbram que efetivamente a CPI vai tomar um novo rumo, como o Deputado Indio colocou aí de forma elegante, a CPI renasce hoje, sinceramente esse é o símbolo maior deste entendimento. O símbolo maior é que a gente realmente mostra para a opinião pública que nós estamos economizando dinheiro público. Nós não precisamos ter duas CPIs para o mesmo fato determinado. A CPI do Senado é uma CPI que sinceramente não tem mais sentido. Quero parabenizar, sobretudo a V.Exª. por ter conduzido este entendimento, ter capitaneado, e dizer uma coisa, aqueles que estavam apostando que esta CPMI não ia chegar a lugar algum, efetivamente cometeram um grande erro. Primeiro, como o Senador Agripino colocou, há uma economia de 60% dos cartões. Segundo, as pessoas estão usando os cartões com mais critério. Terceiro, os reitores das universidades, eu defendo que nós convoquemos todos os reitores das universidades federais do Brasil. Quarto. São 11 mil cartões corporativos. Então, evidentemente é trabalho demais. Portanto, eu acho que efetivamente nós estamos hoje dando exemplo à opinião pública brasileira que aqui existem parlamentares comprometidos acima de tudo com a apuração dos cartões corporativos.

SRA. PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Deputado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sra. Presidente, só para esclarecer, só para esclarecer. Pode parecer que tenha nem de leve se tocado na reunião que fizemos, a hipótese de não se instalar a CPI do Senado. O acordo que nós fizemos foi um acordo de procedimento para que essa CPMI cumpra seus objetivos. Sem que haja nenhum entendimento para que não haja CPI no Senado.

DEPUTADO SILVIO COSTA (PMN-PE): Pela ordem, por favor, Senador. Em nenhum momento eu coloquei que houve esse entendimento. Eu apenas disse a V.Exª. e a todos os componentes que eu acho que o símbolo maior deste entendimento é a questão da... Não é mais a necessária a CPI no Senado. É a minha opinião. Inclusive quero fazer um apelo aos Senadores para que eles repensem sinceramente a criação da CPI.

SRA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Então é um enunciado pessoal de V.Exª. sobre a CPI do Senado. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados Federais, Deputadas. Sra. Presidente, quando aceitei a missão partidária de compor como membro titular esta CPMI, o fiz consciente de que estaria aqui primeiro respaldando V.Exª. como Presidente. Segundo, porque acalentava, como acalento ainda, ou almejava, como almejo ainda, dar uma resposta através dessa CPMI à opinião pública que quer uma apuração rigorosa de toda e qualquer eventual desvio dos cartões corporativos. Ou seja, de toda e qualquer má utilização dos cartões corporativos. Desvio de finalidades, eventuais corrupções, etc. Confesso a V.Exª. que no decorrer dos trabalhos dessa CPMI me desanimei muito. Afinal de contas, os nossos requerimentos de informações, de convocação ou de convite de autoridades foram todos tratorados nos últimos dias, nas últimas semanas. E ao chegar à Brasília hoje pela manhã, confesso também a V.Exª. e aos ilustres colegas dessa CPMI que cheguei extremamente desanimado, com a certeza de que hoje nós teríamos aqui a última Sessão e que essa CPMI efetivamente seria enterrada no dia de hoje. Ao ser informado da reunião e da tentativa de se buscar o entendimento em relação aos procedimentos, para lá me dirigi e sinceramente acho que até o momento nós conseguimos encontrar um caminho que possibilite a essa CPMI chegar a algumas conclusões que efetivamente signifiquem uma resposta concreta à sociedade brasileira quanto aos nossos procedimentos e as finalidades em relação ao objeto da convocação dessa CPMI. Espero que as informações possam chegar a partir desse entendimento em relação aos procedimentos.

A criação das sub-relatorias com certeza vai colaborar e em muito com o relator, que é uma pessoa séria, tenho convicção de que à medida que aprovemos os requerimentos de informações e convocações de autoridades teremos como cruzar dados e obter informações que possam nos levar aos indícios sérios de irregularidades ocorridos com a má utilização dos cartões. De modo que ao se buscar o entendimento quanto aos cinco procedimentos estabelecidos nessa reunião de agora pouco, eu me animo novamente em relação aos rumos dessa CPMI, esperando que amanhã quando formos decidir em relação aos nomes dos sub-relatores possa haver compartilhamento e paridade também nas indicações, porque senão não vai

dar pra gente continuar acreditando na possibilidade de uma apuração séria e rigorosa, e amanhã quando aprovarmos também os requerimentos de informações, Deputado, nós vamos ter a certeza ou não se efetivamente nós teremos como obter informações que nos leve a uma conclusão absolutamente objetiva, séria, transparente e irrespondível do ponto de vista de quaisquer suspeitas de pizza, de acordo ou de investigação a menor daquilo que nós queremos e que a sociedade brasileira espera. De modo que eu encerro as minhas palavras informando a V.Exª. Que vou continuar aqui apoiando a condição firme, serena, correta de V.exª., do Deputado Marcelo Melo, o Relator, porque acho que a partir de hoje nós teremos alguma condição de obtermos informações que interessam a essa CPMI. Muito obrigado Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador. Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Senhora Presidente, eu queria, inicialmente, dizer que ouvi atentamente as falas dos Deputados Índio da Costa, Carlos Sampaio, do Senador Perillo e do Senador José Agripino Maia. E gostaria, também, de registrar que, do ponto de vista do Governo, nós entendemos que esse tema tem que ter um tratamento correto, transparente, e que a sociedade tem que ter uma satisfação dos mecanismos de gastos públicos e também espera dos membros dessa CPI o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos gastos públicos, entre eles o cartão corporativo ou cartão de pagamentos do Governo Federal. Em segundo lugar, nós hoje avançamos no sentido de atender a uma solicitação da oposição, que quer acessar os gastos sigilosos que foram "auditados" pelo Tribunal de Contas da União. E, certamente, nós vamos fazer em entendimento nesta semana para designar uma Comissão de Deputados que possa se deslocar para o Tribunal de Contas da União e solicitar aquelas notas fiscais que estão no Tribunal de Contas para ver se corresponde ao acórdão final, tendo em vista que o acórdão final é de conhecimento de todos. Portanto, a oposição solicita esse acesso e foi objeto de um diálogo da Senadora Marisa Serrano, inclusive, com a Presidência do Tribunal de Contas e com o Presidente do Senado Federal.

Portanto, do ponto de vista da possibilidade de controle dos gastos sigilosos, nós estamos dando um passo importante aqui nesta CPI, e também como aqui foi dito pelo Ministro Jorge Félix e pelo Ministro Alberto Cardoso, como no cotidiano dos gastos chamados de sigilosos há uma separação muito tênue, nós gostaríamos que a SGI pudesse fazer uma melhor e mais definitiva divisão entre o quê é gasto sigiloso do quê não é gasto sigiloso para que nós possamos dar conta de, digamos, um critério mais forte para a sociedade entender o quê devia estar e o quê não devia estar sob sigilo. Gostaríamos também, Senhora Presidenta, dizer da importância dessa medida que V. Exª anunciou de que o TCU envie aqui um grupo de auditores para fazerem auditoria quando houver qualquer questionamento de contas de ex-ministros ou de atuais Ministros. Isso por que, no nosso entendimento, nós não podemos submeter a um erro essa Comissão e tendo uma auditoria todos àqueles que serão questionados, serão questionados com uma base técnica importante e o debate sobre as sub-relatorias. Aproveito aqui também, na presença aqui do Senador Álvaro Dias, do Senador Marconi Perillo, do Senador José Agripino e da senhora, Presidenta Marisa Serrano, é tendo em vista a reação de todos aqui, nós queremos apenas fazer um apelo, porque não foi objeto da discussão anterior, mas nós não vemos sentido à existência de duas Comissões Parlamentares de Inquérito reunidas para investigar o mesmo objeto. O ânimo colocado aqui pelos Senadores demonstra que essa CPI está dando conta dos seus objetivos. E as informações que estão requeridas, elas já foram requeridas e muitas delas serão requeridas amanhã. Por exemplo, o Deputado Índio da Costa falou de um disquete do Banco do Brasil, que ele já conseguiu abri-lo. Segundo ele, esse disquete é amplo a ponto de dar as informações requeridas.

Portanto, nós conseguimos, e aí há solicitação de novos depoimentos, foi mencionada aqui a possibilidade do requerimento convocando alguns reitores de Universidades Federais, enfim, nós teremos condição de dar conta do nosso trabalho, que é um trabalho grande, é um trabalho que vai exigir muito esforço tanto de cada membro, quanto do Relator, Deputado Luiz Sérgio, quanto da Presidenta Marisa Serrano, do Vice-Presidente Marcelo Melo, enfim, eu creio que nós chegamos um bom termo nesta manhã para dar a satisfação à sociedade brasileira, à opinião pública do trabalho dessas CPMI. Muito obrigada, Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado. Deputado João Magalhães.

DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG): Senhora Presidente, caros colegas congressistas, ontem eu pude observar Senhora Presidente a preocupação da senhora com os rumos que poderia tomar essa CPMI. E relatei hoje aos companheiros, os colegas da base de apoio ao Governo da nossa preocupação com os rumos que o não andamento dessa Comissão poderia acarretar a essa CPI.

Eu quero aqui em primeiro plano parabenizá-la por conseguir esta reunião da base com o bloco de oposição e que pudesse fazer esse acordo de procedimentos para que essa CPI possa continuar. Eu sei que a oposição cedeu um pouco, a base governista cedeu um pouco. E nós temos certeza que agora dentro desses procedimentos aqui colocados essa CPI poderá tomar seu rumo. Nós temos documentos aqui para analisar durante um ano, e com esses sub-relatores tenho certeza que nós vamos conseguir sistematizar e colocar realmente a CPI para funcionar e mostrar à sociedade os erros cometidos e proposições para que possamos aprimorar a Legislação para que eles possam não mais acontecer. Obrigada, Senhora Presidente.

SRA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado João. O Deputado Marcelo e depois o Senhor Relator.

DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA): Senhora Presidente, minhas palavras serão breves. Eu não participei da reunião, Senhora Presidente, Senhor Relator, porque o vôo de Salvador para cá atrasou uma hora e meia, e eu cheguei justamente quando a reunião terminou. Mas cheguei a tempo de ter a minha... Vamos dizer assim, meu ânimo recobrado aqui na Comissão. Porque eu lhe confesso que vim aqui hoje achando que seria a última reunião da Comissão e nós aqui não chegaríamos a bom termo. Mas eu quero dizer que o alto espírito, o espírito elevado dos membros tanto da oposição como da situação prevaleceram, o bom senso prevaleceu, e acho que agora a Comissão encontra o rumo para alcançar, para que ela possa conseguir seu objetivo. Eu acho que todas as etapas que foram vencidas aqui são extremamente naturais, houve um embate político que era de se esperar, não podia ser diferente, mas agora acho que n.,+.,,,+ós devemos nos debruçar sobre o trabalho técnico, que essa Comissão tem todas as condições de fazer. Cada membro aqui tem condição e capacidade de ajudar o Relator a que a gente possa produzir um bom relatório final, e que esse relatório possa sim indicar mudanças na Legislação e possa corrigir os defeitos que esse importante instrumento que todos aqui tanto da oposição como da situação reconhecem que é um instrumento importante e positivo para o Estado Brasileiro que é o uso do cartão corporativo.

E quero apenas me somar às palavras do Deputado Paulo Teixeira, Deputado Sílvio Costa de que não é interessante para o país nesse momento outra CPI para tratar de um mesmo tema, um tema que essa CPI está tratando e que agora justamente nesse momento a CPI encontra seu rumo. Portanto eu acho que devemos concentrar os esforços nessa CPI mista, já superado esse embate oposição e situação, essa luta política, e eu tenho certeza que cada um aqui vai ter condição de contribuir com o relator para que possamos produzir um bom relatório.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senhor Relator.

SENHOR RELATOR DEPUTADO LUIZ SÉRGIO (PT-RJ): Na Sessão de instalação dessa CPMI, ao ser designado Relator, eu aqui afirmava que esta não era uma CPI, no meu entender, e continuo com essas convicções, nem da situação e nem da oposição. Não é uma CPI nem contra nem a favor esse ou aquele Governo. Esta é uma CPI que surge da indignação da sociedade brasileira com erros e equívocos que ocorreram na utilização do cartão de pagamento do Governo Federal e com isto, diante da reclamação, da cobrança permanente surge essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e nós aqui não devemos satisfação nem a esse nem àquele Governo. Nós devemos aqui satisfação à sociedade brasileira. E em uma Sessão que eu classifico numa Sessão em que o clima de disputa não estava presente, mas o que estava presente era o clima do que é que nós vamos apresentar à sociedade brasileira, eu acho que nós estamos tomando uma posição acertada. Por quê? O aprimoramento da Legislação no longo debate que já tivemos aqui, ficou mais do que evidente a sua necessidade. Criar por exemplo mecanismos de filtros que aqui tão bem o representante do Banco do Brasil colocou de que é possível. Então, podemos com isso restringir o uso de cartão a certos estabelecimentos comerciais. Eu acho que esta ação restritiva, dentro de um processo de aprimoramento da Legislação podemos aqui propor, como podemos também de uma vez por todas sugerir ao Banco do Brasil de que o cartão de pagamento do Governo Federal tenha um layout que seja diferente de todos os outros para que nós não tenhamos mais que nos deparar diante da realidade de pessoas que na sua utilização fizeram a troca de cartões. Então, há contribuição a ser prestada.

Como, evidentemente, que o volume de material que já chegou e o volume de material que está por chegar a esta CPI não pode se constituir em caixas que nós não tenhamos o que fazer com elas. Há muito que se fazer com elas. Mas para isso, evidentemente

para o enorme desafio que temos pela frente, nós precisamos compartilhar essa tarefa de propor à sociedade brasileira uma Legislação melhor, mecanismos de controles mais eficientes, precisamos efetivamente fiscalizar o material que chegou até a esta CPI para verificar se naquela documentação há evidências de gastos que foram, entre aspas, incorretos ou não, e a sistematização de tudo isso se tornará indiscutivelmente um subsídio muito importante para o relatório que vou apresentar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Então, a CPI no dia de hoje ela trabalhou na direção daquilo que deve ser o espírito da CPI em todos os seus dias. Uma preocupação não com a legítima disputa nossa que muitas das vezes é impossível de que não ocorra, mas, acima de tudo, com uma preocupação de que efetivamente nós teremos que prestar contas de nosso trabalho. E nós teremos que prestar contas dos nossos trabalhos à sociedade brasileira que é quem nós estamos aqui representando no Congresso Brasileiro. Muito obrigado e vamos em frente porque o desafio é grande.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Relator. Quero aqui fazer algumas considerações finais desta reunião de hoje dizer que me cabe como Presidente da CPMI organizar e sistematizar os trabalhos da Comissão. E a organização é justamente tentar fazer com que todos os membros tenham participação efetiva e possam realmente dar a sua contribuição. Todos já disseram aqui que a CPI de qualquer forma ela já impôs dados positivos. Desde o momento que se falou na criação de uma CPI o Governo já sinalizou para os términos da conta B e depois o gasto menor, o conhecimento por conta da sociedade que existe cartões corporativos, acho que foi muito importante, muito da sociedade brasileira não tinha conhecimento desse fato, ela instigou o aprimoramento da Legislação, mas o que é mais importante pra mim? O mais importante, primeiro, é o cuidado com o gasto público. Fazer com que esta Casa mostre à sociedade e lute para que o recurso, o dinheiro do contribuinte seja gasto com parcimônia e bem gasto. E segundo, garantir a busca da verdade, da decência, da transparência que é função maior e tem que ser função maior de todos os legisladores. E principalmente sinalizar para a sociedade que não se pode aceitar em hipótese alguma a impunidade, a falta de decência, a chantagem, a ilegalidade. Isso é pedagógico. Uma sociedade que forma a sua juventude achando que o pântano na Legislação é o melhor e que tudo é permitido, nós estamos criando e formando uma geração de pessoas que aceitam que tudo é possível mesmo aquilo que é ilegal. E essa é uma Casa de leis, é uma Casa que dita as leis, que faz as leis. Portanto nós temos que sempre estar atentos e nos esforçarmos para que a sociedade brasileira tenha o rumo e o rumo tem que ser dado por esta Casa. O rumo da seriedade. Quanto mais políticos bons nós tivermos e dependemos muito do voto da sociedade, porque é a sociedade que vota nos parlamentares que estão nessa Casa e em todas as casas legislativas e executivas do país, garantir que as pessoas tenham sempre em mente a garantia de uma sociedade séria, autônoma, e de uma sociedade que vislumbre sempre a esperança de um futuro correto para o país.

Portanto eu fico muito contente quando a gente consegue fazer o que se fez hoje aqui. Que superando as nossas ideologias ou as nossas formas de ver o trabalho político, todos se dispuseram a ceder um pouco e a formarmos, organizarmos uma seleção de procedimentos que pudesse fazer com que essa CPMI dê o resultado esperado pela sociedade e por todos nós. Quero aqui manifestar a minha satisfação e terminar agradecendo muitíssimo aos Deputados e Senadores pelo acordo feito esta manhã. Isto não significa, em hipótese alguma, que os embates políticos não vão continuar. Que cada um não tenha suas idéias, suas propostas e que faça dessa sala e desse Congresso o fórum para colocar as suas propostas e as suas idéias.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Senhora Presidente.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas isso, quero deixar bem claro, que não foi nenhum acórdão, que isso aqui foi uma tomada de procedimentos sérios, de gente madura, de Deputados e Senadores que acreditam que o diálogo pode superar o impasse. Nós estávamos num impasse, e o diálogo superou o impasse. E é sempre bom quando a gente coloca o entendimento e o diálogo acima das questões menores e particulares de cada um. Portanto... Para encerrar o Deputado Carlos.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Eu só proponho a V.exª. que os cinco itens que foram objetos desse entendimento que é entendimento de procedimento, e não de mérito, que fossem colocados

em votação na medida em que o Regimento da Casa exige tão-somente que V.exª. pudesse ditar e colocase em votação a unanimidade e, portanto formalizaríamos assim os requerimentos tal como colocados por V.exª.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. E realmente eu ia fazer isso antes e me confundi. Os cinco itens que eu li aqui e vou tornar a ler apenas para o procedimento legal. Solicitar ao Gabinete de Segurança Institucional que relacione o que é sigiloso nos contratos, nas contas governamentais.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Isso seria colocado em votação?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Item por item. Então vamos votar item por item. Todos concordam com esse item? Solicitar ao Gabinete... Foi o que foi acordado. Gabinete de Segurança Institucional que nos relacione o que é sigiloso nas contas do Governo.

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Senhora Presidente, pela ordem. Teve parlamentar que não participou da reunião, até só para gente poder compreender daqui pra frente até porque nós vamos fazer aquele trabalho junto com o Tribunal de Contas da União inclusive de contas sigilosas para que quando a gente for até lá a gente tenha esse entendimento do que é sigiloso e do que não é?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado. Criar quatro sub-relatorias.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Presidente, pela ordem.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de terminar a votação. Criar quatro sub-relatorias. A de Sistematização de Fiscalização, de Controle dos Mecanismos da Auditoria e do Aperfeiçoamento Legislativo. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Solicitar ao TCU o compartilhamento de informações inclusive nos anexos. Eu não estou aqui com as--

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Dos anexos sigilosos. Que contêm informações sigilosas.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, é sobre a votação. A senhora poderia me dar uma Questão de Ordem?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Queria terminar a votação, isso aqui foi feito em cima do acordo de procedimento. Aqueles que concordam com o compartilhamento das informações inclusive dos anexos pelo TCU, permaneçam como se acham.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Senhora Presidente, eu não posso votar sem saber detalhes, Senhora Presidente, me desculpe, com todo respeito que eu tenho à senhora...

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não? Qual é o detalhe? Eu pensei que V.exª. tivesse participado da reunião.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): A senhora viu que eu não participei de toda reunião, por isso me sinto à vontade de fazer uma pergunta. Porque durante a reunião eu vi que seria... O General Félix iria nos informar o que é que poderia ser sigiloso ou não. Então eu gostaria que a senhora me esclarecesse isso aí para que eu possa votar. Efetivamente. Com todo respeito que eu tenho pela senhora.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Deputado, como não? O que foi acordado que nós pediríamos a discriminação detalhada e taxativa dos gastos considerados sigilosos pelo Gabinete de Segurança Institucional relativos aos cartões corporativos da Presidência da República.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas isso não nos impede de ter acesso a tudo?

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Deputado Vic, se me permite, até para contribuir--

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Toda informação, todos os documentos que estiverem aqui, todos que estiverem aqui e todos que estão no TCU vão ser vistos por todos os Deputados e Senadores.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vai servir então para nós saber o que é sigiloso ou não sigiloso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Definitivamente para entendermos o que é sigiloso, o que o Governo coloca como sigiloso--

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só um minutinho o Deputado Carlos Sampaio tinha pedido antes. Depois Deputado Paulo Teixeira, depois Deputado Índio.

DEPUTADO CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP): Deputado Vic não esteve desde o início da reunião, é um assunto que nada tem a ver, por exemplo, com essa questão dos anexos sigilosos do TCU. Vamos ter acesso a tudo independentemente da informação do General, é que há um consenso aqui, pelo menos houve na reunião de que nós não tínhamos definido aquilo que na visão deles, o que nada tem a ver particularmente com a minha visão, na visão deles o que é ou não sigiloso. Eles vão passar aquilo que na visão deles é efetivamente sigiloso nós vamos ter esse parâmetro e a partir daí vamos poder discutir sobre essa questão do sigilo, mas dentro de um parâmetro. Hoje nós não temos nem parâmetro. Porque ele mesmo disse que sob o manto do sigilo acaba colocando-se tudo para evitar um vazamento. Então o próprio Deputado Paulo Teixeira disse o seguinte, não dá para ficar tudo sob o manto do sigilo. Ele define aquilo que ele entende, só que aquilo que ele entende Deputado Vic, só para colocar a V.exª., eu, por exemplo, entendo de forma diversa. Mas acho fundamental que venha esse subsídio para cá. Na visão deles o que é sigiloso.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E que venha por escrito e assinado.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas aí a pergunta que eu faço. Baseado na informação deste General que veio aqui e nada disse, que nós vamos a partir dessa informação fazer, colocar a nossa assinatura--

[falas sobrepostas].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Índio e depois Deputado Paulo.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Como é que nós vamos saber o que é sigiloso e o que não é?

[falas sobrepostas].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A discriminação--

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Questão de Ordem, Senhor Presidente. Questão de Ordem. Questão de Ordem, Senhora Presidente. Senhora Presidente, nós estamos em processo de votação. O líder máximo do partido do Deputado Vic esteve presente na nossa reunião e concordou. O Deputado Vic--

[falas sobrepostas].

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): A palavra está comigo, Senhor Presidente.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Não aceito!

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero garantir primeiro a palavra do Deputado Carlos, mas só informar que o Senador José Agripino não estava lá como líder. Está como membro da Comissão.

DEPUTADO CARLOS WILLIAN (PTC-MG): Tá bom. Então, Sra. Presidente, o Deputado Vic participou de quase toda a reunião. O seu colega lateral e o Índio participaram de toda essa certativa. Depois que nós fizemos um acordo na hora da votação o que não cabe Questão de Ordem vir discutir o que foi acordado e que está em votação, não cabe. Portanto eu requeiro a V.exª. que se baseie simplesmente no nosso Regimento e neste momento não cabe Questão de Ordem. Nós estamos em processo de votação.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Mas porque esconder tanto este tal acordo?

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado, a idéia é que já que tivemos tanto trabalho hoje--

[pronunciamento fora do microfone].

[soa a campainha]

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Para falar como líder, por favor.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero--

[soa a campainha].

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Respeite-me! Não estou tumultuando nada. Eu apenas quero saber como devo votar.

[falas sobrepostas].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Vic. [Soa a campainha] Deputado Vic com a palavra. Deputado Índio. Deputado Índio com a palavra. [Soa a campainha].

[falas sobrepostas].

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Se eu quisesse aparecer, Deputada Perpétua, eu viria pra cá para esse microfone dizer item por item o que aconteceu nessa reunião.

[soa a campainha]

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB): Peça para seu Líder vir aqui para falar tudo que ele falou agora há pouco.

[falas sobrepostas].

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Deputado Índio.

[Soa a campainha].

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Presidente, aqui o que a gente vê muitas vezes acontecer por aí é que há uma falta de informação e por isso há esse desentendimento. Eu queria dizer ao meu dileto amigo, parceiro, competente Deputado e membro efetivo dessa Comissão que o que está havendo aqui são vários itens, Deputado Vic. O primeiro, e aí que acabou quando o senhor entrou aqui houve uma confusão do que estava sendo votado. Em relação à reunião o que foi acordado na reunião é que não há segredo do que foi acordado ali. Portanto, aliás uma reunião de oito Deputados acaba que não tem segredo nenhum muito menos de Deputados da oposição e da base governista. O primeiro item que já foi votado aqui foi o General Félix, Senador Perillo, só um segundo aqui porque... Não, só porque... Isso é fundamental. Isso é fundamental pelo seguinte. Olha só, o primeiro do General Félix não é a nossa visão. Na nossa visão não tem dado sigiloso nenhum. No entanto, o General Félix dirá qual é a visão do governo em relação aos dados que são sigilosos e que não são sigilosos para que a CPMI tenha acesso aos dados da Presidência que não teve porque o Banco do Brasil não mandou para cá daqueles dados que não sendo os dados sigilosos, não vieram para cá. Porque na compreensão do General Félix há dados lá que não são sigilosos. E ele mesmo disse aqui e o Deputado Paulo Teixeira colocou na reunião, que no manto do sigilo acaba se deixando de vir para a CPMI uma série de informações que a CPMI teria acesso da Presidência da República e que não teve por conta justamente de não ter decifrado, ou ter uma análise mais clara do Governo que o General Félix nos encaminhará dizendo o que é e o que não é sigiloso.

SENHORA PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Esse ponto foi votado. O segundo ponto, não, só para deixar claro ao Deputado Vic que é o meu parceiro desde o começo aqui... Ele não pode ficar sem esta informação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Escolinha do Professor Raimundo.

SENHORA PRESIDENTE MARISA SERRANO (PSDB-MS): Como não?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Eu peço respeito. O segundo ponto que foi votado, já foi aprovado, a criação das quatro sub-relatorias para assessorar ao Relator que poderá ou não acatar o que os sub-relatores colocarem como é a regra. Uma sub-relatoria de sistematização que organizará os dados que estão nas caixas, uma de fiscalização, uma de controle de mecanismos de auditorias e investigações, e uma outra de aprimoramento Legislativo, da Legislação. Quer dizer, uma sugestão para o Relator depois ele acata ou não acata esse trabalho que será feito por essas sub-relatorias.

A votação quando o Deputado Vic entrou aqui, era a do acesso ao TCU que nós parlamentares da CPMI que desejarmos teremos acesso aos dados sigilosos que estão nos anexos do Tribunal de Contas da União que o Tribunal de Contas da União não nos mandou, em minha opinião de maneira irresponsável, mas é uma opinião, enfim, que não cabe aqui na... Nessa estruturação. Mandou só os dados iniciais e não mandou os anexos. Agora a CPMI hoje votou a aprovação ou está votando a aprovação do acesso nosso parlamentar da compartilhação de informações incluindo os anexos. Qual é a diferença da transferência de sigilo para compartilhar as informações? Vai ser lá no TCU. Nós iremos ao TCU ter acesso a essas informações. O outro ponto seria a solicitação ao TCU de técnicos que esse é um pedido nosso, Deputado Vic e Deputado Indio, que está na mão da Presidente Marisa para ser votado aqui também, para que os técnicos do TCU possam nos auxiliar porque já tem 348 caixas. Dizem que hoje chegou mais 300 e que tem mais milhares de caixas do Brasil inteiro para vir. Sozinhos nós não conseguiremos analisar tudo isso. E por fim é que amanhã então haveria uma outra reunião, haverá uma outra reunião, dependendo da votação aqui, mas a princípio isso está pensado, que amanhã haja uma votação, uma reunião de votação de requerimentos. Aonde se votaria diversos requerimentos inclusive a vinda aqui do Reitor da Universidade de São Paulo e outros que se queira colocar.

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Esses requerimentos amanhã serão todos, os 119?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pode ser. A gente tem requerimentos. É uma Questão de Ordem do--

DEPUTADO VIC PIRES FRANCO (DEM-PA): Vamos manter a mesma pauta de hoje para amanhã?

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Há um entendimento de que tem... Há entendimentos de que têm dez requerimentos de informação que tem consensos digamos assim para serem votados. A minha sugestão, se estiverem todos de acordo, é que nós começássemos com esses dez e depois votássemos na ordem os requerimentos de votação se estiverem de acordo.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Deputado Indio, como pauta é prerrogativa da Mesa, V.exª. pode estar certo e todos que nós vamos fazer aquilo que é melhor para toda a... Para todos os nossos Deputados e Senadores.

[falas sobrepostas].

[soa a campainha].

DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC): Esse foi o acordo que foi feito lá. O acordo para dar continuidade à CPI.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto eu quero definitivamente colocar agora em votação ficando tudo esclarecido, são três requerimentos que estão aqui que eu vou lê-los e vamos votar individualmente cada um.

Eu requeiro nos termos do artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal a discriminação detalhada e taxativa dos gastos considerados sigilosos pelo Gabinete de Segurança Institucional relativos aos cartões corporativos da Presidência da República. Os Deputados e Senadores que estão de acordo permaneçam como se acham. Aprovado.

Requeiro no artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal compartilhamento das informações constantes dos relatórios e seus anexos do Tribunal de Contas da União, relativos aos gastos feitos pela Presidência da República com cartões corporativos. Deputados e Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Requeiro nos termos do artigo 148 do Regimento Interno do Senado Federal o assessoramento de servidores do TCU para auxiliarem nos trabalhos de auditoria e investigação dessa CPMI. Os Deputados e Senadores que concordam com esse Requerimento permaneçam como se acham.

DEPUTADO INDIO DA COSTA (DEM-RJ): Pela ordem. Eu gostaria de incluir aí o número de auditores porque se forem só dois enviados será muito pouco. Gostaria de pedir 14 auditores do Tribunal de Contas da União.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Aí nós colocaríamos o número de auditores necessários para esse trabalho. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Além disso, criar quatro sub-relatorias.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Pela ordem, Senhora Presidente. Apenas naquele requerimento que foi votado, como nós não tivemos acesso ao texto, aquele do compartilhamento, se V.exª. pudesse acrescentar a ser feito por Comissão que será designada por essa Comissão. Apenas essa--

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O compartilhamento.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Mas o compartilhamento nós tínhamos acordado que seria uma comissão de Deputados e isso não constou do texto. É matéria vencida, mas como nós tínhamos acordado de uma maneira... Uma Comissão, uma Comissão que vai daqui

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.exª. pode estar certo que vai ser uma Comissão.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP): Muito obrigado.

SENHORA PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Criar quatro sub-relatorias. Sistematização de fiscalização do controle de mecanismos de auditoria e aperfeiçoamento Legislativo. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

E eu quero solicitar a todos a próxima reunião sendo convocados para amanhã às 9h30 para apreciação de requerimentos. Obrigada.

Sessão encerrada às 12h42min. – Senadora **Marisa Serrano,** Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 836 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005217/08-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a PAULO JOSÉ SANTANA DE MACEDO BASTO, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia a ex-servidora ***MARIA REGINA COELHO DE MACEDO BASTO****, matrícula 1925-ERGON, a partir da data do óbito, 10/04/2008.*

Senado Federal, 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 837 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 005265/08-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "c" e inciso II, alínea "a"; da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a TANIA CAIADO VIANA, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinqüenta por cento) e pensão temporária a NEY SIMÕES DA LUZ, na condição de filho inválido, no percentual de 50% (cinqüenta por cento), dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor NILSON SIMÕES DA LUZ, matrícula 2188-ERGON, a partir da data do óbito, 15/04/2008.

Senado Federal, 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 838 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.301/08-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor LUIZ DE GONZAGA NOVAES GUIMARÃES, Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Medicina, Nível S 45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no art. 1º Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 839 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.230/08-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor PAULO ROBERTO MENDONÇA SILVÉRIO, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Especialidade Assessoramento Legislativo, Nível S 45, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 840 de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0960/08-0, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, CARLOS ALBERTO GOMES, matrícula 15699, ocupante do cargo de Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 841 , de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003296/89-0,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 57, de 1989, que aposentou, por invalidez, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 15 de janeiro de 2001, CARLOS ALBERTO DE ANDRADE NINA, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, para substituir a vantagem de "20% de acréscimo", prevista no artigo 429, inciso IV, da Resolução SF nº. 58, de 1972, pela vantagem denominada "Quintos", prevista no artigo 41 da Resolução SF nº. 42/93, a partir de 1º de maio de 1993; e incluir a vantagem "Opção" prevista na Resolução (SF) nº. 74 c/c a Decisão nº. 481/97 – TCU - Plenário, a partir de 07/10/1997, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 842 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005262/08-9,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 38, de 1979, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 06 de junho de 2001, ANTÔNIO GALDINO DA SILVA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem "20% de Acréscimo", prevista no artigo 517, inciso IV, da Resolução SF nº 58, de 1972, pelas vantagens da Resolução (SF) nº. 74, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 843 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005371/90-2,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 94, de 1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 27 de janeiro de 2000, CARLOS NEMEZIO DA ROCHA FONSECA, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, para substituir a vantagem de "20% de Acréscimo", prevista no artigo 517, inciso IV, da Resolução SF nº. 58, de 1972, pelas vantagens previstas na Resolução nº 74/94 c/c a Decisão nº. 481/97 – TCU - Plenário, a partir de 01/10/1998, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 844 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 003010/79-1.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 2469/2006, que alterou o Ato do Presidente nº 15/1979, que aposentou o servidor **FRANCISCO SOARES ARRUDA**, Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para incluir a seguinte expressão: "com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994".

Senado Federal, em 05 de maio de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) (7)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (9)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (9)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (12)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (10)	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) (3)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL (11)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (Sem Partido-) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 7

Leitura: 25/03/2008

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)
VAGO
Maioria (PMDB)
Senador José Nery (PSOL) (1)

Notas:
1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (1)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7)	5. VAGO (4)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (5)	
João Vicente Claudino	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (Sem Partido) (6)	1. VAGO

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (7)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (Sem Partido) (8)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) (2)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) (5)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (4)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Sibá Machado (PT) (9)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (10)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO (5)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (7)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (8)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. Em 15/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. 44/2008).
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (1)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (6)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Mário Couto (PSDB) (4)	5. Papaléo Paes (PSDB) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em conseqüência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)
RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 121/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (12)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (11)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (10)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
VAGO	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) (1)	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. VAGO (4)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (5)

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) (9)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (5)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (1)
Virginio de Carvalho (PSC) (8)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (7)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (6)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (Sem Partido) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (3)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:
1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (1)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Geovani Borges (PMDB) (7)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (Sem Partido) (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 120/08-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (9)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (8)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (7)	
Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)
VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Sibá Machado (PT) (6)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (8)	
Carlos Dunga (7)	1. VAGO
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (Sem Partido) (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (6)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido) (2)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (Sem Partido) (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1°, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
VAGO	
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria

Atualização: 09/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995
2ª Eleição Geral: 30/06/1999
3ª Eleição Geral: 27/06/2001
4ª Eleição Geral: 13/03/2003
5ª Eleição Geral: 23/11/2005
6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) (6)	2. Fátima Cleide (PT-RO) (4)
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) (2)
João Vicente Claudino (PTB-PI) (1)	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) (7)	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (Sem Partido-) (8)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. César Borges (PR-BA)
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) (10)
Adelmir Santana (DEM-DF)	
Marconi Perillo (PSDB-GO)	3. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	4. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) (9)	

Atualização: 17/04/2008

Notas:
1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
10. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Maria do Carmo Alves (Sem Partido-) (2)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:
1. Eleitos em 21.06.2007
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: (VAGO) [4]
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)[2]
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)[2]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3](PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago)[1]
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.4.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

[1] Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Vago em virtude de renúncia do Senador Geraldo Mesquita Júnior ao cargo de Presidente, comunicada mediante o OF. P/034/2008, de 14.04.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	**PRESIDENTE** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º SECRETÁRIO** Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	**4º SECRETÁRIO** Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5258 e 3311-4561
scop@senado.gov.br

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	**GESTÃO – 00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru–simples.asp Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

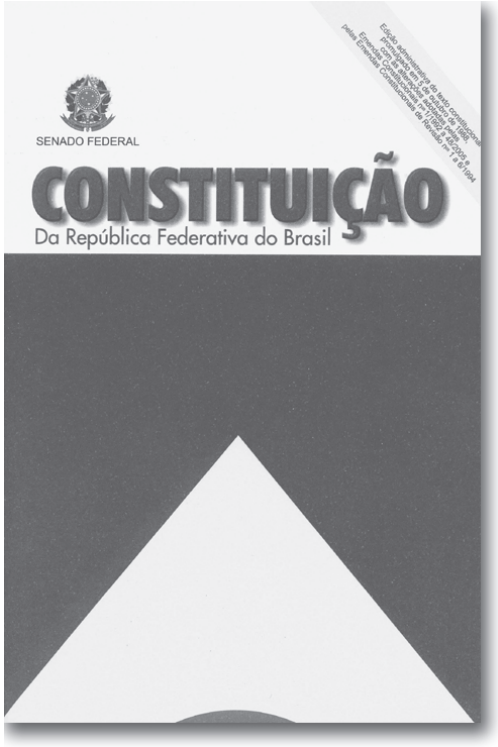
OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX –61) 3311 -3803, FAX: 3311 -1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.
Contato internet: 3311-4107

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA–DF
CNPJ: 00.530.279/0005–49 CEP 70 165–900

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)



Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 738 PÁGINAS